

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS EM PORTUGAL:
DA ETIMOLOGIA à REFORMA
(1734-1911)**

1º Volume

Dissertação de Doutoramento em
Linguística Portuguesa por

Maria Filomena Candeias Gonçalves

1998

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

U. E. SERVICOS ACADÉMICOS	N.º 678
CLASSIFICAÇÃO	1510698
	SECÇÃO

**AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS EM PORTUGAL:
DA ETIMOLOGIA à REFORMA
(1734-1911)**

1º Volume

Dissertação de Doutoramento em
Linguística Portuguesa por

Maria Filomena Candeias Gonçalves

1998

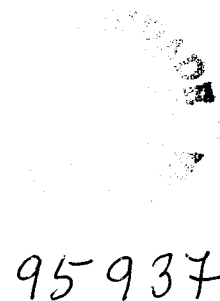
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS EM PORTUGAL:

DA ETIMOLOGIA à REFORMA

(1734-1911)

1º Volume



95937

**Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa
apresentada à Universidade de Évora por**

Maria Filomena Candeias Gonçalves

1998

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho académico resulta do esforço pessoal daquele que o realiza, mas é fruto da dádiva de conselhos e sugestões, assim como da amizade e até da renúncia de quem o acompanhou de perto. Por isso, não posso deixar de agradecer publicamente a todos quantos, de uma forma ou de outra, esta tese é devedora.

Ao meu orientador, Senhor Professor Doutor Jorge Morais Barbosa, agradeço penhoradamente a orientação exigente e dedicada, desde os tempos em que ao seu lado tive o privilégio de trabalhar e de receber incontáveis lições de generosidade no saber e na amizade com a qual me honra até hoje, muito para além da estrita relação académica entre orientador e orientando.

À Prof^a Doutora Nina Catach, que recentemente deixou este mundo, por me ter franqueado as portas do CNRS-HESO e proporcionado vários estágios na sua equipa.

Ao Prof. Doutor Sylvain Auroux, da URA 381 do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pela disponibilidade e simpatia com que me abriu pistas para os caminhos historiográficos.

Ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), à Fundação Calouste Gulbenkian, e ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pelas várias bolsas de estudo que me concederam. Ao Liceu Literário Português (Rio de Janeiro) e ao director do Instituto de Língua Portuguesa, Prof. Doutor Sílvio Elia, pelo convite que tornou possível a pesquisa bibliográfica no Brasil.

À Reitoria da Universidade de Évora, pelas dispensas de serviço docente e equiparações a bolseiro que permitiram a longa investigação conducente a esta tese de doutoramento.

Aos Presidentes e colegas do Departamento de Linguística e Literatura, pelo encorajamento e amizade.

Na mesma gratidão envolvo todos quantos facilitaram o tantas vezes difícil acesso às fontes, em particular a Sr^a D^a Jacinta Canelas e o Sr. Dr. José Chitas, funcionários da Biblioteca Pública de Évora, a Sr^a D^a Teresa, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, a Sr^a Dr^a Teresa Cardoso, da Academia das Ciências de Lisboa, e o Sr. Dr. António Gomes da Costa, presidente do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Last but not least, aos meus pais e irmão, cujo afecto, alento e compreensão incomensuráveis são a razão de ter chegado aqui.

ÍNDICE GERAL

1º Volume

INTRODUÇÃO	11
1. Preâmbulo	11
1.1. Pressupostos metodológicos.....	14
1.2. Recorte cronológico.....	18
1.3. Corpus.....	18
CAPÍTULO I - AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XVIII	20
1. Contexto histórico-cultural	21
1.2. Ortografistas, gramáticos, lexicógrafos e impressores.....	22
2. Sistemas ortográficos	35
2.1. Principais sistemas ortográficos da época: doutrinas e práticas.....	35
2.1.1. O impacto do sistema Madureira.....	39
2.1.2. A “Academia Orthographica Portugueza”.....	45
2.1.3. Sistemas mistos.....	49
2.1.4. Sistemas filosóficos e sistemas simplificados.....	50
3. Plano Alfabético	53
3.1. O alfabeto.....	54
3.2. Grafemas e vocalismo.....	65
3.2.1. Acento.....	69
3.2.2. Ditongos e encontros vocálicos.....	77
3.3. Consoantes.....	96
3.3.1. Grafemas e consonantismo.....	98
3.3.2. Grupos consonânticos.....	126
3.4. Diacríticos.....	138
4. Plano extra-alfabético	157
4.1. Pontuação de palavra.....	159
4.1.1. As abreviaturas.....	180
4.2. Pontuação de frase e sistemas de pontemas.....	183
4.3. Pontuação de texto.....	204
5. Ortografia e gramática	209

6. Princípios ortográficos.....	212
7. Ortografia e variação linguística.....	219
8. Apostila.....	223
CAPÍTULO II - AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX.....	225
II - As ideias ortográficas no século XIX.....	226
1. Contexto cultural.....	227
1.1. Ortografistas, gramáticos, lexicógrafos e editores.....	229
1.1.1. Ortógrafos.....	230
2. Principais sistemas ortográficos.....	259
2.1. Sistemas: fonografia e sonicismo versus etimologia	287
2.1.1. “Ortografia Filosófica”	290
2.1.2. A “questão da ortografia sónica”.....	293
2.1.3. “A Orthographia Phonetica”	310
2.1.4. “Projecto de Orthographia Portugueza Reformada”...313	
2.1.5. O sonicismo açoriano.....	316
2.1.6. Outros sónicos	325
2.1.7. “Bases da Ortografia Portuguesa”	338
2.1.7.1. Reacções às “Bases”.....	344
2.1.8. Sistema de “Ortografia luzo-brazileira”.....	348
2.1.9. “Sistema de Ortografia Brazileira”.....	353
2.1.10. “Orthographia de Transição, Systematica”.....	360
2.1.11. “Ortografia Simplificada”	362
2.2. Métodos de leitura e ortografia	368
2.3. A Academia e a “questão ortográfica”	372
3. Os princípios ortográficos	382
3.1. Pronúncia	382
3.2. Etimologia	385
3.3. Uso	386
3.4. Analogia	386
4. As partes da ortografia	387
5. Plano alfabético	396
5.1. As vogais	410

5.1.1. Os ditongos.....	415
5.2. As consoantes	420
5.3. A sílaba	433
5.4. Grafemas e vocalismo	436
5.4.1. Ditongos.....	450
5.4.2. Diacríticos.....	465
5.4.2.1. Trema.....	474
5.4.2.2. Til.....	476
5.5. Grafemas e consonantismo.....	477
5.5.1. Diacríticos: cedilha.....	502
6. Plano extra-alfabético.....	504
6.1. Inventários de pontemas	516
6.1.1. Tratados sobre a pontuação	528
6.2. Pontuação de palavra	533
6.2.1. Maiúscula.....	533
6.2.2. Hífen.....	554
6.2.2.1. Hífen silábico.....	565
6.2.3. Apóstrofo.....	571
6.2.4. Til	578
6.3. Pontuação de frase.....	582
6.3.1. Vírgula	588
6.3.2. Ponto e vírgula	592
6.3.3. Dois pontos	596
6.3.4. Ponto	600
6.3.5. Interrogação e exclamação	602
6.3.6. Parênteses	606
6.3.7. Travessão	608
6.3.8. Aspas	613
6.3.9. Reticências	618
6.4. Pontuação de texto	622
6.4.1. Parágrafo.....	623
6.4.2. Asterisco	624

6.4.3. Outras unidades	625
7. Ortografia e variação linguística	629
8. Apostila.....	631
CAPÍTULO III - Das Propostas à Reforma	633
1. Contexto histórico-cultural.....	634
2. Gonçalves Viana, foneticista e reformador.....	635
2.1. Traços bio-bibliográficos.....	636
2.2. Primeiros estudos ortográficos.....	646
2.3. A “Ortografia Nacional”	660
2.3.1. Plano alfabético.....	664
2.3.1.1. Representação do vocalismo.....	665
2.3.1.2. Vogais nasais.....	668
2.3.1.3. Ditongos	669
2.3.1.4. Diacríticos	672
2.3.1.5. Representação do consonantismo.....	676
2.3.2. Plano extra-alfabético.....	684
2.3.3. Fontes.....	689
2.4. “Vocabulário Ortográfico e Ortoépico” (1909).....	694
3. Outras Propostas.....	699
3.1. António Augusto Louro	699
3.2. Gonçalves Guimarães.....	706
3.3. João Bonança.....	714
3.4. A “Reforma Ortográfica da Academia Brasileira” (1907).....	719
3.5. A “Escripta Nacional”	725
3.6. Ainda a “ortografia sónica”.....	727
3.7. A “Questão Orthographica”.....	730
4. A Comissão de Reforma Ortográfica.....	732
5. A Reforma: “Formulário Ortográfico”.....	737
5.1. As reacções à reforma: a nova era ortográfica.....	746
6. Dicionários.....	756
CONCLUSÃO.....	759

2º Volume

- ANEXO 1: A constituição de um corpo doutrinal vernáculo.....	6
- ANEXO 2: Bibliografia.....	147
- ANEXO 3. Lista de impressores / tipografias e sua localização.....	270
- ANEXO 4: Lista de termos relacionados com ortografia.....	276
- ANEXO 5. Documentos exemplificativos.....	290

**AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS EM PORTUGAL:
da etimologia à reforma
(1734-1911)**

INTRODUÇÃO

1. Preâmbulo

Pour savoir comment la langue est faite, il faut l'écrire.

Michel Safouan, *L'inconscient et son scribe*, 1982.

O tema deste trabalho é a ortografia portuguesa no período de 1734 e 1911, e tem na sua génese um outro estudo, de carácter monográfico, no qual iniciávamos a nossa reflexão sobre a descrição do sistema gráfico português numa perspectiva historiográfica. Então despontava um percurso de interrogações e dúvidas acerca da historiografia, seus conceitos e utensílios metodológicos, que nos levaria a persistir no estudo da história da ortografia portuguesa por nela vermos um filão pouco explorado no âmbito da nossa historiografia linguística, situação que na substância, ou seja, no conhecimento e estudo das fontes antigas, não foi alterada, salvo contadas excepções¹, pela ainda recente polémica em torno do projecto de Acordo Ortográfico de 1986, apesar do aumento de publicações sobre “questão da ortografia”.

Nesta nota introdutória, procuramos esclarecer o alcance e a pertinência do tema em causa, a começar pelas implicações teóricas e metodológicas do título desta dissertação. A expressão “ideias ortográficas” assenta no pressuposto de que à volta da ortografia existiu (e existe) um corpo doutrinal, isto é, um aparelho conceptual e terminológico específico, associado quer ao “ideário” ou reflexão sobre a própria língua, numa dada época, quer a dados de ordem social, política e, *lato sensu*, cultural. O conceito de “ideia ortográfica” resulta, na verdade, de uma transposição do conceito de “ideia linguística”, correspondente ao corpo de ideias acerca de uma ou várias línguas, num período, em determinado autor, movimento ou corrente, em

¹ Entre estas, tornou-se uma referência imprescindível *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão do Questão que se lhe seguiu*, org. por Ivo de Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria, Lisboa, Sá da Costa, 1987. Para outra vertente do assunto, vide também: Rita Marquilhas, *Norma Gráfica Setecentista. Do autógrafo ao impresso*, Lisboa, INIC, 1991.

conexão com as realidades sociais, políticas, económicas e culturais da(s) sociedade(s) ou do(s) povo(s) em que se desenvolveram. Com a expressão “ideias ortográficas” pretende-se, pois, exprimir as tendências ortográficas dominantes, os sistemas e suas variantes, os conceitos e seus paradigmas, a terminologia empregados no discurso metaortográfico, e bem assim os princípios subjacentes às opções realizadas em determinada época, de acordo com os meios técnicos disponíveis. Situando-se no campo específico da historiografia linguística portuguesa, esta tese tem como objectivo material o texto impresso destinado à codificação ou normatização gráfica, na medida em que ele é o produto final que acede ao circuito mais ou menos complexo cujo destinatário último é o leitor. Para este, o texto impresso serve de referência, sem atender, ou sequer conhecer, as escolhas previamente realizadas pelo autor – ortografista ou gramático – ou, em certos casos, pelo seu impressor ou tipógrafo. Assumimos, por conseguinte, aquilo a podemos chamar a “superioridade” da “letra de forma” no que ela tem de valor cultural pela sua perenidade e trânsito colectivo, não só porque envolve, ao invés do manuscrito, outros agentes para além do autor – o impressor, tipógrafo ou editor, por exemplo –, mas também um público muito mais vasto do que aquele, por maior que seja o número de cópias manuscritas. Porém, este recorte não nos impediu de atentarmos, de forma pontual, em algumas fontes manuscritas, sempre que estas aduziam dados de alguma forma relevantes para o tema.

Muitas vezes remetida a escrita, assim como a descrição da(s) ortografia(s) e sua história, para o campo dos epifenómenos da língua oral, na historiografia cabe à ortografia, no entanto, um quinhão tanto mais volumoso e destacado quanto mais ele seja integrado na história da língua, como uma vertente específica da normatização linguística. É neste quadro de articulação entre a ortografia, como codificação da escrita, e a própria língua que para nós ganha particular interesse a história da ortografia portuguesa.

Tendo conhecido uma regulamentação oficial tardia, a ortografia portuguesa sempre foi um tema discutido e tratado ora com a displicência devida aos assuntos fúteis ou menores, ora com a paixão suscitada pelas matérias sensíveis e de lesa-majestade. Talvez por isso mesmo, do muito que sobre ela se tem escrito, quase tudo se fica pelos estudos fragmentários, pela análise parcelar ou pelo estudo

monográfico, pois até há pouco tempo nem sequer existia um recenseamento mínimo das suas fontes². Assim, com este estudo, propomo-nos contribuir para um melhor conhecimento da problemática ortográfica num período em que, por um lado, imperou primeiro a corrente etimológica, e, por outro lado, se assistiu à emergência formal de uma corrente que, assentando na linha fonética tradicional, corporizada pelos renascentistas Oliveira (1536) e Barros (1540), vai interpretar *ipsis litteris* a lição quintiliana segundo a qual *deve escrever-se como se fala*. De facto, a extensão do período aqui em apreço justifica-se pela necessidade de captarmos as modulações das linhas de força do pensamento e do discurso metaortográficos, conquanto esta orientação nos impusesse a assunção de algumas desvantagens: abdicar do critério de exaustividade na inventariação das fontes e aceitar as limitações da sua análise. Trata-se, portanto, de saber se os textos metaortográficos pertencentes à chamada fase “pseudo-etimológica”, em geral incluída ou mencionada nas propostas de periodização ortográfica avançadas por diversos autores – J. J. Nunes (1ª ed. 1919; 9ª 1989), Lima Coutinho (1938/7ª ed.1976), Williams (1938/1961), Vázquez Cuesta (1971/ 1983), Castro (1991), Winckelmann (1994) – confirmam a longevidade do primado do princípio etimológico, e, por extensão, do legado clássico, consubstanciado em sistemas mais ou menos divergentes uns dos outros, até à emergência, a partir da década de setenta do século XIX, de uma reflexão histórico-científica sobre o sistema gráfico, que culminará na reforma de 1911, na qual se procurou atender à natureza diassistemática da língua e conciliar a diacronia (etimologia) com a sincronia (fonética ou sistema fonológico). Paralelamente, procurar-se-á determinar a repercussão, no plano ortográfico, dos vários movimentos ou correntes de pensamento linguístico, a saber, o despontar do racionalismo linguístico, a influência da gramática geral francesa, a recepção da *Encyclopédie*, o positivismo, o materialismo fonético, o aparecimento do método histórico-científico, e sua aplicação à relação entre fonia e grafia. Se é certo que algumas dessas correntes têm vindo, ultimamente, a ser estudadas no campo da gramaticografia, já o mesmo não se tem observado com respeito à ortografia, embora esta seja uma das partes tradicionais da gramática e, por conseguinte, uma das vertentes do problema

² Para além da *Bibliografia Filológica Portuguesa*, contamos agora com a *Historiografia Gramatical (1500-1920)*, comp. e org. por Simão Cardoso (Porto, 1994).

da normatização linguística. Esta tese assenta, assim, na convicção de que o corpo doutrinal e o aparato terminológico construídos à volta do(s) sistema(s) gráfico(s) dão testemunho, explícito ou implícito, dos movimentos acima mencionados. Sempre que possível, procurar-se-á descortinar a articulação dos sistemas com os condicionamentos externos, quer dizer, com os aspectos de ordem social, política, económica e educativa, de alguma maneira relacionados com as propostas dos ortografistas ou dos gramáticos.

1.1. Pressupostos metodológicos

Os objectivos acima enunciados exigiam uma clara definição das bases teóricas e metodológicas em que assentaria a análise, tanto mais que o tema e, sobretudo, a dimensão do “corpus” impunham, desde logo, certas restrições ao nosso trabalho. Apesar de a questão da natureza da escrita ser perfeitamente marginal aos nossos objectivos, convém sublinhar, ainda assim, as características distintivas da língua escrita relativamente à língua oral, as quais são duas vertentes, em nosso entender, do mesmo fenómeno. Quanto à problemática da “representação” e consequente secundaridade da escrita em relação à língua “real”, a falada, julgamos que do ponto de vista prático o problema é solúvel se nos desprendermos da aporia instalada a partir das sucessivas interpretações do texto de Saussure³, e renunciarmos ao primado do oral sobre o escrito, como um pressuposto metodológico. De facto, enquanto a escrita se define pela “permanência”, “durabilidade” e “convencionalidade” ou “especificidade”, a grafia é toda a representação escrita de um enunciado, e a ortografia, uma grafia seleccionada entre outras de acordo com determinados critérios ou princípios.

³ Para uma revisão desta questão, cf. J.-L. Chiss e C. Puech, *Le Cours de Linguistique et la «Représentation» de la langue par l'écriture, Pour une théorie de la langue écrite* (Actes éd. N. Catach), CNRS, 1988, pp. 47-55; idem, *La linguistique et la question de l'écriture: enjeux et débats autour de Saussure et des problématiques structurales, Fondations de la Linguistique*, Bruxelles, De Boeck, 1987, pp. 85-109. Uma das tentativas mais antigas e rigorosas de dotar o estudo da língua escrita de uma conceptualização linguística, quaisquer que sejam os seus postulados teóricos, é a do checo J. Vachek, com *Zum Problem der geschriebenen Sprache* (1939), *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, 8, pp. 94-104; republ. em *Written Language. General Problems and problems of English*, The Hague, Mouton, 1973.

Importa também fazer a distinção entre a ortografia (do gr. ὀρθογραφία “a escrita correcta”) e o sistema gráfico: como princípio teórico fundamental, estabelece-se que são conceitos distintos que muitas vezes tendem a confundir-se na metalinguagem dos estudiosos, por estarem estreitamente associados, apesar de o primeiro ser mais amplo que o segundo; em geral, a ortografia⁴ designa a “norma” – o código ou convenção –, e o sistema gráfico (ou, até, “sistema de escrita”) refere, por sua vez, o meio de comunicação humana realizada por signos escritos: nestas condições, só há escrita se ela remeter para a(s) língua(s), e se as unidades gráficas de um sistema tiverem uma função linguística⁵. Visto apresentar unidades e estabelecer relações de diferentes naturezas, qualquer sistema gráfico é misto, em proporções diferentes de sistema para sistema, podendo falar-se inclusivamente de uma combinatoria de relações fonográficas e relações semanticográficas, ou, ainda, ideográficas, quer dizer, relações entre as unidades gráficas e os planos da expressão e do conteúdo⁶. As relações fonográficas são as que ocorrem entre uma dada unidade gráfica – o grafema, que deve ser definido como a “mais pequena unidade distintiva e/ou significativa da cadeia gráfica, composto por uma letra, um grupo de letras, letras acentuadas, etc., com referência fónica ou sémica na língua falada ou escrita”⁷ –, e determinada unidade fónica – o fonema. As relações morfogramáticas são, por sua vez, as que ocorrem entre um grafema (simples ou composto) e determinados

⁴ Os dicionários de linguística fornecem-nos uma definição de ortografia mais ou menos idêntica, cuja tónica ora recai no seu carácter normativo e correctivo, ora no seu carácter uniformizador e sistemático; cf. Th. Lewandowski, **Diccionario de Lingüística**, Cátedra, 1992, p.251, e J. Dubois et alii, **Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage**, Larousse, 1994, pp. 337-338. Neste último caso, assume-se que a escrita é um código de comunicação de segundo grau, em relação ao código de primeiro grau, razão por que a definição de escrita assenta no fonocentrismo. Cf. infra, I, 2.

⁵ Cf. R. Honvault, *Problématique et présentation*, **Liaisons-Heso (Systèmes d'Écriture)**, n° 21-22, déc., 1992, p. 3.

⁶ Aqui, seguimos de perto a concepção de dupla articulação proposta por Martinet, **Elementos de Linguística Geral**, 10ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1985 (1ª ed. franc. 1970), aplicada igualmente por Geoffrey Sampson, na análise dos sistemas de escrita; vide: **Writing Systems. A Linguistic Introduction**, Stanford-California, Stanford University Press, 1985.

⁷ Para o conceito de grafema, não existe uniformidade entre os estudiosos dos sistemas de escrita e das ortografias, como pode concluir-se da inventariação cronológica de trinta e nove definições, efectuada por Jean-Christophe Pellat; Cf. *Indépendance ou interaction de l'écrit et de l'oral? Recensement critique des définitions du graphème*, **Pour une théorie de la langue écrite** (éd. de N. Catach), CNRS, 1988, pp. 133-146. Para uma revisão do conceito, vide: N. Catach, *The grapheme: its position and its degree of autonomy with respect to the system of the language*, **New Trends in Graphemics and Orthography**, (ed. Gerhard Augst), Gruyter, 1986, pp.1-10. Sobre os vários modelos de construção do conceito de grafema, vide: J. Anis, J.-L. Chiss, Ch. Puech, *La construction du graphème: théories et pratiques*, **L'écriture. Théories et descriptions**, Bruxelles, De Boeck, 1988, pp. 79-86.

segmentos do enunciado, dotados uma função gramatical, como é o caso das marcas do feminino ou do plural em francês⁸. Daqui resultam os fonogramas e os morfogramas⁹, que fazem referência, por conseguinte, à natureza dos grafemas em causa, o que todavia não exclui que uma unidade possa remeter para mais de um plano. Por outro lado, considera-se ainda a existência do logograma ou “palavra-grafema”, que remete para o plano semântico sem mediação de nenhum dos outros tipos de relação. O inglês é a língua que mais parece aproximar-se deste tipo de “ideografia”, visto existir uma espécie de “diglossia” entre a língua falada e a língua escrita. Se até aqui nos mantivemos no plano das unidades alfabéticas, porquanto os significantes pertencem ao inventário conhecido tradicionalmente como alfabeto, poder-se-á levar mais longe a tentativa de análise dos diversos planos estruturais do sistema gráfico, ao apontarmos as unidades gráficas auxiliares, ou “singrafemas”, de que são exemplo a pontuação e outros sinais¹⁰. Assim, aceitamos que o sistema gráfico se estrutura em dois planos bastante abrangentes, o alfabético e o extra-alfabético, sendo que um permite a análise dos tipos de grafemas acima identificados, ao passo que o outro integra todas as unidades que escapam àquele, em virtude da sua natureza específica, em certa medida semelhante à dos prosodemas, que têm carácter discreto, mas semanticamente próxima dos “ideogramas”.

Em conformidade com a própria estrutura interna da maioria das obras do *corpus*, postula-se neste trabalho uma concepção integradora¹¹ das várias

⁸ No sistema gráfico do português, como no do espanhol, em virtude de a evolução fonética não ter apagado certas oposições funcionais da realização oral (masculino-feminino, singular-plural, marca de pessoa na flexão verbal, concordâncias, etc.), este tipo de unidades sempre existiu em número reduzido, ao invés do francês, em que a escrita reflecte distinções e relações desaparecidas da realização oral. O morfograma possui, assim, uma forma e uma função, ou sentido, pelo que é uma espécie de “signo-morfema”; cf. N. Catach, *Les délires de l’orthographe*, Plon, 1989, p. 337.

⁹ O termo provém dos estudos sobre as antigas escritas para designar unidades de língua representativas de uma ideia; aqui cobra apenas o significado que se apontou.

¹⁰ Esta classificação procede da análise do sistema alemão, realizada por Peter Gallman. Cf. *The graphic elements of german written language*, *New Trends in Graphemics and Orthography* (ed. Gerhard Augst), pp. 43-79.

¹¹ Evitando os perigos decorrentes do ecletismo teórico e metodológico, pela integração de todos os níveis ou planos que enformam o sistema gráfico, esta visão linguística é tributária sobretudo dos estudos recentes no campo da chamada “linguística da escrita”, em particular os de Nina Catach e do grupo HESO do Centre National de la Recherche Scientifique. Serão ainda chamados à colação, ao longo deste trabalho, outros contributos como o da teoria autonomista da escrita, representada pelos estudos de J. Anis, J.-L. Chiss e C. Puech (cf. supra), ou o da semiologia, nomeadamente de Roy Harris; Cf. *La sémiologie de l’écriture*, CNRS, 1993.

componentes do sistema gráfico e, portanto, da ortografia, de molde a incorporar quer os grafemas quer os pontemas, visto que a natureza e funções dos primeiros se vincula sobretudo ao plano fonográfico, enquanto que os segundos (sinais de pontuação, maiúsculas, caracteres, espaços, etc.) remetem para o nível da frase, da enunciação e da formalização do texto como unidade total de sentido. A demonstração desta articulação interna do sistema gráfico traduzir-se-á, então, na descrição do(s) sistema(s) gráfico(s) do português no período de 1734 a 1911, tanto na sua vertente mais tradicional, relativa aos grafemas na sua relação com o nível fonético-fonológico, como na vertente respeitante à chamada pontuação e outros sinais auxiliares, aspecto excluído em geral dos estudos sobre a matéria ortográfica. Daqui decorre, naturalmente, a divisão operada em cada capítulo deste trabalho – plano alfabético e plano extra-alfabético¹² –, divisão essa que reflecte a articulação dos dois níveis dentro do sistema gráfico.

Aos três capítulos do trabalho, acrescentou-se um outro em anexo, no qual são gizados alguns dos traços principais da memória metaortográfica portuguesa anterior a Madureira Feijó, autor cuja **Orthographia** (1734) corporiza o momento áureo da corrente etimológica em Portugal, até então sem rivais de peso, já que a tendência fonetizante só virá a ter novo arauto na década seguinte, com Verney (1746), dando-se então início a uma disputa entre correntes ortográficas de distinto estro. Por se encontrar fora do recorte cronológico traçado e ser demasiado extenso para constar de uma **Introdução**, optámos por esta forma de apresentação, que tem a vantagem de permitir uma leitura separada do corpo central trabalho. Contudo, nesse **Anexo I** (A constituição de um corpo doutrinal vernáculo) adoptar-se-á uma perspectiva cronológica, sendo aplicada a estrutura bidimensional (planos alfabético e extra-alfabético) dos capítulos **I** e **II** apenas aos autores cuja doutrina o justifique.

Dada a extensão dos capítulos, que constituem partes articuladas ou sequenciais, por um lado, e, por outro, a necessidade de sistemática referência às fontes, já que algumas são pouco conhecidas, ou, em certos casos, pouco referidas ou até desconhecidas, optámos por um sistema misto de referências, tão económico

¹² Autores de outras linhas teóricas adoptam as denominações “grafemáticas” e “singrafemáticas”, até certo ponto equivalentes às por nós aqui aplicadas; vide: Peter Gallman, *The graphic elements of german written language*, *New trends in graphemics* (ed. by Gerhard Augst), 1986, pp. 43-79.

quanto possível num trabalho desta natureza, em que a citação é simultaneamente objecto e meio de análise: assim, no corpo do texto far-se-á a localização de páginas e de exemplificação textual das fontes (ortografistas e gramáticos), ficando as notas reservadas para abonações textuais complementares, comentários, bibliografia, etc.

1.2. Recorte cronológico

Tratando-se de captar o desenvolvimento dos diversos contornos da questão ortográfica ao longo da época setecentista e oitocentista, em particular, tomámos como objecto de estudo os textos metaortográficos portugueses compreendidos entre 1734, data da primeira edição da **Orthographia**, de João de Morais Madureira Feijó, obra maior da corrente ortográfica etimológica e *terminus a quo* deste estudo, e 1911, ano da publicação da reforma oficial da ortografia portuguesa. A amplitude do recorte cronológico e a selecção das obras, especialmente abundantes no século XIX, eram os dois problemas que se nos colocavam. Ainda assim, para além das fontes estritamente metaortográficas – os tratados ou manuais ortográficos –, e abdicando do critério da exaustividade, como já salientámos, decidimos não prescindir das fontes gramaticais, para avaliarmos o papel e alcance das ideias ortográficas no âmbito das gramáticas, já que nestas convergem as funções de agentes da normatização e de suportes pedagógico-didácticos do ensino da língua.

1.3. Corpus

Para a apreensão as ideias ortográficas em Portugal entre 1734 e 1911, tornava-se então necessário compulsar as obras metaortográficas e metagramaticais publicadas nesse período. Para o efeito, realizámos uma investigação bibliográfica que nos levou a várias bibliotecas portuguesas e estrangeiras, com especial destaque para aquelas onde se recolheu o grosso das fontes: Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Municipal do Porto, Biblioteca da Academia das Ciências, Biblioteca do Palácio da Ajuda, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Pública de Braga, Bibliothèque Nationale de Paris, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

Constituiu-se, assim, laboriosamente, um *corpus* que compreende as obras em que a matéria ortográfica é o escopo principal, ou aquelas em que esta figura sem ser o objecto central, como sucede com as gramáticas, por exemplo.

A essa tentativa de historiação do sistema na sua conjunturalidade damos agora início.

CAPÍTULO I

AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XVIII

CAPÍTULO I - AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XVIII

1. Contexto histórico-cultural

Os meados do século XVIII assistem a um notável aumento de publicações de todo o tipo, inclusive de natureza linguística. Várias foram as condições económicas, sociais, técnicas e culturais que favoreceram tal progresso, não só durante o reinado de D. João V (1689-1750) como no de D. José I (1717-1777). Ideologicamente, este século foi marcado por duas correntes convergentes: por um lado, o mercantilismo¹, que se traduziu na protecção e controlo do Estado sobre as actividades comerciais (em particular as importações e exportações), e, por outro lado, o despotismo iluminado ou esclarecido², isto é, a filosofia política derivada do iluminismo, que em Portugal tem sido interpretada como fase evolutiva do absolutismo e associada à figura régia de D. José I e ao seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, prolongando-se essa corrente ainda durante a “viradeira”, a época do reinado de D. Maria I, e a regência do príncipe D. João.

Durante o período joanino, devido à abundância do ouro brasileiro, vigorou o mecenato, que trouxe a Lisboa artistas e comerciantes de diversos ramos de actividade: entre eles, vieram também impressores e livreiros, que acabariam por radicar-se em Portugal, como sucedeu com Jean Villeneuve, fundidor e gravador de tipos gráficos, autor de três folhetos sobre a “Origem da arte de Imprimir dada à luz pelos primeiros caracteres”, a quem foi concedida autorização régia para abrir uma fábrica, em 1732, evitando-se deste modo a importação de tipos estrangeiros. D. João V subira ao trono em 1706, e à volta da corte cresceu uma intensa vida intelectual, organizada em academias³ e tertúlias, as quais davam continuidade, de certo modo, às academias seiscentistas.

¹ Cf. José Borges de Macedo, *Mercantilismo*, **Dicionário da História de Portugal**, vol. IV, pp. 271-275.

² Idem, *Despotismo esclarecido*, **Dicionário da História de Portugal**, vol. II, pp. 290-292.

³ Do academismo literário setecentista, são de destacar a Academia dos Generosos (fundada em 1647), a dos Anónimos, a dos Ocultos (com início em 1745), a Arcádia de Lisboa (desde 1757 até 1776) e a Nova Arcádia (Academia de Belas Letras, de 1790 a 1795). Vide: J. Palma-Ferreira, **Academias literárias dos séculos XVII e XVIII**, Lisboa, BN, 1982.

Boa parte deste século caracteriza-se pela sobrevivência de muitas formas culturais de cariz vincadamente barroco, e até gongorizante, resistindo perante os intentos de renovação, trazida pelos chamados “estrangeirados”, tanto no domínio das letras e da filosofia, quanto (ou talvez sobretudo) no das ciências, cujos últimos avanços não penetravam com facilidade em Portugal. No entanto, as duas *formae mentis* setecentistas – o barroco e o neoclassicismo – favoreceram, ou pelo menos concorreram, para o estado das ideias ortográficas nesse século: a primeira, pela fantasia e exagerado capricho das formas; a segunda, pelo retorno à matriz clássica, quer formal quer temática, numa espécie de contradição aparente entre a revitalização do modelo dos Antigos, por um lado, e, por outro, a restituição da língua à sua autenticidade⁴ pela recuperação de uma certa vernaculidade colhida nos clássicos portugueses do século XVI.

1.2. Ortografistas, gramáticos, lexicógrafos e impressores

Na história da ortografia portuguesa, a primeira metade do século XVIII é marcada pela publicação da **Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa**, de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741), um dos mais importantes ortografistas de sempre, cuja doutrina ortográfica já analisámos em outro lugar⁵. Depois de 1734, e da famosa “ortografia de Madureira”, no período setecentista destacar-se-ão ainda outros autores, que recebem, com propriedade, o tratamento de ortógrafos, por terem produzido textos consagrados à normatização da escrita em língua portuguesa, sem que se tenham notabilizado, todavia, tanto como Feijó. São eles D. Luís Caetano de Lima, Frei Luís do Monte Carmelo, João Pinheiro Freire da Cunha, Francisco Félix Carneiro Souto-Maior, Bernardo de Lima e Melo Bacelar e Francisco Nunes Cardoso.

⁴ A este propósito, recorde-se que os escritores da Arcádia Lusitana proclamavam na sua divisa (*Imutilia truncat*) uma guerra aos desvirtuamentos verificados na época anterior, o que se repercute inclusive na concepção de “pureza linguística”, que se traduzirá, quer na perseguição movida contra o galicismo, nas últimas décadas do século, como se vê em Francisco José Freire e no Cardeal Saraiva, quer na revitalização dos bons modelos vernáculos seiscentistas, como J. de Barros, Camões, etc.

⁵ Cf. Maria Filomena Gonçalves, **Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa**, Lisboa, ICALP, 1992. Ali fazemos a descrição do sistema ortográfico madureirense.

D. Luís Caetano de Lima (1671-1757) é autor não só da **Orthographia da Lingua Portugueza** (Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca), de 1736, como também de uma gramática francesa e de outra italiana, a saber, **Grammatica Franceza, ou arte para apprender o Francez por meyo da lingua Portugueza, regulada pelas notas e refflexoens da Academia de França. Parte I.** (Lisboa, Na Officina Deslandesiana, 1710) e **Grammatica Italiana e arte para aprender a lingua Italiana por meyo da lingua Portugueza** (Lisboa, na Offic. da Congregação do Oratorio, 1734)⁶. Teatino e sócio fundador da Real Academia de História (1720), Caetano de Lima tem o perfil do estrangeirado; tendo viajado pela Europa, conhecia e falava com proficiência vários idiomas; defendia o ensino das línguas vivas, cujo conhecimento encarava como forma de modernidade e de progresso cultural⁷. Na sequência da proposta do director aquela Academia, em representação de D. Alexandre Gusmão⁸, para que se uniformizasse a ortografia das publicações da agremiação, a escolha acabaria por recair sobre a “ortografia” do Pe. Lima.

Quanto a Frei Luís do Monte Carmelo, que se chamaria Luís Cláudio segundo Inocêncio (t. V, p. 309), da sua biografia conhecem-se os seguintes dados: era carmelita descalço tendo exercido como deputado da Real Mesa Censória⁹, que havia sido criada em 1768 e funcionará até 1787, data da sua substituição pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Natural de Viana do Castelo (naquela época, Viana do Minho), ignora-se, porém, o ano do seu nascimento, morreu em 1785. Da **Orthographia**¹⁰ de Monte Carmelo apenas se uma conhece única edição, de 1767 (Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo).

⁶ A gramática francesa teve ainda outra edição, com data de 1733 (Lisboa, Na Officina da Congregação do Oratorio); da italiana, conhece-se também uma segunda edição, de 1756 (Lisboa, na Offic. de José da Costa Coimbra).

⁷ Cf. Francisco Inocêncio da Silva, **Diccion. Bibliographico Portuguez**, (de ora em diante apenas referido como Inocêncio), t. 5, Lisboa, 1860, pp. 238-239; Vide, Maria Filomena Gonçalves, *Algumas notas sobre a ortografia portuguesa no século XVIII (D. Luis Caetano de Lima)*, **Biblos**, vol. LXVII, 1991, pp. 263-273.

⁸ Apud Pedro José da Fonseca, **Rudimentos de Orthografia**, 1809, pp.V-VI.

⁹ Esta era constituída por um presidente e sete deputados ordinários, “sendo um deles inquisidor da Mesa do Santo Officio da Inquisição de Lisboa, proposto anualmente pelo inquisidor geral”, e um outro o vigário geral do Patriarcado de Lisboa, ou, na sua falta, o desembargador mais antigo do mesmo Patriarcado; apud, José Borges de Macedo, *Mesa Censória*, **Dic. Hist. de Port.**, IV, p. 277.

¹⁰ O título completo é extensíssimo: “*Compendio de Orthographia, com sufficientes catalogos e novas regras, para que todas as provincias e dominios de Portugal possam os curiosos comprehender facilmente a orthologia e prosodia; isto é, a recta pronuncia e accentos proprios da lingua portugueza. Accrescentado com outros novos catalogos, e explicação de muitos vocabulos antigos e antiquados para intelligencia dos antigos ezcriptores portuguezes; e de todos os termos vulgares*”

Cont. pág. seguinte.

Do fundador de “Academia Orthografica Portugueza” (cf. infra, 2.1.2.), João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811?), sabe-se que foi professor de gramática latina e portuguesa em Lisboa, tendo deixado algumas obras relacionadas com a sua actividade de pedagogo, nomeadamente os opúsculos com os títulos seguintes: **Conjugações Portuguezas regulares e irregulares** (Lisboa, na Officina de Antonio Gomes, 1791), **Generos Portuguezes conhecidos pelas regras da terminação** (2ª impressão accrescentada, Lisboa, na Officina Patriarchal, 1798), **Theses da Grammatica portugueza, systema pinheirense**, (Lisboa, Off. de João Rodrigues Neves, 1807), e o **Methodico Systêma de Ensinar Em Breve Tempo os Meninos a Ler Com Perfeição** (Com Aula na Rua Aurea nº72, Lisboa, Typ. de J. V. dos S. Corrêa, Rua da Mouraria nº38). Afora os textos que mais directamente nos interessam, como o **Breve Tractado de Orthographia** (Lisboa, Offic. Joseph da Silva Nazareth, 1770)¹¹ ou as **Memorias da Academia Orthografica** (cf. infra, 2.1.2.), dele ficou-nos também, na Biblioteca Pública de Évora (BPE: cod. CXIII-2-25), uma gramática manuscrita, intitulada **Novo methodo de grammatica portugueza composto e offerecido ao Exmo sr. D. Thomás de Almeida**¹² (1790), e diversas **Proluzões gramaticais**.

menos cultos e mais ordinarios, que sem alguma necessidade não se devem usar em discursos eruditos; das phrases e dicções comicas de mais frequente uso, as quaes sem um bom discernimento não se devem introduzir em discursos graves ou serios; e finalmente dos vocabulos e diversos abusos da plebe, mais conhecidos e contrarios ao nosso idioma, os quaes sempre de devem corrigir ou evitar. Este titulo parece ser uma sobrevivência do espírito barroco, à semelhança de obras bem anteriores, como é o caso do **Vocabulario Latino-Portuguez** (1712-1728) de Rafael Bluteau; cf. 2º vol., I, 4.5.)

¹¹ Tal como observáramos nas obras de Madureira e Monte Carmelo, também aqui deparamos com um titulo ou sub-titulo longo, especificador do público ao qual se destinava o tratado: “Breve Tractado de Orthografia para os que não frequentarão os estudos, ou Dialogos sobre as mais principaes Regras da Orthografia uteis para o Povo menos instruido, e para os que não tendo frequentado as Aulas, se achão hoje empregados nos Escritorios publicos, e dezejaõ acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhes são faceis de comprehender, e muito mais proveitózos aos Meninos, que frequentaõ as Escolas”. A obra teve várias impressões: a 5ª é de 1778 (Lisboa, Na Officina de Francisco Sabino dos Santos); a 6ª, mais acrescentada e correcta que as precedentes, é de 1788 (Lisboa, Na Officina de Antonio Gomes); a 8ª, de 1813 (Lisboa, Typ. Lacerdina), que será, portanto, uma edição póstuma.

¹² Este era o principal da Igreja Patriarcal de Lisboa que, na qualidade de director-geral dos Estudos, foi o responsável pela legislação referente ao ensino entre 1759 e 1771, pelo existe alguma imprecisão quando vulgarmente se atribui ao Marquês de Pombal (titulo que Sebastião José de Carvalho e Melo só recebeu a partir de 16 de Setembro de 1769), a globalidade das disposições genericamente conhecidas pela designação comprimida de “reforma pombalina dos estudos menores”. De facto, só a partir de 4 de Julho de 1771, data em que a direcção dos Estudos passava para a Real Mesa Censória, começou Pombal a exercer o controlo absoluto sobre a matéria educativa, por intermédio de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, que presidia à referida Mesa. Note-se que tanto o Alvará de 7 de Julho de 1759 como as “Instruções” vêm assinados pelo Conde de Oeiras, e que no de 30 de Setembro de 1770 já

Cont. pág. seguinte.

No que ao formato das obras se refere, desde logo importa salientar que o diálogo é a forma amplamente preferida pelos ortógrafos e gramáticos em geral. De facto, encontrando-se muito vinculado ao didactismo, de que era um dos suportes, e decorrendo de uma metodologia de ensino baseada no exercício da memória, a exposição dialógica releva-se bastante económica e directa, visto que a sequência de perguntas e respostas permite concentrar o essencial da informação e progredir do elementar para o mais complexo. Este esquema representa também uma simulação da situação de aprendizagem que faculta sobretudo a reprodução-memorização, em vez de conduzir à compreensão. Freire da Cunha não foi, de resto, o único pedagogo deste século a adoptar a forma do diálogo como estratégia expositiva; outros aplicaram-na igualmente, como o notável professor dos Estudos Menores Bento de José de Sousa Farinha (1740-1820)¹³, no **Dialogo sobre a Lingua Portugueza, em que são interlocutores João, avô e Júlio, neto** (1784), e não apenas na didáctica das línguas, mas também em outros domínios do conhecimento, de que é exemplo a **Recreação Filozófica** do Pe. Teodoro de Almeida. Para além deste, também o formato de carta conheceu grande difusão nas obras didácticas do século XVIII: recordemos Luís António Verney, no **Verdadeiro Método de Estudar** (1746), e António Ribeiro Sanches, nas **Cartas sobre a Educação da Mocidade** (1760), impressas sem o nome do autor. A epistolografia foi, inclusivamente, o formato adoptado em boa parte dos textos envolvidos na polémica da gramática latina no século XVIII.

Da biografia de Francisco Félix Carneiro Souto-Maior, apenas podemos referir que era “fidalgo da casa de Sua Magestade”, segundo informação constante da folha de rosto da sua **Orthographia Portugueza, ou Regras pera escrever certo, ordenadas para uso de quem se quizer applicar** (Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno), publicada em 1783, com dedicatória a D. Anna Magdalena Xavier dos Passos Mascarenhas. No mesmo ano, vem a lume a **Grammatica**

figura o nome do Cenáculo (Bispo de Beja). Isto corresponde a “duas fases” do mesmo processo, segundo A. A. Banha de Andrade, **Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa**, IN/CM, 1982, pp.591-636.

¹³ Sobre este pedagogo, vide: Rómulo de Carvalho, **História do ensino em Portugal**, Lisboa, FCG, 1986, pp. 489-491. Traduziu para português a *Lógica do Genuense*, com o título **Lições de Logica feitas para uso dos principiantes, transladadas em linguagem (...)**, publicadas possivelmente em 1785, e reimpressas sucessivas vezes.

Philosophica e Orthographia Racional da Lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma (Lisboa, na Off. de Simão Thaddeo Ferreira), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (c.1736-1787); presumivelmente nascido em Chaves, recebeu o nome religioso de Frei Bernardo de Jesus Maria, da ordem dos franciscanos, exerceu o sacerdócio no Alentejo, de acordo com a folha de rosto do seu **Diccionario**¹⁴; esteve preso durante oito anos (1769-1777) por hostilidades com o bispo de Coimbra e correspondeu-se com Frei Manuel do Cenáculo, uma das figuras mais relevantes da cultura portuguesa de setecentos.

A respeito do ortografista Francisco Nunes Cardoso não localizámos qualquer notícia biográfica; dele nos ficaram alguns textos de natureza pedagógica e metaortográfica: uma cartilha de primeiras letras, a **Arte ou Novo Methodo de ensinar a ler a Lingua Portugueza, a que se proporciona hum novo systema da sua orthografia** (Lisboa, Off. Simão Thaddêo Ferreira), de 1788, o **Exame critico das Regras de Orthographia Portugueza e a Arte da Orthographia Portugueza conforme o novo systema**, ambos com data de 1790 e publicados em Lisboa na Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

Em conformidade com a perspectiva teórica e metodológica perfilhada (cf. I, 1.), para a história das ideias ortográficas durante o século XVIII, não podíamos deixar de considerar diversas modalidades de actividade metalinguística, com vista a uma melhor compreensão da dinâmica das teorias e das práticas ortográficas, enraizada verdadeiramente na vida cultural da sociedade portuguesa da época. Daqui se depreende, por exemplo, a utilidade do relevo conferido aos aspectos biográficos dos autores e dos agentes envolvidos na veiculação de uma dada norma, ou, se se preferir, das várias opções gráficas compresentes.

¹⁴ A **Grammatica Philosophica** e a **Orthographia racional** figuram apenas a este **Diccionario da Lingua Portugueza**, “em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau e todos os mais dicionaristas juntos: a sua propria significação: as raizes de todas ellas: a accentuação, e a selecção das mais usadas e polidas: a Grammatica Philosophica, e a Orthographia Racional no principio, e a explicaçoens das abbreviaturas no fim desta Obra . Obra da Primeira Necessidade para todo aquelle, que quizer falar, e escrever com acerto a lingua Portugueza; por ser impossivel, que pelos Livros atégora impressos possa alguma saber a terça parte do idioma Portuguez ” (Lisboa, na Off. de Jozé Aquino Bulhoens, 1783); todavia, nesse mesmo ano teve a **Grammatica** uma edição autónoma (Lisboa, Offic. de Simão Thaddeo Ferreira), que, a crer nas remissão desta para aquela, lhe é posterior (cf. *Introdução* do Prof. Amadeu Torres à edição fac-similada da **Gramática Filosófica da Língua Portugueza de Bernardo de Lima e Melo Bacelar**, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996).

Afora os ortógrafos, podemos considerar, por um lado, autores que se ocuparam da matéria ortográfica de maneira ocasional ou episódica, no âmbito do tratamento de outros assuntos, como sucede por vezes com as gramáticas ao incluírem uma parte sobre a ortografia ou, pelo menos, sobre a prosódia; por outro lado, atentaremos em autores que criaram um sistema ortográfico particular, sem que explicitamente tivessem proposto um corpo de doutrina a tal respeito. No primeiro grupo, o dos que doutrinaram em matéria linguística, que não apenas sobre ortografia, enquadram-se figuras como Luís António Verney, António José dos Reis Lobato, António Vieira Transtagano, Pedro José da Fonseca, Pedro José de Figueiredo, Francisco José Freire, António de Moraes Silva e o Cardeal Saraiva; dos segundos, aqueles cuja prática ortográfica se distingue pela sua individualidade, ao ponto de constituir uma referência, mencionaremos o Pe. Teodoro de Almeida e Francisco de Paula Figueiredo. De todos estes nomes, o de Verney (1713-1792) é, decerto, o mais polémico de todos quantos em Portugal configuram o cenário cultural de setecentos, para além de ser o mais conhecido além fronteiras. Por outro lado, Verney está indissociavelmente ligado ao “movimento das luzes” ou iluminismo, e à feição particular de que o mesmo possa ter-se revestido entre nós. De origem francesa, este oratoriano, que publica anonimamente boa parte das suas obras e se oculta sob o nome de Barbadinho, encontra-se no centro da polémica¹⁵ que mais animou o período oitocentista em Portugal – a disputa ideológica e pedagógica entre jesuítas e oratorianos.

Embora resistindo à forte concorrência da Congregação do Oratório, a Companhia de Jesus seria detentora, até 1759, de quase todo o sistema de ensino, com o beneplácito do poder real, situação que será alterada pela ascensão dos oratorianos à esfera de influência do poder, favorecidos pela acção do Marquês de Pombal, e concretamente pela perseguição deste aos Jesuítas, que culminará na sua expulsão e subsequente desmantelamento dos colégios da Companhia. De facto, a publicação em 1746 (Valença, Na Offic. de Antonio Balle) do **Verdadeiro Método**

¹⁵ Não tentaremos fazer aqui, num exercício de síntese, uma recapitulação da chamada “polémica verneiana”, assunto que tem uma bibliografia extensa, e que foge, em sentido estrito, ao tema que nos ocupa, apesar das aproximações tangenciais. Vide os vários estudos de A. A. de Andrade, com destaque para *A polémica verneiana*, artigo incluído em *As grandes polémicas portuguesas*, Lisboa, 1964; A. A. Banha de Andrade, *Verney e a projecção da sua obra*, ICALP, 1980.

de Estudar¹⁶ veio acirrar o debate entre os partidários dos métodos inicianos e os seguidores da Congregação de São Filipe Néri, desencadeando um ciclo de “réplicas” e “tréplicas” incontáveis, ora em favor de uns, ora de outros, à volta do ensino da gramática latina.

No quadro das obras surgidas para permitirem a execução das reformas dos Estudos Menores, cabe um papel de relevo ao primeiro texto oficial para o ensino da língua materna, a **Arte de Grammatica da Lingua Portugueza** (1770), de António José dos Reis Lobato, significativamente dedicada ao “Illmº e Exmº Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo”. Do autor, pouco se conhece: segundo Inocêncio (t. I, p.175), era cavaleiro da Ordem de Cristo e bacharel pela Universidade de Coimbra; supõe-se que teria morrido nos primeiros anos do século XIX, provavelmente antes de 1804. Apesar das informações apontadas pelo autor do Dicionario Bibliographico Portuguez, a verdade é que não se encontra rasto do autor da “lobata”, o que levou Carlos Costa Assunção¹⁷, depois de pesquisar no Arquivo da Universidade de Coimbra e na Torre do Tombo, a admitir a hipótese de António José dos Reis Lobato ser um pseudónimo de António Pereira de Figueiredo. A **Arte**¹⁸ teve notável um êxito editorial, registando-se numerosas reimpressões tanto em Portugal como no Brasil, e até no Oriente, facto que se deve a ter sido promovida e recomendada oficialmente¹⁹.

¹⁶ Um dos problemas que se coloca aos estudiosos da obra verneiana é precisamente a questão das edições. Recorde-se que tanto o **Verdadeiro Método de Estudar** como a **Grammatica Latina** (tractada por um methodo novo, claro e facil; para uso d’aquellas pessoas que querem aprendel-a brevemente e solidamente. Traduzida de francez em italiano e de italiano em portuguez (Barcelona, 1758), ou, ainda, **De Orthographia Latina liber** (Romae, 1747; Olisipone, 1759), recomendada por D. José para a reforma dos estudos secundários, saíram sem o nome do autor. Cf. nota anterior.

¹⁷ Cf. **Para uma gramatologia portuguesa. Reis Lobato - Gramático Iluminista** (Dissertação de Doutoramento), 2º vol., Vila Real, UTAD, 1996, pp.198-199; foi publicado sob o título **Reis Lobato - Gramático Pombalino**, Para a História da Linguística em Portugal, Caderno III, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 1997, pp. 9-10.

¹⁸ Sobre o autor e a obra, vide a dissertação de doutoramento de Carlos Costa Assunção, intitulada: **Para uma gramatologia portuguesa**, 3 vols (vol. I - Edição crítica da Arte da Grammatica da Lingua Portugueza; vol. II - António José dos Reis Lobato, Gramático Iluminista; vol. III - Manuscritos e outros textos subsidiários), UTAD, 1996; o vol. II foi publicado há pouco pela APL, no Caderno III da Série Para a História da Linguística em Portugal, com o título **Reis Lobato - Gramático Pombalino** (Lisboa, APL, 1997).

¹⁹ As edições recenseadas vão pelo menos até 1869: 2ª ed., 1788 (Lisboa); 4ª, 1797 (Lisboa); 5ª, 1802 (Lisboa); 1805 (Lisboa); 6ª, 1807 (Lisboa); 10ª, 1812 (Lisboa); 12ª 1814 (Lisboa); 14ª 1815 (Lisboa); 15ª, 1816 (Lisboa); 16ª, 1817 (Lisboa); 1822 (Lisboa); 1824 (Lisboa, Alcobia e Lisboa, Typ. Rollandiana); nova ed. 1824 (Lisboa, Typographia Rollandiana); 1825 (Lisboa); 1830 (Rio de Janeiro); 1837 (Lisboa); ed. aum. por José Joaquim Bordalo (com uma parte sobre a ortografia, acrescentada

António Vieira Transtagano, cujo nome parecer denunciar a naturalidade alentejana (cf. Inoc., I, pp. 293-294), foi autor de várias gramáticas e dicionários portugueses²⁰ para falantes de inglês; a crer em Inocêncio, o autor teria sido perseguido pela Inquisição, tendo de expatriar-se em Inglaterra, onde ainda se encontrava em 1789; sócio da Academia Real das Ciências de Irlanda, de acordo com o frontispício de algumas das suas obras, era professor de várias línguas (inglesa, espanhola, italiana, árabe e persa).

Pedro José da Fonseca (1737?-1816) é uma figura de relevo nos estudos linguísticos da época, em particular pela sua actividade de académico e professor de retórica e poética. Sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi director da tipografia daquela agremiação, tendo dirigido a comissão incumbida de elaborar o **Diccionario da Lingua Portugueza**. Para além do **Parvum Lexicon Latinum Lusitana interpretatione adjuta, ad usum Lusitanorum Adolescentium: in lucem jussu Josephi I Regis Fidelissimi** (Olisipone, 1762), destinado a substituir a **Prosodia** (1634) de Bento Pereira (1605-1681), em conformidade com a proibição pombalina dos manuais dos inacianos, Pedro José da Fonseca publica, em 1771, o **Diccionario Portuguez e Latino**, com várias edições (1815, 1839, 1852). Teve papel destacado na realização do **Diccionario da Lingua Portugueza** (1793) da Academia, o qual, devido à dimensão enciclopédica dos artigos, não passou da letra A. Em matéria ortográfica, de Pedro José da Fonseca interessam-nos os **Rudimentos da Grammatica Portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons authores** (Lisboa, Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira), de 1799, e, em particular, os **Rudimentos da Orthographia Portugueza** (Lisboa, na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo), publicados em 1809 sem o nome do autor, tal como os anteriores.

por este autor), 1842 (Lisboa); 1848 (Lisboa); 1849 (Lisboa); 1850 (Lisboa); 1852 (Lisboa); 1866 (Margão); 1869 (Margão). Vide, lista de edições apud C. Costa Assunção, *obra cit.* nota anterior.

²⁰ É o caso de **A new portuguese grammar (in four parts)**, the second edition, London, Printed for J. Nourse, Bookseller to his Majesty, 1777; a 1ª ed. é de 1768; a 3ª, de 1794, foi traduzida para português com o seguinte título: **Grammatica Ingleza e Portugueza**, para uso dos inglezes que aprendem a lingua portugueza (Lisboa, Typographia Rolandiana, 1812, Londres, 1827). Dos dicionários, refira-se **A Dictionary of the portuguese and English Languages, in two parts**, (London, printed for J. Nourse, 1773), que teve uma segunda edição com título português: **Diccionario Inglez-Portuguez e Portuguez-Inglez. Segunda edição mais correctea e accrescentada** (London, J. Nourse, 1782). Cf. Inoc., t. I, pp. 293-294.

Pedro José de Figueiredo (1762-1826) era natural de Lisboa, onde exerceu como professor de filosofia e de retórica; sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e corrector da sua tipografia, pertenceu também à Real Mesa Censória nomeada em 1820. Aqui referir-nos-emos à sua **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza** (1799)²¹.

Francisco José Freire (1719-1773) é, por sua vez, uma das figuras mais salientes do panorama literário do século XVIII: conhecido pelo pseudónimo arcádico de Cândido Lusitano²², abandonara os teatinos pela Congregação de São Filipe Néri, na qual ingressa em 1751; do “polígrafo do didactismo”²³ interessa-nos contudo uma obra, publicada postumamente, em 1842²⁴ – **Reflexões sobre a Lingua Portugueza. Publicadas com algumas anotações pela Sociedade propagadora dos Conhecimentos uteis** (Lisboa, na Typographia da mesma Sociedade) –, e na qual são tecidas variadíssimas considerações de interesse filológico-linguístico.

António de Moraes Silva (1755-1824) é provavelmente o mais famoso lexicógrafo da língua portuguesa. Natural do Rio de Janeiro e bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, o seu **Diccionario da Lingua Portugueza** (Lisboa, na Off. de Simão Thaddeo Ferreira), publicado pela primeira vez em 1789; assentando no monumental **Vocabulario Latino e Portuguez** (10 vols., 1712-1728), de Rafael Bluteau (1638-1681), teve um considerável número de edições ao longo do século XIX²⁵, tornar-se-á numa referência imprescindível na história da lexicografia e da

²¹ Dedicada a “Sua alteza Real o Serenissimo Senhor Dom Antonio, Principe da Beira”, no título diz ainda: “(...) ordenada em methodo breve, facil, e claro”.

²² Foi um dos animadores das tertúlias da Arcádia Lusitana ou Olisiponense, fundada em 1757 por António Dinis da Cruz e Silva, Manuel Esteves Negrão e Teotónio Gomes de Carvalho, cujo objectivo era a apresentação das produções literárias dos seus sócios, bem como a promoção do gosto e da estética neoclássicos, como rejeição – assinalada até na divisa arcádica que propugnava “Inutilia truncat” – dos padrões característicos do barroco ainda sobrevivente.

²³ A expressão colhemo-la do artigo “Arcádia”, de António Salgado Júnior, no **Dicionário de Literatura** (dir. Jacinto de Prado Coelho), 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1978, p. 65, e resume bem a personalidade e a extensão da obra de Cândido Lusitano.

²⁴ Feita e prefaciada por Heliodoro da Cunha Rivara, director da Biblioteca Pública de Évora, esta edição assenta em cópia do manuscrito autógrafo ainda hoje ali existente, Cod.CXIII/2-1, 1 vol. fol. grande 137 folhas. Cf. **Catálogo de Manuscritos da B.P.É.**, t. II, p.621.

²⁵ Na verdade, a primeira edição é o **Dicionário** de D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Moraes Silva. A segunda (correcta e augmentada, Lisboa, na Typographia Lacerdina), é de 1813; a terceira, de 1823, foi aumentada e dirigida por Pedro José de Figueiredo (cf. supra); a quarta, de 1831, foi acrescentada e corrigida por Teotónio José de Oliveira Velho, que se guiou, de acordo com Inocêncio (t. I, pp. 209-210), pelas anotações do próprio Moraes, falecido anos antes; a quinta edição, de 1844, foi bastante alterada.

lexicologia portuguesas. No âmbito das fontes gramaticais oitocentistas (cf. infra, II) referir-nos-emos ao seu **Epítome da Grammatica Portugueza** (1806).

Igualmente interessante é a figura intelectual de Frei Francisco de São Luís (1766-1845), conhecido por Cardeal Saraiva; num **Glossario das palavras e frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com juizo critico das que são adoptaveis nella** (Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1827), destinado a combater o galicismo, deu testemunho do purismo linguístico que marcará as últimas décadas de setecentos, sob a influência do movimento neoclássico, facto que já havia sido evidenciado por escritores como Francisco José Freire (1719-1773), Filinto Elísio, Correia Garção Cruz e Silva e Agostinho José de Macedo (1745-1822); também pontificava o Cardeal Saraiva pela origem celta do português, aderindo àquilo que hoje designamos de celtomania, na sua **Memoria em que se pretende mostrar, que a Lingua Portugueza he filha da Latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vernacula dos Lusitanos**²⁶, que seria provocaria réplicas de outros autores. Fr. Francisco de São Luís deixou-nos ainda um trabalho no domínio da lexicografia sinonímica – o **Ensaio sobre Alguns Synonymos da Lingua portugueza**²⁷.

Vamos ainda referir-nos, brevemente, à figura do Pe. Teodoro de Almeida (1722-1804). Filósofo oratoriano pertencente à fase do chamado “iluminismo

²⁶ Vide, **Obras Completas** (10 tomos), Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1872-1883, t. IX, pp. 163-208. O Cardeal Saraiva integra-se na corrente da celtomania, perfilhada antes dele por António Ribeiro dos Santos (1745-1818), que procura demonstrar uma origem celta para o português. As contestações à **Memória** do Cardeal partirão, por exemplo, de Francisco Martins de Andrade e João Nepomuceno de Seixas, ambos sócios da Conservatório Real de Lisboa, no **Opúsculo ácerca da Origem da Lingua Portugueza composto e dedicado ao excellentissimo Senhor Conselheiro João Baptista d’Almeida Garrett** (Lisboa, Imprensa Nacional, 1844). A este somar-se-ão Francisco António dos Campos (**A Língua Portuguesa é filha da latina**, sem o nome do autor, 1843), Alexandre Herculano (*Reflexões etnográficas, filológicas e históricas a propósito de uma publicação recente sobre a origem céltica da língua portuguesa*, **Panorama**, vol. VIII, 1844).

²⁷ Vide: Evelina Verdelho, *Lexicografia sinonímica portuguesa: O Vocabulário de Sinonimos, e Phrases de Rafael Bluteau e o Ensaio sobre Alguns Synonymos do Cardeal Saraiva*, **Biblos**, LVII, 1981, pp. 171-221. Sobre o conceito de “purismo linguístico”, cf. Mário Vilela, *A “ilustração” na teoria da linguagem do Cardeal Saraiva*, **Boletim de Filologia**, t. XXVII, Lisboa, 1982, pp. 411-425; idem, *A norma “purista” no século XVIII (com base num exemplo)*, **Revista de História**, vol. IV, 1981, pp. 49-61.

pombalino”²⁸, cultor do que ao seu tempo se conhecia como “filosofia natural”, na **Recreação Filosófica ou Dialogo sobre a Filozofia Natural, para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentáráõ as aulas** (1757) fez a síntese dos conhecimentos daquele tempo. O Pe. Teodoro de Almeida interessa-nos, contudo, pelo peculiar sistema ortográfico que adoptou na **Recreação**. Francisco de Paula de Figueiredo (1768-1803), presbítero secular e bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, natural de Aveiro (Inoc., III, pp.23-24; IX, pp.356), é autor de um poema herói-cómico publicado em 1792, com o título de **Santarenaida** (Coimbra, Regia Officina Typografica), escrito em ortografia simplificada, muito possivelmente inspirada no sistema verneiano, cuja repercussão fora decerto catalizada pela polémica provocada pelas ideias expendidas pelo Barbadinho no **Verdadeiro Método de Estudar**. Ao sistema da **Santarenaida** refere-se, de resto, Inocência (III, p.23) observando que “Figueiredo seguiu n’elle um systema orthographico peculiar, fundado sómente na pronuncia, e conforme em parte ao que Verney aconselhára mais de quarenta annos antes no Verdadeiro methodo de estudar”.

A estas fontes, directas e indirectas, do corpo doutrinal ou reflexivo sobre a ortografia portuguesa do século XVIII, acrescentam-se outras, de que são exemplo, por um lado, alguns artigos em publicações periódicas, e, por outro, obras resultantes da actividade de instituições oficiais, como a Real Academia das Ciências. No primeiro caso, contam-se artigos de 1789 e de 1790, assinados por um conimbricense²⁹, que propôs umas *Observaosins Ortograficas acerca das duas letras G, e Q* (por *** conimbricense, Março, 1789, pp.334-349) e *Algumas Reflexões sobre a orthografia* (Lisboa, Off. Antonio Gomes, Janeiro, 1790), publicadas no **Jornal Encyclopedico**, dedicado à rainha D. Maria, visando a “instrucção geral, com a noticia de novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes”³⁰. Quanto à

²⁸ Cf. Pinharanda Gomes, *Iluminismo, Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Publ. Dom Quixote, 1987, pp. 142-129. Os objectivos do oratoriano iam, de resto, ao encontro do que viria a ser a reforma dos estudos.

²⁹ Segundo informação de Inocência (t. III, p.423), estes artigos teriam sido escritos anonimamente por António de Almeida, reputado médico e escritor, morto em 1839; note-se que o sistema ortográfico usado pelo conimbricense nos seus artigos do **Jornal Encyclopedico** difere visivelmente do sistema praticado pela redacção do jornal.

³⁰ Primeira publicação periódica de carácter enciclopédico em Portugal, a sua publicação conheceu algumas interrupções.

actividade da Academia Real, considerar-se-á aqui o **Diccionario da Lingua Portuguesa**, cujo primeiro e único volume (Letra A) saiu em 1793.

Uma vez situadas as fontes e os autores, no contexto epocal, vamos ainda referir-nos muito brevemente aos impressores das obras acima apontadas, já que eles constituíram uma importante entidade mediadora – se não mesmo manipuladora, em virtude dos meios técnicos ou dos recursos disponíveis –, entre o autor do texto e o leitor. Embora não se trate de fazermos a história das oficinas tipográficas ou das casas de impressão no século XVIII, importa não perder de vista que as obras passaram por um processo que as conduziu do estado de manuscrito ao estado impresso, pelo que não serão despiciendas algumas notícias (as possíveis) acerca dos seus impressores. Primeiro, é de salientar o crescente número de oficinas, quando o comparamos com o do período anterior, facto ao qual já aludíamos antes, ao compulsarmos os principais dados sócio-económicos e culturais deste período da nossa história, em particular a política de mercantilismo e de desenvolvimento cultural que se vinham registando desde D. João V e, depois, graças ao despotismo esclarecido do Marquês de Pombal. Neste contexto, ao livro cabia, como é obvio, um papel fundamental na criação das classes dirigentes, na sua preparação, e na construção do poder de que ele próprio era uma manifestação: para se ajuizar da importância do livro basta referir a criação, em 1768, da Real Mesa Censória, com as atribuições de policiamento dos livros, passando a denominar-se Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, a partir de 1789, na época de D. Maria I (1734-1816), com a chamada “viradeira”³¹. Voltando aos impressores de setecentos³², muitos eram eles: António José da Silva (Impressor da Academia Real de Lisboa ou Academia do Conde da Ericeira); a António Isidoro da Fonseca, que deve ter começado a actividade em 1728 (Inoc., t. V, p.353), dever-se-á a abertura de uma tipografia no Rio de Janeiro, em 1747; Miguel Rodrigues, que na folha de rosto de obras por ele estampadas, por ex. nas **Instrucçoens para os Professores de**

³¹ Com esta designação popular designa-se a época de transição que medeia entre a morte de D. José I, o subsequente afastamento do Marquês de Pombal, o regresso de muitas figuras perseguidas durante o período anterior, e as invasões francesas.

³² Vide, Ângela M.M. Barcelos da Gama, *Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII*, **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**, Ano XIII, nº 49-52, 1967, pp. 12-79; Jorge Peixoto, *História do Livro Impresso em Portugal*, **Arquivo de Bibliografia Portuguesa**, anos X-XII (Janeiro-Dezembro), nº 37- 48, pp.1-26; Fernando Guedes, **O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história (Séculos XVIII-XIX)**, Ed. Verbo, 1987.

Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica (1759), se intitulava “Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca”; José da Costa Coimbra (em Lisboa, com actividade conhecida entre 1746 e 1765); António Rodrigues Galhardo (Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca), em actividade desde 1761 até ao séc XIX); António Gomes, a trabalhar desde 1783 (Inoc., t. I, p.250), Francisco Luís Ameno (transmontano, n.1713), cuja oficina também dava pelo nome de Officina Patriarcal; José de Aquino Bulhões; Simão Tadeu Ferreira, com oficina tipográfica desde 1781³³; a Oficina da Congregação do Oratório, em actividade de 1732 a 1740; a Régia Oficina Tipográfica ou Impressão Régia (passará a chamar-se Imprensa Nacional com a revolução de 1820), criada com os materiais da oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1768, junto à qual será criada uma escola de gravura dirigida por Joaquim Carneiro da Silva, autor do opúsculo “Breve tratado theorico das letras typographicas” (1803); Tipografia da Academia Real das Ciências, cuja fundação em 1780 se deveu ao Duque de Lafões, imprimindo obras desde 1783 até ao século XIX. A estas informações convém acrescentar que, apesar da proibição de importar tipos, em 1756 houve insuficiência deles, tendo sido autorizada, então, a livre entrada de tipos estrangeiros; por volta de 1769 havia onze oficinas tipográficas em Lisboa que empregavam sobretudo os seguintes caracteres: parangona, tanásia, interduo, breviário e solfa. No entanto, depois do fatídico ano de 1755, a segunda metade do século ficará marcada pela decadência das oficinas artesanais e pelo início da era industrial do livro³⁴.

Aos impressores, no circuito percorrido pelo livro impresso juntam-se ainda os livreiros e vendedores de livros, de que são exemplo os mencionados nas folhas de rosto das obras supra mencionadas: casa de João Baptista Lerzo (Rua larga de S. Roque), natural de Génova; João Baptista Reycend e Companhia (Mercadores de livros ao Calhariz), livreiro francês; José Joaquim da Silva (Livreiro na Praça da Figueira), vendedores dos “Poiaes de S. Bento”, loja da Gazeta, loja da “Officina Regia á Real Praça do Commercio”

³³ Segundo Inoc. (t. VII, p.13), em virtude do seu casamento com a viúva do impressor Luís Francisco Xavier Coelho, proprietário da Tipografia Luisiana, onde Ferreira trabalhava, este veio a ter oficina com o seu nome desde 1781.

³⁴ Cf. Jorge Peixoto, *obra cit.*

Com esta curta síntese, julgamos ter enquadrado no contexto histórico os principais autores – ortografistas, gramáticos, lexicógrafos e impressores –, cujas doutrinas ou práticas constituirão as fontes para a história das ideias ortográficas setecentistas. A elas passamos no ponto seguinte.

2. Sistemas ortográficos

A noção de “sistema ortográfico”, tal como nós a definimos, implica a assunção de dois princípios³⁵: primeiro, a aceitação da dupla articulação do sistema gráfico em correlação com a análise linguística das suas unidades, qualquer que seja a sua natureza; em segundo lugar, o princípio da funcionalidade dos grafemas, que não é meramente fónica³⁶. Quer isto dizer que, ao delinear os principais sistemas ortográficos na época em apreço, estamos a apontar as diversas formas de que revestiu a dupla articulação do(s) sistema(s) gráfico(s) que representou o sistema linguístico português, identificando o número e a natureza das unidades consideradas pelos diversos autores, bem como as suas funções de acordo com a hierarquia dos princípios estruturadores de cada sistema (cf. infra, 6.), por mais incoerente que este por vezes se nos afigure.

2.1. Principais sistemas ortográficos: doutrinas e práticas

Nestas condições, da análise do corpo de teorias e práticas da ortografia portuguesa em setecentos, emergem quatro tipos de sistema ortográfico – tipo etimológico, tipo misto, tipo filosófico e simplificado –, que genericamente se

³⁵ Poder-se-ia até mesmo falar de uma terceira articulação, em sentido bastante lato, que compreenderia as unidades ideográficas, dotadas de valores distintos dos fonográfico (ou fonogramático) e morfográfico (ou morfogramático), à semelhança do que sucede com o nível prosódico-entoacional, que não é apreendido pela dupla articulação da linguagem. Vide, A. Martinet, *Elementos de Linguística Geral*, 10ª ed., Sá da Costa, pp.80-91.

³⁶ Com muito acerto, a este propósito observa Renée Honvault: “Les fonctionnements divers des graphèmes ne relèvent en fait que de deux grands principes généraux, qui souvent s’entrecroisent: le principe phonographique de correspondance entre des unités de l’écrit et des unités de l’oral (ou sons: syllabes, phonèmes...), et le principe sémiographique de relation entre des unités de l’écrit et des unités de la langue porteuses de sens (les morphèmes et les lexèmes ou mots). Cf. *Orthographe et système d’écriture, L’Orthographe en trois dimensions*, Nathan, Théories & Pratiques (Pédagogie), 1995, p. 23.

distinguem em função dos princípios predominantes: no primeiro regista-se o primado da componente etimológica, plasmada na recuperação da representação gráfica dos étimos das palavras, verdadeiros ou falsos, mediante reposição dos grafemas cultos greco-latinos (simples ou compostos) e da adopção arbitrária, e pseudo-etimológica, de alguns deles com base numa função distintiva (ex. he, meya, etc.); o segundo resulta da convergência mais ou menos contraditória de vários princípios, como é o caso da etimologia e da pronúncia, podendo verificar-se versões mais ou menos fortes de etimologia, de grafias históricas, de adopção de grafias fonéticas, ou de sujeição ao uso; o terceiro, resulta da aplicação de uma perspectiva fonética e, por conseguinte, fonocentrista da escrita, numa tentativa de restabelecer a biunivocidade entre a oralidade e a escrita, ou seja, uma rede de relações fonotácticas entre grafemas e fonemas, tratando por isso de reconduzir a escrita alfabética ao seu ideal primordial; por último, o sistema simplificado, norteador como o precedente por um espírito reformador, decorre por sua vez de um compromisso entre o princípio primacial, o fonético, e o princípio complementar, o etimológico. A distinção traçada entre os dois últimos, os sistemas filosófico e o simplificado, justifica-se pelo facto de uns serem uma aplicação radical da reforma ortográfica em sentido fonético ou fonetizante, ao passo que outros dispensam uma parte significativa das marcas etimológicas, contrárias ao princípio fonético, sem enveredarem, todavia, por propostas radicais. Contrariamente ao que sucederá na centúria seguinte (cf. II, 2.), na qual os ortografistas usam a expressão “ortografia filosófica” para designar um sistema de pendor foneticizante, no século XVIII vinculada à obra de Melo Bacelar, a expressão tem um sentido totalmente diverso daquele que veio a adquirir depois: corresponde a uma estratégia de racionalização da apresentação das regras por meio de uma combinatória ou fonotáctica³⁷ à qual subjaz uma visão mecanicista da língua, confirmada também pela **Grammatica Philosophica**. Assim, na doutrina daquele ortógrafo a expressão não é equivalente de ortografia “fonética”, como adiante se comprovará.

³⁷ Oriundo da fonologia, o termo aplica-se ao estudo da distribuição ou das possibilidades de combinação dos fonemas, e à determinação de regras que indiquem os limites dessa combinação em determinadas posições; com igual sentido, pode transpor-se para o domínio da grafemática, para referir a combinatória de grafemas em determinadas posições ou contextos, num jogo de oposições e de contrastes, entre segmentos, como possam ser, por exemplo, os sufixos, etc. Cf. M. Francisca Xavier e
Cont. pág. seguinte.

Representam o sistema etimológico, João de Moraes Madureira Feijó, D. Luís Caetano de Lima³⁸, Frei Luís do Monte Carmelo e João Pinheiro Freire da Cunha e Bernardo de Lima e Melo Bacelar; são exemplo do sistema misto, Francisco Félix Carneiro Souto-Maior e Francisco Nunes Cardoso, este numa versão mais forte; afora Verney, o sistema filosófico encontra-se no autor anónimo dos artigos do **Jornal Encyclopedico**³⁹, e por Francisco de Paula de Figueiredo, autor do desconhecido poema herói-cómico **Santarenaida** (1792), ambos praticantes de distintas versões de fonografia radical; o sistema simplificado fica ilustrado na **Recreação Filosófica** Pe. Teodoro de Almeida. Sem ter feito doutrina metaortográfica de forma explícita, este é, à semelhança de Verney, um precursor das propostas oitocentistas de ortografia simplificada (cf. infra, II, 2.1.), cujo sistema gráfico singularizava o autor, tornando-o conhecido, quer de contemporâneos, quer de autores ulteriores, como salienta Manuel Dias de Sousa (1804)⁴⁰. Dos autores acima, o mais desconhecido é Francisco de Paula de Figueiredo, cujo particular sistema gráfico merece, ao que sabemos, uma única referência por parte de Rodrigo Ferreira da Costa (1823), numa memória sobre os princípios fundadores do sistema ortográfico a adoptar no **Vocabulario Orthographico** projectado pela Academia

M. H. Mira Mateus (org.), **Dicionário de termos linguísticos**, vol. 1, Cosmos, 1990, p.177, e Th. Lewandowski, **Dicionário de Lingüística**, 3ª ed., Cátedra, 1992, pp.138-139.

³⁸ O sistema deste ortógrafo será ainda enaltecido como modelo ortográfico em pleno século XIX, por José Joaquim da Silva Pereira Caldas, no opúsculo intitulado **Duas palavras sobre a pronúncia portuguesa** (Braga, Typ de Bernardo A. de Sá Pereira, 1885).

³⁹ É interessante notar que o sistema habitualmente praticado neste jornal era diferente (mais etimológico do que fonético) daquele que é adoptado pelo autor dos artigos sobre a ortografia (1789 e 1790); a tal ponto divergiam esses sistemas, que a redacção fez anteceder o artigo de 1789 de uma nota na qual esclarece não partilhar de todas as propostas ortográficas nele propugnadas: “Como são tantas, tão variadas, e diversas as opiniões sobre a orthografia da lingua Portuguesa, como as pessoas que nestas escrevem, de sorte que se não acham dous escritores uniformes, e talvez nem hum em diferentes obras: e além disto não nos toca, nem nos he permitido alterar a linguagem, e orthografia dos Discursos alheios, afora consentindo os seus Autores; por isso estampamos as seguintes Observações, cujo assumpto he a orthografia, conforme o original, inda que não abraçamos muitos dos preceitos nellas apontados” (p.334). Do mesmo modo, tal discrepância é assinalada em nota de rodapé no princípio do artigo publicado em 1790: “Conservamos a mesma Orthografia do Autor” (p.48). Quanto ao anonimato, o próprio autor justifica-o muito vagamente ao referir-se ao artigo que sairia em 1789, dirigindo-se aos “Senhores Jornalistas”: “Nam declaro por ora o meu nome por certos motivos, e seria justo objeto de rizo ver o mesmo estampado entre os d’aqueles, que estão em uma carreira das letras, tam util á Patria, como glorioza para eles” (p. 335).

⁴⁰ Cf. **Gramática da Língua Portuguesa**, p. 20: “Porém he necessario advertir que alguns Autores como Vernei, o P. Theodoro d’ Almeida na sua Recreação Filozofica, e outros a exemplo destes nunca uzão de S com o som de Z, e por tanto nunca o dobrão entre vogaes, querendo que ele tenha sempre o seu valor natural forte; o que quem lê deve conhecer para lêr as ditas obras, e as dos que seguem esta Orthografia”.

Real em sessão ordinária de 17 de Maio de 1820. Ao expor quatro sistemas ortográficos, a saber, o da *mera pronunção*, o da *etymologia rigorosa*, o do *uso empirico* e o *mixto*, decorrente dos três anteriores, o ortógrafo identifica, no âmbito do primeiro, três modalidades particulares, irmanadas ideologicamente, embora não coincidam quanto às soluções gráficas: a de Verney, o único que fizera doutrina metaortográfica explícita, a do autor do “excellente poema heroicomico, a **Santarenaida**, pelo qual foi impresso em Coimbra em 1792”, cujo nome não menciona, e, por último, o sistema do Director das Escolas Militares, ou seja, João Crisóstomo do Couto e Melo (cf. infra, II, 2.1.1.). As características comuns a essas três modalidades foram sintetizadas pelo próprio Ferreira da Costa (1823, p.104): supressão de grafemas cultos <h> e <y>, das consoantes dobradas e dos dígrafos etimológicos em geral, para além de usos inovadores de certos grafemas, como por exemplo <j>.

Cada um dos sistemas ortográficos identificados acima – etimológico, misto, filosófico ou simplificado – assenta, pois, em pressupostos diferentes que implicam, só por si, maneiras diversas de conceptualizar a língua, nas suas vertentes escrita e oral, bem como a sua relação com a sociedade e as ideologias dominantes. Poder-se-á então dizer que o ideário linguístico de uma época se reflecte também nas opções gráficas que, na ausência de uma codificação oficial, se multiplicam como variantes mais ou menos “idiolectais” sobre um determinado *leit-motiv*. Quanto ao papel da Academia das Ciências neste período da história das ideias ortográficas, merecem atenção os artigos XI e XII da “Planta”, aprovada a 24 de Novembro de 1780, que precede o tomo I (Letra A) do **Diccionario da Lingoa Portugueza**, publicado treze anos depois. Ali temos algumas indicações respeitantes ao modelo ortográfico proposto, ainda que provisoriamente, com vista à realização do Dicionário académico. Assim, no artigo XI são apresentadas as linhas gerais do sistema a aplicar, aceitando-se a existência de variantes gráficas:

“Admittirseha por agora aquella orthographia, que mais se conformar com a etymologia, principalmente latina, e que se estabelece na euphonia e prática dos eruditos, em quanto a Academia não recebe para seu uso hum systema orthographico, livre de toda a variedade e ordinaria inconstancia. (...) não só a cada huma das dicções se ajuntarão immediatas á definição as suas varias orthographias, mas ainda as principaes se porão no lugar de alphabeto, que lhes tocar, apontando-se aquelle outro, em que

conforme a orthographia recebida, se houverem collocado. Assim approvando o Diccionario como melhor escrever: *Affecto, devoção, entre*, &c. metterá todavia na ordem alphabetica: *Affeito, devação, antre*, &c. remetendo estes taes para a voz approvada com hum Vej. *vejase*” (p.XV).

Já no artigo XII são assinaladas as variantes gráficas não recolhidas quer na ordem alfabética quer no sistema interno de remissões:

“(…) aquellas porém onde a duplicação das consoantes, ou a troca das vogaes não produz hum tal effeito como succede em muitas vozes, que se escrevião por *e* e *o*, em lugar de *i* e *u*, e ao contrário; ou por *f* e *am* em lugar de *ph* e *ão*, e assim a inconstante troca de *ç* em dous *ss*, ou do simples *c* em *s*, do *qu* em *c*, e do *z* em *s*, não necessitão que a seu respeito se faça expressa menção de huns taes accidentes. Outro tanto se praticará pelo que toca ás vozes, que antigamente começavão por *s*, e hoje se escrevem por *es*, e todas aquellas, a que se acrescentava ou supprimia o *h* antes das vogaes” (ibid.).

Daqui se conclui que o sistema aplicado na redacção do Dicionário era ainda de recorte vincadamente etimológico.

2.1.1. O impacto do sistema de Madureira

Como já referimos, a **Orthographia** de Madureira Feijó conheceu grande circulação, tendo ajudado a difundir durante todo o século XVIII, e boa parte do seguinte, um modelo ortográfico de cunho etimologizante, cuja influência se repercutiria mesmo nas obras de autores posteriores.

Aqui deter-nos-emos apenas no exame do trânsito editorial da obra, assim como no seu significado na tradição ortográfica portuguesa. Quando em 30 de Junho de 1759, na sequência das reformas pombalinas dos estudos, sai um alvará régio⁴¹ onde eram apontadas as obras que deveriam substituir⁴² os livros escolares dos

⁴¹ Vide, **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás que comprehende o Feliz Reinado del Rey Fidelissimo Dom Jozé o I, o Nosso Senhor. Desde o anno de 1750 até o fim de Março de 1760**, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues.

⁴² Sobre o assunto, vide: Maria Helena de Teves Costa, *Livros escolares de Latim e de Grego adoptados pela reforma pombalina dos estudos menores*, **Arquivos do Centro Cultural Português**, vol. XIV, Paris, 1979, pp. 287-329, e Telmo Verdelho, *Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal*, **Sep. de Brigantia**, 2, 4, 1982, pp. 347-383.

Jesuítas para o ensino do latim, do grego e da retórica, Feijó, conhecido comentador da gramática alvarística⁴³, foi um autores atingidos pela proibição desses manuais. Na referida legislação pode ler-se o seguinte: *Desta mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se uze dos Commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco; Joaõ Nunes Freire; Joseph Soares; e em especial de Madureira mais extenso, e mais inutil; e de todos e cada hum dos Cartapacios, de que até-agora se usou para o ensino da Grammatica* (Alvará, pp 5-6).

Não obstante a proibição da **Arte**, a **Orthographia** madureirense não é sequer mencionada na legislação pombalina, embora se possa crer que o repúdio e a perseguição eram movidos contra todas as obras da Companhia, e não somente contra aquelas que eram mencionadas, tanto no Alvará como nas **Intrucçoens para os professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas, e mandadas publicar por ElRey Nosso Senhor, Para uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, seus Dominios** (Lisboa, na Offic. de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Cardial Patriarca, 1759).

A história editorial do manual ortográfico conheceu melhor fortuna que a **Arte Explicada**, uma vez que a expressa proibição desta última não parece ter-se repercutido igualmente sobre aquele, se atendermos ao elevado número de reimpressões que registou mesmo depois da legislação de 1759, por um lado, e, por outro lado, ao impacto deixado pela **Orthographia** em obras congêneres posteriores, mesmo em pleno século XIX, como se observará, por exemplo, em Tristão da Cunha Portugal (cf. II, 3.1., 3.2.). De facto, se excluirmos a **Grammatica Portugueza** (1770), de António José dos Reis Lobato, texto oficial para o ensino do português, com numerosíssimas edições até bem avançado o período de oitocentos, a **Orthographia** ou **Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza** madureirense registou um número de edições sem paralelo em qualquer

⁴³ A sua gramática tem por título *Explicationes in omnes partes totius Artis R. P. Emmanuelis Alvares è Societate de Jesu ad Usus Ducis Alafonensis Arte Explicada* (Lisboa, Miguel Rodrigues, 1724), dela tendo saído uma segunda edição, em 1732, com o título de **Arte Explicada**, 1ª Parte: Principios. contém todos os Nominativos, Linguagens, Rudimentos, Generos, Preteritos, Declinaçoens dos Latinos, e Gregos, com toda a explicação necessaria para a perfeita intelligencia dos principiantes: os methodos de perguntar em cada principio, para se saberem em breve tempo, e com facilidade (com terceira impressã accrescentada, e emendada pelo seu Autor, em Coimbra, Luis Secco Ferreira, 1739); segunda parte: Syntaxe, Lisboa, Miguel Rodrigues, 1734; Parte Tres: Syntaxe Figurada, syllaba , e versos (...), Lisboa, Miguel Rodrigues, 1732.

outro tratado metaortográfico desse século: para além da primeira edição, de 1734⁴⁴, conheceu em 1739 duas segundas impressões, uma em Lisboa, sem indicação de ser segunda (Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues), a outra em Coimbra (por Luís Seco Ferreira), ocorrendo as restantes nas seguintes datas: 1781 (3ª impressão), 1786 (4ª impressão mais correcta), 1802 (6ª impressão); 1814 (Lisboa, Na Impressão Regia, 8ª impressão mais correcta), 1818 (9ª impressão mais correcta, Lisboa, Na typographia Lacerdina); 1824 (10ª Impressão mais correcta, Lisboa, Na Impressão Regia), 1836 (Nova impressão mais correcta); 1861 ("Nova edição", Lisboa, Typographia Rollandiana), a última que pudemos localizar. O êxito de uma obra que constituía o triunfo da corrente etimológica, a par do considerável volume de textos afins, diz bem da apetência e conseqüente consumo deste género no âmbito da historiografia da língua portuguesa. O facto de em Portugal a Real Academia das Ciências (1779) ser de criação mais tardia do que as suas congéneres francesa e espanhola, que haviam intervindo bastante cedo nesta matéria, regulamentando-a e controlando o processo de estabilização e fixação da norma gráfica, – recorde-se que a Real Academia Española publicara em 1741 a sua **Orthographia**, que teve sucessivas impressões –, e de não ter avançado tão rapidamente quanto anunciara no Prólogo do seu **Diccionario da Lingua Portugueza** (Letra A, 1793), possibilitou que pululassem obras que, com maior ou menor acerto, tentavam responder à ausência de uma iniciativa oficial.

Para além da sua repercussão nos sistemas de outros autores e longevidade no tempo, o impacto da chamada “ortografia de Madureira” avalia-se ainda pelo elevado número de referências, já positivas, já negativas, e pelas citações de que a obra foi alvo. Na detecção das influências ideológicas entre obras é necessário distinguir entre as influências reivindicadas ou explícitas – confessadas e comprovadas pelo ortografista ou gramático através de referências ou citações da obra –, e as influências sofridas ou implícitas, patentes nos textos (sua estrutura, conteúdo ou doutrina), ainda que não ocorram citações ou quaisquer referências que as denunciem.

⁴⁴ Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, existe um exemplar em dois volumes com o título “Orthographia e Syntaxe da lingua portugueza”, datado de 1730 (Coimbra).

Registam-se, desde logo, dois tipos de reflexo ou repercussão do “sistema Madureira” nas obras ulteriores: ou influência do conteúdo, isto é, das soluções gráficas propugnadas pelo autor, ou influência da organização interna da obra, quer dizer, da disposição das matérias ou partes da obra feijoense. Deste último caso, temos um exemplo evidente, até pela tentativa de avantajá-lo o modelo, no **Compendio de Orthographia** (1767), de Frei Fuís do Monte Carmelo, ortógrafo que imita Madureira na concepção da obra, em particular na inclusão de listas alfabetadas de erros ou “vícios da plebe”, contendo informações de outra ordem que não a ortoépica e ortográfica, apesar de o seu sistema gráfico não divergir substancialmente do sistema madureirense. De facto, Monte Carmelo excede o mestre tanto no volume da obra – setecentas e setenta e duas contra as quinhentas e cinquenta e três páginas de Feijó –, como na variedade e qualidade da informação contida nos seus catálogos, constituídos por entradas que em regra apresentam na micro-estrutura um paradigma informacional, acrescido eventualmente de outros (gramatical, etimológico, ortoépico, etc.), estabelecendo uma rede de remissões internas, prática que se assemelha a um exercício paralexiconográfico.

Quanto às referências e citações, é de salientar que a obra de Madureira Feijó foi objecto de referências por parte de Monte Carmelo, se bem que pouco abundantes, de Freire da Cunha, Melo Bacelar, Souto-Maior, do articulista do **Jornal Encyclopedico**, e, em particular, de Nunes Cardoso. Deste quadro de referências, nem todas atestam, porém, a concordância com a doutrina de Madureira Feijó, como sucede com Monte Carmelo, que discute a grafia de certos nomes próprios (Joseph, etc.), propondo a sua simplificação, ou discrepa da doutrina daquele sobre a pronúncia de <ch> e <qu>, e o uso desta última grafia.

Mais abundantes e especificadoras são, porém, as referências realizadas por Nunes Cardoso (**Arte**, p.2; **Exame**, pp.9, 31, 36, 37, 39, etc.), que invoca diversas Lições da **Orthographia** de Madureira Feijó, em contraponto à sua doutrina, designadamente no tocante ao til, cuja proscricção defende com insistência, e às desinências verbais da terceira pessoa do pretérito e do presente. Depois de uma alusão aos antigos ortografistas Duarte Nunes de Leão, João Franco Barreto e Bento Pereira, numa breve síntese do estado da ortografia portuguesa no século XVIII,

Francisco Nunes Cardoso tece algumas considerações críticas sobre a obra e a doutrina de Madureira Feijó:

“Madureira no principio deste Seculo ajuntou todas as suas doutrinas, que reduziu a imensas Leys, foi famozo Eymologista, como os que lhe haviam precedido, mas nada descobriu; escreveu sem exame, e sem critica, como os mais haviam feito, porque adoravam erros, que nam conheciam, como outras tantas divindades, pelo respeito que tributavam ás Leys recebidas dos Seculos anteriores” (**Exame Critico**, p.23).

De resto, a exposição da doutrina de Cardoso faz-se por oposição à de Madureira, que é por isso o ortógrafo mais referido, sobretudo no **Exame Critico das Regras da Orthografia**.

Na **Nova Grammatica Portugueza** (Hamburg, 1785), concebida como obra bilingue ao apresentar duas colunas, uma em português (à esquerda) e outra em alemão, num formato bem ao gosto das obras de pedagógicas setecentistas – o diálogo –, Abraham Meldola integra uma parte (a 1ª) relativa à ortografia. Da obra, constam ainda as partes seguintes: Etymologia (2ª), Syntaxe (3ª), Prosodia com suplemento (4ª), Lavoires da lingua (5ª) e Miscellanea (6ª). À parte intitulada “orthographia”, que ocupa apenas vinte e três das seiscentas e setenta e uma páginas da **Nova Grammatica**, acrescenta o autor mais cinquenta e cinco, sempre sob a forma de diálogo entre Mestre e Discípulo, no âmbito do **Suplemento da Arte Portugueza**. Mas o assunto voltará, ainda, a ser objecto da atenção de Meldola, ao inserir na Miscelânea o Prolegómeno de João de Moraes Madureira Feijó à **Orthographia** ou **Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza** (1734). Na *Orthografia*, o gramático trata dos aspectos seguintes: a definição de ortografia e de letra, o número, propriedades, divisão e valor das letras, os princípios ortográficos e a pontuação, aspectos que reflectem a obra de Madureira, e aos quais junta também uma descrição dos dialectos portugueses, matéria extraída, desta feita, das **Regras da Lingua Portugueza** do gramático D. Jerónimo Contador de Argote (2ª ed. 1725)⁴⁵.

⁴⁵ Apesar das ligeiras diferenças gráficas, note-se a total coincidência entre os textos dos dois autores: “Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, &c. os quaes tem muytos termos das linguas barbaras, e muytos vocabulos do Portuguez antigo. Tambem em Lisboa entre os homens, a que chamaõ de ganhar, ha hum genero de Dialecto, a que chamaõ Giria, de que os taes usaõ algumas vezes entre si. E assim tambem os Siganos tem outra especie de Giria, porque se entendem huns com os outros” (**Argote**, 1725, p.300); e “Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal
Cont. pág. seguinte.

A doutrina expendida por Meldola nessa primeira parte da *Nova Grammatica* difere da que figura, mais extensamente, no **Suplemento da Arte Portugueza**; na verdade não será legítimo falar-se, em bom rigor, nas ideias ortográficas de Meldola, já que o gramático, ao reproduzir *ipsis verbis* a doutrina exposta por Madureira Feijó na **Orthographia ou Arte de Escrever e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza** (2ªed, Coimbra, Off. de Luis Secco Ferreira, 1739, p.2), não verte pensamento próprio sobre a matéria, conquanto tenha suprimido alguns dos exemplos aduzidos por Madureira. De facto, a partir do confronto entre o texto de Meldola e o de Feijó fica bem evidente a extensão do “empréstimo” textual do famoso ortografista setencista ao gramático, que ultrapassa todos os limites da invocação ou da reivindicação de uma fonte. Para a comprovação, bastam três excertos, apresentados sob a forma de quadro.

Meldola (1875)	Madureira Feijó (1734/ 2ª 1739)
<p>Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum, como devemos pronunciar para assim escrevermos. Quem nam sabe, que toda a causa de innumeraveis erros na Orthografia, he a multidaõ dos erros que andaõ introduzidos na pronunciaçaõ ? Eu pello menos affirmára, (com outros que estam no meu sentir) que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro; por que na Orthografia poderiamos imitar aos melhores autores, que nesta lingua escreveram; por que vemos como elles escreviaõ; mas na pronunciaõ nam os podemos imitar; por que nam sabemos como elles pronunciavaõ. Esta queixa faziaõ ja os antigos Grammaticos no seu tempo, dizendo: que tinhaõ as Oraçoens de Cicero para aprenderem a compor, e escrever como elle; mas que não tiveram a fortuna de o ouvirem orar, para saberem como elle pronunciava a Lingoa Latina. (pp.344-345).</p>	<p>Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar, para assim escrevermos. Quem não sabe, que toda a causa de innumeraveis erros na Orthografia, he a multidaõ dos erros, que andaõ introduzidos na pronunciaçaõ ? E eu dissera, que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro; porque na Orthografia poderiamos imitar aos melhores Authores, que escreveraõ na nossa lingua; porque vemos como elles escreviaõ: mas na pronunciaçaõ não os podemos imitar; porque não sabemos como elles pronunciavaõ. Esta queixa faziaõ já os antigos Grammaticos no seu tempo, dizendo: que tinhaõ as oraçoens de Cicero para aprenderem a compor, e escrever como elle; mas que não tiveraõ a fortuna de o ouvirem orar, para saberem como elle pronunciava a lingua latina. (p.2)</p>

como India, Brasil, &c. os quais tem muitos termos das linguas barbaras, e muitos Vocabulos do Portuguez antigo. Tambem em Lisboa entre os homens a que chamam de ganhar ha hum genero de Dialecto a que chamam Gíria, de que os taes usam algumas vezes entre si. E assim tambem os Siganos tem outra especie de Gíria, por que se entendem hums aos outros” (Meldola, 1785, p.40).

Meldola (1875)	Madureira Feijó (1734/ 2ª 1739)
<p>Quanto aos <i>Ortografos</i>, que já nos ensinaram as regras desta Arte de quatro que li tres de nenhuma sorte devem ser imitado; nam so por que escreveraõ em tempo, em que a lingoa Portugueza, estava menos apurada, e por isso as suas regras se nam conformaõ ja com a melhor Pronunciaçam, mas por que huns se contradizem a os outros, e ate a si mesmos se contradizem. (p. 348)</p>	<p>Quanto aos Orthografos, que já nos ensináraõ as regras desta arte de tres, que li, nenhum deve ser imitado; naõ só porque escrevêraõ em tempo, em que a nossa lingua estava menos apurada, e por isso as suas regras senaõ confôrmaõ ja com a melhor pronunciaçaõ; mas porque huns contradizem aos outros, e athe a si mesmo se contradizem. (p. 2)</p>
<p>He sem duvida, que o uso muitas vezes prevalece contra algumas regras particulares, e passa a ser Ley na materia em que he uso. Mas este he aquelle uso geralmente introduzido, e com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes; por que o mais he abuso. e tomara saber qual he o uso universal na pronunciaçaõ da nossa Lingoa, para me nam desviar delle: se consultarmos o vulgo, nam acharemos senaõ abusos de palavras, e erros de pronunciaçam. (pp. 351-352)</p>	<p>He sem duvida, que o uso muitas vezes prevalece contra algumas regras particulares, e passa a ser ley na materia, em que he uso. Mas este he aquelle uso geralmente introduzido, e com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes; porque o mais he abuso. E eu tomara saber qual he o uso universal na pronunciaçaõ da nossa lingua, para me naõ desviar delle: se consultarmos o vulgo naõ acharemos senaõ abusos de palavras, e erros da pronunciaçaõ. (p. 4)</p>

Não restam dúvidas, portanto, quanto à procedência da doutrina metaortográfica vertida por Meldola; ainda assim, sublinhe-se a simplificação gráfica de palavras como *ortografia* e *ortografos*.

2.1.2. A “Academia Orthográfica Portugueza”

O espírito de que estava imbuído o academismo literário de setecentos teve também as suas versões de carácter filológico-linguístico. Basta atentar nos temas das Conferências Eruditas do Conde de Ericeira (Academia Real), e também na “Academia Orthográfica Portugueza”, fundada por João Pinheiro Freire da Cunha em 1772, a qual funcionará durante pelo menos trinta e cinco anos, ou seja, até cerca de 1807. Dela nos ficaram algumas “Memórias”. Tendo desenvolvido a sua actividade em diversas salas de Lisboa (por exemplo, na Rua Nova da Princeza, Rua Bella da Rainha, e na Rua Nova do Almada nº76), esta Academia Ortográfica, cujos

objectivos e público eram mais amplos do que o sua denominação poderia deixar entender, propunha-se tratar “individualmente do Corpo grammatical da Lingua Portugueza” (**Conjugações Portuguezas**, Lisboa, Na Officina de Antonio Gomes, 1791 p.iii) ou estudar “(...) específica, e filozóficamente da Grammatica Geral, e Particular da nossa Linguagem (*Memórias da Academia Orthográfica*, 1804, p. iii), para “proveito á instrucção da Mocidade, e Nacionaes ineruditos” (ibid.). Para além das conferências e sessões de debate, esses objectivos concretizavam-se sobretudo nos cursos ministrados a alunos com pouca instrucção que pretendessem melhorar o seu conhecimento da gramática e da ortografia. A Academia tinha vários sócios, alguns deles conhecidos, como António Peres, brasileiro, natural de Minas Gerais, professor régio de primeiras letras na “Porcalhota” (Amadora), e autor das **Reflexões varias sobre a educação dos Meninos** (Lisboa, Impressão Regia, 1806), das **Reflexões varias da Lingua Portugueza no seu Abecedario, sobre a Harmonia das Palavras e Musica das Letras** (Lisboa, Impressão Regia, 1807), e do **Compendio Calligraphico em Fórma de Dialogo** (Para se entenderem as mais principaes regras da calligraphia, e se aprenderem methodicamente os caracteres das Letras de Secretaria, de Escritorio, e Ingleza..., Lisboa, Impressão Regia, 1807).

De Freire da Cunha, fundador e professor substituto – é nesta qualidade que se apresenta nas folhas de rosto de algumas das Memórias da Academia –, sabe-se ter sido professor público de gramática latina e portuguesa, exercendo a mesma actividade na Academia. Como salientámos antes, os objectivos pedagógico-didácticos da Academia tinham em vista um público, específico constituído por portugueses com pouca instrucção, ou estrangeiros interessados em aprender português. Na verdade, a preocupação subjacente a esta instituição de ensino particular era colmatar as carências de estudos ao nível da instrucção primária, tanto de adultos como de jovens, atendendo ao baixo índice de escolarização da população, e consequente analfabetismo no século XVIII⁴⁶, de acordo com uma orientação que visava o auto-didactismo. Como se desprende dos títulos e da filosofia inerentes às várias obras de João Pinheiro Freire, mais do que uma proposta de sistema ortográfico, o chamado “sistema pinheirense” consistia num programa

⁴⁶ Vide, Albert-Alain Bourdon, *Orthographe et Politique sous la Première République Portugaise*, *Arquivos do Centro Cultural Português*, 10, 1976, pp. 261-300.

geral de estudos da gramática portuguesa, nos quais se incluía, obviamente, a ortografia, podendo mesmo dizer-se que esta seria o seu corolário, uma vez que Pinheiro Freire considerava impossível a prática coerente de um sistema ortográfico, sem o conhecimento prévio de rudimentos gramaticais, como por exemplo as partes da oração. O auto-didactismo fica patente não só na forma escolhida para a exposição das matérias – o diálogo (cf. 1.2.) –, que constitui um método adequado à memorização e à aprendizagem sem mestre, mas também é explicitamente apontado em várias obras de Pinheiro Freire. Assim, no **Breve Tratado da Orthografia**, o subtítulo da obra indica quer os objectivos quer os destinatários deste método, ao esclarecer:

“nas principaes Regras da Orthografia uteis para o Povo menos instruido, e para os que não tendo frequentado as Aulas, se acham hoje empregados em Escritorios publicos, e dezejaõ acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhes são faceis de comprehender, e muito mais proveitózos aos Meninos, que frequentaõ as Escolas”.

No prólogo da mesma obra, Pinheiro Freire explica a utilidade e vantagens do método dialogal, quando comparado com os numerosos compêndios ortográficos existentes, afirmando que a “maior parte dos homens, que precisaõ Orthografia resumida, e ao mesmo tempo mais explicada, são os que não frequentaraõ as Aulas: os que estudáraõ mais facilmente ou attingem della hum sufficiente conhecimento, ou melhor percebem seus preceitos, quando se applicaõ. Os illetrados porêm não se utilizaõ das regras, que não entendem; por isso nestes dialogos evitando tudo, quanto pende de maior intelligencia, exponho so o que necessariamente se requer para a praxe commua: dando com tudo a explicação necessaria sobre alguns termos, que servem de introducção á mesma doutrina (onde precisamente entra a Declinação dos nossos Nomes, Conjugação dos Verbos, e o que he preciso na Syntaxe) sem os quaes he impossivel entender-se” (p. I-II). Nos mesmos termos é feito o anúncio da abertura do vigésimo nono Curso da Academia Portugueza, “destinada á filozófica instrucção da nossa Grammatica” tanto de nacionais como de estrangeiros:

“Nesta mesma applicação, e exercicio systematico (póstas em praxe todas as suas Regras pela mais exacta regência) ficaõ scientificamente instruidos os Nacionaes, aindaque não sejaõ Latinos, em falar, escrever com toda a correcção, e certeza, manejando depois doutos, e eloquentes a Lingua Materna, apromptando-se perfeitamente, ou para os empregos da República, sociedade das gentes, e mais trato

Civil, (como fazem as outras Nações cultas, e polidas) ou para aprenderem com sólida brevidade as Linguas Latina, Franceza, Ingleza (...)

Por outro lado, se é evidente que obras de Pinheiro Freire revelam uma tentativa de sistematização, quer dizer, a procura de descrições por sistemas ou micro-sistemas, como sucede com as **Conjugações Portuguezas regulares e irregulares** e os **Generos Portuguezes conhecidos pela Regras da Terminação**, que em certo sentido são um tentame de racionalização e de esquematização, às quais não devem ser decerto alheias as referências ao sistema e metodologia “filosóficos”, por outro lado, isso não se traduz num sistema simplificado ou de pendor fonético, visto que a etimologia é o princípio assumidamente predominante.

Para além das obras de Pinheiro Freire, das actividades da Academia dão-nos testemunho as seguintes publicações: afora o **Breve Tratado da Orthografia**, com pelo menos seis impressões, entre 1770 (Lisboa, Officina Joseph da Silva Nazareth) e 1788 (Lisboa, Officina de Antonio Gomes); **Progresso da Academia Grammatical**. Sessam 4 deste mez, e discurso, que recitou o Porteiro da sala Grande (Lisboa, s.d., 1780?)⁴⁷, **Proluzões da Grammatica Portugueza** (Lisboa, Off. de Antonio Gomes, 1787); **Academia Orthográfica Portugueza (Conferencia II)**, em que são interlocutores *Sabino Presidente, Severo Arguente, Deziderio Discipulo*. Seu author **Joaõ Pinhero Freire da Cunha** (Lisboa, Offic. de António Gomes, 1789), na qual é debatida o tema das partes da Oração e das partes da gramática (a etimologia); **Conjugações Portuguezas Regulares, e Irregulares Methodicamente Ordenadas por (...) para uzo dos Académicos Nacionaes, e Estrangeiros, e de toda a mais Mocidade estudióza** (Lisboa, Na Officina de Antonio Gomes, 1791), **Géneros Portuguezes conhecidos pelas Regras da Terminação uteis para não errar a concordancia dos adjectivos em nossa linguagem** (2ª impr. accresc., Lisboa, na Officina Patriarchal, 1798), **Abertura do Vigesimo Nono Curso da Academia Orthográfica Portugueza** (Lisboa, Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1804), **Abertura do trigesimo segundo curso da Academia Orthográfica Portugueza** (Lisboa, Off. João Rodrigues Neves, 1806), **Thezes da Grammatica Portugueza, systema pinheiriense, que, recitada a oração de abertura do trigésimo segundo curso da Academia Orthográfica**

⁴⁷ A julgar pela informação de Inocêncio, este opúsculo inscreve-se na questão da gramática latina, constituindo uma critica à gramática oratoriana.

Portuguesa, auxiliando João Pinheiro Freire da Cunha sustentará Francisco Solano Pereira de Campos, socio académico (Lisboa, Off. de João Rodrigues Neves, 1807), o **Methodico Systêma de Ensinar Em Breve Tempo os Meninos a Ler Com Perfeição**.

Apesar da longevidade da **Academia Ortográfica Portuguesa**, a verdade é que tem sido objecto de poucas referências, inclusive na bibliografia relativa à história do discurso e da doutrina metaortográficas: as mais recentes, devem-se a José Pedro Machado⁴⁸, para quem a actividade da Academia foi intensa mas infrutífera, e Rolf Kemmler⁴⁹, que lhe consagrou uma comunicação em que descreve sobretudo a actividade pedagógica da agremiação.

Com respeito ao sistema ortográfico, não se pode dizer que Pinheiro Freire da Cunha tenha sido especialmente inovador nas propostas, não obstante proclamar do carácter “científico” e “filosófico” do sistema e do método, termos que não implicam, neste caso, reforma e simplificação do sistema, como sucederá na doutrina de ortógrafos do século seguinte (cf. infra, II), para os quais a alusão ao “sistema filosófico” ou “científico” equivale, se não a um projecto de reforma radical em sentido fonético, pelo menos a uma tentativa de racionalização do princípio etimológico.

2.1.3. Sistemas mistos

Os chamados sistemas mistos são aqueles que, inscrevendo-se embora na corrente etimológica, demonstram, em graus diferentes, um cruzamento de grafias etimológicas e pseudo-etimológicas (por ex. *he*, *hum*, etc.), de grafias fonéticas (*Alfabeto*, *cazais*, por. ex.) e de concessões ao uso. Assim, se por um lado apresentam a supressão de certas grafias greco-latinas (por ex. *Orthografia*), por outro verifica-se a conservação dos grafemas duplos (*diferensa*, **Exame Critico**, p.47) e de certos dígrafos cultos (*Orthografia*, *Arithmetica*). Os sistemas mistos

⁴⁸ Cf. *Academia Ortográfica Portuguesa, Factos, pessoas e livros*, I, Lisboa, Livraria Portugal, 1971, pp. 427-431. Anteriormente, J. P. Machado aludira já às *Proluções da Grammatica* (...), na *Revista Portuguesa*, vol. XXVII.

⁴⁹ *Ensino da Ortografia: cursos de Linguas e discussão de normas no Portugal dos séculos XVIII/XIX: A Academia Orthográfica Portuguesa, Actas das Segundas Jornadas da Associação Alemã de Lusitanistas* (7-9 de Setembro de 1995).

constituem uma espécie de zona intermédia entre os sistemas de etimologia (e pseudo-etimologia) mais rigorosa, e os resultantes da assunção radical do princípio fonético. São, por isso, aqueles que aparentam um maior grau de incoerência interna, como se observa nos sistemas de Francisco Félix Carneiro Souto-Maior e, sobretudo, no de Nunes Cardoso, que propugna soluções como a conservação de consoantes mudas (*escriptura, signal, Arte*, p.17) e dobradas (*aquelle*, *ibid.*), ao mesmo tempo que avança propostas que viriam a caracterizar alguns dos “sistemas sónicos” do século seguinte (cf. **II**): a grafia <oim> para representar o ditongo nasal [õj] em vocábulos como *poim, interjeisoins*; a adopção de um único grafema para transcrever em todos os contextos as sibilantes surda (*sentensa, signal, asim*, *ibid.*) e sonora (*reprezentar, fazer, uzam*, *ibid.*) com <s> e <z>, respectivamente, sendo eliminadas, portanto, distinções contextuais de carácter histórico, vigentes até hoje, como as grafias <s, c, -ss-> e <-s-, z>; e a representação do ditongo [ew], como em *Meu, Teu, Seu, Comeu, Acometeu* (**Exame**, p.67).

Apesar de adoptarmos a designação de “sistemas mistos” para os que se caracterizam pela contradição entre as soluções acima, a verdade, porém, é que todos os sistemas gráficos com uma longa tradição atestam, em proporções diferentes, uma certa “miscigenação” de princípios, característica partilhada pela maior parte dos sistemas de escrita, dos sistemas gráficos e das ortografias.

2.1.4. Sistemas filosóficos e sistemas simplificados

Por oposição aos anteriores, nos quais ainda subsiste o princípio etimológico, aos sistemas que manifestam ou o predomínio do princípio fonetizante, ou uma tentativa de articulação dos princípios fonético e etimológico, chamamos-lhes sistema “filosófico” e “simplificado”, respectivamente: do primeiro, são representantes, quer pela doutrina quer pela prática, Verney e o autor anónimo dos artigos do **Jornal Encyclopedico**, exemplo consumado do reformismo ortográfico de recorte sonicista; do segundo, temos a prática ortográfica do Pe. Teodoro de Almeida, que procurava uma combinação racional da etimologia com a pronúncia.

Na verdade, durante o século XVIII, o sistema verneiano foi referido pelos ortógrafos como uma verdadeira proposta de reforma, ao mesmo tempo que lhe

apontavam o carácter inovador e a sua restrita circulação. Vinte e um anos depois de vir a lume o **Verdadeiro Método de Estudar**, Monte Carmelo, no seu **Compendio de Orthografia** (*Prologo Apologetico*, 1767) alude ao impacto do sistema verneiano, ao dizer que “Poucos homens doutos abraçáram a orthografia, que inventou o sapientissimo Auctor do Verdadeiro Método de estudar...”, e acrescentando a propósito do uso de <h>: “O Sapientissimo Auctor do Verdadeiro Methodo, como inventou hũa nova, e facil Orthografia, expelliu esta *Aspiraçâm* do seu Abecedário. Mas (...) se-nam observa universalmente aquella Orthografia” (p.333).

À semelhança de Monte Carmelo, já no final do século (1790), também Nunes Cardoso se referia à reduzida aceitação do sistema de Verney, cujo mérito consistira, ainda assim, em eliminar muitas grafias etimológicas: “Este Sabio conheceu muitos erros della, e emendou outras, e fes hum systema, que durou pouco tempo”; esclarecendo também que “o dito A. do novo Methodo justamente reprehendeu as Etymologias que offendiam a pronuncia, asim como nimpha, e nesta páрте hé seguido de muitos Homens de juizo” (**Exame Critico**, pp.23-249). Com respeito à vigência do sistema de Verney, importa notar que ele aparece também nas edições de 1758 (Barcelona) e 1768 (2ª ed. acrescentada, Sevilha) da **Gramática Latina tratada por um método novo, claro e fácil, para uso daquelas pessoas que querem aprendê-la brevemente e solidamente**; todavia, nas edições de 1775 (a 1ª edição em Portugal, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica), 1785 (ibid.), 1790 (ibid.) e 1816 (Lisboa, Nova Impressão Neves & Filhos), deixa de ocorrer o chamado sistema verneiano, decerto por decisão dos impressores ou dos promotores das novas edições. Apesar da desvalorização do impacto do sistema do Barbadinho por parte dos ortógrafos, sabemos que ele fez, mesmo com variantes mais ou menos acentuadas, alguns prosélitos entre os escritores setecentistas – José Manuel Ribeiro Pereira (1764), F. P. D. S. A.(1765)⁵⁰ ou Francisco de Paula de Figueiredo (1792) –, e mesmo entre os oitocentistas, como se comprova pela **Grammatica Portugueza** (Lisboa, Impressão Imperial e Real, 1826), em formato de diálogo, publicada sem o nome do autor, o qual assume, ao declarar que a “Ortografia que segue o Autor he

⁵⁰ Apud, J. Leite de Vasconcelos, **Lições de Filologia Portuguesa**, 3ª ed. melhorada, Lisboa, 1926, p. 225.

em quase tudo a mesma, que introduziu o sabio Vernei” (p.5), a filiação no sistema verneiano.

Inscrevendo-se pela doutrina e pela prática ortográficas nos sistemas etimológicos, a **Orthographia Philosophica** (1783) de Frei Bernardo de Lima e Melo Bacelar, apesar da orientação “filosófica” anunciada no título, não se enquadra em nenhum dos sistemas aqui apontados devido à contradição entre uma metodologia racionalizante, baseada em micro-sistemas em vez de regras, e o princípio predominante – a etimologia. Não se trata, portanto, de um sistema “filosófico”, no sentido fonético ou sonicista que o termo viria depois a adquirir. Saliente-se, por outro lado, que a expressão “ortografia filosófica” ou “racional” decorre da orientação definida na “gramática filosófica” e alude a um movimento europeu que visava a aplicação da “razão” e da análise “mecanicista” às línguas, corrente que vinha sendo sucessivamente desenvolvida, desde o século XVI, por Francisco Sánchez de las Brozas, o Brocense ou Sanctius (1523-1601), até à escola de Port-Royal (1660), e, já durante século XVIII, por Harris, Du Marsais e Condillac.

Quanto ao sistema simplificado da **Santarenaida** (1792), poema herói-cómico de Francisco de Paula de Figueiredo, é de sublinhar a sua inequívoca filiação no sistema verneiano, conquanto não coincida integralmente com as soluções defendidas e praticadas pelo Barbadinho. De facto, à semelhança do que os arautos do sonicismo gráfico proclamarão quase um século depois (cf. infra, II, 2.1.), o sistema de Figueiredo assenta na preponderância do princípio fonético, e, por conseguinte, na procura do isomorfismo entre o plano gráfico e a realização oral, como se vê pelas soluções seguintes: representação das fricativas palatais surda e sonora por meio de <x> e <j>, respectivamente (*xefe*, *axava-se*, *famijerado*, *passim*), não obstante o primeiro aparecer com outros valores (*exije*, *exercito*); uma só grafia para as sibilantes surda e sonora <s> e <z>, em todos os contextos e posições (*asoprado*, *forsas*, *vingansa*, *vorás*, *abrazador*); supressão das consoantes mudas (*carater* vs *irrupsaõ*, *interrupsaõ*) e dos grafemas cultos (*eroi*, *umana*, *oje*, *avia*), embora <h> surja ainda com valor anti-hiático (*ahi*); a fixação da grafia dos ditongos nasais [ãw] e [õj] em <aõ> e <oin>, respectivamente (*tremiaõ*, *paixaõ*, *razoins*, *asoins*); a ligação directa das formas pronominais enclíticas ao verbo (*expondolhe*, *perdoandolhe*, *diziase*), o uso frequente do apóstrofo (*d'onrados*, *d'oiro*), resultado,

possivelmente, dos espartilhos métricos. Algumas destas soluções – a supressão dos dígrafos cultos e as geminadas, a substituição de <ç, -ss-> por <s>, para representar a sibilante surda, ou a de <-s-> por <-z->, para grafar a sua correlata sonora, por ex. – encontrá-las-emos de novo na primeira metade do século seguinte, no sistema praticado por F. A. de F. e por ele exposto (cf. infra, II) na **Carta em que um amigo, que foi perguntado por outro, mostra qual deve ser a nosa ortografia** (1812), sendo que este sistema diverge do verneiano quanto à representação da nasalidade dos ditongos: neste, <-am> marca sistematicamente o ditongo [ãw] (*terminasam*); naquele, pelo contrário, prevalece a grafia <ão> (*terminasaõ*).

Por último, diremos uma palavra a respeito da estratégia de apresentação dos vários sistemas, que não serão tratados separadamente, mas antes como variações integradas nos dois níveis estruturais de qualquer sistema gráfico, a saber: o alfabético, que compreende as unidades grafemáticas decorrentes da aplicação dos princípios fonético, etimológico e do uso tradicional, e remete pontualmente para o nível morfogramático (o dos grafemas que asseguram distinções gramaticais), determinado pela história da língua; e o plano extra-alfabético, que se prende com os níveis prosódico-entoacional e sintático-semântico⁵¹.

3. Plano alfabético

Partindo da noção de dupla articulação, inerente a qualquer sistema gráfico, e por consequência a qualquer sistema ortográfico enquanto sua codificação social, vamos agora demonstrar como se consubstancia essa articulação, quer dizer, apontar-se-á o número e a natureza das unidades gráficas, os princípios que as suportam, qual a sua funcionalidade e o grau de autonomia ou de dependência com respeito à língua oral. Trata-se, portanto, de uma análise da estrutura interna do sistema gráfico, nas diversas configurações por ele assumidas ao longo de setecentos. Como já foi referido antes, por uma questão de economia e de gestão dos dados compulsados, adopta-se nesta descrição a estratégia da referência ao plano da oralidade – postula-

⁵¹ Este aspecto da ortografia também se denomina *ortografia adsegmental*, da mesma forma que os diacríticos pertencem à *ortografia suprasegmental* e os grafemas à *ortografia segmental*; cf. Lidia Contreras, **Ortografía y Grafémica**, Visor Libros, 1994, pp. 87-110.

se, pois, o chamado “fonografismo”⁵², que não é equivalente nem, muito menos, sinônimo, de “fonocentrismo”, sem se confundir também com o “autonomismo” –, o que não nos impede, todavia, de encarar o material gráfico, e mais precisamente a sua substância, como detentora de especificidades diferentes, naturalmente, das da língua oral. Ao fonografismo subjaz uma concepção de mútua implicação dos sistemas gráficos e fônicos, por se considerar que ambos são duas realidades do mesmo fenômeno, qualquer que seja o grau e o tipo de relação entre elas, divergindo por isso do chamado fonocentrismo, que assume a prioridade da língua oral e, por consequência, a secundaridade ou complementaridade da escrita. Do fonografismo decorrem, assim, as referências ao sistema fonológico, às realizações fonéticas, ou ao nível supra-segmental, bem como à morfologia, à sintaxe e à semântica, quer dizer, à globalidade do sistema linguístico plasmado ou cristalizado pela escrita.

3.1. O alfabeto

*Peut-être n'y a-t-il jamais eu d'alphabet complet,
que celui de l'inventeur de l'écriture. (...).
L'orthographe n'a été parfaite qu'à la naissance
de l'écriture.*

Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné (1751-1780), art. *Écriture*.

Falar do sistema ortográfico de uma escrita alfabética implica, necessariamente, a referência às “letras” e ao “alfabeto”, ou seja, a uma série de sinais gráficos de ordenação convencional, transmitidos por uma tradição, que

⁵² A designação refere a posição teórica e metodológica propugnada por vários investigadores dos sistemas de escritas e das ortografias, de que são exemplo V. G. Gak, Wladimir Horejsi e N. Catach, aplicada em numerosos estudos, tanto sincrônicos como históricos, sendo de destacar o caso do francês que regista uma abundante bibliografia. Divergindo tanto do fonocentrismo, conceptualização instaurada com as interpretações do texto saussuriano, como do autonomismo, praticado em especial por investigadores do domínio anglo-saxónico, esta posição concilia, em nosso entender, as outras duas mais extremadas, uma vez que analisa a totalidade do sistema gráfico, integrando-o na “língua” (esta tem, de acordo com isto, uma expressão fônica e uma expressão gráfica), abrangendo por isso as unidades que escapam a qualquer tentativa de correspondência com a vertente fônica. Mais uma vez, não se trata aqui de ecletismo, mas sim de um certo “fonografismo temperado”, na expressão de Jacques Anis et alii, *L'écriture*, 1988, p. 80.

constitui, ao servir diversas famílias linguísticas, um dos patrimónios civilizacionais do Ocidente. Na verdade, partindo de uma base que remonta aos gregos e aos latinos⁵³, o alfabeto é um instrumento consagrado pela sua economia e funcionalidade de meios, demonstradas ambas no facto de ele servir um vasto território se se atender à variedade de culturas que o fizeram seu pela adopção, aspecto para o qual já chamavam atenção os ortógrafos do século XVIII, adaptando-o por vezes a novas necessidades, como sucedeu com o português, o espanhol, o francês, o romeno, o inglês, o alemão, o dinamarquês, polaco, o checo, etc.

Antes de mais, note-se que o alfabeto é um inventário reduzido, se não mesmo fechado, composto por unidades que se organizam, economicamente, numa sequência que constitui uma mnemónica, e asseguram o máximo de rendimento, devido às múltiplas possibilidades de combinação entre essas unidades, cujas características são variadas enquanto “significantes”: umas são marcadas pela verticalidade – aquelas que têm um segmento para cima ou para baixo (f, l, etc.) –, outras pela lateralidade (c, b, d), etc. Segundo a tradição, cada um daqueles elementos é uma “letra”⁵⁴, caracterizada pelo trinómio constituído pelo “nomen”, “figura” e “potestas”, ou seja, nome (a designação da “letra”), figura (o significante gráfico) e poder (o valor em correspondência com o plano fónico), que eram os chamados “acidentes”⁵⁵ das letras, referidos pelos nossos ortógrafos sob a forma de “nome, figura e valor” (Freire da Cunha, 1770, p. 54), “que lhes damos para nos explicarmos, ajuntando-as differentemente nas diversas syllabas, conforme as varias combinações das palavras”. No caso de Souto-Maior, a repartição das unidades entre vogais e consoantes denomina-se “qualidade das letras” (1783, p. 6).

Outro aspecto relevante da apresentação do inventário mínimo de unidades gráficas é a vinculação da letra ao som, ao ponto de o uso do termo letra para

⁵³ Dispensamo-nos de recapitular aqui alguns dados respeitantes à história do alfabeto, e remetemos para a bibliografia especializada; vide: James G. Février, *Histoire de l'Écriture*, 2e éd., Payot, 1984; Ch. Higounet, 7e éd., *L'écriture*, PUF, 1986; F. Coulmas, *The Writing systems of the world*, Blackwell, 1989.

⁵⁴ Em grafemática, a letra distingue-se do grafema por ser a sua realização concreta ou alógrafo, podendo por isso variar; já o grafema é uma constante gráfica discreta, dotada, por isso, de valor funcional no quadro de um sistema. Para o conceito de grafema, cf. supra, 1.1.

⁵⁵ Era a designação das variações registadas por qualquer forma linguística; o termo vai vigorar até ao século XIX, onde ainda se encontra nos dicionários de termos gramaticais e filológicos, com essa acepção. Veja-se *O Escholiaste Portuguez* (1884), de Almeida Neto, por ex., onde o termo se refere ainda “às diferentes modificações de que são susceptíveis principalmente as palavras variáveis” (p. 18).

significar uma unidade sistemática ter levado à pretensa “confusão” entre ambos. A letra (do lat. *littera*) é definida pelos ortógrafos de setecentos como a unidade gráfica de menor extensão, sendo o seu número variável de autor para autor, em função da inclusão ou exclusão de unidades excedentárias, como <k> e <y>, que ora aparecem, ora desaparecem dos inventários a seguir recenseados. Assim, quase equiparável a um grafema “avant la lettre”, a letra é definida linguisticamente com base no seu carácter de sinal mínimo, distintivo, associativo e convencional⁵⁶, como se conclui das definições abaixo arroladas:

1. “Letras sam notas, ou Signaes das Vozes (...) inventadas para constituir as syllabas, dicções, e Oraçâm, na qual, e na recta razâm, que a-forma, faz significar, e dirige, consiste o vinculo, e conservaçam da sociedade humana; ...Hũa voz ordenada para a syllaba (...)” (**Monte Carmelo**, 1767, p. 132); 2. “Hum signicativo character, e a mais pequena parte de qualquer palavra, que se póde escrever, por cuja valia, e poder se formaõ todas, com que nos explicamos” (**Cunha**, 1770, p.48); 3. “A letra he a comprehensão de hum som, que se não póde dividir na pronunciação (...)” (**Lobato**, 1771, p. XXXI); 4. ”Consta a Oração de palavra; as palavras de syllabas; e as syllabas de letras (...)” (**Figueiredo**, 1799, p. 5); 5. [servem para mostrar que] “ (...) he hum character, ou figura, em que se comprehende som individuo...” (**Souto-Maior**, 1783, p. 4); 6. “Os agentes, ou nominativos &c. formão-se de sons simplicissimos, que se çamão letras, e de syllabas” (**Bacelar**, 1783, p.6); 7. “As letras nam foram inventadas cada uma de per si, senam para exprimirem um certo som, qe combinado com outros, formam disoins, e estas unidas constituem as palavras (...)” (**J. Encyclopedico**, 1789, p. 345); 8. “...hé a comprehensam de hum som que se nam póde dividir na pronuncia..., e a syllaba se compoim de huma, ou mais letras...” (**Cardoso**, 1790, p.2 e p.4).

Correspondendo ao peculiar traçado de cada unidade gráfica, a “figura” é portadora de valor linguístico, motivo por que importa fazer a destriça entre certas unidades susceptíveis de confusão, como sucedia com <I> e <V> que requeriam, em

⁵⁶ Estes traços definitórios têm para nós implicações epistemológicas, visto procederem de uma concepção fonocentrista da escrita, dos sistemas gráficos e ortográficos, segundo a qual os grafemas são meros “signos de signos”, entidades secundárias, portanto. Usamo-los aqui, como em outros pontos deste trabalho, por razões de comodidade, e não pela assunção da conotação fonocentrista, como afirmámos antes; cf. supra, 1.

virtude de serem inovações de adopção recente em relação à tradição greco-latina, uma descrição do próprio significante ou forma gráfica. A este propósito, repetem-se os testemunhos dos ortografistas, dos quais apenas reproduziremos alguns, a título de ilustração. Veja-se a observação de Caetano de Lima (1736, p. 32 e p. 59): “Faz-se a diferença de i vogal a j consoante; porem o J grande tem sempre a mesma figura, ou seja, consoante ou vogal” e “U tem diferente figura do V consoante, excepto nas letras Maiusculas, em que sempre se uza de V”. Para além da necessidade de distinguir os grafemas e seus valores, depreende-se que os constrangimentos de disponibilidade tipográfica só deviam atingir as maiúsculas. Também Verney confere valor à distinção dessas duas figuras: “Distinguir o *i vogal*, do *consoante*, é mui necesario, para saber quando fere, ou não fere, a vogal. Chamamos *rasgado* ao consoante; *pequeno*, ao vogal; e distinguem-se pela figura” (pp.66-67). Mais tarde, Souto-Carneiro (1783, p. XIV) esclarece:

“Sobre as duas qualidades de I J taõ bem ha sua bulha, mas em se sabendo distinguir o I vogal do J consoante, o que he muito necessario, está acabada toda a duvida. Os II distinguem-se pelo feitio, ou sejaõ grandes ou pequenos: o J consoante, quer seja grande, quer seja pequeno j, sempre he rasgado, e os Ii vogaes naõ” e observa também que “As Letras tem duas diferenças, ou figuras, ainda que o valor he o mesmo; porque humas saõ grandes, ou mayusculas, como A, B, C, &c. outras saõ pequenas, ou minusculas, como a, b, c ...” (p. 8).

Esta oposição de “formato”, como variação do significante do grafema, cobra um valor que não se reduz à simples dimensão do caracter, quer tipográfico, quer manuscrito, pois remete para o nível semântico, uma vez que a maiúscula se caracteriza por ser semi-alfabética (a variação não afecta a relação com o plano fónico) e semi-visual (por contrastar com as restantes unidades), sendo que a sua substância adquire forma⁵⁷ (cf. infra, 4.1. e II, 6.2). Por outro lado, note-se que a indistinção das “figuras” se repercute na ordenação alfabética dos dicionários, uma vez que as séries referentes a <I> e a <V> incorporam entradas tanto em vogal como em consoante, com as consequentes perturbações da ordem em cada série. Vinculada à origem do alfabeto tradicional, que não integrava estes elementos novos, e favorecida por problemas de disponibilidade tipográfica que atingiam as maiúsculas,

⁵⁷ Cf. N. Catach, *Les délires de l'orthographe*, Plon, 1989, pp. 155-156.

esta prática foi recorrente desde os primeiros dicionários⁵⁸ bilíngues até ao primeiro conspecto lexical exclusivamente unilingue – o de Moraes –, prolongando-se durante todo o século XVIII. Constituindo uma marca distintiva da antiga prática dicionarista, com variantes de lexicógrafo para lexicógrafo, encontraria, no entanto, quem (Bernardo de Lima e Melo Bacelar) adoptasse, ainda naquele século, a inovadora técnica lexicográfica de separar as entradas em <j> e <v> das entradas com vogal inicial. A este propósito, ao arrepio do costume e regendo-se pelo princípio da distinção fonética⁵⁹, diz Bacelar no Prológo do **Diccionario da Lingua Portugueza**: “Para maiór alivio dos Leitores divido as letras, que tem diversissimo som; v.g. o I, e J: U, e V; e ajunto as unissonas F, PH: I, e Y; e todas as dobradas, excepto os MM, RR, e SS, que fazem sons distinctissimos” (p.ix).

O conceito de alfabeto é definido, por sua vez, em função da noção de ordem, série, lista ou agrupamento de sinais; a ordem é, também ela, detentora de uma função cognitiva e linguística, mais que não seja como sistema de classificação ou de disponibilização do léxico, e das experiências por intermédio deste, dado que a ordenação alfabética é, só por si, uma taxonomia de todos as vivências humanas, tendo possibilitado novas técnicas, formas de conhecimento e de acesso à informação, de que são exemplo a catalogação e a lexicografia.

O alfabeto surge definido como a “série do nosso abecedario, ou coordenação das Letras” que se pode “formar por dous modos, entremetendo as Letras gregas, e Estrangeiras nas Portuguezas, ou acrescentando-as no fim”; “Alfabéto” ou “Alphabéto” “He a série das Letras Hebraicas, oi Gregas. A série dos Latinos e Portuguezes, deve chamár-se abecedario. Daqui Alphabetar (...) (Monte Carmelo, 1767, p. 132; 150).

Não coincidiam os ortógrafos setecentistas quanto ao número de unidades, que flutuava entre vinte e duas (Lima, 1736; p. 1), vinte e cinco (Feijó, 1734, 1739, p.20); vinte e uma (Souto-Maior, 1783, p. 4); vinte quatro (Freire da Cunha, p.48; Nunes

⁵⁸ Cf. 2º vol., I.

⁵⁹ Melo Bacelar não aplica esse princípio a todos os aspectos do sistema ortográfico, no qual a etimologia é um critério nuclear, em especial a etimologia grega. No prológo, o autor confessa dar a preferência a esta em detrimento da latina; esta opção é extensível, até certo ponto, às soluções ortográficas: “(...) Firmado em vários princípios antepus a etymologia Grega á Latina, esta á Arabe, Hebraica. Goda, e ás de Linguas vivas; quando a igualdade de letras, ou de sons o permittio. Do que se segue que não sou etymologista rijo, más racional, e bem moderado” (p. vi).

Cardoso, Arte, p.3). Na sequência desta variação numérica, sublinhe-se que as unidades excrescentes figuram normalmente no final da série, como haviam feito os Latinos com respeito às unidades introduzidas em último lugar, isto é, o <x> e o <z>.

Como se viu em Monte Carmelo, os ortógrafos conferiam, por outro lado, bastante importância à ordem alfabética, ou seja, à “disposição fixa ou convencional” das unidades⁶⁰, bem como ao eventual acréscimo de novas unidades, pelo que sempre propunham um determinado modelo, em função dos critérios adoptados, nomeadamente da obediência ao critério etimológico, sendo que ao núcleo eram somadas as unidades flutuantes, incluídas na série ou no final. Daqui resultam os seguintes padrões alfabéticos, por ordem cronológica: em Feijó (1734/1739, p. 20) a ordenação proposta é <A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Y, Z>, tendo o ortógrafo optado por incluir <K> e <Y> na série; em Monte Carmelo (1767, p.135) encontram-se duas ordenações distintas <A, B, C, D, E, F, Ph, G, J, H, I, M, N, O, P, Q, K, R, S, T, U, W, X, Z, Y> e <A, B, C, D, E, F, G, J, H, I, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, z, y, W>; em Freire da Cunha (1770, p. 48) a sequência é <A Be, Ce, De, E, Ef, Ge, Ha, I, Ji, El, Em, En, O, Pe, Qu, eR, eS, Te, U, Ve, eX, Zeta, Ysilon>; em Lobato (1ª ed. 1771, 1807, 1812) aparece, por sua vez, a seguinte arrumação <A, B, C, D, E, F, G, H J, I, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Y, Z>. É interessante notar as alterações registadas pelo alfabeto ao longo das sucessivas edições da gramática de Lobato. Assim, pelo menos, nas 6ª e 10ª edições, de 1807 e de 1812, respectivamente, <J> aparece antes de <I>, não a consoante precedesse a vogal porque na ordenação, mas porque o <J> é oriundo do <I> latino, o chamado “iode”, devendo-se esta aparente inversão a uma opção tipográfica, para evitar a possível confusão entre os dois caracteres de imprensa. Para além disto, apenas há a assinalar a inclusão de <y>, sempre antes de <z>. A preocupação em anular a confusão, tanto na letra manuscrita como na impressa, entre os sinais representativos de /i/ vogal e de /ʒ/ consoante, ditou, inclusivamente, várias descrições da “figura” quer minúscula, quer maiúscula dos grafemas, como a de Souto-Maior: “Os II distinguem-se pelo feitio, ou sejaõ grandes, ou pequenos: o J

⁶⁰ A definição é de Yakov Malkiel, que expõe o valor semiológico das letras; vide: **La configuración de las letras como mensaje propio**, Visor, 1993, pp. 23-35.

consoante, quer seja grande, quer pequeno j, sempre he rasgado, e os Ii vogaes não” (1783, p. XV). O mesmo ortografista propõe um alfabeto de vinte e uma unidades, do qual não constam nem <k>, nem <y>, ficando igualmente de fora <j> e <v>, como se vê na série <A, B, C, D, E, F, G, H, I, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V, X, Z>; todavia, o autor esclarece que a estas devem juntar-se “quattro gregas: J ou Jod, J consoante; V, ou Vau, V consoante; K, e Y”, se bem que as duas últimas unidades não sejam necessárias. Quanto à leitura do alfabeto, aponta Souto-Maior uma realização do tipo: “A’, Bê, Cê, Dê, êfe, Gê, agà, I, J, élè, éme, éne, o’, Pê, Quê, eRRe, éSSE, Tê, U, V, Xis, Zê, Ká, Ypsilon” (Ibid.). O método seguido por Souto-Maior era condenado, no mesmo século, apenas sete anos mais tarde (1790), por um articulista anónimo do **Jornal Encyclopedico**, que se comenta omissão de certas unidades ao dizer:

“Nam poso pasar em silencio um costume introduzido entre quaze todos os Mestres das primeiras letras, o qual consiste em nam fazerem conta no Alfabeto de duas letras = j, e v = poisqe as consideram incluidas nas vogais = i u =: porem elas sam tam difrentes destas, como é a letra consoante da vogal. (...) esta é a practica de algumas Nasoins mais cultas, e os mesmos Espanhois uzam do = j = a qe chamam jota (...)” (p. 56).

Em 1783, no mesmo ano de Souto-Maior, reconhecendo embora a existência de um alfabeto tradicional na Europa, como património cultural comum, a saber, “a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, x, z ~”, Melo Bacelar adopta um alfabeto *sui generis* – o “alphabéto razoado, e proveitozo” –, ao qual acrescenta o til. Esse inventário consiste numa tentativa de aplicação de um sistema racional ou fisiopsicológico à análise do sistema de escrita da língua portuguesa, realizada no âmbito da **Grammatica Philosophica**, que é a primeira experiência declarada, entre nós, do movimento da denominada “gramática filosófica”, de inspiração francesa por intermédio da **Grammaire Générale et Raisonnée** (1660), ou de Port-Royal, cuja acção será prolongada pelas gramáticas gerais posteriores, durante boa parte de setecentos, bem como pela **Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences** (1751). Implicada nesta experiência, está também uma renovação da reflexão sobre a origem e a natureza da linguagem e das línguas, tópicos centrais da teoria e da filosofia da linguagem, embora Bacelar recorra a explicações da chamada “mitologia linguística”, que tinham prosperado entre os gramáticos humanistas, como sejam os

mitos da babelização, da língua adâmica e da hebraica⁶¹. As explicações de índole mitológica e teológica, veiculadas pela tradição judaico-cristã, estendem-se, portanto, às origens da escrita e de cada letra do alfabeto, mas tendem a desaparecer dos textos, apesar de persistirem em alguns dos autores setecentistas, como Monte Carmelo (1767, p. 132-133), Souto-Maior (1783, p. 56, origem das letras) e Cardoso (1790, *Exame*, p.1-2, “mito da língua hebraica”; pp.7-8, as origens da escrita e do alfabeto)⁶², vindo depois a ser abandonada tal especulação sobre a questão das origens das línguas. Ao conduzir a uma tentativa de tipologia linguística, a problemática em torno da origem da linguagem manifesta-se, por outro lado, na discussão sobre a “perfeição” ou “imperfeição” das línguas, traduzida na comparação das suas características⁶³ e do seu grau de evolução.

Retomemos a doutrina de Melo Bacelar. Do seu intuito de criar um sistema alfabético racional, resulta um esquema que contempla quase todas as unidades usadas no sistema gráfico do português, à excepção de <nh>, e não apenas as que fazem parte do inventário habitual, numa ordenação ditada pela relação fónica entre as unidades expostas:

a be ka, ke, ki, ko, ku, sa se si so su: ç a, ce, ci, ç o, ç u: xa, xe, xi xo, xu: ç ha, ç he, ç hi, ç ho, ç hu che ke: xe: ç a : k: Q: X: S:

ç a: za, ze: de

e é fe phi ga, go, gu, je, ji, ja i i, ge, gi

J, I, Y, le me, an ne o pe

~

ra : erre

re, te u uve

V W

Poder-se-á concluir que a sucessão das unidades é determinada pela sua combinatória e afinidades de realização, sendo de salientar, em particular, a inclusão

⁶¹ Vide, Maria Leonor Buescu, *Babel ou a ruptura do signo*, IN/CM, 1983, pp. 239-261; idem, *Historiografia da Língua Portuguesa*, Sá da Costa, 1984, pp. 184-200 (A «língua de Adão»).

⁶² Cf. p. 5, onde trata da “(...) invensam das letras, e o primeiro Alfabeto”.

⁶³ Este procedimento já fora usado pelos renascentistas Barros e Vera, e alguns autores posteriores, como seja Severim de Faria (*Discursos Políticos*), que pretendia demonstrar que a língua portuguesa não só rivalizava como vencia todas as outros em méritos linguísticos. Cf. 2º vol., I, 2., 3.

do til “~” entre as unidades grafemáticas, e bem assim, a de “phi”, “k”, e “y”, para além da referência a “w” (uve)⁶⁴, que também já havia sido referido por Monte Carmelo (1767, p. 136, *W... alguns doutos, como uv, e por outos V...*). Trata-se, portanto, de um sistema mais aberto do que o tradicional. Por outro lado, na doutrina de Melo Bacelar, os termos “figuras, caracteres” e “letras” (p. 40) não são equivalentes, e não se confundem, então, com o valor de cada unidade.

Outro aspecto relevante na reflexão sobre a escrita ou sistema gráfico é o reconhecimento da arbitrariedade ou convencionalidade do material gráfico, facto que é, de resto, repetidas vezes sublinhado por Monte Carmelo (1767, pp.142-143), ao esclarecer a esse propósito que “(...) todas as Letras são arbitrarias no som, e tenõres, ou dependentes do livre uso dos Principes, curiaes, e Orthólogos eruditos (...)”⁶⁵, e completar depois: “Finalmente os riscos, ou figuras impressas no papel podem significar as vozes, que livremente quizer cada hua das Nações”. À noção de convencionalidade, junta-se ainda o carácter discreto das unidades alfabéticas, cujo valor decorre da possibilidade de se combinarem umas com as outras, garantindo-se dessa forma a construção de unidades de nível superior, dotadas de um significante gráfico e de significação, facto que é destacado pelo anónimo conimbricense dos artigos do **Jornal Encyclopedico** (1789, p.345). Porém, ao invés do que é lugar-comum afirmar-se a propósito tanto dos Antigos⁶⁶ como dos antigos ortografistas e gramáticos, o articulista conimbricense distingue claramente o plano da grafia do da fonia. Apesar de o “topos” da “confusão entre letra e som” parecer instalado, e de os textos serem ambíguos neste assunto, é possível afirmar-se que o conceito de “letra” não é um equivalente directo da unidade mínima da escrita da qual retira o nome, mas antes remete para uma consciência fonológica, ou se se preferir, para uma noção abstracta do elemento sistemático denominado “grafema”: assim, a “letra” constitui

⁶⁴ Para além de Melo Bacelar, também Souto-Maior (1783, p.62) aludia a “w”, letra característica das “Nações do Norte”; ao tratar da classificação das consoantes, Monte Carmelo (1767) chamara ao “w” letra “estrangeira”. Cf. *infra*, 3.3.

⁶⁵ A referência aos “tenores” assenta na tradição latina e, nomeadamente em Quintiliano (1, 5, 22; 1, 5, 26), repetido mais tarde por Santo Isodoro de Sevilha, nas **Etimologias**, onde diz o seguinte: “Accentus, qui Graece prosodia dicitur (...). Nam Accentus et tonos et tenores dicunt, quia ibi sonus crescit et desinit” (p. 304).

⁶⁶ Vide: Françoise Desbordes, *La prétendue confusion de l’écrit et de l’oral dans les théories de l’antiquité, Pour une Théorie de la langue Écrite* (Actes éd. N. Catach), CNRS, 1988, pp.27-33.

uma unidade funcional, até certo ponto semelhante ao fonema. Nesta linha, observa o nosso conimbricense:

“As Letras nam foram inventadas, cada uma de per si, senam para exprimirem um certo som, qe combinado com outros, formam disoins, e estas unidas constituem as palavras; logo tudo aquilo, qe nam concorre para a boa intelligencia das palavras he escuzado”.

Da apresentação do alfabeto passa-se, então, à classificação das suas unidades em relação com o respectivo valor. O inventário é composto por “letras” de duas naturezas, a saber, as vogais e as consoantes, cujo número é variável, com maiores flutuações no referente às últimas: Caetano de Lima (1736) identifica seis vogais (a, e, i, o, u, y) e dezasseis consoantes; os números de Monte Carmelo (1767) coincidem com os deste; Freire da Cunha (1770) segue-os também; Lobato (1771) coincide nas vogais, mas aponta dezoito consoantes, incluindo entre elas o <h>; Figueiredo (1799) refere os mesmos números, mas exclui o <h> e admite o <k>; Souto-Maior (1783, p.7) que retoma o esquema de seis vogais, aponta dezassete consoantes, entre elas <k>; definindo-as como letras “syllabicas”, Melo Bacelar (1783, p.6) admite seis vogais, tal como todos os anteriores, mas introduz <w> em vez de <y>, sendo consoantes as restantes letras, “porque são com as vogais”. Descritas as vogais como “modificações” da voz e “som perfeito” (... *so nelas pára, e se modifica a voz na pronuncia da syllaba* ...Cunha, 1770, p.54; ... *cada huma dellas póde por si só fazer hum som perfeito sem ajuda de letra consoante* ... Lobato, 1771, p.), por oposição a elas, as consoantes “...só são e podem fazer syllabas juntas com algumas vogaes”...). A partir deste quadro classificativo, verifica-se a divisão das consoantes, herdada da tradição greco-latina⁶⁷, em dois tipos ou sub-grupos: umas caracterizam-se por serem precedidas de um elemento ou suporte vocálico “e”, enquanto que as restantes carecem dele. As primeiras, algumas das quais podem tornar-se líquidas, são as “semivogais”; as segundas são as chamadas “mudas”. Na definição de Monte Carmelo, as “semivogais, ou meias vogaes” são “aquellas, que principiam com algum som claro, e principio de vogal, como Ef, El, Em, En, Er, Es, ás quaes

⁶⁷ Na *Tekhne* (cap. 6), de Dionísio, o Trácio (c. 170-80), a divisão é precisamente: vogais, semivogais (zd, x, ps, l, m, n, r, s) e mudas (b, d, g, d, k, p, t, th, ph, kh). Cf. S. Auroux, *Appendice 3: Note sur les progrès de la phonétique au XVIIIe siècle*, *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 2, Mardaga, 1992, pp. 598-606.

acrescentam os Latinos Ics, ou Igs, e a Letra Ez, mas nós as pronunciamos com este som Xis, Ze” (p. 135), sendo as líquidas aquelas que “perdem a força do seu proprio som, como sam L F”; por contraste com as semivogais, as mudas são descritas como as que “principliam com som obscuro, e acabam com som de vogal, como Be,Ce, De, Ge, Ka, ou Kappa, Pe, Que, Te; para as quaes se-podem reduzir Je, Phi, Va, Wa” (ibid.). Na linha de Monte Carmelo, Souto-Maior (1783, p. 6) distingue as mudas das semivogais, não só com base na audição do suporte vocálico como também na oposição entre a obscuridade e a clareza: umas, as mudas – <B, C, D, G, J, K, P, Q, T, V, Z> – são-no “... porque além de terem hum som obscuro, quando são sinaes de dicção, e ainda de syllaba, se lhes intende a vogal E (...)”; as restantes – <F, L, M, N, R, S> – são semivogais “(...) porque não só tem hum som mais claro, do que as Mudadas, mas sendo sinaes de dicção, não se lhes intende a vogal E na pronuncia, como nas Mudadas (...)”. Dentre as semivogais, fazem-se líquidas <l> e <r>, quando precedidas de uma consoante muda (Ex. Clero, Droga, &c.). Assim, segundo Souto-Maior, na leitura do alfabeto deve atender-se a essa distinção: “<A’, Bê, Cê,Dê, E’, êFe, Gê, àGá, I, J, éLê, éMe, éNe O’, Pê, Quê, érRe, ésSe, Tê, U, V, Xis, Zê, Ká, Ypsilon >” (S.-M., p.5).

Com as mesmas designações, também Freire da Cunha coloca a tónica no suporte vocálico: “as Semivogaes...na sua pronuncia parece, que levaõ, antes de si metade da vogal, e assim ef, el, e em, &c.”; as mudas “...não soaõ com metade de alguma vogal antes de si...”(p. 60). As primeiras são oito (F, L, M, N, R, S, X, Z) e as segundas, sete (B, C, D, G, P, Q, T); nas líquidas, o ortógrafo compreende todas as consoantes cujo som enfraquece em contacto com uma muda, por exemplo nas sequências consonânticas (*Cl*-Clamar, *Fl*-Reflectir). Observa-se, então, que esta classificação assenta num subjectivo critério acústico (a referência ao que se ouve), posto em causa, ainda nesse século, pelo autor dos artigos do **Jornal Encyclopedico** (pp.50-51), que rompe com a classificação latina dos “sons”, ao afirmar peremptoriamente:

“Entre as letras consoantes á umas poucas qe sam = *f, l, m, n, r, s*, as quais os Ortografos mandam dar um som alheio da verdade; porqe dizem qe as pronunciemos como se fossem = *ef, el, eme, ene, erre, ese*, =: en não sei em qe se funda esta difrensa de pronunciasam d’aqelas consoantes respetivamente as outras letras. Em primeiro lugar os Ortografos nam vam coerentes nesta regra, porqe ao mesmo tempo qe dizem, qe

devemos pronunciar as letras = *f, l, m, n, r, s*, = assim *ef, el, eme, ene, erre, ese*, = logo quando querem por em practica a lei se apartam dela: porque nenhum dis que as palavras por eizemplo = *figo, lenha, maior, nam, raio, sabio*, = se pronunciem assim = *efigo, elenha, emaior, enam, eraio, esabio*, = como se deveria dizer se a lei sobredita se adotase. e se nós discurremos por quantas palavras se nos apresentem a imaginam, ans quais entrem algumas das ditas letras, certamente não acharemos uma só palavra onde tenha lugar o que se dis, mas antes sempre lhes damos o som como as mais letras consoantes. Eisceto porem a letra = *s* = a qual parece que conservou por algum tempo o som que os Ortografos lhe dam ainda oje (...)

De facto, das palavras do articulista depreende-se que a divisão clássica em semivogais e mudas é um artifício contrário ao princípio fonético que lhe estava subjacente. Apesar desta opinião discordante, esta classificação das consoantes pertence, ainda, ao aparelho conceptual e terminológico setecentista, e perdurará até bem avançado o século seguinte (cf. *infra*, II, 5.2.).

Se é verdade que a terminologia herdada dos Latinos é aplicada com bastante arbitrariedade à descrição do português e das outras línguas, não é menos verdade que isso parece estar em conexão com o conhecimento rudimentar da fonética articulatória e da acústica, disciplinas de desenvolvimento tardio – avanços sensíveis verificar-se-ão, contudo, em Inglaterra e em França, a partir de finais do século XVIII⁶⁸ –, cujos antecedentes são as descrições realizadas pelos nossos ortografistas e gramáticos (cf. 3.2., 3.2.1., 3.4.). Em rigor, dever-se-á dizer que estes praticaram, induzidos pela própria natureza dos sistemas de escrita alfabética, enquanto meios de análise linguística, mais uma fonética funcional ou fonológica, *avant la lettre*, do que uma fonética articulatória *stricto sensu*.

3.2. Grafemas e vocalismo

Aos grafemas vocálicos cabe a transcrição ou a representação das vogais que aqui denominamos, de forma lata e sistemática, de vocalismo, nele compreendendo quer as unidades isoladas (vogais), quer combinadas com outras (ditongos), quer em

⁶⁸ Tais progressos devem-se sobretudo a estudos médicos sobre os órgãos da fala, cuja representação será mais correcta, permitindo, assim, uma fonética articulatória mais pormenorizada. Note-se, ainda, que o termo “acústica” é criado em 1701 por Joseph Sauveur (1653-1716). Nos artigos da *Encyclopédie* encontra-se o repositório dos conhecimentos disponíveis na época. Cf. Sylvain Auroux, *obra cit.* nota anterior.

sequências – os encontros vocálicos ou hiatos. A julgar pelo seu tratamento, a questão da nasalidade vocálica devia colocar vários problemas aos ortógrafos, que recorrem ao expediente da sequência de vogal e consoante nasal, sem fazerem propriamente menção do traço da nasalidade.

A descrição das vogais assenta na referência a três traços articulatórios: a maior ou menor abertura da cavidade bucal, a elevação da língua em relação ao palato, e o arredondamento dos lábios. Do ponto de vista acústico, são apontados os traços da altura e de abertura: alto-baixo e aberto-fechado. Note-se, todavia, que nem todos os ortógrafos apresentam o conjunto dos traços indicados.

Passando em revista as diversas descrições compulsadas, obtém-se um quadro articulatório-acústico composto por uma série de oposições, como veremos de seguida. Assim, D. Luís Caetano de Lima (1736) prescinde da descrição articulatória por traços e ocupa-se das diferenças de abertura registadas por cada vogal: assim, opõe as abertas às fechadas e destaca as posições – inicial, média e final –, em que têm um ou outro timbre (pp.2-3); dá especial relevo à questão da fonotáctica, quer dizer, às possíveis combinações de cada unidade, sobretudo em posição final, uma vez que da exemplificação constam muitos sufixos, sobretudo nominais. Por outro lado, opõe ainda as “longas” às “breves” (p.4), quer dizer, as sílabas tónicas às fechadas. Devido ao facto de serem grafadas por uma sequência de vogal e consoante nasal (cf. 3.2.2), as vogais nasais figuram no capítulo dos ditongos nasais, No que respeita a <y>, incluído no sistema da representação vocálica. Caetano de Lima esclarece que “he tomada dos Gregos, entre os quaes tinha o mesmo tom que a vogal U dos Francezes; porém tanto no Latim, como na mayor parte das Linguas vulgares se lhe dá o som da vogal I” (p.63), sendo a sua adopção ditada pelo critério etimológico nos vocábulos de origem grega; no caso dos ditongos, a etimologia tem sobretudo valor distintivo, pois está ao serviço de diferenças não realizadas na oralidade.

A descrição de Monte Carmelo (1767) assenta, por sua vez, em traços articulatórios: <a> realiza-se “...com a boca aberta, som alto e claro” e, em conformidade com o som, representa-se, do mesmo modo, por uma “figura aberta”, quer dizer, a forma do significante corresponde ao seu valor fónico. O ortografista aponta, de seguida, as variações posicionais desta vogal em função da fonotáctica,

como sucede junto de <m> e <n>, contexto em que passa a vogal ter “...som brando, ou Accento circumflexo...exceptuando os Preteritos terminados em *amos* como *Ensinámos, &c*”(p.136), aspecto que o próprio Monte Carmelo (*Pról. Apologét.,VI*) define como “modo particular da Lingua Portugueza (com esta Significaçam se-deve entender sempre neste Compêndio o nome *Idiotismo*)”⁶⁹. A vogal grafada com <e> articula-se “Eta, ou Epsilon...com a boca menos aberta, do que A, e levando muito pouco a lingua para o paladar, e comprimindo levemente a respiraçam” (ibid.); neste caso, salienta uma realização posicional junto da lateral <l>, passando a proferir-se como se tivesse “accento agudo”. Por seu lado, <o> se realiza “com a boca aberta, e beiços estendidos em figura circular” (ibid.), ao passo que o <i> “...Ióta” (...) se articula “...com a boca menos fechada do que E, mas com maior elevaçâm da lingua, e respiraçam mais apertada, para que o som seja subtil...”; por último, o <u> realiza-se “...com a boca aberta, e beiços mais estendidos, do que na Letra O, inclinada a lingua para o paladar..”(p. 138). O autor refere o carácter líquido <u> como suporte de <q>, junto de vogal anterior ou palatal, por ex. em *Quero, Quinta*, em que “nada sôa”, ao contrário do que se verifica junto de <a, o, u>, em que se pode “proferi-la brandamente”. A articulação de <u> sugere-lhe, ainda, uma aproximação com <y>, decorrente da pronúncia dos Latinos e dos Franceses: “...pronunciãem esta vogal com hum som mais chegado a Y (donde teve a sua origem) do que a O com Accento circumflexo, e por contrário modo a-proferem os Portuguezes...” (ibid.), sendo o <y> descrito por associação com <i>, uma vez que “...se-profere em Portuguez do mesmo modo ... com que o I se pronuncia; mas na Lingua Latina tem som mais brando” (pp. 138-139). Dispensável pelo princípio fonético, a integração deste grafema está vinculada ao princípio etimológico, tendo por isso um valor meramente simbólico, como não deixa de frisar o ortógrafo, ao esclarecer que <y> “...sómente pôde servir para mostrar a origem de nosso Abecedario...” (ibid.), justificação que também serve para os grafemas duplos (cf. 3.4.2.). Nesta descrição, a sequência das vogais é alterada, uma vez que <o> antecede <i>, facto que poderá prender-se com o tipo de

⁶⁹ Vide, F. Lázaro Carreter, *Diccionario de Términos Filológicos*, 8ª reimpr., Gredos, 1990, p. 229: “Forma o giro propios de una lengua, pero anómalos dentro de sua sistema gramatical (...)”. Segundo A. G. Cunha, *Dic. Etim.*, 6ª impr., Rio de Janeiro, 1994, p.422, o termo “idiotismo” situa-se no século XVIII. No mesmo século, registamo-lo também em Luís António Verney (1746).

significante dos grafemas. Para João Pinheiro Freire da Cunha (1770), cuja exposição coincide quase totalmente com a do ortografista anterior, o <a> é produzido com “...a bocca aberta, e com som alto e claro, dele se distinguindo o <e> por ser articulado com “...bocca menos aberta, do que no A, levando muito pouco a lingua para o paladar, e comprimindo levemente a respiração...”, ao passo que o <i> é caracterizado pela “...bocca menos aberta, do que no E, porém com maior elevação da lingua, e respiração mais apertada”; finalmente, o <u> distingue-se sobretudo do <o>, caracterizado pelo arredondamento dos lábios (*bocca aberta, e os beiços mais estendidos em figura circular*), pela maior projecção labial (*bocca aberta, e os beiços mais estendidos, do que no O, inclinando a lingua para o paladar*, 1770, pp. 48-49); por outro lado, o ortógrafo identifica também a noção de timbre vocálico, inerente aos três graus de abertura referidos: “alto, meio tom e baixo”(p. 22). À semelhança de Caetano de Lima, Carneiro Souto-Maior (1783) não apresenta qualquer descrição de base articulatória, limitando-se à indicação do valores das consoantes em função dos contextos posicionais, ou seja, os valores em sílaba tónica (*longa*) e átona (*breve*); o ortógrafo ilustra as variações de timbre, denominadas de “accentos”. No mesmo ano, Melo Bacelar fornece-nos também uma sumaríssima informação de natureza articulatória, enquadrada no espírito sistemático que enforma a sua ortografia, que visa o sistema, e não as unidades isoladas. Assim, o <a> forma-se “quando se abre a bocca, e se respira forte(...)”; o <e>, “fazendo menos hiato, e respiração, que no a”; o <i>, “vogal, ou J inicial com menos hiato, e muito maior aperto da respiração do que no e; o <o>, “quando se arcuão os beiços, e bocca respirando”; por fim o <u>, “vogal, ou W frangendo os beiços”, que se distingue de “V, consoante bufando” (p.69).

Estas descrições comprovam bem o estado dos conhecimentos em matéria articulatória e acústica, vistos elas reproduzirem apenas as definições transmitidas pela tradição latina, como faz Monte Carmelo, ao apresentar citações para conferir autoridade aos traços descritivos.

significante dos grafemas. Para João Pinheiro Freire da Cunha (1770), cuja exposição coincide quase totalmente com a do ortografista anterior, o <a> é produzido com “...a bocca aberta, e com som alto e claro, dele se distinguindo o <e> por ser articulado com “...bocca menos aberta, do que no A, levando muito pouco a lingua para o paladar, e comprimindo levemente a respiração...”, ao passo que o <i> é caracterizado pela “...bocca menos aberta, do que no E, porêm com maior elevação da lingua, e respiração mais apertada”; finalmente, o <u> distingue-se sobretudo do <o>, caracterizado pelo arredondamento dos lábios (*bocca aberta, e os beiços mais estendidos em figura circular*), pela maior projecção labial (*bocca aberta, e os beiços mais estendidos, do que no O, inclinando a lingua para o paladar*, 1770, pp. 48-49); por outro lado, o ortógrafo identifica também a noção de timbre vocálico, inerente aos três graus de abertura referidos: “alto, meio tom e baixo”(p. 22). À semelhança de Caetano de Lima, Carneiro Souto-Maior (1783) não apresenta qualquer descrição de base articulatória, limitando-se à indicação do valores das consoantes em função dos contextos posicionais, ou seja, os valores em sílaba tónica (*longa*) e átona (*breve*); o ortógrafo ilustra as variações de timbre, denominadas de “accentos”. No mesmo ano, Melo Bacelar fornece-nos também uma sumaríssima informação de natureza articulatória, enquadrada no espírito sistemático que enforma a sua ortografia, que visa o sistema, e não as unidades isoladas. Assim, o <a> forma-se “quando se abre a bocca, e se respira forte(...)”; o <e>, “fazendo menos hiato, e respiração, que no *a*”; o <i>, “vogal, ou J inicial com menos hiato, e muito maior aperto da respiração do que no *e*”; o <o>, “quando se arcuão os beiços, e bocca respirando”; por fim o <u>, “vogal, ou W frangendo os beiços”, que se distingue de “V, consoante bufando” (p.69).

Estas descrições comprovam bem o estado dos conhecimentos em matéria articulatória e acústica, vistos elas reproduzirem apenas as definições transmitidas pela tradição latina, como faz Monte Carmelo, ao apresentar citações para conferir autoridade aos traços descritivos.

3.2.1. Acento

Do carácter repetitivo dos testemunhos acima, desprende-se, pois, uma “fonética” de tipo intuitivo, amparada no legado conceptual e terminológico greco-latino, que era transposto para a análise da língua portuguesa como marca da filiação histórico-filológica a uma tradição transnacional. Todavia, nas descrições encontramos noções que merecem elucidação pelo significado particular que cobram nos textos dos gramáticos e ortografistas setecentistas. São elas: a noção de tom ou de acento, e a de “quantidade” vocálica (*longa* ou *breve*). Os dois primeiros termos designam os vários timbres de uma vogal, enquanto que o recurso à indicação das vogais longas ou breves serve para distinguir as tónicas e as átonas. Trata-se, assim, de mais um prolongamento da terminologia latina, não obstante a especificidade prosódica da língua portuguesa.

Em 1736, no tratamento das vogais, D. Luís Caetano de Lima ocupa-se com demora das variações de timbre em conexão com a tonicidade (ou atonicidade) das vogais e com o número de sílabas, procedimento que se estende a todas as vogais, dele se retirando algumas informações que contribuem para a reconstrução da pronúncia de setecentos. Não menos interessante é a doutrina de Souto-Maior ao tratar do timbre vocálico (“accentos”), uma vez que os faz depender da tónica, distinguindo a vogal pretónica e a postónica e, ao mesmo tempo, três timbres distintos para <a>: “A tem trez sons diferentes, que são os que denotam os trez accentos, como: *Amârgurádã*”; “O he capaz de todos trez accentos, e consequentemente tem os trez sons, que elles denotaõ; e só quando he breve, he analogo com o U, como: *Donato*, que se pronuncia como se se escrevera *Dunato*” (p. 45). O tratamento do acento prosódico e o do timbre vocálico confundem-se por vezes com a problemática da acentuação gráfica, devido à conexão de ambas as matérias, que muitas são tratadas num mesmo capítulo – a prosódia ou “ortologia”.

A partir desta rudimentar base articulatória e acústica, os gramáticos e ortografistas descrevem o vocalismo português, com especial atenção para aquilo que já denominámos de combinatória, quer dizer, os contextos que determinam uma realização particular das vogais. Passamos, por isso, a analisar mais em pormenor os resultados das diversas propostas de descrição do vocalismo.

D. Luís Caetano de Lima (1736) realiza uma longa exposição dos timbres de cada vogal em função da posição no vocábulo (inicial, média e final) e dos contextos, começando por distinguir o “som aberto” do “som fechado”, para depois apontar as possibilidades combinatórias em certas posições. Desta forma, o som aberto “he quando a vogal soa muito, ou se abre, e carrega muito nella, como em *Páto, Léme, Tóga (...)*”, enquanto que o som fechado “he quando a Vogal soa pouco, e se feche, ou carrega menos nella, como v. g. *Gamo, Remo...*” (p.3). Para <a>, são definidas três regras que ditam a previsibilidade do timbre desta vogal em posição inicial: 1. <a> tónico é sempre aberto nos dissílabos (Ex. *Náda, Bága, Ráyo, Trájo...*p. 6); 2. nos dissílabos, seguido de lateral ou de sibilante homossilábica, <a> é aberto (Ex. *Alma, Garfo, Pásto...*); 3. a última regra diz respeito ao timbre das nasais e manifesta a interferência do plano gráfico no fónico, uma vez que o ortografista analisa a constituição da sílaba a partir da grafia. Atente-se nos exemplos *Campo, Mando, Bando, Grande, Campa, Dança* (p.7), em que a sequência <A+N> corresponde a uma vogal nasal, fechada por natureza, e não a uma sílaba de esquema “VC”. Para os trissílabos e plurissílabos, existe uma regra única que prevê que a vogal <a> seja sempre fechada em sílaba átona, quaisquer que sejam as terminações (Ex. *Adorno, Acerto, Caminho, Cativo, Favorecido, Parecido, Sabedor, Matador...Faisca...*p.7). No caso das palavras esdrúxulas, o <a> é aberto, como se vê em *A'rvore, A'spide*⁷⁰, *Mármore, Bárbaro* (p. 8), o mesmo acontece com a subtónica aberta (Ex. *Armada, Armador*). Interessante também é a referência ao processo de elevação das vogais [a], nos derivados, passando neste caso a [α], por um fenómeno de fechamento que o ortografista descreve assim: “Note-se que ainda que em *Arvore* se pronuncia A aberto, em *Arvoredo* he fechado” (p. 7). Em posição interior, nos paroxítonos, a regra é a abertura de <a> (Ex. *Barráca, Penácho, Adága, Desmáyo, Appáro, Çapáto...*p. 10), sendo a excepção ditada pelo contexto nasal (Ex. *Ama, Anho...Arame, Infame...*p.12). Quanto aos monossílabos, neles a vogal é sempre aberta (*Cá, Lá, Lá...*p.13), bem como nos infinitivos (Ex. *Amár, Estimár*).

Para a previsão do timbre vocálico de <e>, são igualmente aplicadas as regras da posição da sílaba e do contexto. Assim, em sílaba tónica, pode ser aberto em

⁷⁰ Nestes exemplos, o acento gráfico sobre a maiúscula está representado por um apóstrofo, devido à dificuldade que supunha o acrescentamento de um acento agudo nas chamadas letras de caixa alta.

todos os contextos (Ex. *Cédro, Céga, Gélo, Guerra, Réza, Lévo...*p. 18), excepto junto de nasal (Ex. *Gema, Pena, Brenha, Algema, Supremo...*p. 18 e p. 26), a qual coloca a mesma dificuldade interpretativa que <an>, devido à confusão entre os planos gráfico e fonológico, mas também pode ser fechada (Ex. *Esmero, Tempero, Destreza, Empreza...*p. 27), verificando-se, por vezes, um jogo de alternâncias vocálicas (esm[e]ro - esm[ɛ]ro). Em sílaba átona, pelo contrário, só é identificada uma realização fechada: *A'spero, Célebre, Cónego (...)*. Nos monossílabos, tanto pode ser aberto (Ex. *Fé, Pé...*p. 30) como fechado (Ex. *Vè, Sè*), em particular quando se trata de enclíticas ou proclíticas (Ex. *Me, Te, Se...*). Junto de lateral, na última sílaba dos nomes, é aberto (Ex. *Papél, Coronél, Mulhér, Talhér...*p.31), salvo nos infinitivos, que são fechados (Ex. *Prazer, Desprazer, Arder...*). Em posição átona final, é sempre fechado (Ex. *Trave, Leme, Vide, Bondade, Virtude...*). Quanto a <i>, a sua descrição resume-se praticamente à distinção entre a tonicidade e a atonicidade (*i longo, i breve*), o que leva Caetano de Lima a propor o acento circunflexo na tónica (Ex. *Medír, Ouvír, Repetír, Cair, Brazil, Davíd; Perdíz, Matriz...*p.33) e o grave nos monossílabos nasais (*Fím, Sím, Rím...*), para se diferenciarem dos plurissílabos (*Jasmím, Cherubím...*). No caso dos verbos, é tónico o <i> dos participios (*Querído, Sabído...*p. 38), dos pretéritos (*Fogira, Sentíra...*p. 38) e dos restantes tempos verbais (*Fogía, Fogiría...*).

Em posição tónica, a vogal representada pela grafia <o> coloca ao ortógrafo o mesmo tipo de problemas que a vogal <e>, devido à oposição entre aberta e fechada, motivo por que são apontadas as regras fonotácticas a partir das terminações dos vocábulos, como em casos precedentes. Assim, corresponde a uma vogal aberta quando as sílabas finais são: <Bra, Bro, Ca, Co, Ça, Ço, Cha, Cho, Fa, Fo, Ga, Go, La, Lo, Pa, Po, Ra, Ro, Ta, to, Va, Vo, E> (*Cóbra, Chóca, Cóça, Rócha, Mófa, Bóga, Bóla, Ópa, Hóra,, Bóta, Cóva, Bóde...*pp.41-45), verificando-se o mesmo antes de vibrante e sibilante (*Bórla, Cósta, Fórma*). A nasal [õ] também é também objecto de uma análise baseada na grafia (*Compre, Ponde, Onda, Pomba...*p. 47): em sílaba tónica, não só é fechado junto de nasal e palatal (*Broma, Tomo, Nona, Fronha, Olho, Ferrolho, Despojo...*p. 49), como ainda em outros contextos (*Loba, Povo, Roxa...*). O ortografista sublinha, por outro lado, a oposição entre masculino e feminino, e singular e plural (*Sogra-Sógra; Jogo-Jógos*), em que o acento agudo adquire uma

clara função distintiva de carácter morfológico ao serviço do reconhecimento do timbre aberto das formas do feminino e do plural. Finalmente, a vogal grafada por <u> suscita menos dificuldades, tal como <i>, por não existirem distinções de timbre a assinalar; apenas deverá indicar-se à tonicidade. Assim sendo, Caetano de Lima adopta o circunflexo como marca da tónica oral ou nasal (Ex. *Perú, Capúz, Algúm*).

No **Compendio de Orthographia**, Frei Luís do Monte Carmelo também confere grande relevo ao problema do timbre das vogais, cujo tratamento se enquadra no capítulo da “Orthologia”, quer dizer, na descrição da correcta pronúncia das palavras, baseada na distinção dos “accentos”. Para isso o ortografista define inclusivamente os conceitos de som e o de acento: o primeiro consiste no “circular Movimento do ar sufficientemente impellido”, e o segundo é o “Tenôr, ou modulaçâm, com que proferimos a syllaba” (p. 79). Desta última definição se infere que estamos no plano fónico, e não no plano da acentuação gráfica, ainda que esta decorra daquele, isto é, os aspectos supra-segmentais e a grafia não se confundem. Os acentos ou timbres apontados são três: agudo, grave e médio (*circumflexo*). As regras enunciadas traduzem uma perspectiva económica da qual resulta uma versão fraca de acentuação, uma vez que apenas são marcados graficamente o primeiro e o último, visto a função do segundo ser garantida pelos outros dois: o agudo destaca a tónica aberta e o circunflexo marca a fechada (*Acérto-Acêrto, Almóço-Almóço...p. 82*). Ocupa-se ainda o ortografista dos timbres resultantes do jogo fonotáctico, pelo recurso às terminações. Destas, vejam-se algumas (*ejo, eja, elha, elho, ello, êma, ena enha*) em que o acento circunflexo ocorre junto de palatal e de nasal (*Bandêja, Bocêjo, Abêlha, Cabêllo, Alfazêma, Dezêna, Azêna...p.84*); o mesmo acento aplica-se às terminações *eta* e *eza* (*Accesa, Prêsa...p. 85*) e aos ditongos com vogal fechada (*Brêu, Camafêu...p. 85*). Quando a vogal é aberta, o acento é agudo (*Invéjo...p.87*). Tanto o agudo quanto o circunflexo podem ocorrer em qualquer posição (*Aprêço, Aquêço, Cédo, Pêzame, Cozêmos, Lerêmos, Vendêra, Pêza-nos pp.101-102*); outro tanto se observa a respeito de <o> (*Flóra, Maiór, Authôr, Senhôr, Lômbo, Onda, Môngda, p.104*). Saliente-se que o ortografista reconhece, ainda, a existência de uma sílaba subtónica em palavras como *Córár, Crédôr* e *Brêjêiro*, e nas formas verbais como *Desfár-se-há, Lêr-se-há* (p. 128). Pelo relevo conferido em especial à distinção da tónica, aberta ou fechada, no sentido de evitar as ambiguidades, comprova-se que

Monte Carmelo pratica o princípio da economia quer ao nível do sistema quer do esforço de memorização de regras de acentuação (cf. 3.4.).

João Pinheiro Freire da Cunha (1770) apresenta uma descrição muito sintética do vocalismo, conquanto os aspectos relativos ao timbre sejam tratados no capítulo da prosódia. Distingue três tons - alto, baixo e meio tom - em correlação com os três acentos, a saber, agudo, grave e circunflexo. A vogal grafada por <a> é aberta nos monossílabos, que levam acento agudo (*á, ás, Mão*, p. 155), assim como nos oxítonos em <l, r, z> e nos graves (*Corál, Aldrába*, p. 157). O acento circunflexo marca, pelo contrário, a tónica fechada (*Paizâno*, p. 159). Com respeito a <e>, também o circunflexo assinala a vogal fechada tónica dos vocábulos agudos (*Alguêem, Desdêem, Ninguêem*, p. 165), em especial nas sequências vocálicas (cf. 3.2.2.) (*Crêa, Lêal, Mêa, Pêa*, p. 167), ao passo que o agudo indica a tónica aberta dos oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos (*Abérto, Canéca*...p. 165). Para salientar a atonicidade de <i>, o ortógrafo sugere um acento grave sobre a vogal postónica (*Abstinencia, Auzencia, Blasfemia, Imperio*...pp. 177-178); o mesmo acento serve, porém, para indicar a átona quando existem duas sílabas com <i> (*Amplífico, Concílio, Gratífico*...p. 179). De resto, o acento agudo marca a vogal tónica, sobretudo para evitar a homografia (*Allívio, Contrário*...p.179). Do mesmo modo, o ortografista recorre mesmo à acentuação da átona <o> como diacrítico da tónica (*Nevò* p. 184); o agudo assinala a tónica aberta dos oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos (*Albernóz, avó, Cór, Accomódo, Barróca, Mórgado* p.184), tendo uma função distintiva no jogo de alternâncias entre o singular e o plural de certos substantivos (*Jogo-Jógos, Acordo-Acórdos*, p.184). Nos vocábulos graves, o acento circunflexo marca, quer o timbre fechado da tónica (*Abôrto, Absólto*...p. 184), quer o timbre fechado da átona, desde que se trate de um plurissílabo (*Môrada, Rôteiro*...p.190). Por não ter diferenças de timbre, à vogal <u> apenas se aplica o acento agudo para destacar a tónica em todos as posições (*Crú, Dúqueza*), ou uma átona produzida com “quanta força he possível a dita vogal” (*Escúrecer*); todavia, o grave pode assinalar que a vogal é átona (*Articùlo, Assidùo, Credùlo*...p. 201), à semelhança de casos anteriores.

De uma perspectiva contrastiva entre inglês e português, revela-se curiosa a descrição da realização das vogais que nos presta António Vieira Transtagano, na

New Portuguese Grammar (1777, 1ª ed, 1768), cujo último apelido alude à origem alentejana do gramático (cf, supra, 1.2.), no capítulo intitulado “Of the Portuguese Alphabet, and the Manner of pronouncing each Separate Letter”. Nele se encontram informações que, embora curiosas, devem ser tomadas, ainda assim, com a reserva que merecem aproximações entre as pronúncias portuguesa e a inglesa, destinadas a apoiar a aprendizagem do português por falantes anglófonos. Os aspectos mais relevantes são, por um lado, a referência explícita à fonotáctica ou combinatória das unidades fónicas umas com as outras⁷¹, e, por outro lado, a indicação dos valores das vogais. Assim, o gramático identifica duas realizações da vogal grafada por <a> – uma aberta, em sílaba tónica, e outra fechada, junto de nasal –, e uma realização para <i> e <u>. Já no que respeita a <e>, Transtagnano refere uma realização aberta e outra fechada, sendo que, na primeira delas, aproxima a vogal aberta de um ditongo inglês, ao explicar “the letter *e* has two different sounds; the one open, like *ay* in *dayly*; the other close, like in the English word *mellow*. Exemples of the former, *fé*, *faith*, *pé*, *foot*, &c. Exemples of the latter, *rede*, a net, *parede*, a wall, &c.” (p.3). A Esta realização poderá atribuir-se à realização alentejana do autor e, portanto, à prótese de <i> depois de <e> final. Menos discutível é, por seu lado, a descrição de <o>, ao qual são atribuídas também uma realização aberta [ɔ] e outra fechada [o]:

”This vowel has two sounds; one open, as in the word *dó*, *pity*, where the *o* is pronounced like our *o* in the word *store*; the other close, as in the Portuguese article *do*, of, and, the word *redondo*, round, where the *o* is to be pronounced like our *u* in *turrent* or *stumble*” (p. 3). Acrescente-se que o gramático reconhece nestas distinções de timbre um obstáculo à aprendizagem do português como língua estrangeira, mas dá-lhes valor positivo à luz de um critério subjectivo de comparação entre línguas, a saber, a “beleza” da pronúncia portuguesa⁷².

⁷¹ Trata-se do título: “Of the manner of pronouncing the Portuguese *Letters as combined in Syllables* (...)” (p.3). O grifo é nosso.

⁷² O autor di-lo nos seguintes termos: “In this consists a great part of the beauty of the Portuguese pronunciation, which, however, cannot be learned but by a long use, notwithstanding all the rules that can be given for it” (p3).

Na **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**⁷³ (1783), Melo Bacelar faz uma sucinta apresentação da tonicidade, no âmbito de um capítulo sobre o acento prosódico (*Dos accentos dos Agentes, ou Nominativos*). Na continuidade de Quintiliano e de Cícero, inclusive referidos em nota, o acento é definido como “o Accento dos Agentes, Nominativos &c. he hum’a especie de canto; pois algum’as vezes constão aquelles de articulação, tempo, aspiração, e paixão” (p.11). O tratamento do acento apenas contempla a referência à localização da tónica, de acordo com os contextos, isto é, pelo recurso à fonotáctica, sendo expostas para esse efeito cinco regras, uma para cada vogal. Distingue o ortógrafo e lexicógrafo três posições – “iniciante, media e terminante” –, que servem para determinar a natureza tónica ou átona da vogal. Concomitantemente, identifica três graus de realização consoante o número de sílabas do vocábulo, a saber, longo, “longuissimo” e breve. Embora prevendo excepções, ilustradas em nota de rodapé, dessas cinco regras conclui-se que as vogais “iniciantes” são sempre átonas, tal como as “terminantes”, enquanto que as médias são longas ou longuissimas. Dado o carácter generalizante das regras o autor não fornece exemplos. Assim, ao invés da regra, em posição inicial, as vogais são tónicas em *ambar, amo, áve, gánho, élla, élmo, émulo, ética, évo, E’vora, etc.*; em posição final, são abertas em *acolá, tafetá, estás, polé, café, fricassé, bém, vintém, óração, órphão*; é átona a vogal da sílaba final de *consul, tribus* (pp.12-13).

Por seu lado, no **Exame crítico das regras da orthographia**, Francisco Nunes Cardoso (1790) indica três tipos de som – forte (*Rapáz*), médio (*Marquêz*) e brando (*Gonsalvez*), para fazer a distinção entre a vogal tónica aberta, a tónica fechada e a átona (p.64). Com respeito à realização das vogais finais átonas, destaca os casos de <-a> e de <-o>, por serem estas as mais sujeitas a modificações: “A nós a vós quando acaba de pronunciar a ultima sylaba, muitas vezes a conserva como em *Dama*; outras vezes nos parece que muda para u, como *Concavo*, parecendo-nos *Concavu*; outras vezes nos parece que muda para z como *Rapás*, parecendo-nos *Rapáz* (...)” (p. 65). Das várias abordagens do acento, em especial a sua posição na unidade acentual que

⁷³ Como já observámos, o subtítulo é esclarecedor da orientação racionalista ou racionalizante desta gramática: “A qual ensina a conhecer, e collocar os Vocabulos do seguinte Dicionario arrazoadamente, e com facilidade”.

é a palavra, constata-se que lhe cabem sobretudo as funções distintiva e contrastiva⁷⁴, uma vez que o acento permite distinguir, fonica e graficamente, formas idênticas, ao mesmo tempo que destaca as sílabas acentuadas das inacentuadas; assim se explica que os gramáticos incluíam muitas vezes as questões relativas ao timbre vocálico e à estrutura silábica no tratamento do acento. Daqui poderá depreender-se que a sílaba⁷⁵ (gr. συλλαβη, vínculo; som, letra expressão), enquanto micro-estrutura do significante fónico, é um conceito fulcral para a análise da fonotáctica, mas também é relevante no plano gráfico, tanto no que respeita à acentuação gráfica como à divisão silábica ou translineação.

Vamos, por isso, fazer luz sobre o conceito de sílaba, a partir dos textos dos nossos ortógrafos. Do ponto de vista definatório, a sílaba parece ser um aspecto bastante consensual: uma combinação de sons – alguns ortógrafos chamam-lhes letras – que formam unidades maiores, segmentáveis. Os textos compulsados ou oferecem referências explícitas, ou referências implícitas, quer dizer, mencionam o termo sem esclarecerem, todavia, o seu sentido. Das definições apresentadas, mencionaremos apenas as explícitas: na *Arte da Grammatica Portugueza* (1779), de Pedro José de Figueiredo, a sílaba é referida como um segmento menor do que a palavra e maior do que as letras que a compõem (p.5); Souto-Maior (1783, p.4) define-a com base nos elementos componentes – “syllaba he hum som perfectamente formado, ou por huma vogal sómente, ou por hum diphthongo, ou por huma vogal unida com huma, duas, ou mais consoantes, as quaes lhe precedaõ, ou se lhe sigaõ (...)”; no mesmo ano, Melo Bacelar propõe-nos outra definição, assente na associação de uma consoante com uma vogal, e no facto de as sílabas formarem unidades de nível superior: “O som consoante com a vogal chama-se syllaba. Das

⁷⁴ Vide, Jorge Morais Barbosa, *Introdução ao Estudo Fonologia e Morfologia do Português*, Almedina, 1994, pp.129-139.

⁷⁵ Os modernos dicionários de linguística fornecem definições de sílaba em função da orientação teórica e metodológica em se filiam; assim, Jean Dubois et alii, no *Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage* (1992, p.) definem sílaba desde uma perspectiva decorrente do estruturalismo, ao passo que Theodor Lewandowski, no *Diccionario de Lingüística* (p. 319), propõe uma definição a partir de um quadro teórico próximo do gerativismo. Este último define sílaba nos seguintes termos: “Unidad de la cadena hablada, frgmento del discurso que se produce como unidad natural en la segmentación del discurso por una intensivización (de la intensidad sonora) entre dos límites/ pausas – forma elemental del lenguaje captada intuitivamente (sílabas abiertas: consonante + vocal [CV]; sílabas cerradas: CVC, VC; sílaba tónica, sílaba de movimiento, sílaba de corriente, sílaba de sonido)”.

syllabas se formão os vocabulos, palavras, ou dicções, as quaes se çhamão Nomes, se não significão com tempo; aliás se denominão verbos” (**Gramm. Philos.**, p.7).

A sílaba é uma unidade inferior à palavra, que é a unidade de nível superior. Devido à relação contrastiva de umas sílabas com outras na sequência fónica, isto é, pela posição nos enunciados, podem ficar sujeitas ao acento da palavra antecedente (ênclise) ou da palavra seguinte (próclise). Essa dependência acentual representa-se na grafia pelo uso de um hífen, no caso das proclíticas (cf. infra 4.1.).

3.2.2. Ditongos e encontros vocálicos

Ao definir a sílaba com base nos seus elementos constitutivos, Carneiro Souto-Maior (1783) aludia já ao ditongo como um desses componentes silábicos. O ditongo é um dos aspectos mais controversos entre os ortografistas e os gramáticos, dele decorrendo uma parte da instabilidade gráfica verificada no plano da representação do chamado vocalismo. De resto, o próprio termo ditongo (lat. *diphthongus*, do gr. *diphthoggos* “som duplo”) é grafado de variadíssimas formas, que visam imitar a grafia etimológica, quando não são mesmo pseudo-etimológicas. O ditongo é definido a partir de critérios funcionais e do conceito de sílaba, a saber: a inseparabilidade articulatória dos seus elementos, por um lado, e, por outro, a sua invisibilidade silábica⁷⁶, visto tratar-se de duas vogais produzidas numa só emissão de voz. Também no tratamento dos ditongos os ortógrafos foram induzidos pelo plano gráfico, em especial no que respeita ao número de ditongos. Detenhamo-nos, por ora, na definição de ditongo, tal qual ela figura nos textos do nosso corpus metaortográfico.

Perfilhando a definição genérica acima apontada, o P. Caetano de Lima (1736, p. 110) define-o nos seguintes termos: “Diphtongo conforme os Gregos he o som de duas vogaes unidas em huma só syllaba” (ref. a tritongos). Freire da Cunha (1770, p. 55) parte da etimologia da palavra – “(...) dithongo...compõem-se das palavras gregas *Di dois*, de *Pthongos voz*, porque he a pronuncia compósta de duas vogaes em huma so syllaba (*cau-za, cui-dado*)...”. Já Monte Carmelo (1767, p.140) põe em relevo a composição do ditongo (*Dithongo...voz composta de duas vogaes*); com ele

⁷⁶ Cf. Th. Lewandowski, *obra cit.*, p.101.

coincide Pedro José de Figueiredo (1799, p.5), ao salientar a unidade silábica dos elementos articulados (*Do concurso, ou ajuntamento de duas vogaes diversas dentro da mesma syllaba formam-se os Dithongos ...*). Com os anteriores concorda também Souto-Maior (1783, p. 6), que repete os mesmos traços definitórios: “Diphthongo he palavra Grega, composta destas duas dicções Di ...Dois e Thongos, que significa voz;.... syllaba formada por duas vogaes, que se pronunciaõ de hum só respiro”. Finalmente, às definições avançadas pelos anteriores, pouco mais acrescenta Francisco Nunes Cardoso (1790, p. 25): “Dithongos...ajuntamento, ou concurso de duas vogais, que aguardam a sua forsa, em huma só syllaba, hé a que chamam Dithongo, e como participa ao mesmo tempo do som de ambas as vogaes nam se deixa conhecer bem qual he a em que acaba (...)”. Com respeito à quantificação dos ditongos e sua tipologia, já entramos em terreno mais polémico e contraditório: primeiro, regista-se uma grande flutuação, ou mesmo divergência, quanto ao número de ditongos identificados por cada autor⁷⁷; depois, nem todos os autores distinguem os ditongos nasais dos orais e, por último, verifica-se nesta matéria, à semelhança de outros pontos do sistema gráfico, uma notória interferência, se não mesmo sobreposição, do plano gráfico no plano fónico, dado que muitas das enumerações incluem variantes gráficas de certos ditongos, e não ditongos fonicamente distintos. Entende-se aqui por “variante gráfica” qualquer forma de flutuação gráfica decorrente dos critérios etimológico, analógico, fónico, ou, inclusive, da escolha arbitrária do autor.

Vejamos, então, os efeitos da interferência do plano gráfico – visual – no plano fónico – articulatório e auditivo. Os próprios ortografistas reconheciam tratar-se de matéria contraditória, como frisa Caetano de Lima (1736, p.111) ao afirmar que “No ditto numero de Dithongos variaõ muito os nossos Grammaticos”, passando de seguida a referir vinte e três ditongos orais – <ae, ai, ao, au, ay, ea, ei, eo, eu, ey, ia, ie, io, oa, oe, oi, ou, oy, ua, ue, ui, uo, uy> –, e nove nasais – <ãa ãe, ão, ãy, ãe, ij, õe, ão, uũ>, respectivamente designados de ditongos “próprios” e “impróprios”, sendo que estes se distinguem dos outros por serem “...aquelles que levaõ o sinal ~

⁷⁷ A questão continuará a ser debatida pelos ortógrafos dos século XIX. Num **Opúsculo sobre a Ortografia dividido em serões de Inverno**, de 1856, António José Vaz Velho atribui aos ditongos, e em particular os nasais, uma das causas da grande instabilidade gráfica do português (cf. II).

chamado til sobre as vogaes ...”. Acrescente-se, de resto, que Caetano de Lima nos fornece, em matéria de ditongos, a mais pormenorizada descrição de todas quantas encontramos ao longo do século XVIII.

Da lista avançada por este ortografista se conclui que alguns dos “ditongos” apontados são, afinal, meras unidades gráficas: é o caso de <ay, ey, oy, uy, ue>, aos quais cabem funções distintivas de natureza gramatical. De facto, a oposição entre <ae> e <ai> está ao serviço do reconhecimento das desinências verbais da terceira pessoa do singular e do plural, quando o ditongo se encontra em posição final (*cae, sae, caem, saem*, p. 112), distinguindo-as das demais formas ou classes de palavras *Baixo, Raivoso* (p.113) em que surja o ditongo [aj], e até mesmo de outras formas verbais terminadas em <-s> (*Amais, Buscais, Digais, Façais*, p.113). Do mesmo modo, a grafia histórica <ae>, vinculada ao plural latino em <-ales>, identifica o plural nominal (*Animal-Animaes*), constituindo um exemplo de morfograma, isto é, uma grafia dotada de função distintiva ao nível morfológico. Existem outros pares semelhantes ao anterior –<ao> e <au> para [aw]; <ei> e <ey> para [ej]; <eo> e <eu> para [ew]; <ea> e <ia> para [jɑ]; <io> e <iu> para [iw]; <oe> e <oi> para [ój] e [oj]; <ui> e <uy> para [uj], cujas diferenças funcionais passaremos a examinar.

A oposição entre <ao> e <au> baseia-se na lexicogénese dos vocábulos: assim, aqueles que entram pela chamada via popular (*Gráo, Mão, Páo, Saráo*), a mais antiga, registaram evolução fonética e devem ser grafados com as duas vogais postas em contacto pela síncope de uma consoante intervocálica, ao passo que os vocábulos de origem erudita ou literária (*Causa, Author, Centauro, Defraudo*, pp. 114-115) devem apresentar-se com o ditongo latino. Todavia, estes ditongos constituem também variantes posicionais, já que em sílaba final o ortógrafo opta por <ao> (*Gráo-Gráos*)⁷⁸, em detrimento de <au>, que se aplica às restantes posições. Caetano de Lima salienta, contudo, neste último caso, a possibilidade de esta sequência gráfica transcrever duas sílabas distintas, em vez de uma, sendo portanto um hiato, e não um ditongo, situação para a qual prevê uma estratégia gráfica – o emprego do trema (cf. infra, 3.4.). A este respeito, observa Caetano de Lima:

⁷⁸ O facto de em *Degráos* ser mantida a mesma grafia que em *Degráo* obedece à chamada coerência do paradigma gráfico, ou seja, as formas aparentadas devem conservar um vínculo gráfico que as relacione.

“Os nomes Alude, Ataude, Saude, e outros semelhantes deverão ter dous pontos sobre a vogal Ü: *Alaüde, Ataüde, Saüde*, para mostrar que nelles não ha Ditongo, e que cada Vogal faz syllaba à parte, da maneira que usão os Francezes nas palavras v.g. *Batiue, Rompiue, Réüssir, Reünir*. Note-se que o Ditongo AU dos Latinos se muda ordinariamente no Ditongo portuguez de OU; e assim de *Aurum, Laurus, Taurus*, se fez Ouro, Louro, Touro” (p.115). Quanto à distinção entre <ei> e <ey>, esta passa quer pela posição de um e outro no vocábulo, quer pela distinta realização fonética: <ei> aparece em posição não inicial, contrariamente a <ey>, sendo que nos plurais dos nomes em <el,-éis>, corresponde ao ditongo [ej] (*Coronel-Coronéis*), enquanto que <ey> apenas representa o ditongo [ej] (*Feira, Geira, Peita, Beiço*, p.117).

Relativamente às grafias <eo> e <eu>, o ortografista tem dificuldade em ditar regras precisas, devido ao facto de uma transcrever duas realizações diferentes: por um lado, em *Céo, Réo, Véo, Arpéo, Chapéo*, realiza-se como [ɛw] (...) em que a “Vogal E he taõ aberta, que parece que leva acento agudo” e, por outro, em *Hebreo, Phariseo, Orpheo* (...) realiza-se como e [ew], no qual a vogal “se pronuncia muy fechada” (p.118). Esta grafia aplica-se ainda às desinências da terceira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos da segunda conjugação – *Cometeo, Estendeo, Mereceo, Rendeo* –, e bem assim aos monossílabos (*Deo, Leu*). Porém, o confronto destes usos leva o ortografista a hesitar no caso das formas verbais, ao comentar “(...) se he que se não devem escrever antes com U: *Deu, Leu* (...)”. O assunto mereceu-lhe mais algumas observações em que nos dá conta da instabilidade gráfica que afectava estas formas⁷⁹: “Aqui seria o lugar de estabelecer a Orthographia dos Pronomes *Meo, Seo, Teo*, e dos Preteritos, de que acima fallamos, *Creo, Deo, Leo, Cometeo, Estendeo, Rendeo*, que muitos escrevem com o ditongo de EU *Meu Seu Teu, Creu, Deu, Leu, &c.* Esta materia he muy difficil de assentar, pois que entre os nossos Authores reina huma grande variedade de Orthographia; e por cada parte se offerecem razoens de muita força” (p.119-120)⁸⁰. No tocante aos

⁷⁹ Sublinhe-se que mesmo os autores que usavam sistemas ortográficos simplificados aceitavam a grafia “eo” nessas desinências verbais; assim faz o P. Teodoro de Almeida, apesar de praticar uma versão forte de ortografia simplificada (*acendeo*).

⁸⁰ Caetano de Lima apresenta argumentos a favor de uma e de outra grafia: “Para que estes Verbos se escrevaõ com o ditongo EU, pôde haver a razaõ de querer evitar equívocos; porque assim se distinguem melhor os Preteritos *Creu, Leu* dos Preteritos, *Cometeu, Escondeu, Rendeu* dos presentes do Indicativo, a que se segue o Relativo O: *Comette-o, Esconde-o, Rende-o.* e para que nos pronomes se use do mesmo Ditongo, se pôde allegar, com que ficaõ mais semelhantes ao Latim; como na verdade se parecem mais *Meu, Seu, Teu* com *Meus, Suus, Tuus*, do que *Meo, Seo, Teo*. Por outra parte parece, que os ditos Preteritos se devem antes escrever com o ditongo EO, porque esta he a Orthographia, de

pronomes possessivos, o ortografista volta a hesitar entre as duas grafias, invocando de novo a autoridade do P. António Vieira em matéria ortográfica⁸¹, embora acabe por demonstrar a incoerência das suas soluções (*Deos* e *Meu*), à semelhança do fará Pedro José da Fonseca (cf. II), sessenta anos mais tarde, ao apontar a inconstância gráfica das obras do ilustre pregador.

Caetano de Lima recorre ao emprego do trema para distinguir o hiato do ditongo, em formas como *Ceüme*, *Meüdo*, *Conteüdo* (p. 124). As grafias <ea> e <ia> distinguem-se com base na pronúncia: a primeira representa um hiato (Ex. *Chicorea*, *Cerulea*, *Cesare*, *Herculea*, *Femea*, p. 116) ou um tritongo, realizado oralmente [ejɔ], embora não seja grafado, situação que é descrita pelo ortógrafo nos seguintes termos: “As palavras *Cea*, *Tea*, *Ve*, *Area*, *Balea*, *Cadea*, *Serea* taõ longe estaõ de terem Ditongo, que antes nellas se pronuncïa a vogal E como se fora EY, em prova de que faz syllaba à parte: *Ceya*, *Teya*, *Veya*, *Areya*, *Baleya*, *Cadeya*, *Sereya* (p.116-117). O mesmo acontece com as formas em que a vogal é aberta [ejɔ], às quais aplica acento agudo (*Idéa*, *Judéa*, *Medéa*). Menos problemática é a sequência [jɔ], grafada <ia>, porquanto pode figurar em todas as posições do vocábulo (*Asia*, *Gloria*, *Grecia*, *Essencia*, *Paciencia*, *Babylonia*, *Prosodia*, p. 125). O par de grafias <io> e <iu> coloca também dificuldades a D. Luís Caetano de Lima, em particular no que se refere às desinências verbais da terceira pessoa do singular. Servindo a primeira para distinguir os nomes (*Artificio*, *Beneficio*, *Contrario*, p.126), a segunda, que permitiria distinguir as terceiras pessoas do singular dos verbos (*Abriu*, *Feriu*),

que usaraõ os nossos primeiros Authores, como consta dos Msnuscritos primitivos, e dos livros da mais antiga impressaõ; e della usa tambem commumente o Padre Antonio Vieira, ainda que naõ duvido, se possaõ achar alguns exemplos em contrario. Querendo tomar algum partido nesta materia, me inclinára antes a usar do Ditongo EO nos sobreditos Preteritos. Esta Orthographia, alem de ser authorizada com o uso dos primeiros Manuscripts, e livros Portuguezes, he muy propria da nossa lingua, como se ve nos Nomes *Borneo*, *Hebreo*, *Orphea*, *Phariseo*, *Theseo*; e assim parece se naõ deve desterrar na terminaçaõ dos Verbos. (...) Quanto a dizerse, que o uso do ditongo EU nestes preteritos tira haver equívocos, póde-se responder, que bastantemente se evitaõ os ditos Equívocos escrevendo os Presentes dos Verbos *Credo*, *Lego*, com Y: eu creyo, Eu Leyo, conforme o que temos assentado fallando do y Medio; porque assim ninguem os tomará pelos Preteritos *Elle creio*, *Elle leo*. Da mesma sorte para differençar os Preteritos *Cometteo*, *Escondeo*, *Rendeo* dos Presentes, que levaõ o Relativo O, basta escrever os ditos Presentes com huma separaçãõ entre o Verbo, e o Relativo, como v.g. *Comete-o*, *Esconde-o*, *Rende-o*, como faz o P. Antonio em casos semelhantes (...)” (p. 121-122). Com respeito aos últimos exemplos, o autor leva, mais uma vez, em consideração a grafia, sem atender neste caso às diferenças acentuais entre estas formas e as anteriores.

⁸¹ Vide, Otto Winkelmann, *Portugiesisch: Geschichte der Verschriftung (Lingua e escrita)*, *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, VI, 2, Tübingen, 1994, pp.472-498; quanto ao sistema gráfico deste autor, v. em especial pp. 488-489.

suscita-lhe dúvidas com base no critério fonético: “Acha-se também nos preteritos da terceira Conjugação *Abrio, Ferio, Ouvio, Persuadio*; supposto que algumas pessoas escrevem *abriu, Feriu, Ouviu, Persuadiu*, **o que parece summamente duro na nossa pronuncia**”⁸² (p. 126-127).

As grafias <oe> e <oi> correspondem a articulações distintas – [ɔj] e [oj]. Contudo, também aqui se detecta uma distinção de natureza morfogramática, isto é, de tipo gramatical; assim, as formas verbais da terceira pessoa do modo indicativo (*Dóe, Móe, Róe, Constróe, Destróe*, p.127-128) e os plurais dos nomes em -ol (*Sóes, Caracóes, Espanhóes...*), diferenciam-se das restantes formas (*Pois, Depois, Sois, Foice, Noite*), por meio daquelas duas grafias, já que ao nível fónico também não se confundem. O ortografista considera, ainda, outra grafia – <OY> –, cuja aplicação se restringe a poucas formas (*Boy, Comboy, Foy*, p. 130)⁸³. Comprova-se, portanto, que o critério fonético, inerente ao uso dos acentos, não era suficiente para garantir a distinção deste tipo de formas; ao mesmo tempo estas oposições gráficas traduzem a diferente origem etimológica e evolução fonética das formas em causa. Finalmente, regista-se, mais uma vez, a sobreposição dos planos gráfico e fónico, pelo que no tratamento do ditongo “OE” são incluídas formas verbais do imperativo (*Abençõe, Magõe...*) e formas nasais do presente (*Poem, Compoem, Dispoem...*), em cuja realização não entra nem [ɔj] nem [oj]. Quanto às grafias <ui> e <uy>, a distinção entre elas constitui uma variação posicional, embora tenham igual realização, dado que uma transcreve o ditongo final de palavra (*Muy, Fuy, Tuy...*p. 132)⁸⁴, enquanto que a outra ocorre apenas em posição interior (*Muito, Ruivo, Cuidado, Cuidar, Descuido...*p.132).

No capítulo dos ditongos orais, restam-nos, ainda, algumas das sequências vocálicas apontadas por Caetano de Lima, a saber, <ie>, <oa>, <ua>, <uo> e <ou>. Sobre a sequência – <ie> –, não se demora muito o ortografista, visto serem poucas as palavras em que ela figura (*Clicie, Effigie, Especie*, p. 126); alude, contudo, à

⁸² O negrito é nosso.

⁸³ A estas, acrescenta as formas *Foyce, Noyte*, ao contrário do P. António Vieira, que é o autor mais vezes citado por D. Luís Caetano de Lima. O autor pormenoriza uma dessas referências a Vieira: “(...) como faz o Padre Antonio Vieira em casos semelhantes; e particularmente no caso XIV. volume pag. 118 onde escreve *Ouvi-a* Audite illam, para differença de *Ouvia* Audiebat” (p.122).

⁸⁴ Esta opção gráfica assenta novamente na autoridade do P. António Vieira.

velocidade da elocução, que é maior do que a de *Sciencia* ou *Paciencia*, pelo facto de nestas existir uma nasal. Já no caso de <oa>, o ortografista assinala dois valores ou realizações fónicas diferentes, em função da posição daquela sequência em sílaba tónica ou átona: assim, em se *Frágoa, Légoa, Mágoa, Nódoa, Táboa* reconhece uma realização [uɑ], já em *Corôa, Lagôa, Podôa, Pessôa; Coa, Doa, Roa... Abalrôa, Abençôa* (p.127) aponta para [oɑ], correspondente a duas sílabas. Em conexão com a grafia <oa> está a sequência <ua>, que representa o ditongo [wɑ], em palavras como *Agua, Lingua, Mingua, Guardar, Guarecer, Quadro, Quatro* (pp. 130-131)⁸⁵. Com respeito a <uo>, nada avança Caetano de Lima, embora apresente alguns exemplos (*Assiduo, Contiguo, Mellifluo, Residuo, Ociduo, Triduo*, p.132). Finalmente, devido a um interessante fenómeno de alternância com o ditongo [oj], a sequência <ou>, correspondente ao antigo ditongo decrescente [ow]⁸⁶ e à vogal [o], resultado da monotongação deste ditongo, merece também alguma atenção. De facto, o fenómeno de alternância entre [ow]~[o] e [oj], é uma peculiaridade do vocalismo português para a qual ainda não se chegou a uma explicação inteiramente conclusiva⁸⁷, apesar de já ter sido objecto de alguns estudos. Vejamos, porém, a descrição do fenómeno, tal qual ela aparece em Caetano de Lima:

“Tem lugar em muitas palavras, como v.g. *Ouro, Mouro, Thesouro, Cousa, Pousada, &c.* Este ditongo se equivóca com o de OI no discurso familiar, em que alguns dizem *Dois, Oiro, Moiro*; ainda que se escreva, e se deva pronunciar *Dous, Ouro, Mouro*. Acha-se tambem nos Presentes dos Verbos *Dou, Estou, Sou, Vou*: nas terceiras pessoas dos Preteritos da primeira Conjugação *Amou, Estimou, &c.* Nelle se pronunciaõ ambas as Vogaes velozmente, e sem formar hum som diverso (...)” (p.129)⁸⁸.

⁸⁵ Apelando mais uma vez a Vieira, o ortografista põe em evidência a instabilidade gráfica dos vocábulos com aquele ditongo, cuja grafia sofre variações dentro do mesmo paradigma. Cf. p.131: “Alguns Authores escrevem Agoa, Lingoa, e pello contrario Legua, Magua; mas tem contra si a Orthographia do Padre Antonio Vieira”.

⁸⁶ Ao invés da apresentação de sequências antes examinadas, na sua exposição o ortografista trata-as uma a seguir à outra. Cf. pp. 128-129.

⁸⁷ Vide: L.F. Lindley Cintra, *Os ditongos decrescentes ei e ou: estudo sincrónico e diacrónico, Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Sá da Costa, 1983, pp.35-54; sobre a avaliação da alternância entre *ou-oi* no século XVIII, da autora deste trabalho, vide: *Notas para a história da pronúncia portuguesa, Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, 1990, pp.145-154.

⁸⁸ A isto, o ortografista acrescenta ainda uma comparação do caso português com os de outras línguas, nas quais a realização fonética não corresponde à sequência gráfica: “(...) como fazem os Francezes, que convertem Ou em U, e de *Boulet, Soulier* pronunciaõ *Bulet, Sulier*, segundo o nosso Alphabeto; nem como os inglezes, que transformaõ OU em AU, e de *Eybrous* sobranceilhas, e *Mouth* boca, lem

Cont. pág. seguinte.

A crer neste testemunho, devido à sua inscrição no registo familiar, a troca de <ou> por <oi> não era tida como própria do chamado português-padrão.

Gerador de abundantes instabilidades gráficas, o campo da representação da nasalidade colocava dificuldades de regulamentação aos ortografistas. Em conformidade com o princípio fonético, inerente à identificação do traço da nasalidade, os ditongos nasais ou “impropios”, entre os quais são incluídas, em geral, as próprias vogais nasais, recebem tratamento separado dos orais. A marca gráfica distintiva dos ditongos nasais é o til, que na **Orthographia** do P. Lima, por questões de ordem tipográfica tem o formato⁸⁹ de um jota deitado () sobre a vogal maiúscula para assinalar a sua nasalidade.

Com respeito à descrição da nasalidade, relativa aos nove “ditongos” identificados pelo ortógrafo e às vogais nasais, deter-nos-emos primeiro na representação das segundas, de acordo com a proposta do P. Lima, cuja doutrina prevê que elas sejam grafadas ou por um til ou por meio da sequência de vogal e consoante. No primeiro caso, conta-se a vogal [ã], incluída entre os ditongos devido à grafia dupla <ãa>, adoptada pelo ortografista para transcrever a nasal final (*Grãa, Lãa, Rãa, Sãa, Vãa*, p. 133)⁹⁰. Reconhece, no entanto, que no plural variam muito os autores, pois “(...) huns escrevem *Lãas, Vãas, Maçãas*, seguindo a *Orthographia* do singular; e outros *Lans, Vans, Maçans*” (p.133). Com respeito a [ẽ], o ortografista, de novo ao amparo da solução gráfica de Vieira, dá a preferência às grafias posicionais <-em> e <en>, uma em posição final (*Bem, Ninguem; Dem, Tem, Vem, Contem, Detem, Retem*, p.143 e p. 144), e a outra, em posição inicial e interior (*Bens, Desdens, Ventagens, Penugens*, p.143)⁹¹. A propósito destas grafias, o ortografista uma realização do actual falar padrão – a ditongação que afecta esta vogal nasal –, fenómeno que descreverá da seguinte maneira, ao tratar da acentuação gráfica:

Eibraus, e Mauth; o que também fazem os Holandezes escrevendo *Hout* lenha, *Sout* sal, e pronunciando *Haut* e *Saut*” (pp. 129-130).

⁸⁹ O seu formato sobre as minúsculas é ligeiramente diferente: em lugar de desenhar exactamente um jota deitado, sobre com o traço curvo à esquerda, sobre o “a”, o “e” e o “u” apresenta-se com traço curvo à direita, mas sobre o “o” tem o formato do actual til.

⁹⁰ A reforçar a sua escolha gráfica, Caetano de Lima invoca a autoridade da ortografia de Duarte Nunes de Leão e do P. António Vieira, rejeitando outros tipos de opções, como a de João Franco Barreto, que prefere as grafias *Lan, San, Van, Maçan, Manhan, Terçan*.

⁹¹ A este propósito, condena (p.143), mais uma, a solução do ortógrafo seiscentista João Franco Barreto (*Bẽ, Ninguẽ*); cf. 2º vol., I, 3.5.

“Quanto às palavras na terminação EM também devem levar Accento circumflexo, ainda que nunca se poderia pronunciar com Vogal aberta, pois sempre se lhe suppoem quase hum I no meyo, que obriga a fechar a Vogal, como succede em alguêm, *Desdêm, Ninguêm, Parabêm*, que se pronunciaõ como se estivesse escrito: *Algueim, Desdeim, Ningueim, Parabeim*” (p.192).

Quanto à vogal nasal [ĩ], Caetano de Lima ocupa-se apenas da posição final, invocando, também neste caso, o P. António Vieira, que adoptara as grafias <-im, -ins>, respectivamente no singular e no plural (*Jasmins, Malsins*, p.144); esta regra é extensível, ainda, às vogais [õ] e [ü] (*Bom-Bons, Dom-Dons, Som-Sons, Tom-Tons*, p.145; *Hum-Huns, Algum-Alguns, Nenhum-Nenhuns*, p.145)⁹².

No referente aos ditongos propriamente ditos, do ponto de vista doutrinal, os menos problemáticos são os ditongos <ãÿ> e <ãe>: o primeiro aparece apenas na palavra *Mãÿ*; o segundo representa o ditongo [ãj] de certos plurais de nomes em <-ão> (*Alemães, Capitães, Cães, Pães*, p.134). Mais complexa é a exposição sobre os ditongos [ãw] e [õj], e as grafias correlatas <ão> e <õe>, já que eles originam as maiores divergências entre os ortografistas, com a conseqüente instabilidade gráfica. Por isso, Caetano de Lima detém-se em especial nestes dois ditongos. Acerca de <ão>, o ortografista identifica-o quer em nomes (*Cão, Grão, Mão, Acção, Feição, Occasião*, p.134 e p.135), quer em formas verbais de presente ou de pretérito (*Dão, São, Amão, Amavão*, p.135); para estas, prevê um acento distintivo da tónica, de molde a opô-las às formas homógrafas do futuro, que levam acento na penúltima sílaba (*Amárão, Lérão, Ouvirão*, p.135). Para assegurar a oposição entre as formas de pretérito e as do futuro, o ortógrafo admite, portanto, dois diacríticos numa mesma palavra (*Amárão-Amaráõ, Lérão-Leráõ, Ouvirão-Ouviráõ*). De facto, a doutrina sobre este assunto era bastante contraditória, porquanto outros ortografistas preferiam recorrer a oposições com valor de morfogramas, expediente mais adequado à distinção daqueles tempos verbais: <-ão>, no futuro, e <-am>, no pretérito. Caetano de Lima dá-nos conta desta problemática ao expor os argumentos expendidos por outros ortógrafos em favor de uma e outra maneiras de distinguir as

⁹² Nos últimos três casos, refuta (pp. 144-145) a doutrina do quinhentista Duarte Nunes de Leão, que optara por uma grafia dupla e til no segundo; cf. 2º vol., I, 2.4.1.

referidas formas⁹³; coincidente com a do P. António Vieira, a solução por ele adoptada dá preferência à distintividade dos acentos, não obstante não estarem satisfeitas duas condições – a suavidade da pronúncia e a facilidade na aprendizagem da língua pelos estrangeiros. A explicação proposta assenta na comparação com outras línguas: “Finalmente não digaõ os de opiniaõ contraria, que esta Orthographia he impropria, porque se não podem por 2. accentos na mesma syllaba; porque o til não he Accento, que abra, ou feche a vogal, senaõ hum substituto da Consoante M” (p.140); e acrescenta de seguida “(...) ninguem póde duvidar, de que a treminação Castellana em Ocasion seja mais suave do que Portugueza em Occasiaõ. Porem nesta reprovada dureza se enserra huma grande ventagem, qual he ser o ãO huma terminação, que distinga o Portuguez totalmente das mais linguas; e em todas ellas se deve estimar particularmente aquillo que as differença melhor humas das outras. (...) O II. defeito que se allega contra este Ditongo, he o ser muy difficil de aprender aos Estrangeiros; mas injustamente se chama imperfeição em huma lingua aquillo, que nella he difficultozo de alcançar ás outras naçoens. Deste modo se diria, que a pronuncia Ingleza nas palavras Lord, Mylord he hum defeito da lingua, pois não ha estrangeiro, que possa vencer aquella difficultade, e que chegue a imitar o som entre O e A, que alli formaõ os Inglezes. Da mesma sorte se attribuhiria a imperfeição a pronuncia do U Francez, que tambem não conseguem facilmente as outras naçoens:

⁹³ Nesta matéria, mesmo em Vieira detecta Caetano de Lima inconstâncias gráficas porque “na mesma pagina escreve humas vezes *Salamão*, *Sansão*, *Sermão*, e outras *Salaman*, *Sansan*, *Sermam*” (p. 126). Dessa argumentação, destacam-se seguintes passos: “Não obstante a variedade de exemplos, que ha por huma, e outra parte, forade parecer [Vieira] que antes se usasse geralmente do ditongo ãO, do que da syllaba AM; e isto por duas razoens. A primeira, porque o Ditongo ãO he mais conforme à nossa pronuncia, em que fazemos soar de algum modo a vogal O; e assim devemos escrever as letras mais conformes ao som, que queremos dar às syllabas. A segunda, porque assim o pede a primeira Orthographia, e pronuncia destas palavras; pois como confessa Bento Pereira in *Arte Grammaticae* pag. 316. o til que se poem sobre o ditongo ãO, tem lugar de M; e antigamente se escrevia *Razaom* em lugar de *Razão* (...). Finalmente he tanto mais natural a scrittura do Ditongo ãO, que os mesmos Estrangeiros dezejando imitalo, escrevem antes *Razaon* do que *Razan*. (...) Alem de que nos nomes, se lhes quizermos buscar esta semelhança, mais se parecem na scrittura *Occasiaõ* com *Occasio*, do que *Occasiam*, pois conserva a vogal O, que ha na palavra Latina. (...) No que toca aos Verbos parece analogia muy perluxa o dizer *Rogavam*, porque os Latinos diziaõ *Rogabant* (...)”; cf. pp. 136-138. O interesse do P. Lima pelo ensino-aprendizagem do português como língua estrangeira prende-se com a sua faceta de pedagogo de línguas vivas, manifestada nas suas gramáticas francesa e italiana, publicadas em 1710 e 1734, anteriores, portanto, à *Orthographia da Lingua Portugueza* (1736). Se não é lícito falar-se ainda, a propósito destas obras, em “gramática comparativa”, elas têm subjacente, contudo, um intuito comparativo, expresso nos próprios subtítulos: **Grammatica Franceza ou Arte para Apprender o Francez por meyo da Lingua Portugueza e Grammatica Italiana ou arte para aprender a Lingua Italiana por meyo da Portugueza.**

Se pois não he defeito para as mais linguas o terem pronuncias difficultozas, ou impossiveis de imitar aos Estrangeiros; tambem o não será a pronuncia do Ditongo ãO a respeito da lingua Portugueza” (pp. 141-143).

Por último, no que respeita a <oã>, grafia correspondente ao ditongo nasal [õj], o ortografista socorre-se, de novo, da autoridade do P. Vieira, cuja solução gráfica é confrontada com a grafia <oen>, sem que Caetano de Lima explicita a sua escolha; no entanto, ao longo da **Orthographia** encontra-se a segunda daquelas grafias em vez da primeira (*occasioens*, p.141). É de salientar que, decerto por dificuldades tipográficas e apesar da doutrina relativa ao ditongo <ão>, nas minúsculas o til aparece sobre a segunda vogal (aõ), ao arrepio do critério do autor, visto que na exemplificação o til figura sobre primeira vogal. A doutrina ortográfica exposta pelos ortógrafos deparava-se, pois, com obstáculos de ordem técnica, que se prendiam com os meios disponíveis nas oficinas tipográficas, pelo que estas acabavam, assim, por intervir na ortografia do original⁹⁴. De resto, entre os cultores das grafias <aõ> e <oen> contam-se Verney (apenas a segunda delas) e o oratoriano P. Teodoro de Almeida, autor da **Recreação Filozofica** (1757), ambos praticantes de sistemas gráficos próprios, fortemente simplificados e fonetizantes⁹⁵.

A doutrina do P. Caetano de Lima contempla, por outro lado, os chamados “tritongos”, quer dizer, sequências de três vogais, duas das quais constituem um ditongo, descritas como “(...) o som de tres vogaes pronunciadas juntamente, como se estivessem em huma mesma syllaba” (p.146); todavia, “(...) no Portuguez não ha Tritongos que formem som diverso das Vogaes de que são compostos: só se encontraõ alguns que participaõ do som de alguma das suas Vogaes; e as mais das vezes se pronunciaõ estas separadamente. Com tudo não deixaremos de apontar os casos, em que de algum modo se fórma Tritongo” (p.147)⁹⁶. As sequências

⁹⁴ Sobre o percurso do texto manuscrito a impresso no século XVIII, vide: Rita Marquilhas, **Norma Gráfica Setecentista. Do autógrafo ao impresso**, INIC, 1991. O objectivo deste estudo difere, no entanto, do nosso; cf. **Introdução**.

⁹⁵ Importa notar que a tendência para a simplificação ortográfica parece ter encontrado mais adeptos entre os membros ou seguidores da Congregação do Oratório, como se vê pelos dois autores apontados, aspecto que mereceria a pena indagar.

⁹⁶ A referência às possíveis diferenças entre a grafia e a realização oral decorre da comparação do português com outras línguas, nomeadamente com o inglês, o francês e o holandês, línguas que o ortografista era bom cultor, uma vez que viajara pela Europa em missões diplomática, circunstância que lhe permitiu desenvolver o seu conhecimento daquelas línguas e uma sensibilidade especial a respeito da necessidade e utilidade da aprendizagem das línguas modernas. No que se refere aos

apontadas são as seguintes: <*aia-aya, aio-ayo, eia-eya, eio-eyo, iei -iey, oia-oya, oei-oey, oio-oyo, uia-uya*>. Da exemplificação fornecida para cada um, conclui-se que o ortografista dá preferência à segunda variante, não obstante aceitar a primeira num reduzido número de exemplos⁹⁷.

Tendo passado em revista a pormenorizada doutrina de D. Luís Caetano de Lima sobre os ditongos, vamos confrontá-la, de seguida, com os restantes autores setecentistas fizeram outras propostas de normalização gráfica dos ditongos portugueses. Assim acontece com Luís António Verney, embora o Barbadinho não apresente uma proposta extensiva, pois apenas se detém na representação do ditongo [ãw] e na dos tritongos. A doutrina verneiana afasta-se completamente da de Caetano de Lima: partidário de um sistema gráfico tanto quanto possível simplificado, Verney rejeita as grafias redundantes, apoiadas no critério etimológico, contrário à função promordial da escrita. Quanto à solução do problema da representação da nasalidade, em particular as grafias “am” e “ão”, o autor do **Verdadeiro Método** envereda por um “rumo falso”⁹⁸, ao não reconhecer a função diacrítica de “m” como marca nasalidade da vogal, e ao interpretá-lo, em vez disso, como uma consoante nasal bilabial. Na verdade, toda a sua argumentação visa justificar a supressão definitiva da grafia <ão>, em concreto do til⁹⁹, em benefício da

tritongos comenta: “Nas linguas vulgares são muy frequentes os Tritongos: na Ingleza entre outros se encontraõ os de *Yeard* Vara, *Youth* mocidade, *Wound* chaga: na Franceza os de *Vaisseau* navio, *Saouler* fartar, *Yeux* olhos: na Hollandeza os de *Kraay*, gralha, *Leevu* Leaõ, *Moeite* pena. Alguns delles formaõ som totalmente differente das Vogaes de que se compoem, como v.g. *Vaisseau*, *Vessó*; outros tomaõ o som dos ditongos: *Saouler Souler* “ (p.146).

⁹⁷ São eles: *Amieiro*, *Cirieiro*, *Poeira*, *Aroeira* (p.148). Todos os outros (*Alfaya*, *Mayo*, *Alheya*, *Meyo*, *Vimieyro*, *Saloya*, *Limoeyro*, *Apoyo*, *Tapuya*, pp.147-149) são grafados com “Y”, correspondente à semivogal /j/.

⁹⁸ A expressão é de Salgado Júnior que, em nota ao texto verneiano, na edição comentada do **Verdadeiro Método de Estudar** (Sá da Costa, 1947) explica os pressupostos da argumentação de Verney nesta matéria.

⁹⁹ Pela sua extensão e complexidade, não reproduziremos aqui os passos em que Verney expõe os vários argumentos conducentes à escolha de “am” em detrimento de “ão”. Os mais relevantes são todavia: “a *plica* ou *til*, deve significar alguma letra: de outra sorte seria superflua, e nam produziria algum efeito. Esta letra só pode ser *m*, ou *n*, e ambos finais: porque, de outra sorte, seria, *Falamo*, ou *Falano*, o-que nam pode ser. Onde fica claro, que *Falam*, é uma síncope de *Falaom*: e que tanto se-pode escrever um, como outro” (p.26). Ao longo do século XVIII, houve outros autores que de igual modo, se não com mais veemência ainda, proscreeveram o til e o ditongo “ão”. Veja-se, por ex., António de Melo da Fonseca, pseudónimo de José de Macedo (cf. 2º vol., I, 4.1.), que no **Antídoto da Língua Portuguesa** (1710), ou Francisco Nunes Cardoso (cf. supra, 1.2.), no **Exame crítico das Regras da Orthographia Portuguesa** (1790). Segundo Salgado Júnior (*obra cit.*, nota p. 72), Verney, apesar de rejeitar o til neste caso, não pretendia eliminar a pronúncia [ãw], ao contrário de José de Macedo, que procurava intervir na pronúncia por meio da grafia.

sua concorrente <am>, quer em sílaba tónica, quer em átona, prática que se manifesta, de resto, no particular sistema gráfico do autor, aplicado também na *Gramatica Latina*, escrita em português. No que se refere à vogal nasal final [ã], a argumentação segue a mesma orientação, quer dizer, prevê a supressão do til e a consequente adopção de <-an>, ao dizer “Nem me-digam, que o *til* é risco, e nam letra: pois ja asima mostrei, que o *til* é uma letra; e que a pronuncia ensina, que á-de ser *n*”, pelo que a distinção entre as formas masculinas e femininas será marcada pela oposição entre <-am> e <-an>, como se vê em *Vam-Van, Irmam-Irman* (p.28).

No tocante aos tritongos, Verney não só rejeita como condena os ortógrafos que escrevendo de uma maneira pretendem que se pronuncie de outra:

“todo o *e* antes de *a*, no-meio da-disam, pronunciam como se fose um tritongo. v.g. *Cea, Veia*: que pronunciam *Ceia, Veia*: namobstanteque na escritura comumente nam ponham o *i*. E nisto merecem rizo alguns Portuguezes, que nas suas *Ortografias* impresas ensinam, que na lingua Portugueza se-devem pronunciar algumas letras, aindaque nam estejam escritas: e que umas letras devem pronunciar-se por-outras: v.g. *Outo, Dous*, etc. se-deve pronunciar o *u*, como *i*.”¹⁰⁰ (p.43).

Subjacente à solução gráfica do polemista, o princípio da adequação da grafia à pronúncia é explicitado em termos que não deixam dúvidas:

“(...) pronunciando-se o *i* em *Cea*, se-deva escrever também com *i*, para se-conformar com a pronúncia: Muito mais porque eles escrevem *Meio, Veio, Correio* com *i*, e a mesma razam milita, nos-que apontamos, e semelhantes (...). Concluo dizendo que, na lingua Portugueza, nam só se-devem tirar as letras superfluas, onde nam se-pronunciam, mas escrever outras, que se-pronunciam, e até aqui se-deixavam. Onde, todas as vezes que se-pronuncia o *i* entre *e*, e *a*; deve-se escrever. V.g. *Cadeia, Ideia, Ceia, Veia* etc (...). Por esta mesma razam, se-deve escrever em todos os Verbos, como *Leia, Passeia* etc, porque se os-pronunciasem como *Ceo, Plebeo, Chapeo* etc neste cazo era justo que-lho tirassem: mas levando o *i* na pronuncia, tambem-o deve ter na escritura” (pp. 43-44).

¹⁰⁰ O Prof. António Salgado Júnior (cf. nota 79) identificou o autor e a obra visados nesta crítica de Verney - trata-se de Contador de Argote e as suas *Regras de Língua Portuguesa* (1ª 1721.; 2ª 1725); cf. 2º vol., I, 4.4. A ortografia de Argote merece de Verney o seguinte comentário: “Finalmente, a Ortografia do-P. Argote nada vale: como abaixo direi. Mas, em quanto nam aparece outra ou se-reforma esta arte: pode o mestre uzar dela, com as ditas cautelas” (p.14).

Do ponto de vista estritamente ortográfico, esta representação do “tritongo” põe de manifesto que o ortografista, à luz do princípio acima enunciado, também rejeitava a grafia <y>¹⁰¹, sobretudo quando adoptada para grafar a semivogal dos ditongos e tritongos. Assim, visto diminuir a poligrafia dos sons, o princípio simplificador da conformidade da grafia com a pronúncia deve abranger mesmo os vocábulos de origem grega já assimilados. Neste, como em outros aspectos do sistema verneiano, o princípio etimológico e a analogia com a matriz da língua cedem perante o princípio fonético, de molde a reduzir a homografia e restituir a escrita alfabética ao seu ideal primitivo.

Como observávamos a respeito da representação dos ditongos proposta por Caetano de Lima, nem sempre os ortografistas caracterizam os nasais por oposição aos orais: assim sucede com João Pinheiro Freire da Cunha (1770), cujo inventário compreende uns e outros. O ortógrafo identifica dezassete ditongos – <ãa, ae, ãe, ai, ao, ão, au, ãe, ei, eo, eu, io, oe, ãe, oi, ou, iu> –, exemplificados nos vocábulos *Irmãa, Quaes, Pães, Mais, Mão, Capitão, Pauza, Bães, Falei, Véo, Seu, Fugio, Poem, Tostoẽs, Pois, Sou, Cuidado* (p. 56); depois, destaca os nasais dos restantes, sem definir, todavia, o traço da nasalidade, que apenas é inferido a partir da grafia, ou seja, do til como marca da nasalidade¹⁰². Quanto aos ditongos orais, apesar de a sua descrição não ser muito pormenorizada, o ortografista detém-se nos pares <ou-oi>, <eo-eu>, <ae-ai>, mas prescinde de informações relativas aos outros, em especial aos nasais, acerca dos quais nada adianta. No que ao primeiro par respeita, Freire da Cunha sublinha, mais do que a alternância, a substituição de “ou” por “oi” (*Coiza, Coiro, Dois, Noite, Oiro, Thezoiro*, p. 58), fenómeno que justifica pela

¹⁰¹ Esta grafia culta é criticada por Verney: “O Y tem tantos apaixonados, principalmente entre os modernos Portuguezes, que quazi abuzam dele: e acham-se livros, em que sam mais os yy, que os ii (p.30). Tomára porem que me-disese, se *Meio, Cuidado, Saia* &c. em que poem o-tal y, tem alguma analogia com a origem. (...) O certo é, que esta vogal antigamente valia o mesmo, que o u, ou tinha um soido mais semelhante a u, que a i (...). Confeso, que nam pude sofrer o Bluteau, o qual, seguindo ao Pereira, quer, que a vogal i nam seja suficiente, para fazer ditongo com a, dizendo *Pai, Dai*, &c., mas que seja necessidade pôr o y para o ditongo. Este parecer nam necessita de confutasam: pois quemquer conhece, que com ai se-pronuncia da mesma sorte que ay: onde o uzo serve de resposta; e nam temos necessidade do-Y, para fazer o mesmo, que fazemos com i” (p.31).

¹⁰² Tal como em Caetano de Lima, regista-se na descrição de Freire da Cunha uma interferência do plano da escrita no da fonia por outro, para além de uma descrição implícita do traço da nasalidade, entendido como um acréscimo dos restantes traços caracterizadores das vogais orais: “(...) porque levaõ o til por cima entre as duas Vogaes para mostrar a pronuncia nazal, que damos a semelhantes syllabas, mais do que soaõ as letras escritas (...)” (p.56).

necessidade de melhorar a pronúncia, bem como pela evolução desta como consequência natural do uso ao longo do tempo¹⁰³. No caso de <eo-eu>, as duas grafias estão ao serviço de uma distinção de tipo gramatical, se bem que de forma menos taxativa do que no sistema do P. Lima: <eo> marcará substantivos, embora admita grafias com “eu”, e formas verbais de pretérito (*Breo* ou *Breo*, *Gemeo*, *Tremeo*, p. 59), enquanto que <eu> figurará nos pronomes (*Eu*, *Meu*, *Teu*, *Seu*). A distinção entre [ew] e [ɛw] é garantida, por sua vez, graças a um acento agudo, que assinalará a abertura da primeira vogal (*Céo*, *Véo*, p.59). Quanto ao par <ae-ai>, o ortografista aplica o primeiro aos substantivos e adjectivos, ao passo que o segundo fica reservado para os verbos e formas invariáveis (*indeclinaveis*), de que são exemplo *Amais*, *Ensinais*; *Arrais*, *Cais*, *Mais* (p.59). Finalmente, a sequência <eã> é tratada no capítulo das funções do til, equivalente de “n”, e o mesmo sucede com “aõ”, sendo que em ambos o til figura sobre a segunda vogal, apesar de no inventário aparecer na primeira. Por outro lado, note-se também que em nenhuma sequência vocálica ocorre <y>¹⁰⁴. Ao invés da doutrina de Caetano de Lima, Freire da Cunha não aceita a existência de tritongos¹⁰⁵, já que duas das vogais formam ditongo e a outra é pronunciada em sílaba distinta.

Em 1767, Frei Luís do Monte Carmelo apresenta-nos um inventário composto por dez ditongos orais – <ai, ao, au, ei, eo, eu, io, oi, ou, ui>; os nasais – <aã>, <aõ>, <oã> – apenas são mencionados no quadro do uso do til. A grafia <ai> verifica-se em todos os contextos (*Dias*, *Mais*) para representar o ditongo decrescente [aj],

¹⁰³ Em algumas destas formas, o ortografista não prevê a possibilidade de “oi” alternar com “ou”, isto é, não aceita as formas Couro, Ouro, Tesouro, por ex., no que julga estar em conformidade com os “melhores Orthologos do nosso tempo (...)” cf. pp.57-58. Por outro lado, a propósito deste fenómeno, o ortografista sai em defesa da autoridade dos modernos face à dos antigos: “R. Porque foi licito mudar a pronuncia mais aspera em outra mais suave, e contra esta não somos obrigados á Analogia Latina em todas as letras, pois o uzo analogico com maior restricção so deve guardar-se na letra, ou syllaba inicial. (...)R. E os nossos doutos antecedentes tem feito o mesmo ? R. Sim, por isso mudaráõ de *Docto* a *Douto*, de *Pecto* a *Peito*, de *Regno* a *Reino*, e outras muitas, não obstante Analogicas com a lingua Latina: e nós na lingua Nacional não temos menos Authoridade, que os *Doutos defunctos*” (p.58).

¹⁰⁴ Cf. pp. 56-57: “(...) sendo o Y superfluo nas palavras Portuguezas, tambem entre nós se encontra em Dithongo nas que vem do Grego. P. Preciza-se o y para tirar a equivocação concorrendo tres Vogaes immediatas ? R. Naõ, porque sempre o i, que ha de ser huma dellas, faz o Dithongo com a antecedente, pronunciando-se a outra totalmente distincta, como: *Limoeiro*, *Paio*, *Poeira*, *Saloi*, &c. que se pronunciaõ nas suas syllabas: *Limo-eiro*, *Pai-o*, *Po-eira*, *Saloi-o*, &c”.

¹⁰⁵ Cf. p. 57: “P. Nas palavras, que concorrem tres vogaes daõ-se Trithongos ? R. Naõ, porque sempre huma vogal soa distincta das outras duas, que constituem o Dithongo, e dizendo *Passeio*, *Raio*, *Tanoeiro*, &c. se pronunciaõ: *Passei-o*, *Rai-o*, *Tano-eiro*, &c.”

excepto no plural dos substantivos em “-al”¹⁰⁶. Sem corresponder a qualquer diferença fónica, a distinção entre <ao> e <au> é de ordem posicional, ou seja, a primeira figura em posição final (*Mão, Pão, Vão*, p. 140), e a segunda, em posição interior (*Applauso, Causa*, ibid.). Já no caso do par <eo-eu>, o autor aponta duas realizações – [ɛw] e [ew] – para o primeiro (*Céo, Véo, Chovêo*, p. 140)¹⁰⁷, e uma, [ew], para o segundo (*Eu, Meu, Têus*, ibid.). A respeito destes dois pares, o ortografista tece algumas considerações relevantes do ponto de vista da apreensão da dinâmica inerente à concorrência entre dois usos (pronúncias); o mesmo se nota a propósito de <io-iu>, ainda que a segunda destas grafias não conste do inventário do carmelita¹⁰⁸. Não menos interessantes são as observações acerca da realização da grafia <ou>, e da sua alternância com <oi>, já descrita pelos autores precedentes. Assim, quanto à pronúncia de <ou>, Monte Carmelo refere o fenómeno de monotongação em posição final (*Excitou-Excitô, Mandou-Mandô*), o que leva à confusão com a vogal fechada [o]. Distingue, porém, mais duas pronúncias em função da fonotáctica: a primeira [o], antes de <b, c, g, p, q, tr, v>, em palavras como *Roubo, Touca, Açougue, Roupa, Outra, Couve* (p.142); a segunda, [oj], verifica-se junto de sibilante [s], e demais contextos (*Açoite, Afoito, Agoiro, Ajoijar, Biscoito, Caçoila, Cenoira, Choiriço, Coice, Coiraça, Coisa, Coitada, Doidice, Doiro, Dois, Estoiro, Lavoira, Noite, Oiça, Oiro, Peloirinho, Poiso, Redoiça, Roixinol, Tisoira, Toicinho, Toiro*, p.142)¹⁰⁹. A respeito dos ditongos nasais pouco nos adianta Monte

¹⁰⁶ Apesar de <ae> não constar do inventário, o autor adopta esta grafia no plural destas formas (*Enxová-Enxovães, Reál-Reães*, p.17). Também discute o uso dessa grafia em vocábulos como *Pae-Paes*, nos quais “(...) fazemos o mesmo som, que em *Reaes, Sipaes, Taes, &c.* e daqui se-póde inferir, que este Nome se-escreve rectamente assim *Pae, Paes*. Alguns escrevem *Pai, Pais*, ou *Pay, Pays*, com dithongo *ai*, ou *ay*, mas am me-parece esta a melhor *Orthografia*” (pp.15-16).

¹⁰⁷ Com respeito a [ejɔ] e [ejɹ] adopta as grafias <êa> e <éa>, em palavras como *Aldêa, Arêa, Cêa* e *Assemblêa, Corêa, Idêa* (p. 83), esclarecendo: “os nomes terminados em *êa*, que alguns as escrevem com *eia*, tem Accento circumflexo na letra E (...)”.

¹⁰⁸ Cf. p.140: “Muitos Orthólogos julgam, que os Dithongos *ao, eo* sam superfluos, porque pronunciamos a Letra *u*, quasi como *o* com Accento circumflexo; e por isso fazemos o mesmo som v.g. em *Pao, Paos*, que fariamos em *Pau, Paus*, e o mesmo succede v.g. em *Céo, Véo, Chovêo, Morrêo*; e em *Céu, Véu, Chovêu, Morrêu*. Julgam tambem que o Dithongo *io* póde ser com melhor coherencia *iu*, como v.g. *Cobriu, Expediu*. O uso commum ainda resiste a esta Orthografia; mas com tudo eu sempre uso do dithongo *Eu* quando a Letra *E* tem Accento circumflexo, e tambem do Dithongo *iu*, porque ja muitos Orthógrafos eruditos assim escrevem. Nam me-atrevo a mudar sempre os Dithongos *ao, eo*, em *au, eu*; porque nam quero ser singular, nem tenho authoridade para fazer Lei nesta Materia; mas algũas vezes os-mudo para maior clareza”.

¹⁰⁹ Monte Carmelo aceita uma discordância entre a grafia e a pronúncia, ao esclarecer que “ainda que estas, e semelhantes *Dicçõas* se-escrevam com *ou*, sempre se-devem pronunciar com *oi*, porque os Dithongos, e todas as Letras sam arbitrarias no som, e *Tenôres*, ou dependentes do livre uso dos
Cont. pág. seguinte.

Carmelo, com excepção de <aõ>, preterido em favor de <-am> para representar o ditongo [ãw] das terminações do singular, sejam elas tónicas ou átonas, pois o uso de um acento é tido como suficiente para desfazer a homografia (Ex. *Aldeâm, Anâm, Cidadâm, Cortezâm, Ourégam, Sótam*, p.20); no entanto, aquela grafia aplica-se às formas de plural (Ex. *Aldeãos, Anãos, Cidadãos, Cortezãos, Ourégãos, Sótãos*, p.20)¹¹⁰. Finalmente, a prática do **Compendio** indica que o ortografista adoptou a grafia <õe>¹¹¹ para grafar o ditongo [õj], como se verifica nas palavras *Feijões, Trovões, Visões* (p.21).

Referíamos atrás que as descrições nem sempre distinguem os ditongos nasais dos orais. É o que se vê na **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza** (1770), de António José dos Reis Lobato, em cujo capítulo sobre a “Orthología” são identificados os seguintes ditongos, orais e nasais: <ae, ey, eo, au, ei, ey, eo, eu, oi, oy, ou, ui, uy>¹¹². Embora não haja qualquer referência mais pormenorizada aos ditongos, da prática gráfica, se depreende que o gramático, no caso de [ãw] optou por <ão>, em vez de <-am>, à semelhança de Monte Carmelo, solução presente também nos sistemas gráficos de Pedro José da Fonseca (1799)¹¹³ e de Pedro José de Figueiredo (1799). Sem um capítulo sobre a ortografia, na **Arte da Grammatica Portugueza** deste último, deparamos com uma divisão dos ditongos em “proprios” e “impróprios”, coincidente por conseguinte com a de Caetano de Lima, sendo os primeiros em número de oito, a saber, <ai, eu, ei, eu, iu, oi, ou, ue>, e os segundos, de três – <ãe, ão, õe>¹¹⁴. Antes dos académicos Fonseca e Figueiredo, já António

Principes, Curiaes, e *Orthólogos* eruditos. Por isto aos que escreverem *ou*, e pronunciarem *oi*, nam se pôde objectar o ridiculo argumento de nam escreverem, como pronunciam; porquanto aquellas Letras *ou* antes das *Consoantes* (...), significam a voz *oi*, e nam a voz *ou*, porque assim querem os *Orthólogos*” (p.142). A arbitrariedade da escrita, elevada a este ponto, já havia sido detectada por Verney em D. Jerónimo Contador de Argote; cf. supra.

¹¹⁰ Por constrangimentos tipográficos, já antes mencionados, nas minúsculas (e em itálico), o til aparece sobre o “a”, ao contrário do que acontece com as maiúsculas.

¹¹¹ Aqui coloca-se o problema referido na nota anterior.

¹¹² A referência ao ditongo “AE” (sem til) e à sua exemplificação – *Capitaens, Escrivaens* – deixa entender que se trata do ditongo nasal [ãj]; no entanto, aplica-o também à representação do ditongo [aj], no plural dos substantivos em “-al” (*Sal-Saes*). Daqui se conclui que a grafia se sobrepõe à descrição da realização oral.

¹¹³ Este gramático é autor dos **Rudimentos da Orthographia Portugueza**, publicados em 1809; cf. *infra*, II, 1.2.

¹¹⁴ São impróprios ou nasais, porque “(...) na primeira das duas vogaes se sente hum som nasal” (p.5). Sublinhe-se o facto de Figueiredo frisar qual das vogais deve ser assinalada, o que não se sucedia com os outros autores, pelo menos de forma tão explícita e com referência ao traço da nasalidade. Por outro lado, note-se, ainda, que o til tem, como em casos anteriores, o formato de um jota deitado.

Vieira Transtaganos nos fornecera, na **Grammatica Ingleza e Portugueza** (1777), um inventário de dezanove sequências vocálicas, no qual os ditongos nasais não são sequer diferenciados dos orais por meio do til, sua marca distintiva, à semelhança da exposição de Lobato. Vieira Transtaganos identifica quinze ditongos <aa, ae, ay, ai, ao, au, eo, ey, ei, eu, io, oe, oy, oy, ue>, alguns deles nasais, como se desprende da exemplificação (*Maçaã, Caës, Poëm*, p.7)¹¹⁵; separa, contudo, os ditongos dos encontros vocálicos, arrolados em lista diferente – <ai, ea, ia, io, iu, oa, oe, oi, oo, ui> – e ilustrados nas palavras *paiz, lamprea, clemencia, navío, viuva, Lisboa, proa, tõem, sõem, roim, cooperaçam, ruina* (p. 8), nas quais o gramático reconhece duas sílabas.

Em 1783, Francisco Félix Carneiro Souto-Maior aponta um inventário – <ai, au, ei, eu, oi, ui>¹¹⁶ –, mas sem fazer uma exposição sistemática dos ditongos, pelo que só a prática do ortografista e as informações relativas ao “valor das letras” podem esclarecer-nos. Deste modo, ao tratar da vogal <U>, o autor faz referência ao fenómeno de alternância entre <ou> e <oi>, que não aceita no plano da grafia, conquanto se realize na oralidade: “Nunca o U depois de O valer de I como (...): *Ouro, Agouro, Outo* que se pronunciaõ *Oiro, Agoiro, Oito*. (...) porque ainda que se queira dizer que o U nos primeiros casos se conserva, inda que se pronuncia I, para mostrar o U, que tem a raiz Latina, v.g. *Ouro*, de *Aurum, Agouro, Augurium*; responde-se que taõbem *Outo*, se escreve com U, e na raiz Latina *Octo*, não há U (...)” (p. 7). Todavia, em posição final (*Ficou, Paçou*, p.60), o ditongo <ou> mantém-se, sem possibilidade de alternância. Registam-se, por outro lado, grafias como *mãis* (p.17), *chapeo* (p.26), *iniciaes* (p.24), *formaõ* (p.28), *lograõ* (p.30), *antepõe*¹¹⁷ (p. 42), sendo que a atenção do gramático incide sobretudo em <aõ>. Esta é, de resto, a grafia perfilhada para a representação de [ãw], solução apresentada no seu sistema ortográfico¹¹⁸. Outro aspecto a salientar é a descrição de uma “inovadora” realização

¹¹⁵ A exemplificação dos restantes é a seguinte: *pay, mais, pao, causa, ceo, rey, amei, eu, vio, boy, foy, dou, sou, azues* (pp. 7-8).

¹¹⁶ Souto-Maior acrescenta que a estes, poderão juntar-se também “aõ” e “eo” (cf. p.6), segundo alguns autores.

¹¹⁷ Neste exemplo, tal como nos dois anteriores, o til “denota o M, que se suprime na escrita, para se saber a que vogal pertence o M (...)” (p.42).

¹¹⁸ A justificação é a que se segue: “Nas palavras, que terminaõ em AÕ, como: *Coraçaõ, Sujeiçaõ* (...) se deverá sempre usar do diphthongo de AÕ: ainda que muitos doutos usaõ de M em lugar de O, til, principalmente nos verbos, como: *Possaõ, Façaõ, Fizeraõ*, que escrevem *Possam, Façam. Fizeram*

da sequência como [ãj], em palavras que “(...) tem a terminação em *Em*, se pronunciaõ na nossa língua com modo particular; porque depois do *M* pronunciãmos hum *I*, assim como em *Mãi*. Ex: *Parabem*; pronunciãmos esta palavra, como se fora escrita, *Parabem-i* (...) com que esta pronuncia he particular da nossa língua (...)” (p.43).

No mesmo ano do anterior, Melo Bacelar propõe um inventário organizado sistematica ou “arrazoadamente”¹¹⁹, como diz o ortógrafo, que compreende tanto os ditongos nasais como os orais, a saber, <ãa, ae, ai, ao, eo, eu, io, oe, oi>; destes, mereceram-lhe observações especiais sobretudo “ão” e “ou”. Se na descrição geral dos ditongos o ortografista se refere à realização da primeira vogal, que tem um som “líquido”¹²⁰ semelhante ao do “u”, suporte vocálico de “q”, já na descrição particular detém-se em <ão> e <ou>: no primeiro caso, atenta no traço de nasalidade¹²¹, distinto da articulação de qualquer consoante nasal, aceitando por isso aquela grafia; no segundo caso, o autor frisa apenas a alternância entre <ou> e <oi>, que justifica à luz de um critério subjectivo: “Attendendo á docura tem-se mudado muitos *ous* em *ois*; v.g. *coisa por cousa*, p.13). Por último, sublinhe-se que Melo Bacelar aceita as sequências gráficas <eia> e <eio>, em conformidade com o critério da pronúncia (*areia, leio; e não arêa, lêo*, p.50)¹²².

Finalmente, referir-nos-emos a Nunes Cardoso (1790), cuja doutrina ortográfica, exposta no **Exame Critico** e na **Arte da Orthografia**, encontra na demonstração da inutilidade do til o seu *leitmotiv*, motivo por que o ortógrafo adota “m” (*Falcam, Simam*, p. 46; *Razam, Nam*, p 17) e “n” (*Falcoens, Capitaens, que se*

(...) o que não approvo, e dou a razaõ. Esta terminaçõ em *Aõ* taõbem he particular da nossa língua; porque na pronuncia, depois do *A*, damos valor a hum ; unido ao *A*, e valor de *U* ao *O* muito liquido, por lhe ser analogo, quando he breve (...): *Affeição-u* (...)” (p. 47). Quanto à grafia do plural de certos nomes em *ão* acrescenta: “*Maons, Capellaens, Coraçõens*....o que inteiramente deapprovo” (p.102).

¹¹⁹ O termo significa que a exposição obedece a uma ordem, no caso à ordem alfabética, por um lado, e à relação de pronúncia entre as formas, por outro. Na lista, os ditongos com “a” antecedem os que têm “e”, etc., procurando-se, assim, uma racionalização da análise.

¹²⁰ Essa descrição é apresentada nos seguintes termos: “O som da primeira vogal dos chamados diphthongs *ãa, ae, ai, ao: ei, eo, eu: io: oe, oi* (...) he meio liquido; porque sãa ametade da seguinte; v.g. *irmãa, paens, pai, pao: lei, mêo, meu: vio: poem: foi* (...)” (p.13).

¹²¹ Descreve-o, contudo, de maneira um tanto confusa: “O som do chamado *diphthongo* *ão* sãa mais em *an-o*, do que em *am-o*; por isso dizião os antigos *Joane* (e não *Joaõ*, ou *Joaom*, que tem som aspero) e se poem til e não *m*; o qual he grosseiro, segundo objetão os Castelhanos a alguns Portuguezes, imitando os Gregos contra os Romanos” (p.13).

¹²² Esta grafia permite distinguir, ainda, as formas nominais em “-eio” das formas verbais de pretérito em “-êo” (*lêo*, p.50).

deve escrever *Falcoins, Capitains...*p.60; *poim*, p.17) na grafia dos ditongos nasais, e bem assim na da vogal nasal final (*Irmam-Irmans*, p.11). Do inventário de Nunes Cardoso constam os ditongos <âa, ai, ay, âo, au, ei, ey, eo, eu, ya, iu, oi, oy, ou>¹²³. Assim, os ditongos [aj] e [oj] dos plurais (*Cazal-Cazaes, Anzol-Anzoes*, p.62) são grafados com <ae> e <oe>; no entanto, em posição final (*Pay*, p.28), o primeiro deles é representado por <ay>, que é, então, uma variante posicional. Quanto à grafia de [ej], o ortógrafo admite <ey>, como se vê em *Ley, Reynos* (p. 6), o mesmo sucedendo nas sequências de três vogais (*Cheyos*, p.2; *Aldeyas, Reays*, p. 6), de acordo com uma regra que formula a esse propósito. Na desinência verbal da terceira pessoa do pretérito, a solução adoptada apresenta sempre “u”, em vez de “o” (*Comeu, Choveu; Abriu, Fugiu*, p.28), donde parece inferir-se uma oposição gráfica entre essas formas e as nominais (*Aureo, Eburneo; Regio, Fio*, p.26), nas quais não regista um ditongo. Deste modo, a grafia <iu> teria valor de morfograma¹²⁴.

Da passagem pelos diversos inventários, descrições e práticas em matéria de ditongos, ficou evidente que o assunto era problemático para os ortografistas do século XVIII, que tinham dificuldade em codificar, de maneira coerente, um aspecto do sistema gráfico do português que era sensível, desde logo, pela fundamentação teórica, visto implicar princípios díspares, ou mesmo contraditórios, como acontece com a pronúncia e a etimologia (cf. infra, 6.).

3.3. Consoantes

Se no domínio do vocalismo e sua representação gráfica deparámos com problemas que decorrem da colisão de diversos princípios ou critérios, aos quais se acrescia o diferente entendimento da função da escrita e, por conseguinte, do sistema gráfico de uma língua, não são menores as dificuldades colocadas pela representação do domínio consonântico, facto que, de alguma forma, já se avançava ao tratar-se das “letras” do alfabeto e da classificação das suas unidades.

¹²³ A exemplificação dos casos que não examinaremos em particular é a seguinte: *Cains, Pains; Calhão, Pão; Allauzo, Pauza, Amei, Ensinei; Chapéo, Réo; Boy, Arroyo; Sou, Moura, Arte*, p. 28.

¹²⁴ Para a definição deste conceito, cf. supra, nota 8.

Dada a concorrência de numerosos traços neste terreno – fônicos, mas também gráficos –, os ortografistas tinham nele, mais do que no vocálico, um domínio de eleição para aplicarem, em diferentes graus, os princípios estruturadores do respectivo sistema gráfico. Assim, proceder-se-á aqui à semelhança da secção anterior: da definição de consoante, da classificação e descrição dos principais traços distintivos das consoantes, partiremos para uma exposição pormenorizada da representação de cada uma, a fim de determinarmos os princípios aplicados a este micro-sistema gráfico.

Nas fontes consultadas, conceito de consoante aparece definido por contraste com o de vogal, como dissemos antes (cf. supra, 3.1., 3.2.), a partir de traços quer de ordem fónica (articulatórios ou acústicos), quer de natureza gráfica. Neste caso, gráfico, as consoantes são classificadas como “singellas” ou “dobradas”, conforme tenham, ou não, uma ou mais “figuras”, como <ll, rr, etc>; no entanto, os ortografistas excluem desta classificação os grafemas compostos, como <nh> e <lh>¹²⁵, distintos fónica e graficamente de <n> e <l>.

Para além da clássica ou tradicional divisão em semivogais, mudas (ou *mutas*) e líquidas (cf. supra 3.1.; 2º vol., Anexo I), do ponto de vista fónico, as consoantes são caracterizadas por uma série de traços articulatórios, decorrentes da referência aos órgãos da fala, ou de traços acústicos, baseados nas impressões auditivas do gramático ou ortografista. Assim, por um lado, são descritos traços como a bilabialidade (os dois lábios), a apicalidade (a ponta da língua), a dentalidade (os incisivos superiores), a lábio-dentalidade (lábio inferior e dentes superiores), a velaridade (a parte posterior da boca), a lateralidade (a elevação da língua), a nasalidade (o nariz, as fossas nasais); por outro lado, são invocados a “aspereza” ou a “suavidade”, o “assobio”, a “brandura”, o “impulso”, e a “aspiração” dos sons.

¹²⁵ Composto por dois elementos que existem autonomamente no sistema gráfico, este tipo de grafemas recebe o nome de dígrafo ou “digrama”.

3.3.1. Grafemas e consonantismo

No campo da representação das consoantes, distinguimos sobretudo dois níveis de representação: primeiramente, o da “monofonia”¹²⁶, isto é, o nível dos grafemas “monovalentes”, no qual se situam unidades que remetem para uma única unidade fonemática, qualquer que seja o seu contexto – por exemplo –, e, depois, o nível da “polifonia”, ou seja, o dos grafemas “polivalentes”, quer dizer, aqueles que correspondem a mais do que um fonema, como sucede com <c> ou <x>. Ao nível da “monofonia” pertencem as unidades , <d>, <t>, <p>, <v>, <l>, <nh> e <lh>¹²⁷, sendo as restantes plurifónicas.

Afora o valor zero (quando é consoante muda), o único valor fónico de ¹²⁸ é /b/, definido pelos ortografistas com base no traço da bilabialidade e descrito pela referência à junção dos lábios e pela explosão, como fazem Monte Carmelo (1767)¹²⁹, João Pinheiro Freire da Cunha (1770)¹³⁰ e Melo Bacelar (1783)¹³¹. A sua realização não envolve dificuldades, mas proporciona uma referência à neutralização da oposição /b/-/v/ ou betacismo, fenómeno dialectal cuja explicação histórica assenta, segundo Monte Carmelo, numa suposta influência grega, deixada nos territórios de antiquíssima colonização helénica na Península Ibérica¹³². O fenómeno

¹²⁶ As expressões são de usadas por Alarcos Llorach (apud José Polo, *Ortografía y Ciencia de Lenguaje*, p.509) que distingue os grafemas simples dos complexos, os monovalentes dos polivalentes, os de referência fonemática e os de referência funcional, os grafemas equivalentes, os grafemas com função diacrítica, e os grafemas em signos homógrafos.

¹²⁷ Não são aqui consideradas as grafias duplas <bb>, etc., porquanto a relação entre a grafia e o valor não sofre alteração, do ponto de vista do sistema fonético-fonológico, salvo duas excepções (rr e ss), que adiante explicaremos. No plano gráfico, as unidades gráficas podem ser simples (b), compostas ou complexas (nh), e duplas (dd).

¹²⁸ Em conformidade com a tradição latina, é uma das consoantes “mudas”. Note-se que nem Caetano de Lima (1736), nem Verney (1746) apresentam uma descrição por traços da consoante /b/: o um prescinde dessa caracterização na apresentação de todas as consoantes, o outro apenas salienta o facto de não ser pronunciado em algumas palavras (*oscuro*, por exemplo), ao contrário de *obstaculo*, *obstante* (p.16).

¹²⁹ O ortógrafo indica as denominações hebraica e grega de , para de seguida repetir, quase *ipsis litteris*, a descrição de Freire da Cunha: “(...) se-pronuncia fechando os beiços, brandamente e abrindo-os logo para impellir o ar” (p.143).

¹³⁰ A descrição articulatória e acústica apresenta-se nos seguintes termos: “B se pronuncia fechando brandamente os beiços, e abrindo-os logo para impellir o ar” (p.49-50).

¹³¹ A descrição é muito sintética: “(...) o som B, quando se respira ao mesmo tempo, que se abrem os beiços” (p.7).

¹³² Como é óbvio, esta justificação carece de validade, embora ateste a antiguidade do fenómeno, que é interpretado como uma “confusão” entre letras, tal como fizera Madureira Feijó (1734), e outros antes dele: “Os Gregos nam tinham V consoante, mas depoisque tiveram commércio com os Latinos, que usavam da Letra V, recebêram esta, e de tal sorte a-confundiram com o B, que tambem inficionou a

serve, de resto, para caracterizar o “Dialecto Local” (cf. infra, 7.) próprio dos “Interamnenses, e outros Povos das Provincias do Norte neste Reino, nos quaes ainda se-conserva a confusã originada dos Gregos, e antigos Latinos, nam errassem a *Orthologia*, de que usam agora os Portuguezes mais cultos”. E prossegue, ainda, o ortografista:

“(…) erram, os que julgam, que os Interamnenses, e Transmontanos, trocam firmemente a B por V; porque na verdade pronunciam estas *Letras* com indiferença. Hũas vezes dizem v.g. *Vinho*, como deve ser, e outras dizem *Binho*. Agora dizem *Bastante*, e logo *Vastante*. Em fim de prolaçã destas Letras nam tem Regra determinada, como ja notei (...) e advertiu *Moréri* a respeito dos Gregos, e dos primeiros Latinos” (pp.420-421)¹³³.

Sempre que o grafema se encontra em posição final, é emblema da etimologia hebraica, como salientam Monte Carmelo (1767, p.205), Freire da Cunha (1770, p.65) e Souto-Maior (1783, p.14, palavras “perigrinas”), em nomes como *Jacob*, *Job*, *Moab*.

De acordo com as descrições de Monte Carmelo¹³⁴ (1767), Freire da Cunha¹³⁵ (1770), Melo Bacelar¹³⁶ (1783), grafema <d> caracteriza-se pelo traço da

confusã a muitos Latinos antigos. Daqui veio, que quando os Gregos, e particularmente os antigos Romanos, dominãram nestas Regioẽs, ensinãram aos Hespanhoes, e portuguezes a sua Lingua com a mesma confusã das duas *Letras*, a qual ainda hoje persevera em todos os Reinos de Castella, na Provincia Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante, porque assim derivãram da Latina a *Lingua* antiga Portugueza” (pp.143-144). Mas já antes se referira ao assunto: “Muitos curiosos dos referidos Povos [Interamnenses, Transmontanos e Beirenses], que se-applicam á pureza do nosso *Idioma*, vencem a dificuldade, que tem na recta pronũcia das Letras *B*, e *V*, attendendo para os Livros, e Vocabularios mais correctos” (pp.82-83). Sobre o fenómeno em causa, vide: Adalina Angélica Pinto, *A neutralização da opposição fonológica V/B em português: estudo sincrónico e diacrónico*, *Biblos*, LVI, 1980, pp. 599-651. De acordo com as fontes compulsadas por esta autora, a primeira atribuição deste fenómeno à região de Trãs-os-Montes dever-se-ia, precisamente, a Monte Carmelo, uma vez que os anteriores autores se tinham limitado a apontar em especial a região de entre Douro e Minho, ou interamnense.

¹³³ Moréri é o autor de um Dicionário que teve grande circulação em Portugal, após a proibição da *Prosodia* de Bento Pereira. Em nota, Monte Carmelo cita as palavras de Moréri a respeito de V e B entre os gregos.

¹³⁴ Tal como para , o ortógrafo fornece a denominação do grafema de Hebraico e em Grego, descrevendo a seguir a sua articulação: “A *Letra* muda *D* (a que os Hebreus chama *Daleth*; os Gregos *Délta*) se-profere com a parte superior da lingua tocando nos dentes de cima, e apartãdo-a logo para formar a voz” (p.320).

¹³⁵ O ortógrafo repete quase literalmente a descrição do anterior: “*D* se profere tocando a parte superior da lingua nos dentes de cima, e apartando-os logo para formar a voz” (p.51).

¹³⁶ Este diz o seguinte: “Forma-se o som do *D*, quando se respira separando a lingua dos dentes de cima” (Grammat., p.7).

dentalidade; curiosamente, Souto-Maior (1783) relaciona <d> com ¹³⁷, e não com <ɖ>, ao invés daqueles ortógrafos. Em posição final, é marca de origem estrangeira, como em *Arád, Cid, David, Madríd, Talmúd* (Monte Carmelo, p.321; Souto-Maior, p.31, *David, Madrid, Arad*). Correlato de , na descrição do carmelita <p> caracteriza-se pela bilabialidade e pela explosão, ou seja, “maior impulso na uniâm” e “separaçâm subita dos beiços” (Monte Carmelo, p. 378); outro tanto se regista em Freire da Cunha, (p.52) e Melo Bacelar (*Gramm.*, p.7). No entanto, o grafema pode ter valor zero, antes de outra consoante (Souto-Maior, p.49: *Psalmo...que pronunçiamos Salmo*). Quanto a <ɖ>, que também figura no grupo das “mudas” latinas, segundo Freire da Cunha, esta consoante é marcada pelo traço da dentalidade, à semelhança de <d> (*porêm applicando mais forte, e altamente o anterior da língua aos dentes de cima, e apartando-o subitamente*, p.53); a mesma descrição aparecia já em Monte Carmelo¹³⁸ e será depois repetida por Melo Bacelar¹³⁹.

Com respeito a <l>, caracterizado pela lateralidade, traço que Monte Carmelo explica pela aproximação da “parte anterior da lingua ao paladar junto aos dentes de cima, apârtando-a logo para se-formar a voz”, descrição repetida por Freire da Cunha¹⁴⁰. Quanto a <v>, cujo significante gráfico – “figura” –, é invariavelmente descrito para se distinguir da vogal <i>, a caracterização assenta no traço da lábio-dentalidade, mencionado por Monte Carmelo¹⁴¹, Freire da Cunha¹⁴² e Melo Bacelar¹⁴³, insistindo alguns (o primeiro e o último) na oposição entre /b/ e /v/,

¹³⁷ De facto, os ortógrafos avançam descrições que parecem equivaler à noção de correlação fonológica e de par mínimo. Veja-se, porém, como a correlação apontada por Souto-Maior diverge da proposta pelos outros, que remetem para <P>.

¹³⁸ A descrição deste parece nos seguintes termos: “A Letra T, que he muta, pronuncia-se, applicando mais, e altamente, do que na Letra D a parte anterior da lingua aos dentes de cima”-, apoiando-se numa citação latina, que não identifica: “T Linguae impulsu contactis dentibus exir” (cf. nota p.418).

¹³⁹ O gramático e lexicógrafo reconhece também a dita correlação ao dizer “quando ha mais impulso que no d” (p.7), o que se enquadra na sua perspectiva de sistema (cf. p.6).

¹⁴⁰ Cf. p.52: “L se profere applicando a parte anterior da lingua ao paladar junto aos dentes de cima”.

¹⁴¹ “A Letra V, que deve ter a figura, com que aqui se escreve, quando he Consoante, se-profere applicando o beiço inferior para os dentes, e inclinando levemente o mesmo beiço para baixo do superior, mas de sorte que nam se-ajuntem” (p. 420).

¹⁴² Cf. p.53: “V se pronuncia applicando o beiço inferior para os dentes, e inclinando levemente o mesmo beiço para baixo do superior; mas de sorte que não se ajuntem”.

¹⁴³ Este ortógrafo relaciona-o não só com a vogal “U”, devido ao problema caligráfico da confusão entre os dois grafemas, mas também com “B”: “Forma-se o som U vogal, ou W frangendo os beiços: e o do V. consoante bufando. Ainda que esta letra he menos doce que o b, mais difficil de pronunciar, e de pouco uso na Italia, onde se inventou com a éra” e acrescenta “ por causa da introdução na parte

apesar de a “confusão” entre ambos se circunscrever a certos dialectos, sem caber na língua-padrão.

Por último, referir-nos-emos aos dígrafos <nh> e <lh>, que representam as palatais nasal e lateral, respectivamente. À semelhança dos grafemas simples já examinados, estas duas grafias “complexas” situam-se no nível da “monofonia”, porquanto apenas remetem para uma unidade fónica (as palatais nasal /ɲ/ ou /ɳ/ e lateral /λ/). Desatendem-se, portanto, os casos em que a sequência <n+h> não corresponde, em posição interior, a um grafema¹⁴⁴, porque resulta da obediência ao princípio etimológico, como se vê nos exemplos de Freire da Cunha: *Anhelar* (p.132), *Inhabilitar*, *Inibir* (p.133), *Inherente*, *Inhumano*, (p.134).

Convém frisar que as unidades fónicas representadas pelos grafemas <nh> e <lh> não aparecem, em regra, descritas independentemente do tratamento de <h>, como sucede na *Orthographia* de Caetano de Lima¹⁴⁵, em cuja doutrina a grafia complexa – o “ajuntamento”, na expressão de Freire da Cunha (p.132) – tem o carácter de unidade mínima distintiva de natureza gráfica, ou seja, é um grafema distinto das grafias simples <n>, <l> e <h>. Para os restantes ortografistas, influenciados pelo carácter “simples” de todas as unidades alfabéticas, os dígrafos <nh> e <lh> são meras combinações de <n> e <l> com <h>. No entanto, para Verney¹⁴⁶, este último só tem carácter funcional quando integrado em grafias que remetem para uma pronúncia própria; o mesmo se observa em Monte Carmelo¹⁴⁷.

meridional da Lusitania em que ha mais imprensas vai triunfando do *b*, a pezar do restante de Portugal, e suas Conquistas”. Daqui parece poder depreender-se que a imprensa contribuiu para desfazer a confusão entre *v* e *b*, ou seja, para reduzir no grafia a neutralização da oposição a que referimos acima, cf. nota 117.

¹⁴⁴ Recorde-se uma unidade gráfica (simples ou complexa) é definida como grafema se responder aos princípios da “minimalidade” e da “indecomponibilidade”, e tiver valor próprio (fónico, morfológico, etc.), distinto dos valores dos outros, o que não sucede neste caso.

¹⁴⁵ Este ortografista é o único a conceder autonomia, como unidades sistemáticas - grafemas - a estas grafias, e bem assim com <CH>, figurando as três a seguir a <H>. Cf. pp.93-94: “Val o mesmo que o *GN* dos Italianos, e dos Francezes, e que o *ñ* dos Castelhanos. *Senhor* como *Signor* em Italiano, *Seigneur* em Francez, e *Señor* em Castelhana. Da mesma sorte em varias outras palavras: *Banha*, *Lenha*, *Linha*, *Fronha*, *Cunha*, *Estranho*, *Engenho*, *Caminho*, *Medonho*, *Rascunho*” e “tem a mesma força, que os dous *LL* dos Castelhanos, que *ILL* dos Francezes, e *Gli* dos Italianos. a palavra *Castelhano* se pronuncia da mesma maneira, que *Castellano* em hespanhol, que *Castillan* em Francez, e que *Castigliano* em Italiano. da mesma sorte as mais palavras, em que concorrem as duas letras *LH*. *Malha*, *Velha*, *Milha*, *Folha*, *Bulha* (...)”.

¹⁴⁶ A argumentação aduzida por Verney resume-se ao seguinte: o <h> deve ser sempre suprimido, em nome do princípio fonético, tanto nas palavras em que surge devido à etimologia como nas grafias usuais não etimológicas (*He*, *Hera*, vb. ser, *Huma*, p.23). A proscricção radical do “h”, mesmo em posição inicial, constitui uma versão forte da aplicação do princípio fonético: “(...) nenhum Portuguez

Cont. pág. seguinte.

De seguida, passamos aos grafemas plurifónicos, nível que se reveste de maior complexidade que o anterior, dado que as unidades se distribuem contextualmente, de acordo com critérios de ordem etimológica e histórica, associados ao critério fonético. Assim, neste nível encontram-se unidades como <c, f, g, j, q, r, s, x, z>¹⁴⁸, sendo que entre elas não incluímos nem <ç>, nem <-ss->, o primeiro por ser uma variante contextual de <c>, e os outros dois, porque serão tratados na qualidade de grafemas duplos.

Com respeito ao grafema <c>, que representa uma oclusiva surda e uma sibilante surda, teremos de distingui-lo de <s> e de <q>. Segundo Monte Carmelo¹⁴⁹, o reconhecimento aqueles dois valores de <c> faz-se com base no “som aspero” e na velaridade do primeiro, enquanto que o segundo se caracteriza pelo “som brando” e pela dentalidade, descrição coincidente com a de Freire da Cunha¹⁵⁰. Melo Bacelar¹⁵¹ opõe, por seu lado, o “C forte” ao “C brando”, repetindo os mesmos traços articulatórios dos anteriores; contudo, a descrição de Melo Bacelar parte da realização oral (*som*) para as grafias, estratégia que traduz uma consciência fonológica, quer dizer, uma noção de sistema que implica a relação e a oposição entre as unidades em função dos seus traços, levando-o a esclarecer:

“O som do *CH, K, Q*, tem similhaça com *c* forte; e o do *Çh, X, e S brando*, assimilha-se com o do *c* brando” (p.7).

Uma vez definidos os dois valores de <c>, importa fazer uma distinção contextual entre ele e as unidades homofónicas – <q, k>, por um lado, e <s>, por

deve servir-se do H, senam quando tem diferente pronuncia. v.g. depois de c, como em *Chave*, depois de n, como em *Minha*, nunca porem quando se-diz *He, Hei* etc” (p.22).

¹⁴⁷ Apesar de o incluir no tratamento de <h>, este ortógrafo concebe-o como um grafema, visto ter carácter sistemático e funcional: “Depois de *C, L, N*, em Dicções Portuguezas he *Letra*, porque faz soar por diversos modos as tres referidas letras antecedentes, como v.g. *Márcha, Manilha (...)* *Minha*” (p.333).

¹⁴⁸ Seguimos a ordem alfabética, embora na sua descrição as unidades apareçam agrupadas em micro-sistemas.

¹⁴⁹ “A *Letra* muta *C* (a que os Hebreus chamam *Cóph*, ou *Cáph*) pronuncia-se com som aspero, e brando. doprimeiro modo se-profere applicando o meio da lingua para o paladar com os beiços abertos, porque sóa, como *Q (...)*. Quando tem som brando, se pronuncia com a extremidade anterior da lingua applicada brandamente aos dentes superiores (...) p.229.

¹⁵⁰ Cf. p.50: “ *C* com as Vogaes *a, o, u* fazendo *ca, co, cu*, e soando, como *q*, tem o som aspero applicando o meio da lingua para o paladar com os beiços abertos. (...) Fazendo *ce, ci* pronuncia-se com suavidade applicando brandamente a extremidade anterior sa linguas aos dentes superiores”.

¹⁵¹ Cf. *Gramm.*, p.7: “Forma-se o som do *C* forte com *a, o, u*; quando o meio da lingua se applica ao paladár, e se respira com os beiços abertos. Forma-se o *C brando* com *e, i*; ou o do *ç plicado*, quando se çhega a ponta da lingua aos dentes superiores”.

outro. Assim, para representar a sibilante surda, <c> tem combinações precisas junto de vogal anterior, por um lado, e, por outro, junto de vogal central ou posterior, caso em que assume a variante <ç>. À dificuldade em distinguir esses contextos, associa-se a homofonia de <c> com <-ss->, problema que é objecto de abundante ilustração nos textos metaortográficos de todas as épocas, por se situar num domínio em que a rede de exclusões entre as unidades é ampla. Das diferenças contextuais e de uso dá-nos conta Caetano de Lima (1736, p.75) ao salientar que “Esta letra [Ç] tem força de dous SS, e só se poem antes das Vogaes A O U, tanto no principio, como no meyo das palavras. *Çafra, Çarça, Moço, Poço(...)*; se a distinção de uso entre <c> e <-ss-> assenta na referência à matriz latina¹⁵², o mesmo se verifica com respeito a <s>. Daqui se retira que a distribuição das grafias acima tem subjacente os princípios etimológico e histórico¹⁵³, que estruturam e emprestam coerência a este aspecto do sistema gráfico. Quanto a <s>, caracterizado pelo traço da apicalidade (ou ápico-dentalidade), referido por alguns ortógrafos, como é o caso de Monte Carmelo (p.399), ao dizer: “A Semivogal S (...) se profere applicando moderadamente a ponta da lingua ao paladar junto aos dentes superiores, e impellindo a ar, como quem assobião”. Por contraste com o anterior, <C> “se-pronuncia com a extremidade anterior da lingua applicada brandamente aos dentes superiores” (p.229). Assim, poder-se-á inferir que o autor não considerava que <s> e <c> fossem unidades totalmente homófonas, uma vez que a descrição da primeira parece apontar para um sibilante apical, enquanto que a segunda se assemelha mais à de uma dorso-dental. Na verdade, o tratamento da “homofonia” entre os grafemas acima atenta na história do sistema português de sibilantes, visto os ortografistas referirem, nas suas descrições, traços que remetem para um sistema mais completo que o da actual língua-padrão: tendo funcionado, na língua antiga, dois pares de fonemas (dois

¹⁵² Cf. pp.75-77: “Se as palavras forem derivadas do Latim, e ali tiverem dous SS, escreverse-hão tambem com dous SS no Portuguez, e não com Ç. Deste modo escreveremos *Massa*, e não *Maça*, porque vem do Latim *Massa: Passo*, e não *Paço*, porque vem do Latim *Passus (...)*. a mesma regra se terá para saber quando se deve usar de S singelo, ou de Ç. Escreva-se *Consul*, e não *Conçul*; *Satisfazer*, e não *Çatisfazer (...)*. Quando as palavras se escrevem em Latim com C, tambem conservão C ou Ç, no Portuguez, ou seja no principio, ou no meyo das ditas palavras. *Cebola de Cepa: Cegonha de Ciconia: Cereja de Cerasus: Certeza de Certitudo (...)*”.

¹⁵³ Sobre os princípios ortográficos, cf. infra, 6. O princípio histórico distingue-se do etimológico pelo facto de remeter para os processos de mudança registados do latim ao português; desse princípio decorrem as grafias representativas dos resultados de tais processos. Veja-se o ex. CLAVE- > [tʃ]ave> chave, no qual o resultado da palatalização é transcrito por um grafema inexistente no étimo latino.

fricativos ápico-alveolares e dois africados pré-dorsodentais), oriundos, respectivamente, da palatalização das oclusivas latinas /k/ e /t/ e das fricativas apicais latinas. Este sistema viria depois a simplificar-se na língua-padrão, que apenas aceita um par de fricativas pré-dorsodentais, resultantes do desafricamento das antigas africadas, que apenas sobrevivem a nível dialectal. O fenómeno de simplificação devia estar concluído durante a primeira década do século XVIII, se não mesmo desde o anterior, mas os gramáticos continuam a descrever uma oposição que, provavelmente, já não existia senão no plano gráfico, como memória da antiga distinção fónica. Ao relacionar as grafias <-s, c, -ss->, Caetano de Lima parece atribuir-lhes idêntica realização¹⁵⁴. Mais paradigmático é o caso de Madureira Feijó, natural do distrito de Bragança, que aponta diferentes sibilantes para grafias distintas, embora não seja o único a registar traços distintos para <c> e <s>, como se deduz da descrição do minhoto (Viana do Castelo) Monte Carmelo, que identifica realizações distintas. Pelo contrário, Luís António Verney (1746), natural de Lisboa, não identifica qualquer distinção de realização entre as grafias <c> e <s> ao afirmar:

“Nenhuma diferenca na pronuncia se-acha entre o *c*, e o *s*: se alguém contrareia isto, que me-fasa a merce de mo-provar: porque o meu ouvido, que é bastantemente advertido, nam conhece esta diversidade. Isto suposto, por dois *ss*, em lugar do *c*, é uma solenissima ridicularia, sem mais razam, que querer distinguir-se dos-outros. mas nam merecem mais indulgencia, os que-escandalizam de lerem, *Sapato*, *Surrador* etc.com *s*: porque na minha estimasam asim se-deve escrever” (p.17).

Aceita, contudo, as grafias <ce, ci>¹⁵⁵.

Por outro lado, é de sublinhar que a palatalização da sibilante em posição implosiva (em final de sílaba)¹⁵⁶, inovação fonética que do sul progride para norte, à semelhança de outros fenómenos de origem meridional, já era atestado por alguns

¹⁵⁴ Cf. p.100: “S- Esta consoante no principio das palavras pronuncia-se com tanta força, como se fora C, ou dous SS. *Só, Sal, Saõ, Sim (...)*”.

¹⁵⁵ Cf. p.17: “Dirmeám alguns, que tambem o *c* antes de *e*, ou de *i*, vale um *s*: e que será tambem necessario desterralo, e convertelo em *s*. Mas eu respondo, que á mui diferente razam. porque o *c*, antes de *e*, ou *i*, tem o seu próprio soido, sem violencia alguma: e aindaque se-posa compensar com *s*, contudo neste cazo deve-se permitir alguma coiza ao uzo, que o introduzio”.

¹⁵⁶ Sobre a ocorrência do mesmo fenómeno no falar carioca de zonas vizinhas do Rio de Janeiro, vide: John M. Lipski, *External history and linguistic change: brazilian Portuguese -s*, *Luso-Brazilian Review*, 12, vol. III, pp. 213-224.

dos autores¹⁵⁷ aqui referidos. Numa curiosa e esclarecedora descrição, dele nos dá testemunho Souto-Maior (1783):

“A letra *S*, sendo principio se syllaba seguida de vogal, tem o seu som sibilante, como: *Santo, Perseverar, &c.* Sendo final de syllaba tem alguma analogia com o *X*, quando a este se segue *E* mudo, como: *Basta, Antunes*: as quaes palavras se pronunciaõ, como se fossem escrittas: *Ba-xeta, Antune-xe*; ligando na pronuncia a vogal precedente ao *X*, com o mesmo, e pronunciando-lhe o *E* seguinte muito mudo; da mesma forma que se pronuncia na palavra *Xequita*” (p.52). Das Letras semivogaes, só o *S* he que sofre o não ser seguido, ou precedido immediatamente de vogal; porque ás vezes he final de syllaba precedido de *N*, como em *Trans-gressaõ, &c.* e em taes casos se dá valor ao *s* de *X*, como se disse assim; outras vezes he precedido, sendo final de syllaba, de huma muda, como: *Abs-tençaõ, Ads-tringente, &c.* e segue taõbem a mesma regra assim; dando valor na pronuncia a hum *E* depois do *B*, por ser seguido de consoante. Exemplo: *A-bexetençaõ, A-dexetringente, &c.* que he a pronuncia, que fazem as duas palavras” (p.53-54).

No entanto, a primeira atestação do fenómeno registara-se cerca de quarenta anos antes e deve-se a Verney (1746), embora o Barbadinho não a aluda à posição implosiva interior¹⁵⁸.

De seguida, passamos à sibilante sonora, que coloca dificuldades semelhantes às da representação da surda sua correlata. Entre vogais, <-s->, ora é descrito pela sua homofonia com <z>, ora é definido, acusticamente, pelo seu “som brando”: Monte Carmelo (1767) opta pela segunda definição (*No meio de duas Vogaes também se-pronuncia com som brando, como v.g. em Mesa...Rosêira...Dolôso* p.399), enquanto que Souto-Maior põe a tónica na equivalência a <z>¹⁵⁹. A caracterização deste é assistida por diversos traços: pela “suavidade” (Caetano de Lima, p.100), pela “pronuncia...asperisima” (Verney, p.32), pela “suavidade” e a

¹⁵⁷ Julgamos que um desses ortógrafos seja Monte Carmelo, visto identificar duas realizações da sibilante surda: uma em posição inicial ou precedida de consoante, a outra, com “som brando”, em posição implosiva (*Asma, Este, Gôsto, Embûste*); cf. p.399.

¹⁵⁸ Cf. p.29: “O que eu sei é, que a pronuncia portugueza acaba em *x*, todas as palavras que acabam em *s*: quero dizer, que todo o *s* final pronunciam como *x*. de que nam quero outra prova mais, que cada um observe, como pronuncia o *s* final; e que diferenca tem do-*s*, que pronunciam no meio das-disoens. O que suposto, se seja mais util, acabar em *x*, o que se-pronuncia como *x*, ou pronunciar diferentemente os *ss* finais (...) Observo, que nam só o *s* final se-pronuncia como *x*, mas tambem o *z* final: o que V.P. pode ver em *Diz, Luiz, Fiz* etc”.

¹⁵⁹ Cf. p.54: “Vale o *S* de *Z* naquellas dicções adaptadas das Latinas, aonde o mesmo *S* tem valor de *Z*, com: *Visivel, Caso, &c.* de *Visibilis, Casus, &c.* Em todas as mais dicções se devêra pôr sempre *Z*, e não *S*”.

aproximação da língua ao palato (Monte Carmelo)¹⁶⁰, e, ainda, pelo contacto com os dentes inferiores (Freire da Cunha)¹⁶¹. A distinção de uso entre <-s> e <Z> só poderia ser estabelecida, como já observou a propósito de <s>, <c> e <-ss->, à luz do princípio etimológico, critério diferenciador assumido pelos ortógrafos setecentistas Caetano de Lima, Monte Carmelo e Souto-Maior. Pelo contrário, ao aplicar uma versão forte do princípio fonético¹⁶², Verney é levado a estabelecer apenas uma grafia para as sibilantes surda e sonora, a saber, <s> e <Z>, respectivamente, solução que na segunda metade de oitocentos defenderão alguns “sónicos” (cf. infra, II 2.1.2., 2.1.5.). Apesar do primado do princípio fonético, no sistema verneiano ainda há lugar para a distinção entre <s> e <c> (*pronuncia*, por ex.). De igual modo, Freire da Cunha rejeita <-s-> como solução para representar a sibilante sonora, preferindo <Z> em todos os contextos, excepto em palavras “não propriamente portuguesas” (*Anchises, Emphasis...* p.83) e nos “compostos” (*Desembargar, Bisavó*, ibid.). Na linha de simplificação radical, inscreve-se, ainda, o autor dos artigos do **Jornal Encyclopedico**, visto registar sempre as sibilantes surda e sonora com <s> e <Z>, qualquer que seja o contexto e a origem das palavras, como se observa nos exemplos *condisoins* (1790, p 48), *Mestres* (p.48), *consoantes* (p.50), *dis* (p.50), *asim* (p.50); *prezente* (p.47), *eizatidam* (p.48), *dizer* (p.50), *quaze* (p.56).

Quanto à representação das palatais chiantes, também aqui se verifica o debate entre o princípio fonético e a etimologia, como critério distintivo dos contextos em que se usará <x> ou <ch>. A palatal chiante surda /ʃ/ teve origem num fenómeno de

¹⁶⁰ Cf. p.435: “(...) ainda que tem som semelhante ao S, quando este se-profere brandamente v.g. entre duas Vogaes (...); comtudo a Letra Z se-pronuncia com maior suavidade, isto he, sem genero algum de assobio, mas chegando a parte superior da lingua para o fim do paladar”.

¹⁶¹ Cf. p.54 “Z profere-se fechando fortemente os dentes,e abrindo-os de repente para expellir o ar, ficando a ponta da lingua firme aos dentes de baixo”.

¹⁶² Cf. p.32: “Os Portuguezes tem a pronuncia do z asperisima, que creio lhe-ficou da comunicasam com os Mouros e arabios, que abundam muito niso, e eu acho em Portugal muitos vocabulos destas Nasoens. Onde, tendo o s e o z diferentissimas pronuncias, é erro sem desculpa por o s em lugar do z, quando este deve ter toda sua forsa, como no principio, ou no meio das disoens. Dezafo todos os Portugueses para que pronunciem estas palavras diferentemente: v.g. *Luzes* e *Lizonja*, *Abrazado* e *Plauzivel*, *Riqueza* e *Religiozo*. Nam averá algum que se-atreva a dizer que nas primeiras se ouve z, e nas segundas s; mas em ambas as partes se ouve um z mui grande e gordo. Sendo pois esta pronuncia particular na lingua Portuguesa, acha V.P. que se pode sofrer desterrar todos os zz, para introduzir uma letra que soa diferentemente ? a isto chamo eu destruir, nam emendar, a boa Ortografia. (...) Se concedem que o z se-deve conservar em algumas vozes, como todos concedem, que razam á para o nam conservar nas outras ? Se dizem que o dito s se deve pronunciar como Z, merecem rizo quando querem por aquele por este. Ou deitem fora esta letra do alfabeto, ou escrevem-na onde deve entrar. Fazer o contrario é destruir a pronuncia da lingua, ou batizar de novo as letras”.

palatalização de grupos consonânticos latinos, que desenvolveu primeiro uma palatal africada /tʃ/; esta simplificar-se-á pela perda do elemento oclusivo, passando, assim, a fricativa. A representação do produto desta africada palatal, hoje conservada apenas a nível dialectal, não estando, portanto, presente no português-padrão, é o grupo <ch>¹⁶³. Registaram-se, por outro lado, fenómenos de palatalização com certas consoantes (PASSIONE-> paixão), que deram origem a uma palatal chiente surda, cuja grafia <x> já existia no alfabeto, embora com outro valor fónico. Com respeito à sonora, a situação é idêntica, dado que as duas grafias concorrentes – <j> e <g> – têm distintas origens: a primeira associa-se à consonantização de <I> latino, ao passo que a segunda se relaciona com a palatalização da sequência de oclusiva velar sonora seguida de vogal anterior /g^e i/, da qual resultou uma africada palatal sonora /dʒ/, que viria a simplificar-se nos dialectos meridionais. Oriundos de processos distintos, esses dois pares de chiantes (fricativas e africadas) não se confundiam entre si até ao português clássico, e o processo de nivelção, que redundou na actual homofonia dos pares gráficos <ch>-<x> e <j>-<g>, nas situações apontadas, estaria ainda em curso na primeira metade do século XVIII, se é que não estaria mesmo concluído desde o anterior. Em consequência da simplificação do antigo sistema de palatais, as oposições gráficas, destituídas de correspondência a distinções fónicas, pelo menos nas regiões meridionais e na língua-padrão, adquiriram valor de marcas da história da língua, sendo por isso “grafias históricas”; por outro lado, a sua conservação respeita também as realizações dialectais. Os gramáticos e ortógrafos setecentistas, em especial os da primeira metade do século, dão-nos testemunhos, sobretudo com respeito às palatais surdas, de uma certa instabilidade, por um lado, e, por outro, de uma forte consciência normativa que os induz a “ouvirem” distinções que, muito provavelmente, já tinham sido anuladas na fala padrão. Vejamos, pois, quais as descrições apresentadas pelos nossos ortógrafos de setecentos.

Caetano de Lima (1736) faz uma interessante exposição sobre a representação gráfica das palatais, visto tratar separadamente do dígrafo <ch>, com o valor de

¹⁶³ Sobre a africada /tʃ/, sua simplificação e confusão com /ʃ/, de acordo com testemunhos de gramáticos, bem como a actual extensão no território português, vide: Adelina Angélica Pinto, *A africada c em português: estudo sincrónico e diacrónico*, *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, 1980/81, pp. 140-192.

chiente surda, e de <ch>, de origem grega, que figura no tratamento de <h>: natural de Lisboa, Caetano de Lima (p.93) distingue, articulatoriamente, <ch> de <x>, com base em diferentes graus de “força”: ao corresponder a uma africada palatal (*Chave, Chefe, Machado, Rochedo, Penacho, Capucho*, pp.92-93), o grafema <ch> “requer tanta força na lingua Portugueza, como na ingleza v.g. *Cheeks* faces, e *Church* Igreja; e muita mais que em Francez. Nesta forma erraráõ os Francezes, que pronunciarem *Chapeo*, em Portuguez taõ brandamente, como elles dizem *Chapeau*”; descrito como uma fricativa palatal, o grafema simples <x> “(...) tem a mesma pronuncia, que o CH dos Francezes, tanto no principio, como no meyo das palavras; e assim pronunciamos *Xadrez, Xarópe, Deixar, Paixaõ*, do mesmo modo que os Francezes pronunciaõ *Chapeau, Cheval, Achever, Acheter*”(pp.106-107). Isto sugere-nos duas interpretações: ou o ortografista ainda reconhecia a oposição entre a africada e a fricativa palatais¹⁶⁴, ou, induzido por uma consciência normativa, justificava a distinção gráfica por meio de uma oposição fónica já anulada, ou em vias disso, na pronúncia geral.

Quanto à palatal sonora, o testemunho do ortografista deixa entrever que as grafias <j> e <g> correspondiam ao fonema fricativo palatal sonoro /ʒ/, sem descrever qualquer traço articulatorio que permita, ao contrário das surdas, supor a existência de uma oposição entre uma fricativa e uma africada. Assim, no tratamento de <g>, que inclui tanto o valor de palatal como o de oclusiva velar, Caetano de Lima apenas declara haver uma confusão entre essa grafia e <j>, antes de “E” ou de

¹⁶⁴ Antes deste testemunho, o Pe. Lima já nos oferecera outros nas suas gramáticas de línguas estrangeiras. Cf. **Grammatica franceza ou Arte para aprender o francez por meyo da lingua portugueza**, 1733, p. 25: “A Pronuncia do CH Francez he muito mais larga e, branda, o que na lingua Portugueza. Assim se diz *Chanter, Chasser, Cheval, Chose, Chute* como se estivessem estas palavras escritas em portuguez com X. *Xanter, Xasse, Xeval, Xose, Xute*. Neste paricular se deve pôr grande reflexaõ na lingua Portugueza, onde á proporçaõ seria tanta deformidade pronunciar CH com toda a sua força, como he o diminuirilha no Portuguez dizendo *Xave* e *Xapeu* em lugar de *Chave* e *Chapeu*”; **Gramm. Italiana e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza**, 1734, p.40: “C...Antes das vogaes, E, I, tem hum som muito fechado, que imita o tom das letras TCH. *Cena, Certo, Dicevo, Ricevo*; como se estivesse escrito: **Tchena, Tcherto, Ditchevo, Ritchevo**. Naõ deixa de haver na lingua Portugueza alguma pronuncia que se assemelha á do C Italiana (...), qual he a do CH nas palavras *Chave, Chapeo, Chamar, Chegar, China, Chiste, Choro, Chuva*; onde o dito CH se aperta muito, e se differença totalmente das palavras que levaõ X, como *Xadrez, Excerto, Froxo, Roxo, Cartuxo, Debuxo*.

“I”; a distinção é assegurada pela adoção do princípio etimológico¹⁶⁵. Acrescente-se que as terminações <-AGEM, -IGEM, -UGEM> são grafadas com <g>.

Na sequência da referência à palatalização das sibilantes em posição final, Luís António Verney (1746) expõe a sua doutrina em matéria de representação das palatais chiantes: não só dá por assente o nivelamento da oposição entre uma africada e uma fricativa como também localiza esse fenómeno na Estremadura, região em que o Barbadinho situa o modelo linguístico¹⁶⁶, e a partir da qual se estendeu a zonas mais a norte:

“Nesta letra é digno de atensam o demaziado escrupulo de alguns, que magistralmente decidem, que o *x* tem diferente pronuncia do-*ch*, antes de *e*, ou *i*: e que é erro dizer, *Xapeo*; mas que-se deve pronunciar *Chapeo*, carregando muito no *ch*, para o-distinguir do *x*: e advertem que é erro da-pronuncia da-Estremadura, pronunciar o *ch*, como *x*. Mas, sem fazer cazo da-decizam destes Senhores, julgo, que devemos continuar, na pronuncia da-Estremadura. Nam digo, que na escritura convertamos o *ch*, em *x*: deixo as coizas como se acham: só digo, que na pronuncia, nam á diferenca entre uma, e outra letra. Em materia de pronuncia, sempre se-devem preferir, os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura, que todos os das-outras Provincias juntas. Ora é certo, que os ditos pronunciam docemente como um *x*: e nem só eles, mas muitisimos de outras Provincias, tem a mesma pronuncia. Somente alguma diversidade achei nos-Beirenses, que batem mais o dito *c*, encostando-se à pronuncia Romana do *c*. Mas seja como for, estas nam sam razoens, para persuadir um omem, a que pronuncie o dito *ch* diferentemente do-*x*: quando a pronuncia comua está a seu favor: a qual, por-iso mesmo que é mais suave, deve ser preferida à outra. e saiba V.P. que notei outra coiza, e vem a ser, que os que querem pronunciar o *ch*, nam como *x*, esforsam-se desorte, que, na violencia comque pronunciam, mostram bem que nam é esa a sua pronuncia”¹⁶⁷ (p.30).

¹⁶⁵ Cf. pp.82-84: “Nesta letra ha alguma difficuldade a respeito da syllaba GE, que se equívoca com JE formando o mesmo som. A regra será recorrer aos nomes Latinos, ou Gregos, quando delles se derivarem as palavras Portuguezas; e tendo o G nas dittas linguas, o levarão tambem na nossa. (...) Pello contrario levando as palavras I ou J no Latim se escreverão em Portuguez na mesma forma. (...) como tambem pôde haver alguma duvida sobre as syllabas GI, e JI, ainda que mais facil de resolver, não deixaremos de apontar a regra seguinte. Todas as vezes que as Palavras tiverem GI no Latim, se haõ de escrever em Portuguez com as mesmas letras, e não com JI”.

¹⁶⁶ Sobre o testemunho de Verney, cf. Prof. Salgado Júnior, *obra cit.*, nota 145.

¹⁶⁷ Afora este, Verney identificou também o valor de “x” em posição medial: em *Reflexam*, *Conexam* soa “segundo o estilo latino, como se fosse um *cs* brando, tocando ligeiramente o *c*” e em *Paixam* “ainda se conserva em toda a sua força” (p.79). Porém, não salienta os restantes valores de “x” em posição interior.

Segundo Verney, a realização acima apontada já fazia parte da língua culta, ao contrário de gramáticos e ortografistas anteriores e posteriores, que verberavam a confusão entre aquelas grafias e suas pronúncias por serem “vícios”, “erros” ou “plebeísmos” próprios de gente “rústica” (por ex. Madureira Feijó, 1734; Monte Carmelo, 1767). Devido à dificuldade em fixar regras sem exceção, a respeito de <g> e <j>, a doutrina ortográfica verneiana prevê duas soluções, de acordo com o grau de instrução dos indivíduos: assim, os “doutos” adotarão o princípio etimológico, enquanto que os “ignorantes” seguirão o princípio do uso¹⁶⁸.

Monte Carmelo classifica a sequência <C+H> como uma “letra” – termo de certo modo equivalente a fonema –, cujo valor difere do de <x>, distinção que enuncia nos seguintes termos: “(...) o *Ch* na Língua Portuguesa tem som mais brando, e suave, do que o *X* antes das *vogaes*, porque o *X* se-profere com a língua junto ao paladar, &c. (...) e o *Ch* se-pronuncia inclinando brandamente a ponta da língua para os dentes superiores” (p.305). A isto, acrescenta o carmelita que a “mesma Letra [C], quando antecede o h, tem no nosso Idioma hum som, quasi semelhante ao X, mas muito mais suave, como *em Chave, Chefe, Chinchorro, Chiste, Chocolate, Chumbo, &c*” (p.229). Não obstante identificar da antiga oposição entre a africada e a fricativa palatais¹⁶⁹, o ortógrafo, natural de Viana do Castelo, menciona já o processo de simplificação, e a conseqüente confusão entre as grafias, ao mesmo tempo aponta a localização do fenômeno, ao afirmar: “Porêm na conversaçã, e ainda na *Orthografia*, confundem alguns Povos, particularmente os da Estremadura, a estas duas *Letras*” (ibid.). Ao invés de Verney, o ortografista, norteado por intuitos normativos, atribui a confusão entre as duas pronúncias à

¹⁶⁸ Cf. p.25: “Para dar razam destas varioens, tem alguns escrito longas paginas: mas nenhuma regra das que li, deixa de ter suas excesoens. Dizem, que *Gente, Giro &c.* a derivasam aponta o g. concedo: mas que derivasam aponta a letra, que devemos escrever em *Ereje*, e outros semelhantes, que nam tem analogia, alguma com as letras da sua-derivasam? O meu parecer é este: Que os doutos, sigam a derivasam Latina, especialmente no -principio; e tanto nos Apelativos, como Proprios, que sempre comesam por-*i*, tirando quando despois se-segue outro *i*, que entam é melhor, converter o primeiro em g, como *Ginja*. Que no-meio, uzem mais do-g, que do *i*: vistoque nisto tambem á diversidade, ainda nos que derivam do-mesmo Latim. Mas, nam se-lembrando da derivasam, etc. posam servir-se indiferentemente de ambas. Os ignorantes sigam o costume e a prática, dos que melhor escrevem”.

¹⁶⁹ A articulação da fricativa é descrita num parágrafo referente a <X>; cf. p.427: “A Letra *X* na Língua Portuguesa he semivogal, e dobrada; porque faz as vezes de *Cs*, ou de *Gs*. Os Latinos lhe-chamam *Ics*, ou *Igs*. Mas na Língua Portuguesa tem dois sons diversos, e totalmente dessemelhantes aos Latinos; porque quando fere as *Vogaes* se-profere com a metade da língua quasi junta ao paladar formando com elle hum como canal, por onde se-impelle o ar, como v.g. em *Xara, Xêrga, Xêrxes, Xima (...)*”.

ignorância dos mestres, motivo por que remete para as “Regras” e “Catálogos” de “erros”, incluídos no **Compendio de Orthographia**, por influência da **Orthographia** (1734) madureirense. Sem recorrer à etimologia, ainda que ela esteja implícita na grafia das formas contidas nos seus “Catalogos de Dicções”, Frei Luís do Monte Carmelo propõe uma descrição articulatória que parece corresponder a uma fricativa palatal, representada por <g^{e,i}> ou por <j^{e,i}>, distinta da oclusiva velar, grafada pelas sequências <g^{a,o,u}> e <gu^{e,i}>:

“A Letra muta *G* (a que os Hebreus chamam *Guîmel*, ou *Ghîmel*, os Gregos *Gamma*) tem som aspero antes de *a, o, u*, e tem som brando antes de *e, i, y*. Do primeiro modo se-pronuncia na parte interior da bocca, quasi junto á garganta, movendo subita, e lentamente a raiz da lingua para o princípio do paladar, como nestas vozes *Gáto, Gôrdo* (...). Do segundo modo se-pronuncia inclinando a lingua do paladar, e dentes superiores, como nestas Dicções *Gemido, Girar, Gymnasio, &c.* Com esta Letra, quando tem som brando, se póde equivocar o *J* consoante antes das vogaes *e, i, y*, porque sam semelhantes no som” (p.325).

Por outro lado, note-se que o grafema <j> figura num parágrafo intitulado “Da Letra I” (cf. supra, 3.1.), embora unicamente trate da “Letra J consoante, que tem “som brando antes de todas as Vogaes”¹⁷⁰, devido à indiferenciação da figura da consoante e da vogal nas maiúsculas.

Por sua vez, Freire da Cunha¹⁷¹ parece reconhecer uma subtil distinção articulatória entre o valor do digrafo <ch> e o de <x>, sem que isso seja suficiente, contudo, para concluirmos que o ortógrafo, oriundo da região “Interamnense”, opunha uma africada palatal a uma fricativa palatal; ainda assim, confirma-se que os autores do último quartel de setecentos tinham dificuldade em manter essa distinção com base na grafia. Com respeito à palatal sonora, não é apontada qualquer diferença entre o valor das grafias <g> e <j>, pois apenas se assinala a homofonia dos grafemas: “Fazendo *ge, gi* pronuncia-se brandamente inclinando a lingua para o fim do paladar, e dentes superiores. (...) *J* pronuncia-se brandamente inclinando a lingua para o fim do paladar, e dentes superiores, como no *ge, gi*” (p.51).

¹⁷⁰ O ortografista insiste na distinção entre a vogal “i” e a consoante, cujas “figuras” – <i> e <J> – também são diferentes (cf. p.332).

¹⁷¹ Cf. p.50: “*P.* Quando o *C* se ajunta com *h* nas syllabas das palavras propriamente Portuguezas como se pronuncia? *R.* Branda, e mui suavemente fazendo o som quazi de *x* inicial, desta sorte: *Cha, Che, Chi, Cho, Chu*”.

Apesar de a descrição não muito explícita, o depoimento de Carneiro Souto-Maior (1783)¹⁷² deixa entender que as duas grafias tinham a mesma realização, ao dizer:

“Ch vale de *X* nas palavras puramente Portuguezas, ou que na raiz Latina não tem *C*, nem *X*: e taõbem lhe não descubro fundamento mais, do que, ou a analogia, que muitas dellas tem com outras linguas, aonde ha *Ch*, v.g. *Chapeo*, com a palavra Franceza *Chapeau*; de onde parece que foi adoptada esta, e outras muitas: ainda que o escrever-se *Chapeo* com *Ch*, e não com *X*, póde proceder da muita semelhança que entre os Romanos tinha o *C*, com o *G* (...) quando adoptáraõ a palavra *Chapeo*, escreveraõ-na com *Ch*, para conservar o *c* da raiz Latina, ainda que haja analogia (p.26).

Os testemunhos até aqui aduzidos, ditados por um espírito normativo, e, por consequência, correctivo, sugerem-nos duas hipóteses em termos de apreensão da dinâmica construtiva da norma: ou esta admitia uma relativa “flutuação”, traduzida na co-ocorrência do uso antigo e do moderno em regiões meridionais, ou, então, o processo de nivelamento das duas realizações já estaria concluído e instalado na língua-padrão, e a africada estaria circunscrita ao falar dialectal de regiões setentrionais, mais conservadoras.

Quanto aos outros valores do grafema <x>, incluído entre as “semivogais” como consoante “dobrada” à semelhança de <z>, é de salientar que os ortografistas têm posições desencontradas a respeito da sua pronúncia no mesmo contexto, como se verá a seguir. Para além do valor palatal de <x>, Caetano de Lima, por exemplo, refere a realização [ks]¹⁷³, em vocábulos como “conexão”, “convexo”, “flexível”, “perplexo”, proferidos como *Connecssaõ*, *Convecssso*, *Flecssivel*, *Perplecссо* (p.109); do mesmo modo, afora o seu valor de palatal chiante, Verney identifica também outra realização:

¹⁷² Cf. p.22: “o querer conservar a origem das palavras, introduzio o uso do *Ch* por *X* naquellas vozes adoptadas das Latinas, aonde ha *C*, não obstante perderem a analogia com pronuncia de *X*: e assim escrevemos: *Bacharel*, por vir de *Baccalarus*, *Sacho*, por vir de de *Sarculum*, *Bucho*, (pelo ventre, que pela arvore he com *X*, por vir de *Buxus*,) de *Ventriculus*, &c. E escrevemos com *X* as dicções, que o tem na raiz Latina, como: *Convexo* de *Convexus*, *Sexo* de *Sexus*, *Xanitho* de *Xantho* (...)”. Segundo Adelina Angélica Pinto (*obra cit.*, p.172), o testemunho deste ortografista manifesta que “era cada vez mais difícil fazer a distinção entre a pronúncia da africada e da fricativa”. Na verdade, se atendermos às palavras de Souto-Maior, parece-nos que ele já não as distinguia.

¹⁷³ Sobre esta e as outras realizações, apontadas pelos testemunhos de gramáticos e ortografistas portugueses, Vide: J. Morais Barbosa, *Notas sobre a pronúncia portuguesa nos últimos cem anos*, *Biblos*, vol. LXIV, 1988, pp. 329-382.

“Advirto porem, que no-meio das disoens introduzio o uzo, nam pronunciar o x, como no-principio; mas segundo o estilo Latino, como se fosse um *cs* brando, tocando ligeiramente o c: v.g. em *Reflexam, Conexam, &c.* porque assim é mais suave. mas *Paixam*, ainda se-conserva em toda a sua forsa ; e nam sei qual outro” (p.30).

Monte Carmelo aponta, por sua vez, outro valor de <x> em sílaba inicial, posição em que é realizado como “is”, originando confusões entre a pronúncia e a grafia, e vice-versa, num efeito de ultracorreção, para o qual chama a atenção: “Os que ignoram este nosso *Idiotismo*, erram a Orthografia Portugueza; porque v.g. em lugar de *Expedito, Extenuado*, escrevem *Eispedito, Eistenuado*, e em lugar de *Eisahi, Eisalli, Eisaquí*, escrevem *Exahî, Exalli, Exaquî*”¹⁷⁴ (p.427). Tal como Monte Carmelo, Freire da Cunha (1770) descreve o valor [ks] de <x>, em palavras como *Defluxo, Reflexo, Sexo* (p.63).

Pouco favorável à pronúncia [ks] do grafema <x>, Melo Bacelar (1783) invoca a história deste grafema: “Não ha próva, que nos obrigue a crer que os Latinos pronunciassem o X com o som de *Cs*, ou *Gs*, ou *S*, em v.g. *Lux, Rex, Mixto (...)*”. E acrescenta: “Os que gostarem de dizer *flecsivel, &c.* em logar de *flexivel* acharão este, e seus semelhantes no n.30” (p.64), donde se infere a existência de alguma instabilidade na pronúncia destas palavras. Em sílaba inicial, depois de vogal átona, <x> tem um valor distinto dos anteriores, como se nota nas palavras *exemplo, exegetico, exodo*, cuja pronúncia é *eisemplo, eisegetico, eisodo*¹⁷⁵. Não menos elucidativa, é a descrição avançada por Carneiro Souto-Maior, que refere três pronúncias distintas de <x> – “CS”, “IS”, “Z” e “S” –, em diferentes contextos e posições dentro da palavra: realiza-se como [ks] inicial de sílaba nos vocábulos *Fluxo, Refluxo, Reflexaõ, &c. que se pronunciaõ como se fossem escrittas: Fluc-so, Refluc-so, reflec-saõ, &c.*(p.62); a segunda verifica-se em sílaba inicial, depois de “e” átono e antes de consoante, por exemplo em *Explico, Exceder, Excellencia, &c.*

¹⁷⁴ Para o conceito de “idiotismo”, cf. supra, nota 68. O ortografista fornece-nos um “Catalogo das Dicoões, em que a Letra X he dobrada, e se-pronuncia, como *is*”, onde inclui palavras como *Exácçâm, Exacerbar, Exácta, Exaggeraçâm, Exaggerar, Exáltaçâm, Exâme, Exângue, Exarâr, Exasperâr, Excandescência, Excellência, Excélsa (...)*”, cf. p.428.

¹⁷⁵ Cf. p.50: “Quando no principio de qualquer vocabulo parece que soa *Ex*, ou *Eis*; escreva-se *Ex*, e não *eis* (...) Os Gregos escrevem *eiseleo, exillo, exillon*, e os Latinos *exilium*, ou *exsilium*. Do que se infere que davão ao x o som de i, e para lhe explicar mais claramente o som, algum’as vezes lho juntavão”.

que fazem a pronuncia, que fariaõ: *Eisplico, Eis-ceder. Eis-cellencia, &c.* (ibid.); a terceira ocorre quando, “seguindo-se ao X vogal, da-se ao S valor de Z; por estar entre duas vogaes” (*Ei-zacçaõ, Ei-zordio, Ei-zequias*, p.63); já a última regista-se em final de palavra, por exemplo em *Simplex, Index*, pronunciadas como se “fossem escritas: *Simples, Indes, &c*”¹⁷⁶ (ibid). Freire da Cunha também aceitara a grafia <x> em posição final, em vocábulos latinos transpostos para português, tendo indicado os exemplos que Souto-Maior repetirá anos depois. Em conformidade com o princípio fonético, o articulista do **Jornal Encyclopedico** adopta grafias como *eizestise, reflexão, eizemplo* (1790, p.54), resultantes da procura da biunivocidade das relações entre grafia e fonia, ou seja, ao autor pretendia fazer corresponder grafias distintas a unidades fónicas diferentes.

Para Souto-Maior, os grafemas <g> e <j> têm o mesmo valor, motivo por que só critério etimológico esclarece o uso de uma e de outra¹⁷⁷.

Por outro lado, a grafia <g> coloca também algumas dificuldades ao representar a oclusiva velar surda, ao existirem três sequências – <g^{a, o, u}>, <gu^{a, o, u}>, <gu^{e, i}> –, das quais as duas últimas admitem duas realizações: com ou sem articulação do suporte vocálico que acompanha <g>. O mesmo se observa quanto à grafia <q> que regista diferenças de articulação, não obstante ter sempre suporte gráfico – <qu^{a, o}> e <qu^{e, i}>. Neste aspecto, a doutrina dos ortógrafos revela a difícil conciliação do princípio fonético com o princípio etimológico. Assim, com respeito às grafias <qu^a> e <qu^{e, i}>, Caetano de Lima assinala precisamente quena primeira são pronunciados, em geral, os dois segmentos vocálicos (*Guarda, Guarnecer, Aguada, Igual*, p.86), ao passo que na segunda só são pronunciadas as vogais “e, i” (*Guerra, Guia*, p.86), embora existam excepções a estas generalizações (*Pingue, Sanguinidade*, p.86). No caso das sequências <qu^a> e <qu^{e, i, o}>, a regra prevê a articulação do suporte em uma (*Qual, Quadro, Quando, Quatro*, p.95), e a sua não

¹⁷⁶ O ortógrafo comenta ainda a este propósito que “Muitos em taes casos usaõ já do S, e não do X, porém quem quizer usar deste, o porá naquelles nomes, cujos pluraes fiquem perfeitos, mudando o X em Ces, como: *Simpleces, Indeces, &c*” (pp.63-64).

¹⁷⁷ Cf. p. 22-23: “Quando he seguido de E, I, tem analogia com o J consoante, como: *Gero, Giesta*; que sendo escritas com *Jero, Jiستا*, se haviaõ de pronunciar da mesma fôrma; porém usa-se em semelhantes de G, e não de J, para mostrar a derivação Latina aonde ha o ditto G; como *Gero*, ou *Genero; Giستا*, por vir de *Genista*: porém escrevemos *Jejum, Jesuitas*, por se derivarem de *Jejunium, Jesuitae*. Nos casos porém em que, ou na raiz Latina não ha G, ou J, ou as palavras são puramente Portuguezas, se usará sempre de J, e não de G (...)”.

realização na outra (*Quéda, Questaõ, Quintal, Quotidiano, que se lêm como se estivesse escrito: kebrar, kéda, cotidiano*, p.95); as exceções – *Extorquir, Frequente, Propinquo, Tranquillo* – são justificadas pela imitação da pronúncia latina em certas palavras (*tiradas proximamente do Latim, nas quaes fere o U como em Qua*).

Sem um exame pormenorizado dos vários contextos de ocorrência, Verney apresenta uma visão redutora do valor da sequência <qu>, que sempre se pronunciará [kw]:

“(...) em Portuguez depois de *q*, sempre se-pronuncia o *u*, de sorte que o *q* por si só nam une com as vogais sem se-pronunciar o *u*. (...). Sei que podem argumentar com *Aquele, Aquilo* etc. em que parece nam se-ouve o *u*: mas isto provem da-pronuncia que o toca levemente; porque em todas as palavras portuguesas, o *q* faz pronunciar o *u*: *Quando, Quanto* etc.” (p.28)¹⁷⁸.

Não tece qualquer comentário sobre a sequência <gu>.

Monte Carmelo (1767) fornece-nos, por sua vez, uma descrição mais completa deste aspecto, ao distinguir os contextos em que se articula [kw] ou apenas [k]: “O mesmo som [g] tem o *Gu*, quando se-segue *e, i*, como *Guétras, Guéria, Guiár, Guíncho, Guindaste, Guizár, &c*. Excepto *Guéla*, as *Guéldres* (...), e *Unguênto* com derivados em que sôa claramente a Letra *U*. Quando depois de *Gu* se-segue *a*, nam se-faz totalmente líquida a Letra *u*, como antes de *e, i*, mas sôa de algum modo, como em *Guárda, Guardanápo, Guardiâm, Garnecer, &c*” (p.328). A isto, acrescenta o ortografista uma observação de ordem dialectal, referente à pronúncia da região minhota e zonas limítrofes (*Interamnense, e Povos vizinhos*), onde “inteiramente fazem líquida a Letra *u*, e por isso pronunciam *Gárda, Gardanápo, Gardiam, Garnecer* (p. 328). Já a respeito de <qu>, Monte Carmelo salienta a forma como deve ser proferido o suporte vocálico antes de “A”: “Aindaque a Letra *U* depois do *Q* seja líquida; com tudo se-deve pronunciar muito levemente, quando se-segue a Letra *A*, como v.g. em *Quadérno, Quadrádo, Quadril, Quádro, Qual, Qualidade, Qualificadô, Quarênta, Quarésma* (...)”. Para esclarecer as dúvidas, em matéria de pronúncia dever-se-á atender ao uso dos “Eruditos” e dos bons

¹⁷⁸ Na doutrina verneiana (cf. p.28), o uso de <qu> relaciona-se com a proscrição do dígrafo <ch>, com valor oclusivo nas palavras oriundas do grego.

“Orthólogos”, que fornecem o modelo ortoépico¹⁷⁹. Na linha do anterior, Souto-Maior refere também o carácter “líquido” do suporte vocálico de <gu> e <qu>, mas invoca a pronúncia castelhana para explicar o primeiro¹⁸⁰.

O articulista do **Jornal Encyclopedico**, cuja doutrina e prática gráficas divergem bastante das analisadas até aqui, consagra um artigo (*Observasoins Ortograficas acerca das duas letras G, e Q*, 1789) a este aspecto do sistema. Na sua peculiar ortografia, o autor adopta uma versão forte do princípio fonético à representação das oclusivas surda e sonora, sendo que o suporte vocálico só é grafado se fôr articulado, por exemplo em *igualmente* (p.341) e *consequencia* (p.346), ao contrário de *ningem* (p.337), *gia* (p.341), *conseginte* (p.336), *porqe* (p.342), *qem* (p.335), *qero* (ibid.). A esta solução, subjaz o critério preponderante do sistema criado pelo autor do referido artigo: a cada unidade gráfica deve corresponder uma só unidade fónica, o que redundava na aplicação extensiva do princípio fonético, como se viu nos exemplos acima.

No domínio da representação das fricativas lábio-dentais, por um lado é de destacar a descrição articulatória, e, por outro, a ocorrência de mais do que uma grafia para grafar a lábio-dental surda /f/, como consequência da atenção ao princípio etimológico. As grafias correspondentes à consoante surda são o grafema simples <f>, o dígrafo <ph> e a grafia dupla <ff>. Do ponto de vista articulatório, a descrição não é objecto de discrepâncias entre os ortografistas, uma vez que as dificuldades por eles apontadas se colocam quanto ao uso específico de cada uma dessas grafias, e não com respeito à pronúncia, ao contrário do que vimos no campo das sibilantes e das palatais, por exemplo.

¹⁷⁹ Cf. p.397: “No Vocabulo *Quatorze* quasi todos os Eruditos nam proferem claramente a Letra *U*”, “(...) Mas advirto, que bons *Orthólogos* proferem a vogal *U* depois de *Q* nos vocabulos Portuguezes derivados do *Idioma Latino*, particularmente nestes Verbos *Adquirir*, *Inquirir*, *Extorquir*, &c”.

¹⁸⁰ Cf. p.32: “(...) o nosso *G* antes das consoantes, e das vogaes *A*, *O*, *U*, tem a força do *G* Castelhamo; e a mesma tem, quando se lhe segue *U* liquido, como: *Gueto*, *Guia*; cuja pronuncia he guttural, e semelhante à Castelhana, quando pronunciaõ *Gente*, *Giro*, &c.”; cf. pp.50-51: “A letra *Q* principiando syllaba sempre se lhe segue *U*; porque de outra fôrma naõ une com as vogaes: e se este *U* naõ for liquido, tem o *Q* analogia com o *C*, como: *Qualidade*, *Quanto*, &c. que se fossem escrittas com *C*: *Cualidade*, *Cucanto*, &c. faziaõ a mesma pronuncia. Taõbem he analogo com o *C*, quando o *U* for liquido, e a este se seguir *A*, *O*, *U*, como *Quatorze*, *Quoto*, &c. (...). Quando ao *U* depois de *Q* se segue *E*, ou *I*, quasi sempre o ditto *U* he liquido; e entaõ tem o *Q* analogia com *K*, como: *Quero*, *Quinto*, &c. que se fossem escrittas: *Kero*, *Kinto*, davaõ a mesma pronuncia”.

De facto, nas descrições de Monte Carmelo, Freire da Cunha e Melo Bacelar, já que os restantes se ocupam sobretudo da prescrição do uso, colhe-se a referência geral à intervenção dos dentes ou dos lábios, como se conclui dos seus repetitivos testemunhos: “a *Letra Semivogal F*, que antes de *l*, *r*, faz as vezes de muta, se pronuncia applicando os dentes, e beijo de cima aos de baixo” (Monte Carmelo, p.321); “*F* pronuncia-se applicando os dentes, e beijo de cima aos debaixo” (Freire da Cunha, p.51), e, por último, “O som de *F*, ou *PH* se forma, quando levamos com respiração o beijo de baixo para cima (Melo Bacelar, p.7). Quanto ao uso das grafias, encontram-se diversas versões, em conformidade com os princípios aplicados e a sua hierarquia. Assim, enquanto que Caetano de Lima chama a atenção para a frequente substituição de <ph> por <f>, em palavras como *Anfiteatro*, *Blasfemia*, *Filippe*, *Filosofo*, *Proféta*, *Triunfo* (p.90), Verney¹⁸¹, pautando-se pelo princípio fonético ou da pronúncia, propõe a sua supressão em todas as palavras, embora opte pelo critério etimológico, sobretudo nos termos técnicos e científicos, que poderão escrever-se de acordo com a respectiva origem, excepto se já tiverem sido totalmente “nacionalizados”, quer dizer, assimilados fonica e graficamente¹⁸². Monte Carmelo aceita, por sua vez, as duas grafias <f> e <ph>, mas introduz o critério da facultatividade, ao dizer que tanto se pode escrever *Aphorismo*, *Bucéphalo*,

¹⁸¹ O essencial da argumentação verneiana a favor da proscrição de <ph> é o seguinte: “Muitos Portuguezes introduzem, sem advertencia, em lugar do *f*, o dito *ph*: outros dam longuissimas regras para distinguir, quando se- deve escrever um, quando outro. mas uns e outros discorrem muito mal. O *ph* dos-Gregos era um *p*, aspirado com muita forsa, e que alguma coiza declinava para *f*. e nam avendo em Portugal semelhante pronuncia, é erro introduzir o dito *p*, quando temos cá o dito *f*, que tem o seu proprio soido. Daqui vem, que ainda que *Filozofia*, *Trimfo* etc. na sua origem tivesem o *ph*, contudo oje, que sam palavras Portuguezas, nam só adotadas polos doutos, mas de que indiferentemente se-servem todos; devem-se escrever com simplez. (p.19). (...) Esta liberdade de acomodar as palavras, ao estilo da-propria lingua, tiveram sempre todos os Povos cultos: e devem ter tambem os Portuguezes.

¹⁸² Verney introduz aqui o problema da terminologia científica, cuja especificidade determina algumas dificuldades no plano gráfico: “Quanto aos nomes, que ainda nam estam em uzo por-todos, mas que somente uzam, ou para melhor dizer, algumas vezes se-servem deles os literatos; deve-se praticar outra regra. Se sam nomes (fálo dos-Latinos, gregos, Ebreos, &c.) de coizas pertencentes a Artes, ou Ciencias, parece-me que se-devem escrever, com as suas letras originais. V.g. se quizer-mos explicar, ou escrever os nomes pertencentes à Anatomia, que sam todos gregos, segundo o estilo do-Portuguez; escreveremos palavras, que se-nam-intenderám: e asim é melhor, seguir a derivasam Grega. O mesmo digo, de algumas partes da-Medicina, da-Filozofia &c. Muitos destes nomes ou nam se-podem escrever de outra maneira, v.g. *Pneumatologia* &c. ou, aindaque se-posam escrever, nam estam geralmente recebidos, nem ainda polos mesmos eruditos: e asim nam gozam, do-privilegio Portuguez. Se sam nomes Proprios, entra a mesma regra: ou sam pouco uzados; e em tal cazo é obrigasam escrevelos, com as suas proprias letras. (...) Quanto porem aos outros, que servem de diferenciar as pesosas Portuguesas, e já estam totalmente naturalizados; devem-se vestir, com o traje de Portugal. este uzo acho praticado, em todas as Nasoens de melhor doutrina” (p.20).

Ephesios, Hemispherio, Jeroglyphico, Lymphatico como *Aforismo, Bucéfalo, Efésios, Hemisfério, Jeroglífico, Linfático* (p.322); daqui se infere que a escolha depende da preferência pela etimologia ou pela total assimilação dos vocábulos, se bem que o ortografista acabe por fazer uma versão de compromisso entre as duas, a saber, nos termos cultos atenta na origem, e nos termos comuns adopta a grafia simples. Contudo no “Índice das Coisas mais Notaveis” explicita a doutrina acima apontada, quando diz: “*Ph* he *Letra* Grega, que adoptáram os Latinos. Profére-se, como *F*, e nam he absolutamente necessaria nos *Vocabulos* Portuguezes; mas pode usar della, quem quizer” (p.750). Também em Freire da Cunha se observa uma abertura à substituição de <ph> por <f>, com base no uso de “muitos homens doutos”, apesar de fornecer exemplos em que “ordinariamente se escreve *ph*”, como *Alphabeto, Metaphisico, Philippe, Philosopho, Physico, Propheta, Triumpho, &c*” (p.139).

Souto-Maior não nada adianta a respeito a <f> e <ph>, visto referir-se apenas ao dígrafo, conservado devido à analogia com as línguas latina e grega, conquanto admita que se use uma ou outra grafias¹⁸³. Já Melo Bacelar, ao tratar do uso de <f>, apresenta um preceito fonético (*Quando em qualquer vocabulo soar F; escreva-se F; e não Ph*, Orth., p.51), em seguida mitigado pelas excepções, resultantes da aceitação do princípio etimológico que determina a aceitação do uso de <ph> e da grafia dupla <ff>, ilustrado numa longa lista, exposta segundo uma ordem “racional”, isto é, alfabética. No “Discurso XX” (*Mostra que em dar a ph o som de f há cambios de letras, e de vózes, e hé erro contra a pronuncia*) do **Exame Critico das regras da Orthographia**, Nunes Cardoso (1790) refere-se tão só ao “moderno” uso de substituir o dígrafo <ph> por <f>¹⁸⁴.

Com respeito à representação das consoantes nasais, destacam-se a sua descrição articulatória e o uso prescrito pelos ortografistas. A propósito de <m> e

¹⁸³ Cf. p. 49: “A letra *P* seguida de *H* vale de *F* naquellas dicções, que adoptámos da língua Latina, ou grega, cuja analogia conservámos, aonde ha o ditto *Ph* com valor de *F*, como: *Philosophia, Philippe, Phleimaõ, &c. de Philosophia, Philippus, Phlegmon, &c. com que, huma, e outra coiza se pôde seguir*”.

¹⁸⁴ Cf. p.77: “Os Modernos porem nam podendo sofrer estes cambios, e prizoins ainda que authorizadas com o uzo das Nasoins, já escrevem nas palavras mais familiares *Fizica, Esféra, Filozofia*, e semelhantes”. Porém, desta regra são excluídos os “nomes próprios, Estrangeiros, ou nimiamente Latinados”.

<n>, são mencionados os traços da bilabialidade e da dentalidade, respectivamente. Monte Carmelo (1767)¹⁸⁵, Freire da Cunha (1770)¹⁸⁶ e Melo Bacelar (1783)¹⁸⁷ fazem descrições articulatórias sem aludirem à ressonância nasal, facto que traduz a dificuldade em analisar a nasalidade, como já salientámos a respeito do tratamento das vogais e dos ditongos nasais (cf. supra, 3.2., 3.2.2.). Quanto ao uso das grafias acima, o carmelita ressalta que junto das consoantes /b/ e /p/, homorgânicas de /m/, apenas se grafa <m>, grafia posicional que decorre da fonotáctica, para evitar a chamada “Diafonia”¹⁸⁸, isto é, “a dificuldade e aspereza da pronúncia” (p.380). Todos os testemunhos coincidem neste aspecto, conquanto introduzam algumas particularizações, como faz Verney, ao identificar a função gráfica de <m> como marca da nasalidade vocálica, incluída no tratamento das consoantes nasais, com resultados pouco interessantes para a sua doutrina. Não menos curioso é o facto de Freire da Cunha aplicar a regra fonotáctica às palavras de origem grega com <f> como se fossem grafadas com <ph>, em consequência de uma projecção do princípio etimológico (*Emfasis, Emfyteuta*, p.94). Souto-Maior distingue a realização destas consoantes em posição final e interior, sendo que na primeira ambas têm “som analogo ...cuja pronúncia não tem diferença”, ao invés do sucede na outra, onde o “M tem hum som mais mudo, do que o N” (p.39). Por último, Melo Bacelar salienta, por seu lado, que “Não ha vocabulo, que deva terminar em M (...). Mas os que gostão

¹⁸⁵ Cf. pp.372-373: “A Letra Semivogal M (a que os Hebreus chamam Mem, e os Gregos My) se-profere fechando, e abrindo logo os beiços para expellir o ar suavemente. Esta Letra no nosso Idioma se-pronúncia com os beiços abertos, quando faz a Syllaba em final, como v.g. em *Hontem, Ninguem, &c.* Daqui se-originou o êrro, com que alguns Zotes pronúnciam a mesma Syllaba nas Dicções Latinas, nas quaes sempre se-deve pronúnciar fechando os beiços, e com o mesmo som, que se-fôrma nas primeiras Syllabas destas Dicções, v.g. *Emblema, Embolus, Emptor, Emphasis (...)*”; “A Letra Semivogal N (a que os Hebreus chamam Nun, e os gregos Ny) se-profere applicando subitamente a extremidade da lingua ao princípio do paladar junto aos dentes de cima, e abertos os beiços. No Idioma Portuguez se-pronúncia esta Letra quasi com o som de M, quando nam fere as vogaes, como v.g. nestas Dicções *Enchênte, Encommenda*. O mesmo se usa algúas vezes no Idioma Francez, porque escrevem *Maison*, e pronúnciam *Meson*; mas na *Lingua Latina* se-devem corrigir semelhantes *Idiotismos*”.

¹⁸⁶ Cf. p.52: “M pronúncia-se abrindo, e fechando os beiços para expellir o ar suavemente”; “N profere-se applicando subitamente a extremidade da lingua junto aos dentes de cima, e os beiços abertos”.

¹⁸⁷ Cf. p.7: “...o do M abrindo mais os beiços que no B: o do N levando a lingua para perto dos dentes de cima (...)”.

¹⁸⁸ Monte Carmelo explica-a de uma forma bem curiosa: “A causa he, porque estas ultimas Letras [B, M, P] se-profêrem com os beiços fechados, e o N com elles abertos. Por isto na formaçã de todos ellas sam necessarios movimentos na bocca, ou impulsos quasi contrários, o que no mesmo tempo he muito difficultoso, quando antecede a Letra N”.

de sons asperos terminão tudo em *M*, e nada em *N*: Rompem pella armonia, e etymologia (...)”(p.58).

A respeito da grafia das vibrantes, teceram os ortografistas observações abundantes e diversificadas, porque estão envolvidas duas grafias, uma simples <ɾ> e outra dupla <-rr->, cuja distribuição em função dos contextos requer atenção. D. Luís Caetano de Lima (1736) expõe os contextos em que ocorre a vibrante múltipla, ou “R dobrado”¹⁸⁹, e aqueles em que se realiza vibrante simples, ou “R singelo”, mas dispensa qualquer descrição articulatória: uma ocorre já em posição inicial (*Raya, Regra, Rima, Rosa, Ruma*, p.98), depois de lateral ou nasal (*Bilro, Melro, Chalrar, Genro, Tenro, Honra, Enredar*, p.99), já em posição medial (*Barro, Ferro, Cirro, Corro, Murro, Amarra*, p.99), sendo que, neste caso, a grafia é dupla; a respeito da simples, omite a posição final e refere somente o contexto intervocálico (*Cara, Pera, Mira...*p.98).

Se na doutrina ortográfica de Verney¹⁹⁰ apenas se encontra uma referência à conveniência do uso da grafia dupla para a vibrante forte, já a de Monte Carmelo presta-nos informações de natureza articulatória, para além de estipular o uso. A descrição deste ortografista assenta na alusão à vibração (os movimentos da língua) concomitantemente com a dentalidade (ou alveolaridade)¹⁹¹: assim, são identificadas três realizações em função da posição¹⁹²: em início de palavra e depois de nasal e lateral, o som é “aspero” (*Râmo, Rêmo, Enrêdo, Bîlro*, p.398); em posição interior (início de sílaba e sílaba fechada), é “brando” (*Arar, Era, Ira, Hóra, Cûra, Arma, Hérva ...*p.398), excepto nos “compostos” (*Derogar, Prorogar*, p. 398), em que é “aspero”; em posição final, é “mais brando, e suave” (*Dar, Eleger, Dirigir, Compor, ...*p.398). Por outro lado, é de notar que Monte Carmelo, ao avançar exemplos de verdadeiros pares mínimos, descreve a oposição fonológica entre a vibrante simples e a múltipla: “Conhecida bem esta diversidade de sons, nunca se-póde errar a

¹⁸⁹ Mais do que a definição da articulação da vibrante múltipla, aqui está em causa a grafia dupla, facto que se prende com a interferência do plano da escrita na análise das unidades fónicas: “Esta letra no principio das palavras requiere tanta força, como se fora dobrada, e nisto differe muito a nossa pronuncia da Franceza” (p.98).

¹⁹⁰ Cf. p. 28: “Introduzio o uzo em Portugal, dobrar os *RR*, quando tem pronuncia forte: e parece-me que este uzo se-deve observar, nam fazendo cazo do que aconselham alguns, que um só *r* bastava”.

¹⁹¹ Cf. p. 397: “A *Letra* semivogal *R* (a que os Hebreus chamam *Resch*, e os gregos *Rho*) se-pronuncia encrespando fortemente a parte anterior, e mais aguda da lingua para o alto do paladar junto aos dentes, como v.g. *Rápido, Régulo, Rispido, Rouco, Rugido, &c*” (p.397).

¹⁹² Com respeito aos grupos consonânticos em que ocorre uma vibrante, cf. *infra*, 3.3.2.

Orthografia; porque o som, que formâmos, ensina o uso da *Letra*. se dizemos v.g. *Arranha* do Verbo *Arranhar*, nam devemos escrever *Arânha* (...). Hũa coisa he *Arrear* (...) e outra coisa he *Arear* (...). Hũa coisa he *Parras* (...) e outra coisa he *Páras* (...)" p.398. Souto-Maior retoma, por sua vez, as duas realizações apontadas por Caetano de Lima, distingue a vibrante simples (*doce, e branda...Caro*) da vibrante múltipla (*duplex consoante... aspera, e forte...Carro*), e identifica os contextos em que elas ocorrem: a primeira, em início de sílaba e final de palavra (*Amaro, Amor*, p.52); a segunda, em posição inicial de palavra, intervocálica e depois de consoante (*Rancor, Honra*, p.51). Tal como o anterior, Melo Bacelar (1783) apresenta uma breve descrição articulatória – "(...) *R forte*, quando se recolhe a lingua: o *R brando*, ou entre vogaes, quando ha maior impulso, que no *L* (...)" – e uma indicação sumária dos contextos, na qual aponta as consoantes que podem anteceder a vibrante múltipla interior: "Só se escreve *R dobrado* quando entre vogaes ha hum som de *R forte*; v.g. em barro, e não em roubar, barato, barba. Pello que só há *R forte* no principio da dicção, ou depois de de *N*, e *S* ; v.g. em *roubar, enredo, Israel*¹⁹³; pois em todos os mais logares ha *R brando*, ou em meia força; v.g. *fér-a, ver, ír*. À semelhança de Monte Carmelo, este ortografista aceita a excepção dos chamados "compostos": nestes, o valor de vibrante "forte" é assinalado pelo uso do apóstrofo, que serve, portanto, para desfazer o grupo consonântico: *Ab'rogar, Ab'ructo, Ob'repção, Sub'rogar, Sub'repticio, Sub'ruiva* (p.59). Freire da Cunha coincide com os autores precedentes tanto na identificação dos contextos como na pronúncia dos "compostos", embora acrescente, de forma explícita, mais um contextos aos já referidos pelos demais ortógrafos – a realização da vibrante múltipla depois de lateral (*Bolra*, p.76). Finalmente, rompendo com a doutrina usual, Francisco Nunes Cardoso avança uma solução ortográfica que nem sequer fora contemplada nas versões mais fortes de ortografia fonética, isto é, no sistema verneiano Verney e no do autor dos artigos do **Jornal Encyclopedico**: de facto, aquele ortógrafo chega a sugerir que a vibrante múltipla seja representada, em todos

¹⁹³ O negrito é nosso e chama a atenção para a vibrante múltipla antes de sibilante, contexto que não havia sido mencionado pelos anteriores.

contextos, por uma grafia dupla, como se vê nos exemplos *Honrra, Genrro, Tenrro* (*Arte*, p.31); a proposta visava a isomorfia com a pronúncia¹⁹⁴.

De seguida, faremos uma referência aos valores de <z> em outros contextos sistintos do intervocálico. Como também referimos antes (cf. supra, 3.1.), de acordo com a divisão das consoantes veiculada pela tradição latina, a grafia <z> é definida como “consoante semivogal” e “dobrada”. Assim aparece na descrição de Freire da Cunha (p. 63, p.85), que lhe chama “letra *Duplices* ou *Dobrada*”; pelo contrário, apesar da alusão à classificação latina, na de Monte Carmelo já não é interpretada como uma “(...) Letra Dobrada” (p.435). Do mesmo modo, Melo Bacelar rejeita a existência, em português, de qualquer consoante “duples ou semivogal” (p.6). Antes destes, já Caetano de Lima acrescentara à sua *Orthographia* um suplemento¹⁹⁵ (6p.) em defesa da grafia <z> em diversos contextos, sobretudo nas sílabas tónicas finais, quer fechadas (*Mez, Pez*, p.215 e *Arnez, Francez, Milanez*, p.216), quer abertas (*Rapáz, Revéz, Algoz, Atróz*, p. 216). No referente aos contextos, é de frisar a ocorrência de <-z> nos patronímicos em <-ez>, destacados em particular por

¹⁹⁴ No essencial, os argumentos aduzidos em favor desta grafia são os seguintes: “Esta hé a Orthografia a que estamos ligados por falta de huma letra, mas nam apovo as excepsoins dos Orthografos, querendo que dobremos R em *Honrra, Enredo*, e semelhantes. (...) se as Nasoins tivesem huma letra que se chamase erre, com ella se escreveriam todas as vózes ásperas, pois logo porque nam havemos de dobrar ere, que hé o seu suplemento ?” (Cf. *Exame*, p.84); Cf. *Arte*, p.31: “Havemos de dobrar *r* em todas as sylabas ásperas, que vierem no meyo das palavras, asim como *Terra*, sem excepsam das palavras *Honrra, Genrro, Tenrro*, e semelhantes pelos fundamentos que dei no Exame, por ser esta Orthografia composta com a pronuncia, remediando asim a necessidade que temos de huma letra no alfabeto”.

¹⁹⁵ Aí se encontram compilados os diversos argumentos que assistem à necessidade de <z> não ser substituído por <s>, a saber: a antiguidade do uso daquela grafia na escrita portuguesa; a geral aceitação de tal grafia em todas as escritas europeias, e o facto de ter uma função distinta da de <s>, cf. pp.211-217. Alguns anos depois, em 1746, no parágrafo em que inicia a sua exposição sobre <z>, Verney assume a defesa desta grafia em termos muito próximos dos do citado teatino. É possível que o Barbadinho tivesse sob os olhos o suplemento de Caetano de Lima, cuja *Orthographia* ele conhecia directamente, pois é citada em diversas partes da *Carta I do Verdadeiro Método de Estudar*. Compare-se um fragmento de um e de outro: “A Perseguição, que vemos levantada contra esta letra, nos obriga a fazer este 2. *Suplemento* à nossa Orthographia, em que defendamos a justiça da sua causa, e acudamos ao reparo de alguns criticos modernos, de que sem embargo de elles a haverem desnaturalizado, lhe conservamos ainda lugar no Alphabeto” (Caetano de Lima, p.211); “Paso daqui ao Z, aquela letra desgrasada, que teve a infelicidade de dezagradar à maior parte dos-escritores Portuguezes deste seculo: os quais, não so a-desprezaram, para introduzir em seu lugar o s; mas alguns deles com decreto asentaram que se-devia no meio das disoens, e prover o seu lugar no-s” (Verney, p.31). O Barbadinho esclarece, ainda, a sua solução gráfica: “Onde tendo o s, e z, diferentesimas pronuncias, é erro sem desculpa, pôr o s, em lugar do-z, quando este deve ter toda a sua forsa, como no-principio, ou meio das-disoens. Dezafo todos os Portuguezes, paraque pronunciem estas palavras diferentemente, v.g. *Luzes*, e *Lizonja*; *Abrazado*, e *Plauzivel*; *Riqueza*, e *Religiozo*. nam averá algum que se-atreva a dizer, quenas primeiras se-ouve z, enas segundas s: mas ambas as partes se-ouve um z, mui grande e gordo” (p.32).

Caetano de Lima (*Alvarez, Antunez, Bernardez, Fernandez...*p.110), assim como nos gentílicos (*Inglêz, Hollandêz*, p.109), e nas formas verbais da terceira pessoa do singular. Nesta posição, Carneiro Souto-Maior¹⁹⁶ e Melo Bacelar¹⁹⁷ atribuem-lhe o valor de “S”; todavia, Souto-Maior é o único ortografista a identificar e descrever o fenómeno de palatalização da sibilante final, embora sem o relacionar directamente a <z> em posição final, visto não aplicar esta grafia aos patronímicos, como se vê em *Antunes* (p.52).

Para finalizar, referir-nos-emos à grafia <k>, que se inscreve no grupo das chamadas “letras inúteis”¹⁹⁸, de acordo com a tradição latina. Na verdade, na sequência dessa herança, os ortografistas portugueses setecentistas continuam a debater a utilidade ou inutilidade desta unidade à luz da homofonia com <q> e <c>. Assim, enquanto que Caetano de Lima só alude a <k> a propósito de <q>, uma vez que “naõ se usa della senaõ muito raras vezes” (p.1), excluindo-a, por isso, do seu alfabeto, à semelhança de João Pinheiro Freire da Cunha que, outros comentários, considera <k> inútil no sistema gráfico português (p.48). Baseado no princípio fonético e ao contrário dos anteriores, Verney propõe um uso particular de <k> – a sua adopção em vez de <ch>, nos vocábulos de origem grega em que este dígrafo não deverá ser substituído por <qu>, devido ao facto de nesta grafia sempre o suporte vocálico ser articulado, como se depreende das palavras do Barbadinho: “A quem nam agradar esta minha opiniam, de escrever estes nomes por-ch, sou de parecer, que adóte o K dos-Gregos: pois é melhor chamar de fóra, uma letra Estrangeira, do-que escrever o q, que em Portugal geralmente tem diferente pronuncia: o que não sucede no-ch, que ja em muitas disoens está recebido em Portugal, com privilégios de K” (p.18). O autor reconhece, porém, que a grafia <k> é vista pela generalidade dos ortografistas como uma unidade supérflua ou excedentária. Apesar de incluir

¹⁹⁶ Cf. p. 64: “A letra Z segue as regras do J consoante: e só vale de S nos finaes daquelles nomes, cujos pluraes ficaõ perfeitos com a syllaba Es, como: *Juiz, Juizes, Perdiz, Perdizes, Cruz, Cruzes, &c.* Taõbem vale de S naquellas vozes, de que se formaõ outras com a dezinencia de Z, como *Diz, Dizemos, Dizem, Fiz, Fizeste, Fizeraõ, &c.* as quaes palavras, e outras semelhantes devem ser escrittas com Z por final”.

¹⁹⁷ Cf. p. 61: “Quando no fim de qualquer vocabulo parece que huma vogal longa soa com S, ou Z; e no plural com Z claro, escreva-se Z final, e não S. *Páz, xadrêz, feliz, nóz, luz;* porque nos seus pluraes *pazes, xadrêzes, felizes, nozes, e luzes claramente soa o Z*”.

¹⁹⁸ Cf. Françoise Desbordes, *Idées Romaines sur l’Ecriture*, pp.173-185.

<k> nos dois alfabetos¹⁹⁹ (cf. supra, 3.1.) – a seguir a <q>, e entre “PH” e “W”, respectivamente –, com a denominação de *Ka* ou *Kappa* (p.135) no domínio das consoantes “mudas”, Monte Carmelo reconhece a sua reduzida funcionalidade, já que ocorre apenas em Dicções “estranhas” como *Kalemberg*, *Kerka*, *Kiansi*, *Kiovia* (p.135), *Kolding*, *Konigseg*, *Kupferberg*, *Kyla* (p.136). Grande cultor das etimologias gregas, motivo por que inclui <k> no seu alfabeto “razoado e proveitozo”, com o som “Ku” e a figura “cu” (**Gramm.**, p.6), Melo Bacelar admite-o tão só em palavras como *Ankilóse*, *Badoláke*, *Brilóke*, *Kinicephale*, *Kyrios*, *Onkilo* (**Orth. Philos.**, p.46). Já Souto-Maior retoma a linha de Caetano de Lima e Monte Carmelo, ao dispensar <k>, unicamente admitido em alguma “palavra estrangeira, a quem queiramos conservar toda a sua analogia” (p.36), embora figure no alfabeto (p.8). Por seu lado, Nunes Cardoso exclui <k> do alfabeto (**Arte**, pp.3-4) por considerar inútil o seu uso no sistema gráfico português²⁰⁰ (**Exame**, pp.85-86), uma vez que tal grafia só deve ocorrer em “nomes Estrangeiros”, como defendia Souto-Maior.

Para concluirmos a análise da representação gráfica do consonantismo em setecentos, referir-nos-emos ao <h>, unidade tradicionalmente incluída entre as consoantes, conquanto não remetesse para o plano fonético-fonológico (cf. supra, 3.1.). Há, inclusive, quem lhe reconheça uma articulação própria, como faz Monte Carmelo ao dizer: “Pronunciã-se impellindo o ar da garganta, e inclinando o impulso para o alto do paladar, de sorte que parece formár-se este som Agah” (p.333). Freire da Cunha (p.51) parece repetir o anterior. Daqui poder-se-á inferir que a designação da “letra” era confundida com o seu suposto valor fónico; por outro lado, regista-se, de igual modo, a referência, herdada do latim, à antiga aspiração de que esta grafia era mera marca etimológica, como se conclui da doutrina do carmelita que a descreve como “*Aspiracâm*, que só se-escreve, e nada sôa na nossa *Lingua*” (p.751), pelo que “he pura, e quasi superflua *Aspiracâm*, que só serve para mostrar a orígem,

¹⁹⁹ Cf. p. 135: “A, B, C, D, E, F, PH, G, J, H, I, L, M, N, O, P, Q, K, R, S, T, U, V, W, X, Z, Y” e “A, B, C, D, E, F, G, J, H, I, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Z, Y, PH, K, W”.

²⁰⁰ Cf. p. 86: “O fundamento que tomaram para a introduçã do *K* foi por atensã ás palavras em que se encontra *ch* Latino com *ch* Português que os Modernos remediaram escrevendo *Arquitecto*, *Maquina*, *Quimica*. A razã que dam para nem ainda asim escrevermos, nam fãz forsa, entã tambem nam escrevemos bem *Que*, *Quilate*, e semilhãntes; melhor diriam que se escrevese *Arqiteto*, *Maqina*, *Qimica*: quanto melhor Orthografia seria esta do que hir buscar huma letra á Grecia?”. Curiosamente, a soluçã ortogrãfica criticada é praticã pelo autor dos artigos publicados no **Jornal Encyclopedico**, como se vê nos exemplos “qe”, “equivoco”, “porqe” (1789, p. 338).

e significaçãem genuína dos *Vocabulos* (p.333). Antes deles, Caetano de Lima (1736) definira o uso de <h> como “Simplez Aspiraçaõ”, em palavras como *Harpa, Herança, Herdade, Historia, Hombro, Homicidio, Honrar, Hospedar, Hoje, Hontem*²⁰¹ (p.87), ou como “letra”, nos dígrafos <ch, nh, lh>; por outro lado, confere-lhe valor de diacrítico quando separa vogais heterossilábicas (cf. supra, 3.2.2., e infra, II, 5.4.1.). Dez anos mais tarde, Verney rejeitará a transposição da noção de aspiração para o caso português, onde ela nunca se verificou, devendo por isso suprimir-se <h>²⁰². Se o testemunho de Souto-Maior²⁰³ pouco acrescenta aos anteriores, uma vez que só atenta na controvérsia à volta de <h>, já Nunes Cardoso²⁰⁴ retoma os dois valores, de “aspirasam”²⁰⁵ e de “letra,” antes indicados por Caetano de Lima: no primeiro caso, é uma marca visual da etimologia, desprovida portanto de referência fónica, e, no segundo, elemento constitutivo dos dígrafos <nh, lh>. Apesar de a doutrina dos ortografistas ver em <h> um mero referente visual de valor etimológico, na prática, quer dizer, nas soluções gráficas, os autores revelam-se conservadores, pois mantêm-no em obediência à etimologia e ao uso tradicional. Contudo, Verney destaca-se pelo radicalismo da sua proposta: supressão completa de <h> em todos os contextos²⁰⁶, solução à qual se referirá Monte Carmelo: “O sapientissimo Auctor do

²⁰¹ A estes, acrescenta outros exemplos; cf. pp.87-88: *Hum, Hum; Deshonra, Deshonesto, Exhalar, Exhibir* (...). As duas primeiras grafias são justificadas pela referência ao grego onde “leva hum espirito aspero, como se vê na tal palavra” (p.88).

²⁰² Cf. p. 23: “Onde é erro dizer, *Huma, Humilde &c*: mas deve-se escrever, *Uma, Umilde &c*. Nem é obscura a razam: basta olhar para a pronuncia, para saber, que é erro pôr o *h*”; p.24: “De que fica claro, que na lingua Portugueza, em que nam á aspirasam alguma nem forte, nem branda; nam se-deve pôr aquele sinal, que só serve de avizar o Leitor que aquela letra deve ser aspirada”.

²⁰³ Cf. pp. 34-35: “He ponto muito controverso, se o *H* he, ou não letra; porque unindo-se a huma vogal não tem som proprio, mas serve de aspirar, (isto he, dar diversa pronuncia) o *L*, e o *N*, quando lhe precedem, como: *Alho, Ninho*. Usa-se desta letra, não servindo de aspiraçaõ, para conservar a origem das palavras, como: *Homem* por vir de *Homo, Honra*, por vir de *Honor, &c*.”

²⁰⁴ Cf. pp. 22-23: “Depois de falar de *H*. como aspirasam devo falar delle como consoante, sem a qual letra se nam podem escrever muitas palavras Portuguezas, como sam todas aquellas em que vem as syllabas *Cha, Lha, Nha*, e as mais compostas nas outras vogais, que todas se formam para escrever *Chave, Mulher, Linha*, e semelhantes, o que sómente bastava para asentar que *H*. tambem hé letra consoante, e necessaria na Lingua Portugueza (...)”.

²⁰⁵ Cf. p. 22: “(.) *Homem, Honestidade*, e nestes lugares *H* sempre hé letra aspirada, pois que podemos pronunciar, ler, e escrever sem semelhantes palavras, mas contudo sería erro se o deixasemos como quizeram alguns Modernos. A respeito desta letra devemos conservar o uzo em que estamos, e como aspirasm nos hé necessario, e nós o ferimos levisimamente na pronuncia, e nelle temos a gala das Etymologías, e sendo letra que tem cabeça a vista melhor o alcança, e mais promptamente lê as palavras que se escrevem”.

²⁰⁶ Note-se que nem a Comissão Ortográfica de 1911 foi tão longe nas bases da reforma, visto ter conservado o <h> inicial, solução menos arrojada que a de Verney, do P. Teodoro de Almeida, e do articulista do *Jornal Encyclopedico*, ou, já na segunda metade do século seguinte, a de certos sónicos

Verdadeiro Methodo, como inventou hũa nova, e facil *Orthografia*, expelliu esta *Aspiraçam do seu Abecedario*” (p.333). Com o valor de diacrítico, alguns ortógrafos adoptam-no em substituição de um acento (cf. infra, 3.4.).

Analisada a representação gráfica das consoantes, resta-nos agora tratar os agrupamentos consonânticos, subdivididos em três tipos, alguns dos quais já foram antes referidos: em primeiro lugar, temos os grupos cultos, ou greco-latinos, justificados pela aplicação do princípio etimológico; em segundo lugar, as consoantes duplas, provenientes da analogia com o latim ou decorrentes da evolução fonética e, por fim, os restantes grupos de consoantes. Deles nos ocupamos a seguir.

3.3.2. Grupos consonânticos

A representação dos grupos consonânticos obedece aos critérios que assistem à grafia do consonantismo em geral. Assim, os princípios fonético e etimológico, bem como a analogia e o uso, também são aplicados a este aspecto do sistema gráfico, em proporções distintas, de acordo com a hierarquia considerada pelos ortógrafos.

No que respeita às chamadas grafias cultas, entre as quais se incluem os grupos <ch, ph, th, rh>, importa realçar que elas resultam do respeito pelo princípio etimológico em detrimento do princípio fonético, e ocorrem em vários dos sistemas gráficos propostos ou praticados pelos ortógrafos setecentistas. Da doutrina por eles expendida, conclui-se que a assunção da herança greco-latina, fundamenta, de forma explícita ou implícita, o uso de tais grafias, como até hoje sucede com a ortografia de outras línguas, entre elas o francês.

Na verdade, porém, a adopção dessas grafias reflecte tendências ou processos culturais mais profundos do que a simples imitação do latim ou do grego, pois tem subjacente uma dada concepção da “língua”, mais precisamente de “ideal linguístico”, traduzido, por exemplo, em expressões como “perfeição”, “beleza” ou “pureza” da língua; de facto, embora tenha evoluído em consonância com a reflexão filosófico-linguística das várias épocas, esse “ideal” continuaria a remeter e a rever-

(Cf. infra, II, 2.1.2, 2.1.5.). Na *Ortografia Nacional* (1904), por exemplo, Gonçalves Viana mantinha, a título provisório, o “h” inicial, excepto nas palavras em que ele era pseudo-etimológico; embora previsse a sua posterior proscricção, esta não chegou a acontecer.

se no modelo latino até meados do século XIX, facto que é atestado pela própria concepção e formato gramaticais. Não se trata, portanto, de mero “mimetismo” gráfico, uma vez que a própria etimologia era uma manifestação da reflexão linguística em sintonia com as restantes formas de pensamento e manifestações culturais: da análise das componentes ideológicas e estéticas das principais *formae mentis* setecentistas – o barroco e o neoclassicismo – não é difícil depreender que, apesar das excepções pontuais, correspondentes aos autores menos canónicos, razões diversas, aqueles movimentos favoreceram, por razões de ordem diversa, a longevidade de um sistema gráfico de recorte “clássico”. Por tudo isto, a raiz de um sistema gráfico prende-se a um “ideário”, ao qual não é alheia a história das instituições, dos agentes culturais e dos movimentos sociais e políticos.

Retomemos, então, a doutrina dos ortografistas oitocentistas.

Caetano de Lima (1736) trata dos grupos greco-latinos <ch, ph, rh, th> no âmbito de <h>, sendo que o seu uso deriva da necessidade de identificar as palavras quanto à sua origem, aquilo a que o ortografista chama a “força da derivação”; esta é reforçada pela autoridade do P. António Vieira, que adoptou essas grafias em palavras como *Archanjo, Cherubim, Chimera, Chorografia, Christo, Chronica (...); Rhetorica, Rhodes, Authoridade, Bartholomeu, Catherina, Matheos, Thesouro, Throno*, embora tenha substituído, <ph> por <f>²⁰⁷, por exemplo em *Blasfemia, Filippe, Filosofo, Proféta, Triunfo* (p.90).

Pelo contrário, é em nome do princípio fonético e da simplicidade do sistema gráfico que Verney aceita os grafemas simples, a saber, <q-c>, <p>, <ɾ> e <ɿ>, em substituição dos grupos cultos: assim, *Chimera* deverá grafar-se *Quimera*²⁰⁸, *Philosophia* como *Filozofia* (p.84); no entanto, sem se referir especificamente aos dois últimos, pela doutrina geral e pela sua prática previa a substituição <rh> e <th> (*Retorica, Ortografia*).

²⁰⁷ Cf. supra, 3.3.1.

²⁰⁸ Cf. p. 18: “A quem nam agradar esta minha opiniam, de escrever estes nomes por-*ch*, sou de parecer, que adóte o *k* dos gregos: pois é melhor chamar de fóra, uma letra Estrangeira, do que escrever o *q*, que em Portugal geralmente tem diferente pronuncia: o que nam sucede no-*ch*, que ja em muitas disoens está recebido em Portugal, como privilegios de *k*”; p.28: “Já asima dise, que a quem nam agrada, escrever estas palavras, por-*ch*, é melhor, uzar o *k* dos-Gregos, doque o *qui*, que tem em Portugal diferente pronuncia, na-qual expresamente se-ouve o *u*”.

Nas listas do “Catalogo das Dicções mais ordinarias, que se-escrevem com H, como Aspiraçam nas syllabas médias”, Monte Carmelo (1767) inclui, por sua vez, exemplos de vocábulos com aqueles grupos, de que destacamos *Amphitheátro*, *Anachronismo*, *Anáthema*, *Anthropologia*, *Antíchrono*, *Antiphathia*, *Atheísmo*, *Authêntica*, *Authôr* (pp.342-343). Do mesmo modo, ao tratar de <h>, Freire da Cunha expõe o uso desses grupos: em relação a <ch>, embora o aceite (*Charidade*, *Charo*, *Choro*, *Echo*, p.131), consente a aplicação do princípio fonético junto das vagais grafadas com <e, i>, como em *Caquetico*, *Monarquia* (ibid.); quanto aos restantes grupos, o professor da **Academia Orthografica** não tece quaisquer observações, mas avança alguns exemplos, como *Alphabeto*, *Methaphisico*, *Philippe*, *Philosopho*, *Physico*, *Propheta*, *Triumpho*; *Rhetorica*, *Rheumatismo*, *Rhodes*; *Authorizar*, *Hypotecar*, *Atheista*, *Athenas Author*, *Catharina*, *Catholico*, *Epítheto* (...) (p.139). Ao invés deste ortógrafo, Nunes Cardoso ocupa-se em especial de <ch, ph>, estendendo a aplicação do princípio fonético a todos os contextos²⁰⁹. Melo Bacelar aceita estes grupos consonânticos à luz do princípio etimológico, com especial relevo para as grafias gregas, como o próprio gramático e lexicógrafo sublinha na Introdução à sua **Grammatica Philosophica**.

Maior extremismo fonográfico manifestam, neste aspecto, o P. Teodoro de Almeida (*Filozofia*) e o autor dos artigos do **Jornal Encyclopedico** (1790, *Alfabeto*, p.50, *Ortografos*, p.51), epígonos do sistema verneiano, na primeira metade de setecentos.

No capítulo das consoantes dobradas ou duplas, associado ao ponto anterior, da doutrina dos ortografistas sobressaem duas tendências: a sua proscricção total ou a sua adopção generalizada, com versões intermédias mais ou menos fortes. Assim, a enquanto que a etimologia e a analogia ditam as duplicações consonânticas que atingem as consoantes <b, c, d, f, g, l, m, n, p>, a simplificação das grafias duplas visa a isomorfia entre a oralidade e a escrita. Segundo Caetano de Lima, as consoantes dobradas não obedecem ao princípio fonético, porque as “Letras

²⁰⁹ Cf. **Exame**, p. 78: “Porem andando os tempos, pela confuzam, que *ch* Latino fazia a *ch* Portugues, pareceu conveniente á Razam, e á pronunciam desprezar em parte a dita Ley, e há muito tempo que com a perda das Etymologias se escreve *Caridade*, *Coro*, *Paroco*, e semelhantes que nos sam mais familiares compondo a escriptura com a pronuncia” e acerca de <ph>. De <th, rh>, só refere o primeiro, ao tratar do “h aspirado” (*Arte - Parenthesis*, p.19, *Throno*, *Theatro*, p.21); do segundo, não faz menção.

dobradas senaõ pronunciam com mais força do que as singelas, excepto os dous CC, dous RR, e dous SS, que requerem dobrada força (...) Sendo porem geral esta regra para os RR, e SS, dobrados, senaõ verifica sempre nos CC, antes fora viciosa affectaçãõ carregar nelles em certas palavras” (p.74). A distinção entre duplas etimológicas e analógicas estriba, por sua vez, no facto de que umas provêm do étimo latino, ao passo que as outras se registam em palavras derivadas ou compostas em português, como marcas da evolução fonética. À semelhança de ortógrafos e gramáticos precedentes (cf. 2º vol., I), para Caetano de Lima, que remete para os autores seiscentistas Álvaro Ferreira de Vera e João Franco Barreto, as consoantes são “dobradas” em função de seis critérios – “natureza”²¹⁰, “derivação”²¹¹, “significação”²¹², “corrupção”²¹³, “variação”²¹⁴ e “composição”²¹⁵ –, transmitidos pela tradição varroniana²¹⁶, e ainda repetidos por Carneiro Souto-Maior (1783), entre outros. Àqueles critérios, acrescenta Caetano de Lima algumas especificações: <m, n, r, s, c> são dobradas em virtude da “boa consonancia” ou “harmonia do ouvido” (*Arrancar, Assentar, Emmagrecer, Emmudecer, Innocencia, Innovar, Ennobrecer, Innumeravel*, pp.198-199), quer dizer, representam uma realização específica que, no caso de <mm, nn>, corresponderia, possivelmente, a duas sílabas distintas; já <b, c, d, f, g, l, p, t> não indicam qualquer valor especial, para além do já implicado pela respectiva grafia simples (*Abbade, Accessor, Affeição, Aggrado, Allegar, Apparato, Attributo*, pp.199-201), pelo que funcionam como mero distintivo etimológico, ao serviço da filiação no latim e da demonstração do parentesco com outras línguas românicas. Adepto aplicação generalizada do princípio fonético, tanto na doutrina como prática ortográficas, Luís António Verney rejeita liminarmente as grafias duplas, com excepção de <rr>, que justifica pela pronúncia²¹⁷, mas omite

²¹⁰ Cf. p. 196: “(...) se dobraõ pella natureza das palavras, como *Callo Fallo*, de que se naõ póde dar regra alguma (...)”.

²¹¹ Id. p. 197: “(...) *Cavalleiro de Cavallo, Ferreiro de Ferro* (...)”.

²¹² Ibid.: “(...) como succede nos Diminutivos *Verdette, Pequenette de Verde, e Pequeno* (...)”.

²¹³ Ibid.: “(...) convertendo huma letra em outra, como nos nomes que se derivaõ do Latim, v.g. *Pessoa de Persona, e Dicção de Dictio* (...)”.

²¹⁴ Cf. p. 197: “(...) principalmente de conjugação, para mostrar Tempos ou Modos diferentes, como *Amase, Ensina-se, que differem de Amasse, Ensinasse* (...)”.

²¹⁵ Cf. p. 197: “(...) como *Afforar de Foro, Arruinar de Ruina, Assinalar de Sinal, Emmudecer de Mudo, Ennobrecer de Nobre*”.

²¹⁶ *De Lingua Latina*, V, 6 e V, 10; Vide, Françoise Desbordes, *Idées Romaines sur l’Écriture*, pp.

²¹⁷ No essencial, a argumentação de Verney é a seguinte: “Daqui fica claro, que devem desterrar-se da lingua Portugueza, aquelas letras dobradas, que de nada servem: os dois *SS*. dois *LL*. dois *PP*. &c. Na Cont. pág. seguinte.

outros casos em que o mesmo critério apoiaria a grafia dupla. Esta questão leva-o a recorrer à comparação com a ortografia do italiano e do francês, que registam muitas duplicações. Monte Carmelo aceita todas as duplicações condenadas pelo Barbadinho; o *carmelita* inclui as grafias duplas na prescrição do uso das simples correspondentes, mas sem fornecer explicitamente os fundamentos de tais duplicações, ao contrário de Caetano de Lima: com respeito a <dd> diz que “se-pódem escrever com *dd*, (se assim quizer hum Orthógrafo Portuguez)”, por exemplo, as palavras *Addensar, Addicâm, Addicta, Additamento, Adduzir*, e poucas mais; já a respeito de <ff> dá indicações mais precisas, embora aponte para uma certa facultatividade, quando esclarece que se pode usar essa grafia dupla nas “Dicções derivadas do *Idioma Latino*, se quizer imitar este na Orthografia, como os Eruditos ainda costumam”; acrescenta que às etimológicas se juntam outras duplicações de carácter analógico, que lhe merecem reservas: “(...) nenhua dũvida póde ter hum escrupuloso Orthógrafo em escrever todos estes *Vocabulos* com hum só *F*, como *Afadigar, afagar, Afastar, Aferir, Afroixar, &c.*” (p.324). Sobre <gg> nada diz, embora avance uma pequena lista de exemplos (*Agglutinar, Aggravante, Aggravar, Aggreagar, Aggressâm, Desaggravar, Exaggerar, Suggestida*, p.329); acerca de <ll> observa que é difícil estabelecer regras²¹⁸, a não ser no caso dos diminutivos em *èlla, èllo* (*Barbèlla, Cabrélla, Cadèlla, Rodèlla, Fontèllo*, p.357), sem que isso seja prática geral; de <mm>, <nn> e <pp> apenas temos listas exemplificativas, sem qualquer indicação quanto à pronúncia; a respeito de <tt> alude, de novo, à facultatividade do uso da grafia dupla, ao observar: “Agora basta fazer *Catalogo* das

pronuncia da-lingua, nam se-ouve coiza alguma, que fasa dobrar as ditas consoantes. Que se-escreva *Terra, Perra*, com dois *rr*, intendo eu a razam: e o ouvido me-aviza, que a pronuncia é fortissima no-*r*. pois, quando nam é forte, como em *Pera, Caracol*, escreve-se um só *r*. mas em *Elle, Essa*, é coiza superflua: porque, ou tenha um, ou dois *ss*. sempre se-á-de pronunciar da-mesma sorte. (...) Os nosos Italianos somente dobram as letras quando a pronuncia é diferente: e sam tam escrupulozos observadores da-pronuncia, que nam à nasão que os-iguale” (p. 14); “(...) Os Francezes dobram algumas letras, por necessidade, para distinguirem as pronuncias: outras dobram, porque tomáram os ditos nomes, dos-Gregos, e Latinos (...)” (p.15); “(...) é certo, que a lingua Portugueza, todos asentam, se-deve escrever como se-pronuncia: e assim, nam deve receber letras, que se-nam proferem. Deste meu parecer, sam muitos Portuguezes de boa doutrina, com quem tenho conversado nesta materia: os-quaes nam podiam sofrer, que, sendo a pronuncia a regra da-Ortografia; ainda assim ouvesem omens prezados de doutos, que embrulhasem a Ortografia, com a preocupação de quererem seguir, a derivasam e origem”.

²¹⁸ Cf. p. 357: “Erra, quem ensina, que se-deve duplicar, quando estiver entre duas *Vogaes*; porque ha innumeraveis *Dicções*, em que-mostra o contrário, como v.g. em *Alabastro, Alár, Apóstolo, Bala, Balêa, Bôla* (...)”

Dicções, que se-costumam a escrever com *tt* para que as-possa escrever assim o *Orthógrafo*, se-quier” (p.418). Freire da Cunha detém-se mais do que o carmelita no tratamento das consoantes dobradas, que só ocorrem em posição interior de palavra, sobretudo em posição intervocálica; refere a existência de casos de sequências de três consoantes, como em *Aggravar*, *Affligir*, *Acclamar* (p.67), sendo que a terceira se faz líquida; por último, aponta e ilustra o uso de cada grafia dupla, como se vê nos exemplos: *Abreviar*, *Abacial*, *Sabbado*; *Acceitar*, *Accender*, *Accentuar*, *Accelerar*, *Accrescentar*, *Accommodar*, *Accumular*, *Occorrer*, *Soccorer* (p.68); *Addicionar*, *Addensar*, *Addiçãõ*, *Additamento* (p.69); *Affadigar*, *Affagar*, *Affamar-se*, *Affastar*, *Affear*, *Affervorar*, *Difficultar*, *Effeittuar*, *Offender*, *Offerecer*, *Offuscar*, *Suffocar*²¹⁹ (pp.69-70); *Aggravar*, *Exaggerar*. *Suggerir*, *Aggressor*; *Aballar*, *Acallentar*, *Affillar*, *Allegar*, *Alliviar*, *Alludir*, *Amollar*, *annullar*, *Arrepellar*, *belliscar*, *Callefetar* (p.71), *Aquelle*, *Amarello*, *Barrella*, *Belleza*, *Bello*, *Bulla*, *Elle*²²⁰ (p.72); *Accommodar*, *Commensurar*, *Commover*, *Commungar*, *Commutar*, *Desemmastrear*, *Emmadeirar*, *Emmagrecer*, *Emmudecer*, *Encommendar*, *Gomma*, *Immediato* (p.73); *Annellar*, *Annotar*, *Annunciar*, *Depennar*, *Ennastrar*, *Ennodar*, *Ennobrecer*, *Ennovelar*, *Innovar* (p.74); *Apparecer*, *Apparelhar*, *Appellar*, *Applacar*, *Appetecer*, *Applaudir*, *Oppor*, *Presuppor*, *Oppressaõ* (p.75); *Admittir*, *Attender*, *Attenuar*, *Attestar*, *Attingir*, *Attrahir*, *Attribuir*, *Committer*, *Permittir*, *Prometter*, *Remetter* (p.84).

Melo Bacelar fundamenta, por sua vez, as duplicações na etimologia, princípio racional e sistematizador dos paradigmas gráficos, que é justificado pelo autor com base na fácil adaptação ao critério da pronúncia e no uso de várias nações; ao mesmo tempo, ela dilucida as “irregularidades, e confusoens de origens, e vocabulos”. Afora a etimologia, para os chamados “compostos”, fornece o ortografista uma regra de tipo fonotáctico, segundo a qual nos “vocabulos (...) que principiãõ pellas particulas *A*, *Com*, *dis*, *E*, *In*, *Ob*, *Sub*, dobra-se a primeira letra dos simples; v.g. em *acclamar*, *commover*, *disseccar*, *effervescencia*, *illimitado*; *occurrer*, *suppor*, cujos simples erãõ *clamar*, *mover*, *fervescencia*, *limitado*, *currer*,

²¹⁹ Para <ff>, fornece uma regra específica: “Toda a palavra, que principiar por a seguindo-se-lhe *f* o ha de dobrar, como: *Affamar*, *Affastar*, *Affligir*, *Affrontar*, *Affroxar*, &c. com seus Derivados, excepto africa, que tem hum so. Nenhuma palavra que principia com *b*, *c*, ou de de dobra o *f*, como: *Bafejar*, com seus Derivados, e tambem *Bafio*, *Beneficio*, *Cafre*, *Cifra*, *Cofre*, *Defeito*, &c.” (pp. 70-71).

²²⁰ Neste caso, propõe uma regra relativa aos vocábulos em *-limo* ou *-lima*, como *Facillimo*, *Facillima* (p.73).

pôr (p.41). A estas regras, acrescenta ainda a exemplificação contida nas listas de cada um dos grafemas simples e exceções de uso²²¹; Melo Bacelar, admite porém, níveis ou graus de adaptação do princípio etimológico em conformidade com os registos: assim, no familiar, poder-se-á prescindir das duplicações, à semelhança da “baixeza no estilo trivial” (p.40). Para Carneiro Souto-Maior, as grafias duplas são sustentadas por vários critérios: a “etimologia”, definida como a “origem das palavras”, é o principal; o segundo é a “derivação”, o terceiro, a “analogia”, o quarto, a “pronúncia”, e o quinto, a “conversão”²²². A etimologia dita as grafias de “*Abbate, Abbadessa, Abbreviar, &c.*; porque são derivadas das palavras Latinas *Abbas, Abbatissa, Abbrevio, &c.*” (p.14); a derivação apoia grafias como *Acção, Affecto*. Estas colocam, no entanto, uma dificuldade no tocante à pronúncia, visto que ora são pronunciadas as duas ora uma delas é muda (*E quando he dobrada, ou está antes de T, muitos pronunciaõ a primeira, dando-lhe valor de Que mudo (...) outros não; como: Acçaõ, Affecto, &c. que muitos pronunciaõ, como se estivessem escritas: Aqueçaõ Affequeto; outros: Açãõ, Affeto, &c. A primeira pronúncia he affectada, a segunda he melhor; mas ambas se pôdem usar, p.16*). No caso de <mm>, tal problema não se verifica (*Dobra-se o M, não só pella ditta razaõ, mas taõbem quando o na raiz Latina ha outra letra antes delle, que nós não pronunciamos, e na adopçaõ convertemos em M, como: Summisso de Submissus, Summergir de Submergo, &c. Dobra-se o N, não só para mostrar a etymologia da palavra, mas taõbem quando antes delle ha M na raiz Latina, que na adopçaõ*

²²¹ Cf. p.44: “*BB dobrados. Abba-ciál, Abbreviar, Gabb-âdo, Rabb-i, Sabbado*”; p.47: “*Tirão-se os de cça, cce, cci: Abstracção, Acceder, Adjecção, Bucejar, Coacção, Decocção (...)*”; p.50: “*Tirão-se os compostos de ad, e dos simplices, que principião por d, v.g. Addemanes, Thaddêo*”; p.52: “*tirão-se os de FF: Affabilidade, Affectar, Afficarse, Coefficiente, Diffamar, Edifficar, Ineffavel, Soffrer*”; p.53: “*Tirão-se os de GG: Agglutinar, Berggante, Bisnágga, Diapheggo, Exaggerar, Suggestir*”; p.56: “*Soando L, escreva-se L; e não LL. Tirão-se os seguintes: Abellãa, Acafellar, Achilles, Alcaballa, Allegar, Allobrogo, Alvallar, Apellar, Aquelle, Bacello...Capella, Castella...Degollar, Ebullicão (...)*”; p.57: “*Quando antes do B, P, e M parecer que soa hum M, ou N; escreva-se M, e não N; v.g. cambo, componho, commodo. por isso há MM dobrados nos seguintes: Accommodar, Amma, Anagramma, Çamma, Dilemma, Encommenda, Flamma, Gammão, Gemma, Lemma (...)*”; p.58: “*Soando N, escreva-se N; e não NN, &c. Excepto (...) os de NN: Anna, Antenna, Annual, Apanniguar, Caçhinar, Connatural, Espannar, Gannido, Manná, Panno, Penna, Vienna*”; p. 59: “*Soando P, escreva-se P; e não PP. Excépto nos seguintes: Alpparaváz, Appellar, Appreghender, Appurar, Phelippe, Leppido, Mappa, Pappa, Presuppôr (...)*”; p.61: “*Soando T, escreva-se T, e não Th, TT, &c. Tirão-se (...) p.63 os de TT: Admittir, Appitar, Arremetter, Fitta, Glotte, Gotta, Mattar, Metter (...)*”

²²² Este critério explica as grafias que atestam a transformação fonética registada pelas formas, por exemplo, em *Ditto* de *Dictus* ou *Sette* de *Septem* (p.60). O ortógrafo refere estes processos mediante a expressão “convertemos em”.

convertemos em N, como: *Aolenne de Solemnis, &c. ainda que muitos escrevem Solemne; o que tudo he admissivel*") (p.40). O terceiro critério – a analogia – explica grafias como *Elle, Illeso, Alli* (p.37); o quarto (pronúncia) sustenta grafias como *Fazella, Obrigalla, Dizello, Fello, Dillo* que “val o mesmo que *Fazer-a, Obrigar-a, Dizer-o, o Fez, o Diz*: cujo R se converte em dois ll, por ficar melhor a pronuncia” (p.38), e o quinto justifica, por exemplo, *Ditto* de *Dictus, Settenta, Settima Setteno* (p.60). Nesta matéria, Nunes Cardoso adota uma estratégia ambígua, explicitada no próprio título do discurso XXIII do **Exame Crítico** – “Mostra que o dobro das letras em favor das Etymologías, nam hé contra a pronuncia, nem perde o Uniforme, mas tambem nam hé erro o escrever com letras singelas” (pp.80-81), onde justifica as grafias duplas ao amparo de critérios que ultrapassam a própria etimologia, nomeadamente o tipo de rasgos gráficos²²³ (*que tem pés, ou cabeça*) e a facilidade do reconhecimento visual (*por fazerem a leitura mais prompta, mas as outras vezes as dóbro*). Não obstante isto, na sua prática, Nunes Cardoso adota a grafia dupla em casos como *nella* (p.80), *offendo* (p.81), embora a regra não seja aplicada extensivamente. Quanto ao sistema do P. Teodoro de Almeida, nele são suprimidas todas as grafias duplas não articuladas; do mesmo modo procede o articulista do **Jornal Encyclopedico**, em cujo sistema não se registam grafias duplas contrárias ao critério da pronúncia: assim, conserva a grafia <rr>, variante posicional, pois apenas ocorre entre vogais (*irregularidade, desterremos*, 1789, p.343), mas nos restantes casos prevê grafias simples (*confeso, abolise*, pp.246-347).

No capítulo dos grupos consonânticos, compostos por unidades de diferentes naturezas, a saber, <ct, gn, gd, ps, pc, pç, pt, sc, mn, etc.>, os critérios são a etimologia e a derivação, por um lado, e, por outro, a pronúncia. Por isso, os sistemas gráficos manifestam uma grande flutuação, como resultado, mais uma vez, da predominância de uma dessas orientações. Para Caetano de Lima, o grupo <sc>, inicial e interior, merece inclusive um tratamento separado: em início de palavra, seguido das vogais <a, o, u> ou de consoante, o ortografista estipula a prótese gráfica

²²³ Importa notar que Georges Mounin distinguia os rasgos gráficos mínimos das unidades em função de terem corpo de escrita, terem uma haste acima do corpo, ou uma haste para baixo do corpo, etc. Apud José Polo, *obra cit.* p.517.

de uma vogal <e->, ao invés do que sucede junto de <e, i>, em que tal acrescentamento não está previsto; assim, *Escandalo, Escorpião, Escudo, Escrevo* afastam-se, de acordo com a autoridade do P. António Vieira, de *Sceptro, Sciencia* (pp.208-209). Pelo contrário, em posição interior prescreve o grupo <sc->, em obediência à etimologia, como se vê em *Crescer*²²⁴, *Descer, Nascer, Pascer*, e seus derivados, não obstante a concorrência da uso da grafia simples <c> nessas mesmas palavras; contudo, o ortografista não fornece qualquer explicação quanto à pronúncia em um e outro casos. Idêntica prótese gráfica regista-se em palavras de etimologia grega, como *Schola, Scholium*, que deverão grafar-se *Escola, Escolio* (pp.210-211), mas já assim não sucede com *Schisma, Schismatico*, embora se pronunciem como *Cisma, Cismático* (p.210). De outros grupos consonânticos, temos informação a propósito do uso das grafias simples, como se verifica com <pç, cç>, em *Percepção, Adopção, Dicção, Ficção, Protecção* (p.77). Outros exemplos são, no caso de <ct>, as grafias *Adjectivo, Conjectura, Projecto* (p.83).

Em Verney encontramos informação mais explícita sobre estes e outros grupos consonânticos e respectiva pronúncia. Em consequência da aplicação geral do princípio fonético, na chamada “utopia ortográfica”²²⁵ verneiana, os grupos consonânticos só devem ser grafados quando têm articulação própria: por isso, nuns casos grafa *obstaculo e obstante* (p.16), em outros *oscuro, oscura* (p.17); com respeito a <ct>, sem atentar e no processo de vocalização que afectou o grupo latino, condena as grafias *Docto, Doctrina e Compacto*, que não distingue de *Com pato* (p.19). Em relação a <g>, seguido de <d, n>, Verney suprime-o numa forma como *Madalena*, mas aceita-o em *Significar, Magnifico* etc., em nome da pronúncia. Com respeito a <pt>, Verney é taxativo na sua rejeição (*prompto*, p.16), por considerar que essa grafia é “esta é uma afetasam pouco toleravel: vistoque a pronuncia Portugueza tem ja desterrado este p” (p.28); diferente é a situação das palavras “Obscuro, significar, Adverte”, em que as consoantes *b, g, e d* são articuladas²²⁶. Quanto a

²²⁴ Registámos, porém, a grafia *Creço* de *Cresco* (p.77).

²²⁵ Cf. Toru Maruyama e Antonio Martins de Araújo, *The orthographical utopy of Luis Antonio Verney's Verdadeiro Metodo de Estudar*, *ACADEMIA Literature and Language*, 55, 1993, pp.79-102.

²²⁶ Ao comentar a Carta I do *Verdadeiro Método de Estudar*, o Prof. Salgado Júnior salientou que, neste ponto, Verney contradiz o que declarara a propósito de *oscuro, oscura*, assim grafadas devido à pronúncia que lhes atribui.

<sp> inicial, ao contrário das restrições de Caetano de Lima, o Barbadinho realiza sempre a prótese gráfica, devido ao princípio fonético, condenando por isso as grafias *Spasmo*, *Squeleto* (p.75), adoptadas por Rafael Bluteau (cf. 2º vol., I); em nome do mesmo princípio, simplifica também os grupos <sc, pç, ct, bs>, como se observa em *nacer* (p.49), *acrecentar* (p.39), *interrusam* (p.49), *excesam* (p.49), *fato* (p.49), *sustancia* (p.50), exemplos que parecem indicar, portanto, a pronúncia de apenas uma das consoantes.

Neste aspecto, o P. Teodoro de Almeida não coincide inteiramente com a prática verneiana, pois ora grafa *ciencia*, *sutilezas*, *eclises* (Recreação, t. I, p.1), ora grafa *objecto*, *tacto* (t.IV), *insectos* (t. II), *acsaõ* (t.VII), *refracsaõ* (t. II, p.15), deixando entender diferentes pronúncias: nuns casos, representa uma consoante simples; em outros, um grupo consonântico. Daqui poder-se-á inferir também a existência de uma instabilidade ortoépica, pelo menos no que toca à realização de algumas das chamadas “consoantes mudas”.

Quanto à doutrina e à prática de Monte Carmelo nesta matéria, no decorrer da sua exposição sobre as consoantes simples e sua articulação, o ortografista fornece-nos algumas informações; do mesmo modo, nas listas de exemplos encontra-se abundante ilustração das grafias duplas atrás referidas. O carmelita reúne certos grupos, como <ct, cd, cm, cn>, sendo que a grafia parece corresponder, no caso do primeiro, a uma pronúncia, a julgar pela descrição do seu uso: “porque se-dizemos v.g. actíva, tambem diremos *Activamente*, *Actividade*, *Activíssimo*, *Actívo* &c. e se-dizemos *Tráctíva*, tambem se-deve dizer *Contráctíva*, *Distractíva*, &c” (p.294). Porém, a referência aos grupos <gm e gn> parece assentar, por sua vez, apenas no plano gráfico, sem atentar na pronúncia das palavras em que os mesmos ocorrem, ao dizer que são “*Dicções*, que se-costumam escrever com *Gm*” (p.329) e “*Dicções* que se-escrevem com *Gn*, pelas quaes se-devem regular as derivadas”. Entre estas últimas, contam-se *Augmentar*, *Diafragma*, *Dógma*, *Enigma*, *Figmêto*, *Pradígma*, *Prágmática* (p.329), *Ségmêto*, *Syntágma* (p.330), por um lado, e, por outro, *Ágnôme*, *Assignár*, *Assignalar*, *Benígna*, *Cógnáta*, *Consignár*, *Designár*, *Adiagnóstico*, *Dígna* (p.330), *Expugnável*, *Ignorár*, *Insigne*, *Mágnáte*, *Propugnár* (p.331), *Sígnio* (p.332) e *Régnante*, sendo que este último exemplo é acompanhado da seguinte observação: “Ordinariamente se-diz *Reinante*” (p.332).

Dos restantes grupos, temos exemplos em *Anecdoto*, *Alcmêna* (ibid.), *Drácma* e *Technologia* (p.295). Não menos interessante é a lista dos “Vocabulos, que se costumam pronunciar, e escrever com Pt”, onde entre outras figuram as palavras *Absôrpta*, *Adóptár*, *Apta*, *Assumptível*, *Assûmpto*, *Cáptár*, *Concéptível*, *Corrûpta*, *Egypto*, *Ellíptica*, *Excéptuár*, *Impercéptível* (p.393), *Inépta*, *Interrûpta*, *Óptar*, *Óptica*, *Óptima*, *Prompta*, , *Rápto* (p.394), *Recéptáculo*, *Réptil*, *Ruptûra*, *Séptuagenária*, *Sumptuósa*, *Scéptico*, *Scéptro* (p.395). Com respeito a <gd>, apresenta apenas os exemplos *Amygadalina*, *Bagdát*, *Emygdio* e *Magdaléna* (p.328).

Sem propor critérios de uso, João Pinheiro Freire da Cunha refere-se em particular aos grupos <bd, cd, ct, sc, gd, gm, gn, mn, ps, pç, pt>, nos quais a primeira consoante se faz líquida (*Hebdomadario*, *Anecdotas*, *Affecto*, *Sciencia*, *Magdalena*, *Augmento*, *Insigne*, *Damno*, *Psalmo*, *Excepção*, *Relapso*, *Aptidaõ*, p.61), como já salientara Freire da Cunha. Melo Bacelar, por sua vez, apresenta listas de exemplos relativos aos grupos gráficos <sc, pc, ps, bd, gd, gm, gn, dn, mn, pt, bt, ct, pt>²²⁷: *Accrescento*, *Condescender*, *Effervescencia*, *Exclarescer*, *Nascer...* pp.48-49; *Scedula*, *Scentêlha*, *Scepasmo*, *Sceptro* (p.59), *Accepção*, *Assumpção*, *Decepção*, *Ellipse*, *Elapso*, *Inscripção*, *Nupcial*, *Opção* (p.47), *Rapsodia* (p.48), *Ebdomada*, *Magdalena*, *Amygdalas* (p.50); *Almagma*, *Augmento*, *Digma*, *Dogma*, *Enigma*, *fragmento*, *Paradigma*, *Phlegma*, *Pygméo*, *Pragmatica*, *Segmento*, *Digma*, *Syntagma*, *Zeugma* (p.57); *Assignar*, *Benigno*, *Expugnar*, *Physiognomia*, *Ignacio*, *Magnanimo*, *Oppugnar*, *Regante*, *resignar*, *Signaculo* (p.58); *Alumno*, *Calumnia*, *Columna*, *Damno*, *Gymansio*, *Indemne*, *Omnipotente*, *Solemne* (p.58); *Acapno*, *Daipneia* (p.58); *Subtil* (p.61); *Abductor*, *Adjecção*, *Aqueducto*, *Architecto*, *Aspecto*, *Caracter*, *Conflictu*, *Correcto*, *Defectuoso*, *Delectavel*, *Distincto*, *Doctrinado*, *Escrictura*, *Facto*, *Fructo*, *Infractor*, *Intellectual*, *Irreductivel*, *Juncto* (p.61), *Nectar*, *Sanctidade*, *Succinto*, *Tactica*, *Victima* (p.62); *Acataleptico*, *Adaptar*, *Baptizar*, *Captar*, *Correptor*, *Esripto*, *Exceptuar*, *Interceptar*, *Optativo*, *Prompto*, *Rapto*, *Receptivel*, *Sceptico*, *Septembro*, *Symptoma*, *Voluptuoso* (p.62). Finalmente, Carneiro Souto-Maior refere os grupos <bd, cm, ct, gd, mn, ps, pt, sc> , para os quais

²²⁷ O ortografista considera <pç> uma variante posicional de <pc>, motivo por que inclui os exemplos respectivos na mesma lista, sem mencionar o primeiro grupo.

fornece a exemplificação seguinte com alguns esclarecimentos respeitantes à sua pronúncia:

“*Abdicação* (p.14) que se pronuncia como se fosse *Abedicação*”; *Alcmena* (p.15); *Affecto* “que muitos pronúnciam como se fosse *Affequeto*, outros *Affeto*: a primeira pronúncia he affectada, a segunda he melhor; mas ambas se pódem usar” (p.16); *Magdalena, Ignacio*, “huma vez não se pronuncia; outras sim: *Magno, Magnifico* (p.34): porém, ou se pronuncie, ou não, sempre se deve escrever, para se conservar a etymologia das palavras...” (p.35); *Calumnia*, “naquellas vozes, que tem derivação, e analogia Latina (...) e então a ambas se dá o seu valor...” (p.39); *Psalmo, Psalterio*, “que pronúnciamos: *Salmo, Salterio*; e muitos escrevem já sem o *P*: mas quando se queira pronunciar o *P*, se lhe entenderá hum *E* mudo antes do *S*...” (p.49); “humas vezes não se pronúncia, outras sim, como: *Apto, Escripto*, que humas vezes se pronúnciam, como se fossem escritas: *Atto, Escritto, &c.* outras: *Apeto, Escripeto*: suppondo o e depois do *P*, pelo que se disse assima. Porém nos casos de fazerem estas palavras amphibologia com outras, como: *Apto* com *Acto*; se deve pronunciar sempre o *P*, nates do *T*; nos mais casos he arbitrario. Na escriptura devemos usar sempre de *P* antes de *S*, e *T*, ou de outra consoante, para mostrar a derivação das palavras; e pela mesma razão se dobra o ditto *P*” (pp.49-50); quanto a <sp>, “quando he principio de palavra, e se lhe segue consoante, pronúncia se, como se antes de si tivera hum *E* breve, como: *Spirito, Scriptura, &c.* E já hoje escrevemos o *E* naquellas vozes derivadas das Latinas, que com ellas tem analogia, aonde ha *S* antes de consoante, como: *Esparto* de partum, *Espaço* de *Spatium*, *Estatua* de *Statua*, &c. E quem escreve semelhantes palavras com *SP*, ou *ST*, he para mostrar a etymologia dellas. Seguindo-se ao *S CI, E*, perde-se o *C* na pronúncia, como: *Sciencia, Scena, Scipião, &c.* A mesma pronúncia nos daria o *C* sem o *S*; mas conservâmos este, para se mostrar a origem Latina, como: *Sei*, por vir de *Scio*, &c...” (pp.52-53).

Por último, nem na **Arte** nem no **Exame Critico**, faz Nunes Cardoso referência explícita aos grupos consonânticos e ao seu uso; no entanto, pela prática comprova-se que o ortógrafo os admitia: assim, *reflectem* (Exame, p.59), *Exceptuam-se* (p.63), *escripto* (p.66), contrastam com *fruto*, (p.66), *Dano, Condenar* (p.76).

Dos dados expostos, no tocante à articulação dos grupos consonânticos, parece depreender-se a existência de uma certa instabilidade ortoépica, facto que já sublinháramos, de resto, a propósito de outros aspectos, sendo por isso, na falta de descrições muito explícitas da pronúncia, difícil de distinguir o plano da escrita da

realização oral efectiva, devido à aplicação preponderante dos princípios etimológico e analógico em detrimento do fonético.

3.4. Diacríticos

No capítulo dos diacríticos compreendemos todos os sinais auxiliares das unidades que garantem a representação quer do campo vocálico quer do campo consonântico. Tratar-se-á portanto dos acentos gráficos e de outros sinais que emprestam às unidades gráficas um valor distinto daquele que em regra representam quando ocorrem sem eles. Esta concepção lata de diacrítico implica que alarguemos o seu âmbito para além do domínio tradicional dos três acentos – agudo, grave e circunflexo –, pelo que nele se incluem outros sinais auxiliares como o til, o trema, a cedilha e o “h”, este com função diacrítica. Ao analisarmos o sistema gráfico a partir de um esquema linguístico assente em elementos como o fonema, o monema, a lexia, o sintagma e o tema, etc., a componente dos diacríticos, em especial dos acentos, constitui o que poderíamos chamar de “ortografia lexicológica ou da palavra”²²⁸, uma vez que o acento gráfico corresponde a uma unidade de carácter supra-segmental, afectando por isso um grupo acentual (uma palavra) por oposição a outro²²⁹, o que explica também que não tenhamos examinado a acentuação ao tratarmos do vocalismo.

A marcação de acentos gráficos decorre do facto de a posição do acento prosódico não ser previsível²³⁰, servindo portanto para distinguir diferentes padrões acentuais, tanto no caso do português, como no do espanhol e do catalão, de maneira a garantir a inteligibilidade e a facilitar operação de “hermenêutica axiológica”²³¹, traduzida na leitura.

²²⁸ A designação é de Alarcos Llorach, apud José Polo, *obra cit.* p. 511. No século XIX, ao definirem as “partes da ortografia”, vários ortógrafos portugueses (cf. II, 4.) distinguem a “ortografia lexicológica”, referente aos acentos, às maiúsculas, etc., da chamada “ortografia fonológica”, relativa ao domínio da representação alfabética.

²²⁹ Cf. Jorge Morais Barbosa, *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, pp.133-134.

²³⁰ Cf. Otto Back, *Towards a Diatopic Approach to Orthographic Phenomena of European Languages, New trends in Graphemics and Orthography*, pp. 155-163, em especial p. 159.

²³¹ Cf. José Polo, *obra cit.*, p.525.

Nestas condições, desde o início da tradição gramatical portuguesa (cf. 2º vol., I), a regulação do papel e do uso dos diacríticos constituiu um aspecto significativo da doutrina metaortográfica, tanto pelo que é explicitado como pelo que é silenciado nos textos, em estreita vinculação com outros aspectos do sistema gráfico, designadamente com as chamadas consoantes mudas ou grafemas de valor zero, como bem demonstrou Rita Marquilhas²³².

Se é certo, como registámos antes, que os fundamentos da doutrina nesta matéria foram lançados no final do século XVI, com Duarte Nunes de Leão (cf. 2º vol., I), não é menos verdade que as práticas, embora filiadas em dois princípios estruturais – o histórico, que apelava à manutenção de determinadas grafias em nome do vínculo matricial, e o fonético, que visava conseguir um equilíbrio entre os meios gráficos e a realidade fónica por eles representada –, permitem tecer observações que transcendem o mero plano dos signos não-verbais ou não-alfabéticos, visto traduzirem uma dada conceptualização da relação da escrita com a língua oral, à qual não é estranha também um determinado conceito de “palavra” (gráfica e fónica).

De facto, apesar da redundância das definições e das exposições, mais ou menos tautológicas, de noções veiculadas pela tradição²³³, a doutrina sobre os diacríticos, desde o século XVI, merece ainda uma revisão que procure comprovar o possível significado das variações dentro de um mesmo *leit-motiv* doutrinal. Identificados que foram os movimentos dominantes²³⁴, a saber a fonetizante e a etimologizante, resta determinar explicar as flutuações quer teóricas quer práticas, sendo que, no período aqui em foco, como de resto em qualquer período cronológico, as transformações conceptuais e doutrinárias parecem operar-se dentro de um “continuum” que, por vezes, é tão só aparente. Na verdade, em geral as mudanças do pensamento linguístico, à semelhança de qualquer transformação

²³² Cf. *O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas, A Demanda da Ortografia Portuguesa* (org. Ivo Castro et alii), Sá da Costa, 1987, pp.103-116.

²³³ Remontando a Varrão, que se baseara em Aristófanes, a tradição dos sinais complementares ou diacríticos transmitiu-nos um conjunto de conceitos em que se englobava a noção musical de acento (agudo, grave e circunflexo), a noção de quantidade (breve ou longa), e a noção de aspiração (“espírito rude” e “espírito doce”) e de não aspiração, que remete para o caso de “h”. Cf. Françoise Desbordes, *obra cit.* p. 235.

²³⁴ Cf. Rita Marquilhas, *obra cit.*, na qual a autora justamente identifica as tendências preponderantes e analisa o seu significado.

epistemológica, ocorrem nos chamados momentos de “equilíbrio”, pelo que é necessário passar do geral – os grandes momentos de força – à detecção dos sinais ou dos indícios de mudança, tarefa de delicada hermenêutica dos dados mais insignificantes ou irrelevantes, habitualmente expurgados de uma análise global.

Assim, ao recapitularmos os dados compulsados nos textos metaortográficos do século XVIII, para além da constatação da presença das duas tendências tradicionais, há que tentar demonstrar como os ortógrafos as assumiram e as praticaram, gerando versões mais ou menos fortes, moderadas ou fracas, que vão, conforme os casos, da regulamentação cerrada até à quase omissão, e a forma como essas versões estariam sintonizadas com o restante cenário doutrinal por eles estabelecido. Antes de mais, saliente-se que o recurso aos acentos assenta numa tentativa de estabelecer um paralelismo ou até um isomorfismo entre o sistema gráfico e a oralidade, dadas as insuficiências das unidades alfabéticas, procurando-se repor, por seu intermédio, uma correspondência mais estreita entre ortografia e ortoépia, motivo por que estas surgem muitas vezes confundidas nos textos dos ortografistas.

De acordo com a estratégia cronológica que adoptámos desde o início, verificamos que Caetano de Lima²³⁵ apresenta uma definição de acento que se não confunde com o acento prosódico, como meio gráfico de destacar uma determinada sílaba, ou de assinalar o timbre da vogal tónica; avança indicações quanto aos efeitos da colocação de um acento agudo, grave, ou circunflexo sobre uma dada vogal: assim, o acento agudo confere relevo à vogal sobre a qual aparece, ao passo que o grave a diminui, já o circunflexo “participa também do som de tais Accentos” (p.150). Com a função principal de evitar os equívocos, e em especial a homografia, preocupação que, *mutatis mutandis*, se manifestara também entre os Antigos²³⁶, o uso do acento gráfico garante a distinção semântica entre as formas passíveis de confusão, e baseia-se na estrutura morfo-silábica dos vocábulos, que se dividem em três classes de acordo com o número de sílabas (monossílabos, dissílabos e

²³⁵ D. Luís Caetano de Lima expõe a sua doutrina ao longo de um pormenorizado capítulo em que apenas trata desse assunto. Cf. Cap. VI - *Dos Accentos*, pp.149-196.

²³⁶ Cf. Françoise Desbordes, *Idées romaines sur l'écriture*, pp. 227. Diga-se, no entanto, que os sinais prosódicos dos Latinos não apareciam no estágio de produção do texto, mas apenas nos casos em que o leitor precisaria de um esclarecimento, sob a forma de anotações acrescentadas ou marginais ao texto. Cf. *obra cit.* p. 235.

polissílabos): a dos oxítonos, a dos paroxítonos e a dos proparoxítonos. Quanto à terminologia usada no tratamento do relevo silábico, importa notar que ela decorre da transposição da terminologia latina, segundo a qual a sílaba era “longa” ou “breve”. A principal regra referente ao acento agudo é a da marcação da tónica na antepenúltima, qualquer que seja o seu timbre (*Dádiva, Máquina...*p.152; *A'mago, A'nimo...*p.153), sobretudo nas palavras homógrafas (*Pégada-Pegada, Prégado-Pregado*, p.155); mas o acento cobra ainda função gramatical ao opor verbos a substantivos pertencentes a um mesmo paradigma²³⁷, como sucede com *Abobóra-Abóbora, Adúltera-Adultera, Alívio-Alivio* (p.155), *Artículo-Artículo, Árvore-Arvore, Contrário-Contrário* (p.156). Note-se que o acento circunflexo sobre o “i” marca a tónica numa sequência de vogais. No caso da tónica na penúltima, o agudo indica o timbre aberto da vogal (*Móta, Séta*, p.158); já na penúltima sílaba, garante a oposição gramatical entre o pretérito perfeito e o presente dos verbos da primeira conjugação (*Amámos-Amamos, Fallámos-Fallamos, Levámos-Levamos*, p.159), e bem assim entre formas do mais-que-perfeito e do futuro (*Amára-Amará, Fallára-Fallara*, p.159), por um lado, e por outro, distingue também formas verbais de formas nominais (*Cérco-Cerco, Chóro-Choro, Cóbros-Cobros*, p.159, *Córte-Corte, Cóva-Cova, Érrro-Erro, Gósto-Gosto*, p.160). O acento gráfico serve, do mesmo modo, para marcar os jogos fonotáticos, em especial a alternância vocálica entre formas femininas e masculinas, portadoras de determinados sufixos como *oso-osa* (*Aleivóza-Aleivozo, Ditóza-Ditozo, Engenhóza-Engenhozo*, p.167, *Furiósa-Furioso*, p.168), *osta-osto* (*Compósta-Composto, Expósta-Exposto*, p.169), para além de formas como *Mórna-Morno, Tórta-Torto, Nóva-Novo* (p.169) e daquelas em que existe alternância de timbre entre singular e plural (*Coro-Córos, Corpo-Córpos, Olho-Ólhos*, p.172). Dos exemplos aduzidos, se conclui que as formas marcadas graficamente são em regra dotadas de um traço distintivo, a saber, a abertura da vogal, aspecto relevante para o reconhecimento visual e uma leitura correcta. Por isso, são marcadas com o acento as formas em que a vogal é aberta, ainda que não se registre alternância entre masculino e feminino ou entre singular e plural (*Férro-Férrros, Féra-Féras*, p.175); pelo contrário, sendo ambas as vogais fechadas (*Bobo-Bobos, Lobo-Lobos*, p.173) prescinde-se do acento. Como é óbvio, da junção da

²³⁷ O ortografista apresenta uma extensa lista de pares deste tipo; cf. pp.155-157.

diferença de timbre ao morfema de plural <-s> resulta uma redundância que é reproduzida pelo acento gráfico no plano gráfico.

Outra situação de homografia, resultante do uso da mesma grafia para o ditongo nasal [ãw], quer átono quer tónico, é a que ocorre entre formas do futuro e formas de presente, ou entre certas formas nominais: Caetano de Lima usa o expediente do duplo diacrítico, ou seja, o uso simultâneo do acento grave sobre primeira vogal e do til sobre a segunda (*Bordãõ-Bordaõ, Borrãõ-Borraõ, Choraõ-Chorãõ*, p.177); justificada pelo ortografista como uma “singularidade”²³⁸ da ortografia portuguesa, esta dupla acentuação verifica-se, por outro lado, em formas verbais de pretérito (*Brádáraõ, Córáraõ, Géráraõ*, p.182), em formas da conjugação pronominal (*Fizéaraõ-volo, Mostráraõ-senos, Tiráraõ-sevos*, p.182), nos participios (*Brádádo, Córádo*, p.183), e bem assim em palavras como *Cálçado, Mórgádo, Pégáda, Espálhafáto*, p.183). Dos monossílabos, são marcados os que tiverem, à semelhança das outras estruturas silábicas, a vogal aberta (*Já, Sé, Pó*, p.178), seja esta final ou não (*Nós, Páz, Más*, p.179). Interessante é o caso de palavras como *Gráõ-Graõ, Mão-Maõ*, nas quais o til não é tido como suficientemente distintiva oposição entre uma forma nasal e uma forma oral. Nas palavras oxítonas, a vogal aberta é marcada com o acento agudo (*Tafetá, Galé, Maré, Teiró*, p.179, *Mulhér, Rirá, Lerá*, p.180), assim como a dos polissílabos em que existe uma subtónica (*Prégadores, Prócuraçaõ*, p.181)²³⁹, que de igual modo deve ser assinalada.

No que ao acento grave respeita, por não ser suficientemente distintivo em relação ao circunflexo, o seu uso é restrito, aplicando-se, ainda assim, nos monossílabos com vogal fechada (*Sè tu, Crè tu, Dèz, Fèz, Dèm, Vèm*, p.185) e nas formas de futuro, como acima se observou. Ao distinguir o timbre fechado do timbre aberto (*Córvo-Córva, Dóno-Dóna, Nóvo-Nóva*, p.189), o circunflexo não só entra no jogo das alternâncias vocálicas como assinala o fechamento da vogal nas

²³⁸ Cf. p. 182: “A segunda singularidade he o admittir 2. accentos Agudos na mesma palavra, o que tambem he tanto contra as regras geraes da Lingua Grega, como da Latina; porque o Accento Agudo se deve pôr sobre a vogal dominante; esta naõ costuma ser nas dittas linguas mais que huma em cada nome”.

²³⁹ Com respeito à pronúncia destes vocábulos, Caetano de Lima faz notar que a abertura da primeira vogal não ocorre, ao contrário daquelas formas, em *Procuro, Procurar*, que “alguns pronúnciaõ impropriamente com O aberto, como fazem em certas Províncias” (p. 181).

terminações “er, es, ez, or, os, oz”²⁴⁰ (*Prazêr-Mulhêr, Torquêz-Convêz, Horrôr-Menôr, p.190 e Desfêz, Refêz, Compôz, Temêr, Compôr, Repôr, p.192*); afora estes casos, pode marcar, facultativamente, a vogal fechada junto de nasal em palavras (*Câma, Comêta, Redôma, p.188*), embora nestas não esteja em causa a homografia com outros vocábulos, e bem assim a tónica nasal final (*Alguêem, Desdêm, Ninguêem, Parabêm, p.192*)²⁴¹. Por último, distinguir-se-ão com acento circunflexo as tónicas em “il, ir, iz, ul, um, uz, im” (*Buril, Ceytíl, Ferír, Pedír, p.193, Jasmím, Motím, p.194*), não obstante a ausência de variação de timbre.

A justificação de um tão variado leque de usos radica na necessidade de facilitar a leitura, procurando estabelecer uma ortoépia portuguesa, pelo que a doutrina de Caetano de Lima constitui, em matéria de acentos, uma versão forte da marcação acentual, na qual o ortografista confere destaque à explicitação dos timbres, sem confiar no papel do contexto, facto a que não serão estranhas as preocupações pedagógicas do autor, em particular no referente ao ensino-aprendizagem do português para estrangeiros. Ao encerrar tão circunstanciada exposição sobre o uso dos acentos, e a despeito da enumeração das suas regras, o ortógrafo sintetiza os preceitos anteriores numa só afirmação: “(...) nos contentamos com dizer que só são precisos os Acentos nas palavras equivocadas; e que nas outras se deve suppor que os ha, para dar alguma razão da pronuncia das taes palavras” (p.196).

Menos desenvolvida que a de Caetano de Lima, a referência de Verney aos acentos estende-se por dois parágrafos, nos quais o autor lhes atribui sobretudo a função de neutralizadores dos efeitos da homografia na leitura, para além de contribuírem para “o aumento, a pureza e elegancia da-língua” (p.34):

“Ponho em primeiro lugar os Acentos: que creio, sam indispensavelmente necesarios para distinguir muitas palavras. Nam podemos sem eles saber se, Amara, é preterito, ou futuro: e damesma sorte em outras muitas palavras. Tambem para distinguir

²⁴⁰ Cf. pp. 190-191: “O fundamento porque usamos de *accento Circumflexo* nestas palavras he, porque o ditto *Accento* de sua natureza participa o *Agudo*, e do *Grave*: logo parece que se deve usar delle naquellas palavras, que se terminaõ em *Agudo* como saõ *Prazer, Ardor*, nas quaes o mesmo *Accento* naõ póde ter lugar, por se se naõ pronunciarem com vogal aberta, como succede em *Culhêr, e Mayôr*”.

²⁴¹ Quanto à realização da terminação <-em> como ditongo, comenta Caetano de Lima: “(...) sempre se lhe suppoem quase hum I no meyo, que obriga a fechar a vogal, como seccede em *Alguêem, Desdêm, Ninguêem, Parabêm*, que se pronunciaõ como se estivesse escrito: *Algueim, Desdeim, Ningueim, Parabeim*. Da mesma sorte nos *Adverbios Porêm, Tambêm*” (p. 192).

os Nomes, dos Verbos, v.g. *Pronuncia de Pronuncia*, verbo. Assimque este deve ser todo o cuidado dos-mestres: que devem advertir aos discipulos, em que partes se-devem pôr, para bater com mais, ou menos forsa as vogais, e distinguir os tempos, e as vozes: vistoque os Portuguezes nam tem letras dobradas, que antigamente serviam a outros, para mostrar as diferentes pronuncias. Porque eles com as dobradas, pronunciavam diferentemente: e os Portuguezes, tirando em pouquisimas palavras, pronunciavam como se-estivese uma simplez letra” (p.34). Os Modernos evitaram isto com a diferenca de figuras” (p.35).

Das palavras de Verney se infere que o uso de acentos está em conexão directa com as consoantes dobradas, uma vez que à medida que estas diminuem, aumentam aqueles²⁴². Quanto ao uso específico dos três acentos, as regras de Verney resumem-se ao seguinte: “basta usar do *agudo*, que se-escreve assim (´) para bater mais as silabas: do *grave* neste modo (˘) para as particulas que se-tocam menos. Em algum cazo quem quisesse, podia pôr o *circunflexo* sobre o i, para dar lugar ao ponto de cima. Isto é o que basta” (p.88). Não obstante a parcimónia da doutrina relativa ao uso dos acentos, importa analisar a prática de Verney²⁴³ no **Verdadeiro Método de Estudar**: ali encontramos um escassa frequência do acento grave, que é aplicado com função distintiva para opor à (prep.) a á (vb. haver), e no verbo *pôr*; o circunflexo limita-se a aparecer em *pronuncia*, e o agudo, cuja frequência também é baixa, figura apenas onde o autor julga existir possibilidade de confusão quanto à posição da tónica ou à abertura da vogal. Para além dos acentos, Verney trata também do hífen (“linhas”) e do apóstrofo (cf. infra, 4.1.).

Em Monte Carmelo, que não confunde ou sobrepõe as noções de acento prosódico e de acento gráfico, afora uma definição de som e de voz, regista-se, pelo contrário, uma desenvolvida exposição sobre o uso dos acentos. Assim, enquanto o acento é um “*Tenor*, ou *Modulaçâm* com que proferimos a *Syllaba*” (p.80), que permite a “*distinçâm dos vocabulos, e clareza do sentido*” (p.728), assentando em traços físicos como a altura e a intensidade, o som é definido como “o circular *Movimento do ar sufficientemente impellido*” (ibid.), e a voz é “o mesmo

²⁴² Para esse fenómeno, chama a atenção Rita Marquilhas, *obra cit. supra*.

²⁴³ É de salientar que Otto Winkelmann (cf. *obra cit. supra*), ao examinar alguns aspectos da doutrina ortográfica de Verney, se baseia apenas na edição crítica (1949) do Prof. Salgado Júnior, sem confrontar o texto actualizado pelo editor com o da primeira edição (1746), que nem sequer é referida na bibliografia final; assim, perdem-se de vista algumas particularidades do sistema gráfico do autor, detectáveis mais pela prática do que pela doutrina, devido a nelas não ter atentado o Barbadinho de forma explícita.

Movimento causado pelo impulso da boca dos brutos, ou dos homens” (ibid.). Com respeito aos traços físicos acima apontados, são de destacar as referências ao “grande impulso” e “circulares movimentos do ar “ para descrever o acento agudo, a impulsão do ar com “moderaçam” para caracterizar o acento circunflexo, e finalmente a impulsão realizada “brandamente”, produzindo um “Accento infimo, ou mais baixo” serve para descrever o acento grave (p.80). Já no plano gráfico, Monte Carmelo descreve o sinal correspondente a cada um dos três acentos, reconhecendo embora que o grave é dispensável por não ser um acento “Dominante” como os outros dois, dado assinalar a sílaba átona (*Nam he necessario designar na Escritura o accento Grave, porque com algum dos outros se-tira a equivocacâm, ibid.*). O agudo e do circunflexo aplicam-se sobretudo nas vogais que admitem variações tímbricas (a, e, o)²⁴⁴, ao passo que a <i> e <u> só se marca o circunflexo, para destacar o lugar da tónica. Apesar de o ortografista não confundir o acento gráfico com o fónico, na descrição do uso verificam-se contudo interferências do segundo no primeiro: disso é exemplo a referência a um fenómeno de índole fonotáctica – o fechamento da vogal /a/ junto de nasal –, que leva o carmelita a prever o uso do acento circunflexo em tais casos (*Dâmas, Façânhas, Gâmo...p.81*). À semelhança de Caetano de Lima, Monte Carmelo confere uma função distintiva à oposição entre o acento circunflexo e o acento agudo no caso dos homógrafos do tipo *Acêrto-Acérto, Aderêço-Aderéço, Azêdo-Azédo, Almôço-Almóço, Alvorôço-Alvoróço, Mólho-Mólho, Olho-O'lho*²⁴⁵ (pp.81-82). Do mesmo modo, por meio do circunflexo e do agudo, identifica os diferentes timbres dos encontros vocálicos que “alguns escrevem com *eia*”, como sucede em *Aldêa, Arêa, Balêa*, por um lado, e *Assemblêa, Boléo, Corêa, Gelêa, Idêa, Platêa*, por outro (p.83). Também aplica o acento circunflexo a certas terminações ou sufixos, como *êda-êdo, êja-êjo, êlha-êlho, êlla-êllo, êma, êna, ênha-*

²⁴⁴ O ortografista localiza um fenómeno dialectal de confusão entre os timbres fechado e aberto das vogais E e O: “Alguns Interamnenses, Transmontanos, e Beirenses que confinam com aquelles, confundem os accentos circunflexo, e agudo, que nas Letras E, O, costuma fazer o nosso *Idiotismo*. Muitos curiosos dos referidos Povos, que-se applicam á pureza do nosso Idioma, vencem a difficuldade, que tem na recta pronúncia das Letras B, e V, attendendo para os Livros, e vocabularios mais correctos; mas nam podem saber a diversidade dos Accentos; porque nam ha Prosódia, ou Orthografia, que a-ensine exactamente, nem podem todos ouvir pronunciar os mesmos accentos, nem tem Mestres que os-ensinem” (p. 82).

²⁴⁵ Decerto por indisponibilidade tipográfica, o acento circunflexo não aparece sobre O maiúsculo, e outro tanto se observa quanto a E maiúsculo (*Erro-E'rro*, p.81), sendo que o agudo é marcado por um apóstrofo colocado à direita da letra sobre a qual deveria aparecer.

ênho, êsta, êza, êsca-êsko; êsga-êsgo, êta-êto, ête (pp.84-86), salvo umas quantas excepções, referidas caso a caso; do mesmo modo, regista ainda o circunflexo em formas como *Breo*, “que muitos escrevem com Dithongo eu” (*Brêu, Camafêu, eu, Mêu, Têu...*p.86), assim como nos nomes gentílicos terminados em <-z> (*Albanêz, Francêz, Inglêz*, ibid.). O circunflexo associa-se, pois, ao fechamento das vogais, da mesma maneira que o agudo indica a sua abertura, como se vê pelos exemplos seguintes: *êlle, êsse, êste, aquêlle*, opostos a *Accêssô, Adéla, Amaréllo, Cléro* (p.98). Nas formas verbais, o carmelita marca igualmente a tónica fechada com o circunflexo, e a tónica aberta com o agudo (*Conhêço, Têço, Crêscô* e *Amanhéces, Apparécem, Téce...*p.99). As mesmas oposições servem distinguir os timbres de <o> (*Estôpa, Pôdre, Gôrdo, Fôlha, Axiôma*, p.103, *Lômbô, Hônra, Senhôr*, p.104, *Dógma, Mór, Melhór, Auróra, Demóra, Espóra*, p.104). Por último, atribui Monte Carmelo um papel relevante à oposição entre o acento agudo e o circunflexo, no plano gramatical, visto garantir a correcta identificação das formas verbais do pretérito e do futuro: umas – *Estudáram, Discorrêram, Lêram, Ouvîram* – distinguem-se das outras – *Estudarâm, Discorrerâm, Lerâm, Ouvirâm* –, graças, exclusivamente, à posição do acento gráfico. A adopção de uma única solução gráfica para aquelas formas verbais cria uma situação de homografia que leva o ortografista a um expediente acentual, de maneira a diminuir a ambiguidade. Por outro lado, o carmelita faz também alusão à existência de uma subtónica²⁴⁶, como já havia salientado Caetano de Lima, em derivados como *Pézinho, Pázinha, Nózinho, Têmplozinho* (p.127), e em outras palavras como *Adélgaçár, Améstrár, Aquécêr, Bêldáde, Cávêira, Córár* (p.129), que devem ser assinalados graficamente em consonância com o timbre da vogal dessa sílaba, segundo o “uso universal dos Eruditos” (p.132). Da pormenorizada descrição de Monte Carmelo, sobressai em particular a estreita conexão entre as consoantes mudas e o timbre das vogais antecedentes: de acordo com as suas palavras, a existência dos grupos <cç, ct, pc, ps e pt> indicaria a abertura daquelas vogais, como acontece em *A'cçâm, Extrácçâm, Adjécçâm, O'ccidente, Afféctivo, Fáctûra, Excépçâm, Epilépsia, Adóptár,*

²⁴⁶ A este propósito, Monte Carmelo dirige uma advertência aos brasileiros: “Finalmente costumam pronunciar-se com dois *Accentos* dominantes as *Dicções* do seguinte *Catalogo*, e as derivadas, as quaes devem notar bem os *Brasilienses*; porque confundem os *accents* da nossa *Lingua*” (p. 128).

Excéptuár, Percéptível (p.128), donde se retira que àquelas consoantes era atribuída função diacrítica, supletiva de um acento, cuja marcação seria por conseguinte redundante. Acrescente-s que o ortografista não nos esclarece quanto à articulação, ou não, das referidas consoantes.

Mais sucinta do que a anterior, na descrição de João Pinheiro Freire da Cunha o acento gráfico é definido como “huma risquinha, que se poem sobre as vogaes, e serve para mostrar, se haõ de ser pronunciadas com tom alto, ou baixo, ou em meio tom” (pp.21-22), em cujo tratamento se verifica um certo hibridismo resultante da interferência de aspectos atinentes ao acento prosódico (altura, intensidade). As funções de cada acento são as seguintes: o agudo mostra onde se deve “levantar a voz, e pronunciar a syllaba com tom alto”; o grave, apesar de ser pouco usado em português, “serve para abaixar a voz, e pronunciar a syllaba com tom baixo”, enquanto que o circunflexo “serve para pôr a voz, e pronunciar a syllaba em meio tôm”, que significa que não é “nem de todo alto, nem de todo baixo” (p.42). Nas regras para o uso de cada um deles, o ortografista retoma a estratégia descritiva patente em Caetano de Lima, quando leva em consideração a estrutura morfo-silábica dos vocábulos, e atende às posições do acento de acordo com o número de sílabas: “Primeira ou Antepenultima, “Penultima” e “Ultima”. Recorrendo ainda aos termos tradicionais para designar a tónica (*longa*) e a átona (*breve*), Freire da Cunha assinala com o acento agudo a vogal aberta dos monossílabos (*A'r, Já, Tál*, p.156, *Cré, Pés*, p.163), a das sequências vocálicas (*Máo, Váo*, p.156), a das palavras oxítonas (*Acolá, Pomár*, p.157, *Café, Talhér*, p.164), assim como a das paroxítonas (*Amára, Ensinára*, p.157), excepto junto de nasal, caso em que devem grafar-se com circunflexo (*Barrânco, Câna, Estrânha*, p.158). O circunflexo aplicar-se-á, por sua vez, às vogais fechadas quer tónicas (*Amôr, Ardêr, Cázál, Desacompânhár*, p.160, *Inglêz, Português*, p.165) quer átonas (*Bârrete, Pâsmado, Tâmborete*, p.161), mas também às sequências com vogal fechada (*Arêa*, p.166, *Cêa, Crêa*, p.167) e aos oxítonos do tipo *Alguêm, Desdêm, Ninguêm, Parabêm* (p.165). Na linha de Caetano de Lima, Freire da Cunha admite o jogo de alternâncias vocálicas com base na oposição entre os acentos agudo e circunflexo (*Espêto-Espêto, Gélo-Gêlo, Pézo-Pêzo*, p.174; *Fêsto-Fésta, Mêdo-Méda*, p.175). Embora seja dispensável, o acento grave ocorre, curiosamente, nas sílabas postónicas para assinalar a tónica

antecedente, expediente pouco eficaz e anti-económico (*Passàro, Pucàro*, p.159; *Fernandès, Nunès*, p.165; *Fertil, Anatomico, Artificio, Chronica, Fetido*, p.177; *Angùlo, Calcùlo, Obstacùlo, Perpetùo*, p.201). Como se depreende dos exemplos aduzidos, estamos em presença de mais uma versão forte de acentuação gráfica, ainda que nem sempre seja fácil determinar se o ortógrafo recomenda o uso do acento gráfico, ou se apenas descreve a pronúncia das palavras em função do número de sílabas e das regras fonotácticas. Como quer que seja, as definições em análise são híbridas, uma vez que os dados estritamente gráficos se misturam com os dados prosódicos, numa clara manifestação da mútua implicação entre “ortografia” e “ortoépia”, e vice-versa, à semelhança do que sucedera, com as devidas diferenças, nas descrições dos Antigos. Em idêntica descrição híbrida, caracterizada pela transposição da terminologia tradicional da prosódia para o domínio gráfico, Carneiro Souto-Maior define o acento como “hum sinal, que se põe por sima das vogaes das syllabas, para as abreviar, ou allongar na pronuncia, conforme o pedir a natureza da palavra” (p.66), e passa depois a expor a “quantidade dos Accentos”, em conformidade com a duração da articulação da vogal das sílabas. Deste modo, o “Accento grave denota rapidez de tempo na pronuncia da vogal da syllaba, sobre que elle está; dando-lhe hum som breve, ou mudo”, o “Accento circumflexo denota demora de mais tempo, do que o Accento grave, e hum som mais claro da vogal da syllaba”, e Accento agudo ainda denota mais tempo, do que o circumflexo, e hum som muito claro na vogal da syllaba, que por essa razão he longa” (pp.66-67), ilustrados os três na palavra *Abrândádà*. Quanto ao uso, insiste o ortografista na importância dos acentos na redução da “amphibologia” decorrente da homografia, única situação que justifica o recurso a estes sinais, como sucede nas formas verbais *Ficára-Ficará*, por um lado, e *Amâmos-Amámos*; no entanto, são dispensados nas restantes situações²⁴⁷ por uma questão de economia de meios gráficos. Em síntese poder-se-á dizer que Souto-Maior (1783) propõe uma versão fraca ou aliviada de

²⁴⁷ Cf. pp. 67-68: “São precisísimos os Accentos na escritura, para tirar a amphibologia, que sem elles, muitas palavras farião com outras; por serem escritas com as mesmas letras, e terem diversa significação, conforme o accento, que selhes applicar” (...); “Para não haver duvida na scrittura, se inventáraõ os accentos; e por esta razão os devemos pôr, quando as palavras tiverem dois sentidos, como as do exemplo; e não fazendo duvida as palavras, não se deve usar de Accento algum, como: *Pato*. Nesta palavra não devemos usar de Accento; porque como não ha outra coiza, que ella signifique, senão huma ave, he desnecessario o Accento, ainda que carregâmos no *A*; e usallo, seria superfluidade”.

acentuação gráfica, ao invés do que se observou na doutrina de Caetano de Lima (1734) ou na de Monte Carmelo (1767).

Melo Bacelar trata sobretudo do plano prosódico, sem avançar propriamente regras para o uso do acento gráfico; contudo, a sua prática denota uma versão fraca de acentuação, em sintonia, portanto, com o primado do critério etimológico. Nunes Cardoso, por sua vez, refere-se de forma explícita a uma “Arte da Acentuasam”²⁴⁸, concebida como ornamento da ortografia. De facto, situando-se no plano estritamente gráfico, o ortógrafo prevê o uso de apenas dois acentos – o agudo e o circunflexo. O primeiro serve para indicar o “tom forte” (*Alvará, Maré, Javalí, Póvos, Bahú*, Arte, p.30), ao passo que segundo indica o “tom médio” (*Irmãa, Helêna, Sabina, Simôa, Saúde*, Arte, p.31). De facto, da prática de Nunes Cardoso, patente tanto na **Arte Orthografica** como no **Exame Critico**, foi proscrito o acento grave, pois só aparecem aqueles dois acentos; igual sorte tem o til, no capítulo dos diacríticos, à semelhança de <ç> e de <ss>, estes no campo dos grafemas consonânticos (cf. supra, 3.3.1.).

Com função diacrítica similar ou equivalente à de um acento, refiram-se ainda o <h> e o trema, cujas denominações referiremos adiante. Em alternativa ao uso de um acento em determinados contextos e ao arpejo do princípio etimológico, o grafema <h> é mencionado nas doutrinas de Caetano de Lima e de Monte Carmelo, apesar de ambos acabarem por não seguir essa prática. O primeiro menciona o uso de <h> com função anti-hiática, no caso das formas verbais, para indicar duas sílabas numa sequência de três vogais, reconhecendo, porém, que a melhor solução gráfica seria o recurso aos “dous pontos” (o actual trema), diacrítico teoricamente preferível a qualquer acento²⁴⁹; outro tanto verificar-se-ia nas sequências vocálicas de *Alaüde*,

²⁴⁸ Cf. p. 30: “A Arte da acentuasam hé moderna, e outro belisimo ornato das Orthografias: Os Acentos sam huns mostradores, que nos apontam os lugares das vogais, aonde as havemos de pronunciar com vós aguda, ou abérta; e aonde com vós fechada, ou média nos lugares mais duvidozos para representar na escriptura o mesmo tom que lhe damos quando falamos, e sam os seguintes com os seus exemplos”.

²⁴⁹ Cf. pp. 91-92: “A alguns parece, que se deve usar da Aspiraço H no meyo de certos tempos de varios verbos, para mostrar que alli se forma alguma syllaba à parte, como v.g. em *Cahia, Cahiria, Dohia, Dohiria, Concluhia, Concluhiria, Mohia, Mohiria*; porque achando-se tres vogaes juntas, pôde haver algum equivoco, principalmente em *Caia* ignorando-se se he o imperfeito do Indicativo *Cadebat*, se a terceira pessoa do Imperativo *Cadat*. Porém o verdadeiro modo de prevenir este inconveniente seria usar de dous pontos sobre a vogal, que deve fazer syllaba à parte, como costumaõ os francezes nas palavras, em que se evita o ditongo, v.g. em *Paisant*, que fica de tres syllabas, e em *Paisage*, que fica de quatro *Caia, Doia*, fazendo estes Imperfeitos de tres syllabas por meyo dos dous pontos sobre a

Cont. pág. seguinte.

*Ataüde, Saüde*²⁵⁰. Note-se que Caetano de Lima não atribui uma designação especial ao sinal em questão. Ao contrário do anterior ortografista, Monte Carmelo, retoma a antiga designação do sinal – “Apices” – a que também chama “Diérese”, embora não lhe reconheça qualquer utilidade, visto a sua função ser garantida pelos acentos²⁵¹. João Pinheiro Freire da Cunha, sem aludir ao uso diacrítico do “h” de forma directa, aplica-o, todavia, nas suas listas de exemplos, como se vê em *Recahir, Retrahir, Sahir, Bahia, Ahi, Dahi, Bahú* (p.133).

Como já salientámos, a multiplicação de acentos ou de diacríticos, em geral, é uma tentativa de alcançar o isomorfismo entre a escrita e a língua oral, instalando-se por vezes uma contradição, se não mesmo um “impasse”, entre o ideal etimológico e a “tentação” fonográfica de representar a especificidade da prosódia, princípios cujas naturezas são de difícil reconciliação, pelo menos em versões extremas. Por outro lado, estendendo-se a todos os níveis da representação gráfica, do alfabético, por meio da análise da *mutatio litterarum* (mudança ou troca de letras), ao prosódico, pela adopção de sinais auxiliares, assim como ao rítmico-entoacional, pela introdução de um conjunto de “sinais de pontuação”. Mais adiante verificaremos (cf. infra, 4.2.) que essa “utopia” do isomorfismo entre a escrita e a fala não só está na génese da própria fonética histórica como favorecerá também o seu desenvolvimento²⁵².

No capítulo dos sinais auxiliares ou complementares, há que mencionar o til, cujo uso, menos problemático e diversificado do que o dos acentos, coloca, ainda assim, algumas questões, relativas sobretudo à função de “supletivo de letras”, em particular no caso específico das abreviaturas. Como é sabido, o til está associado à representação da nasalidade vocálica em posição final, embora historicamente não se

vogal I. Esta Orthographia nos parece melhor, do que usar de algum Accento, como se acha em alguns autores, que escrevem *Caia, Doia* (...)”

²⁵⁰ Cf. p. 115: “Os nomes *Alaude, Ataude, Saude*, e outros semelhantes deverão ter dous pontos sobre a vogal Ü (...), para mostrar que nelles não ha Ditongo, e que cada Vogal faz syllaba à parte, da maneira que usaõ os Francezes nas palavras v.g. *Batiue, Pompüe, Réüssir, Réümir*”.

²⁵¹ Cf. pp. 448-449: “Apices, aos quaes se-póde chamar *Diérese*, sam dois Pontinhos por este modo.. que os Latinos escrevem sobre algua vogal, quando se-pronuncia distinta de outra, ou nam faz *Dithongo*, como v.g. *Israël, Israëlita, Aëreus, Coëgit, Heroës, &c.* Estes *Apices*, ou signal de *Diérese*, nam sam necessarios nos Vocabulos Portuguezes; porque o accento dominante póde tirar qualquer dũvida. em *Alaüde, Ataüde, Atüde, Balaüstre, Heroína, Rainha, Ruína, Saüde, &c.* O *Accento circumflexo* na segunda vogal ensina, que estas *Dicções* se-proferem sem *Dithongo* de *ai*, e *áu.* (...) Comtudo, se assim parecer, escreva-se *Saüdade, Saüdar, Vaüdade, &c.*”

²⁵² Cf. F. Desbordes, *Idées Romaines*, p. 259.

tenha restringido a este contexto (cf. 2º vol., I). Se a origem do do “significante” (figura) do til continua a ser discutida pelos ortógrafos do século XVIII, também divergem as opiniões quanto à explicação da sua designação: assim, se para uns o til é uma miniatura de *n*, para outros simboliza o traço nasal das vogais sobre as quais aparece. Por outro lado, o seu estatuto ou classificação não era menos variável de autor para autor, ora se inscrevendo entre os sinais auxiliares, ora entre os sinais de pontuação, ora figurando, ainda, ao lado das “letras”. São estas algumas das questões atinentes ao til, de que nos ocuparemos a seguir.

Com respeito à origem do til e à sua designação, poucas informações encontramos nos textos dos nossos ortógrafos setecentistas, que preferiram discorrer sobre a sua “figura”, como fizeram Monte Carmelo e Souto-Maior: um descreve-o como “hũa *Risquinha*, como esta que se-escreve por cima das *Letras*, e supre em primeiro lugar a Letra *M*, quando esta nam fere a vogal seguinte, porque se-pronuncia com a precedente (*Accõmodar*, *Cõmandantes*)”, acrescentando que *suppre o Til a Letra M dos Vocabulos*, que ainda se-costumam escrever com *aõ* no fim” (*Irmaõ*, *Sermaõ*), ao mesmo tempo que substitui também o *M* em “todos os casos do plural *aes*, *aõs*, *oes*, como v.g. em *Paẽs*, *Irmaõs*, *Sermoẽs*; porque na verdade nam pronunciãmos *Paens*, *Irmaons*, *Sermoens*” (p.443); o segundo, o carmelita, que inclui o til entre os “caracteres da pontoaçãõ”(p.70), define-o como “humã nota, que se põe por sima de humã vogal perpendicularmente, para denotar hum *M* supprimido na escrita, mas a que se dá valor na pronuncia; unindo-o á vogal sobre que estiver o ditto *Til*, como: *Tostaõ*, *Tostoẽs* (p.70). Nem um nem outro ortógrafos justificam a colocação do til sobre a segunda vogal. Destas duas definições do til destaca-se, no entanto, a coincidência quanto ao papel supletivo deste sinal, que na doutrina de Monte Carmelo abrange formas femininas com vogal nasal final, do tipo *Alemãa*, *Irmãa*, *Vãa*, nas quais “se-pronuncia o *M* tam levemente com a vogal, que quasi nada se-percebe entre as duas vogaes”²⁵³ (p.444), e bem assim as formas *Algũa*, *Algũas*, *Hũa*, *Hũas*, *Nenhũa*, *Nenhũas* (p.444), cuja realização sofria a concorrência de outra

²⁵³ O ortografista era consciente das dificuldades ortoépicas e ortográficas que a análise da nasalidade entranhava, motivo por que a sua representação continuava a ser objecto de discrepâncias entre os ortografistas; cf. p.444: “alguns dizem *Aleman*, *Alemans*, *Irman*, *Irmans*, *Van*, *Vans*, &c. mas esta *Orthologia*, e *Orthographia*, ainda nam conseguiu approvaçã universal”.

com uma consoante nasal bilabial epentética (uma, umas). Segundo este ortografista, esta última pronúncia ainda não adquirira o actual carácter geral ou normativo:

“He verdade que alguns doutos de tal sorte proferem estas *Dicções*, que de algum modo ferem com a Letra *M* a vogal seguinte, como se dissessem v.g. *Algu-ma*, *Algu-mas*, &c. Porém esta pronúncia nam he recta; e se for legitimamente introduzida, nunca se-hade escrever *Algã*, &c. (porque o *Til* nam suppre o *M*, senam quando este se-profere com a vogal antecedente,) ou se-deve introduzir esta nova excépçãm na nossa *Orthografia*” (p.444). O til pode igualmente suprir *N* quando é dobrado em formas como *Mariãna*, *Joãna*, em lugar de *Marianna*, *Joanna*, servindo também de sinal de abreviatura em *Q*, *Alz*, *Frz*, *Glz*, quer dizer, *Que*, *A'lvarez*, *Fernãndez*, *Gonsálvez* (ibid.).

As informações avançadas por Caetano de Lima, Verney e Melo Bacelar surgem no decorrer do tratamento da nasalidade dos ditongos finais, questão bastante delicada e de difícil teorização durante setecentos: assim, Caetano de Lima não só aceita o uso do til naquele contexto como dá a preferência à grafia <-ão>, ou, mais exactamente, <-aõ>²⁵⁴, em desfavor de <-am>, já que o diacrítico é um mero substituto, e não uma letra; pelo contrário, Verney define o til como uma letra que deve ser grafada em lugar do til²⁵⁵, razão por que adopta as grafias *Falam* (p.27), *Irmam*, *Irman* (p.28) e *Varoens* (p.26); por último, sem qualquer definição, Melo Bacelar confere ao til o estatuto de letra e integra-o no alfabeto “razoado e proveitozo”, entre <m> e <n>, com o som “an” (*Gramm.*, p.6). Contudo, à semelhança do que se encontra poucos anos depois na *Arte* de Pedro José de

²⁵⁴ Cf. supra, as nossas observações a respeito dos constrangimentos tipográficos que terão originado distintas colocações do til nas maiúsculas e nas minúsculas.

²⁵⁵ A argumentação a favor da proscrição do til resume-se ao seguinte: “Dizer que o til é risco e nam letra, é o mesmo que nam dizer nada. O certo é que este risco faz que eu pronuncie um *n* demais que as letras que ali vejo; onde, chamem-lhe, como quiserem, é um verdadeiro *n*. Dizer, que a terminação *am*, é diferente, na pronuncia, de *ãõ*, é outro engano: pois em qualquer *disam* Portugueza, que se ache a terminasam *am*, todos a pronunciam como *ãõ*: e Portuguezes mui doutos servem-se indiferentemente de ambas: e cuido que com muita razam; se é que a segunda se-deva tolerar” (pp. 25-26); “A plica ou til, deve significar alguma letra: de outra sorte seria superflua e nam produziria algum efeito. Esta letra só pode ser *m*, ou *n*, e ambos finais: porque de outra sorte seria *Falamo*, ou *Falano*, o-que nam pode ser. Onde fica claro, que *Falam*, é uma sincope de *Falaom*: e que tanto se-pode escrever um, como outro” (p. 26); “Distinguem-se oje os nomes Femininos, dos Masculinos com esta terminasam. V.g. *Vam*, e *Van*: *Irmam*, e *Irman*. Nem me-digam, que o *til* é risco, e nam letra: pois ja asima mostrei, que o til é uma letra; e que a pronuncia ensina que á-de ser *n*. Por esta razam concluo, que será necessario pòr o dito *n* expreso, deitando fora o *til*” (p.28). Curiosamente, a análise verneiana da função do til leva-o a adoptar uma solução até certo ponto próxima da de José de Macedo (cf. 2º vol., I), sem todavia coincidir com ele, porque este propugnava, mais do que uma alteração gráfica, uma reforma ortoépica, facto que foi sublinhado pelo Prof. Salgado Júnior, na sua edição do *Verdadeiro Método de Estudar*, p.68 e p.72.

Figueiredo (1799), e também nos **Rudimentos** de Pedro José da Fonseca (1799), a doutrina e a prática de Melo Bacelar afastam-se das dos anteriores ortografistas, já que aplica o til, de forma sistemática, sobre a primeira vogal <ão>, colocação à qual faz menção: “Quando entre as finaes ãa, Aã, ão, parecer que soa hum *n*, escreva-se hum til sobre o primeiro *a*, ou *e*, e não sobre a ultima syllaba; v.g. *Irmãa*, *João*: para escrevermos como pronunciamos” (p.41). Desta doutrina se afasta, por seu lado, Freire da Cunha, ao colocar o til, tal como os antecessores de Melo Bacelar, sobre a segunda vogal (*aã*, *aẽ*, *aõ*, *eã*, *oẽ*)²⁵⁶; atribui-lhe valor supletivo nas abreviaturas, e valor consonântico em *Hũa*, *Algũa* (p.64).

Mais radical que as anteriores, a doutrina de Nunes Cardoso visa a total proscrição do til, razão por que lhe consagra boa parte do **Exame Critico e da Arte Orthographica**, obras em que defende uma posição semelhante à propugnada por José de Macedo (cf. 2º vol., I) no **Antidoto da Lingua Portugueza** (1710), embora sem coincidir com este nas soluções. De acordo com a doutrina cardosiana, o til, principal causa da imperfeição do sistema gráfico português (*Dos Erros por Abreviaturas, ou terceiro genero de cambios*)²⁵⁷, deve ser banido; assim, a abreviatura por ele representada deve ser “desdobrada”, como se conclui das afirmações do autor:

“Na verdade esta figura insignificante do Til, fes na Orthografia muitos prejuizos, e custam a mostrar os erros quando se medem pelos Séculos que tem de pôse; mas tudo havemos de vencer com o vagar, e paciencia. Hé certo que melhor lemos, e escrevemos *Simam* sem Til, que *Simão* com elle...”(p.46).

E acrescenta mais adiante:

“Primeiramente: til nam hé letra; logo nam tem vós? Hé pois hum risco ou signal que mostra que ali aonde elle está, devia estar outra couza: e que couza devia estar lá?”

²⁵⁶ Cf. p. 29: “(...) escrevemos com o Dithongo *aõ* com o til por cima, como: *Joaõ*, por ser o melhor modo de supprirmos huma tal letra, que lhes falta; pois ouvindo na pronuncia mais alguma coiza, do que o *a*, *o*, naõ a conhecemos distintamente, cujo som menos se exprime escrevendo-se com *am*”, mostrando bem a posição do til ao acrescentar que “Huns mudaõ o *o* em *es*, conservando-se o til em cima do *e*, como: *Capitaõ*, *Capitaës*, *Escrivaõ*, *Escrivaës*; outros accrescentaõ hum so *s* com o mesmo til no *o*, como: *Christaõ*, *Christaõs* (...); outros mudaõ o *aõ* em *oës* com o til no *e*, como: *Esquadraõ*, *Esquadroës*, *Tostaõ*, *Tostoës* (...)”.

²⁵⁷ As outras são os “Erros por falta de uniforme ou primeiro genero de cambios” (pp.19-29), “Erros por Etymologias Latinas ou segundo genero de cambios” (pp.30-41), “Erros dos Tons por falta de ouvido, ou quarto genero de cambios” (pp. 59-67), “Erros por Etymologias Castelhanas, ou quinto genero de cambios” (pp. 67-75), “Erros por outras Etymologia, ou sexto genero de cambios” (pp. 75-82), “Erros por ltras de menos no Alfabeto Latino, ou septimo genero de cambios” (pp. 83-84), “Erros por letras de mais no alfabeto Portugues, ou oitavo genero de cambios” (pp.85-88).

Em *Simão* mostra que devia estar m aonde está o: temos logo o incomodo de hum troco contra a pronuncia, e o trabalho de pôr lá hum risco” (p.49).

Argumentando contra Madureira Feijó e apoiando-se quer no critério da pronúncia, quer no princípio da economia dos meios gráficos, Nunes Cardoso expõe a sua doutrina ao longo de vários discursos. Deles se conclui que o til deve ser substituído por *m* (*Simam*, *Capam*, *Amaram*, *Amarám*, p.51), designadamente no caso do ditongo nasal final (átono ou tónico), ou por um acento circunflexo, no caso da representação do ditongo [ãj] em palavras como *Mây* (p.54), e bem assim na vogal nasal final (*Irmâa*, p.56); em posição interior, dever-se-á grafar um *n* (*opinioins*, p.54, *Falcoens*, p.54). Porém, o ortografista distingue o til “insensível” do til “sensível”, quer dizer, aquele “he hum genero de til marcado na memoria pelo preceiro que nos obriga ao cambio se S por Z, asim como *Casa* por *Caza*” (p.54), ao passo que o este corresponde, por um lado, ao “outro genero de Til de outro feitio, e nome marcado no papel pelo preceito que nos obriga ao cambio do c pelicado, asim como *Justiça* por *Justisa*” e, por outro lado, ao “verdadeiro *Til* marcado no papel pelo preceito que nos obriga ao cambio delle mesmo por *m*, asim como *Convẽ* por *Convem*” (p.57). Pelo mesmo motivo, *Falcoens* deve grafar-se com <n> e *Simam* com <m>, adoptando-se o circunflexo em vez do til nas nasais finais (*Irmâa*); nas abreviaturas grafar-se-ão todas as letras²⁵⁸.

Das definições e dos sistemas de acentuação gráfica acima referidos, depreende-se, por um lado, uma linha ideológica favorável à supressão radical do til, que assume até a feição de uma “reforma ortográfica”, traçada por Verney e Nunes Cardoso, ambos norteados pelo princípio fonético e pela economia gráfica, embora de maneira e em níveis diferentes, e, por outro lado, uma linha tradicional, segundo a qual o til é a marca distintiva da nasalidade, sendo admitidas flutuações no tocante à posição desse sinal, que ora aparece sobre a primeira vogal (Melo Bacelar), ora sobre a segunda (Caetano de Lima, Freire da Cunha, Souto-Maior).

Entre os diacríticos, conta-se ainda a cedilha, com a designação de “Plica”, “Cedilho” e “Virgula”, em Monte Carmelo, por exemplo. Este diacrítico apenas recebeu um tratamento diferenciado na doutrina de Carneiro Souto-Maior (1783),

²⁵⁸ Cf. *Arte*, pp.37-45 e *Exame*, pp. 41-56.

que a define como “huma nota com a figura de virgula, que de *C* mais pequeno as vexas, que se põe logo por baixo de *hum C* perpendicularmente, para o fazer valer de *S*, como: *Çapato, &c*” (p.71), inscrevendo-a entre os sinais de pontuação, mais exactamente naquilo que hoje chamamos de pontuação de palavra (cf. infra, 4.1.), distinta da pontuação *stricto sensu*, a chamada pontuação de frase ou do discurso²⁵⁹ (cf. infra, 4.1.). Antes dele, já Verney, ao discorrer sobre a representação gráfica da sibilante surda, se havia referido à cedilha e até descrevera o seu “significante”, acabando por propor a substituição sistemática de <ç> por <s> antes de <a, o, u>, com o conseqüente desaparecimento da cedilha do sistema verneiano²⁶⁰. O mesmo se observa no peculiar sistema do autor dos artigos do **Jornal Encyclopedico** (1789, 1790), como se vê em *nasoins, pronunciasam, fasa, objesam* (1790, p.55). À cedilha, ou “*C pelicado*”, designação que aparece também em Melo Bacelar, atribui Nunes Cardoso uma parte das deficiências do sistema gráfico português²⁶¹ e “impedimento do Uniforme”, motivo por que a considera supérflua:

“Os Orthografos fizeram lembrar aos nosos ólhos os cambios do *C pelicado* por meyo de huma figura, ou risco a modo de calseta, a que deram o nome de *Pelica*, ou *Sedilha ligada a C* para se pronunciar com som de *S...*” (p.36), ao que acrescenta que “(...) a *Razam*, e aquella concordancia que devemos ter na Orthografia rezistem ao uzo

²⁵⁹ Note-se que o ortografista identifica, com muito acerto, os níveis hoje reconhecidos na pontuação – o de palavra e o de frase ou discurso, sendo que no primeiro ele compreende o til, a cedilha e o apóstrofo, enquanto que no segundo cabem os restantes sinais de pontuação. Sobre esta distinção teórica v. bibliografia citada em 2., especialmente N. Catach, *Les Délires de l’Orthographe*, p.160; idem, *La Ponctuation*, PUF, 1994, p. 91.

²⁶⁰ Cf. pp. 52-53: “Porque a falar a verdade o *c* com cedilha sam dois *cc* contrapostos, e que imitam bastantemente um *s*, asim ç: onde, continuando a pronuncia do-*s* por tradisam; e achando-se escrito o dito ç; intenderam que era uma particular especie de *c*, e asim o escreveram. Seja como for, o *c*, em tais cazos, vale um *s*. e por-esta razam cuido, que é mais proprio, e mais natural servir-se desta letra simplez, que do-dito *c*. Desta sorte averia menos confuzam na Ortografia Portugueza, se-asentassem todos, a nam escrever antes de *a*, ou *o*, ou *u*, senam um *s*, e nunca o dito *c*. Dirmeám alguns, que também o *c* antes de *e*, ou *i* vale um *s*: e que será tambem necesario desterralo, e convertelo em *s*. Mas eu respondo, que á mui diferente razam. porque o *c*, antes de *e*, ou *i*, tem o seu proprio soido, sem violencia alguma: e, aindaque se-posa compensar com *s*, contudo neste cazo deve-se permitir alguma coiza ao uzo que o introduzio”.

²⁶¹ Cf. p. 34: “Dar a *S* o valor de *Z* hé hum erro da nosa Orthografia, sem o que nam podemos tirar della a imensidade das *Sedilhas*, que tanto custa a fazer entender aos Rapazes, e ainda aos Estrangeiros. Vamos pois conhecer destas *Sedilhas*, ou desta sementeira de aréostas, que fazem hum erro particular da nosa Orthografia, em que nam haverá desculpa, pois os Latinos as nam uzavam, para asim limpamos a nosa escriptura, e purificamos a nosa Lingua”. Note-se a referência ao conceito de “pureza linguística”, de natureza subjectiva e, conseqüentemente, não científica, mas que vigorava na reflexão linguística setecentista, estando na base, por um lado, da perseguição aos estrangeirismos, designadamente dos galicismos, e por outro, na comparação entre várias línguas.

do c pelicado: as mais Nasoins já largaram de si estas figuras, e estes cambios, e nós ainda os conservamos por falta de meditasam” (p.39).

Ao longo da argumentação contra o uso da cedilha, Nunes Cardoso procura rebater a doutrina de Madureira Feijó (1734), para cujas lições remete a fim de as infirmar.

Das posições aqui referidas, sobressaem duas correntes doutrinárias: uma aponta para a substituição de <ç> por <s>, como defenderam Verney, o articulista do **Jornal Encyclopedico** e, de mais maneira mais drástica, Nunes Cardoso; a outra caracteriza-se pela manutenção de <ç> e está representada na doutrina e na prática de Caetano de Lima, que é secundado Monte Carmelo, por Freire da Cunha, Melo Bacelar e Souto-Maior.

As observações acima permitem confirmar o postulado, ratificado pelos testemunhos dos ortografistas, de que o sistema gráfico se compõe de unidades de natureza vária, articuladas em diferentes níveis que se organizam de formas diferentes; desta articulação interna resulta, então, um sistema cuja coerência não deve ser aprioristicamente avaliada do ponto de vista sincrónico e retrospectivo do historiador, mas antes elucidada pelos princípios e pressupostos da sincronia do(s) autor(es) em que foram feitas umas escolhas gráficas em vez de outras. De acordo com isto, aceita-se, pois, a perspectiva “integracional” – termo proposto por Roy Harris²⁶² para definir a “semiologia da escrita”, concebida como disciplina integradora de todas perspectivas e níveis de análise – por ser a que melhor se coaduna com o nosso objectivo inicial, a saber, a apreensão do sistema gráfico nas suas diversas vertentes, inclusive aquelas que menos parecem corresponder à oralidade ou menos têm sido tratadas no âmbito dos trabalhos metaortográficos. Para nós, o termo “integracional” define uma descrição global das várias dimensões do sistema gráfico, como já explicitámos (cf. **Introdução, 1.1.**), e abrange, por isso, zonas escapam, em geral, a qualquer correspondência fonemática. Assim, do plano

²⁶² Cf. **La Sémiologie de l'Écriture**, CNRS-Langage, 1993: “Il s’agit de choisir entre deux hypothèses. Selon l’une, un système sert à noter certaines structures linguistiques qui ont déjà été isolées au moyem d’une analyse cognitive indépendante. Selon l’autre, c’est le système d’écriture même qui permet d’effectuer cette analyse linguistique, parce qu’il fournit le patron nécessaire. Mais ni l’une ni l’autre offre une réponse directe à la question de savoir *comment* le signe écrit acquiert ce rôle vis-à-vis de la parole” (p. 368).

alfabético passamos ao plano extra-alfabético, no qual contemplamos unidades veiculadas por uma tradição distinta da alfabética, embora complementar desta, e remetemos para outros níveis que não o fonético-fonológico, como o supra-segmental nível, o sintáctico-semântico ou o da arquitectura do texto, enquanto mancha gráfica.

4. Plano extra-alfabético

O plano extra-alfabético engloba as unidades gráficas dotadas de valor linguístico de natureza sintáctico-semântica e prosódico-entoacional, que não estabelecem, portanto, relações semelhantes ou equivalentes às tecidas no plano das unidades grafemáticas, que remetem para o campo fonemático ou fonético-fonológico. Na continuidade de uma tradição cujas origens se podem encontrar, entre os Gregos, nos sistemas de “pontos” de Dionísio, o Trácio, e de Diomedes, e de Marius Victorinus e Quintiliano, pela parte dos Latinos²⁶³, a verdade é que os sinais complementares ou auxiliares têm uma história longa, embora mais recente que a do alfabeto. A Santo Isidoro de Sevilha (560-636) dever-se-á a recompilação do saber antigo sobre todas as unidades não alfabéticas do sistema gráfico latino: o arcebispo sevilhano expôs em vários parágrafos das suas *Etymologiae* indicações sobre a figura dos acentos (*De figuris accentuum*), os sinais de pontuação (*De posituris*), os sinais nos textos escritos (*De notis sententiarum*), e bem assim sobre o *colon*, a *coma* e o período (*De colo, commate et periodis*), inspirado nas conceptualizações e na terminologia de Cassiodoro, Diomedes e Donato²⁶⁴. A doutrina contida nas *Etimologiae* e em outros textos medievais e antigos chegará até às gramática vernáculas, e perdurará muito para além delas, visto funcionar como autoridade, moldura teórica, ou “horizonte de retrospecção”, que confere credibilidade aos autores modernos²⁶⁵.

²⁶³ Cf. Françoise Desbordes, *Idées Romaines sur l'Écriture*, pp. 236-245.

²⁶⁴ Cf. *Etimologías*, I, (Edición bilingüe preparada por José Oroz Reta y Manuel-A. Marcos Casquero), Madrid, B.A.C., 1993, pp. 308-311 e pp. 380-381.

²⁶⁵ Segundo Sylvain Auroux, o “horizonte de retrospecção” é o conjunto de referências a obras anteriores, cf. *Histoire des Idées Linguistiques*, I, 1989; por outro lado, note-se que as referências aos autores Latinos são ainda muito abundantes nos artigos de índole linguística da *Encyclopédie* francesa, que reúne o conjunto dos saberes do século XVIII. Sobre a influência dos Latinos nos artigos enciclopédicos relativos ao material fónico e gráfico das palavras, vide, B. Colombat, *La place des*
Cont. pág. seguinte.

Do ponto de vista do sistema, trata-se aqui de unidades gráficas que têm carácter discreto²⁶⁶ – os “pontemas”²⁶⁷ –, termo que parece apontar em especial para os chamados “sinais de pontuação”, apesar de também recobrir, *lato sensu*, outras manifestações gráficas distintas das unidades pontuacionais, motivo pelo qual este plano do sistema gráfico se denomina extra-alfabético. De facto, se no domínio tradicional dos estudos ortográficos e grafemáticos são evidentes as discrepâncias teóricas e conceptuais, em particular quanto ao conceito de grafema (cf, supra, 2.), não é menos verdade que no plano dos pontemas – concebido por alguns autores como uma espécie de terceira articulação do sistema gráfico – a situação ainda é mais problemática, em virtude da multiplicidade e heterogeneidade das concepções, sendo que uns analisam o sistema em sentido amplo e outros em sentido restrito, quer dizer, uns levam em consideração todas as unidades não alfabéticas, desde os sinais de pontuação, às maiúsculas, e sinais de organização ortotipográfica do texto (distribuição da mancha tipográfica, parágrafos, etc.), ao passo que outros limitam o seu campo de análise aos tradicionais sinais de pontuação ou pontemas. Postulando a primeira perspectiva – lata ou “integracional” com carácter linguístico –, encaramos o texto (referimo-nos concretamente ao impresso) como um produto visual, estruturado em múltiplas vertentes ou dimensões que garantem a sua função social, numa dada época, de acordo com os meios técnicos disponíveis e as necessidades dos seus utentes, tendo presente que o texto é o resultado de complexos processos (psico)cognitivos, linguísticos²⁶⁸ e culturais, hoje tratados num domínio especializado – a chamada “literacia”.

Grammatici Latini dans l'horizon de retrospection des grammairiens de l'Encyclopédie, L'Héritage des Grammairiens Latins de l'Antiquité aux Lumières, Louvain, Peeters, 1988, pp.344-345.

²⁶⁶ Cf. Claude Demanueli, **Points de repère: approche interlinguistique de la ponctuation française**, 1987, p.15: “A l'inverse des lettres ou des graphèmes, qui trouvent leur correspondance phonémique dans les phonèmes (...), les signes de ponctuation ne se prononcent pas et constituent donc des signes graphiques discrets”.

²⁶⁷ A pontuação propriamente dita é definida como: “Ensemble des signes visuels d'organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, intérieurs au texte et communs au manuscrit et à l'imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l'information alphabétique” Cf. *Langue Française*, 45, p.21, apud N. Catach, *ob. cit.* p.9.

²⁶⁸ A Linguística mais recente tem-se interessado sobre a pontuação, aplicando-lhe também as novas perspectivas; Vide, J. P. Levinson, **Punctuation and the Orthographic Sentence: A Linguistic Analysis**, Ann Arbor, 1985-1992. G. Nunberg, **The Linguistics of Punctuation**, Stanford University, 1990.

No âmbito do plano extra-alfabético identificamos três vertentes²⁶⁹, sendo duas interiores e a terceira exterior: assim, por um lado, temos a pontuação de palavra, quer dizer, as modificações significativas da palavra gráfica²⁷⁰, como é o caso da maiúscula, do apóstrofo e do hífen, e, por outro lado, a pontuação de frase, que diz respeito a uma unidade hierarquicamente superior – a frase simples ou complexa e o período –, cuja noção também foi objecto de modificação; por último, a pontuação de texto ou “macro-sintaxe”²⁷¹, que compreende os aspectos de natureza ortotipográfica, de que são exemplo as capitais dos títulos e subtítulos, a divisão em capítulos e parágrafos, as notas, os espaços brancos, as margens, assim como o tipo de letra e seus efeitos, aspectos muitas vezes dependentes dos chamados “transmissores”²⁷² do texto, isto é, os calígrafos, secretários, revisores, tipógrafos ou impressores e editores.

Analisaremos os vários aspectos do domínio extra-alfabético com base na divisão tridimensional acima estabelecida, reconhecendo embora a subsistência de dificuldades de delimitação entre essas vertentes, devido à plurifuncionalidade e, inclusive, à comutabilidade de determinadas unidades, como adiante veremos.

4.1. Pontuação de palavra

No campo alfabético, tratámos da representação vocálica e consonântica, sem atendermos, todavia, à forma dos grafemas, cuja variação em determinadas posições do enunciado gráfico é detentora de valor linguístico. Assim, as maiúsculas opõem-se, formal e semanticamente, às suas correlatas minúsculas por conferirem ao enunciado, em particular aos segmentos por ele distinguidos, um leque de valores

²⁶⁹ Com ligeiras adaptações, seguimos a classificação proposta por Nina Catach, *La Punctuation*, 1994, p.8: “Dans l’ordre de grandeur des segments concernés, on trouvera trois types de ponctuation: la *ponctuation de mots* (blancs et majuscules de mots, point abrégatif, trait d’union et de division, apostrophe); la *ponctuation syntaxique et communicative*; la *ponctuation du texte* ou *mise en page*, MEP”.

²⁷⁰ O conceito de palavra mereceria só por si uma reflexão, uma vez que registou também grandes transformações decorrentes do abandono da antiga *scriptio continua*. Neste contexto reportamo-nos à palavra gráfica, ou seja, à unidade gráfica entre dois espaços brancos, cuja função é, no entanto, de ordem linguística.

²⁷¹ A expressão é de N. Catach, *Approches systématiques sur la ponctuation: oralité et écriture, Storia e Teoria dell’Interpunzione* (Atti del Convegno Internazionale di Studi, Firenze, 19-21 maggio), 1988, Roma, 1992, pp. 523-537.

²⁷² Cf. N. Catach, *obra cit.* p. 8

nos quais devem ter-se repercutido as mudanças ou a dinâmica dos valores sociais e culturais. De facto, afora os constrangimentos técnicos que possam ter condicionado, no caso dos impressos, o uso mais ou menos alargado das maiúsculas em determinados contextos, a sua história prende-se a questões de índole moral, religiosa e cultural, que foram registando alterações de acordo com os movimentos ideológicos da comunidade, sem impedirem, por outro lado, as escolhas individuais ou os efeitos estilísticos que aqui parecem ter encontrado um terreno propício, um espaço de criação: deste modo, se em dado momento pontificava a relação do homem com a transcendentalidade, manifestada nas práticas religiosas e em tudo o que as rodeava, tendem a predominar as maiúsculas nesse domínio lexical.

Muitas vezes entendidos como sinónimos, o termo maiúscula distingue-se do termo capital por pertencer ao domínio da escrita manual, ao passo que o segundo é do domínio da impressão, da letra de forma, para além de se distinguirem, funcionalmente, pelo facto de a maiúscula apenas figurar como inicial de palavra e de, em certos casos – nos títulos por exemplo –, as palavras serem apresentadas em capitais²⁷³. De qualquer modo, importa sublinhar que a oposição maiúscula-minúscula ganhou carácter linguístico, ao conferir uma determinada carga semântica ao vocábulo que ela realça, marcando, concomitantemente, distinções de ordem gramatical, como a oposição entre nome próprio e nome comum (Ex. Oliveira-oliveira, Estado-estado etc.), facto que é referido pelos ortografistas portugueses de setecentos, que denunciam também a sua sujeição ao gosto ou às modas da época.

Os textos metaortográficos portugueses do período aqui em apreço²⁷⁴ dão testemunho quer dos diferentes usos, pelo menos em termos quantitativos, quer da doutrina que lhes estava subjacente, sendo de notar que o papel atribuído a este aspecto do código gráfico era muito variável de autor para autor, visto registar-se uma ampla panóplia de abordagens das maiúsculas: estas iam da sua exclusão da doutrina sobre o sistema gráfico até à exposição exaustiva do seu uso, com versões intermédias entre um e outro extremos. Na primeira situação, enquadra-se D. Luís Caetano de Lima, que não trata das maiúsculas, nem a elas se refere, já que se

²⁷³ Cf. idem, *Les Délires de l'Orthographe*, p.155.

²⁷⁴ Para uma perspectiva horizontal do uso da maiúscula, vide: Evelina Verdelho, *O emprego das maiúsculas, segundo as gramáticas, ortografias e reformas ortográficas da língua portuguesa*, Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, 1993, pp. 445-463.

concentra sobretudo no plano alfabético do sistema gráfico; na segunda situação alinha, pelo contrário, Frei Luís do Monte Carmelo, que nos presta informações pormenorizadas a respeito de todos os planos e níveis estruturais atrás referidos, demonstrando, por conseguinte, uma concepção lata do sistema gráfico na sua funcionalidade.

Na doutrina verneiana sobre matéria ortográfica, encontramos também referências explícitas – as implícitas emanam da prática patente no **Verdadeiro Método** – às maiúsculas e sua função no âmbito do sistema gráfico, sendo que o seu uso é articulado com o da pontuação, da qual faz depender, em certos contextos, o emprego das maiúsculas. Sem definir o conceito de maiúscula, termo que não aparece, de resto, no seu texto, Verney refere-se à “letra grande”, marca gráfica que atrai os olhos do leitor, quer como pontuação de palavra, quer como pontuação de frase. Por outro lado, o Barbadinho chama a atenção para a diminuição da função de estruturante visual²⁷⁵, devido à elevada frequência das maiúsculas nos textos dos escritores coevos, ao esclarecer que “(...) nisto de escrever letra grande, á um grande abuzo, avendo escritores que a-escrevem em mil coizas desnecessarias: *o que ofende a vista*. E asim, nam avendo razam forsoza, deve-se escrever letra pequena, que é mais natural” (pp.50-51).

No que à pontuação de palavra respeita, Verney prevê o uso da maiúscula em diversos casos, sintetizados em dez regras (uma referente à pontuação de frase e as restantes à de palavra), em que ela confere individualidade, importância, dignidade, abstracção e generalidade de sentido aos vocábulos em que figuram. Assim sucede com os antropónimos e topónimos, os nomes de acidentes geográficos e zoónimos; os “Nomes de dignidades, ou abstratos (...), ou concretos”; os “Nomes apelativos” particularizados; os “nomes de genero, ou especie”; as “coisas inanimadas tomadas como pessoas, ou pelo genero”; os adjectivos substantivados; os substantivos colectivos; os “nomes da materia de que principalmente se-trata”; e o vocativo²⁷⁶. As regras verneianas derivam da prática usual dos “omens mais

²⁷⁵ O termo e o conceito foram propostos por Harri Meier, *A Maiúscula, Problema Ortográfico e Semântico, Ensaio de Filologia Românica*, I, 2ª ed., Rio de Janeiro, Grifo, 1973, pp.182-210 (1ª ed. Lisboa, Revista de Portugal, s.d.). Neste estudo, o autor atribui à maiúscula quatro funções: estruturante, individualizadora, hierarquizadora e distintiva.

²⁷⁶ Para cada caso, fornece os exemplos seguintes, cf. p.51: “nos-nomes Próprios, e sobrenomes tanto de Pesoa, como Provincias, Cidades, Ilhas, Montes, Mares, Rios, Ventos e Animais; (...) *Bispado*,
Cont. pág. seguinte.

advertidos”, apesar de reconhecer que alguns autores restringem o uso das maiúsculas no caso dos “Nomes de genero, ou especie” e nos de “materia”²⁷⁷, que podem dispensar a maiúscula, e bem assim no dos sintagmas constituídos por substantivo e adjectivo restritivo, em que só este deve ser destacado (*Igreja Catolica, Senador Romano, Academia Real-igreja Catolica, senador Romano, academia Real*, p.121). Da prática observada no **Verdadeiro Metodo** se conclui, por outro lado, que Verney faz uso moderado das maiúsculas, em particular no tocante às de frase, nomeadamente depois de ponto final e de dois pontos (cf. infra, 4.2.).

A concepção da funcionalidade das maiúsculas é mais ampla na doutrina de Monte Carmelo, o qual indica, de forma exaustiva e sem recorrer ao termo “maiúscula”²⁷⁸, o uso da “Letra inicial grande” (p.535). Ao longo de quarenta e seis regras²⁷⁹, abundantemente exemplificadas, atribui o carmelita um papel de relevo ao uso das maiúsculas no campo da referência ao mundo e à vivência religiosa. A preponderância desse domínio, em matéria de aplicação das maiúsculas, fica evidente nas onze regras arroladas, e, sobretudo, no destaque dado aos exemplos desse tipo²⁸⁰. Assim, a maiúscula realça e reverencia as palavras referentes a Deus, a Cristo, à Virgem Maria, aos Mistérios de Cristo, aos de Nossa Senhora, aos Sete Sacramentos, aos nove coros Angelicos, aos Anjos, aos Santos, Beatos e Veneráveis,

Papado etc.; Papa, Rei, Abade, Conego, Senador etc. mas nam se-poem nos-de officios inferiores; (...) O Orador Romano por Cícero: o Doutor Angelico, por S. Tomaz: Religiam, pela vida Religiosa etc.; (...) A Terra é redonda. Os Rios correm para o mar; (...) a Ira é uma grande paixam. O Amor cega os mais doutos; (...) O Amigo, é outro eu. O Forte, aumenta o animo nos-perigos; (...) Senado, Republica, cabido, Turcos, Inglezes; (...) A Incarnasam, a Simonia (...), por-Ignorancia, pecam aqueles (...); (...) Voltando-se entam para o ceo s. Paulo, dise, Senhor, que quereis que eu fasa ?”

²⁷⁷ A este propósito, observa Verney: “E em tal cazo, ou escrevem a letra grande só na primeira vez: ou poem uma risca por-baixo, escrevendo; o que na imprensa convertem em letra cursiva: ou nam a-poem: nam parecendo muito bem um papel, em que repetidas vezes se-encontram as mesmas palavras, com letra grande: o que ofende a vista” (p. 52).

²⁷⁸ Em um dos seus Catálogos encontra-se o termo *Cabidula*, que já registámos em ortografistas de épocas anteriores (cf. 2º vol., I), para designar as “Letras maiores no princípio dos Livros. Alguns dizem Capitula” (p.187). Um deles é Amaro de Roboredo (1623), cf. 2º vol., I, 3.1.

²⁷⁹ Estas figuram em parágrafo próprio – o trinta e três, imediatamente depois do tratamento das unidades do plano alfabético – da página 435 à 443.

²⁸⁰ Para esse facto chamou a atenção Evelina Verdelho, *obra cit.* p.455. Assim, ao exemplificar o uso da maiúscula no domínio das formas de tratamento, encabeçam a lista exemplos do domínio religioso, como *Vossa Santidade, Vossa Eminencia, Vossa Paternidade*, seguidos de *Vossa Magestade, Vossa Altêza Real*, entre outros (p.440); o mesmo se verifica no domínio do nome de obras, em que a *Sagrada Biblia* precede *Decrétaes, Decréto*, e a *Bulla Pontificia* vem antes do *Diplôma* (p.441), e no dos órgãos e assembleias (*Concilio, Concláve* figuram antes de *Conselho Geral, Inquisiçãem, Consêlho de Estado*, etc., p.441).

às dignidades eclesiásticas, mas também aos ofícios e estados eclesiásticos²⁸¹. Os restantes usos da maiúscula repartem-se pelo domínio dos antropónimos, dos títulos e formas de tratamento, das profissões, das ciências, das artes liberais, das artes técnicas, das entidades mitológicas, da geografia (continentes, países e ilhas, impérios e reinos, repúblicas, províncias, cidades e vilas, concelhos, etc., castelos), e seus acidentes (montes e serras, mares, golfos, estreitos e enseadas, rios), no domínio da náutica (nomes de embarcações), dos títulos compostos, da adjectivação de respeito, e bem assim nos vocábulos que designam matéria ou assunto relevante, nas abreviaturas, nos relativos e possessivos referentes a individualidades, nos títulos de qualquer obra, no início de qualquer citação (cf. infra, 4.2.), nos nomes de órgãos e assembleias, no de obras e livros e suas partes, no de igrejas e casas religiosas, nos de praças e ruas, nos meses do ano. O carmelita prevê, portanto, uma ampla panóplia de usos em que a maiúscula desempenha funções semânticas de carácter individualizador e hierarquizador de valores²⁸², ao mesmo tempo que estrutura o universo dos seres e das coisas, concedendo a primazia aos de índole religiosa e espiritual, e preterindo os valores terrenos, conforme se depreende dos exemplos e da sua ordenação. Por outro lado, é interessante notar que no **Compendio de Orthographia** de Monte Carmelo, concomitantemente com o uso estruturante da maiúscula para pôr em relevo a ilustração da doutrina, os exemplos são também realçados graças a um expediente de impressão – o uso da “Letra grifa” – , referido pelo próprio ortografista, a propósito do uso das maiúsculas nas matérias e assuntos principais: “Os *Vocabulos*, que significam coisas notaveis em qualquer *Materia*, de que se-tracta, ou os *Objectos* principaes do *Assûmpto*, ou *Discûrso*, de que se-escreve. Estes *Vocabulos* se-costumam imprimir com *Letra* grifa” (p.440). O mesmo recurso encontra-se nas obras de Caetano de Lima, Verney, Freire da Cunha, Souto-Maior e Melo Bacular.

²⁸¹ Entre outros, dá os seguintes exemplos para cada uso: “Deos, Criador, Salvador, Pessoas Divinas, Eterno Pae (...) Espirito Santo...” (p.535); “Divino Verbo Incarnado, Jesus... Rectíssimo Juiz de vivos...”; “Virgem Immaculada, Puríssima...”; “Incarnaçã, Epifania, Circumcisam...”; “Conceiçã, Assumpçã”; “Baptismo, Confirmaçã, Penitencia...”; “Anjos, Arcânjos, Thrónos...”; “Gabriel, Miguel, Rafael”; “San José, San Pêdro, Santo André...”(p.436); “Papa, Santo Padre, Summo Pontífice...”; “Pontificãdo, Cardinalãdo, Generalãdo...” (p.437).

²⁸² Cf. Harri Meier, *obra cit.*

A doutrina de Freire da Cunha nada acrescenta, em extensão ou inovação, aos usos estipulados por Monte Carmelo, o mais prolixo de todos os autores aqui considerados, pois aquele apenas distingue a maiúscula de palavra da maiúscula de frase e concentra os principais usos da “letra grande” num breve parágrafo. Assim, a maiúscula serve de identificador de “todo o Nome Proprio, Sobrenome, Officio, dignidade, Parentesco, Sciencia, Verso, Exemplo, e Partes mais notaveis pertencentes á materia de que se trata, e Principio de Elogio se escreve no principio com letra grande, como: *Joaõ, Portuguez, Antunes, Tabelliaõ, Desembargador, Pai, Tio, Irmaõ, grammatica, Rhetorica, &c*” (p.140). Mais reduzida ainda é a descrição realizada por Melo Bacelar, que prevê o uso das maiúsculas “no principio do papel, ou no principio do verso, oração, nome proprio honorifico, e seu patronymico, appellido, dignidade, e tractamento, se forem respeitosos; ou os nomes d’artes, e sciencias, &c. se elles são o objecto de que se fala”, condenando²⁸³, por razões visuais e estéticas, tal como Verney, a superfetação de maiúsculas nos textos, prática contrária tanto ao uso tradicional como ao das nações iluminadas. Curiosamente, Francisco Félix Carneiro Souto-Maior refere em primeiro lugar o uso da maiúscula como pontuação de frase, para só depois aludir à maiúscula de palavra, que afecta apenas a letra inicial de um vocábulo. Para este ortógrafo, o uso da maiúscula já não parece traduzir, pelo menos de maneira tão clara quanto vimos em Monte Carmelo, a prioridade ou preponderância do domínio religioso, espiritual e moral sobre qualquer outro. De facto, Souto-Maior confere relevo aos “nomes proprios, sobrenomes, appellidos, e alcunhas de pessoas”; “nomes proprios de todas as coizas animadas, ou inanimadas, sensitivas, ou insensitivas”(p.9); “nomes appellativos tomados por nomes proprios de pessoa, ou coiza, ou por coiza particular”; “nomes adjectivos tomados por substantivos proprios”; “no principio dos attributos ou predicados, (...) que se dão a grandes pessoas”²⁸⁴ (p.10); “nomes concretos e abstractos de dignidade, occupação, emprego, ou officio nobre”; “nomes gentilicos, e patrios”; “principio dos que significação genero, ou especie, tomados em toda a sua excepção”; “nomes ou

²⁸³ Cf. p.65: “O contrario he abuso de 30 annos a esta parte, e o maior affeiador das bellas escriptas”.

²⁸⁴ Neste caso, o ortografista admite que todas as letras sejam “grandes”: “E ás vezes, por excellencia, são grandes todas as letras, tanto do predicado, como do sujeito. V.g. *CLEMENTE REI, &c*” (cf. pp.10-11). Aplica-se a mesma capitalização nos títulos dos livros e a primeira palavra ao iniciar-se uma matéria qualquer (cf. pp.12-13).

coizas que fazem a principal figura no discurso, a respeito da materia, de se tratta” (p.11); “nomes, que significaõ sciencias, ou artes liberaes, e seus professores”; “nomes que significaõ coizas assinadas pelo Rei, ou pessoas de authority”; “contém em si misterio, ou excellencia”; “pertencem a grandes pessoas”; “principio dos versos” e iniciais das abreviaturas (p.12)²⁸⁵. De acordo com esta prescrição, a maiúscula prende-se, sobretudo, com a expressão da axionomia, isto é, do respeito ou da reverência em geral.

A doutrina de Francisco Nunes Cardoso, que alude quer à maiúscula de palavras quer à de frase, em comparação com a dos demais ortografistas, tem a particularidade de exemplificar o uso da maiúscula – com as suas funções de estruturante visual e de hierarquizador de valores –, mas também de explicitar o das minúsculas. Relacionada ainda com valores de ordem religiosa e a axionomia, a “Letra inicial grande” aplica-se aos “Nomes de Anjos, homens, e Mulheres; de Provincias, Reynos, Ilhas, e Cidades; de Villas, Aldeyas, Mares, e rios; de Lagos, Fontes, e Montes”; “Nomes de pessoas Reays (*Rey, Raynha*)”; se Dignidades (*Patriarca, Bispo*); de EGrandes (*Duque, Marquês*); “Nomes de Tratamentos” e “grãos de parentesco” e “Apelidos de familia” (*V. Mag.^e, V. Alteza, V. Ex.^{cia}, V. S.^{ria}, Pay, Sobrinho, Souza, Menezes*); “Nomes das Regioins, ou das quatro partes do Mundo”, das “Estasoins do anno” e “seus mezes” (*Europa, Azia, Africa, America; Primavera, Janeiro*); “Nomes das Artes, e sciencias, dos Planetas, Ventos, e signos celestes, das Virtudes, e dos Vicios: dos Officios, Prasas, e falsas divindades” (*Arte, Regra VI, pp.7-8*).

Com respeito à prática do articulista do **Jornal Encyclopedico**, considerando embora as restrições inerentes à natureza e à temática dos artigos em causa, regista-se um uso moderado da maiúscula de palavra para destacar, visual e semanticamente, certos vocábulos e campos, como *Ortografico, Patria* (p.47), *Ortografia, Mestres* (p.48), *Autores*, antropónimos (*Madureira, p.49; Duarte Nunes,*

²⁸⁵ Vejam-se os exemplos apontados para cada caso: “*Bucephalo, Ida*” (p.9); “O Orador Grego, por *Demosthenes*: a Mãe das sciencias, por *Athenas*. A Mestra universal das gentes, pela *Experiencia*”; O Divino pertence a Deos, por *Divindade*”; “Salvador, a *Deos*: Legislador, ao *Rei*; liberal, ao *Principe*” (p. 10); “*Rei, Reinado, Provedor, Provedoria*”; “*Portuguezes, Eborenses*”; “*O Fogo abraza; a Religião he uti!*”; “*A Colera incita*” (p. 11); *o Vencer agrada; o A he a primeira letra do alfabeto*”; “*Philosophia, Pintura, Poeta*”; “*Lei, Avizo, Sentença*”; “*A Missa he dos maiores sacrificios, a Prudencia regula os homens*”; “*O Braço de Deos, o Poder do Rei*”; “*A. por Antonio*” (p.12).

p.53, *Manuel*, p.55), títulos de obras e bibliónimos (*Memoria*, p.49; *Jornal de Marso*, p.55; *Artes*, p.55; *Observasoins Ortograficas*, p.57), *Ortografos* (p.50), *Abcedario*, *Alfabeto*, os nomes de povos e gentílicos (*Gregos*, *Latinos*, p.51; *Francezes*, p.52; *Italianos*, p.55; *Espanhois*, p.56; *Mouros*, 1789, p.338, *Arabes*, *Alemains*, *Ebreos*, *Godos*, *Portugezes*, 1789, p.341), os adjectivos restritivos (*lingua Latina*, p.341), os exemplos de uma matéria (*por exemplo Curuja*, 1789, p.447).

Dos dados acima arrolados, dir-se-á que à maiúscula de palavra cabem funções variadas e relevantes do ponto de vista da estruturação do texto, em consonância com os valores predominantes na sociedade, e bem assim com a temática das obras; porém, é de sublinhar que a elevada frequência de maiúsculas minimiza, como notara Verney, as funções de estruturação visual do texto e de hierarquização ou intensificação de valores, funções que são evidenciadas, na doutrina ou na sua ilustração e em graus diferentes, por Monte Carmelo, Freire da Cunha, Melo Bacelar, Souto-Maior e Nunes Cardoso.

Se a maiúscula tem um destacado papel pela latitude dos seus usos no âmbito da pontuação de palavra, diferente é o caso do apóstrofo, outra forma de pontuação de palavra, tal como o hífen. Ao contrário da maiúscula, que é aparentada com a logografia por carecer de correspondência fónica, ter carácter exclusivamente visual²⁸⁶ e carga semântica, o apóstrofo é uma das unidades do plano extra-alfabético que remete para processos ou fenómenos do plano fónico ou fonético, visto corresponder à elisão ou à supressão de uma unidade fónica (e gráfica), associada por vezes a questões estilísticas ou de métrica.

Oriundo da Retórica, entre outros termos da tradição gramatical e filológica, como por exemplo o parêntese e as reticências, e veiculado por uma reserva secular de sinais que compreendia os *tonoi* (cf. supra, 3.5), os *chronoi* (a longa e a breve), os *pneumata* (“espírito rude” e “espírito doce”) e *pathè* ou *diastole* (apóstrofe, sinal de união e de separação)²⁸⁷, o termo apóstrofo²⁸⁸, que designa a interrupção para

²⁸⁶ As estreitas relações da grafia com a grafia desenvolveram toda uma fraseologia alusiva às características ou especificidades do material gráfico, de que são exemplo estereótipos como: *Homem com H maiúsculo; pôr as pintas nos ii, escrever com todos os efes e erres, pôr qualquer coisa entre aspas ou entre parênteses, pôr um ponto final*, etc.

²⁸⁷ Apud N. Catach, *La Ponctuation*, p.18.

²⁸⁸ Do lat. tardio APOSTROPHUS, derivado do grego *apóstrophos*, cf. A. G. Cunha, *Dicionário Etimológico*, 2ª ed. (6ª impr.), Rio de Janeiro, 1994, p. 60.

interpelar uma pessoa real ou fictícia, aparece com um estatuto variável na doutrina ortográfica dos autores setecentistas, pois ora é omitido, ora figura entre os sinais auxiliares ou, ainda, entre os de pontuação. Alternando por vezes com a designação da figura retórica²⁸⁹, o apóstrofo conheceu uma fortuna irregular na doutrina dos ortografistas, que o remetiam sobretudo para o domínio dos usos individuais, sem lhe concederem, por conseguinte, uma função no quadro da norma gráfica. Assim, em Caetano de Lima não há referências ao apóstrofo, pelas mesmas razões que já salientámos a respeito da maiúscula. Ao contrário do anterior, Verney consagra ao *apostrofe* alguns parágrafos em que a figura e a função deste sinal são descritas como “umas virgulas, que se-escrevem no alto de uma consoante antes da vogal seguinte, para mostrar que falta uma vogal, e que a-consoante se-deve unir na pronuncia com a-vogal da-seguinte disam” (p.37). Verney é adepto do uso sistemático²⁹⁰ deste sinal no sistema gráfico português, em particular na prosa, dado que no verso essa prática já era corrente desde a época de Camões. A posição verneiana neste assunto decorre, mais uma vez, da aplicação geral do princípio fonético, sendo que o apóstrofo está ao serviço de uma mais fiel representação das contracções e elisões registadas na fala, a cujo respeito comenta:

“Nem isto é tam novo em Portugal, que nam se-achem vestigios desta uniam na pronuncia: antes nam á coiza mais frequente. Considere V.P. estas palavras, *Deste, Daquele, Damesma*, e outras semelhantes; e verá nelas o que digo. Antigamente escrevia-se, *De este, De aquela, De a mesma* etc. o que facilmente alcanza quem considera, o que vale aquele *d*, e com que motivo se-introduzio. Mostrou a esperiencia, que, pronunciando estas particulas separadas, ficava aspera a pronuncia: e assim deitaram-nas fóra até na escritura. O que suposto, o que eu aconselho é, que pratiquem com as outras disoens, que se-unem na pronuncia, o mesmo que tem praticado com estas: e que em ambas as partes ponham o *Apostrofe*, para mostrar a vogal que falta: e com isto ensinar melhor a composisam das disoens, sabelas conhecer, e buscar”, reforçando depois a sua apologia do apóstrofo em termos característicos do seu estilo argumentativo: “Apostarei eu, que de dez mil omens Portuguezes, a um só nam veio

²⁸⁹ Essa alternância é recolhida até hoje pelos dicionários, tal como no século passado; cf António Maria de Almeida Neto, *O Escholiaste Portuguez*, 1884, p. 64: “Apostropho ou Apostrophe. – É o signal orthographico (‘) que se usa para indicar elisão ou falta de letras, de que resulta alguma das figuras: –*Syncope, Apocope, Synalepha, Ellipse* (...)”

²⁹⁰ Neste ponto, fazemos uma leitura diferente da exposta pelo Prof. Salgado Júnior (ed. 1949, p. 93, nota 26), segundo o qual Verney devia considerar original a “introdução” do apóstrofo; de facto, mais do que introduzir um sinal novo, Verney antes pretendia generalizá-lo a todos os casos em que ele aproximasse a grafia da pronúncia, em vez de estar reservado à métrica.

nunca à imaginasam, que *Deste* etc. é composta de *De*, e *Este*. Proguntei isto a alguns, e nam me-souberam responder: e contudo serviam-se indiferentemente destes termos. Eu teria uzado mais amiudo dos *Apostrofes*: mas como ainda nam estão bem introduzidos, temo que me-nam-intendam. pouco a pouco devemos acostumalos a isto” (pp.37-38).

Para o Barbadinho, existem três razões para o uso do apóstrofo, a saber: a omissão das vogais verifica-se tanto na prosa como no verso; não prejudica o reconhecimento do sentido da palavra em que faz a elisão, e, por último, evita encontros vocálicos, tornando a “pronúncia mais doce”. Verney reforça a doutrina relativa ao apóstrofo com base na ortografia de outras línguas, como o italiano e o francês, nas quais aquela unidade tem a função de abreviar por elisão²⁹¹. Em conformidade com isto, Verney parece conceber o apóstrofo como um demarcador da extensão física (fônica) da “palavra”, cujos limites extravasam os espaços em branco entre palavras gráficas, interferindo, portanto, na segmentação tradicional do discurso, uma vez que a divisão da cadeia gráfica em palavras evita a ambiguidade; na oralidade, esta é resolvida, em condições normais, pela entoação e pela acentuação, simultaneamente. Ora a escrita desenvolveu os seus próprios meios – alguns de natureza logográfica, como a oposição maiúscula-minúscula e a pontuação, por exemplo – com vista a aproximar-se da plétora de potencialidades do discurso oral e a diminuir os constrangimentos da escrita²⁹². Afora as contracções assinaladas pelo apóstrofo, Verney refere outras que também deveriam ser marcadas graficamente, à semelhança do que décadas depois aconselharão e praticarão Monte Carmelo e Freire da Cunha. A elas se refere o Barbadinho da seguinte maneira:

²⁹¹ Cf. p. 37: “Os nosos Italianos introduziram os *Apóstrofes* para abreviarem as disoens: vistoque, comendo-se as ditas vogais na-pronuncia, é superfluo escrevelas: bastando ali pôr o sinal, de que deveriam estar. O mesmo fazem os Francezes: e cuidoo, que sem alguma censura, o-podem introduzir os Portuguezes. Onde, será permitido escrever *Amor d’Antonio: Cam d’Agua* etc. a razam disto é, porque ou na prosa, ou no-verso nam se-faz cazo daquela primeira vogal: e assim podemos dispensar de a-escrever. em 2. lugar, porque nam se-perde com isto o sentido, nem se-faz equívoco. Em 3. porque faz a pronuncia mais doce. o que principalmente se-conhece, quando as vogais sam semelhantes: no-qual cazo pronunciar dois *ee*, ou dois *aa*, é aspera cousa”.

²⁹² Sobre o conceito de logografia, cf. Renée Honvault, *obra cit.*, pp. 66: “Le principe sémiographique qui consiste dans la mise en relation d’unités de l’écrit avec des unités pourvues de sens de la langue peut s’appliquer aux mots eux-mêmes. L’opposition par la majuscule et la minuscule entre le nom propre et le nom commun relève de ce principe (...). Mais ce qui est fondamental dans la mise en l’application de ce principe dans notre écriture, c’est la segmentation en mots. Visuellement, la séparation des mots par des blancs graphiques permet la reconnaissance directe de l’unité lexicale qu’est le mot. L’unité lexicale n’est pas sans poser de nombreux problèmes liés en partie à l’évolution de la langue et des significations” (p.66). Este último aspecto é relevante no caso da função lexical do hífen.

“Outra coisa tenho que repreender, na maior parte dos-portuguezes, e vem a ser, que dividem muitas disoens, que deviam estar juntas. V.g. escrevem, *Ainda que, Para que, Com que, Por que*, e outras conjunsoins semelhantes. Mas erram, porque aquelas palavras quando se-seguem umas a outras, devem estar unidas, e fazer uma só palavra: e até isto pode ser necesario, para fugir a equivicasoens” (p.38).

Recheada de informação e pródiga em ilustração é a doutrina exposta por Frei Luís do Monte Carmelo, no parágrafo trinta e cinco – *Do Viracento, e seu uso* –, do **Compendio de Orthographia** (pp.445-448). Para além do termo “Viracento”, que remonta aos autores quinhentistas (cf. 2º vol., I), pelo que faz parte da terminologia veiculada pela tradição portuguesa, Monte Carmelo descreve o sinal²⁹³, tal como Verney, mas fornece ainda outras designações para a supressão de uma vogal, a saber, *Apóstrofo*, e não apóstrofe, *Synalefa* e *Ectlipse*, para designar em particular a supressão de uma consoante final, sendo que em ambos os casos a função da unidade em questão é favorecer a “Eufonía”, ou seja, uma pronúncia correcta e fluente. Monte Carmelo realiza um levantamento muito pormenorizado dos contextos em que se registam tais supressões e arrola as diversas situações de uso: por um lado, o esmagamento ou a crase regista-se em encontros vocálicos, como se vê em *A Villa d’Almeida, A Cidade d’Evora, da parte d’hum, e d’outro*, e, por outro lado, na contracção de duas vogais, por exemplo em *Vou ó campo, Sou contrário ós vícios*. Porém, admite que na escrita se escreva *Vou ao campo, Sou contrario aos vícios* (p.445), embora na oralidade as elisões e as contracções produzam maior facilidade e rapidez de elocução. O ortografista dispensa, no entanto, qualquer marca visual de supressão nas palavras em que ela é sistemática, (*Daquella, Daquêlle, Délla, Delle, Déssa, Dêsse, Désta, Dêste, Daquéllas, Da, Das, Do, Dos*, pp.443-444). O *Ectlipse* verifica-se, por sua vez, em *Com ella, Com elle, Com esse, Com esta, Com este*, cuja pronúncia rápida é *Cõ ella, Cõ este, Cõ essa, Cõ esse, Cõ esta, Cõ este*, e bem assim em *Cõ a virtude, Cõ as Letras, Cõ o estudo* (p.446), que por vezes são articuladas *Cõ estudo, Cõ estudos*. O mesmo tipo de contracção gráfica ocorre também em formas pronominais como *Commigo*,

²⁹³ Cf. p. 445: “*Viracento* he hũa *Virgula*, que se escreve da parte de cima das *Letras* para supprir hũa vogal, e significar, que esta nam se-deve pronunciar por causa da *Eufonia*, isto he, de boa, e expedita pronúncia”.

Comnôsko, Comsîgo, Comtîgo, Comvôsko, e nas seguintes: *Na, Nas, No, Nos* (*Na quinta, Nas seáras, No câmpo, Nos montes*) (p.446), *Naquêlla, Naquelle, Nélla, Nêlle, Néssa, Nêsse, Nessoutra, Nésta, Nêste, Nestoutra, Nestoutro* (p.447). O mesmo fenómeno é identificado pelo carmelita em *Ant'Anna* e nas formas *Toda á virtude, Para á Quinta*, articuladas como *Tod'ávirtude, Par'á Quinta*, pronúncia que o ortógrafo atribui aos *Cortezaões*; mas, ao invés das anteriores, nas formas *Nan-as- quero, Nan-os- quero*, cuja pronúncia e escrita normativas são *Nam as- quero, Nam os- quero* (p.446), o “Eclíipse” tem carácter popular ou rústico. Por último, Monte Carmelo identifica, ainda, o fenómeno de contracção ou esmagamento – a *Synaléfa* –, já em expressões como *Todo o homem, Todo o mundo*, proferidas por alguns como *Todo homem* e *Todo mundo*, já em em fórmulas interrogativas do registo familiar, de são exemplo *Qu'he della ? Qu'he dellas ? Qu'he delle, Qu'he delles*²⁹⁴. Estas expressões têm o estatuto de plebeísmos, razão por que constam dos “*Vícios, ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos*” (p.669). Embora diferente das anteriores, a sistemática junção dos componentes de certas locuções, como *Aindaquê, Antesquê, Depoisquê, Logoquê, Postoquê, Senâm, Tantoquê* (p.450) é tratada no domínio das contracções, pelo menos no plano gráfico. O carmelita justifica esta prática com base em critérios acentuais e semânticos, ao dizer que “qualquer destes Adverbios he hum só Vocabulo, o que se-conhece pelo sentido das Orações”.

Ao contrário de Verney, e sobretudo de Monte Carmelo, João Pinheiro Freire da Cunha (1770) não se refere nem ao fenómeno de contracção, nem ao apóstrofo, unidade que assim fica excluída da sua doutrina ortográfica; mas o fundador da Academia Orthografica afasta-se também de Melo Bacelar (1783) e Carneiro Souto-Maior (1783), que tratam deste sinal, ainda que de forma muito mais sucinta que o carmelita. Melo Bacelar inclui o *apostrofo, viracento* ou *signal divisorio* entre os *Adjunctos á Orthographía Philosophica*, que se situam no segundo nível da

²⁹⁴ Cf. p. 448: “Certamente usâmos de *Apóstrofo*, ou *Synaléfa* nestas perguntas, as quaes sem ella seriam *Que he della ? Que he delle ?* &c. Nenhum *Orthógrafo*, que eu visse, usa destas perguntas, que sam frequentes na Conversaçã familiar; mas todos escrevem *Onde está ella ? Onde está elle ?* &c. Esta ultima *Fraxe* he pura, e segurissima; porém julgo, que se-pode usar da primeira, aindaque com pouca energia, e menor propriedade, reflectindo bem no sentido da pergunta. alguns imaginam, que se-deve escrever *Quédella ? Quédelle ?* &c. e a *Plebe* do Minho diz *Quédulla ? Quédullo ?* &c. mas todos erram”.

ortografia ou plano extra-alfabético. Neste se incluem, por outro lado, o tipo de caracter (*rodondos* ou *griphos*), a maiúscula (*letra grande*), o hífen (-), a *appunctuação*, os parênteses e os sinais de parágrafo, de interrogação e de admiração (p.65). No breve parágrafo consagrado ao apóstrofo, o ortografista confere uma função original a este sinal: em vez de marcar a elisão vocálica, o apóstrofo indica, então, a separação na pronúncia em *re'sonar* ou *por'rezar*, para evitar que se realizem como *rezonar* e *porrezar*; por outro lado, prevê o seu uso geral “quando succéde haver equívocação no ler; cacophonía, ou má consonancia na conjunção de dicçoens” (p.65). Saliente-se, porém, que ao arripio da doutrina, a frequência do apóstrofo no texto de Melo Bacelar é muito baixa, sendo apenas de assinalar a sua ocorrência em contextos que já haviam sido referidos por Monte Carmelo (*d'amar*, Gramm., p.18, *d'amaria*, p.20). Quanto a Souto-Maior, que o inclui entre as notas ou sinais da “Pontuação”, em particular da pontuação de palavra, o apóstrofo é a marca visual da elisão de uma vogal ou de uma consoante, em formas como *Sant'Antonio*, *Reliqui'antiga* (p.71). Por outro lado, trata da *Synalepha* a propósito da forma *Co'isto*, definida como a contracção da consoante “M” junto de vogal cuja grafia é diferente junto de *a, e, i*, ou de *o, u*, de acordo com os exemplos *Co'altura*, *Co'esta*, *Co'isto* e *C'o andar*, *C'untura* (Com o andar, Com untura)²⁹⁵. Apesar de reconhecer a frequência das elisões e das contracções na fala, o ortografista circunscreve o uso do apóstrofo ao verso para satisfazer necessidades métricas.

Tal como na doutrina de Souto-Maior, na de Nunes Cardoso o apóstrofo tem o estatuto de unidade pontuacional, visto figurar na Regra VIII da **Arte da Orthografia** – Mostra que couza hé *Pontuasam, e o seu uzo* –, com a função de indicador da supressão de uma vogal, em particular na preposição de (*d'Almeida*, *Homem d'Armas*); acrescenta o ortógrafo que outros autores estendem essa prática a outros casos (*n'um*)²⁹⁶.

²⁹⁵ Note-se que a sinalefa é descrita no âmbito do tratamento da consoante *M*; cf. p. 44: “O *M* da preposiçãõ *Com* muitas he liquido, principiando a dicçãõ pelas vogaes *A, E, I*; e se contrahe o *M* pela vogal da dicçãõ seguinte, (a que se chama *Synalepha*) denotando a contracçãõ hum apostropho, que se põe no alto do *O*, como: *Co'altura*, *Co'esta* (...). E quando ao ditto *M* da preposiçãõ *Com* se segue dicçãõ, que principia por *O, U*, naõ só se contrahe o *M*, mas taõbem o *O*; e se põe o apostropho no alto do *C*, como: *Co'andar*, *C'untura* (...). Na pronuncia usãmos disto; porém na escrita, só no verso”.

²⁹⁶ O ortografista parece submeter este uso ao arbitrio dos autores, em especial dos poetas: “Os Poétas, e outros Escriutores que se escrevem com mais pureza uzam desta figura em outros lugares...”

Nos artigos anónimos do **Jornal Encyclopedico** não se regista sequer uma ocorrência do apóstrofo, o que deixa crer que esta unidade fazia parte do sistema gráfico do articulista.

Dos dados acima compulsados, poder-se-á concluir que o uso do apóstrofo, para além de ter conhecido uma fortuna irregular nas doutrinas ortográficas, está associado à análise da fala, ao indiciar uma dada concepção da palavra fónica, nem sempre transposta para a palavra gráfica. De qualquer maneira, não se pode negar a relação deste sinal com a problemática da adequação da escrita à fala, sendo a sua baixa frequência explicada pela tendência para a redução da ambiguidade.

No domínio da definição e da construção da palavra gráfica situa-se, do mesmo modo, o hífen, unidade cujas virtualidades se reflectem no campo lexical e na grafia da segmentação silábica das palavras. Como marca de pontuação de palavra, vinculada e transmitida por uma antiga tradição – a do chamado “sinal de união” –, que remonta a Prisciano, por exemplo, o hífen é provavelmente a unidade mais controversa, devido à sua plurifuncionalidade. Ao hífen ou traço de união, apenas dotado de substância gráfica, cabem funções que se manifestam, a partir da estrutura sintagmática das unidades gráficas, no nível morfo-semântico, dado que permite a identificação visual das unidades lexicais, por um lado, e distingue as lexias simples das compostas, por outro. Neste último caso, o hífen tem a particularidade de pôr em contacto dois significantes gráficos que, isolados, funcionam em contextos distintos daquele em figura uma unidade composta; por isso, reveste-se de uma dupla dimensão unificadora e separadora, sendo que a segunda está patente na segmentação silábica e no processo de translineação. O hífen realiza duas das operações lógicas da pontuação – a conjunção e a disjunção²⁹⁷ –, inerentes aos seus principais usos: formação de compostos, ligação de clíticos ao verbo e translineação.

(p.20). Note-se que a exemplificação textual fornecida por Nunes Cardoso é, em parte, retirada do “*Felis Independente*”, do P. Teodoro de Almeida.

²⁹⁷ Cf. Ivan Fónagy, *Structure sémantique des signes de ponctuation*, *Bulletin de la Société Linguistique de Paris*, t. LXXV, 1980, p. 108.

Os ortografistas setecentistas dão continuidade à tradição²⁹⁸ vernácula respeitante a esta unidade, embora em proporções e com latitudes de emprego variáveis de acordo com os princípios que enformam o sistema gráfico de cada um, registando-se, em matéria de “hifenização”, algumas versões fortes, isto é, doutrinas ou práticas que ele tem um papel relevante, à semelhança do que já dissemos com respeito às outras formas de pontuação de palavra – a maiúscula e o apóstrofo.

Se D. Luís Caetano de Lima não alude de forma explícita ao hífen, da observação da prática patente na sua **Orthographia** verifica-se que essa unidade gráfica tem a função de ligar as enclíticas ao verbo (*Advirta-se*, p.29; *pronuncia-se*, p.30; *exceytua-se*, p.31; *tirão-se*, p.41) e de dividir as palavras na translineação (*ditongo*, p.67; *Sub-stantivo*, p.69; *ex-ceyçaõ*, p.71; *Adop-çaõ*, p.77). Em Verney deparamos, pelo contrário, com um depoimento tão directo quanto elucidativo acerca das diversas atribuições do hífen, sendo muito relevante a chamada de atenção do editor das cartas a propósito do traço de união, cujo emprego no impresso afirma estar em conformidade com o original do autor. Em carta dirigida aos Padres da Companhia de Jesus, em nome do impressor António Balle, e não do autor, oculto por detrás do nome de Barbadinho, são prestadas informações de ordem diversa: justifica-se a publicação da correspondência, faz-se o elogio dos Jesuítas, e explica-se a originalidade do sistema gráfico do autor, aspecto que merece destaque, pois demonstra bem a consciência do carácter *sui generis* de um sistema marcado por um forte pendor reformista. Ali se explica a razão da discrepância entre o uso habitual do hífen, a chamada *linha*, e a doutrina propugnada pelo autor na Carta I, nos termos seguintes:

“Em certa carta, escrita entre a primeira, e a segunda do primeiro tomo, diz, que nam obstante que disese, que a linha se-pode pôr entre as disoens, para evitar os equivocos: v.g. na particula *por*, quando significa causa, para a distinguir do verbo *por*; ou também nas particulas *no*, *do*, *da*; para as-distinguir dos sustantivos *nó*, *dó*, e do verbo *dá*, *dás*: Contudo observando ao despois, que podia embarasar os principiantes, ver as linhas nestas particulas, que sam frequentes; julgára mais acertado, tiralas das ditas particulas: como tambem de todas as terminasoens plurais dos verbos: v.g. *disera-mos*, *amaria-mos*, *quizer-mos*, *fizer-des*, etc. pola razam que estas terminasoens sam mui

²⁹⁸ Sobre o hífen, na tradição gráfica portuguesa, Vide: Rita Marquilhas, *O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas*, **Demanda da Ortografia Portuguesa** (org. Ivo Castro et alii), Sá da Costa, 1987, pp.103-116.

frequentes, e todos as-intendem mui bem. Acrescenta, que também nam se-deve pôr, naquelas palavras, e verbos em que se- acrescenta uma letra, para evitar a uniam de vogais, que fasam equívocos. v.g. *fazèla*, quando vale o mesmo, que *fazer-a*, isto é, fazer esa coiza. Também quando se-introduz o pronome no verbo: v.g. *dirmeám*, que vale o mesmo que *diram-me*; *falosìa*, *obrigalosìa*, que muitos escrevem mal assim: *falos-ia*, *obrigalos-ia*: porque a dita palavra compõe-se destas: *faria-os*, *obrigaria-os*: acrescentando um *l*, para facilitar a pronuncia das-vogais: onde separando, *ia*, separam uma parte necessaria da palavra, e fazem erro. Nestes cazos diz, que basta o acento em *fazèla*, *dirmeám*, *obrigalosìa*. Aindaque na primeira e semelhantes, quando sam imperativos, *faze-la*, *quere-la*, etc. que valem *faze-a*, *quere-a*, nam reprova que se-ponha a linha, para mostrar que é esdruxola, e que se-pronuncia diferentemente” (Introd. Carta). Com o objectivo de clarificar a doutrina do autor nesta matéria, sintetiza o uso do hífen da seguinte maneira: “Asimque para facilitar a Ortografia, somente deixa as ditas linhas nestes cazos: I. Na uniam dos pronomes com os verbos, ou das particulas que servem de pronomes, e sam diferentes das terminasoens dos verbos: v.g. *fazemos-lhe*, *lhes-fazem*, *nos-dizem*, *dizem-no*, *o-dizem*, *as-querem*; II. Nos verbos impesoais, que unem com o reciproco: *fazem-se*, *chama-se*, *se-nam-fazem*, ou também nestes, *nos-explicamos*, *nos-irmos*, etc. e outras unioens semelhantes: como no verbo á quando une com a particula *se*: porque sempre se pronuncia unido: *se-á-de*, *ám-de*, etc.” (Carta, p. 6).

Dos esclarecimentos acima aduzidos, se depreende que a doutrina verneiana sobre o uso do hífen assentava numa reflexão sobre a própria noção de palavra, como víramos a respeito do apóstrofo, ao mesmo tempo que se apoiava nos critérios semântico e fónico (*Com isto se mostra, quando os Pronomes unem com os verbos, nam só no-sentido, mas na pronuncia; e finalmente, quando muitas disoens na pronuncia compoem uma*, p.35). Todavia, a concepção da palavra como uma unidade acentual é determinante no uso do hífen, como sucede na oposição entre as formas pronominais de sujeito (*Nós*) e as de complemento (*Nos*), cuja dependência acentual é marcada pelo hífen (*Nós fazemos* versus *nos-fazem*); por outro lado, esta unidade garante também a distinção gramatical entre o pretérito e o presente (*Amáse* versus *Ama-se*).

A prática patente no **Verdadeiro Método de Estudar** é justificada, de resto, no princípio da obra, na suposta carta do impressor: “Tudo isto advertira confuzamente, no lugar apontado: mas aqui o-explica melhor. E com efeito tendo escrito com as linhas, as primeiras trez cartas, nas seguintes observa as regras que

aqui dá” (p.6). Das observações alegadamente avançadas pelo impressor se retira que o hífen pode ser plurifuncional, visto servir não só para ligar as partículas átonas como para “evitar os equívocos” (p.36), intenção que era contraproducente em termos de economia visual, como já vimos, uma vez que a frequência elevada da unidade se traduz numa perda do seu efeito. Verney critica, no entanto, alguns usos abusivos deste sinal, em particular ao separar as desinências verbais²⁹⁹ (*Faze-mos*, p.36) e em formas verbais como *Fazé-la*, *Amá-la* (ibid.), ou, ainda, nos advérbios em mente (*Pia-mente*, *Antiga-mente*, ibid.), sendo que “na pronuncia destas disoens nam pode aver engano: e quem as-separa, intende mal as coizas” (ibid.). Não alude, porém, ao uso do hífen com a função morfológica de ligar os componentes dos compostos³⁰⁰.

Quanto à intervenção do hífen no processo de translineação, prática que remonta aos copistas medievais, o autor prevê, contudo, a utilização de um sinal similar, mas distinto do hífen (=), para distinguir a divisão silábica em final de linha da ligação realizada pelo hífen, como se observa nos exemplos *Fa=zia* e *Faz-me*. Esta oposição que será adoptada por alguns autores posteriores (cf. infra, II, 6.2.2.), embora ela dependesse da disponibilidade ou dos usos da casas de impressão, e até funcionasse como “instrução” ou “nota” para orientação do impressor: “Se no-fim da-regra, se acha o Fa= com duas linhas, é sinal que na imprensa, ou copia deve ser inteira a disam: se tem só uma linha, sucedendo ficar toda a disam na seguinte regra, deve ter tambem a linha: e isto é fácil de praticar” (p.37). Não obstante estas observações, nem no **Verdadeiro Método de Estudar** nem na **Gramatica Latina** se regista esta solução gráfica com o efeito pretendido, do mesmo modo que não ocorre o hífen na composição vocabular (*se aprenda, se devem*, **Gram. Lat.**, p.4 versus *contentando-se, dividem-se*, p.5, *falta-lhe*, p. 31).

²⁹⁹ Neste ponto da doutrina, regista-se uma certa contradição, sublinhada também pelo Prof. Salgado Júnior (p. 90, nota 19), já que na Carta aos Padres da Companhia (cf. cit. supra) não se prevê esse uso, ao passo que na exposição (p. 36) da doutrina se detecta uma certa ambiguidade, quando refere que “em outras partes tenho visto usar estas linhas, que não me parecem de tanta necessidade” (p. 90).

³⁰⁰ Em 1734, Madureira Feijó (cf. 2ª ed. 1739, p. 130) referia já esse uso, que em todo o caso não conheceu grande fortuna na doutrina ortográfica setecentista, limitando-se os ortógrafos a repetir em geral os mesmos exemplos; cf. Rita Marquilhas, *obra cit.* p. 113. A função morfológica do hífen será valorizada em especial no século seguinte, o que levou à criação de um corpo de doutrina específico, conforme veremos adiante (cf. II, 6.2.2).

Em Frei Luís do Monte Carmelo (1767) encontra-se, por sua vez, uma sucinta exposição dos usos do hífen – *Uniâm* – que acrescenta dados qualitativamente relevantes, uma vez que o carmelita prescreve o hífen, por um lado, na translineação, ao ligar as “Syllabas de hũa só Dicçâm, a qual no fim da *linha*, ou regra, se-divide”, chamando-se então *Divisâm*, e por outro lado, recomenda-o para unir, com base num critério semântico, as “Dicçõs parciaes de hũa total, que significa, hũa só coisa...”(p.449), isto é, nos nomes compostos, como *Vice-Rei*, *Vice-Rainha*, *Vice-Reitor*, *Vice-Cancellario* (p.439), *Traz-Dos-Montes*, *Freixo-De-Espada-Á-Cinta*, *Enxara-Dos-Cavalleiros* (p.438), mas também para ligar os “*Pronomes* com outros *Vocabulos* diversos, quando aquelles termînam, ou finalizam a significaçâm de algum verbo” (p.449), por exemplo em *Manda-me*, *Pede-nos*, *Rogo-vos*, *Jacta-se*, *Estîma-las*, *Dîze-lhe*, *Traze-os*, e bem assim em *Me-Manda*, *Nos-pede*, *Vos-rogo*, *Se-jacta*, *Lhe-dize*, *Os-traze*” (p.450). Esta prática é sistematicamente seguida no próprio **Compendio de Orthografia**, no qual se regista, por isso mesmo, uma elevada frequência do hífen. Porém, no respeitante à função lexical do hífen, para além dos casos aduzidos por Monte Carmelo, outros existem em que o ortografista dispensa este sinal, como se vê em *Bemaventuráda* e *Bemmequér* (p.168).

Com respeito à divisão dos vocábulos em final de linha, o ortografista arrola também uma série de usos, em conformidade com a estrutura silábica e a pronúncia, sem desprezar ainda dados de ordem estética, visto que esta divisão teve origem na necessidade de alinhar e uniformizar as dimensões das linhas de um texto³⁰¹. Assim, Monte Carmelo prevê os seguintes tipos de divisão: separam-se as consoantes geminadas (*Ab-bade*, *Ac-com-modar*, *An-nalis-ta...*p.466), ao contrário do que sucede com os grupos formados por uma oclusiva seguida de líquida (*Có-bre*, *Declá-ro*, *Es-crê-vo*, *Qua-dri-lha*, *De-plo-rár...*p.467), com o grupo <gn> (*Dî-gna*, *Dignei-me*, *Ma-gni-fi-car...*ibid.), com <ch, lh, nh>³⁰² (*Côn-cha*, *Ma-ni-lha*, *Mi-nha...*ibid.), com as sequências <qu, gu> (*Anti-quá-rio*, *Es-que-cêr*, *Ex-tin-*

³⁰¹ Monte Carmelo refere-se por diversas vezes aos efeitos estéticos do uso da “divisâm” ou hífen: “A Divisâm dos vocabulos, que tem esta figura - foi inventada para ornato da *Escritura*, a qual com algúas regras maiores, outras menores, ficaria muito déforme. Por esta causa parece supérflua a divisâm, quando hũa só vogal se hade escrever no fim da regra, como v.g. *A-tar*, *E-ducar*, *I-magem*; ou quando hũa só vogal se-hade pôr na regra seguinte, como v.g. *Bo-a*, *Candê-a*, *Ce-a*; porque a diminuiçâm, ou additamento de hũa *Vogal* nam causa desproporçâm na *Escritura*” (p. 466).

³⁰² Exceptuam-se os casos em que o *h* não forma grupo consonântico, mas é mera aspiração: *Ad-he-rên-cia*, *In-ha-bi-li-tar*, *In-he-rên-cia*, *Myr-rha* (p. 467).

guir...ibid.), e os ditongos³⁰³ (*Au-la...ibid.*). Nos restantes casos, a divisão rege-se pela pronúncia como em *Es-ca-la, Ba-ta-lhâm, Co-bi-ça, Di-zêr, Dô-ce* (p. 467). Pelo facto de recomendar este sinal nos compostos e de o aplicar às proclíticas, conclui-se então que na doutrina de Monte Carmelo há uma substancial valorização funcional do hífen nos níveis morfo-lexical e sintáctico, aspecto que o afasta dos restantes ortografistas setecentistas.

Para além dos princípios ortográficos, importa referir que a divisão silábica em final de linha dependia muitas vezes dos tipos disponíveis nas oficinas de impressão, o que obrigava por exemplo à não separação dos componentes dos grupos <ct> e <st>, já que eles constituíam um único tipo que transitava, forçosamente, para a linha seguinte. Dos constrangimentos a que estavam sujeitas as soluções dos autores dá-nos Monte Carmelo um depoimento directo, quando comenta a propósito de grupo <ct>:

“Ordinariamente nam se-costumaam dividir as Consoantes, que se-podem pronunciar junctas no principio dos Vocabulos Latinos, e assim fazem os Typógrafos, ou Impressores, como v.g. Exa-ctôr, porque em Latim começam alguns *Vocabulos* com *ct*, como *Ctesiphon* (...). *Relapso*, &c. porque na Latim ha v.g. *Psalmus* (...). *Corrûpta*, &c. porque no Latim ha *Ptolomaeus* (...). Porêem todas estas Dicçoês, e semelhantes, se-podem dividir assim *Exac-tor*, *Relap-so*, *Corr-rup-ta*, *Ca-bres-tan-te*, *Cons-tar* (...). Os Impressores nam dividem aquellas *Consoantes ct, st, &c.* porque tem caracteres com ellas juntas” (p.468).

Muito diferente do anterior, o enquadramento do hífen na doutrina ortográfica de João Pinheiro Freire da Cunha, que não lhe atribui uma designação própria e dele se ocupa apenas na “divizaõ das Consoantes no fim da regra”, embora coincida com Monte Carmelo em alguns aspectos, em particular na prática da translineação das consoantes geminadas (*Ter-ra*, p.142), dos grupos consonânticos com uma líquida³⁰⁴ (*Co-brir, Re-reflectir*, p.143), dos grupos <gn> e <gm>³⁰⁵, das grafias <ch, lh, nh>³⁰⁶ e da aplicação do critério da pronúncia nos restantes casos; mas Freire da Cunha

³⁰³ Ao contrário destes, as sequências vocálicas podem ser divididas: *Guadi-âna, Mari-âno* (p. 468).

³⁰⁴ Salvo quando a divisão obedece à composição da palavra, como em *Ab-luçãõ, Sub-levaçaõ* (p.143)

³⁰⁵ Cf. exemplos p. 143: *Eni-gma, Di-gno, Insi-gne, Do-gma*. A estes, juntam-se *Da-mno, Conde-mno, Alu-mno, Colu-mna* (p. 143).

³⁰⁶ Cf. exemplos p.144: *In-chado, Man-cha, Me-lhor, Mi-nho* aos quais acrescenta *A-thanazio, A-thenas*.

adopta soluções divergentes das do carmelita no tocante aos grupos <ct, pç, ps, pt>, que aqui não são separáveis (*Deli-cto, Corru-pção, Rela-pto, A-pto*, p.144), e outro tanto se verifica em *Na-scer*. Da doutrina do professor da Academia Orthografica destaca-se, sobretudo, a intervenção da formação ou composição das palavras na translineação, contornando-se assim o critério fonético em nome da construção vocabular e da remissão para uma já remota ou inexistente consciência etimológica. Esta prática assenta na importância conferida à identificação dos elementos constituintes das palavras (“Preposição”), como se conclui das palavras do ortografista ao estipular que “Toda a palavra, que for composta, se divide nas partes, de que se compoem, como: *Antepor, Compor, Dispor, Repor, Interpor, Intentar, Obstar, Perseguir*...que se dividirão desta sorte: *Ante-por, Com-por, Re-por, Inter-por, Ob-star, Per-seguir*” (pp.144-145). A respeito da translineação de sequências vocálicas, Freire da Cunha só prevê a sua separação quando não formam ditongo, pelo que a divisão de *Antoni-o* (p.145) é diferente da de *Effei-to* (p.146). Finalmente, o ortografista reconhece, à semelhança de Monte Carmelo, a função sintático-acentual do hífen, aplicando-a unicamente às enclíticas³⁰⁷, sem fazer, no entanto, qualquer alusão à função lexical deste sinal.

Se em Melo Bacelar (1783) a referência ao hífen é muito breve, sendo tratado como marca da divisão silábica e da dependência das enclíticas com respeito ao verbo (*An-tonio, nas-cer, a-brir; partem-se, Orth. Philos.* p.65), já em Carneiro Souto-Maior (1783) se encontra uma exposição mais pormenorizada do uso e das funções do hífen, que recebe as designações de *Linha de separação* e *linha de seguimento*. Sem mencionar a função morfo-lexical deste sinal, ao contrário de Monte Carmelo, Souto-Maior descreve a função sintático-acentual do hífen. Tal como para os anteriores ortógrafos, o hífen serve para “unir hum verbo á particula, ou pronome relativo seguinte; fazendo de tudo uma voz, e não parando, senão depois da particula” (p.81), sublinhando que *disse-lhe, ouvindo-o* se pronunciam *Disselhe, Ouvindoo* (p.82), isto é, como uma verdadeira unidade acentual. No caso específico das formas pronominais “A, O” depois de infinitivo verbal, não prevê o uso do hífen

³⁰⁷ Cf. p.146: “Todas as vezes, que adiante dos Verbos se pronunciarem juntamente estes Dativos, ou Accuzativos *me, te, se, nos, vos*, ou a terminação *lhe*, ou *lhes* em qualquer pessoa de qualquer Tempo, e de qualquer Modo, se porá entre a Pessoa do Verbo, e os ditos Dativos, ou Accuzativos, e terminações a mesma divisaõ desta sorte - como: *Amas-me, Amava-te* (...)”.

(*Amalla, Fazello*, p.83), ao mesmo tempo que condena a sua introdução em lugar da contracção de uma preposição com um pronome, por exemplo em *Deste, Daquelle, Neste, Nisto, Naquelle* (pp.84-85). Discorda, porém, o ortografista da aplicação da “linha” ao caso das proclíticas, cuja pronúncia julga diferente das enclíticas, porque a “Linha põe-se para não pararmos nos verbos; e quando as particulas estão antes delles, nunca fazemos pausa; porque a pronuncia o não consente” (p.82).

Quanto à “Linha de seguimento”, ou seja, a marca da translineação, Carneiro Souto-Maior estipula apenas o seu uso genérico depois de uma sílaba “completa”, mas sem arrolar as possíveis dificuldades da divisão silábica: assim, as sílabas separadas fazem parte de um todo, como se vê em *Abs-ten-do-se* (p.84), e, por isso, só prevê a separação das consoantes geminadas (*Vassal-los, Ec-clesiasticos, Ac-ção*, p.86).

Com a designação de “Divizam”, Francisco Nunes Cardoso (1790) confere ao hífen as três funções – separadora, na divisão silábica, sintáctico-acentual, ao ligar ao verbo as formas pronominais enclíticas, lexical, na formação de nomes compostos –, reconhecidas pelos ortografistas precedentes. Elas são ilustradas, respectivamente, pelos exemplos seguintes: *Terra (Ter-ra)*³⁰⁸, *Chanceler-mor, Menor-idade*³⁰⁹, *Viu-me, Retirou-se, Ouvindo-o* (p.19). Note-se que o ortógrafo não fornece regras para a translineação.

Dos depoimentos compulsados, pode concluir-se que na doutrina ortográfica do século XVIII o hífen estava associado ao processo de divisão silábica, na translineação, e à visualização da dependência das formas pronominais, sobretudo as enclíticas para a maioria dos autores, relativamente ao verbo. Menos numerosas e especificadoras são as referências ao papel do hífen lexical, aspecto que não lhes mereceu grande relevo, com excepção de Frei Luís do Monte Carmelo, ainda assim com restrições. Com essa função, o hífen só adquirirá um papel destacado na âmbito da pontuação de palavra no século seguinte, a partir de uma reflexão sobre a

³⁰⁸ Cf. *Arte da Orthografia*, p. 18: “Divizam hé hum risquinho entre os regrados de que se uza no fim da linha, quando nella nam cabe a palavra, e entam se parte com a figura - de sórte que fiquem sylabas inteiras no fim da linha que acaba, e principio da seguinte, para que a vista alcanse que a palavra está partida; mas se a palavra partida tiver letra dobrada asim como *Terra*, ficará huma das dobradas no fim da linha, e a outra principiara a linha seguinte deste modo: *Ter-ra*”.

³⁰⁹ Cf. *Arte da Orthografia*, p. 18: “Tambem uzamos de Divizam quando escrevemos huma palavra que inclue duas (...)”.

estrutura morfo-lexical e fonética dos vocábulos, na sequência dos trabalhos dos “sónicos” e do desenvolvimento dos estudos no domínio da fonética.

4.1.1. As abreviaturas

As abreviaturas são um exemplo de economia de meios gráficos, uma vez que baseiam a sua aparência formal em apenas alguns dos elementos do significante fónico e gráfico do signo linguístico, traduzidos, conforme os casos, ou por uma maiúscula inicial e o chamado ponto de abreviatura, ou por uma maiúscula seguida de outras unidades alfabéticas e do ponto³¹⁰. Remontando, por exemplo, às escritas quotidianas dos egípcios, depois às notas tironianas dos Latinos, criadas por de Túlio Tirão³¹¹, as abreviaturas são a primeira forma de estenografia, e até de taquigrafia³¹², usada pelo homem, com vista à obtenção de um sistema rápido e eficaz de transcrição da fala, que ao mesmo tempo rendibilizasse o suporte material. Por outro lado, o conjunto das abreviaturas pode ser analisado como sistema de escrita de notação rápida determinada época, na medida em que remete para o plano morfológico e semântico e se reveste, inclusive, de um certo grau de “logografia”, pois as unidades deste micro-sistema apontam directamente para o sentido, sem mediação, pelo menos obrigatória, da relação fonológico-grafemática.

Se o número de abreviaturas era considerável na prática dos copistas da época medieval, em virtude da tradição que remontava à escrita do latim, favorecida sobretudo pelo critério de economia ligada à escassez dos materiais de suporte da escrita, o uso regular das abreviaturas vai continuar durante séculos, mesmo depois de bem avançada a era da imprensa, situação que comprova pelos textos dos próprios gramáticos e ortografistas portugueses, em cuja doutrina não deixavam de incorporar indicações sobre as abreviaturas mais usuais na sua época.

Assim sucede com os autores do período em apreço. Na verdade, de acordo com os seus testemunhos dos autores, a referência às principais abreviaturas e seu valor é um dado recorrente na doutrina ortográfica setecentista, correspondendo a

³¹⁰ Cf. N. Catach, *La Punctuation*, p. 143.

³¹¹ Cf. Santo Isidoro de Sevilha, *Etimologías*, I, pp. 312-313: “De notis vulgaribus”.

³¹² Cf. *idem*, p. 162.

um nível logográfico, ou pelo menos à sua possibilidade, no sistema gráfico português. Note-se, porém, que o fenómeno da abreviação gráfica constitui, por outro lado, uma espécie de “universal” das escritas alfabéticas, não sendo, portanto, exclusivo da grafia portuguesa.

Quanto aos ortografistas portugueses que trataram das abreviaturas de forma explícita, no âmbito das suas propostas de codificação gráfica do português, destacam-se as informações fornecidas por Monte Carmelo, o mais prolixo na matéria, e Nunes Cardoso. A partir da definição de abreviatura como “parte de hum Vocabulo extenso, ou total; e por isso nam deve aquella ter algũa Letra, que nam haja neste” (p.727), o carmelita avança dados de diversa índole, como os vários tipos de abreviatura (por advérbio, algarismo e conta romana), as abreviaturas históricas, as abreviaturas mais usadas em cada letra; já a doutrina cardosiana apresenta não só algumas abreviaturas portuguesas, como também abreviaturas “aritméticas e romanas”. Monte Carmelo frisa, por outro lado, a abundância de abreviaturas praticadas pelos ortografistas portugueses, muitas das quais provêm do “Idioma Latino” (p.470). Para este ortografista, o uso das abreviaturas assenta na diferença entre escrever por extenso e escrever em “breve”, mas uma parte das letras daquele deve aparecer neste, algumas das quais (normalmente as últimas) em expoente. Com respeito ao ponto de abreviatura, o ortografista observa que em vez dele alguns autores adoptam, depois das letras em expoente, a vírgula, “ponto com vírgula”, dois pontos ou ponto final, prática que não julga universal. A estratégia de exposição sobre as abreviaturas consiste na comparação com as latinas, também usadas em português, sendo de destacar as abreviaturas históricas: “Xps.”, Xp.^{to} ou Xp.^o, de origem grega, para Cristo, também abreviado em “Chrs” (de *Christus*); “Lx.^a”, de Lisboa, abreviatura que rejeita em benefício de L.^a, por não estar em conformidade com a grafia da palavra (*ninguem escreve Lixboa, mas Lisbôa*, p. 477). Outro tipo de abreviatura, também atribuído aos gramáticos latinos, é expressão elíptica ou a contracção, admitida em particular no registo menos culto: numa acepção lata de abreviatura, o carmelita inclui aqui os advérbios terminados em “mente”, já que este são a expressão abreviada de um sintagma preposicional (prep. seguida de substantivo, Ex. *Baixamente* ou *Com Baixêza*, p.484), e bem assim certas fórmulas interrogativas (*Donde* por *Deque parte*, *De que Lugar*; *Para onde* por *Paraque*

Lugar, etc.), e os antigos relativos interrogativos (*Cuja, Cujo, Cujas, Cujos*, etc. em lugar de *De quem, De quaes*, p.485), cujo uso considera antiquado³¹³. Neste tipo particular de “abreviaturas” considera ainda as contracções do tipo *Dallí, Dacolá, Par'acolá, D'aquém, D'alêm*, e a forma de tratamento *Sô* (*Ó Sô Francisco*, p.486) redução de “Senhor”.

No domínio das abreviaturas, exemplificadas sob a forma de listas alfabetadas, figura também o til (cf. supra, 3.4.), em especial nas seguintes: *Q, Alz, Frz, Glz, as quaes extensamente se-escrevem Que, Álvarez, Fernández, Gonsálvez, &c* (p.444).

Nunes Cardoso (1790) justifica a introdução de abreviaturas no sistema gráfico pela já mencionada escassez de suporte da escrita e, reconhecendo embora a sua utilidade, salienta a conveniência de elas não obstarem a um eficaz “acesso lexical”, isto é, ao reconhecimento das palavras. Segundo este ortografista, as mais frequentes são *V. Mag.^e, V. Alteza, V. Emin.^a, V. Ex.^a, V. Ill.^{ma}, V. S.^a, V. R.^a* (Arte, p.38). No que às “*Abreviaturas com Algarismo, ou Conta Árábica*” (p.486) respeita, Monte Carmelo define o algarismo como abreviatura dos “Nomes numeraes absolutos”, condenando a junção de uma letra aos ordinais, já que o contexto esclarece o sentido das abreviaturas. Neste ponto, o autor aduz uma curiosa observação a propósito dos numerais que acompanham os nomes de papas, de reis e os séculos: a estes casos aplica-se a “conta Romana” (*Benedicto XIV. Joâm V. José I. Carlos III. Luiz XV. Seculo XVII. Anno XX. &c*, p.487), ainda que uma “Móda na Orthografia” tenha introduzido os algarismos em vez dos romanos (*Benedicto 14. Joâm 5. José 1. Carlos 3. Luis 15. Seculo 17. Anno 20*, *ibid.*), prática que não condena. A estas abreviaturas acrescenta, por outro lado, as dos nomes dos dias e meses³¹⁴

Tal como anterior, Nunes Cardoso trata das abreviaturas gregas IHS (Jesus), Xp.^{to} (Christo), e da latina “§” (cf. infra, 4.3.), que assinala a mudança de

³¹³ Cf. p. 485: “Alguns Portuguezes, particularmente os Interamnenses, usam deste nome antigo *Cuja, Cujas, Cujo, Cujos*, derivado do Latino *Cujus, Cuja, Cujum*, para que abreviem estas perguntas v.g. *Dequem? Dequaes? Dizem v.g. Cuja he esta espada? Cujo he este Livro?* (...) Mas os modernos *Orthólogos* nam approvam estas abreviaturas, ainda que bem derivadas; e nenhum delles traz sólido fundamento para desterrar este *Nome* interrogativo do vocabulario Portuguez. Se he *Moda* nam usár-se delle, nam se-use: o que eu reprovo, he usar do mesmo *Nome* em *Orações* narrativas, como v.g. Pedro, cujo he este Livro, estuda muito, &c”.

³¹⁴ A propósito destes, secundando Madureira Feijó, refere também a contagem romana dos dias, em Calendas, Nonas e Idos, explicando com pormenor este sistema; cf. pp. 494-498.

parágrafo³¹⁵, e da abreviatura Lx.^a (Lisboa), sobre a qual tece algumas considerações. Das abreviaturas alfabéticas, por assim dizer, passa às aritméticas e romanas, cujo uso aponta, à semelhança do que fizera o carmelita. Na doutrina cardosiana destaca-se, no entanto, a referência ao til como sinal de abreviatura característico da escrita antiga, uso criticado pelo ortografista por ser “erro” antigo, mas sobretudo porque proscreeve o uso do til, em qualquer contexto³¹⁶.

Dos testemunhos coligidos, poder-se-á inferir que as abreviaturas tinham ainda um papel, se não na prática, pelos menos na tradição gráfica, embora se verificasse uma tendência para a sua redução nos impressos, no sentido de eliminar a opacidade ou a ambiguidade que a multiplicação de variantes transmitiria à codificação gráfica, com prejuízo para a acessibilidade lexical, isto é, o imediato reconhecimento das palavras.

4.2. Pontuação de frase e sistemas de pontemas

No domínio da pontuação de frase³¹⁷ incluem-se as unidades que tradicionalmente são conhecidas como sinais de pontuação, que interseccionam a cadeia gráfica e se intercalam com as unidades do plano alfabético, emprestando-lhe valores que não têm correspondência directa com a realização oral, embora constituam até certo ponto uma tentativa de estabelecer o isomorfismo entre a escrita e a fala, em particular no que à representação da entoação e das pausas se refere. De facto, a pontuação teve origem na necessidade de reduzir a ambiguidade da escrita e de fornecer anotações ao texto, já que se destinava sobretudo a apoiar um exercício

³¹⁵ Cf. *Arte*, pp.41-42: “Esta figura hé huma abreviatura inventada pelos Latinos, e uzada pelos Literatos a que chama *Paragrafo*, palavra derivada de raizes Gregas, e serve para mostrar o principio de huma sentensa, ou materia separada da precedente, dobrando a letra S. sobre si mesma”.

³¹⁶ Cf. *Arte*, pp. 39-40: “Depois do imperio continuaram as mesmas Abreviaturas, mas com mais clareza pelo uzo do Til, que marcava os lugares aonde as letras faltavam, e se podem ver no Exame a semilhança com que as ditas Abreviaturas pasaram ás Nasoins. As ditas abreviaturas estam de todo abolidas, menos as que havemos impugando no dito Exame (...)”. As abreviaturas mencionadas no Discurso XI e XII do *Exame Critico* são as da época medieval; cf. pp. 57-58.

³¹⁷ Não abundam as publicações sobre a pontuação portuguesa. Vide: Jaime Rebelo, *Pontuação e Análise Sintáctica*, Coimbra, 1957; Madre Olívia (Cília Coelho Pereira Leite), Aspectos linguísticos da pontuação, *Revista de Portugal, Série A, Língua Portuguesa*, 24, 1959, pp. 77-94; Jorge Morais Barbosa, *Notes sur la ponctuation portugaise*, *Bulletin des Jeunes Romanistes*, 1, 1960, pp. 15-19; Rodrigo de Sá Nogueira, *Guia alfabética de pontuação*, 2ª ed., Clássica Editora, 1989 (1ª ed. 1973); e, da autora deste trabalho, *Para uma história da pontuação portuguesa. Dos pontos aos punctemas*, *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1992, pp. 225-237.

de leitura em voz alta, e assumia por isso o carácter de acessório ou complemento. Em certa medida a pontuação era marginal ao texto e à expressão do seu conteúdo, apesar de facilitar a leitura ao fornecer indicações sobre a localização das pausas, a altura, a entoação da voz, etc. Ora, se as “notae”, enquanto auxiliares da leitura, tinham uma função interpretativa, que concorria também para o estabelecimento do texto, a verdade é que esse papel veio a sofrer alterações em virtude das novas concepções do texto com a propagação da escrita, a evolução do suporte material, e, de forma decisiva, com a passagem do manuscrito ao impresso, a intervenção de meios exteriores à mão humana, e novos hábitos de leitura, isto é, a leitura silenciosa ou visual. Nestas condições, a pontuação afigura-se como uma autêntica marca civilizacional cujos contornos fundamentais se podem situar na época medieval, como há pouco demonstrou M. B. Parkes³¹⁸, se bem que as suas origens se localizem nos séculos III-II a. C., ao tempo da Biblioteca de Alexandria, em Zenódoto de Efeso (320-240 a.C), Aristófanes de Bizâncio (257-180 a. C) e Aristarco de Samotrácia (220-143 a. C), aos quais se atribui a introdução de um sinal de parágrafo, assim como a separação de grupos de sentido e as anotações na margem³¹⁹.

Apesar da sua aparente pobreza, a pontuação era já diversificada na época medieval³²⁰, ao incluir um sistema de pontos ou sinais como o *colon* (ponto), o *suspensivum* (vírgula), a *comma*, o ponto cortado por vírgula, o *periodus*, o ponto de interrogação e o sinal de parágrafo, representado de diversas formas, juntando-se-lhes outros, como o sinal de fim de capítulo (*hedera*), o sinal de remissão (*diplè*), cujo formato era semelhante ao das aspas actuais, os sinais de divisão, os parênteses, os de interrogação e exclamação, e a *virgula jacens*³²¹. Da evolução deste sistema, que conhecia decerto muitas variações, chega-se ao impresso, que coloca novos

³¹⁸ Cf. **Pause and Effect. An introduction to the History of Punctuation in the West**, Cambridge, 1992.

³¹⁹ Cf. N. Catach, **La Ponctuation**, p. 17.

³²⁰ Sobre a pontuação em textos medievais, vide Christiane Marchelo-Nizia, *Ponctuation et unités de lecture dans les manuscrits médiévaux, ou: je ponctue, tu lis, il théorise*, **Langue Française**, 40, 1978, pp.32-43; Claude Buridant, *Le strument et ses rapports avec la ponctuation dans quelques textes médiévaux*, **Théories Linguistiques et traditions Grammaticales**, PUL, 1980, pp. 13-53. Para o caso português, v.: Ana Maria Martins, *Aspectos da pontuação num manuscrito medieval Português*, **XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes**, vol. 9, 1986, pp. 255-266, e José de Azevedo Ferreira, *La ponctuation dans la version portugaise du Fuero Real d'Alphonse X*, **Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romane**, vol. 9, 1986, pp. 235-253.

³²¹ Apud N. Catach, **La Ponctuation**, p. 20.

problemas e necessidades neste domínio. Se os nossos primeiros gramáticos eram parcos em doutrinação nesta matéria, sem que ela tenha conhecido um tratado autónomo em relação às gramáticas e às ortografias³²², já em França, no mesmo ano da publicação da gramática barrosiana (1540), Etienne Dolet dava à estampa um pequeno tratado intitulado **De la ponctuation de la langue Françoise**, e em Itália (Siena), vinha a lume, em 1585, uma obra de grande envergadura (um total de duzentas e cinquenta e seis páginas) sobre o assunto – **L'Arte del Puntar Gli Scritti, formata, ed illustrata da Orazio Lombardelli** (Tranquilo Humoroso).

No período setecentista já existia, no entanto, uma tradição secular de pontuação, tanto manuscrita como impressa, estando por isso delimitado um inventário de base, composto de unidades pontuacionais cujas funções dependiam quer da constituição do parágrafo, quer do tipo de texto. Pelo facto de a nossa análise se situar mais no plano doutrinal do que no terreno das práticas e partir de textos de marcado intuito normativo, era previsível que a ela escapassem elementos presentes em textos de outra natureza, como por exemplo os literários, indistintamente dos géneros, ao tirarem partido de uma série de aspectos que se repercutem na pontuação – ritmo, narração, diálogo, descrição, etc.

Uma vez definidos e assumidos os limites impostos pela natureza dos textos metaortográficos, importa notar que o sistema pontuacional, como de resto as demais zonas do sistema gráfico, é um lugar de convenções em que se articulam valores linguísticos e extra-linguísticos, ao mesmo tempo que se revela um domínio fortemente idiolectal, quer dizer, aberto a realizações individuais ou individualizadoras, razão por que é de regulação à volta de normas e preceitos. Assim, trata-se de identificar os aspectos convencionais e os de criação individual ou subjectiva, sem adentrarmos, todavia, em questões estilísticas. Vejamos, pois, quais as definições do conceito de pontuação, quais os inventários apresentados pelos ortografistas e gramáticos, e, por último, qual a organização sistemática das unidades pontuacionais.

³²² Não estamos a levar em consideração os capítulos sobre a pontuação, mais ou menos extensos, incluídos em umas e outras como acontece com João de Barros, Vera ou Nunes de Leão, que é de todos aquele que mais autonomia confere a esse capítulo ou parte.

Segundo Nina Catach³²³, os “pontos”, “signos de frase” ou “signos de palavra” de natureza extra-alfabética, constituem a reserva “elíptica” da linguagem, sendo que os primeiros dizem respeito a uma unidade superior à palavra – a frase –, em cuja estrutura podem exprimir separação, ligação ou inserção, funções que derivam da própria figura dos sinais, como depois notaremos. A este propósito, é interessante sublinhar que muitas têm sido as perspectivas teóricas, metodológicas e, por consequência, as terminologias, aplicadas à análise linguística da pontuação, considerada sincronica ou diacronicamente, pelo que nos dispensamos de lhes fazer referência³²⁴. Com base na discutida complementaridade da escrita em relação à oralidade, a pontuação constituiria uma espécie de “complemento do complemento”, ficando-lhe reservada, por conseguinte, uma zona ainda mais periférica e exterior ao sistema linguístico. A verdade, porém, é que a pontuação empresta coesão ao sistema gráfico, no qual desempenha um relevante papel comunicacional e enunciativo, ao enraizar-se na estrutura mais profunda do sistema – o nível sintático-semântico –, e potencializar muitas das suas virtualidades, graças a uma dimensão lógica ou intelectual. Com base nestas observações prévias, a análise das fontes doutrinárias do século XVIII sobre a pontuação, sua concepção, descrição e prática, mostra-nos que os ortografistas, talvez devido à repetição mais ou menos tautológica da tradição, a definiam primeiro pela referência à respiração, às pausas e à entoação, ou seja, relacionavam-na com o plano prosódico-entoacional, para só depois atenderem ao nível sintático. De facto, associadas desde a origem mais remota à leitura em voz alta, as unidades pontuacionais, ou pontemas, pela força da tradição que os veiculou, continuam a estar adstritos às pausas para respirar e à melodia ou entoação, ao ponto de os manuais dividirem até hoje os sinais de pontuação em duas classes – a dos sinais pausais e a dos melódicos –, embora alertem para a comparticipação de alguns sinais nas duas classes. No entanto, as funções de ordem sintática e semântica são muitas vezes relegadas para os estudos estilísticos ou de análise literária, donde parece inferir-se que seu efeito é sobretudo relevante enquanto “desvio” ou prática

³²³ Cf. N Catach, *La Ponctuation*, pp. 6-7.

³²⁴ Para além da obra citada na nota anterior, e de *Recherches Historiques et Actuelles sur la Ponctuation* (Actes), vol. I e II, Paris-Besançon, 1977, 1979, vide: G Nunberg, *The Linguistics of Punctuation*, Stanford University, 1990, e Jean-Pierre Jaffré, *La Ponctuation du Français: études linguistiques contemporaines, Pratiques*, n° 70 (*La ponctuation*), juin 1991, pp. 61-83.

subjectiva, ideia à qual subjaz uma outra: a de que existe uma série de práticas pontuacionais cuja aceitação é tácita, por serem gerais ou colectivas (norma ou uso comum), e outras que, pelo contrário, não são consensuais.

Resta saber se os textos permitem determinar em que medida a definição tradicional fora já ultrapassada por outra mais recente, em conformidade com as novas práticas de leitura visual, e conseqüente estrutura do texto, do período e da frase; por último, sublinhe-se que os sinais incluídos pelos gramáticos e ortografistas nos seus tratados, já pela doutrina, já pela prática, conheceram uma longa história, cheia de peripécias e avatares, mesmo sem nos referirmos aos sinais usados pelos Antigos; exemplo disso, deve ter sido a época da emergência da imprensa e, por consequência, da transição da fase manuscrita para a era de Gutenberg, com os seus primeiros produtos – os chamados incunábulo³²⁵.

Assim, os textos metaortográficos setecentistas evidenciam duas atitudes perante a definição de pontuação: uns baseiam-se nas funções de cada sinal, uma vez que optam por passar à explicação do valor e do uso de cada um, sem proporem qualquer definição geral, como se verifica em Verney, Monte Carmelo, Freire da Cunha; outros ensaiam uma definição do conceito e só depois indicam os usos e funções de cada unidade pontuacional, como é o caso de Melo Bacelar, Carneiro Souto-Maior e Nunes Cardoso. Os dois últimos começam por referir, nas suas definições, uma alegada função estética da pontuação, e bem assim o seu papel de estruturador do texto, vinculando-a depois ao plano prósodico-entoacional. Souto-Maior diz que “A Pontoação he o ornato da escriptura; he a que aperfeiçoa o quadro, que deliniáraõ as palavras; e finalmente a que o pinta com cores taõ vivas, que em nada differe do original. Sem a Pontoação naõ podíamos conhecer o discurso, que representavaõ as palavras, nem dar-lhe graça na pronuncia. Serve pois a Pontoação de mostrar o lugar, em que devemos fazer a pausa na escriptura, para melhor percebermos a materia, de que se tratta; e o como devem ser lidas as palavras, para mostrarmos as paixões, de quem as escreveo” (pp.75-76). Na linha linha, Nunes

³²⁵ Pelas razões que já explicámos antes, foram excluídos do nosso trabalho não só os incunábulo como outros textos que não se enquadravam no período e na linha de análise doutrinal que nos propuséramos. Remetemos, contudo, para o fundamentado e elucidativo estudo de Maria Carlota Amaral Paixão Rosa, **Pontuação e Sintaxe em Impressos Portugueses do Século XVI**, Rio de Janeiro, 1994.

Cardoso esclarece que “a Pontuasam hé huma parte da Orthografia, que se principiou a uzar já em tempo de Aristoteles tanto na grecia como no Lacio: Este bellissimo ornato se divide por varios sinais, que mostram o lugar aonde a vós há de descansar, quando lermos o que havemos escripto, ou outros escreveram, tomando nova respirasam para entender quem lê, e quem ouve, e este hé em geral o officio dos ditos sinais...” (Arte, p.15). Se a referência cardosiana ao repouso da voz e às “paixões da alma” remete de forma clara para as funções pausal e melódica, em Melo Bacelar a tónica é colocada na função sintáctica e semântica da pontuação (*appunctuação*), definida como a “separação das palavras em ordem à distinção dos conceitos, e harmonia daquellas”, e seguida de uma alusão aos “*sinais*, que explicão as paixoens d’alma” (Orth., p.64), e ao seu papel lógico. Estamos, pois, em presença das duas tendências que, de forma isolada ou articulada, pautarão, daqui em diante, a doutrina sobre a natureza e a funcionalidade do sistema pontuacional: uma é oriunda da tradição secular, a outra corresponde à progressiva intelectualização da prática da escrita (a constituição do período e a análise da frase, por ex.) e é favorecida por novas práticas de leitura.

Quanto aos sinais apontados pelos ortografistas, regista-se em regra um inventário de base e um inventário secundário, constituído o primeiro pela vírgula, ponto e vírgula ponto, dois pontos e ponto, e o segundo, pelos parênteses, o ponto de interrogação e de exclamação, acrescidos conforme os casos, de mais um ou outro sinal, sendo interessante, se não mesmo significativa, a ordenação ou sequência da exposição das unidades.

Desta forma, em Verney, de acordo com a ordem seguida, o inventário da “pontuasam” (pp.48-55) inclui a vírgula, “a parentezis”, os dois pontos, o ponto, a “admirasam”, a “interrogasam” (ou *progunta*), o parágrafo, e, por último, o ponto e vírgula, que considera um sinal de criação e uso recentes; já em Monte Carmelo os sinais – *Parêntese, Virgula, Ponto, e Virgula, dois Pontos, Ponto final, Ponto interrogativo e admirativo*³²⁶ – são tratados em parágrafos separados (pp.450-460), enquanto que João Pinheiro Freire da Cunha, no **Diálogo X do Breve Tratado de**

³²⁶ Antes destes, porém, o ortografista trata do asterisco, cf. p.449: “Asterisco he hũa *Estrellinha*, como a seguinte *, a qual significa I. que faltam algũas palavras. 2 Que naquelle lugar se-devem ler, ou escrever algũas *Dicçoões*, que se-escrevem á margem. 3. serve para significar alguma coisa notavel. em lugar de *Asterisco* usam alguns *Orthógrafos* de hũa *Cruzinha*, e outros de *Algarismo, &c*”.

Orthografia, apresenta um inventário de sete unidades, arroladas como segue: *Virgula, Ponto, e Virgula, dois Pontos, Parenthesis, Ponto, e Interrogação, Ponto, e Admiração, Ponto Final* (p.145). Por sua vez, Melo Bacelar separa os *signais de interrogação e de admiração* do inventário principal, que compreende a *virgula, ponto, ponto e virgula e dois pontos, o parenthesis* (p.65), ao passo que Carneiro Souto-Maior, cuja concepção de pontuação é a mais lata de todas as aqui consideradas visto incluir quer a pontuação de palavra quer a de frase, aponta catorze unidades ou *caracteres da Pontoação*, a saber, *Til (~), Cedilha (,), Apostropho (‘), Virgula (,), Ponto e Virgula (;), Dois Pontos (:), Ponto simplex, ou final (.), Ponto Admirativo (!), Ponto Interrogativo (?), Pontos de Continuação (...), Linha de separação, e de seguimento (-), Parenthesis () Asterisco (*) e Gripho (»)* (pp.76). Quanto a este último termo, sublinhe-se que ele surge também em Melo Bacelar³²⁷, associado aos caracteres distintos dos *redondos*. O termo “grifo” provém do nome do gravador italiano Francesco Griffo³²⁸, colaborador de Aldo Manúcio (1449-1515) na criação de um caracter inclinado que recebeu, além desta, as designações de “aldino” (de Aldo), e, mais comumente, de itálico³²⁹. A inclusão na pontuação dos três primeiros sinais (til, cedilha e apóstrofo) será mais tarde entendida, na doutrina de certos ortografistas oitocentistas (cf. infra, II, 6., 6.1.), como uma “pontuação lexicológica”, por influência doutrinal dos enciclopedistas franceses, em particular de Beauzée. Afora as unidades de base, do inventário de Bacelar ressaltam, em comparação com os de autores anteriores, as referências às reticências, sinal de fechamento, em certo sentido correspondente ao ponto, às aspas, que são marcas

³²⁷ Sobre este aspecto, observa o ortografista: “Os charactères ou são rodondos, ou grphos. Pellas antigas inscrrpçoens Romanas temos restituído as letras rodondas (ou da imprensa) á mesma perfeição, que tiverão no seculo dourado. O mesmo teriamos executado com as grphas, ou compridas, se os romanos não as variassem tanto naquelle tempo. Das suas variaçoens he que nascêrão as differenças da letra *Viannêza* (*a*), *Francêza*, e *Inglêza*. Cada hum’a tem seus apaixonados, o que se vê nos insignes pintores de letras, Andrade, Morgante, &c” (p.64). Na nota, Melo Bacelar esclarece que a letra se chama *Viannêza* “(...) porque Vianna do Minho sempre foi a terra Portugueza, em que melhor se escrevêo” (ibid.). Acrescente-se ainda que Andrade e Morgante foram dois calígrafos de renome, num século em a arte caligráfica conheceu grande esplendor em Portugal.

³²⁸ Griffo, ourives de profissão, era natural de Bolonha e residia em Veneza. Os novos caracteres foram tirados dos punções gravados por Griffo, surgindo assim o itálico, inspirado na chamada letra de letra de “chancelaria”, e aproveitado em particular em obras de pequeno volume, cf. Douglas C. McMurtrie, **O Livro - Impressão e Fabrico**, 2ª ed., F.C.G, 1982, p.231.

³²⁹ Cf. Georges Jean, **L’Écriture, mémoire des hommes**, Gallimard, 1987, p.99.

sequenciais ou de segundo regime³³⁰, quer dizer, pertencem à classe dos sinais de inserção, demarcadores do discurso encaixado no discurso (a citação, por ex.), ou do discurso relatado. Independentes da pontuação geral e de extensão variável, os segmentos isolados pelos pontemas são incisos ou aditamentos, correcções da informação da frase em que se inserem, função que determina que o sinal tenha frequentemente carácter duplo, como é o caso das aspas, dos parênteses, do travessão duplo ou da vírgula dupla, correspondentes a uma mudança de entoação na realização oral.

Nunes Cardoso (1790) apresenta um inventário mais reduzido do que o precedente – *Virgula, Ponto, e Virgula, Dous Pontos, Ponto Final, Ponto Interrogativo, Ponto Admirativo, Divizam, Parenthesis e Apostrofo* (pp.16-20) –, embora inclua unidades da pontuação de palavra.

De seguida, vamos analisar as funções conferidas aos pontemas no âmbito do sistema constituído por cada um dos inventários acima referidos. De facto, ao indicarem o uso de cada sinal, os ortografistas relacionam as unidades umas com as outras, sendo que estas podem comutar ou excluir-se entre si e, menos frequentemente, combinar-se, numa gradação que vai da unidade mais fraca até à unidade mais forte, com graus intermédios, como veremos.

Assim, o primeiro grau de força da pontuação – a vírgula [,] –, é uma marca plurifuncional. Importa salientar que é um sinal interior, ou seja, não assinala nem a abertura nem o fecho do enunciado gráfico, ao invés da maiúscula de frase ou do ponto final, por exemplo, facto do qual nos dão conta os ortógrafos no decurso da exposição das suas funções e usos. Assim, de acordo com a doutrina verneiana, a vírgula, cujas funções são de carácter pausal e semântico, é um elemento visual dotado de valor lógico, de separação e de ligação, em especial nas enumerações, nas frases com o mesmo sujeito, nos incisos, e antes das frases subordinadas³³¹, sendo

³³⁰ Cf. N. Catach, *La Punctuation*, pp.72-82. Segundo a autora (p.72), estas marcas distinguem-se gráfica e entoacionalmente: “ce sont des unités doubles (signes ouvrants, signes fermants), virgules doubles, parenthèses, crochets, tirets, accolades, guillemets; elles se signalent à l’oral par un décrochement significatif du segment concerné par rapport à la ligne du discours (changement de tonalité)”.

³³¹ Os exemplos para cada situação são os seguintes: “Pedro foi soldado, capitam, coronel, e chegou a ser general (p. 48); Umas vezes ri, outras chora. Tomou uma lansa, e lhe-atravesou o peito; Deus, autor do-mundo, é pai de misericórdia; e tem providencia das-criaturas; Dezejo ver, como sucederá o negocio. Quererá Deus, que iso nam se-verifique” (p. 49). A vírgula é então requerida nos seguintes

Cont. pág. seguinte.

que, em qualquer destes casos, a função genérica da vírgula é evitar a ambiguidade, objectivo primordial da pontuação. Embora tenha adoptado a prática dos que “melhor escrevem, e que se-estriba na razam das regras” (p.54), Verney denuncia, por outro lado, o recurso excessivo à vírgula, pois vê “muitos autores Portuguezes bem modernos, que fazem gala de as-desprezar, e publicam obras, nas quais em uma pagina tudo sam virgulas, e apenas se-acha um ponto”³³² (p.55), mas “nisto das- virgulas, é necesario ter muito cuidado, de nam ser excesivo: como fazem, prezados de doutos, que em cada palavra poem virgula. o exceso, e a falta igualmente se- devem evitar” (p.49). Ainda assim, confessa ter dificuldade em seguir escrupulosamente as regras propostas, conquanto procure atender ao princípio primacial em tal matéria – reduzir a ambiguidade e clarificar o sentido³³³.

Do ponto de vista sintáctico, a vírgula deve anteceder as conjunções copulativas e adversativas, como em *Pedro, e Paulo partiram: Nem Pedro, nem Paulo partio* (p.48). Sinal simples, pode no entanto ser duplo, sobretudo nos incisos e nas frases intercaladas, nas quais tem uma função de inserção, à semelhança dos parênteses, aspecto para o qual chama a atenção Verney: “Tambem a parentezis, é especie de virgula: e consiste neste sinal, () com o qual se-compreendem algumas palavras. Escreve-se, quando dentro de uma propozisam, se-inclui outra separada do sentido; ou para excesam, ou declarasam de alguma coiza. (...). Porem, se a interrussam é breve, bastam duas virgulas, v.g. *O amor, como ja dise, é uma grande paixam*” (p.49). Para além dos grau de dependência de uns segmentos em relação aos outros, também é relevante a extensão da frase, visto a vírgula permitir a separação dos segmentos nas frases curtas ou de menor extensão, sem o concurso de outros

contextos: “Utilmente se-uzza da virgula, para distinguir e fazer mais claro o discurso: o que se-faz em trez cazos. I. separando as propozisoens, regidas pola mesma pessoa, ou coiza (...). II. interpondo o sentido, com outras palavras (...). mas quando a interrussam é comprida, é melhor pôr-lhe ponto e virgula (...). III. separando aquelas propozisoens, emque a segunda é objeto da-primeira (p. 49)”.

³³² O autor visado nesta crítica é, como referirá a seguir, o Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, promotor, na sequência da extinção da Academia dos Generosos, da “Academia das Conferências Discretas e Eruditas”, realizadas em sua casa aos domingos, entre 1696 e 1715, nas quais se destacou o teatino D. Rafael Bluteau, cujas conferências estão reunidas nas **Prosas Portuguesas** I e II. Nestas tratou de alguns temas linguísticos e ortográficos que servirão de fonte a Verney, em especial para o conhecimento da doutrina dos ortografistas portugueses dos séculos anteriores.

³³³ Cf. p. 55: “Esta é a principal regra, em materia de pontuasam: evitar as confusoens, e procurar que os outros intendam tudo quanto eu quero dizer”.

sinais; já nas frases longas e complexas, que requerem maior diversidade de pontemas, ela não parece ser suficiente para traduzir os sentidos lógicos desejados.

Monte Carmelo ainda é mais explícito na indicação dos usos e na delimitação das funções, pois acrescenta outros dados de ordem vária, como é o caso da explicação do termo “Vírgula”, que significa *Varinha, ou Vara pequena* (p.452). Porém, o carmelita diverge de Verney na conceptualização da funcionalidade da pontuação, como de resto farão os ortografistas posteriores, uma vez que remete, de forma exclusiva, para a relação dos pontemas com o plano sintáctico-semântico, razão por que dispensa a habitual alusão às pausas ao indicar que “(...) serve para distinguir as partes da Oraçâm, e clareza do sentido” (ibid.), e colocar a tónica na distinção dos segmentos e na significação. O ortografista coincide com Verney quanto ao uso da vírgula antes dos “Adverbios conjuntivos”, sejam “disjuntivos” sejam “dissimilativos”; por outro lado, ambos concordam quanto ao uso da vírgula entre uma frase subordinada e a subordinante respectiva³³⁴, prescrevendo Monte Carmelo, para além destes, outros usos deste pontema: depois dos *Vocativos*³³⁵ e dos vocábulos referidos a um antecedente, ou a um *parcial conceito*³³⁶, antes dos *Relativos Que, a qual, as quaes, o qual, os quaes (...), do qual, dos quaes (...) da que, das que, do que (...)*³³⁷ e do *Adverbio conjuntivo, e comparativo Do que*³³⁸, e bem assim antes de *Orações conjuntivas*³³⁹. Por último, o ortógrafo carmelita destaca, por contraste, os contextos em que não se deve usar a vírgula: ao ligar numerais e nos nomes de pessoa.

Não obstante este articulado, o ortografista reconhece que a matéria permite uma certa flexibilidades de uso, ou seja, usos alternativos ou equivalentes, de que é exemplo a substituição da vírgula por um ponto antes de conjunção, sempre que a frase antecedente fizer “perfeito sentido”. Esta noção percorre a doutrina sintáctica

³³⁴ Para estes casos, dá os exemplos seguintes: “Os ambiciosos, e avarentos sempre sam pobres, e sempre padecem afflições; porque nunca se-contentam, com o que tem; e necessitam de tudo , o que desejam. (...) Todos, em quanto ás miserias da natureza, nascem, e morrem igualmente, ou sejam ricos, ou pobres, grandes, ou humildes” (p.452).

³³⁵ Cf. p. 452: “Ó Deos de infinita bondade, tende misericordia de mim”

³³⁶ Cf. ibid.: “O nosso Monarca he Magnifico, Justo, Pio, Prudente, Liberalíssimo; a todos ouve, attende, e satisfaz, quanto permite hãa Regia Economia. (...)”.

³³⁷ Cf. p. 453: “A caridade, que he a maior das virtudes, &c. (...) A justiça, da qual he proprio dar a cada hum, o que he seu, &c. (...)”.

³³⁸ Cf. ibid.: “As Virtudes sam mais honorificas, do que a Nobreza extrínseca”.

³³⁹ Cf. ibid.: “Deos quer, que todos se-salvem, e conhêçam a verdade”.

de setecentos e parte da centúria seguinte, como adiante observaremos. Por fim, da exposição de Monte Carmelo sobressai ainda uma interessante referência à prática tipográfica e às suas implicações na pontuação: trata-se do recurso à *Letra cursiva* para pôr em evidência as citações, prática que podia ser substituída por uma outra, habitual nos manuscritos, a saber, *duas Virgulas, como estas* ,, (as aspas), colocadas à margem do texto citado³⁴⁰, donde se conclui que as aspas pertenciam de início ao domínio da técnicas e anotações para a composição tipográfica.

Apesar de Freire da Cunha referir, no final da sua descrição, o valor pausal deste da vírgula³⁴¹, ao associar a pontuação ao plano sintáctico-semântico, como se observa na prescrição do uso de cada sinal, e em concreto deste pontema, o ortógrafo filia-se, contudo, na linha conceptual de Monte Carmelo. De facto, regista-se uma concordância entre os dois ortografistas quanto aos usos deste sinal: a vírgula liga uma frase subordinada à sua subordinante (*Se tiverem estudo, saberaõ os estudantes*, pp.147-148); precede o relativo e as conjunções em geral (*Francisco, que, ou o qualhe estudante, e curiozo vence os seus companheiros*, p.148)³⁴²; separa os elementos de uma enumeração, seja de substantivos (*A razaõ, o entendimento, e o conselho está em os velhos*, *ibid.*), seja de adjectivos (*O estudiozo, Affavel, Corte [Cortês ?], Benigno deve ser respeitado*, p.149), e bem assim os verbos seguidos, referentes a um mesmo sujeito (*Os homens descubriraõ, inventaraõ, executaraõ, diversas Artes*, *ibid.*); separa o vocativo (*Mandas, ó Rainha, renovar huma dor, que não he para se fallar*, *ibid.*).

Melo Bacelar, cuja doutrina se resume a um curto parágrafo, vincula a vírgula à “respiração” e só depois à função lógica de ligação de segmentos de um todo, mas rejeita o uso daquele sinal “depois de todas as conjunçoens, relaçãoens, &c.” (p.65).

³⁴⁰ Cf. p. 454: “(...) os *Typógrafos* ordinariamente usam de *Letra cursiva*, ou diversa por outro modo, quando transcrevem *Sentenças alhêas, Autoridades, &c.* Mas alguns usam sempre da mesma *Letra*, e escrevem à margem duas *Virgulas*, como estas ,, correspondentes à *Autoridade, alhêa Sentença, ou Doutrina*. Nos *Manuscritos* he mais frequente este uso, porque diversas figuras de Letras sam mais difficultosas naquelles, e pela mesma causa usam outros de *Riscas*, ou *Pontinhos* por baixo das *Autoridades, alhêas Sentenças, &c.* Daqui se-infere, que nem tudo, o que se-escreve, significa *Vozes (...)*”.

³⁴¹ No final da exposição, acrescenta: “Na voz se faz em Virgula huma pequena pausa, como quem toma a respiração” (p. 149).

³⁴² Não se usa, porém, antes de “Adverbios” como *Aindaque, Antesque, Depoisque, Logoque, Postoque, Semque*” (p.148), ao contrário de “Com que, Por que”, que devem precedidos de vírgula “O instrumento, com que trabalho. a cauza, por que fallo, &c.” (p. 149).

Souto-Maior retoma o esquema expositivo de Freire da Cunha, ou seja, parte da relação da vírgula com o nível sintático-semântico para uma informação de ordem prosódico-entoacional: no primeiro caso, o ortografista coincide com os anteriores, visto aceitar a função separadora da vírgula entre “nomes, verbos, advérbios, e as diferentes orações de hum discurso regidas pela mesma pessoa, ou coiza, e que servem para a mesma concluzaõ” (p.72), e recomendá-la antes das conjunções “copulativas, adversativas, e disjunctivas”, nos incisos e vocativos, bem como antes do relativo “que”³⁴³; no segundo caso, Souto-Maior refere o valor pausal da vírgula³⁴⁴. Assim, à vírgula cabe uma função demarcativa ao ligar os segmentos menores de uma frase complexa. Tal como todos os anteriores, Nunes Cardoso prescreve a vírgula depois do “verbo, e seus cazos” (*Quem ama a Deus, ama a virtude*, Arte, p.16), antes de conjunção expressa ou oculta (*O amor, e o odio, nam sam bons Juizes; A razam, a prudencia está nos Velhos*, *ibid.*), e, por último, antes dos relativos que, quem, qual (Ex. *As flores, que o campo cria duram pouco; Será nobre, quem for virtuoso*, *ibid.*).

Com respeito ao ponto e vírgula [;]³⁴⁵, a doutrina é bastante desencontrada, já que este é o pontema mais controverso no referente ao uso, como veremos a seguir. Situando-se num grau médio (pontuação média ou fraca), entre a vírgula (pontuação fraca) e o ponto (pontuação forte), este pontema carrega uma certa ambiguidade de valores, razão por que pode comutar ou alternar com a vírgula, os dois pontos e o ponto final, em função de critérios sintáticos e semânticos, e de acordo com escolhas individuais. Isto explica que os ortógrafos tenham dúvidas em prescrever usos concretos como aqueles que estipulam no caso da vírgula ou do ponto. De facto,

³⁴³ Para cada caso, os exemplos são os seguintes: “Daniel, Jeremias, Jonatas, foraõ Prophetas. Amar, seguir, e exercitar as virtudes he acçaõ de Catholico. (...) O amor das coizas mundanas, a pouca lembrança das eternas, faz com que se quebrante a Lei, para sermos de todo infelizes” (p.72); “Paulo, e Antonio: Nem Paulo, nem Antonio: Ou Paulo, ou Antonio” (p.73); “A Ira, paixãõ abominavel, perturba os animos: Vós bem sabeis, Grande Deos, a fragilidade dos homens” (*ibid.*); “Os vicios, que os homens comettem, saõ odiosos a Deos” (p.74).

³⁴⁴ Cf. p. 74: “Usa-se da virgula nos referidos casos, para denotar a pausa, que devemos fazer no lugar, em que ella estiver, tomando a respiraçaõ; e para fazer mais claro o discurso, ou a oraçaõ”.

³⁴⁵ Este sinal aparece nos impressos, pela primeira vez, em Itália a finais do século XV e princípios do século XVI: segundo Aldo Manúcio (cf. supra), o impressor humanista Bembo seria o responsável pela remodelação das formas manuscritas dos sinais de pontuação, nomeadamente do ponto e vírgula, assim como a *virgula curva*, os dois pontos, os parênteses, o final simples, o ponto de interrogação e de exclamação. Sobre a história dos sinais, vide: M. B. Parkes, *Pause and Effect*, 1992, pl. 31, e N. Catach, *La Punctuation*, 1994, p. 71.

o ponto e vírgula é um pontema carregado de virtualidades que colidem, em parte, com as de outros sinais; por isso, ele é um dos aspectos mais reveladores da personalização ou estilização do uso da pontuação, facto ao qual não foram indiferentes os ortógrafos, e em particular Verney. Tal como a vírgula, o ponto e vírgula é um pontema interior, quer dizer, não é sinal de abertura ou de fecho, mas pode abrir ou fechar um segmento de extensão variável numa frase, ou ligar duas ou mais frases; assim sendo, é um pontema de ligação e de separação, simultaneamente.

A respeito deste pontema e de forma muito curiosa, nota Verney que o ponto e vírgula é um sinal de valor e colocação intermédia, que evita o uso frequente de vírgulas antes dos dois pontos, ao mesmo tempo que concorre para a variedade visual da pontuação. A dificuldade em fazer doutrina própria no assunto leva-o, de resto, a invocar uma asserção tradicional, referente à relação do ponto e vírgula com os níveis pausal e semântico, o qual poderia fazer parte dos “topoi” linguísticos, à força de tão repetido: “é uma pausa maior que a vírgula, e menor do que os dois pontos” (p.53). Este pontema figurará então onde “a orasam ja faz algum sentido; mas nam o que basta para se-intender, de que se fala: e ainda a primeira propozisam, espera pola segunda, para se-poder intender” (ibid.). O uso do ponto e vírgula prende-se, portanto, com conceitos como os de “proposição”, “período” e “sentido perfeito”, e está dependente, por conseguinte, da concepção retórica de período e das estruturas sintácticas³⁴⁶. Ora o estatuto de pontema de força intermédia está em consonância com a própria estrutura do período nesta época, aspecto que foi muito debatido entre os “retóricos”: o período dividir-se-ia em dois membros – a prótase e apódose –, ligados pelo acme (do gr. akme, “o ponto mais alto, o clímax”), o ponto culminante do período, que era assinalado pelos dois pontos³⁴⁷.

Quanto ao uso, Verney associa o ponto e vírgula a contextos específicos nos quais ocorrem partículas *como, qual, quanto, se, aindaque*, colocando-se depois das proposições por elas introduzidas (*Ainda que eu nam tenha, todo o dinheiro necesario, para a compra; farei o posivel, polo alcansar para concluir de uma vez, este negocio*, p.53), e também nas enumerações extensas, sobretudo entre termos

³⁴⁶ Note-se que ainda está por fazer o estudo do conceito de proposição nas suas implicações lógicas no domínio da sintaxe.

³⁴⁷ Cf. António das Neves Pereira, **Mechanica das Palavras**, Lisboa, Regia Off. Typ., 1787, p. 188.

opostos (*Destruio cazas, e templos; o sagrado, e o profano; o seu, e o alheio*, p.54). Por outro lado, o critério da extensão do período é decisivo na determinação do uso da vírgula, do ponto ou dos dois pontos, em vez da vírgula, como explica o Barbadinho:

“Adverte-se porem que os periodos, os quais, sendo longos, podem receber ponto e virgula; em cazo que sejam curtos, basta que tenham virgula: por nam-fazer tam enfadonha a repetisam dos *pontos e virgulas*. v. g. *Neste particular á duas opinioens: uma é de Cujacio; a outra seguem Joam André, e Ostiense*. parecerá a muitos, que em *Cujacio*, basta uma virgula, o que nam dezaprovo: outros quererám ponto e virgula. e assim é livre a cada um fazer o que lhe-agradar. Polo contrario, se os periodos fosem mui compridos, se-deveria pôr ponto. v. g. se eu disese: *Prova-se isto com duas razoens. A primeira é, porque etc.* neste cazo se a explicasam desta primeira razam, se-estendese até metade da-folha, ou ainda mais; no-fim deve-se pôr ponto somente: e muitas vezes pode ser necesario, comesar a segunda razam, nam só com letra grande, mas ainda em novo paragrafo. Tambem quando se-tem posto algumas vezes, ponto e virgula; costumam os omens doutos, escrever dois pontos; aindaque o sentido nam seja completo quanto ao fato: para mostrar, que se-deve fazer maior interrussam;, e descansar quem le, e quem ouve” (p.54).

Na doutrina de Monte Carmelo, que recupera a antiga designação *Cólon imperfectum*, as funções do ponto e vírgula remetem para o nível sintático-prosódico, e em particular para o conceito de oração e os tipos de oração: assim, este pontema marca, por um lado, as “Orações imperfeitas”, quer dizer, as subordinadas ou dependentes de outras, quando figura depois delas³⁴⁸, do mesmo modo que anuncia as “Orações diversificantes, ou causaes, quando sam breves”³⁴⁹; por outro lado, precede também as conjunções e locuções *Màs, Porêm, Porquê, Aindaque, Postoque, Comtudo*, quando as orações por elas introduzidas concluem o sentido das

³⁴⁸ Cf. p. 454: “(...) costuma pôr-se depois de *Orações imperfeitas*, quando se-seguem hãas a outras, particularmente se sam extensas, e diversas no *Conceito*, como v.g. *Ainda que resistir sempre ao amor proprio, ou abnegár-se a si mesmo, he difficil, e penoso; e aindaque amar aos inimigos, em quanto sãm nossos proximos, seja coisa muito repugnante á natureza corrupta; com tudo o premio deste trabalho, ou desta cruz, excede as felicidades todas, que o limitado discurso de hum Catholico pôde, ou sabe comprehender*”.

³⁴⁹ Cf. p. 455: “Muitos desejam ser santos; mas tem horror ao exercício das virtudes. Muitos sam, os que vivem apegados ás riquezas, honras, e delicias corporaes, mundanas, e transitorias; porque nunca gostáram, nem consideram bem com a Fé as verdadeiras felicidades, ou bens espirituaes, e eternos”.

anteriores³⁵⁰. Caso contrário, poder-se-á substituir pelo ponto³⁵¹. Na mesma linha do carmelita, confessando embora as dificuldades inerentes à prescrição do uso, Freire da Cunha relaciona este pontema com a estrutura sintáctica da frase complexa e com noções de ordem semântica. Coincide com Monte Carmelo quanto aos contextos a que se aplica o ponto e vírgula: assim, em geral, o ponto e vírgula marca o sentido “imperfeito, e algum tanto dependente do que se segue”, e, em particular, colocar-se-á antes das conjunções e locuções *Mas, Porém, Porque, Aindaque, Postoque* (p.150), ou entre verbos de “significação contrária”³⁵²; acrescenta por último uma referência ao valor pausal do sinal (*Na voz se faz maior pausa, que na Virgula*). Muito breves e repetitivas são as descrições de Melo Bacelar e de Carneiro Souto-Maior, que secundam os anteriores: o primeiro menciona a imperfeição do sentido e das conjunções (*mas, porém*) junto das quais se usa o ponto e vírgula (*caminha; más de vagar*, p.65), e prescinde do aspecto pausal, contudo, embora refira a possibilidade de alternância com os dois pontos (*Às vezes se poem em logar dos dois pontos*, *ibid.*); Souto-Maior reproduz a definição tradicional segundo a qual o sinal corresponde, no nível prosódico-entoacional, a uma pausa maior do que a vírgula e menor do que dos dois pontos, e alude ao sentido incompleto da frase bem como aos contextos de uso do ponto e vírgula – nas enumerações e entre termos opostos, e sempre que houver dependência de sentido³⁵³. Ressalta ainda Souto-Maior a importância da extensão em matéria de pontuação, sendo que nos períodos curtos a vírgula é marca suficiente, ao passo que os “muito extenços” requerem dois pontos ou ponto final. À semelhança dos precedentes, Nunes Cardoso apresenta dados de três ordens – prosódica, semântica e sintáctica –, quando observa que “Ponto, e Virgula se uza aonde descansamos sem fazer sentido perfeito, e aonde a orasam

³⁵⁰ Neste caso, se a oração fôr breve, poder-se-á usar a vírgula em vez do ponto e vírgula, Cf. p.455: “Aindaque convenha orar sempre, porque sempre necessitâmos dos auxílios divinos; comtudo algumas vezes sam convenientes honestas recreações, ou divertimentos inculpaveis”.

³⁵¹ Cf. *ibid.*: “Deos, porque he immenso, e infinitamente bom, a todos está presente, a todos ilustra, e a todos excita para o bem, emquanto caminham para á eternidade. Porém o homem he tam ingrato, e tam rebelde, que mais attende a suas desordenadas paixões. (...)”.

³⁵² Apenas apresenta os exemplos seguintes Cf. p.150: “Ja tive dinheiro; porém agora sou pobre”; “Quem não tem juizo, ao mesmo tempo Ri; Chora; Alegra-se; entristece-se; Quer; Não quer; &c.; huns querem conservar os bons costumes; outros pertendem destruilos”.

³⁵³ Cf. pp. 74-75: “Indigno he de clemencia aquelle homem, que sendo ingrato ao seu bem feitor, lhe não pede perdaõ; pois dá indicios de que não tem arrependimento de peccado mais abominavel”; “Por dois principios devemos amar a Deos: o primeiro, por sermos creaturas suas; o segundo, pelo premio da Bemaventurança”; “Amou as virtudes; aborreceo os vicios; matou os inimigos, e deo vida aos seus”.

ficando imperfeita hé seguida das particulas *Mas, Porem, Porque, Ainda que*, e outras semelhantes” (*Arte*, p.16). Por último, é de salientar que Verney, Melo Bacelar e Souto-Maior não colocam uma vírgula a seguir à copulativa entre os dois termos da designação do pontema, ao invés de Monte Carmelo e Freire da Cunha (*ponto, e virgula vs ponto e virgula*).

Na doutrina reslativa aos «dois pontos», regista-se uma grande flutuação de pormenores à volta de um núcleo informativo comum, uma vez que os ortografistas consentem todos na forte vinculação deste pontema à significação, o ponto nuclear, tratando-o depois de maneira diferentes consoante os contextos. Assim, se na retórica dos séculos XVII e XVIII os “dois pontos” assinalavam o ponto do raciocínio ou *acmè*, que anunciava a chave final, antes disso este sinal já havia sido uma modalidade de pontuação fraca (sob a designação de *comma* ou de *colon*), situada entre a vírgula e o ponto final; ao perder aquele valor, ficou disponível para novas e diferentes funções, sobretudo para servir de marca da enunciação, juntamente com as aspas e o travessão³⁵⁴.

Caracterizado por marcar ou anunciar a abertura e a sequencialidade (por ex. nas enumerações), cobrou o valor de pontuação média, por vezes forte, e constituiu por isso uma unidade pontuacional bastante problemática do ponto de vista da indicação do uso. De acordo com isto, não é menos relevante a sua função de marca da enunciação, associada, desde o século XVIII, ao discurso reproduzido ou “relatado” (citações) e ao discurso directo, que assim são anunciados como “discurso dentro do discurso”; os dois pontos indicam, portanto, diferentes níveis ou planos de enunciação.

Interessante é a forma como os ortografistas setecentistas reconhecem neste sinal as funções acima mencionadas: se na doutrina verneiana é destacada sobretudo a função sequencial, dado que o critério principal para o uso do «ponto e vírgula» é o grau de independência da “proposição” relativamente à antecedente, e em consequência disso admitir-se-á mais do que um ponto e vírgula no mesmo período, de acordo com a extensão deste³⁵⁵; já na doutrina de Monte Carmelo, que refere a

³⁵⁴ Cf. N. Catach, *La Ponctuation*, pp. 69-70.

³⁵⁵ Cf. pp. 49-50: “Estes se-poem, quando o sentido da-orasam é completo, quanto à sustancia; mas nam em quanto ao fato: quero dizer, quando o que se-escreveo, faz por si só sentido perfeito; desorteque podia-se terminar com um só ponto: mas quem escreve, ainda tem alguma coiza que
Cont. pág. seguinte.

antiga designação do sinal (*Cólon perfectum*), sobressai não apenas a função sequencial ou de continuidade, porque relaciona Orações cujos sentidos se completam³⁵⁶, mas ainda as funções de anúncio e de marca da enunciação³⁵⁷. O carmelita admite o uso de dois pontos como sinal duplo, no caso das citações encaixadas no meio de um enunciado, no qual funcionam então como separadores visuais, à semelhança das aspas actuais³⁵⁸. Em alternativa a esta duplicação dos dois pontos, refere Monte Carmelo um expediente tipográfico ao qual recorrem alguns ortógrafos para evitar aquela situação – o uso de letra de tipo diferente.

As três funções reconhecidas por Monte Carmelo – sequencial, de anúncio e de marca da enunciação – são corroboradas por Freire da Cunha, que acrescenta aos anteriores dois dados novos, a saber, por um lado, o uso da maiúscula depois de dois pontos, também prescrito por Souto-Maior, qualquer que seja a função do pontema (*Dizia Horácio: Ninguém vive contente com a sua sorte*, p.151), e, por outro lado, a menção do valor pausal do sinal na qualidade de pontuação média, ainda assim mais forte que o ponto e vírgula. Melo Bacelar apenas faz, sua vez, referência ao valor pausal dos dois pontos, na sequência da formulação tradicional – *quando a virgula não basta, e o ponto he muito* (p.659 –, como víramos a propósito do ponto e vírgula; outro tanto se verifica na doutrina de Souto-Maior (*denotaõ huma pausa maior, do que o ponto e virgula, e menor, do que o ponto final*, p.75), que acrescenta a conexão do pontema com o nível sintáctico-semântico, mas sem se afastar dos usos apontados pelos ortógrafos precedentes, excepto quanto à maiúscula depois de dois

acrecentar, para melhor declarar a coiza, ou expremir alguma circunstancia, com a qual se-acabe de todo o periodo. (...) E estes dois pontos se- podem replicar, em um longisimo discurso, tantas vezes quantas o sentido da orasam for suficientemente completo. Mas a melhor regra que nisto se-pode observar, é esta: Se a propozisam que se-segue, nam é muito independente da-antecedente, deve-se pôr dois pontos (...) Mas se eu comesáse a segunda, por-palavras menos dependentes, deveria pôr um ponto. Porem se as propozisoens sam breves, intendo mais acertado, separalas com uma virgula ”.

³⁵⁶ Cf. p. 456: “(...)costumam pôr-se depois de algũas Oraçõs imperfeitas, ou antes da perfeita, que completa o *sentido* de todas as precedentes, como v.g. aindaque Deos manda hũa interior, e obsequiosa sujeiçãm dos filhos para seus progenitores, e dos Vassalos para os seus Príncipes; aindaque manda hũa rendida obediencia de todos os inferiores a seu respectivos Superiores: comtudo no Evangelho só disse expressamente aos Superiores espirituas: Quem vos-ouve, a mim ouve (...)”.

³⁵⁷ Desta última, dá-nos os exemplos: “Por isso disse Plínio: A nenhuns vícios faltam nomes preciosos. O bom Conselheiro hade ser despegado, e independente, e por isto diz Deos: Guárda de hum Conselheiro a tua Alma: cuida primeiramente, que necessidade, ou dependência tenha elle” (p.457).

³⁵⁸ Cf. *ibid.*: *Se diz a Summa Verdade: Dai, e vos-darãm: Tenho eu conveniencia grandissima em dar muito aos pobres*”.

pontos³⁵⁹. Assim, o ortógrafo só admite a repetição deste pontema no caso de as “proposições” serem extensas. Mais simples, a doutrina de Nunes Cardoso ilustra, no mesmo exemplo, a função sequencial e de marca da enunciação dos dois pontos, em termos que não contrariam os ortografistas precedentes. Observa-se, contudo, um dado curioso de ordem tipográfica: faz preceder a citação de aspas (vírgulas duplas, viradas ao contrário) à esquerda, mas não a encerra com o mesmo sinal.

Como marca de pontuação forte, tal como os pontos de exclamação e de interrogação, o ponto (final) é um aspecto menos controverso na doutrina dos ortografistas, pois todos o caracterizam pela noção função de encerramento da frase; de facto, junto com a maiúscula de frase, ele indica o limite físico (gráfico) de unidades hierarquicamente superiores – o período ou a frase –, que compreendem por sua vez segmentos menores, demarcados pelos pontemas (pontuação fraca e média) já referidos. O ponto coloca, no entanto, algumas dúvidas quanto ao uso da maiúscula, questão que será tratada com insistência na exposição de Luís António Verney: em conformidade com os que “melhor escrevem” e “os homens doutos”, recomenda o uso da minúscula depois de ponto nos períodos breves, ao contrário dos restantes autores, que tácita ou explicitamente (apenas por Freire da Cunha) adoptam a maiúscula a seguir ao ponto. O sentido (completo ou incompleto) é o critério que dita o uso do ponto, “final” ou “simplex”; a ele se referem, mais ou menos tautologicamente, Verney (*no-fim do-periodo e quando o sentido é totalmente completo*, p.50), Monte Carmelo (*depois de qualquer Oraçâm, que causa perfeito sentido, ainda que se sigaõ outras Oraçoẽs ordenadas para concluir o Assumpto, ou Materia de se-tracta*, p.458), Freire da Cunha (*quando a Oraçãõ acaba de todo com sentido taõ perfeito, que naõ depende, do que vai adiante*, p.153), Melo Bacelar (*quando a oraçãõ faz sentido perfeito*, p.65), Souto-Maior (*denota hum sentido inteiramente acabado, e sem dependencia do que se lhe segue*, p.77) e Nunes Cardoso (*no fim da razam, ou sentensa quando está de todo acabada, e nam deixa*

³⁵⁹ Com respeito ao nível sintáctico-semântico, repete quase tautologicamente os anteriores autores: “Devem-se pôr depois de hum sentido completo, em quanto á oraçãõ, mas que ainda se continûa a dizer mais alguma coiza a respeito da materia, de que se tratta; ou para melhor se comprovar o discurso, ou para lhe declarar algumas circunstancias” (pp. 75-76). Quanto ao uso da maiúscula depois de dois pontos, cf. p. 76: “Muitas coizas contribuem para a felicidade: a uniaõ, a saude, emais que tudo a sabedoria” vs. “Grecia, e Roma tiveraõ homens muito grande na Respublica das letras. A primeira contou entre os heroes do seu tempo Demosthenes; aquelle Principe da eloquencia: A segunda, além de muitos outros, teve Cicero, que tanto enobreceo a Patria pelo seu talento”.

suspense o sentido, Arte, p. 17). Quanto ao valor pausal do ponto, verificam-se distintas posições: ou omissão total do tipo de pausa, como fazem Verney, Monte Carmelo e Nunes Cardoso, ou, pelo contrário, referência a uma “grande pausa” ou “total pauza comprida” (Freire da Cunha, Souto-Maior). Por outro lado, ao ponto cabe não só uma função de pontuação de frase, como também de pontuação de palavra, quando termina uma abreviatura, aspecto pertinentemente sublinhado por Monte Carmelo e por Souto-Maior, reconhecendo o primeiro a neutralização sempre que a abreviatura ocorra em final de frase, quer dizer, a presença do ponto final elimina o de abreviatura³⁶⁰, enquanto que o segundo relaciona esta pontuação de palavra com o ponto que culmina <i> e <j>.

À semelhança do ponto final, os pontos de interrogação e de exclamação são pontemas que, dotados de valor lógico por marcarem o fim de frase, e de valor modal de natureza sintáctico-entoacional³⁶¹, visam reproduzir a modulação do enunciado oral, se bem que a entoação abrange todo o segmento marcado graficamente pelo pontema, ao passo que este tem carácter pontual, ou seja, situa-se num único ponto da cadeia gráfica. Este facto levará alguns ortografistas a aceitarem um pontema duplo, para assim delimitarem o início e o final do segmento afectado pela mudança da curva entoacional da voz, à semelhança do sistema gráfico castelhano, que havia adoptado essa solução desde cedo.

A admiração e a exclamação são pois marcadas pelos respectivos sinais, sendo de notar que o segundo recebia mais habitualmente a designação de ponto exclamativo³⁶². Porém, sempre que se verifique a concorrência das duas modalidades no mesmo enunciado, Verney prevê que se use um ou outro indistintamente; por outro lado, acrescenta que nas perguntas longas é difícil determinar com exactidão o ponto ideal para a marcação do pontema:

³⁶⁰ Cf. p. 458: “(...) este *Ponto* serve muitas vezes nam só como signal de Período completo, ou perfeita Proposiçã, mas tambem como signal de abreviatura, e por isso depois d'elle se-póde escrever *Virgula*, *Ponto* com *Virgula*, ou dois *Pontos*, conforme a exigencia do sentido (...); completando depois, p. 459: “Mas quando o mesmo *Ponto* he signal de abreviatura no fim da *Oraçã*, nam he necessario outro *Ponto* (...)”.

³⁶¹ Cf. N. Catach, *La Punctuation*, p. 61. Do ponto de interrogação já se existem notícias e ocorrências entre os séculos IX e XIV, cf. M. B. Parkes, *Pause and Effect*, pl. 14, pl. 18, pl. 34-35; segundo este autor, assinalava quer as interrogações reais, quer as retóricas, e acumulava o valor de modalidade exclamativa.

³⁶² Este sinal é mais uma das criações dos humanistas italianos, difundida pelos impressores, cf. N. Catach, *obra cit.*, p.63.

“Muitas vezes sucede, que a interrugasam é acompanhada de exclamasam. v.g. Ó que grandes consequencias, se-ám-de seguir de um tal fato ! ou tambem: E como é posivel, que te-ocorrese fazer isto? e nestes cazos, é licito pôr um, ou outro sinal, como melhor lhe parecer. é porem de advertir, que quando a progunta é mui comprida, e que na longueza, perde a forsa da progunta; os omens mais doutos, nam costumam pôr-lhe no-fim, o sinal de interrogasam: mas se-lho poem, é no-principio, ou no fim do-primeiro periodo, ou nam lho poem” (p.52).

Mais especiosa ainda é a descrição de Carneiro Souto-Maior, porque define os contextos em que se deve usar o “Ponto admirativo” e o “Ponto interrogativo”: um aplica-se quer o sentido esteja completo, seguido de maiúscula, quer esteja incompleto, seguido então de minúscula, e correspondendo a uma pausa semelhante à do ponto e vírgula; o outro regista, *mutatis mutandi*, as mesmas combinações. Neste aspecto, discrepa de Freire da Cunha para quem ambos os pontemas correspondem a uma pausa equivalente à dos dois pontos, seguidos de maiúscula. Diferentes das de Nunes Cardoso³⁶³ e restantes ortografistas, são as designações de Melo Bacelar – *signaes de interrogação e de admiração* (p.64) –, que têm tratamento separado dos outros pontemas porque traduzem as “paixoens d’alma”.

Passamos agora às unidades pontuacionais de “segundo regime”. Para além da mudança funcional e de uso dos pontemas precedentes, as maiores alterações registam-se neste nível, devido à integração de novas unidades de carácter duplo – as aspas, os travessões, etc.

O sistema dispunha, no entanto, de um pontema duplo bastante antigo – o(s) parêntese(s) –, cuja funcionalidade será capitalizada mediante a aquisição de uma maior latitude de emprego, como marca da inserção e da independência, sintáctica, semântica e entoacional, de certos segmentos relativamente ao restante cadeia fónica e gráfica em que se encaixam. Com flutuações de género (*a parentezes*) e de número (*o parenthese*), o termo parênteses ou parêntesis (gr. *parenthesis*) é oriundo da Retórica, tal como o período, o apóstrofo, entre muitos termos, na qual designava uma figura que consistia na inclusão de uma frase dentro de outra, passando depois a

³⁶³ Cf. *Arte*, p. 17: “Ponto interrogativo he hum signal de que uzamos quando acabamos de fazer a pergunta, para representar na escriptura aquelle mesmo tom quando falamos (...)”; p. 18: “Ponto admirativo, hé hum signal de que uzamos, quando no fim de alguma clauzula pronunciamos o que queremos dizer com certo tom de espanto, e indignasam (...)”.

referir, por antonomásia, o sinal que delimitava a interrupção do discurso e a intercalação de um segmento excrescente. Difundido também pelos impressores italianos, até ao século XVIII é o único sinal duplo do sistema, se bem que dele se fizesse um uso limitado, cuja frequência dependia não apenas da temática dos textos ou de usos subjectivos, mas também de questões de disponibilidade tipográfica.

Nos textos dos ortografistas setecentistas, o parêntese é definido já pela sua função de inserção, já pelo sentido, ou, ainda, pela independência em relação ao enunciado em que se insere, ao mesmo tempo que é descrita a sua figura: se em Verney (*parêntesis*) o uso deste pontema decorre da extensão da interrupção realizada³⁶⁴, em Monte Carmelo (*o Parêntese*), que também apresenta o termo *Interposiçâm* (do lat. *interpositio*), há salientar a sua ocorrência para introduzir uma referência bibliográfica ou para inserir um comentário, de tal maneira independente do discurso envolvente que apresenta maiúscula e ponto final; mas os dois autores coincidem no tocante à função de intercalação³⁶⁵, que é sublinhada quase nos mesmos moldes por Freire da Cunha, com a particularidade de este mencionar a pausa requerida pelo parêntese, e por Melo Bacelar (*quando se aça coisa que não pertence á oração*, p.65). Souto-Maior, que também realça a função de inserção do parêntese (*Parenthesis* e *Parenthesis*), seguido nesse ponto por Nunes Cardoso, atenta no problema da extensão da interrupção; se esta fôr breve pode ser substituído por duas vírgulas.

No domínio da pontuação de frase, e em particular da pontuação de encerramento, resta-nos ainda analisar o lugar das reticências nos inventários propostos pelos ortografistas aqui considerados. Este pontema assinala a suspensão do discurso, que pode ser retomado ou ficar incompleto; os seus efeitos são diversos porque tem virtualidades que apontam para a representação dos silêncios, da

³⁶⁴ Cf. p. 49: "Tambem a parentezis é especie de virgula, e consiste neste sinal, () com o qual se compreendem algumas palavras. Escreve-se, quando dentro de uma propozisam, se inclue outra separada do sentido; ou para excessam, ou declarasam de alguma coiza. V.g. (...) *O Amor, (como achamos escrito na Sagrada Escritura) é tam forte como a morte*. Porem, se a interrusam é breve, bastam duas virgulas. v.g. *O amor, como ja dise, é uma grande paixam*".

³⁶⁵ Vejam-se os seguintes, respeitantes aos vários usos: de inserção, "Muitos Portuguezes (se nam me-engâno) mais estimam o bem commum, do que o proprio interesse" (p.450); de informação bibliográfica, "Nunca permitas, (Diz o Espirito Santo por Tobias cap. 4, v. 14) que a sobêrba domine em teu coraçâm, ou em tuas palavras (...)"; de comentário independente, "Deos resiste aos soberbos, (Muito estimavel deve ser a Humildade.) e dá graça aos humildes"; de comentário anexo, "Deos criou o Ceo, e a terra. (Sómente Deos póde criar.)".

hesitação, do vago, das omissões intencionais, dos eufemismos, etc. De criação recente³⁶⁶, pois aparecem apenas no século XVII, as reticências recebem a designação de uma figura de retórica que exprimia precisamente a aposiopese, quer dizer, a interrupção de um pensamento ou de uma cadeia de pensamentos já iniciada³⁶⁷. Entrou tardiamente para os inventários dos gramáticos e ortógrafos, como se observa, de resto, nos textos dos aqui considerados. Independentemente do conceito retórico, o termo reticência (do lat. RETICENTIA) para designar um sinal constituído por uma sucessão de pontos [...], surge ainda mais tarde entre os nossos ortógrafos, que adoptavam a designação “Pontos de continuação”. Assim o denomina Souto-Maior, o único a integrar este pontema no seu inventário: define-o pela suspensão, pelo sentido incompleto do discurso, e por uma pausa: “Os Pontos de continuação denotam imperfeição de sentido; e deve-se fazer nelles huma pausa, como suspensa, e dependente do resto das palavras, que faltaõ á oração: deve-se usar delles, logo que no periodo começaõ a faltar palavras para a sua intelligencia, como: *A vossa benevolencia fez com que eubem quizera porém &c.*” (pp.80-81). Note-se que no exemplo o ortógrafo usa um número variável de pontos sucessivos. Por outro lado, aparecem reticências, ainda que o ortógrafo não as inclua entre os sinais de pontuação, no **Breve Tratado da Orthographia**, de Freire da Cunha, onde marca, de vez em quando, a mudança de tipo de exemplos; também Francisco Nunes Cardoso, na **Arte da Orthografia** e no **Exame Critico**, recorre com frequência – o ortógrafo ou Simão Tadeu Ferreira, seu impressor – às reticências para marcar o início e o fim dos excertos extraídos das fontes textuais.

4.3. Pontuação de texto

O asterisco, o parágrafo e o “grifo” situam-se, em especial o segundo, no nível da chamada pontuação de texto, ou seja, no conjunto de sinais que têm implicações sobre a globalidade do texto, uma vez que os seus efeitos se reflectem em todos os

³⁶⁶ Cf. N. Catach, **La Punctuation**, p.63, e A.G. Cunha, **Dicionário Etimológico**, p. 681.

³⁶⁷ Segundo H. Lausberg, **Elementos de Retórica Literária**, 3ª ed. port., F.C.G, 1982, p. 244: “Esta figura pode ser expressa pela interrupção de uma frase já começada ou pode desistir de uma interrupção sintáctica, desde o momento que a interrupção de pensamento não prejudique a totalidade das frases”.

níveis (de palavra, de frase e de texto), sendo de notar que muitas vezes eram tratados como aspectos respeitantes às técnicas tipográficas da paginação e do livro³⁶⁸. Não são por isso despreciadas as escolhas realizadas neste domínio, como não o são as escolhas gráficas em geral, devido à função icónica destes sinais, qualquer que seja a estratégia de apresentação em causa³⁶⁹.

Apesar de afectar directamente o segmento junto do qual se encontra, o asterisco, pela sua função de remissão marginal ou de sinalização de notas, associada ao acrescento informativo, revela-se uma unidade de valor global, portanto mais tipográfica que individual, visto contribuir para a estrutura e aspecto geral da mancha gráfica. Em certa medida, esta unidade integra-se na chamada ortotipografia, ou seja, no conjunto de aspectos que, embora resultem da aplicação de meios técnicos, adquirem função linguística por facultarem relações de contraste e de oposição entre unidades e segmentos, ou contribuírem para a “legibilidade” dos textos, como sugerem Monte Carmelo (1767) e Souto-Maior (1783). Em conformidade com isto, no **Verdadeiro Método** de Verney o asterisco assinala a ocultação intencional dos nomes de determinados autores, visados pela crítica do polemista; outro tanto fará o conimbricense, cujo nome é substituído pelos asteriscos nos artigos do **Jornal Encyclopedico**. Monte Carmelo aplica o asterisco à omissão de palavras, às anotações marginais, ou para dar destaque a alguma coisa importante³⁷⁰, enquanto que Souto-Maior lhe confere papel relevante sobretudo como marca de remissão:

“O Asterisco he huma senha, que se põe na linha das letras, para por outra igual se procurar a authoridade, ou declaração, que se allega, ou faz, para melhor se provar o argumento do discurso. (...) Deve pôr-se, assim que no discurso se allega authoridade alheia, para o comprovar; ou se precisa de alguma declaração, para melhor intelligencia. No principio da authoridade, ou declaração, se deve pôr outro Asterisco igual ao da

³⁶⁸ Em francês designa-se simplesmente como *mise en page* (MEP), o que nós poderíamos traduzir, de maneira menos feliz, como formatação da página ou paginação.

³⁶⁹ Devido ao seu relevante papel na publicidade, por exemplo, tem-se vindo a reflectir acerca do valor não apenas comunicacional mas também linguístico dos efeitos de determinados materiais gráficos, como as maiúsculas, o jogo de caracteres e a pontuação. Sobretudo para o caso francês, vide: L. Védénina, **La Pertinence Linguistique de la Présentation Typographique**, Peeters-Selaf, 1988.

³⁷⁰ Cf. p. 449: “Asterisco he hũa Estrellinha, como a seguinte *, a qual significa 1. que faltam algũas palavras. 2. Que naquelle lugar se-devem ler, ou escrever algũas Dicções, que se-escrevem á margem. 3. Serve para significar alguma coisa notavel. em lugar de Asterisco ùsam alguns Orthógrafos de hũa Crũzinha, e outros de *Algarismo*”.

linha das letras; para por hum se procurar o outro: e a authority pôde pôr-se, ou nas margens da escriptura, ou no fim della” (p.87).

De autor para autor, variam bastante os sistemas de remissão. De facto, em Melo Bacelar encontram-se letras entre parênteses, em Verney, Monte Carmelo³⁷¹ e Nunes Cardoso, algarismos entre parênteses, e em Souto-Maior, asteriscos³⁷², sendo que nem Caetano de Lima nem Freire da Cunha apresentam qualquer modalidade de remissão.

Independentemente do formato e da orientação, na doutrina do carmelita tínhamos já encontrado uma referência ao “gripho”, isto é, às aspas³⁷³, como marca de segundo regime ou da enunciação. De forma explícita, este pontema é definido por Souto-Maior, e já não no da análise funcional da vírgula, mais exactamente das “duas vírgulas”, como fizera Monte Carmelo. Como observámos na **Orthographia Philosophica** de Melo Bacelar, o “grifo”, termo cuja origem já foi antes esclarecida (cf. supra), designa um certo tipo de letra, é descrito como uma marca da enunciação por excelência, no caso das citações, serve para destacar o discurso encaixado do restante texto mediante o sinal [»], e acompanha a citação do início até ao final, sem variação da sua orientação, ou seja, sempre voltado para a esquerda (»). acrescenta-se ainda que o ponto final que encerra a citação, deve figurar antes do sinal de fim de citação. À semelhança de Monte Carmelo, Souto-Maior menciona ainda o uso cumulativo de itálico (letra cursiva), para pôr em evidência a citação ou os exemplos de qualquer matéria³⁷⁴. Por outro lado, o ortografista diz-nos como fornecer

³⁷¹ No mesmo parágrafo do asterisco (p. 449), refere ainda os *Obeliscos*, *Braquias*, ou *Branquias*, que já haviam caído em desuso. O primeiro daqueles antigos sinais, figura nas *Etimologias* isidorianas nas *De notis sententiarum* (p.308-311), juntamente com os seguintes: asterisco, parágrafo, diple (> com função semelhante à das aspas actuais) e fora ainda referido por Madureira Feijó.

³⁷² Também o articulista anónimo do **Jornal Encyclopedico** recorre aos asteriscos (**) quer nas remissões quer para omitir o seu nome, cf. 1789, p.334; 1790, p.47, 48, 49, 51, 52, 53.

³⁷³ Mais recente, este termo tem origem no gótico antigo **haspa*, que significava “dobradura”, cf. A.G. Cunha, **Dic. Etimológico**, p.75. Durante o século XIX, foram sobretudo conhecidas como “vírgulas dobradas” Cf. infra, III.

³⁷⁴ Cf. p.90: “Deve pôr-se o ditto gripho antes, e depois do discurso alheio; e continuallo nas margens do principio das regras, até se concluir (...). Muitas vezes se acompanha o discurso alheio não só com o gripho, mas taõbem se escreve em letra diversa, a que os impressores chamaõ letra cursiva: Outras vezes se escreve o discurso alheio só em letra cursiva sem gripho; quando elle se expõe em diversa língua, ou quando serve de authority para provar o que se pertende, sem declarar o seu author; ou declarando-o nas margens da escriptura; porque não basta a letra cursiva para demonstrar a sentença alheia. (...) Taõbem se usa da letra cursiva nos exemplos, que se escrevem , para provar alguma coiza, ou nas palavras, que fazem a principal figura no periodo, a respeito da materia, de que se tracta”.”

instruções ao tipógrafo: recorrer-se-á ao sublinhado para indicar os segmentos ou palavras que, na composição do texto, deverão aparecer em itálico.

Por último, referir-nos-emos ao parágrafo, divisão estrutural e formal (visual) do texto, que constitui, quanto à hierarquia e à “força” (valor) dos sinais, uma unidade de primeira ordem, adstrita portanto às grandes divisões do texto, depois do livro, do capítulo (a “hedera” \approx marcava o final, por exemplo; cf. 2º vol., anexo I, 2.), e do período³⁷⁵.

Na verdade, à semelhança de outras unidades já aqui referidas, a noção de parágrafo³⁷⁶ é bastante antiga, pois remonta ao *paragraphe* (do gr. *parágraphos*, “escrito ao lado”) e ao *ductus simple* dos Latinos, tendo conhecido diversas representações durante a época medieval – o caldeirão e o sete tironiano são as mais famosas, não obstante ter tido muitas outras –, e evoluído até ao sinal [§] que simboliza uma abreviatura (cf. supra, 4.1.1.) construída a partir do “duplo s” da expressão *signum sectionis*. O parágrafo serve para indicar a abertura de uma unidade de pensamento ou de um grupo de ideias separado de outros. Para além de qualquer sinal específico, a mudança de parágrafo pode traduzir-se simplesmente em uma alínea, isto é, um espaço em branco ou avanço à direita, em relação às demais linhas, apesar de serem, na verdade, dois conceitos distintos, visto que a “alínea” (do lat. med. a *linea*, “à linha”) corresponde à mera mudança de linha.

Dos ortografistas portugueses aqui considerados, mencionam o parágrafo enquanto divisão da obra Verney, Monte Carmelo e Souto-Maior, mas só os dois últimos referem especificamente a sua marca gráfica; ao contrário dos anteriores, Nunes Cardoso inclui o sinal de parágrafo entre as abreviaturas. Segundo a doutrina verneiana, o parágrafo equivale a uma distribuição do conteúdo ou das matérias tratadas em unidades de sentido, reforçada também por questões estéticas e de legibilidade, já que uma mancha gráfica uniforme, sem quaisquer interrupções, se torna pouco agradável, mas a situação inversa também é de evitar, tanto mais que o excesso de parágrafos é um defeito em que incorrem até os mais “doutos”³⁷⁷.

³⁷⁵ Cf. N. Catach, *La Ponctuation*, p. 52.

³⁷⁶ Cf. A.G. Cunha, *Dicionário Etimológico*, p.580: “Seção de discurso ou de capítulo que forma sentido completo, e que usualmente se inicia com a mudança de linha e entrada”, “sinal que separa tais seções” (...).

³⁷⁷ Cf. p. 123: “Finalmente, deve-se advertir que á outra separaçam de periodo, a que chamam paragrafo, o qual se comesa quando a materia que se-trata se-acabou, e se pasa a outra materia. Muitas

O carmelita, que define a noção de parágrafo como uma das partes da “divisã Orthográfica de qualquer Obra” (p.468), refere um sinal específico [§] para marcar as separações de conteúdo, aconselhável sobretudo em obras extensas, nas quais esse sinal facilita a localização dos assuntos mais relevantes³⁷⁸. Tal como observara o Prof. Salgado Júnior³⁷⁹, na edição comentada da obra verneiana, a prática patente no **Verdadeiro Método** ilustra o bom-senso e a moderação predicadas pelo Barbadinho, a julgar pela distribuição das matérias em parágrafos.

À semelhança dos tomos, livros, dissertações, disputas, tratados, secções, distinções, capítulos, questões, artigos, lições, pontos e números, o parágrafo constitui uma divisão daquilo a que Monte Carmelo chama de “Fábrica intelectual”, quer dizer, o trabalho arquitectural do raciocínio e da argumentação. Na retórica, este vai da “Disposiçã” até à “Peroraçã” ou “Epílogo”, passando pelo “Exórdio”, pela “Proposiçã” e pela “Confirmaçã”.

Tal como o carmelita, Souto-Maior inscreve o parágrafo entre as “Partes da Escrittura”, a saber: a oração, o período, o parágrafo, o capítulo, o livro e o volume. O período é a “uniã de orações dependentes humas das outras, com que se completa parte de hum discurso”, enquanto que o parágrafo “que em breve se denota com este sinal (§) he huma uniã de periodos dependentes huns dos outros, com que se completa hum discurso” (pp.104-105). Junto com este sinal, a maiúscula assinala um parágrafo.

Com base nos elementos compulsados, estamos já em condições de concluir, preliminarmente, que o plano extra-alfabético, analisado em três níveis articulados, e

vezes se-comesa paragrafo quando o discurso tem sido comprido; e por nam fazer confuzam, é necesario variarlo, o que sucede quando, sobre a mesma coiza, alego muitas razoens, e cada uma ocupa uma meia pagina: em tal cazo, para evitar a confuzam, e dar mais gosto, e repouzo a quem le é justo comesar paragrafo. O que porem se-deve regular pela prudencia de quem escreve: pois tam enfadonho é comesar paragrafo depois de trez folhas, como depois de trez ou quatro regras. Caem no primeiro destes defeitos alguns prezados de doutos que ouvindo dizer, que os Antigos nam uzavam das separasoens de capitulos, sem mais outra reflexam, fazem um longuisimo discurso sem divizam de paragrafos, em modo tal, que se perde a respirasam, lendo-os. No segundo caem muitos Escolasticos, que de cada texto fazem paragrafo. Uma, e outra coiza se deve evitar”.

³⁷⁸ Cf. pp. 469-470: “(...) Os *Capitulos*, &c. particularmente os *Parágrafos*, e *Numeros*, tem lugar em *Materias* mais breves, como *Compendios*, *Tractados*, *Cartas*, e semelhantes *Escritos*. *Parágrafo*, significa divisã da *Escrittura*, ou distinta coiza, que se-escreve, e costuma notar-se com esta abbreviatura §. Mas nam he necesario usar deste signal de *Parágrafo* em *Cartas*, ou *Escritos* pouco extensos, aindaque he conveniente dividir a *Escrittura* ao menos com *Numeros*, paraque alguns *Objectos* mais notaveis, melhor se-entreguem á memoria, ou paraque se-possam allegar, quando seja necesario”.

³⁷⁹ Cf. **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. I, Sá da Costa, 1949, p. 123, nota.

por vezes até sobrepostos, apresenta uma estrutura e uma organização próprias, tecendo relações com o plano prosódico-entoacional, e bem assim com o sintáctico-semântico. Apesar da especificidade do material gráfico e das dificuldades inerentes a qualquer tentativa de isomorfismo com a oralidade, as unidades deste plano revestem-se de pertinência linguística visto reforçarem a organização do plano alfabético e favorecerem um grau de elaboração dificilmente concebível no discurso oral, ao mesmo tempo que conferem maior coesão aos textos. A isto acrescenta-se o facto de a distinção entre os planos alfabético e extra-alfabético, no quadro do sistema gráfico, resultar de uma estratégia analítica, porque na realização, quer dizer, na cadeia gráfica, as unidades de um e de outro cruzam-se e intercalam-se, numa relação simbiótica a que assiste o princípio essencial – a legibilidade –, quer se trate de uma leitura intelectual, exclusivamente visual, quer da leitura em voz alta, com o accionamento de mecanismos fisiológicos da fala.

5. Ortografia e gramática

Tivemos ocasião de observar que as relações entre a ortografia e a gramática, entendida esta quer como a obra em que se encontram as “regras para bem falar e bem escrever”, quer como arquitectura ou estrutura da língua, são intrínsecas às próprias origens da gramática (gr. *grammatike*; lat. *grammatica*), a antiga “ciência das letras ou dos textos”, mais tarde “ciência da língua”³⁸⁰. Devido ao desenvolvimento da reflexão e da análise linguísticas entre os Antigos, a gramática acabou por ser dividida em partes, entre as quais figurava a ortografia, que se ocupava das “letras”, e, por extensão, das regras da representação correcta da língua; mas existiam obras cujos títulos apontavam para esse assunto, embora tratassem, na verdade, de muitos outros aspectos de natureza linguística³⁸¹.

De facto, essa prática verificar-se-á também nas línguas modernas desde as primeiras reflexões sobre os vernáculos (cf. supra, 2º vol., Anexo I): afora os

³⁸⁰ Sobre o significado de “gramática” (*grammatica*) para os Latinos, vide: Françoise Desbordes, *Idées Romaines sur l'Écriture*, cap. II, pp. 35-61.

³⁸¹ Entre os Latinos, o primeiro manual conhecido com o título de *De Orthographia* é o de Verrius Flaccus, seguido dos de Nisius (meados do séc. I) e Velius Longus, aos quais se viriam juntar muitos outros sobre a mesma matéria.

capítulos incluídos nas gramáticas, apareceram, e proliferaram até, os manuais que davam pelo título de “Ortografia”, qualquer que fosse a variante gráfica adoptada, sem deixarem de tratar, porém, aspectos considerados difíceis, numa espécie de repositório das dificuldades da língua. Assim, com frequência surgem exposições sobre os aspectos da estrutura do português com maiores implicações na representação gráfica, a saber, as flexões nominal e verbal e as chamadas partes do discurso. Se atentarmos no conjunto de obras aqui em apreço, teremos a confirmação disto mesmo. De Monte Carmelo, a Freire da Cunha, Carneiro Souto-Maior e Francisco Nunes Cardoso, todos os ortografistas incluem nas suas “Ortografias”³⁸², se não todos, pelo menos alguns dos assuntos atrás referidos: o carmelita trata das partes do discurso, do número e do género dos substantivos, e da conjugação verbal; Freire da Cunha ocupa-se dos conceitos de “Oração, Nome, Declinação, numero, Cazo, Artigo, Genero, Nome Substantivo, Nome Proprio, Nome Adjectivo, Nome Relativo, Verbo, Conjugação, Modo, Tempo, Pessoa, Preposição, Conjunctão, accentos, derivados, Palavras compóstas” (p.1); Souto-Maior detém-se no plural dos substantivos, e bem assim Nunes Cardoso que trata ainda das “partes indeclinaveis da Orasam, e os Pronomes”.

Seria fastidiosa e pouco proveitosa, por excesso de repetição, a sùmula do exposto, caso a caso, sobre cada um dos aspectos mencionados; ainda assim, destacaremos, contudo, alguns dados avulsos que nos chamaram a atenção, em especial no domínio da terminologia linguística, matéria que na historiografia da língua portuguesa ainda só conhece levantamentos pontuais. Dos textos examinados, merece destaque o de Monte Carmelo, pela variedade e abrangência de conceitos, reunidos numa espécie de índice analítico (*Índice das coisas mais notaveis*, pp.727-772). Nele se encontram definições como as de “adverbio”, “caso”, “conjugação”, “declinação”, “género”, “nome”, “oração”, “ortografia”, “ortologia”, “participio”, “partícula”, “pronome”, “prosodia”, “sujeito”, “supino”, “síllaba”, “universal”, “uso”, “verbo”, “vocábulo”.

Têm para nós interesse particular o conceito de ortografia, definida como “Arte de escrever rectamente. O seu Objecto sam as Letras, emquanto que sam

³⁸² Antes deles, também João de Moraes Madureira Feijó assim fizera; cf. Maria Filomena Gonçalves, *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII*, ICALP, 1992, pp. 94-99.

Signaes das Vozes. He uma das quatro Partes de qualquer Grammatica, ou Idioma” (p.759), assim como o conceito de ortologia, isto é, a “Arte de pronunciar rectamente as Letras, enquanto sam Vozes” (ibid.), e o de prosódia, entendida como a “Arte, que tracta das Syllabas, e de seus accentos” (p.762).

É de salientar, no entanto, que a inclusão dos aspectos gramaticais no tratamento da ortografia não significa que no(s) sistema(s) gráfico(s) do português houvesse, em virtude da evolução fonética e de sucessivas colisões homonímicas, necessidade de criar grafemas com valor exclusivamente gramatical, à semelhança do aconteceu na história do sistema gráfico francês, no qual existe uma elevada frequência de morfogramas, ou seja, de unidades grafemáticas para explicitarem distinções gramaticais (masculino-feminino, singular-plural, pessoas verbais, concordâncias, etc.), e contornarem a ambiguidade decorrente da evolução fonética, fenómeno responsável pela chamada *diglossia* entre o francês escrito e o oral.

Ao invés disto, no sistema gráfico português as unidades do tipo dos morfogramas têm um reduzido papel comparado com o dos fonogramas, visto que o grau de homonímia é mais baixo que em francês, sendo que as formas em que esse fenómeno ocorre em português – certos substantivos e formas verbais suas correlatas – se colocam mais no plano da homografia do que da homofonia³⁸³. Os ortografistas eram conscientes da dificuldade que entranhavam formas desse tipo, tendo por isso recorrido à acentuação gráfica (cf. supra, 3.5.), sem a mediação de grafemas especiais ou residuais (grafias históricas, vestígios de anteriores estados fonéticos), para dirimir a ambiguidade; em outros casos, porém, recorreram os ortógrafos à conservação de uma grafia etimológica para distinguir palavras homófonas, como acontece com *cacto-cato*, *acto-ato*, *facto-fato*, etc., independentemente de considerarmos aqui se as referidas consoantes eram ou não articuladas, visto estar em causa um rápido e eficaz *acesso lexical*³⁸⁴ (ou acesso ao léxico), com os menores custos.

³⁸³ Sobre os resultados da supressão da acentuação no caso dos proparoxítonos e a sua pretensa economia, vide: Ivo Castro et alii, **A Demanda da Ortografia Portuguesa**, (Anexo II), pp. 90-95.

³⁸⁴ A expressão é oriunda dos estudos psico-cognitivos sobre a escrita, as ortografias e a leitura, cf. Eckart Scherrer, *Orthography and Lexical access*, **New Trends in Graphemics and Orthography** (ed. Gerhard Augst), 1986, pp. 262-286; vide também: José Morais, *Compréhension / décodage et acquisition de la lecture*, **Actes de la Villette**, Nathan-Pédagogie, 1993, pp. 10-21; idem, **L'art de Lire**, Éditions Odile Jacob, 1994, p. 309: “Processus suivant lequel on reconnaît un mot. Partant du
Cont. pág. seguinte.

Quanto à integração da “ortografia” nas “gramáticas” recenseadas entre 1734 e o final de setecentos (cf. supra, 1.1.), registam-se três situações: ou é excluída (Lobato, Pedro José da Fonseca, Pedro José de Figueiredo), ou constitui uma das suas partes (Transtagano, Meldola), ou, ainda, vem apenas à gramática (Melo Bacelar).

6. Princípios ortográficos

Ao analisarmos os sistemas gráficos propostos pelos ortografistas portugueses entre 1734 e o final de setecentos, na sua articulação interna em dois planos de diferente natureza composto por unidades com valores de distinta ordem, embora complementares, tínhamos presente que esses edifícios se escoravam em princípios estruturadores, partilhados por vários sistemas de escrita alfabética: referimo-nos, evidentemente, à etimologia, à fonética e ao uso, a tríade de pilares ortográficos que, completada pela analogia, preside à construção de qualquer sistema gráfico pertencente à mesma tradição que o português. Apesar de as noções em questão terem sido contempladas no tratamento de muitos dos aspectos acima examinados, ainda assim vamos sistematizar o seu sentido específico, de acordo com o testemunho dos nossos ortógrafos.

De facto, a tradição veiculou aqueles três princípios desde a Antiguidade, numa repetição quase tautológica de frases lapidares de Quintiliano e de Horácio, nas quais estes resumiam a teoria que ficaria cristalizada nos textos dos gramáticos e ortografistas herdeiros da tradição greco-latina: são elas, por um lado, a referência à pronúncia como pedra angular da escrita, e, por outro, o papel do uso. Assim, no tocante ao princípio fonético foi transmitida a máxima “Sic scribendum quomodo sonat”, que vigorou durante os séculos XVI e XVII, nas exposições dos gramáticos e ortografistas, quase sem grande contestação, pelo menos no plano da doutrina, já que nas práticas ocorriam latinismos gráficos (cf. 2º vol., I); porém, a partir do século seguinte, com a publicação da **Orthographia** (1734), de Madureira Feijó, valorizar-

traitement sensoriel du mot présenté, il aboutit à la sélection de la représentation mentale correspondante parmi l'ensemble des représentations des mots”.

serão estranhas as mudanças recentes, ou em curso, na fonética portuguesa, razão pela qual a pronúncia terá deixado de ser suficiente em matéria de soluções ortográficas. Já o uso, princípio que resulta da natural usura da escrita, permite a aceitação de grafias que escapam às justificações emprestadas à pronúncia e à etimologia; segundo a expressão expressão horaciana, a tirania do uso reveste-se de “arbitrio, direito e lei: “*Multa renascentur quae iam cecidere, cadentque quae nunc sunt in honore vocabula, si volet usus, quem penes “arbitrium est” et “ius” et “norma” loquendi*” (*Arte Poética*, vv. 70 e seg.). Na mesma linha, Varrão (*De Lingua Latina*, VIII) referia-se à “natura”, “analogia”, “consuetudo” e “auctoritas”, conceitos também assimilados e vulgarizados pelas tradições vernáculas. Quanto à etimologia³⁸⁶, como é sabido o termo conheceu muitas acepções³⁸⁷, que vão desde a “procura da verdade” ou do “sentido original”, “arte” e “ciência”, à “procura da origem ou derivação das palavras”.

Vamos, pois, situar estes conceitos no quadro da fundamentação da doutrina de alguns dos ortografistas do período em questão. Os textos apresentam estes termos da tradição linguística, ainda que com sentidos diferentes dos primitivos, devido à sua incorporação à análise de uma língua moderna, enformada por uma perspectiva filosófico-linguística distinta da original. Assim devem ser entendidas as definições propostas pelos autores, apesar da sua escassez teórica. Sem concretizar definições, Caetano de Lima apresenta os termos etimologia e derivação: ambos são critérios reguladores da ortografia, harmonizados, porém, com aquilo a que na época se chamava o “genio das linguas”, isto é, a singularidade de cada uma (*por não achar Orthographia mais bem regulada, que a se faz por etymologias, e derivaçoens, ainda que seja com alguma alteração, conforme o genio das Linguas*), de acordo com a doutrina de italianos e franceses, autoridades em matéria de investigação da “pureza linguística”, outro dos conceitos que fecundaram o ideário linguístico setecentista.

origem do princípio “escreve como falas”, o dia do seu desaparecimento pode ser estabelecido com cruel exatidão, no domingo de 18 de março de 1696, as chamadas “Conferencias Eruditas” (que posteriormente receberam o nome de “Academia dos Generosos”), em sessão solene na biblioteca do Conde de Ericeira (...); cf. *Estudos diacrônicos*, Vozes, 1973, p. 26. Nesta observação deve-se introduzir, no entanto, uma precisão histórica: as conferência eruditas são um prolongamento da Academia dos Generosos e não o inverso como afirma o autor.

³⁸⁶ Nas *Etimologias* isidorianas, o conceito é descrito da seguinte maneira: “*etymologia est origo vocabulorum, cum vis verbi vel nominis per interpretationem colligitur*” (I, p. 320-321).

³⁸⁷ Cf. Alberto Zamboni, *La Etimología*, Gredos, 1988, pp. 17-21.

Desta maneira, se em Monte Carmelo a etimologia é definida como “arte” e como parte da gramática (*Arte, que tracta da propria significaçam dos Vocabulos pela sua derivaçam, ou origem. Desta Arte escreveu douttissimamente o R.P.D. Rafael Bluteau no seu Vocabulario, e Supplemento. He hũa das quatro Partes de hum Idioma*, p.749), já em Freire da Cunha ela equivale à “origem” dos vocábulos, definição repetida mais extensamente por Souto-Maior: “Etymologia he a origem das palavras; e as nossa quasi todas são derivadas da lingua Latina: por isso devemos escrever: Abbade, Abbadessa, Abbreuiar, &c.; porque são derivadas das palavras Latinas Abbas, Abbatissa, Abbreuio, &c. (p. 14), ou seja, é a procura dos étimos das palavras. Refundindo as definições anteriores, para Nunes Cardoso a “Etymologia” significa “conservar nas palavras algumas letras ou sylabas que tiveram na fonte, e origem para conhecer por estas raizes a sua derivasam, e significasam (...)”, acrescentando que “A pronuncia nunca hé offendida pelas etymologias bem applicadas” (p.6). Sem propor qualquer definição de etimologia, no âmbito da ortografia, Melo Bacelar assume-se, contudo, como um etimologista “racional, e moderado”, que no **Diccionario** opta pela indicação das etimologias gregas, antes das latinas ou quaisquer outras; o lexicógrafo, gramático e ortógrafo inicia, de resto, a corrente grecizante que conhecerá mais tarde acérrimos defensores em Portugal, como já salientámos.

Se o princípio etimológico, a julgar pelo número e pela variedade das acepções acima, parece levar a parte de leão na estruturação do edifício ortográfico, o princípio quintiliano acima explicitado serve ainda de apoio doutrinal a Melo Bacelar, que o apresenta no âmbito das suas “regras geraes – ”Devemos escrever como pronuncíamos”. O ortografista atribui grande relevo à etimologia, visto ela ser factor de uniformização dos usos e permitir o acesso à significação dos vocábulos (“sua propria significação”), para além de lhes explicar a origem (*Diccionario*, p.iv: “raíz de que brotarão”), e conferir “regularidade scientifica” aos idiomas (*Diccion.*, p.v). O mesmo autor alerta para os inconvenientes da “cacofonia”, evitável graças a recursos gráficos ao dispor do ortografista, como por exemplo o apóstrofo, que impede aquilo a que os Antigos já chamavam desagradável repetição de sons.

Do mesmo modo, Souto-Maior alude ao princípio fonético, que é rejeitado em proveito da manifestação da “origem das palavras”, isto é, das grafias cultas ou

etimológicas, cuja opacidade fica justificada pelo exemplo das línguas e dos homens cultos:

“todas as línguas cultas tem letras, que se não pronunciaõ, e se conservaõ na escrittura, para mostrar a derivaçaõ das palavras. (...) A origem das palavras, havendo-a, ha de conservar-se; que o mais seria ingraticidaõ; ter-mos nós composto o nosso Dialecto de outras línguas, e agora querer-mos escurecer isto, dando nova fôrma ás palavras, só paraque se ignore o donde as adoptámos; quanto mais que todos os homens cultos seguem a Orthographia da origem das palavras” (p. IX).

Não obstante isto, o princípio fonético serve para validar as grafias *Esparto*, *Espirito*, *Esqueleto*, visto que “Em semelhantes palavras, como se intende hum E antes do S, segundo a pronuncia Latina, pozemo-lo claramente na escrita, e pronunciaõs taes palavras, como as escrevemos...” (p.xxii).

Entendida como princípio basilar do sistema ortográfico, a pronúncia é definida por Nunes Cardoso como o “modo, estilo, e particular soído que tem feito cada Nasam para falar a sua propria Lingua: “Esta pronuncia hé o léme que deve governar a escriptura para nam errar a Orthografia” (Arte, p.2). Mas, para que a pronúncia possa sustentar a ortografia, tornam-se necessárias várias condições, a saber, o exercício de leitura nas escolas e a imitação de um modelo ortoépico fornecido pelas pessoas polidas e instruídas.

Se atendermos aos testemunhos aqui aduzidos, bem como aos dados observados na **Introdução** (cf. supra), poder-se-á concluir que os ortógrafos, num certo esforço de isomorfismo entre o oral e a escrita, tentaram que esta plasmasse as características daquela estabelecendo um paralelismo que por vezes se aproxima, pelo menos pontualmente, da grafia fonética. Na verdade, o tipo de representação garantida mediante as unidades alfabéticas, na sua combinatória em função de critérios posicionais e distribucionais, reveste-se mais de carácter fonológico, isto é, sistemático, constante e geral, do que fonético, ou seja, múltiplo, assistemático e individual, facto que permite que o sistema gráfico congregue e aglutine todas as variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas, numa espécie de grande matriz comum.

Afora os apontados acima, registam-se ainda os conceitos de derivação, analogia e de uso, definidos por Carneiro Souto-Maior: o primeiro, oriundo da

“derivatio” varroniana (*De Lingua Latina*, VIII, 21-22: *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria*), aparece aqui como equivalente da origem dos vocábulos, e serve para justificar as consoantes duplas; com a mesma procedência, a analogia corresponde à “semelhança, ou proporção, que huma coiza tem com outra”, ecoando a definição fornecida nas *Etimologias* isidorianas (*Analogia Gracae, Latine simulum comparatio sive proportio nominatur*, p.320). Este conceito também é invocado por Monte Carmelo para conservar as consoantes dobradas, e bem assim outras consoantes não articuladas. O uso consiste na prática generalizada pela força do hábito; quando promovido por uma “élite”, o uso pode servir de modelo linguístico e adquire contornos normativos.

Para Melo Bacelar, o uso é o “melhor mestre” em matérias que assumem, como é o caso do plural dos substantivos em <-ão>, carácter de “anomalia”, conceito proveniente da tradição filosófico-linguística greco-latina, na qual o termo designava, ao invés da analogia, a ausência de estrutura regular, remetendo para as formas não submetidas a leis, e, de forma geral, a qualquer fenómeno que constituísse manifestação dessa irregularidade³⁸⁸.

Porém, é na doutrina de Monte Carmelo que os usos aparecem classificados de acordo com os critérios da frequência e da extensão, do nível social, e da época: “commum”, “universal”, “vulgar”, “plebeu”, “rustico”, “antigo”, “moderno”. Dos vários tipos de concessão ao uso comum, destaca-se uma, realizada por Souto-Maior (1783), que põe em evidência a arbitrariedade, se não mesmo o capricho ou a fantasia, inerentes à aplicação deste critério: “(...) por seguir-mos o uso inveterado dos Authores cultos escreveremos com H, He, Huma (...)” (p.xiv). Apela ainda ao mesmo princípio, assente na prática dos “homens cultos”, que tem força de “lei”, para dirimir hesitações (p.26).

Há a considerar, por outro lado, a questão da facultatividade, quer dizer, a possibilidade de opção entre dois ou mais usos, critério que contraria a natureza do conceito de ortografia, que se baseia na aceitação de um único uso com carácter normativo; a maleabilidade decorrente da admissão de usos facultativos – problema bem conhecido da fase actual da codificação gráfica do português –, revela indecisão

³⁸⁸ F. Lázaro Carreter, *Diccion. de Términos Filológicos*, p. 46.

por parte do ortógrafo, mas também deixa entrever a dinâmica ou concorrência entre usos, sejam gráficos, sejam fônicos. A facultatividade gráfica está patente, por exemplo, nos pares *Philosophia*-Filosofia, *Philippe*-Filippe (Souto-Maior, p.49), *Paraphrase*-Parafrase (Monte Carmelo), enquanto que a fonética se manifesta, por sua vez, na admissão de duas realizações, como faz Souto-Maior, ao aceitar duas pronúncias de “acção” – *Aqueçaõ* e *Açaõ* (p.16) –, merecendo embora avaliações ortoépicas distintas: se a primeira manifesta afectação, já a segunda lhe parece melhor. Mas isto não impede que ambas sejam usadas.

A facultatividade pode estar associada, ainda, aos níveis sócio-culturais dos indivíduos, como admite Verney quando prescreve um uso para os doutos, conhecedores da derivação latina, e outro para os ignorantes, que se deverão nortear pelo costume e prática dos que melhor escrevem (p.68).

Para além dos acima indicados, regista-se o conceito de “anfibia”, definido por Souto-Maior como “duvida, ou equivocação, que huma coiza faz com outra” (p.2).

Atendendo à presença deste aparato conceptual, assim como às fontes explícitas, quer dizer, os autores cuja autoridade é reivindicada pelos ortografistas setecentistas, dir-se-á que a tradição greco-latina de reflexão linguística emprestava ainda a sua autoridade às doutrinas dos modernos em pleno século de filósofos, de revoluções ideológicas e de convulsões sociais, situação que não é de estranhar, pois a própria *Encyclopédie* tem nos Antigos o seu horizonte de retrospectiva. Assim sucede com Caetano de Lima, entusiasta dos modernos de além Pirinéus aos quais alude no prólogo da sua *Orthographia*³⁸⁹: recorre à autoridade de Diomedes, Aulo Gélio, Quintiliano e Prisciano, para sustentar o uso de <h>, assim como a outros conceitos igualmente herdados dos Antigos (natureza, derivação, significação, corrupção e composição, cf. supra), para sustentar a conservação das consoantes dobradas. Outro tanto faz Monte Carmelo (p.136), ao invocar, no referente à descrição das “letras”, Cícero, Nigídio, Escalígero, e sobretudo Quintiliano, citado em epígrafe.

³⁸⁹ Vide: Maria Filomena Gonçalves, *Algumas Notas sobre a ortografia portuguesa no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima)*, *Biblos*, vol. LXVII, 1991, pp. 263-273.

À luz da tradição veiculadora dos conceitos aqui referidos, e em especial da doutrina isidoriana, vale a pena atentar no conceito de ortografia³⁹⁰ patente nos textos em apreço, com particular destaque para os que já incorporam o plano extra-alfabético: relacionando-a estreitamente com o conceito de *Orthologia* (*arte de pronunciar bem, ou rectamente, as Letras, Syllabas, &c. emquanto sam Vozes...*p.1), Monte Carmelo descreve-a como a “Arte de escrever com acêrto, ou rectamente” e propõe até uma definição lata segundo a qual “Orthografia, entendida extensamente, deve substituir com perfeiçam a Orthologiã, ou recta Pronuncia das Letras, Syllabas, &c.”(p.2); para Freire da Cunha “Orthografia, que traz a origem das palavras Gregas Orthos, que significa bem, e de grapho, que significa escrever, trata, e ensina cada huma das letras, com que se ha de escrever bem, e rectamente qualquer palavra, e a *Pontuaçãõ do Periodo*” (p.47-48); Souto-Maior, por sua vez, diz que “Orthographia he, a que põe em ordem as letras do Abcedario para a formatura de qualquer palavra; he a arte de escrever bem, e a alma da escriptura” (p.xxix) e “ensina a escrever sem erro as palavras, tanto nas Letras, como nos Accentos, e Pontuaçãõ” (p.2); Melo Bacelar, revolucionando o conceito de gramática, propõe uma definição de ortografia de índole racionalista, segundo a qual a “Orthographia Philosophica he huma Colecçãõ de Leis, com que arrazoadamente escrevemos, ou representamos em charactères aos auzentes sons, e accentos e adjuntos, que aos presentes communicãõ os nossos conceitos”, da qual a pontuação constitui a segunda parte (os Adjuntos). Por último, Nunes Cardoso insiste no conceito clássico, ao definir a ortografia como a “Arte que ensina a escrever sem erros, e o acerto consiste na clareza das letras sem perda da pronuncia e das Etymologias bem applicadas, representando quando for posivel pelos sinais de escriptura a beleza da mesma Lingua que se escreve, e as materias que se tratam: Deram-lhe este nome derivado de Raizes gregas, e já hoje todos sabem que esta Arte junta na escriptura tudo o que dizemos quando falamos, e que hé huma das partes da Grammatica da Lingua que se falla, ou que se escreve” (Arte, p.1)³⁹¹.

³⁹⁰ De facto, muitas das definições parecem reflectir a antiga definição de Santo Isidoro de Sevilha (*De Orthographia*, I, pp. 316-317): “Orthographia Graecae, Latine recta scriptura interpretatur. [orto enim recte, graphia scriptura dicitur.] Haec disciplina docet quemadmodum scribere debeamus. Nam sicut ars tractat de partium declinatione, ita orthographia de scribendi peritia (...)”

³⁹¹ Para além desta, apresenta outra definição no *Exame Critico das Regras da Orthografia*, p. 17 “...huma das partes da Grammatica, que ensina a falar, ler, e escrever com acerto a Lingua de cada
Cont. pág. seguinte.

7. Ortografia e variação linguística

Quando se referem às diversas formas de variação linguística, a saber, diatópica, diastrática e, ainda, diafásica, os autores que constituem o *corpus* relativo ao período de 1734 e o final desse século põem de manifesto a noção de norma. Vejamos, pois, alguns casos em que ortografistas e gramáticos dessa época expõem de forma explícita o conceito de língua-padrão e a sua localização geográfica, ao mesmo tempo que descrevem ou aludem, inclusive, a manifestações sociolectais e idiolectais, que possam ter repercussões no plano da normalização gráfica.

O modelo linguístico que emerge dos textos compulsados é fornecido pela “élite intelectual”, pela Corte e pelas instituições ou órgãos a ela ligados, cujo usos ganham força de norma. Assim, invocando os “Cortezãos, e Eruditos”, por oposição aos “ignorantes, ou Plebeus”, estes últimos responsáveis pela corrupção dos “idiomas”, Monte Carmelo (1767) remete em diversas ocasiões quer para o uso cortesão, quer para o do que poderíamos chamar de *intelligentsia*, ao afirmar que “...esta Materia [“Orthologã, e Prosodia”] depende inteiramente do uso, que por consentimento do Monarca introduz o Real Ministerio, e observam os maiores tribunais, os academicos, e Cortezaõs...”(p. II), ou ao aludir às “Regras inventadas, ou estabelecidas pelo uso dos Chefes, ou Eruditos” (pp.1-2). Daqui se infere então que a norma linguística assenta no falar da capital do reino.

Vinte anos antes (1746), esta localização havia sido repetida e inequivocamente proclamada por Luís António Verney, o qual, baseado em critérios de ordem política e social, promove a região da Estremadura e a sua variedade linguística ao estatuto de norma, devido a nela terem sede a corte e os eruditos, cujo falar fornece o paradigma ortoépico. A esse propósito diz que “...os Portuguezes devem pronunciar como pronunciam os omens de melhor doutrina da provincia de Estremadura...p.45” e, ainda, que “em materia de pronuncia sempre se-devem preferir os que sam mais cultos, e falam bem na Estremadura, que todos os das outras Provincias juntas” (p.78). As restantes variedades mencionadas pelo

nasam, e a Lingua será tanto mais pura, quanto o for a sua Grammatica, em que a Orthografia tem o primeiro lugar”.

Barbadinho – Beirense, *Entre-Doiro-e-Minho* – servem sobretudo para ilustrar fenómenos arcaizantes, divergentes dos da Estremadura; assim acontece com a referência à particular realização das nasais finais (...na *Provincia de Entre Doiro, e Minho, ainda oje se-pronuncia, em muitas destas palavras, o o; pois dizem, Tabeliom, Escrivom, &c. p.27*) ou a existência de africadas (*Somente alguma diversidade achei nos-beirenses, que batem mais o dito c [de ch], encostando-se à pronuncia Romana do -c*) (p.30).

Reis Lobato reforça a ideia dos anteriores, quando se refere a uma “Orthografia da corte” (p. XXXI). Também Pedro José da Fonseca, nos *Rudimentos da Grammatica Portugueza* (1799), corrobora a mesma ideia ao afirmar que a gramática deve assentar na observação do “modo com que as pessoas bem educadas, e os bons Authores costumão fallar, e escrever a lingoagem da sua nação” (pp.1-2). Porém, de todos os testemunhos, o mais abundante em informações relativas não só à variação mas também à mudança linguística é Monte Carmelo que, de acordo com a concepção epocal da questão, explica a “corrupção” – o termo tradicional para designar qualquer alteração por comparação com um estado anterior tido como “perfeito” –, com base na expansão da língua portuguesa no mundo, à semelhança da língua latina: “Finalmente devo lembrar, que assim como a causa de hũa grande corrupçãm da *Orthologia* Latina foi muita gente de Nações diversas, que antigamente concorria a Roma; assim tambem succede o mesmo nesta Corte a respeito do nosso *Idioma*: e por isso devem os Eruditos, e zelosos, cuidar muito na pureza da nossa *Orthologia*, nam seguindo os abusos, aindaque sejam de muitos, e de pessoas principaes, como bem advertiu o mesmo Cicero” (p.725). A esta, junta-se outra causa da “corrupção” dos Idiomas: a ignorância dos pais, mestres e amas das crianças. Quanto à natureza das mudanças, elas são encaradas como mera diminuição (aférese, síncope e apócope), acrescento (prótese, epêntese e paragoge) troca de letras (metátese), visão herdada dos Antigos, e que se prolongará até bem avançado o século XIX.

No domínio da variação social, também Monte Carmelo nos avança curiosas informações sobre os registos, em particular a respeito da *gira ou gîria*, definida como *Linguágem de marotos, ou bréjeiros, à qual pertencem termos* (pp.613-614) como *Arâmes* (i.e Espada), *Artife* (i.e Pam), *Avezar* (i.e Estar), *Bastos* (i.e Dedos),

Bóla (i.e Cabeça), *Baiúca* (i.e Taberna), *Calcorrear* (i.e Correr), *Calcos* (i.e Sapatos), *Calmar* (i.e Espancar ou dar pancadas), *Catropéo* (i.e Cavallo), *Chêta* (i.e Vintem ou dinheiro), *Dez bófas* (= Dez réis), *Gábio* (i.e Chapéo), *Galga* (i.e Fome), *Gizar* (i.e Furtar), *Gris* (i.e Frio), *Lima* (i.e Camisa), *Pilra* (i.e Cama), *Rifar* (i.e Furtar). Afora a gíria, Monte Carmelo identifica ainda outros registos, identificados por meio de abreviaturas nas listas de abusos da plebe, a saber, o registo vulgar, o plebeu e o cómico. Assim, o “termo vulgar” é aquele “de que ordinariamente usam pessoas graves, ainda que menos eruditas. Destes Termos Vulgares póde usar o Orthólogo, quando for conveniente, paraque explique o seu Conceito com energia”; o “termo Plebeu” é por sua vez aquele “do qual nam deve usar hum Orthólogo. Neste Compêndio se-distingue do vulgar o termo Plebeu conforme a sentença de alguns Eruditos, ou para maior clareza; aindaque nam foi possível distinguir sempre estes Termos”; por último, o “termo Vulgar e Comico” é usado “ordinariamente pelo Vulgo” e “só póde ter uso em Materias brulescas”, e o “Têrmo Familiar, ou proprio de amigos, o qual coincide com têrmo Cómico”.

Aos sociais, acrescenta registos de índole cronológica, por um lado, patentes em expressões como “Termo antigo”: isto he, proprio do segundo Dialecto da Lingua Portuguesa, o qual durou desde o tempo do Rei D. Dinis até o tempo do Rei D. Sebastiam, e talvez do Senhor Rei D. Joam IV”; o “Termo antigo, e Vulgar do qual ainda usa o Vulgo, ou pessoas doutas menos cultas; peloque poderá ter lugar em conversações, ou Escritos ordinarios, e tambem nos eruditos, quando explicar bem o conceito”; o “termo antiquadado, isto he, proprio do primeiro Dialecto do Idioma Portuguez, o qual dialecto durou até o tempo do rei D. Dinis. Os Termos antiquados hoje menos perceptíveis, se-explicam neste compendio para intelligencia dos Escritos antigos Portuguezes”; por outro lado, descreve igualmente usos modernos como o dos vocábulos *Egotismo*, *Tuismo*, *Nostrismo*, *Vestrismo*, *Suismo*, e bem assim nomes e verbos que atestam a entrada ou adaptação de galicismos, de que são exemplo *Debóche*, *Detalhe*, *Galimacia*, *Passagem*, *Remonstrança*, *Resúrce*, *Debóchar*, *Engajar*, *Conducta* (pp.723-724). Sobre este fenómeno, Monte Carmelo tece as seguintes observações: “Todos estes nomes, e Verbos ultimos derivados da Lingua Franceza, entram agora na *Moda*, como tambem os primeiros. Nam escrevi todos estes *Vocabulos* nos *Catalogos* precedentes, nem em outro lugar deste

Compêndio; porque nem me-atrevo a reprová-los, como *Abusos*, ou superfluos, nem também os approvo, em quanto nam conseguirem universal aceitação, ou ao menos hum grande uso de pessoas principaes, e eruditas” (p.724). A respeito da antiguidade do empréstimo lexical, fenómeno tão antigo que já se registava nas épocas medieval e renascentista, faz Pedro José da Fonseca, no entanto, uma avaliação mais negativa, visto ser prejudicial à “pureza” da língua e à intercompreensão, sobretudo quando adquire proporções excessivas³⁹².

Monte Carmelo distingue os “Dialectos Locais” dos “Dialectos Temporaes”, sendo que estes representam uma tentativa de periodização da história da língua; por outro lado, propõe uma definição de dialecto como a “Diferença accidental em hum mesmo Idioma” (p.737), e uma classificação dialectal. Assim, na segunda descrição dos falares portugueses – a primeira fora realizada quarenta e seis anos antes por D. Jerónimo Contador de Argote (cf. 2º vol. I, 3.4.) –, incluída na lista dos “Vícios” ou “Abusos” da Plebe de várias regiões, são identificados *grosso modo* os dialectos setentrionais, e do centro-sul ou meridionais (pp.500-503), com as designações “Plebe Interamnense, e Trasmontana”, “Plebe da Beira”, “Plebe da Estremadura, e Alemtejo” e “Plebe do Algarve”. A sua caracterização é realizada com bastante acerto, pois, apesar de algumas imprecisões quanto aos limites, são apontados os principais rasgos distintivos daqueles dialectos até à actualidade: os primeiros caracterizam-se pela particular realização das nasais finais (*om* em vez de *am*), pela epêntese de uma vogal anti-hiática (*Aiarca, Aiarma, Esta iagua, Aquella iarca*), pela neutralização da oposição /b/-/v/; os segundos, que comungam de alguns rasgos dos anteriores, pronunciam habitualmente *ou* em vez de *oi*, e em lugar de *sou* proferem *som*, etc; os terceiros caracterizam-se pelas metáteses frequentes (*Crapinteiro, Cravalho, Cravâm; Antoino, Theotoino; Oratoiro, Purgatoiro*), a ditongação de *e* final (*Péi, Séi*), a assimilação ou dissimilação de uma vogal *e* ou *i* (*Canevete, Venagre, Discortez, Ellis, Selencio, Hirege, Impenho, Istampá, Milhor, Mimorea*), a confusão entre os plurais dos substantivos em *ão* (*Feijães, Tostães*); os últimos

³⁹² Cf. p. 345: “O immoderado, e extravagante uso de vocabulos estrangeiros, que modernamente se tem introduzido na nossa lingoa, nasce, ou da total ignorancia dos principios de bem fallar, ou do frivolo amor da novidade, que singulariza, ou de ambas estas cousas juntas...”; p. 356: “Se este desenfreador excesso não tiver algum limite, e continuar tão soltamente como atéqui, he de temer que dentro de pouco tempo venhamos os Portuguezes a não nos entendermos huns aos outros”.

distinguem-se por uma particular palatalização da sibilante final (*Seis joras, Dez joras* em vez de *Seis horas, Dez horas*). Note-se, porém, que as variações geográficas são entendidas enquanto erros, ou como “idiotismos” próprios dessas regiões. O carmelita acrescenta ainda uma referência à não distinção entre pretónicas fechadas e abertas na fala brasileira (*aquècer, bèsteiro, bràdar, còrar... prègar, sàdio, vadio*, p.128).

Quanto à variação temporal, registam-se algumas propostas de periodização da história da língua, não em Monte Carmelo (1767, p.21) mas também em Melo Bacelar (1783, **Gramm.**, p.4). O primeiro estabelece três “dialectos temporaes”: um, com a duração de dois séculos, até D. Dinis; outro, até ao tempo de D. Sebastião ou do rei D. João IV; e o moderno, até ao século do ortógrafo.

Numa linha de inspiração “naturalista” ou “organicista”, Melo Bacelar (1783) avança uma periodização em três fases de desenvolvimento a saber, a “puericia”, a “juventude” e a “virilidade” (p. 3), ao mesmo tempo que defende um forte enraizamento do português no grego, facto que fica plasmado na prática lexicográfica do autor, com a introdução de numerosos grecismos; isso leva-o a considerar que os ortografistas precedentes, Madureira Feijó em particular, não se aprimoraram em matéria de etimologias.

8. Apostila

Da análise dos dados compulsados, poder-se-ão desprender conclusões de duas ordens: se é evidente, por um lado, a existência de um sistema gráfico nuclear, uma espécie de “arqui-sistema”, resultante dos traços comuns aos vários sistemas em presença, que são as suas concretizações, decorrentes das diferentes aplicações dos princípios basilares da ortografia, por outro lado, não é menos visível que esse arquétipo ortográfico manifesta uma articulação interna em planos de natureza e estruturação diversa, embora concorrendo para o mesmo objectivo, a saber: facultar a comunicação por meios gráficos, cuja natureza sintagmática assegura infinitas possibilidades de complexidade à elaboração do discurso escrito, meios esses (unidades de natureza diversa) que podem ser ou não actualizados sob a forma de discurso oral, no processo de compreensão-interpretação-produção, que é a leitura.

À vista destas conclusões prévias, é difícil evitar o paralelismo com a natureza do sistema fonológico das línguas, caracterizado pela sua natureza “abstracta”, por isso mesmo congregadora das múltiplas realizações concretas, destituídas de valor distintivo: à semelhança daquele, o sistema gráfico seria uma “entidade ideal”, aglutinadora das variantes, ou seja, os sistemas individuais. Da necessidade de fixação e unificação dos usos, surge precisamente a “ortografia” – a norma gráfica por antonomásia. Na verdade, a ortografia é determinada não só pela resolução dos pontos do sistema em que a história da língua introduziu factores de instabilidade ou de hesitação, como sejam as evoluções fonéticas mais ou menos longínquas, mas também pela explicitação de relações morfo-sintácticas e sintáctico-semânticas, sobretudo no plano extra-alfabético, cujo papel foi sendo valorizado devido a factores de ordem externa à escrita, a saber, o crescimento da circulação do livro e da leitura, o aumento dos meios e das técnicas de produção de impressos, e a progressiva complexidade do processo de edição textual.

CAPÍTULO II

AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX

AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX

Eu cuido que em Portuguez não temos ja opção sôbre systemas da orthographia, porque pelos mestres da lingua foi já determinada. (...) todas as edições que temos dos classicos, estão cegas de erros, e cheias de incoherencias e anomalias typographicas. Certo, ou se desmandaram na applicação, ou os desfiguraram copistas e editores ignorantes e descuidados, ou tudo juncto: mas o principio não deixa porisso de subsistir intacto. Este principio é visivelmente a ethymologia modificada pela pronúncia, é o mesmo que seguem as mais illustradas nações da Europa.”

Almeida Garrett, **Da Educação**, 1829.

CAPÍTULO II - AS IDEIAS ORTOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX

1. Contexto cultural

Marcada por vários momentos de grande agitação política e social, a centúria de oitocentos pode, contudo, para efeitos de contextualização da questão ortográfica, ser dividida em duas épocas: a primeira vai do início do século até à década de sessenta, período em que nas letras se vive a célebre Questão Coimbrã (1865-1866), correspondendo historicamente às invasões francesas, às lutas entre liberais e miguelistas (1820-1850), à regeneração (1851), e ao auge e declínio do romantismo em Portugal; a segunda época estende-se até ao final do século, e caracteriza-se pela ascensão do realismo literário, a emergência dos ideais republicanos e socialistas, assim como a conturbada vida política das décadas de setenta, oitenta e noventa, que culminará na crise provocada pelo Ultimatum inglês.

Se no primeiro desses períodos são de assinalar, por um lado, o conservadorismo da política educativa, que manteve traços essenciais do pombalismo até 1820, alterada apenas pelas reformas liberais do ensino primário, a criação dos liceus (1836), por Passos Manuel¹, e do Curso Superior de Letras (1859), por outro lado, ao nível dos métodos de ensino, não é menos relevante a publicação do **Método Castilho**², que provocou um aceso debate em torno da pedagogia das primeiras letras. Já durante o segundo período ocorreu a criação do Ministério da Instrução Pública (1870), a publicação da **Cartilha Maternal** (1876), de João de Deus, e as sucessivas reformas dos vários níveis de ensino. Debruçar-nos-emos especialmente na situação política e social da referida segunda época, visto ela coincidir com um recrudescimento da discussão sobre questão ortográfica, com o consequente aumento do número de publicações sobre a matéria. De facto, a começar pelo plano político, viveu-se então um período de grande efervescência: primeiro, a disputa entre regeneradores e históricos, que levaria os primeiros de novo ao poder em 1870, e ao chamado “fontismo”, caracterizado pela preocupação com os

¹ Sobre as reformas de Manuel da Silva Passos, vide: Rómulo de Carvalho, **História do Ensino em Portugal**, F.C.G., 1986, pp. 559-582.

² Para este período, vide: Rogério Fernandes, **Os caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras. Do Pombalismo a 1820**, Porto Editora, 1994.

melhoramentos materiais da vida do reino; depois o *rotativismo* entre os dois partidos e a agitação política que levaria João Franco (1855-1929) ao governo. Paralelamente, a expansão do ideal republicano é favorecida pelo anelo de “reforma” da nação, ao mesmo tempo que se assiste a uma nova fase de expansão ultramarina em África e à contestação anti-britânica, a seguir ao Ultimatum inglês de 1890. A agitação político-social atinge o auge com o regicídio, em 1908, de D. Carlos (1863-1908) e de seu filho D. Luís Filipe. No plano social, o patriotismo fora inflamado pela celebração do centenário de Camões (1880).

Quanto aos acontecimentos culturais, refira-se a Questão Coimbrã (1865-1866), e, depois, as Conferências do Casino (1871), mais uma vez na década de setenta, tão fértil em produção metaortográfica. Na verdade, as Conferências do Casino Lisbonense, também conhecidas como “Conferências Democráticas”, procuravam a renovação das ideias sociais, políticas e culturais do país, no sentido de igualar Portugal às nações cultas da Europa. Apesar de proibidas por decisão do governo sob a alegação de que atacavam a religião e as instituições políticas do Estado, esta tentativa de sacudir o marasmo e provocar o debate não foi de todo baldada, tanto mais que a opinião pública verberou intensamente a referida proibição. A última das quatro conferências realizadas versava sobre a “Questão do Ensino” e foi proferida por um simpatizante do ideal republicano, o filólogo Adolfo Coelho, que mais tarde presidirá à Comissão de reforma ortográfica (cf. III, 4.).

Mas a década ficará indelevelmente associada à chamada “geração de setenta”, e aos destacados arautos da estética realista – Antero de Quental, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins –, cujos anseios de renovação mental se estendiam a outros domínios que não apenas o literário, como denotam *As Farpas*³. A educação e o sistema de ensino, sentidos pelos intelectuais como uma causas do atraso endémico do país, estavam no centro das suas preocupações. Frustradas as expectativas de modificações políticas e sociais, perante vícios ancestrais, o descabro da vida parlamentar, que levava à queda de governos sucessivos, e a incapacidade de intervenção do rei D. Luís, alguns dos autores da referida geração

³ Em Março de 1872, diz Eça de Queirós no seu habitual tom provocador: “Eis aqui o estado da instrução pública em Portugal, nos finais do século XIX. A instrução em Portugal é uma *canalhice* pública ! Que o actual governo volte os olhos, um momento, para este grande desastre da civilização !”; cf. *Uma Campanha Alegre*, I, Lisboa, Europa-América, p.81.

enveredam pela ironia e sarcasmo para reclamarem a regeneração da pátria, cuja esperança residia agora em D. Carlos, o herdeiro da coroa. Essa atitude consubstancia-se no grupo dos “Vencidos da Vida”, já nos finais da década de oitenta. Por último, ao nível das ideias filosóficas, acrescente-se que foram quatro as correntes dominantes na segunda metade de oitocentos, a saber, o sensismo, o ecletismo, o tomismo e o positivismo, tendências que não deixaram de fecundar a reflexão linguística e, inclusive, a metaortográfica.

Nesta conjuntura social, política e cultural, a questão ortográfica, tendo percorrido todo o século, adquire uma ressonância à qual não são alheias as condições acima enunciadas, nos seus traços gerais, em especial tudo o que prende com a situação do ensino e os níveis de analfabetismo, postos em evidência pelo Anuário Estatístico do Reino de Portugal, segundo o qual existiriam, no ano 1878, 82,4% de analfabetos totais. Embora a situação tivesse melhorado nas duas décadas seguintes, mercê da multiplicação das escolas e de maior actividade do Ministério do Reino, a verdade é que, devido à desorientação política do país, o problema do ensino continuaria por longo tempo a constituir uma matéria sensível, como denotam as diversas reformas realizadas até ao final do século, em especial as do ensino primário e secundário, assinadas em 1894 pelo ditador João Franco. Nestas condições, a ideia de uma reforma ortográfica parecia servir bem os desígnios daqueles que, por diversas razões e de diferentes formas, pretendiam alterar o estado da “iliteracia” e acompanhar as simplificações ortográficas realizadas por outras nações europeias.

1.1. Ortografistas, gramáticos, lexicógrafos e editores

A produção metaortográfica oitocentista reparte-se essencialmente por dois géneros de obras – as ortografias e as gramáticas –, embora nela se incluam títulos que extravasam os limites habituais de umas e de outras. As primeiras fornecem-nos o núcleo doutrinal sobre a ortografia na época, completado pelo quadro doutrinal presente nas gramáticas, o principal suporte pedagógico-didáctico do ensino da língua materna e testemunha das mudanças epistemológicas ocorridas na reflexão linguística em geral. Dada a importante função social da gramática como

instrumento do ensino-aprendizagem ao serviço da normatização, não podíamos deixar de considerar, tal como no período precedente, os capítulos, secções ou partes que, na gramática, tratam da codificação da escrita em língua portuguesa, assumindo não só as dificuldades inerentes ao tratamento de um corpo textual tão abundante, e, por isso, necessariamente redundante, como também o risco de uma leitura transversal. Aos anteriores, juntavam-se ainda os problemas de classificação dos autores, pois se uns produziram obras de ambos os géneros, outros, em rigor, não se inscrevem nem entre os gramáticos nem entre os ortógrafos, conquanto forneçam testemunhos de interesse; por último, refira-se a produção de carácter institucional ou oficial, não atribuível, assim, a um determinado autor.

Atendendo a estes aspectos, torna-se de difícil apresentação o escólio de todos os autores aqui considerados, e respectivos dados bio-bibliográficos. Por isso, ao invés do procedimento seguido no capítulo anterior, deter-nos-emos apenas nas principais figuras do discurso metaorográfico propriamente dito, quer dizer, os autores – os ortógrafos – que produziram obras cujos títulos remetem para a exposição e fixação do sistema gráfico. Quanto aos outros, sobretudo os gramáticos, por razões de economia, a informação biográfica será vertida em notas, no decurso da análise dos diversos assuntos.

Devido às condições sócio-políticas e culturais já apontadas, em particular as sucessivas reformas do ensino e a instabilidade registada na sua aplicação, registou-se um elevado número de publicações, destinadas a colmatar as ingentes carências de materiais de alfabetização e a apoiar uma escolarização mais eficaz e alargada; assim se explica o volume considerável de cartilhas ou manuais de primeiras letras vindo a lume durante o século XIX. Pelo mesmo motivo, são também dignos de menção os muitos dicionários unilingues publicados ao longo do século XIX (cf. 2º vol., Anexo 2).

1.1.1. Ortógrafos

Muitos são os ortógrafos portugueses com obras publicadas entre 1800 e 1899, sendo que algumas delas prolongam a sua acção doutrinal graças a sucessivas e por vezes incontáveis edições.

1807 – Joaquim José Caetano Pereira e Sousa era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, advogado da Casa da Suplicação de Lisboa. Segundo informação de Inocêncio (t. IV, Lisboa, Impr. Nacional, pp. 94-95), não terá chegado a formar-se em nenhuma das Faculdades em que então se dividia o curso jurídico da Universidade de Coimbra. Amigo do escritor arcádico Filinto Elísio (Manuel do Nascimento, 1740/1750-1818), ter-se-á correspondido com ele, mesmo depois de exilado em França. Escreveu também uma **Grammaire française et portugaise contenant une methode facile pour apprendre le portugais** (Lisboa, Typographia Lacerdina, 1807-132p.), publicada sem o seu nome, por temer perseguições, devido a ter sido, supostamente, partidário dos franceses durante as invasões do país (cf. Inocêncio, *ibid.*). Também sem o seu nome, publicou as **Noções sobre a Orthographia da Lingua Portugueza** (Lisboa, Na Typographia Lacerdina). Ao decalcar, nesta obra, o artigo “grammaire” da *Encyclopédie* dá testemunho da sua militância ideológica na gramática geral francesa, para além de se filiar no sistema verneiano.

1809 – Pedro José da Fonseca (cf. *supra*, I, 2.1.) publicou sem o seu nome, como sucedera também com os **Rudimentos da Gramática Portugueza** (cf. *supra* I), uns **Rudimentos da Orthographia Portugueza** (Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo), de 1809 [VIII-50 pp. anónimo]. De novo sem o nome do autor (Lisboa, Na Typ. Rollandiana), estes tiveram uma “Nova edição”, em 1842; a obra deve ter recebido a influência da *Orthographia Española* da Real Academia Española, a julgar quer pelas referências à sua 8ª edição (de 1741), quer ao *Diccionario de la Lengua Castellana*, de D. António de Campany y Montpalau (tom. I, *Observ. criticas sobre a excellencia de la lengua castellana*).

1812 – **Carta em que um amigo, que foi preguntado por outro, mostra qual deve ser a nosa ortografia**, Porto, Na Typ. que foi de Antonio Alvarez Ribeiro, 1812. No final aparecem apenas as iniciais F. A. de F.

1812 – De Luís Gonçalves Coutinho sabe-se que foi cavaleiro da Ordem de Cristo e professor régio de língua portuguesa, em Lisboa, durante mais de quarenta anos (Inocêncio, t. V, p. 293), tendo morrido em 1851. De acordo com as folhas de rosto das diversas impressões das suas obras, foi cónego da igreja patriarcal, deputado da Real Junta da Directoria Geral dos Estudos e da Real Junta da Fazenda da

Universidade, Lente da Faculdade de Cânones Foi autor do **Resumo orthografico da lingua Portugueza**, com diversas reimpressões na primeira metade de oitocentos (1ª edição 1811; 2ª impr. 1812; 3ª impr.1813; 4ª impr. 1814; 6ª impr.1818), todas com a indicação de serem acrescentadas e mais correctas, tendo a 9ª aparecido com o título **Novo methodo da grammatica, e orthographia portugueza** (9ª ed. aum. Lisboa, João António da Silva Rodrigues, 1838). Tal como se observa a respeito de outras obras, as sucessivas edições deste **Resumo**, em vida do autor, demonstram bem como a matéria ortográfica tinha enorme trânsito e consumo na época. Gonçalves Coutinho deixou-nos ainda as seguintes obras: **Nova Carta... de ensinar os primeiros rudimentos da leitura. Parte primeira** (Lisboa, Imp. Régia), **Nova carta de todas as figuras das letras e syllabas, ou o perfeito syllabario da lingua portuguesa** (1ª parte, 2ª ed. Lisboa. Impressão Regia), de 1818, com uma 3ª edição em 1819, e um **Breve Tratado, ou Explicação do que é Grammatica, oração portugueza dos vicios que fazem a oração defeituosa (...) divisão da syntaxe, e das suas principaes figuras, etc.** (Lisboa, Imprensa Regia), de 1814.

1812 – Compendio Orthographico ou orthographia resumida para os meninos (...) por hum professor de primeiras letras da cidade da Bahia, publicado em Lisboa, na Impressão Regia, e assinado com as iniciais J. S. R. A.

1814 – Com as iniciais F. P. C., vem a lume o **Resumo (novo) de Orthographia Portugueza** (Lisboa, Imp. Regia).

1818 – João Crisóstomo do Couto e Melo (1778?-1838?), natural de Lamego, foi cavaleiro da Ordem de S. Bento de Avis, bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, professor do Real Colégio Militar, vindo a desempenhar o cargo de director das Escolas Militares de primeiras letras. Defendendo as ideias liberais em 1820, era partidário de D. Miguel (Inocência, t. III, pp. 349-350 e t. , p.224). Publicou várias obras didácticas, com especial destaque para as de interesse linguístico, a saber: **Nôvo método de ensinár e aprendêr a pronunciaçáo e lêitura da linguágãe portugûêza pâra úso das escolás particuláres do Exército** (Lisboa, Imprensa Régia), de 1817, com uma “Parte Systematica” no mesmo ano (Lisboa, Imprensa Régia); **Gramática filosófica da linguagem portugûêza** (Lisboa, Imprensa Régia), de 1818; **Ortografia filosófica da linguagem portugûêza** (Lisboa, Imprensa Régia), também de 1818.

1818 – Rodrigo Ferreira da Costa (1776-1825), natural de Setúbal, era matemático; foi cavaleiro da Ordem de Cristo e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa (Inocência, t.VII, pp.169-170), em cujas Memórias publicou alguns trabalhos. É autor de um **Tratado de Orthografia Portugueza deduzida das suas tres bases, a pronunção, a etymologia e o uso dos doutos, e accomodados a intelligencia das pessoas que ignoram o grego e o Latim** (Lisboa, Impressão Regia), dado à estampa em 1818, e de umas **Reflexões e observações previas sobre a escolha do melhor systema de orthographia portugueza, e deducção dos seus principios capitaes** (Lisboa, Typ. da Academia de Sciencias), apresentadas em 1821, e integradas na “História e Memórias da R. Academia das Siencias de Lisboa” (Lisboa, tomo VIII, Parte I), em 1823.

1826 – Joaquim Pereira Codesso era professor de primeiras letras em Lisboa (Inocência, t. IV, 77). Publicou o **Breve Tractado de Orthographia** (Lisboa, Typ. de R. J. de Carvalho), com 2ª impressão em 1826, e um **Appendice ao Breve Tractado da Orthographia (...)** (ibidem).

1830- José Luís de Sousa Monteiro diexou-nos um **Alfabeto Portuguez ou arte completa de ensinar a ler por methodo novo e facil** (Lisboa, Impr. Regia, 1ª ed. 1806).

1831 – O madeirense António Gil Gomes (1805-?), depois de completados os estudos secundários, devido à sua confessa militância liberal expatriou-se no Brasil em 1828 (Inocência, t. III, p.355-356), onde viria a ser professor e daria à estampa as **Regras Elementares sobre a Pontuação, segunda parte da Orthographia**, publicadas no Rio de Janeiro (Typ. Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher). De volta à ilha da Madeira, colabora em vários jornais e publica um **Compendio de Philosophia Racional** (Funchal, Typ. Nacional, 1843).

1831 – Da biografia de Joaquim José Apolinário nada de concreto se conhece (Inocência, t. II, p.74); o seu **Resumo orthographico, ou Regras Geraes de Orthographia da Lingua Portugueza para uso dos meninos que frequentão as aulas de primeiras letras** (Lisboa, Typ. R. Y. de Carvalho, Livreiros dos Paulistas - 48p.) veio a lume pela primeira vez em 1826 e teve edições posteriores com o mesmo título: em 1831 (Lisboa, Typ. de Aquino Bulhões), em 1843 (Lisboa, Typ. de Salles) e 1846 (Lisboa, Typographia Nevesiana). Para além destas reimpressões,

aparece também a acompanhar uma “Nova Edição”, de 1824, da **Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António dos Reis Lobato** (Lisboa, Typographia Rollandiana).

1834/1861 – José Tavares de Macedo (1801-1890), natural de Torres Vedras e filho de médico, pertenceu ao Conselho Real, foi Comendador da Ordem de Cristo, Oficial-maior do Ministério da Marinha e Ultramar, deputado das Cortes em várias legislaturas e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa na Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras (4ª secção, História e Antiguidades) (Inocência, V, pp.142-143). Sem o seu nome, são dados à estampa, em 1834, os **Elementos de Orthographia Portugueza** (1ª ed. 1834, Lisboa, Imprensa Nacional), com uma 2ª ed. em 1861 (Lisboa, Typ. Universal), esta já com a identificação do autor. Num maço adquirido em Dezembro de 1995 na Livraria Almarjão, o Prof. Ivo de Castro encontrou alguns manuscritos inéditos de Tavares de Macedo – **Ensaio sobre o Estudo Historico das Línguas e Elementos de Grammatica Portugueza** –, os quais foram editados muito recentemente⁴. Interessou-se por diversos domínios, sendo de destacar a política do ensino, o comércio, e temas agrícolas, entre outros (cf. Inocência, t. V, pp.142-143).

1834 – Joaquim José Ventura da Silva (1777-1849), natural de Lisboa, foi professor de instrução primária e secundária, e um dos mais reputados calígrafos portugueses, campo em que produziu as **Regras methodicas para se aprender o caracter da letra ingleza, acompanhados de umas noções de arithmetica** (Offerecidas ao Serenissimo Senhor D. Pedro, Principe da Beira, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira), de 1803, com uma 2ª edição em 1819 (Lisboa, Imprensa Regia). Também publicou uma **Nova Arte de ensinar e aprender a ler o portuguez (...)** (Lisboa, Imp. Nacional), de 1834. Mas dele interessa-nos, sobretudo, a **Orthographia da Lingua Portugueza, reduzida a regras geraes e especiaes, etc. com um appendice, e um novo methodo de ensinar e aprender a ler o portuguez** (Lisboa, Impr. Nacional), de 1834.

1837 – Natural de Barcelos, João da Cunha Neves e Cabral Portugal (1784-1856), bacharel em leis por Coimbra e desembargador da casa da suplicação, a partir de

⁴ Vide: José Tavares de Macedo, **Obras Inéditas** (Ensaio sobre o Estudo histórico das Línguas e Elementos de Grammatica Portugueza), Caderno II, Lisboa, APL, 1996.

1834, durante o exílio em França adopta o nome de Tristão da Cunha Portugal, por ser miguelista. À época do expatriamento, pertence a publicação em Paris (Na Livraria Portugueza de J. P. Aillaud) da sua **Orthographia da Lingoa Portugueza** (1837), com uma 2ª ed. em 1856. Regressado a Portugal, em 1841, colabora em vários periódicos, entre eles o **Panorama**, e publica diversos trabalhos, no domínio da agricultura, nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, agremiação de que era sócio (Inoc., t. III, p. 355-356; t. X, 3º do Suppl., p.230-231).

1842 – Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)⁵, natural de Lisboa, é uma das figuras mais salientes da vida intelectual portuguesa, em particular da filosofia, na transição do século XVIII para o século XIX. Foi comendador da Ordem de Cristo, ministro e secretário de estado, deputado das cortes em 1827, 1838 e 1842; era sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, membro do Instituto de França e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tendo entrado para a Congregação do Oratório aos catorze anos, foi objecto de perseguições dentro da ordem, pelo que acabaria por abandonar a vida eclesiástica; exerceu como professor particular de filosofia, chegando a leccionar na Universidade de Coimbra, onde, acusado de jacobinismo, de novo lhe foram movidas perseguições. Protegido pelo ministro de Portugal na Haia, foi nomeado oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Por volta de 1810, chega ao Rio de Janeiro, onde desempenha funções de Deputado da Junta do Commercio. D. João VI nomeia-o para a pasta dos negócios estrangeiros do seu novo ministério; demite pouco depois de regressar a Portugal com o monarca, que viria a chamá-lo de novo para secretário daquele ministério (Inoc., t. VII, pp.259-266). Em 1820, foi director da Imprensa Régia. Da sua relevante obra de pensador, destacam-se sobretudo as **Prelecções Philosophicas sobre a Theoria do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceósyna e a Cosmologia** (Rio de Janeiro, Imprensa Régia), de 1813, e as **Noções Elementares de Philosophia Geral e Applicada** (Paris, Rey et Grevier), de 1839. Em matéria de discurso metaortográfico, interessam-nos, no entanto, os seus artigos publicados na revista **Panorama**, nos anos de 1842, 1843 e 1844, a saber: **Dos Principios Geraes e Elementares da Orthographia** (vol. 1º, série A, pp.419-420, Janº-Dezº de 1842); **Observações**

⁵ Sobre o pensamento deste filósofo português, vide: Nady Moreira Domingues da Silva, **O sistema filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira**, ICALP, nº 117, 1990, pp. 44-54.

Grammaticaes (vol. II, série II, 7º vol. p. 42, Janº-Dezº de 1843); **Observações Grammaticaes** (vol. II, série II, 7º vol, pp.27-28, Janº-Dezº de 1843); **Novas Observações sobre a Orthographia Portugueza** (vol. 3º, série 2ª, pp.179-180, Janº-Dezº de 1844). Para além destes, veio ainda a lume, em 1851, outro artigo de interesse linguístico – **Origens e afinidades das linguas** (*Revista dos Açores*, nº4).

1842 – José Joaquim Bordalo (1773-1856), natural de Elvas, foi professor de instrução primária em Lisboa (Inocência, t. IV, p.383), tendo até apresentado um projecto para a reforma desse nível de ensino (Directório fundamental da Instrução Primária, Lisboa, 1839); publicou um **Tratado de Orthografia**, que conheceu várias impressões (3ª ed. 1852, Lisboa, Na Typ. de L. C. da Cunha; 4ª ed. 1857; 5ª ed. 1865, Lisboa, Typ. de Vicente Alberto dos Santos). Fez uma edição da **Grammatica Portugueza do Bacharel Antonio José dos Reis Lobato emmendada dos erros, que por longo tempo lhe amontuou o descuido typographico, e augmentada nesta prevativa edição com o tractado d’Orthographia ultimamente seguida dos mais abalisados escriptores por José Joaquim Bordalo** (Lisboa, Typ de S. J. R. da Silva & Compª, Rua do Jardim do Regedor, nº 12, 1º andar, 1842), à qual acrescenta uma 4ª parte (pp.123-132) sobre a matéria ortográfica, como diz o título, que é, portanto, da responsabilidade de Bordalo. Embora as edições de 1857 (4ª) e de 1865 (5ª) apresentem uma *Prefação* alusiva à inclusão do **Tratado** na referida **Grammatica** de Lobato, elas são, contudo, autónomas, tendo a última sido impressa numa tipografia distinta das anteriores, a saber, a de Vicente Alberto dos Santos (51 - Rua da Vinha - 53).

1843 – Antonio Maria Barker foi professor de primeiras letras nos Estados da Índia (Inoc., t. I, p.197). Publicou em 1834 um **Dialogo orthographico da Lingua Portugueza, com reflexões sobre as diferentes opiniões dos orthographos** (Coimbra, Imprensa da Universidade-32p.), reeditado e refundido em 1841, com o título de **Dialogo Orthographico da Lingua Portugueza que para intelligencia das regras da Orthographia contém o que é absolutamente indispensavel, e a que apenas se póde ensinar nas escholae** (Bombaim, Na Typ. Portugueza do Pregoeiro); teve outras edições não só em Portugal como no Brasil: em 1843, com o título de **Dialogo orthographico da lingua portugueza, com reflexões e notas sobre as diferentes opiniões dos orthographos** (Porto, Tip. Comercial Portuense-32p.); em

1860 (8ª ed., Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve-59p.), com o título de **Grammatica da lingua portugueza em forma de dialogo, que para intelligencia da orthographia contém o que é absolutamente indispensavel, e o que apenas se póde ensinar nas escholae**; em 1862 (9ª ed., Rio de Janeiro, Typ. de J. Villeneuve e Cª-32p.), também com título diferente das anteriores **Orthographia, ou primeira parte da Grammatica da Lingua Portugueza em forma de dialogo, com reflexões e notas**; no Brasil conhecera ainda uma edição anterior a esta, em 1855. A produção pedagógico-didáctica de Barker compreendem, ainda, obras para a aprendizagem das primeiras letras, como o **Syllabario portuguez, ou arte completa de ensinar a ler. Primeira parte, em que tracta das syllabas mais necessarias** (Porto, 1834) e **Syllabario portuguez. Segunda parte, em que se tracta das lições de palavras, etc.** (Rio de Janeiro, Tip. e Const. de Villeneuve & Cª, 1862-32p.).

1843 – João Nunes de Andrade (1799/1800-?), natural da Covilhã, foi professor de gramática latina em vários colégios de Lisboa, vindo depois a exercer a mesma actividade no Rio de Janeiro, para onde se terá viajado em 1843 (Inoc., t. III, pp. 427-428), ano em que vêm a lume as **Noções geraes de orthographia elementar da Lingua Portugueza** (Lisboa, Na Typographia da Viuva Coelho & Compª). Também é autor de uma **Grammatica Elementar da Lingua Portugueza por systema philosophico. Offerecida ao illmo e exmo sr. José Ferreira Pinto Basto, etc.** (Lisboa, Typ. de António Sebastião Coelho), de 1841 [X-97pp.]. Deixou outras obras de índole linguística, como os **Principios fundamentaes sobre a regencia da grammatica portugueza e latina** (Lisboa, Tip. de Desiderio Marques Leão), de 1834, **Novo compendio de eloquencia grammatical da língua portugueza, por systema philosophico**, publicado em 1850, e um **Novo Compendio de Grammatica latina, contendo um tractado de analyse, preceitos essenciaes da versão do latim, regras praticas da composição e metrificacão latina**. Offerecido a S. M. I. o sr. D. Pedro II, de 1845, impresso no Rio de Janeiro, tal como o compêndio anterior.

1843 – Manuel Justino Pires (1913-?), natural de Elvas, tendo estudado humanidades e teologia, recebeu ordens menores e foi professor de Instrução Primária. Publicou várias obras didácticas (Inoc., IV, p. 34), designadamente o **Epitome Orthographico** (Lisboa, Tip. Acad. Belas Artes), de 1842, com edições em 1843 (Lisboa, Imprensa Nacional) e 1857; um **Compendio de Grammatica Portugueza, exposta em verso**

para se decorar com mais facilidade, etc. (Lisboa, Imprensa Nacional), de 1856, e **uns Rudimentos de Leitura Portugueza** (Lisboa, Imprensa Nacional).

1848 – António Alvares Pereira Coruja (1806-?), filho de pai português e mãe brasileira, era natural de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (Brasil). Estudou em Coimbra, e, de regresso à sua terra natal, exerceu como professor público de instrução primária, de gramática latina e de filosofia racional e moral (Inoc., t. VIII, pp.76-77). Deixou-nos vários manuais: o **Compendio de Grammatica da Lingua Nacional, dedicado á mocidade rio-grandense** (1835), adoptado nas escolas da corte e diversas vezes reimpresso; o **Manual dos Estudantes de Latim** (Rio de Janeiro, 1838), também com várias edições; o **Compendio da Orthographia da Lingua Nacional** (Rio de Janeiro, Typ. Franceza), de 1848, que teve uma versão reduzida no **Manual da Orthografia da Lingua Nacional**, de 1852 e 1861 (2ª ed.).

1849 – M. B. da F. Claro da Silva e Souza, professor público, deixou-nos o **Abreviado de Orthographia Moderna Portugueza organizado sobre a primeira necessidade da lingua (...), em beneficio dos alumnos, que não podem demorar-se nas escholae**; cedido a Mathias José Marques da Silva (Lisboa, Typ. de José Marques da Silva).

1856 – De Diogo Fernes Alvernaz sabe-se que era natural da ilha Terceira, desconhecendo-se, porém, outros dados biográficos (Inoc., t. IX, p.124). É autor de uma **Orthographia da Lingua Portugueza, dividida em Lições, para uso de todas aquellas pessoas que desejam escrever com acerto** (Angra do Heroismo, Typ. de M. J. P. Leal), de 1856.

1859 – Carlos Augusto de Figueiredo Vieira (1818-1849), provavelmente natural do Porto, onde exerceu como bibliotecário (Inoc., t. II, p.30, é autor do **Ensaio sobre a Orthographia Portugueza** (Porto, Typ. Commercial), de 1834, com uma 2ª ed. em 1859 (Porto, Typ de Sebastião José Pereira), e do **Compendio Elementar da Grammatica Portugueza**, de 1841, com sucessivas edições, pelo menos até 1881 (2ª ed.1844, Porto, Typ. Commercial; 6ª ed. s.d., Porto, Ana de Fonseca e Figueiredo; 10ª ed. 1859; 15ª ed. 1869; 19ª ed. 1877; 21ª, de 1881).

1853 – Joaquim Alves de Sousa, formado em Teologia pela Universidade de Coimbra, era professor de hebraico e de filosofia racional no Liceu Nacional; publicou em **O Instituto**, “jornal scientifico e litterario”(Coimbra, Imprensa da

Universidade, pp. 384-385), um artigo intitulado *Esriptura Repentina. Nova tentativa de Revolução Orthographica*. É autor de uma **Grammatica elementar**, com sete edições pelo menos (Inoc., t. X, p.381; t. IV, p.59).

1853 – António Feliciano de Castilho (1800-1875), poeta e prosador, cego desde muito jovem, é uma das personalidades mais controversas das letras de oitocentos; o seu nome está associado à chamada “Questão Coimbrã”. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi comissário geral de instrução primária pelo “Methodo Portuguez Castilho para o ensino do ler e escrever” (3ª ed. Lisboa, Imp. de Lucas Evangelista, 1853), originalmente publicado com o título de **Leitura repentina. Methodo experimentado e efficacissimo para em poucas lições e com muito recreio se aprenderem a ler impressos e numeração, approvedo pelo Conselho Superior de Instrucção Publica do Reino** (1850) (Inoc., t. II, pp.130-135); recebeu o título de 1º Visconde Castilho. O seu projecto de alfabetização visava, de início, um público rural, e foi testado pelos professores primários. Não obstante o êxito editorial, a obra fez estalar uma intensa polémica a respeito dos métodos de ensino de primeiras letras, tendo conhecido numerosos detractores.

1855 – João do Carmo Ferraz é autor de um **Compendio orthographico extrahido dos melhores autores** (2ª ed., 1855, Lisboa, Tip. de J. G. de Sousa Neves), com uma 3ª ed. (Lisboa, Tipografia de J. G. de Sousa Neves), de 1868.

1856 – Luiz Adelino Lopes da Cruz (1835-?), natural de Coimbra, trabalhou primeiro na área comercial, para depois se consagrar ao ensino primário e à caligrafia, arte em que se notabilizou com as obras **Arte calligraphica** (1858) e **Nova arte calligraphica theorica e pratica** (Inoc., t. XIII, p.331); publicou um **Resumo d’Algumas Regras Geraes d’Orthographia Portugueza** (Coimbra, Imprensa Conimbricense), em 1856, com uma 3ª ed. de 1870 (Coimbra, Imp. da Universidade).

1856 – António Vaz Velho (1771-1860), natural de Tavira, era bacharel em Matemática e Cosmografia, onde exerceu como cosmógrafo; brigadeiro no exército miguelista, assistiu à convenção de Évora Monte. Publicou um **Opusculo sobre a Orthographia Dividida em Serões de Inverno** (Lisboa, Impr. Nacional); segundo

Inocência (t. VIII, p.128) ⁶, os cinco serões teriam sido publicados por separado, razão por que a sua paginação não é contínua.

1856 - Luís Adelino Lopes da Cruz, professor de instrução primária em Coimbra, é autor de um **Resumo d'algumas regras geraes d'Orthographia Portugueza, para uso dos mancebos que frequentão as aulas d'instrução primaria** (Coimbra, Imprensa Nacional), de 1856.

1860 – José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879), natural de Lisboa, era irmão do escritor António de Feliciano de Castilho; foi jornalista, poeta e prosador famoso no seu tempo. Perseguido pelos absolutistas, refugiou-se em Paris, onde se forma em Medicina, doutorando-se pela Universidade daquela cidade. Embarcou para o Brasil em 1847, de onde já não regressou. Em matéria metaortográfica, produziu a **Orthographia Portugueza e missão dos livros elementares** (Rio de Janeiro, Typ. e Livraria de B. X. de Sousa), que constitui a 2ª edição da resposta às críticas contra o seu **Iris Classico**, e um **Tratado Elementar da Pontuação da Lingua Portugueza** (Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1870).

1860 – Júlio Teixeira Cabral de Mendonça (?), cujos dados biográficos desconhecemos, publicou o **Compendio de Orthographia Portugueza** (Lisboa, Typ. de M. da Madre de Deus); também é autor de manuais relativos à administração (Inoc. t. XIII, 1835, p.277), como **O Guarda Livros moderno** (Lisboa, 1816-1818) e **Manual de Negociantes** (Lisboa, 1816).

1860 – Roque da Fonseca (1822-?), natural de Margão (Índia), foi professor do ensino primário, tendo leccionado na província de Salsete (Inocência, t.18, p. 293); deixou um **Compendio da Orthographia da Lingua Portugueza**, publicado em 1860 (Margão, Typ. do Ultramar).

1862 – António Francisco Moreira de Sá (1825-?) era professor régio de instrução primária em Lisboa, membro da Associação dos Professores e redactor da redacção do jornal da mesma associação, sócio efectivo do Grémio Literário e sócio correspondente da Associação Industrial Portuense. Das suas obras, interessa-nos o

⁶ A respeito do ortógrafo observa Inocência: “O auctor mostra padecer bastante da molestia que modernamente deram em appellar de excentricidade ! Propõe e defende nos seus opúsculos certas innovações, que não foram acceitas, nem julgo que venham a ser em tempo algum”

Compendio de Orthographia que, segundo Inocêncio (t. 8, 1º do Suplemento, p.153-154), teve edições entre 1858 e 1863 (2ª ed. Lisboa, Typ. de Salles, 1860; 3ª ed. 1862, Lisboa, Typ. Universal; 4ª ed. Typ. Franco-Portugueza, 1963).

1866 – Manuel Nunes Godinho (1816-?), natural de Ceras, concelho de Tomar, era um notável calígrafo; recebeu o título de Calígrafo da Casa Real e dirigiu o seu próprio colégio (Gymnasio de Godinho, Collegio d'Educação), em Lisboa (Inocêncio, t. VI, p.71; t. XVI - 9º do suplemento, p.278). Deu à estampa um **Bosquejo Orthographico da Lingua Portugueza** (Lisboa, Typ. Universal), de 1866, para além dos **Preceitos calligraphicos para a instrucção da mocidade adoptados para o ensino**, (3ª ed corr. e aum. Lisboa: Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa), de 1862.

1865 –D. Alexandre Joseph Botelho de Vasconcellos de Melo e Mattos (?), segundo o frontispício dos seus **Elementos de Leitura ou Tratado da Orthologia Portugueza** (Évora, Impr. do Governo Civil), era fidalgo, comendador da Ordem de Cristo, presidente da junta do distrito de Évora, deputado às cortes pela província do Alentejo, e presidente da câmara do concelho de Montemor-o-Novo; produziu obras de instrução clássica.

1870 – Publicado sem o nome do autor, o **Tratado Elementar da Pontuação da Lingua Portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores classicos, acompanhado de ensaio sobre o uso das letras capitaes, Opinião do conselheiro Castilho ácerca do uso do accento agudo sobre a letra a e Catalogo de erros de pronuncia com a emenda ao lado** (Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert), é seguido, no entanto, pela resposta de José Feliciano de Castilho (cf. supra, 1860), datada de 14 de Março de 1864, a uma “Questão Orthographica” colocada pelo editor Eduardo Laemmert.

1873 – O brasileiro João de Mattos Araújo, professor público de instrução primária no município da corte, publicou as **Lições Praticas de Orthographia** (2ª ed. Rio de Janeiro); segundo a folha de rosto, a obra sido aprovada pelo Conselho Director da Instrução Pública da Corte e adoptada pelo Governo Imperial para uso das escolas públicas de instrução primária.

1875 – Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (18 de Abril de 1819-?), natural do Rio de Janeiro, veio para Portugal em 1821, tendo frequentado o Colégio

dos Nobres, entre 1827 e 1831 (Inoc., t. XVI, p.148). É autor de um **Diccionario de Portuguez-Espanhol** (1864-1861-1863) e publicou uma **Arte Orthographica da Lingua Portugueza**, (Lisboa, Typ. de Lallemon Frères), com a 1ª impressão em 1873 e a 2ª de 1875, incluindo ambas uma carta de D. José Maria (e Araújo de Portugal) Correia de Lacerda (1802-1875), autor de uma gramática que conhecerá mais de vinte edições pelo menos até 1881 (cf. 2º vol., Anexo 2).

1875 - José Barbosa Leão (1818-1888), natural de Parada (actualmente Paredes, distrito do Porto), era cirurgião de brigada no Porto; foi deputado às cortes e secretário geral dos governos de Angola e de Moçambique⁷; viajou por França, Bélgica, Suíça, Alemanha e Inglaterra. Com a publicação anónima das suas **Considerações sobre a Orthographia Portugueza** (Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1875), dedicadas ao ministro dos negócios do Reino, António Rodrigues Sampaio (1806-1882), dá início à polémica sobre a reforma do sistema gráfico português em sentido sónico. Muito diligenciou o autor para que a sua proposta de reforma fosse adoptada, tendo-a enviado para repartições públicas e estabelecimentos de ensino superior, especial e secundário, e bem assim para a Academia Real das Ciências (*...distribuir ás repartições e aos institutos d'ensino superior, especial e secundário. Assim como fis enviar algumas dezenas d'ezemplares á Academia Real das Ciências*, 1878, p. V). Em defesa da sua proposta ortográfica virão ainda a lume o **Parecer da Comissão de Reforma Ortografica** (Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira), de 1877, a **Colécção de Estudos e Documentos a favor da Refórma da Orthographia em Sentido Sónico** (Lisboa, Imprensa Nacional) e **A Academia das Ciências de Lisboa e A comissão de Refórma Ortográfica do Porto** (Porto, Imprensa Portugueza), respectivamente de 1878 e 1879, para além de uma gramática intitulada **Elementos de Gramática Portugueza** (Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira), de 1886, da qual em 1906 se faria uma edição póstuma no Porto⁸. Como jornalista, fundou o *Jornal do*

⁷ Para mais informação sobre a personalidade e as actividade do sónico portuense, veja-se: **Cartas e publicações relativas ao falecido Dr. José Barbosa Leão que, em memória do seu saudoso irmão reuniu e mandou imprimir** (Porto, Imprensa Commercial, 1889), publicação laudatória de seu irmão Manuel Barbosa Leão.

⁸ Cf. Manuel B. Leão, **Cartas**, 1889, p.66: “Ultimamente tratava da publicação da 2ª edição dos «Elementos de Gramatica» (...)”.

Porto e o Jornal de Lisboa; em alguns artigos (por ex. no Cruzeiro do Sul, nº 129, de Janeiro de 1875), usou o pseudónimo de Fr. Chicote.

1876 – O poeta e pedagogo João de Deus Ramos (1830-1896), algarvio de S. Bartolomeu de Messines, publicou nesta data a **Cartilha Maternal ou Arte de Leitura**, com a qual visava renovar, à semelhança do **Método Castilho**, os métodos tradicionais da leitura em Portugal, designadamente o da soletração. Apesar da polémica, a Cartilha ganhou, no entanto, tal popularidade que o Governo, em 1879, procedeu a uma confrontação do novo método com o usual; os resultados devem ter sido favoráveis à **Cartilha**, a julgar pela sua crescente circulação nas escolas primárias. Durante várias décadas, foi o principal instrumento do ensino-aprendizagem da leitura. Para a implantação deste método, muito contribuiu a Associação das Escolas Móveis (1881)⁹, assim como o seu uso generalizado nas escolas públicas e particulares. De pareceria com António José de Carvalho, um ano depois da **Cartilha**, publica o **Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil** (Lisboa/Rio de Janeiro, 1877), produto lexicográfico de grande interesse linguístico, porquanto demonstra quanto a definição de uma ortoépia portuguesa era premente, como necessária à uniformização e à reforma do sistema gráfico.

1879 – António Castanheira Nunes (segundo Inoc., t. XXII, p. 224, Castanheiro Nunes), é autor do opúsculo **Duas Palavras a respeito da Orthographia Actual e Projecto de Reforma** (Lisboa, Casa Portuguesa, 1879), dedicado ao Conselheiro José Maria da Ponte e Horta. Segundo informação do próprio Castanheira Nunes, era professor de instrução primária e secundária, oficial e particular, tendo exercido tanto em Portugal como em África.

1879 – Antonio Moniz Barreto Corte-Real (1804-?), natural de Angra do Heroísmo, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi professor de Aritmética, Geometria, Geografia e Cronologia em Évora, onde esteve até 1834, ano em que regressa à sua terra natal, onde exerceu a advocacia; desde 1848 foi professor do Liceu Nacional de Angra, do qual viria a ser Director em 1849 (Inocência, t. I, p.207). Publicou uma **Cartilha para uso das eschololas primarias do districto de**

⁹ Fundada para combater o analfabetismo, esta associação foi impulsionada por Casimiro Freire (1843-1918), industrial, articulista, benemérito da instrução, e um dos fundadores do primeiro Centro Republicano, em 1876.

Angra (**Angra do Heroísmo**, Typ. de M. J. P. Leal), em 1858, e um **Epitome da Grammatica Portugueza** (**Angra**, Typ. M. J. P. Leal), em 1859. Adepto fervoroso de uma reforma radical, rompeu com alguns aspectos da tradição gráfica do português, como adiante observaremos (cf. infra, 2.1.5); publicou os seguintes opúsculos, relativos ao problema ortográfico: **Reconsiderações sobre a Orthographia Portugueza** (**Angra do Heroísmo**), de 1876, **Notícia ortografica do parecer da qomição nomeada pela Aqademia Real das Çiencias de Lisboa acerca da reforma ortografica, qe lhe foi çubmetida por uma qomição qongregada na cidade do Porto em 1878** (**Angra do Eroismo**, Tip. Angrençe), e **Proposta de reforma ortografica** (**Angra do Heroismo**, Tip. Angrençe), de 1879.

1879 – José Maria Latino Coelho (1825-1891), escritor e académico, foi o Relator do **Parecer Apresentado á academia Real das Sciencias de Lisboa sobre a Reforma Orthographica. Proposta pela Comissão da Cidade do Porto**, 2ª ed., Lisboa, Typographia da Academia.

1879 – João Félix Pereira (1822- ?), natural de Lisboa, foi médico, engenheiro civil, agrónomo, taquígrafo, professor da Escola de Comércio de Lisboa e do Liceu Nacional da capital; extraordinário polígrafo, entre as suas numerosas obras pedagógicas contam-se umas **Primeiras Linhas de Grammatica Portugueza** (1863); também contribuiu para a questão ortográfica com textos favoráveis ao sistema sónico: uma **Carta sobre a orthographia portugueza dirigida ao Sr. dr. José Barbosa Leão** (1879), da qual existe o original autógrafo, **Os Synonimos e Homonymos da Lingua Portuguezes** (1885), e **Vocabulario Sonico** (1888).

1879/1880 – O escritor brasileiro José Jorge Paranhos da Silva (1859-?) identificou-se em alguns dos seus trabalhos ortográficos (**O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brazil**, 1ª e 2ª Partes, 1879; **Systema de Orthographia Brasileira**, 1880) simplesmente como “Um brasileiro”; a **Carta de Nomes para se Ësinar ã pôco tâpo a ler e a escrever figurãdo a pronüsia do Brazil dedicada a os méstres e paes brazilêiros**), de 1881, e os artigos publicados na **Revista Brasileira** no ano seguinte aparecem, no entanto, com o nome do autor.

1877 – Padre Francisco Antunes de Siqueira, também brasileiro, é autor do **Estudo sobre a Ortografia da Lingua Luzo-Brasileira** (revista e aprovada pelos Drs. José

Ortiz e Luiz Alves de Azambuja Suzano), dado à estampa na cidade de Vitória do Espírito Santo (Typographia do Espirito-Santense).

1881 – D. Agostinho de Sousa deixou-nos **A Orthographia Phonetica confirmada pela Linguistica e Biologia** (Porto, Typ. Alliança).

1885 – Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914), romanista, e Guilherme de Vasconcelos Abreu (1842-1907), orientalista, colaboraram na redacção das **Bases da Ortografia Portuguesa** (Lisboa, Imprensa Nacional); elas serviam de elucidação acerca do sistema gráfico adoptado pelo segundo na “Enciclopédia de Ciência, Arte e Literatura – Biblioteca de Portugal e Brasil” (cf. infra, 2.1.7.). Filólogo e foneticista autodidacta, visto carecer de formação superior, o primeiro era natural de Lisboa, onde até ao final dos seus dias exercerá como funcionário das alfândegas de Lisboa (cf. infra, III); o segundo nasceu em Coimbra, em cuja Universidade viria a ser professor; era orientalista por formação.

1885 – José Ventura Boscoli, gramático e ortografista brasileiro, publicou uma **Orthographia. Estudo raciocinado segundo os principios modernos da sciencia** (Rio de Janeiro), dedicada ao Illm. e Exmo. Snr. Senador Manoel Francisco Correia, e também uma **Grammatica Portuguesa** (2ª ed. corr. e aug., Rio de Janeiro, Livraria Alves), de 1899.

1886 – António Lopes dos Santos Valente (1839-1896) e Francisco de Almeida (1838-1918) são autores da **Orthographia Portuguesa** (Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão); o primeiro continuou, após o falecimento de Caldas Aulete, a redacção do Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa (Feito sobre um plano inteiramente novo), dado à estampa em 1881; F. de Almeida realizou, junto com Henrique Brunswick, o **Diccionario Illustrado da Lingua Portuguesa** (segundo o método de Larousse), em dois tomos, publicado em Lisboa, em 1898.

1887 – Francisco José Monteiro Leite, gramático, tomou partido na discussão ortográfica com o opúsculo **A Orthographia Etymologica e a Sónica** (Porto, Typ. Central de Campos & Godinho).

1888 – Miguel Carlos Correia de Lemos (1854-?), brasileiro, secretário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi ardoroso militante positivista e arauto das ideias comtianas desde 1875; tendo passado três anos em Paris, onde estudou as ideias do

seu mentor ideológico, de regresso ao Brasil colabora intensamente no órgão propangandístico – Apostolado Positivista do Brasil. Publicou alguns opúsculos relativos à matéria ortográfica: **Orthographia Pozitiva** (Rio de Janeiro, 1888), **Aviso sobre algumas modificações no nosso systema ortografico** (Rio de Janeiro, 1890), **Simplificações ortográficas, praticadas desde já por todos e uzadas em nossas publicações** (Rio de Janeiro, 1893), **La question de la Réforme Orthographique** (Rio de Janeiro, Apostolat Positiviste du Brésil, Décembre, 1888).

1889 – Carlos Afonso e A. de Almeida são os autores do **Ensino Prático-Analógico da Prosodia e Orthographia** (Porto, Imprensa Commercial).

1889 – A **Ortografia Simplificada da Língua Portugueza** (Porto, Typ. Nacional) foi publicada sem o nome do autor.

1896 – No opúsculo **A Questão Orthographica e o Instituto de Coimbra** (Coimbra, Typ. França Amado) são apresentadas as discussões sobre a ortografia a adoptar nas publicações deste instituto.

1895 – O brasileiro Francisco Ferreira da Rosa, professor catedrático do colégio militar, deixou-nos uns **Elementos de Análise Orthographica. Origem de regras para bem escrever compreendendo phonetica, prosodia e orthographia** (Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves e Comp^a).

1896 – A. Luzes, também brasileiro, é autor de um **Guia Phonologico ou Regras da Phonetica, Prosodia e Orthographia** (Rio de Janeiro, Typ. de Moraes).

Quanto aos impressores ou tipógrafos em cujas casas foram dadas à estampa as obras dos ortógrafos e gramáticos aqui arrolados, vejamos-se os quadros abaixo:

Os impressores das ortografias

Impressor/Tipografia	Obra	Ortografista
Typografia Lacerdina (Lisboa)	Noções sobre a Ortografia da Lingua Portugueza (1807)	Joaquim José Caetano Pereira e Sousa
Off. de Antonio Rodrigues Galhardo (Lisboa)	Rudimentos da Orthografia Portugueza (1809)	Pedro José da Fonseca
Impressão Regia (Lisboa)	Resumo Orthográfico da Lingua Portugueza (1812)	Luís Gonçalves Coutinho

Impressão Regia (Lisboa)	Compendio Orthographico (1812)	Um prof. da Bahia
Impressão Regia (Lisboa)	Novo Resumo de Orthographia da Lingua Portugueza (1814)	F.P.C.
Impressão Regia (Lisboa)	Tratactado de Orthografia Portugueza (1818)	Rodrigo Ferreira da Costa
Impressão Regia (Lisboa)	Ortografia Filosófica da Linguagem Portugueza (1818)	João Crisóstomo do Couto e Melo
Typ. da Academia das Sciencias (Lisboa)	Reflexões e Observações Prévias (1821)	Rodrigo Ferreira da Costa
Typ. de R. J. de Carvalho (Lisboa)	Breve Tractado da Orthographia (1826)	Joaquim Pereira Codesso
Typ. de R. J. de Carvalho (Lisboa)	Appendice ao Breve Tractado da Orthographia (1826)	Joaquim Pereira Codesso
Imprensa Nacional (Lisboa)	Orthographia da Lingua Portugueza (1834)	Joaquim José Ventura da Silva
Imprensa Nacional (Lisboa)	Elementos de Orthographia Portugueza (1834)	José Tavares de Macedo
Typographia Universal (Lisboa)	Elementos de Orthographia Portugueza (1861)	José Tavares de Macedo
Off. Typ. de Casimir (Paris)/ Livraria Portugueza de J. P. Aillaud (Paris)	Orthographia da Lingoa Portugueza (1837)	Tristão da Cunha Portugal
Typ. de Bulhões (Lisboa)	Resumo Orthografico (1831)	Joaquim José Apolinário
Typographia de Salles (Lisboa)	Resumo Ortografico (1853)	Joaquim José Apolinário
Imprensa Nevesiana (Lisboa)	Resumo Orthografico (1846)	Joaquim José Apolinário
Typ. da Viuva Coelho & Comp ^a . (Lisboa)	Noções Geraes de Orthographia Elementar da Lingua Portugueza (1843)	João Nunes de Andrade
Typographia Commercial	Dialogo Orthographico da	António Maria Barker

Impressor/Tipografia	Obra	Ortografista
Portuense (Porto)	Lingua Portugueza (1843)	
Imprensa Nacional (Lisboa)	Epitome Orthographico, 2ª (1843)	Manuel Justino Pires
Typ. Franceza (Rio de Janeiro)	Compendio da Orthografia da Lingua Nacional (1848)	António Álvares Pereira Coruja
Typ. de Mathias José Marques da Silva (Lisboa)	Abbreviado de Orthographia Moderna Portugueza	M. B. da F. Claro da Silva e Souza
Typ. de M. J. P. Leal (Angra do Heroísmo)	Orthographia da Lingua Portugueza (1856)	Diogo Fernes Alvernaz
Imprensa Nacional (Lisboa)	Opusculo sobre a Orthografia dividida em Serões de Inverno (1856)	António José Vaz Velho
Imprensa Conimbricense (Coimbra)	Resumo d'algumas Regras Geraes d'Orthographia Portugueza (1856)	Luís Adelino Lopes da Cruz
Typ. de S. J. R. da Silva & Comp.ª (Lisboa)	Grammatica Portugueza Parte IV - Da Orthographia (1842)	António Joaquim Bordalo
Typ. de J. G. de Sousa Neves (Lisboa)	Compendio Orthografico (1855)	João do Carmo Ferraz
Typ. de Luiz Correa da Cunha (Lisboa)	Tratado d'Orthografia, 4ª (1857)	José Joaquim Bordalo
Typ. de Sebastião José Pereira (Porto)	Ensaio sobre a Orthographia Portugueza (1859)	Carlos Augusto de Figueiredo Vieira
Typ. e Livraria de B. X. Pinto de Sousa (Rio de Janeiro)	Orthographia Portugueza (1860)	José Feliciano de Castilho
Typ. de M. da Madre de Deus (Lisboa)	Compendio Portugueza de Orthographia (1860)	Julio Teixeira Cabral de Mendonça
Typ. do Ultramar (Margão)	Compendio da Orthographia da Lingua Portugueza (1860)	Roque da Fonseca
Typ. Universal (Lisboa)	Compendio de Orthographia, 3ª (1862)	António Francisco Moreira de Sá
Typ. de Vicente Alberto dos Santos (Lisboa)	Tratado de Orthografia 5ª (1865)	José Joaquim Bordalo

Impressor/Tipografia	Obra	Ortografista
Typ. Universal (Lisboa)	Bosquejo Orthographico da Lingua Portugueza (1866)	Manuel Nunes Godinho
Typ. do Apostolo (Rio de Janeiro)	Lições Praticas de Orthographia (1873)	João da Matta Araujo
Typ. Lallemon Frères (Lisboa)	Arte Orthographica da Lingua Portugueza (1875)	Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez
Typ. de Antonio José da Silva Teixeira (Porto)	Considerações sobre a Orthographia Portugueza (1875)	José Barbosa Leão
Rio de Janeiro, Typ. do Apostolo, Rua Nova do Ouvidor, 16 e 18	Lições Práticas de Orthographia (1873)	João da Matta Araújo
Angra do Heroismo	Reconsiderações sobre a orthographia portugueza (1876)	Antonio Moniz Barreto Corte-Real
Typ. Angrense (Angra do Heroismo)	Proposta de reforma Orthographica (1877)	Antonio Moniz Barreto Corte-Real
Typographia do Espirito-Santense (Victoria)	Estudo sobre a Ortografia da Lingua Luzo-Brasileira (1877)	Pe Francisco Antunes de Siqueira
Imprensa Nacional (Lisboa)	Colêção de Estudos e Documentos a favor da Refórma da Ortografia em sentido sónico (1878)	José Barbosa Leão
Imprensa Portugueza (Porto)	A comissão de Refórma Ortográfica do Porto (1879)	A comissão de Refórma Ortográfica do Porto (1879)
Typ. da Academia (Lisboa)	Parecer apresentado à Academia Real das Sciencias de Lisboa (1879)	José Maria Latino Coelho
Typ. da Bibliotheca Universal (Lisboa)	Carta sobre a Orthographia Portugueza (1879)	João Félix Pereira
Casa Portugueza (Lisboa)	Duas Palavras a respeito da Orthographia Actual e Projecto de Reforma (1879)	António Castanheira Nunes

Impressor/Tipografia	Obra	Ortografista
Tip. Angrençe (Angra do Eroismo)	Notícia ortografica do parecer da qomição nomeada pela Aqademia Real das Çiências de Lisboa açerca da Reforma Ortografica (1879)	António Moniz Barreto Corte-Real
Typographia de Lourenço de Winter (Rio de Janeiro)	Sistema de Orthographia Brazileira pelo auctor do Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brazil (1880)	J. J. Paranhos da Silva
Typographia Alliança (Porto)	A Orthographia Phonetica confirmada pela Linguistica e Biologia (1881)	D. Agostinho de Sousa
Imprensa Nacional Rio de Janeiro)	Orthographia (1885)	José Ventura Boscoli
Imprensa Nacional (Lisboa)	Bases da Ortografia Portuguesa (1885)	Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu
Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão (Lisboa)	Orthographia Portugueza (1886)	Santos Valente e Francisco de Almeida
Livraria Central de Campos & Godinho Editores (Porto)	A Orthographia Etymologica e a Sónica (1887)	Francisco José Monteiro Leite
Imprensa Commercial (Porto)	Ensino Pratico-Analogico da Prosodia e Orthographia (1889)	Carlos Afonso e A. de Almeida
Livraria classica de Alves & C. (Rio de Janeiro- S. Paulo)	Elementos de Analyse Orthographica (1895)	Francisco Ferreira da Rosa
Typ. FrançaAmado(Coimbra)	A Questão Orthographica e o Instituto de Coimbra (1896)	Revista "O Instituto"

Os impressores das gramáticas

Impressor/Tipografia	Obra	Gramático
Imprensa da Universidade (Coimbra)	Gramática Portuguesa (1804)	Manuel Dias de Sousa
Off. Simão Thaddeo Ferreira (Lisboa)	Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa (1806)	António de Morais Silva
Impressão Regia (Lisboa)	Memorias curiosas para a Grammatica Portuguesa (1812)	Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão
Impressão Regia (Lisboa)	Novo Resumo de Orthographia da Lingua Portugueza (1814)	F.P.C.
Impressão Regia (Lisboa)	Breve Tratado, ou explicação do que he Grammatica (1817)	Luis Gonçalves Coutinho
Impressão Regia (Lisboa)	Gramática Filósofica da Linguagem Portuguesa (1818)	J. Crisóstomo do Couto e Melo
Impressão Regia (Lisboa)	Elementos de Grammatica Portugueza (1819)	Francisco Soares Ferreira
Impressão Regia (Lisboa)	Grammatica, Orthografia e Arithmetica Portuguesa (1820)	Manuel Borges Carneiro
Impressão Regia (Lisboa)	Grammatica Portuguesa (1820)	Sebastião José Guedes Albuquerque
Tip. da Academia Real das Sciencias (Lisboa)	Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa (1822/1830)	Jerónimo Soares Barbosa
Impressão Imperial e Real	Grammatica Portuguesa (1826)	Anónima
Tip. de Desiderio Marques Leão (Lisboa)	Grammatica Portuguesa (1827)	Jaulino Lopes Arneiro
Impressão Regia (Lisboa)	Compendio Grammatical da Lingua Portuguesa (1828)	José Luís Coelho Monteiro

Typ. Rollandiana (Lisboa)	Methodo Grammatical Resumido da Lingua Portugueza, nova ed. (1838)	João Joaquim Casimiro
Typ. Commercial Portuense (Porto)	Compendio Elementar da Grammatica Portugueza (1844)	Carlos Augusto de Figueiredo Vieira
Typ. Nacional (Lisboa)	Principios de Grammatica Portugueza (1844)	F. de Andrade Júnior
Typ. Franceza (Rio de Janeiro)	Compendio da Grammatica da Lingua Nacional, 5ª ed. (1847)	António Álvares Pereira Coruja
Imprensa Nacional (Lisboa)	Principios de Grammatica Geral (1849)	Daniel Ferreira Pestana
Typ. de Sebastião José Pereira (Porto)	Epitome de Grammatica Portugueza (1851)	C. D. M.
Imprensa da Universidade (Coimbra)	Grammatica da Infancia (1851)	António Pereira Forjaz de Sampaio
Imprensa de Francisco Xavier de Sousa (Lisboa)	Compendio de Grammatica Portugueza (1851)	Policarpo Wake
Typ. de F. P. de Azevedo (Porto)	Novo Methodo para Aprender a Grammatica Portugueza (1852)	A. M. da S. Pinto Abreu
Imprensa Nacional (Lisboa)	Grammatica da Lingua Portugueza (1853)	Herculano Maria dos Reis Tavares
Impr. de Hermenegildo Pires Marinho (Lisboa)	Grammatica da Lingua Portugueza (1854)	João Antonio Dias
Casa de Vª. J-P. Aillaud, Monlon e Cª (Paris)	Grammatica Analytica da Lingua Portugueza (1855)	Francisco Solano Constâncio
Typ. Commercial (Porto)	Curso de Grammatica Portugueza e Latina (1857)	João Teixeira de Vasconcelos
Typ. de M. J. P. Leal (Angra do Heroismo)	Epitome da Grammatica Portugueza (1859)	António Moniz Barreto Corte- Real
Typ. do Ultramar (Margão)	Grammatica da Lingua Portugueza (1860)	Domingos Lourenço

Impressor/Tipografia	Obra	Gramático
Typ. de L. C. da Cunha (Lisboa)	Grammatica Portugueza (1861)	João Crisóstomo Vallejo Espada
Imprensa Nacional (Lisboa)	Compendio da Grammatica Portugueza (1861)	Vergueiro e Pertence
Escritorio de Francisco Arthur da Silva (Lisboa)	Compendio de Grammatica Portugueza, 3ª ed. (1862)	D. José Maria de A. e A. Correia de Lacerda
Typ. de José da Costa Nascimento Cruz (Lisboa)	Primeiras Linhas de Grammatica Portugueza (1863)	João Félix Pereira
Typ. Franco-Portugueza (Lisboa)	Grammatica Nacional (1864)	Júlio Caldas Aulete
Typ. Commercial (Porto)	Compendio de Grammatica Logica (1864)	Lourenço Geraldês de Vasconcellos
Typ. do Seminario (Macau)	Compendio de Grammatica Portugueza (1865)	Anónima
Typ. de Thevenet e C. (Rio de Janeiro)	Grammatica Analytica da Lingua Portugueza (1865)	Adriano Grivet
Typ. do Commercio (Porto)	Grammatica da Eschola Primaria (1866)	Anónima
Typ. de B. de Matos (Maranhão)	Grammatica Portugueza (1866)	Francisco Sotero dos Reis
Typ. Franco-Portugueza (Lisboa)	Compendio de Grammatica Portugueza, 3ª ed. (1867)	Joaquim Freire de Macedo
B. L. Garnier, Livreiro-Editor do Instituto do Brasil (Rio de Janeiro)	Grammatica da Infancia, 3ª ed. (1870)	J. C. Fernandes Pinheiro
Editora Portugueza e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho e A. A. da Cruz Coutinho (Porto/Rio de Janeiro)	Grammatica Portugueza Elementar (1876)	Teófilo Braga
Typ. e Lith. E. Guiot (Bruxelles)	Resumo da Grammatica Portugueza (1877)	Abílio César Borges

Impressor/Tipografia	Obra	Gramático
Pedro Antonio Borges -Editor (Lisboa)	Elementos Theorico- Praticos de Grammatica Portugueza (1878)	Luís de Sousa
Livraria Universal (Porto)	Grammatica Portugueza, 3ª ed. (1880)	A. Epifânio da Silva Dias
Livraria de J. Augusto Orcel (Coimbra)	Nova Grammatica Portugueza, 13ª ed. (1880)	Bento José de Oliveira
Imprensa Economica (Bahia)	Grammatica Portugueza Philosophica (1881)	Ernesto Carneiro Ribeiro
s. e. (Lisboa)	Grammatica Nacional, 2ª ed. (1881)	Domingos de Azevedo
Livraria Portuense de Clavel & Cª (Porto)	Grammatica das Escólas Primarias (1882)	Jacob Bensabath
Livraria Portugueza e Estrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral (Coimbra)	Novissima Grammatica Portugueza, 2ª ed. (1883)	José Gonçalves Lage
Livraria Academica de J. de Azevedo (Rio de Janeiro)	Manual do Examinando de Portuguez (1883)	A. Estêvão da Costa e Cunha
Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes (Lisboa)	O Escholiaste Portuguez (1884)	António Maria de Almeida Neto
Typ. da Viúva Sousa Neves (Lisboa)	Grammatica da Lingua Portugueza (1884)	João da Nóbrega Soares
Teixeira e Irmão, Editores (S. Paulo)	Grammatica Portugueza, 2ª ed. (1885)	Júlio Ribeiro
Tip. de António Jozé da Silva Teixeira (Porto)	Elementos de Gramática Portugueza (1886)	José Barbosa Leão
Typ. Universal - Imprensa da Casa Real (Lisboa)	Gramm. Elementar e Pratica da L. Portugueza (1894)	Luís Bernardino Pacheco
Typ. de Ramos d'Almeida & Succ. Ed. (Maranhão)	Ensaio Grammaticaes da Lingua Portugueza (1894)	José António Pessoa de Barros
Francisco França Arnado (Coimbra)	Noções Elementares de Gramm. Portuguêsa (1896)	António Augusto Cortesão
Imprensa Nacional (Lisboa)	Lições Praticas de Portuguez (1897)	José da Silva Cabanita

Embora qualquer tentativa de imputar as soluções gráficas aos impressores ou tipógrafos e aos meios disponíveis numa dada época se confronte com as dificuldades inerentes à abundância do “corpus” e das casas de impressão, em especial a partir da segunda metade de oitocentos, razão por que prescindimos de um estudo comparativo extensivo a todas as obras metaortográficas, não deixa, porém, de ser reveladora a comparação de obras dadas à estampa numa mesma casa, no mesmo ano ou em anos sucessivos. A importância dos agentes mediadores (se não mesmo “manipuladores”) entre os ortografistas e os leitores era denunciada pelos próprios autores que aludiam por vezes às práticas ortotipográficas de certas oficinas ou tipografias. A título de exemplo, veja-se o comentário do reformador sónico Barbosa Leão (1878, p.18) a respeito da ausência de uniformidade gráfica nos impressos e das práticas ortotipográficas: “(...) diz-se até que não temos orthographia, que cada um escreve como quer; e é certo que em cada estabelecimento typographico se costuma fallar na *orthographia da casa*, diferente mais ou menos em quasi todos (com a *orthographia da casa* é publicada esta Memoria)”. Vinte anos antes de Barbosa Leão, já o lexicógrafo e gramático Solano Constâncio (c.1772-1846) se havia manifestado acerca dos sistemas ortográficos praticados pelos impressores, dando o beneplácito a um deles: “A orthographia seguida pela Regia Officina Typographica, e nas leis do reino, desde João V para cá, he em geral a melhor de todas as que se tem proposto até ao dia de hoje” (1855, p.207).

Ainda que a título meramente ilustrativo, confrontámos algumas das obras atrás indicadas, impressas pela Imprensa Régia em 1812 e 1818, e pela Imprensa Nacional, em 1834, com o objectivo de realçar três aspectos: 1. a configuração textual, ou seja, a apresentação da mancha tipográfica; 2. as soluções gráficas divergentes; 3. os sinais gráficos divergentes (por ex. na pontuação de frase). Por outro lado, para a exemplificação das variações gráficas, comparámos duas edições (1834 e 1861) dos **Elementos de Orthographia Portugueza**, de José Tavares de Macedo, e três impressões do **Resumo Orthografico** (1831, 1843, 1846), de Joaquim José Apolinário.

Com respeito à Impressão Régia, retivemos, por um lado, o **Resumo Orthográfico da Língua Portuguesa** (1812), de Luís Gonçalves Coutinho, e o **Compendio Orthographico**, de um professor anónimo da Bahia (1812), e, por outro, o **Tractado de Orthografia** (1818), de Rodrigo Ferreira da Costa, e a **Orthografia Filosófica da Linguagem Portuguêza**, de J. Crisóstomo do Couto e Melo (1812). Quanto às impressões da Imprensa Nacional, atentaremos em duas obras de 1834 – a **Orthographia da Lingua Portuguesa**, de J. J. Ventura da Silva, e os **Elementos de Orthographia Portuguesa**, de José Tavares de Macedo.

Ao nível da chamada ortotipografia (cf. I, 4.3.) e do arquitectura gráfica do livro, do confronto entre as obras saídas da Impressão Real, em 1812, verifica-se que se elas têm em comum o formato em oitavo, a numeração ao centro do cabeçalho, o recurso ao itálico para destacar os exemplos, em conformidade com a tradição tipográfica que funcionalizava distintivamente a oposição entre caracteres redondos e caracteres itálicos ou “grifos” (cf. I, 4.2.); elas divergem, no entanto, quanto à estrutura da mancha gráfica: o **Resumo Orthografico** apresenta notas de rodapé numeradas e em caracteres menores que os do corpo do texto, ao passo que o **Compendio Orthographico**, pelo contrário, não as apresenta. Em ambos os casos, porém, ocorrem os parênteses quer para inserir comentários do sujeito da enunciação, quer para incluir a numeração das notas, sem perturbar a inteligibilidade do fluxo textual, mas não aparece qualquer modalidade de aspas. Igual referência merece a grafia do ditongo nasal [ãw] com til sobre <ã> em forma de jota deitado tanto sobre as maiúsculas, como sobre as minúsculas, e bem assim o facto de em cada capítulo ou parágrafo, se registar a capitalização da letra inicial seguida de outra letra, também maiúscula, para assinalar a mudança temática.

Quanto às obras publicadas pela Impressão Régia em 1818, registam-se coincidências com as anteriores. Assim, na **Orthografia Filosófica**, de J. Crisóstomo do Couto e Melo, deparamos com a paginação ao centro do cabeçalho e com notas de rodapé, cuja numeração figura entre parênteses; mas existem também diferenças relativamente às publicações de 1812: o til sobre letra maiúscula tem o formato de um semi-círculo voltado para cima (∪), e é distinto, portanto, daquele que aparece sobre a letra minúscula (~), donde se infere que estaria indisponível um sinal de caixa alta para representar o til. Aquele sinal ocorre igualmente sobre as letras

minúsculas das notas de pé de página, por serem menores que as do corpo do texto, com exceção da letra itálica, na qual o til tem a figura habitual. Já no **Tractado de Orthographia**, de Ferreira da Costa, apenas se regista (∪) sobre as letras maiúsculas do corpo do texto, mas, ao contrário da obra anterior, já não surge nas notas de rodapé. Todavia, ambas as obras apresentam a paginação ao centro do cabeçalho, o mesmo tipo de aspas („...„) em cada linha, como marca de citação, e a mesma abreviatura &c.

Com respeito às obras dadas à estampa em 1834 pela Imprensa Nacional, sucessora da Impressão Régia com o advento do liberalismo vintista em Portugal, importa frisar que elas coincidem quanto à macro-estrutura, uma vez que ambas têm a paginação em cabeçalho, embora os **Elementos** de José Tavares de Macedo a tenham entre colchetes e ao centro, e a **Orthographia**, de Joaquim José Ventura da Silva, têm-na ora à esquerda, ora à direita. Quanto à ortotipografia, por um lado, nota-se que em caracteres itálicos o til tem um formato distinto daquele que apresenta em caracteres redondos: naqueles tem o formato actual (~), enquanto que nesta se assemelha a uma cedilha deitada. Por outro lado, verifica-se que em ambos os textos aparecem as aspas como vírgulas duplas (,), sempre ao mesmo nível, com a mesma orientação e repetindo-se à esquerda nas várias linhas, embora nos **Elementos** elas sirvam para anunciar a exemplificação, juntamente com o itálico, e na **Orthographia** elas se apliquem apenas às citações, na qualidade de pontema ou marca do “segundo regime”, com a função de isolar ou destacar o texto reproduzido, repetindo-se também à esquerda tantas vezes quantas as linhas da citação; não aparecem, porém, a encerrar a exemplificação ou a citação.

Da comparação das edições dos **Elementos** (1^a, 1834, e 2^a, 1861, Lisboa, *Typographia Universal*), constatamos a existência de variações ortotipográficas, decorrentes quer dos meios tipográficos disponíveis nas tipografias, quer das opções tipográficas ali realizadas; uns e outras explicarão, possivelmente, as seguintes variações: assim, na edição de 1861 ocorrem aspas cujo formato («.....») difere do da primeira edição, apresentando uma marca de fecho para além da marca de abertura que observáramos antes (,); o sinal de parágrafo tem a figura «§», diferente da de 1834 «§»; por contraste com itálico dos exemplos inseridos no corpo do texto, o dos subtítulos, com inclinação para a esquerda, difere do de 1834, com a inclinação

própria deste tipo de caracter; por último, na edição de 1861, em vez da capitalização (a negro) da primeira letra de cada parte da obra (ed.1834), ocorre uma simples maiúscula. Para além destas, na edição de 1861, feita em vida de Taveres de Macedo (1801-1890), existem pequenas alterações, realizadas possivelmente próprio ortógrafo, como deve ter sido o caso da substituição de maiúscula por minúscula (Palavra ~ palavra), e bem assim a do termo “parenthese” por “parenthesis”.

Com respeito às variações ortopográficas da obra de um mesmo autor, retivemos o caso do **Resumo Orthografico**, de J. J. Apolinário, e das impressões de 1831 (Lisboa, Typ. de Bulhões), 1843 (Lisboa, Typ. de Salles) e 1846 (Lisboa, Imprensa Nevesiana), as quais, para além de terem o mesmo tipo de paginação, alternadamente à esquerda e à direita do cabeçalho, apresentam diferenças na colocação do til (*pontoaçãõ-pontoação, ãõ-nãõ*), uma vez que em 1831 aparece <ãõ> em vez de <ãõ>, como acontece nas outras duas impressões; no uso do apóstrofo (*Jose' - José*), a representar o acento agudo em caracteres itálicos (1831 e 1846); no sinal de parágrafo, cujo formato em 1831 e 1846 (§) difere do de 1843 (§); e, por último, no uso de dois pontos (:) a seguir à abreviatura que anuncia as enumerações (v.g. ~ v.g.:), nas impressões de 1831 e 1846, as quais, pelas características aqui realçadas, se afastam então da de 1843.

Do mesmo modo, em várias edições (por ex. na 4ª e na 5ª, de 1857 e 1865) do **Tratado de Orthografia**, de José Joaquim Bordalo, registam-se variações ortopográficas que afectam inclusivamente as soluções gráficas. Se atentarmos desde logo na folha de rosto da obra notam-se as seguintes divergências: se na 4ª edição o nome do autor aparece grafado com *z* (*Joze*) e o título com apóstrofo (*Tratado d'Orthografia*), na 5ª não só não aparece o apóstrofo como o nome de Bordalo é grafado com *s* (*José*).

Apesar da insuficiência dos dados aduzidos acima, que nem sequer pretenderam constituir uma amostra, sendo por isso inconclusivos, a relevância da chamada “ortotipografia” fica no entanto justificada, ainda que neste trabalho não possamos nem procuremos demonstrar a extensão do seu papel, se não nas ideias ortográficas em Portugal, pelo menos nas práticas coexistentes em dada época, assunto cuja especificidade extravasa o tema que nos propusemos tratar.

2. Principais sistemas ortográficos

Do conspecto de doutrinas ortográficas presentes nas ortografias e gramáticas do século XIX, sobressaem basicamente três sistemas ortográficos, apontados e caracterizados pelos próprios autores da época, conquanto se registem, dentro de uma mesma modalidade, variantes quer nas doutrinas quer nas práticas ortográficas, como já observámos a respeito do período anterior (cf. I). Desta forma, ao percorrermos os textos metaortográficos deste século identificámos os seguintes tipos de sistemas: 1. sistema de princípios; 2. sistema de uso, usual ou comum; 3. sistema gramatical; 4. sistema filosófico, pronunciativo, fónico, fonográfico, sónico, natural, popular; 5. sistema etimológico; 6. sistema misto. Há quem considere, ainda, a ortografia “antiga” e a “moderna”.

Embora os princípios em que predominantemente se baseiam estes sistemas – pronúncia, etimologia e uso – continuem a ser os mesmos que haviam enformado as primeiras doutrinas metaortográficas (cf. 2º vol., Anexo 1), transmitidos depois pela tradição gráfica portuguesa, algumas das designações acima traduzem, contudo, um quadro teórico-ideológico diferente daquele que lhes assistira nas épocas precedentes, devido à distinta orientação da reflexão linguística na sua globalidade. Para comprovarmos a existência de novos enquadramentos da ortografia, teremos de comparar as diversas propostas de definição de ortografia e seus sistemas, não obstante as inevitáveis redundâncias, no sentido de apreendermos eventuais paradigmas.

Assim, entre os ortógrafos registam-se as seguintes definições de ortografia:

1807 – Joaquim José Caetano Pereira e Sousa: “Ortografia he huma palavra de origem grega, e se deriva do adjectivo *ortos* regular e do verbo *grafein* escrever ou pintar. **Este nome em seu valor etimológico significa pintura**” (p.9). Para este autor, no esteio da consagrada máxima quintiliana, a ortografia deve atender sobretudo à pronúncia (*a Pronuncia deve ser o modelo da Ortografia*, p.1), embora a etimologia e a analogia devam ser preservadas, quando compatíveis com a aquela.

1809 – Pedro José da Fonseca: “Orthografia he a **arte de escrever correctamente**, isto he com as letras necessarias á recta pronunciação, e segundo a origem das palavras. (...) O nome Orthografia he grego, e composto de duas dicções, que são

Orthée (dita ou certa) e *Graphée* escritura ou modo de escrever”. Distinguindo a “orthographia de principios” da “orthographia de uso”, no âmbito desta o ortógrafo define, contrastivamente, um sistema antigo de um sistema moderno, quer dizer, considera por um lado a dos “autores antigos, já obsoleta ou antiga” e, por outro, a que “se conforma pela maior parte á etymologia, para assim se conhecer de que palavras latinas ou gragas vem muitos vocabulos portuguezes; e para fazer quanto he possivel, a Orthographia conforme á pronunciação”. Este último é defendido por Fonseca como a ortografia “mais natural, uniforme e inalteravel e, por conseguinte, a mais seguida pelo uso presente, e autorizada pelos eruditos”. A definição da ortografia como “arte” assenta no facto de ela se fundamentar “em regras certas para não cahir em erros escrevendo ou pronunciando todos os termos de huma lingua”. São identificados dois tipos de sistema – a ortografia de princípios e a ortografia de uso –, diferentes porque o primeiro se baseia nas estruturas gramaticais (por ex. o género e o número dos nomes, o tempo e o modo verbal, as partes da oração, etc.), ao passo que o segundo, transmitido pelos dicionários e obras dos autores clássicos, é menos estável, pois segue o modelo etimológico praticado sem uniformidade pelos “eruditos”.

1812 – J. S. R. A. (professor da Bahia): “**He arte de bem escrever**” (p.1).

1812 – Luís Gonçalves Coutinho: “Arte que **ensina o modo de escrever rectamente**, ensinando as letras, com que se devem escrever as palavras; e a divizão dellas no fim das regras: os Pontos, e virgulas, com que se divide o sentido das Orações, e os signaes dos accentos, com que se pronunciação as vogaes, etc.” (p.58).

1814 – F. P. C.: “**He a arte, que ensina a escrever sem erros as palavras**, de que se compõem a oração Portugueza” (p.3).

1818/1823 – Rodrigo Ferreira da Costa: “Orthografia he a **parte da grammatica, que ensina a escrever bem**, empregando com acerto os signaes da pronunciação, origem, e significação das palavras”.

1831 – Joaquim José Apolinário: “Orthographia he **huma parte da Grammatica, que ensina a escrever correctamente**” (p. 31).

1834 – Joaquim José Ventura da Silva: “Orthographia he a **parte da Grammatica, que ensina a escrever com acêrto**, para bem representar as palavras, e mostrarmos

a distincção, e união das palavras, e mostrarmos a distincção, e união das orações” (p. 1).

1837 – Tristão da Cunha Portugal: “Orthographia é a arte de escrever certo, isto é, a arte de representar aos olhos por meio dos caracteres literaes os sons dos vocabulos segundo se pronunciação no uso vivo da lingua” (p.1).

1842 – Joaquim José Bordalo: “Orthographia é a parte da Grammatica, que ensina a escrever correctamente” (p.123); “É uma Parte da Grammatica, que ensina a escrever sem erros, no Idioma Patrio” (1857, p. 4).

1843 – António Maria Barker: “Orthographia he a Arte de bem escrever: ensina as letras com que se devem escrever as palavras; a divisão dellas no fim das regras; os pontos, e virgulas com que se dividem os sentidos das orações; e os signos dos accents com que se pronunciação as vogaes” (p.3). Para além da ortografia etimológica, o autor refere a “ortografia popular”, sistema exposto J. Soares Barbosa (1796), na sua **Eschola Popular das primeiras letras**, em cuja terceira parte trata “Da Caligraphia, e Orthographia, ou Arte de escrever bem, e certo a Lingua Portugueza” (Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade). Em notas apenas ao **Dialogo Orthographico**, Barker compara os dois sistemas, transcrevendo até alguns trechos da **Eschola Popular** relativos à representação das sibilantes e das palatais.

1848 – António Álvares Pereira Coruja: “Orthografia é a Arte de escrever com acerto. Tem a sua origem da palavra *Orthos* que quer dizer recte, e de *Grapho* que é o mesmo que *Scribo*” (p. 9).

1848 – M- B. da F. Claro da Silva e Sousa: “Em rigor he a primeira parte da Grammatica escripta, porque na oral o he a Prosodia (p.5)”.

1856 – Luís Adelino Lopes da Cruz: “Orthographia é a arte d’escrever correctamente, isto é, com as letras necessarias á recta pronunciação, e segundo a origem das palavras” (p. 5). Identifica dois sistemas, o de princípios e o de uso.

1856 – Diogo Fernes Alvernaz: “Orthographia não he huma arte, que só por via de regras ensine a escrever bem todas, quantas palavras são usadas na Lingua Portugueza”, mas (...) **huma arte, que, no arranjo de qualquer escripturação, ensina a escrever as palavras**, com todas as suas letras, e signaes competentes, collocando tudo nos seus devidos lugares” (p. IV).

1859 – Carlos Augusto de Figueiredo Vieira: “Orthographia é a parte da grammatica que ensina a escrever correctamente as palavras; e o uso das pontuações. A orthographia adoptada em França, Inglaterra, e Allemanha, e a que em Portugal tem obtido mais geral acceitação, é a etymologica...” (p.19).

1860 – José Feliciano de Castilho: “(...) é esse escrever que se-chama *graphia*; esse correcto escrever, *orthographia*” (p. 42).

1860 – Júlio Teixeira Cabral de Mendonça: “Orthographia é a parte da Grammatica, que ensina a escrever correctamente as palavras, e a empregar com acerto os signaes da pontuação (p.5). O sistema mais geral é segundo este ortógrafo o sistema etimológico.

1860 – Roque da Fonseca: “Orthographia he arte de bem escrever: ensina as letras com que se devem escrever as palavras, á divisão dellas no fim das regras; os pontos, e virgulas com que se dividem os sentidos das orações; e os signaes dos accentos com que se pronunciam as vogaes” (p.1). Este ortografista, que entre outros conhecia os textos de Barker, Apolinário, Lobato, Bordalo, Cunha Portugal – ora pouco acessíveis, ora insuficientes –, identifica dois sistemas: a ortografia de princípios e a de uso ou de etimologia, fundando-se uma nos aspectos gramaticais, e a outra na derivação das palavras.

1834/1861 – José Tavares de Macedo: “Orthographia é a Arte de representar as palavras de qualquer lingua pelas letras do alphabeto proprio da mesma lingua, conforme as leis estabelecidas para esta representação (p.5)”.

1862 – António Francisco Moreira de Sá: “Ortographia é a parte da Grammatica que ensina a escrever correctamente as palavras de que se compõe uma lingua e o uso das pontuações” (p. 3). A ortografia divide-se em ortografia de princípios e ortografia de uso, podendo ser “etimológica” ou de “pronuniação”.

1866 – Manuel Nunes Godinho: “Orthographia é a parte da grammatica, que ensina a maneira de bem escrever” (p. 10). O ortógrafo refere três sistemas: o etimológico, o de pronúncia e o misto.

1875 – Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez: “Orthographia (...) palavra de origem grega que se deriva do adjectivo orthos que quer dizer correcto e do verbo grapho, escrever ou pintar. A orthographia é, por tanto, – a arte que ensina a escrever correctamente a propria lingua” (p. 23).

1878 – José Barbosa Leão: “Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a escrever sem erros” (p. 2).

1879/1880 – José Jorge Paranhos da Silva: “orthographia (...) arte de escrever certo”. O ortógrafo brasileiro distingue a ortografia “phonographica”, que pretende restaurar no Brasil, da “etymologica” ou “cacographia (p. XIV)”.

1885 – Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu: “Ortografia é o sistema de escrita ou grafia representante commum de todos os dialectos do português falado; a sua base é a história da linguagem portuguesa considerada como língua e como dialecto” (p. 6).

1885 – Ventura Boscoli: “Orthographia é o codice das regras para acertadamente escrevermos as palavras” (p.1). O gramático e ortógrafo brasileiro aponta três sistemas ortográficos, a saber, o *phonetico* ou *sonico*, o *etymologico* e o *mixto* ou *usual*, sendo que os dois últimos são mais vantajosos do que o primeiro, o sónico, visto este concorrer para o aumento da homografia e implicar a prévia escolha de um modelo ortoépico; do mesmo modo, o etimológico *estreme*, não só é ridículo como implica o conhecimento de línguas antigas; posto isto, o único sistema racional é o chamado *sistema mixto*. A definição proposta em consonância com o sistema defendido pelo ortógrafo brasileiro é então a seguinte: “A orthographia, pois, tem por fim representar graphicamente os sons articulados, isto é, as varias modificações das vozes humanas, conforme o maior ou menor esforço das cordas vocaes, mais são pronunciadas com o auxilio dos labios ou da lingua, mais cerrando os dentes ou fazendo entrar em jogo as fossas nasaes” (p. 7).

1886 – Santos Valente e Francisco de Almeida: “Orthographia (do gr. *ortos* bem e *graphein* escrever) é a parte da Grammatica que dá as regras para o uso das letras e da pontuação na escripta” (p.3). Os sistemas reconhecidos pelos dois ortógrafos são a ortografia sónica – “phonica” ou “phonographica” –, a “etymologica” e a usual ou comum.

1887 – Francisco José Monteiro Leite: Sem qualquer definição genérica, apenas se refere a dois sistemas – a “orthographia etymologica” e a “orthographia sónica” (p.8).

1896 – A. Luzes: “A orthographia [sic] é a disciplina que ensina a escrever os vocabulos com os caracteres convencionaes, segundo a etymologia” (pp.38-39).

Daqui se conclui ser a etimologia o princípio nuclear do sistema misto (*orthografia mixta*), exposto por este brasileiro em termos que explicitam bem o sentido da definição inicial:

“Escrever ethymologicamente, isto é, escrever segundo a origem e derivação das palavras é escrevel-as com os caracteres com que foram iniciadas, conservando-lhes as respectivas raizes e compondo sobre estas como o architecto que edifica sobre a pedra fundamental. A orthographia adoptada em portuguez é a mixta para evitar omographos entre palavras eruditas e populares” (pp. 47-48).

Quanto aos gramáticos¹⁰, entre os quais figuram alguns brasileiros, as definições por eles avançadas não diferem das apresentadas pelos ortografistas acima referidos, sendo de notar que nem todos os autores incluídos no “corpus”, fornecem uma definição:

1804 – Manuel Dias de Sousa (1755/1760?-1823?)¹¹: “Orthographia he huma palavra de origem grega que significa pintura, ou representação regular, e para com o gramatico significa a **Arte de representar regularmente as palavras**, assim como a Ortologia significa Arte de bem falar”. Neste caso, o sistema sistingue a “ortografia de palavras” da “ortografia do discurso”.

1806 – António de Morais Silva: “A ortografia **ensina as regras de escrever bem** isto é, de representar aos olhos os sons com letras distinctas, e cada uma para seu som proprio, e que não sirva juntamente de sinal de dois sons”.

1812 – Manuel Pedro Tomás e Aragão: “Orthografia **trata da Letra**”.

1816 – António José Baptista¹²: “He a **arte, que ensina a escrever, e a pronunciar as palavras com as suas competentes letras**”.

¹⁰ Com respeito às relações entre a gramática e a ortografia, sublinhamos que elas se revestem de duas vertentes: por um lado, a integração da ortografia na gramática, entendida esta como produto de reflexão linguística, por outro lado, as implicações gramaticais no sistema gráfico, isto é, aquilo a que alguns autores chamaram de “ortografia gramatical”, em particular a representação de aspectos linguisticamente relevantes como o género e o número dos nomes, ou a transcrição das variações gráficas das conjugações verbais, para só referir os mais importantes. Sobre a primeira vertente, cf. o trabalho da autora, *A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX, Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, Outubro de 1995), Lisboa, A.P. L., 1996, pp. 39-52.

¹¹ Publicou, em 1784, uma cartilha de primeiras letras, intitulada *Nova escola de meninos na qual se propõe um methodo facil para ensinar a ler, escrever e contar, etc.* (Coimbra, Reg. Offic. da Universidade), e, em 1804, a *Gramatica Portuguesa* (Coimbra, imp. da Universidade).

¹² Desconhecem-se os dados biográficos deste autor, cf. Inoc., t. I, p. 166; t. VIII, p. 196.

1817 – Luís Gonçalves Coutinho¹³: “A parte, que ensina a escrever com acêrto as **letras convenientes, e necessarias nas palavras**, segundo a sua origem, e formação”.

1819 – Francisco Soares Ferreira¹⁴: “**Orthographia ensina como se devem escrever as diferentes palavras de que usamos**, segundo a sua origem e formação”

1820 – Manuel Borges Carneiro¹⁵: “**Orthografia é a arte de escrever as palavras com as competentes letras e sinaes**. A sua materia são pois as letras e os sinaes orthograficos”.

1826 – Grammatica Portugueza (Anónima): “**Ortografia (...) ensina com que letras se devem escrever, ou representar as palavras, e os sinais precizos para bem pronunciarem**” (p.104).

1827 – Jaulino Lopes Arneiro¹⁶: “**Orthographia he arte de bem escrever**, ella ensina as lettras, de que se deve usar nos vocabulos, a divisão d’ellas no fim das linhas; a pôr os pontos, e virgulas, com que se divide o sentido das orações; a fazer uso dos accentos para a pronunciação” (p.158).

1828 – J. L. Coelho Monteiro: “**A Orthografia ensina a escrever as palavras e as pontoações**” (p.1).

1822/1830 – Jerónimo Soares Barbosa¹⁷: “a Orthographia, he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio de dos caracteres Litteraes do Alphabeto Nacional, os sons, nem mais nem menos de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronunciação no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o

¹³ Cf. supra, 1.1.1. Publicou o **Breve Tratado, ou Explicação do que he Grammatica**, Lisboa, Impressão Régia, 1817; para além deste, publicou também o **Novo methodo da Grammatica, e orthographia portugueza**, 9ª ed. aum. Lisboa, João António da Silva Rodrigues, 1838.

¹⁴ Exercia como professor de primeiras letras na cidade do Porto; cf. Inoc., t. III, p.62; t. IX, p. 378.

¹⁵ Famoso tribuno (1774-1833), no período vintista produziu uma **Grammatica, Orthografia, e arithmetica Portugueza (...)**, e, mais tarde, já sob o governo miguelista (1828-1834), que o mandará para a prisão, publicou uma relevante obra pedagógica, apenas publicada postumamente – **O Mentor da Mocidade ou Cartas sobre a Educação** (Lisboa, 1844). Vide: Rómulo de Carvalho, **História do ensino**, F.C.G., pp. 544-545.

¹⁶ Exerceu como professor régio de latim; cf. Inoc., t. X, p. 121.

¹⁷ Autor da famosa **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza** (Lisboa, Academia das Sciencias, 1822), viveu entre 1737-1816; era membro correspondente da Academia Real das Ciências desde 1789. Antes da referida **Grammatica**, publicada postumamente, já tinham vindo a lume a **Eschola Popular de primeiras letras** (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1796), e **As duas linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina** (Coimbra, 1807).

houvemos (p.56)”. Apesar de na **Grammatica Philosophica** distinguir três sistemas de ortografia: o de “Pronúnciação”, o etimológico e o usual, o gramático descrevera já uma “ortografia popular” no âmbito da sua **Eschola Popular de primeiras letras** (1796).

1838 – João Joaquim Casimiro¹⁸: “He a parte [da gramática], que **ensina a escrever correctamente as palavras** com as letras convenientes, e necessarias, segundo a sua origem, e formação” (p. VI).

1839 – António Camilo Xavier de Quadros¹⁹: “Gramatica...cuja sciencia se divide em duas partes geraes que são = Orthologia (ou o modo de bem falar), e Orthografia (ou o modo de bem escrever)” (p. 7). Segundo este gramático, o sistema gráfico compreende dois níveis: a lexicografia e a logografia.

1840 – Pe. Manuel Ignacio²⁰: “**Ortografia ensina o aparo de penna, conveniente a cada escrita**, e os movimentos de mão, para formar os traços”. A definição parece ter mais aplicação à caligrafia do que à ortografia propriamente dita (p. 41).

1842 – L. Francisco Midosi: “Orthografia ...**Ensina o uso dos sinaes inventados para bem escrever as palavras**, e para mostrar a distincção e nexos das orações”; “É a segunda parte da Grammatica, que trata do modo de escrever as palavras da lingua portugueza com as competentes letras, e do emprêgo dos sinaes orthograficos”. Quanto ao sistema, distingue a “orthografia de principios” e a “orthografia de uso”, que tanto pode ser antiga como moderna. A primeira “é a que seguem alguns autores para mostrar a etymologia das palavras”, enquanto que a segunda “é a que seguem outros, que desprezam as letras que se não pronunciam nas dicções, seguindo quanto possível, a pronuncia” (p. 21).

1842 – José da Mota Pessoa de Amorim²¹: “Orthografia **ensina a escrever correctamente**. É theorica e consta de regras e preceitos para se escrever bem, ou pratica e se adquire pelo uso de escrever com as letras competentes”. Relativamente

¹⁸ É autor do **Methodo Grammatical resumido da Lingua Portugueza** (nova ed., Lisboa, Typ. Rollandiana). Antes desta, a obra conhecera outras edições: a 1ª é de 1789; a 2ª, de 1792 (Porto, António Álvares Ribeiro); a 3ª, de 1811 (ibid.), uma nova edição, de 1818 (ibid); outra, em 1822 (Porto, Imp. do Gandra).

¹⁹ Viveu entre 1804 e 1863; director e professor do colégio de S. António, esteve envolvido nas lutas políticas entre 1836 e 1851; cf. Inoc., t. VIII, p. 108.

²⁰ Cf. **Grammatica dedicada a meninos** (Porto, Typ. de Vasconcelos).

²¹ Autor do **Compendio de Grammatica Portugueza para uso das eschólas primarias**, possivelmente nascido (1813-?) em Tomar, era professor público em S. Sebastião da Pedreira.

à teórica, identifica dois sistemas – a ortografia etimológica ou derivada e a ortografia usual (p.70).

1842/ 1843/ 1844 – Silvestre Pinheiro Ferreira: Sem propor uma definição de ortografia, o ilustre filósofo descreve, no entanto, um sistema misto, no qual faz a conciliação de três critérios aplicados pela seguinte ordem: “uso geral dos homens instruídos”, da analogia (sempre que não haja uso), e etimologia (na impossibilidade de se encontrar uma solução gráfica amparada no uso e na analogia (**Panorama**, 1842, p. 420).

1844 – Carlos Augusto de Figueiredo Vieira²² – “Orthographia [ensina] a escrever correctamente as palavras; e o uso das pontuações” (p.10). “A Orthographia geralmente adoptada é a que tem por base a etymologia e derivação das palavras” (p.80).

1844 – F. de Andrade Júnior²³ – “Orthographia é a parte da Grammatica que nos ensina a representar regularmente a palavra por meio de caracteres graphics”. Aponta três sistemas, a saber, a ortografia de pronúncia ou filosófica (*escrever como se pronuncia*), a ortografia etimológica (*escrever conforme a etymologia*) e a ortografia usual (p. 265).

1847 – António Álvares Pereira Coruja: Sem definir o conceito de ortografia, este gramático brasileiro reconhece dois níveis no sistema gráfico: a “orthografia de palavras” e a “orthografia de discurso” (p. 71).

1849 – D. F. P. (Daniel Ferreira Pestana)²⁴: “Orthographia é a parte secundaria da Grammatica, que estabelece o systema de signaes porque devemos representar regularmente a palavra”. O gramático refere a existência de dois sistemas – a “orthographia etymologica” e a orthographia philosophica” –, sendo que qualquer deles visa “ler bem, e escrever como se pronuncia” (p.176).

²² Cf. **Compendio Elementar da Grammatica Portugueza**, 2ªed. (Porto, Typ. Commercial).

²³ Nascido em 1806, é autor dos **Principios de Grammatica Portugueza** (Lisboa, Typ. Nacional, 1844) e da **Grammatica Portugueza das escholas primarias do 1º grau** (Funchal, Typ. Nacional, 1849); cf. Inoc., t. II, p. 334; t. IX, p. 250.

²⁴ Cavaleiro da Ordem de Avis, comendador da Ordem de Cristo e major de infantaria, nascido em 1823, era director militar em Goa, onde publica os **Principios de Grammatica Geral**, assinados com as iniciais D. F. P. Cf. Inoc., t. IX, p. 104

1851 – C. D. M. (Carlos Duarte de Magalhães): “A orthographia ensina o uso dos signaes litteraes, inventados para bem escrever as palavras, e para mostrar a distincção e nexos das orações” (p. 154).

1851 – Policarpo Wake – “Orthographia (...) ensina o verdadeiro modo d’escrever as palavras, e o uso da pontuação. O verdadeiro modo d’escrever sem erros, he a leitura d’um bom Diccionario, e a copia de bons Authores” (p. 65).

1851 – António Pereira Forjaz de Sampaio: “Orthographia é uma parte da Grammatica que ensina a escrever correctamente as palavras, e o uso das pontuações”, apresentando dois sistemas, a saber, a “orthographia grammatical” e a “orthographia usual” (p. 52).

1853 – Reis Tavares²⁵: “A orthographia ensina a escrever correctamente as palavras, e o uso das pontuações”, apresentando dois níveis de estruturação: a “escripturação” e a pontuação (p. 5).

1854 – João António Dias²⁶: “Orthographia é a parte da grammatica que ensina a escrever correctamente” (p. 92).

1857 – João Teixeira de Vasconcelos²⁷: “Orthographia é aquella parte d’a Grammatica, que tem por objecto expender os differentes caracteres, per que devem figurar-se os Vocabulos, e outrosim a gradação d’o Discurso” (p. 437).

1859 – António Moniz Barreto Corte-Real²⁸: “O objecto da orthographia é a linguagem escripta ou escriptura”; “Orthographia he a parte da Grammatica que ensina a escrever com acerto; isto é, tracta dos caracteres por que se figuram os vocabulos, e distinguem as partes do discurso”, repartindo-se em dois níveis, a saber, a “escripturação” e a “pontuação” (p.164).

²⁵ Oficial do exército realista, depois da convenção de Evoramonte (1834) exerceu como professor de instrução primária (Inoc., t. IX, p. III, p. 190; t. IX, p. 383).

²⁶ Natural da Covilhã (1818-?), foi empregado da secretaria do governo civil da Guarda, vindo a ser demitido, em 1842, por razões políticas; exerceu depois como director do colégio 1º de Julho em Lisboa, no qual foi era professor das línguas portuguesa, francesa e inglesa. Para além das *Noções geraes de orthographia portugueza* (Lisboa, 1850; 2ª ed. 1853) e da *Novissima grammatica da lingua portugueza accommodada ao systema actual da instrucção publica, cujos exemplos formão o resumo da historia portugueza* (Lisboa, 1854), produziu outras obras pedagógicas, a saber, *O jovem portuguez: methodo para aprender a ler em todos os caracteres* (Lisboa, 1851), *Grammatica Franceza* (Lisboa, 1851), e *Grammatica Ingleza* (Lisboa, 1853).

²⁷ *Curso de Grammatica Portugueza e Latina e de Latinidade* (Porto, Typ. Commercial)

²⁸ Cf. supra, 1.1.1. Vide: *Epitome da Grammatica Portugueza* (Angra do Heroismo, Typ. de M. J. P. Leal).

1861 – João Crisóstomo Vallejo Espada²⁹: “**Orthographia ensina o uso, que se deve fazer das letras, e accentos, para escrever correctamente as palavras, e dos outros signaes inventados, para mostrar a distincção, e nexos das orações**” (p. 2).

1861 – Vergueiro e Pertence³⁰: “**Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a escrever correctamente**”, distinguindo o nível dos “**signaes orthographicos das palavras**” e o dos “**signaes orthographicos do discurso**” (p. 1).

1864 – Júlio Caldas Aulete³¹: “**Orthographia é a parte da grammatica que ensina a representar as palavras escriptas, por meio de letras e de signaes que o uso teem auctorisado**” (p. 69).

1864 – Lourenço Geraldês de Vasconcelos³²: “**Orthographia ensina a escrever as palavras com as letras competentes: e os signaes e pontuações que se usam na escrita, para a intelligencia do que se lê, ou escreve**” (p. 1).

1865 – Compendio de Grammatica Portugueza (anónimo): “**Orthographia a parte da Grammatica que ensina a escrever correctamente ou, como outros definem, «é a arte de representar as palavras de qualquer lingua pelas letras do alphabeto proprio da mesma lingua, indicando ao mesmo tempo, por meio de certos signaes, o nexos e a distincção das orações, conforme as regras para isto estabelecidas»**”. Refere também duas partes da ortografia: a “**orthographia propriamente dita**” e a pontuação (p. 77). A primeira prescreve a “**boa disposição das letras nos vocabulos, de maneira que representem com a exactidão possivel as vozes e articulação com que estes são pronunciados**”.

1865 – Adriano Grivet: “**Orthographia (...) parte da grammatica em que se trata do modo o mais conveniente de escrever as palavras: ella versa, portanto, sobre as letras e os signaes orthographicos. As letras definem-se traços convencionaes destinados a representar os sons articulados de que constão as palavras. (...) Os**

²⁹ Professor de gramática portugueza no Liceu de Portalegre (Inoc., t. X, p.226), publicou a **Grammatica Portugueza para os alumnos, que frequentão as escolas d'instrucção primaria e o curso de Portuguez dos Lyceos** (Lisboa, Typ. de L. C. da Cunha).

³⁰ Cf. **Compendio de Grammatica Portugueza accommodado ao uso das escolas** (Lisboa, Imp. Nacional).

³¹ Viveu entre 1826 e 1878. Vide: **Grammatica Nacional Elementar**, 1ª ed. 1864 (2ª de 1866), com edições sucessivas até 1885. Cf. 2º vol., Anexo 2.

³² Professor do ensino primário em Penafiel (Inoc., t. XIII, p. 316), é autor do **Compendio de Grammatica Logica** (Porto, Typ. Commercial).

signaes orthographicos definem-se traços supplementares destinados a marcar, ou alterações phonicas nas letras, ou intimidade de relação entre as palavras” (p. 214).

1866 – Grammatica da Eschola Primaria (anónima): “Orthographia é a parte da Grammatica, que ensina a escrever as palavras com as competentes letras e signaes literarios, e a empregar convenientemente a ponctuação” (p. 53).

1867 – Joaquim Freire de Macedo: “Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a representar devidamente as palavras com os caracteres e signaes proprios a cada uma d’ellas”, dividindo-se em ortografia propriamente dita e pontuação (p.205).

1869 – Francisco Mendes Pinheiro³³: “Orthographia é uma parte da Grammatica que ensina o uso dos signaes literaes para bem representar as palavras, e para mostrar a distincção e nexos das orações” (p. 157). O gramático aponta três sistemas ortográficos, a saber, a “orthographia philosophica”, a “orthographia etymologica” e a “orthographia usual”, sendo que o primeiro deles é apanágio de Verney e Voltaire.

1877 – Abílio César Borges: “Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a escrever as palavras com acerto”, registando-se três sistemas: a “orthographia phonetica ou de pronuncia”, a “orthographia etymologica” e a “orthographia usual, mixta ou eclectica” (p. 125).

1878 – Luiz de Souza: Sem propor uma definição de ortografia, este gramático refere-se ainda assim a “orthographia etymologia” e a “orthographia natural ou sonica”.

1862/1880 – Bento José de Oliveira: “Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a escrever as palavras com as devidas letras, e o discurso com a conveniente ponctuação”. Reconhece a existência de três sistemas: a “orthographia pronunciativa”, a “orthographia etymologica” e a “orthographia etymologica modificada” (1880, p. 127).

1876/1880 – Augusto Epifânio da Silva Dias: “Orthographia (...) Para representar os sons vogaes e consoantes, temos duas ordens de caracteres: os principaes, ou letras do alphabeto, e os secundários, convém a saber: o til, a cedilha e os accentos

³³ Foi professor de língua portuguesa em Coimbra. Vide: **Grammatica Elementar da Lingua Portugueza** (Coimbra, Imprensa da Universidade).

(pp.148-149). Assim sendo, a ortografia não é definida directamente, mas a partir da função das unidades do sistema.

1882 – Jacob Bensabath: “Orthographia é o estudo que ensina a representar correctamente as palavras escriptas com os caracteres e signaes proprios a cada uma d’ellas” (p. 10); “Orthographia ensina a maneira de escrever palavras d’uma lingua segundo o uso estabelecido e as regras da grammatica”. O gramático assinala a existência de dois tipos de sistema: a “orthographia racional ou phonetica” e a “orthographia etymologica” (p. 242).

1883 – José Gonçalves Lage: “Orthographia é a parte da grammatica que ensina a escrever as palavras com as lettras convenientes, e o discurso com a devida pontuação”. Refere três sistemas de natureza diferente, em função dos princípios dominantes, a saber, a “orthographia philosophica ou pronunciativa” ou “sonica”, a “orthographia etymologica”, a “orthographia usual”.

1884 – António Maria de Almeida Neto: “Orthographia a parte da grammatica que ensina as regras estabelecidas para escrever as palavras correctamente, e o emprego da pontuação, de modo que se perceba a distincção e nexos das partes do discurso” (p. 415). O gramático só menciona dois tipos de sistema: a “orthographia pronunciativa ou philosophica” e a “orthographia etymologica”.

1885 – Júlio Ribeiro: “Orthographia é o tratado da representação symbolica dos sons articulados” (p. 27).

1886 – José Barbosa Leão: “A ortografia ensina a escrever corètamente as palavras; e além dos sinais que para isto se requerem, ensina quais são, e para que servem, os outros sinais que se empregão na linguájem escrita” (Elem. de Gramática Portugueza, p. 5).

1887 – Francisco José Monteiro Leite: “Orthographia é a parte da phonologia, que tracta do recto emprego dos signaes orthographicos, que servem para a representação da linguagem” (p. 230).

1887 – Manuel Francisco Medeiros Botelho: “Orthographia ensina a escrever correctamente as vozes articuladas proprias da lingua, empregando os caracteres que o uso tem adoptado para esse fim; e a distinguir na escriptura, com estas notações prosodicas, as differentes partes e membros da oração”. O gramático

reconhece dois níveis dentro do sistema, a saber, a ortografia propriamente dita e a pontuação.

1887 – J. S. de Figueiredo e Castro: “Orthographia é a parte da Grammatica que ensina a escrever correctamente as palavras, e o uso da pontuação”. São referidos dois sistemas ortográficos: a “orthographia philosophica”, a “orthographia etymologica ou de derivação” e a usual (p. 96).

1887 – Maximiano de Araújo Maciel³⁴: “Phonographia á parte da phonologia que tracta das notações graphicas com que representamos os phonemas da lingua” (p.26); a “Orthographia é o tractado da representação externa dos phonemas, quando constituídos em palavra”, reconhecendo a existência de três sistema ortográficos – o etimológico, o fonético e eclético –, sendo o último conhecido também como “orthographia usual ou mixta” (p. 26).

1881/1890 – Ernesto Carneiro Ribeiro³⁵: “É a Orthographia a parte da grammatica que ensina a representar, por meio de caracteres graphicos, os diversos sons de uma lingoa; e como ouvimos primeiramente os sons, para represental-os depois, vem esta parte da grammatica após o estudo dos sons vogaes e consoantes, e das modificações destes elementos sonoros” (Gramm. Port. Philosophica, p. 63); “Orthographia (...) é a que tem por objecto a representação dos sons por meio de caracteres graphicos ou letras. É esta parte um complemento da phonologia” (Serões Grammaticaes, p. 2); “A Orthographia, que é um complemento da phonologia, parece, por outra parte, se inclue já na lexicologia, já na syntaxe; porque ensinando a representar bem os sons das palavras, presupõe o conhecimento da formação dellas, de suas varias flexões aos numeros e desinencias, e a adaptação dessas flexões aos numeros, generos, modos e tempos das palavras que possuem taes accidentes, o que tudo pertence ao domínio da lexicologia ou da syntaxe” (ibid., p. 4). Este gramático brasileiro refere três sistemas ortográficos, a saber, o “systema etymologico ou de derivação”, o “systema de pronunciação, phonetico ou philosophico” e o “systema usual ou ecletico”.

³⁴ Gramático brasileiro, nascido em Sergipe, viveu entre 1866 e 1923. Cf. **Grammatica Analytica baseadas nas doutrinas modernas**, Rio de Janeiro, typ. Centra, 1887.

³⁵ Este filólogo e pedagogo brasileiro viveu entre 1839 e 1920, tendo deixado diversas obras relativas à língua portuguesa, entre elas uma **Origem e filiação da língua portuguesa**.

1888 – José de Noronha Nápoles Massa: “(...) definimos a *orthographia* como uma parte da Grammatica que ensina escrever com certeza (...). O acerto, com que a Orthographia se pode considerar perfeita, depende de elementos de que ella necessariamente faz reclamos. A sua origem grega, provinda dos dous nomes – *Ortho* e *grapho*, que equivalem á versão latina – *Rectius scribere* (p. 453).

1892 – Augusto Pereira de Moura: “Orthographia é a **parte da grammatica** que tracta das lettras e signaes litteraes que empregamos na representação das palavras, e ensina-nos os signaes e uso da pontuação” (p. 124). Reconhece dois sistemas: a “orthographia etymologica” e a “sonica”.

1894 – Luiz Bernardino Pacheco: “Orthographia é uma **parte da grammatica que ensina a maneira de bem escrever**” (p. 82).

1896 – A. Luzes: “Orthographia, estudos das modos de materialisar as vozes, segundo a etymologia dos vocabulos, por meio de signaes convencionais” (p.9); “A orthographia é adisciplina que ensina a escrever os vocabulos com os caracteres convencionaes, segundo a eetymologia” (p. 39).

1897 – José da Silva Cabanita³⁶: “Orthographia (...) o **tratado das leis** relativas a esta parte da phonologia” (p. 35).

1899 – A. G. Ribeiro de Vasconcelos³⁷ parece enveredar por uma perspectiva mais descritiva do que propriamente correctiva, ao prescindir do termo ortografia; esta deixa de ser uma parte da sua gramática, em favor da expressão “representação gráphica dos sons”, deixando bem clara a natureza deste plano com respeito ao plano fónico, ao qual confere a primazia na análise.

As definições propostas pelos ortografistas e gramáticos oitocentistas, sugerem-nos observações de duas ordens. Primeiramente, no plano epistemológico e do significado histórico das definições e terminologias linguísticas, convém referir o facto de a ortografia ser definida em correlação com as noções de gramática e de língua, vigentes numa dada época, traduzindo-se tal vinculação nos termos adoptados nas definições acima transcritas. Assim, o termo “arte”, oriundo da

³⁶ *Lições praticas de portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

³⁷ Cf. *Grammatica Portuguêsa*, Paris, Guillard-Aillaud, 1899. Viveu entre 1860 e 1941. Historiador, crítico de arte e filólogo, era lente da Universidade de Coimbra. É autor da *Grammatica Histórica da Língua Portuguêsa*, Paris / Lisboa / Rio de Janeiro / São Paulo / Belo Horizonte, Aillaud, Alves, Francisco Alves, 1900.

tradição gramatical latina, foi aplicado às gramáticas vernáculas e persistiu para além de setecentista. Por outro lado, as expressões “parte da gramática”, “ensina a (escrever/representar correctamente)”, “complemento da fonologia”, “tratado das leis”, “sistema”, cujo emprego não é decerto casual, mas, antes pelo contrário, parecem assentar em novos pressupostos teóricos e metodológicos, decorrentes em particular da ruptura marcada pelas metodologias comparativista e neogramática, aqui assinaladas claramente pelas três últimas expressões (complemento da fonologia, tratado de leis e sistema). Importa notar que a consequência dessas novas concepções linguísticas é uma evidente alteração do estatuto da ortografia, que de “parte da gramática”, com um papel e uma extensão consideráveis, passa a complemento ou apêndice ao capítulo da fonologia, vendo assim reduzida não só a dimensão do seu tratamento, quer dizer, o número de páginas que lhe cabia na gramática, como também a sua função de matéria preparatória para as restantes matérias gramaticais. Deste modo, à medida que os autores vão assimilando e praticando as concepções da metodologia filológica, a ortografia vê alterado o seu estatuto, ainda que isso não signifique uma promoção da língua oral em detrimento da língua escrita, porquanto o chamado “método científico” continua e continuará ainda por longo tempo a assentar na língua escrita. As definições demonstram isso mesmo. Cronologicamente, essa alteração de estatuto nota-se a partir da década de sessenta, estando completamente assimilada nos textos da década de oitenta. A segunda ordem de observações prende-se com o facto de a maior parte dos ortógrafos e gramáticos estabelecerem dois níveis na organização interna do sistema gráfico: um corresponde ao chamado plano alfabético ou grafemático (“escripturação”), e o outro, ao plano extra-alfabético (“punctuação”) ou singrafemático (cf. I, 3., 4.). Esta divisão denota uma concepção lata de sistema gráfico que não se restringe, portanto, aos elementos alfabéticos; a ela se deve que, desde o início, assumissemos o conceito de “ideia ortográfica” no seu sentido mais amplo, isto é, integrador de todos níveis identificados e tratados nos textos metaortográficos portugueses. A identificação desses dois planos – o alfabético e o extra-alfabético – decorre, assim, da convergência de dois aspectos: da nossa perspectiva teórica sobre os sistemas gráficos, por um lado, e, por outro, da doutrina metaortográfica exposta pelas fontes consideradas.

Quanto aos sistemas mencionados pelos autores, sintetizados em seis modelos principais, independentemente daquele que eles próprios seguiram ou propugnaram, torna-se necessário sublinhar que também eles são reveladores de uma dada concepção de escrita como processo de imobilização ou de preservação da língua oral, processo esse que tanto pode escolher a via diacrónica, de decalque das origens linguísticas, como pode obedecer à via sincrónica, de representação mais ou menos fonetizante, ou, ainda, a via resultante do compromisso entre as duas anteriores; nesta conciliar-se-iam, tão económica e racionalmente quanto possível, os princípios etimológico e fonético. Depois de diversos tentames, esta corrente terá o seu melhor expoente no sistema defendido por Gonçalves Viana na **Ortografia Nacional** (1904), assim como na reforma de 1911 (cf. *infra*, III, 5.).

Detenhamo-nos ainda nos vários sistemas definidos pelos ortógrafos e gramáticos oitocentistas, no sentido de determinarmos como eles entendiam a relação entre os princípios basilares da ortografia.

Com respeito ao chamado sistema de “princípios”, equivalente ao sistema de “ortografia gramatical”, segundo Pedro José da Fonseca (**Rudimentos**, 1809, p.2), ele “he a que se funda sobre principios da lingua, que se escreve, e se póde aprender pelo estudo particular da grammatica da mesma lingua. Ex. diferentes terminações dos nomes quanto aos generos e numeros; e as dos verbos no tocante aos tempos e pessoas, e a cada huma das partes da oração sobre si”, definição repetida, com ligeiras variações de pormenor, pelos ortografistas Manuel Justino Pires (**Epitome**, 1843, p. 5) e por Roque da Fonseca (**Compendio**, 1860, p.1), respectivamente nos termos seguintes: “É aquella que é fundada sobre os principios da Lingua, e que só se aprende pela Grammatica” e “(...) aquella que he fundada nos mesmos principios da lingua, como Orthographia das diferentes terminações, relativamente aos generos, numeros, tempos, e pessoas”. Nos mesmos moldes dos ortografistas precedentes, entre outros, também mencionam o par ortografia de princípios-ortografia de uso Luís Adelino Lopes da Cruz (**Resumo**, 1856, p.5), Carlos Augusto de Figueiredo Vieira (**Ensaio**, 1844/1859), António Francisco Moreira de Sá (**Compendio**, 1862, p.3), e o gramático Luís Francisco Midosi³⁸

³⁸ Escritor e jornalista, natural de Lisboa, viveu entre 1796 e 1877; foi amigo de Almeida Garret. Para além do **Compendio de Grammatica Portugueza para instrução da mocidade, e uso das** Cont. pág. seguinte.

(1842): na verdade, mais do que a dois sistemas distintos ou contraditórios, a distinção entre eles corresponde à articulação de duas vertentes de um mesmo sistema. Dos autores indicados, merecem destaque particular as observações avançadas por Figueiredo Vieira (1844/1859), que atribui a distinção entre a “ortografia de princípios” e a “ortografia de uso” à influência dos gramáticos franceses: “Alguns Grammaticos, á imitação dos Francezes, teem dividido a nossa Orthographia, em orthographia de principios e usos. Chamam orthographia de principios á que se baseia nas regras grammaticaes para a formação do plural, conjugação dos verbos, &c; orthographia d’uso a que depende do uso e maneira de escrever as palavras, ou elle seja arbitrario ou bem fundado” (p.20 nota). A distinção entre ortografia “grammatical” e usual encontramos-la em António Pereira Forjaz de Sampaio³⁹ (1852), que as destringe pelo facto de uma atender às regras da gramática, enquanto que a outra se funda quer no uso, quer na pronúncia, quer, ainda, na origem ou etimologia das palavras, conquanto possa revestir-se de um carácter mais “popular”⁴⁰ ou, pelo contrário, mais “etimológico”.

Mais numerosas são, todavia, as referências à tríade constituída pelos sistemas de pronúncia, etimológico e usual, ainda que sob designações diversas. Assim, no tocante ao chamado sistema de pronúncia, encontramos uma vasta panóplia de definições, que se repetem no essencial, isto é, quanto à prevalência do princípio fonético sobre os outros dois. Destas definições, apontaremos apenas algumas. Assim, sem discorrer sobre os sistemas ortográficos, tradicionais ou vigentes no seu tempo, José Tavares de Macedo (1834/1861) acaba, todavia, por indicar dois tipos de sistema: a “Orthographia mais usada”, correspondente à usual e por ele praticada, e a ortografia de “pronúncia”, da qual se declara partidário, em nota prévia à sua obra, embora reconheça que ela acarretaria mudanças mais profundas, como a própria

escholas, Midosi é autor do **Expositor Portuguez, ou Rudimentos de ensino da lingua materna** (1831), publicado no exílio em Londres, com sucessivas reedições até pelo menos 1852 (5ª ed. Lisboa, Impr. Nacional).

³⁹ É o autor de uma **Grammatica da Infancia ou intruducção ao Estudo da Grammatica Geral, e especialmente da Portugeza**.

⁴⁰ Tanto a designação deste tipo de ortografia usual como as suas características, decorrentes da prevalência do princípio fonético sobre o etimológico, parecem resultar da recuperação da doutrina de Jerónimo Soares Barbosa na sua obra didáctica, publicada antes da gramática, em 1796, intitulada **Eschola Popular de primeiras letras dividida em quatro partes**, das quais a terceira corresponde à “Caligraphia, e Orthographia, ou Arte de escrever bem, e certo a Lingua Portugeza” (Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade).

alteração do alfabeto, razão por que a sua aplicação deveria emanar de uma corporação competente, ainda assim sujeita à sanção governamental. Por sua vez, o calígrafo e ortógrafo Manuel Nunes Godinho refere a existência de três sistemas gráficos, a saber, a “orthographia etymologica”, a de “pronuncia” e a “orthographia mixta”, definidas respectivamente como “aquella, que seguimos baseados na origem dos vocabulos”, “a que seguimos, quando representamos os vocabulos taes, quaes elles se pronunciam”, e “aquella, em que ora seguimos a etymologia latina e grega; ora o uso geral nas palavras de raiz incognita; ora a orthographia da pronuncia, como melhor nos convier” (Bosquejo, p.10). Destes sistemas, o ortógrafo opta por praticar o último, quer dizer, aquele que cruza os dois anteriores. Apesar de visar a implantação da sua proposta de sistema sónico, a Comissão de Reforma Ortográfica do Porto (1879) refere igualmente três sistemas ortográficos, a saber, a “etimológica”, a “mista” e a “racional e filozófica”, isto é, a “sónica ou fónica”, que pretendia ver adoptada oficialmente pela Academia das Ciências, à semelhança das suas congéneres espanhola e italiana.

Já em 1886, Santos Valente e Francisco de Almeida (pp. 3-4) distinguem uma ortografia “sonica ou phonica ou phonographica”, assente de forma predominante na “pronunção, não empregando senão as lettras cujo som é percebido pelo ouvido”, de uma ortografia etimológica, fundada na conservação dos “caracteres das linguas mães”, e uma ortografia “usual ou commum”, amparada na imitação das práticas dos escritores, que ora atendem à pronúncia, ora à origem dos vocábulos. Depois de examinado os inconvenientes de cada um desses sistemas, os autores decantam-se pelo misto: se o sistema de pronúncia merece reservas, devido, por um lado, à ausência de uniformidade na realização oral, por forma a assegurar um único sistema gráfico sem variantes, e, por outro, à inexistência de um alfabeto que permita a representação de todas essas variações fonéticas (*A orthographia puramente phonica tem contra si a impossibilidade de sujeitar a escripta a uma pronuncia uniforme, pois fôra mister para a estabelecer, ou legislar uma pronunção geral ou inventar e fazer adoptar um systema de caracteres que representassem de uma maneira indiscutivel toda a variedade de sons da linguagem humana*), já o sistema etimológico tem contra si o desconhecimento da etimologia de boa parte dos vocábulos, ao ponto de essa indagação constituir “um entretenimento para litteratos

ociosos, e ponte de constantes embaraços para quem quizesse escrever, ainda mesmo que fosse possível conhecer a origem de todas as palavras sa lingua” (p.4). Para Santos Valente e F de Almeida, o chamado sistema misto adquire-se pela observação do “uso dos bons auctores e o estudo da formação regular das palavras para nos servirem de guia na maneira de escrever, sem dispormos de mais elementos que as lettras do nosso alphabeto e a pontuação e accentuação usuaes, mas procurando dispor d’elles de um modo razoavel e, quanto possível, auctorizado” (p.4). Note-se que o quadro terminológico-conceptual que preside à reflexão destes ortógrafos provém da metodologia comparativista, em particular da aplicação das concepções biológicas do parentesco linguístico e das leis neogramáticas, como se infere da referência às “linguas mães” e às “leis morfológicas da lingua”.

Em ano mais tarde, em 1887, o brasileiro Maximino de Araújo Maciel, ao definir três sistemas ortográficos – o etimológico, o fonético e o eclético, usual ou misto –, manifesta-se a favor do último, por prevalecer sobre os outros, já que o primeiro “é em parte impossível, visto que temos de attender ás transformações morphicas das palavras, segundo as tendencias da indole genial da lingua”, e o segundo não pode ser adoptado à generalidade das palavras, “porque a prosodia da palavra nas classes populares sem instrucção está sujeita á alteração phonetica” (p.30). Na mesma data, Francisco José Monteiro Leite⁴¹, gramático que também interveio no debate ortográfico do seu tempo, menciona apenas dois sistemas – o etimológico e o sónico –, cujas definições, na linha das precedentes, denotam uma filiação nas concepções linguisticas oitocentistas atrás apontadas, tutelada pelas referências a Schlegel, Grimm, Bopp, Humboldt e Burnauff, entre outros, não sendo por isso de estranhar a valorização da etimologia (*elemento fundamental da linguística e utilissimo auxiliar da ethnographia, esquadrinha a fonte revolta dos vocabulos, seguindo-os na sua derivação*), que é encarada como um instrumento precioso da investigação filológica, visto ser depositária de um legado cultural a preservar. Assim, a ortografia etimológica “caracterisa a sciencia que consiste em procurar a derivação que uma palavra apresenta d’outra ou d’outras da lingua

⁴¹ Filólogo e professor, para além da *Nova Grammatica Portugueza*, mais tarde refundida e intitulada *Grammatica Portugueza dos Liceus* (1887), publica as seguintes obras didácticas: *Subsídios para o estudo da Língua Portuguesa* e *Lições de análise Gramatical*.

materna” (p. 8), ao passo que a sónica, ou “phonographia”, “tracta de imitar os sons, que necessariamente se alteram de dia a dia, de cidade em cidade, de provincia em provincia (...), e por isso, concorre para a decadencia d’uma lingua, visto que o vocabulo sónico não representa os signaes graphics que, embora alguns sejam mudos na pronunção classica, servem comtudo para nos indicar, syntheticamente, a idéa, que elles nos representam, a sua genealogia” (p. 8). Como adiante veremos (cf. III, 2.2., 2.3.), algumas destas observações, enquadradas embora numa tendência ortográfica conservadora, não estão muito distanciadas, *mutatis mutandis*, da fundamentação histórica aduzida por Gonçalves Viana, no sentido de justificar um sistema gráfico simplificado. No entanto, muito antes de Monteiro Leite, já o escritor José Feliciano de Castilho (1860) havia sublinhado a importância da genealogia das línguas para o estabelecimento das bases de um sistema gráfico; o ortografista não fornece uma definição dos vários tipos de sistema, por entender que esta noção não é aplicável à maior parte das soluções gráficas assistematicamente praticadas pelos seus contemporâneos.

Ortógrafos há, no entanto, que não declaram a existência de diversos sistemas ortográficos: em regra, estes autores militam no sistema usual ou no etimológico, como é o caso, entre outros, de Diogo Fernes Alvernaz (1856). Sem sequer mencionar o princípio fonético, este ortógrafo açoriano recupera um antigo esquema constituído pela tríade etimologia, analogia e uso (cf. supra, I, 6.):

“(…) como a Lingua Portugueza pela maior parte he extrahida da Latina, este he o original, que paea ella deve ser principalmente consultado (...) por ser este hum modo excellente de contribuir para a commuidade e illustração dos Idiomas, alem de ser tãoobem huma belleza patenteada aos olhos, e contemplação dos eruditos. (...) recorreremos ás; isto he, confrontaremos as palavras dubias com as suas semelhantes, e que tomadas no mesmo sentido offerecerem alguma certeza; e do que acontecer em humas, concluiremos o que se deve dar nas outras, não havendo alguma razão que obste. (...) Faltando as ethymologias, e analogias, tãoobem he muito peso o uso adoptado anteriormente pelos eruditos (...), sendo a uniformidade na escripturação huma das principaes condições em que nos devemos empenhar, muito attendiveis se tornarão todos aquelles recursos, que razoavelmente possuem obviar ás irregularidades resultantes do capricho, e arbitrariedade de cada hum” (pp. I-II).

Outro tanto se verifica, por exemplo, em D. Alexandre Joseph Botelho de Vasconcellos de Melo e Mattos (1865) e em Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (1875), quando vêm na derivação como única modalidade susceptível de ter a coerência mínima para poder fundamentar um sistema, ao ponto de o primeiro conferir à derivação foro de verdade, pois “admitte um padrão seguro, principios, d’onde se derivam consequencias, formando o todo uma doutrina; é uma especie de direito natural orthographico, *non facta, sed nata lex*” (p.18).

Com respeito à doutrina dos gramáticos em matéria de sistemas ortográficos, registam-se os mesmos modelos bi e tripartidos que assinalámos na dos ortógrafos, isto é, a distinção entre os elementos do par “ortografia de principios” e “ortografia de uso”, por um lado, e a tríade ortografia etimológica, de pronúncia ou sónica, e a usual.

Se atentarmos, por exemplo, na doutrina metaortográfica de Jerónimo Soares Barbosa, representante por excelência da gramática filosófica, depararemos, de novo, com esse esquema triádico, definido nos seguintes termos: “A primeira Orthographia chama-se da *Pronunciação* porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor (...). A segunda chama-se *Etymologica*, ou de **Dirivação**; porque admitte letras que presentemente não têm outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras. Entre estas duas Orthographias caminha a *usual*, assim chamada porque não tem outra auctoridade senão a do uso presente e dominante” (p.57). O gramático avalia as vantagens e as desvantagens de cada um daqueles sistemas: se o primeiro é mais acessível ao povo iletrado do que os outros dois, tem contra si, no entanto, o uso e o gosto dos literatos, ainda que estes também sintam dificuldade em encontrar as etimologias certas para todos os vocábulos⁴². Além disso, o autor vai ao ponto de exemplificar as regras quer do sistema etimológico e usual, quer do sistema da pronúnciação, em secções independentes, a saber, *Regras*

⁴² No essencial a sua argumentação é a seguinte: “Ja se vê que as Orthographias Etymologica e Usual estão totalmente fóra do alcance do Povo illetrado. Porque nenhuma regra segura se lhe póde dar, ou elle perceber para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a penna a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua Porém a Orthographia da *Pronunciação* não he assim. Rectificada que seja esta; não tem elle mais do que distinguir os sons, quer simples, quer compostos, de que consta qualquer palavra, e figural-os com os caracteres proprios, que os alphabetos Nacionaes para isso lhe dão. Mas esta Orthographia, ou por facil, ou por estranha ao uso presente da Nação, não he do gosto dos homens Litteratos, que não tendo a mesma difficuldade que tem os idiotas, para escreverem segundo as Etymologias, julgarião ter perdido seus estudos, se por isto se não distinguissem do vulgo imperito”; cf. p. 57.

*proprias da Orthographia Etymologica, e Usual*⁴³ (cap. II, pp. 68-76) e *Regras proprias da Orthographia da Pronunciação*⁴⁴ (cap. III, pp. 77-84).

O gramático José da Mota Pessoa de Amorim (1842) retoma, por sua vez, o esquema de duas modalidades – a ortografia etimológica ou derivada e a usual –, e o mesmo se verifica em J. de Andrade Junior (1844), que refere o sistema de pronúncia, a chamada “orthographia philosophica”, e o sistema etimológico, sendo que um consiste em “representar as palavras taes quaes as pronunciamos, sem admissão de letra que não figure na articulação ou voz, sem empregar a mesma letra como signal de varios elementos; de modo que a orthographia seja uma representação da palavra”, e outro sistema coincide parcialmente com o sistema usual⁴⁵. O uso determinará, no entanto, a grafia das palavras às quais não se aplica nem o critério etimológico, nem o critério da pronúncia. No entanto, o gramático considera impraticável o sistema filosófico por duas ordens de razões: ao facto de a relação entre as unidades de cada plano (*signaes* e os *elementos dos sons*) não ser necessária, mas antes convencional, soma-se, por outro lado, a inevitável variação individual, cronológica e dialectal, a que os “sons elementares da palavra” (p.266) estão sujeitos. Assim sendo, a sua aplicação ao plano gráfico conduziria a um estado de “anarchia orthographica”. Também merece registo a imputação desta corrente ortográfica, caracterizada pela “pretenção de pôr a orthographia em exacta correspondencia com a pronuncia”, aos inovadores franceses “Dubois, Meigret, Pelletier, Ramus, Rambaud, de Lesclache, l’Artigault, l’Abbé de Saint Pierre, Dumarsais, Duclos, Wailly e Voltaire” (p.267). Na verdade, segundo o madeirense F. de Andrade Júnior a introdução desta tendência ortográfica em Portugal dever-se-ia a Teodoro de Almeida (cf. supra, I), na **Recreação Philosophica**, e a Soares Barbosa, na **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Mas já antes houvera quem

⁴³ Cf. p. 68: “Toda a palavra Portugueza, que for dirivada ou da Lingua Grega, ou da Latina, deve conservar na escriptura os caracteres da sua origem, que se poderem representar pelos do nosso Alfabeto, e forem compatíveis com a nossa pronunciação. Mas o uso faz nesta regra todas as excepções, que quer”.

⁴⁴ Cf. p. 77: “Qualquer palavra, que se queira escrever, pronuncie-se primeiro bem, e distinguindo todos os sons, de que he composta, estes se escrevão pela mesma ordem com os caracteres, que lhes competem nos Abecedarios completos, e exactos (...), e a palavra assim escripta ficará sem erro de Orthographia”.

⁴⁵ Cf. **Principios de Gramm. Port.**, p. 267: “Orthographia usual denominamos aquella que representa as palavras modificando a etymologia pela pronuncia na parte em que esta se oppõe áquella, segundo assim o têm determinado as decisões do uso”.

atribuisse tal inovação ortográfica a Verney, como se vê na **Grammatica Portugueza** (1826), publicada sem o nome do autor.

Na linha do gramático anterior, Daniel Ferreira Pestana⁴⁶ (1849), apenas identificado pelas iniciais D. F. P., para além de representar a corrente da “gramática geral ou filosófica”, reconhece também dois sistemas de orientação diversa, a saber, o “*systhema philosophico*” e o etimológico, sendo que aquele é definido praticamente nos mesmos termos das definições precedentes (*consiste em representar as palavras taes quaes são pronunciadas sem admissão de letra que não note ou articulação da voz e sem empregar uma mesma letra, como signal de varios elementos de som*, p.169), e este representa “as palavras de uma lingua com os mesmos caracteres, que representavam n’outra lingua, as palavras d’onde aquellas se derivam” (p.171). Depois de expor as definições e de discorrer sobre a eficácia de cada um destes sistemas, com vista a uma ponderação da mais racional representação gráfica do português, à luz de determinados princípios, o gramático atribui a criação do sistema filosófico aos franceses, concretamente ao filósofo Voltaire⁴⁷, o qual, tendo discorrido sobre a necessidade de um sistema próximo da língua oral, teria influenciado diversos autores portugueses que, partidários da mesma ideia de fonetização e de simplificação, praticaram sistemas individuais, como sucedeu com Teodoro de Almeida, na **Recreação Philosophica** (cf. I), e o próprio Jerónimo Soares Barbosa, sua **Grammatica Philosophica** (1822/1830), embora este apenas tenha exemplificado a “ortografia de pronúncia” por contraste com a “ortografia etimológica” ou usual, aquela que adoptaria, afinal, na sua gramática.

Francisco Mendes Pinheiro⁴⁸ (1869) reconhece três sistemas, a saber, a ortografia “*philosophica*”, que consiste em “representar as palavras taes as pronunciamos, sem admissão de letra que não figure articulação ou voz, sem a

⁴⁶ A sua gramática intitula-se: **Princípios de Grammatica Geral Applicados á Lingua Portugueza. Applicados e offercidos á Mocidade de Goa** (Nova Goa, Imprensa Nacional).

⁴⁷ O filósofo e escritor francês assinara diversos artigos do **Dictionnaire Philosophique** (p. 65), nos quais tratava de questões linguísticas. A respeito da ortografia comenta: “Ne voyez-vous pas que vous m’embarrassez beaucoup lorsque vous orthographiez d’une façon, et que vous prononcez d’une autre”. E acrescenta depois: “avons-nous oublié que l’écriture est la peinture de la voix? Plus elle est ressemblante, meilleure elle est”.

⁴⁸ Era professor de lingua portuguesa e latina no seu próprio colégio (Nossa Senhora da Conceição) em Coimbra e produziu uma **Grammatica Elementar da Lingua Portugueza para uso das Escolas** (Coimbra, Imprensa da Universidade), de 1869.

mesma letra, como signal de varios elementos; de modo que a orthographia seja uma perfeita representação da palavra”, sendo seus cultores destacados Verney e Voltaire, entre outros; a ortografia etimológica, que “ensina a conservar na escripta os vestigios que indicam a origem e analogia das palavras” (p.157), e, por último, a usual que consiste na aceitação das práticas gráficas mais correntes.

Figura saliente das letras e da política de oitocentos, Teófilo Braga⁴⁹ (1876) foi arauto do positivismo⁵⁰, corrente de pensamento que a partir de 1873 terá um instrumento propagador, a saber, o periódico portuense **O Positivismo**. Ao escritor também não foi indiferente a questão da fixação das bases de um sistema gráfico português, pautando as suas reflexões metaortográficas pela metodologia de inspiração positivista seguida na sua **Grammatica Elementar fundada sobre o Methodo Historico-Comparativo**, obra em advoga um sistema etimológico, conformidade com os princípios e as concepções linguísticas inerentes ao referido método, visto este amparar-se na história da língua, e ser compatível, portanto, com a experimentação e verificação exigidas pelo rigor positivista que proclamava o império da razão sobre as sensações e o transcendente. Estes argumentos são vazados pelo autor nos moldes seguintes:

“Nenhumas regras se podem dar a orthographia de uma lingua, se não as derivadas da razão historica. Pela história da linguagem se justificam todos os modos graphicos de transcrever os sons, e o estado da simplificação d’essa transcripção. – A esta orthographia tem-se querido oppôr a transcripção phonetica, mas é uma innovação artificial (...). Os partidarios da orthographia phonetica representam modernamente na grammatica o papel dos que procuravam a linguagem natural” (p.145) e explica ainda que a “orthographia nunca será immovel, por isso que na lingua dá-se sempre o neologismo e o archaismo; mas só póde tornar-se geral, quando uma lingua attingir o periodo completo da sua disciplina grammatical, isto é quando o povo tenha o instincto da analogia, e os eruditos hajam fixado todas as formas da lingua”, dado que a “orthographia aprende-se mechanicamente pelo uso e pelo

⁴⁹ Natural de Ponta Delgada (Açores), Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) foi escritor e poeta, bacharel em Direito, professor do Curso Superior de Letras e sócio da Academia das Ciências de Lisboa; republicano convicto, adquiriu uma notável erudição. Esteve envolvido na chamada “Questão Coimbrã”; teve um papel destacado no campo político: foi presidente do Governo Provisório, em Outubro de 1910, logo após a implantação da República, para a qual ele também muito contribuíra, e chegou a ser chefe de Estado, depois da resignação de Manuel de Arriaga.

⁵⁰ Cf. Pinharanda Gomes, **Filosofia Portuguesa**, Publicações Dom Quixote, 1987, p.183.

diccionario; e racionalmente pelos estudos historicos sobre a lingua”, sendo que a “etymologica tem prevalecido na lingua portugueza e modificado a sua pronuncia desde o seculo XVI” (p146).

A linha ideológica de Teófilo Braga, assente na doutrina comtiana segundo a qual a filosofia é a ciência da certeza em que os conhecimentos filosófico e científico se acordam, por meio da pesquisa, também produzirá, no Brasil, frutos no plano ortográfico, como se verifica em Miguel Lemos, cuja **Orthografia Positiva** (Rio de Janeiro, 1888)⁵¹ denuncia desde logo aquele estro doutrinal. A este propósito, importa sublinhar a recepção dispensada à **Grammatica Elementar** de Teófilo no lado de lá do Atlântico: de facto, esta obra do chefe de fila da geração positivista em Portugal será citada frequentes vezes por J. J. Paranhos da Silva (1879), autor brasileiro que se ocupou extensamente da questão ortográfica, ao fazer a apologia de um sistema gráfico brasileiro, distinto do português e fundado na especificidade da pronúncia do seu país (cf. infra, 2.1.9.).

Abílio César Borges (1877) identifica três espécies de sistema ortográfico cujas designações diferem, pelo menos em parte, das que encontradas até aqui: “phonetica ou de pronuncia”, etimológica e “usual ou mixta ou eclectica”. Das três, a última é concebida como um sistema de compromisso (“justo meio”) entre as outras duas. Em 1878, Luís de Sousa comenta a existência de um sistema etimológico e de um sistema “natural” ou “orthographia sonica”, cuja adopção teria muitos inconvenientes para a “linguagem”.

Retomando o esquema triádico, Bento José de Oliveira⁵² (1862/1880) identifica, por sua vez, a “orthographia pronunciativa”, a “orthographia etymologica” e a “orthographia etymologica modificada”, a mais usada segundo este gramático, enquanto que Jacob Bensabath⁵³ (1882) remete, de novo, para um esquema binário

⁵¹ Sobre este sistema, vide: A. R. Gonçalves Viana, *Miguel Lemos | Orthografia Positiva |* Distribuição gratuita | Rio de Janeiro, 1888, *Revista Lusitana*, vol. I, pp. 389-390.

⁵² Professor do ensino mútuo, publicou em 1862 a **Nova Grammatica Portugueza**, que conheceu um enorme trânsito editorial, contando com pelo menos 28 edições até 1898.

⁵³ Professor e publicista, nascido em Gibraltar, viveu entre 1823 e 1916; de Londres veio para Portugal, tendo exercido como professor de inglês em Lisboa e no Porto. De acordo com a folha de rosto da **Grammatica das Escólas Primarias. Curso theorico e pratico da Lingua Portugueza (...)** Adaptada ao 1^a ano do curso dos lyceus e coordenado em harmonia com os programas officiaes (1882).

que inclui o sistema da “orthographia racional ou phonetica” e a ortografia etimológica, sendo que esta colide, regra geral, com aquela. José Gonçalves Lage⁵⁴ (1883) volta a referir o sistema filosófico, de recorte fonetizante, aparentemente mais natural e fácil, em contraponto à ortografia etimológica, cuja vantagem reside no facto de as suas marcas servirem de vínculo com a língua primitiva, ao mesmo tempo que facilitam o acesso à significação das palavras e asseguram uma função distintiva pertinente em muitos casos, como sucede, por exemplo, nos pares *fato-facto*, *acto-ato*, *annos-anus*. Quanto ao sistema usual, Lage parece restringir o seu leque de aplicações às palavras de origem portuguesa.

Não menos interessante é a doutrina de José Estêvão da Costa e Cunha⁵⁵ (1883) em matéria metaortográfica: o gramático brasileiro reconhece três espécies de ortografia, a saber, a “etymologica, a phonica e a usual, mixta ou ecletica”, sendo esta última descrita pelo seu carácter de sistema híbrido, uma vez que “procura conformar a pronuncia com a etymologia” (p.229). Esta tem, no entanto, a desvantagem de nunca ter sido unificada. Igualmente relevantes para entendermos de que maneira e até que ponto a problemática ortográfica era subsidiária da reflexão linguística em uma determinada época, veja-se como este autor se filia, pela sua cocepção da tipologia e da genealogia linguísticas de recorte biológico ou organicista, na corrente historicista à qual não escapa a questão da codificação gráfica: “A lingua portugueza é derivada do latim, mas não directamente classico, como sabemos, e por isoo differe d’aquella, tanto no som das palavras como no valor d’ellas, e na constrcção. D’aqui nasce a imperfeição de nossa orthographia, imperfeição inherente á origem e irregular derivação da lingua; porque, se para nos conformarmos com as radicaes latinas, adoptarmos a orthographia da lingua-mãe, muito nos affastaremos da pronunciação em um grande numero de vocabulos que ainda conserva bastante analogia com as fórmulas latinas (...). e sendo certo que em menos de um seculo experimenta toda a lingua viva notaveis mudanças na

⁵⁴ É o autor da *Novissima Grammatica Portugueza* coordenada em harmonia com o programa oficial dos lyceus e accommodada ás escholas normaes (Coimbra, Livraria Portugueza e Estrangeira); teve outras edições em 1866 e 1882.

⁵⁵ De acordo com as informações da folha de rosto, era formado em Ciências Naturais e professor no Rio de Janeiro, cidade onde foi dado à estampa o *Manual do Examinando de Portuguez. Repertorio philologico grammatical e litterario da Lingua Materna, erigido sobre os trabalhos dos Philologos mais modernos e exemplificado com a dicção dos mais primorosos escriptores portuguezes e brasileiros*.

pronúncia, segue-se que adoptando esta por base a orthographia, tomaremos por guia o cégo, arbitrario e variavel uso, desprezando a razão” (p.230). Mais adiante acrescenta que “o mais acertado [sistema] será aquelle que melhor souber conciliar a derivação com os desvios que ella tem soffrido por effeito do uso e da introdução de palavras tiradas de outras linguas, alem das que procedem da mãe latina” (p.231).

Quanto a António Maria de Almeida Neto⁵⁶ (1884), que apenas define dois sistemas ortográficos – ortografia “pronunciativa ou philosophica” e ortografia “etymologica” –, é de salientar que o gramático, embora tenha adoptado o sistema de base etimológica, não considera “tão absurda e ridicula como muitos pretendem” o sistema filológico, tal qual ele fora proposto pela Sociedade Literária Portuense e sancionado pela Academia Espanhola, posição que justifica pelo facto de mesmo o sistema pronunciativo não dispensar totalmente o princípio etimológico: “A differença dos dois systemas consiste pois, em que um (o etymologico” conserva todas as letras originarias que a pronuncia não alterou; o outro (o philosophico) conserva só as que soam, e substitue aos caracteres estranhos os que lhes correspondem em nosso alphabeto” (p. 416).

Praticante de um sistema etimológico, o gramático brasileiro Júlio Ribeiro (1881/1885) sublinha enfaticamente as dificuldades inerentes à adopção de uma “orthographia phonetica” em Portugal, semelhantes àquelas que se depara a procura da “linguagem natural”, tanto mais que nenhuma das diversas tentativas ou propostas recolheu consenso. Ao amparo do doutrina de Teófilo Braga, com a qual está sintonizado, o gramático brasileiro repete as palavras do escritor português, que considerara “utopia” um sistema apenas assente na pronúncia. Manuel Francisco Medeiros Botelho⁵⁷ (1887) identifica também três sistemas, destacando em especial o “usual”, que faz a convergência dos outros dois, de base etimológica e fonética; contudo, embora esteja generalizado não tem o estatuto de norma, visto ser variável

⁵⁶ Publicou um dos primeiros dicionários linguísticos de que temos conhecimento em Portugal – **O Escholiaste Portuguez ou Subsídios Litterarios, Grammaticaes, Philologicos e Rhetoricos compilados dos melhores auctores** (Lisboa, Typ. Universal). O **Dicionário Grammmatical Portuguez** do brasileiro José Alexandre de Passos, provavelmente o primeiro dicionário português desse tipo, terá vindo a lume no Rio de Janeiro, em 1865.

⁵⁷ Na folha de rosto da **Grammatica Portugueza Elementar** para uso das escolas e lyceus nacionaes (Lisboa, Imprensa Nacional), apresenta-se como inspector da primeira circunscção escolar aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública.

e inconstante. Quanto a J. S. de Figueiredo Vieira e Castro⁵⁸ (4^a, 1887), que reproduz igualmente o esquema de três sistemas, com as designações de ortografia “philosophica ou phonetica”, etimológica ou de “derivação” e usual, as definições repisam as anteriores, sem qualquer alteração significativa, mas a ortografia usual aparece vinculada à prática dos “escriptores contemporaneos mais cultos e auctorizados” (p.96).

O gramático brasileiro Manuel Olímpio Rodrigues da Costa⁵⁹ (1887), na linha dos anteriores, esclarece que a ortografia “de pronuncia ou phonetica” não é usada; o autor filia-se, portanto, nos outros dois sistemas, em especial naquele que é apanágio das pessoas doutas – o etimológico. À autoridade dos autores “clássicos” acolhe-se Augusto Pereira de Moura⁶⁰, que define a ortografia usual como aquela que decorre do desconhecimento da etimologia dos vocábulos, uma vez que nela apenas se empregam os grafemas “necessarios e adequados para representar as palavras faladas, como egreja, lugar” (p.124), ao invés da ortografia sónica, cujo único principio é a transcrição da pronúncia.

2.1. Sistemas: fonografia e sonicismo *versus* etimologia

A designação “ortografia filosófica”, tal qual é definida e aplicada pelos diversos autores acima referidos, equivale às expressões “ortografia sónica” ou “ortografia fonética”, apesar de as três procederem ou estarem associadas a teorias linguísticas diferentes. De facto, a primeira delas filia-se na corrente da chamada gramática filosófica, constituindo por isso o seu prolongamento em matéria de representação gráfica, ao mesmo tempo que corresponde à corrente fonetizante ou

⁵⁸ É o autor dos **Elementos de Grammatica Portugueza** coordenados para uso das escolas d’instrucção primaria (Porto), na qual indica as obras que lhe serviram de orientação, designadamente, pela ordem do autor, as de Teófilo Braga, Bento J. de Oliveira, Domingos de Azevedo, Gonçalves Lage, Epifânio da Silva Dias, Monteiro Leite, Jacob Bensabath, Gago da Câmara, Almeida Neto, Soares Barbosa, Freire de Macedo, Caldas Aulete, Figueiredo Vieira e a Biblioteca do Povo e das Escolas.

⁵⁹ Este gramático brasileiro era professor de Português, de Aritmética e Geografia no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, onde publicou a **Grammatica Portugueza**, adoptada não só naquele colégio como nas escolas públicas da corte, tendo tido mais do que uma edição.

⁶⁰ Exerceu como inspector do ensino primário no distrito de Coimbra, escreveu os **Elementos de grammatica Portugueza para uso das escolhas primarias colligidos e coordenados em harmonia com os modernos processos de analyse** (Coimbra, Livraria Central de J. Diogo Pires).

fonográfica, por oposição à corrente etimologizante, e até certo ponto pela ortografia usual, ilustrada por um número considerável dos autores acima. Inicialmente, as expressões “ortografia filosófica” ou “sistema filosófico” remetiam para a reflexão racionalista, bebida nos textos dos filósofos e gramáticos da chamada gramática geral, em particular os da escola francesa. Depois, com o declínio do “filosofismo”, por um lado, e, por outro, com a emergência de novas orientações linguístico-filológicas e dos estudos fisiologia da fala, a corrente fonetizante irá ainda ser favorecida pelos avanços da pesquisa fonética científica em diversos países e em várias línguas, desenvolvendo-se um movimento fonográfico europeu. Deste modo, a corrente vernaculizante, característica dos primeiros textos metaortográficos (cf. 2º vol., I) evoluirá em função das correntes ideológicas que ora a reforçam ou reorientam, ora a desvalorizam perante a corrente culta. Por outro lado, importa referir que o argumento expendido pelos ortógrafos contrários à ortografia filosófica, para lá da perda do vínculo com as línguas aparentadas e com os estados anteriores da própria língua, enfatiza sobretudo o problema da variação diatópica, ou seja, faz depender a definição de um sistema fonográfico da uniformização de pronúncia, à qual subjaz, portanto, uma “reforma ortoépica”, como condição prévia. Nesta linha de pensamento, na qual sistema filosófico e foneticismo são equivalentes, insere-se a doutrina de Ferreira da Costa (1818/1821). Ao confrontar os pressupostos e os méritos dos sistemas etimológico e filosófico, este ortografista acaba por aduzir o argumento que conduz à rejeição deste último – a ausência de uniformidade da pronúncia invalida qualquer tentativa de fonetização do sistema gráfico. A esse propósito observa o autor:

“Clamão os Sectarios da escripta pela mera pronunciação, e Reformadores do alfabeto, que as incoerencias existentes entre a pronuncia e a escripta exigem reforma indispensavel. Mas pergunto: porque ha esta de recaír no systema da Orthografia, que admitte permanencia; e não no da Pronuncia, que sendo variavel, que sendo variavel por natureza, deve de tempos a tempos volver aos seus primitivos elementos ? (...) Que seria da lingua portugueza, ficando pelos methodos de escripta pronunciativa (a que chamão *Orthografia filosófica*, e eu chamarei *Cacografia antisofica*) á discreção do ouvido e garganta em cada provincia das vastas e longinquas regiões do Reino unido ? Quem entenderá o papel escripto por taes systemas na Asia, Africa, ou america, ainda que lhe chamem portuguez ? (...) Tornar a escripta absolutamente escrava da pronuncia, com desprezo da etymologia e do uso, he pois systema erroneo, e destructivo da communião

das linguas europeas e sabias, da fraternidade nacional, e do usufructo da experiencia dos seculos. Conservando orthografia fixa, e por igual dependente das tres bases, deixaremos aos habitantes dos estados portuguezes a liberdade de proferirem as palavras ao modo do seu paiz. Cante cada um a lingua como quizer: comtanto que q escreva ao estilo nacional (no que pode e dve haver uniformidade) será ouvido e entendido pelos seus compatriotas das quatro partes do mundo” (1821/1823, pp.114-115).

À luz do purismo inerente à noção de norma vigente na época, na perspectiva do ortografista, os falares locais têm um estatuto de inferioridade, sendo descritos como vícios ou erros da plebe inculta, como já dissemos a respeito do testemunho dos autores setecentistas (cf. I). Por outro lado, uma vez arredada a concepção purista, e portanto correctiva, nota-se que este tipo de argumentação e a visão fonográfica de Gonçalves Viana coincidem, paradoxalmente, na atribuição de uma função supra-dialectal ao sistema gráfico, isto é, a ortografia congrega as variações diatópicas: na doutrina de Ferreira da Costa essa função cumpre-se por meio da adopção da etimologia e do uso, princípios comuns e portanto uniformizadores, ao passo que na de Viana (cf. infra, III, 2.3.), para quem a fonografia é distinta de uma representação estritamente fonética, se prevê o compromisso entre os princípios ortográficos, no sentido de simplificar e unificar as práticas gráficas, mas sem desatender também as variações dialectais.

Alguns autores prescindem, no entanto, de qualquer classificação do seu sistema, ainda que se filiem na corrente fonográfica, como o signatário de uma **Carta em que um amigo, que foi perguntado por outro mostra qual deve ser a nosa ortografia** (Porto, 1812), assinada apenas com as iniciais F. A. de F. O sistema praticado pelo autor parece ser subsidiário do sistema verneiano (cf. I), embora o nome do Barbadinho não figure entre aqueles que validam os princípios ortográficos adoptados, a saber, os dos portugueses João de Barros, Nunes de Leão, João Franco Barreto, Martinho de Mendonça⁶¹, e o do clássico Quintiliano.

De facto, a militância verneiana parece inegável, a julgar pelos critérios e soluções seguintes: simplificação geral das grafias cultas, a supressão de dígrafos, de geminadas e de grafemas sem valor fónico (*filozofia, carateres, omen*); do mesmo

⁶¹ O seu nome completo era Martinho de Mendonça Pina e Proença; publicou os **Apontamentos para a educação de um menino nobre** (Porto, 1734), obra pedagógica que, em princípio, era “para seu uso particular”, destinada a apoiar a educação doméstica do nobre.

modo, proscricção do grafema <k>, substituído ora por <c>, ora por <qu>; tentativa redução da heterografia, como se vê na representação da sibilante sonora apenas por meio de <z> (*razoens, escuzadas*), e na grafia da sua correlata surda por meio de <s>, abandonando <-ss-> e <ç> (*nosa, porsaõ, Nasaõ, diferença*), embora aceite as grafias <-s-, c> (*ensinaõ, acrecentar*); a preponderância do critério fonético sobre quaisquer distinções morfogramáticas entre nomes e verbos revela-se na adopção de <ai> para grafar o ditongo [aj] (*quintais, mortais, fasais, mandais, sai, cai*), e na de <ei> para o ditongo realizado em palavras como *ideia, veia, correio*; a preferência por <n-m> em detrimento do til na marcação da nasalidade (*lan, ran, terminasoens, compoem*), que só figura sobre a segunda vogal do ditongo <aõ>, pois aos outros ditongos nasais aplica as soluções <aens, oens>; uso moderado da acentuação, não obstante manter <h> com função diacrítica (*he*), para evitar equívocos. No essencial, são evidentes as coincidências entre o anónimo e Verney, já nos princípios ortográficos preponderantes – pronúncia e uso –, já nas soluções apresentadas, donde se conclui que o autor da *Carta* seria adepto não confesso do sistema verneiano (cf. supra, I), presumivelmente para eludir ataques dos críticos de tal ortografia.

Dos sistemas identificados pelos ortógrafos e das suas práticas, sobressaem, em especial, três modalidades, cujos representantes principais são João Crisóstomo do Couto e Melo, José Barbosa Leão, António Moniz Corte-Real, Castanheira Nunes e João Félix Pereira.

2.1.1. “Ortografia Filosófica”

Seguidor do método de “leitura Lancaster”⁶², que seguiu nas Escolas Militares de que era director, Couto e Melo criou e praticou o seu próprio sistema, designadamente na **Ortografia Filosófica**, de base fonetizante e simplificadora, caracterizada pela supressão de todos os grupos consonânticos greco-latinos, das geminadas latinas (*atributo, letras, abreviatura*) e das consoantes mudas (*colétivo*,

⁶² Eram vários os sistemas de ensino de leitura: individual, simultâneo, misto e mútuo, cf. Latino Coelho, *Estudos sobre os diferentes methodos de ensino do ler e escrever*, *O Panorama*, XI, 3º da 3ª série-Janº-Dezº, 1845, Lisboa, pp. 214-215, pp. 226-227.

indiréta, adótu, corrução), sendo apenas grafadas as unidades articuladas, ou seja, dotadas de correspondência fônica; pelo mesmo motivo, o grafema culto <y> é sempre substituído por <i>, enquanto que <h> é totalmente proscrito (ex. *ôje, omem, avíamos, ouve, caír*). Para além da simplificação resultante desse despojamento de marcas históricas, conservadas na ortografia usual, regista-se, ao mesmo tempo, o recurso mais frequente à acentuação gráfica (agudo e circunflexo), para assinalar a tónica aberta e a fechada (*exáção, pretérito, êste, Grêgos, Lisbôa, coexistência, têr*). No entanto, se a aplicação do princípio fonético não implicou neste caso, ao contrário de propostas mais radicais, apresentadas por Corte-Real e Castanheira Nunes, a neutralização da distinção contextual entre os pares de grafemas <g> - <j>, <ch> - <x> ou <-ss-> - <ç> e <-s-> - <-z->, que subsistem neste sistema (por ex. *linguagem, régia, geralmente-cuja, justo; acha-se - deixe, paixão expressões, possível-variações, ouçamos; cousingos-civilizados*); ainda assim o princípio fonético presidiu à adopção de determinadas soluções gráficas, como é o caso do acrescentamento de unidades ou de marcas gráficas, e da substituição de umas por outras, em conformidade com a pronúncia: da primeira situação são exemplos as grafias *veja, sejam, estejam, muitos*; da segunda, as grafias *trousse, troussesse, infléssões, refléssivos, refluxo; comeu*. Por outro lado, com respeito ao tratamento da nasalidade, importa referir que o ortógrafo adopta a actual distinção entre formas tónicas e átonas com ditongo [ãw], como se vê em *amarão e amaram; comêram-comerão*, cujas desinências gráficas constituem, portanto, marcas morfogramáticas, quer dizer, grafias dotadas de valor morfológico que asseguram distinções gramaticais muito pertinentes. Existem, porém, grafias do tipo de *radicaes, quaes, sinâes* e “*sciencia*”, que não parecem obedecer ao mesmo critério da pronúncia. Afora o plano alfabético, o ortografista aplica igualmente este critério no plano extra-alfabético, traduzindo a entoação ou curva melódica por meio de um duplo sinal de interrogação e de exclamação, à semelhança do espanhol, e usando o apóstrofo para a notação das elisões vocálicas realizadas no discurso oral (*d'estoutro, d'uma, n'um, d'ar*).

Este sistema filosófico é impiedosamente criticado, até à ridicularização, no **Opúsculo sobre Ortografia** (1856), de António José Vaz Velho (cf. *infra*, 3.3.), o qual, em total desacordo com os princípios e as soluções gráficas defendidos por

Couto e Melo, imputa o estado de “retrogradação” da ortografia portuguesa no século XIX, quer à acção do regime liberal, quer à doutrina e à perniciososa intervenção pedagógica do director das Escolas Militares, como se comprova das observações seguintes:

“Chegou a epoca constitucional, em que todos esperavamos o aumento das luzes instructivas, e o adiantamento fisico, e scientifico das Artes, e sciencias, encaro com a Ortografia, que tem sofrido, e vai sofrendo muito mais rapida retrogradação, que as outras; por que humas foram desprezadas de todo; outras mutiladas; e esta como não podem anulla-la, não só por ser tão antiga, mas por ser a baze, ou alicerce de toda a nossa escrituração, deo isto cauza a huma sincera reflexão minha, durante os Serões desde 1848” (Prol., p.4). “Que implicancia terá o sistema Liberal com o sistema ortografico, que vai caminhando na razão inversa do progresso: por que este se vai alterando á proporção, que aquelle se vai arreigando posto que aos emporrões ? Não pode ser outro, alem do referido, que não seja o descaramento, com que se pertende desde 1821 deitar tudo por terra (...). Posto que a referida retrogradação tivesse principio pouco antes de 1817 na escuzada pesquisa, que fez João Crizostomo do Couto e Melo na Livraria do convento de Belem, dezenterrando o modo de escrever termos, que já havia seculos terem ficado no desprezo total dos Escriitores por falta de simplicidade, beleza, e suavidade, como adiante refiro; e sobre o som das sillabas; não fallando dos sinaes, de que não temos precisão na nossa escrita, contendo o maior mal data epoca mais recente: o modernismo quiz levar além esta retrogradação: desprezou aquelle sistema (em parte com razão) mas plantou outro ainda peor não só contra a singeleza, e rezumo da ortografia, mas contra as regras e Leis de seu fundamento” (Serão 2º, pp.7-8). “(...) e eu digo, que he a sciencia, que menos uniformidade pode ter; as outras aumentam sempre pelo progresso vantajoso, que continuamente vam tendo, mas esta que, humas vezes anda para diante, outras vezes retrograda, segunda a mania de cada seculo, o que se tem assaz observado, principalmente desde que teve principio a enchertada Constituição Espanhola em Portugal, como declarei no Prologo” (Serão 2º, pp.2-3). “João Crizostomo no seu = Novo Metodo de ensinar, e aprender = de 1817 a pag. 22 da sua intrucção quiz dividir primeiro os sons das letras, do que ellas, e lhes deo 28 sons elementares como se podesse existir tal abstracção, o que mostrarei quando tratar dos sons, como elles podem existir primeiro do que ellas” (Serão 4º, p.23). João Crizostomo do Couto e Mello metendo filozofia em todos os ramos da Gramatica e Ortografia, só neste não lhe achou vez, que diminuiu este ramo essencial da Ortografia ao rezumido metodo” (Serão 5º, p.12).

Visando um maior isomorfismo entre o sistema gráfico e a língua oral, a ortografia filosófica ou “pronunciativa” conheceu muitos detractores, que não consideravam a pronúncia um critério suficiente visto ser pouco estável, ao ponto de a definirem como uma “cacografia antisófica” (Ferreira da Costa, 1821/1823, p.108).

Diferentes do sistema de Couto e Melo, os sistemas propugnados por Barbosa Leão e pela Comissão de Reforma do Porto, e bem assim o de Corte-Real, que os secunda, constituem versões fortes ou radicais dos sistemas fonetizantes ou sónicos, influenciadas pelos trabalhos sobre o material sonoro das línguas, linha que será entre nós estabelecida, em bases rigorosas, por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, fundador da fonética científica em Portugal e grande conhecedor dos mais recentes e avançados estudos sobre a fonética e a criação de alfabetos adequados a variadíssimas línguas.

2.1.2. A “questão da ortografia sónica”

Apesar de não possuir formação filológico-linguística, Barbosa Leão tornar-se-á num dos mais acérrimos defensores de uma reforma da ortografia em sentido sónico, verberando os sistemas predominantemente etimológicos, como era o caso do usual. O sistema do relator da Comissão do Porto atesta, em certos aspectos, a influência da pronúncia portuense, constituindo por isso o oposto do que deve entender-se por um sistema gráfico dotado de valor supra-regional, uma vez que o sistema, pelo seu carácter geral e sistematizador, deve acolher-se a um padrão abrangente, em vez de ser vazado em realizações particulares. Esta é a explicação para o facto de a “ortografia fonética” ser mais fonológica do que fonética, quer dizer, reflectir uma média das pronúncias – uma espécie de arquétipo – e não as variantes regionais, que dificilmente poderiam ser contempladas nos seus traços particulares. Na verdade, tanto a definição do modelo ortoépico em que deve assentar a representação gráfica como a identificação dos rasgos que deveriam ser plasmados pela escrita foram problemas centrais dos textos dos sonicistas, que não coincidem muitas vezes na eleição de um modelo de pronúncia, levados por critérios por vezes mais regionalistas que linguísticos.

Antes de mais, atentemos no enquadramento da proposta de Barbosa Leão e da Comissão do Porto, a partir da publicação das **Considerações** (1875), com as quais o cirurgião de brigada visava uma revolução ortográfica que se operasse de cima para baixo, razão por que enviara o opúsculo “às repartições públicas e aos institutos d’ensino superior, especial e secundário” e “algumas dezenas d’ezemplares á Academia Real das Ciências”. Contudo, o ortógrafo teve de inverter o seu propósito inicial, ao conceder que a proposta visasse uma “revolução debaixo para cima” (**Collecção**, 1878), processo que levaria à constituição da Comissão do Porto e ao seu Parecer. No referido opúsculo anónimo, ainda em sistema usual, expunha-se um sistema sónico enformado por soluções assentes na sua particular descrição da pronúncia. Assim, com respeito ao vocalismo estabelecia: 1. desenvolvimento de um sistema de acentuação gráfica, em que o acento agudo se aplica às vogais tónicas abertas [a], [ɛ], [ɔ] e [i], [u], e o circunflexo às fechadas [ɑ], [e], [o]; 2. emprego dos grafemas <i, u> em vez de <e, o>, correspondentes a [i] e [u], mesmo quando representam a semivogal de um ditongo ou tritongo; 3. os ditongos [ej] e [ow] grafados como <ei, ou>, sem se atender às variações da sua pronúncia, como sucede em Lisboa, onde se realiza a diferenciação em [ɔj], fenómeno criticado por Barbosa Leão, ao invés de outros autores seus contemporâneos; 4. proscricção de <y> em todos os contextos e sua substituição por <i>; 5. adopção de um “signal privativo”, possivelmente o trema (cf. infra, 5.4.2.1.), para assinalar a inexistência de ditongo numa sequência gráfica (diérese); 6. substituição da grafia <ex-> por <is-> ou <êis->, em conformidade com a pronúncia; 7. uso exclusivo do til como marca de nasalidade vocálica, sendo que nos ditongos nasais, ambas as vogais deveriam ser marcadas com til, conquanto a tonicidade continuasse a ser assinalada por um acento agudo no meio do til, sinal que não estava disponível, obviamente, nas tipografias.

No campo da representação consonântica, propunha Barbosa Leão as seguintes soluções: 1. representação heterográfica da sibilante surda por meio de <c>, <s>, <ss> e <x>, ainda que preferisse as sequências <c^{e, i}, ç^{a, o, u}>; 2. homografia da sibilante sonora [z], mas <-z> palatalizado em posição final seria representado por <s>, como grafia contextual; 3. homografia da palatal sonora [ʒ] em todos os contextos, mediante <j^{a, e, i, o, u}>, ficando o grafema <g> reservado para a

representação da oclusiva sonora, e admissão, a título provisório, da grafia <gh^{e, i}>, para assinalar a não articulação do suporte vocálico <u>; 4. a oclusiva sonora [k] passava a ter uma única representação, grafando-se com <qç> o valor de <x> (*fiqço, fluqço, seqço*, 1875, p.56); 5. criação de novos grafemas para a transcrição das palatais nasal e lateral (*Crear-se-hão pois dous signaes, que representem lhe e nhe. estes constarão: para o primeiro, da reunião do l e do h unidos superiormente por uma risca horisontal; para o segundo, da reuniõa de n e h, reduzindo a uma só a perna anterior d'aquelle e a posterior déste*, p.54); 6. a representação da vibrante simples é garantida por <r>, ao passo que a múltipla é grafada com um grafema simples e maiúsculo <R>, solução que assentava, provavelmente nas propostas de reformadores castelhanos e italianos, cujos trabalhos o cirurgião conheceria; 7. simplificação de todas as consoantes dobradas ou duplas e proscricção de todas as consoantes mudas; 8. manutenção de <k, w, y> apenas em vocábulos estrangeiros; 9. ligação de partículas átonas ao verbo mediante hífen (*demorar-se, -á*, por ex., p.64) e aceitação da junção da lateral à forma verbal em <r, s, z> (*amamol-o*, p.64).

Importa salientar o facto de que as propostas reformadoras de Barbosa Leão não foram apenas conhecidas e discutidas em Portugal, mas também no Brasil, onde também foram recebidas com alguma contestação. José Ventura Boscoli, gramático e ortografista, conta-se entre os autores brasileiros que aludem à disputa entre os partidários do sonicismo ou sistema fonético e os seus detractores. Ao referir-se a essa polémica portuguesa, na sua **Orthographia** (1885), o autor rejeita liminarmente aquele sistema, tentando demonstrar, apoiado até na comparação com outras línguas, a improdutividade dos argumentos aduzidos pelos arautos da ortografia “sonica”, quando realça as dificuldades inerentes à congragação das diversas variantes linguísticas em torno de um único modelo gráfico, por um lado, e, por outro, a falta de comprovação das vantagens de um sistema sónico na redução do analfabetismo (a este, hoje acrescentar-se-ia ainda a chamada “iliteracia funcional”):

“O sonico deve ser de todo regeitado, porque, não só não teriamos nunca juizes competentes para decidir o pleito (e grande é a variedade no fallar – quer

em Portugal, quer no Brasil), sinão tambem porque com este systema cresceria o numero de homographos, o que seria um mal.⁶³

Em cada angulo de Portugal são grandes as desviações prosodicas, e o mesmo succede no Brasil entre as varias provincias.

A provincia da Beira do Alemtejo, Lisboa, S. Miguel e Extremadura, etc., muito differem entre si, e tambem é mui outra a pronuciação dos nortistas, se a compararmos com a nossa e ainda com o portuguez fallado em Africa (o reinol) (pp. 1-2). Teimam os partidarios da orthographia phonetica, em que mais facil será o estudo ás pobres crianças sacrificadas aos methodos hodiernos de leitura. O proprio Sr. João de Deus exclama condoido da sorte de seus discipulos, e para comprovar o seu asserto avesso á orthographia etymologica – que nenhum menino será capaz de ler só por si a syllaba *phão*, ainda quando mãe carinhosa lhe diga reiteradas vezes os elementos componentes – *p-h-a-o* til –. O argumento não produz. A orthographia franceza não é mais facil que a nossa, mormente se attendermos ás imprescindiveis regras de accentuação; a ingleza é muitissimo mais difficultosa que a portugueza, por cauza dos varios sons das vogaes e das muitas letras mudas – verdadeiros empachos; e, todavia, onde está a instrucção nacional mais adiantada do que em França, Belgica, Suissa e America do Norte? (pp. 4-5). Hoje a orthographia já está muitissimo mais regularizada, mas convem que um tribunal competente decida e estatua o verdadeiro modo de escrever todos os vocabulos, para que desapareçam de todo as muitas divergencias que ainda se notam. No declinar do anno de 1877, tentou-se em Portugal, da reforma orthographica; a maioria da comissão pendeu para a phonetica. «As questões foram mal tratadas, as objecções não respondidas» e o problema ficou ainda sem solução” (pp. 6-7).

De facto, as várias tentativas de fonetização ortográfica, tanto moderada como extrema, parecem estar irremediavelmente condenadas, visto os autores caracerem de soluções consensuais e adequadas à representação simultânea das variantes individuais e dialectais. Isso explicar-se-á pelo facto de essas propostas não visarem o sistema fonológico, mas sim as suas realizações fonéticas, e por isso difficilmente poderiam recolher o consenso dos autores. Ao mesmo tempo, as propostas de base fonética ou sónica não pareciam garantir a continuidade do vínculo genético e histórico com os sistemas gráficos de outras línguas românicas, indo ao ponto de

⁶³ Sem quaisquer comentários, em nota de rodapé aponta os autores e obras seguintes: “Barboza de Leão – Orth. no sentido sonico; Pacheco Junior – Revista Brasileira e Imprensa Industrial; L. Coelho – sobre a introdução ao Dicionario”.

romper com tradição, como se verifica em Corte-Real. Na verdade, pelo menos nas línguas com uma longa tradição escrita, as propostas de reforma ortográfica em sentido predominantemente fonético são presididas por uma idealização quimérica da escrita, como sublinha Vendryès:

“Et cependant jamais une orthographe n’a exactement reproduit le langage parlé. Imaginons une orthographe dite phonétique, enrichie de caractères variés, pourvue de signes diacritiques; elle ne permettra pas à quelqu’un qui n’aurait pas entendu parler la langue d’en réaliser parfaitement la prononciation. (...) Si l’on poussait à l’extrême le principe de l’orthographe phonétique, on aboutirait d’ailleurs à constituer presque pour chaque langue des systèmes de signes différents. Car il ya a bien peu de langues qui aient exactement les mêmes systèmes vocalique ou articuloire. (...) Cela conduit à multiplier à l’infini les signes de l’orthographe (...). Ajoutons que les systèmes orthographiques les plus parfaits ne rendront jamais compte des particularités dialectales (...). La principale raison des crises orthographiques, et le meilleur témoignage de la différence qui existe entre la langue écrite et la langue parlée, est dans l’impossibilité où se trouve l’orthographe de suivre le mouvement de la langue. La langue parlée évolue sans cesse. La langue écrite est au contraire et par définition conservatrice, non seulement parce qu’elle est l’expression concrète de la langue commune, normalisée par les grammairiens, mais parce qu’elle ne peut pas se transformer aussi vite que la langue parlée. Certes la tradition st une chose forte, quand elle est défendue par l’école, par la littérature, par l’accord des gens cultivés. Et pourtant la tradition n’est pas ici se seul obstacle aux transformations de la graphie. La fixité est une nécessité de la langue écrite; celle-ci représente une langue idéale, qui a été arrêtée une fois pour toutes” (*Le Langage*, pp. 363-364).

Na sequência das **Considerações** (1875) e da reacção negativa da Junta Consultiva de Instrução Pública, levando o ministro à sua rejeição, Barbosa Leão procurou criar um movimento de apoio à reforma. Para isso, dois anos mais tarde, em 27 de Maio de 1877, no teatro Príncipe Real do Porto, promoveu uma reunião pública, cujo objectivo era *concorrer para que se procurasse remédio a um grande mal, a um mal que é forçozo reconhecer e lamentar: o estado anárquico da língua em matéria d’ortografia, por falta d’ortografia normal* (1879, p.3), e à qual assitiram representantes de variados sectores da sociedade portuense, conforme noticiava um jornal da época:

“Foi uma assembleia das mais concorridas que temos prezenciado: vimos quázi todos os lentes da Politécnica, da Escóla Médico-Cirúrgica e do Seminário,

professores do Liceu, diretores de colégios, professores particulares, representantes e colaboradores de todos os jornais do Porto, escritores, médicos, juriconsultos, abades e outros eclesiásticos, farmacêuticos, comerciantes distintos, divéras autoridades civis, industriais, estudantes e muitas de representação e respeitabilidade”⁶⁴.

Na sessão acima referida, viria a ser eleita uma comissão encarregada de estudar a reforma⁶⁵, integrada pelo próprio promotor da reunião, José Barbosa Leão, pelo presidente Adriano de Abreu Cardoso Machado (1829-1891), o Conde de Samodães (1828-1918), Manuel Filipe Coelho, Manuel Maria da Costa Leite, Agostinho da Silva Vieira (1825-1899), Francisco de Faro Oliveira, Delfim Maria de Oliveira Maia (1829-1887) e Eduardo Augusto Falcão, de cujos trabalhos resultou o **Parecer da Comissão de Reforma Ortográfica**, apresentado e aprovado em sessão pública de 23 de Dezembro do mesmo ano (1877). Esse parecer seria depois remetido para a Academia Real das Ciências, única instituição que poderia autorizá-lo e promover a implantação de uma reforma⁶⁶. Na verdade, havia muito que era esperada, e desejada, a intervenção daquela agremiação, como no-lo demonstram as palavras de António Vaz Velho (1856), ao referir que “(...) admira o descuido da nossa Academia, em não ter já determinado as simples e uniformes definições de huma singella, e correta Ortografia; pois o seu voto, e deliberação do governo nos

⁶⁴ O comentário à esta reunião é reproduzido não só no **Parecer da Comissão de Refórma Ortografica** (Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira), de 1877, mas também no opúsculo intitulado **A Academia Real das Ciências de Lisboa e a Comissão de Refórma Ortográfica do Porto** (Porto, Imprensa Portuguesa), que veio a lume em 1879, assinado pelo próprio Barbosa Leão. Ali o sónico dá conta do diferendo de opiniões entre aquela instituição e a Comissão portuense, atacando em especial o seu relator Latino Coelho.

⁶⁵ Segundo informação de Ernesto Carlos Rosa, em artigo publicado no *Primeiro de Janeiro* de 7 de Janeiro de 1889, incluído entre as **Cartas e publicações relativas ao fallecido Dr. José Barbosa Leão que, em memória do seu saudoso irmão reuniu e mandou imprimir Manuel Barbosa Leão**, Porto, Imprensa Commercial, 1889, p. 64.

⁶⁶ No Parecer esclarece-se: “Que se represente á Academia Real das Ciências, pedindo que éla dóte a língua com uma ortografia normal, adõtando o sistema proposto”. Segundo informação de Barbosa Leão (Colêção, 1878, p.108) também a Associação Tipográfica Lisbonense se teria debruçado sobre o Parecer da Comissão do Porto; na convocatória de uma reunião daquela agremiação para discussão de tal assunto, lê-se o seguinte: “Propomos que se convoque uma reunião extraordinária da assembleia jeral, á qual sêjão convidados a assistir não só os membros d’esta associação, como tambem os jornalistas, ómens de letras, professores de portugûês, etc., a fim de se rezolver se convirá representar á academia real das ciências de Lisboa, pedindo que dóte a língua com uma ortografia normal; tomando-se ou não por baze as concluzõis do incluzo parecer da comissão portuense de refórma ortográfica, de que se tem ultimamente ocupado a imprensa periódica”. Note-se que Barbosa Leão transcreve este trecho com o seu sistema gráfico.

podia tirar desta vacilação de arbitrios mais bem, ou mais mal fundados, em que jazemos desde o seu começo” (Serão 2º, p. 7).

Retomemos o Parecer da Comissão Portuense. Em sessão de 5 de Fevereiro de 1878, a Academia decidiu constituir uma comissão para apreciar o referido relatório; dela faziam parte cinco académicos: José Maria Latino Coelho (relator), Manuel Pinheiro Chagas⁶⁷, António Maria Couto Monteiro⁶⁸, António Augusto de Teixeira de Vasconcelos⁶⁹, Daniel Augusto da Silva⁷⁰. Os resultados dos trabalhos desta comissão académica foram lidos em sessão de 6 de Fevereiro de 1879, pelo seu relator, Latino Coelho, sem que a Academia se tivesse debruçado sobre o Parecer da Comissão do Porto, vindo apenas a lume o **Parecer apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre a Reforma Orthographica. Proposta pela Comissão da Cidade do Porto**⁷¹. Afora este relatório, Latino Coelho apresentara anteriormente um outro (Lisboa, Typ. da Academia, 1870), respeitante ao projectado **Diccionario da Academia**⁷², ao qual responderá, no mesmo ano, F. Adolfo Coelho (1847-1919), com o opúsculo intitulado **O Relatório do Sr. Latino Coelho ácerca do Diccionario da Academia examinado por (...)** (Lisboa, Travessa da Victoria, 71, 23 de Novembro de 1870), onde tece várias considerações críticas sobre o sistema gráfico que o académico propunha para o referido Dicionário:

“O sr. L. C. tenta mostrar as conveniencias da orthographia etymologica, e eis o que assenta sobre o systema orthographico a adoptar no diccionario: «No estado

⁶⁷ Natural de Lisboa, viveu entre 1842-1895; dotado de notável erudição foi uma figura destacada das letras, como romancista, historiador, e político do seu tempo, tendo exercido funções de ministro da Marinha. Era sócio efectivo e secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa.

⁶⁸ Nascido em Coimbra, em 1821, este homem de letras era jurisconsulto e académico; deixou artigos em jornais literários e trabalhos sobre legislação. Morreu em 1896.

⁶⁹ Natural do Porto, viveu entre 1816 e 1878; era escritor e jornalista, tendo também exercido como governador de Vila Real.

⁷⁰ Oficial da marinha e matemático, nascido em Lisboa em 1814, era professor da Escola Naval e sócio da Academia Real das Ciências, em cujas *Memórias* estão publicados alguns dos seus trabalhos sobre assuntos de matemática; morreu em 1878.

⁷¹ Nas duas edições deste Parecer verificam-se diferenças no que aos seus assinantes respeita: numa aparecem as assinaturas de Pinheiro Chagas e de Latino Coelho e na outra figura também a assinatura de Couto Monteiro. A verdade é que Latino Coelho havia continuado os trabalhos, mesmo depois da morte dos seus confrades Teixeira de Vasconcelos e Daniel Augusto da Silva.

⁷² Pertencente do espólio de Alexandre Herculano, uma obra inacabada do conselheiro André Joaquim Ramalho e Sousa foi adquirida pela Academia, que vinha preparando os manuscritos para publicação desde 1870. O relator da comissão “encarregada de propôr á Academia Real das Sciencias de Lisboa o modo de levar a effeito a publicação do Diccionario da Lingua Portugueza era Latino Coelho. Previsto estatutariamente, o projecto de um Dicionário académico remontava à função da Academia, tendo apenas sido dado à estampa um volume (Letra A), em 1793, obra que ficaria inacabada devido ao seu carácter enciclopédico; em 1993 saiu uma reimpressão comemorativa do bicentenário desta publicação.

presente da questão e do uso n'este assumpto, parece á commissão dever preferir-se a orthographia etymologica para as palavras, que tomámos do latim sem alteração, ou como foi mais frequente, com a desinencia alterada. Para as palavras romanicas, ou provindas do latim, mas com alterações mais ou menos profundas, a orthographia usual parece preferivel. Os termos gregos poder-se-hiam escrever sempre com a orthographia classica.» Assim a orthographia do dictionario da Academia basear-se-ha n'uma parte sobre a etymologia, que não dá, n'outra sobre o modo de escrever usual, elle proprio, não tendo norma e variando a cada passo, a orthographia do dictionario será tão incoherente como a orthographia actual. Demais a recta orthographia das palavras cuja etymologia é perfeitamente clara, que só divergem das latinas de que proveem na terminação depende do conhecimento da phonica da nossa lingua. *Razão*, que provem de *ratione*, deve-se escrever com *z* ou com *s* ? As questões d'este genero só a historia dos sons da nossa lingua poderá resolvel-as, e d'ellas não falla o relatorio” (O relatório do sr. Latino Coelho, 1870, p.16).

A este relatório de Latino Coelho sobre a metodologia e os princípios a seguir na preparação do dicionário manuscrito de Ramalho de Sousa, que a Academia pretendia publicar, seguir-se-á outro do mesmo relator, em 15 de Fevereiro de 1871, no qual pouco consta acerca da ortografia, aspecto da técnica lexicográfica cuja repercussão no produto final o académico parecer desatender, se não mesmo minimizar ao dizer:

“A orthographia, que deverá seguir-se no dictionario, deve fazer objecto de uma proposta especial, que brevemente terei a honra de apresentar á Academia. A pouca demora que haja n'este assumpto não impede porém, que se comecem desde já os trabalhos de revisão e redacção, porque para concordar com a orthographia adoptada a que provisoriamente empregarem os revisores das provas de cada folha de impressão” (apud Barbosa Leão, *Collecção*, 1878, p.116).

A réplica de Barbosa Leão a tão brevíssima nota sobre este aspecto da confecção dicionarística incidirá justamente na lacuna metodológica, pois sem uma normalização gráfica e a definição de um sistema ortográfico, qualquer que seja o seu recorte a revisão prevista pelo académico, no entender do sónico, seria morosa, com o conseqüente atraso na publicação do dicionário. Nos alvares do século XX, Augusto Pinto Duarte de Vasconcelos, autor do curioso **Diccionario Homophonologico da Lingua Portugueza** (1901), referir-se-á de forma incisiva à

demora na elaboração do dicionário académico, cujo *famoso parto* considera um mito (p. IV).

As críticas à falta de intervenção das instituições com responsabilidade em matéria de fixação ortográfica verificam-se, portanto, muito antes da eclosão pública da “questão ortográfica”, graças à acção da Comissão Portuense: de facto, já em 1844 o madeirense F. de Andrade Júnior, nos **Principios de Grammatica Portugueza** (pp.274-275), publicados no Funchal, lança uma farpa à inoperância quer da Academia, quer da Universidade, deixando *cada um seguir a sua opinião, quando para isso lhe sobrem razões*.

Polémicas, réplicas e trélicas à parte – ainda as retomaremos episodicamente em outros momentos –, no que às soluções diz respeito, é de notar que, no essencial, o conteúdo do **Parecer da Comissão do Porto** (1877) não diverge da anterior proposta de Barbosa Leão (1875), embora ali tenham sido introduzidas algumas alterações: 1. componente mais forte de acentuação gráfica, no que se refere às vogais átonas abertas, que aqui passam a ser acentuadas (*àcerca, esquècer, mòrdomo*); 2. excepções à acentuação gráfica, representadas pelos vocábulos em <-al, -el, -il, -ol, -ul; -ar, -er, -ir, -or, -ur>, salvo as formas verbais seguidas de pronome (*vêl-o, comêl-as*), os ditongos grafados com <ái, áu> os monossílabos e em dissílabos (*caixa, fraude*), e as vogais orais penúltimas seguidas de átona desde que não constituam hiato; 3. a criação de novos sinais capazes de representar a realização do vocalismo, em particular “sinais privativos” para a transcrição de [a], [ɛ], [ɔ] e de [α], [e] assim como *ligaduras* vocálicas para representar os ditongos orais⁷³ (*Para representar os ditongos orais emprégão-se caratéres próprios, formados das duas respétivas letras ligadas convenientemente*, 1877, p.8); 4. aplicação do grafema <x> para representar exclusivamente a palatal surda [ʃ], antes também grafada com o

⁷³ Nesta linha reformista, prevendo a criação de novos sinais e implicando não só uma ruptura com a tradição gráfica anterior como também uma revolução tipográfica, enquadra-se a proposta de José Jorge Paranhos da Silva, publicada no Rio de Janeiro, nos anos 1879-1880, quer dizer, na mesma época em que Barbosa Leão verberava o Parecer da Academia em resposta ao Relatório da Comissão do Porto. A obra do brasileiro intitula-se **Systema de Orthographia Brasileira** (Rio de Janeiro, 1880). Nela encontram-se poucas referências directas a Barbosa Leão e à Comissão do Porto. Sobre o sistema fonográfico deste brasileiro, cf. *infra*, 2.1.9.

dígrafo⁷⁴ <ch>; 5. a criação de um sinais específicos para a representação das palatais nasal e lateral, ainda que não sejam apontados, e bem assim para as vibrantes simples e múltipla (mais tarde, depois fundidos os tipos necessários, esses grafemas virão usados pelo reformador sonicista, cf. **Elementos**, 1886); 6. para facilitar a implantação da reforma, são adoptadas, a título transitório, as soluções seguintes: a. uso do trema quando o suporte vocálico das sequências <qu^e, i, gu^e, i> é articulado, representação da oclusiva surda por <c^{a, o, u}>, embora devesse ser grafada com <q>; b. uso provisório de <cc> em vez de <qce>, a solução proposta pelo reformador; c. para a vibrante forte conservar-se-á o grafema duplo <-rr->, e outro tanto a respeito de <-ss->, correspondente à sibilante surda em posição intervocálica (p.14).

Contra o projecto de reforma da Comissão portuense, os argumentos aduzidos pela Academia das Ciências de Lisboa são basicamente de natureza filológica e fonética, concorrendo todos para a manutenção da componente etimológica do sistema gráfico, uma vez que “*a etymologia é a genealogia dos sons articulados. a escripta etymologica é como se fôra os tutulos, os pergaminhos, os stemmas, os brasões, d’onde consta a antiguidade e nobreza da palavra*” (**Parecer**, 1879). De facto, os académicos propuseram-se fazer a demonstração das condições prévias à definição e fixação um sistema sónico ou fonográfico, a saber, o estudo científico dos sons do português, estudo esse que ainda se encontrava por fazer, visto que só em 1892⁷⁵ Gonçalves Viana apresentará uma descrição, minuciosa e sistemática, do português-padrão, no estudo intitulado **Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros**.

Esse argumento é desenvolvido e justificado como se segue:

1. “*a primeira condição, essencial, impreterivel, para que a representação escripta da palavra seja puramente phonetica, é que tenhamos previamente apprehendido e acabado a analyse correcta, rigorosa, scientifica, dos sons articulados*” (**Parecer**, 1879, p.15); 2. *o principio fundamental da orthographia phonetica é a subordinação da*

⁷⁴ O termo *dígrafo* (digrapho) encontrá-lo-emos em Jacob Bensabath (1882), para fazer referência a uma sequência vocálica que forma ditongo, sentido bem distinto, portanto, daquele que hoje lhe dá a grafemática.

⁷⁵ Já antes desta data, publicara Gonçalves Viana outros estudos como: *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d’après de dialecte actuel de Lisbonne*, **Romania**, XII, 1883, pp. 29-98 (reimpr. 1973, **Estudos de Fonética Portuguesa**, Lisboa, IN-CM); *Portugais, Le Maître Phonétique*, 1889, pp.79-80.

escripta á pronunciação. a genealogia, a historia, a evolução de cada palavra já não tem, não podem ter nenhum valor. (...) Porque é sabido, que por unica, uniforme, que seja a lingua de uma nação das que tem um só idioma, são tantas pelo menos as variantes da pronuncia, quantas as regiões em que o seu senhorio se reparte, e onde as tradições, os habitos, os costumes, as procedencias ethnologicas, as affinidades com os paizes comarcãos, imprimem á povoação um caracter provincial, distincto, autonomico moralmente. Qual será pois a prosódia, que elegeremos como padrão para lhe referirmos a nova orthographia ? A do Minho ? A da Beira ? A do Algarve ? A de Lisboa ? (...) (p. 17). 3. Á analyse dos sons que não está feita, teria pois de seguir-se a fixação definitiva da pronuncia. e que esta determinação preliminar de um systema phonico de orthographia, o está denunciando a propria Commissão Portuense em seu Parecer tomando como postulados em muitos dos exemplos que elegeu, certas maneiras de pronuncia, que não podem seguramente aquilatar-se como de boa lei pelos que se presam de bem pronunciar”⁷⁶ (idem, pp. 17-18).

Uma parte da argumentação acima prende-se com a variedade das pronúncias, e, conseqüentemente, com o problema da escolha de uma variedade regional como modelo para a fixação de um sistema sónico, aspecto que Barbosa Leão (1882) resume, por seu lado, a uma diferença de *entoação de sons*, dado que “só á diferença de pronúncia, que se léve em conta para o cazo da ortografia sónica, quando ouvér diferença de som; isto é, quando uns na sua pronúncia uzárem um som que os outros não územ na sua” (p. 5). De resto, se é verdade que o reformador declarara não pretender intervir na língua por via da escrita (*Óra, cumpre-me fazer notar, que me não propús senão a proclamar a eicelência da ortografia sónica, e a concorrer para que éla fosse adõtada; e que aceitei a língua como éla é, 1878, p.71*), não o é menos que a sua defesa da ortografia sónica deixa entrever a possibilidade de ela favorecer uma normalização da pronúncia (*Óra, adõtada que foce a ortografia sónica, por este simples fato axava-se estabelecida a pronúncia normal, e portanto avião dezaparecido as diferenças de pronúncia. Não averia mais senão erros de pronúncia, 1882, pp.5-6*). Os restantes pressupostos, oriundos quer do modelo histórico-comparativo, quer dos estudos de fonética, da acústica em particular, vêem-se reforçados, por um lado, pelo concurso da “lei da continuidade”, inerente à

⁷⁶ Estes pressupostos reflectir-se-ão na *Orthographia Etymologica e a Sonica* (Porto, Livraria Central, 1887), de Francisco José Monteiro Leite.

história e ao pensamento humanos, e pela doutrina da “descendência”, diametralmente opostas à teoria das catástrofes e da revolução, e, por outro lado, pelo papel conferido à escrita enquanto travão da “rápida e irregular variação” (p.21), uma vez que o “signal, de que a palavra escripta se reveste, é como se fosse a sua crystallisação, o que lhe imprime e lhe mantem a individualidade, e a está exemptando de seguir as continuas deformações da sua pronuncia e evitando a sua total degeneração”. A este propósito, o uso dos termos “organismo”, “organico”, “evolução”, “descender”, “descendencia”, “equilibrio virtual”, “leis”, entre muitos outros, diz bem da vinculação argumentativa dos académicos às teorias histórico-comparativas, em cujo âmbito o aspecto gráfico das palavras assume uma importante função de emblema do parentesco linguístico.

D. Agostinho de Sousa⁷⁷ (cf. infra, 2.1.3.), cujo texto constitui uma das mais curiosas reacções ao **Parecer** académico contra a Comissão portuense, ao mesmo tempo que apresenta uma das primeiras ocorrências do termo linguística entre nós, dará desenvolvimento à dupla vertente argumentativa – linguística e biológica – de que a douta agremiação se socorrera para refutar a possibilidade de um sistema sónico, no sentido de demonstrar, ao invés disso, a sua viabilidade e vantagens. Estava assim instalada a disputa entre o “partido dos etimológicos” e o dos “sónicos”. Nas palavras de Caldas Aulete (**Diccionario Contemporaneo**, 1881), etimológico militante, os últimos “em face da sciencia linguistica, representam o papel dos alchimistas da idade media, em busca da transformação dos metaes”. Do confronto ideológico entre as duas tendências dá-nos conta Francisco José Monteiro Leite no opúsculo intitulado **A Orthographia Etymologica e a Sonica** (Estudo critico por meio do qual se conhecem as vantagens da orthographia etymologica e as inconveniencias da sónica), publicado em 1887, com o qual veio terreiro para terçar armas a favor da primeira daquelas damas, brandindo convictamente os argumentos já expendidos no **Parecer** da Academia a favor do primado da etimologia⁷⁸.

⁷⁷ Vide: **A Orthographia Phonetica confirmada pela Linguistica e pela Biologia** (Porto, Typographia Alliança), de 1881.

⁷⁸ A “fonografia” é condenada neste opúsculo nos seguintes termos: “A phonographia tenta, em vão, corresponder, com exactidão, á orthophonia; porém, o signal graphico do alphabeto não tem um valor exacto da recta pronuncia d’uma lingua” (p. 16).

Antes desta polémica, também a imprensa se fizera eco das reformas preconizadas na **Memória** anónima (1875, em resposta à solicitação feita por Barbosa Leão no último parágrafo desse texto. Disso nos dá conta o autor em breve nota (**Esplicação**), incluída na **Colêção de Estudos e Documentos a favor da Refórma da Ortografia em Sentido Sónico** (1878, pp.71-72), na qual aponta as críticas e os comentários feitos em jornais (**Bèjense, Diário dos Açores**) e em revistas (**O Instituto**). Na verdade, o portuense considerava que as tipografias particulares deveriam assumir um papel decisivo na difusão de uma reforma em sentido sónico, substituindo-se, portanto, à Imprensa da Universidade e às imprensas oficiais, de molde a que a “revolução ortográfica” se estendesse da base em direcção ao topo, como sugere a dada altura:

“Em fim, se os de cima não julgarem dever intervir, os de baixo podem fazer muito, se quizerem. Os professores de portuguez, os escriptores particularmente os de livros didacticos, e os directores de typographias podem aqui influir muito e muito proveitosamente. Oxalá pois que se convençam de que o devem fazer. A nosso vêr, os directores de typographias, sobre tudo os d’aquellas onde se imprimem jornaes, podem influir tanto, que se nos antolha que embora com mais tempo e esforços, elles sós podiam realizar a importantissima reforma. Por consenso tacito do publico, possuem a faculdade de ter orthographia da casa: se pois cada um fosse introduzindo cada innovação ao passo que o julgasse a proposito, e sobre tudo se os de cada terra, se não os de todo o paiz, se puzessem d’accordo n’este ponto para fazer cada innovação simultaneamente, não duvidamos de que veriam o fim á grande obra dentro de poucos annos” (1878, p. 70).

Ora esta convicção de que a imprensa era crucial no processo de implantação de uma reforma, vê-se corroborada pela insatisfação manifestada pela associação tipográfica lisbonense, na pessoa dos seus sócios Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa e José Augusto Dias, autores de uma proposta cuja apresentação pública foi anunciada nos termos seguintes:

“Propomos que se convóque uma reunião extraordinária da assembleia jeral, á qual sêjão convidados a assistir, não só os membros d’êsta associação, como tambem os jornalistas, ómens de letras, professores de portuguezs, etc., a fim de se rezolver se convirá representar á academia real das ciências de Lisboa, pedindo que dóte a língua com uma ortografia normal; tomando-se ou não por baze as

conclusões do incluzo parecer da comissão portuense de reforma ortográfica, de que se tem ultimamente ocupado a imprensa periódica” (Apud *Coleção*, 1878, p. 108).

Apesar da negativa académica, em nome da Comissão do Porto, Barbosa Leão não se poupou a esforços para conseguir fazer aprovar o projecto de reforma por parte de uma entidade pública com suficiente influência para impor a sua oficialização. Desta feita, vai usar as suas prerrogativas de membro da Câmara dos Deputados, na qualidade de deputado por Angola, ao apresentar à Comissão de Instrução Primária⁷⁹, em 4 de Maio de 1880, um requerimento no sentido de ela apreciar o projecto portuense. A referida Comissão despachou o assunto para o ministro do Reino e este, por portaria de 18 de Novembro desse ano, solicitou parecer sobre a proposta ao Curso Superior de Letras, criado em 1859, e bem assim aos conselhos dos liceus. Quatro anos volvidos sobre o início da consulta às referidas instituições públicas, dirige Barbosa Leão novo requerimento ao Rei, datado de 8 de Janeiro de 1884, no qual solicita a divulgação, mediante publicação no Diário do Governo, dos pareceres dos conselhos dos liceus e do Curso Superior de Letras. Mais uma vez, perante a fraca resposta dos liceus nacionais⁸⁰, pois só oito, os de Angra do Heroísmo, Beja, Bragança, Évora, Horta, Leiria, Santarém e Viana do Castelo, haviam respondido à solicitação ministerial, Barbosa Leão viu baldado o seu intento de sancionar publicamente o projecto de que fora relator, tanto mais que a maioria dos liceus se manifestara favorável à ortografia usual então predominante, embora remetesse a questão da fixação do sistema gráfico para a Academia das Ciências. Note-se que o Liceu açoriano (em consulta de 15 de Janeiro de 1881), cujo director era então o também reformador António Moniz Barreto Corte-Real, foi o único a aceitar sem restrições a reforma, a tal ponto que a sua resposta foi escrita em “ortografia sónica pura” (*Elementos*, 1886, pp. 224-225), isto é, num sistema sónico

⁷⁹ Segundo Barbosa Leão (*A ortografia sónica e os Liceus e Curso Superior de Letras*, *Elementos*, 1886, pp. 220-221), esta comissão havia reconhecido que “seria sobremaneira útil uniformisar a ortografia da língua portugueza, e que muito são para louvar os esforços empregados por aqueles que neste sentido trabalhão. (...) Por iso rezólve por último a vósa comissão, que se déve apenas remeter ao governo a propósta do sr. deputado Barbóza Leão, para que o ilustre ministro do reino, no uzo das suas atribuições tome as providências que reputar convenientes, e ouça as corporações literárias interesadas na matéria, a fim de melhorar, quanto pósa, o estado anárquico, anómalo e injustificável da ortografia portugueza”.

⁸⁰ Tinham sido criados por Passos Manuel, em 1838, no âmbito da sua reforma da Instrução Pública.

mais radical (mas inconstante, diga-se também), criado e praticado pelo director angrense, como se vê nos seus projectos de reforma (cf. infra., 2.1.5.).

Dos argumentos aduzidos pelos conselhos liceais⁸¹, vale a pena apontar alguns, porquanto eles correspondem ao sentimento de uma parte das instâncias escolares do país a respeito do assunto: ao contrário do que recomendava a Comissão do Porto, o liceu de Angra propõe que a reforma seja implantada de imediato e sem reformas parciais, admitindo, porém, que a estratificação sócio-cultural se repercuta na ortografia, quer dizer, ao lado da ortografia *etimológica pura, para a jente de letras*, admite uma “sónica pura” para os outros cidadãos (p.224); apoiado no Parecer de Latino Coelho, o liceu de Beja manifestou-se a favor da ortografia etimológica, apesar de aludir ao *estado anárquico da ortografia portugueza* (p.225); o liceu de Bragança, cujo parecer é largamente comentado por Barbosa Leão (pp.227-234), depois de alguns argumentos contraditórios, é desfavorável à reforma portuense; mais taxativo do que o precedente, o liceu de Évora rejeita a *ortografia puramente sónica*, dado que a *escritura não póde ser o fiel retrato do som da palavra* (p.235); o liceu de Horta, depois de ponderar a possibilidade de ser implantada uma reforma ortográfica sónica⁸², remete tal iniciativa e, sobretudo, a decisão na matéria para as únicas instituições com autoridade científica, a saber, a Academia das Ciências e o corpo de catedráticos da Universidade de Coimbra; já o liceu de Leiria subscreveu inteiramente as considerações de Latino Coelho, relator do Parecer académico; para além de aludir à “falta de um dicionário nacional, que, na aprovado pelas competentes àutoridades literárias, regulase a pronúncia e com éla a ortografia fonética ou sónica, a decadência da língua, que perderia com a ortografia fonética os documentos da sua istória (...)”, o liceu de Santarém decidiu-se pela ortografia *etimológica uzual*; ao invés dos liceus precedentes, o de Viana do Castelo, sem rejeitar liminarmente a reforma sónica, considera-a contudo desvantajosa⁸³. Fica

⁸¹ Apenas temos conhecimento das respostas graças aos comentários de Barbosa Leão nos **Elementos de Gramática Portugueza** (1886, pp. 224-244), com transcrições dos pareceres em ortografia sónica.

⁸² Cf. **Elementos**, p. 236: “Que quando mesmo fosse urjente e realizável a criação d’uma nóva ortografia toda sónica, ainda assim, ficaria altamente defeituóza com o uzo d’uma profuzão d’acentos na maiór parte dispensáveis, e cuja falta (ainda que de um fosse) constituirião outros tantos sons ortográficos”.

⁸³ Cf. **Elementos**, p. 241: “Não obstante o que fica esposto, e supondo mesmo axar-se devidamente estudada e fixada a boa prozódia, não votamos pela dôção da ortografia sónica, única e pura; com quanto seja para dezejar, que seja levado muito em conta no escrever o módo de falar”.

assim provado o fraco acolhimento que a ideia de uma reforma sónica recebia das instâncias escolares, que não pareciam dispostas a contradizer a posição da Academia. A excepção chega-nos de Angra do Heroísmo, pelas mãos do reformador açoriano.

Finalmente, é de frisar que o espírito e a letra da reforma portuense tinham subjacente o problema da elevada percentagem de analfabetos em Portugal, ao ponto de Barbosa Leão, na conclusão dos *Elementos* (1886), reiterar um dos princípios fundadores do seu sistema sónico – *quanto mais simples for a ortografia, tanto mais facil será o ensinar e o aprender a ler e escrever* –, do qual parece depreender-se que ao estado da ortografia era imputado, pelo menos em parte, o estado de “iliteracia”⁸⁴ da maioria da população portuguesa, preocupação que se estendia, muito significativamente, ao Ultramar, a poucos anos do Ultimatum inglês (1890). Mas o repúdio da ortografia sónica em Portugal, vê-se reforçado por idêntica reacção em alguns ortógrafos brasileiros, como é o caso de José Ventura Boscoli (1885), já antes referido. Este ortógrafo invoca a variedade de falas locais e o aumento da homografia para rejeitar este sistema em proveito do sistema misto, ao mesmo tempo que contesta quer a posição ortográfica do pedagogo João de Deus⁸⁵ (cf. infra, 2.2.), quer a tendência perfilhada pela Comissão de Reforma Ortográfica do Porto⁸⁶.

⁸⁴ De facto, os dados contidos nos censos da população desde 1878, tinham tido um grande impacto entre professores, escritores, jornalistas e intelectuais da época, falando-se entre os republicanos em “vergonha nacional”; cf. Rui Grácio, *Ensino Primário e analfabetismo*, *Dic. de História de Portugal*, II, p. 392-397. Veja-se como Barbosa Leão, em 1886, faz eco dessa discussão sobre a alfabetização: “Quer-se que todos saibão ler e escrever; e bom será que seja assim. Mas para que isto se alcance, é indispensável que se torne muito fácil o aprender; porque não déve esquecer-ser, que a jente do povo necesita do trabalho dos filhos, os quais por iso comêção a trabalhar muito pequenos (p. 250); “A nósra língua, assim como não tem ortografia normal, tambem não tem prozódia normal; e se aquéla é indispensavel para a escrita, esta é-o para a escrita e para a fala. Pelo quê urje que se estabeleça tanto uma como a outra. (...) é indispensável não esquecer a urgente necessidade, que temos, d’aportuguezar o nóso grande domínio ultramarino, e que o mais poderoso dos meios para isto é o deramamento da lingua pátria, –ainda oje desconhecida ali por quâzi todos os indíjenas” (p. 251).

⁸⁵ Cf. p. 4: “Teimam os partidários da orthographia phonetica, em que mais facil será o estudo ás pobres crianças sacrificadas aos methodos hodirenos de leitura. O proprio Sr. João de Deus exclama condoido da sorte de seus discipulos, e para comprovar o seu asserto avesso á orthographia etymologica – que nenhum menino será capaz de ler só por si a syllaba *phão*, ainda quando mãe carinhosa lhe diga reiteradas vezes os elementos componentes – p-h-a-o til -. O argumento não colhe”.

⁸⁶ Cf. p. 6: “Hoje a orthographia já está muitissimo mais regularizada, mas convem que um tribunal competente decida e estatúa o verdadeiro modo de escrever todos os vocabulos, para que desapareçam de todo as muitas divergencias que ainda se notam. No declinar do anno de 1877, tentou-se em Portugal, da reforma orthographica; a maioria da comissão pendeu para a *phonetica*. «As questões foram mal tratadas, as objecções não respondidas» e o problema ficou sem solução”.

Como vimos antes, a reforma sónica fez verter argumentos de todos os géneros, inclusive especulações sentimentais, destituídas de rigor, e portanto, de qualquer valor linguístico-filológico: disso dá testemunho o artigo **A orthographia sonica e as minhas duvidas**, de Rosalino Cândido de Sampaio e Brito, no qual o autor proclama a superioridade da ortografia etimológica sobre a sónica, sem aduzir argumentos de ordem linguística ou avançar soluções concretas para invalidar a segunda em benefício da primeira, embora trate do problema da homonímia de forma não explícita (avia “haver”- avia “aviar”, *acender* “acender”- *acender* “ascender”, *sem-sem* “cem”, *imito-imito* “emitir”, *passim*); ao invés disso, deita mão de inusitados argumentos de foro religioso, como a relação do homem com Deus, por exemplo. De facto, Sampaio e Brito compara as consequências da ortografia sónica à situação do homem ateu e à liberdade sem leis, posto que esse sistema gráfico engendra barbaridades e asneiras, ao mesmo tempo que propicia a ignorância.

A reacção anti-sónica do autor resvala, porém, para o nível caricatural ou parodístico, quando comenta que “Esta é que ella [prudência] falta, não ao auctor da orthographia sonica, que esse está no seu direito, deffende uma criação sua; mas sim aos fanaticos seguidores de tal destempero, que não têm desculpa nenhuma possível, se sam medianamente instruidos, a não estarem doidos barridos” (p.10), acrescentando depois: “ (...) com *sc* não posso escrever, que isso é dos snrs. da sonica me chamarem burro, caturra, ignorante; mas se escrevo com um *c*, podem os que escrevem com *s*, chamar-me parvo – se escrevo com *s*, podem os que escrevem com dois *ss*, considerar me tolo, e se escrevo com dois *ss*, podem os que escrevem com *c*, ou com um *s* só, bradar-me = *estupido ! estupido !* =“ (p.11).

Apesar da pobreza argumentativa do autor e da ausência de um projecto próprio, distinto da preservação do *status quo* ortográfico, a verdade é que a intervenção de Sampaio e Brito na confrontação das duas correntes ortográficas diz bem da repercussão desta questão na sociedade da época, razão mais do que suficiente para ela constituir, na historiografia da língua portuguesa, uma das linhas dominantes da reflexão filológico-linguística-pedagógica, como adiante veremos. Além disso, o efeito mais duradouro de toda a acção propagandística barbosiana foi, decerto, o ter catapultado a questão ortográfica para a ribalta das discussões públicas

e institucionais, como bem salientava Cândido de Figueiredo⁸⁷, já depois da reforma de 1911.

De qualquer forma, de uma coisa não restam dúvidas: a enorme tenacidade de Barbosa Leão, o mais combativo de todos os sónicos, era inversamente proporcional à sua falta de rigor metodológico e à ignorância filológica manifestada nas suas propostas reformistas, como também notou José Leite de Vasconcelos⁸⁸, em nota necrológica sobre o relator portuense.

2.1.3. “A Orthographia Phonetica”

Amparado nos mais recentes conhecimentos nos domínios da Linguística e da Biologia e em resposta ao Parecer (1879) desfavorável da Academia, D. Agostinho de Sousa intervém na polémica para justificar o projecto da Comissão portuense: fundamenta a sua defesa da ortografia fonética (*Orthographia Phonetica*) nos aspectos de uma e de outra ordem que pudessem emprestar uma base científica ao sistema sónico, em particular ao da Comissão do Porto. Assim, logo na introdução do seu opúsculo, significativamente dedicado⁸⁹ aos académicos José Latino Coelho e D. Tomás de Carvalho⁹⁰ (1819-1897), D. Agostinho de Sousa manifesta – em

⁸⁷ Cf. *A Ortografia no Brasil*, 3ª ed. (1ª 1908), Lisboa, 1929, p. 83: “Baseada alíás nas melhores intenções, a propaganda de Barbosa Leão teve apenas a vantagem de chamar para a questão ortográfica a atenção de esclarecidos espíritos, e de conseguir que um dos principais periódicos portugueses, *O Primeiro de Janeiro*, adoptasse, e mantivesse até hoje, não a *sónica* de B. Leão, mas uma discreta simplificação ortográfica, sem *ph*, sem *th*, sem *y*..., etc.”.

⁸⁸ Cf. *Revista Lusitana*, vol. I, p. 388: “(...) O amor a abnegação mesmo, com que tractou aquella materia, promovendo conferencias, publicando livros e escrevendo infinitos artigos, tornou-o immensamente conhecido no país, ao mesmo tempo que lhe causou muitos desgostos. Para que se consiga implantar uma ideia, não basta porém só dedicação, é preciso tambem ter conhecimento pleno do assumpto: ora Barbosa Leão foi um apostolo desorientado, porque se regulava por opiniões antecipadas, em vez de se pôr ao correr dos estudos linguisticos modernos. Se pois é para louvar o seu zêlo, o seu desinteresse [?], o seu entusiasmo, o seu desejo de ser util, não se póde occultar que tudo isso foi improficuo. Não obstante, quem quizer fazer a historia da nossa orthographia, ha-de estudá-lo (...). Foi penna que dependesse tanto trabalho e tanto material sem proveito. Mas ao mesnos bem assente que poucos nas suas ideias se mostram tão devotados como Barbosa Leão se mostrou”.

⁸⁹ Na dedicatória (p. 5) diz o autor: “Permittam-me V. Exas que escreva os vossos na primeira pagina d’este modesto trabalho, não obstante manifestarmos n’elle ideias contrarias ás que V. Exas professam com respeito á questão da reforma da orthographia portugueza no sentido phonico, porque pensamos que a primeira condicção do progresso é alivre expressão de ideias contradictorias”.

⁹⁰ Médico, escritor, orador, era professor e director da escola médica de Lisboa e vice-presidente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Fez um discurso na sessão em que foi submetido à apreciação da agramação o Parecer da Comissão portuense. Do conteúdo do seu discurso, referido por Ramalho Ortigão, nas *Farpas*, sabemos que subscrevia os argumentos expendidos pelo relator Latino Coelho no Parecer.

ortografia etimológica – a sua adesão quer ao movimento sonicista, representado por José Barbosa Leão e pela Comissão de que este havia sido relator, quer à teoria “transformista”, sustentáculo da sua doutrina ortográfica. Com respeito às personalidades intervenientes na polémica entre a Comissão e a Academia, D. Agostinho de Sousa comenta que a “orthographia etymologica encontrou afinal nos snrs. Latino Coelho e Dr. Tomás de Carvalho o seu Platão, mas um Platão do século XIX, isto é, um homem que reúne a um tempo uma vasta erudição e um valente estylo cujo segredo só elles possuem” (p.8), acrescentando que “depois da brilhante defeza do Parecer da Commissão portuense, feita pelo intelligentissimo deputado o snr. dr. Barbosa Leão, poderiam parecer á primeira vista occiosas as considerações que vamos adduzir em favor da orthographia phonica” (p.10). Vários são os argumentos, de natureza linguística e biológica, expostos pelo autor. No primeiro domínio, D. Agostinho de Sousa analisa a questão da ortografia fonética à luz da “paleontologia linguística”, para demonstrar a “quêda de letras que não se pronunciam”, as “leis de permutação das letras”, a necessidade de serem criados novos caracteres e diacríticos, ao amparo da doutrina dos seguintes autores: Adolfo Coelho (*Theoria da conjugação em latim e portuguez*), Corssen (*Uber Aussprache, I*), Abel Hovelacque (*La Linguistique*), Baudry (*Grammaire Comparée des langues classiques*), Max Muller (*Leçons sur la Science du Langage*), Franz Bopp (*Grammaire comparée des langues indo-européennes, T. II*). De facto, o autor tinha a intenção de refutar, ponto por ponto, a argumentação de Latino Coelho no **Parecer** académico. Ainda do ponto de vista linguístico, um dos aspectos mais relevantes é a questão da determinação do padrão linguístico em que deve assentar o sistema gráfico: assim, ao contrário do **Parecer** da Academia, independentemente das variantes regionais, D. Agostinho de Sousa considera a existência de uma pronúncia “dominante”, possivelmente a da gente culta capital, que deverá servir de modelo ortoépico a qualquer sistema sónico:

“Permitta-nos o sr. Latino Coelho que lhe perguntemos igualmente se entre essas variantes de pronuncia não ha uma que seja predominante, que constitua por assim dizer o portuguez de lei, por isso mesmo que é usado pela sociedade selecta do nosso paiz ? e se ha, em virtude da lei da concorrência vital, não é esta que será escolhida pela natureza para sobreviver d’entre muitas *quae vocatae sunt* á vida ? (...) Então o sr. Latino pensa que a Commissão portuense se propõe

representar graphicamente todos os graus da escala que percorre uma vogal, todas as variações que ella soffre, mesmo as que passam desapercibidas para o geral dos homens ? Para isso effectivamente requiere-se a tal analyse quantitativa de sons de que nos fallava ha pouco o sr. Latino Coelho (...) (p. 39). A Commissão portuense não pretende estabelecer uma equação exacta, precisa, mathematica, entre a palavra escripta e fallada, porque tal pretensão seria simplesmente absurda e por conseguinte a orthographia phonica não tem de afinar pelos taes *teretes et religiosae aures*” (p. 40).

Daqui se infere, por outro lado, que a ortografia sónica é concebida, não como um alfabeto fonético, mas como um sistema supra-fonético, de correspondência fonológica, contemplando, por isso, todas as variantes diatópicas e diafásicas, numa espécie de “koiné gráfica” em que todas se possam rever. Nesse sentido, a concepção de S. Agostinho de Sousa não coincide com a de Barbosa Leão, uma vez que este atentava sobretudo na pronúncia da sua regional.

Já no campo da Biologia, D. Agostinho de Sousa avança argumentos que decorrem da “lei de associação de Perrier”, do “transformismo”, do conhecimento dos “órgãos rudimentares” e da “embryogenia”, amparados, desta feita, pelos estudos de August Schleicher (*La théorie de Darwin. De l'importance du langage pour l'histoire naturelle de l'Homme*, trad.), Charles Darwin (*De l'Origine des Espèces*, trad.), E. Haeckel (*Histoire naturelle de la Création, Anthropogenie*, trad.), e Carl Gegenbaur (*Manuel de Anatomie Comparée*), entre outros autores. Da transposição dos estudos naturalistas para o campo da evolução linguística, conclui o autor do opúsculo que a modificação e a adaptação, mesmo em matéria ortográfica, fazem parte do “progresso lento da natureza” (p.51), convicção que enunciara à partida, ao dizer que “linguística e a biologia não só se não oppõem, mas até fornecem elementos para uma grande lei inductiva de que a orthographia phonica não é senão uma applicação; que o estudo da phonetica demonstra de um modo evidente e peremptorio que a etymologia succumbiu empre que esteve em lucta com as influencias do meio, das raças, etc.” (p. 14).

O opúsculo **A Orthographia Phonetica confirmada pela Linguística e pela Biologia** constitui, por conseguinte, uma tentativa de desmontagem “científica” dos óbices que, de acordo com o Parecer académico, pareciam inviabilizar a aceitação do sistema propugnado pela Comissão portuense.

2.1.4. “Projecto de Orthographia Portugueza Reformada”

No mesmo ano em que eclodia a “questão da ortografia sónica”, com a reacção desfavorável da Academia (1879) ao projecto de reforma da Comissão do Porto, vem a lume outra proposta de reforma, intitulada simplesmente **Duas Palavras a respeito da Orthographia Actual e Projecto de Reforma**⁹¹ (Lisboa, Casa Portugueza). O seu autor, António Castanheira Nunes, na parte argumentativa do referido opúsculo, escrito em ortografia usual, embora bastante aliviada da componente etimológica, quebra mais uma lança a favor da “orthographia phonetica”. Ao explicar as razões da sua intervenção na polémica em torno da reforma ortográfica, evoca os nomes de outros reformadores em sentido mais ou menos fonético, a saber, Teodoro de Almeida (cf. I, 2.1.4.), D. José de Urcullu⁹², Castilho (António Feliciano, autor do **Método** conhecido pelo mesmo nome), e Barbosa (i.e. Barbosa Leão), para além de afirmar igualmente que a “questão da orthographia phonetica é uma questão nacional e humanitária” (p. 5). O aspecto fulcral da polémica radica, porém, na determinação dos sons da língua portuguesa e na forma como eles têm sido representados em conformidade com a tradição. Assim, devido às múltiplas combinações (*variações*, p.8) dos vinte e cinco sinais alfabéticos (cf. infra, 5.1., 5.2.), assim como ao til e a <ç>, existem cento e noventa e oito representações gráficas para trinta e um elementos fónicos (*os reaes da palavra portugueza*, pp. 9-10). Com base neste excesso de grafias, muitas delas redundantes ou sem funcionalidade, e no princípio da mudança como lei universal inerente a toda a actividade humana, Castanheira Nunes ilustra o processo de transformação a que o português sempre esteve sujeito ao longo da sua história, socorrendo-se para isso do testemunho de autores portugueses de épocas anteriores, como Duarte Nunes de Leão, Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo e Francisco José Freire, de cujas obras extrai abundante ilustração da

⁹¹ O opúsculo é dedicado a um académico, o Conselheiro José Maria da Ponte e Horta (1824-1892), natural de Faro, general e diplomata, que foi também governador de Macau, Cabo Verde e Angola.

⁹² Escritor espanhol que se radicou em Portugal, onde viria a falecer em 1852. É o autor de uma **Grammatica Ingleza para uso dos Portuguezes, reduzida a vinte e septe lições** (Lisboa), de 1830, com uma 2ª ed. “consideravelmente augmentada e corregida”, em 1848 (Porto, Typ. Commercial); cf. S. Cardoso, **Historiografia gramatical**, 1994, p. 214. Como “neógrafo”, isto é, praticante de um sistema reformado, Urcullu já havia sido referido em 1853 por J. A. de Sousa, articulista de **O Instituto (Jornal Scientifico e Litterario)**, vol. I, p. 385.

mudança linguística (fonética, morfológica, sintáctica e semântica), no sentido de demonstrar a inevitabilidade da mudança mesmo em matéria ortográfica, ao arpejo da opinião dos puristas. Contudo, a doutrina de Castanheira Nunes não colide com o recurso à história da língua como matriz tutelar das soluções ortográficas de orientação sónica:

“Se, por um lado, a historia da lingua portugueza, desde o primeiro quartel do seculo XVI, nos informa da luta continua de dois partidos em materia de linguagem, puristas ou conservadores e innovadores ou progressistas, ella tambem nos deixa entrever, por outro, dois factos importantes para a solução do problema em questão, que são: 1º Que os signaes graphics, pelos puristos evocados da lingua latina, não eram meros atavios, destinados tão sómente a recordar a origem da palavra, mas sim signaes de elementos prosodicos, devendo pronunciar-se o *c* em *acto*, *tracto*, *facto*, *tincto*, *activo*, (...); o *b* em *subjeito*, *subterrar*, *subtil* (...). 2º Que, não obstante os esforços dos puristas, não só não prevaleceu essa orthographia, mas ainda, em muitos termos que vieram até nós reformados pelos puristas, ora se pronunciam, ora não, os signaes graphics evocados” (p. 16).

Assim, em conformidade com a história da língua, o sistema propugnado pelo autor exige duas condições prévias: por um lado, a simplicidade dos sinais que integrem o sistema, e, por outro, um dicionário prosódico da língua, onde se reunam informações relativas à pronúncia que “geralmente tem a gente polida”, se indique a etimologia e os significados das palavras. Em resposta aos obstáculos (a “pronuncia divergente”, por exemplo) à criação de um sistema simples e seguro, distinto do chamado sistema usual que não abriga os princípios acima referidos, Castanheira Nunes expõe o seu próprio **Projecto de Orthographia Portugueza Reformada** (pp.19-25). Nesta reforma, prevê o autor a criação de diversos sinais novos tanto para a representação do vocalismo, como para transcrição de certas consoantes, sendo que no primeiro caso a reforma se traduz na adopção de diacríticos (acento agudo, acento grave e os sinais > e < sobre as vogais), para marcar a tonicidade ou atonicidade das vogais, denominadas *predominantes* e não *predominantes*, e bem assim o seu timbre, respectivamente. Apesar disso, a grafia das vogais continua a fazer-se por meio das tradicionais unidades alfabéticas. Já caso do consonantismo, o autor atribui valores novos a certas unidades do alfabeto tradicional, como sucede

com <h>, agora com valor de [λ], e com <s>, apenas com valor de sibilante surda em qualquer contexto, e <z>, correspondente à sibilante sonora (ex. *caza*, *mizéria*) e à sibilante palatalizada (ex. *izpíritu*, *abaztada*, *animáiz*, *seuz*); mas também introduz novos sinais para grafar a palatal nasal <ñ> e a vibrante múltipla <√>, e < >, para marcar a nasalidade interior e final das vogais, uma vez que o til fica adstrito quer à representação da nasalidade dos ditongos <ãi, ãu, üi>, quer à das vogais seguidas de sibilante <ãz, ïz, õz, ũz>.

Note-se que <ñ> era interpretado como rasgo emblemático do sistema gráfico espanhol, motivo por que os ortógrafos portugueses raras vezes o integram nos respectivos sistemas, donde se conclui que Castanheira Nunes não avalia esta solução em termos de nacionalismo (orto)gráfico. Julgamos que o novo grafema <√> assentará uma antiga tradição manuscrita (o ângulo), segundo a qual esse sinal servia para inserir palavras omitidas por lapso.

Por outro lado, a oclusiva velar surda [k] e a sua correlata sonora [g] são representadas por uma única unidade (ex. *cè* que, *acele* aquele, *cabesa* cabeça), e o mesmo se observa com respeito às palatais surda e sonora (ex. *daixò* deixou, *axò-se* achou-se; *lejítima* legítima). Na verdade, esta proposta reveste-se de contornos de fonetização total, em certa medida semelhantes à actual transcrição fonética, como se conclui do uso de <u> para transcrever o valor da vogal átona (ex. *cumer*, comer, *curasãu*, coração, *acarisiadu* acariciado), da representação dos ditongos nasais [ãi], resultante da diferenciação de [ɛj], e [ãw], por meio das grafias <ãi> e <ãu>, em vez da representação tradicional (ex. *ãi* em, *cãi* quem, *bãi* bem; *sulidãu* solidão, *√ecurdasãu* recordação), ou da grafia da conjunção com <i>. Posto isto, admite que uma comissão de reforma venha a adoptar, em vez dos novos sinais acima indicados, outros mais “elegantes, de mais facil figuração, e mais significativos” (p.27).

No que concerne à aplicação deste sistema reformado, segundo Castanheira Nunes compete às escolas servirem de meio promotor e difusor, por incumbência oficial, à semelhança de outras aquisições modernas: “Decretar o systema d’orthographia reformada, como se decretou o systema de pesos e medidas, tornando-o obrigatorio nas escolhas de portuguez, será a ultima de-mão da obra da reforma, para que em pouco tempo o systema se generalise por todo o reyno. Os

povos, em muitas coisas , são como as crianças: até o bem precisa impõe-se-lhes, para ser recebido” (p.22).

2.1.5. O sonicismo açoriano

Com a mesma data do projecto de Castanheira Neves (1879) e também em reacção ao Parecer académico, vem a lume a **Notícia ortografica da qomição nomeada pela Aqademia Real das Çiencias de Lisboa açerca da reforma ortografica, qe lhe foi çubmetida por uma qomição qongregada na çidade do Porto em 1878** (Angra do Eroismo, Tip. Angrençe), de António Moniz Barreto Corte-Real⁹³, cuja militância no movimento sónico fica patente, desde logo, no próprio título. Essa **Notícia** fora precedida pela **Proposta de Reforma Orthographica** (Angra do Heroismo, Tip. Angrense). Reitor do Liceu e Comissário dos Estudos em Angra do Heroísmo, este autor proclamara-se partidário, desde 1876, de uma reforma radical do sistema gráfico português, num texto cujo título – **Reconsiderações sobre a Orthographia Portugueza** (Angra do Heroismo) – constitui uma réplica à **Memoria** anónima de Barbosa Leão, publicada no ano anterior (1875).

Porém, antes dos textos acima, em 1859, havia produzido o açoriano, que então se apresenta como “bacharel formado na faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra, Comissario dos Estudos e Reitor e Professor da 3ª e 4ª Cadeira do Lyceo Nacional do Districto d’Angra do Heroismo”, um **Epitome da Grammatica Portugueza**, no qual ainda seguia o sistema etimológico, visto ser a prática “dominante” (p.165), sem indícios de qualquer reformismo ortográfico; de facto, nesse epítome gramatical vigoram quer na doutrina, quer nas soluções gráficas os princípios basilares da ortografia etimológica ou da usual, a saber, a adopção dos caracteres portugueses nas palavras portuguesas (*enfadar, retalhar, tombar*); a manutenção do paradigma gráfico nas formas derivadas (*pé-peão; ância-ancíam; ódio-odíam*); e conservação da grafia original nas palavras importadas. Quanto às

⁹³ Era director do liceu de Angra do Heroísmo, o único que votou incondicionalmente a favor da implantação de um sistema ortográfico sónico, aceitando a existência de uma variação gráfica de índole diastrática, ou seja, um sistema mais culto para as camadas altas e instruídas, e outro, popular, para as camadas baixas e menos instruídas.

soluções, no **Epitome** o angrense estipula as regras seguintes: [u] átono final grafado com <o>; distinção de uso dos grafemas <s>, <c> e <ç> (*sapato, sorte, sumo; graça, cabeça, moço, coração, expulsão, impressão*, p.166), servindo o primeiro para marcar o plural de (*persas, árabes, povos, tribus*); distinção entre <g> e <j>; <s> intervocálico com valor de [z], salvo nos verbos *fazer, dizer, trazer*, e nos nomes em *-eza*; <z> final nas oxítonas em *áz, êz, iz, óz, uz*, e respectivos plurais (*az-azes, noz-nozes, cruz-cruzes*, p.167); a fricativa palatal surda [ʃ] grafada com <x> em início de palavra ou no interior, depois de vogal nasal ou ditongo (*xacoco, xadrez, xarope; enxugar, paixão, peixe, trouxa*, *ibid.*), mas <x> final vale [s] ou [ʃ] (*appendix, calix, duplex, simplex*); admite consoantes dobradas nas palavras “compostas” (*acceitar, affectar, agravar, allegar, appellar*, p.166); usa <h> inicial e interior, em conformidade com a etimologia (*habil, habito, homem, honesto*), e adopção das formas *um, é, cair, baú*.

Embora aliviado de alguns aspectos da componente etimológica, este sistema usual será posto em causa por Corte-Real, a partir do momento em que resolve intervir na questão despoletada pelo Parecer da Comissão do Porto (1875), encabeçada por Barbosa Leão, não só para examinar as soluções propugnadas pelo portuense como também para reivindicar uma radicalização da tendência reformista do portuense.

Sublinhe-se que as **Reconsiderações sobre a Orthographia Portugueza**, publicadas pela primeira vez em 3 de Julho de 1876 (4 p.), seriam republicadas em versão ampliada (7 p.), com a data de 11 de Maio de 1877, sem que o texto de 1876 tenha sido modificado, mas apenas acrescentado. No texto comum às duas versões, existem inclusive diferenças de ordem gráfica e/ou tipográfica, como o facto de na primeira aparecer o acento circunflexo a marcar a nasalidade do ditongo [õj], em vez do til, e de a grafia de *dithongos nasaes* surgir na segunda como *diphthongos nazaes*. A informação acrescentada ao texto inicial diz respeito sobretudo à identificação e à classificação articulatória das unidades fónicas do português: são apontadas vinte nove vogais (*vozes*) e vinte consoantes (articulações), distribuídas estas em cinco classes, a saber, as labiais *be, pe, me*, as dentais *de, te, fe, ve*, as linguais *ce, je, rre, re, se (is), ze, xe*, as palatais *le, lhe, ne, nhe*, e as guturais *gue, que*. Esta enumeração

tem em vista uma correcta e completa pronúncia-padrão, a qual lhe parece estar representada não apenas na fala da gente douta de Coimbra e de Lisboa, mas também em “(...) Angra do Heroísmo, antiga capital dos Açores, povoada e frequentada de gente da mais polida da côrte: cidades onde ha razão de se presumir haver n’ellas a recta pronuncia da lingua” (1877, p.13). De acordo com isto, nem a língua padrão, nem a sua representação gráfica contemplam fenómenos dialectais, como a epêntese de uma vogal anti-hiática em *ai agua, ai aula, ai igreja, nai arte* (ibid.), consideradas como *erros e vicios de pronuncia que se não devem legitimar*, ou a africada palatal *txe*, própria da fala de *gallegos e saloios*, realização que, segundo o angrense costuma provocava o *riso ou motejos de quem ouve* (ibid.). No entanto, o alfabeto apontado por Corte-Real continua a ser deficitário, porque compreende apenas 25 grafemas para grafar as referidas 49 unidades fónicas.

Afora estes aspectos, o reformador alude, por outro lado, a alguns recursos gráficos de natureza extra-alfabética – os acentos, a pontuação, a numeração e as abreviaturas (p.12). Note-se que a numeração e as abreviaturas têm natureza logográfica (por ex. 7 = sete, Glz = Gonçalves), visto remeterem para a palavra abreviada, em vez de se basearem na correspondência directa das unidades gráficas com o valor de cada uma; são, por isso, verdadeiros logo ou ideogramas, isto é, unidades indecomponíveis, na medida em que apontam para o plano do significado global do significante gráfico.

Escritas ainda em ortografia usual, a mesma que expusera e praticara no **Epitome**, as **Reconsiderações** (1876) fazem eco das **Considerações** (1875), dirigidas pelo cirurgião de brigada à Academia. Nelas enumera Corte-Real as diversas ortografias em voga – *etymologica, philosophica* ou *pronunciativa* e a *mixta*. O angrense abraça a segunda, tal como Barbosa Leão, mas sem subscrever totalmente a reforma do portuense; ainda assim, considera-a “um trabalho altamente apreciavel, que quando se não julgue perfeito para ser desde já adoptado, é certamente um excellent projecto de reforma orthographica, digno de ser submettido á discussão publica da imprensa, da academia real das sciencias e de todos os litteratos portuguezes; e porque não tambem das côrtes geraes da nação para ser a final convertido em lei do estado?” (p.1). Ao contrário da doutrina do **Epitome**, nas **Reconsiderações** defende uma reforma ortográfica assente na correspondência

biunívoca entre os planos fónico e gráfico, de molde a que uma unidade fónica seja transcrita por uma única unidade gráfica e vice-versa: para isso, é necessário naturalizar as palavras derivadas, à luz de um sistema nacional; eliminar as grafias etimológicas e das grafias duplas; conservar <h> apenas nos dígrafos portugueses <nh> e <lh>; manter a grafia dobrada <rr>, correspondente à vibrante múltipla; suprimir os grafemas <c, ch, k, y>, substituídos respectivamente por <ç^{a, e, i, o, u}, q, i>; representar o resultado da monotongação do ditongo [ow] pelo grafema <o>; usar o acento agudo com as funções do trema ou diérese.

A reforma assim apresentada divulgar-se-ia por meio das cartilhas de primeiras letras. A ilustração prática deste sistema fonético consistiu na transcrição de algumas estâncias de os *Lusíadas*. Nelas deparamos com soluções que o angrense não havia descrito teoricamente, relativas quer ao campo da representação vocálica, quer ao da representação consonântica: assim, em todas as posições, as vogais tónicas abertas são grafadas com acento agudo, e as fechadas, com circunflexo (*ólhus, formózus, fôgu, dôces*, p.4); as átonas iniciais e finais <e> e <o>, realizadas como [i] e [u], são transcritas por <i> e <u> (*istavas* “estavas”, *isqritu* “escrito”, *çuçegu* “sossego”, *anus* “anos”, *ibid.*), e bem assim a pretónica [u] (*qulhêdu* “colhendo”, *çuçegu* “sossego”); das dez sequências vocálicas apontadas – <ai, au, ei, éu, êu, ie, iu, ói, ôi, úi> –, nem todas, porém, representam ditongos; o ditongo oral [aw] grafar-se-á com <au> (*áus* “aos”, *mauru* “mauro”), e adopta as grafias <ei>, <eu>, <ei> e <iu> para os ditongos [aj], [ew], [ej], [iw] (*pai, çeus* “seus”, *respeita, qo'çe'tiu* “consentiu”). Os ditongos nasais [ãw] e [êj] ou [ãj], este último sem constar da lista, aparecem grafados de diversas formas, ao arrepio do princípio da redução da heterografia <âu-ayu>, <êi-eyi> (*meytiâu* “mentiam” - *erayu* “eram”, *êi* “em” - *eyi* “em”); pelo contrário, já para os ditongos [õj] e [üj] Corte-Real prevê uma única solução gráfica (*põi, müito*), a primeira das quais coincide com a proposta de Barbosa Leão. Afora o til, o circunflexo e o apóstrofe, o reformador angrense propõe que a nasalidade vocálica (vogais e ditongos) seja marcada nesta ortografia “fonética”, por <y>⁹⁴, como se vê

⁹⁴ Cf. 1876, p. 3: “Por falta de til serve o accento circumflexo, e tambem podia servir o y feito consoante nazal, como nas palavras *manto, mente, minto, monte, mundo*; *mãi, mão, pôe, munto*: *mayto, meyto, miyto, moyte, muydu*; *mayi, mayu, poyi, muytu*; e a apostrofe: *ma'tu, me'te, mi'te, mo'te, mu'du*; *ma'i, ma'u, mui'tu*. Escolha-se”.

em *veydo* “vendo”, *uy* “um”, *eyi* “em”, *faytasia* “fantasia”, *eyjeita* “enjeita” (p. 4), heterografia contrária ao princípio basilar da reforma – uma grafia para cada uma unidade fónica.

No campo consonântico, são mais evidentes os efeitos da redução da heterografia, com a conseqüente aproximação do ideal visado pelo reformador, já que só na representação das sibilantes se verifica uma elevada economia, traduzida na exclusiva transcrição de /s/ por meio de <ç>. Ora este grafema havia sido, no entanto, eliminado pelo soncionista portuense, à semelhança do que a finais da centúria anterior propugnara Nunes Cardoso (cf. supra, I, 3.3.1.), e de /z/ por meio de <z>, em todas as posições de ocorrência (*çuçego* “sossego”, *açezu* “aceso”, *çeus* “seus”, *dezejadu*, *qazar-çe* “casar-se”, *çezudu* “sesudo”); igual economia gráfica se obtém pela representação sistemática das oclusivas velares surda e sonora por meio de <q> e <g>, ambos sem suporte vocálico quando este é inarticulado (*qre'du* “crendo”, *deliqada*, *fraqa* “fraca”, *quidava* “cuidava”; *qe* “que” vs *quaydo* “quando”; *fôgu* “fogo”, *ça'ge* “sangue”,), pela adopção do grafema <j> para grafar a fricativa palatal /ʒ/ (*dezejadus* “desejados”, *çujeita* “sujeita”, *jéstu* “gesto”), e também pela supressão do dígrafo <ch> com valor de fricativa palatal surda, que passa a ser transcrita por <x>, embora a grafia dos vocábulos *desprezas*, *istranhezas* deixe entender que açoriano não atentava na palatalização da sibilante implosiva e final. Conserva, por outro lado, os grafemas históricos associados às palatais nasal e lateral (*sonhus*, *lhe*), mas suprimem-se, em proveito das correspondentes grafias simples ou das grafias nacionais, os grafemas e cultos grupos (ch, rh, ph, th, y, h), excepto quando articulados (*digno*, *dogma*), assim como as grafias dobradas (mm, nn, cc, etc.).

Afora os grafemas alfabéticos e seus diacríticos, do sistema constam também unidades do nível extra-alfabético, em particular da pontuação de palavra, como é o caso do hífen, dotado de função morfo-sintáctica ao ligar formas pronominais enclíticas ao verbo (*qazar-çe* “casar-se”), o apóstrofo, que permite assinalar a elisão de uma vogal, e se relaciona, por conseguinte, com a delimitação da palavra enquanto unidade acentual (*d'alma*, *d'alegria*), e a pontuação de frase, de que são exemplo os pontemas vírgula, ponto e ponto de interrogação, presentes no exemplo prático, embora esses níveis não sejam sequer mencionados pelo angrense.

Nos outros textos – **Proposta de Reforma Ortografica e Notícia ortografica da qomição nomeada pela Aqademia Real das Çiencas de Lisboa aerqa da reforma ortografica, qe lhe foi çubmetida por uma qomição qongregada na idade do Porto em 1878** –, publicados em 1877 e 1879, com o particular sistema do autor (Angra do Herosimo Tipografia Angrense), o reformador açoriano faz eco, em especial no segundo, do confronto entre a posição ortográfica da Academia, cujo parecer resume, e a da Comissão do Porto. Esses textos evidenciam, de resto, uma clara evolução das ideias ortográficas de Corte-Real, no sentido da militância sonicista, tanto mais que nas **Reconsiderações** o adjectivo *snico* não aparecera sequer uma vez, ao invés da **Notícia**, na qual o reitor do liceu angrense assume, declaradamente, a tendência sónica, quando diz que a “ortografia oniqa é a natural, porque representa os íons naturais da vz umana, e o convencional na forma grafoqa das letras” (p.8), e constitui uma “representação analitica,  para os íons articulados o qe a olfa  para os muzicais, representada qada vs e articulação por uma letra propria, qe o tem por nome o om qe representa”. No plano das soluções gráficas, este opúsculo de apenas onze páginas denota a regressão de algumas delas, em particular a relativa  realização da vogal pretónica inicial, grafada com <e>, por exemplo em *educou, espirito*, (p.1), modificação que pode ser interpretada ou como reavaliação dos valores dos grafemas em consequência da pronúncia subjacente ao sistema do açoriano, ou como desvalorização da extensão do princípio snico, ao menos em matéria de vocalismo, hipótese explicativa que se nos afigura, no entanto, menos plauzvel, posto que os testemunhos de outros autores da mesma época descrevem a realização de <e> já como [i], já como [e]. A recuperação de uma solução gráfica tradicional, facto a que se devem acrescentar notórias deficiências de revisão tipográfica, afecta a grafia da conjunção “e”, que ora aparece como <i> ora como <e>, e bem assim a vogal átona inicial de *espirito, esperiencias*, mas não atinge a sequência vocálica de *liniamento*. De facto, enquanto que nas **Reconsiderações** o “exemplo prático” apresenta as soluções <i> e <e>, e no texto doutrinal apenas <e>, na **Notícia** deparamos com uma situação mais incongruente, porque a conjunção copulativa  grafada sistematicamente com <e> (...*e aprendee-se...*, *os nomes propios e as palavras*), não obstante na exposição da doutrina ortográfica aparecer <i> (*specimen de isqrta puramente fonetica*). Tal regressão

estende-se à grafia do ditongo [ej] ou [ãj], mas não afecta, contudo, a solução sónica <ði>, respeitante ao ditongo nasal [ðj], por exemplo em *atenções, opõi, qondições*. Mantêm-se, no entanto, as soluções <x> e <j>, propostas nas **Reconsiderações**, para as fricativas palatais surda [ʃ] e sonora [ʒ], em *xóques, dejeneração, etimolojia*, por exemplo.

Sem deixar obviamente de ser sónica, a doutrina do angrense evoluiu entre 1877 e 1879, uma vez que algumas das soluções expostas na **Notícia** não haviam sido previstas ou praticadas na **Proposta de Reforma**: de facto, se em 1877 sugeria a generalização de <k> para grafar a oclusiva velar surda (*kestões urtografikas, akelas, kara*), já na **Notícia** opta por <q>, sem suporte vocálico em todas as sequências (*Aqademia, qe, qomo, qorrente*, p.5). Por outro lado, em 1879 generaliza o emprego de <ç>, que passa a grafar a sibilante surda em início e interior de palavra, em substituição de <s, ss, x>, em palavras como *inçençivelmente, çuborfinação, racionais, çó, esçeto* (p.11).

Dos princípios expendidos nas **Reconsiderações**, Corte-Real reforça em 1879 os seguintes, decerto inspirados no sónico Barbosa Leão: “(...) çeguir nesta esqrita a ortografia normal provizoria da qomição portuençe, aproçimada muito mais á çónica [sic] e reduzida, conçervando [sic] ainda o *e* quase *i* e o quasi *u*”.

A julgar pelo escasso número de referências ao autor, a repercussão do sistema do angrense no discurso e na doutrina metaortográficos do seu tempo não é sequer comparável com o impacto do sistema barbosiano, apesar do radicalismo da proposta. Das referências ao angrense, destacam-se sobretudo as de João Félix Pereira (1888), que nos sugere uma comparação da sua transcrição sónica de algumas estâncias de *Os Lusíadas* com a de Corte-Real:

“O dr. Antonio Moniz Barreto Corte-Real, reitor do Lyceu de Angra do Heroísmo, um dos mais conspicuos defensores da orthographia phonetica, tambem traduziu, em sonica, muitas das bellas estancias d’este episodio. Note-se a semelhança das suas traducções; o que parece, bem demonstrar a naturalidade da orthographia sonica. Proposta de Reforma Orthogr. p. 6 e 12” (p. 259).

Também Barbosa Leão a ele se refere, pelo que tudo leva a crer que Corte-Real foi conhecido sobretudo entre os correligionários do sonicismo, pois só encontramos menções a este autor nos seus textos.

Para além da concordância quanto ao princípio basilar da ortografia, do confronto do sistema do angrense com os de Barbosa Leão e de Castanheira Nunes, sobressaem soluções em que aquele e estes ora se afastam, ora coincidem: de facto, enquanto Castanheira Nunes propõe <s> como única representação da sibilante surda /s/, em qualquer contexto, Corte-Real adopta <ç> ou <c>, (*çoniku, çua, çangue, acim, cer*, 1877, pp. 5-6), mas ambos aceitam <z> para grafar /z/ (C.R., *izame, roza, piêdozo*, 1877 pp. 5-6, C. N., *mezez*, p. 23), correlata sonora da sibilante surda; em conformidade com o escopo fonético visado pelos três, Barbosa Leão propõe <q> para grafar a oclusiva velar, dispensando o suporte vocálico, embora não tenha abandonado, de imediato, todas as grafias tradicionais por esse grafema, deixando esse substituição para uma fase ulterior da reforma. Na **Proposta de Reforma Orthographica** (1877), o açoriano vai mais longe ainda ao propor a adopção sistemática de <k>, em vez de <q>, solução contrária à tradição, da qual decorrem grafias tão curiosas como *ikivalencias, itimologikas, pratiku, cekçu, xeke, retorika, kimica, kêda, kuja, krianças* (1877, p. 5). No entanto, Corte-Real virá a abandonar o grafema <k>, a respeito do qual já Castanheira Nunes observara: “(...) quanto ao k, porque esta letra não está, apesar da sua longeidade 'na lingua, ainda nacionalisada, vindo apenas em palavras d'origem grega e arabica” (pp.21-22).

Castanheira Nunes e Barbosa Leão coincidem, por outro lado, quanto à representação da fricativa sonora /ʒ/ mediante <j>, em todos os contextos, ficando o grafema <g> reservado para grafar unicamente, com ou sem suporte vocálico de acordo com a pronúncia (/g/ ou /gw/), a oclusiva velar sonora /g/; já quanto à representação da fricativa palatal surda /ʃ/, quer nos contextos em que ela provém da palatalização de grupos latinos (p. ex. CLAMARE > *xamar*), quer naqueles em que *x* era etimológico (latino ou de outra origem), verifica-se a convergência dos três reformadores em uma única solução – <x> –, salvo no que respeita à grafia da palatalização da sibilante em final de sílaba, aspecto em que Castanheira Nunes (*aiztremu, animáiz, mezez*, p.23) é mais radical do que Corte-Real (*reveste, rustiqo, istoria*, 1879, p.4-5).

Contudo, ao invés de Barbosa Leão⁹⁵ e de Castanheira Nunes, o açoriano não prevê a criação de grafemas específicos para a transcrição das palatais lateral e nasal; do mesmo modo, preserva as grafias dobrada e simples <-rr-> e <r>, para representar a vibrante múltipla intervocálica e inicial, respectivamente. De facto, aqueles dois sónicos, ao forjarem um grafema próprio para a vibrante múltipla⁹⁶, qualquer que seja a sua posição de ocorrência, e grafemas especiais para as palatais lateral e nasal, elevam os intuitos reformistas ao nível de revolução cali-tipográfica e põem em causa – muito mais Castanheira do que Barbosa – uma multissecular tradição alfabética. Com respeito à supressão das chamadas consoantes mudas, coincidem os três sistemas em apreço: Barbosa Leão (1875/1878) advoga a sua eliminação, independentemente de em certos casos elas constituírem diacríticos do timbre da vogal antecedente e de, em outros, serem articuladas com carácter facultativo (*transacção, collecção; percepção, adopção*, 1875, p.53), argumentos que não invalidam a sistemática supressão de tais grafemas nulos, nem o recurso a um acento para marcar o timbre vocálico (*ação, ator, predileção, redação, respetivo*, 1886, p.135). Esta solução apenas é praticada de forma extensiva em 1886, dado que a ortografia das **Considerações** (1875) era a usual, e na **Collecção** (1878) esta é contraposta à sónica, na qual não figuravam ainda, por indisponibilidade tipográfica, os novos grafemas propostos por Barbosa Leão. Corte-Real secunda-o no que à supressão das consoantes mudas se refere, desde que não se articulem, mesmo quando isso implica a marcação de um acento para efectivar o reconhecimento do timbre vocálico (*adótou*, p.1). Pela mesma solução acentual envereda também Castanheira Nunes.

⁹⁵ Cf. **Collecção**, 1878, p. 54: “Crear-se-hão pois dous signaes, que representem *lhe* e *nhe*. Estes constarão: para o primeiro da reunião do *l* e de *h* unidos superiormente por uma risca horizontal; para o segundo da reunião de *n* e *h*, reduzindo a uma só a perna anterior d’aquelle e a posterior d’este”. São esses os grafemas que aparecem nos **Elementos de Gramática Portuguesa** (1886).

⁹⁶ Cf. Barbosa Leão, **Collecção**, 1878, p. 57, nota 1: “Tendo reflétido em que o carácter novo que propús é de caligrafia difficil, lembrei-me de que o som áspero do *r* fosse representado por este carâter com o braço anterior dezendado para trás e para cima (*r*), formando uma vírgula ás avéssas que é o espirito áspero dos gregos. e assim o proponho. O carácter maiúsculo do *r* doce deverá ser o àtual caractèr maiúsculo do *r* com uma vírgula (*R*), que é o espirito brando dos gregos”; mais radical, Castanheira Nunes adopta <v>, mais ou menos correspondente ao sinal que, na tradição manuscrita, servia para acrescentar palavras omitidas por lapso.

Salvaguardadas as diferenças doutrinárias, note-se que a solução prevista pelos três reformadores só em parte poderia coincidir com a das **Bases** (1885), de Vasconcelos Abreu e Gonçalves Viana, na medida em que estes filólogos não sancionam a solução da supressão nos casos em que a consoante muda indica a abertura da vogal antecedente.

A aplicação do princípio da representação fonética às vogais átonas, praticamente inarticuladas, difere, no entanto, nos sistemas de Corte-Real e de Castanheira Nunes: este regista a vogal átona (*adiviña*, p.24), ao contrário do angrense, que opta pela sua supressão (*advinhar*, 1879, p.5).

Importa salientar uma consequência da aplicação do princípio da representação fonética, nos sistemas aqui contrastados, embora em diferentes graus: nenhum deles consagra a manutenção dos paradigmas gráficos, donde decorrem pares do tipo *pródigo-prudigalidade* (C.N., p. 23), ao contrário do princípio estabelecido pela reforma de 1911, na qual a vinculação histórica das formas gráficas é preservada, qualquer que seja a realização oral. Ora a relação paradigmática das formas aparentadas é um critério que implica claramente uma correspondência de carácter abstracto entre grafemas e fonemas, em vez de assentar na relação entre aqueles e as várias realizações fonéticas destes.

2.1.6. Outros sónicos

À questão ortográfica somaram-se outros autores, que ora contestam as diversas propostas, em especial a encabeçada por Barbosa Leão, ou confrontam o sistema sónico com o Parecer académico, ora propõem os seus próprios sistemas alternativos. Nesta última linha, conta-se precisamente João Félix Pereira, médico, agrónomo, taquígrafo e professor, que endereça uma **Carta sobre a orthographia portugueza dirigida ao sr. José Barbosa Leão, cirurgião da Brigada** (Lisboa, Imprensa da Bibliotheca Universal), na qual se mostra mais radical do que o seu destinatário. No mesmo ano em que Castanheira Nunes, o açoriano Moniz Barreto Corte-Real e, do outro lado do oceano, Paranhos da Silva, avançam projectos mais ou menos revolucionários, ao polígrafo Félix Pereira não passou despercebida a questão ortográfica.

À semelhança de Corte-Real, João Félix Pereira, antes de adoptar o sistema sónico já havia publicado, em 1863, umas **Primeiras Linhas da Grammatica Portugueza** (Lisboa, Typ. de José da Costa Nascimento Cruz), em sistema usual ou etimológico. A sua conversão ao sonicismo deverá talvez entender-se como uma tomada de posição na polémica instalada durante a década de setenta, que teve o seu auge no ano de 1879, a avaliar pela quantidade de textos metaortográficos então publicados: declarada a sua militância sónica na referida **Carta** (Camarate, 1 de abril de 1879). Mas a posição de Félix Pereira revestir-se-á também de um carácter pragmático ao produzir um **Vocabulário Sónico ou enumeração das principais palavras portuguezas** (Lisboa, 1888), com o qual procurava contribuir para a fixação e difusão do sistema sónico. Esta estratégia de divulgação assemelha-se, *mutatis mutandis*, à que presidiu à elaboração do **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa** (Lisboa, 1909; 2ª ed. em 1911, com a mesma data da anterior), de Gonçalves Viana, destinado a dar a conhecer o sistema gráfico propugnado e fundamentado na **Ortografia Nacional** (1904); o mesmo poder-se-á dizer acerca do **Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa**⁹⁷, no qual o Gonçalves Viana tinha em vista ilustrar as resoluções da reforma de 1911, aplicando-as a um corpus de 90.000 vocábulos.

Na **Carta sobre a orthographia portugueza, dirigida ao sr. dr. José Barboza Leão**, escrita ainda em ortografia usual, isto é, com consoantes dobradas, dígrafos cultos, etc., da qual existe na Biblioteca Nacional de Lisboa (COD. 6888) o manuscrito autógrafo com o mesmo título do impresso, João Félix Pereira dava testemunho da recente publicação da **Colêção de Estudos e Documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico** (1878), saindo em defesa do projecto do relator da Comissão portuense. Para isso, examinou os argumentos esgrimidos pelos etimológicos, em especial os referidos por Latino Coelho no Parecer académico, a saber: as dificuldades inerentes à determinação do modelo ortoépico português em que deve assentar a ortografia sónica, devido à variação da pronúncia de região para região; a falta de estudos científicos sobre a fonética portuguesa que sustentem o

⁹⁷ Teve sete edições: a 2ª, em 1913, a 3ª, a última, melhorada e aumentada em 1914 pelo autor, que falece nesse ano (Aillaud, Alves & Cª, em Lisboa); as 4ª, 5ª e 6ª, sem data, e a 7ª, pela Livraria Bertrand, também sem data, mas incluindo as alterações previstas pelo Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1931 (31 de Abril), pelo que só pode ser posterior a este.

projecto do portuense. A despeito dos aspectos acima referidos, contornáveis, segundo Félix Pereira, com base no poder decisório das corporações científicas do país, em particular da Academia, o autor reivindica a exequibilidade da *orthographia sonica*. No entanto, é mais radical do que o relator portuense relativamente a dois aspectos: quanto ao tempo em que a reforma se deveria realizar, e a algumas das soluções previstas por Barbosa Leão.

Ao invés do cirurgião de brigada, João Félix Pereira considera prejudicial que a reforma se processe em duas fases:

“Não opino como V. Ex., que se realize agora uma parte, e se deixe a outra para mais tarde. Parece-se, que todas as regras e preceitos da nova orthographia se achão tão estreitamente ligados entre si, fôrão um todo tão harmonico, ao uniforme, que a preparação dos espiritos, para a primeira parte, é quasi a mesma que para a segunda, de maneira que o individuo ou a corporação, que acceitarem a primeira parte, quererão tãoobem a segunda; e não se lhes deve tolher o passo, antes se deve aproveitar o ensejo; porque poderia succeder, que, depois de habituados a uma parte e não podendo usar da outra, por assim não estar determinado nas estações competentes, se afincassem áquella, a ponto que, para a dopção d’esta, se carecesse de nova cruzada” (pp. 5-6).

O polígrafo afasta-se do sistema sónico de Barbosa Leão pela identificação de doze vogais (á a ð é η ê e i ó ω ô u), presentes nas palavras *favo, pano, tenho, meda, peno, seda, medir, fita, moda, fome, moça e bule*, e pela rejeição da pronúncia *án* em vez de [ã], visto esta ser pronúncia regional minonitária; por outro lado, desatende o carácter geral da entoação nasal de *e surdo* (*pensamiénto, sentimiénto*), característica do norte de Portugal, e bem assim a realização de [ã] como [ĩ] (*incosto*), considerada viciosa, e, por conseguinte, inadmissível numa ortografia sónica. Além disso, Félix Pereira apenas identifica dez ditongos, patentes em *caixa, pauta, cordeis, peito, arpeu, comeu, feriu, joia, boi, fui*, respectivamente, excluindo portanto <ou>, que Barbosa Leão, baseado na pronúncia setentrional, opunha a <o>, por considerar a monotongação do ditongo uma pronúncia saloia⁹⁸. Félix Pereira discorda igualmente

⁹⁸ Cf. p. 10: “Serão dois sons diversos ? V. Ex., que tem, de certo, melhor ouvido do que eu, distingue-os; mas devo confessar a V. Ex., que todas as pessaos, tãoobem de bom ouvido, que sobre este ponto consultei, apresentando-lhes vocabulos, que o uso escreve com *ou*, e vocabulos que o mesmo uso escreve com *o* fechado dos segundos. V. Ex. entende, que quem escreve ô em logar de ou, em certas palavras, não representa a pronúncia da capital, mas só a genuina pronúncia saloia. Vivo, ha alguns annos, em uma aldeia de legitimos saloios, (Camarate), que não é longe de Sacavem e de Loures; e declaro a V. Ex., que, por mais diligencia que tenha feito, não posso achar, na boca d’esta boa gente,
Cont. pág. seguinte.

da descrição barbosiana dos ditongos nasais: de facto, devido à generalização dos rasgos da sua própria pronúncia setentrional, Barbosa Leão insistia na abertura quer das vogais, quer dos ditongos nasais (*cãĩ, mãe, mão*, devido); assim se explicam tanto a ditongação de [ẽ] tónico, como a realização de [ẽ] como [i], consideradas cultas e gerais pelo relator do Porto⁹⁹. Do mesmo modo, o médico e agrónomo refuta a distinção entre o ditongo nasal de *bem* e o de *mãe*, que parecem convergir para a mesma realização [ãj], apesar de estabelecer uma subtil distinção, patente nos exemplos *bõni* “bem” e *mani* “mãe”, extraídos do *Vocabulário Sonico* (1888), uma vez que a *Carta* só fornece os novos grafemas.

Já no campo do consonantismo, J. Félix Pereira afasta-se ainda de Barbosa Leão devido ao número de unidades identificadas (dezanove), e, embora concorde com ele quanto ao número total de elementos da língua portuguesa, dissente a respeito da realização da sibilante em posição final, tal qual ela é descrita pelo portuense; mas ao invés do portuense acrescenta as articulações *er* e *el* (*matar, farol*) reconhecidas em nome de uma acústica intuitiva.

Por último, no capítulo da acentuação, divergem as doutrinas expendidas por ambos os sonicistas: se Barbosa Leão prevê abundantes regras de acentuação, já J. Félix Pereira julga-as contrárias à natureza e aos princípios de um sistema sónico,

diferença alguma na pronúncia das syllabas, em que figura *ô*, comparada com a da gente douta da capital. E V. Ex. sabe, que já o visconde de Castilho, em Lisboa, e antes d'elle, Jeronymo Soares Barbosa, em Coimbra, (...) tãobem não encontrarão a diferença, que V. Ex. admite, entre os sons das syllabas finaes de *lavou* e *avô*. (...)."

⁹⁹ Cf. p. 9: "(...) dissinto de V. Ex., quanto à primeira entoação nasal. Não nego a existencia de *ân*, como tãobem não nego a de *ên* e *ôn*; mas o que é certo, é, que o *a* nasal aberto está, como V. ex. diz a respeito do *ên* e do *ôn*, realmente em grande minoria, comparado com o *a* nasal fechado. (...). Igualmente me não acordo com V. Ex. noutro ponto da mesma doutrina das entoações nasaes. V. Ex. crê, que só o vulgo dá entoação nasal ao e surdo; e a mim parece-se, que é tãobem uso, entre doutos, em algumas terras do norte do reino: pois a muitas pessoas letradas tenho ouvido essa pronúncia. São estas mesmas pessoas, que pronunção a entoação *ên*, pondo-lhe antes um *i*; e algumas, em lugar de *ên*, usão de *én*. Assim. em vez de *pênsar* *pênsamênto*, *sêntir* *sêntimênto*, dizem *pensar* *pensamênto*, *sentir* *sentimênto* *sentimênto*. Vê-se, pois, que o *e* nasal surdo pertence, ou á linguagem do vulgo, ou ao uso provinciano. Como linguagem do vulgo, deve rejeitar-se por defeituosa; como uso d'algumas terras de provincia, está em grande minoria; e por isso militão contra elle os mesmos argumentos, acima exhibidos contra as entoações *ên* e *ôn*. (...) Convenho, que bastantes pessoas esclarecidas assim falam. (...). Não obstante, parece-se pronunção viciosa, que muitas gente culta rejeita: e essas mesmas pessoas que dizem *incontrar* *incostar* *infadar* *inrolar* *interrar* *involver* etc., pronunção, geralmente, quando a estes vocabulos se junta o prefixo *des*, *desêncontrar* *desêncostar* *desênfadar* *desênterrar* *desênrolar* *desênvolver* etc., e não *desincontrar* *desincontrar* *desincostar* *desinfadar* *desinrolar* *desinterrar* *desinvolver* etc."

porquanto os caracteres gráficos, ao serem distintos para cada unidade fónica, não criam ambiguidade na notação do timbre vocálico¹⁰⁰.

Dos dados acima se conclui que as discrepâncias doutrinárias entre o cirurgião de brigada portuense e o médico lisboeta radicam em diferentes descrições da fonética portuguesa, posto que o segundo, apesar de contrariar algumas das soluções gráficas do primeiro, discute sobretudo as realizações fonéticas por aquele atribuídas ao português-padrão, pois muitas delas mais não são do que fenómenos regionais ou dialectais, como é o caso da generalização da abertura das vogais nasais, ou a realização do ditongo [ow]. Assim sendo, em vez de uma verdadeira refutação do ideal ortográfico sónico ou fonético, as divergências entre as propostas de J. Félix Pereira e as de Barbosa Leão derivam directamente da assunção de sistintos modelos ortoépicos por parte de cada deles: o portuense, como já dissemos, descreve o seu próprio dialecto minhoto, enquanto que o segundo, natural de Lisboa, atenta nas características da fala da capital, variedade tida como língua-padrão.

Passando do plano das propostas ao plano ideológico, vale a pena referir que o confronto das duas versões da *Carta*, a manuscrita e a impressa, põe de manifesto, mesmo sem lhes aplicarmos quelaquer metodologia de crítica textual, as poucas alterações introduzidas no texto manuscrito, designadamente pequenos cortes, correcções e acrescentos. De alguns deles se infere que Félix Pereira pretendeu atenuar as divergências entre os seus critérios e os de Barbosa Leão.

Apesar da filiação no sonicismo, declarada na *Carta*, nos *Synonymos e homonymos da Lingua Portugueza* (1885), com dedicatória a José Inácio Roquete, Félix Pereira retoma, devido à natureza específica da obra, o sistema usual, de base etimológica, embora mitigado por *manifestas tendencias para a sonica* (p.XI); com esta solução, Félix Pereira procurava evitar que a consulta da obra fosse prejudicada pelas modificações profundas do aspecto tradicional dos vocábulos. Ainda assim, o polígrafo lisboeta não deixa de insistir nas vantagens do sistema sónico quando

¹⁰⁰ Cf. p. 14: “Peço perdão a V. Ex., para dizer, que me parecem inteiramente inuteis todas essas regras; que me parece, não haver que estabelecer regras a respeito de accentos orthographicos; porque estes não devem existir na orthographia sonica: o accento prosodico deve ser indicado pela forma da respectiva letra. (...) Os signaes, denominados accentos, isto é, os accentos orthographicos, devem ser de todo banidos, incluindo, na proscricção geral, o accento grave, proposto pela Ex.^{ma} Comissão de reforma orthographica, para accentuar as vogaes *a* e *o*, quando não pertencão á syllaba dominante. A cada som vogal deve corresponder um character simples, isto é, sem accento orthographico. Este character, só por si, deve representar o accento prosodico”.

comparado com o etimológico, ao mesmo tempo que refuta o argumento contrário à ortografia sónica – o aumento da homonímia:

“Agora só diremos, que os argumentos, a favor da orthographia etymologica, estão, pode-se afoitamente asseverar, de todo pulverizados. O proprio argumento, derivado do maior número de homonymias, produzido pela orthographia sonica, pouco valor tem (que já estavam na lingua falada) não são muitas, comparativamente com as que existem: é um mal, convivimos, esse acrescimo de homonymias; mas aggrava pouco o já existente e quasi desaparece na presença dos bens, que traz comsigo. Mas a orthographia etymologica não está isenta do peccado, pelo que condemna sua antagonista ! Sirva de exemplo a palavra, que, segundo a orthographia etymologica, se escreve *choro*, a qual, na linguagem falada, não é homonymia; porque se pronuncia *xoro*, quando significa *pranto*, e *koro*, quando *reunião de pessoas, que cantão juntas*. A orthographia sonica desfaz, pois, a homonymia.

Acima dissemos, que a orthographia usual é a chamada orthographia etymologica, com manifestas tendencias para a orthographia sonica. Na verdade, a orthographia usual não é etymologica nem sonica; é uma cousa monstruosa. Seus defensores laborão nas mais flagrantes contradicções: querem ser etymologicos, accommettem seus adversarios, e a final voltão as armas contra si mesmos; e sem o confessarem, mostrão, que por unico systema orthographico admissivel é o que elles apostadamente combatem. Desejamos apresentar o estendal das suas contradicções, percorrendo seus dictionarios, do A ao Z; mas não o podendo fazer aqui, pela brevidade, que professâmos, restringir.nos-emos á letra B do Diccionario Comtemporaneo” (p. XII-XIII).

De facto, apesar de Caldas Aulete e António Lopes dos Santos Valente serem ferrenhos fautores da ortografia etimológica, na expressão de J. Félix Pereira, e de terem ridicularizado a ortografia fonética, em particular o segundo, o sónico toma como referência o **Diccionario Comtemporaneo da Lingua Portugueza** (1881) daqueles autores, por ser o melhor do género e o mais usado.

Para a apreensão das ideias ortográficas de João Félix Pereira, e do seu envolvimento na disputa ortográfica entre sónicos e etimológicos, mais do que nos referidos **Synonymos**, deve-se atentar no **Vocabulário Sonico ou enumeração das principaes palavras portuguezas escriptas segundo as regras da orthographia phonetica precedido da refutação da orthographia etymologica e seguido d’um episodio dos Lusíadas, escripto sonicamente** (1888). O subtítulo diz bem dos propósitos de uma obra lexicográfica especializada, tanto mais que é antecedida de

epígrafe extraída da **Proposta de Reforma Ortográfica** (1879) do sónico açoriano António Moniz Barreto Corte-Real (cf. supra, 2.1.5.), e dedicada a José Barbosa Leão. Não restam, pois, quaisquer dúvidas quanto à militância sónica do polígrafo lisboeta, nem ao seu conhecimento dos diversos projectos em debate, mesmos daqueles, como é o caso do angrense, cujo reflexo nas doutrinas metaortográficas da época parece ter sido menos expressivo. Assim, na **Introdução ao Vocabulário**, à semelhança do que fizera na **Carta**, Félix Pereira refuta, um a um, os argumentos expendidos por Latino Coelho no Parecer académico sobre o Relatório da comissão do Porto, para além de reiterar a sua defesa do sistema sónico e seus princípios, amparado na autoridade de autores portugueses, como os irmãos Castilho, João de Deus, Barbosa Leão, D. Agostinho de Sousa, Adolfo Coelho, ou João de Barros, Nunes de Leão, Couto e Melo, Borges Carneiro, Ferreira da Costa, Soares Barbosa. Na referida Introdução, o polígrafo expõe, em síntese, as seguintes ideias: 1. a ortografia sónica tem uma base científica, que lhe é fornecida pelos estudos linguísticos e biológicos (D. Agostinho de Sousa), ao contrário do que crêem os etimologistas; 2. a exequibilidade do sistema sónico fica atestada nas reformas realizadas pelas academias italiana e espanhola; 3. o acréscimo de homónimos não é consequência do sistema sónico, é uma manifestação da fala; 4. a existência das variações regionais em nada contraria o reconhecimento de um *portuguez de lei* aceite por todos (Barbosa Leão, D. Agostinho Barbosa); 5. o estado dos estudos fonéticos também não deve constituir óbice à reforma ortográfica (Agostinho de Sousa); 6. a escrita deve corresponder ao estado fonético da língua, e não o inverso. A estas refutações, acrescenta outra, de índole patriótica ou nacionalista, igualmente mencionada por Barbosa Leão: a ortografia sónica, ao aproximar-se da grafia espanhola, não compromete a independência nacional, porque esta não reside na conservação das consoantes mudas (p.XXIX). Por outro lado, o autor inscreve a corrente sónica portuguesa num movimento internacional, em expansão por toda a Europa (França, Inglaterra, Alemanha), e até nos Estados Unidos.

Posto isto, o objectivo do **Vocabulário Sónico** consistia em dar a conhecer a grafia sónica ou fonética de todas as palavras portuguesas (cerca de 60.000, segundo o autor) por meio dos 6.490 exemplos contidos na obra; antes disso, porém, Félix Pereira estipula as bases etimológicas e, sobretudo, fonéticas, necessárias à

representação gráfica dessas palavras. Assim, os vocábulos cujo étimo se desconhece (7.000, segundo o autor) são assinalados com interrogação. Quanto ao valor conferido às letras do alfabeto usual, o polígrafo sónico destaca os seguintes: [a] e [α] são representados por <á> e <a>; <e> usual corresponde a cinco valores (*tenho, meda, modelo, seda, medir*, p. XXXIX), grafados por <∂, é, η, ê, e>; [i] é grafado com <i>; os três valores de <o> usual, a saber, [ɔ], [o] e [u], são transcritos respectivamente com <ó, ô, u>, em *moda, bolha, mover*; <u> corresponde sempre a [u]. Com respeito ao vocalismo não acentuado, é de realçar sobretudo a realização de <i> como [ə], em sílaba pré-acentuada, seguida de [i] tónico, por ex. em *devino, ministro, participar* (p. 21), pronúncia considerada normal por Gonçalves Viana, em 1883 (p.29). Devido ao chamado efeito de retorno, isto é, a influência da grafia sobre a pronúncia¹⁰¹, a referida realização virá a sofrer a concorrência de [i] (*divino, ministro, participar*). Ao contrário de Félix Pereira, no **Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil**, António José de Carvalho e João de Deus (1877) sancionavam as realizações *divino* (p.262), *ministro* (p.470) e *participar* (p.515).

Já no campo consonântico, os grafemas <p>, , <t> <d>, <f>, <v> não são afectados pelos princípios sónicos de Félix Pereira, na medida em que tinham um único valor, ao corresponderem às consoantes oclusivas bilabiais e dentais surda e sonora e às fricativas lábio-dentais; <c> passa a equivaler apenas à sibilante surda (*cepu, acu*“aço”), enquanto que o valor de oclusiva velar surda será grafado por <q> (*qapa* “capa”); <g> representa exclusivamente a oclusiva velar sonora (*gato, gerra*), ficando a fricativa palatal sonora a ser grafada por <j> (*jente*); os valores de <l> usual, a saber, lateral, lateral velarizada e lateral palatal (*lado, moral, palha*) são aqui transcritos por <l, l, l̥>, sendo que o último destes tipos fora mandado fundir por Barbosa Leão, que já o aplicara na publicação dos **Elementos de Gramática Portuguesa** (1886); os valores <m> usual – consoante nasal bilabial, marca da nasalidade vocálica e de ditongo nasal (*modo, bom, bem*) – passam a grafar-se por meio de <m>, <n> e <in>; dos três valores de <n>, consoante nasal alveolar, marca de nasalidade vocálica e palatal nasal, grafar-se-ão os dois primeiros com <n> e o

¹⁰¹ Sobre estas realizações, vide: Jorge Morais Barbosa, *Notas sobre a pronúncia portuguesa nos últimos cem anos*, **Biblos**, vol. XLIV, pp. 350-360, e pp. 358-360.

segundo com < r >, também já usado por Barbosa Leão nos **Elementos** (1885). Os valores da vibrante múltipla inicial e intervocálica, assim como a vibrante simples e a final (*rato, carro, caro, cavar*), transcritos na ortografia usual por <r, -rr->, no sistema sónico de Félix Pereira são representados da seguinte maneira: os dois primeiros por < r >, também criado por Barbosa Leão, o terceiro por meio de < r >, e o último por < r >. Com respeito à representação das sibilantes, para além de <c>, que grafa a surda inicial e interior, como vimos, o grafema <s> transcreve a sibilante final de palavra (*casas*), que por ser palatalizada não é grafada da mesma forma que a sibilante surda em outros contextos; a sua correlata sonora é grafada por <z>. Em conformidade com os princípios sónicos, os cinco valores de <x> usual, isto é, a fricativa palatal surda, a sibilante surda, o grupo consonântico [ks], e a sibilante sonora depois de vogal átona (*xarope, auxílio, sexo, sexto, exame*), são transcritos, por <x>, <c>, <qec>, <s> e <z>, respectivamente. Acrescente-se, ainda, que <x> junto de e- átono é grafado como em *êisterêma* “extrema”. Neste sistema, não cabem, obviamente por carecem de qualquer distintividade fónica, os grafemas <h>, <k> e <y>. Com complemento ao plano grafemático, Félix Pereira prevê ainda o uso de um diacrítico especial para destacar a tónica – um ponto sob a vogal.

Juntamente com os sistemas de Castanheira Nunes e de Corte-Real, este é um dos mais se afastam da tradição alfabética greco-latina. Mas afasta-se também do sistema de Barbosa Leão, na medida em que não só reflecte uma variedade ortoépica distinta da do portuense e prevê a criação de novas unidades grafemáticas, a somar às já concebidas pelo relator portuense, assim também atribui novas funções aos grafemas tradicionais. De tudo isto converge para uma versão forte de fonetização, excedendo até o projecto do mentor do sonicismo em Portugal.

Do ponto de vista das soluções gráficas, vários são os aspectos em que Félix Pereira radicaliza a doutrina sónica de Barbosa Leão, sem coincidir com Castanheira Nunes ou Corte-Real, como se nota na transcrição sónica de algumas estrofes de **Os Lusíadas**. Assim, Félix Pereira grafa as vogais átonas <e> e <o>, em conformidade com a respectiva realização [ə] e [u], por exemplo em *mizera, ôferéce, uvêlha, perduár* “perdoar”, *destinu, muvidu*, nos quais o acento circunflexo distingue o e tónico do e átono, que dispensa qualquer diacrítico (*uvêlha-feridade*); substitui o til

por *n* para marcar a nasalidade dos ditongos [ɛj], [ãj], [ãw], [õj], sendo que o primeiro não parece confundir-se com o segundo, de acordo com os exemplos *q̃ñi* “quem”, *ñi* “em”¹⁰² e *mani* “mãe”, *magôanu* “magoam”, *liônis* “leões” *pôni* “põe”. Ao romper com uma longa tradição gráfica vernácula e prejudicar o acesso lexical, esta solução afigura-se-nos como pouco económica. Por outro lado, cria um novo grafema – (*e*) – com um diacrítico em forma de acento agudo sob o grafema, cujo tipo Félix Pereira mandou fundir para representar o suporte vocálico das oclusivas e das fricativas (*esqerito* “escrito” *ferutu* “fruto”, *alegeria* “alegria”, *perincêzas* “princesas”). Aos novos tipos, contava Félix Pereira vir a somar, desde que o sistema tivesse aceitação, outros vinte e cinco, entre os quais figurariam então o *éta* <η> e o *ómega* <ω> gregos, correspondentes a valores entre *a* e *é*, e entre *ó* o *ô*, respectivamente, soluções ausentes da ilustração feita com base em estâncias do Canto III de **Os Lusíadas**. Pelo contrário, nela aparecem já os novos grafemas representativos da palatal nasal, da palatal lateral, da vibrante múltipla, disponíveis graças a Barbosa Leão, o ponto sob as vogais tónicas, e também o *e* mudo acima referido, estes por iniciativa do próprio Félix Pereira.

Os aspectos acima compulsados demonstram bem a originalidade do sistema sónico de João Félix Pereira, que não se limita, portanto, imitar ou adaptar o sistema do cirurgião de brigada.

Para além de J. J. Paranhos da Silva (cf. *infra*, 2.1.9.), defensor de um sistema brasileiro, que poucos comentários mereceu em Portugal, a corrente fonetizante teve ainda outros partidários no Brasil. Um deles foi o positivista Miguel Carlos Correia de Lemos (1854-?), que assinava simplesmente como Miguel Lemos. Propagandista desde 1875 das ideias de Augusto Comte, veiculadas em terras brasileiras pelo **Apostolat Positiviste du Brésil** (com sede no Rio de Janeiro, na Travessa do Ouvidor, 7), e secretário da Biblioteca Nacional do Rio em 1884, na **Ortografia Positiva | Nota avulsa** (Distribuição gratuita, Rio de Janeiro, 1888), propõe uma simplificação gráfica em sentido fonético, cujos princípios basilares e soluções foram apreciados e comentados por Gonçalves Viana, numa recensão crítica publicada na **Revista Lusitana** (vol. I). À **Ortografia Pozitiva** seguir-se-ão o **Aviso**

¹⁰² Diferente parece ser, todavia, a realização atribuída a <en->, que aparece grafado como *êndôidéce*.

sobre algumas modificações no nosso sistema ortografico (Rio de Janeiro, 1890) e as Simplificações ortográficas, praticadas desde já por todos e uzadas em nossas publicações (Rio de Janeiro, 1893).

Dos seus mentores ideológicos em matéria metaortográfica dá-nos conta Miguel Lemos no **Apostolado Positivista do Brasil** (Rio de Janeiro, 1888), publicação que tinha por objectivo a propagação, oral e escrita, da Religião da Humanidade, assentando a sua base moral na “incorporação do proletariado na sociedade moderna”, enquanto que a sua base material radicava no livre concurso dos seus membros: no **Boletim** (1888), com o mesmo nome daquela instituição, o positivista brasileiro atesta a sua filiação não só na doutrina comtiana como também na de Arsène Darmesteter, cuja posição anti-etimologista subscreve. Na verdade, esses autores não aceitam nem a escola etimologista, nem a fonética, por falta de resultados satisfatórios em ambos os casos: se uma origina uma escrita heteróclita, a outra determina a notação rigorosa das variações locais ou individuais da pronúncia, donde se conclui ser razoável um sistema médio de ortografia, ou seja, uma *ortografia positiva*. Vale a pena sublinhar que as brochuras de Lemos e de Darmesteter, publicadas no Brasil e em França com pouco tempo de intervalo, concordam tanto ideologica e como terminologicamente. Assim se poderá concluir das palavras do primeiro citadas pelo segundo, que nelas encontra reforço para a reforma ortográfica:

“En effet, il ne s’agit pas d’obtenir une représentation absolue, mathématique, de la prononciation, mais seulement une représentation relative, subordonnée au but poursuivi: la communication de nos pensées...Une véritable phonographie, dans le sens d’une reproduction exacte de tous les accidents phoniques, est aussi inutile qu’impraticable. Là, comme partout ailleurs, on ne doit pas chercher l’expression absolue du phénomène que l’on veut représenter, mais un *type moyen* qui, sous des variations inévitables, remplisse le but que l’on se propose. C’est ainsi que l’on procède dans toutes les branches des études positives, sans même excepter la mathématique.

Ces considérations expliquent également la dénomination – *orthographe positive* – que j’ai préférée pour désigner le nouveau système” (pp. 6-7).

À semelhança dos sistemas de Barbosa Leão e de outros reformadores, o sistema positivo de Lemos caracteriza-se pela primazia do princípio fonético: assim

sendo, a cada som deve corresponder uma única unidade gráfica e vice-versa, ideal fonetizante que parece inviabilizar qualquer conciliação com o princípio histórico, isto é, a etimologia e a história da língua, ao contrário do proclamavam os autores das **Bases** (1885), Vasconcelos Abreu e Gonçalves Viana, defensores da unidade da língua literária como condição necessária quer à não pluriferação de sistemas locais ou individuais, quer à congregação das variedades regionais em torno da mesma norma escrita.

Definida como uma “ortografia brasileira”, porque assenta precisamente na pronúncia do Brasil, por meio da **Ortografia Positiva** Miguel Lemos pretende corresponder a todas as variações, razão por que assume carácter supra-regional. Quanto às soluções, o positivista ora se afasta do teor das **Bases**, ora coincide com elas: assim sucede, no essencial, com respeito à acentuação, visto ambos os sistemas denotarem a qualidade vocálica de <a, e, o>, isto é, timbre da tónica (*lógicas, fonéticas*), e outro tanto se verifica quanto à representação da fricativa palatal sonora [ʃ] por meio de <j>, ou de [kw], por meio de <cu>, em ambos os casos (M. L., *qualidades*; G.V. *quanto*). Pelo contrário, em outros aspectos, alguns deles justificados por traços fonéticos da fala brasileira, Lemos afasta-se bastante das soluções expostas nas **Bases**: por exemplo, o grupo etimológico <-sc-> é substituído por <-ss-> em vocábulos como *nasser, esseder*, nos quais só é realizada uma única sibilantes [s]; o grafema <i> final representa a vogal átona final da pronúncia brasileira (*cidadí*); a nasalidade final é grafada com <-n> (*poren, ôtren*); o ditongo nasal [ũj] passa a ser representado (*muinto*); a grafia da sibilante sonora /z/ é transcrita apenas por <z> (*dezasombradamente, luzo, brasileiro*); o grafema <ç> é substituído por <-ss->, em *distribuissão, aperfeissoamento*; a conjunção copulativa “e” é grafada com <i>, tal como nos sistemas de Corte-Real (1877) e de Castanheira Nunes (cf. supra, 2.1.5.), solução que, à luz do princípio histórico, não é contemplada pelos autores das **Bases**.

Confrontados os vários projectos sónicos, julgamos ter demonstrado sobejamente que esta corrente, ao contrário do que parece ser o conhecimento comum, deduzido da literatura crítica ou descritiva da história da ortografia portuguesa, não se restringiu à figura de Barbosa Leão, embora saibamos que as propostas coevas ou subseqüentes lhe reconhecem, na generalidade, a paternidade.

Como já dissemos antes, a corrente sónica portuguesa e a questão ortográfica tiveram o seu epicentro no ano de 79, e inserem-se num movimento internacional, impulsionado pelos progressos dos estudos de fonética, ou da então chamada “fonologia”, facto ao qual aludem alguns dos sónicos acima referidos. Na génese destes movimentos reformadores transnacionais, esteve decerto a procura de racionalização e economia dos sistemas gráficos, somada a problemas educativos, que no caso português se prendiam sobretudo com o analfabetismo. À luz de ideologias promotoras da consciência social e da igualdade de direitos dos cidadãos, o republicanismo, que em Portugal começa a organizar-se por volta de 1876, assume como causa própria a redução do número de analfabetos. Além fronteiras, as reformas ortográficas constituíram até uma bandeira da identidade cultural de nações modernas, em particular algumas da América do Sul. Assim sucedeu no Brasil, país independente desde 1822, como se vê pelo **Sistema de Ortografia Brasileira** (1879/1880), proposto por Paranhos da Silva, e também no Chile, onde se verificaram diversas tentativas de reformar a ortografia castelhana em conformidade com a pronúncia daquele país sul-americano. Esse era objectivo do grupo dos neógrafos, entre eles Rodolfo Lenz (**Ortografía Castellana**, 1894)¹⁰³, Echeverría y Reyes (**Prontuario de la Ortografía castellana usada con particularidad en Chile**, 1895), ou Eduardo de la Barra (**Ortografía fonética**, 1897), que defrontaram a Academia Española. A corrente da “fonografia” ou “neografia” também em Espanha conheceu alguns adeptos: uma teve em Escriche (**Reforma de la ortografía castellana**, 1890) o seu máximo expoente, a outra, em Fernando Araujo (**Estudios de fonetika kastellana**, 1894). Os postulados deste último irmanam-se, de resto, com os apregoados pelos sónicos portugueses Barbosa Leão, Corte-Real e João Félix Pereira, os quais, *mutatis mutandis*, como ele podem considerar-se epígonos de Quintiliano:

“El prinzipio a que se ajusta la ortografía adoptada para la impresion de esta obra es el del fonetismo: um signo para kada sonido i un sonido para kada signo, prinzipio proklamado ya en el tiempo del famoso Nebrija, azeptado opi por

¹⁰³ Gonçalves Viana conhecia e apreciava os trabalhos ortográficos de Lenz, designadamente a **Ortografía Castellana** (1894) e a **Ortolojia i Ortografía de la lengua castellana** (Santiago de Chile, 1894), cujas referências pretendia incluir na segunda edição da **Ortografia Nacional**, que não chegou a publicar; sobre essas anotações manuscritas, v. **Cap. III, 2.3.3.**

kuantos en Europa i américa se preokupan de estas kuestiones sin pagarse de pedantismo de semisabios, i uniko zimientu berdaderamente zientífico i razional de toda ortografía ke se estime komo fiel representazi3n de la palabra por la eskritura” (F. Araujo, *Estudios*, 1894)¹⁰⁴.

Tanto em Espanha como em Portugal, a réplica etimológica ou conservadora (cf. Latino Coelho, 1879, e Monteiro Leite, 1887) vaza argumentos que vão do positivismo ou evolucionismo até sentimentalismo, manando das mais ilustres penas peninsulares, como é o caso de Miguel de Unamuno:

“¿ Bamos a ponernos a eskribir (o esqribir) desde luego en alguno de los barios sistemas neografikos komo oi korren ? ¡Libranos Dios ! ¡A donde iriamos a parar ! (Acerca de la reforma ortográfica castellana, 1896).

2.1.7. “Bases da Ortografia Portuguesa” (1885)

Entre os projectos de reforma ortográfica oitocentistas, figura um texto fundamental para o avanço dos antecedentes da reforma que viria a ser oficializada no nosso século, em 1911. Trata-se das **Bases da Ortografia Portuguesa** (Lisboa, Imprensa Nacional), publicadas, em 1885, por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, romanista, e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu, orientalista, eminentes filólogos de então. Impresso para circular gratuitamente, o opúsculo assim intitulado visava explicar a ortografia reformada – a mesma que Vasconcelos de Abreu praticava desde havia dois anos –, adoptada na edição da **Enciclopedia de Ciência, Arte e Literatura – Biblioteca de Portugal e do Brasil**, cujo primeiro volume científico era a “A Literatura e a Religião dos Árias na Índia” (1885), de Vasconcelos Abreu, e o da literatura era, por sua vez, uma tradução das *Mágoas de Werther*, de Goethe, realizada por Gonçalves Viana.

Nas **Bases**, encontrar-se-á a matriz fecundadora da reforma de 1911, uma vez que incluem propostas resultantes do cruzamento dos princípios fonético e histórico: o primeiro assentava em sólida reflexão linguística (a “glotolojia”, na expressão da época) sobre a fonética do português – dois anos antes, Gonçalves Viana já havia

¹⁰⁴ Apud, A. Esteve Serrano, *Estudios de teoría ortográfica del español*, pp. 86-92.

publicado o *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise. D'après le dialecte actuel de Lisbonne*¹⁰⁵ (1883) –, e não numa descrição intuitiva ou impressionista dos sons da língua portuguesa, como fizera Barbosa Leão, por exemplo, e o outro, em aprofundados conhecimentos históricos-comparativos, apoiados na memória textual do português e na relação deste com as outras línguas românicas. Do compromisso entre aqueles princípios, emerge um sistema que, por não ser “sónico” nem “etimológico”, recebe a simples designação de “ortografia portuguesa”, que traduz uma orientação substancialmente diferente da dos sistemas precedentes.

Vários são os pressupostos teóricos e metodológicos que, oriundos da escola histórico-comparativa, presidiram à elaboração das **Bases** e ao sistema nelas ilustrado: assim, tal como a própria língua, a ortografia é vista como um “facto social”, e não pode, portanto, obedecer ao arbítrio individual, não obstante ter um carácter “complexo, variável por evolução da própria sociedade” (p.5). Por isso, rejeitam os autores qualquer modalidade de “ortografia individual” (p.3). Ao congregar todas as variantes diafásicas e diatópicas em torno de um único modelo gráfico, que atende também às transformações histórica do sistema, a “ortografia” passa a ser concebida como um diassistema, ou seja, um sistema de sistemas. Os sistemas espanhol e italiano são os modelos para o estabelecimento de uma ortografia portuguesa “*uniforme e cientificamente sistemática*” (p. 3).

Como todas as variantes são contempladas pelo diassistema, sem que uma possa sobrepujar as restantes, a “ortografia portuguesa” é definida como “o sistema de escrita ou grafia representante comum de todos os dialectos do português falado”, e baseia-se na “história da linguagem portuguesa considerada como língua e como dialecto” (p.6), já que a pronúncia (*orthographia philosophica, phonetica* ou *pronunciativa*) conduziria à multiplicação e divergência das variantes gráficas, ao contrário do que proclamava Barbosa Leão. A ortografia descrita e praticada pelos dois filólogos é o resultado de uma simplificação feita à luz de um critério mais fonológico do que propriamente fonético, visto que a “pronúncia” levada em consideração nas **Bases**, apesar das frequentes referências à variação diatópica, é

¹⁰⁵ Tinha saído na revista *Romania*, Tome XII, Paris, Impr. Daupeley [70pp.].

uma espécie de “média” neutra ou supra-dialectal. Essa noção está implícita nos termos que os filólogos empregam nos “Princípios Jeraes de toda a Ortografia”, ao distinguirem, no 6º princípio, a “pronunção” da “enunção”¹⁰⁶, mas sem destenderem “filiação histórica” (p. 5).

Nas **Bases**, os autores ocupam-se do conjunto dos princípios fundadores e estruturadores da ortografia (*Princípios Particulares da Ortografia da Língua Portuguesa*), e em particular dos aspectos sujeitos a maior instabilidade: “I. Leis da acentuação nos vocábulos simples e nos compostos; II. Valor histórico dos fonemas ainda proferidos e dos que já não se proferem; influência destes sobre a modulação da vogal precedente; III. Conhecimento dos ditongos e sua dissolução; IV. Silabização; V. Homónimos e parónimos; VI Função dos sufixos; VII. Composição dos vocábulos e formação da perífrase nos verbos, e uso das enclíticas” (p.6). A ordem de apresentação destes aspectos traduz, por um lado, a importância da componente fonético-fonológica no sistema, reflectida na atenção prestada à fixação da acentuação (I), ao valor diacrítico de algumas consoantes mudas (II), e bem assim, à identificação das sequências vocálicas (hiatos) por oposição aos ditongos (III), e, por outro lado, uma vertente de natureza morfológico-sintáctica, relacionada com a estrutura silábica dos vocábulos (IV), a sufixação (VI), a composição e as enclíticas (VII).

No que à acentuação respeita, é de assinalar que esta é “tónica e não prosódica” (p.6), donde se depreende que em cada vocábulo só deve figurar um acento, motivo por que a “acentuação gráfica é sempre a de vocábulo que faz excepção à regra jeral” (p.7). Assim, a tónica é marcada pelo acento agudo, sempre que seja aberta, para distinguir os parónimos (*fôsse-fósse; sêco-séco; reis-réis*, p.7); o mesmo acento assinala também <i> e <u> tónicos, depois de vogal (*país-pais; reúne, ruím*), e ainda <u> tónico, nas sequências <gue, gui> (*argúe, argúi*). A tónica fechada será marcada, por sua vez, pelo acento circunflexo (*fôrça-fórça, modêlo-modêlo; sossêgo-sossêgo; vêem “ver”-veem “vir”, dêsse-dêsse*), e o mesmo se

¹⁰⁶ Os autores parecem apontar para a distinção actual entre o plano fonológico, que faz abstracção das variações individuais, sociais e dialectais, centrando no que tem carácter sistemático e constante, e o plano fonético, que retém as realizações concretas ou físicas: “a ortografia não pode representar a *pronunção*, que por certo não será una; ha de representar a *enunção*, a qual é sempre comum ao povo, à nação que fala uma só língua” (p. 5). O grifo é nosso.

verifica nas palavras oxítonas e proparoxítonas (*pêssego, português*). Ao acento grave é atribuída uma função distintiva ou *diferencial*, quando assinala as crases de preposição com o determinante feminino (à), a subtónica resultante de uma antiga crase (*crèdor-credor, prègar-pregar*), e também u o <u> átono nas sequências <güe, gùi> (*arguir, agüentar, lingüística*). Nas restantes situações – vocábulos em <a, e, o> finais e seus plurais, vocábulos em <i, u> finais, em vogal seguida de outra consoante excepto <-s>, em vogal nasal, ditongo oral ou nasal – não recebem acentuação gráfica (ex. *pedi, pedis; funil, funis; matiz, cascavel, cascadeis; peru, perus; Hindu, Hindus; marfim, irmã; marau, maraus; andai, andais; Magalhães*, pp.7-8). Por ser de maior dificuldade e implicar distinções relevantes, tem tratamento separado a grafia do ditongo [ãw] final, grafado <-ão>, quando tónico, e <-am>, quando átono, sendo que as palavras com ditongo nasal átono levam o acento na sílaba tónica (*órgão, Estêvão*, p.8). Para a grafia do ditongo [ej] ou [ãj], os filólogos prevêem um acento se fôr tónico (*porém, também*, p.8), ao invés de quando é átono (*pôrem*, p.8)¹⁰⁷. A respeito dos compostos notam que eles conservam o acento dos respectivos componentes simples.

Quanto aos “fonemas e sua representação por letras consoantes”, e em particular às chamadas consoantes mudas, são tidos em consideração dois princípios absolutos – a proscrição dos sinais gráficos sem valor fónico próprio (ex. *th, ph, ch* e *y*) e a supressão de sinais sem qualquer valor (ex. consoantes dobradas e consoantes não articuladas que não afectem o timbre da vogal natecedente). No que se refere às consoantes articuladas, merecem atenção quatro aspectos, a saber, a existência de “valores dialectalmente confundidos” (ex. a antiga africada palatal [tʃ], grafada *ch*, e a fricativa palatal grafada com *x*); a existência de “valores próximos confundidos pela falta de observação da articulação (ex. *s-x; g(a), g(ue, i); g(e, i), j; c(a, o, u), qu*); a função diacrítica de algumas de consoantes mudas (*influência do fonema articulado sobre o fonema modulado precedente*); e a heterofonia de gráfica (*x* intervocálico, por ex.).

¹⁰⁷ Neste ponto, os autores manifestam dúvidas e até admitem que este ditongo seja grafado com <æ>, remetendo embora esta decisão para o congresso.

No campo da representação das sibilantes, em conformidade com o princípio da “*determinação histórica e comparação*”, conservam-se os valores tradicionais. Assim, de acordo com a fonotáctica e a distribuição contextual, as grafias <s-, c-, ç-> em início de sílaba (*saber, classe, diverso, sessão, conselho*, p.10) e <-ss-, -c-, -ç-> em posição interior (*sosségo, ciência, preço, çarça*, p.10) representam a sibilante surda [s], também a sua correlata sonora [z] é representada quer por <z-> inicial, quer por <-z-, -s-> (*cozer-coser; preso-prezo*, p.10).

No campo das palatais, mantêm-se os dígrafos tradicionais <ch, nh, lh>, sendo que às chiantes é aplicado o mesmo princípio da distintividade histórica das grafias, pelo que se conservam as grafias históricas, a saber, <ch, x>¹⁰⁸, representativas da fricativa palatal surda [ʃ] (*chave, chuva*, p.10); pela mesma razão, mantêm <-s, -z>, para representar a chiante surda final, resultado de um processo de palatalização da sibilante em final de sílaba (*mas; foste, bosques*¹⁰⁹; *infeliz, simplez* p.10). Já a palatal sonora [ʒ] é grafada, exclusivamente, pelo grafema <j>, qualquer que seja a combinação e a posição <j^{a, e, i, o, u}>, reservando-se <g> e suas combinações <g^{a, o, u}, g^{ue, i}> para a representação da oclusiva velar sonora. A sua correlata surda [k] é representada por meio das duas sequências tradicionais <c^{a, o, u}, qu^{e, i}>, mas é eliminada a grafia culta <ch>, que passará a ser substituída por aquelas, de acordo com os contextos (*machina-máquina; chimica-química*, p.9); igual substituição se prevê com respeito às outras grafias semelhantes, substituídas respectivamente por <f> e <v>, por exemplo em *filtro, etnografia, termómetro* (*philtro, ethnographia, thermometro*, p.9). Do mesmo modo, <i> substituirá <y> (*lyrio-lírio; physica-física*, p. 9). Quanto a <k>, as **Bases** aceitam a sua conservação nas abreviaturas de unidades de medidas e pesos (*quilómetro-Km; quilograma-Kg*, p. 9).

¹⁰⁸ A propósito da manutenção destas grafias tradicionais, em vez de uma única unidade gráfica para representar a mesma palatal chiante, observam os autores das **Bases**: “A etimologia e as línguas conyéneres determinam que sigamos o exemplo dos nossos clássicos e de vários monumentos escritos usando-se da grafia *ch*” (p.10) e, mais adiante, “conservamos a grafia *x* para representar os diferentes fonemas que de facto representa na língua portuguesa, porque não temos direito, nem Congresso nenhum, de impor pronúncia pela ortografia” (p. 11). Afastam-se, assim, das propostas reducionistas de Barbosa Leão, Corte-Real e de Castanheira Nunes, que eliminavam o dígrafo *ch*.

¹⁰⁹ Esta grafia é justificada pela concorrência da “etimologia, o dialecto transmontano e as línguas conyéneres” (p. 10).

Conservam-se, por outro lado, as seqüências gráficas em que um dos elementos, sendo inarticulado, tem efeito sobre a articulação da vogal antecedente (*acção, actor, predilecção, redacção, respectivo, baptismo, concepção*, p.11), pese embora a facultatividade da sua realização em algumas palavras (ex. *carácter*¹¹⁰). Como essa função diacrítica não se manifesta sobre as vogais [i] e [u], que não têm variações tímbricas, suprimem-se as referidas grafias junto destas vogais (*edito, corruto, corrupção*, p.11)¹¹¹. Quanto à permanência de certos grafemas duplos, afora aqueles que correspondem a uma articulação distinta das consoantes singelas respectivas (ex. -ss- e -rr-), os autores das **Bases** apenas a prevêm nas palavras formadas com *in-* e *em* iniciais, seguidos de consoante homorgânica (ex. *connosco, immigrar, immerjir, emmalar, ennobrecer, innato*, p. 9)¹¹². A decisão sobre a conservação ou eliminação de <h> etimológico é remetida para um “Congresso”, que os autores tinham intenção de realizar ou promover. À espera dele ficavam também outros aspectos sobre os quais Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu declaram a sua indecisão ou fraca autoridade para introduzir soluções mais arrojadas, como uma solução mais adequada para o ditongo nasal [ãj], a possível

¹¹⁰ Ao contrário de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, no **Diccionario Prozodico de Portugal e Brazil** (1877), de António José de Carvalho e João de Deus (Lisboa, Pacheco & Barbosa, Rio de Janeiro, A.A. Lopes do Couto), apontam apenas as pronúncias *carátèr, caraterisár, caraterístico* (p.148). No entanto, Gonçalves Viana, no **Dicionário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa** (1909), apresenta aquelas formas sem qualquer indicação acerca da facultatividade na articulação do <c>: *carácter, característica, caracterizar* (p.121).

¹¹¹ A propósito dos dois últimos exemplos, note-se que a grafia recomendada pelos autores das **Bases** devia corresponder à pronúncia da época, donde se poderá talvez concluir que só depois passou a proferir-se a consoante [p]. Aquela realização é confirmada pelo **Diccionario Prozodico de Portugal e Brazil** (1877), de António José de Carvalho e João de Deus (Lisboa, Pacheco & Barbosa, Rio de Janeiro, A.A. Lopes do Couto), p. 202, onde se indica a pronúncia *corrutível*, e bem assim *corrutivo, corrúto, corrutôr*. Não se sabe, porém se o mesmo é extensível a “corrupção”. Em 1909, Gonçalves Viana, ao aplicar a ortografia simplificada da **Ortografia Nacional** (1904), no **Dicionário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa**, regista <p> entre parênteses, nas mesmas formas, por considerar facultativa a sua realização: *corru(p)ção, corru(p)tível, corru(p)tivo, corru(p)tor* (p. 178).

¹¹² Estas palavras diferem de *comoção, comum, comutar, conexo* por nelas a vogal *i* ou *e* ser nasal e heterossilábica da consoante seguinte: “Conservamos *n* dobrado, *m* dobrado, nos vocábulos derivados de outros, cuja inicial é *n* ou *m*, por meio das prepositivas *in*, *em*, toda vez que a prepositiva signifiva *dentro*; e ainda nalguns poucos vocábulos em que *n* ou *m* influam na vogal *i* ou *e*. A nasal da prepositiva com só a conservamos, por êste motivo, em *connosco*” (p. 9). De resto, as duplicações (as cinco últimas) manter-se-ão até 1940, data em que são simplificadas no **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**, publicado pela Academia das Ciências de Lisboa, de acordo com a **Convenção Ortográfica Luso-Brasileira** de 1945 (Decreto nº 35.228), que ditou o seguinte: “(...) quanto à escrita normal, as seqüências *mm* e *nn*, as quais se reduzem, respectivamente, a *m* e a *n*: *imergir, inovação, inato* (...), e não *immergir, inovação, innato; emagrecer, emoldurar, enegrecer, enobrecer*, e não *emmagrecer, emmoldurar, ennegrecer, ennobrecer*” (p. 64). Em algumas destas palavras, a vogal inicial era nasal ou nasalada.

adopção de uma grafia única para a fricativa palatal [ʃ], uma grafia mais conveniente para os vocábulos tradicionalmente grafados com <x>, cuja pronúncia é variável (exemplo-*izemplo, isemplo, eizemplo, eisemplo, isjemplo; extravagante-eistravagante, istravagante, 'stravagante*, p.12), a fixação da grafia dos verbos em <-ear> e <-iar>, e a simplificação das grafias onomásticas.

As **Bases** tratam ainda da questão do corte silábico e da translineação, a partir da estrutura silábica das palavras portuguesas, independentemente da sua origem e processos de formação (composição, por ex.). Quanto à ligação das enclíticas às formas verbais, saliente-se a distinção entre “perífrase consciente” e “perífrase inconsciente”: a primeira manifesta-se nas formas de futuro, grafadas sem hífen, como *descrevê-lo hei, louvá-la has, dar-lh'o ha*, ao passo que a segunda se nota nas formas do condicional, com hífen e sem <h>, em *descrevê-lo-ia, deixar-me-ias, evitá-lo-íamos* (p.13).

Dos aspectos regulamentados nas **Bases**, se depreende que o sistema proposto pelos reformadores constitui, até certo ponto, uma revisão da “ortografia usual”, na qual também se conjugavam as vertentes fonética e histórica, embora de maneira arbitrária e sem rigor. De 1885 até à publicação da **Ortografia Nacional** (1904), o sistema expandido nas **Bases** será adoptado em outras publicações de Gonçalves Viana, de que é exemplo o seu artigo sobre a **Ortografia Positiva** de Miguel Lemos, (**Revista Lusitana**, vol. I, Porto, Livraria Portuense, 1887-1889).

2.1.7.1. Reacções às “Bases”

A reacção à reforma proposta nas **Bases** de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu fica patente em diversos textos, nos quais eram repetidos, sem grandes avanços, argumentos anteriores, tanto de sónicos como de etimológicos.

Assim, em 1886, na “Nóta sobre a Ortografia da Bibliotéca de Portugal e Brazil” (pp.123-139), incluída nos **Elementos de Gramática Portuguesa**¹¹³, o chefe

¹¹³ Barbosa Leão tinha intenção de publicar nova edição em 1 de Julho de 1887 (cf. **Elementos**, p. 254), o que não chegou a acontecer, pois essa edição, póstuma, viria a lume só em 1906 (Porto). A 1ª era dedicada “aos Srs. Inspetores e Subinspetores d’Instrução Primária e a todos os Srs. Profesores d’anhos os séxos”. Embora tenha a designação de gramática, à matéria ortográfica ocupa, no entanto, **Cont. pág. seguinte.**

de fila dos sónicos, José Barbosa Leão, pronuncia-se acerca das soluções apontadas pelos dois filólogos, ao mesmo tempo que o reformador portuense defende e ilustra, mais uma vez, o seu sistema sónico. Porém, note-se que este divergia do sistema exposto no **Parecer da Comissão de Reforma Ortográfica** em alguns pontos, sendo que na base dessas diferenças estão dados de ordem ortoépica (*prozódica*) e soluções gráficas concretas: por um lado, Barbosa Leão rejeita o “som de a fexado”, o “ditongo ui nazalado”, e os valores “qç” [ks] e “es” de <x>, e, por outro lado, proscree a grafia <-ss->, porque a sibilante surda é sempre grafada com <s>, mesmo em posição intervocálica (*antesala, antisocial, contrasenso, deseccar*, p. VII), e prevê a criação de grafemas privativos (minúsculos e maiúsculos) quer para a vibrante múltipla, quer para as palatais lateral e nasal, respectivamente <ʃ ʒ ɲ ɳ > (cf. *infra*, 5.5.). Afora os objectivos pedagógicos, nesta gramática o cirurgião de brigada “assume uma definição *programática* da ortografia, constituindo uma representação prática de uma proposta de ortografia para o português”¹¹⁴.

Na verdade, a “Nóta sobre a Ortografia da Bibliotéca de Portugal e Brazil” (pp.123-139) dá-nos conta da reacção de Barbosa Leão ao conteúdo das **Bases** (1885), publicadas no ano anterior aos **Elementos**. Embora o sónico comece por considerar que as soluções patentes na **Enciclopédia de Ciência, Arte e Literatura – Biblioteca de Portugal e Brazil**, já haviam sido previstas e incluídas no projecto da Comissão do Porto, passa depois a analisar os aspectos em que as dois sistemas se afastam. Admite, assim, que os dois sistemas têm orientação fonográfica, se bem que o de Barbosa Leão seja mais *sónico* do que *fonográfico*, quer dizer, aproxima-se de uma transcrição fonética, o que não se aplica ao projecto das **Bases**¹¹⁵, mais fonológico do que fonético.

No que respeita aos pontos divergentes entre os dois projectos, desde logo chama Barbosa Leão a atenção para uma questão de princípio, a saber, o padrão ortoépico a ser representado pelo sistema gráfico, criticando Gonçalves Viana e

uma parte de leão nesta obra – 180 num total de 257 páginas. Aqui insiste nos argumentos que expendera em obras anteriores e reproduz textos anteriormente publicados.

¹¹⁴ Cf. Rui Vieira de Castro, **Para a análise do discurso pedagógico. Constituição e transmissão da gramática escolar**, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 1995, p. 279.

¹¹⁵ Para facilitar a comparação entre o projecto portuense e o das **Bases**, Barbosa Leão transcreve o texto destas, obviamente com a ortografia dos autores das **Bases**.

Vasconcelos Abreu por terem fundamentado algumas soluções gráficas em características dialectais, em vez de tomarem como referência o português-padrão:

“(…) dando-se a simples provincianismos todas as onras de dialéto, atribue-se a cada indivíduo o direito de pronunciar como quizer, xegando a afirmar-se que nem um congreso tem direito «de inpor pronúncia pela ortografia»” (p.124).

Esclarece Barbosa Leão que uma ortografia normal de base sónica assenta na fixação de uma única pronúncia (*prozódia normal*), princípio que o afasta da doutrina dos autores das **Bases**, que não pretendem impor um padrão ortoépico de forma arbitrária quando atentam na diversidade de pronúncias dialectais, à luz da história da língua, critério que enforma o sistema simplificado, junto com o critério fonético. A crítica barbosiana à orientação metodológica e conceptual das **Bases** radica precisamente no equívoco de que a ponderação das variedades dialectais por parte de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu tinha em vista uma normalização das pronúncias com base nessas variedades.

Ora, a explicação para erro de interpretação estriba no facto de que a unificação ortoépica, como condição prévia à reforma fonográfica ou sónica, era uma questão particularmente cara a Barbosa Leão:

“(…) vê-se bem até que ponto os ilustres àutores das Bazes se deixáráo arastar por um respeito aos provincianismos, que estes não merecem de módo nenhum, bem como se vê tomar em consideração diferenças, que por todos os motivos devião ser desprezadas. e déve lamentar-se que eles estudásem as pronúncias, para em rezultatado a nósa prozódia ficar mais complicada, e continuar caótica; e não quizesem, como a Comissão, procurar concorer para a sinplificação e determinação d’éla” (p. 133).

As divergências fundamentais entre os projectos em causa derivam de diferentes conceitos da função da acentuação gráfica, a qual deve responder, segundo Leão e a Comissão do Porto, às características prosódicas, em vez de assinalar sobretudo a tonicidade e evitar a ambiguidade entre homófonos, como estipulavam Viana e Abreu; Barbosa Leão discorda também de algumas interpretações da pronúncia (*normal vs dialectal*), realizadas pelos dois filólogos, em particular as respeitantes às sequências <eu, ui>, nas formas verbais *argúe, argúi* (p.131). Mas o relator da Comissão do Porto condena nas **Bases** os seguintes aspectos: conservação

de <ch>, em vez de o substituírem por <x>, não obstante o dígrafo já não corresponder, na maior parte das regiões do país, a uma africada palatal¹¹⁶; uso de mais de uma grafia <-s, -z>, em posição final de sílaba, para representar as palatais surda e sonora, respectivamente [ʃ] e [ʒ], que autores das **Bases** reconhecem nas formas *mas, démos, bósques, portuguez, portuguezes* (p. 132); conservação de <ç>, e bem assim de <-s->, que deveriam ser definitivamente substituídos por <s> e <z>; a existência de duas grafias representativas da fricativa palatal sonora (j e g), quando que a Comissão portuense opta por <j^a, e, i, o, u>; preservação das consoantes duplicadas quer na onomástica (*Vianna, Vasconcellos, Anna, Camillo*), quer em palavras como *emmalar, ennobrecer, innata, immergir, connosco*¹¹⁷, ao contrário da simplificação prevista pelo Relator da Comissão do Porto; persistência de algumas consoantes mudas com função diacrítica (*acção, actor*)¹¹⁸, ou decorrentes da função da coerência gráfica dos derivados (*Egipto-egipcio*), ao contrário da total proscricção proposta pelos portuenses; indefinição quanto à proscricção de <h->, que fora suprimido pelo cirurgião de brigada; aceitação da dupla grafia <-ão/-am> do ditongo nasal [ãw], para distinguir as formas de futuro e de pretérito dos verbos¹¹⁹, em vez da

¹¹⁶ Cf. p. 131: “A Comissão do Porto julgou, que devia considerar banido o consoante palatal duro esplozivo, representado por *ch*, como em *chave, chuva*; e com razão o julgou, pois que oje esa pronúncia está em jeral substituída pela articulação palatal dura contínua, representada por *x*, como em *xadrez, rixa*. Na máxima parte do país, o orador que na tribuna sagrada ou profana enpregar tal pronúncia, disporá desde logo contra si a melhór parte do auditório”.

¹¹⁷ A propósito da realização destes vocábulos observa Barbosa Leão: “Quanto ao cazo do *m* ou do *n* influír no *e* ou *i* antecedente, as *Bazes* não trázem ezenplo algum; e sempre ouvimos dizer: *imigrar, immergir, imalar, inobrecer, inata*. A pronúncia *en-malar*, ou *in-malar* é afêta; e não se enprega no falar corente. Demais nestes cazos o mais racional é indicar a entoação nazal por meio de *til*. E quanto à preposição com, entendemos por iso que se deverá escrever *cônosco* (...). Mas confesaremos que antes quizeramos que também ali a vogal não fosse nazalada, e que se disése e escrevese *conosco*, do mesmo módo que se diz e escreve *comigo*. O povo pronuncia assim; e tem razão, porque um som nazal antes de *m* ou *n* como consoantes é de pronúncia forçada e tórna a palavra menos agradável ao ouvido” (p. 134). Ss palavras de Leão comprovam precisamente o objectivo de intervir ortoepicamente por meio da grafia.

¹¹⁸ Estes casos resolvem-se pela aplicação de uma acento (*ação, ator, predileção*, etc.). Quanto à facultatividade de pronúncia de <c> na palavra carácter, admitida nas **Bases**, comenta Barbosa: “Por conseguinte de certo concordarão todos, em que também neste ponto é a Comissão que tem a razão da sua parte; assim como nos parece que todos terão curiosidade de saber, por que razão as *Bazes* dizem que é facultativa a pronúncia do *c* em *caracter*, palavra que sempre ouvimos pronunciar *caràter*” (p. 135).

¹¹⁹ A justificação destas grafias com função distintiva morfogramática assenta nos seguintes argumentos de rigor duvidosos: “Primeiramente a forma *am* é irracional, porque o *m* é simplesmente sinal da nazalidade do *a*, e neste, que é sinal de som vogal simples, fica representando um som vogal composto. em segundo lugar é inadmissível, que se faça por meio irracional uma distinção que até se pôde dispensar. comefeito ainda muita e boa jente representa por *ão* o ditongo nos dois cazos, sem mesmo fazer a distinção por meio do acento. E não á equivoco, porque o sentido móstra quando é pretérito ou

Cont. pág. seguinte.

simplificação defendida no Relatório da Comissão nortenha; distinção gráfica entre as formas do futuro (*descrevê-lo hei*) e as do condicional (*descrevê-lo-ia*), ao contrário da proposta portuense; conservação dos grafemas tradicionais <lh> e <nh>, em vez da criação de caracteres novos <lh ih >, mais adequados à representação de uma só unidade fónica, como fizera o relator sónico.

Da enumeração das diferenças entre as soluções estipuladas pela **Comissão de Reforma do Porto** e as **Bases**, e bem assim da argumentação aduzida por Barbosa Leão em favor do sistema sónico, se conclui que o reformador considerava o sistema de Viana e Abreu como uma versão fraca de fonografia, marcada por demasiadas concessões às variações diatópicas. Ao encerrar a análise comparativa dos dois projectos, por meio de uma série de perguntas retóricas, o reformador portuense volta a insistir na necessidade da escolha de uma variedade de pronúncia como condição necessária a uma reforma da ortografia, argumento que constitui a pedra angular da sua doutrina metaortográfica, como se vê a seguir:

“(…) Com uma ortografia que seja sónica, ou com qualquer outra, não deverá uma língua ter prozódia determinada ? E quem a determinará senão um Congrêso, ou este se xame academia Real das Ciências ou conselho Jeral d’Instrução Pública, ou o constitua uma reunião de ómens de letras capaz para determinál-a ? E quem negará a ese Congrêso o direito de, para a determinação d’éla, condenar os eros e corutélas a que vimos d’aludir ? E determináda esa prozódia, por ventura não teremos todos obrigação, como poderíamos ter a de respeitar a ortografia portugueza, que as Bazes queérem que se estabeleça por meio de congrêso ? Já se vê pois que aquéla propozição é absolutamente insustentável. Á tanta necesidade d’uma prozódia normal como d’uma ortografia normal, e tanto direito d’estabelecer uma como outra; e teremos todos o dever de seguir a primeira, tanto como a segunda” (pp. 136-137).

2.1.8. Sistema de “Ortografia luzo-brazileira”

Cinquenta e cinco anos após a independência do Brasil, em 1877, vem a lume um **Estudo sobre a Ortografia da Lingua Luzo-Brazileira** (Victoria, Typographia do Espirito-Santense), do padre brasileiro Francisco Antunes da Siqueira, revista e

futuro: do mesmo módo que, de qualquer das fôrmas por que se escreva o pretérito, ele nos dirá se este é perfeito ou maisqueperfeito (...)” (p.137).

aprovada por José Ortiz e Luís Alves de Azambuja Susano, o segundo dos quais também era ortógrafo¹²⁰. Nesta obrinha de apenas trinta e uma páginas, o autor, baseado nas particularidades fonéticas da *língua luzo-brazileira*, propõe um sistema simplificado em que a componente etimológica foi bastante reduzida, como observaremos. Tal como o **Sistema de Ortografia Brasileira** (cf. infra, 2.1.9.), do também brasileiro J. J. Paranhos da Silva (1879), esta obra integra-se – mais pelo título e pelos princípios do que pelas soluções apresentadas – no chamado “movimento da ortografia brasileira”, impulsionado por um nacionalismo linguístico ulterior à independência e fundado nos traços distintivos da fonética brasileira relativamente à portuguesa.

Este sistema tem subjacente o princípio da adequação entre os registos escrito e oral da língua, que redundava numa espécie de “grito do Ipiranga ortográfico” contra a etimologia e as modas ou caprichos:

“ Assim me parece que a bizarra ortografia etimologica latino-grega he hum puro retroceso para as ruinas da torre de Babel, mal agrdecidos aos nosos maiores, que nos tirarão delas. Com tal bizzaria dizem, que o latim, de que derivão não he o clasico, e sim o romão ou macarronico, isto he o corruto. Mas se nem a ortografia clasica estava perfeita e decidida, pois que diz Quintiliano, – orthographia quòquer consuetudine servit, ideòque sæpè mutata est.

A ortografia tambem tem seguido os caprixos da moda, e poriso tem mudao muitas vezes: o que nos importa o que os latinos ecrevêrão ? Não é mais sensato o escrevermos como falamos, como fazem outras nações, que não tirão do latim menos do que nós ? Se cada nação tem sua linguagem e sua ortografia, porque não temos nós a nosa ? (...) E porque havemos nós, os brazileiros, estar sujeitos ao aranzel babilonico, sendo livres nas mais leis, e costumes ? O costume dos formadôres da nosa lingua adotando as palavras latinas, e de outras nações, foi sempre encurtando-as, suprimindo silabas, mydando vogaes, e consoantes para lhes dar o som proprio da nosa linguagem e voz: e he barbarismo o ecrevêrmos o que não pronunciamos.

A etimologia para falarmos e escrevermos a nosa linguagem he o som brazileiro, com que nos entendemos: e os sons adotados em nosa lingua (venhão d’onde vierem) he que devemos tirar as duvidas. A unica objeção plausivel a este sistema he que perdendo-se a filiação das palavras, em poucos annos a linguagem

¹²⁰ Cf. **Compendio de orthographia, extrahido de varios auctores, para facilitar á mocidade o estudo d’esta parte da grammatica**, Rio de Janeiro, Tip. de Torres, 1826-iii-54 p.

se corrompe inauditamente; mas um dicionario, que mostre com os competentes acentos da pronuncia a significação das palavras, será mais util para evitar esa correccão, do que o valiôzo estravagante exame das ruinas de Babel, com que se uafana inconstantemente Constancio. Estudemos a nosa lingua, que havemos de acha-la melhor do que latina” (pp. 4-6).

Diga-se, porém, que ao nível da concretização, isto é, das soluções para a representação quer do vocalismo, quer do consonantismo, o sistema assim delineado fica aquém do que se poderia esperar da bandeira doutrinal do ortografista brasileiro.

Vejam-se, então, as soluções propostas pelo autor, a começar pelo inventário alfabético, composto por vinte e três unidades unidades, denominadas em congruência com o respectivo valor, a saber, *A, Be, Ce ou Que, de, E, Fê, Gue ou Ge, He, I, Ji, Le, Me, Ne O, Pe, Qu, Re, Si, Te, U, Ve, Xe, Ze* (p.5). Nota-se que exclui <y>, mas inclui <qu>. Siqueira rejeita de todas as consoantes dobradas, excepto <rr>.

À luz do critério da pronúncia, relativamente à representação do vocalismo, registam-se as seguintes regras: exclusão da duplicação vocálica <aa, ãa>, realizada para marcar uma vogal aberta ou tónica nasal; adopção da grafia <ex-> correspondente à pronúncia *eis* (*exordio, exame, extremo*), salvo em *eis, eis-aqui*; marcar <i> e <e> iniciais nas palavras em que são articulados, sem atender à etimologia latina (*igreja, igual, idade, ele, iludir*); rejeição da distinção morfogramática entre as formas nominais em *aes, oes, ues* e as formas verbais da segunda pessoa do plural, avaliada como *exquisitice portugueza*, e fixação de uma única grafia (*azuis, dois, mandais*); substituição das grafias <-iis> ou <-ees> finais por <-eis> ou <-ies>, em *amacies, conheceis, coroneis* (p.11); adopção das grafias <ua> e <au> em vez de <oa, ao> (*agua, egua, pauta, nau*); representação dos ditongos [ɛw] e [ew] por meio de <éo> e <eu>, respectivamente; distinção entre uma sequência de vogais heterossilábicas [iu] e o ditongo [iw], por meio das grafias <oi> e <iu> (*navio, tio-cobriu, vestiu*); transcrição da semivogal do ditongo [ej] nas terminações -eia, -eio (*creia, meio*); grafar <ou> o resultado da monotongação do antigo ditongo [ow] (*oro, tezoro, otro, pôde, frôxo*) e preferir aquela grafia a <oi>, pelo menos em *oiça*.

Ao consonantismo, referem-se as seguintes soluções, ditadas algumas delas pela pronúncia brasileira: grafam-se , <d>, <g>, seguidos de consoante, quando são articulados, caso contrário são eliminados (*absolver, subterfugio-sudito, sutil, advogado-avocar, amígdalas-aumento, dano, apto-ato, perceptível-exceto*); proscrição de <ça, ço, çu> iniciais e uso de <ç> apenas nas sílabas mediais e finais de substantivos em *aço, eço, iço, oço, uço*, e outras palavras semelhantes, assim como em certas formas dos verbos em -(e)cer (*amanhecer, torcer*); supressão de <c> mudo (*atual, aspeto*); simplificação de todas as grafias duplas (*socorrer, adençar, afligir, pena, mapa, prometer*)¹²¹, salvo raras exceções (*colar-collar, mole-molle, vale-valle*, p.14); substituição do dígrafo culto <ph> por <f>, e bem assim dos restantes dígrafos com a mesma origem (*Filipe, filósofo, profeta*); manutenção da heterografia da palatal sonora por meio de <g^e > inicial (excepto nos nomes próprios, por ex. *Jesus, Jeronimo*) e por <j^a, o, u> nas restantes posições, mas conservando os paradigmas gráficos (*sobejo-sobejido, festejar-festeje-festeje*); prescrição de <m> antes de <b, p>, e de <n> junto das restantes consoantes, salvo nos compostos de *além, circum* e *bem* (*além-tejo, bem-aventurado*); representação da nasalidade final por meio de til (*irmã, mandão, põe*)¹²² ou de <-m> (*ruim, som*); representação da sequência [kw] por <qu> (*adequar, eloquente, iniquo, quota*), sendo proscritos <k> e <ch>, salvo na palavra *Christo* e derivadas; manutenção da distinção entre <-r> e <-rr>, única oposição entre grafia simples e dobrada deste sistema (*caro-carro*); admissão de <-s> para grafar a sibilante surda intervocálica ou até de <ç>, em caso de homofonia, resultante da simplificação das dobradas (*classe~clase, grosso, passo-paço*); redução dos grupos consonânticos iniciais e interiores não proferidos (*scena, sciencia, nascer-sena, siencia, nacer*); preservação da heterografia da palatal surda grafada pelo grafema <x> e pelo dígrafo <ch> (*chapéo, chumbo-feixe, mexerico*), não obstante aquele ter também outros valores (*nexo, sexo-exemplo, experiente*); adopção de uma só solução gráfica para a sibilante sonora (*caza, gozo, roza*), grafia que se aplica igualmente à representação do som forte das palavras em -az, -ez, -iz, -oz, -uz (*ananaz, diz, perdiz, arroz, mez, capuz*).

¹²¹ Cf. p. 11: “(...) hé mera perluxidade o duplismo latino”.

¹²² Em consonância com a pronúncia atribuída a <-em>, Siqueira propõe a substituição deste por <êe>, em *bêe, vingüêe, ferrugêe*; cf. p. 14.

Em nome do *uzo geral*, mantém-se <h> inicial (*habil, habitar, hoje, homem, honra, hóspede, hino*, p.13); esse grafema mantém-se ainda nas interjeições e nas formas do verbo *haver*, para evitar ambiguidade com formas de verbos diferentes (*ha-a* “prep. ou artigo” *havia-avia* “aviar”, *houve-ouve* “ouvir”); com função diacrítica e distintiva, conserva-se também em *ahi, bahia*, distintos de *ai, baia*. Ao invés do grafema anterior, <y> é proscrito do sistema, inclusive nas grafias de palavras de origem indígena (*tupi*).

Das soluções acima arroladas, poder-s-á concluir que a *ortografia luzo-brazileira* não é mais do que uma versão fraca de fonetização, visto contentar-se com reduzir a componente etimológica (grafias duplas, dígrafos e grupos consonânticos), em diminuir pontualmente a heterografia, para além de tentar sistematizar a representação vocálica.

Em matéria de diacríticos, Siqueira trata do til, que se deve aplicar à primeira vogal dos ditongos nasais (*dizião, põe*), e dos acentos *agudo* e *circumflexo*, sendo que um assinala o timbre da vogal ao passo que o outro indica o timbre fechado. O uso de qualquer deles restringe-se às situações de homografia ou de ambiguidade (*amâmos-amâmos, bêsta-besta, fôrros-fôrros, mandárão-mandarão*); o seu emprego mais sistemático prevê-se, porém, nas formas verbais de pretérito, acentuadas por contraste com as de futuro, que não o são. Por último, note-se que o acento grave é atirado para o domínio da prosódia, onde se lhe reconhece mais utilidade do que no da ortografia, salvo em dois ou três palavras nas quais marca o timbre aberto de uma vogal átona aberta (*pègada, prègar, mèzinha*).

Na exposição desta *ortografia luzo-brazileira* há ainda lugar para aspectos de natureza extra-alfabética, conquanto eles nada tenham a ver com distinções entre as variantes brasileira e europeia. De facto, o ortografista descreve sumariamente o uso dos pontemas seguintes: *virgula, ponto e virgula, dois pontos, ponto final, interrogação, admiração, apostrofe* ou *sinalefa*, e *parentesis*. Com excepção do apóstrofo, pertencente à pontuação de palavra (cf. *infra*, 6.2.) e considerado pelo autor como próprio do uso de poetas, integram-se todos na chamada pontuação de frase (cf. *infra*, 6.3.). A funcionalidade destas unidades pontuacionais é presidida pelo critério sintáctico, sem se registar qualquer menção ao critério pausal: assim, a vírgula antecede as conjunções (*e, ou, nem, se, se acaso, como, como também, com*

tanto que, sem que), certos advérbios (*onde, donde, por onde, quando*), os relativos (*que, qual*), separa verbos ou nomes seguidos, para além de isolar o vocativo e as orações intercaladas; ao ponto e vírgula cabe a separação das orações, com sentido dependente da principal; os dois pontos demarcam a oração acrescentada para completar o sentido da principal e introduzem o discurso directo ou a citação; o ponto final encerra a oração completa e independente; a interrogação assinala a modalidade interrogativa, e a admiração, a exclamativa; o *parentesis* intercala explicações ou esclarecimentos numa oração.

Os princípios subjacentes a este sistema têm o seu corolário nas seguintes conclusões: grafar unicamente o que é requerido pela pronúncia; adaptar à língua portuguesa mesmo as palavras retiradas do latim ou de outras línguas; em suma, respeitar a *simplicidade natural e desafetada da nosa lingua* como único critério ortográfico.

Apesar da denominação de cunho nacionalista, das declarações de princípios e das soluções gráficas acima expostas, pela sua moderação, a proposta do Padre Siqueira não constitui uma reforma sónica, nem muito menos chega a sugerir, na verdade, uma ruptura com a ortografia europeia, ao contrário do **Sistema de Ortografia Brasileira**, que a seguir apresentamos.

2.1.9. “Sistema de Ortografia Brasileira”

Se as ideias ortográficas em Portugal durante o período oitocentista assumiram o carácter de disputa entre os partidários de um sistema etimológico, mais ou menos moldado pelo uso – a chamada “ortografia usual” –, e os arautos de um sistema sónico, representados sobretudo por Barbosa Leão, pela Comissão do Porto e por Corte-Real, já no Brasil a questão ortográfica, embora assente na necessidade de fixar e simplificar o sistema à semelhança de Portugal, adquire, no entanto, um cariz nacionalista, justificado quer pelas divergências entre as pronúncias brasileira e europeia, quer pela reivindicação de uma autonomia da “língua brasileira”. A tentativa de criação de um sistema gráfico brasileiro que reflectisse as particularidades distintivas da língua portuguesa falada na antiga colónia insere-se na procura da identidade nacional e cultural do país, independente desde 1822. Com

esse propósito, o escritor brasileiro José Jorge Paranhos da Silva (1859-?), sob o pseudônimo de “um brasileiro”, dá à estampa trabalhos que visam instituir um sistema gráfico brasileiro, de tendência fonográfica, distinto de todos quantos haviam sido praticados em Portugal – **O Idioma Hodierno de Portugal comparado com o do Brasil** (1ª e 2ª partes, 1879), o **Sistema de Ortografia Brasileira** (1880), **Carta de Nomes para se Ensinar e Poco Tempo a Ler e a Escrever figurado a Pronúncia do Brazil** (1881), **Algũs Artigos què já forão e otros què ião ser publicados na Revista Brazilêira** (1882).

Sem entrarmos na análise pormenorizada da descrição da pronúncia brasileira, importa notar, todavia, os aspectos que devem traçar, no entender deste brasileiro, a fronteira entre os sistemas sónicos portugueses e um sistema brasileiro. Assim, no primeiro daqueles trabalhos, apresentado ainda no “sistema usual”, Paranhos da Silva faz uma análise comparativa da pronúncias portuguesa e brasileira (1ª parte), seguida de uma comparação lexical que põe de manifesto as coincidências e as divergências vocabulares entre Portugal e o Brasil. No tocante às diferenças de pronúncia¹²³, que ditam a criação do sistema brasileiro, são de destacar sobretudo aspectos, referentes tanto ao vocalismo como ao consonantismo. No campo vocálico, em Portugal as vogais átonas pretónicas são praticamente inarticuladas (*s'lada, r'zão, j'nella; m'nistro, exc'z'tice, inc'lino; c'lonia, t'stões, p'suir*, p.12), donde resultam sequências consonânticas¹²⁴, ao contrário do Brasil, onde as referidas se articulam; em Portugal <e> e <o> átonos realizam-se como [i] e [u]; junto de nasal, a tónica é fechada no Brasil, por oposição à tónica aberta realizada em Portugal (*gênio-génio, trêmulo-trémulo, êmulo-émulo*, p. 27), onde <e> se realiza como [α], junto de palatal lateral e nasal (*vâjo, pâjo, d'zâjo, juâlho, cunsâlho, xpâlho, vâho, lânha, tâho*, p. 27); ao contrário do Brasil, em Portugal as grafias <-ãe> e <-em> correspondem a um só ditongo [ãj] (*mãi*, p.27, *Blãi*, p.28); no Brasil, não se verifica a elevação das vogais átonas dos derivados, que mantêm o timbre (*gêlo-gêládo, pêso-pêsádo, zêlo-zêlôso*; p.28); devido à fonética sintáctica, em Portugal regista-se

¹²³ Com frequência recorre o brasileiro à descrição dos sons portugueses realizada Jerónimo Soares Barbosa (**Grammatica Philosophica**, 1822/1830).

¹²⁴ Cf. p. 51: “(...) a lingua de Portugal tem grupos de quatro, de cinco, de seis e sete consoantes ! Quem duvidar conte as de cr'star, as de 'str'm'cer, as de pr'scr'ver, e as de pr'scr'v'rá, e diga quaes serão mais valentes, si os orgãos vocaes que podem pronunciar tantas consoantes juntas, ou os tympanos de quem as ouve”.

a crase entre a vogal final de um vocábulo e a do seguinte (*tod'ó dia, cort'ó p'scoço, and'ó homem*, p.33). Com respeito aos ditongos, quer orais, quer nasais, salienta Paranhos da Silva a realização do ditongo [aj] em Portugal, reduzido no Brasil (*cáixa-caxa, báixo-baxo*, p.38) a uma só vogal aberta [a]; em Portugal, <ei> pronuncia-se como [ɔj] (*lâite, pâito, bâijo*, p.39).

Quanto ao consonantismo, o autor do sistema brasileiro refere o fenómeno de palatalização da sibilante em final de sílaba interior ou final¹²⁵ (*faxto, mixterio, livrox novox*, p.20), que não se verifica no Brasil¹²⁶, onde é sempre “sempre sibilante, ás vezes forte, ás vezes branda”, sem ser chiante. Do mesmo modo, menciona o autor a palatalização da sibilante do grupo culto <-sc->, reposto por via escrita (*paxcer, naxcer, naxcimento*, p.21), embora no Brasil perdure a pronúncia antiga¹²⁷, isto é, uma única sibilante. Na pronúncia portuguesa, Paranhos da Silva reconhece ainda a realização da fricatizada da oclusiva dental [ð]¹²⁸ e, por último, menciona um fenómeno dialectal do português europeu – a neutralização da oposição /b/-/v/¹²⁹. Também nos domínios lexical e morfo-sintáctico Paranhos da Silva indica toda uma série de aspectos que, na expressão de Teófilo Braga (1870), afastam o “idioma brasileiro” ou “dialecto brasileiro” da língua portuguesa: no primeiro domínio, refere vocábulos comuns aos dois países, vocábulos com

¹²⁵ O fenómeno é caricaturado pelo autor nos termos seguintes: “E então ?! São gostos. Para nós os Brasileiros, por exemplo, a cousa é muito diferente: a continuação dos sons de x não faz ao nosso ouvido o efeito de uma cascata, mas de uma duzia de frigideiras. Oução: *Achaxtex e tumaxtex extex cuxtumex lá por ond'andaxtex*” (p.21).

¹²⁶ No entanto, localiza também esse fenómeno de palatalização em território brasileiro: “(...) o şõ d'caxcata du Caxtilhu e da Madáma Tachtu continuou: o şõ de ch foi desterrado para o Brazil (...); e depois se refujiò no şetro de São Paulo” (p.23, nota).

¹²⁷ “Nós outros, porem, dizemos nacer, como João de Barros, nacimiento, pacer; pois para nós o s tem no fim das syllabas o mesmo som do nosso ç, e só o nosso maõ instincto de imitação nos faz escrever como os Portuguezes nacer, para mostrarmos que a nossa moderna palavra vem do latim *nascor* (sem embargo de que a antiga, a de João de Barros vinha do castelhano *nacer*)” (p. 21).

¹²⁸ “Tem o *d* ás vezes um som algum tanto differente nas duas maneiras de falar; mas essa differença tende a desaparecer. Em muitos logares de Portugal o *d* é pronunciado ás vezes quasi como o mais brando dos dous rh inglezes, o qual é um *d* pronunciado com a ponta da lingoa molle sobre os dentes superiores. Comparemos o d de mulhado, dito pelos nossos primos de Portugal, com *the*, artigo inglez, e vejamos si ha muita differença. (...) Lisboa, porem, parece ter já desterrado o d natural da Peninsula” (p.22).

¹²⁹ Cf. p. 22: “A troca do *b* pelo *v* é considerada no Brazil como característica da fala dos Portuguezes, e excita o riso mesmos dos Primos que vivem entre nós. entretanto essa troca não me parece ridicula nem desagradavel. (...) Si ha cousa de ridiculo é que o numero menor de Portuguezes não deixe imprimir em Portugal o que pronuncia o numero maior. Não é porque não fazem a troca de *b* por *v* que para nós a pronuncia de Coimbra é soffrivel, posto que algum tanto dura”.

significação diferente em ambos, palavras apenas usadas em Portugal e palavras brasileiras de origem indígena; no segundo domínio, o autor salienta o emprego dos pronomes pessoais e possessivos, assim como de certos verbos (estar, ter) e preposições, etc. Afora estas particularidades, comenta a especificidade do “idioma brasileiro”, cujas características diferem do chamado estilo do português.

Baseado nas diferenças de pronúncia entre Portugal e o Brasil, o **Systema de Orthographia Brasileira** (1880), proposto por Paranhos da Silva, visa transcrever a fala brasileira, correspondendo, portanto, a um nacionalismo linguístico que já tinha sido traduzido na literatura de estética romântica, entre 1840 e 1880, pela inserção de “indigenismos” nas obras literárias dos autores (José de Alencar, por ex.) que pretendiam criar uma expressão brasileira, distinta da língua e literatura do antigo colonizador¹³⁰. Na sua reivindicação da autonomia linguística do Brasil, Paranhos da Silva chega ao ponto de entroncar a “língua brasileira” no castelhano¹³¹ e de refutar o enraizamento do “brasileiro” no português.

Para o ortografista, só uma ortografia “phonographica não desnaturada é capaz de fixar e conservar os sons da bella lingua do Brazil”, devendo atender às seguintes premissas:

1º Não empregar signal sauperfluo em occasião alguma; porque o leitor pode julgar dever dar-lhe o valor que costuma ter em outras.

2º Não deixar de empregar algum signal para figurar um som da lingua; porque a escriptura deve só por si guiar o leitor, e não obrigá-lo a ter memoria os casos em que se devem pronunciar sons que por capricho não são representados na escripta.

3º Não empregar signal algum com dous valores; porque o leito não pode saber qual d’elles o escriptor quer que tenha na occasião.

4º Não empregar dous signaes com um valor só; porque afinal vem a parecer que cada um d’elles tem valor diverso, e vem-se assim a crear sons improprios do luso-brasileiro” (**Systema de Orth. Brasileira**, p. XVI).

¹³⁰ Sobre a “questão da língua brasileira” no século XIX, vide a síntese de Nilce Sant’Anna Martins, **História da Língua Portuguesa**, V, S. Paulo, Editora Ática, 1988, pp. 8-33.

¹³¹ No opúsculo **Algãs Artigos que já forão e ôtros que ião ser publicados na Revista Brazileira** (Rio de Janeiro, Tip. de L. Winter), de 1882, figura uma secção intitulada **Questões de Ligoistica** (pp.9-24), na qual Paranhos da Silva tenta demonstrar a filiação do brasileiro no castelhano.

Para aplicar um sistema deste tipo, Paranhos da Silva mandou fazer novos tipos tipos, necessários à impressão da segunda parte da obra, na qual ele exemplificaria o sistema brasileiro¹³² (cf. 2º vol., 5, II), que se distingue dos projectos apresentados por reformadores portugueses precisamente pela adopção de caracteres específicos, adequados à representação de soluções gráficas peculiares no campo vocálico e no consonântico.

Assim, no que se refere à representação vocálica, as grafias devem corresponder às características da pronúncia brasileira: por isso, grafar-se-ão com <i> os vocábulos em que ele fôr articulado no Brasil (*sirigueiro*); representar-se-á o elemento vocálico [e] ou [i], articulado no Brasil para destruir os grupos consonânticos (*atmosfera, adevogado, menemonica, indignar*, p.5). Com respeito à acentuação, o acento grave marca não apenas vogais tónicas – [i] e [u] sem alteração de timbre –, e vogais átonas fechadas [e] e [o], como também vogais nasais ou nasaladas, em especial junto de consoante palatal nasal (*frígido, rústico, açúcar, à mago, gênio, encômio*, p.10); no entanto, dispensa-se esse acento nas palavras em <-er, -ir, -or, -ur> e <-ez, -iz, -oz, -uz> (*conter, cair, amor; cortex, feliz, compoz, compuz*, p.10), o mesmo sucedendo sempre que <e, i, o, u> são seguidos de vogal ou ditongo nasal (*esse, caído, gostoso, saude, parecerão, forão*, p.10); aceita-se mais do que um acento gráfico para marcar não só tónica, mas também a prosódia (*védor, córado*, p.7). Ao acento agudo cabe a função de assinalar a tónica aberta (*cáustico, épico, ótimo, cáio, nédio*, p.11), inclusive nas sequências vocálicas (*idéia*, por oposição a *meia*), na vogal aberta dos oxítonos (*manacá, pontapé, mocotó*, p.11); exceptuam-se os casos em que a vogal fôr seguida de <-r, -z>, como em *amar, capaz*. Não são acentuados os monossílabos (*o, a, os, as, de, do, da, dos, das, nos, vos, me, te, se, lhe, lhes, por, en*, p.12), com excepção de *què* e *sè*. A nasalidade vocálica é marcada exclusivamente pelo til (~), como se vê em *sõ, jóvẽ, ibérbe*¹³³, registando-se, porém, uma variação desse sinal quando a nasal é tónica: em tal caso, o til apresentar-se-á inclinado como o acento grave (˘). Por sua vez, o ditongo nasal [ɛ̃j]

¹³² No final da primeira parte, faz a seguinte advertência: “Ainda não estão prontos os tipos próprios para a impressão de capítulo seguinte” (p. 5).

¹³³ Estes casos distinguem-se, todavia, daqueles em que a grafia <-n>, articulada como consoante nasal (*abdomen, cacófaton, cólon, jérmen*, p. 28).

é grafado com a sequência <enh> (*enh* “em”). Quanto aos ditongos [aj], [ãj], [ɔj], [õj], o ortógrafo brasileiro opta pelas soluções <ae>, <ãe>, <oe> e <õe>, respectivamente em *jornaes*, *mães*, *arrebóes*, *corações* (p.34). Os ditongos orais [aw], [ɛw], [ew] são grafados como <ao, eo> (*pao-Páolo*, *céo*, *Cèota*, p.34). Por último, [uj] é representado por <ui>, por oposição às formas em <ue>.

Também na representação consonântica se registam divergências relativamente aos autores portugueses. Assim, com vista à regularização e simplificação do sistema, na grafia da oclusiva velar surda [k] introduz Paranhos da Silva uma distinção entre a oclusiva com suporte vocálico, grafada <co^{a, e, i}>, e a oclusiva sem suporte, grafada <qu^{e, i}>, sendo que o mesmo tipo de distinção é extensível à sua correlata sonora [g], grafada com <gu^{e, i}>, sempre que não tem suporte, ou com <go^{e, i}>, quando tem suporte, como se vê em *guérria*, *guia*, por um lado, e *goéla*, *distingoir*, por outro. No campo das sibilantes, adopta uma distinção posicional, marcada por dois grafemas diferentes, um dos quais é inovação sua: a surda será representada por um grafema exclusivo – <ş> –, em posição inicial e intervocálica, (şilabas, aşim, p.23), ao passo que em final de sílaba (interior ou de palavra) a sibilante é grafada com <s> tradicional (*astro*, *ólhos*, p.23); em congruência com estas soluções, a sibilante sonora [z] apenas é com <z> (*caza*, *obzequio*, pp. 21-22).

Ao arrepio do princípio fonográfico segundo o qual a cada som deve corresponder uma só grafia, para a fricativa palatal surda [ʃ] o autor mantém as duas soluções gráficas tradicionais – <x> e <ch>¹³⁴ –, em *roxoxo*, *coxo*, *xadrez* (p.23) e *chacota*, *chegar*, *cheirar*, *achar*, *caprichar*, *fechar* (p.33), sendo os restantes valores da grafia <x> representados por <cş>, <z>, <ş> e <s> (*secşo*, *ezemplo*, *trouşe*, *estrangeiro*, *eşéto*, p.23). Por seu lado, a fricativa palatal sonora é grafada por <j>

¹³⁴ São pouco numerosas as palavras em que aparece <x>, pelo que o autor sugere uma revisão desta solução, no sentido de se adoptar exclusivamente <ch> para a representação da chiante surda: “ Já şe vê que são pôcas as palavras e que şe deve escrever x. Portãto, şerã mais razoavel escolher ch para figurar o şõ de x, şi a errõnea cõfuzãõ dos dôz tã de cõtinuar, do que escolher z para a escrita das mõiõsimas palavras até oje figuradas cõ ch. A ortografia nõva de Portugal, a sonica do Sr. Leão Barboza, faz mõiõ bẽ e querer que o x şubstitua ch; pois que e Portugal x faz parte da tridade şipãtica (...)” (p. 33).

em todos os contextos (*jejum, jesuita, oje, fugir, majestade*, p. 29), dado que <g> fica reservado para a transcrição da oclusiva velar sonora¹³⁵. Paranhos da Silva estipula ainda a proscricção de <h> inicial (*umor*, p.29), em conformidade com o princípio acima referido, o mesmo que preside à representação dos grupos consonânticos, cuja grafia depende da realização oral (*decepção, opção*, p.5; *nacer*).

Afora os acentos, Paranhos da Silva prevê o uso de outros sinais, como o hífen (*risca de união*), que serve para ligar os elementos dos compostos (*última-mente, diréta-mente*) e assinalar a divisão silábica na translineação (*co-etaneo, ma-ometano, ri-o*, p.14), realizada com base na sílaba fonética. No domínio da representação lexicológica (cf, infra, 6.2.2.), cabe ao hífen a separação dos elementos componentes dos advérbios do modo em -mente; pelo contrário, as enclíticas, que formam uma única unidade gráfica junto com as formas verbais de que dependem acentualmente (*amándose, amalo, tirarlho, tirarto, tirárselhe*) não são ligadas a estas por hífen, à semelhança do castelhano. Neste sistemas não contempla o uso de apóstrofo, ao invés de outros sistemas de idêntica orientação.

Se atentarmos na doutrina e nos pressupostos de Paranhos da Silva, e bem assim nas referências aos reformadores e ortografistas portugueses, podemos incluir este sistema no debate oitocentista sobre “questão da ortografia portuguesa”, com reflexos em ambos os lados do Atlântico, situação à qual se refere o autor brasileiro, ao encerrar as suas reflexões sobre o assunto:

“sei què maitos, porê, não pódê abãdonar a idéia de què a ortografia brazileira deve não perder de vista «as tradições e as istórias de Purtugál». só lhes declaro què nê admiro a sua firmeza, nê o discurso de què na Academia de Lisboa falò 4 óras, para cõvêser seos cõpatriótas da neçesidade de se respeitar a Etimolojia latina na escritura do portuguez. Porque, coãto a a firmeza. vejo maiór nos miguelistas ô Miglistas (partidarios de D. Miguel) de Portugál; e coãto a o discurso declarada-mãte bazeado ã fisiolojia, ã anatomia, ã fizica, etc., afirmo què já vi cõza superior a as carradas de razão do Etimólogo «novo», do què dizê ter sido defêsor da ortografia fonética” (p. 45)

¹³⁵ A propósito da homofonia de <j>-<g> e <x>-<ch>, José Jorge Paranhos da Silva cita Castilho quando este observa: “O G se identifica com o J, assim como o X com o CH, e com o S final, como em casas, que sôa como se escreveramos cazax, e com o Z final, que tem igual soido, como capax, que articulamos como se escrevêra capax (...)” (pp. 43-44).

Abra-se aqui um parêntese para acrescentar que no nosso século, mesmo depois do primeiro acordo ortográfico luso-brasileiro (1931), encontrar-se-á quem continue a reclamar uma **Ortografia Simplificada Brasileira**, baseada na especificidade da pronúncia do Brasil: trata-se de Bertoldo Klinger (*jeneral reformado*), que em 1940 (Rio de Janeiro) propõe uma reforma com aquela designação. Curiosamente, ali são retomadas soluções previstas nas **Bases** (1885) e na **Ortografia Nacional** (1904), que acabaram por não vigorar no texto reformador de 1911, em particular a adopção de <cs> e <j> para a representação de [ks] e de [ʒ], respectivamente (cf. *infra*, III, 5.).

2.1.10. “Orthographia de Transição, Systematica”

Se no Brasil se registaram experiências de autonomização (orto)gráfica, em Portugal houve quem pretendesse instaurar um sistema de mediação entre etimológicos e sónicos, enquanto não se fazia uma reforma consensual. A tentativa e os fundamentos da fase de transição do(s) sistema(s) etimológico(s) para um sistema oficial simplificado é exposta por Carlos Afonso e A. de Almeida, no **Ensino Pratico-Analogico da Prosodia e Orthographia** (1889), obra publicada na colecção Instrução Portuguesa. Essa **Orthographia de Transição, Systematica, Portuguesa** dever-se-ia deduzir da “*confusão* a que emphaticamente dão o epitheto de – *etymologica*”, por meio de uma “Orthographia Comparada” e pelos “Contrastes Orthoepicos”. O resultado de tais comparações põe de manifesto o espírito correctivo e purista dos dois autores, quando reprovam “*sâi, sanha, tâlha, vâija, villhaco, openião*, por ser “linguagem viciosa ou barbarismo”, ainda que tal modo de pronunciar seja “commodo” por ser “usual” (p. 33).

Dirigido preferentemente ao ensino da infância, o projecto de Carlos Afonso e A. de Almeida consistia numa “tentativa prosodica e orthographica” de remediar as principais falhas de pronúncia e da escrita, decorrentes das deficiências dos métodos de escrita/leitura então vigentes, problema cuja solução não se encontraria por via da estéril disputa entre sónicos e etimológicos, a julgar pelas palavras dos autores:

“Quem de espirito desannuviado attentar no estado anarchico da prosodia e da orthographia portugueza; quem pesar os inconvenientes, que resultam e resultarão ainda, para a instrucção nacional, das encontradas praticas orthographicas dos mestres do correcto escrever; e quem, tambem, pensar no fructo que se tem colhido das luctas, quasi periodicas, travadas entre sonicos e etymologistas, ha de, cremos, ter o desejo de supplicar aos que conservam ainda as venerandas tradições dos Barros, Vieiras, Camões, Herculanos e Garrets, ou aos academicos diplomados, desçam até nós, e venham espargir as suas luzes, especialmente sobre aquelles que teem por cargo e dever o ensino e a pratica dos preceitos impostos pelos orthographos officiaes” (p. XII).

Os autores atribuíam aos dicionaristas uma parte da responsabilidade na ausência de normalização da ortografia, devido às suas discrepâncias na grafia das raízes das palavras, pelo que se tornava imperativa a fixação de uma base ortográfica comum e estável, sem “descer até á exigencia dos sonicos, nem subir até ao rigor dos etymologistas intransigentes”. Contudo, C. Afonso e A. de Almeida regem-se pelo **Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil**, de António José de Carvalho e João de Deus (1877), dicionário recomendado oficialmente. Para os autores da **Orthographia de Transição**, a normalização ortográfica devereria assentar na racional e analítica observação da prosódia das palavras, baseada numa perspectiva normativa. Dos fenómenos detectados na pronúncia do seu tempo, realçam em particular a realização da vogal tónica junto de palatal (*anho-enho; lanha-lenha*); a homofonia de certas sequências vocálicas (*cear-ciar*); os valores das vogais átonas iniciais (*eminencia-imminencia; elidir, ilidir, ellidir; escada-iscada*). Com base nessa análise da pronúncia, julgam conveniente assegurar a distinção gráfica entre ãu-õ, êi-éi-ê, e-i, não obstante “algumas pessoas cultas e até auctoridades pedagogicas” proferirem *ideficio, iducação, felecidade, medecina, ministro, offeciar, openião, piqueno, vesita, vezinhança* (p. XI).

Se é evidente, neste sistema de transição, a condenação dos desvarios etimologizantes, não é menos clara a rejeição da “lei sonica”, que determinaria a multiplicação das variações gráficas, como por exemplo *felix, felijmente, felij memoria; damax, damaz elegantex, elegantej damax*, etc. (p.XXIII). Para Carlos Afonso e A. de Almeida, a tentativa de mediação entre o sonicismo mais radical e a etimologia mais fervorosa, radica na análise dos processos históricos que serviram

para "aportuguesar" os vocábulos, uma vez que a ortografia portuguesa, do ponto de vista histórico, nem é exclusivamente sónica, nem etimológica. Nesta proposta parecem estar reflectidos, *mutatis mutandis*, pressupostos metodológicos e teóricos – a necessidade de atentar na história da língua, por exemplo –, semelhantes aos que presidiam às **Bases** (1885) de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu. Sublinhe-se, porém, que as soluções propugnadas ainda não assumem a ruptura nítida com a chamada ortografia usual, visto persistirem as consoantes dobradas, os grafemas e dígrafos cultos <y, rh, th, ph>, o <h>, quer inicial quer interior, e grupos consonânticos cultos (gm, gn, mpt, por ex.), etc.

Quanto ao estatuto da ortografia no âmbito da gramática portuguesa, C. Afonso e A. de Almeida são conscientes de que as unidades gráficas não remetem de forma exclusiva para o plano fonético-fonológico, mas também para a morfologia, assim como a sintaxe, motivo por que a ortografia tem implicações no tratamento de todas esses conteúdos gramaticais.

Como tentativa de compromisso entre a história da língua e a fonologia, a **Orthographia Simplificada** assenta em bases correctivas e pouco rigorosas, bem distintas, portanto, daquelas que nortearam Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu.

2.1.11. "Ortografia Simplificada"

Quatro anos após as **Bases** (1885), e na mesma data da "ortografia de transição", vem a lume uma **Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa** (Porto, Typ. Nacional), publicada sem o nome do autor, na qual é descrito um sistema gráfico na linha daquele que havia sido descrito pelos filólogos Viana e Abreu. Escorada no princípio basilar de que a "escrita deve ser, nem mais nem menos do que a imájem das palavras, e que quanto mais parecida esta imájem fôr, mais correcta é" (p.55), a **Ortografia Simplificada** visava, de facto, a uniformização e a simplificação ortográfica do português.

Este sistema dá grande destaque à fixação da acentuação. Assim sendo, uma vez estabelecidos os principais padrões acentuais dos vocábulos portugueses (agudos, graves e esdrúxulos) e indicados os acentos gráficos (agudo, circunflexo e grave), são definidos os usos específicos de cada um: o agudo deve assinalar sempre

a tónica das palavras esdrúxulas, assim como a segunda vogal das sequências vocálicas que não são ditongo (*saída, saúde, reúne, miúdo, proíbe*, p.8), para além de lhe caber uma função distintiva na forma verbal grave *pára*, e na crase da preposição a com o artigo feminino (*á*), ao contrário das **Bases** (*à*, p.7); o circunflexo marca, por sua vez, as vogais *e* e *o* tónicas fechadas (*fôrça-fôrça; modelo-modelo; socêgo-socêgo; côres-côres*) a tónica fechada dos agudos, seguidas ou não de *s* (*mercê, mercês*, p.8), excepto os terminados em <-z>, dos esdrúxulos (*pêcego, fôlego*), e do substantivo *pêlo*; ao acento grave cabe a função de indicar abertura das vogais átonas (*crêdor, prègar*, p.9), a sinérese nas sequências <güe, gùi, qüe, qùi> (*arguir, agüentar, lingüística; conseqüente, eqüidade*, p.9), e a ausência de ditongo (*reïterar, reüido; proibir, destituição, paizajem*). Ficam isentos de acentuação as palavras nas seguintes condições: as graves em *a, o, as, os, es* (p.9); as agudas em <-i, -u>, seguidas de outra consoante que não *s* (*pedi, pedis; funil, funis*); as agudas em ditongo oral ou nasal (*marfim, irmã, marau, andai v. órgão, pôrem, úsão*, p. 10).

Mas, mais do que a análise deste sistema, vale a pena atentarmos nos pontos em que ele secunda ou se afasta das **Bases**.

De facto, **Ortografia Simplificada** coincide com as **Bases** nos aspectos seguintes: 1. estabelecimento de uma acentuação gráfica que exprima o acento de intensidade do português; 2. exclusão de certas grafias consonânticas; 3. indicação do valor dos fonemas e respectivas grafias; 4. distinção de homónimos e parónimos. Na verdade, quer as soluções, quer a ordem seguida na exposição das matérias, e inclusive a exemplificação apresentada, seguem de perto as **Bases**, cujo teor o autor da **Ortografia Simplificada** não só devia conhecer como até decalcou no seu opúsculo. A comparação dos dois textos põe em evidência numerosas sobreposições, até nas estratégias expositivas, como se vê pela introdução de um *corolário* e um *escólio* no tratamento de cada aspecto da matéria. Ora, esses termos apareciam já nas **Bases**.

Vejamos, pois, em pormenor, as soluções comuns aos dois sistemas: tal como nas **Bases**, na **Ortografia Simplificada** prevê-se o uso do acento agudo para distinguir homógrafos com timbres diferentes (*fósse-fosse, réis-reis, séco-seco*, p. 8), bem assim nas sequências vocálicas em que *i* e *u* não constituem ditongo com a vogal antecedente (*reüine*, p.8); em ambos os textos se propõe a acentuação tónica

das palavras em vogal ou ditongo nasal (*órgão, Estêvão*, p.10); ao circunflexo cabe, em ambas as propostas, a função de indicar [e] e [o] tónicos (*fôrça, modêlo, socêgo, côres, côr, vêem, dê*, p. 8)¹³⁶, para assegurar o jogo de oposições entre pares de “parónimas”; em ambos os casos, esse acento assinala também a tónica fechada, seguida ou não de <-s>, em palavras esdrúxulas ou agudas (*pêcego, fôlego, mercê, mercês*, p.8)¹³⁷; em ambos, o acento grave serve para marcar não só a vogal átona aberta, em caso de paronímia (*crêdor-credor, prègar-pregar*, p. 9), como também o suporte vocálico átono das sequências [kw^{e.i}] e [gw^{e.i}] (*arguir, agüentar, lingüística; conseqüente, eqüestre*, p.9), embora as **Bases**, mais restritivas, apenas prevejam esta solução para a primeira dessas sequências (*consecuente*). Comum aos dois sistemas são, ainda, a rejeição da grafia tradicional <ae>, para a transcrição do ditongo [aj], em favor da actual <ai> (*pai, sai, amai*, p.11); a fixação da grafia das sequências vocálicas [ejɔ] e [eju] como <eia, eio> (*passeio*, p.12), que afecta sobretudo a flexão dos verbos em <-ear> (*receio, receias, receia, receamos, receais, receiem*, p.49)¹³⁸, a adopção de um único grafema <j> para transcrever a palatal sonora [ʒ] em todos os contextos, e, por conseguinte, a supressão as sequências <g^{e.i}>, neutralizando-se a irregularidade gráfica dos verbos em <-jer, -jir>; a proscricção dos chamados grupos consonânticos cultos <th, ph, rh, ch> e consequente substituição pelos correspondentes grafemas simples (*termometro-termometro, ether-éter, thio-tio, ethnografia-etnografia, philtro-filtro, rheumatismo-reumatismo, chimica-quimica, machina-maquina*, pp.15-16); a supressão dos grafemas cultos <k> e <y>, só admitidos em vocábulos estrangeiros (*quilómetro, quilograma; lyrio-lírio, physica-física*, p.18); a simplificação das consoantes dobradas, excepto no caso dos compostos com as preposições *in* e *em* (*immigrar, immerjir, emmalar, ennobrecer, innato, innegavel, imóvel*, p. 14)¹³⁹; a exclusão de consoantes mudas quando não afectam a vogal precedente (*augmento-aumento, damno-dano, psalmo-salmo, descripto-descrito*, p.16, v. *acção, actor, predilecção, redacção, respectivo*,

¹³⁶ Estes exemplos repetem os das Bases pela mesma ordem, mas afastam-se quanto à grafia de *vêem* (vir), que nas Bases é *vêem* (p.7).

¹³⁷ Também aqui os exemplos são os mesmos, divergindo tão só na grafia de da sibilante intervocálica, que nas Bases é *pêssego* (p.7).

¹³⁸ A este propósito, observam os autores das Bases: “Temos visto ortografar (e até pronunciar!!), *passeiando, passeiata, ideiou, receiará, feichava*, etc.” (p.14).

¹³⁹ Nas **Bases** figura também *connosco*, exemplo que não é mencionado na **Ortografia Simplificada**.

trajectória, baptismo, p.17)¹⁴⁰, sendo que tal critério não é aplicável, todavia, às vogais [i] e [u], por não registarem variações tímbricas (*edicto-édito, corrupto-corruto, corrupção-corruto*, p. 17). Quanto à polifonia de certos grafemas, é de sublinhar que ambos os sistemas coincidem: assim, com respeito à representação das sibilantes e à distribuição contextual dos grafemas que as representam por tradição (s, c, ç, -ss- e -s-, z), a **Ortografia Simplificada** concorda com as **Bases** ao estabelecer que <c> pode ocorrer quer posição inicial quer interior, em função da origem latina e de processos históricos, enquanto que <ç> apenas se aceita em posição interior, sendo que a descrição do valor desses grafemas aponta para a antiga distinção entre uma sibilante pré-dorsodental surda, e uma ápico-alveolar, grafada por <s>, embora o autor refira o fenómeno de redução a favor das pré-dorsodental e a sobrevivência da apical em certas regiões¹⁴¹; mas a **Ortografia simplificada** aceita, a título de excepção, a prevalência do critério da composição (*antesala, antisocial, contrasenso, coseno, desecar, dezeseis, jirasol, monosílabo, presentir, resaltar*, p.34), quando prevê que <-s-> tenha valor de [s]; a propósito de <-ss->, a **Ortografia Simplificada** apresenta um escólio de exemplos; tal como nas **Bases**, ali adopta-se <z>, em posição final, nos vocábulos agudos, sendo que em ambos os sistemas se grafa <z> nos sufixos, quer verbais (-izar- *ajùizar*), quer nominais (*acçãozinha, pãozinho*, p. 40); quanto aos valores de <x>, a **Ortografia Simplificada** aponta [ʒ], [z], *eis*, [ks], [ʃ] e [s], ilustrados, respectivamente, nas palavras *expremer, extranho, excentrico; exacto, exame, exarar; extase, extramuros*,

¹⁴⁰ Nas **Bases**, apenas aparecem também os exemplos relativos à preservação da consoante muda, referidos exactamente pela mesma ordem.

¹⁴¹ Cf. p. 21: “As letras c e ç (*ça, ce, ci, ço, çu*) pronuncia-se com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quase fechados, em quanto sai o seu som que é brando e suave. O s pronuncia-se com a ponta da lingua moderadamente aplicada ao paladar junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sai um som quasi assobiando do meio da bôca. Os sons d’estas duas letras, com quanto não se diferênção; nos centros mais civilizados do paiz dá-se-lhes indistintamente o som mais brando e suave do c e ç, e nas provincias do norte, sobretudo em Traz-os-Montes, dá-se-lhes o som assobiado do s. A confusão e falta de distinção d’estas distinções chegou a tal ponto, que hoje já se não emprega ç inicial em nenhuma palavra, e é muito difficil estabelecer regras que indiquem qual d’elas se deve empregar em meio de palavras; a dificuldade e confusão desaparecerião, logo que se estabelecesse a regra de empregar sempre o s excluindo o c e ç, mas quemtem competência a autoridade para o fazer, não se tem dado a esse encómodo, e a nós só nos compete fazer obra pelo que achamos estabelecido, esperando do tempo a correccão d’estas e outras irregularidades, como já sucedeu com o ç em principio de palavras”.

*ex-votos; sexo, anexo, fixo, complexo; reflexão, axioma, maximo; xadrêz, rixa*¹⁴² (pp. 34-35). Afora os casos atrás indicados, este sistema diverge ainda das **Bases** quanto à acentuação de palavras com vogal <i> ou <u> final, ou vogal seguida de consoante (*pênsil-pênséis; tribu-tribus*, p.10); o acento grave aplica-se também à representação das sequências vocálicas átonas que não formam ditongo (*reïterar, reùnido, amiudado, proibir, destituição, paizajem*, p. 9). Ao contrário das **Bases**, na **Ortografia Simplificada** persiste a distinção entre <eo> e <eu>, correspondentes a [ɛw] e [ew], respectivamente. Sem admitir a dupla grafia, na **Ortografia Simplificada**, a representação do ditongo nasal [ãw] tônico ou átono faz-se por meio da acentuação (*falárão-falarão, comêrão-comerão*, pp.10-11), enquanto que as **Bases** adoptam uma grafia com função morfogramática para a opor a 3ª pessoa do plural do pretérito e do futuro (*juraram-jurarão, venderam-jurarão*, p. 8).

Para além das coincidências e divergências acima registadas, a **Ortografia Simplificada** afasta-se decididamente das **Bases** em alguns pontos, como a representação do ditongo [õj] por meio de <õi>, como defendera Barbosa Leão (1878); a grafia do ditongo [ãj] por meio de <ãi> (*mãi, páis, Magalhães*, p.11); a não adopção da sequência <cu^e.i>, em vez de <qu^e.i>, para representar a oclusiva surda [kw^e.i], por exemplo em *eqüidade, conseqüente* (p. 9). Mais radical do que as **Bases**, que remetem o assunto para um Congresso de especialistas (p. 10), a **Ortografia Simplificada** faz a proscricção do h interior (*saír, caír*, p.14; *deserdar, desonra, inumano, reabilitar*, p.15), mesmo nas enclíticas da flexão verbal (*descrevel-ei, descrevel-ia*, p.15), embora o conserve quando inicial. Por outro lado, a **Ortografia Simplificada** recomenda a substituição de <w> por <v>, em palavras já integradas no português (*sanduíche, vagão, vagonete, revólver*, p.18).

No campo dos discríticos, tanto as **Bases** como a **Ortografia Simplificada** prescindem do trema, diérese ou ápicos, embora nas primeiras a rejeição seja explicada, ao invés da segunda.

¹⁴² Cf. 35: “ em quanto ao sexto som, que é o jenuinamente portuguez, muitos o confundem com o da consoante palatal dura explosiva, representada pela letra ch, porem como hoje a pronúncia d’esta letra está em jeral substituida pela mais suave do x, o mais curial seria eliminar aquela articulação do alfabeto, e substitui-a pelo x nas palavras em que ela se emprega, escrevendo por conseguinte; *xave; xuva*, etc. mas como não nos julgamos com autoridade precisa para propôr essa reforma, limitamo-nos a apresentar o seguinte escólio”.

Não obstante as numerosas coincidências com o sistema das **Bases**, acima enumeradas, é evidente que o sistema descrito na **Ortografia Simplificada** propõe uma maior extensão do princípio fonetizante, o que poderá concluir-se igualmente de uma comparação com as soluções expostas na **Ortografia Nacional**, de Gonçalves Viana (1904), e com as definidas na reforma de 1911 (cf. infra, **III**, 5.), que restringiu a extensão fonetizante em determinados aspectos, entre eles a representação da palatal sonora exclusivamente por meio de <j>.

Já no plano extra-grafemático, a **Ortografia Simplificada** trata da divisão silábica, à semelhança das **Bases**; em ambos os casos, o critério seguido é a constituição silábica. Afora este aspecto, na **Ortografia Simplificada** constam igualmente indicações relativas aos sinais ortográficos, entre os quais se contam as maiúsculas e a pontuação, não incluídas nas **Bases**¹⁴³, uma vez que estas se ocupam sobretudo das correspondências de carácter fonográfico e morfogramático. Assim sendo, no que se refere aos sinais ortográficos, a **Ortografia Simplificada** trata do uso de unidades extra-alfabéticas pertencentes quer à pontuação de frase, quer à pontuação de texto (cf. supra, **II**, 4.2, 4.3; infra, 6.3., 6.4.).

Na justificação da **Ortografia Simplificada** não se recorre, pelo menos de forma tão explícita e insistente quanto nas **Bases**, à fundamentação histórica (*Determinação histórica e comparação, Bases*), apesar de se fazer referência à etimologia, como condição necessária para um sistema uniforme e simplificado que contemple todas as variantes dialectais integradas no diassistema. Também existem referências à variação dialectal, designadamente ao sistema de sibilantes da região de Trás-os-Montes (p. 22). Na linha das repetidas referências de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu à situação ortográfica de outras línguas congéneres da portuguesa, como o espanhol ou o italiano, feitas em nome do princípio da historicidade e relação dos sistemas gráficos, a **Ortografia Simplificada** não deixa de focar esse tipo de argumentação:

“Das quatro línguas europeias mais abundantemente derivadas do latim, o italiano, hespanhol, francêz e portuguêz, as duas primeiras já tem as suas ortografias muito aperfeiçoadas no sentido acima indicado, a terceira apesar da sua extravagância e letras inúteis, tem contudo o merecimento de ser uniforme e

¹⁴³ Elas tratam, contudo, do hífen de ligação quer na flexão perifrástica, quer nas enclíticas (p. 13).

obedecer a regras estabelecidas, que todos observão, devido isto ás suas academias que tem estudado e publicado gramáticas e dicionários cujas regras todos séguem, obedecendo á autoridade que aquelas corporaçõis científicas lhes dão. Entre nós não tem infelizmente sucedido o mesmo, o arbitrio é a regra da nossa ortografia, cada um escreve como quer, e até os mesmos homens de letras divérjem no modo de escrever; pois não é porque a nossa língua se não preste tanto ou talvez mais do que a italiana ou hespanhola a uma reforma no mesmo sentido em que as suas academias a fizérão, e sem ser preciso recorrer a invençõis de novos caracteres, como elas tambem não recorrêrão” (p. 20).

Estes argumentos parecem constituir uma réplica daqueles que já encontráramos nas **Bases**: “Sigamos dois bons exemplos a que largos anos deram ha muito já a sanção: o exemplo da Hispanha e o mais antigo da Itália” (p. 4).

2.2. Métodos de leitura e ortografia

Como já dissemos (cf. supra, 1.), durante o período oitocentista, para além da abundante legislação pedagógica produzida a partir do liberalismo, foram realizadas várias experiências pedagógicas, designadamente ao nível dos métodos de leitura. Aquelas que tiveram maior impacto, originando uma intensa polémica social¹⁴⁴, foram o **Método Castilho** (1ª ed. com o título de **Leitura Repentina**, Lisboa, 1850, 2ª ed. **Método Castilho**, 1853), do escritor e pedagogo António Feliciano de Castilho (1810-1875), e a **Cartilha Maternal** (1876), de João de Deus Ramos, também escritor e pedagogo, conhecido como João de Deus (1830-1896), cuja obrinha serviria de instrumento de alfabetização até ao século XX.

Apesar de aos nossos objectivos não servir qualquer recapitulação dos aspectos essenciais dos debates à volta de um e outro métodos, não será demais sublinhar a importância dessas obras pedagógicas num quadro social em que o analfabetismo reinava. Dito isto, vamos ater-nos, então, ao exame dos sistemas ortográficos patenteados pelos dois autores, nas edições de 1853 e 1876, respectivamente.

No **Método Castilho**, enaltecido por alguns como uma verdadeira “revolução ortográfica” – assim é descrito por J. A. de Sousa em artigo sobre a **Leitura**

¹⁴⁴ Vide: F. Adolfo Coelho, **Para a História da Instrução Popular**, Centro de investigação Pedagógica, 1973.

Repentina (O Instituto, 1853, pp. 384-385) –, faz o pedagogo uma tentativa de simplificar o sistema gráfico português à luz da pronúncia, de molde a que o método produzisse resultados rápidos. No Método, assume-se, tacitamente, que a componente etimológica da chamada “ortografia usual” contrariava os propósitos do método, ao mesmo tempo que era um empecilho para uma alfabetização eficaz. Bastam algumas das soluções, presentes no **Método Castilho**, para nos apercebermos dos contornos do seu sistema gráfico: assim, para além da proscricção de <h> etimológico ou diacrítico (*istoria, oje, umanidade, avia, é, um, uma*, passim), e da supressão do suporte vocálico de <q>, quando não é articulado (*fiquei, porque, aqui-quando, frequentadores*), regista-se a simplificação das grafias duplas, excepto <rr> e <ss> intervocálicos (*ocasião, manuscrito, literatura~errado, promessa*); eliminam-se as consoantes mudas e os dígrafos cultos greco-latinos (*adoptaram, refletindo~factos, directoras, efectivamente, filosofica, escólas*); a sequência <ex> é substituída por <eis>, de acordo com a pronúncia identificada pelo autor (*eisperimentado, eisagero, eisame, eisação~excede, auxiliares*); também <x> é substituído por <-ss-> quando tem valor de subilante (*reflessão*); emprego de <ç> por <s> e de <s> intervocálico por <z> (*cançam, civilisação, realisar*), apesar da distinção entre <s>-<-ss-> e <c>, <-s-> e <-z-> (*requisitos, copiosos, azilos, natureza*); igual adopção da distinção entre <g^e.i> e <j>, correspondentes à fricativa palatal sonora (*genio, incorrigiveis, juizo, desejado*), mas substituição do dígrafo <ch> por <x>, para grafar a palatal surda (*xorando, xamando*).

Da representação vocálica, refira-se sobretudo a grafia conservadora do plural das formas nominais em -al (*ruraes, oficinaes*); as sequências vocálicas de *idea-idéa, aldêa*, sem ser representada a semivogal do ditongo, assim como a grafia de vogais heterossilábicas (*creanças, crear*); nas formas verbais, a terminação tónica [ãw] distingue-se da mesma terminação átona (*dão, responderiam, apareceram*); os ditongos decrescentes cuja grafia registava, em regra, variações foi fixada em <eu> e <iu> (*desvaneceu, dividiu*). Por último, verifica-se ainda a substituição da grafia de [ã] inicial pela de [i] em palavras como *intender* (passim), e a ligação da lateral da forma pronominal enclítica ao verbo (*contal-as, istorial-as, presencial-as*, passim)

O sistema manifesta uma clara tendência para a economia, em particular ao nível dos diacríticos, visto o uso dos acentos agudo e circunflexo se restringir a um

reduzidíssimo número de casos de homografia ou de ambiguidade na leitura (...o acentuar todas as vogaes ambiguas é ensinar a lêr por uma ortografia racional... p.XLIX), para assinalar a abertura ou o fechamento da vogal ou a inexistência de ditongo ou a localização da tónica (*ás~as, é~e, idéas, escola, aí, lêr, fôra, porém*). Do mesmo modo, se a versão fraca de acentuação está ao serviço da economia gráfica, em nome de uma maior adequação entre grafia e realização oral, Castilho opta pelo uso apóstrofo para marcar a elisão da vogal da preposição *de* ou a contracção da preposição *em* com formas pronominais, caso em que o apóstrofo pode anteceder a forma contraída (*d'eles, d'isto, d'isso, 'naqela, 'neles, 'num*). Quanto ao uso do hífen de ligação das formas pronominais ao infinitivo verbal, não existe coerência: ora a lateral figura na forma pronominal, ora no verbo (*istorial-as, inicial-os, aprende-lo*). Regista-se, por último, fraca ocorrência da maiúscula: a de palavra aparece nos nomes próprios, topónimos e nomes geográficos, nomes de colectividades ou instituições, nomes de meses do ano, axiônimos e nomes de divindades (*Quintiliano, Travassos, S. Miguel, Portugal, Sociedade Promotora da Agricultura, Janeiro, Fevereiro, Dr., Srs., Mr., Sua Magestade, Deus*); as de frase figuram no início de cada parágrafo e depois de cada ponto final.

Afora as soluções acima arroladas, note-se que Castilho critica o estado da ortografia, ao referir-se aos obstáculos à eficácia do seu método – os *caprichos e loucuras ortograficas* (p. LV).

Acrescente-se que muito dos intuitos reformadores do pedagogo parecem derivar do influxo da cultura francesa, influência detectável até em certas opções gráficas que Gonçalves Viana viria a condenar em 1885 (verbos em *-izar*, como *civilisar, organizar e cortez* e similares por *cortês*)¹⁴⁵.

De recorte bem distinto, o sistema gráfico patente na **Cartilha Maternal** é o mesmo que João de Deus aplicará mais tarde ao **Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil** (1877), publicado de parceria com António José de Carvalho. Partidário da etimologia, o poeta e pedagogo adopta um sistema caracterizado por muitas das marcas emblemáticas da “ortografia usual”: grafias duplas (*nella, annulla, supposto*), grafemas e dígrafos cultos (*etymologia, systema, antipathia, monarchia, orthografia,*

¹⁴⁵ Cf. **Bases**, VI- Dos sufixos, p. 13.

abstrahe), grupos consonânticos etimológicos (*alumno*) e consoantes mudas (*distincção, excepção*), <h> com função diacrítica (*sahir, cahir*), embora vernaculize alguns dígrafos cultos (*filosofica*). Para além disto, João de Deus mantém a grafia usual do ditongo [aj] das formas de plural (*nasaes, vogaes*); grafa, ao contrário de Castilho, a semivogal do ditongo decrescente [ej] quer nas formas nominais, quer nas verbais (*aldeia, teia, feio, receio*); mas estabelece, não sem alguma hesitação, a distinção gráfica entre as terminações tónicas e átonas das terceiras pessoas verbais (*amam, fallam, quizeram-fallárão*)¹⁴⁶, aspecto em que ambos os pedagogos coincidem, portanto, com a proposta das **Bases** (1885), de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, não obstante terem concepções ortográficas muito distintas das destes filólogos. Registam-se, contudo, algumas grafias simplificadas, como a substituição de alguns dígrafos cultos (*alfabeto*), solução que não atingiu por igual todos os grupos e palavras, e a supressão de <h> diacrítico (*é, uma*). Quanto ao uso do hífen, em vez da contracção gráfica das preposições com as formas pronominais, usa o apóstrofo para indicar a elisão vocálica (*d'algumas, n'este*), à semelhança de Castilho.

À vista destes poucos exemplos, é evidente que o autor da **Cartilha** não vinculava a eficácia do método de leitura à simplificação ortográfica, posição da qual dissente o sónico Barbosa Leão (*A ortografia sónica e os seus adversários*, 1883, p.10), ao sugerir as vantagens do sistema sónico quando aplicado aos métodos em vigor, tecendo depois considerações “retrógradas” acerca da escolarização generalizada, numa época em que tanto se debatia o estado de analfabetismo, reveladoras da personalidade do relator portuense:

“Tem-se disputado e disputa-se sobre a preferencia entre os métodos d’ensino; pois bem, sobre o valor da ortografia sónica em relação aos métodos não póde aver disputa; porque éla aproveita muitícimo e por igual, a todos eles. Se, como afirmão, o método do sr. João de Deus abilita a ler e escrever em muito pouco tempo, adõtada a ortografia sónica abilitaria na terça parte d’ece tempo. E como dois terços da sua cartilha ensinão a vencer as dificuldades que opõ i a

¹⁴⁶ Esta solução não vingará no **Dicc. Prosodico** (1877): “É a orthographia mais geralmente seguida hoje nos verbos, quando a última syllaba não é dominante, por exemplo: *amam, fizeram*, etc. (...) Nós seguimos aqui uma orthographia mais exacta, e já antigamente adoptada em toda a imprensa portugueza. Mas tem seu fundamento aquella fôrma para differençar, sem accents, o *ão* dominante, do grave; embora a nossa nos pareça apoiada em mais fortes razões”.

etimológica, as quais desaparecerião, ela ficaria reduzida a um terço do volume, e do preço o que é muito importante. Oje a aplicação da lei da instrução primária obrigatória é uma iniquidade em grande número de cazos; porque o ómem do povo precisa do trabalho dos filhos, que por iço fãtão á escola e pouco ou náda pódem aproveitar. Não o seria porem, adòptada eça ortografia: então, munida a família d'uma cartilha maternal de qualquér método d'ensino suficientemente bem combinado, e avendo néla quem soubéce ler, os meninos apenderião alí quázi com tanta facilidade a ler como aprêndem a falar ”.

João de Deus filia-se, pois, numa corrente conservadora que, se não é totalmente etimológica, pelo menos é partidária da ortografia usual. Mas o sistema da **Cartilha** encontrará defensores até às vésperas da reforma ortográfica, promovida pela Primeira República, como se comprova em carta de Coelho de Carvalho a João de Deus Ramos, filho do pedagogo (**Prosodia e orthographia**, 1910).

Se as posições ortográficas das figuras gradas da vida intelectual de oitocentistas estribavam em princípios dispaes ou mesmo antagónicos, sem que elas modificassem, dado o seu carácter individual ou particular, o caos colectivo, diferente era a responsabilidade da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a instituição que ao tempo poderia ter oficializado a uniformização ortográfica.

Da sua posição e intervenção no assunto trataremos de seguida.

2.3. A Academia e a “Questão Ortográfica”

Vários anos volvidos sobre a publicação das **Bases** pelos académicos A. R. Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, a corporação científica entrará decididamente numa fase de discussão sobre os pressupostos em que deve assentar a fixação do sistema gráfico. Dessas discussões temos notícia pelas actas publicadas no **Boletim da Segunda Classe** (1903), que abrange as sessões de 1898 a 1902.

Antes disso, em 1897, tinha ocorrido a primeira declaração governamental sobre a questão ortográfica, a saber, a **Portaria** (de 20 de Setembro de 1897), publicada no **Diário do Governo de 24 de Setembro de 1897**. Essa Portaria visava sobretudo a uniformização das publicações das tipografias do Estado, e constitui um sinal evidente da dimensão social que a questão ortográfica havia cobrado nos últimos anos daquele século. Emanada da *Direcção Geral de Instrucção Publica e*

assinada por José Luciano de Castro, a **Portaria** denunciava as tentativas de introdução, sem autorização prévia, de determinados sistemas ortográficos, e até da *prosódia portuguesa e latina*, por meio das publicações escolares, ao mesmo tempo que delegava no Reitor da Universidade de Coimbra, nos directores de outras escolas superiores, reitores dos liceus e comissários de estudos a função de zelar para que no ensino público não se verificassem tais situações; servia ainda a **Portaria** para sancionar o uso da chamada *orthographia usual* na Imprensa Nacional, então dirigida por Venâncio Deslandes, descendente da célebre família de impressores de origem francesa, e bem assim nas restantes tipografias do Estado. Estas disposições não conseguiriam, contudo, alterar o estado de “anarquia ortográfica”, na medida em que a referida ortografia usual era instável e diversificada, como observa Eugénio Pacheco (1899)¹⁴⁷, ao refutar a uniformidade de tal sistema em proveito de outro, fundado na determinação histórica e nas leis da derivação:

“É ao Systema (!) acephalo e incoherente da Orthographia usual que o Governo de S. M. F. houve por bem dar fôros de *Consagração* (...) Qual é a Orthographia preferivel ? A incoherente do *Diario do Governo*, que na mesma columna escreve *Adolpho*, á francêsa, e *Adolfo* á portugûesa; ou a systematicamente scientifica como são a Snr^a D. Carolina Michaélis, o Dr. José Leite de Vasconcellos, o Dr. A. J. Gonçalvez Guimarães, o Dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcelloz, o Dr. Francisco José de Sousa Gomez, o Dr. Joaquim Mendez dos Remedios, o sabio Romanista Gonçalves Vianna, o illustre Orientalista Vasconcellos Abreu e finalmente o distincto Grammatico Ulysses Machado ? (pp. 10-11).

Enquanto a questão era publicamente debatida, a Academia ia tratando do assunto em diversas sessões, nas quais participaram, para além do próprio Gonçalves Viana¹⁴⁸ e de Vasconcelos Abreu (cf. supra, 2.1.7.), outras importantes figuras, como Zófimo Consiglieri Pedroso (1852-1910), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), o correspondente brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), ministro do Brasil em Portugal e sócio correspondente da Academia Real das Ciências, José

¹⁴⁷ Cf. *Orthographia e majusculação*, **O preto no branco**, nº 160-161, S. Miguel, Impr. de Eugénio Pacheco.

¹⁴⁸ Era sócio correspondente desde 16 de Março de 1893; passará a sócio efectivo em 17 de Novembro de 1910; cf. Álvares Neves, *Amiceto dos Reis Gonçalves Viana (Bio-bibliografia)*, **Estudos de Fonética Portuguesa**, IN-CM, 1973, pp. 39-66 (é a reed. de vários estudos dispersos do foneticista, acompanhados de estudos sobre o autor). Era igualmente sócio da Academia Brasileira de Letras

de Sousa Monteiro Filho (1846-1909), Inácio Francisco da Silveira Mota (1836-1907), e Henrique da Gama Barros (1853-1925). Passemos, então, à apreciação do contributo das referidas sessões para a história das ideias ortográficas oitocentistas.

Na sessão de 29 de abril de 1898, Assis Brasil apresentou uma nota intitulada **Estudo e Fixação de um Systema Orthographico da Lingua Portugueza**, na qual se sugeria que a Academia Brasileira de Letras (criada em 1896) fosse convidada a participar no estabelecimento de um sistema comum, cujos princípios basilares seriam, por um lado, a *simplicidade logica, que torne a lingua escripta mais accessivel ao estrangeiro do que o é actualmente*, e, por outro lado, a *determinação dos accentos tonicos das palavras, que vae creando variedades de pronunciação, sobre as quaes é impossivel legislar efficaazmente* (**Boletim**, I, 1903, p. 72).

A 26 de Maio de 1898, Teófilo Braga faz leitura da carta que o académico brasileiro lhe dirigira para esclarecer o sentido proposta apresentada na sessão anterior, relativamente a uma reforma ortográfica conjunta das duas Academias. Na carta, apensa à acta, Assis Brasil esclarece: 1. ser impossível e irracional uma uniformização prosódica da língua, tratando-se, por conseguinte, de uma reforma ortográfica; 2. a intenção de contribuir para a aproximação das duas corporações por forma a que estas pudessem ganhar a adesão de intelectuais e das escolas; 3. nenhum dos sistemas em presença – etimológico, sónico e usual – poderá fornecer uma base satisfatória para o novo sistema¹⁴⁹, que deve primar pela simplicidade; 4. as alterações mais fáceis de introduzir são, desde logo, a substituição de <ph> por <f>; a de <y> por <i>.

A própria tipografia da Academia confrontava-se então com o problema da uniformização ortográfica das suas publicações, tendo por isso consultado a Segunda Classe; esta entendeu que devia reflectir sobre o assunto, ao mesmo tempo que colocava o problema em termos nacionais. Com o objectivo de auscultar os académicos sobre cada número do articulado, A. R. Gonçalves Viana apresentou na

¹⁴⁹ Cf. **Boletim da Segunda Classe**, I, (1903), p. 78: “Não ha rigorosamente o respeito da etymologia da parte dos que seguem a orthographia chamada etymologica. Não ha tambem o respeito do som da parte dos que pretendem escrever tal qual se fala, da parte dos phoneticos, phonicos, ou *sonicos*, pela simples razão de que os modos de falar variam quasi tanto como os individuos. ainda na ultima sessão vimos, e alguém o notou, que um distincto academico pronunciava *históriador*, emquanto outro igualmente illustre dizia *histuriador*. Não pode haver, finalmente, uniformidade nos que seguem a orthographia chamada *usual*, simplesmente porque esta não se apoia em principio nem em facto algum com certo caracter de uniformidade”.

sessão de 10 de Maio de 1900¹⁵⁰ um **Questionário** que redigira havia algum tempo (*Proposta de um questionario para se formularem as regras de orthographia portuguesa uniforme tendo-se em attenção as principaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos differentes escritores antigos e modernos por... Boletim, I, 1903, p.179*). Lidos e discutidos os 17 primeiros quesitos, na sessão de 7 de Junho do mesmo ano¹⁵¹, obtiveram estes o efeito desejado – a demonstração incontrovertida da falta de uniformidade na escrita –, não obstante a acta registar uma resposta negativa aos quinze primeiros quesitos e afirmativa aos dois últimos. No ano seguinte, sai no Diário de Governo nº 31, de 8 de Fevereiro, uma portaria assinada por Hintze Ribeiro, com data de 7 desse mês, cujo conteúdo se reportava à de 1897: tratava-se de definir o sentido da expressão “orthographia usual” como sendo a que *está exarada nos mais auctorizados dictionarios contemporaneos da lingua portuguesa e tem sido usada pelos nossos principaes auctores classicos modernos*. Ali se sublinhava, porém, que os *auctores que se não conformarem com esta orthographia, assim o podem declarar, sendo-lhes permittido discutir em notas succintas a orthographia que preferem*. Ora esta portaria não só não resolveu o estado ortográfico, isto é, uniformizar a ortografia, como ainda sancionou as variantes individuais, desde que os autores o declarem, ficando assim vigente esse conjunto abstracto de opções particulares, governadas pelo livre arbítrio, que dava pelo nome de *orthographia usual*, e mais não era do que a escrita de cada um.

Não houve alteração em termos oficiais: a questão ortográfica permanecia em aberto.

A apresentação e discussão dos quesitos de Gonçalves Viana prosseguiu em várias sessões (24 de Janeiro, 21 de Fevereiro e 9 de Maio de 1901), sem que os

¹⁵⁰ Existe uma referência à necessidade de se discutir o assunto na sessão de 11 de Janeiro de 1900, **Boletim da Segunda Classe**, I, 1903, p. 105.

¹⁵¹ Até essa data, segundo Consiglieri Pedroso, apenas fora recebida na Academia uma resposta ao Questionário, ainda assim acompanhado apenas de “singella nota sem valor real”; cf. **Boletim da Segunda Classe**, I, 1903, p. 121. Nesta sessão, sugeriu-se que fosse apreciada a primeira folha do *Diccionario da Academia*, obra inacabada do conselheiro André Joaquim Ramalho e Sousa. Adquirido pela Academia, a sua preparação para publicação vinha sendo discutida na corporação desde 1870. O relatório de Latino Coelho sobre o assunto foi examinado por F. Adolfo Coelho, autor de um opúsculo intitulado **O Relatório do Sr. Latino Coelho acerca do Diccionario da Academia examinado por (...)**, Lisboa, 1870.

académicos tivessem, todavia, ido além do nº 20. Perante isto, foi criada uma comissão¹⁵², que praticamente estagnar os trabalhos, não obstante o desígnio de os fazer avançar e a urgência declarada pelo ministro Hintze Ribeiro¹⁵³ (1849-1907) (sessão de 15 de Janeiro de 1903, **Boletim**, II, 1910, p.29). Ainda assim, depois das sessões de 26 de Dezembro de 1902 e 29 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 1903 o assunto seria não voltaria a ser tratado em qualquer sessão académica, situação que levará Gonçalves Viana a publicar, no ano seguinte, a **Ortografia Nacional** (cf. III, 2.3.), numa evidente reacção ao conformismo dos académicos.

No entanto, note-se que a julgar pelas intervenções coligidas em acta e, sobretudo, pela extensa resposta ao questionário, certo é que a análise dos quesitos foi prejudicada, ou pelo menos travada, pela firme oposição de José de Sousa Monteiro (1846-1909), que rejeitava a prescrição de regras ortográficas em nome do critério do uso¹⁵⁴, para além não conferir ao critério histórico um valor científico em

¹⁵² Dela faziam parte os já referidos Gama Barros, Vasconcelos Abreu, Sousa Monteiro, Silveira da Mota, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana e Cândido de Figueiredo (1846-1926). Na mesma sessão em que é criada a Comissão, por sugestão de Silveira da Mota e conciliando propostas anteriormente enunciadas por Sousa Monteiro e Gama Barros, o referido ministro ter-se-á manifestado como segue: “Narra o que já se deu e dá agora a tal respeito com a Imprensa Nacional. Este estabelecimento dependente do ministerio a seu cargo adoptou recentemente alterações na orthographia dos documentos que publica. Tem por vezes essas modificações provocado reparos e até censuras. Na camara dos dignos pares tinham-lhe sido dirigidas queixas a tal respeito. Reclamara por isso o parecer do Conselho de instrução publica, cuja competencia era no assumpto indiscutida. Este em consulta que hoje corre impressa e era, ninguém o ignorava, obra de quem n’esta casa tratara tambem e largamente o assumpto, se não mostrara desfavoravel ás modificações introduzidas. Não as reputava contrarias á indole da lingua nem ao uso mais geral. Por occasião do discurso da corôa ultimamente publicado notara e ouvira censurar outras modificações ulteriormente adoptadas. Parecia-lhe pois conveniente que a academia se apressasse a emitir a sua tão desejada opinião no assumpto. ninguém por certo mais so que ella competente e auctorizada a resolver a questão definitivamente” (**Boletim**, II, pp. 29-30). Acrescente-se que Sousa Monteiro solicitou então que a Imprensa Nacional não fixasse regras definitivas antes de a Academia se pronunciar sobre o assunto (p. 30)

¹⁵³ Estadista açoriano, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro foi ministro e presidente do Conselho, tendo sucedido Fontes Pereira de Melo na chefia do partido Regenerador.

¹⁵⁴ Em resposta ao quesito 18 (*É, ou não, conveniente prescrever regras certas para a escrita de todas as palavras portuguesas ?*), observa Sousa Monteiro que “Prescrever, no sentido de determinar, ordenar, por escripto que é sem duvida acepção secundaria, mas a mais importante e commum da palavra, não. ninguém tem autoridade para tanto. Procurar assentar regras, quanto possivel, certas e congruentes, sim. Subentendida sempre a reserva expressa com respeito aos quesitos immediatamente anteriores”, e acrescenta: “Á Academia só cabe consagrar, pela adopção, a pratica geralmente, procurando, quanto lh’o soffra o uso acceito, harminisal-a, depural-a. Não tem que prescrever regras regras ao uso ou procurar fixal-o artificialmente, por acto seu, embora reflectido e scientificamente justificado” (**Boletim**, I, 1903, p. 136, pp. 209-210). A esse propósito, esclareceu Vasconcelos Abreu (**Boletim**, I, 1903, pp. 134-135): “A palavra «prescrever» não tem a siginicação que alguns consocios lhe atribuem. todavia aceita que ela seja substituida como se propõe. Não aprova que se elimine o qualificativo «certas», porque há «regras» dadas, aceitas, defendidas até com calor, que são falsas. (...)”. Para o secretário da Classe de Letras, a ortografia devia assentar no “uso actual gente culta,

matéria ortográfica. Publicada em anexo à acta da sessão de 26 de Dezembro de 1901 (**Boletim**, I, 1903, pp.178-224), a resposta do secretário da Classe de Letras mostra bem a sua aversão à reforma. De facto, Sousa Monteiro, de cuja argumentação transcrevemos os pontos fortes, faz a apologia do sistema etimológico em uso, após contestar o procedimento que levava à apreciação do **Questionário**:

“(…) deverá inferir-se facilmente que a unica orthographia que acceito e applaudo é a que o uso quer, não só o uso do vulgo, mas tambem não o uso unico dos cultos. O de todos (p. 189). Tem o principio phonetico na origem a sua justificação. É de facil applicação ás palavras formadas com o ouvido e com a glotte, ás palavras de procedencia popular. Ás doutas, porém, ás formadas principalmente com os olhos que são, na expressão justa de um linguista conhecido, um poder orthographico que nenhuma razões conseguem demover, de applicação difficil (p. 190). Não me parece, de mais, clara de conveniencia inexcedivelmente clara a fixação de uma orthographia, qualquer que seja, regular e certa; nem a indiscutida ausencia d’ella se me afigura de desvantagem perfeitamente irrecusavel e para vivas queixas. (...) A isto accresce a importuna multiplicidade de regras e preceitos, a não menor abundancia das excepções a umas e outros, o extenso rol dos casos duvidosos, inseparaveis de toda orthographia *certa*, que não podem deixar de attenuar, de adelgaçar o jubilo de que por ella se sentem inundados os incautos corações que em grita a pedem (p. 199). A orthographia etymologica poderá manter-se onde a consinta o uso commum e autorizado (p. 214)”.

Na verdade, boa parte dos argumentos aduzidos por este secretário da Academia assemelham-se aos invocados por Latino Coelho, no **Parecer da Academia** (1879). Enferma a resposta de Sousa Monteiro de uma perspectiva linguística segundo a qual se a língua é obra do povo, numa aparente e enganosa atitude anti-correctiva, também o seu sistema gráfico deve obedecer ao uso consentido por todos, pelo que à Academia cabe a função de “simples, embora sabedor e auctorizado, official de registo-lexicographico” (**Boletim**, I, p.188). O académico põe em causa a validade do princípio fonético, do mesmo modo que o princípio histórico se oblitera em boa parte das palavras de etimologia duvidosa ou desconhecida, donde conclui que o uso o próprio já é uma ortografia de base depurando-a quanto possivel e harminisando-a com a etymologia e a tradição” (**Boletim**, I, 1903, p. 136).

historico-phonetica, nas palavras de origem popular, e de base *historico-etymologica*, nas de origem culta (Id., p.195).

Para reverter a seu favor a comparação do sistema gráfico português com os de outras línguas, Sousa Monteiro refere o espanhol, o italiano, o francês, o inglês o alemão, em especial os dois primeiros, pelo facto de também Gonçalves Viana invocar o critério da relação histórica com as línguas da mesma família: com isso, o secretário académico pretendia infirmar quer a preponderância do critério histórico no francês e no inglês, quer a do fonético no espanhol e no italiano. Se com respeito ao espanhol afirma Sousa Monteiro que *não é menos vulgar attribuir à orthographia espanhola o caracter exclusivo de phonetica. Em primeiro logar, não o é com a inteira exclusão, que se acredita, de outros. (...) A Academia Espanhola assenta expressamente em tres bases [pronúncia, etimologia e uso], e de modo nenhum em uma unica, a orthographia da sua lingua. Claramente significativas do poder do uso, e não só do uso «de los que mejor han escrito», (...) multiplicam-se na orthographia castellana as excepções, as contradicções, as deficiencias, as demasias: a existencia simultanea de duas copulativas, por exemplo, e e y, de uso pouco definido e claro, duplicação por certo desnecessaria e arbitraria (...) (p.193)*; já ao italiano reconhece uma maior regularidade, ao comentar: *De todas as linguas que conheço é sem duvida a italiana a que tem mais certa orthographia. Deve com certeza essa qualidade, que tanto a singulariza, á acção de seus grammaticos e escriptores. (...) Mas deve em todo o caso ao uso a orthographia de que se ufana. A Academia della Crusca, ao procurar fixar a um tempo a orthographia e a lingua, não teve mais que adoptar em geral o uso aceito. Está a confirmação d'isto, a ser precisa, na pratica dos linguistas mais distinctos?* (p.194). Segundo o secretário da classe de Letras, o caso destas duas línguas não é transponível para o português, porquanto este tem o estatuto de língua nacional, facto que permite conferir ao uso uma função reguladora da ortografia, articulada nas duas vertentes acima referidas – uma popular e outra erudita.

Quanto à natureza das perguntas no Questionário, note-se que elas se repartem basicamente por três tipos – o dos pressupostos teórico-metodológicos do sistema, o nível do sistema gráfico propriamente dito, ou seja, o das soluções propostas, e, por último, o nível relativo à “política educativa e linguística”: ao primeiro pertencem as questões 1 a 19, 26, 27, 30, 92, 94 a 98; ao segundo, as perguntas 31 a 91, que tratam de aspectos específicos do sistema gráfico; ao terceiro, as perguntas 99 a 115, que se prendem com aspectos exteriores ao sistema gráfico (por ex. as medidas oficiais e institucionais para a difusão do novo sistema). Daqui se infere que a formulação das perguntas estava conotada ideologicamente, como demonstraremos de seguida.

As perguntas visavam, sobretudo as do primeiro nível, a assunção de uma posição clara e em muitos casos emotiva; por isso, algumas são redundantes ou respondem implicitamente a outras, como sucede nas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, nas quais sobressai a insistência na “uniformização”, como pedra angular de qualquer sistema gráfico e, por consequência, de qualquer reforma. São elas:

1. Existe orthographia official portugueza ?
2. Existe orthographia portugueza uniforme ?
3. Existiu alguma vez orthographia uniforme ?
4. São uniformes as orthographias dos dicionários e grammaticas portuguesas ?
5. É uniforme a orthographia dos classicos portugueses dêste século, ou dos anteriores ?
6. Há sufficiente uniformidade na orthographia dos doutos ?
7. São uniformes as orthographias adoptadas em diplomas officiaes impressos ?
11. É uniforme a orthographia das imprensas dependentes do Estado ?
12. É uniforme a orthographia dos livros e outras publicações, feitas por conta do Estado ?

Do mesmo modo, é de salientar que as perguntas seguintes estão formuladas mediante uma disjuntiva, isto é, em esquema de exclusão mútua, como meio de indução das respostas no sentido desejado; pelo contrário, no que às soluções (nº 22-92) e às estratégias de implantação do novo sistema respeita (nº 93-115), sublinhe-se que as perguntas deixam de ser colocadas em alternativa. Finalmente, o enunciado das perguntas põe de manifesto o trinómio regulador da reforma – “uniformizar, regularizar e simplificar”, sendo de assinalar que, nas respostas, tanto Gonçalves Viana como Vasconcelos Abreu (**Boletim**, I, pp.131-135; pp. 142-143; pp.145-147) adoptam já o novo sistema, ao contrário do Questionário, que fora apresentado em ortografia etimológica.

Não obstante a paralização dos trabalhos académicos sobre a fixação do sistema gráfico, Gonçalves Viana continuava a laborar intensamente no sentido de conseguir implicar as instâncias oficiais na resolução de um problema que tinha dimensão nacional. A suas intervenções em matéria ortográfica levá-lo-ão a ser nomeado, por portaria de 15 de Maio de 1900, para fazer parte da Comissão de revisão da nomenclatura geográfica portuguesa, de cujos trabalhos resultaram as **Bases da Transcrição Portuguesa de Nomes Estrangeiros (1900)**. Viana realizou também outros trabalhos que constituiriam, afinal, os estudos preliminares da reforma de 1911: da sua abundante bibliografia, destacamos a **Proposta para a**

fixação da acentuação gráfica portuguesa (Sociedade de Geografia, Lisboa, Typographia do Commercio de Portugal, 1894), e **As Orthographias Portuguesas. Estudo das suas anomalias e meios de as remediar instituindo-se orthographia nacional** (Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1902).

Nesta fase da história das ideias ortográficas em Portugal, vale a pena pôr em relevo sobretudo a evolução do pensamento e da doutrina metaortográficos de Gonçalves Viana (cf. III, 2.), uma vez que muitos dos fundamentos e soluções estabelecidas em 1911 são fruto da sua reflexão quer em matéria fonética quer em matéria filológica. De facto, o **Questionário** apresentado à Academia demonstra que Gonçalves Viana, que possuía um notável conhecimento da história da língua e da sua tradição gráfica, tinha procedido a um levantamento exaustivo dos pontos problemáticos da representação gráfica do português, tarefa essa a que decerto não seria alheia a sua meticulosa inventariação dos sons do português, para cuja transcrição criara até uma série de sinais. Por tudo isto, o filólogo e foneticista estava mais habilitado do que outros autores do seu tempo para empreender a reforma ortográfica.

A génese do pensamento metaortográfico de Gonçalves Viana deve procurar-se, portanto, quer nos estudos da fonética portuguesa, quer nos estudos filológicos, elucidados pelo conhecimento das mais recentes publicações nesses e em outros domínios. Bem antes das sessões académicas sobre a questão ortográfica, e mesmo antes da publicação das **Bases da Ortografia Portuguesa**, em 1885, já tinham vindo a lume os estudos, artigos e recensões críticas seguintes: **Estudos Glottologicos. Graphica e Phonetica. O Livro da Escripção do professor Faulmann** (Porto, 1881), **A Orthographia Portugueza** (Revista de Educação e ensino, vol. I, pp.183-184, II, pp.81-84), **Nomenclatura Geográfica Portuguesa em Africa** (ibidem), **A Reforma Orthographica em França** (Revista de Educação e Ensino, 1889, pp.151-157), **Transcrição portuguesa de nomes proprios e comuns pertencentes a idiomas falados nas colonias portuguesas** (Revista Lusitana, t. II, pp.56-67; 143-155).

Não se trata de fazer aqui o repositório do ideário do foneticista, tanto no domínio filológico como fonético, mas vale a pena referir que as frequentes referências às ortografias espanhola e italiana, inscrevendo-se no critério da filiação histórica das línguas, atestam a influência das reformas desses sistemas na doutrina

de Gonçalves Viana. Assim, se atentarmos nas **Bases da Ortografia Portuguesa**, logo ali deparamos com referências aos sistemas gráficos espanhol e italiano.

Com respeito à ortografia espanhola, o modelo de Gonçalves Viana é o sistema simplificado adoptado pela Real Academia Española, cujas normas ortográficas constavam das sucessivas edições da **Ortografia** e do **Diccionario** académico, embora isso não tivesse anulado completamente o debate social sobre a escolha sistema gráfico mais adequado à representação das especificidades da fonologia espanhola. De facto, não obstante a intervenção da Academia Española, houve tanto em Espanha como na América Latina, em especial no Chile, diversas tentativas de reforma radical, em certa medida equivalentes às que assinalámos para o português: disso são exemplo os adeptos da “fonografia” e os “neógrafos”. Criado por Voltaire para designar as suas reformas da ortografia francesa, como por ex. *ai* (était) em vez de *oi* (étoit), o termo “neografia”, com direito a artigo na **Encyclopédie** (t. XI), ainda no século XVIII, designa uma maneira nova de escrever, contrária à ortografia tradicional, e servirá depois para denominar uma corrente fonetizante da ortografia castelhana e de outras línguas.

Abra-se aqui um parêntese para esclarecer que, no século XIX, em especial na sua segunda metade, o movimento de reforma ortográfica alastrou em diversos países, como por ex. a Espanha (cf. supra, 2.1.6.), onde também surgiram, para além de vários projectos fonográficos, propostas de carácter ainda mais radical, depositárias da distante tradição quintiliana, como fica patente no título **Ortografia verdadera de la lengua española, o sean reglas fijas i sencillas para eskribir el español segun aztualmente se abla** (Balladolid, 1881), de Juan de Beceril. Essa tendência fonética expandiu-se também na América latina, em particular no Chile, onde os “neógrafos” pugnavam por uma ortografia chilena, fortemente atacada pela Academia Española¹⁵⁵, a qual conseguirá a sua ortografia antes do final do século, devido ao prestígio da agremiação. À ortografia chilena fará referência, de resto, o próprio Gonçalves Viana, na *Advertência Preliminar* (p. IX) ao seu vocabulário **Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa** (1909). Acrescente-se, ainda, que o reformismo fonético foi representado em Inglaterra por Bullokar, Alex Gill e

¹⁵⁵ Cf. A. Esteve Serrano, **Estudios de Teoría Ortográfica del Español**, 1982, pp.109-123.

Charles Buttler¹⁵⁶. Também o sistema italiano merece a atenção do reformador português, que remete sobretudo para a **Riforma Ortografica** de Gelmetti (Milão, 1886).

O papel da Academia portuguesa em matéria ortográfica não é, portanto, comparável, à acção desenvolvida pela sua congénere espanhola, que desde cedo tomou as rédeas do assunto, fixando e actualizando um sistema ortográfico que serviu de referência mesmo além fronteiras, situação inversa à que acabaria por suceder em Portugal.

3. Os princípios ortográficos

3.1. Pronúncia

A imitação pronúncia como critério ortográfico, se não mesmo como ideal da representação gráfica em geral, remonta a Quintiliano (Instit. Orat. L. VII). Esse critério encontra-se repetido em muitos dos textos aqui considerados, e, não obstante a declaração de princípios em que essa tradição se inscreve, muitos dos sistemas gráficos tomaram um rumo divergente em relação à máxima quintiliana “Ego scribundum quidque judico quomodo sonat;: hic enim unus est litterarum ut custodiam voces, et velus depositum reddant legentibus”. Atender à pronúncia significa procurar o isomorfismo entre a fala e a escrita, ou, pelo menos, o restabelecimento de um certo paralelismo entre ambas, sem implicar, contudo, uma representação fonética, igual ou equivalente à do actual alfabeto fonético, o que pressuporia a supressão da vertente diacrónica do sistema gráfico e, portanto, das marcas gráficas da sua historicidade.

A adopção da pronúncia como critério ortográfico preponderante tem subjacente a assunção de um modelo ortoépico, razão pela qual alguns autores, em especial os defensores de sistemas de base fonética, nos quais a pronúncia é tomada como princípio prevalecente, identificam uma determinada variedade linguística

¹⁵⁶ Informação fornecida por J. A. de Sousa, no artigo *Esriptura Repentina. Nova tentativa de revolução orthographica*, **O Instituto**, vol. I, Coimbra, 1853, pp. 384-385. O autor enaltecia o método de Castilho, elevando-o ao plano de revolução neográfica.

com aquele modelo. No capítulo anterior, tivemos ocasião de sublinhar variações sociolectais e dialectais, bem como a localização da norma ortoépica de acordo com os testemunhos de ortógrafos setecentistas (cf. supra, I, 7.), sendo frequentes as alusões à corte como sede do modelo linguístico e ortográfico. Outro tanto acontece com os textos oitocentistas, ainda que se verifique um progressivo refinamento da análise dos dados dialectais, apesar de a perspectiva normativa ainda imperar na maior parte dos textos aqui considerados.

Assim, sobrepondo a pronúncia a qualquer outro princípio, J. J. Caetano Pereira e Sousa (1807) vê na corte o paradigma linguístico e ortográfico¹⁵⁷, mas reserva uma reduzida função quer à etimologia quer à analogia: a primeira, que em todo o caso nunca deve sobrepor-se à pronúncia, considerar-se-á apenas nas palavras em que seja compatível com a pronúncia; e a segunda, nos vocábulos derivados de outros. A localização da norma pode revestir-se, no entanto, de duas vertentes – a geográfica e a social, como faz Couto e Melo (1818), ao precisar os contornos dialectais e sociais da pronúncia que preside à sua “ortografia filosófica”: “(...) deve porém atendêr-se, que a voz sêija naturalmente expedida com tom dôce e agradável, acompanhada do ar polidos e delicado, que os antigos chamavam *urbanidade*; e pelo qual se-distinguem mui facilmente os *Provinciânos* dos *Cortesãos*” (p. 58). E acrescenta: “Conhêço sufficientemente os diversos êrros d’Ortoépia, d’Etimologia e de sintasse próprios das differentes Províncias de Portugal; e posso dizêr e provar, que em Coimbra se-fala melhor, que em parte alguma do reino, a Linguagem Nacional: é a li, que tôdos os Estudantes se-purgam dos êrros pátrios”. Assim, como padrão linguístico recomenda o “uso dos doutos e polidos da Côrte” (p. 82), e por diversas vezes remete para o uso das “pessôas eruditas da Côrte, e que passam por falar corretamente a Linguagem Nacional” (p.19): “o uso dos Eruditos prevalece mūitas vêzes a esta circunstância; mas, tôdavia, se-deverá recorrêr sempre aos melhores Dicionários das Linguas” (na *Portuguêza* ao do Sr. Moraes: segunda edição)”. O ortografista aponta até alguns fenómenos e realizações e esclarece o sentido do termo *uso*, ao dizer: “(...) a pronúncia do pôvo de Lisbôa, em tôdos os

¹⁵⁷ Cf. p. 2: “Esta pronúncia não deve ser qualquer, mas a que é autorizada pelo uso, que hé o legislador exclusivo nas linguas relativamente ás palavras”; “ A pronúncia que deve tomar-se por modelo, hé a da mais numeroza parte da corte conforme ao modo de escrever do maior numero dos bons autores modernos”.

vocábulos terminados no ditongo ôu, avizinha-se mais da de ô que da de ôu - neste mesmo defeito caem os Alem-Tejanos” (p.105); “Querem alguns que se-diga e se-escreva simplice e simplices, talvez, para distinguirem o singular do plural, visto que simples é tomado para ambos os números: eu tambem o quereria, se me fôsse permitido ir contra o uso dos Doutos e polidos (p. 83)”; “sempre que falo do uso entendo sêr o dos doutos e polidos na Côrte; porque do contrário respondo com Ferreira - *Eu por cego costume não me movo*” (p. 125). Note-se, porém, que a exemplificação textual é retirada de Elpino Duriense, isto é, o poeta arcádico de António Ribeiro dos Santos (1745-1818).

Como os anteriores, outros ortógrafos insistem ainda na definição destes princípios de reflexão linguística veiculados pela tradição. L. Gonçalves Coutinho (1812/1818) refere os conceitos etimologia (*descendencia, ou a rigotoza origem dellas*, p.113) e de analogia (*similhança, que tem as palavras com as da origem, ibid.*), na qualidade de princípios ortográficos. R. Ferreira da Costa (1818), partindo embora da triade tradicional – *pronúnciação, etymologia e uso* –, estabelece quatro tipos de etimologia decorrentes dos graus de certeza ou de verdade etimológica, a saber, “etymologia certa ou verdadeira”, “etymologia provavel”, “etymologia improvavel ou apenas possivel” e “etymologia falsa ou enganosa”, das quais unicamente as duas primeiras (certa e provável) servem de base ortográfica. Quanto à pronúncia, por um lado, o ortografista aceita como modelo a dos *polidos e eruditos*, que para constitui uma espécie de português padrão, por nela estarem neutralizados os traços regionais (*não viciados pelos accentos de provincia*), e, por outro lado, aceita o uso uniforme dos doutos, sempre que não contrarie a pronúncia; esta leva a melhor sobre a etimologia quando não se conformam uma com a outra. Ferreira da Costa analisa, ainda, as vantagens e a aplicabilidade de cada um dos princípios acima referidos, por forma a conseguir o seu compromisso num único sistema gráfico, ao invés do que sucede com sistemas que privilegiam um deles (*sistemas de pronúnciação, de etymologia rigoroza e de uso puro, cf. supra, 2.1.*).

3.2. Etimologia

Como vertente diacrónica de um determinado sistema gráfico, a etimologia é o princípio matricial no qual se reconhecem, pelo menos em parte, diversos sistemas com origens ou patrimónios comuns. Por isso, esse princípio ortográfico está eivado de marcas semânticas, e até simbólicas, cuja função, à luz da filiação no latim, era valorizada pelos chamados “etimologistas”, tanto os que defendiam a vigência do vínculo com a matriz, na sequência de uma corrente etimologizante que remontava ao século XVI, como os que militavam no comparativismo, já em pleno século XIX, e viam na conservação das grafias antigas uma importante fonte filológica, como sucede com Adolfo Coelho (1868/1891), Teófilo Braga (1875), Latino Coelho (1879), Francisco José Monteiro Leite (1887), entre muitos outros. Preponderante nos sistemas gráficos etimológicos e mesmo nos usuais, a etimologia é o princípio que norteia muitos dos autores aos quais temos vindo a referir-nos ao longo deste trabalho. Em conformidade com a tradição quintiliana, Pedro José da Fonseca (1809) considera cinco cânones ou princípios, a saber, a etimologia¹⁵⁸, definida como a “origem ou raiz da palavra, para que esta se escreva da maneira mais perfeito e firme”, a “analogia”¹⁵⁹, a “eufonia”¹⁶⁰, a “distinção”¹⁶¹ e o “costume”¹⁶², ou seja, o uso. J. J. Ventura da Silva alude, por sua vez, à componente semântica (*Etymologia o mesmo, que origem, ou derivação d’alguma palavra, e da sua significação; cuja regra he a melhor para o acerto da orthographia, e pronunciação, por ser a mais*

¹⁵⁸ Apoiando-se na autoridade de portugueses (Bento Pereira, Madureira, D. Luís Caetano de Lima) e de estrangeiros (Du Marsais, *Orthographia Española* da Real Academia, 1741, e *Teatro Historico-Critico de la Eloquencia Española* de D. Antonio de Campmany y de Montpaláu), ao defender a importância da etimologia, é em nome dela que o autor defende as grafias *acquirir* (vs *adquirir*), *atraçoar* (vs *atreçoar*), cf. pp. 6-7.

¹⁵⁹ As palavras *bravoso*, *brigoso*, *pontoso*, *profioso* (...) e *cavalleiro*, *collegial*, *vassallagem*, derivadas de *cavallo*, *collegio*, *vassalol*, exemplificam a aplicação da analogia, cf. pp.8-9.

¹⁶⁰ “(...)consiste em attender à maior suavidade na pronunciação da palavra para que esta se escreva pelo modo mais acertado: *ajuda*, *direita*, *planta*, *nobre*, *conhecido*, *obrigar*, *succeder*, &c. e não como estas e outras muitas dicções se achão escritas nas obras impressas dos nossos autores da primeira antiguidade (...), p. 9.

¹⁶¹ “(...) Por este meio se differença os significados dos nomes *maça* e *massa*, e os dos verbos *amaçar* e *amassar*, *bemdito* e *bem dito* (...), p.10.

¹⁶² Cf. p. 11: “Fundados neste canone escrevem ainda hoje quasi todos (posto que alterada já a pronuncia) as vozes seguintes: *agouro*, *couro*, *cousa*, *doudo*, *fouce*, *louro*, *Mouro*, *ouro*, *touro*, *vindouro*, &c.”.

bem regulada, a que se faz por Etymologias, e derivações, ainda que soffra alguma alteração, conforme o genio das linguas, 1834, p. XVI)

3.3. Uso

Interferindo nos dois anteriores, o princípio do uso gera numerosas arbitrariedades e exceções, que não se apoiam nem na etimologia, nem na história da língua, nem ainda na pronúncia. Afora as soluções mais ou menos fantasiosas, a verdade é que o uso quase assume a força de uma tradição difícil de contornar. De definição menos frequente do que os restantes princípios, devido ao carácter corrente do termo, o uso é descrito, ainda assim, como a “maneira por que as [palavras] costumamos escrever, independentemente do modo como as pronunciamos” (Figueiredo Vieira, 1859, p.221). Em certo sentido, o uso tende a confundir-se com a pronúncia, visto que tanto pode remeter para o plano gráfico como para o plano fónico: assim se poderão interpretar muitas das referências ao uso das pessoas cultas ou dos doutos expendidas nas fontes aqui em apreço.

3.4. Analogia

A analogia, um dos quatro princípios herdados da tradição greco-latina – etimologia, pronúncia, analogia e uso (cf. supra, II, 6.), é um princípio estruturador do sistema gráfico com relevância ao nível da coesão de paradigmas gráficos que permitam o reconhecimento das formas e facultem o chamado “acesso lexical”. Invariavelmente, a analogia é referida pelos ortógrafos, sobretudo os que dão continuidade ao modelo clássico, como critério redutor das variantes e, por conseguinte, da instabilidade gráfica. Da doutrina dos ortógrafos oitocentistas comprova-se que o conceito de analogia permanece associado às noções de “proporção”, “origem” ou “derivação”: se Pedro José da Fonseca sublinha a correspondência de uns vocábulos com os outros, em função da sua derivação e do uso, já J. J. Ventura da Silva (1834) aplica o conceito de analogia ao plano gráfico, no qual “he o mesmo, que origem, ou derivação, e serve para escrevermos com acêrto muitas palavras, que duvidando-se da sua Orthographia, pela proporção, ou

similhança de outros se tira a dúvida” (p. XVI). Dos cânones descritos por Pedro José da Fonseca (1809), merecem uma referência a eufonia, a distinção e o uso (costume): enquanto a primeira se prende com a suavidade na pronúncia, a segunda visa a distinção entre grafias mutuamente confundíveis, e o terceiro atende à prática geralmente observada entre os “eruditos”, ou seja, os autores clássicos de meados do século XVI até finais do seguinte. Do mesmo modo, na doutrina ortográfica do filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1842/1843), ao uso geral dos homens mais instruídos é conferido um papel primacial na estruturação do sistema gráfico, seguindo-se depois a analogia e a etimologia. Esta precedência da analogia relativamente à etimologia prende-se com o facto de a aquela, ao contrário desta, estar ao alcance dos menos instruídos, ao mesmo tempo que se vincula à genealogia das palavras e faculta o conhecimento da sua significação (1842, p. 420). Aos precedentes, junta-se Diogo Fernes Alvernaz (1856), cujo sistema assenta nas derivações “ethymologicas”, nas analogias e no uso dos eruditos (p. II).

Para além dos ortografistas referidos, também Almeida Garrett (1799-1854), na sua obra pedagógica intitulada **Da Educação** (1829), publicada durante o exílio do escritor em Inglaterra, defende a conciliação dos princípios da conservação da *ethymologia* em combinação com a pronúncia, quando não se contrariem mutuamente, e do uso geral, nas palavras de raiz desconhecida.

4. As partes da ortografia

Para além da definição de ortografia e da indicação dos vários sistemas (cf. supra, 2.), quer os ortógrafos, quer gramáticos reconheciam, na generalidade, dois níveis articulados (cf. supra, I, 3. e 4.) – o alfabético e o extra-alfabético. De facto, a maioria dos autores que referiremos de seguida divide a ortografia em duas partes que compreendem unidades cujas funções são bastante diferentes. Assim, a partir dos testemunhos dos ortografistas, registam-se com recorrência os seguintes esquemas, maioritariamente bipartidos: 1. lexicografia – logografia; 2. “escripturação” – pontuação; 3. “a parte que ensina as letras – a parte que ensina a divisão das mesmas palavras no fim das regras; o sinal dos accentos (...), e a pontuação”; 4. quatro partes: letras em geral – “divisão das sillabas, regras de

pontuação e mais signaes orthographicos” – conjugação dos verbos – vocabulário;
5. gramática – prosódia – dicção – sintaxe.

Do primeiro esquema divisório da ortografia são representantes, entre outros, os ortógrafos Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1807) e Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (1875); o segundo esquema é aplicado por Joaquim José Apolinário (1831, 1843, 1846), Rodrigo Ferreira da Costa (1818, 1823), por exemplo; o terceiro é adoptado por ortografistas que apenas definem o teor das partes da ortografia, sem lhes atribuir qualquer designação específica, como observa no **Compendio Orthographico ou Orthographia Resumida** (anónimo, 1812), em Luís Gonçalves Coutinho (1812), António Maria Barker (1843), Joaquim José Ventura da Silva (1834), Júlio Teixeira Cabral de Mendonça (1860), Manuel Nunes Godinho (1866), Santos Valente e Francisco de Almeida (1886), A. Luzes (1896); o quarto esquema está representado no ortografista brasileiro António Álvares Pereira Coruja (1847), que segue as divisões praticadas por João de Moraes Madureira Feijó, na sua **Orthographia** (1734, 1739); o quinto esquema encontra-se na obra de Diogo Fernes Alvernaz (1856).

Porque não propõem qualquer esquema divisório e repartem as matérias por parágrafos distintos, nem todos os ortógrafos compulsados figuram no esquema acima, e o se nota com respeito aos gramáticos. Assim sendo, nos textos gramaticais oitocentistas verificam-se os seguintes esquemas bipartidos, que remetem para os mesmos conteúdos, não obstante as diversas designações:

1804 – Manuel Dias de Sousa: “ortografia das palavras” e “ortografia do discurso”

1820 – Manuel Borges Carneiro: “letras” e “sinaes litteraes”

1822/1830 – Jerónimo Soares Barbosa: “orthographia (...) em sentido mais restricto” e “pontuação”

1839 – António Camilo Xavier de Quadros: lexicografia e logografia

1847 – António Álvares Pereira Coruja: ortografia de palavras e ortografia de discurso

1851 – Policarpo Wake: modo de escrever as palavras e a pontuação

1853 – Herculano Tavares: “escripturação” e “pontuação”

1857 – João Teixeira de Vasconcelos: “mechanismo d’os Vocabulos” e “demarcação d’as differentes partes d’o Discurso”

- 1859 – António Moniz Barreto Corte-Real: “escripturação” (caracteres orthographicos) e pontuação (caracteres das partes do discurso)
- 1861 – Vergueiro e Pertence: “signaes orthographicos das palavras” e “signaes orthographicos do discurso”
- 1864 – Lourenço Geraldês de Vasconcelos: “letras” e “signaes e pontuações”
- 1865 – Compendio de Grammatica Portugueza (anónima): “orthographia propriamente dita” e “pontuação”
- 1867 – Joaquim Freire de Macedo: “orthographia propriamente dita” e “ponctuação”
- 1880 – Augusto Epifânio da Silva Dias: “caracteres principaes, ou letras do alphabeto e os secundarios” e outros sinais
- 1883 – José Gonçalves Lage: “orthographia propriamente dita” e “pontuação”
- 1887 – Manuel Francisco Medeiros Botelho: “orthographia propriamente dita” e “pontuação”
- 1888 – José de Noronha Nápoles Massa: “1º *Signaes orthographicos de primeira ordem*, que chamamos letras, as quaes formão syllabas, que completão nomes; 2º *Signaes orthographicos de segunda ordem*, que chamamos pontuação” (p.453).
- 1892 – Augusto Pereira de Moura: “orthographia” e “pontuação”
- 1897 – José da Silva Cabanita: “letras” e “mais signaes”.

Das divisões referidas pelos gramáticos resultam, pois, esquemas semelhantes aos dos ortografistas: 1. lexicografia e logografia; 2. ortografia da palavras e ortografia do discurso; 3. ortografia em sentido restrito ou “escripturação” e pontuação; 4. letras e sinais/pontuação. Destes tipos de divisão e suas designações, merecem um esclarecimento aqueles que evidenciam uma filiação no esquema exposto pelos autores da gramática geral francesa, nomeadamente por Nicolas Beauzée: referimo-nos à distinção entre lexicografia e logografia, conceitos que passamos a analisar. Não obstante a ausência de referências explícitas às fontes doutrinárias, se atentarmos nas definições avançadas pelos autores portugueses que dividem a ortografia em lexicografia e logografia – Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1807), António Camilo Xavier de Quadros (1839) e Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (1875) –, notar-se-á que esse esquema resulta do decalque ou imitação das fontes, designadamente dos artigos da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*. Da comparação entre

o conteúdo do artigo “orthographe” da Enciclopédia e as definições apresentadas por Caetano Pereira e Sousa, facilmente demonstraremos a relação entre esses textos.

De facto, no artigo sobre a ortografia (*Encyclop.*, t. 11, 1758, pp. 668-670), com as iniciais B.E.R.M., atribuídas a Nicolas Beauzée, que em outros artigos assinara como E.R.M.B., e também com as iniciais E.R.M. (École Royale Militaire, i.e. Beauzée e Douchet), mas sobretudo no artigo *Grammaire*, a ortografia – uma das duas partes da gramática¹⁶³ – é dividida em *lexicographie* e *logographie*. Esta divisão traduz uma articulação micro e macro-estrutural, remetendo para o plano fonológico e supra-segmental, por um lado, e para o sintáctico-semântico, por outro lado. A comparação dos excertos relativos à definição de ortografia e suas partes, comprova, sem sombra de dúvida, que o ortografista tinha ou tivera sob os seus olhos o original francês, vertendo-o em português:

Encyclopédie, t. 7, 1760 – art ^o <i>Grammaire</i>	Pereira e Sousa - Noções (1807)
Les Arts n’ont pas été portés du premier coup à leur perfection; ils n’y sont parvenus que par degrés, & après bien des changements. ainsi quand les hommes songerent à communiquer leurs pensées aux absens, ou à les transmettre à la postérité, ils ne s’aviserent pas d’abord des signes les plus propres à produire cet effet. Ils commencerent par employer des symboles représentatifs des choses, & ne songerent à peindre la parole même, qu’après avoir reconnu par une longue expérience l’insuffisance de leur premiere pratique, & l’inutilité de leurs efforts pour la perfectionner autant qu’il convenoit à leurs besoins (p. 845).	As artes não foram desde logo elevadas á sua perfeição; mas sá a tem conseguido por grãos, e depois de muitas mudanças. Primeiramente os homens para comunicar os seus pensamentos aos auzentes, ou transmiti-los á posteridade, uzarão de simbolos representativos das coizas; e só se lembrarão de pintar a mesma palavra, quando por huma longa experiencia reconhecerão a insuficiencia daquele meio. Foi pois substituida a escritura simboloca pela escritura ortografica (p. 9).
(...) l’écriture peut se diviser en également en deux parties correspondantes que nous nommerons <i>Lexicographie</i> & <i>Logographie</i> . R.R. λεξις, <i>vocabulum</i> ; γραφια, <i>scriptio</i> : comme si l’on disoit <i>orthographe des mots</i> , & <i>orthographe du discours</i> (ibid.).	Divide-se a Ortografia em Lexicografia, e Logografia, termos que se derivão de <i>lexis</i> palavra, logos discurso, e <i>grafein</i> escrever; como se-se-dissesse Ortografia das palavras, e Ortografia do discurso (p. 10)
L’office de la Lexicographie est de prescrire les regles convenables pour représenter le matériel des mots, avec les caracteres autorisés par l’usage de chaque langue. on considere dans le matériel des mots les elemens & la prosodie; de-là deux sortes de caracteres, <i>caracteres élémentaires</i> , & <i>caracteres</i>	O officio da Lexicografia consiste em prescrever as regras convenientes para repretentar o material das palavras com os caracteres autorizados pelo uzo de cada lingua . Considera-se no material das palavras os elementos, a e prozodia. Daqui vem que há duas sortes de caracteres; elementares, e prozodicos

¹⁶³ A outra parte estrutural da gramática é a ortologia, que compreende, por sua vez, a lexicologia e a sintaxe: a primeira subdivide-se em material das palavras, valor das palavras e etimologia das palavras, enquanto que a segunda se ocupa da matéria da proposição (partes da proposição e espécies de proposição) e da forma da proposição (concordância, regência e construção); cf. quadro sinóptico, art. *Grammaire*, p. 846.

<i>prosodiques.</i>	(p.10).
---------------------	---------

Les caracteres élémentaires sont ceux que l'usage a destinés primitivement à la représentation des élémens de la parole, savoir les sons & les articulations. Ceux qui sont établis pour représenter les sons, se nomment <i>voyelles</i> ; ceux qui sont introduits pour exprimer les articulations, s'appellent <i>consonnes</i> : les uns & les autres prennent le nom commun de de <i>lettres</i> . La liste de toutes les lettres autorisées par l'usage d'une langue, se nomme alphabet (ibid.).	A Primeira parte da Lexicografia tem por objecto os caracteres, que são aqueles que o uzo destinou primitivamente para a representação dos elementos da palavra, isto hé, as vozes, e articulações. Estes caracteres elementares são os que chamamos letras do alfabeto (p. 12).
Les termes d' <i>éléments</i> , de <i>sons</i> , & d' <i>articulations</i> , ne devroient convenir qu'aux élémens de la parole prononcée; comme ceux de <i>lettres</i> , de <i>voyelles</i> & de <i>consonnes</i> , ne devroient se dire que de ceux de la parole écrite; (...) c'est assez l'ordinaire de confondre ces termes, & de les employer les uns pour les autres (ibid.).	As letras são os caracteres representativos dos elementos da voz. Há grande diferença entre as letras, e os sons elementares que ellas representaõ. Mas abuzivamente debaixo do mesmo nome do sinal ou caracter representativo se comprehendeu indistintamente o sinal, e a coiza significada (pp. 12-13)

Denunciando as influências recebidas, numa epígrafe de La Rochefoucault, também António Camilo Xavier de Quadros¹⁶⁴, reflecte o esquema proporcionado pelo artigo “Grammaire” da Encyclopédie, ao dividir a sua **Gramática** (1839) em ortologia e ortografia, e ao subdividir esta última nas partes que já haviam sido identificadas por Caetano Pereira e Sousa. Quer as designações quer os conceitos apresentados por Quadros, apesar de menos desenvolvidos do que no caso anterior, resultam sem dúvida da leitura e “empréstimo” do conteúdo do artigo enciclopédico, como se comprova, de novo, pelo confronto das principais definições do ortografista português com as que correspondentes francesas acima transcritas:

“A Lexicographia tem por objecto o material das palavras, que são as figuras ou letras que as compõem; suas regras são nascidas do uso de cada lingua. Consta o material da palavra de elementos (ou vozes significadas com letras vogaes, e articulações significadas com letras consoantes; estas duas especies de letras constituem o alfabeto, e alfabetica é a ordem em que ellas estão collocadas), e prosodia (ou lei do uso na pronunciação; lei esta que, fundamento e facilidade a adornaria, se com mais logica e menos costume se tivesse attendido á musica de cada lingua proveniente da natureza; e della fazendo justa geral dependencia nos accentos

¹⁶⁴ Professor e jornalista (1804-1863) publicou uma **Grammatica Filosofica, para uso de seus discipulos e de quem mais quizer**, Lisboa, Typ. Carvalhense, Rua dos Capellistas, 1º d’Abril de 1839, para além do opúsculo intitulado Instrução Primária – Resposta ao Sr. António Feliciano de Castilho.

grave, agudo, e circumflexo; aos cedilha, apostrophe, risca, e dieresis; á duração da voz longa, breve, e duvidosa, modo seria que levaria com deleite á sciencia” (p.10)

“A *Logographia* consiste nas regras precisas para a representação das palavras que devem compôr a *proposição*, e a exposição das *proposições* que devem ajuntar o discurso” (p. 10).

“É também do objecto da *Logographia* fixar nas frases o uso das letras *capitales*; em que logares destas se deve mudar para o character de letra *italico*, ou *romano*; e ponderar as leis dos accidentes das palavras na *proposição* (*cujas são tambem do uso*): finalmente na reunião do discurso habilitar a differençar os sentidos e sua mutua dependencia, cousas que importão a *pontuação*“ (p. 11).

Sublinhe-se, ainda, que o “Mappa Grammatical” apresentado no final desta gramática de apenas 13 páginas, é literal e integralmente uma tradução do “*Système Figuré des Parties de la Grammaire*”, a sinopse final do artigo enciclopédico sobre a gramática. Tal como os anteriores, Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (1875) não só divide a ortografia em lexicografia e logografia como também se repete, embora de forma menos directa, as definições enciclopédicas, ao explicar que “a primeira é a união bem, ordenada das letras, de qualquer vocabulo, correspondente aos sons e à sua ordem na boa pronuniação do mesmo, – e se chama *Lexicographia*, termo que se deriva de *lexicon*, vocabulario, e *grapho*, escrever; como se se dissesse *Orthographia* das palavras” (p.23), enquanto que a segunda é a “separação dos vocabulos e orações na escriptura continuada, segundo a distincção e subordinação das ideas e dos sentidos que exprimem, – e se chama *Logographia*; termo que se deriva de *lógos* discurso e *grapho* escrever, como se dissessemos *Orthographia* do discurso” (pp.23-24). No tocante à explicitação dos conceitos de lexicografia e logografia, Mascarenhas Valdez também reproduz, quase *ipsis verbis*, os mesmos termos dos anteriores ortógrafos:

“*lexicografia* prescreve as regras convenientes, para se representar o material das palavras com os caracteres auctorizados pelo uso de cada lingua” consideram-se, na parte material ou figurativa das palavras, os *elementos* e a *prosódia*. d’onde vem que ha duas especies de caracteres, *elementares* e *prosódicos*. Os caracteres elementares são as letras do nosso alphabeto (...) (p. 24). Os caracteres prosódicos são aqueles que o uso estabeleceu para dirigir a pronuncia das palavras escriptas. são de tres sortes, a saber: de *accento*, que são dois, *agudo* e *circumfléxo*; de pronuniação, como a *cedilha*, *apostrophe*, a *diastási*, e a *dierési*; e de *quantidade* ou medida de duração de voz (p.62). A *logographia* prescreve as regras convenientes para representar a relação que tem as palavras com o todo de cada oração, e a relação que tem cada oração com o todo do

discurso (p.97). Quanto ás palavras consideradas na phrase deve a *Logographia* fixar a escolha das letras capitaes ou correntes, indicar as occasiões em que convem variar a forma do character, e prescrever as leis usuaes sobre o modo de representar as formas accidentaes das palavras relativas ao todo da oração. quanto à relação de cada oração ao todo do discurso, a Logographia deve dar os meios de distinguir a differença dos sentidos, e, de alguma sorte, os differentes grãos da sua mutua dependencia. esta parte da *Logographia* chama-se pontuação” (pp. 97-98).

Para além dos casos de apropriação e tradução das fontes, registam-se outros em que a doutrina foi assimilada ou interpretada, como se nota em Manuel Dias de Sousa (1804), que divide a sua gramática em duas partes – a ortologia e a ortografia. Todavia, em vez de subdividir esta última em lexicografia e logografia, optou pelas designações “ortografia das palavras” e “ortografia do discurso”, também presentes no citado artigo enciclopédico. Não obstante as diferenças terminológicas, as definições das referidas partes da ortografia manifestam a influência do texto francês, como veremos de seguida:

“A Ortografia das palavras prescreve as regras convenientes para representar o material das palavras com os caracteres propios de cada lingua. estes caracteres ou são elementares ou prozodicos. Os caracteres elementares são os que servem á representação dos sons de que se compõe cada palavra, a saber as vozes, e as articulações (...). Os caracteres prozodicos são aqueles que servem para dirigir a pronuncia das palavras escritas, e são de duas sortes: huns regulão a mesma expressão da palavra ou dos seus elementos, taes como a cedilha, o apstrofo, e a divizão; e outros advertem o acento, isto he, a medida da elevação da vós, e são os acentos agudo, grave, e circumflexo que caracterizão o som das silabas de cada palavra” (p. 228); “A Ortografia do discurso ensina a indicar na escrita, por sinaes estabelecidos, a proporção das pausas que se devem fazer quando se lê, ou fala, para aliviar a fraqueza do orgão da vós, e facilitar a intelligencia da leitura” (p. 265).

À perspectiva racionalista, mecanicista ou filosófica, presente nos textos de Dias de Sousa (1804) e Caetano Pereira e Sousa (1807), alia-se uma concepção simplificada do sistema gráfico (com a redução das duplas, supressão dos dígrafos cultos, etc.), ao contrário do que sucede com Xavier de Quadros e Mascarenhas Valdez, que usam variantes do sistema usual. Apesar de as designações de “orthografia de palavras” e “orthografia de Discurso” também figurarem na

gramática do brasileiro António Álvares Pereira Coruja (1847), a estrutura gramatical não se desdobra nas duas partes previstas na Enciclopédia francesa, do mesmo modo que não se regista coincidência textual com a referida fonte.

Por último, mais uma vez e independentemente das designações adoptadas, saliente-se que o confronto entre o discurso metaortográfico dos autores portugueses oitocentistas confirma o reconhecimento de uma articulação interna do sistema gráfico em dois planos, um alfabético e outro extra-alfabético (cf. supra I, 3., 4., infra, 5., 6.), aspecto comum aos ortografistas e aos gramáticos. Ainda assim, do ponto de vista da evolução do pensamento linguístico subjacente à doutrina ortográfica, as influências plasmadas nas obras ortográficas e gramaticais parecem confirmar um corte doutrinal: se na primeira metade do século se verificam as influências acima exemplificadas, com prolongamentos tardios (Mascarenhas Valdez, por ex.), já na década de setenta do XIX se tornam evidentes a ruptura com a anterior corrente filosófica e a entrada em liça da corrente científica, assente no comparativismo linguístico, traduzidas na adopção de um novo formato gramatical, no qual a ortografia deixa de ter autonomia para ser integrada na “fonologia” ou a ela averbada¹⁶⁵. É o que observa em Epifânio da Silva Dias¹⁶⁶ (1876); Teófilo Braga¹⁶⁷ (1876); Jacob Bensabath¹⁶⁸ (1882); Júlio Ribeiro¹⁶⁹ (1845-1890), Domingos de Azevedo¹⁷⁰ (1880/1901); João da Nóbrega Soares¹⁷¹ (1884), Júlio Ribeiro¹⁷² (1885), Francisco José Monteiro Leite¹⁷³ (1887), Manuel Francisco Medeiros

¹⁶⁵ Sobre a ortografia e a transformação da arquitectura gramatical, cf. da autora deste trabalho, *A ortografia na antiga gramaticografia portuguesa. As gramáticas do século XIX*, Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, vol. III, Lisboa, pp. 39-52.

¹⁶⁶ *Grammatica Prática da Língua Portuguesa* (1ª ed. Porto, 1876), 3ª ed. revista *Grammatica Portuguesa para uso das aulas de instrução primaria*, Porto, Livraria Universal, 1880, apresentando uma estrutura tripartida: “phonologia, morphologia e syntaxe”.

¹⁶⁷ *Grammatica portugueza elementar, fundada sobre o methodo-comparativo*, Porto, Livraria Portuguesa e Estrangeira.

¹⁶⁸ *Grammatica das escolas primarias. Curso theorico e pratico da lingua portugueza*, Porto, Clavel & Cª, 1882.

¹⁶⁹ *Grammatica Portuguesa* (1ª ed. 1881), 2ª ed. refund. e muito augm., *Grammatica Portuguesa* (S. Paulo, Teixeira & Irmão), de 1885; aqui a ortografia está integrada na “phonetica”, sendo a pontuação averbada como aditamento à gramática.

¹⁷⁰ *Grammatica Nacional*, 1880; foi adaptada aos programas de ensino com o título *Elementos de Grammatica Portuguesa* (2ª ed. 1901). O autor viveu entre 1841 e 1910.

¹⁷¹ *Grammatica da Língua Portuguesa*, Lisboa, Typ. da Viúva Sousa Neves.

¹⁷² Natural de Minas Gerais (Brasil), este gramático e académico viveu entre 1845 e 1890. Cf. *Grammatica Portuguesa*, 2ª ed., S. Paulo, Teixeira & Irmão, Editores.

¹⁷³ Cf. *Grammatica Portuguesa dos Lyceus*, Porto, Livraria Civilização.

Botelho¹⁷⁴ (1887), Maximino de Araújo Maciel (1887); C. Claudino Dias¹⁷⁵ (1889), Francisco Adolfo Coelho¹⁷⁶ (1847-1919); Luís Pacheco Bernardino¹⁷⁷ (1894); José António Pessoa de Barros¹⁷⁸ (1894); José da Silva Cabanita¹⁷⁹ (1897), cujas gramáticas incluem a ortografia no capítulo da fonologia, ou como suplemento ou apêndice desta. Paralelamente, o antigo esquema quadripartido (prosódia ou ortoépia, etimologia, sintaxe e ortografia) ainda persiste, representado pelas gramáticas em que a ortografia continua a ser uma secção autónoma, exposta logo após a prosódia-ortoépia, ou no final das outras três partes, como se verifica nas de Abílio César Borges¹⁸⁰ (1877), Bento José de Oliveira¹⁸¹ (1862/1880), José Gonçalves Lage (1883), J. S. de Figueiredo e Castro¹⁸² (1887), nas dos brasileiros Manuel Olímpio Rodrigues da Costa¹⁸³ (1887), José de Noronha Nápoles Massa¹⁸⁴ (1888), e Augusto Pereira de Moura¹⁸⁵ (1892). Acrescente-se, ainda, que a vinculação da ortografia à fonologia (ou fonética) produzirá obras que, sem serem verdadeiras gramáticas, tratam dessas matérias de forma autónoma, de que é exemplo **O Guia Phonologico** (1896), do brasileiro A. Luzes, que divide a *Phonologia* em três partes, a saber, a *Phonetica*, *Prosodia* e *Orthographia*.

¹⁷⁴ **Grammatica Portugueza Elementar** (para uso das escolas e Lyceus Nacionaes), Lisboa, Imprensa Nacional.

¹⁷⁵ Cf. **Rudimentos de Grammatica Portugueza** (para uso das escolas primarias extrahido com previo consentimento do auctor da Grammatica Portugueza de A. Epiphanio da Silva Dias), 4ª ed. rev., Lisboa, A. Ferreira Machado & Cª. O autor viveu entre 1844 e 1897.

¹⁷⁶ Cf. **Noções Elementares de Grammatica Portugueza** (Porto, Lemos & Cª), de 1891; sem alusão à “ortografia”, aqui o tratamento da representação gráfica figura no capítulo referente aos “sons e letras”, enquanto que a pontuação aparece, por sua vez, a seguir à sintaxe (“formação das proposições”), como apêndice à gramática. Figura maior dos estudos filológicos e linguísticos, introduziu o método científico em Portugal, com a obra **A Lingua Portugueza** (1868).

¹⁷⁷ **Grammatica Elementar e Pratica da Lingua Portugueza para as escolas de Instrucção Primaria - Curso Theorico e Pratico**, Lisboa, Typ. Universal.

¹⁷⁸ **Ensaios Gramm. da Ling. Port.**, 2ª ed., Maranhão, Typ. de Ramos d’Almeida & C. Successores. Editores e Proprietarios.

¹⁷⁹ **Lições Praticas de Portuguez**, Lisboa, Imprensa Nacional.

¹⁸⁰ **Resumo da Gramm. Port.** (para uso das escolas, 6ª ed. augm. e melhorada 2º os grammaticos modernos mais notaveis), Bruxellas, Typ. e Lithographia E. Guiot.

¹⁸¹ **Nova Gramm. Port.** (compilada de nossos melhores auctores e coordenada para uso das escolas), 13ª ed. Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel.

¹⁸² **Elementos de Gramm. Port.** (coordenados para uso das escolas d’instrucção primaria), 4ª ed. corr. e aug.), Porto, Livraria Lello, Editor.

¹⁸³ **Gramm. Port.**, Rio de Janeiro, Typ. da Escola.

¹⁸⁴ **Gramm. Analytica da Ling. Port.** composta e offerecida aos brasileiros, Rio de Janeiro, Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp.

¹⁸⁵ **Elementos de Gramm. Port.** para uso das escolas primarias colligidos e coordenados em harmonia com os modernos processos de analyse, 2ª ed. Coimbra, Central de J. Diogo Pires.

Dos dados apontados, referentes não apenas à articulação interna da ortografia como sistema em que participam unidades funcionalmente distintas, mas também à articulação da ortografia, enquanto forma de saber específico, integrado na gramática, comprova-se que ortografia, independentemente das modalidades que assuma – fonética, etimológica, mista ou usual –, e, portanto, dos princípios e das soluções concretas adoptadas pelos autores, tem uma natureza arquetípica, pois é concebida como entidade abstracta (sistemática), dotada de diversas virtualidades no plano da concretizações.

5. Plano alfabético

Ao analisarmos a articulação do sistema gráfico, partimos do chamado plano alfabético, que compreende unidades alfabéticas tradicionalmente denominadas de letras cujo número varia em função da inclusão ou exclusão de determinados elementos, registando-se portanto uma oscilação numérica semelhante à do período anterior (cf. supra, I, 3.1.). O inventário – o alfabeto – é descrito pela referência ao conjunto de unidades ou à ordem destas, registando-se, entre outras, as seguintes definições: “A lista das letras autorizadas pelo uzo de huma lingua chama se alfabeto, e alfabetica a ordem em que elas se costumão arranjar” (Manuel Dias de Sousa, 1804, p.4); “Abecedario offerece o catalogo das letras ou signaes dos sons e articulações de todas as palavras da lingua, a porta de todas as sciencias, e a tabua dos elementos da grammatica” (Rodrigo Ferreira da Costa, 1818); “Alphabeto (...) a serie das letras estabelecidas em ordem” (Joaquim José Ventura da Silva, 1834); “alphabeto he o complexo de signaes graphics destinados a representarem distinctamente cada um a cada elemento dos sons parciaes de que se compõem os vocabulos de uma lingua” (F. de Andrade Junior, 1844); “Alphabeto chamâmos o systema de sinaes que, decompondo em seus elementos os sons parciaes, que entram na composição dos vocabulos de uma lingua, representa, per um signal distincto, a cada um desses elementos” (Daniel Ferreira Pestana, 1849); “alphabeto he a collecção dos signaes ou letras, que representam os sons que se fazem numa lingua qualquer” (Francisco Mendes Pinheiro, 1869); “Alphabeto é a serie das letras ou caracteres graphics que formão os elementos da linguagem escripta” (E. Carneiro

Ribeiro, 1881, p. 69); “Alphabeto é a reunião de todas as letras que servem para representar as palavras” (António Maria de Almeida Neto, 1884, p...). Mais próxima da definição proposta por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, nas **Bases**, é a de Júlio Ribeiro (1885) – “Alphabeto he o systema de letras usado para representar os elementos phonicos de um idioma”.

À ordenação das unidades refere-se Teófilo Braga (1876), que alude à “ordem alphabetica” como legado da tradição, contrário à chamada ordem “physiologica ou de producção natural” (p. 4). Na **Grammatica** do brasileiro Araújo Maciel (1887), o alfabeto é concebido como um “systema de notações ou caracteres destinados a representar os phonemas de uma lingua”, cuja “disposição fixa ou convencional”¹⁸⁶, a chamada “ordem alfabética”, é no essencial partilhada por todas as línguas, independentemente dos acrescentos registados.

Apesar da variação numérica constatada e do recurso a diacríticos, a verdade é que os ortografistas dão-nos tanto quer da especificidade do material gráfico como das dificuldades de uma suposta isomorfia dos sistemas gráfico e fónico, traduzidas na constatação da insuficiência do inventário tradicional, que se afasta, por isso, do chamado do “ideal alfabético”, segundo o qual as letras seriam constantemente “unisonas com todas as gradações da pronuncia; isto é, tantas letras quantos os sons” (J. F. de Castilho, 1860).

No discurso metaortográficos de alguns ortógrafos e gramáticos, persiste, por outro lado, a ambiguidade entre o que é material gráfico e que pertence ao plano fónico; outros distinguem as unidades de um e outro plano, como se atesta em António de Moraes Silva (1806), ao frisar que “as sentenças constão de Palavras: as Palavras de sillabas; as sillabas de sons elementares, e suas modificaçoẽs; e estes representão-se aos olhos com Letras”, donde se conclui que “sons” e “letras” têm substâncias diferentes, embora funcionalmente relacionadas. Outro tanto esclarece Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1807, pp.12-13), que menciona a confusão entre letras e sons, facto que se traduz na indistinção entre o “sinal” e a “coiza significada”¹⁸⁷; o testemunho de Júlio Ribeiro (1885) é ainda mais esclarecedor,

¹⁸⁶ Sobre a importância semiológica da ordem alfabética, vide: Yakov Malkiel, **La configuración de las letras como mensaje propio**, Visor, 1993, pp. 23-35.

¹⁸⁷ De novo, no discurso doutrinal deste ortógrafo ecoam as palavras da **Encyclopédie** (t. 17, p. 409), no artigo “voyelle”, onde se diz o seguinte: “J’ai déjà remarqué que l’on a compris sous le nom général
Cont. pág. seguinte.

quando observa que “a generalidade dos grammaticos confunde estas vozes com as letras que as representam, e tanto a umas como a outras dão elles o nome de vogaes”. Em artigo publicado no **Panorama** (1843), o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira, introduzira, por sua vez, uma oposição entre os planos fónico e gráfico, quer dizer, entre “sons” e “letras” (*sons vogaes-sons consoantes*) e *letras vogaes-letras consoantes*), distinção que se apoia numa enumeração bastante pormenorizada, por isso inovadora com respeito aos restantes autores, dos órgãos da fala. Ao filósofo deve-se também uma classificação dos sons com base na intervenção daqueles.

De entre as definições de letra propostas pelos ortógrafos de oitocentos, são de sublinhar aquelas que apontam quer para o seu carácter mínimo, em certa medida correspondente ao actual grafema, não obstante a sobreposição dos planos fónico e gráfico (cf. I, 3.1.), quer para a natureza gráfica distinta da realidade fónica que transcreve:

- Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1807) – “As letras são os caracteres representativos dos elementos da voz. Há grande diferença entre as letras, e os sons elementares que ellas representaõ. Mas abuzivamente debaixo do nome do sinal ou caracter representativo se comprehendeu indistintamente o sinal, e a coiza significada”.
- Luís Gonçalves Coutinho (1812) – “Hum significativo caracter, e a mais pequena parte de qualquer palavra, que não se póde dividir na pronunciação” (p.59).
- João Crisóstomo do Couto e Melo¹⁸⁸ (1817) – “Letra é sinal figurado, vizível, e permanente”; “As lêtras servem para expressar as diversas infléssões ou modificações do som” (p. 46).
- Rodrigo Ferreira da Costa (1818/1833) – “letras ou signaes dos sons e articulações de todas as palavras da lingua”.

de lettres, les signes & les choses signifiées, ce qui aux yeux de la philosophie est un abus, comme c'en étoit un aux yeux de Priscien”.

¹⁸⁸ **Nôvo método de ensinár e aprendêr a pronunciação e lêitura da linguágze portuguêza pâra úso das escólas particuláres do Exército, e oferecido a sua Majestáde Fidelíssima.** Pêlo diretôr da Escóla Gerál o bacharel formádo ãe Matemática João Crystostomo do Couto e Mélo (Lisbôa, Impressão Régia).

- Joaquim José Apolinário (1831/1843/1846) – “Letra he a comprehensão de hum som, que não se póde dividir na pronunçiação”; “Letra he a comprehensãõ de hum som que se naõ póde dividir na pronunçiaõ”.
- Tristão da Cunha Portugal (1837) – “Os caracteres literaes com que representamos os sons articulados consistem em letras, e sinaes”
- Joaquim José Ventura da Silva (1834) – “Letra, he huma figura, ou carácter significativo, que reprezenta hum som”; “he a mais pequena parte de qualquer palavra, que se póde escrever, a que os Latinos chamavão *nota*, e os gregos *carácter*” (...)
- Manuel Justino Pires (1843) – “Letra é a primeira essencia para a formação de uma palavra, ou por outro modo, Letra são caractéres escriptos e inventados para representarem os sons, de que as palavras constam”
- Diogo Fernes Alvernaz (1856) – “letras são aquelles caracteres, que com huma pronuncia propriamente sua entrão na formação das syllabas”
- António José Vaz Velho (1856) – passa em revista todas as definições de letra, para demonstrar a falta de coerência doutrinal dos autores portugueses;
- Roque da Fonseca (1860) – “He a comprehensão de um som que se não pode dividir na pronunçiação”
- D. Alexandre José Botelho de Vasconcelos de Melo e Matos de Noronha (1865) – “Letra é o signal escripto representativo de um som da voz humana; ou substancial, ou modificante d’este”.
- Manuel Nunes Godinho (1866) – “é um signal convencionado, que representa um som”.

Outros ortógrafos, pelo contrário, prescindem da apresentação do conceito de letra, e expõem, de imediato, as “letras” do alfabeto e a sua classificação, como fazem os seguintes: um “professor das primeiras letras da cidade da Bahia”, autor do **Compendio Orthographico** (1812), Rodrigo Ferreira da Costa (1818/1823), Tristão da Cunha Portugal (1837), António Maria Barker (1843), António Álvares Pereira Coruja (1848), Mascarenhas Valdez (1875), Santos Valente e Francisco de Almeida (1886).

Por último, alguns adoptam esquemas expositivos diferentes dos precedentes, como sucede com Joaquim Pereira Codesso (1826), José Joaquim Bordalo

(1842/1857), João Nunes de Andrade (1843), Júlio Teixeira Cabral de Mendonça (1860), José Tavares de Macedo (1834/1861), que não fazem a enumeração das unidades alfabéticas, nem procedem à sua classificação sistemática.

No entanto, com respeito à definição de letra, merece uma atenção particular a inventariação realizada por António José Vaz Velho (1856)¹⁸⁹, no Serão 2º (Da definição da letra), no qual o autor faz uma análise crítica das definições propostas pelos de autores de várias épocas. Vaz Velho expõe, cronologicamente, as diversas definições quer de gramáticos quer de ortografistas portugueses, em particular, no que toca aos oitocentistas, as de João Crisóstomo do Couto e Melo (1818) (cf. supra, 2.1.1), Luís Gonçalves Coutinho (1838), Rodrigo Ferreira da Costa (1818/1823), mas também refere as de Sebastião José Guedes Albuquerque¹⁹⁰ (*Chamam-se letras os caracteres, que tornam duraveis os sinaes fujitivos do pensamento*, 1820, p.19); Jerónimo Soares Barbosa (“letra he som articulado” (1822/1830, p.2), e Luís Francisco Midosi¹⁹¹ (*letras ou sinaes literaes* 1842, p.22).

A estas, poder-se-ão somar ainda as seguintes definições de letra, fornecidas quer por ortografistas, quer por gramáticos: “Estas duas especies de elementos [vós e articulação] se representaõ com certos caracteres ou sinaes que se chamão letras” (Manuel Dias de Sousa, 1804, p.4); “(...) caracteres litteraes...ou signaes dos mesmos sons e seus depositarios na Escriptura” (Jerónimo Soares Barbosa, 1822/1830, p.); “Letra he a comprehensãõ de hum som, que se não póde dividir” (João Joaquim Casimiro, 1838, p.IV); “(...) os caracteres que os [voz e articulação] representam, chama-se *letras*” (Daniel Ferreira Pestana, 1849, p.178); “Letras são caracteres escriptos e inventados para representarem os sons, de que as palavras constam” (C.D.M, 1851, p.143); “letra é um signal representativo d’um som simples e individual na pronunciação” (João Teixeira de Vasconcelos, 1857); “letras são os

¹⁸⁹ No **Opúsculo sobre a Ortografia dividida em Serões de Inverno** (Lisboa, Imp. Nacional), o autor consagra outros quatro serões aos aspectos mais problemáticos da ortografia portuguesa, a saber, *Reflexões sobre Ortografia* (Serão 1º); *Numero das Letras do Abecedario* (Serão 3º); *Divisão das Letras* (Serão 4º); *Sobre a Letra Grande* (Serão 5º), sendo que cada uma destas partes tem paginação independente das restantes.

¹⁹⁰ **Grammatica portugueza** para uso do illustrissimo senhor D. Francisco de Sales e Lencastre, (Lisboa, Impressão Regia) e também **O Desagravo da grammatica ou reflexões criticas sobre a grammatica portugueza** (Lisboa, Officina de António Rodrigues Gallardo), 1820.

¹⁹¹ **Compendio da Grammatica Portugueza** para instrucção da mocidade e uso das escolas (Lisboa, Imprensa Nacional).

signaes representativos dos sons de que constam os vocabulos” (António Moniz Barreto Corte-Real, 1859); “Letra ou Elemento de palavra he a comprehensã de um som que não se póde dividir na pronunciação” (Domingos Lourenço, 1860); “Letra é o signal de um som indivisivel” (Lourenço Geraldês de Vasconcelos, 1864); “Letra é a comprehensã d’um som, que na pronuncia se não pode dividir (...)” (Francisco Mendes Pinheiro, 1869); “letras são a transcripção dos sons de uma lingua” (Teófilo Braga, 1876); “letras são caracteres ou figuras com que se representam os phonemas” (A. Estevão da Costa e Cunha, 1883). Mais esclarecedora é a definição avançada pelo brasileiro Júlio Ribeiro, que introduz uma distinção entre “letra” e “sinal”, já que a letra “representa um só elemento de palavra” e é o “symbolo(s) das modificações que no tubo vocal experimentam os sons laryngeos”, ao passo que o “signal representa uma palavra inteira”. Por sua vez, o gramático Francisco José Monteiro Leite (1887) define letras como “caracteres graphics, de que usamos na linguagem escripta, para exprimir os differentes sons da voz humana”, dele se aproximando os termos da definição fornecida por Figueiredo e Castro (1887), que concebe as letras como “signaes graphics com que se exprimem os sons elementares da voz humana”. Com base na função substitutiva das letras, Manuel Francisco de Medeiros Botelho (1887) descreve-as como as “fórmãs representativas das vozes livres e dos movimentos ou posições que os órgãos vocaes tomam para a formação das vozes modificadas”. Na mesma linha das anteriores, a definição do brasileiro Araújo Maciel (1887) coloca a tónica no carácter visual e convencional das letras, cuja definição remete claramente para o conceito de grafema: “notações visuaes ou mesmo adoptadas por convenção para as representações dos phonemas” (p.27). De forma mais simples, F. Adolfo Coelho (1891) reduz a sua definição de letra à representação dos sons, enfatizando, contudo, a necessária dicotomia entre os planos gráfico e fónico, que não devem ser confundidos.

Feita a revisão das definições de “letra”, fica bem demonstrada a progressiva substituição do conceito de sinal por outros, menos ambíguos, ao mesmo tempo que se torna evidente a separação das substâncias e dos materiais fónicos e gráficos, facto que está associado, decerto, ao desenvolvimento da fonética fisiológica; paralelamente a isto, o quinhão da ortografia como parte da gramática vai

diminuindo até se reduzir a uma diminuta parte do capítulo da fonologia, incluído nas gramáticas, como comprovámos atrás.

Na continuidade da tradição latina à “letra”, como unidade indecomponível da cadeia gráfica, em certa medida equivalente ao actual grafema (cf., I, 3.), são atribuídos três “acidentes – figura, nome e valor (*figura, nomen e potestas*) –, conceitos cuja vigência perdurará quase até ao final do século XIX, embora de maneira mais intermitente do que em épocas precedentes (cf. I). De facto, o aparato conceptual a que aqueles termos pertencem, oriundo da gramática antiga e veiculado pelas gramáticas vernáculas, manifestará a sua longevidade, apesar das novas correntes do pensamento gramatical e linguístico, permanecendo como uma grande matriz tutelar da reflexão linguística ou, pelo menos, como “horizonte de retroescção”. Diga-se, a este respeito, que mesmo nos artigos da **Encyclopédie** atrás citados as abonações textuais se reportam, em geral, aos Antigos, sobretudo aos Latinos, de que são ex. Quintiliano, Marius Victorinus, no artigo “alphabet” (**Encycl.**, t. 1, 1758, pp. 248-250); Prisciano (Lib. I), invocado muitas vezes no artigo “lettre” (t. 9); ainda Prisciano, no artigo “voyelle” (t.17); Aristóteles, Diomedes, Donato, Cícero; no artigo “ponctuation” (t. 13) faz-se referência a S. Isidoro de Sevilha.

Voltando, porém, aos chamados “acidentes” da letra, regista-se a ocorrência destes termos e a aplicação desses conceitos no discurso metaortográfico de Manuel Dias de Sousa (1804), Luís Gonçalves Coutinho (1812), Apolinário (1831), entre outros. Segundo Gonçalves Coutinho (1812) “*Nome das letras he accidente fixo em todas ellas, como: a esta A, á outra B (...); a Figura varia de character grande, e pequeno; Valor que lhe damos para nos explicarmos, ajuntando-as differentemente nas diversas syllabas, conforme as várias combinações das palavras*”. Apolinário, sem explicitar cada um dos conceitos diz apenas que “As letras constão de tres accidentes: *Nome, Figura, e Valor*” (1831/1843/1846). Para Tristão da Cunha Portugal (1837), tanto as *letras* como os *sinaes* tem três propriedades: *figura, nome, e poder*. *Figura* é o debuxo, a representação apparente que se lhe dá para distinguir umas das outras, como por exemplo: o circulo que representa um O, um meio circulo que representa um C. *Nome* é a palavra com que designamos a letra, como *xis, zê*, para nomearmos as duas letras *x*, e *z*. *Poder* é o som que lhe damos na

pronúnciação”. É curioso registrar a total coincidência das definições acima com as expandidas pelo brasileiro Ernesto Carneiro Ribeiro¹⁹² (1881).

Sem qualquer definição, os mesmos acidentes são mencionados também pelos gramáticos João Joaquim Casimiro (1838), Herculano Maria dos Reis Tavares (1853), Lourenço Geraldês de Vasconcelos (1864). À tríade clássica *figura, nomen e potestas*, D. Alexandre José Botelho de Vasconcelos de Melo e de Matos de Noronha (1865), junta, porém, outro elemento – o “logar”, isto é, a posição que cada unidade ocupa na sequência alfabética, para além de estabelecer a distinção entre o valor alfabético e o valor “ortológico” das unidades.

Logo no início do século, Dias de Sousa (1804) apresentara já um esquema em que figuram a “ordem”, a “figura”, o “nome” das letras, com exemplos da pronúncia; embora o gramático não se refira directamente a estas noções como acidentes da letra, por imperativos de natureza pedagógico-didáctica mais do que por uma questão doutrinal, acaba por aludir à noção de “valor” ao averbar em nota: “O assinar aos caracteres do alfabeto hum nome segundo o valor que eles tem na pronúncia, nada ofende o essencial da língua, e contribue muito para facilitar a leitura aos principiantes; porque ensinando-lhes a pronunciar todas as consoantes com hum e surdo depois de cada huma, além da uniformidade em a nomeação das letras, he depois muito mais facil fazer-lhes comprehender, que em lugar do e surdo devem pronunciar a vogal ou vós que se seguir depois de cada consoante” (p. 6).

Também aqui está em causa, o problema da designação das letras (cf. supra, I, 3.1.), ao qual voltaremos mais adiante. Por seu lado, Joaquim Freire de Macedo (1867) dá continuidade aos conceitos de figura e valor, mas acrescenta-lhes os de “classe” e “espécie”, aplicados apenas às consoantes, porque se prendem com os órgãos participantes na articulação destas. Em 1887, ao traçar um quadro das vozes da língua portuguesa, sem qualquer esclarecimento dos conceitos, Figueiredo e Castro retoma a tríade figura, nome, valor; outro tanto se regista em Araújo Maciel (1887), que explicita o sentido dessas três “propriedades” da letra: o nome é a “palavra com que designamos a letra”, a “figura é a fôrma visual ou caracter geometrico da letra”, o valor é a “função prosodica da letra no material da palavra” (p.27). O último desses acidentes pode ser de três tipos, a saber, alfabético,

¹⁹² Cf. **Grammatica Portugueza Philosophica**, p. 71: “Os caracteres graphicos a que chamamos letras tem tres propriedades: figura, nome e valor. O debuxo, a aparente representação que se lhes dá para se distinguirem umas das outras (...); o nome é a palavra com designamos a letra (...); o valor é o som que tem a letra na pronúnciação”.

silábico e etimológico: o primeiro corresponde ao valor que a letra tem enquanto unidade alfabética, o segundo tem a ver com o valor que a ela cobra em conformidade com os acentos, e o terceiro resulta da conservação da etimologia na palavra escrita.

Afora a oposição distintiva entre maiúsculas e minúsculas, entendida como pontuação de palavra (cf., I, 4.1.), no respeitante à “figura” revestem-se também de valor distintivo, logo linguístico, as variações dos caracteres impressos, aspecto de natureza tipográfica que acaba por intervir de forma significativa no sistema, ao actualizar as virtualidades do material gráfico.

A pertinência destes aspectos tipográficos fica patente, por exemplo, no facto de os ortógrafos e os gramáticos aludirem às diversas formas dos caracteres de imprensa, conferindo-lhes até funções específicas, que não remetem para o plano fónico, ao invés dos grafemas e dos diacríticos. Assim, entre outras, merecem destaque as referências de M. Araújo Maciel (1887), que menciona quatro formas (significante de significante) tipográficas – itálica, romana, gótica e caligráfica. O *italico* dá relevo a uma parte do texto, ao passo que o *romano* se aplica à obra em geral; pelo contrário, o *calligrafico* e o *gothico* são usados em obras especiais (circulares, bilhetes, cartões, etc.).

Quanto à composição do alfabeto, existe uma oscilação entre vinte e três e vinte e cinco unidades, afora os casos em que o inventário excede amplamente estes números, devido à inclusão de elementos (simples ou compostos) não veiculados pela tradição. Assim, registam-se inventários de vinte duas, vinte e três, vinte quatro e vinte e cinco unidades. O de vinte duas é proposto por António José Baptista (1816), a saber, <A, B, C, D, E, F, G, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Z>; o de vinte e três, por Rodrigo Ferreira da Costa (1818/1823) <A, B, C, D, E, F, G, H, J, I, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Z>¹⁹³, ao qual junta o til quando é figura em minúsculas; o mesmo número apresenta António de Morais Silva (1806), que exclui <h> e inclui <y>; e bem assim o autor anónimo da **Gramatica Portugueza** (1826), que aceita <k> e <y>, Domingos Lourenço¹⁹⁴ (1860), que exclui <y>. O inventário

¹⁹³ A alteração da ordem habitual poderá eventualmente atribuir-se a constrangimentos de ordem tipográfica, respeitantes à maiúscula de <i> e <j>; cf. supra, I, 3.1.

¹⁹⁴ **Grammatica da Lingua Portugueza para uzo dos Meninos extrahida de diferentes authores classicos e offerecida ao seo paiz** (Margão, Typ. do Ultramar).

de vinte quatro unidades – <A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T U, V, X, Z, Y> – é proposto por António de Moraes Silva¹⁹⁵ (1806), Luís Gonçalves Coutinho (1812), Joaquim José Casimiro (1838), Sebastião José Guedes de Albuquerque (1820), António Maria Barker (1843), J. Gonçalves Lage¹⁹⁶ (1882). O de vinte cinco unidades – <A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Y, Z> – é apresentado no **Compêndio Orthographico** (1812), e também nas obras dos seguintes autores: Francisco Soares Ferreira (1819), Jaulino Lopes Arneiro (1827), Joaquim José Apolinário (1831), Tristão da Cunha Portugal (1837), Midosi (1842), João Nunes de Andrade (1843), Francisco de Andrade Junior (1844). Com o mesmo número, António Álvares Pereira Coruja (1847) propõe um inventário em que figura <ç>, mas é excluído <k>, sobre o qual discorre em capítulo intitulado “Observações sobre W, Y, æ, œ, W”¹⁹⁷. De vinte e cinco letras, são também os inventários de Daniel Ferreira Pestana (1849), C. D. M. (1851), Herculano Maria dos Reis Tavares (1853), Diogo Fernes Alvernaz (1856), que aceita <y>, tal como Roque da Fonseca (1860) e António Francisco Moreira de Sá (1862); a estes, juntam-se Francisco Caldas Aulete (1864), D. Alexandre José B. de V. de Melo e Mattos de Noronha (1865), que prevê, no entanto, a inclusão das “letras compostas” quer vernáculas, quer greco-latinas, a saber, <ch, lh, nh; ph, th, ch>, e também <w>¹⁹⁸, que deverá denominar-se “U duplo”, com o valor de “consoante quando se lhe siga vogal; e o valor de vogal, U, quando se lhe siga consoante ou seja final de alguma

¹⁹⁵ No **Epitome da Grammatica Portugueza**, o lexicógrafo e gramático tece considerações sobre a constituição do alfabeto, em particular a polifonia de algumas das suas unidades: “O Alfabeto Portuguez é, como outros muiitos, em partes redundante, em partes fálto de letras; e talvez tem, e usa caracteres equívocos, exprimindo as mesmas letras sons diferentes; e talvez diferentes letras representão o mesmo som” (p. 13-14).

¹⁹⁶ Afora o inventário tradicional (*alfabeto de uso*), o gramático aponta um alfabeto tipográfico constituído não só pelas mesmas grafias do anterior, como também pelas seguintes: <ã, ä, ï, õ, ü, ç, ch, gu, lh, nh, ph, ps, qu, rh, rr, ss, th>.

¹⁹⁷ Cf. **Compêndio da Orthografia da Lingua Nacional**: “æ, œ, w, não pertencem ao nosso alfabeto; æ e œ são ditongos latinos, e W é letra do alfabeto inglez, e por isso desnecessario se nos torna o seu uso: inda ninguem se lembrou de escrever *ædificio, æmilio, æquidade* (...), *Græcia, hæsitare* (...). Tambem usão alguns escrever Wenceslão; observa-se porem que os que assim usão não escrevem *Weste, Walter, William, Edwardo*; e sim *Oeste, Gualter, Guilherme, Eduardo* ou *Duarte* (...). usando nós das letras nossas equivalentes a estas, se nos torna desnecessario o seu uso; todavia temos necessidade de usarmos do W em alguns nomes proprios que escrevermos de passagem, como *Washington, Brunswick, Windsor* (...)” (pp. 34-45).

¹⁹⁸ A propósito deste observa o autor que “é tempo de ajuntarmos o W ao nosso alphabeto. As linhas ferreas nos trouxeram o nome wagon, e o W se acha em muitos termos geographicos (...)”, cf. **Elementos de Leitura ou Tratado da Orthologia Portugueza**, p. 8.

palavra ou syllaba” (p.8). Acrescentam-se ainda Adriano Grivet (1865), que também inclui <w>; Francisco Mendes Pinheiro (1869); Teófilo Braga (1876); Abílio César Borges (1877); E. Carneiro Ribeiro (1881), que menciona os valores de <w> em português, embora não figure no elenco alfabético; A. Estêvão da Costa e Cunha (1883); Júlio Ribeiro (1885); Barbosa Leão (1886), que inclui unidades distintas das do elenco tradicional, designadamente <w, h, k>, mas admite <y, w, h, k> em palavras estrangeiras; J. S. de Figueiredo e Castro (1887) e M. Araújo Maciel (1887). Por último, Carlos Afonso e A. d’Almeida (1889) propõem dois alfabetos, de vinte seis unidades e de vinte e quatro unidades, respectivamente¹⁹⁹: no primeiro, os autores atentam nas “letras” necessárias à leitura das palavras apresentadas pelos lexicógrafos; no segundo, resultante do critério analógico, levam em consideração as transformações filológicas, que são a pedra angular do sistema de transição por eles proposto.

Excedem os números acima, autores como Manuel Borges Carneiro (1820), com vinte e seis letras (A, B, C, CH, D, F, G, H, I, J, L, LH, M, N, NH, O, P, Q, R, RR, S, T, U, V, X, Z), que inclui os dígrafos vernáculos <ch, nh, lh>, requeridos pela transcrição das palatais chiante, nasal e lateral, respectivamente, e a grafia dupla <rr>, para representar a vibrante múltipla; António Maria de Almeida Neto (1884) inclui <w>, para além de <k> e <y>; A. G. Ribeiro de Vasconcelos (1899) prevê vinte e seis unidades, das quais três – <k, w, y> – só servem para representar palavras estrangeiras; Manuel Dias de Sousa (1804), que apresenta um alfabeto de vinte e sete letras – <A, B, C, Ç, D, E, F, G, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Y, Z> – em forma de esquema (p. 5), no qual compreende a “ordem”, a “figura” (*redonda e bastarda*, i.e. itálico), e o “nome” de cada unidade; o mesmo número tem o alfabeto exposto mais tarde por C. Claudino Dias (1889), que integra <w> com a designação de “doble vê”, adaptada do inglês; o gramático Jerónimo Soares Barbosa (1822/1830), depois se referir ao “Abecedario vulgar ou

¹⁹⁹ No *Ensino Pratico-Analogico da Prosodia e Orthographia*, os autores referem-se várias vezes ocasiões a <w>: “no contemporaneo vocabulario portuguez emprega-se o W com o valor de u, nas palavras inglezas: wahaka, wapite, waterproof, whist, whisky, etc.; –com o valor de v, nas da mesma origem: wagon, wagonete, e ainda com o ultimo valor nas allemãs: woorara, wormio, etc.” (p.12) “O nome de vê-dobrado ou dablíu foi dado a esta lettra, mais pela duplicidade do desenho, do que pela incerteza dos dios valores: u, vvv” (p.59).

typographico”, composto de vinte três letras, a saber, <A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, X, Y, Z>, estipula, então, trinta e um “caracteres”; João da Nóbrega Soares (1884) considera, por sua vez, vinte sete letras <A, B, C, Ç, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z>; João Crisóstomo do Couto e Melo (1818) conta cento e oitenta e oito unidades, visto reunir todas as formas gráficas, quer simples quer combinadas, pelo que o seu inventário constitui um elenco dos sons do português. A este propósito, António Vaz Velho (1856) critica de Couto e Melo, cujo “alfabeto” apostrofa de “Abecedario monstro” (Serão 3º, *Numero das letras do alfabeto*) p.16). Manuel Francisco Medeiros Botelho (1887) prescreve vinte e nove elementos no “alfabeto nacional”, que não inclui <y>, mas compreende <ã, ä, ĩ, õ, ü>, e bem assim as três “articulações compostas” <lh, nh, rr>. Com respeito aos dígrafos que representam o resultado de palatalizações de grupos latinos, sendo por isso grafias históricas – <ch, nh, lh> –, é de notar que, antes de Borges Carneiro, já Dias de Sousa (1804) se havia ocupado do seu tratamento enquanto grafias de fonemas específicos do português, embora não os incluisse entre as unidades alfabéticas. Assim, à semelhança das grafias simples, o gramático aplica àqueles dígrafos a tríade clássica da figura, nome e valor: “Temos mais tres figuras proprias da nossa lingua, com as quaes suprimos tres letras que nos faltão, e que deverião ter hum character particular. estas figuras são Ch, LH, NH, as quaes não tem nome algum proprio, porem podemos dar-lho segundo o seu valor, na fôrma seguinte”

<i>Figura</i>	<i>Nome</i>	<i>Exemplos</i>
CH	Che	Chapa, chefe, chicote, choco, chuva
LH	LHe	Talha, galheta, filho
NH	NHe	Manha, conhecer, ninho

Ao invés de Dias de Sousa, Mascarenhas Valdez²⁰⁰ (1876), já na segunda metade do século, alude aos três dígrafos na qualidade de letras na pronúncia, embora não o sejam em figura; daqui se tiram conclusões de duas ordens: por um lado, o termo “letra” continuava a remeter para uma unidade que ultrapassa os limites do plano estritamente gráfico e parece situar-se no plano fonológico; por

²⁰⁰ Cf. *Arte Orthographica da Lingua Portugueza*, p. 24: “Temos além d’estas mais tres em pronúncia, posto que não em figura, que são CH, LH, NH, das quaes usâmos para supprir as figuras das dittas letras de que carecemos”.

outro lado, a letra parece apontar para o grafema, isto é, para uma unidade bidimensional, dotada de significante e de significado.

Com respeito à sequência das unidades alfabéticas, em particular das consoantes, importa referir que se houve quem defendesse a subversão da ordem herdada dos latinos em proveito de uma ordem racional, segundo a qual as unidades seriam distribuídas de acordo com a afinidade fónica ou em função dos traços comuns, como sucede com Borges Carneiro (1820), cujo esquema seria <b, v, q, c, s z, ch x, g, j, l, lh, n, nh, r, rr, d, t, f, p, m>, também houve quem fundamentasse a chamada “ordem geral” no método filosófico adoptado por todas as línguas neolatinas, como explica o gramático brasileiro M. Araújo Maciel (1887).

Já antes tivemos ensejo de mencionar o problema da designação das unidades alfabéticas. De facto, a denominação das letras do alfabeto é um dos pontos controversos da doutrina ortográfica. No período precedente (cf. supra, I, 3.1.), o articulista do **Jornal Enciclopédico** (1789/1790), em conformidade com a sua perspectiva reformista, não só reprovava o uso dominante neste assunto, que consistia em fazer anteceder os sons de uma vogal muda, mas também propunha a substituição desta prática por um sistema filosófico, mais racional e adequado ao ensino das primeiras letras – a atribuição a cada letra do som por elas representado. Na sequência da problemática colocada por aqueles artigos, encontraremos, em 1804, na doutrina de Manuel Dias de Sousa, influenciada pela gramática geral francesa, a assunção das mudanças introduzidas pela **Grammaire Générale et Raisonnée**, de Lancelot et Arnault, da escola de Port-Royal:

“Este novo modo de nomear as letras C, G, F, H, L, M, N, Q, R, S, J, V, X, deixa subsistir a figura, a ordem e o valor das mesmas, assim como o uzo o tem estabelecido, e isto he o essencial que nenhum particular pode alterar sem temeridade. O nome porém das letras nada influe no essencial da lingua, e os vulgares de çe, ge, aga, ele, eme, ene, que, erre, esse, J consoante, V consoante Xis induzem em erro, e cauzão grande embaraço aos que principião a ler, principalmente quando entrão na soletração das silabas. Esta mudança do nome das letras deve-se ao autor da Gramatica Geral e Filozofica de Porto-Real no anno de 1660: depoi tem sido adoptado e praticado nas Escolas das Nações mais polidas, e assás justificado pelos seus bons sucessos, sem que até ao presente tenha sido desaprovado por algum Autor grave, nem combatido com alguma objecção solida. e se não he ainda universal, he porque não tem sido geralmente conhecido” (p. 6)

A nova perspectiva é adoptada igualmente por António de Morais Silva (1806), que aplica o esquema proposto pelo gramático precedente, opondo-o ao usual, ao optar por “Bè, Cè, Dè, Fè, Gè (soando como gue) Jè, Lè, Mè, Nè, Pè, Qè (c), Rè, Sè, Tè, Vè, Xè, Zè, Yè”, em vez das designações que “vulgarmente se dizem Be, Ce, De, Éfe, Ge, soando como o I consoante, Éle, Ème, Ène, Pè, Què, Erre, Ésse, Tè, U consoante, Xis, Ze, Ypsilon; e H (hagá) sinal de aspiração, desconhecida em Portuguez” (p.15). Por sua vez, Luís Gonçalves Coutinho (1812) mantém as designações <A, Be, Ce, De, eF, Ge, Ha, I, Ji, eL, eM, eN, O, Pe, Qu, eR, eS, Te, U, Ve, Xe, Ze, Ypsilon>, antes condenadas por Dias de Sousa e Morais Silva. Tendo em vista as suas vantagens na aprendizagem, Borges Carneiro (1820) aceita as designações fonéticas, incluindo os dígrafos²⁰¹, tal como Dias de Sousa. No que às designações das consoantes respeita, o gramático Soares Barbosa (1822/1830) distingue o sistema “vulgar”, já antiquado, do sistema praticado pelas “Nações civilizadas”, que consiste em dar às consoantes o respectivo valor:

“a nomenclatura vulgar de muitas destas Consonancias como são eMe, U, eFe, Gê, Cê, eSe, Xis, I, Ce, Hágá, eNe, eNehagá, eLeHagá, eRRe forte e eRRE brando, de que se servem ordinariamnete os Mestres para ensinarem aos principiantes (...) todas as Nações Civilizadas tem já largado, ha muito, este methodo; e dando ás consoantes o seu valor proprio e uniforme por meio do Scheva, que ajuntão a cada huma, deste modo: Be, Pe, Me, Ve, Fe, Gue, Que, De, Te, Se, Ze, Xe, Je, Che, Nhe, Ne, Le, Lhe, Re, Rre (...)” (p. 12).

Joaquim Ventura da Silva (1834), sem qualquer esclarecimento acerca dos pressupostos teóricos, propõe-nos uma tábua com as figuras das letras e respectivos nomes segundo o esquema tradicional <á, bê, cê, dê, é, éfe, gê, agá, é, ji, ca, éle, éme, éne, ó, pê, quê, érre, ésse, tê, ú, vi, xis, ypsilon, zê, ou zeta>; ao invés deste, João Nunes de Andrade (1843) refere, por sua vez, que “todas as consoantes teem sempre o mesmo som, que formam pronunciadas com -e- mudo, excepto S.T Bê, Cê, Dé, Gê, Lê, Mê, Pê, Quê, Rê, Vê, Zê” (p.16).

²⁰¹ Cf. pp. 206-207: “(...) os mestres para livrarem os meninos de confusões, devem dar ás letras os seus verdadeiros nomes, convêm saber, ao f, l, m, n, r, s, chamarão fê, lê, mê, nê, rê, zê: ao g e j, guê e jê: ao v, vê: ao r, rê: aos dous rr, rrê: ao s zê: ao x, xê: ao ch, lh, nh, chê, lhê, nhê como sendo letras compostas: ás cinco letras gragas kapa, ypsilon, tetha, chi, e phi, q, i, t, q, f, gregos”.

Mais avançado o século, em 1887, Francisco José Monteiro Leite confirmava o sistema descrito por Soares Barbosa, quando dá às unidades do inventário alfabético os seguintes nomes: *be, ce, de, fe, gue, agá, ká, le, me, ne, pe, que, re, se, te, ve, W (dobrado), xe, ze.*

A esta altura, já a discussão sobre as designações das letras estava praticamente encerrada.

Com respeito à classificação das unidades alfabéticas, aspecto do maior interesse visto estar relacionado com a classificação das unidades fónicas e acompanhar o desenvolvimento da fonética, em especial da metodologia de identificação e da taxionomia dos sons, é de assinalar a vasta panóplia de propostas classificativas, se bem uma parte delas provenha ainda dos sistemas emprestados ao latim, como observámos anteriormente (cf. I, 3.1.).

5.1. As vogais

Passamos, de seguida, à tradicional e incontestada distinção entre vogal e consoante, sendo que a primeira é definida por duas ordens de aspectos, a saber, o facto de ter articulação própria (*voz, som elementar*) e constituir sílaba, não carecendo, portanto, do apoio de uma consoante. São, por isso, redundantes as definições avançadas por ortografistas e gramáticos oitocentistas, das quais sobressai uma nítida evolução de descrições baseadas em critérios de tipo intuitivo ou impressionístico, de que é exemplo a alusão à maior ou menor “perfeição do som”, até descrições mais rigorosas, escoradas em critérios fisiológicos ou articulatórios, como a referência aos órgãos da fala.

Dias de Sousa (1804), repetindo a definição enciclopédica de “vogal”, assente em bases articulatórias e fisiológicas mais do que em bases acústicas, define-a como “hum som que resulta da simples emissão do ár, e cujas diferenças essenciaes dependem da fôrma da passagem que o órgão da boca presta a este ár, no tempo da sua emissão” (p.4). Esta definição é reproduzida por J. J. Caetano Pereira e Sousa (1807), que a bebeu na mesma fonte do anterior²⁰²: “A voz hé um som que resulta da

²⁰² Na verdade, ambas parecem decalcadas do artigo “voyelle” da *Encyclopédie* (t. 17), onde se diz: “La voix humaine comprend deux sortes d’éléments, le son & l’articulation. Le son est une simple
Cont. pág. seguinte.

simples emissão do ar, e cujas partes essenciaes dependem da forma da passagem que a boca dá ao ar durante a emissão. As vozes são representadas pelas letras vogaes”. Sem sobreposições da substância gráfica e fónica, Morais Silva (1806) define as vogais como “simples sons articulados pelo impulso da voz, e sómente pela abertura da boca de um certo modo”; por sua vez, Luís Gonçalves Coutinho (1812) observa que “(...) só nellas fará, e se modifica a voz na pronuncia da syllaba, ainda que esta tenha consoantes”; para J. Crisóstomo do Couto e Melo (1818), a “Vóz é a infléssão do som causada pela diferente abertura da bôca e sem união dos beiços, nem da lingua, nem dos dentes, nem da garganta”, representada pela “lêtra vogal”; Rodrigo Ferreira da Costa (1818/1823) define-a como “toda a letra, cujo som elementar pôde ser articulado sem auxilio de outro som”; com ele coincidem J. J. Apolinário (*Letra vogal he a a que exprime voz*, 1831/1843/1846), e J. J. Ventura da Silva (*vogal, he a que faz som distincto, e que se pôde pronunciar sem socorro d’outra alguma letra*, 1834, p. XI); já José Tavares de Macedo (1834/1861, p.6) recorre à constituição da sílaba, dizendo que “As vogaes ou estão sós na syllaba, ou estão juntas com outras fazendo uma só voz, ao que se chama Diphthongo”, à semelhança do que fará Bordalo (1842/1857), quando diz que “cada uma das vogaes pôde por si só fazer syllaba, e regularmente a união de duas, formando dithongo”. Se J. J. Casimiro (*Letra vogal é aquella, que sem auxílio de Consoante exprime voz, ou som faz um som perfeito*, 1838) e Justino Pires (*Vogal é toda a Letra, que por si só fôrma um som perfeito*, 1843) invocam a “perfeição do som”, noção acústica de base intuitiva, já o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1843, p.28), aqui na qualidade de ortógrafo e foneticista, se reporta a dados de ordem articulatória ou fisiológica, mais precisos que os anteriores – “vogaes são os sons que provem do órgão geral, sem um concurso especial de nenhum dos órgãos parciaes”. Segundo F. de Andrade Junior (1844), “cada huma das vogaes representa as differentes prolações puras das vozes que ellas figurão”; para Domingos Lourenço (1860), as “vogaes são os caracteres com que sae representam sons distinctos”; também Diogo Fernes Alvernaz (1856) insiste na definição de base acústica (*cada huma dellas, por si só, faz hum som claro; podendo formar huma syllaba, sem auxilio de outra letra*). Mais simplista é a

émission de la voix, dont les différences essentielles dépendent de la forme du passage que la bouche prête à l’air qui en est la matiere”.

definição patente no **Methodo Portuguez Castilho** (2ªed. 1853), onde as vogais são descritas apenas como “sons” (p. 8); Vergueiro e Pertence (1861) definem as vogaes como as “letras que n’uma só emissão de voz, sem concurso de consoantes, representão um som”; João Félix Pereira (1863) observa que se deu o “nome de vogaes porque ellas, por si sós, formão uma voz, um som”; para D. Alexandre de Noronha (1865) as vogais são unidades substanciais, ao invés das consoantes; já Mendes Pinheiro (1869) retoma o critério da perfeição do som. No esteio da **Encyclopédie**, e à semelhança de Pinheiro Ferreira, Mascarenhas Valdez (1875, p. 24) define as vogais ou “vozes” como “as diferentes modificações que resultam da emissão do ar, e cujas partes essenciaes dependem da fôrma da passagem que a boca dá ao ar em quanto que dura a respectiva emissão”. Na linha fisiológica do anterior, Teófilo Braga (1876) refere-se à vogal como a “emissão da voz pela garganta e bocca, sem modulação e sem esforço de pronuncia”, ao passo que Bento de Oliveira (1880) apenas destrinça o plano gráfico do fônico (*letras que representam as vozes*). Já António Maria de Almeida Neto (1884), que delimita esses mesmos planos, distingue as “vozes” das “vogaes”, uma vez que as primeiras são o “elemento soberano da falla”, enquanto que as segundas são as “letras que representam as vozes (...) porque se dizem só com a voz”. Por sua vez, o relator da Comissão portuense, Barbosa Leão (1886) define as vogais (sons ou vozes) com base na saída livre da corrente expiratória. Enquadrada também numa orientação fisiológica, mas mais pormenorizada que as precedentes, temos a definição fornecida pelo gramático António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1899), que esclarece que se dá “o nome de vogais aos phonemas que se produzem pela vibração das cordas vocais inferiores ou lábios vocais, independentemente doutro som, que exija constricção ou apêrto do canal buccal” (p. 15); esta definição vem precedida de uma descrição do “apparelho phonador”²⁰³, à qual o autor acrescenta um apêndice referente à representação gráfica dos sons.

²⁰³ O gramático indica os órgãos seguintes: laringe, faringe, fossas nasais e boca; cf. pp. 14-15: “*Laringe* – parte superior e mais larga do canal aéreo, que conduz o ar aos pulmões; encontram-se nella quatro relêvos ou pregas, chamadas cordas vocais; sam as duas cordas vocais inferiores, tambem chamadas lábios vocais, que, postas em vibração pela corrente d’ar, produzem os sons; *Pharynge* – caviadade em fôrma de funil, que põe em communicação o esôphago e a larynge com a bôca e as fossas nasais; representa um papel importante na resonância vocal e em certas modificações dos sons; *Fossas nasais* e bôca – últimas cavidades onde acaba de ser modificada e articulada”.

Se a classificação das vogais é um aspecto de suma importância no domínio conceptual, o tratamento da nasalidade reveste-se de particular relevo, visto que este traço deve ser representado obrigatoriamente. Assim, importa saber como era analisada a nasalidade e quais os critérios que presidiam à descrição das vogais nasais. Para isso, seguiremos o fio cronológico. Antes, porém, diga-se que a nasalidade sempre colocou muitas dificuldades de interpretação, decorrentes do primado, em termos de análise, da grafia sobre a oralidade, e bem assim da ausência de um conhecimento adequado da produção da fala, sobretudo dos órgãos nela intervenientes, ao ponto de as vogais nasais não serem sequer descritas, dado que os gramáticos se limitavam a mencionar as variações de timbre das orais (fortes ou brandas), sem aludirem à existência das nasais. É o que se verifica em Dias de Sousa (1804) e no **Compendio Orthographico** (1812), sendo que no primeiro caso, não obstante os diversos aspectos inovadores da doutrina do autor, a nasalidade não é referida como traço distintivo das vogais, ao qual se alude apenas por intermédio da interpretação da sequência gráfica de vogal seguida de <n> ou <m>, e o mesmo se poderá dizer a respeito dos ditongos nasais, tratados unicamente em função do aspecto gráfico; no segundo caso, o gramático não trata nem das vogais nem dos ditongos nasais, nem sequer a propósito do tratamento do til. Ao contrário destes dois e de outros que mencionaremos a seguir, Morais Silva (1806), cuja doutrina é inovadora a diversos títulos, identifica o traço da nasalidade vocálica, ao afirmar que *“quando pronunciamos alguns sons nasaes sóltase tambem o som pelos narizes, e estas vogaes se dizem nasaes, v. g. ã, ã, ĩ, õ, ũ ; a descrição é acrescida de uma comprovação suplementar, segundo a qual as vogais são nasais “porque a voz trina sobre ellas, ouvindo-se distintamente, v. g. sobre o ou de amante, ou sobre o õ de corações; que se o til, ou m, ou n, representassem como consoantes, não se ouvirião”* (p.10). Ora esta descrição merecerá a condenação de António Vaz Velho (1856), que chega atribuí-la a “idiotismo” brasileiro²⁰⁴, negando, portanto, a existência de vogais nasais.

²⁰⁴ Cf. **Opúsculo de Ortografia**, Serão 4º, p. 19: “Que som achará elle na lingua Portugueza, que se expresse pelos narizes ? Eu confesso, que o não vejo. Será defeito do meu ouvido, ou idiotismo da sua patria no Rio de Janeiro ? Olhe, que a razão, que dá na notta não convence. Isso a que se chama = Som nazal = he hum perfeito som semilongo, como em = maçã, terçã, manhã, etc. = mas nunca pelo nariz. He igualmente admiravel o pensamento deste autor sobre os particulares das letras (...)”.

Não referem a questão da nasalidade vocálica os seguintes autores: J. P. Caetano Pereira e Sousa (1807); Gonçalves Coutinho (1812), que menciona unicamente os ditongos nasais; Apolinário (1831/1843/1846), que alude à nasalidade no âmbito do uso do til; Ferreira da Costa (1818/1821); Ventura da Silva (1834) define apenas os ditongos nasais com base na presença do til; Cunha Portugal (1837); Bordalo (1842/1857); António Maria Barker (1843), que só menciona os ditongos nasais; Coruja (1848) reconhece ditongos orais e nasais, mas a distinção entre eles assenta no aspecto gráfico, sem alusão à articulação; Figueiredo Vieira (1844/1859) refere-se quer às vogais quer aos ditongos nasais, embora sem definir umas e outras; Fernes Alvernaz (1856); e Cabral de Mendonça (1860).

Veamos, de seguida, quais os ortografistas e gramáticos oitocentistas que referem, de forma explícita, a nasalidade vocálica: J. Crisóstomo do Couto e Melo (1818); J. Soares Barbosa (1822/1830); Tavares de Macedo (1834/1861), para quem as vogais são “(...) Nasaes quando o nariz tem parte na pronuncia; como nas palavras Manto, Pente, Ginja, Bomba, Nunca...”, o mesmo se aplicando aos ditongos nasais. Numa curiosa interpretação da produção das vogais nasais, Silvestre Pinheiro Ferreira (1843/1844) refere-se às fossas nasais nos seguintes termos: “Quando ao emitir um som vogal comprimimos as fossas nasaes, de modo que o ar expellido só passe pela boca e não pelo nariz, da-se-lhes o epitheto de nasaes (...); “Alem destas [as orais], ha cinco vogaes, para cuja formação não concorrem as fossa nasaes, por isso que, ao pronuncia-las, se comprime o meato, por onde aquellas fossas communicam com a bôca; e denotam-se com os caracteres: am, an, ã; em, en, im, in, om, on ã; um, un. Por antíphrase, deu-se a estes sons o epitheto de *nasaes*”(p.179). Antes deste, porém, já o autor do **Methodo Castilho** (1852/1853) definira as vogais “nasaladas” ou “impuras” como as que são “proferidas em parte pelo nariz”, cuja representação gráfica se faz mediante <m> e <n>. Sem qualquer definição ou descrição articulatória, José Feliciano de Castilho (1860) refere, contudo, os “sons nasaes”, cujas grafias são <an, en, in, on, un, em, ãe, uin, ão>, incluindo, portanto, quer as vogais quer os ditongos. Roque da Fonseca (1860) distingue, por sua vez, as vogais “puras” (orais) das nasais, apresentadas como <ã, ĩ, ī, õ, ũ>. Também o reformador Barbosa Leão (1886) reconhece a nasalidade vocálica e descreve cinco vogais nasais, que se pronunciam “saíndo parte d’ese ar pelo nariz; donde r’ezulta

para eles uma certa modificação, e por cauza d'esta xamáram-se então nazais (...)” (p.2), ao contrário das orais. Já no final do século, A. Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1899), quando distingue as vogais orais ou puras das nasais (ã, ä, î, õ, ü), descreve as segundas como aquelas cuja “prolação a corrente d’ar deriva em parte para as referidas fossas, onde se dá uma ressonância mais ou menos pronunciada” (pp.15-16).

À vista das diversas definições e da terminologia de suporte, fica patente que os autores visavam a delimitação dos domínios fónico e gráfico, distinção nem sempre bem sucedida ou explícita. A esse propósito, observa Júlio Ribeiro (1885) que “a generalidade dos grammaticos confunde estas vozes com as letras que as representam, e tanto a umas como as outras dão elles o nome de vogaes”.

5.1.1. Os ditongos

Com base nos textos metaortográficos, a definição de ditongo consubstancia-se em três paradigmas predominantes, a saber, 1. o ditongo como união de duas vogais na mesma sílaba (Pedro José da Fonseca, 1809, p.48; Compendio Orthografico, 1812; Apolinário, 1831; Barker, 1843, p.4; Ventura da Silva, 1834; Cabral de Teixeira, 1860); 2. o ditongo como pronúncia de duas vogais na mesma emissão de voz (Coutinho, 1812, pp.60-61; J. J. Ventura da Silva, 1834; Cunha Portugal, 1837; Coruja, 1848; Fernes Alvernaz, 1856; Roque da Fonseca, 1860; Tavares de Macedo, 1834/1861; Nunes Godinho, 1866; Valente e Almeida, 1886; Carneiro Ribeiro, 1890; A. G. Ribeiro de Vasconcelos, 1899); 3. o ditongo como vogal composta de duas vogais simples, para representar uma voz simples (Caetano Pereira e Sousa, 1807, p. 11; Castilho, 1853; Mascarenhas Valdez, 1875; Barbosa Leão, 1875/1886).

As definições a seguir recenseadas ilustram bem os paradigmas definicionais atrás mencionados e, sobretudo, o hibridismo presente em muitas dessas definições:

- Pedro José da Fonseca (1809): “Dithongo ou diphthongo he palavra grega, que quer dizer som dobrado, ou ajuntamento de duas vogaes, que guardão sua força em huma só syllaba”.

- Coutinho: “Dithongo compõe-se das palavras Gregas *Di*, dois, e *Pthongo*, voz: quer dizer pronuncia composta de duas Vogaes” (pp. 60-61)

- Barker: “He a união de duas vogaes diversas dentro de huma só syllaba (...)”

- Caetano Pereira e Sousa: “A vogal composta de duas vogaes simples para representar huma voz simples, chama-se ditongo” (p.13)
- Compendio Orthographico (1812): “Diphthongo he o ajuntamento de duas vogaes, soando juntamente” (p.3).
- Apolinário (1831/1843/1846): “Dithongo he o concurso de duas vogaes diversas n’hum syllaba” (p.7).
- J. J. Ventura da Silva (1834): “Dithongo he a reunião, ou o concurso de duas vogaes pronunciadas com hum so impulso da voz, e que não fazem mais, que hum som, ou syllaba (p. XIII); “(...) os Dithongos são pronunciados fazendo-se sentir os dois sons ligados, e quasi sempre o primeiro da primeira Vogal he o dominante (p.12)”.
- Cunha Portugal (1837): “As *compostas* [letras] são algumas das vogaes precedentes reunidas e formando um som simples: esta reunião e ajuntamento de duas vogaes é o que chamamos *diphthongo*, palavra grega que significa o som de duas vogaes” (p.10).
- Barker (1843): “Dithongo... He a união de duas vogaes diversas dentro de huma só syllaba (...)” (p.4).
- Silvestre Pinheiro Ferreira (1843): “Dá-se pois o nome de *diphthongo* ao som composto de dois sons vogaes, um agudo e o outro mudo” (p.28).
- A. Álvares Pereira Coruja (1848): “Ditongo é a união de dous sons vogaes pronunciados com um só impulso da voz” (p.12).
- António Feliciano de Castilho (1853): “(...) duas syllabas naturaes podem muitas vezes pelo uso contar-se por uma só, que então se chama *diphthongo*” (p. 25).
- Diogo Fernes Alvernaz (1856): “Consiste pois o dithongo, no concurso de duas vogaes diversas, cujos sons se unem formando hum só” (p. 4)
- J. T. Cabral de Mendonça (1860): “Dithongo é reunião de duas vogaes diversas dentro de uma mesma syllaba, formando um som mixto, que se não póde dividir na pronunção (...)” (p.6).
- Roque da Fonseca (1860): “Dythongo he o concurso de duas vogaes diversas, pronunciadas rapidamente em uma só syllaba conservando o som de ambas (...)” (p.4).

- J. Tavares de Macedo (1861): “(vogais) juntas com outras fazendo uma só voz, ao que se chama *Diphthongo*” (p. 6).
- Manuel Nunes Godinho (1866): “Diphthongo é aquelle som, que se fórma de duas letras vogaes de tal sôrte unidas entre si, que se pronunciam de uma só emissão de voz” (p. 8).
- Mascarenhas Valdez (1875): “*Diphthongo* é uma palavra grega que quer dizer dobrado som; por isso a voz composta de duas vogaes simples, mas sempre com dois sons sem espaço de intervalo, chama-se *diphthongo*” (p. 30).
- J. Barbosa Leão (1876/1886): “sons compostos pronunciados dous a dous n’uma só emissão de voz, formando um som commum a que chama diphthongo” (p.8); “Os sons ou vózes, unidos dois a dois, fórmão os (...) sons compóstos xamados ditongos (...)” (p. 2).
- A. M. d’Almeida Neto (1884): “Diphthongos – São as syllabas que se pronunciam fazendo ouvir com uma só emissão de voz o valor combinado de duas vogaes, dando comtudo mais rapidez á 2º (subjunctiva) do que á 1ª, (prepositiva), que fica por isso mais longa que a 2ª” (p. 189).
- Santos Valente e Francisco de Almeida (1886): “Chama-se diphthongo a um grupo de duas vogaes pronunciadas na mesma syllaba, ou, por outra, a uma syllaba com dois sons, quer ambos esses sons sejam buccaes, quer sejam o primeiro nasal e o outro buccal” (p. 8).
- E. Carneiro Ribeiro (1890): “O diphthongo é, pois, um grupo vocalico em que ha unidade syllabica e dualidade de som” (p. 10).
- A. G. Ribeiro de Vasconcelos (1899): “Dithongo é a combinação de duas vogais, pronunciadas numa só emissão de voz”, sendo interpretado como um som composto.

Com respeito aos ditongos nasais, aos quais já aludíamos a propósito do tratamento genérico da nasalidade, é de notar que, afora as actuais designações – orais e nasais – os ortógrafos ainda usavam outras, como *simplices* ou *puros* e *improprijs* ou *nazaes/ nasais* (J. J. Ventura da Silva, 1834; D. Alexandre José B. de V. de M. e M. de Noronha, 1864, p. 43). Por outro lado, alguns ortógrafos fazem ainda a distinção entre os ditongos “perfeitos” (crescentes) e os “imperfeitos” (decrecentes), como se vê em Silvestre Pinheiro Ferreira (1843, p.28), que não se refere, contudo, à nasalidade dos ditongos; do mesmo modo, aqueles termos servem

para destrinçar os hiatos (“próprios”) das sequências vocálicas (“impróprios”), como faz Figueiredo Vieira (1859, p.29). A isto acrescenta-se também que, em função da sua natureza e posição na sequência, e segundo a terminologia linguística da época, a primeira vogal do ditongo é a *prepositiva*, sempre tónica (*longa*), enquanto que a segunda, a chamada *subjunctiva*, é breve, ou seja, átona (Soares Barbosa, 1822/1830; Coruja, 1848, p.12; Nunes Godinho, 1866, p. 8; Almeida Neto, 1884, p.189; Santos Valente e A. de Almeida, 1886, p.10). Note-se que os termos “prepositiva” e “subjunctiva” foram igualmente usados por Gonçalves Viana nos seus trabalhos de fonética e fonologia (1883, pp.10-11, passim; 1892, p.18, passim).

Outro conceito com implicações no plano gráfico é o de sinérese. De facto, no âmbito do aparato conceptual envolvido na construção de um sistema gráfico, serve o termo sinérese para designar uma sequência vocálica que, em determinados contextos (por ex. em verso), pode produzir-se numa só emissão de voz, por oposição à diérese, na qual um ditongo passa a realizar-se em duas sílabas distintas. Ora esta questão vai repercutir-se na doutrina ortográfica sobre a divisão silábica, no processo de translineação e também na acentuação.

A sinérese é mencionada e ilustrada por ortografistas como Mascarenhas Valdez (1875, pp.68-69), Almeida Neto (1884, p. 560), e também Barbosa Leão (1878/1886)²⁰⁵, que trata longamente desta questão, ao ocupar-se da acentuação gráfica. O relator da Comissão portuense refere a existência de duas espécies de sinéreses em função da tonicidade ou atonicidade de um dos elementos: na primeira, inclui as sequências gráficas <uá, ué, uí, uó>; na segunda figuram <ua, ui>, respectivamente em palavras como *quadro*, *guéla*, *sangüíneo*, *quôta* (p.3) e *quadrado*, *argüição*, *equidade* (ibid.). A estas, acrescenta ainda aquelas em que

²⁰⁵ Cf. 1878, p. 13: “A differença entre syneresis e diphthongo consiste, em que n’este os sons confundem-se mais ou menos, e n’aquella unem-se sómente e ouvem-se bem distinctos um depois de outro. As syneresis são de dous generos: n’uma o primeiro som é breve e o segundo longo, n’outras ambos os sons são breves; e o som longo das primeiras pôde ser uma vogal oral ou uma vogal nasal, um diphthongo oral ou um diphthongo nasal (...) *quátro*, *guéla*, *redargüi*, *quôta*, *saguão*”; cf. 1886, p.3: “a differença entre sinérese e ditongo consiste, em que neste o primeiro som é senpre fôrte, e absôrbe até cërto ponto o segundo, que é senpre fraco, rezultando um som comum; em quanto que naquêla o primeiro, que é senpre fraco, não pôde nada absober do segundo nem quando elê é fraco tanbem, e os dois estão unidos, ouvindo-se distinctos um depois do outro. Axa-se a prôva d’isto, comparando a primeira sílaba de *cauza*, em que á ditongo, com a de *quadro* e *quadrado*, em que á sinérese (...)”.

aparece uma vogal ou um ditongo (oral ou nasal), por exemplo *quanto*, *agüentar*, *delinqüiu*, *dezagou*, *quão* (ibid.).

Em geral, os ortógrafos ocupam-se do fenómeno da diérese ao tratarem do trema (cf. infra, 5.4.2.), sinal ortográfico então denominado da mesma forma, como se vê em J. J. Caetano Pereira e Silva (1807)²⁰⁶, com a designação de *dieresi*, e em Figueiredo Vieira (1859, p. 62), que o descreve precisamente no capítulo dos sinais ortográficos. Nunes Godinho (1866) alude à *dieresis* a respeito da função anti-hiática de <h>, que assim substitui um sinal específico (*ahi*, *contrahir*, *detrahir*, *distrahir*, *cohibir*, p.31); já Almeida Neto (1884) sublinha as duas acepções do termo – a do fenómeno e a do sinal ortográfico (“ ”), com função de indicador da diérese (*maísculo*, *argüição*, *rüina*, *ungüento*, p.187); Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu (1885), embora aludam ao fenómeno, rejeitam o emprego do sinal, com a função apontada, por derivar da tradição gráfica das línguas germânicas (o *umlaut*); diferente desta, é a posição de Barbosa Leão (1875²⁰⁷/1878/1886), para quem há diérese sempre que existam duas vogais átonas seguidas e, por isso, adota o referido sinal para assinalar duas sílabas distintas (*reünido*, *amiüado*, *proibir*, 1886, p. 7); Santos Valente e Francisco de Almeida (1886, p.71), que apenas tratam da diérese a propósito do uso do trema, definem-na, por sua vez, como a “separação de vogaes que ordinariamente se pronunciam juntas”.

Menos frequente do que a definição de ditongo é a de tritongo, conceito que é mesmo refutado por alguns ortógrafos e gramáticos, como veremos. De facto, os tritongos constituem uma questão controversa entre os autores oitocentistas, ao ponto de uns, assentes ou não no material gráfico, aceitarem a sua existência, enquanto que outros a negam. Neste período, os tritongos são referidos, entre outros, pelos ortografistas seguintes: J. J. Ventura da Silva (1834), António Maria Barker (1843), Melo e Matos de Noronha (1865).

²⁰⁶ Cf. pp. 32-33: “Dieresi he o sinal ortografico composto de dois pontos, que se põem horizontalmente sobre huma vogal para mostrar que ella se deve pronunciar separadamente de outra vogal, que a acompanha, e com que ella faria, a não ser isso, hum ditongo, ou o sinal composto de huma voz simples”, com os ex. *Saül estoivo judaismo duída adail* em nota.

²⁰⁷ Cf. p. 51(ibid., 1878): As grammaticas dão conta de um signal orthographico a que chamam dieresis, que dizem servir para indicar que duas vogaes não formam diphthongo; mas o certo é, que ninguem usa d’esse signal, e os principiantes não sabem como hão-de lêr, quando encontram por exemplo *Athaide paraíso (...)* *saude balaustre egoismo conteudo miudo ruido (...)* Como remediar isto ? Como indicar que as duas vogaes, se não formam diphthongo, formam ou uma syneresis ou duas syllabas distinctas ?”.

Se Ventura da Silva refuta a existência de tritongos, devido precisamente ao facto de duas vogais constituírem ditongo (*Na lingua Portugueza não ha Trithongos, porque quando concorrem tres vogaes seguidas, sempre huma sôa distincta das outras duas, as quaes constituem Dithongo, e sendo huma dellas i, faz Dithongo com a antecedente, v. g.: Alfaiate, Passeio, Saloio, &c., que se pronuncião Alfai-ate, Passei-o, Saloi-o, &c., p.13*), já Barker (1843), pelo contrário, não só os aceita como estabelece uma definição que se funda, à semelhança dos ditongos, no critério articulatorio segundo o qual são “tres sons vogaes com hum só impulso da voz” (*guai, distinguiu, obliquou*); Melo e Matos de Noronha, por sua vez, apenas alude ao conceito de tritongo a respeito das sequências gráficas <uae> e <uai>.

Quanto aos gramáticos, é realçar a posição de Solano Constâncio (1855)²⁰⁸, defensor da existência dos tritongos <eia, éia, éão, ião>, definidos como “tres sons vogaes distinctos”.

Dos vários testemunhos, retiram-se dois paradigmas definicionais do conceito de tritongo, a saber, o tritongo como sucessão gráfica de três vogais, por um lado, e, por outro, o tritongo como sequência de um ditongo seguido de outra vogal.

5.2. As consoantes

Por oposição à vogal, a consoante, também chamada *articulação, consonancia* ou *inflexão*, é definida pela ausência de voz própria e por não constituir sílaba sem o concurso de uma vogal, como no-lo indicam as definições de ortógrafos e gramáticos oitocentistas. Abandonando as tradicionais definições de tipo intuitivo, e escorando-se nos termos da definição enciclopédica de consoante (t. 17), segundo a qual “l’articulation est le degré d’explosion que reçoivent les sons, par le mouvement

²⁰⁸ Para além da *Grammatica Analytica*, publicara antes um *Resumo da Grammatica Portugueza*, juntamente com o seu *Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza Dicionário da Lingua Portugueza* (1836). Por sua vez, o *Resumo* de Solano virá a ser adaptado e resumido por Eduardo de Faria, na Introdução ao *Novo Dicionario da Lingua Portugueza* (1ª ed. 1849; 2ª ed. 1850 -1853). Cf. *Resumo* pp. XII-XIII: “Tambem he falso não haver triphongos em Portuguez, por quanto *ião*, verbo e terminação, *eia* interjeição, não formão mais que huma syllaba, se bem que offereção tres sons vogaes distinctos. (...) Entre as palavras *área* e *arêa* ou *areia*, e entre *gloria* e *glória*, a differença consiste em *eia* ou *êa* e *ia* formarem duas syllabas. Já disse acima que *eia* he hum verdadeiro triphthongo, não só quando he exclamação, mas em muitas palavras que na poesia, e até na prosa formão huma unica syllaba, como em *veia*, *areia* ou *arêa*, *ideia*, e a prova he que se escreve indistinctamente por *ê* ou *ei* (...)”.

subit & instantané de quelqu'une des parties mobiles de l'organe", M. Dias de Sousa (1804) define consoante como "a articulação he o gráo de explozão, que recebem as vozes, pelo movimento subito e instantaneo das diferentes partes do orgão". Sem atender à questão da representação gráfica e com base em dados articulatorios e fisiológicos, António de Morais Silva (1806) define as consoantes são os sons que se "não pódem pronunciar bem per si sós, mas modificão precedendo os sons vogaes, e formão com elles um som articulado composto, por movimentos particulares das diversas partes da boca". A definição fornecida por J. J. Caetano Pereira e Sousa (1807) não se fasta muito da anterior: "As diferentes modificações que se dá ao ar que forma a voz, produzem as articulações, que são representadas pelas letras consoantes. Chamam-se consoantes porque se não fazem ouvir por si mesmas, mas soão com as vogaes" "(...) na pronuncia das syllabas só podem soar juntas com as Vogaes" (L.G. Coutinho, 1812). Se o gramático António José Baptista (1816) se reporta ainda à dependência da vogal para formar sílaba, já para J. Crisóstomo do Couto e Melo a "Articulação é a inflessão do som causada pela diferente união dos beiços, da lingua, dos dentes e da garganta", resultando da "intercissão do som por alguma das partes mòveis da fala" (pp.39-40), cuja representação gráfica cabe à "lêtra consoante"; Soares Barbosa (1820/1830), por seu lado, usa o termo *consonancias* por considerar que este explicita melhor a "natureza particular destas modificações, que nunca soão persi; mas so junctas ás vozes, que modificão (...)", define-as como "as articulações, e modificações da voz, que reprezada na bocca, e largada de repente, recebe na passagem as impressões do movimento oscillatorio das partes moveis da mesma bocca"; "Letra consoante he a que exprime articulação. As consoantes por si só não podem formar syllaba, sem auxilio de vogal. a razão disto he, porque como as consoantes expressaõ articulações, isto he, o diferente movimento dos beiços, da lingua, e dos dentes, ao mesmo tempo que as vogaes expressaõ vozes, isto he as inflexões do som causadas pela diferente abertura de boca, não podem as articulações formarem sem as vozes hum som perfeito" (Apolinário, 1831/, p.7). A critério da dependência das vogais é retomado por J. J. Ventura da Silva (*consoante, he a que na pronunciação das syllabas só póde soar com as vogaes*, 1834, p. XI), J. J. Casimiro (Letra consoante é a expressão da Articulação, a qual não exprime som sem vogal"; Bordalo (*as consoantes porém não*

formam syllaba sem direcção de vogal, 1842/1857); Midosi (*A estes nomes dá-se-lhes o nome de consoantes, porque sempre sôam conjunctamente com sons vogaes*, 1842) distinguindo-se das vogais por não serem todos prolongáveis; Justino Pires (*consoante é toda a letra, que por si só não faz syllaba, e precisa para isso do auxilio da vogal*, 1843). Ao invés dos anteriores, Silvestre Pinheiro Ferreira, faz referências aos órgãos da fala (*Àquelles [sons], em cuja producção se faz sentir a acção especial d'algum dos orgãos particulares, da-se-lhes o epitheto de consoantes* 1843, p.28). José Feliciano de Castilho (1860), por sua vez, apenas se refere às articulações, ou seja, às consoantes, sem adiantar qualquer definição desse conceito. António Francisco Moreira de Sá (1862) baseia a sua definição de consoante na imperfeição do seu som, por oposição às vogais e João Félix Pereira²⁰⁹ (1863) invoca, de novo, a dependência articulatória relativamente às vogais (*derão a estas letras o nome de consoantes por não poderem formar, som senão com o auxilio das vogaes*). D. Alexandre de Noronha (1865) considera que as consoantes são “adjunctivas ou modificantes”, porque requerem apoio vocálico para constituírem sílaba, sem o que não passam de “breves inflexões da voz” (p.8), enquanto que o calígrafo e ortógrafo Manuel Nunes Godinho (1866) sublinha tão só a dependência articulatória das consoantes relativamente às vogais. Distinguindo o plano fónico do gráfico, Joaquim Freire de Macedo (1867) usa o termo consonâncias para referir as “modificações ou articulações da voz, que solta de repente da boca, recebe na passagem as impressões do movimento oscillatorio das partes moveis da mesma boca”, representadas pelas letras consoantes. Baseado na dependência articulatória das consoantes, Francisco Mendes Pinheiro (1869) repete o tópico de que “na sua pronuncia estão junctamente com as de tal sorte, que nenhuma se pôde pronunciar por si só, sem com ella soar uma vogal”. Mascarenhas Valdez (1875) define-as como “articulações do som já formado em vozes e produzidas pelo movimento dos beiços e da lingua, que intercepta e desintercepta, como o movimento dos orgãos que reprezam e largam a voz” (p.34), fazendo corresponder os termos *consoantes* e *consonancias*. Bento Oliveira (1880) volta ao critério definitório da dependência das consoantes relativamente às vogais, sem aludir aos órgãos da fala. Segundo o brasileiro Ernesto Carneiro Ribeiro (1881), militante da fonética fisiológica, as

²⁰⁹ **Primeiras Linhas de Grammatica Portugueza** (Lisboa, Typ. de José da Costa Nascimento Cruz).

consoantes são “ruidos que se produzem na cavidade pharyngo-bocal” (p. 15), mas o termo serve para designar quer os caracteres gráficos quer aqueles produtos fónicos. J. Bensabath (1882), reconhecendo que as letras e as articulações pertencem a planos distintos – o gráfico e o fónico –, define as consoantes como as “letras que de per si não se podem pronunciar se não encostadas a uma vogal”. Ao estabelecer a distinção entre vozes *livres* (vogais) e vozes *consonantes* (consoantes), o brasileiro A. Estêvão da Costa e Cunha (1883) define estas últimas como as consonâncias ou articulações que modificam as vozes livres formando *syllabas*”; já António Maria de Almeida Neto (1884), dá a preferência ao termo “invogaes”, que define como “as letras que se lêem sem voz”, ao invés das “vozes”, e se verifica em João da Nóbrega Soares (1884). Outra inovação terminológica é-nos fornecida por Júlio Ribeiro (1885), que adopta a expressão “letras alterantes” para designar as que “symbolizam as modificações de constricção e de explosão por que passam os sons laryngeos no tubo vocal”, quer dizer, as consoantes. Segundo o relator da Comissão de Reforma do Porto, Barbosa Leão (1886), as “*consoantes* ou *articulações* são modificações, que os sons recebem dos órgãos da boca ao pasar através d’ela”, que “não tem som próprio; são com os sons que modificão, do que lhes vem o primeiro nóme; e por iso não fórmão sílaba sós” (p.3). Francisco José Monteiro Leite (1887) propõe, por seu lado, a designação de “ruidos articulados”. Assente em bases fisiológicas, Medeiros Botelho (1887) apresenta uma designação distinta das precedentes – “vozes modificadas” –, correspondente às consoantes produzidas por “movimentos de represa e de explosão dos órgãos do aparelho vocal”. Ao termo tradicional, Carlos Afonso e A. de Almeida (1889) preferem o termo “invogaes”, para denominar os sons que, ao contrário dos vocais, não se podem produzir sem “o sensível e indispensavel movimento dos labios ou lingua (...) consistindo uns na minima, media ou maxima compressão dos labios” (p.15). Finalmente, para A. G. Ribeiro de Vasconcelos (1899) as consoantes são “os phonemas que se produzem modificando a saída do ar pela constricção ou apêrto nalgum dos pontos do canal buccal” (p. 18).

Por se tratar de um campo de maior dispersão e requerer uma maior variedade de traços diferenciadores, no plano estritamente teórico, ou seja, independentemente das soluções gráficas perfilhadas pelos autores acima referidos, e por outros que não propuseram qualquer definição de consoante, revestem-se de particular interesse não

só os diferentes tipos de classificação das consoantes como também os critérios que os assistem.

Assim, na continuidade ao sistema latino de classificação das consoantes, estas subdividiam-se em mudas (ou mutas), semivogais, líquidas e duplices ou dobradas. Vigente durante o século XVIII (cf. I, 3.2.), este esquema classificativo transitará ainda para o discurso metaortográfico oitocentista, no qual ainda deparamos com essa divisão. Destituído de base articulatória ou acústica rigorosa, tal sistema de classificação, será ultrapassado pela entrada em liça de critérios articulatório-fisiológicos, decorrentes da análise da produção da fala, quer dizer, aquele esquema cederá o lugar a uma classificação que privilegia o modo e o ponto de articulação e, conseqüentemente, as consoantes passarão a ser classificadas e designadas em função dos órgãos intervenientes na articulação.

Se é verdade que só a finais de setecentos estariam criadas as condições para o exercício de uma fonética articulatória e acústica menos intuitiva e mais fisiológica, não é menos certo que a referência a outros órgãos que não a boca, os dentes, os lábios, ou seja, aqueles que já vinham nas descrições herdadas dos latinos, surgirá apenas, de forma clara, no século XIX. Também aqui cremos ter sido decisiva a influência francesa, em particular os estudos médicos sobre fisiologia da fala, na qual assenta a emergência da fonética fisiológica ou articulatória, em meados do século XVIII, que entre nós se repercutirão apenas nas classificações propostas pelos autores oitocentistas. Vamos, pois, examinar as classificações propostas pelos autores do período em apreço.

Como avançávamos acima, o sistema classificativo oriundo do latim continua a ser aplicado ao português pelos autores, ortografistas e gramáticos, do século XIX. De facto, socorrem-se desse esquema, embora com discrepâncias relativamente ao número das unidades, os ortografistas seguintes: o autor do **Compendio Orthographico** (1812), R. Ferreira da Costa (1818/1823), Joaquim José Apolinário (1831/1843/1846), António Maria Barker (1843), Manuel Justino Pires (1843), António Álvares Pereira Coruja (1848), Tristão da Cunha Portugal (1837), Diogo Fernes Alvernaz (1856), Luís Adelino Lopes da Cruz (1856), Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez (1875).

No *Compendio Orthographico* (1812), as mudas são descritas como as consoantes que se “pronúncião com som vogal, depois de si; e soão como se as escrevessemos *bê, cê, dê, etc*”; as semivogais, “com som de vogal antes, e depois de si; e soão como se as escrevessemos *agá, efe, éne, éne, ése, etc.*”; as líquidas, “precedendo-lhe huma muda; como em *comprar, clamar, etc.*”; as dobradas (x, z) são assim designadas porque “cada huma dellas vale por duas consoantes; e por isso nem huma palavra se escreve com x, ou z dobrado” (pp.4-5). Ferreira da Costa recupera o antigo modelo e identifica as consoantes *mutas*, subdivididas em *ténues* (p, c, t), *médias* (b, g, d), *líquidas* (l, m, n, r), *sibilantes* (s), *aspiradas* (f, q, c, t) e *duplices* (z, x, ps). Por seu lado, Apolinário repete as descrições anteriores, mas aplica o termo “duplices” apenas a <x> e <z>, e menciona as semivogais que se fazem líquidas. Do mesmo modo, segundo Barker, as consoantes mudas pronunciam-se com “som de vogal depois de si, como: *b, c, d, f, etc.*”, ao passo que as “semivogaes” se pronunciam “com som de vogal antes, e depois de si, como : *m, s*”; por último as líquidas <l, r> pronunciam-se “precedendo-lhes letra muda, como *Comprar, Clamar* (pp.3). Quanto a Justino Pires (1843), que retoma o sistema quadripartido de mudas, semivogais, líquidas e dobradas, as primeiras <b, c, d, f, g, k, p, t, j, v> “representam sons insubsistentes, ou dependentes de alguma vogal, como b, p, que pronúnciamos como *bê, pê*”; as segundas, <h, l, m, n, r, s> pronunciam-se “com som de vogal antes e depois de si, como h, m, que pronúnciamos como *agá, éme*”, acrescentando que apesar de <f> ter estas características, muitos autores o incluem entre as mudas; <l, r> são líquidas quando precedidas de uma muda (*comprar, clamor*), mas considera igualmente líquidas, isto é, não articuladas, as consoantes de certos grupos (*damno, acto, objecto, signal, excepção*); por último <x, z> são dobradas porque “valem por duas consoantes”. Apesar de secundar Jerónimo Soares Barbosa (1822/1830) no que aos nomes das letras respeita, Coruja acaba por adoptar a divisão clássica, sendo que as mudas <b, c, d, f, g, p, q, t> são definidas por terem a “propriedade de ferirem não só a vogal que se-lhe-segue, como também as líquidas postas entre ellas e a vogal” (*Baço, braço, Cama, clama*); as semivogais <l, m, n, r, s, x, z> caracterizam-se por “poderem soar depois de vogal pertencendo á sillaba della” (*Tambor, Exaltar, destorcer, Inexperto*); as líquidas <l, r> participam da características das anteriores,

mas podem figurar entre muda e vogal; quanto às dobradas, o ortógrafo refere que essa designação remonta ao grego, remetendo em português para a polifonia das grafias <x, z> (p.11). Invocando a autoridade de Soares Barbosa, tal como Coruja, Cunha Portugal (1837) critica a inutilidade da divisão das consoantes em mudas e semivogais, mas acaba por fornecer-nos definições coincidentes com as anteriores: se as mudas <b, c, d, g, k, p, q, t> são aquelas que “por si não tem voz”, já as semivogais ou “meiovogais” <f, l, m, n, r, s, x, z>, das quais quatro são líquidas (l, m, n, r), na “pronúncia pretendem distinguir um certo som, um meio som de vogais”(p.8). Do mesmo modo, L. A. Lopes da Cruz (1856) adopta a divisão das consoantes em mutas ou mudas, semivogais e líquidas.

Ao invés dos ortografistas acima, outros prescindem, porém, de qualquer tipo de classificação, como sucede com Pedro José da Fonseca (1809), José Tavares de Macedo (1834/1861), José Joaquim Bordalo (1842/1857), que se refere a <z> como letra “duplice”, João Nunes de Andrade (1843), e Cabral de Mendonça (1860). O esquema herdado do latim está presente, de igual modo, na doutrina dos nossos gramáticos oitocentistas, sobretudo nos textos da primeira metade do século, como se vê em António José Baptista (1816), Borges Carneiro (1820), Jaulino Lopes Arneiro (1826), Luís Francisco Midosi²¹⁰ (1842), C. D. M.²¹¹ (1851), Francisco Mendes Pinheiro²¹² (1869), J. C. Fernandes Pinheiro²¹³ (1870), mas rareia depois da década de setenta, como já se observou no caso dos ortógrafos.

No entanto, Manuel Dias de Sousa (1804) aduz uma precoce e inovadora classificação de base articulatória ou fisiológica, anterior, portanto, a classificações da mesma natureza enunciadas por Caetano Pereira e Sousa (1807), J. Crisóstomo do

²¹⁰ Cf. **Compendio de Grammatica Portugueza**, p. 11: “P. Como se pronunciam as mudas ? R. Com som de vogal depois de si, como: b, c, d. P. Como se pronunciam as semi-vogaes ? R. Com som de vogal antes e depois de si, como f, h, l, &. Cinco dellas, a saber: l, m, n, r, s, tambem se distinguem pelo nome de líquidas, pela facilidade com que se unem ás outras consoantes, como se se incorporasse nos seus sons, v.g.: *Clamar, Comprar*”.

²¹¹ Cf. **Epitome da Grammatica Portugueza**, p. 144: “As líquidas são L, R em Grego tambem M e N, as quaes se podem pôr depois de algumas das outras e lêr-se ambas com a vogal seguinte, como: *Clemente, Interprete*. Das Mutas ha duas que são X e Z chamadas duplices, ou dobradas, porque cada huma dellas representa dous sons”.

²¹² Cf. **Grammatica Elementar da Lingua Portugueza**, p. 6: “Mudas (...) se pronunciam como o e vogal depois de si (bê, cê...); (...) Semivogaes...pronunciam-se com um som claro, e como de vogal antes e depois de si (h, s, x, z); Líquidas ... l, m, n, r perdem a sua força na facilidade com que correm, depois das mudas”.

²¹³ Cf. **Grammatica da Infancia**, 3ªed., p. 119, onde são referidas não só as mudas, as semivogais e as líquidas, mas também as duplices (x, z).

Couto e Melo (1818) e Silvestre Pinheiro Ferreira (1843), que a seguir referimos por ordem cronológica. Na verdade, ao estabelecer oito classes de consoantes (labiais, lábio-dentais, dentais, nasais, guturais, linguais, sibilantes e chiantes), Dias de Sousa assimila a doutrina em voga na chamada gramática geral francesa, que lhe serve de inspiração; para além disso, em função com o “gráo de força com que se pronuncia com a mesma disposição dos órgãos” (p.10), as consoantes subdividiam-se ainda em *brandas* ou *fortes*²¹⁴, correspondentes à actual distinção entre surda e sonora, traços que não eram fáceis de interpretar, à luz do estado do conhecimento da acústica durante o século XVIII e primórdios do seguinte, porque ainda se ignorava o papel das cordas vocais na articulação dos sons²¹⁵. Quanto à distribuição das consoantes pelas classes indicadas verifica-se que B – P são labiais; V – F são lábio-dentais; D – T são dentais; M – N, NH são nasais; G, H-C, Q são guturais; L, LH, R – RR são linguais; Z – S, Ç são sibilantes, e X, I, G – CH são chiantes, figurando as brandas (sonoras) à esquerda, e as fortes (surdas), à direita.

Por seu lado, Couto e Melo (1818) expõe um sistema classificativo das consoantes que compreende duas ordens, três géneros e três espécies de consoantes: no primeiro caso, elas são simples (*m, d, v*) e combinadas (*br, str*); no segundo, labiais (*m, l...*), linguais (*d, t...*) e guturais, que não aceita em português; no terceiro, fortes (*p, f, c, qu, t, x, ch, ç, lh, nh, rr, ss*), fracas (*b, v, g, j, z, l, n, r, s*) ou fraquíssimas (*m*), em função do critério de “mâiôr ou menor apêgo das partes môveis principaes da bôca á mâiôr ou menor fôrça, com que se-expressa o ar sonoro”.

Como reflexo da doutrina que circulava em França nesta matéria, nas **Regras da Grammatica Portugueza segundo os Principios da Grammatica Universal de Mr. Court de Gebelin, e de Mr. L’Abbé Sicard** (1841), publicada sem o nome do autor, verifica-se o mesmo sistema de oito classes, opondo-se também aqui as brandas às fortes. A partir desta classificação de base fisiológica, registar-se-ão algumas variações terminológicas e reorganizações das classes em outros gramáticos oitocentistas, como F. de Andrade Junior (1844), por exemplo, que introduz a

²¹⁴ No artigo «consonne» da *Encyclopédie* (t. 4), atribuindo esta distinção a Dangeau (1638-1720), Du Marsais observa que “le même organe poussé par un mouvement doux produit une *consomme* foible, & que s’il a un mouvement plus fort & plus appuyé, il fait entendre une *consomme* forte” (p. 46).

²¹⁵ Cf. Sylvain Auroux e Louis-Jean Calvet, *De la phonétique à l’apprentissage de la lecture*, *La Linguistique*, 9, PUF, 1973, pp.71-88.

designação de “tremolante” para a vibrante forte, e refere a “sibilante dental”, e Daniel Ferreira Pestana (1844), que descreve as “linguaes molhadas”, quer dizer, as palatais nasal e lateral. Outro sistema ocorre em João Crisóstomo Vallejo Espada (1861), que estabelece as seguintes classes: as labiais, subdivididas em puras (*b, p, m*) e dentais (*v, f*); as linguais, subdivididas em guturais (*g, c, q*), dentais (*d, t*), palatais, também elas subdivididas em puras (*l, lh*), sibilantes (*s, ç, z*), chiantes (*x, j, g, ch*), nasais (*n, nh, m*) e tremolantes (*r, rr*). Nova proposta é-nos fornecida pelo **Compendio de Grammatica Portugueza** (1865), anónimo, cuja classificação se inspirou na que havia sido apresentada por Freire de Macedo (1862/1867), segundo a qual as “letras consoantes”, como caracteres representativos das consonâncias, se dividem em labiais (puras e dentais), guturais, linguo-dentais e linguo-palatais (sibilantes, chiantes, nasais, puras e vibrantes); em ambos os casos, porém, o esquema fisiológico é complementado por uma explicação relativa à antiga distinção entre mudas, semivogais e líquidas, semelhante à de Soares Barbosa.

Mais simplificadas são as definições avançadas por Fernes Alvernaz (1856), que apenas distingue as mudas das semivogais, sem fazer referência quer a líquidas, quer a dobradas. Mais prolixo que os precedentes, o ortografista propõe as arrevezadas definições a seguir transcritas: as semivogais <*l, m, n, r, s, x, z*> “chamão-se assim, porque qualquer dellas, junta á direita de huma letra vogal, a que se supponha pertencer, forma, com ella, hum como novo som de vogal, a que se poderá chamar vogal composta; e que, á semelhança das vogaes singelas, não somente por si só póde fazer syllaba, mas tãobem com outra letra consoante, que á esquerda se puzer”, enquanto que as mudas <*b, c, d, f, g, h, j, k, p, q, t, v*> “são assim chamadas, porque nenhuma dellas junta com alguma das vogaes singelas, póde formar huma vogal composta; e portanto só póde formar syllaba, sendo collocada á esquerda da sua vogal respectiva; postoque não só qualquer das mudas, mas tãobem das semivogaes, possa ser collocada á esquerda de huma vogal, e representar muda” (pp.1-2).

Na mesma data, num dos serões (4^o) que integram o **Opúsculo sobre Ortografia**, Vaz Velho faz uma revisão crítica das propostas de classificação até àquela data. No tocante aos ortografistas e gramáticos da época aqui em apreço,

refere António Peres²¹⁶ (1806), Morais Silva (1806), Luís Gonçalves Coutinho (1812/1817), António José Baptista (1816), J. Crisóstomo do Couto e Melo (1817), R. Ferreira da Costa (1816), Borges Carneiro (1820), Soares Barbosa (1822) e Francisco Midosi (1842), e bem assim o **Compendio Ortografico** (1815) e a 8ª impressão da *Orthographia* (1815), do setecentista Madureira Feijó. Dos comentários averbados às classificações dos autores acima, são de realçar sobretudo as críticas ferinas à perspectiva filosófica adoptada por alguns deles. Assim, se o autor rejeita as classificações de base fisiológica, em particular as de Couto e Melo e Soares Barbosa, apostrofadas de excesso filosófico, não é menor a condenação da classificação oriunda da latim, para finalmente assumir uma posição doutrinal em matéria tão controvertida. Ao invés, porém, do que deixa entender, Vaz Velho advoga uma classificação das letras que ainda é assistida pelo esquema triádico da figura, nome e valor, já que o ortógrafo aceita uma divisão que contempla a “formatura” das letras (grandes ou pequenas), a “nomenclatura” e “qualidade” (vogais e consoantes), bem como os “sons” das letras (*Uníssonas* e *Biníssimas*). A respeito desta terceira divisão, o autor reconhece três modalidades de percepção de uma letra: a primeira ocorre na “declaração do seu character” (valor alfabético), isto é, na expressão oral; a segunda, na produção silenciosa, ou seja, sem expressão oral, verificando-se embora movimentos labiais; a terceira, no discurso mental, sem intervenção dos órgãos da fala.

Por seu lado, Mascarenhas Valdez (1876) ainda deita mão do antigo esquema classificativo das consoantes, apresentando as mesmas definições que observávamos em autores da primeira metade do século, isto não obstante o ortografista haver integrado na sua doutrina dados decorrentes de uma concepção “filosófica” da ortografia, como acontece com a adopção da divisão em lexicografia e logografia (cf. supra 4.). De facto, no tocante às consoantes, o autor retoma a distribuição em “mudas” ou “mudas” e semivogais, algumas das quais se fazem líquidas: <b, c, d, g, k, p, q, t> são mudas porque “por si sós não tem voz alguma, nem som perceptível, sem auxilio de vogal”; <f, l, m, n, r, s, x, z> são semivogais porque na “pronunçiação

²¹⁶ Natural de Minas Gerais, professor régio de primeiras letras e sócio da Academia Ortográfica de Lisboa, é autor das **Reflexões Varias sobre a Língua Portuguesa** (...), Lisboa, Impressão Régia, 1807.

muda. Para além desta classificação tradicional, Mascarenhas Valdez ainda enxerta na sua outrina uma segunda classificação das consoantes em labiais (puras e dentais) e linguais (dentais, guturais, palatais), numa clara manifestação de hibridismo doutrinal, uma vez que este tipo de classificação tem outra proveniência. Adoptando a “ordem natural” e um método expositivo racional, isto é, conforme com um critério articulatorio, o reformador “sónico” Barbosa Leão (1878) apresenta igualmente um esquema classificativo de base fisiológica, que compreende as palatais lateral (*lhe*), nasal (*nhe*) e chiante (*xe*), e a vibrante múltipla (*rre*), para além da vibrante simples.

Contudo, antes destes, já Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1807) havia proposto, certamente devido à influências recebidas (cf. supra), uma classificação articulatoria que remete para os nomes dos órgãos intervenientes na produção. De facto, o ortógrafo prescreve uma classificação, que atesta, mais uma vez, uma coincidência quase literal com a doutrina enciclopédica, como se conclui do simples confronto dos trechos seguintes:

Pereira e Sousa (Noções, 1807)	Encyclopédie (1759), art. <i>consonne</i> , t. 4. ²¹⁷
<p>“As consoantes dividem-se em certas classes, em que são designadas com o nome do órgão particular que mais contribue para a sua formação. Assim há consoantes labiaes, linguae, palataes, dentaes, nazaes, e guturæes. Pertencem á primeira classe as consoantes b p v f m, á segunda d t n l r, á terceira g j c forte ou k ou q, á quarta s ou c com cedilha z ch; a estas chamavão os antigos semivogaes por causa do seu som sibilante; á quinta m n, á sexta as letras guturæes das Nações do Norte, e o h aspirado, posto que maior parte dos Ortografos não querem conceder que o h seja letra, mas só hum sinal de aspiração” (pp. 15-16).</p>	<p>“C’est relativement à chacun de ces organes, que dans toutes les langues on divise les lettres en certaines classes où elles sont nommées du nom de l’organe particulier, qui paroît contribuer le plus à leur formation. ainsi les unes sont appellées labiales, d’autres linguales, ou bien palatiales, ou denatles, ou nazales, ou gutturales. Quelques unes peuvent être dans l’une & dans l’autre de ces classes, lorsque divers organes concourent à leur formation. 1° Labiales, <i>b, p, f, v, m</i>. 2° Linguales, <i>d, t, n, l, r</i>. 3° Palatiales, <i>g, j, c fort</i>, ou <i>k</i>, ou <i>q</i>; le mouillé fort <i>ille</i>, & le mouillé foible <i>ye</i>. 4° Dentales ou sifflantes, <i>s</i> ou <i>c doux</i>, tel que <i>se s; z, ch</i>; c’est à cause de ce sifflement que les anciens ont appellé ces consonnes, semivocales, demi-voyelles; au lieu</p>

²¹⁷ A doutrina expandida neste artigo é confirmada por um outro – *lettre* (t. 9) –, no qual é apresentado um sistema figurado das articulações de acordo com dois critérios, a saber, a sua causa e a sua natureza: do primeiro, decorre a divisão das consoantes em labiais, linguais e guturais; do segundo, a divisão em constantes e variáveis.

	qu'ils appelloient les autres muettes. 5° Nazales, m, n, gn. 6° Gutturales; c'est le nom qu'on donne à celles qui sont prononcées avec aspiration forte (...) il y a des lettres gutturales parmi les peuples du Nord" (pp. 44-45).
--	---

Na mesma linha desta, divergindo, porém, quanto à distribuição das consoantes pelas classes identificadas, o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1842/1843) estabelece, por sua vez, um sistema classificativo de base articulatória, segundo o qual as consoantes são subdivididas pela classe das guturais, correspondente às oclusivas sonora e surda, representadas por *g, c, k, q*, a classe das palatinas, que compreende quer as palatais que as sibilantes (*lh, nh, ch, j, x, z, s, c ou ç*), a classe das maxilares, aglutinando as dentais, a lateral e as vibrantes (*n, d, t, l, r, rh ou rr*), das labiais (*p, m, b*), e das lábio-dentais (*f, v*); esta classificação assenta, evidentemente, na enumeração dos *orgãos parciais* que integram o chamado do *orgão geral da falla*, a saber, “a garganta, o paladar, as gengivas ou maxillas, os dentes, os beiços ou labios, e combinando-se com cada um delles, a lingua” (p. 28). Com respeito à delimitação das substâncias fónica e gráfica, é de notar que o filósofo elimina qualquer ambiguidade, embora sem recorrer a designações diferenciadoras dos planos de referência, quando opõe os *sons consoantes* às *letras consoantes*, acrescentando que o material gráfico é menos abundante que o material sonoro.

A classificação avançada por Teófilo Braga (1876), para além das guturais, dentais e labiais, líquidas ou linguais e nasais, introduz a distinção entre “explosivas” e “contínuas”, fornecida por Baudry (*Grammaire Comparée*), e fundada no modo de articulação das consoantes, embora a explicação de tais conceitos ainda diste da actual, uma vez que as primeiras são descritas como as que na pronúncia requerem apoio vocálico, enquanto que as segundas carecem dele; por outro lado, o par “fortes-brandas” é aqui substituído pelo par “asperas-brandas”. Na mesma linha de T. Braga, o brasileiro Ernesto Carneiro Ribeiro (1881), amparado no já referido Baudry, distingue as consoantes explosivas das contínuas, para além de aceitar uma classificação assente no ponto de articulação (*linguaes palataes, linguaes palataes sibilantes, linguaes palataes chiantes, lingual palatal tremolante, labiaes dentaes, labiaes puras, labial nasal, linguaes palataes nasaes*), e uma distinção entre fracas e

fortes; contudo, o mesmo gramático, anos mais tarde (1890), referirá a oposição entre “surdas” e “sonoras”, já antes contemplada por Monteiro Leite (1887). Entretanto, o gramático brasileiro A. Estêvão da Costa e Cunha (1883) subdivide as “consonâncias” em súbitas (ou explosivas) e contínuas (ou *sustentadas*), e fornece uma definição segundo a qual o som das primeiras não é prolongável, ao passo que o das segundas pode sê-lo. Afora o critério da duração, o autor apresenta mais dois critérios classificativos das consoantes: um atende ao carácter simples ou composto, isto é, à possibilidade ou impossibilidade da consoante se combinar com outras, donde resultam os “diphthongos consonantæ”, o outro atende, por sua vez, à frequência da combinação com outras consoantes, dando origem a três classes, a saber, a das líquidas (l, r, s), a das “flexíveis” (b, d, f, g, k, p, t, r) e a das “fixas” (h, m, n, rr, x, ch, z, lh, nh). Por seu lado, Almeida Neto (1884) reparte as “invogaes” (consoantes) em “proferíveis”, que podem ser divididas em soantes (r, j, z, v) ou soantes (x, c, f) e em “improferíveis”, que são labiais, linguais, dentais, linguais palatais e linguais guturais. À semelhança dos gramáticos precedentes, Júlio Ribeiro (1885) adopta o critério do modo de articulação, ao distinguir as “constrictas” das “explodidas”, mas tem a particularidade de introduzir a noção de sonoridade por meio do par “sonoras-surdas”, que também figura na classificação consonântica realizada por A. G. Ribeiro de Vasconcelos²¹⁸ (1899). Para além de fazer a distinção entre orais e nasais, este distingue as consoantes momentâneas ou explosivas (guturais, apicais e bilabiais) das contínuas (fricativas e líquidas). A isto acrescenta o gramático o critério classificativo respeitante ao ponto de articulação, de acordo com o qual as consoantes serão guturais, palatais, reversas, apicais, lábio-dentais, bilabiais ou labiais. Barbosa Leão aplica igualmente uma classificação de base fisiológica ao apontar sete espécies de consoantes, a saber, *labiais, labiòdentaes, dentais, dentòlinguaes, linguòpalataes, linguais e guturais*.

Carlos Afonso e A. de Almeida (1889) subdividem as “invogaes” em *vozeios* (v, w; s, x, z; g, j; rr, rh, rrh) e *bafejos* (f, ff, ph; c, cc, ç, s, ss, x; ch, x), seguindo a classificação de João de Deus, na **Cartilha Maternal** (1876): *vozeios, bafejos e*

²¹⁸ Cf. p. 18: “Tanto as explosivas como as fricativas podem ser surdas (como c, t, x) ou sonoras (tais como g, d, j), conforme a pronúncia da consoante é ou não acompanhada de vibração das cordas vocais”. No diagrama das consoantes portuguesas, surdas e sonoras alternam respectivamente com as designações *ásperas e doces* (p.20).

modos (labiais e linguais). Por último, a partir de uma definição de consoante como intercepção do som, baseada portanto no modo de articulação, o brasileiro A. Luzes (1896) avança uma descrição das *interceptantes*, produzidas por diversas formas de *intercepção*. Assim, as “interceptantes” repartem-se pelas seguintes categorias em função do tipo de obstáculo: <b, p, m> grafam as labiais (*doce, explosiva, adhesiva*, respectivamente); <c, ç, s, z> representam as sibilantes; <d, t, n> correspondem às *interceptantes linguae dentaes* (*doce, explosiva e lingual leve*); as *labiaes dentaes* (*explosivas* as duas primeiras) são grafadas por <f, ph, v>; <c, g, q, k> correspondem às *linguae palataes*; os sons *linguae palataes farpados e longos* transcrevem-se por meio de <g, j>; a *lingual gengival* e as duas linguais palatais grafam-se por meio de <l> e <nh, lh>, respectivamente; <r> representa, por sua vez, a *lingual gengival*; por fim, <s> tem valor de *sibilante aguda*, e <ch>, valor de *palatal*.

Os sistemas classificativos acima apontados, ou outros semelhantes, registar-se-ão nos trabalhos de António Feliciano de Castilho (1852/1853), César Borges (1877), Bento José de Oliveira (1862/1880), Jacob Bensabath (1882), M. F. Medeiros Botelho (1887), C. Claudino Dias (1889), e J. A. Pessoa de Barros (1894).

5.3. A sílaba

Uma vez revistos os principais paradigmas definicionais de alfabeto, letra, vogal, ditongo e consoante, na doutrina metaortográfica oitocentista, e bem assim a terminologia de suporte em cada caso, importa destacar igualmente o conceito de sílaba, relevante para a compreensão de aspectos como a translineação ou a acentuação gráfica, cujas soluções ortográficas traduzem uma reflexão de ordem teórica e conceptual. De facto, aqueles conceitos fazem parte de uma espécie de “núcleo informacional constante” das fontes referidas ao longo deste capítulo, sejam elas ortografias ou gramáticas. Tal como eles, o conceito de sílaba traduz também um fundo ideológico e seus cambiantes.

Assim, os paradigmas definicionais predominantes assentam nos critérios seguintes, aplicados isolada ou cumulativamente: 1. critério da constituição, ou seja, a sílaba considerada como uma vogal ou uma sequência de vogal ou vogais

acompanhadas de consoante(s), produzidas numa só emissão de voz; 2. critério impressionista, baseado na “perfeição” do som; 3. critério da unidade acentual.

Vejam, pois, algumas definições de sílaba: para Coutinho (1812), a “Syllaba he huma voz formada de huma só vogal (não sendo Dithongo), ou acompanhada de huma, ou mais Consoantes” (p.60); no **Compendio Orthographico** (1812), “Syllaba he a comprehensão de hum som perfeito, que se pronuncia com hum só espirito, ou acento” (p.2); para Apolinário (1831), “Syllaba he a comprehensão de *som perfeito* composto de huma, ou mais letras (...)”; Barker (1843) define-a como: “a comprehensão de hum som perfeito, que se pronuncia com hum só espirito, ou *accento*, como: a, o, ci, du, etc.” (p.4); para o filósofo Pinheiro Ferreira (1843), “Chama-se syllaba a todo o som vogal só, bem como o que é seguido, precedido, ou seguido e precedido de dons consoantes, simples ou compostos” (p.28); segundo Fernes Alvernaz (1856), “Cada huma das palavras consta de huma ou mais syllabas; isto he, de hum ou mais sons simples, e claros, cada hum dos quaes he indicado na escripta por huma ou mais letras combinadas entre si” (p.1); de acordo com J. T. Cabral de Mendonça (1860), “Dá-se o nome de *syllaba* a uma ou mais vogaes que sós, ou acompanhadas de uma ou mais consoantes, produzem um unico som (...)” (p.5); para Ventura da Silva (1859) “Syllaba, he a Vogal so, ou acompanhada d’outras letras, que se pronuncia por huma so prolação de voz” (p. XII). Já para Roque da Fonseca (1860), “Syllaba he a comprehensão de um som que se pronuncia com um só espirito ou *accento*” (p.3), e para D. Alexandre José B. de V. de Mattos e Silva (1865) é uma “reunião de duas ou mais letras articuladas, entrando necessariamente uma vogal” (p. 9). Mais esclarecedor é Mascarenhas Valdez (1875) ao observar que “Syllaba quer dizer *comprehensão*; porque é o ajuntamento de uma ou mais consonancias com uma voz, *diphthongo* ou *synérese* comprehendido tudo em uma só emissão” (p. 68). O sónico J. Barbosa Leão (1886) comenta: “Dá-se o nome de sílaba a cada uma das emissões de voz, em que se divide a palavra, pronunciada naturalmente” (p. 1). Para o gramático brasileiro E. Carneiro Ribeiro (1890), “Syllaba é um som ou a combinação de sons elementares pronunciados em um só impulso da voz” (p.13). Por último, segundo A. G. Ribeiro de Vasconcelos (1899), “Tanto os sons elementares como os compostos podem agrupar-se duma

infinidade de modos diferentes, produzindo *syllabas*, cada uma das quais se pronuncia com uma só emissão de voz” (p. 24).

De entre as definições apresentadas pelos gramáticos, destacam-se as aduzidas por Moraes Silva (1806) e J. Crisóstomo do Couto e Melo (1818), por oferecerem elementos complementares dos anteriores. Assim, Moraes Silva coloca a tónica no critério definatório da composição silábica – “A *sillaba* é a pronuncia de uma vogal só; ou combinada, e precedida de consoantes, ou tambem de qualquer ditongo; sendo proferidas a vogal, ou o ditongo em uma só emissão, ou impulso da voz, e formando uma palavra” (pp.10-11) –, ao passo que para Couto e Melo ela consiste na simples “expressão de qualquer som elementar” (p. 52).

Concomitantemente com os paradigmas definicionais, registam-se também dois tipos de classificação das sílabas: o primeiro, oriundo do latim e assente na noção de quantidade, considera as sílabas *longas* ou *breves* (Ventura da Silva, 1834, p.XII²¹⁹, J. Nunes de Andrade, 1843, p.24; J. T. Cabral de Mendonça, 1860; p.6); o segundo, privilegiando a natureza do acento de intensidade em detrimento da tradição terminológica do latim, distingue a sílaba “tónica” ou “predominante” das átonas ou não predominantes. Para além das classificações relativas ao relevo acentual, existe outra, que atende, por sua vez, à estrutura silábica, em especial ao número de consoantes: se a sílaba é composta por vogal e/ou ditongo com uma consoante (V, CV, CVV) é incompleta, se tiver mais do que uma consoante é complexa. Nesta matéria, à semelhança de aspectos atrás referidos, esta classificação parece decorrer da influência da gramática geral, como se deduz dos textos de Manuel Dias de Sousa (1804), que adopta esses critérios. Apoiado nas mesmas fontes, J. Crisóstomo do Couto e Melo (1818) distingue classes, géneros e espécies de sílabas: no primeiro caso, as sílabas podem ser “naturaes” ou “artificiaes”; no segundo, são pronunciadas ou escritas; no terceiro, que atende à duração ou intensidade, dividem-se em *longas*, *breves* e *brevíssimas* (pp. 53-54).

Com base no mesmo critério estrutural, mas vinculado tanto ao número de vogais, como ao número de consoantes ou “consonancias”, as sílabas são *simples* ou

²¹⁹ Cf. XII: “Syllaba longa, he a que se pronuncia com maior extensão de voz, ferindo-se a Vogal, como na primeira de *Passàro*”; “Syllaba breve, he a que se pronuncia com menor extensão de voz deprimindo-se a Vogal, como na penultima de *Passàro*”.

compostas, e incompléxas ou compléxas, conforme indica Mascarenhas Valdez (1875): as simples correspondem às que têm apenas uma vogal (*uma só voz, ainda que tenham muitas consonancias*, p. 68), enquanto que as compostas têm mais do que uma vogal (*duas vózes unidas, quer em diphthongo (...), quer em synérese (...)*, p.68); as incomplexas são as têm uma única consoante, ao passo que nas complexas aparece mais do que uma. Logo, uma sílaba pode ser simultaneamente complexa e composta. De acordo com a extensão silábica das palavras, as sílabas podem ser primeiras ou antepenúltimas, penúltimas ou últimas (Ventura da Silva, 1834, p. XIII).

Em conformidade com o reconhecimento do relevo acentual, as sílabas são átonas ou tónicas (A. G. Ribeiro de Vasconcelos, 1899, p.25), embora possa existir um acento secundário em determinados vocábulos. O facto de estes se sucederem no discurso repercute-se na posição do relevo acentual, pois origina que certos segmentos do enunciado dependam outros, antecedentes ou seguintes, como acontece com as enclíticas (*louvo-o, fazem-no*) e as proclíticas (*oestádo, daciência, essomem*, p.26).

Dos dados compulsados ao longo dos parágrafos precedentes, importa realçar que a doutrina ortográfica agencia a reflexão e a criação (meta)linguísticas (cf. 2º vol., Anexo 4), com as quais se entrelaçam questões como a relação entre a escrita e a língua oral, a natureza do signo gráfico, a procura de um isomorfismo entre o sistema gráfico e o sistema linguístico (cf. I, 3.4), entre outros aspectos. Por outro lado, também é evidente que as ideias ortográficas assumem uma vertente teórica (princípios) e uma vertente prática (soluções ortográficas), obviamente indissociáveis, como se nota na própria estrutura interna de algumas das fontes, por exemplo, nos brasileiros João da Mata Araújo (1873) e Francisco Ferreira da Rosa (1895).

5.4. Grafemas e vocalismo

A partir dos conceitos analisados e dos paradigmas definicionais acima registados, atentaremos de seguida na forma como os ortógrafos oitocentistas concebiam a representação gráfica do vocalismo, mas importa desde logo salientar

que os principais problemas são colocados pelo vocalismo inacentuado, no qual ocorrem situações de discrepância entre os grafemas e seus valores posicionais, ao invés do que sucede com o vocalismo acentuado, onde tais dificuldades se prendem sobretudo com distinções de timbre, minimizadas embora pela aposição de um acento. Assim, de acordo com a estratégia expositiva seguida pelos próprios ortografistas, passaremos revista às unidades alfabéticas nos diversos valores que elas podem assumir em conformidade com a posição e os contextos.

De uma análise genérica da doutrina dos autores, com vista a reter as suas linhas dominantes, sobressaem duas tendências, confirmadas pelos dados teóricos já arrolados: na primeira, que de forma intermitente vai até para além da primeira metade do século, as letras e seus valores confundem-se, naquilo a já chamámos a sobreposição dos planos gráficos e fónico, enquanto na segunda os dois planos não apenas não são confundidos como estão bem definidos. A distinção entre estas tendências parece estar relacionada com o aparecimento da “fonologia” (ou fonética), enquanto disciplina autónoma, ao ponto de passar a ser uma das partes da gramática, em substituição da antiga ortóepia, prosódia ou ortologia. Apesar de a sobreposição das substâncias gráfica e fónica persistir depois de bem avançada a segunda metade de oitocentos, a verdade é que a ruptura com a tendência tradicional – a pretensa confusão entre os dois planos –, registar-se-á proporcionalmente ao aumento do interesse pela classificação dos sons, tendência que terá o seu corolário nas descrições fonéticas realizadas por Gonçalves Viana.

Sigamos, pois, cronologicamente, as fontes consultadas.

Prescindindo de uma descrição por traços, Caetano Pereira e Sousa (1807) ocupa-se do vocalismo no âmbito do relevo silábico, ao indicar as sílabas “longas” e as “breves”. Da sua doutrina, merecem comentário algumas observações acerca da fonotáctica e da realização de certos grafemas vocálicos, como a vogal inicial [a] dos verbos *gánhar*, *ármãr* (p.41), que atribui à pronúncia normativa; os grafemas <e> e <o> das sequências vocálicas (*femèa*, *chicorèa*, p.43; *amendòa*, *nodòa*, p.45), com valor de [i] e [u], respectivamente; a alternância [o]-[ɔ] (*mólho-mólhos*, p.45), que marca distinções de número.

Pedro José da Fonseca (1809) não recorre a qualquer sistema de traços, e o mesmo se verifica no **Compendio Orthographico** (1812), no qual ainda se apresenta

a distinção caligráfica entre o <I> - <J> e <U> - <V>. Ferreira da Costa (1818) leva mais longe a sua análise da representação do vocalismo e dos valores grafemáticos, quando procede a uma descrição dos valores posicionais de cada grafema: assim, por oposição à descrição de A. de Moraes Silva, no **Diccionario**, atribui a <a> os valores [a] e [ɑ] e *dois acentos*, sendo que o primeiro deles ocorre não só na *syllaba de cadencia* (*calis, batalha*, p.26) como em outras (*calcando*, *ibid.*); do jogo opositivo entre um e outro valores, resulta, por exemplo, a distinção entre as formas de presente (*andâmos*) e de pretérito (*andámos*); em <e> reconhece quatro valores distintos – aberto [ɛ], *e* médio, fechado [e] e mudo [ə] –, assinalados, os três primeiros, pelos acentos agudo, grave e circunflexo, respectivamente, ao contrário do último que não leva nenhum. Porém, não é evidente a distinção estabelecida entre o timbre aberto e o médio, uma vez que em qualquer dos casos o ortografista apresenta uma vogal aberta (*regra, prego, legua - regio, premio, leme*, p. 27). Mais interessante e pertinente é, no entanto, a descrição do valor mudo <e>, quando átono (*retiro, precioso, legião*, *ibid.*), descrito como o que “(...) mais se aproxima do *i*; mas com tudo differe delle (...). Assim convem distinguilos na pronunciação”. Com respeito a <i>, apesar de o ortografista de início reconhecer apenas o valor [i], em todos os contextos e posições do grafema (*livido, litigio, criminal*, p.28), mesmo que seja átono e exista outro [i] tónico, refere a ambiguidade entre <e> e <i>, pois ao ouvido se confundem “o som de *e* mudo com o do *i* e reciprocamente, sempre que a syllaba, onde existe qualquer destas letras he pronunciada com rapidez, e que a agudeza do *i*, quando elle tem logar, se não exprime bem espivitadamente: vem até os instruidos a achar-se ás vezes perplexos sobre o uso de uma ou outra destas letras” (p.29). Quanto a <o>, destaca três valores, a saber, aberto [ɔ], fechado [o], ambos em sílaba tónica, como em *porta, gloria, galope; porto, globo, zeloso* (p.28), e mudo [u], em sílaba átona, onde se confunde com o valor de <u>, por exemplo em *portal, glosar, loquela* (p. 28), semelhantes a *lume, cumulo, tumulto* (p.28). Por último, integrado num sistema misto ou etimológico, o grafema culto <y> não oferece dificuldades visto que tem o valor de [i] (1823, p.139).

A João Crisóstomo do Couto e Melo (1817/1818) deve-se uma das mais sistemáticas descrições da pronúncia dos inícios de oitocentistas, ou, pelo menos,

daquilo que, por volta de 1817-1818, o director das Escolas Militares ouvia e julgava ser o padrão ortoépico fornecido pela gente polida da corte lisboeta. De facto, ao adoptar um sistema simplificado de base fonética, Couto e Melo dá-nos conta do que supunha ser a pronúncia mais frequente e correcta do seu tempo: assim, nela integrava plenamente a realização de um ditongo [ej] nas terminações *-eia*, *-eio* (*primêira*, *terceira*); a ditongação de [e] em [ej] junto de palatal (*sêija*, *vêija*, *peijo*, *passim*); a inarticulação de certas consoantes, por isso suprimidas da grafia (*colétivo*, *ação*, *ótimo*, *passim*), e a realização de <em, ens> como [ɛj] (*tãem*).

Mais restritiva, a descrição de Codesso (1826) alude aos valores de <o>, sublinhando sobretudo a alternância de timbre em pares como *pôvo-póvos* (p. 5). Para além de distinguir as vogais nasais das orais, com base na intervenção das fossas nasais na sua produção, Tavares de Macedo (1834/1861) aponta os valores dos grafemas vocálicos, sendo que <a> pode ter dois (*pápa*, p.5), e o mesmo sucede com <i> e <u>, que tanto podem ser breves como longos (*nitido*; *túmulo*, *ibid.*), ao passo que <e> e <o> têm três valores (*pé*, *dêlle*; *mó*, *môcho*, *ibid.*); no entanto, o ortografista salienta que estes últimos grafemas, em sílaba pretónica, são passíveis de confusão com os valores de <i> e <u>, pelo que se deve atender, no plano gráfico, ao paradigma a que pertence a palavra em questão.

Se o ortógrafo Cunha Portugal (1837) menciona apenas os valores aberto e fechado de <a>, <e> e <o> (p.10), sem esclarecer o valor posicional dos grafemas, já o filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1843/1844) é mais explícito, pelo menos relativamente a <e> e suas combinações fonéticas. De facto, o autor identifica duas das inovações ocorridas no português oitocentista: a realização de [e] tónico como [α], junto de palatal (*O e grave tem dois sons realmente distintos, e dos quaes um se aproxima muito do a grave: 1º Pêna, têve - 2º Têna, lènha*, 1844, p.179), por um lado, e a diferenciação de [ɛj] em [ãj] (cf. *infra*, 5.4.1.), por outro, sem que Pinheiro Ferreira condene qualquer das duas realizações. Ora estes fenómenos, cuja datação ainda está por fazer com precisão, constituem precisamente alguns dos rasgos mais salientes da moderna fonética portuguesa, e podem situar-se na década de quarenta, visto que os primeiros testemunhos registam-se nessa época, como propõe P. Teyssier (2ª ed. port. 1984, pp. 64-65), baseado na descrição de Inácio Roquete (1845), lexicógrafo emigrado em Paris em 1834, segundo o qual a

pronúncia [ãj] não só era um “defeito de pronúnciação” mas também “própria de gente ordinária de Lisboa”. Ao invés de Roquete, a descrição de Pinheiro Ferreira, que não emite qualquer avaliação sociolectal sobre esses fenómenos, permite recuar em um ano, pelo menos, a data apontada por aquele Professor, embora para a realização de [e] como [α], junto de palatal, tenhamos abonações muito anteriores a estas, pois já João Crisóstomo do Couto e Melo (1818) havia aludido ao fenómeno (cf. infra, 5.4.1.).

Pereira Coruja (1848) dispensa qualquer menção aos valores dos grafemas vocálicos e concentra-se em particular na representação dos ditongos, pelo que nada acrescenta aos dados avançados pelos ortógrafos precedentes, como a maioria, de resto, dos subsequentes.

Contudo, a segunda metade de oitocentos, as três últimas décadas em especial, fornece-nos descrições mais pormenorizadas, como aquela em que se funda a **Leitura Repentina** (1850), de A. F. de Castilho, revista e reeditada em 1853, já então com o título por que é conhecida até hoje – **Methodo Portuguez Castilho** (para o ensino aprasivel do Ler, escrever, e bem falar). De facto, baseado na fala da gente culta de Lisboa²²⁰, Castilho expõe um sistema gráfico que reflecte as características daquela variedade social e geográfica, sendo de sublinhar que em edições posteriores o autor introduz aspectos que não haviam sido considerados na segunda. Com este **Methodo**, o pedagogo visava promover uma revolução ortográfica, ditada pelo senso comum, e não por qualquer governo ou Academia. No entanto, constata-se que tal revolução não se traduzia numa simplificação do sistema gráfico, porquanto este se inscreve entre os sistemas usuais, mais ou menos vinculados à etimologia, apesar de a exemplificação da pronúncia ser grafada em “orthographia sónica” (p. 21). Ainda assim, Castilho examina a argumentação aduzida pelos adversários de uma ortografia simplificada e explica a sua proposta de “meia-reforma”:

“Em duas unicas razões tenho visto fundarem-se os adversarios de uma orthographia simples e rigorosa, da orthographia verdadeira, de que um dia tem

²²⁰ São abundantes as referências à variedade de Lisboa. Cf.: “ru-zâi-râ (...) segundo ella sôa no fallar da capital, e de boa parte do Reino” (p. 25); “Advirta-se que nós tomamos sempre, como typica, a da gente culta da capital, que é o mesmo que em todas as Linguas se faz, e se deve fazer” (p. 41);

infallivelmente de vir a triumphar: a 1ª, são as etymologias; a 2ª, o não terem Nações mais adiantadas ousado ainda esta revolução (...).

A razão das etymologias pouco mais péza.

Simplificada regularmente a escrita, vão-se, é verdade, diante dos olhos alguns fragmentos, algum pó, que attestavam que a nossa Lingua proviera d'outra, ou outras anteriores (p.128).

¿ Esses atravancos de letras dobradas, esses impecilhos de agás sem valor, essas consoantes de que nenhum caso se faz na leitura, terão ao menos por si a futil coarctada de serem indispensaveis para se reconhecer a estirpe nobiliária dos vocábulos ?” (p.129).

Antes, porém, de apresentar a minha proposta de simplificação orthographica extrema, direi: que, a não se atreverem a segui-la tal qual, bom seria que ao menos (beneficio ainda muito grande) se animassem da meia-ousadia que tiveram os visinhos castelhanos na reformation da sua orthographia” (p. 149).

A variedade linguística tida em consideração pelo escritor e pedagogo caracteriza-se, no campo vocálico, pelos seguintes contornos, traçados a partir da identificação de um valor para <i>, <u>, dois valores para <a>, e três, para <e> e <o>, respectivamente [i], [u], [a]-[α], [ɛ]-[e]-[ə], [ɔ]-[o]-[u]: pronúncia de <e> inicial átono (*edificar-idificar*, p. 40) como [i], embora possa ter por vezes, quando seguido de <x>, um *som mixto de âi* (excepto-âiscepto, *ibid.*)²²¹; a pronúncia de <e> átono final como vogal muda [ə], ou até, por vezes, como [i]²²²; a realização centralizada [ɔj] da vogal do ditongo grafado <ei>, em palavras como *lâ-i-tu-râ*, *lâi*²²³; a pronúncia de <o> átono final como [u]²²⁴; a descrição de <-em>, não como

²²¹ Na 5ª ed. do *Methodo* observa o seguinte: “O valor de ÂI dado ao E, e muito sensível nas palavras começadas por Ex, foi-me notado pelo meu amigo Filipe Leite, pois (...) o valor de *ich*, que eu na 2ª edição deste *Methodo* havia dado ao X, era inadmissível por não dever a consoante pronunciar-se começando por vogal, e dever portanto esse som vogal incorporar-se no valor da letra vogal antecedente”; cf. p. 41.

²²² Cf. p. 124: “Os Lisboaetas meus patricios, ás vezes até os da melhor educação trocam o *e* mudo do fim das palavras em *i*, ou quasi *i*. Assim dizem *cidádi*, *liberdádi*, *vontádi*, *leiti*, *monti*, etc.”.

²²³ O fenómeno afasta esta variedade da de outras zonas dos falares meridionais. Cf. p. 41: “O valor de Â dado ao E não se acha na 1ª edição (...). Com effeito, o E antes do I (segundo a pronuncia da capital, e de muitas outras partes do Reino) é quasi sempre, talvez sempre, ÂI. No Alemtejo e n'outras provincias differe. Os camponezes dos arredores de Lisboa pronunciam-n-o como Ê, e supprimem o I; dizem *mantêga*, em logar de *manteiga*; e nós *mantâiga*”.

²²⁴ Cf. p.44: “Tambem a respeito d'esse terceiro valor do O, ha ouvidos excessivamente delicados, que o negam. Dizem que o ultimo som de *perú* não é o mesmo que ultimo de *pêro* (...)”.

sequência gráfica de vogal e nasal, mas como um ditongo nasal [ɛj]²²⁵. José Feliciano de Castilho (1860), irmão do anterior e *etimologista enragé* – assim era apostrofado pelo sónico Barbosa Leão (1883, p.7) –, é bem menos prolixo em informações relativas ao vocalismo, ao contrário do que se verifica a respeito do consonantismo, mas coincide com ele quanto ao valor de <e> átono inicial e ao de <o> átono final.

Fernes Alvernaz (1856) sublinha tão só o caso das vogais que “costumão variar de som” e da função dos acentos como indicadores dos timbre aberto ou fechado (pp. 2-3), como fizera Cunha Portugal. Ao longo de cinco Serões, isto é, das cinco secções temáticas do seu **Opusculo**, Vaz Velho discorre sobre doutrina metaortográfica e gramatical desde o século XVI até 1856 e, embora não trace com precisão os contornos do sistema que pretendia implantar, vale a pena salientar pelo menos uma das soluções gráficas por ele adoptadas: a vogal pretónica <i>, realizada como [ə], aparece sistematicamente grafada como em *devina, classefica, deficultam, destribuição*, etc. (2º Serão, p.7), ao arrepio da grafia etimológica.

Se Figueiredo Vieira (1859) é um pouco mais explícito quanto aos valores dos grafemas que registam maior variedade de realizações posicionais, como é o caso de <e> e <o>, dado que a respeito de um salienta o valor [i], em posição inicial átona, assim como a confusão entre as sílabas iniciais <en-> e <in->, e do outro, a sua confusão com [u], já a descrição de Mascarenhas Valdez (1875) caracteriza-se por uma maior sistematicidade: para <a> apresenta três valores, a saber, agudo (*lá*), circunflexo (*româno*) e brando (*a, maior*), correspondentes, portanto, às realizações aberta, nasalada e fechada dessa vogal; a <e> atribui os valores agudo (*Sé*), circunflexo (*mercê*) e mudo (*se*), acrescidos de um quarto valor [i], em posição inicial (*e, estima, estancia*); em <i> apenas distingue o carácter tónico ou átono, assim como em <u>; em <o> identifica os mesmos três valores agudo, circunflexo e brando (*fôme, fôco, tóco; côro, ôvo, sôro; momento, relento*, p.26), mas reconhece também a função distintiva da oposição [o]-[ɔ], para marcar distinções de número (*fôgo-fôgos, ôlho-ólhos, ôsso-óssos*, p.27). Quanto ao grafema <y>, cujo valor

²²⁵ Cf. p. 60: “Pelo que pertence ao som ditongal de *em* (como *tem*), é essa outra anomalia orthographica, porque na syllaba *tem* ha duas vezes bem perceptíveis, com uma só vogal”; “(...) nasaes mixtas: *am* com o valor de *ão*, e *em* com o valor de *ëi*”.

coincide com <i>, o ortografista, secundando autores anteriores – Bluteau (cf. 2º vol., I, 4.5.), Nunes de Leão, Cunha Portugal –, admite-o em toda uma série de prefixos oriundos do grego, como *syn, chrysos, pyr, lycos, poly, hydor, physis, hyper, hypo* (p.29). Roque da Fonseca (1860) repete as descrições de ortografistas precedentes, para os quais <a> tem quatro valores, a saber, forte (*será*, p.5), brando (*sejâmos*, *ibid.*), surdo ou mudo (*toda*, *ibid.*), e nasal (*lã*, *ibid.*); do mesmo modo, <e> pode ser surdo (*morte*, p. 6), longo, (*café*, *ibid.*), brando (*sêda*, *ibid.*) e nasal (*sã*, *ibid.*); <i> pode ser próprio (*cipó*, p.6), longo (*cobrio*, *ibid.*), mais longo (*brio*, *ibid.*) e nasal (*fi*, *ibid.*); <o>, por sua vez, é surdo (*certo*, *ibid.*), forte (*córda*, *ibid.*), brando (*côrte*, *ibid.*) e nasal (*bõ*, *ibid.*); por último, <u> pode ser breve (*circulo*, *ibid.*), forte ou longo (*saúde*, *ibid.*) e nasal (*trufa*, *ibid.*).

Ao invés dos anteriores, Moreira de Sá (1862) ocupa-se exclusivamente dos valores dos grafemas consonânticos e dispensa qualquer indicação sobre os grafemas vocálicos. Já D. Alexandre J. B. de V. de M. e Matos de Noronha (1865) detêm-se na análise dos valores desses grafemas, mas distingue o valor alfabético do valor ortológico, quer dizer, o valor decorrente da fonotáctica: assim, enquanto no caso de <i> e <u> os valores alfabéticos e ortológicos coincidem, no de <a>, <e> e <o>, eles são distintos, dado que o primeiro tem dois valores (*ave, anão*, p.16), o segundo quatro (*Éva, Ema, dedal, e(i)lastico*, *ibid.*)²²⁶, e o terceiro, três (*obra, odr, o(u)dor*, *ibid.*).

Resultante da intuição, mais do que uma análise sistemática da pronúncia, é notória a pobreza descritiva dos ortografistas até aqui considerados, pelo que é de realçar o salto qualitativo e quantitativo das descrições feitas nas duas últimas décadas do século, precisamente quando vêm alume os estudos mais significativos de fonética portuguesa, em particular os de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1883/1892).

Apesar de polémica, a descrição proposta pelo reformador Barbosa Leão (1878) é abundante em observações merecedoras de um comentário pormenorizado, porque assentam numa certa “versão” da norma ortoépica, como adiante comprovaremos. Assim, o relator da Comissão portuense, fazendo reiterado alarde

²²⁶ Quando átono, em sílaba inicial seguido de <x>, o seu valor [i] só é descrito no âmbito dos valores dos grafemas consonânticos (*exame, exercito, exequias, exordio*, p. 19).

de um ouvido sensível e apurado, distingue nove sons vocálicos – *ã, a, é, ê, e, i, ó, ô, u* (*ólá, rosa, café, mercê, ave, aqui, ilhó, avô, bambú*, p. 3) –, representados pelos grafemas tradicionais, se bem que no final da exposição admita reduzi-los a apenas cinco²²⁷. Com respeito aos valores de <e>, Barbosa Leão discorda da descrição do **Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil**²²⁸, de João de Deus (1830-1896), algarvio nascido em S. Bartolomeu de Messines, na qual o grafema pode ter não só o valor de [ɛ] aberto (*bello, adega, panella*, p. 4), como também o de um [ɛ] agudo, distinto daquele, em palavras como *pé* e *fé* (*ibid.*). Quanto à realização fechada de <e> tónico junto de nasal (*amemos, fazemos*, p.4), de <e> inicial de palavra (*êburneo, êclipse educar, êfeito, êgoista*, p.4), assim como da realização fechada de <o> inicial (*ôbedecer, ôcazião, ôdiozo, ôfender, ôleado*, *ibid.*), também o sónico se afasta do autor da **Cartilha Maternal**: ao contrário deste, Barbosa Leão defende uma realização não nasalada da vogal tónica junto de nasal, razão por que ridiculariza²²⁹ a pronúncia descrita no **Diccionario Prosódico** (*cãma, cãno, bãnhho, tãna, pãna, sãha, mïmo, nãinho, cõmo, lõna, sõnhho, fũmo, cũnhho*, p.12), que contradiz, em seu entender, a de formas também ali incluídas (*léme, solémne, fôme, cóne*, *ibid.*); o relator portuense rejeita também a realização fechada [e] em proveito de [i] inicial, mesmo quando seguido de consoante ou de outra vogal (*edição, embora, enterrar, ermida, estudo...preencher, reedificar...p. 45; isperiençia, isame, reisportar, preisistir*, p. 49)²³⁰, assim como a de [o] inicial em favor, por sua vez, de

²²⁷ Cf. p. 10: “Por isso, e porque prevalecendo ele [o falar do Minho] averia a criar mais dois sinais ortográficos suplementares, concordei com os meus colégas da comissão do Porto em que prevalecesse a pronúncia contrária, e em que as vogais nazais ficassem reduzidas a cinco”.

²²⁸ É seu co-autor António José de Carvalho. A propósito dos valores dos grafemas vocálicos, Cf. p. V: “E temos ainda um *e* diferente e bem diferente de todos esses, ao qual podemos chamar aberto, que é de *bello, adelo, adega, fel, ella, vela, guela, aquella, panella*, etc., etc. Julgariamos o enunciado evidente, se um velho, autorizado, zeloso e realmente bom professor do Methodo Castilho não nos tivesse um dia mostrado invencível estranheza a esta observação óbvia. (...) Só um mau ouvido ou um espírito muito preocupado póde confundir os tres primeiros *ee* de *este* (pronome), *éste* (substantivo) e *esta*; de *pê* (letra), *pé*, e *pés* (plural de pé, que se costuma escrever *pés*, mas cujo *e*, a pronunciar-se como vem accentuado, seria igual ao de *pez* (cerol)”.

²²⁹ Cf. p. 4: Creio pois, que as ideias peregrinas que o distinto ómem de letras tem neste ponto, não são de molde a que o público as aceite. Se ao menos ele a respeito do *o* adótasse o som abérto, o qual bastante jente empréga dizendo *òbjéto, òcidente*, etc., então deveríamos talvez acompanhá-lo, num dos respetivos cazos. em substantivos masculinos não estou lonje d’aceitar, que *o* inicial tenha som abérto em lugar de som de *u*; porque, ao precedêl-os do artigo definido, é realmente mais eufónico dizer *u òbjéto, u òcidente*, do que *u ubjéto, u ucidente*”.

²³⁰ Excluem-se *então, entidade, ensiforme, eborense, endecasyllabo, ebrefestivo*. Cf. 1878, p.45. Também nesta matéria se afasta B. Leão de João de Deus, que indica, no **Diccionario Prosódico**, as

Cont. pág. seguinte.

[u]. Ora, cremos que as observações de Barbosa Leão decorrem da valorização de particularidades da variedade portuense, atribuindo-as à generalidade dos falantes, independentemente de a norma ortoépica ser outra, e se situar mais a sul. Afora os traços acima apontados, a pronúncia adoptada pelo cirurgião de brigada na fixação de um sistema gráfico sónico contempla ainda os aspectos seguintes, relacionados com os anteriores: rejeição da oposição entre uma vogal tónica fechada e outra aberta, na primeira pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito (*amâmos-amámos*, p. 5), por esta não se verificar no norte²³¹; baseado também na pronúncia setentrional, aceita a distinção entre nasais fechadas, grafadas <ên, ôn>, e abertas, grafadas <én, ón>, que justifica quando diz que “Se por ventura alguém tiver duvidas ácerca da distincção que fazemos de *ên én* e *ón ón*, tiral-as-ha por si mesmo conjugando por exemplo o presente do indicativo dos verbos vender vencer e romper esconder; onde *achará vêndo vêndes, vêço vênces, rômpo rômpes, escôndo escôndes*”.

E acrescenta depois:

“é assim inquestionavelmente nas províncias do nórtre. E é tão inquestionável que ésta pronúncia é mais béla que a d’aqueles que pronunção vênces vêndes, rômpes escôndes, como é inquestionável que e, assim como o, abérto nazal é menos fanhozo e por tanto mais eufónico e mais bélo que e, bem como o, fexado nazal. (...) Tanto no sul como no nórtre dizem bêbo bébes bébe bébem, têço téces téce técem, cêdo cédes céde cédem, e sigo ségues séguem (...) cômô cómes cóme cómem (...). No nórtre dizem por analojia vênço vênces vénce véncem (...) escôndo escôndes escôndes escônde, etc. É lójico pois este módo de falar, além de ser mais bélo. Porem ele é mais particular ao Minho, e realmente está em grande minoria comparado com o outro módo de falar” (pp.9-10).

Do mesmo modo, condena o fechamento das vogais nasais, por ser uma realização pouco polida: “O *a* nasal é sempre aberto: não ha differença alguma em tal som nas palavras *lã lampo lança Cambambe andante*. Só o vulgo dá, crêmos nós,

pronúncias *êdição* (p.268), *embora* (274), *enterrár* (p.293), *êrmida* (p.302), *estúdo* (p.328), *preencher* (p.553), *reêdificár* (p.590), *experiencia* (p. 336), *êzãme* (p.332).

²³¹ Cf. p. 5: “Mas no norte não se usa tal som: em todas as respectivas palavras, que são muito numerosas, se emprega o *a* aberto; e crêmos que com muitas razão, porque é o mais bello som da nossa lingua, e não deve ser sacrificado ao outro, que é abafado e pouco sonoro e por isso muito menos euphonico e harmonioso. E quanto á distincção das duas vozes dos verbos em *ar*, julgamos poder dizer-se que não prova nada, porque prova de mais: se ella fosse necessaria n’esses verbos, sêlo-hia nos verbos em *er* e em *ir*; e teríamos de dizer, por exemplo, *comêmos* e *comémos*, *vestimos* e *vestimos*”.

tal som nas palavras *lã lampo lança Cambambe andante*. Só o vulgo dá, crêmos nós, entoação nasal ao *e* surdo, dizendo v.g. *pensar pensamento, contentar contentâmento*: quem não é vulgo, diz *pênsar, contêntar* etc” (p. 9).

Com a realização de <e> e <o> átonos iniciais como [i] e [u], respectivamente, contempladas ambas no sistema sónico de Barbosa Leão, coincide o reformador Castanheira Nunes (1879), que discorre sobre a variedade dialectal a ter em conta num projecto de reforma. O reformador aceita realizações como *ilâiçãu, iclipse, idificiu, ifâitu, imanaçãu* (p.18), e discorda da pronúncia descrita por João de Deus, de naturalidade algarvia (*êlêiçãõ, êclípse, êdificio, êffêito, êffêito, êmanaçãõ*). Devido ao facto de as vogais predominantes e não predominantes poderem ser abertas ou fechadas, Castanheira Nunes propõe, inclusivamente, um esquema de representação no qual os diacríticos (acentos e outros sinais auxiliares forjados pelo autor) têm uma função preponderante (cf. infra, 5.4.2.). Quanto às restantes vogais, merecem menção as soluções seguintes: [u] átono interior ou final, grafado com <u> (*pruztituídaz* “prostituídas”, *mosu* “moço”, *sulidãu* “solidão”, p. 23); as tónicas abertas [a], [ɛ], [i], [ɔ], [u] representadas pelos grafemas <a>, <e>, <i>, <o>, <u>, acrescidos de um acento agudo (*lágrimaz* “lágrimas”, *tíñãu* “tinham”, *éra* “era”, *óhuz* “olhos”, *túnica - pàra* “para”, *talvèz* “talvez”, *viajò* “viajou”, *passim*), ao contrário das tónicas fechadas [ɑ], [e] e [o], assinaladas com o grave; as *vozes surdas*, isto é, as vogais átonas [ɑ], [ə], [i] e [u] grafadas sem acento (*acele* “aquele”, *servir*, *iztava* “estava”, *xurar* “chorar”, *passim*). Todavia, na exemplificação detectamos muitos casos incompreensíveis, por exmplo em palavras como *sauдозо, cabesa, adversidade*, nas quais o reformador, ao contrário do que seria previsível à luz doutrina, não aplica nenhum dos diacríticos indicados.

No mesmo ano dos dois anteriores (1879), em *Carta* dirigida ao reformador portuense, João Félix Pereira apresenta uma descrição da pronúncia portuguesa que o aproxima mais de Castanheira Nunes do que de Barbosa Leão, conquanto enalteça os esforços reformistas do portuense e com ele milite no movimento sónico, mas sem subscrever integralmente o modelo ortoépico em que ele fundara o seu sistema. De facto, as descrições do vocalismo avançadas pelo polígrafo Félix Pereira e por Castanheira Nunes concordam quanto ao modelo ortoépico em que deve assentar o sistema gráfico sónico ou fonético, posto que ambos aceitam a realização fechada

das vogais nasais [ã], [ā] e [õ]; a monotongação de [ow] em [o]; a realização de <em, en> como [ãj]; igual concordância já não se verifica, porém, a respeito da realização de <ei> como [ɔj], fenómeno de diferenciação ao qual apenas Castanheira Nunes alude de forma directa.

Nas **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu descrevem o vocalismo português e sua representação gráfica a partir dos seguintes pressupostos: o reconhecimento da vogal tónica não deve oferecer dúvidas, pelo que se recorre à acentuação para evitar qualquer ambiguidade; em sílaba átona, levar-se-á em consideração o “valor histórico dos fonemas”, em particular no caso dos grafemas <e> e <o>. Se importa destacar o jogo de timbres por meio da acentuação (*fôsse-fósse; sêco-séco, reis-réis; fôrça-fórça, modêlo-modélo*, p.7), não é menos importante manter, com vista à coerência do sistema, a relação entre as formas aparentadas. A respeito da representação das vogais átonas, observará Gonçalves Viana (1885) que, apesar de o espanhol constituir um bom exemplo de simplificação gráfica, o caso português difere dele porque os problemas colocam-se sobretudo quanto à fixação dos “diversos derivados de um radical unico, nomeadamente nas vogaes que estão sujeitas a alteração quando deixam de ser tónicas, ou quando affectadas por sons contiguos ou proximos, consoantes ou vogaes” (pp.184-185). Santos Valente e F. de Almeida (1886) insistem, por sua vez, nos valores do grafema <e>, que corresponde a [ɛ], [e], [i], este último em palavras como *marear*²³² (p.6), e do grafema <o>, que pode valer [ɔ], [o] e [u]; já com respeito às vogais nasais, apenas referem a sua representação gráfica (por ex. *irmã, ambos, canto, dentro, fim, monte, mundo*, p. 8).

Da doutrina exposta na **Ortografia Simplificada** (1889) ressalta sobretudo a referência aos casos em que se prevê a duplicação vocálica, em particular quando ambas as vogais são proferidas (*baal, apreender, compreender, empreender, nihilismo, cooperar, álcool*, p. 14).

De natureza mais fortemente correctiva são as descrições dos valores dos grafemas e da pronúncia realizadas por Carlos Afonso e A. de Almeida (1889), os

²³² Este grafema tem uma função especial na distinção entre os verbos em <ear> e em <iar>, nos quais serve para indicar a flexão, embora se tenha verificado uma confusão entre a de um outro tipo, devido precisamente à evolução fonética.

quais, apesar de subscreverem as propostas expendidas na **Cartilha Maternal** (1876), rejeitam pronúncias aceites por ortografistas acima referidos. De facto, se aqueles autores apontam a falta de uniformidade na descrição dos valores dos grafemas e, por consequência, da pronúncia padrão, por outro lado, criticam ardorosamente a realização de <e> inicial como [i], a diferenciação do ditongo [ej] em [ɔj] e a ditongação junto de palatal (*ispaço, ilemento, ispâlho* ou *espâilho; vâlha* ou *vâilha; ilâição; desânho, impânho, injânho; vâijo, insâijo; larâinja, maincha* (p.179); do mesmo modo, condenam a realização [ĩ] de <em-> inicial (*imbora, imprego*), e as terminações nasais *coraçãõ, fãlõ* ou *falũ*, formas que os *encarregados da educação e instrucção da infancia não devem permittir que se diga* (ibid.).

Mau grado a repetição das descrições acima, dos textos gramaticais oitocentistas recenseados neste trabalho retiram-se também algumas. Assim, Midosi (1842) expõe um sistema constituído por oito vogais orais, transcritas por <á, a, é, ê, e, í, ó, ô, u>, e cinco nasais transcritas por <ã, ã, ĩ, õ, ü>, sem outras considerações. Já Daniel Ferreira Pestana (1849), que arrola diversos “vícios da pronúncia”, em particular certos rasgos dialectais, rejeita a realização da tónica junto de palatal nasal ou chiante sonora (*pâjo* por *pêjo, lângo* por *lênho*, p.175).

Baseado na autoridade de Antigos como Platão ou Aristóteles, e de modernos como Dumarsais, Rush, Baudry, Ellis e Max Müller, o gramático brasileiro E. Carneiro Ribeiro (1881/1890), depois de estabelecida a distinção entre tónicas, subtónicas e atónicas, de acordo com a terminologia de Rush, subdivide as vogais em agudas, graves, mudas, nasais e ambíguas, em função da fonotáctica e da sua posição com respeito ao acento: <a> realiza-se como aberto (*grave*, ex. pá, p. 20) [a], grave, isto é, nasalado junto de consoante nasal heterossilábica (*ramo*, ibid.), mudo [ɑ], em sílaba átona (*mesa*, ibid.), e nasal (*ambito*, ibid.); tal como o anterior, <e> realiza-se como agudo [ɛ], grave [e], mudo [ə], e ambíguo [i], sendo que este último não tem representação própria, em sequências como as de *cear, pentear* (p.20); outro tanto sucede com <o>, que pode ser *agudo* [ɔ], *grave* [o], *mudo* [u], *nasal* [õ], e ambíguo (*só, dôr, medo, sonda; soar, máo, páo*, ibid.), mas <i> e <u> podem ser agudos ou tónicos (*silvo, bambú*), breves ou átonos (*azimo, computo*), e nasais (*sonda, unto*). Fundada na pronúncia brasileira, a descrição dos valores dos grafemas vocálicos feita por A. Estêvão da Costa e Cunha (1883) merece também

uma referência, em particular a daqueles cuja realização parece ser ambígua, como <e> e <o>: um e outro admitem apenas as realizações [e] e [o], não sendo contempladas, portanto, as realizações [i] e [u], respectivamente consideradas como moderna e imprópria de gente douta. A propósito da última delas observa que “quanto ao o (...) tem hum som semelhante ao u no fim das palavras; as pessoas, porém que tem estudado a verdadeira prosódia da língua portuguesa, não confundem nunca estes dous sons” (p.218), visto que <o> não corresponde nem à realização castelhana, nem a [u]. Por outro lado, a pronúncia brasileira leva o gramático a rejeitar a realização de <e> como [α], junto de palatal nasal, e bem assim a de como ditongo [ãj]: “A este propósito lembremos ainda que alguns auctores (de alem oceano), sem duvida em razão de uma viciosa pronunciação, dizem que o e antes de nh sôa como â, e assim, as palavras *empenho*, *lenha*, pronunciam-se *empanho*, *lanho*, etc. O Snr. Castilho (Antonio) até fez rimar *bens* com *mães*, naturalmente porque pronunciava *bains*” (pp. 220-221).

Em conformidade com a realização normal no Brasil, Maximino Maciel (1887), outro brasileiro, expõe os valores dos grafemas vocálicos: nos oxítonos, [a] é grafado com <á>, mas nos restantes tipos acentuais o grafema dispensa o diacrítico, sem ser referida, todavia, a realização [α]; [ɛ] representa-se por meio de grafema acentuado <é>, nas palavras agudas (*rapé*, *jacaré*, p.33), e por <e> nos restantes casos (*rezar*, *tela*, *ibid.*); [e] tónico é grafado por <ê>, nos vocábulos *perispomenos* (agudos, ex. *você*, *mercê*, p.33), e por <e>, nos *properispomenos* (graves, ex. *rochedo*, *silvedo*, *ibid.*), sem qualquer indicação sobre o valor do grafema <e> em sílaba átona; [i] é representado por <e> em posição final (*fonte*, *liberdade*, p.33), por <i>, em início, interior e final de palavra (*ira*, *rapidez*, *parti*, p.34), por <í> tónico (*nas syllabas de tonicidade forte e caracteristica*, ex. *pronuncia*, *varia*, p.34), e pelo grafema culto <y>, nas palavras oriundas do grego, e bem assim na representação de vocábulos de origem tupi e outros estrangeiros (*physica*, *tupy*, *tilbury*, p. 34); [ɔ] é registado pelo grafema <o> acentuado, nas palavras agudas (*mó*, *cipó*, *ibid.*), ao contrário das restantes (*golpe*, *pote*, *ibid.*); os grafemas <o> acentuado (avô) e não acentuado (*esposo*, *todo*) representam ambos [o] tónico; por último, <u> acentuado (*urubú*) ou não (*tribu*) representa [u] tónico. Note-se que o gramático não menciona

nem exemplifica os valores dos grafemas em sílaba átona, ao contrário do que sucede com as vogais nasais, cuja representação merece um parágrafo próprio. As cinco vogais nasais [ã], [ɛ̃], [ĩ], [õ], [ũ] são grafadas pelos grafemas e sequências seguintes: <ã, am, an>; <en, em>; <im, ym, in, yn>; <om, on>; <um, un> (pp. 34-35).

5.4.1. Ditongos

A representação dos ditongos, quer orais, quer nasais, é um dos aspectos mais controversos da doutrina ortográfica oitocentista, ao mesmo tempo que constitui um factor de enorme variação de sistema para sistema. Na verdade, aos ditongos cabe a parte de leão do discurso metaortográfico, visto que os autores tratam não só dos ditongos propriamente ditos mas também das sequências vocálicas ou hiatos. Quanto aos ditongos orais, constituem factor de variação gráfica [aj], [aw], [ɛw], [ew] e [iw], que nos diversos sistemas podem surgir como <ai, ae, ay>, <au, ao>, <eu, eo, éo, éo>, <eu, eo, êu, êo>, <iu, io>, respectivamente. Afora estes ditongos, outros, embora menos problemáticos do ponto de vista da adequação gráfica à pronúncia e da redução da ambiguidade, são contudo objecto de observações mais ou menos dispersas – [ɛj], [ej], [ow], [oj], [ɔj].

Pereira e Sousa (1807) trata em especial dos ditongos [ej], [ew] e [oj]: este ortografista, que emparceira com Verney (cf. supra, I, 3.2.) e discrepa da maioria dos seus antecessores, e de alguns dos seguintes, substitui as grafias <ea> e <eo> por <eia> e <eio>, visto o ditongo dever ser representado em conformidade com a sua *pronuncia actual* (*ceia, areia, ideia, cadeia, meio, correio, feio*, p.14); pelo mesmo motivo, prescreve a grafia <oi> (*coiza, noite, dois, coiro, oiro, tezoiro, moiro vs pouco, outorga, houve*, pp.14-15)²³³ para o ditongo [oj].

O sistema simplificado de Couto e Melo (1817/1818) revela-se bem interessante nesta matéria, pois o director das Escolas Militares adopta as soluções

²³³ Sobre este fenómeno e os casos de alternância entre *oi* e *ou*, vide: Lindley Cintra, *Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*, **Estudos de Dialectologia Portuguesa**, 1983, pp. 35-54; sobre a alternância entre *ou* e *oi* em ortografistas setecentistas cf., da autora deste trabalho, *Notas para a história da pronúncia portuguesa*, **Actas do VI Encontro Nacional da APL**, Porto, 1990, pp. 145-151.

gráficas <ai-ae>, <au>, <êi-ei>, <eu-eo>, <iu>, <ôi-oi>, <æe>, <üi>, <ãe>, <ão, -am>, <õe>, respectivamente para os ditongos [aj], [aw], [ej], [ɛw], [ew], [iw], [oj], [ɔj], [ɛj], [üj], [ãj], [ãw], [õj], como se vê em *vai, condicionaes; pautôr; sêija, primeiro; eufonia, seo, Deos; viu; fôi, pois; mói; tãem; mũito; significação, constam; produções* (1818, passim). Com respeito ao ditongo [ej], o ortógrafo e gramático alude à diferenciação de [ej] em [αj] (...*por se-confundir na pronúnciação tivêrâis com tivêreis*", p.125), fenómeno característico da fala dos "(...) Doutos e polidos da Côrte", razão por que é interpretado como norma ortoépica, facto que faz recuar, ainda mais, a data proposta por Teyssier (1984) para este fenómeno, tal como já dissemos.

Cabral de Mendonça (1860) menciona a ambiguidade gráfica mais ou menos generalizada nos sistemas gráficos do seu tempo, pelo que estabelece o uso dos seguintes pares de grafias <ae-ai>, <au-ao>, <eo-eu> e <iu-io>, aos quais Figueiredo Vieira (1859) também já havia acrescentado, por seu lado, <oe-oi>, <oa>, <ua>, <ue-ui>, respeitantes à representação dos ditongos e sequências vocálicas [oj]-[ɔj], [oα], [uα], e [uj] (pp. 25-30).

Na sequência do que observáramos no capítulo precedente (cf. supra, I, 3.2.2.), dos ditongos nasais [ãj], [ãw], [õj], [ɛj] e [üj], o segundo, tónico ou átono, foi aquele que mereceu mais atenção por parte dos ortografistas, que não foram indiferentes às consequências da homografia (ão) em termos de acesso lexical, ou seja, do imediato reconhecimento do significado gramatical, em particular da oposição entre formas de pretérito e de futuro do indicativo. De facto, para além do recurso à acentuação como meio de distinguir o ditongo tónico do átono, os ortografistas debatiam as grafias tradicionais <ão>, com a sua variante <aõ>, e <am>. Como veremos, a doutrina metaortográfica regista uma ampla panóplia de soluções que visam garantir, com maior ou menor acerto, a distinção gráfica entre formas funcionalmente pertinentes, como sejam os pretéritos e os futuros verbais. Destacam-se sobretudo duas soluções gráficas: uma só grafia – <ão> –, ainda que a sílaba tónica esteja marcada com um diacrítico; uma grafia para cada situação, com ou sem aplicação complementar de um acento. A estas soluções, somam-se outras, suas variantes, como resultado de expedientes acentuais que adiante comentaremos. Antes de mais,

e Sousa (1807), independentemente de o grafema transcrever a tónica ou a átona, nota-se uma variação na posição do acento: em caracteres itálicos, ou aparece sobre a primeira unidade, com o formato de um simples traço horizontal, ou sobre a segunda unidade (Ex. *irmão, irmãos*, p.49); neste caso, tem o formato de jota deitado, ao passo que no corpo do texto figura sobre a primeira vogal (Ex. *dobrão, sejam*, p.4; *formação, enunciação*, p. 49). Semelhante dificuldade afecta também a grafia do ditongo [õj], de que são exemplo *exceções* (p.48) ~ *geraçõẽs, veroẽs, coraçõẽs* (p. 50). Quanto à oposição gráfica entre <ão> e <am>, Pereira e Sousa alude apenas à possibilidade de a segunda substituir a primeira sequência, sem outras considerações, para além do facto de o til substituir *m* e de existir uma realização dialectal (*om*) do ditongo em causa²³⁴. Ao contrário de Pereira e Sousa, Figueiredo Vieira (1859), mais do que uma distinção morfogramática, descreverá uma realização diferente das átonas (*amam, amavam*, p.23) e das tónicas (*coração, amarão*, p. 24), questão que o leva a tecer considerações acerca da prática de autores modernos que adoptam em ambos os casos, por se tratar do mesmo ditongo, apenas a grafia <ão>²³⁵. Diferente é a descrição do uso de <ão> e <am> por parte de Ferreira da Costa (1823). Apesar de lhes atribuir valores diversos, admite, no entanto, em conformidade com a pronúncia *patria*, as grafias *tão, quão, tãobem, quãopouco*, à semelhança de *cão, dão, mão, amavão, união, cæssão, unão* (p.143), para evitar incoerências; assim, <m> final fica reservado para a indicação da nasalidade de vogal final (*lam, tem, sim, bom, um*, p.140).

Embora existam discrepâncias entre os autores, o ditongo [ãj] é ainda assim objecto de menos controvérsia do que os anteriores: uns prevêm unicamente a grafia <ãe>, enquanto que outros, aceitam também <ãi> ou <aen>. Entre os que admitem a primeira, conta-se Tavares de Macedo (1834/1861), embora a reserve tão só para as

²³⁴ Cf. p. 48: “Antigamente uzãrão os Portuguezes da terminação *om* em lugar de *aõ*, e ainda agora assim se pronuncia em algumas terras da provincia do Minho”.

²³⁵ Cf. p.24: “O uso modernamente restabelecido de escrever com *am* a terminação breve das palavras que acabavam em *ão*, tem sido por distinctos escriptores combatido sob pretexto de ser erro grave representar com uma simples nasal, o que elles supõem ser um diphthongo. Duidamos porém que elle exista nas terminações breves, onde simplesmente encontramos um som semelhante ao do *quam* latino, cuja pronuncia se termina ficando com os labios cerrados. Esta pronuncia propria do *m* final, denega a existencia do diphthongo, no qual depois do som formado pela nasal *an*, se sente uma vogal que o protrahe e alonga. Sendo pois os sons diversos, não ha incoherencia em diversamente os representar, devendo cessar todo o escrupulo”.

palavras *Mãi*²³⁶, *Cãiba e Cãimbra* (sing. e pl.), e adopte <ãe> nos restantes casos (*Pães, Capitães, Guimarães*, p.9). Entre os raros autores que generalizam aquela grafia, perfila-se o reformador sónico Castanheira Nunes (1879), em cujo projecto admite <ãi> interior ou final (*ãicua tu* “enquanto”, *nãi*, “nem”, *cãi* “quem”, *ãi* “em, p.23).

Devido à tradicional sobreposição dos planos gráfico e fónico, o ditongo [ũj] poucas vezes é referido. Dos autores recenseados, destaca-se Ferreira da Costa (1823), quer pela doutrina, quer pela prática a esse respeito. Num trabalho publicado nas Memórias da Academia Real das Ciências (1823), mas apresentado em sessão desta agremiação em 1821, aparece inclusive uma grafia de base fonética – <ũj> – para aquele ditongo nasal (*mũjto, mũjtas*, p.103, 113), mas ela ainda não se encontrava no **Tratado de Orthographia Portugueza** (1818). É de sublinhar que nem mesmo nos extractos deste, incluídos na mencionada **Memória** académica, aparece o til nesse ditongo. De qualquer forma, no **Tratado**, o ortógrafo apenas sugeria que *mũii, mũiito* levassem til, à semelhança de *mãi, pões, compõe* (p.140). A diferença entre o trabalho de 1818 (Impressão Régia) e o de 1823 (Impressão da Academia) poder-se-ia atribuir a uma aparente indisponibilidade de meios tipográficos, se não fora o facto de, na mesma data, a Impressão Régia ter dado à estampa duas obras ortográficas – a **Ortografia Filosófica** e a **Gramática Filosófica**, de João Crisóstomo do Couto e Melo – nas quais a grafia <ũ> é sistematicamente aplicada à representação do ditongo nasal em causa. Outra hipótese explicativa, que não a da indisponibilidade gráfica ou das supostas opções do autor, deverá ser então trazida à colação – o facto de a mesma casa de impressão usar diversos tipos, sendo que uns permitiriam aplicar o til, e outros, não. De facto, se atentarmos nas obras de Couto e Melo, notar-se-á que um dos traços distintivos do original sistema gráfico do director das Escolas Militares, no campo da representação vocálica, é precisamente a marcação dessa nasalidade, feita ao arpejo da tradição gráfica, da qual nem o próprio Barbosa Leão, cerca de sessenta anos depois, ousará desprender-se, como veremos. Para além das condições materiais ou

²³⁶ Note-se que já no nosso século, na sequência do Acordo com a Academia Brasileira, saiu uma **Portaria** (nº 7117, Junho de 1931) onde se que prescrevia a grafia *mãi* em vez de *mãe*, em concordância com a substituição de *ae* por *ai*.

técnicas, no produto final – o impresso –, aparecem grafias como *müi*, *müitas* (1818, pp.18-19), aspecto que concorre para a arquitectura de um sistema simplificado, de tendência fonetizante, ainda que não fonético. Neste ponto, o relator da Comissão Portuense (1875/1878), que reivindicava um maior grau de fonetização em todos os campos do sistema, claudica perante a tradição gráfica e o uso generalizado, ao prescindir da representação da nasalidade do referido ditongo (*mui*, *muito*, 1878, p.11)²³⁷.

Tavares de Macedo (1834/1861) distingue os ditongos orais dos nasais: dos primeiros aponta doze, a saber, <ai>, <ao-au>, <éi>, <êi>, <êo-eu>, <io>, <óe-oi>, <ôe-ôi>, <ou>, <ui>, respectivamente em *pai*; *páo-pauta*; *papéis*; *tei*; *céo*; *dêo*, *eu*; *ouvio*; *heroe-desoito*; *poes-boi*; *tirou*; *fui* (p.7); dos segundos, refere <ãi-ãe>, <ão>, <em, en>, <oem-õe>, <ui>, representativos de [ãj], [ãw], [ɛj]~[ãj], [õj] e [ũj], embora não preveja qualquer marca da nasalidade para o último, ao contrário dos restantes, e não inclua a grafia <-am> para o segundo.

Também os gramáticos oitocentistas deixaram doutrina em matéria de vocalismo, tanto pelas suas descrições como pelas soluções gráficas adoptadas, das quais mencionaremos as mais relevantes, como parece ser o caso de Soares Barbosa (1822/1830). A descrição barbosiana do número de ditongos existentes em português e a sua representação confirma, de facto, a habitual finura de muitas das observações do autor: de facto, o gramático separa, de forma explícita, o plano fónico, no qual identifica dez ditongos orais e seis nasais, do plano gráfico, manifestamente superfetado, pois aponta vinte e duas grafias para aqueles e vinte e três para estes; por outro lado, exclui a sequência gráfica <ou> da lista dos ditongos, por se realizar como [o], devido à monotongação, ainda que esta não se repercuta na solução gráfica. Este aspecto será até objecto da crítica de Cunha Portugal (1837), empenhado em fazer confluir para um mesmo sistema as doutrinas de Madureira Feijó e de Soares Barbosa, na verdade mais afastados do ponto de vista cronológico

²³⁷ Cf. p. 11: “Quanto ao ditongo ui entoado, parece-me também inquestionável a sua existência no falar corrente, isto nas palavras *mui* e *muito*, e em todos os derivados d’êsta. Entretanto ninguém lhe põe o sinal de nasalidade, e Câmõis rimou muito com fruto e enxuito, onde ninguém nasaliza o ditongo; e por outra parte em truím e ruindade, se uns fazem ditongo, outros não. Assim, julgo que também aqui podemos e devemos aproveitar a vantajem de ter menos um sinal ortográfico; devendo-se portanto não admitir o ditongo *ui* nasalado, pronuncial-o oral (...) em *mui muito*, etc., e não fazer ditongo em *ruim e ruindade*”.

– entre eles medeiam oitenta e oito anos – do que em matéria ortográfica, visto que o segundo, não obstante a justeza das suas descrições do sistema fonético-fonológico português, apresenta, tal como o primeiro, um sistema no qual a etimologia prevalece sobre quaisquer outros critérios, mesmo se atendermos à exposição de um sistema “pronunciativo”. Um dos aspectos em que Cunha Portugal dissente da fonte barbosiana é a realização de <ou> como [o], ao ponto de o ortografista reconhecer realizações distintas em *ouço* e *osso* (p.12). Com efeito, o autor da **Grammatica Philosophica** descreve não só a monotongação do ditongo em questão, na língua padrão, como também o fenómeno de alternância entre ele ou, em rigor, a vogal [o] e o ditongo [oj]:

“Porém, o som destas duas vogaes he simples, e não composto das duas vozes, que se offerecem aos olhos para se dever pôr no numero dos Diphthongos. O som delle nenhuma differença tem do nosso Ô grande Fechado, como se pode *ver* escutando sem prevenção as primeiras Syllabas do nome *osso*, e do verbo *ouço*. Se fosse diferente seguir-se-hia outrosim o absurdo de admitir nas Linguas verdadeiros *Triphthongos*, isto he, tres vozes unidas em hum so som, o que he contra todo o mecanismo da Linguagem. Por exemplo a palavra *Couza*, que assim se pronuncia na Extremadura, na Beira pronuncia-se *Côiza*. Se pois o ou da primeira pronunciação fosse Diphthongo, não mudando de som na segunda, como não muda; e unindo-se em Diphthongo com o *i*, como se estivesse *Couiza*: seguir-se-hia que o que he Diphthongo na Extremadura passaria a ser Triphthongo na provincia da Beira” (pp. 17-18).

Do mesmo modo, com respeito à alternância entre [ow], mais exactamente [o], [oj], em formas do tipo *couro-coiro*, Cunha Portugal prefere as primeiras, resultantes da normal evolução do ditongo latino AU. Retomando, porém, a doutrina de Soares Barbosa é de notar que o gramático identifica os seguintes ditongos: [aj], [aw], [ɛj], [ej], [ɛw], [ew], [iw], [ɔj], [oj], [uj] e [ãj], [ãw], [ɛ̃j], [õj], [üj]. A heterografia dos orais deve-se à aplicação de acentos gráficos (ex. *ói-ôi, éo-êo*, p.16), ao uso de <y> (*ai-ay, éi-éy*, *ibid.*), à alternância gráfica entre <o> e <u> e <e> e <i>, na representação do mesmo ditongo (*aó-au, áe-ái*, *ibid.*); a dos nasais decorre, por sua vez, não só de situações idênticas às precedentes, como também da alternância entre o uso do til e o de <m> final, ou de <n> seguido de <s> (ex. *mãi-mãe, mão-mam, bãe-bem, bõo-bom, rüi-ruim, põe-poins, poem-poen*, *ibid.*). Todavia, se ao tratar das regras gerais, comuns a todas as ortografias, aceita que a grafia dos ditongos com

semivogal palatal se reduza a <ai, éi, êi, ói, ôi, ui>, quanto aos ditongos com semivogal posterior, já admite variantes posicionais entre <áu-ao> e <êo-éu>, sendo o <u> deverá figurar sempre em interior de palavra, ao passo que <o> ocorre em posição final (*páuta-páo, céo-Cêuta*, p.63).

F. Midosi (1842), não obstante esclarecer em nota que algumas sequências vocálicas não deveriam em rigor ser descritas como ditongos, visto constituírem sílabas distintas, menciona dezoito ditongos, entre orais e nasais, a saber, <ae, ai, ao, au, ei, eo, eu, io, oe, oi, ou, eu; ãe, ãi, ão, õe, ùa, ùi>, sendo de sublinhar sobretudo a inclusão do ditongo nasal [ũj] neste elenco, ainda que na prática do gramático o critério fonético não vigore.

Interessante é também a doutrina do filósofo Silvestre Pinheiro Ferreira (1842/1843/1844), que identifica os seguintes ditongos: [aj], [aw], [ej], [ɛw], [ew], [iw], [uj], [ɔj], [oj], [ãj] e [õj]; esqueceu-se de incluir [ãw] neste inventário, apesar de se ocupar dele no seu artigo de 1843. Mais do que os habituais casos de heterografia de um mesmo ditongo (oral ou nasal), como por exemplo <áe-ái>, <áo-áu>, <êo-éu> e <ãe-ãi, ein-em>, variantes posicionais da representação do ditongo, respectivamente em final e em início ou interior de palavra, sublinha-se o facto de o filósofo e ortografista descrever a monotongação de [ow] em [o] (cf. supra, 5.1.1.), para explicar a sua exclusão do inventário. Neste aspecto, o plano gráfico não se sobrepõe ao plano fónico²³⁸, conquanto a realização alongada de [o] seja interpretada como um ditongo (*pouco...pôoco*, 1844, p.179). A isto soma-se, no capítulo dos ditongos nasais, a descrição da realização do ditongo nasal [ãj], representado pelas sequências gráfica <-em, -en>, em *vintem-vintens* (1844, p.179), ao lado de *mãe e cãibra*; acrescenta-se que o autor condena as grafias <-aens, -oens>, em proveito das equivalentes com til <-ães, -ões>. No que concerne ao ditongo [ãw], que nos sistemas da época ora é grafado com <-am>, ora com <-ão>, Pinheiro Ferreira (1842, p.420) perfilha a oposição morfogramática, defendida mais tarde por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, nas **Bases da Ortografia Portuguesa** (I, 7º bis, 1885), a qual só acabaria por ser regulamentada e oficializada em 1911 (Base, XIV): assim,

²³⁸ Cf. 1844, p.179: “(...) costumam os grammaticos chamar diphthongo ao concurso de duas vogaes que fazem uma syllaba, posto que ellas não representem mais do que um simples som. Assim chama diphthongo a *ou*, cujo som é tão simples como *o* ou *ô*”.

substantivos em *-al* das restantes ocorrências do mesmo ditongo, e a outra marca não só o ditongo [ɔj], no plural dos substantivos el *-ol*, como o opõe ao ditongo [oj] (*animaes-amais, faroes-sois, depois*, pp.29-30); à oposição gráfica entre <ue-ui> também cabe a função de distinguir o plural dos nomes em *-ul* de outras ocorrências do ditongo [uj] (*azues, tafues-fui*, p.30); para as terminações *-eia* e *-eio*, visto a pronúncia requerer a introdução do grafema da semivogal anaptítica ou epentética (*veia, ideia, receio, correio*), Figueiredo Vieira proscreeve outras soluções mais ou menos tradicionais, como <éa> e <êo>. Sendo este um dos aspectos mais favorecedores da poligrafia, este ortógrafo revela-se, ainda assim, bastante reformador, tendência a que porventura não é alheia a sua tentativa de conciliação ponderada dos critérios ortográficos, isto apesar de, em algumas das soluções referidas, ter feito prevalecer o critério etimológico ou a analogia sobre o critério fonético, do mesmo modo que manteve grafemas e dígrafos latinos e gregos.

O **Methodo Portuguez Castilho** (2ª ed. 1853), nome por que ficaria celebrizada a obra pedagógica do escritor António Feliciano Castilho, reveste-se de interesse para a reconstituição da pronúncia do tempo do autor (cf. supra, 5.1.); esse interesse deriva em parte da descrição dos ditongos, porquanto Castilho, a partir da segunda edição do seu método de leitura, introduz alterações referentes a aspectos já identificados por outros ortografistas e gramáticos oitocentistas. De facto, o pedagogo identifica um fenómeno fonético, cuja primeira descrição directa se detecta (cf. Couto e Melo, 1818) no início do século: trata-se da diferenciação do ditongo decrescente [ej] em [ɔj], como se vê em *lâitura, ruzâira, mantâiga* (passim); à semelhança do fenómeno precedente, Castilho reconhece a diferenciação do ditongo nasal [ɛ̃j] em [ãj], *ãi* “em”, *álãi* “além”, *ráinu* “reino”, *laix* “leis”, exemplos extraídos da “transcrição fonética” de estrofes de **Os Lusíadas**. Com este exercício, o pedagogo ilustrava a aplicação do método de “escriptura repentina” (1843) à pronúncia da gente culta da capital e de outras partes do reino. A isto chamou J. A. de Sousa (1853) “tentativa de revolução orthographica”. Sem se debruçar sobre a representação dos ditongos e seus problemas, Vaz Velho (1856) dá testemunho de algumas características do modelo ortoépico em que assenta o seu sistema gráfico, ainda que só o faça de forma indirecta: assim, é de sublinhar o fenómeno de redução do ditongo [aj], junto de palatal, em palavras como *baxo*,

abaxar, em cuja grafia parece prevalecer o critério fonético, ao invés do que sucede em outros aspectos do mesmo sistema.

Nada acrescentando aos testemunhos ortografistas anteriores, pois mantém quer os jogos gráficos entre <ae-ai>, <ao-au>, <eo-eu>, <oe-oi>, <ue-ui>, quer as grafias de hiatos há muito resolvidos (*cea*, *pea*), amparados numa pretensa coerência dos paradigmas gráficos (*cea-cear*), em Diogo Fernes Alvernaz (1856) vale a pena destacar, por um lado, a descrição da monotongação de <ou>, e, por outro lado, a referência explícita ao ditongo nasal [ũj], tratado a propósito das funções til, e não da enumeração dos ditongos. Em Margão, Roque da Fonseca (1860) propõe os seguintes inventários de ditongos *puros* (orais) e nasais: no primeiro, inclui <ae-ai, ao-au, ei, eo-eu, io, oe-oi, ou, ue-ui> e, no segundo, <ãe-ãi, ão, oã>, contempla uma distinção morfogramática entre [ãw] tónico e átono (*Lição, Caixão-Bençam, Fizeram*, p.4). Numa tentativa de uniformização e conseqüente redução da heterografia dos ditongos, o calígrafo Nunes Godinho (1866) defende, em conformidade com a sua concepção de “orthographia mixta”, a supressão de <ao> e <eo>, variantes posicionais na representação de [aw] e de [ew], em benefício de <au> e <eu> respectivamente; também substitui <ue> por <ui>, nos plurais em *-ul*, e bem assim <io> por <iu>, nas formas verbais do presente e do pretérito (*fui, applaudiu, vestiu, fugiu*, p.14); quanto aos ditongos nasais, visando idêntica regularização e a distintividade das formas gráficas, aceita a oposição entre <-ão> e <-am>, nas condições fixadas pela reforma pós-republicana, isto é, sempre que o ditongo final [ãw] fôr tónico (vb. no futuro imperfeito do indicativo ou subs.), grafar-se-á da primeira maneira, ao contrário das formas em que fôr átono, grafadas da segunda.

Embora tenda para a redução da heterografia, Mascarenhas Valdez (1875) prevê ainda algumas variantes posicionais: assim, afora as grafias <ai>, <ei>, <eo>, <eu>, <oi>, para representar os ditongos [aj], [ej], [ɛw], [ew], [oj], por exemplo em *feito, amoreira, céo, véo, meu, teu* (p.31), às quais junta <ou>, de cuja realização nada diz, mantém <ao-au>, <ue-ui> e <io-iu>, por um lado (*mão-appláuso; azues-cuidado; navio-abriu*), e exclui, por outro, <ae> e <oe>, não obstante figurarem no plural das palavras em *-al* e em *-ol*, ao mesmo tempo que admite *cêa, têa, pêa* (p.31), sem grafar a semivogal. Quanto aos ditongos nasais [ãj] e [õj], propõe uma solução

para o primeiro – <ãe> –, e duas para o segundo – <õe> e <oem> –, sendo que a distinção entre estas visa opor as terceiras pessoas do singular e do plural (*põe-poem, dispõe-dispoem*, p.33); já no que respeita à grafia de [ãw], opta pela linha que vinha ganhando terreno na segunda metade do século, ou seja, assinala a tonicidade ou atonicidade do ditongo em posição final (*amarão-amaram, lerão-leram, cortezão, irmão*, *ibid.*); não há qualquer referência aos ditongos nasais [ɛj] ou [ãj] e [ũj].

Nesta matéria, a reforma Barbosa Leão tem precisamente um dos seus terrenos mais produtivos para a aplicação do critério sonicista, uma vez que o cirurgião e relator portuense procura reduzir a heterografia. Para isso, tem em consideração o falar setentrional, como se conclui das propostas de acentuação, onde regista o timbre aberto de vogais que nos dialectos centro-meridionais são mais fechadas. Assim, o reformador indica os ditongos orais [aj], [aw], [ɛj], [ej], [ɛw], [ew], [iw], [ɔj], [oj], [ow] e [uj], em palavras como *caixa, pauta, bateis* (subs.), *bateis* (vb.), *céo, seu, fugiu, joia, boi, levou, cuida* (p.1878, p. 9). Com respeito a [ow], a posição do reformador sónico decorre da subordinação da descrição da língua padrão e das restantes variantes regionais à sua pronúncia minhota, variedade promovida à categoria modelo ortoépico, ao ponto de o autor condenar por exemplo o fenómeno de monotongação, imputada depreciativamente ao *povo de Sacavem, de Loures ou de Bellas* (1878, p.47), ou seja, à *pronuncia saloia* (*ibid.*) dos arrabaldes rurais da capital. Por isso mesmo, condena a acertada descrição do fenómeno apresentada por Soares Barbosa, quase sessenta anos antes. Irredutível até a sua morte, reiterará em diversas ocasiões a sua avaliação “apriorística” deste e de outros fenómenos e sua distribuição dialectal, como se conclui do seu comentário acerca ao Relatório académico sobre a proposta de reforma portuense:

“Discórda-se apenas a respeito de *ou*, que no sul não querem admitir, dizendo que o seu som é igual a *o* fexado. Mas ele eziste, pois que por ezemplo é bem diverso o som final de *lavou e avô*, e *dou sou vou* não se pronunciação *dô sô vô*. O ditongo *ou* tem som muito mais fôrte e eufônico que o de *o* fexado” (p. 54).

Este é um dos pontos de divergência entre o sónico e a maioria dos autores do seu tempo, mesmo de reformadores como Castanheira Nunes e Félix Pereira. De facto, a perspectiva correctiva, preconceituosa e acientífica de Barbosa Leão, denota bem a debilidade doutrinal do reformismo por ele representado (1875/1878/1886).

Em conformidade com os seu sistema sónico, os onze ditongos orais são grafados de uma única maneira – <ai, au, éi, êi, éu, êu, iu, ói, ôi, ôu, ui> –, da mesma forma que os seis nasais, a saber, [ãj], [ãw], [êj], [ôj], [üj] e [õw], são representados por <ãi, ão, em, õi, ui, om>, respectivamente, sendo que o último deles traduz um rasgo dialectal, que não é aceite pelo português padrão, facto que o autor admite²³⁹; por esse motivo; por isso, em 1886, acabará, de resto, por excluí-lo dos ditongos nasais, à semelhança de [üj], e apontar apenas os outros quatro, em palavras como *mãi, mão, bem, põi*, às quais se podem juntar *cãibra, pronúncia, xãmão, jóvens, articulações* (1886, *passim*). Os nasais identifica-os por exemplo em *mãis, vão e pões*, mas não refere [üj] apesar de admitir a existência de um ditongo desse tipo (*Quanto ao ditongo ui entoado pelo naris, parece-me também inquestionável a sua existência no falar corrente, isto nas palavras mui e muito, e em todos os derivados d'êsta*, p. 9). Neste ponto, o reformador fica aquém de Couto e Melo (1817/1818) e de Ferreira da Costa (1823). Por outro lado, acrescenta-se que a defesa das pronúncias regionais obedece quer à pronúncia privilegiada por Barbosa Leão, quer a noções de ordem subjectiva, como se conclui da referência a um falar “mais lójico”, além de ser mais bélo” (1878, p. 9).

Não menos interessante é a descrição realizada por Castanheira Nunes (1879), arauto de uma *orthographia fonética*, segundo a expressão do autor, em cuja exposição, seguida de ilustração prática, encontramos os ditongos orais [aj], [αj], [aw], [ej], este último pouco usado, no entender de Nunes, e também [ɛw], [ew], [iw], [ɔj], [oj] e [uj], grafados por <ái, âi, ai, áu, âu, éi, êi, éu, êu, iu, ói, ôi, ui>, em palavras como *aipo, teixo* (realizando-se esta como *tâixo*), *faisão, auto-ao, bateis, pêixe* (pouco usado), *labéu, europa, caiu, dóe, bôi, fui* (p.19), aos quais acrescenta as sequências gráficas <uá, uâ, ua, ué, uê, uo>. É de sublinhar que a diferenciação de [ej] em [αj] leva Castanheira Nunes a adoptar a grafia <ai>, sempre que corresponda ao valor do prefixo latino <ex->, em *aizijiu* “exigiu”, ou em interior de palavra (*pàitu*

²³⁹ Cf. 1878, p. 10: “O ditongo *ôu* entoado pelo naris eziste inquestionavelmente na pronúncia d'Entre Douro e Minho, que Francisco Evaristo Leoni disse ser o *pais da linguájem portugueza*. Êntretanto aparéce apenas em quatro palavras (*bom som tom*), porque na preposição *com* só eruditos o pronúnciao; em jeral pronúncia-se *cum*. E por outro lado na maior parte do pais não admitem esse ditongo: dizem que nas quatro palavras e na pronúncia de *com* pelos eruditos, eziste o fexado nazal e não aquele ditongo”.

“peito”, *aldàia* “aldeia”); à semelhança do oral, o ditongo nasal [ãj], produto da diferenciação de [ẽj], é grafado com <ãi>. Assim, dos ditongos nasais, refere [ãj], [ãw], [õj] e [ũj], presentes nos exemplos *mãi* “mãe”-*bãi* “bem”-*cãi* “quem”-*sãi* “quem”, *curasõiz* “corações”, *muito*, aos quais junta [ẽj], apesar de já confundido com o primeiro dos anteriores, e as sequências compostas por um suporte vocálico e vogal nasal, descritas como dois *ditongos nasaes compostos com hiato nasal*, patentes em *quando, frequente* (p.19). Note-se que a grafia <o> transcreve, em nome da língua padrão, o resultado da monotongação de [ow], em [o], (*devurò* “devorou”, *viajò* “viajou”, p. 23), sem atender realização das regiões mais conservadoras.

Se examinarmos os testemunhos dos vários ortografistas que acertam a descrever o fenómeno de diferenciação do ditongo [ej] em [ɔj], e, paralelamente, o de [ẽj] em [ãj], antes referido (cf. supra), a proposta de reforma de Castanheira Nunes diverge das restantes devido à uniformização da grafia dos ditongos [ɔj] e [ãj], resultantes do referido processo fonético; de facto, eles são sempre representados por <ai, ãi>, ainda que ao primeiro aplique acentos (*fãito*, “feito”, *dãixa* “deixa”, *aijiju* “exigiu”, *aijaminase* “examinasse”, *ãi* “em”, *cãi* “quem”, *bãi* “bem”)²⁴⁰. De tais soluções gráficas se conclui que a reforma deste ortógrafo assenta no modelo ortoépico do português-padrão, de Lisboa e Coimbra, quando observa:

“O ditongo *ei* tem varia pronunçiação em portuguez, dando uns ao *e* o som de *é*, outros de *â*, e poucos de *ê*. Não me acho autorizado a sentencear, qual seja a melhor; mas afigura-se-me, que a segunda é a mais geralmente seguida, tanto que, quando se quer, que se pronuncie do primeiro modo, é costume accentuar o *e* com accento agudo. *Cordéis, coronéis, méis, batéis*, nunca vem sem o accento agudo. A terceira não me parece acceitável, pelo esforço que é preciso fazer para se perceber o *i*, d’onde acredito ter vindo a corrupção de muitas palavras que ouvimos pronunciar pelo povo, taes como: *mantêga, lête, têa*, etc. Não defendendo a segunda, é comtudo certo, que a ouvimos diariamente a gente culta de Lisboa e Coimbra, e que ella tem ’na etymologia, em alguns casos, auctorização” (p. 17).

Diferente da anterior, mas igualmente sónica, é a proposta de João Félix Pereira (1879), o qual confronta, na *Carta* a Barbosa Leão, as descrições e as soluções do relator portuense com as suas: assim, aponta nove ditongos orais, a

²⁴⁰ O autor tem consciência de que o fenómeno não era geral, ao dizer que “Ha, porém, quem confunda (e eu sou d’esse numero) *ãi* com *em* (...)”; cf. p. 19.

saber, ái, áu, éi, êi, êu, iu, ói, ôi, ui (ex. *caixa, pauta, cordeis, peito, arpeu, comeu, feriu, joia, boi, fui*), menos um (*ôu*) do que o cirurgião de brigada, mas, ao invés dele, não aceita a existência de verdadeiros ditongos nasais em português, antes considerados como sinéreses, ou seja, sequências de vogal nasal e vogal oral; o polígrafo discorda também de outras descrições realizadas por Barbosa Leão, em especial as relativas à abertura da vogal nasal dos ditongos [ãj], [ãw], [õj], e à realização de [ẽj], correspondente às grafias <em, en>, na língua padronizada, tanto mais que o Visconde de Castilho (António Feliciano) já não distinguia *bem* de *mãe*, apesar do seu apurado ouvido de cego.

Santos Valente e Almeida (1886) identificam com clareza os ditongos orais dos nasais e conseguem reduzir a heterografia patente em outros ortógrafos: dos primeiros, referem [aj], [aw], [ej], [ew], [iw], [ɔj], [oj], [uj], grafados como <ae-ai, au, ei, eu, iu, oe, oi, ue-ui>, de acordo com os exemplos *pae, fataes, vai, arauto, cauto, rei, peito, meu, europeu, viu, heroe, boi, pois, constitue, fui, intuito* (pp. 8-9), aos quais acrescenta ainda na qualidade de ditongo e sem qualquer esclarecimento acerca da sua realização, o “ditongo” <ou>, em *dou, grou, amou* (p. 9); às duas grafias do ditongo [aj] conferem valor morfogramático, à semelhança do par gráfico anterior, uma vez que a primeira marca os nomes, por oposição aos verbos (*pae-vai*); dos nasais, aponta [ãj], [ãw], [õj], [ũj], representados por <ãe-ãi, ão, õe, ui>, grafias entre as quais não inclui <-am>, não obstante aceitar a distinção morfogramática entre esta grafia e <ão> – uma representa o ditongo átono final, seja em formas verbais, seja em formas nominais (*amavam, amam, Christovam*, p. 9), e o outro, o ditongo tónico final (*cão, furão*). Ainda no campo dos ditongos nasais, estes ortografistas reconhecem o ditongo [ãj] nas grafias <em-en>, em final de palavra, como resultado da diferenciação de [ẽj] (*bem, tambem, convem, vantagem*, p.10). Três anos antes, esta realização fora referida pelo fundador da fonética portuguesa – Gonçalves Viana –, que a descreve e localiza nos termos seguintes:

“Des diphthongues nasales *ãi, õi, ãü* s’écritvent *ãe em en...*, *õe, ão am* (...). Dans le sud du royaume (Alemtejo et Algarve), aussi bien que dans le Brésil, *em* est différent de *ãe*, y étant prononcé *ãĩ*, ce qui est certainement sa valeur primitive, exprimée par

l'ancienne orthographe ãe. A Lisbonne, ainsi qu'à Coimbra, cette diphtongue ãi a tout à fait disparu" (pp. 10-11)²⁴¹.

Porém, relativamente a *em-*, *en-* iniciais, nas palavras *embora*, *entrar*, Gonçalves Viana (1904) não lhes atribui, em geral, uma realização [ĩ], mas sim [ẽ], valor de que não restam dúvidas, a julgar pelas seguintes observações:

“Consiste essa inovação em escrever com **im**, **in**, iniciais, não só vocábulos latinos de introdução artificial moderna, mas também um sem-número dêles, das oriens da língua, e que sempre forma escritos, tanto em Portugal como em Espanha, como *em*, *en*. Esta inovação imprudente abranje até algumas palavras que na sua flecsão veem a receber acento nessa vogal inicial, que portanto já não pode ser escrita com *i*; ex.: o verbo *entrar*, escrito **intrar**, não obstante as formas *entro*, *entra*, *entre*, etc. (...). Creio que actualmente haverá poucos homens de letras que sigam esta escrita, a qual carece de fundamento lójico, e não representa a pronúncia geral, pois no sul do reino (Alentejo e Algarve) essa sílaba inicial átona é proferida ã e não ĩ, como acontece no centro e norte. Entendo, pois, que tal alteração não merece ser imitada nem aprovada” (1904, p. 98).

O brasileiro Carneiro Ribeiro (1881/1890), depois de propor uma distinção entre os ditongos cuja vogal prepositiva (a primeira) é tónica (crescentes), e aqueles em que ela é átona (decrecentes), aponta as seguintes grafias <ae-ai, ao-au, ei, eo-eu, io-iu, oe-oi, ui-uy; oa-ua, ue-ui, uan-uen, uim-uin>, coincidindo em parte com o gramático anterior.

Dos testemunhos compulsados acima, depreende-se uma tendência progressiva para a redução da heterografia por via da anulação de antigas distinções entre grafias como por exemplo <au-ao> e <eu-eo>, sendo que as segundas vão deixar de funcionar como variantes posicionais das primeiras.

²⁴¹ Em 1892, apesar de mencionar quatro ditongos, a saber, *ãi*, *ẽi*, *õi* e *ũi*, repete a mesma explicação: “O ditongo em, (*ãe* como dantes se escrevia e bem) é, de Lisboa a Coimbra, igual em valor de *ãe*, isto é, profere-se *ãi*; no norte, em geral, e em parte do sul do reino, do mesmo modo que no Brasil, vale *ẽi*, e em alguns pontos do Alentejo simplesmente *ẽ*, que era talvez o seu valor primitivo” (p.53). Acrescenta ainda a propósito da pronúncia brasileira: “Posso citar um exemplo notável de teimosa, espontanea e inconsciente persistencia de typo brasileiro de pronuncia: uma senhora, vinda para Portugal aos onze annos, e educada em um convento nas immediações de Lisbõa por mestras portuguezas e estrangeiras, conservava aos dezoito annos ainda o ditongo *ẽi*, substituindo *ãi* (*em*), não obstante os motejos que êsse brasileirismo provocava da parte das pessoas que com ella conviviam (...). Êsse valor dado a *-em* é um dos poucos restos de archaismo portuguez que teem perdurado no Brasil” (p.95). Em 1904, confirma: “Em Lisboa o ditongo *ẽi*, escrito **em**, tem o mesmo valor que o ditongo *ãe*, isto é, *ãi*. No norte do reino ou se profere como em Lisboa, ou conserva a vogal tónica nasal o seu antigo valor *ẽ*. No sul, Alentejo e Algarve **em** vale por *ẽ*, convém saber, é vogal e não ditongo” (p. 30).

5.4.2. Diacríticos

Como aspecto complementar ou auxiliar da doutrina relativa à representação do vocalismo, os diacríticos revestem-se do maior interesse, na medida em que confirmam a natureza dos sistemas gráficos em que aparecem, ao mesmo tempo que denunciam sistemas mais etimologizantes ou mais fonetizantes em função da frequência desse sinais. De facto, essas duas correntes estão atestadas nos ortografistas oitocentistas, cujos sistemas gráficos corroboram a nossa intuição de que a uma pesada componente etimológica corresponde sempre um menor aparato acentual, por contraste com os sistemas fontecizantes que, aliviados dessa carga, tendem a valorizar a acentuação.

Em todo o caso, partimos aqui da tríade acentual tradicional (cf. supra, I, 3.4.), constituída pelos acentos agudo, grave e circunflexo, cujas funções visam reduzir a homografia e a ambiguidade semântica. A estes, somam-se outros diacríticos, embora nem sempre com funções similares às daqueles, como sucede por exemplo com o til ou o trema, quer este recebesse a denominação de diérese, ápices ou cimalha.

Ao contrário do que *a priori* possa concluir-se, se percorrermos as fontes oitocentistas aqui consideradas, verificamos que, em matéria acentual, tanto as doutrinas quanto as práticas são reveladoras de um ideário que não se restringe ao plano gráfico, mas tem também carácter linguístico, motivo por que atentaremos não só nos principais sistemas de acentuação e nas suas variações como também no ideário eventualmente subjacente a cada sistema ou corrente. Antes de mais, sublinhe-se que o conceito de “acento”, tal qual é exposto pelos ortografistas, assume três vertentes: 1. o acento prosódico confundido com o acento gráfico, como manifestação da chamada sobreposição das substâncias dos dois planos; 2. o acento como marca estritamente gráfica, distinto portanto das inflexões da voz.

Seguindo o fio cronológico, vejamos a seguir as definições propostas pelos autores oitocentistas.

1807 (J. J. Caetano Pereira e Sousa): Sem apresentar uma definição do conceito de acento, o autor refere apenas as “(...) inflexões da voz, de que humas levantão o tom, outras o abaixão, e outras o levantão primeiro, e logo o abaixão sobre a mesma

masculino (*pórca-porco, tórta-torto*, *ibid.*), singular e plural (*córos-coro, fórnos-forno*, *ibid.*). Do mesmo modo, serve o agudo para assegurar distinções significativas fundamentais, por ex. entre formas verbais de pretérito e de presente (*amámos-amamos, andámos-andamos*, p.21), ao mesmo tempo que marca a sílaba tónica das formas do mais-que-perfeito da primeira e terceira conjugações, e bem assim a terceira pessoa do futuro do indicativo (*amára, amáras, partíra, partíras; amará, temerá, partirá*, p.22). Por outro lado, Fonseca prevê que o agudo identifique o acento secundário de plurissílabos com mais de quatro ou mais sílabas (*mézinha, prégadores, prócuração*, p.23), mas dispensa-o nas formas verbais da terceira pessoa pretérito perfeito (Ex. *amárão, temêrão, partíráo*, p.23). Menos frequente, o circunflexo marca, por sua vez, o timbre fechado das vogais tónicas (*sê, crês, vês; temêra, temêras, pôde*, p. 22).

O hibridismo da definição de acento (cf. *supra*), o papel da oposição entre os acentos agudo e circunflexo na distinção entre homógrafos, e a inutilidade ou o desuso do acento grave no sistema gráfico português são os três aspectos que imperam numa parte considerável de autores da primeira metade do século, como se viu pelos anteriores, aos quais se juntam Coutinho (1812, *Para-Pára-Pará*), Ferreira da Costa (1818, *lástima-lastíma, célebre-celébre, temêrão-temerão, amará-amára*, p.24), Apolinário (1831), Ventura da Silva (1834, *dúvida-duvida, emprégo-emprego, fôrma-forma, estás-estas*, p. 3)²⁴³, Cunha Portugal (1837, *amárão-amarão, amará-amara*), Bordalo (1842/1857), Barker (1843), Nunes de Andrade (1843), Alvernaz (1856), Cabral de Mendonça (1860)²⁴⁴, Roque da Fonseca (1860), Nunes Godinho (1866)²⁴⁵, Mascarenhas Valdez (1875). Tavares de Macedo (1834/1861) e Moreira e

²⁴³ Sem confiar na função esclarecedora do contexto em caso de homografia, o ortografista dá bastante relevo aos acentos na distinção dos homógrafos. Cf. p. 2: "(...) os Accentos Dominantes na lingua Portugueza são o Agudo, e o Circumflexo, e que só estes se devem aclarar, quando for necessario, porque indicão o tom mais baixo mais, ou menos alto conforme a pronuncia". E p. 7: "são duas as razões, porque se deve uzar dos Accentos. Primeira para evitar equívocos, e dúvidas: 2ª para dirigir, e auxiliar a pronunciação. E ainda que os Portuguezes facilmente determinem pelo sentido a significação das palavras, e quantidade das syllabas; com tudo não succede assim aos Estrangeiros, para os quaes he indifferente pronunciarem, v.g.: Póde, ou Pôde, Fôrma, ou Fôrma (...)".

²⁴⁴ Cf. p. 8: "Rarissimas vezes se usa do acento grave, e só pôde ter logar em vogaes que se devam pronunciar com um som totalmente breve e fechado (*Inclusivè, Exclusivè*)".

²⁴⁵ No discurso deste autor, a noção de acento ainda assenta na referência à quantidade. Cf. p. 13: "Accento breve: à, è, i, ò, ù...serve para gastar o menos tempo possível 'na pronuncia da vogal, ou da syllaba".

Sá (1860)²⁴⁶ não fazem a sobreposição dos planos fônico e gráfico, mas excluem o acento grave do sistema português, à semelhança dos anteriores.

Dos gramáticos, salientamos a doutrina acentual de Soares Barbosa (1822/1830), o mais influente gramático da primeira metade de oitocentos. O autor da mais célebre *Grammatica Philosophica* da língua portuguesa comenta o fraco uso da acentuação na escrita do seu tempo e a consequente delegação da resolução da ambiguidade no contexto, situação nada recomendável pelo menos durante a fase da aprendizagem da leitura. Por isso, nos livros escolares, em especial nos destinados à instrução popular, o gramático aconselha o recurso mais sistemático à acentuação gráfica, sobretudo para assegurar a distinção entre palavras homógrafas (*Pára-Para, bêsta-bêsta, gósto-gôsto*). O gramático associa o uso dos acentos agudo e circunflexo à oposição entre *á grande-a pequeno, é grande aberto-ê grande fechado-e pequeno, ó grande aberto-ô grande fechado-o pequeno* (p. 96), mas sem confundir o acento prosódico²⁴⁷, cujo tratamento desenvolvido figura no capítulo referente à *orthoepia*, com o acento gráfico: por um lado, indica casos em que o acento gráfico e o prosódico coincidem (*barrête, môco*); por outro, destaca a existência de vogais átonas abertas, para cuja grafia chega a sugerir a adopção de um diacrítico sotoposto, solução avançada em 1540 por Barros (cf. 2º vol., Anexo 1), ou, então, a duplicação da vogal em causa (*vaadío, preegar*), dado que o acento agudo serve habitualmente para assinalar a sílaba tónica²⁴⁸. Nestas condições, a posição doutrinal de Soares Barbosa prima pela moderação, em conformidade com a *Orthographia Etymologica* adoptada na sua obra, não obstante expor as regras gerais de um sistema alternativo àquela – a *Orthographia da Pronuniação* (pp. 77-84).

Barbosa Leão (1886), o reformador portuense, faz uso não distintivo da acentuação a título provisório, de molde a suprir a ausência de caracteres específicos para a representação das vogais, admitindo por isso mais do que um acento gráfico

²⁴⁶ Em vez do *tom* este ortógrafo refere a *força*. Cf. p. 19: “*Accento é um signal que se colloca sobre as vogaes para se pronunciarem mais ou menos fortes ou para a distinção do sentido de uma palavra de outra, quando tem as mesmas letras*”.

²⁴⁷ Cf. p. 39: “*Accento, que quer dizer Canto accrescentado á palavra, ou Tom, he a maior, ou menor elevação relativa, com que se pronunção as vozes, nascida da maior ou menor intensidade, que as fibras da Glottis dão a seu som*”.

²⁴⁸ Cf. p. 61: “*Porêm não succede ja o mesmo com as nossas tres vozes Grandes Abertas á, é, ó, quando nas palavras se achão antes da Syllaba aguda como em Vadio, Pregar, Sozinho e outras muitas. Preoccupado o accento pela Syllaba aguda, ja com elle se não podem notar as vozes abertas, que o precedem*”.

em cada palavra. Assim, ao acento grave cabe a função de assinalar a abertura de vogais átonas (*àivéca, òitávo, cadávèr, acèçãõ*); ao agudo cabe a identificação da tónica aberta (*á, é, ó*), e ao circunflexo a da tónica fechada (*ê, ô*). Entre as numerosas excepções a estas regras, contam-se as terminações em *er, ez, or, oz*, com vogal fechada, e em *al, el, ol*, com vogal aberta, que não carecem de acento, e as sequências vocálicas, às quais aplica o *trema* (cf. infra) em vez do agudo.

Ao invés do sónico e de todos restantes ortografistas, os filólogos Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu (1885) conferem ao acento a função de indicador sistemático da posição da tónica. Assim sendo, o agudo assinala <i> e <u> tónicos, depois de outra vogal (*país, reúne*), e <u> tónico seguido de vogal (*argúe, argúi*); o circunflexo inidica a tónica fechada de oxítonos, proparoxítonos e certos paroxítonos (*português, pêssego, modelo*). Em geral, os acentos estão ao serviço da distinção entre homógrafas (*fôsse-fósse, sêco-séco*): ao apontar a *pronúnciação alfabética* em posição átona, o grave tem valor diferencial, por exemplo nas contracções, nas átonas abertas e no <u> átono das sequências <qu, gu> (*à, crèdor, prègar, arguir, lingüística*). Na verdade, a estes autores fica dever-se a primeira tentativa sistemática de regularização da acentuação gráfica portuguesa, baseada nas características fonológicas da língua portuguesa, em vez de procurar reproduzir realizações particulares do vocalismo em função da sua distribuição. Por isso, esta doutrinal acentual não só diverge da de Barbosa Leão mas também das de Castanheira Neves (1879) e J. Félix Pereira. No intuito de melhor reflectir a realidade fonética, Castanheira cria inclusive um novo diacrítico, a juntar ao acento agudo e grave. De facto, afora estes os acentos tradicionais, para assinalarem respectivamente a tónica aberta e a tónica fechada, do sistema deste reformador consta o sinal (<), cuja orientação aponta o valor posicional dos grafemas <a, e, o>: ele indicará uma realização aberta, quando orientado para a direita (*acele=àquele, talvèz=talvez, direãu=direcção, ordenáiz=ordenais*), e uma realização fechada, quando voltado para a esquerda (*oviu=úviu, formozu=f_ormoso, dosura= doçura*)²⁴⁹. Esta solução demonstra até que ponto o autor tinha em vista mais a base fonética do que a base fonológica. Apesar de discrepar das descrições apresentadas por Barbosa Leão, J.

²⁴⁹ Na impossibilidade de aplicar o diacrítico aos exemplos, optámos por esta apresentação.

Félix Pereira não melhora as propostas do arauto do movimento sónico, já que a posição doutrinal é, no essencial, a mesma daquele.

À semelhança de alguns dos autores precedentes, o brasileiro Boscoli (1885) apenas postula o emprego do *agudo* e do *circumflexo*, ainda assim usados parcimoniosamente e só na sílaba final de palavra, em caso de ambiguidade, ou seja, para reduzir a homofonia (*mana~maná, povôa~Povoa*, p.13); o recurso ao acento grave é tido como prática desusada. A estes acentos, o ortógrafo brasileiro junta ainda o til, cujo emprego como marca da *supressão de uma nasal* situa inclusive no século XVII.

Santos Valente e F. de Almeida (1886), partidários da ortografia usual, conferem função distintiva aos acentos, mas com carácter excepcional. Em conformidade com a particular classificação destes ortografistas, os acentos, o til, e a cedilha são *signaes intraverbaes*, ou seja, sinais “modificadores” do valor dos grafemas aos quais se aplicam. Nos intraverbais, integram-se, por outro lado, o *hyphen*, os dois *hyphens*, o *trema* e o *apostropho*, cujas funções consistem em separar ou unir grafemas. O acento agudo realça a tónica dos oxítonos, terminados ou não em consoante (*amarás, amará, estás, javalí, café, avó*), dos monossílabos (*cá, chá, cór, lés*), das sequências vocálicas cujo primeiro elemento é aberto (*idéa, assembléa, céo, chapéu*), mas também distingue palavras homógrafas (*começo- começo, fóra-fora, devéras-deveras, déste-deste, séde-sede, córte-corte*), e marca a tónica dos plurais em *ís* (*funil-funís, barril-barrís*). O circunflexo serve para indicar a tónica fechada de certas formas verbais oxítonas ou não (*crê, crês, crêdes, vêdes*), a vogal fechada dos oxítonos (*mercê, você, bisavô, trisavô*), e para distinguir homógrafas (*rôta-rotá, pêlo-pelô, tôrno-torno*). Contudo, se o acento grave não tem utilidade no sistema destes ortógrafos, já o mesmo não se observa quanto ao *trema*.

5.4.2.1. Trema

Aos diacríticos do campo vocálico, junta-se o *trema*, designação oriunda do francês *tréma*. Durante um longo período figurou nos textos metaortográficos com duas denominações portuguesas e outras duas de origem grega – *apices* (do lat.

APEX, -icis), *cimalhas* (lat. CYMA, der. do gr. Kyma), por um lado, e *dieresis* ou *diastasi* (cf. supra, I, 3.4.), por outro.

Na verdade, a designação *trema* surge mais tarde, pois apenas aparece no discurso lexicográfico português apenas em 1874²⁵⁰, conquanto tivesse ocorrido décadas antes no discurso metaortográfico, por exemplo em Soares Barbosa (1822/1830), Barker (1843) e Nunes de Andrade (1843), sendo que este último, numa secção consagrada ao diacrítico, até antepõe o termo *trema* ao termo *dieresis*, para além de sugerir o seu emprego tanto para assinalar as sequências vocálicas heterossilábicas (*säude*, *aläude*) como para indicar que a vogal de <qu, gu> é articulada (*güardador*, *qüaresma*, p. 7). Vale a pena atentar no trecho em que Soares Barbosa explicita a origem da denominação deste diacrítico, cuja função pode ser substituída, em português, por um acento agudo:

“(...) para tirar toda a equívocação bom seria introduzir na nossa Orthographia o signal da Dierese chamado *Trema* pelos Francezes, que são dois pontos horisontaes sobre o *ü* quando tem valor, e fazer e mesmo no concurso das duas vogaes, quando fazem Diphthongo; e quando não, usando do mesmo signal na primeira vogal, quando não faz Diphthongo, como em *Rio* (Fluvius) e não, quando o faz, como em *Rio* (Risit). O que se deverá practicar sempre que o accento agudo esteja na primeira vogal. Estando porém na segunda o mesmo accento tira toda a duvida como em *Caia Caia*, *Teu Teúdo*, *Môio Moido*, *Lauda Alaude*, *Rui Ruina*, etc.” (pp. 65-66).

À medida que o século avança, a designação *trema* tende a prevalecer sobre as antigas denominações, em particular no discurso metaortográfico das últimas décadas de oitocentos, como se vê pelas datas dos autores em que esse termo, se não leva a palma sobre os restantes, aparece como alternativa: Matos de Noronha (1865), Nunes Godinho (1866), Mascarenhas Valdez (1875, *diástasi*, *diéresi* ou *trema*) e Santos Valente e F. de Almeida (1886, *trema* ou *apice*). Os dois últimos ortografistas salientam a sua escassa funcionalidade em português, embora o aceitem como sinal da *dierese* ou separação de vogais sucessivas (*saiüdade*), sobretudo na versificação, ou como equivalente do acento agudo na tónica de uma sequência (*alaüde*, *Ataüde*,

²⁵⁰ A data apontada diz respeito ao **Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza**, de Frei Domingos Vieira, t. 5º vol. Cf. A. G. Cunha, **Dic. Etim.**, 1994, p.786: “(...) Do fr. tréma, deriv. do gr. trêma, -atos “buraco, abertura, orificio”. A data apontada diz respeito ao **Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza**

p.71). Já na segunda metade do século, Figueiredo Vieira (1859) recomenda-o nas sequências vocálicas heterossilábicas (*saúde*).

No entanto, os termos *dieresis* ou *cimalhas* (cf. supra, I, 3.4.) encontram-se ainda presentes em ortografistas e gramáticos da segunda metade do século, a saber, Figueiredo Vieira (1859, *dierese*), Moreira e Sá (1862, *diérese* ou *cimalha*). Pelo menos na fase de transição, antes de uma reforma em que os diacríticos possam ser dispensados, Barbosa Leão atribui ao *trema* a função de marca das sequências vocálicas heterossilábicas (*reiterar, reunido, amiudado, proibir, destituição*, p. 7).

Com a denominação de *dieresis* ou *dous pingos*, a este diacrítico refere-se igualmente o brasileiro A. Luzes (1896), para quem o sinal serve para manter o som próprio das vogais (*paíño, paizano*, p. 46).

Apesar destas referências, a verdade é que o *trema* não conheceu grande circulação nos sistemas aqui em apreço.

5.4.2.2. Til

Ao âmbito dos diacríticos pertence também o til, cuja função principal consiste, primeiro, em suprir a nasalidade que deveria ser marcada por <m> ou <n> e, depois, ser marca de abreviatura e *acento nasal*. Afora a representação da nasalidade (cf. supra, 5.1.), o til apenas tem tratamento autónomo em Nunes de Andrade (1843), Coruja (1848, *acento nasal*), Moreira e Sá (1862), Santos Valente e F. de Almeida (1886), sendo que, de todos, os últimos são os mais prolixos ao descreverem as funções do diacrítico. Assim, na qualidade de sinal *intraverbal*, o til é descrito como *n sobreposto anterior todas as vezes que não fere a vogal seguinte ou tiver consoante adiante* (p.69), distinguindo-se, portanto, de <n> consoante (*romão-romano*). Em nome da tradição (uso), prescindem dele na representação do ditongo [ũj], ao contrário de <ão>, <ãe> e <õe>. Por outro lado, também em nome da tradição, o til constitui sinal de abreviatura (cf. infra, 6.2.4.).

5.5. Grafemas e consonantismo

O campo da representação consonântica envolve uma grande complexidade (cf. supra, I, 3.3.), devido à conjugação de duas ordens de factores: o elevado número de traços que permitem oposições no âmbito do sistema fonológico, por um lado, e, por outro, a ocorrência de abundantes situações de polifonia ou de heterofonia, em consequência de fenómenos que afectaram a correspondência dos planos fónico e gráfico. Na verdade, em conformidade com um fundo ideológico-conceptual que ultrapassa a mera questão ortográfica, as próprias estratégias de descrição da representação do consonantismo – uma, partindo das grafias para a descrição dos fonemas, e a outra, dos fonemas para as grafias – revelam formas diferentes de analisar os sons e de descrever o sistema fonológico, ao mesmo tempo que parecem corroborar os dados atinentes ao conceito de consoante e à evolução terminológica registada.

Examinaremos aqui os testemunhos mais relevantes, tanto para a compreensão da relação das unidades gráficas com as unidades fónicas como para a descrição do sistema fonético-fonológico da época em causa. Também aqui seguiremos o fio cronológico.

Assim, Pereira e Sousa (1807), praticante de um sistema gráfico de orientação fónica, visto minimizar a componente etimológica (redução das geminadas latinas, supressão de dos grupos consonânticos helénicos e latinos, assim como de algumas consoantes mudas, manutenção de grafias e de distinções gráficas históricas, etc.), sem contudo apontar para a fonetização na linha de Barbosa Leão, visa o equilíbrio ou compromisso entre as vertentes sincrónica (fonética) e diacrónica (etimologia) do sistema gráfico. Prescinde de uma descrição articulatória. São de referir sobretudo as observações respeitantes a <ch> e <x>, sendo que ambas as unidades têm a mesma realização em posição inicial [ʃ]; em posição interior (*sexo, nexo, reflexão conexão*, p.27), o segundo, embora com excepções mais copiosas do que a regra enunciada (*paixão, coxa, coxia, crucifixo...fixar*, p.27; *exorar, maximo, fluxo, exemplo, pretexto, prolixo*, pp.18-19), articula-se como [ks], pronúncia que cerca de setenta anos depois Barbosa Leão ainda não admitia, em nome conservadorismo ortoépico (1878, Colecção, onde dá a preferência à pronúncias *secho...conecção, covecidade*,

ficho, flucho, p. 58). Mas Pereira e Sousa nada adianta, porém, a respeito do valor do grafema <x> depois de vogal inicial. Quanto a <qu> e <c^{a, o, u}>, cujo uso estriba no critério etimológico, aquele ortografista nota que a articulação do suporte [k^w] ocorre geralmente junto de <a>; aceita, contudo, a sua realização junto de <e, i, o>, em palavras como *extorquir, frequente, iniquo, propinquo, tranquilo, sequestro*, diferentes de *questão, quintal, quotidiano, quociente* (p.24). Para além da falibilidade da regra, dada a insuficiência dos contextos no esclarecimento do uso daqueles grafemas, os exemplos demonstram, por outro lado, a flutuação ortoépica em casos semelhantes²⁵¹.

Poucos anos mais tarde, Luís Gonçalves Coutinho (1812), aplicando o critério etimológico e histórico, destaca os aspectos seguintes: o fenómeno dialectal de betacismo (*...em algumas Provincias trocarem o b com o V...*, p); a distinção articulatória entre <s> e <c> (*... a voz do c he fechada, e a do do s mais aberta...*); a distinção de pronúncia entre <ch> e <x>, incluindo, portanto, a africada palatal [tʃ] no português padrão (*...uzaremos de ch com som de x conforme a sua origem, cujo som se faz muito mais escuro, que o do x, como Chave, Chuva... e ainda ...quando parece ter voz de x, como chave, chá, chorar ...posto que esta voz he escura, e a do x he aberta...*); o valor de <z> final; insiste na distinção gráfica entre <I> e <J>, por um lado, e <U> e <V>, por outro, problema que ortipograficamente ainda se colocava, pelo menos em relação às maiúsculas, e ao qual continuarão a aludir os textos metaortográficos até bem avançada centúria, à semelhança do **Comp. Orthographico** (1812), Soares Barbosa (1822/1830), Cunha Portugal (1837), entre outros da primeira metade do século.

Para além da referência à realização palatal do grafema <x>, Coutinho atribui os valores [s], [z] e [ks], respectivamente em *Trouxe, Defluxo, Exame, Exercito, Exigir, Sexo* (p.84), aceitando, portanto, para a sequência <ex> uma realização ez. Quanto ao valor de <z> final, do depoimento de Coutinho não se pode inferir qualquer realização palatalizada, visto o ortografista mencionar uma sibilante [s] em formas como *Capuz, Diz, Noz, Rapaz* (p.85); no que concerne ao uso de <z>, por

²⁵¹ A este respeito, cf. J. Morais Barbosa, *Notas sobre a pronúncia portuguesa nos últimos cem anos*, **Biblos**, vol. LXIV, 1988, pp. 362-368.

oposição a <s>, são referidas as situações seguintes: <z> etimológico, nas formas de singular cujo plural tiver <z>, sejam nomes ou verbos (*Dizem-Diz, Luz-Luzes, Marquêz-Marquêzes*, pp.86-87).

Mais abundante em doutrina referente à representação do consonantismo é Rodrigo Ferreira da Costa (1818/1823), que pretendia conciliar harmoniosamente as três bases da ortografia portuguesa, a saber, a pronúncia, a etimologia, para a qual prevê diversos graus – certa ou verdadeira, provável, improvável, e falsa ou enganosa –, e o uso. Destaca-se, sobretudo, a exposição relativa aos valores ou ao uso dos grafemas <x> e <ch>, <c> e <s>, <g> e <j>, sendo que, de todos os grafemas consonânticos, o primeiro mereceu do ortografista maior desenvolvimento doutrinal, devido ao seu carácter polifónico, sugerindo até uma reforma em parte gráfica e em parte ortoépica, à semelhança, *mutatis mutandis*, do que a seu tempo virá a fazer o polémico Barbosa Leão (1878). Assim, se Ferreira da Costa aceita os valores [ks] ou [kz] em palavras como *luxo, prolixo, noxa, extranho, exaltar*, pronunciadas pelos doutos e polidos como *lucso, prolicso, nocsa, ecstranho, eczaltar* (1823, p.134), já nos casos em que representa [ʃ], tal como <ch>, chega a sugerir que, com algumas excepções (*paixão, feixe, peixe, xarope*, p.134), àquela grafia se prefira esta (*chadrez, chairel, enchada, enchovia, mecher*); no entanto, essa proposta não invalida a inclusão de [ʃ] na descrição dos valores do grafema <x>, a saber, [ks], [kz] e [ʃ], nas formas seguintes: *exposição, extorquir, pretextar, inexperto, orthodoxo, perplexa, reflexão, anexar; exame, exercício, existir, exordio, exhortar, inexacto; xadrez, xarope, Xantho, enxugar, enxame, mexer, paixão seixo, rixa* (1823, p.147). Mas, muito antes do cirurgião de Brigada, havia ainda quem insistisse em fazer corresponder a distinção gráfica a uma distinção de realização, que passava por uma obscura destriça entre o carácter *mais líquido* do *ch*, por um lado, e o carácter *chiente e menos líquido* de *x*, por outro lado, como observa Ventura da Silva (1834, pp.51-52). Dos depoimentos directos acerca do valor de <x>, ressalta o de Soares Barbosa (1822/1830), que identifica os contextos de ocorrência: o gramático aponta o valor [ʃ], em palavras como *Frôxo, Côxo, Báxo*, e em outras de origem árabe como *Xacoco, Xadrez, Xarel*; o valor [ks] em palavras de origem latina, como *Fluxo, Refluxo, Fixar, Sexo*, e [z] ou [s], quando está em posição intervocálica (*Exactidão*,

Exordio, Exequias, pronunciados como Eiz-actidam, Eiz-ordio, Eiz-equias, p.72), ou é precedido de <e-> (*Sexto, Explico, Exceder, que pronunciamos, como Seisto, Eisplico, Eisceder, ibid.*). Por último, <x> final equivale, por sua vez, a <-s> final. Quanto ao valor de <ch> e sua relação com o de <x>, Soares Barbosa, ao tratar da pronúncia e dos principais sistemas ortográficos – o etimológico e o de derivação –, faz corresponder o primeiro a uma africada palatal surda (...*como Chiante muda com o som de TCH á Italiana, p.82*), uma vez que descreve claramente a intervenção de um elemento oclusivo (...*hum chio mudo, que se não persebe, se não no instante mesmo da dezinterseptação da voz, que o mesmo órgão reprezava; como em Chove, ibid.*), ao passo que o segundo corresponde a uma fricativa palatal surda (...*hum Chio semivogal, que se deixa perseber ainda com o órgão escasamente fechado, como em Xofre..., ibid.*). Porém, Soares Barbosa alude ao fenómeno que conduzira à confusão entre a africada e fricativa, da qual resulta apenas [ʃ] na língua-padrão. Mas, ao contrário de Madureira Feijó, este gramático atribui o mesmo valor a <c^{e,i}, ç> e <s>, sem mencionar qualquer distinção de articulação: recorre também à origem latina e à história da língua para explicar os usos de uns e outro. Quanto à distinção entre <g^{e,i}> e <j>, a doutrina barbosiana exclui o segundo antes de <i>, do mesmo modo que restringe o seu uso, antes de <e>, a sete palavras: *Jejum, Jerarchia, Jeroglyphico, Jenolim, Jellála, Jantar, Jeropiga* (p.73).

Afora a oposição ortotipográfica entre <I-J> e <U-V>, sobre as quais fornece algumas regras, Ventura da Silva (1834) identifica quatro valores para o grafema <x>, nos diversos contextos de ocorrência: [ʃ], em *Xavier, Xadrez e Eixo, Faixa, Peixe*, cujo valor, em nome de um modelo ortoépico de vigência bastante duvidosa²⁵², difere portanto do valor do dígrafo <ch>, pois o *som de x he mais chiante, que o do ch* (p.51); valor de [z] em posição intervocálica, em *Exemplo, Exercito, Exercer, que se pronunção ezemplo, ezercito, ezercer e Exacto, Exame, Existir*; [ks], em *Complexo, Convexo*; valor de [s] em *Proximo, Syntaxe, Trouxe*,

²⁵² Cf. p. 91: Não obstante ser o som do x diverso do ch (...), muitos equivocão a Orthographia desta letra, escrevendo com ch palavras que se devem escrever com x, e vice versa, o que procede de não attenderem á pronunção; porque as palavras, que principião por x tem hum son chiante na primeira Syllaba, e as que começão por ch tem som mais fechado, ou líquido. Esta diversidade de sons he a regra mais segura para o acêrto no uzo do x, ou do ch, quando a elles se attenda; mas como muitos duvidão, aqui vão as palavras, que se escrevem com x inicial (...).”

Trouxemos, Juxtaposto, Sexta (pp.10-11). Quanto ao uso de <s, -ss-> e <c, ç>, a distinção entre uns e outros, que já não passa por diferenças articulatórias, assenta no critério etimológico e na analogia, mas Ventura da Silva rejeita <ç> em posição inicial, reservando-o para o interior de palavra. Por outro lado, na distinção entre <s> e <z> intervocálicos, com valor de [z], o ortógrafo socorre-se do critério etimológico e da composição para o primeiro, e, para o segundo, ao qual dá a preferência, o critério histórico ditado pela evolução fonética (ex. *fazer, dizer, trazer*); paralelamente, prevê que <-s-> possa corresponder a [s], quando um prefixo se junta a uma base com <s> inicial, na chamada *composição* (*Presuppor, Resentir*, p. 90). Do mesmo modo, <-z> assinala as oxítonas do tipo *Montanhez, Perspicaz, Veloz*, e respectivos plurais, embora Ventura da Silva nada adiante quanto à realização do grefema em posição final. O mesmo ortografista rejeita a sequência <ji> em proveito de <gi>, na representação de [ʒ], mas para distinguir aquele de <je> recorre ainda ao critério etimológico ou derivação, graças ao qual opõe *Geito, Gemer, Género, Gente*, resultantes das correspondentes latinas *Gestus, Gemere, Genus, Gens* (p.74), a *Jejum, Jejuar, de Jejunium, Jejunare* (p. 75).

Recolhem relativa unanimidade os contextos em que podem ocorrer <ç^e, i> e <ç^a, o, u>, correspondentes a [s], pelo que a atenção fica centrada sobretudo na distinção do uso de <s>, <-ss-> e <ç>. É de notar, por exemplo, a flutuação doutrinal no tocante ao uso do último em posição inicial: entre outros, adoptam-no nesta posição, ao contrário de Ventura da Silva (1834), Apolinário (*Çanefa, Çumo*, 1831, p.9), Cunha Portugal (*Çabujo, Çafar, Çafra, Çamarra, Çanefa, Çapatear, Çape, Çarça, Çargaço*, 1837, p.19), Bordalo (*Çafado, Çafra, Çanefa, Çapata, Çujo, Çumo, Çurra, Çurrão*, 1857, pp.11-12). Muito antes destes, já Pereira e Sousa (1807) o havia banido em favor de <s> nessa posição (*safra sapato sarça sumo sotão sujo, e não çafra çapato çarça çapato çarça çumo çotão çujo*, 1807), seguido depois por Soares Barbosa (...*aqueles que escrevem Çafira, Çanfonina, Çafar, Çapato, Çafra, Çamarra, Çanefa, Çarça, Çorda, Çorça, Çotea, Çumo, Çurriada, não tem porsí nem a derivação, nem a razão...* 1822/1830, p.73). Por outro lado, regista-se uma clara diminuição das alusões à distinção entre os valores (apicais e pré-dorsodentais) dos grafemas <s-, ss> e <c, ç>.

Também Tavares de Macedo (1834/1861) recusa o uso de <ç> inicial. Além disso, trata da sequência gráfica <qu>, cuja realização pode ser [k] ou [k^w], isto é, o suporte vocálico é articulado, embora com exceções (*Quatorze*, p.10), junto de *a* e *o*, mas também em *Aniquilar*, *Iniquidade*, *Inquinado*, *Inquinar*, *Sequestro*; recusa a sequência <ji>, sobretudo em posição inicial; atribui o mesmo valor a <ch> e <x>. Na doutrina deste ortógrafo tem especial relevo a descrição da palatalização da sibilante em posição final (sílabas fechadas e finais de palavras)²⁵³, grafada com <s> ou <z>, nos exemplos *Bancas*, *Torres*, *Basta*, *Toscana* (p.16) e *Cabaz*, *Marquez*, *Diz*, *Faz* (p.17). Não obstante ter sido referido pela primeira vez por Verney, em 1746 (cf. supra, I, 2.1.4.), e ser corrente na língua-padrão do século seguinte, este fenómeno de chiamento era poucas vezes mencionado nos depoimentos de gramáticos e ortografistas, possivelmente devido à preponderância do plano gráfico sobre o plano fónico, visto que os autores atentavam mais na codificação do sistema gráfico do que na pronúncia do seu tempo. De acordo com uma tradição resultante da aplicação da noção de “composição”, de base etimológica, Tavares de Macedo prevê que <-s> possa representar uma sibilante surda, em palavras construídas à semelhança de *Girasol*, *Presentimento*, *Resalvar*, *Resoar*, *Resurgir*, *Sobresair*, cujas grafias põem de manifesto o processo de junção de um prefixo a uma base com sibilante inicial. Por último, o ortografista aponta quatro valores para <x>: chiente, em *Xarope*, por exemplo; sibilante, em *Defluxo*; [iz] ou [iʃ], quando precedido de vogal, em *Exemplo*, *Exame*, *Exordio*, *Explicar*, e [ks] em *Convexo*, *Fluxo*, *Sexo* (p.18). A estes, acrescenta ainda a realização de <x> em final de palavra, equivalente à de <s> final, ou seja, certamente a uma chiente.

Da descrição de Cunha Portugal (1837) sobressai, por sua vez, a distinção de uso entre <s> e <c-ç>, com valor de sibilante surda, a respeito de cuja realização dissente de Madureira Feijó, que defendera pronúncias distintas (ápico-alveolar e pré-dorsodental) para <s> e <c^e.i>, as quais se tinham confundido na língua-padrão, havia muito, embora aquela distinção tivesse sobrevivido a nível dialectal. Outros

²⁵³ Cf. 1834, pp. 16-17: “O S pode ter trez pronuncias: uma que se chama sibilante, como em *Sabão*, *Santo*, &c.; outra que se chama *Zenida*, como em *Caso*, *Toesa*, &c.; e finalmente outra (a que se não costuma dar nomes) e que so no fim das syllabas (...). O S e o Z tem o mesmo som nas syllabas finaes (...)”. Para a explicação do fenómeno, cf. P. Teyssier, *História da Língua Portuguesa*, pp. 55-56.

aspectos referidos por Cunha Portugal são, por exemplo: 1. as realizações de <ch> e de <x>, que considera ainda distintas, pois o primeiro corresponde a um “som protraído, levemente aspirado, ferindo docemente as vogaes seguintes” (p.16), ao passo que o segundo é uma simples *chiant*e, sendo a confusão entre ambos característica de um falar pouco polido (...os que se apurão em fallar a lingua portugueza não distinguem na pronunciação estas consoantes dando-lhe o mesmo som, p.49); 2. a distinção de uso entre <g^{e,i}> e <j^{e,i}>, embora hesite entre os critérios propostos por Madureira Feijó e Soares Barbosa; 3. a distinção entre <-z-> e <-s->, com base nas respectivas origens; 4. a persistência da distinção ortotipográfica entre as figuras de <U> e <V>, sobretudo nas maiúsculas (...no principio de oração ou do discurso, e quando se usa de letra grande se confundão na escriptura portugueza, p.48).

Em Apolinário (1831/1843/1846), de novo se verifica a referência à distinção ortotipográfica entre <J> e <I>; admite, porém, que o primeiro figure junto de todas as vogais, excepto de <i>. Além disso, faz a descrição dos valores [j], [s], [iʃ], [ks] para <x>, em palavras como *enxó, paixão, xarope*, mas sem menção a uma realização distinta da de <ch>, por exemplo em *Chave, index, duplex, excelente, exame e fluxo* (1831, p.16). Já em Bordalo (1842/1857), afora a aceitação de <ç> inicial, como vimos acima, e a rejeição de <j> (*J. Nunca se dobra, nem se admite a syllaba Jí...*, 1842, p.125), há a registar sobretudo a indicação dos valores de <x>, a saber, [j], em *Paixão*, com pronúncia igual à de <ch>, e bem assim em *Convexo, Orthodoxo, Paradoxo, Paralláxe* (1857, p.32-33); [ks], em *Sexo, Fixo, Prefixo, Sexagésimo* (1857, p.33), e [s], em *Aproximar, Auxilio, Complexo, Connexão, Connexo, Crucifixo, Defluxo, Inflexivel, Influxo, Laxo, Maxima, Paroxismo, Perplexidade, Praxe, Reflexão, Reflexo, Sintaxe, Trouxe* (1857, pp. 33-34). Contudo, depois de <e-> não admite valor de [z] em palavras como *Exalta, Exerce, Exime*, embora pareça soar como tal, por ser uma *letra dobrada*. Na doutrina de Bordalo merece realce, por outro lado, a diferente distribuição de <z> e de <s>: assim, um parece associado à noção de tonicidade, pois ocorre em sílaba tónica (longa), e o outro em sílaba átona, como se vê nos pares *Capáz-Cápas, Faláz-Fálas, Marquêz-Márques* (pp. 34-35).

Com respeito aos anteriores, Barker (1843) nada acrescenta quanto à pronúncia do seu tempo, apesar de citar frequentes vezes a **Eschola Popular de Primeiras Letras** (1796), de Soares Barbosa, em particular o seu capítulo referente à *Ortografia Popular*. Ainda assim, repete a distinção ortotipográfica entre <u> e <v>; aceita <ç> inicial (*Çumo*, p.4), atribui o mesmo valor fricativo palatal a <ch> e <x>, e outro tanto a respeito de <c> e <s>, correspondentes à mesma sibilante, sendo que o uso de uma e outra grafias determinado pelas suas etimologia; mas, em nome do processo de “composição”, aceita que <s> intervocálico represente uma sibilante surda (*Proseguir, Presentir, Presuppôr, Resalto, Resoar...* p. 7). Quanto aos outros valores de <x>, conquanto repise descrições precedentes, introduz variações ortoépicas nos exemplos aduzidos pelos autores anteriores: assim, para a sequência <ex->, o ortografista indica a pronúncia [iz] em *Eisacto, Eisemplo, Eisigir, Eisorar, Eisultar* (pp.7-8), por oposição à pronúncia de *Seisto, Seistante, Seistilha, Seistogenito* (p.23); nuns casos, admite três alternativas, e, em outros, apenas duas, como se vê em *Axiôma, Aciôma* ou *Acsiôma; Reflexão, Refleção* ou *Reflecsão; Fluxo, Flucso* ou *Reflucso; Reflexo, Reflesso* ou *Reflecso*, por um lado, e *Sexo* ou *Secso*, por outro; por último, em nome do uso, aceita as realizações *Trouce, Troucêste, Troucêmos, Troucêrão, Troucesse, Troucêssemos, Troucêr, Troucêrmos* (ibid.).

O brasileiro Coruja (1848) não altera os dados anteriores: salienta a homofonia de <ch> e <x> na língua-padrão, conservando-se, porém, a antiga oposição entre a africada palatal e a fricativa palatal a nível dialectal, na região portuguesa de Trás-os-Montes (*Tchave, Tchapeo, Catcho*); atribui a <x> as realizações *is, iz, [s], [ks]*, em *Experiencia, Excesso, Extenso, Estremo, Sexto* e *Mixto*, pronunciadas como *eisperiencia, eixcesso, eixordio, eistenso* e *misto*; em *Exame, Exordio, Exemplo, Eximir*, proferidas como *eizame, eizordio, eizimir*; em *Axioma, Proximo, Trouxe*, realizadas como *assioma, prossimo, trousse*; por fim, a pronúncia de *Nexo, Sexo, Connexão* é *néqço, seqço, coneqção*. Coruja indica as posições de ocorrência de <s>, <-ss->, <c> e <ç>, em função da analogia com a matriz latina, e, ao mesmo tempo que considera antiquado o uso do último em posição inicial (*Safra, Sumo, Sapateiro*, p.17), estipula que em *Altisono, Girasól, Presuppôr, Proseguir, Resalva* <-s-> tenha valor de sibilante surda pelas razões já apontadas.

Com respeito à distinção entre <x> e <ch>, Claro da Silva e Souza (1849) introduz uma nota dialectológica, relativa à extensão da antiga africada palatal [tʃ], localizada apenas no *reino da Galliza, nas provincias, Beira, Minho, Tras-os-montes, e inda se encontra em Coimbra, onde a longa rezidencia da Minerva Portuguesa não pôde inda destruir o vicio antiquado no pôvo* (p. 23), por se ter registado um desafricamento que está na base da homofonia daquelas duas grafias, visto ambas corresponderem a uma fricativa palatal surda [ʃ] na língua-padrão. O ortografista identifica ainda o valor [ks] de <x>, em vocábulos como *Macxima, Secso, Acsioma* (p.26).

De naturalidade minhota, Figueiredo Vieira (1859) refere a “confusão” entre *b* e *v*, sem esclarecer o estatuto do fenómeno, e aponta, por isso, as principais terminações em que existe uma fricativa lábio-dental, sonora e não uma oclusiva bilabial sonora; pelo mesmo motivo, apesar de os considerar equivalentes, admite que <ç> e <s> ainda tenham realizações diferentes (...*por soar como (ou quase como) elle...*, p.33). À semelhança dos ortógrafos anteriores, também em nome do critério etimológico ou da analogia, Figueiredo Vieira aceita o valor surdo de <-s> (*presuppor, resentir*, p.49); finalmente, atribui a <x> três valores: [ʃ], *es* e [z], em palavras como *xaque; extremoso; exercito, exempto*.

No **Methodo Portuguez Castilho** (2ª ed.1853) encontram-se também aspectos curiosos da descrição do consonantismo: assim, no campo da representação das sibilantes, o pedagogo atribui quatro valores ao grafema <s>, a saber: sibilante surda em início de palavra (*ç surdo*), sibilante sonora em posição intervocálica, fricativa palatal surda em fim palavra e de sílaba (*devaxtãdu, gluriózax*), e fricativa palatal sonora, em fim de sílaba, junto de consoante sonora (*asma, asna, osga, Israel*, p. 79). Já o grafema <z> pode realizar-se, por sua vez, como sibilante sonora ou como palatal surda, neste caso, em final de sílaba; por último, <x> corresponde a [ʃ], [s] e [ks], por exemplo em *Xenophonte, Próximo e Convexo* (p.81).

Da doutrina do açoriano Fernes Alvernaz (1856) apenas ressalta a descrição das realizações de <x>, embora repita versões anteriores: vale [ʃ] em *xadrez, xarel, xaropar, xarope e xofre*; realiza-se como *eis* (*exame, exemplo*), quando antecedido de <e>; pronuncia-se [ks], à maneira latina portanto, em palavras como *reflexo*,

connexo, diferentes de *reflexão* e *conexão*, nas quais tem valor de [s], alteração que justifica pela “maior suavidade” desta última pronúncia relativamente à anterior (pp.38-39). Apesar de Vaz Velho (1856) discorrer sobre a doutrina dos ortógrafs portugueses, a sua descortina-se pela prática do autor, que ora se revela reformador, ora conservador: assim, por um lado, neutraliza a oposição entre <s> e <z> em contexto intervocálico, quando adota regularmente <-z-> (1º Serão, *dezejam, prodioza, metafizica*, p.18, *filozofia, precisão*, passim), em nome do critério da pronúncia; com valor de sibilante surda, <x> é substituído por <-ss->, em *sintásse*, tal como defendera Couto e Melo (1818), muito visado pelas suas críticas; suprime grafemas desprovidos de valor fónico (*horizontalmente, direta, objeto, adotou, exata*, passim), mas mantém grafias como *he, hum, huma* (passim), pseudo-etimológicas, ou *inherente, recahissem*, etimológicas. A estas soluções, acrescenta-se ainda a descrição do valor de <x> em outros contextos, distintos dos anteriores: na sequência <ex->, aponta-lhe a realização *eisceto, eistinto, eisceder*; quando intervocálico tem valor [z] (*eizemplo, eizercicio, eizodo*), mas em *refluxo, sexo, nexo* realiza-se como [ks].

Embora milite na corrente etimológica, a doutrina de Roque da Fonseca (1860) tem interesse por identificar nitidamente os contextos de ocorrência da palatalização da sibilante em sílaba interior ou em final de palavra (*som de X...antes das consoantes C, F, J, P, Q, T... Carlos, Esforço, Desjujuar; som de J... antes das consoantes B, D, G, L, M, N, R, V... Lisboa, Desdita, Desgraça, Islamismo, Israel*, pp.13-14). Na mesma data, José Feliciano de Castilho (2ª ed.1860), o polémico autor do *Íris Clássico*, adota soluções bastante contraditórias, como a conservação de grafemas e dígrafos cultos (*doctos, orthographia, syntheticamente, proibindo, character*), e de grafias pseudo-etimológicas (*chordilleiras*), por um lado, e, por outro, a introdução de certas grafias, decorrentes da pronúncia (*incontrou, immaranha, ingeitados, sorriso, veiu*, passim), ou da etimologia (*edade, egual*).

Mattos de Noronha (1865) nada adianta em relação aos ortografistas precedentes, embora apresente algumas explicações curiosas: insiste na distinção articulatória entre <ç> (...*com a ponta da lingua tocando os dentes incisores de cima, como o pronunciam os castelhanos e os inglezes th...*), e <s> (...*com a lingua ajustada ás paredes internas dos incisores de baixo*, p.19), ainda que desfasada

cronologicamente das últimas alusões ao fenómeno, e atribui a realização fricativa palatal surda a <ch>, que considera uma influência francesa²⁵⁴, visto que o valor genuinamente português é a africada palatal [tʃ], oposta, por conseguinte, à fricativa grafada com <x>. Nesta linha etimológica, militam alguns dos seus antecessores, como Justino Pires, Alvernaz e Figueiredo Vieira. O mesmo poderá dizer-se a respeito de Nunes Godinho (1866), calígrafo e director do ginásio com o seu nome: não obstante ser concebido como uma “orthographia mixta”, o sistema do calígrafo nem reduz significativamente a heterografia (cf. supra, 5.4.1.), pelo menos no campo consonântico, nem deixa de acolher dígrafos greco-latinos, apesar de admitir grafias simplificadas (*Phleuma, Phrase, Theologia, Theatro*, p.10 vd *carta, corda, côro*, p.11).

Também na corrente etimológica, mas com descrição mais copiosa do que os últimos, em Mascarenhas Valdez (1875) são relevantes os depoimentos relativos à realização de <ch> como *palatal chiante x*, descrita como um som *protrahido lévemente aspirado (chave, chuva, chiar)* – a expressão encontrámo-la já em Soares Barbosa e em Cunha Portugal –, ao passo que <x> corresponde a um som *brandamente chiante (xadrez, xarafim, xarife, xacoco*, p.56); no entanto, faz corresponder este último grafema aos valores [ks], em *crucifixo, fixo, influxo* (i. e., *crucifcso, ficso, reflucso*), *eiz* em *exácção, exacerbar, exame, exequias, exigir, exórdio (eiz-acção, eiz-acerbar, eiz-acto, eiz-âme, eiz-equias, eiz-igir, eiz-órdio*, p.56), e [ʃ], em interior de palavra, depois de nasal e de ditongo (*anxiedade, enxáda, enxáguar, enxame; báixo, fáixa, amêixa*, pp.56-57). No plano estritamente gráfico, Mascarenhas Valdez substitui as grafias “desusadas”, a saber, <ç> inicial, <ji>, aos quais junta <x> final (*simplex-simples, duplex-duplices, index-indice*). Além da explicação histórica, a oposição gráfica entre <s> e <z> intervocálicos é esclarecida sobretudo pelos contextos em que deve figurar o segundo, em particular nos plurais de *az, ez, iz, oz* e *uz*, assim como nos sufixos nominais em *aza, eza, iza, oza, uza*.

Sonicista e relator da comissão portuense, Barbosa Leão (1875/1878/1886) apresenta uma curiosa descrição do que entende ser o consonantismo português do

²⁵⁴ Cf. p. 19: “(...) não é o da verdadeira pronuncia antiga portugueza, mas introduzido da franceza, como o segundo do C. O Ch portuguez pronunciando-se com o t ligeiro tx, como tambem o pronunciam os castelhanos, e os italianos o Ce, distingue-se perfeitamente da pronuncia do X”.

seu tempo (cf. supra, 2.1.2.), embora saibamos que a sua exposição privilegia rasgos de nível dialectal dialectal (da região minhota), ausentes da língua-padrão. De facto, como observámos antes a respeito do vocalismo (cf. supra, 3.4.), o cirurgião de brigada prevê determinadas soluções sónicas, devido à assunção de um modelo ortoépico vincadamente setentrional; ora, o mesmo se verifica na representação gráfica do consonantismo, pois o autor defende soluções que decorrem da generalização ao português-padrão dos traços da pronúncia do próprio Barbosa Leão, disposto muitas vezes a intervir mesmo em matéria de pronúncia. Assim, no campo da representação das sibilantes portuguesas, o reformador propugna, em nome da redução da heterografia, uma série de soluções encadeadas: sistemática representação de [z] por <z>, e conseqüente supressão de <s> intervocálico, com esse valor; ao mesmo tempo, <z> deixa de representar a sibilante final (*fás fês juís ferós lus*, 1878, p.138); pelo mesmo motivo, <x> já não representa [z] em palavras como *exame, exemplo, exito*, nem a consoante articulada junto de <e-> inicial (*sexto-seisto, exceder-eisceder, excitar-eicitar, ex-ministro-eis-ministro*, ibid.); por outro lado, propõe a substituição de <x> por <c-ç>, quando tem valor de [s] ou de [ks] (*máximo-mácimo, auxílio-àucílio, flexível-flêcível, reflexão-reflêção, conexão-conêção, reflexo-refléço*, p.139). Assim sendo, o grafema <x> é o exclusivo representante da fricativa palatal [ʃ], proscrevendo-se, portanto, o dígrafo histórico <ch>. Na verdade, para Barbosa Leão a condição prévia à criação de uma ortografia sónica é a fixação oficial daquilo a que chama a prosódia portuguesa²⁵⁵. É em nome dela que intervém ortoepicamente, sugerindo a substituição de [ks], na pronúncia culta, ora por uma chiante, ora por uma sibilante, realizações que julga serem o seu “valor próprio”. Devido ao desaparecimento, no português-padrão, da antiga oposição fonológica entre uma africada (*som consoante palatal duro explosivo*), representada mediante <ch>, e uma fricativa (*articulação palatal dura contínua*), grafada com <x>, ambas palatais surdas, suprime o dígrafo em proveito do grafema

²⁵⁵ Cf. 1886, p.136: “Com uma ortografia que seja sónica, ou com qualqu’r outra, não deverá uma língua ter prozódia determinada ? E quem determinará senão um congreso, ou este se xame Academia Real das Ciências ou conselho Jeral d’Instrução Pública, ou o constutua uma reunião de ômens de letras capaz para determinál-a ? e quem negará a ese Congreso o direito de, para a determinação d’êla, condenar os eros e corutêlas a que vimos d’aludir ? E determinada esa prozódia, por ventura não teremos todos obrigação de respeitál-a ? (...)”.

simples (1886, p.131), no sentido de uniformizar a representação da unidade da referida palatal, sem atender, por conseguinte, ao facto de a africada persistir numa parte da região setentrional do país. A propósito da flutuação da pronúncia de <x>, convém dizer que muitos dos exemplos aduzidos pelos autores citados poder-se-ão atribuir ao chamado efeito de retorno, isto é, à influência da grafia sobre a pronúncia.

Numa tentativa de isomorfismo entre grafia e oralidade, quer dizer, de restituir os grafemas a uma relação biunívoca com os fonemas, Barbosa Leão vai ao ponto de adoptar soluções curiosas, ainda que não tão revolucionárias quanto as de Castanheira Nunes (1879), ou as do brasileiro Paranhos da Silva (1879/1880): a representação da vibrante múltipla por meio de um grafema próprio < >, distinto do grafema <r>, correspondente à vibrante simples, para figurar quer em posição inicial (azão), quer depois de consoante ou entre vogais (i acional), contexto em que substitui o grafema duplo <rr>; Barbosa Leão cria ainda novos grafemas²⁵⁶, para grafar as palatal nasal e palatal lateral, embora, em rigor, se trate mais da adaptação do que da substituição dos grafemas históricos – um é atravessado por uma risca transversal (), no outro () os dois elementos tornaram-se num só. É claro que o sónico tivera de mandar fundir propositamente os tipos necessários à prática destas soluções gráficas, facto que explica que a ausência de ilustração da doutrina na **Colêção de Estudos** (1878), só aplicada de forma integral na **Gramática Portuguesa** (1886).

Em matéria de inovação grafemática, Castanheira Nunes (1879), que não se conforma com o primado do alfabeto, tradição linguístico-cultural partilhada pelos vários sistemas gráficos ocidentais, vai mais longe e é mais original do que o relator da Comissão portuense, ao criar grafemas e diacríticos adequados à fixação de um sistema de ortografia reformada em sentido “fonético”. Assim, no campo do consonantismo, não só propõe grafemas específicos para a representação de certos fonemas como também confere novos valores a grafemas herdados da referida tradição alfabética: entre as invenções de Castanheira Nunes contam-se as unidades < √, ɐ >, representativos, respectivamente, da vibrante múltipla em todos os contextos de ocorrência (tó√na “torna”, cu√eu “correu”, √ecriasão “recriação”, p.23)

²⁵⁶ A eles se referirá Gonçalves Viana, a propósito da transcrição de nomes de origem africana. Cf. *infra* III, 1.1.

e da nasalidade vocálica interior e final. Para restabelecer o antigo ideal das escritas alfabéticas e eliminar a heterografia fonemática, propõe um novo sistema de correspondências biunívocas, embora alguns casos ofereçam dúvidas. Sem atender à historicidade das grafias, às posições dos grafemas dentro do significante gráfico ou aos contextos, a representação da oclusiva surda e a sua correlata sonora faz-se por <c> e <g> (*cè* “que”, *cāi* “quem”, *pródigu* “pródigo”); Castanheira Nunes suprime, por conseguinte, as seqüências <qu> e <gu>; os grafemas <s> e <z> correspondem às sibilantes surda e sonora (*cabesa*, *caza*), mas o segundo, em final de palavra, serve também para grafar a sibilante sonora resultante da chamada fonética sintáctica (...*mezez*, *i...*, *famíliaz*, *acariasiadu...*, ...*fasez a...*”faces a”..., p.23), onde se realizaria como [ʃ] em função da fonotáctica, segundo descrição do próprio Castanheira Nunes²⁵⁷; todavia, não refere o caso de *vézte* “veste”, *amiguz*, *cè* “amigos que”, *izpetáculu* “espectáculo”, *dezgostu* “desgosto”; as palatais são grafadas, por sua vez, de forma exclusiva, por <x> e <j> (*axava*, “achava”, *xega* “chega”, *xapéu* “chapéu”, *vijò* “viajou”, *imajinária*, passim); <h> é suprimido quando tem valor zero (*avia* “havia”, *omãis* “homens”, p.25), como fazia Barbosa Leão, mas fica reservado para representar a palatal lateral [λ] (*fi haz* “filhas”, *óhuz* “olhos”, *bradar-he* “bradar-lhe”), em substituição do dígrafo histórico <lh>; do mesmo modo, a palatal nasal [ɲ] passará a ser transcrita por meio de <ñ> (*tiña* “tinha”), soluções que traduzem uma radicalização com respeito à posição do sónico portuense, que não chega, em rigor, a banir estes dois dígrafos, apesar de fundir os seus elementos num só tipo.

No mesmo ano em que vinha a lume a **Gramática Portuguesa**, do ardoroso e polémico arauto do sonicismo, Valente e Almeida publicavam a sua **Orthographia Portuguesa** (1886), na qual indicavam as bases de um sistema misto ou compromisso entre o critério da etimologia e o da pronúncia. Da convergência destes critérios, provêm, em matéria de representação do consonantismo, soluções contrastantes quer com as do cirurgião de brigada quer com as de Castanheira Nunes: assim, no campo das fricativas sibilantes, [z] é grafado por <z> e por <s>

²⁵⁷ Cf. p. 21: “Representei o x surdo, como se percebe em fim de *pés*, *paz*, *ex*, por z, attendendo a que esse x surdo se converte em z, quando se pronunciam rapidamente duas palavras, das quaes a primeira termina por esse x surdo, e a segunda começa por voz; em *as aves*, *os olhos*, *prados amenos*, e outras, o s final das primeiras converte-se em z, pronunciando-se claramente: *a-záves*, *u-zólhos*, *pradu-zamênos*”.

intervocálico, o primeiro dos quais se realiza como [ʒ] em final de palavra, devido à palatalização, fenómeno referido pelos gramáticos, mas também por <x>, antecedido de vogal (*coexistencia, exacção, exacerbar, exacto, exaggeração, exaltar, exame, execução, exilado*, pp. 130-131); com respeito à representação da sibilante surda [s], referem a grafia <s>, antes de consoante, distinguindo-a de <c>, a partir da matriz latina (por ex. *juízo, de judicium, cozinha, de coquinam, rezar, de recitare, razão, de rationem, esposo, de sponsum*, p. 23); em consequência da aplicação do critério etimológico, traduzido na chamada “composição” (*aguasal, altisonante, antesala, asymetria, catasol, contrasenha, deseccar, girasol, resaca, resumar*, pp.112-116), prevêem ainda a ocorrência do grafema <s> em posição intervocálica, com valor de sibilante surda; por outro lado, a mesma sibilante pode ser grafada por <x>, em palavras como *apoplexia, aproximar, auxiliar, axioma, equionoxio, maxima, paroxysmo, proximidade, syntaxe* (p.119). Para a representação da correlata sonora desta sibilante, para além de <z>, os autores indicam o grafema <s>, em contextos bem precisos – depois de consoante sonora e antes de vogal (*extrinseco, obsequiar, retransir, transacção, transe, transito*, p.117). A descrição dos valores do grafema <x> nos diversos contextos de ocorrência é das mais exaustivas, dado que os ortografistas salientam os seguintes valores: [ks] em palavras como *afixação, affluxo, amplexo, anorexia, axilla, circumflexo, complexo, crucifixo, defluxo, fixativo, infixo, influxo, intoxicar, laxo, lexicographo* (pp.120-121), ou [kz], em *exegeta, exegese, hexacorde, hexagono, hexametro* (p.134); [ʃ], em *ambidextro, contexto, excandecer, excavação, exceder, excelso, excepção, exceptivo, excursão, expedido*, cuja pronúncia diz ser como a de *s final*; em listas separadas, acrescentam o valor *eis*, patente em vocábulos com os prefixos latinos *ex* e *extra*, por exemplo *ex-cathedra, ex-causa, ex-officio, ex-professo, extase, extra, extramuros, ex-voto* (p.133), e o valor *kes*, em posição final, como em *borax, appendix, climax, duplex, index, latex, onyx, silex* e *thorax* (p.134). Quanto às grafias <g> e <j>, com valor de fricativa palatal sonora [ʒ], segundo Valente e Almeida, o critério distintivo é a *origem* (etimologia) das palavras (*imagem-rejeitar, longe-hoje*, p.17), critério às vezes contrariado por outro – o uso (*geito, geira*, *ibid.*). Com respeito à distinção entre a vibrante simples e a múltipla, não deixa de merecer uma nota o facto de os

Ao caso anterior, junta-se o das chamados grafemas “mudos”, ou seja, aqueles que, tendo deixado de ser articulados, sobrevivem no plano gráfico em virtude dos critérios predominantes em cada sistema: a etimologia, a flutuação da pronúncia, a sua relação com o timbre da vogal antecedente, etc. São de destacar, em particular, os autores que, afastando-se da posição mais conservadora e geral – a manutenção destas unidades gráficas –, assumiram a sua supressão. Precisamente nesta linha situara-se Couto e Melo (1817/1818), em cujo sistema foram abatidas todas as unidades que o autor entendeu serem desprovidas de valor, como se vê em *percêção*, *objeto*, *abstrata*, *colêção*, *intelétuaes*, *ácionado*, *tato*, *dições*, *adótada*, *sinaes*, (1818, passim), sendo que algumas delas, em vez da consoante, apresentam um acento gráfico para indicar a abertura da vogal. O critério que assistiu àquelas soluções é o mesmo que produz, embora em sentido inverso, as grafias de *sêija*, *vêija*: em nome da pronúncia, nestas verifica-se o acrescentamento de uma unidade gráfica.

No capítulo dos grafemas que ora são articulados, ora são nulos, importa observar como os autores avaliavam a relação dessas unidades com a realização da vogal antecedente. Assim, se atentarmos nos depoimentos relativos à pronúncia de palavras cuja grafia inclui um desses grafemas, mais do que as regras de uso de tais grafias, baseadas na analogia com a matriz latina, poderemos captar eventuais tendências da pronúncia, seja no sentido do emudecimento de algumas consoantes, seja no da reintrodução de outras, por acção do chamado “efeito de retorno”.

Assim, Álvares Pereira Coruja (1848) dá-nos conta de diversas realizações do grupo gráfico <çç>, seguido de A ou de O: em *Afflicção*, *Direcção* aquela sequência corresponde a uma sibilante, enquanto que em *Fricção*, *Convicção* equivale ao grupo consonântico [ks]; em *acção*, *collécçãõ*, *dirécçãõ*, *cócçãõ*, descreve a influência do primeiro elemento consonântico, mudo ou articulado, sobre o timbre da vogal antecedente, que em todos os exemplos aduzidos é aberta.

Ao grupo <çç^{a, o, u}>, em especial quando o primeiro elemento é mudo, Santos Valente e Almeida (1886) conferem função distintiva de terminações homófonas, pois é com base na grafia que os ortógrafos opõem, significativamente, as palavras derivadas de *dicção* (do lat. *dictio*, *contradicção*, *predicção*, *interdicção*, p.13), das acabadas em *dição* (do lat. *ditio*, *adição*, *audição*, *condição*); no entanto, apontam

casos em que se regista o grupo [ks] (*bisseccão, confecção, convicção, defecção, facção, fricção, infecção, intelleccção, introspecção*, p.89); a par destes, também indicam exemplos de [ks], grafado com <cc^e. i>, por exemplo *coccyx, faccioso, interseccional*. No respeitante a <ct>, apresentam uma lista de palavras com o grupo consonântico [kt], sem estar prevista a facultatividade da articulação da ocluviva surda: entre outras, assim sucede com *artichectonica, artefacto, bractea, circumspecto, coacto, compacto, complectivo, connectivo, convicto, defectivel, eclecticismo, edicto, effectivel, erectil, erecto, espectral, estupefacto, evicto, expectação, facticio, facto, factor, factura, ficticio, hectolitro, inductil, infecto, infracto* (pp.98-99). Menos numerosos são, no entanto, os exemplos referentes ao grupo gráfico <gn>, nos quais, à semelhança do anterior, o primeiro elemento é mera marca etimológica, desprovida portanto de valor fónico: *assignação, assignado, assignalar, assignar, assignatura, persignar, signal, sinalar, signaleiro* (p.102). A respeito destes grafemas mudos, sublinhe-se que alguns (*persignar*, por ex.) acabariam por ser repostos fonicamente, ou, se não foram reintroduzidos em geral, pelo menos desenvolveram pronúncias facultivas²⁶², como resultado da interferência da grafia sobre a pronúncia.

Adstrito à grafia de palavras de origem grega ou de estrangeiras, o grafema <k>, que já havia provocado debates entre os Latinos, cujos ecos chegam até nós pelos gramáticos renascentistas e seguintes (cf. 2º vol., I, 3.5.), é uma unidade gráfica excedentária ou parasitária, mesmo quando figura nos inventários alfabéticos. Apesar do seu infeliz destino, tanto no nosso sistema gráfico como nas ideias ortográficas relativas ao português, ele conheceu um momento de redenção no curioso sistema do açoriano António Moniz Barreto Corte-Real (1877), sónico radical (cf. supra, 2.1.5.), que o emprega em algumas das suas publicações para grafar a oclusiva velar surda em todos os contextos (*Kestõis urtugrafikas, kopia*

²⁶² Antes destes ortógrafos, João de Deus (1877) apontara, por um lado, a forma *assignação*, na qual a consoante é muda (p.97), e atestara por outro duas formas gráficas, correspondentes a duas pronúncias facultativas da palavra *persinár-se* ou *persignár-se* (p.530), figurando portanto em primeiro lugar aquela em que não ocorre a consoante muda; Gaspar Álvares Marques (1881), conformando a grafia com a etimologia (*assignação, assignado*, p.77), prescreve uma pronúncia sem a realização do grafema mudo (*assinção, assinado*), mas no caso de *persignár-se*, também com consoante muda, chega a aceitar a grafia *persinár-se* (p.402). Posteriormente, Gonçalves Viana (1909) só prevê a forma com a consoante recuperada – *persignar-se* e *persignação* (p.643).

d'akela, ke, kuando, passim). Esta solução, sem ser inédita no espaço ibérico, pois já fora aplicada à ortografia castelhana por um ortografista seiscentista, Gonzalo Correas, na **Ortografia Kastelhana nueva i perfeta** (Salamanca 1630; cf. 2º vol., **Anexo I**), é contudo inovadora no quadro das mais ideias relativas à ortografia portuguesa, embora o seiscentista J. Franco Barreto (cf. 2º vol. I, 3.5.) tivesse sugerido a sua adopção. Nos nossos dias, esta solução foi retomada por Jesús Mosterín²⁶³, em cuja proposta de reforma do sistema espanhol só cabe <k>, prescindindo dos restantes grafemas homofónicos deste. Entre nós, depois do sónico angrense, a “letra malquerida”²⁶⁴ voltaria a ser remetida para a casa das *letras inúteis*.

No domínio do consonantismo, merecem igual atenção os grupos consonânticos e os problemas colocados pela sua representação gráfica, quer eles sejam constituídos por consoantes iguais, quer distintas. Antes, porém, refira-se que no plano da grafia há que considerar o caso das chamadas grafias duplas, a maioria das quais, por assentar apenas na obediência ao critério etimológico ou ao critério histórico da derivação, não se realiza de maneira diferentes dos grafemas simples correspondentes, e isto é certo para <bb, dd, ff, gg, ll, pp, tt>, já o mesmo não se poderá observar relativamente a <-rr-, -ss->, cujo valor difere do das grafias simples no mesmo contexto, nem a respeito de <cc, mm, nn>, pois o primeiro destes elementos gráficos relaciona-se com a vogal antecedente. Nestas condições, trataremos primeiro das sequências que, decorrentes aplicação do critério etimológico, não se traduzem em qualquer alteração da correspondência biunívoca entre os planos gráfico e fónico, para depois focarmos aquelas em que o carácter duplo da grafia se representa ou manifesta de alguma maneira no plano fónico.

Quanto aos grupos consonânticos cultos, vale a pena destacar o depoimento de Ventura da Silva (1834) acerca da pronúncia de alguns deles, como <gn>: em lista ilustrativa do uso dos grupos gráficos <gm, gn, mn>, o ortógrafo assinala, de acordo com a pronúncia mais geral, as palavras em que o primeiro elemento das sequências carece de valor (*assignalar, assignar, malignar, persignar-se, sinalar, signáculo, signal, signaes*, p.46)

²⁶³ Vide, **Teoría de la Escritura**, Icaria, 1993; cf. em especial, pp.355-361.

²⁶⁴ A expressão é de Juan R. Lodares, em **História de las Letras**, Espasa, 1996, pp.115-124.

No Brasil, já na década de oitenta, também a representação consonântica deu azo a interessantes descrições, como a de Paranhos da Silva (1880), que descreve contrastivamente os valores de diversos grafemas em ambos os países.

Os dados acima confirmam que é no campo da representação das fricativas (sibilantes e palatais), que os ortografistas têm maior dificuldade no estabelecimento de um sistema de representação coerente. Duas explicações concorrem para esse facto, por um lado, a ponderação da história fonética do sistema, e em particular das realizações padronizadas e dialectais, e, por outro, a necessidade de inculcar coerência e eficácia ao sistema.

5.5.1. Diacríticos: cedilha

Tal como o til, a cedilha não está investida de correspondência directa com o plano alfabético, mas dota o grafema <c> de um valor diferente daquele que possui sem ela, ou seja, actualiza uma oposição gráfica e fónica entre <c> e <ç>, em determinados contextos. Do cast. *cedilla* ou *zedilla* (de zeda ou zeta²⁶⁵, designação da letra z, visto corresponder a um z sotoposto a c), houve, porém, quem lhe atribuisse outras proveniências. Assim, para só referir alguns lexicógrafos, Eduardo de Faria (1823-1860 ?; 1ª ed. 1849/ 2ªed. 1850-1853) atribui-o ao gr. *xeô* ou *skeô* (cortar)²⁶⁶, enquanto que A. de E. da Costa e Cunha (1883) e Cândido de Figueiredo (1899), por exemplo, remetem para o italiano *zediglia* (nome gr. da letra zeta)²⁶⁷, sendo que o primeiro integra-a nos “signaes de notação”, ao lado dos acentos, do til e do apóstrofo, como marca da *sibilante ou cedilha*.

O termo *cedilho*, variante de cedilha, surge igualmente para referir este diacrítico nos ortografistas Guedes Albuquerque (1820, *O cedilho, que se põe debaixo do (ç), para lhe dar o som de s. v.g. çapato*, p.129), Gonçalves Coutinho (3ªed.1819), e no gramático Domingos Lourenço (1860, *cedilha ou cedilho (,) he uma especie de virgula que se emprega no C para mostrar que sôa como S antes das vogaes A, O, U*, p.117). Precisamente na qualidade de diacrítico de um grafema

²⁶⁵ Cf. A. G. Cunha, *Dic. Etim.*, p. 169.

²⁶⁶ Cf. *Novo Dicc. da Ling. Port.*, vol. 2, p. 219.

²⁶⁷ Cf. *Manual do Examinando de Portuguez*, p.240, e *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*, vol. I, p. 271.

consonântico, dele se ocupam os ortografistas oitocentistas, como já haviam feito os de épocas anteriores. Pereira e Sousa (1807): “Cedilha hé huma pequena especie de pequeno *c* que se põem por baixo de *c* ordinario, quando em razão da etimologia se conserva o *c* antes de hum *a* *o* ou *u*, tudo não deve tomar então a pronuncia dura, que costuma ter antes destas tres letras. Esta palavra *cedilha* vem do Espanhol, aonde significa pequeno *c*. Assim escreveremos *açafate aço açude andaço (...)*” (pp. 29-30).

Sem descrever a figura ou significante, Moreira de Sá (1862) esclarece todavia o emprego da cedilha como diacrítico que garante a representação da sibilante surda em determinado contexto (*cedilha (ç) colloca-se debaixo do c para indicar que sôa como s, e antes das vogaes a, o, u...*, p.18). O mesmo farão Santos Valente e F. de Almeida (1886, *A cedilha só se escreve por baixo do c antes de a, o ou u, para lhe dar o som sibilante forte, que tem antes de e ou i*, p.64). Mascarenhas Valdez retoma, por sua vez, a linha descritiva de Pereira de Sousa, ao definir a cedilha como uma “especie de virgula que se põe por baixo do *c* antes de *a, o, u* tomando então o som de *s*”, repetindo inclusivamente os mesmo exemplos que aquele avançara – *açafate, andaço, açude* (p.65).

Às abonações dos ortografistas, acrescentam-se os nomes dos gramáticos que mencionam a cedilha: Reis Tavares (1853), Barreto Corte-Real (1859), Vallejo Espada (1861), Geraldês de Vasconcellos (1864), e a **Grammatica da Eschola Primaria** (1866), na qual a cedilha surge entre os “sinais literários”, expressão que compreende quer os grafemas, quer os pontemas de todos os níveis, Caldas Aulete (1864), Teófilo Braga (1870), que a denomina também de *z breve*, Luís de Sousa (1878), Silva Dias (1ª ed. 1876/3ª 1880), Bensabath (1882), Medeiros Botelho (1887), L. Bernardino Pacheco (1894), e J. A. Pessoa de Barros (1894).

À vista do número de referências a esta unidade gráfica, inseridas quer na pontuação, quer nos “outros sinais ortográficos”, fica demonstrado o seu carácter complementar do plano alfabético.

6. Plano extra-alfabético

A análise da doutrina expendida nos textos metaortográficos do século XIX não deixa dúvidas quanto ao desdobramento do plano extra-alfabético em três níveis – da palavra, da frase e do texto – que, embora hierarquizados, se articulam. De facto, a sua identificação é explicitada pela distinção, realizada por alguns autores, entre a “lexicografia” e a “logografia” (cf. supra, 4.), sendo que uma trata dos grafemas e a outra, dos pontemas, em sentido lato. O termo “logografia” remete precisamente para um plano intelectual no qual ocorrem relações lógicas entre unidades linguísticas de extensão variável e distintas correlações entre os grafemas e os planos fonético-fonológico e morfológico.

Detenhamo-nos, pois, no conceito de logografia, tal qual ele surge nos textos de ortógrafos e gramáticos portugueses.

Como já referimos (cf. supra, 4.), o primeiro a introduzir este conceito foi Caetano Pereira e Sousa (1807), que se apropria da doutrina expendida pelo gramático francês Nicolas Beauzée, na *Encyclopédie ou Dictionnaire des Sciences, des Arts et des Métiers*. Na verdade, toda a exposição doutrinal do nosso ortógrafo, em especial a respeitante à pontuação e a cada um dos pontemas, foi também ela retirada dos artigos enciclopédicos (art. *grammaire* e art. *punctuation*), assinados pelo mesmo autor francês. Vejamos, de seguida, os excertos que atestam o grau de dependência do texto português relativamente ao texto enciclopédico.

Encyclopédie, vol. 7, article <i>grammaire</i> (1765)	Noções sobre a Ortografia Portuguesa (1807)
L'office de la Logographie est de prescrire les regles convenables pour représenter la relation des mots à l'ensemble de chaque proposition, & la relation de chaque proposition à l'ensemble du discours (p. 845).	O officio da Logografia consiste em prescrever as regras convenientes para representar a relação que tem as palavras com o todo de cada propozição, e a relação que tem cada propozição com o todo do discurso. (p. 11)
Par rapport aux mots considérés dans la phrase, la Logographie doit en général fixer de choix des lettres capitales ou courantes; indiquer les occasions où il convient de varier la forme du caractere & d'employer l'italique ou le romain, & prescrire les	Quanto ás palavras consideradas na frase, de ve a Logografia fixar a escolha das letras capitães ou correntes, indicar as occasiões em que convém variar a forma do caracter, e prescrever as leis uzuaes sobre o modo de representar as formas accidentaes das

lois usuelles sur la maniere de représenter les formes accidentelles des mots, relatives à l'ensemble de la proposition. (ibid.)	palavras relativas ao todo da propozição (p.11).
Pour ce qui est de la relation de chaque proposition à l'ensemble du discours, la Logographie doit donner les moyens de distinguer la différence des sens, & en quelque sorte les différens degrés de leur mutuelle dépendance. Cette partie s'appelle <i>Ponctuation</i> (pp.845-846).	Quanto à relação de cada propozição ao todo do discurso, a Logografia deve dar os meios de distinguir a diferença dos sentidos, e de alguma sorte os diferentes grãos da sua mutua dependencia. Esta parte da Logografia se chama Pontuação (pp.11-12).

O confronto textual põe de manifesto a adesão do ortografista português à doutrina enciclopédica, traduzindo-a para português, ao mesmo tempo que confirma que à logografia cabe um importante papel no esclarecimento das relações entre segmentos dos enunciados escritos.

Integrados os diacríticos (*caracteres prozodicos*) na lexicografia, já na logografia incluem-se, por seu lado, não só as unidades pontuacionais (pontuação), como também as maiúsculas (de frase e de palavra), cujas definições são igualmente extraídas do artigo *punctuation*.

Encyclopédie, vol. 13, art. <i>Ponctuation</i> (1765)	Noções sobre a Ortografia da Língua Portuguesa (1807)
Ponctuation c'est l'art d'indiquer dans l'écriture par les signes reçus, la proportion des pauses que l'on doit faire en parlant (p. 15).	A Pontuação hé a arte de indicar na escritura por sinaes estabelecidos a proproção das pausas, que se deve fazer quando se fala. (p. 66) ²⁶⁸
Les caracteres usuels de la ponctuation, sont la virgule, qui marque la moindre de toutes les pauses, une pause presque insensible; un point & une virgule, qui désigne une pause un peu plus grande; les deux points qui annoncent un repos encore un	Os caracteres uzuaes da Pontuação são I. A virgula que denota a menor de todas as pausas, II. O ponto e virgula que designa huma pausa algum tanto maior, III. Os dois pontos que anuncião huma pausa ainda mais consideravel, IV. O ponto que denota a

²⁶⁸ Até o conteúdo da nota de rodapé desta página foi extraído do citado artigo. Confrontem-se, de novo, os dois textos: “Il existe un grand nombre de manuscrits anciens, où ni les mots, ni les sens, ni les propositions ne sont distingués en aucune manière; ce qui porteroit à croire que l'art de la ponctuation étoit ignoré dans les premiers tems” (*Enc.*, t. XIII, p.15) vs “Existem muitos monumentos antigos em que nem o sentido, nem as propozições se distinguem de maneira alguma; o que dá a conjecturar que a arte da Pontuação era ignorada nos antigos tempos, e que ella tem sido uma invenção moderna” (*Noções*, p.66).

peu plus considérable; & le point qui marque la plus grande de toutes les pauses (p. 16) ²⁶⁹ .	maior de todas as pausas, e em fim V. Os parentesis, e VI. Os pontos continuados. (p. 67)
---	---

Com base nas mesmas fontes, também o gramático A. C. Xavier de Quadros (1839) aceita o conceito de logografia²⁷⁰ para referir o plano extra-alfabético, como parte da ortografia que engloba a “escolha dos caracteres” e a “pontuação”. O conceito aparece de novo no discurso metaortográfico de Mascarenhas Valdez (1875), cuja definição de logografia ainda segue de perto a da Enciclopédia, mas menos literal e extensamente que a de C. Pereira e Sousa, dos três o mais apegado à fonte. Assim, em réplica tardia ao texto enciclopédico, a logografia é concebida por Mascarenhas Valdez como a prescrição das “regras convenientes para representar a relação que tem as palavras com o todo de cada oração, e a relação que tem cada oração com o todo do discurso” (p. 97), explicitando depois:

“quanto às palavras consideradas na phrase, deve a Logographia fixar a escolha das letras capitaes ou correntes, indicar as ocasiões em que convem variar a forma do character, e prescrever as leis usuaes sobre o modo de representar as partes accidentaes das palavras relativas ao todo da oração. Quanto à relação, de cada oração ao todo do discurso, a Logographia deve dar os meios de distinguir a differença dos sentidos, e, de alguma sorte, os differentes grãos da sua mutua dependencia. Esta parte da Logographia chama-se pontuação” (pp. 98).

A julgar pelas “coincidências” textuais acima apontadas, estes são os ortografistas que manifestam maior grau de adesão à fonte francesa; porém, outros gramáticos denunciam também o mesmo tipo de influências, como se vê em Sousa Dias (1804)²⁷¹ ou Soares Barbosa (1820/1830)²⁷², para só referir os mais interessantes.

²⁶⁹ Este inventário não inclui nem os parênteses, nem as reticências, ao contrário do inventário ortografista português, que não se limita, neste caso, a traduzir o original francês.

²⁷⁰ Cf. **Gramm. Filosofica**, pp.10-11: “A *Logographia* consiste nas regras precisas para a representação das palavras que devem compôr a *proposição*, e a exposição das *proposições* que devem ajunctar o discurso. É também do objecto da *Logographia* fixar nas *frases* o uso das letras *capitaes*; em que logares destas se deve mudar para o character de letra *italico*, ou *romano*; e ponderar as leis dos accidentes das palavras na *proposição* (*cujas são tambem do uso*): finalmente na reunião do discurso habilitar a *differençar* os sentidos e sua mutua dependencia, cousas estas que importão a *pontuação*”.

²⁷¹ Antes de Pereira e Sousa (1807), este gramático seguirá já de perto o texto da Enciclopédia, ao prever três tipos de sinais ortográficos: “Alem das letras vogaes e consoantes de que temos tratado, tem o uzo estebelecido certos caracteres para regular a pronuncia das palavras escritas, e para distinguir os diferentes sentidos que a união delas forma no discurso. Estes caracteres ou sinais

Cont. pág. seguinte.

Ao contrário dos precedentes, que concebem a pontuação como uma parte da ortografia, o gramático brasileiro M. de Araújo Maciel (1887) inscreve o plano extra-alfabético no âmbito da “Semeiologia” (i.e. a semântica), visto valorizar a função semântica e sintáctica das unidades deste plano. Ao tratar da “technica”, que consiste no “tractado semeiologico da leitura e dos signaes necessarios á interpretação do sentido da sentença” (p.301), este autor apoia-se sobretudo no critério sintáctico-semântico, sendo por isso constantes as referências à estrutura sintáctica dos enunciados, razão por que prescinde do conceito de pontuação. Por outro lado, na mesma secção, e sob a designação de “outros signaes technicos”, agrupam-se as restantes unidades extra-alfabéticas.

Afora as anteriormente indicadas, importa frisar que poucas são as definições directas do conceito de pontuação, dado que os ortografistas e os gramáticos se limitam a enumerar as unidades, denominando-as de “Partes em que se divide a Pontuação” (Gonçalves Coutinho, 1812; Bordalo, 1857), “Caracteres da Pontuação” (Apolinário, 1831), ou “Figuras ou Notas da Pontuação” (Sousa Monteiro, 1831), sem outras indicações. Ainda assim, recenseámos algumas, nas quais se regista o concurso ou a conciliação de mais do que um critério definatório – respiratório, pausal ou entoacional, sintagmático, sintáctico, semântico (cf. I, 4.2.) –, como a seguir se observará.

1809 - Pedro José da Fonseca: “Pontuação he hum sinal de que se usa na escrita para designar os lugares de hum discurso, onde se deve fazer pausa para distinguir as suas partes, e tomar a respiração quando se lê” (p.23). Do inventário apresentado, constam apenas seis unidades pertencentes à pontuação de frase propriamente dita, isto é, a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula, os *dous pontos*, os pontos *interrogativo* e *admirativo* ou *de exclamação*, dado que as restantes unidades – *Apostrofe* ou *apostrophe*, *a dieresis*, *apices* ou *cimalha*, *o risco* ou *linha de união* (pontuação de palavra), *o asterisco* e *o paragrafo* (pontuação de texto), junto com os parênteses ou

podem-se distinguir de tres sortes: huns que regulão a mesma expressão das palavras ou dos seus elementos, taes como o *Til*, o *Apostrofo*, e a *risca de união*; outros indicão a diferente elevação da vós com que se devem pronunciar as vogaes de que se compõem as palavras, e são os acentos *agudo*, *grave*, e *circumflexo*; outros em fim servem de indicar as diferentes pauzas que se devem fazer quando se lê ou fala para clareza do discurso, taes são as *virgulas*, e os *pontos*”, cf. **Gram. Port.**, p.24.

²⁷² Cf. **Gramm. Philos.**, p. 85.

ganchos –, são tratadas em secções específicas, a saber, as “Figuras orthographicas independentes das letras” (p.13-18) e os diacríticos (pp. 19-23).

1812 – F. P. C. (Novo Resumo de Orthografia): “Pontuação he huma collecção de certos signaes inventados para evitar a confuzão, tanto na escripta, como na leitura”. São dez as unidades apontadas, sem qualquer repartição por secções: *Virgula, Ponto e virgula, Dous pontos, Ponto final, Ponto, e interrogação, Ponto, e admiração, Parenthesis, Apostrofe, Divisão, Reticencia* (p.6). É de notar que este ortografista já prevê o uso simultâneo dos pontos de interrogação e de exclamação, sempre que a pergunta contenha uma entoação exclamativa (p. 8).

1831 – Apolinário (Resumo Orth.): “...Pontuação... para indicarem a cadencia, e proporção das pausas, que se devem fazer no discurso” (p. 21).

1838 – Anónimo (*Pontuação, Panorama*, 2/63, pp. 219-200; 2/65, pp. 234-36): “Pontuação é arte de indicar na escriptura, por signaes ou notas, a proporção das pausas, que devemos fazer, fallando ou escrevendo” (p. 219). Os seus “caracteres usuaes”, a saber, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto, representam uma gradação que vai da pausa menor até à maior, pelo que a vírgula indica uma *pausa quase insensivel*, cujo critério definicional é de base respiratório-entoacional, mais do que de base sintáctico-semântica, já que o articulista apenas no caso do ponto e vírgula recorre a este segundo critério, embora atenda também à duração das pausas (*Quando as partes principaes, em que uma proposição é dividida, são subdivididas em partes subalternas, devem estas ser separadas entre si por virgulas, e as partes principaes por ponto e virgula; pois que esse character indica uma pausa pouco maior que a da virgula...*, II, 65, p.235).

1843 – João Nunes de Andrade: “A Punctuação em geral não é outra cousa mais que Pontos e Virgulas e certas notas e signaes, com que nas Orações se distinguem as palavras, e se dividem as sentenças, a fim de se facilitar ao Leitor o sentido e verdadeira intelligencia, do que está lendo” (p. II); “Punctuação (vem do Latim Punctum) é Arte ou acção de punctuar signaes, a qual se emprega para marcar o sentido da Oração e os differentes sons, que se devem dar na inflexão da voz, que se lê” (p.1).

1848 – A. A. P. Coruja: “Pontuação he a disposição de certos sinaes que marcão as pausas que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz que deve pronunciar” (p.42).

1856 – Diogo Fernes Alvernaz: “Pontuação, a qual comprehende os pontos, e virgulas, de que se usa na escripta, dispostos e combinados nos seus lugares devidos (...)” (p.54).

1856 – A. Vaz Velho: “Pontuação....divisão de conceitos. Isto tem sofrido grande, e indiscreta alteração, pelo modernismo nos querer introduzir a Ortografia franceza, que não he a mais acertada, onde poucos conceitos de relativo se acham separados por virgulas, contra a Ortografia Romana, que nós seguimos” (2º Serão, p.2).

1859 (1ª 1844) – C. A. de Figueiredo Vieira: “Ponctuação é a arte de indicar na escripta, por meio de certos sinaes, as pausas que na leitura se devem fazer, para melhor intelligencia do discurso” (p. 52).

1860 – J. F. de Castilho (Barreto e Noronha): “Quanto à ponctuação, e disposição das linhas, considero-lhes dous intentos: – contribuir (não exclusivamente mas efficazmente) para apresentar aos olhos a distincção das orações, ou de seos membros – tornar mais claro o sentido, mais facil e elegante a leitura, graduando os signaes segundo a adhesão das ideas” (pp. 134-135); **1870**: “Pontuação é arte de indicar na escripta, por certos signaes de convenção, a proporção das pausas que o leitor deve fazer lendo, e tom e inflexão da voz” (p.5).

1860 – J. T. Cabral de Mendonça: “A pontuação é arte de indicar na escripta, por meio de certos signaes, a proporção das pausas que se devem fazer no discurso” (p. 36).

1860 – Roque da Fonseca: “Pontuação he o conjuncto de certos sinaes orthographicos, que servem para indicarem a cadencia, e proporção das pausas, que se devem fazer no discurso” (p.33), definição que repete *ipsis litteris* a de Apolinário (cf. supra).

1861 (1ª 1834) – J. Tavares de Macedo: “Pontuação...a Arte de indicar por signaes a distincção das palavras, as suas relações no discurso, e a sua devida entoação” (p.44).

1862 –A. Francisco Moreira de Sá: “Pontuação é a parte da Orthographia que ensina a notar as pausas e as intoações que se devem fazer no discurso” (p.13).

1866 – M. Nunes Godinho: “Pontuação é a disposição de certos sinais, que marcam as pausas, que o leitor deve fazer, quando lê, e o tom ou inflexão, que se deve dar á voz” (p.12).

1867 – Joaquim Freire de Macedo: “A pontuação é a parte da orthographia, que ensina a maneira de distinguir, e separar as diferentes partes e membros da oração, subordinando-os entre si, e empregando para isso sinais, que indicam ao leitor qual a pausa ou tom, que deve empregar” (p.218). Dela fazem parte os pontemas de frase, assim como o traço de união, o apóstrofo, o trema e os acentos agudo e circunflexo.

1875 – Mascarenhas Valdez: “Pontuação é arte de indicar na escripta por sinais estabelecidos, a proporção das pausas que se devem fazer quando se fala” (p. 100).

1885 – Ventura Boscoli, apesar de considerar que a pontuação não deveria ser parte integrante da gramática, dá prioridade à função sintáctica, acrescida da função pausal: “(...) a pontuação, que nos ensina a distinguir os periodos e as suas partes componentes, e as pausas necessarias á leitura –, faz parte da syntaxe” (p. 74).

1886 – Santos Valente e F. de Almeida: “Pausas e modulações....Tem [a voz], como a musica, suas pausas e para estas uns sinais convencionaes, que servem ao mesmo tempo para mostrar ao leitor a divisão e nexos das palavras e orações, facilitando a interpretação do sentido do que está escripto” (p. 75).

1889 - **Ortografia Simplificada**: “A pontuação serve para indicar por meio de sinais convencionais, o número e duração das pausas que se devem fazer quando se lê ou se fala, afim de tornar o discurso mais claro, separando as frases e os membros d’elas, segundo a ordem e ligação dos pensamentos (pp. 58-59).

Estas definições encontram paralelo nas de muitos outros gramáticos oitocentistas, de que são exemplo F. Soares Ferreira (1819), Midosi (1842), F. de Andrade Júnior (1844)²⁷³, Policarpo Wake (1851) Herculanio M. dos Reis Tavares (1853)²⁷⁴, J. António Dias (1854)²⁷⁵, F. Solano Constâncio (1855)²⁷⁶, Domingos

²⁷³ Apresenta um inventário constituído pela vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto final, p. de interrogação, p. de exclamação, *suspensão* ou *reticencia*, *separação* (–), *parenthesis*, a *linha de união*, as *commas* (“...”) e o *viracento* ou *apostropho*, cf. **Principios de Gramm. Port.**, p.288.

²⁷⁴ Na pontuação inclui, por sua vez, quer unidades da pontuação de frase, quer de palavra, quer ainda de texto: *virgula*, *p.* e *virg. dois p.*, *p. final*, *p. de interrogação*, *p. de admiração*, *parenthesis*, *asterisco*, *hyphen*, *signal de união* ou *linha de divisão*, *apostropho*, *diéresis*, *trema*, *apices* ou *cimalhas*, *virgula dobrada* » (a que muitos chama *ásphas*), *til*, *acc. grave*, *acc. agudo*, *acc. circumflexo*, *cedilha* ou *cedilho*, *reticencia*, cf. **Gramm. da L. Port.**, pp.45-46.

Lourenço (1860)²⁷⁷, D. José Maria Correia de Lacerda (1862)²⁷⁸, J. C. Fernandes Pinheiro (1870)²⁷⁹, E. Carneiro Ribeiro (1881/1890)²⁸⁰. As definições eram transmitidas de uns para os outros como paradigma definicional.

Diferem destas, as definições que, pela formulação ou pelo conteúdo, colocam a tónica nas funções sintáctico-semântica e sintagmática do sistema, das quais arrolaremos algumas.

1820 - Borges Carneiro: “Por pontuação se entendem certos sinaes estabelecidos para indicar as divisões ou partes do discurso, com o fim de declarar, e de mostrar a quem ler onde ha de fazer pausa e tomar respiração” (pp. 217-218). Distingue os “sinaes de pontuação”, entre os quais se contam os habituais pontemas de frase, das figuras, termo que recobre o til, como marca de abreviatura, o *apostrofe* ou *viraccento*, a risca ou linha de união, o *parenthese*, *ganchos* ou *colchetes*, a *dierese*, *apices* ou *cimalha*, as *duas virgulas unidas* (aspas), o asterisco, a *reticencia* e o parágrafo.

²⁷⁵ No âmbito da pontuação considera a vírgula, o p. e virg., os dois p., o ponto, o p. de interrogação, o p. de admiração ou exclamação, a *reticencia*, os *parenthesis*, o asterisco, o *hiphen*, o *apostrofo*, a virgula dobrada », cf. **Novissima Gramm. da L. Port.**, p.109.

²⁷⁶ Cf. **Gramm. Analyt.**, p.242: “Chama-se pontuação a disposição de certos signaes que marcão as pausas que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz”.

²⁷⁷ Cf. **Gramm. da Lingua Portugueza**, Margão, 1860, p.11: “He o conjuncto de certos signaes orthographicos que servem para separaçõ das clausulas ou periodos, e para distinguir os membros de que elles se compõem, indicando as pausas que se devem fazer para melhor intelligencia do discurso; convindo advertir que o sentido seria algumas vezes ambiguo se não se soubesse virgular”. Afora os pontemas implicados nesta definição, o gramático identifica ainda “outros signaes orthographicos”, como os *accentos*, o *apostrofo*, o *parentheses*, a *diéresis*, a *reticencia a virgula dobrada e a cedilha* (p.116); por outro lado, ao nível da pontuação de texto, na sua gramática aparece uma unidade que visa chamar a atenção para a informação essencial – a chamada *mãozinha* – , recurso tipográfico que aparece também em obras lexicográficas, como se vê no **Diccionario da Lingua Portugueza de Pedro José da Fonseca**, Feito inteiramente de novo e consideravelmente aug., de J.-I. Roquete (Paris, Em Casa de V^a J.-P. Aillaud, Guillard e C^a), de 1881, onde aquele sinal realça as entradas relativas aos galicismos, frequentes mas inadmissíveis.

²⁷⁸ Cf. **Comp. da gramm. port.**, 3^a ed., p.70: “Comprehendem-se n’esta designação generica certos signaes, que servem para marcar as pausas que se devem fazer na leitura para melhor se entender qualquer discurso”. Este conceito recobre quer os pontemas de frase, quer os de texto: ponto, dous pontos, ponto e virgula, vírgula, ponto e interrogação, ponto de admiração, parênteses, travessão (*linha horizontal*), as reticências, as aspás (*virgulas dobradas*), o asterisco e o parágrafo.

²⁷⁹ Cf. **Gramm. da Infancia**, 3^a ed., p.126: “pontuação...arte de designar por meio de certos signaes as pausas que na leitura se devereão fazer”.

²⁸⁰ Este gramático brasileiro alude ainda à definição enciclopédica; cf. **Gramm. Port. Phil.**, Bahia, 1881, pp. 97-98: “Pontuação é arte de indicar, por meio de certos signaes convencionaes, a proporção das pausas que faz quem falla ou lê. Estes signaes são de alguma sorte, como diz a *Encyclopedia*, as notas musicas do discurso”. Cf. também referência, p. 99.

1822/1830 - J. Soares Barbosa: “A Pontuação he a Arte de na escriptura distinguir com certas notas as differentes partes, e membros da oração, e a subordinação de huns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores, que deve fazer, e o tom e inflexão da voz, com que as deve pronunciar” (p. 85).

Sem recorrer ao conceito de pontuação, J. Teixeira de Vasconcelos (1857) confere, todavia, uma função predominantemente sintáctica aos pontemas de frase, ao tratá-los enquanto “caracteres representativos d’as differentes Partes do Discurso” (p. 444), que compreendem a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto interrogativo, o ponto exclamativo, os parênteses e a *parathése*, as comas, o traço e o asterisco (pp. 445-450). Também Moniz Barreto Corte-Real (1859), que dispensa o conceito de pontuação, dá a primazia à função sintáctica das unidades pontuacionais em detrimento da função respiratória, supletiva, sendo que o seu inventário (*caracteres distintivos das partes do discurso*, p.170) compreende igualmente as reticências, acrescidas às unidades expostas por Teixeira de Vasconcelos. De resto, tanto as definições dos pontemas como a indicação do uso respectivo uso decalcam quase *ipsis verbis* as expandidas por este gramático.

A mesma concepção da pontuação como “orthographia do discurso”, que havia sido expandida por Sousa Dias (1804), enfatizando a função semântica (evitar a ambiguidade), seguida da função pausal ou respiratória, aparecerá ainda em Vergueiro e Pertence (1861), para os quais a “orthographia do discurso” tem como objectivo “tornar claro o sentido, e marcar as pausas que se devem fazer, quando se lê” (p.146). Do seu inventário constam a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, o de interrogação e o de exclamação, a risca de união, a risca de separação, as aspas e os parênteses. Sem separação entre os pontemas de frase e as demais unidades extra-alfabéticas, os autores incluem na pontuação a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, o ponto de interrogação e o de exclamação, as reticências, que não recebem qualquer designação própria, a linha de separação, ou seja, o travessão, as aspas (») e os parênteses curvos e rectos.

O mesmo conceito ocorre ainda não só durante a primeira metade de oitocentos, por exemplo em Pereira Coruja (1848), gramático brasileiro que considera seis unidades pontuacionais, a saber, a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto e os pontos de interrogação e de admiração, cuja função consiste em

mostrar a “diversidade e nexos das orações” (p.43), como também na segunda metade desse século, designadamente em C. D. M. (1851, p.157: *Estes signaes mostram a diversidade e nexos das orações; e por isso a pontuação é a orthographia do discurso*), e em F. Mendes Pinheiro (1869). Para este último, por ortografia do discurso dever-se-á entender a “parte da orthographia que ensina a distinguir e separar as diferentes partes e membros da oração, subordinando-os entre si, e empregando para isso signaes que indiquem ao leitor a pausa ou o tom que deve empregar para aliviar a fraqueza do órgão da voz e facilitar a intelligencia do discurso” (p.164). Por isso, concede a primazia à função sintáctico-semântica em detrimento da função respiratória e pausal, ao invés do que sucede com o chamado paradigma definicional veiculado pela tradição. Desta feita, na “ortografia do discurso” integram-se, por esta ordem, a risca de união, o apóstrofo, o trema ou diéresis, os acentos, a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, os pontos de interrogação e de admiração.

1851 - Policarpo Wake: “serve para mostrar na escripta, as pausas que se devem fazer, para melhor se entenderem as orações” (p. 67). Além do núcleo da pontuação de frase, constituído pela *virgula, p. e virgula, dois pontos, p. de admiração, p. de interrogação*, inclui também a *reticencia, o angulo, os parenthesis, o guillemete, ou virgula dobrada, o asterisco, a linha horizontal (–) e o ponto final*.

Dos restantes gramáticos, compulsámos as definições seguintes:

1865 - Compendio de Grammatica Portugueza: “Pontuação é a parte da Orthographia que ensina a maneira de distinguir e separar as diferentes partes e membros da oração, subordinando-os entre si, e empregando por isso signaes que indiquem ao leitor qual a pausa ou o tom que deve empregar” (p. 88).

1866 - Grammatica Portugueza: “Ponctuação (...) a collecção de signaes orthographicos, com que na escriptura dividimos as diferentes partes do discurso, e indicamos na leitura as devidas pausas e inflexões de voz, para mais suavidade e intelligencia do que se lê” (p. 58).

1862 - Bento de Oliveira: “Chama-se Ponctuação a collecção de signaes orthographicos usados na escriptura para a divisão das diferentes partes do discurso, e para indicar na leitura e recitação as devidas pausas e inflexões da voz”. Não obstante esta definição genérica, o gramático apresenta um inventário que, sob a

designação de “signaes orthographicos”, engloba a *virgula, o puncto e virgula, os dois pontos, o ponto, o ponto de interrogação e o de exclamação, o parenthese, a reticencia, o travessão, a dierese, o apostropho, a virgula dobrada e a linha de união ou hyphen* (p.137).

1865 - Adriano Grivet autonomiza a pontuação (a quarta parte da gramática), separando-a da ortografia (a terceira parte): “Pontuação é arte de separar mediante signaes, não so os pensamentos escriptos, senão também as partes de que ellas se compõem, para por este meio marcar as pausas mais ou menos prolongadas que, na leitura, contribuem a uma enunciação correcta do discurso” (pp. 242-243).

1882 - Jacob Bensabath confere à pontuação uma função predominantemente sintáctica e semântica, ao ponto de a increver na Sintaxe, em cujo âmbito (...) *serve para designar, por meio de signaes convencionaes, as divisões ou os fins das frases (signaes objectivos), e o modo por que consideramos tal ou qual proposição, tal ou qual membro da proposição (signaes objectivos)* (p. 227).

1885 – Júlio Ribeiro: “Pontuação é arte de dividir por meio de signaes graphicos as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes.” A perspectiva do gramático é completada com a seguinte asserção: “A pontuação é para a sintaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso. *Os accentos são, pois, signaes lexeologicos; as notações da pontuação, signaes syntacticos*” (p. 316).

1886 – J. Barbosa Leão: Tratada como suplemento à prosódia e à ortografia, a pontuação é definida pelo sónico como uma “colêção de sinais, que se emprégão na escrita para poder ser bem comprehendido o pensamento do escritor, e que reprezêntão as pausas, que se fázem na fala e na leitura para inteliência dos que nos ôuvem, e a entoação com que élas são feitas (...)” (p. 65). O relator da Comissão do Porto só nos **Elementos de Gramática Portugueza** (1886) atenta na pontuação como parte integrante do sistema gráfico, já que nos trabalhos anteriores o escopo do portuense era reformar em sentido sónico o plano alfabético.

1888 – José de Noronha Nápoles Massa: “**Dos signaes orthographicos de segunda ordem, e da prontuação.** Chamamos *signaes orthographicos de segunda ordem*

aquelles, de que nos servimos, para mostrarmos não só que no logar, onde elles se achão, nos dão o signal da voz mais ou menos prolongado, com que o pensamento, que por ella se exprime, tenta manifestar-se; como para significarmos quye elles são o característico d'estas fracções do pensamento, as quaes procurão distinguir-se umas das outras, no grande circulo de seus desenvolvimentos. (...) *Signaes orthographicos de segunda ordem* são caractéres mudos, convencionalmente estabelecidos, como marcos do repouso da voz e da distincção dos membros do periodo, chamados orações” (pp. 524-525). O gramático salienta a dupla função entoacional ou pausal e sintáctico-semântica das unidades pontuacionais, embora apenas seis (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto final, ponto de interrogação e ponto de admiração) se revistam de ambas as funções.

Outros gramáticos não introduzem, contudo, qualquer distincção entre os pontemas propriamente ditos e as outras unidades extra-alfabéticas: J. Soares Barbosa (1822/1830)²⁸¹; D. F. P. (Daniel Ferreira Pestana, 1849)²⁸²; Pe. Manuel Inácio (1840)²⁸³; J. C. Valejo Espada (1861)²⁸⁴, Sotero dos Reis (1866)²⁸⁵, Caldas Aulete (1864/1866)²⁸⁶, Luís de Sousa (1878)²⁸⁷, Epifânio da Silva Dias (1880)²⁸⁸.

²⁸¹ O seu inventário híbrido, composto pelos pontos simples, de interrogação, de exclamação, da vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, a *parenthese*, a risca de união, o *viraccento*, o trema e os acentos, tem a particularidade de incluir os espaços em branco. Cf. **Gramm. Philos.**, p. 85.

²⁸² Entre as “pausas que separam os differentes grupos de idéas”, figuram a vírgula, o p. e vírgula, os dois pontos, o ponto final, o p. de interrogação, o p. de exclamação, a *grande aspa horizontal*, *reticencia*, *parenteses*, *linha de união*, *sublinha*, *virgulas dobradas*, *trema ou diéresis*, *viraccento* ou *apostrophe* e til; cf. **Princípios de Gramm. Geral**, p. 121.

²⁸³ O inventário geral compõe-se das seguintes unidades: vírgula, p. e vírgula, dous pontos, p. d’interrogação, p. d’admiração, paréntese, accento agudo, grave, circumflexo, nasal, reticencia, fallas (.,), sentenças (-), notas (*), ponto final, *paragrapho*”; cf. **Gramm. dedicada a meninos**, p.45: “vírgula, ponto e vírgula, dous pontos, p. d’interrogação, p. d’admiração, paréntese, accento agudo, grave, circumflexo, nasal, reticencia, fallas (.,), sentenças (-), notas (*), ponto final, *paragrapho*”.

²⁸⁴ Apresenta um único inventário composto pela risca de união, apóstrofo, trema, ponto final, dois pontos, ponto e vírgula, vírgula, ponto de interrogação, ponto de admiração, parênteses, reticências e vírgula dobrada (**Gramm. Port.**, p. 156).

²⁸⁵ Figuram todos na mesma secção “*Signaes orthographicos, ou de pontuação*”, da qual constam a *virgula, o ponto e virgula, os dois pontos, o ponto final, o ponto de interrogação, o ponto de admiração, os pontos de reticencia, a linha ou risca de união, o traço de divisão, o parenthesis, as virgulas dobradas* (**Gramm. port.**, p.258).

²⁸⁶ Nos “*signaes orthographicos*” estão compreendidas a *virgula, ponto e virgula, dois pontos, ponto final, parenthese, ponto admirativo, ponto interrogativo, reticencia, aspas, travessão, apostropho, diereze, traço de união, cedilha, til, accento agudo, accento circumflexo, accento breve* (**Gramm. Nacional**, Lisboa, p.71 e p.78).

²⁸⁷ As unidades do plano alfabético e as do extra-alfabético aparecem todas sob a designação de “*signaes*”, que abrange as *letras, a cedilha, a risca de união, o apostropho, o trema, o til* e os *accentos, que serve, para representar ou mostrar a distincção das orações ou proposições* (**Elem. theorico-praticos de gramm. port.**, p.195).

6.1. Inventários de pontemas

No âmbito do plano extra-alfabético tem especial interesse o conceito de inventário de pontemas, implícito na indicação das unidades que integram a pontuação, cuja variação numérica é reveladora da extensão do conceito em questão. Vale a pena, por isso, fazer-se uma esquematização que ponha em evidência quer a flutuação do número de pontemas e das suas denominações, quer a existência de uma distinção entre pontuação e sinais ortográficos, sempre que ela tenha sido considerada pelos autores em causa.

Ortografistas	Pontuação	Sinais/Figuras ortográficos
Pereira e Sousa (1807)	virgula, ponto e virgula, dois pontos, ponto, p. de interrogação, p. de admiração, parentesi, quatro pontos continuados (9)	
P. José da Fonseca (1809)	virgula, ponto, p. e virgula, dous pontos, p. interrogativo, p. admirativo ou de exclamação (6)	apostrofe, risco de união, ganchos ou parenthesis, dieresis, apices ou cimalha, asterisco, (,) , paragrafo (articulo ou aforismo)
Gonçalves Coutinho (1812)	virgula, ponto e virgula, dois pontos, parenthesis, p. e interrogação, p. e admiração, ponto final (7)	
Compendio Orth. (1812)	virgula, p. e virgula, dous pontos, p. interrogativo, p. admirativo, ponto, parenthesis (7)	

²⁸⁸ Do plano extra-alfabético constam, por um lado, o til, a cedilha e os acentos, e, por outro, os *signaes que tem diversos usos* entre os quais se contam unidades de natureza e funções diversas: *virgula, ponto e virgula, dois pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de admiração ou exclamação, ponto de reticencia (...), parentheses, travessão, apostropho, virgula dobrada, risca de união, ponto de abreviatura, e as fórmas maiusculas das letras* (**Gramm. portugueza elem.**, p.149).

Novo Resumo de Orthografia (1812)	virgula, ponto e virgula, dous pontos, ponto final, ponto, e interrogação, ponto, e admiração, parenthesis, apostrofe, divisão, reticencia (10)	
Sousa Monteiro (1817/1830)	virgula, p. e virgula, dous pontos, ponto final, p. interrogativo, p. admirativo (6)	paragrafo, til, apostropho, linha de divisão e união, virgulas dobradas ou grifo, parenthesis, pontos de reticencia (...), asterisco
R. Ferreira da Costa (1818)	ponto de interrogação, ponto de admiração, ponto final, dois pontos, ponto e virgula, virgula, parenthesis (7)	paragrafo (§), virgula dupla (,, “), angulo (Λ), asterisco ou estrella (*), cetera (&c)
Apolinário (1831)	virgula, p. e virgula, dois pontos, p. final, p. de interrogação, p. de admiração, parenthesis, reticencia (8)	paragrafo (§), virgulas dobradas, asterisco, angulo (Λ), apostrofe
Gil Gomes (1831)	Virgula ou coma, ponto, e virgula ou semicolon, dous-pontos ou colon, ponto final, ponto-interrogativo, ponto admirativo, pontos de reticencia, parentheses (9)	
Ventura da Silva (1834)	virgula, p. e virgula, dois pontos, parenthesis, p. interrogativo, p. admirativo, ponto final (7)	pontos de continuação, signal de palavras alhêas, asterisco, signal de separação ou paragrafo
Cunha Portugal (1837)	ponto, p. e virgula, virgula, dous pontos, p. interrogativo, p. admirativo (6)	paragrafo/articulo ou aphorismo (Λ), parenthesis, angulo, asterisco e obelisco, brachia
A. M. Barker (1843)	virgula, p. e virgula, dous pontos, ponto, p. interrogativo, p. admirativo, parenthesis (7)	asterisco, virgulas dobradas (,,) ou gripho, (...)

Nunes de Andrade (1843)	virgula, cedilho, apostrophe, duas virgulas, ponto e virgula, dois pontos, p. de interrogação, p. de admiração e exclamação, p.final, trema ou dieresis, reticencia, divisoria, til, parenthesis, asterisco, accento circumflexo virado ou as vexas, parrapho (17)	
Pereira Coruja (1848)	virgula, p. e virgula, dous pontos, ponto, p. de interrogação, p. de admiração (6)	parèthese, reticencia, diástase ou risca de união, apostrofo ou viraccento, comas («»), asterisco, angulo ou meta (^), parágrafo
L. A. Lopes da Cruz (1856)	virgula, ponto e virgula, dous pontos, ponto, ponto de interrogação, ponto de admiração, parenthesis (8)	
D. Fernes Alvernaz (1856)	virgula, ponto e virgula, dois pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de admiração (7)	parenthesis, signal de separação, signal de união
Bordalo (1857)	virgula, p. e virgula, dois pontos, parentheses, p. e interrogação, p. e admiração, p. final (7)	paragrafo, asterisco, angulo, memorização (»), continuação (...) reticencia, apostrofe ²⁸⁹
Figueiredo Vieira (1859)	virgula, poncto e virgula, dous ponctos, poncto final, p. de interrogação, p. d'admiração, a parenthesis, reticencia (8)	dierese, apostropho, virgula dupla (» ou ,,), angulo (^), hyphen
J. Feliciano de Castilho (1860)	virgula, poncto e virgula, dous ponctos, poncto final, ponto de admiração, poncto de interrogação (6)	paragrapho, interrogação, admiração, apóstrophe, travessão e diereze

²⁸⁹ Em impressão anterior do **Tratado de Orthografia** (1842), os parênteses figuram entre os sinais ortográficos, no lugar de “continuação” aparece o termo reticência, e *apostropho*, em vez de **apostrofe** (cf. p.132).

J. T. Cabral de Mendonça (1860)	virgula, ponto e virgula, dois pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de admiração, travessão (-), parentese, virgula dobrada (,) e reticencia (...) (10)	apostropho, trema ou diereze, asterisco, angulo (^), tirete, hyphen (-) ou divisão, paragrapho (§)
Roque da Fonseca (1860)	virgula, p. e virgula, dous- pontos, ponto-final, ponto-interrogativo, ponto-admirativo, parenthesis, pontos de reticencia, virgulas-dobradas (,) (9)	Apostropho ou viraccento, asterisco, angulo (^), cedilha, hyphen, til, aspa horisontal (-)
J. Tavares de Macedo (1834/1861)	virgula, p. e virgula, dois pontos, ponto, p. de admiração, p. de interrogação, paragrapho, parenthesis, (-) sem denominação especifica, viraccento ou apostrophe (10)	
Moreira de Sá (1862)	ponto final, virgula, ponto e virgula, dois pontos, p. d'interrogação, p. d'admiração, parenthesis, reticencia, virgula dobrada, paragrapho, risca horisontal (-) (11)	
D. Alexandre J. B. de V. de M. e Matos de Noronha (1865)	virgula, p. e virgula, dois pontos, p. final, p. de admiração, p. de interrogação (6)	parenthesis, asterisco, apostrophe, hiphen, virgula dobrada, trema, linha, reticencia
M. Nunes Godinho (1866)	virgula, dupla virgula (»), p. e virgula, dois pontos, ponto, viraccento ou apostropho, trêma, reticencia, hyphen ou signal d'união, angulo ou entrelinhas (^), accento agudo, acc. circumflexo, acc. breve	
José F. de Castilho (1870)	virgula, ponto e virgula, dous pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de admiração, signaes de reticencia ou pontos suspensivos, virgulas dobradas (8)	

Mascarenhas Valdez (1875)	virgula, p. e virgula, dois pontos, ponto, p. de interrogação, p. de admiração, pontos continuados ou de reticencia (7)	paragrapho ou parrafo, parentheses, (-) risquinha, angulo (^), asterisco, cómas, brachia
Ventura Boscoli (1885)	virg. ou comma, p. e virg. ou semicolon, dous p. ou colon, p. final, p. de adm., p. de interrog., pontos de reticencia, a parenthesis, aspas, hyphen, travessão, paragrapho (12)	asterisco, obelisco ou adaga (†), a dupla adaga (§), a secção (§), as paralelas (//), o parrafo ([I]), os colchetes ([]), a chave (}), o caret (^), a mãozinha (☞)
Barbosa Leão (1886)	vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, ponto, ponto de interrogação, ponto de admiração, pontos de reticência, parêntese (8)	apóstrofo, tirete (-), travesão (-), comas, asterisco, párafo, letra maiúscula
Santos Valente e F. de Almeida (1886)	virgula, p. e virgula, dois pontos, p. final, reticencia, parentese, aspas ou commas («»), p. de interrogação e p. de admiração (9)	accento agudo, acc. circumflexo, til, cedilha, hyphen. dois hypens, trema e apostropho.
Ortografia Simplificada (1889)	virgula, p. e virg., dois pontos, p. final, p. d'interrogação, p. de admiração, o parêntese, os pontos de reticência, o travessão, o tirete (-) e as comas (« ») (11)	
A. Luzes (1896)	virg., p. e virgula, dois p., p. final, p. de interrogação, p. de adm., reticencias, parentesis, aspas, hyphen, dieresis ou dous pingos, til, travessão (13)	

Com respeito aos dados acima compulsados, note-se que, em Pereira e Sousa (1807), alguns dos sinais ortográficos são integrados nos chamados “caracteres prozodicos”, entre eles a cedilha, o apóstrofo, a *diastasi*, a *dieresi* e os acentos (pp.28-36). Em Moreira de Sá (1862), cuja doutrina se escora em Soares Barbosa,

repetidas vezes citado, em Madureira Feijó, e no francês Lemare (*Cours de Langue Française*)²⁹⁰, verifica-se o concurso dos critérios respiratório ou pausal e o sintático-semântico. Do seu inventário alargado constam, para além do chamado núcleo duro da pontuação de frase (cf. infra, 6.3.), outras unidades como o parênteses, a reticência, a vírgula dobrada, o parágrafo e a *risca horizontal*. Por outro lado, sublinhe-se também que o brasileiro A. Luzes classifica os pontemas como *pausas syntaxicas*, decerto suficientemente revelador da função destas unidades na explicitação da construção da frase; contudo, o ortografista não estabelece quaisquer distinções entre as várias unidades consideradas.

Dos inventários acima recenseados, poder-se-á concluir que a maior parte tem carácter misto, ou seja, aglutina unidades de diversa natureza. Assim acontece na **Ortografia Simplificada** (1889), cujo inventário contempla pontemas de frase (a *vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, o ponto d'interrogação, o ponto de admiração, o parêntese, os pontos de reticência, o travessão, o tirete e as comas*, p.59), aos quais acrescenta também unidades da pontuação de palavra e de texto, como o *apóstrofe, o parágrafo ou párrafo* (§) e o asterisco (pp.64-65). Não obstante a definição de pontuação assentar no critério respiratório ou pausal, a verdade é que na prescrição do uso de cada um destes pontemas prevalece o critério sintático-semântico, evidenciado nas constantes alusões à estrutura sintáctica dos enunciados, e não à necessidade de respirar em determinado ponto do mesmo, nem tão pouco à diferença de duração das pausas marcadas por cada um, de acordo com o sistema herdado da tradição greco-latina. Examinemos, então, a organização de alguns dos inventários propostos pelos ortografistas oitocentistas.

Entre os *signaes da Orthographia*, Manuel Justino Pires (1843) compreende em geral todas as unidades gráficas, das letras, aos diacríticos, e à pontuação (p.6). Quanto ao plano extra-alfabético propriamente dito, o da pontuação, o ortógrafo não propõe qualquer definição deste conceito, apenas enumerando as unidades que o termo recobre, a saber, *virgula, ponto e virgula, dous pontos, ponto final, ponto d'interrogação, ponto d'admiração e pontos continuados ou de reticencia* (pp.19-

²⁹⁰ O título completo da obra de P.- Alexandre Lemare é *Cours Théorique et Pratique de Langue Française* (Paris, 1807); segundo declaração da folha de rosto, nela aprofunda e analisa a doutrina de Vaugelas, Th. Corneille, d'Olivet, Dumarsais, Beuzée, Condillac, Restaut, Wailly.

20), donde se conclui que o autor circunscreve o conceito de pontuação à pontuação de frase e exclui, portanto, a chamada pontuação de palavra, uma vez que trata separadamente de unidades como a risca de união (p. 12-13), o apóstrofo (pp.13-14), a diérese (p.14), assim como o parênteses (p.14) e o “guillemete” (p.15). Por outro lado, não menciona sequer unidades da pontuação textual, por exemplo, o sinal de parágrafo, etc.

Numa perspectiva redutora que coincide com o conceito de pontuação da frase, A. Pereira Coruja (1848) define a pontuação como a “disposição de certos sinaes que marcão as pausa que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz com que deve pronunciar” (p.42), que corresponde, portanto, à “Orthografia do Discurso”, à semelhança do que encontramos em M. Dias de Sousa (1804), cuja fonte inspiradora havia sido N. Beauzée, diversas vezes invocado. De facto, o ortógrafo brasileiro expõe um inventário que compreende tão só as unidades pontuacionais com funções ao nível da frase – *virgula, o ponto e virgula, dous pontos, ponto, ponto de interrogação, ponto de admiração, ponto ponto de interrogação, ponto de admiração* (p.43) –, que servem para mostrar a “diversidade e nexos das orações”, ao passo que o *parêntese, a reticencia, a risca de união ou diástasi, o apóstrofo ou viraccento, as comas, o asterisco, o angulo ou méta* e o *parágrafo* (pp.46-47) são tratados apenas no âmbito dos chamados “Sinaes Orthograficos”. Entre estes, contam-se unidades pertencentes quer ao nível da pontuação de palavra, quer ao da pontuação de texto.

A proposta de definição de M. Nunes Godinho (1866) baseia-se no critério respiratório-entoacional e nas relação das diversas marcas pontuacionais. Assim, a pontuação é “a disposição de certos signaes, que marcam as pausas, que o leitor deve fazer, quando lê, e o tom ou inflexão, que deve dar á voz” (p.12). Nela inclui a *virgula, a dupla virgula, o ponto e virgula, os dois pontos, o ponto, o viraccento ou apostropho, o trêma, a reticencia, o hyphen ou signal d’união, o angulo ou entrelinhas, os parenthesis, o ponto de interrogação* e o *ponto de admiração* (pp.12-13).

De entre os gramáticos, realçamos alguns dos que indicam os critérios que presidem às respectivas descrições da pontuação.

Soares Barbosa (1822/1830) enfatiza a função sintático-semântica da pontuação ao observar que “(...) ninguém poderá perceber bem, e executar as regras da pontuação sem ter algumas noções, ao menos superficiaes, das partes da oração e de sua Sintaxe e construcção (...)” (p.85), se bem que considere, complementarmente àquela, a função pausal ou respiratória, ao definir a pontuação como a “Arte de na escriptura distinguir com certas notas as differentes partes, e membros da oração, e a subordinação de huns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores, que deve fazer, e o tom e inflexão da voz, com que as deve pronunciar” (p.85). No entanto, o gramático separa a “pontuação” dos “mais signaes da pontuação”, compreendendo aquela apenas os pontemas de frase (os pontos) e os espaços em branco, habitualmente omitidos na doutrina metaortográfica.

Midosi (1842) insiste, por sua vez, na distinção entre “sinaes literaes”, designação que abrange as *letras*, a *risca de união*, o *apostrofe*, o *trema*, o *accento*, o *asterisco* e o *angulo*, e “sinaes orthograficos”, entre as quais figuram, por sua vez, as marcas da pontuação de frase, como a *virgula*, o *ponto e virgula*, os *dois pontos*, o *ponto final*, o *ponto de interrogação*, o *parenthese*, o *guillemette* e a *reticencia* (p.22). A pontuação é aqui entendida em sentido restrito, de acordo com um critério de sintático, segundo o qual ela é o conjunto de “certos sinaes que nos ensinam a distinguir as differentes partes do discurso” (p.26). É de referir que, tal como na definição genérica, as definições específicas de cada sinal também são assistidas pelo critério sintático, sem qualquer menção ao critério respiratório-entoacional.

O gramático e lexicógrafo F. Solano Constâncio (1855)²⁹¹ atenta em particular na função respiratória ou pausal dos pontemas, ecoando definições anteriores: “Chama-se pontuação a disposição de certos signaes que marcão as pausas que o leitor deve fazer lendo, e o tom e inflexão da voz” (p.242). Nela inclui, além dos pontemas nucleares, os parênteses, a risca ou linha de união, o apóstrofe, o trema e os acentos”. J. Barbosa Leão (1886), cujos **Elementos de Gramática Portugueza** têm sobretudo uma função ilustrativa do sistema sónico do autor concebe este plano

²⁹¹ Antes da *Grammatica Analytica* publicara já um **Resumo da Grammatica Portugueza**, juntamente com o seu **Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza Diccionario da Lingua Portugueza** (1836). O **Resumo** de Solano Constâncio virá a ser adaptado e resumido por Eduardo de Faria, na **Introdução ao Novo Diccionario da Lingua Portugueza** (1ª ed.1849; 2ª ed. 1850-1853).

do sistema gráfico como “suplemento” da Prosódia e da Ortografia, sendo a pontuação definida (Capítulo IV - *Da Pontuação*) como “uma colêção de sinais, que se enprégão na escrita para poder ser bem compreendido o pensamento do escritor, e que reeprezêntão as pausas, que se fâzem na fala e na leitura para inteligência dos que nos ôuvem, e a entoação com que élas são feitas (...)” (p.65). Dela fazem parte o *tirete* (p.70), o *travesão* (p.71), e o *párafo* (p.71).

Para Santos Valente e F. de Almeida (1886), no âmbito da “lexicografia”, os sinais acessórios ou auxiliares constituem a segunda parte da ortografia, sendo que esta se subdivide em sinais intraverbais ou internos e sinais extraverbais ou externos: dos primeiros, uns modificam o som das letras (os acentos, o til e a cedilha), outros (hífen ou tirete, dois hífen ou travessão, trema, apóstrofo) “servem para unir ou separar as letras sem lhes modificar o som”; dos segundos (os chamados sinais de pontuação, constam a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, a reticência, *parenthese*, aspas ou *commas*, ponto de interrogação e ponto de admiração). Entre os sinais “intraverbais”, referentes a um segmento ou segmentos menores da cadeia gráfica, designadamente à palavra e suas partes, são incluídos os acentos (agudo e circunflexo), que são unidades acentuais; o til, relativo à representação da nasalidade, que apenas se repercute sobre o elemento em que figura; a cedilha tem uma função diacrítica no campo da representação consonântica; ao hífen, também denominado *tirete*, *risco*, *risca de união*, *traço* ou *conjuncção*, cabem quatro funções: liga partes de um composto, as enclíticas ao verbo, na tmese, na translineação (pp.64-65); os “dois hyphens”, hoje conhecidos como travessão, termo que os ortógrafos já referem e que se aplica, ortotipograficamente, a um sinal mais extenso que o hífen, usam-se na separação dos parágrafos, sempre que se faz uma cópia de qualquer texto, nos diálogos, para indicar mudança de interlocutor, podendo ser, neste caso, substituído pelo hífen ou pelas “commas”; como marca da diérese, o trema fica reservado à versificação (*saiüdade*, p.71), mas pode igualmente usar-se em substituição do acento agudo, em sequências vocálicas que não constituem ditongo (*alaüide*, *Ataüide*, *ibid.*); por último, o apóstrofo é a marca da aférese, da síncope, da apócope, da sinalefa e da ecthlipse.

Carlos Afonso e A. de Almeida (1889) distribuem os chamados sinais de pontuação ou pontemas pela fonologia, pela morfologia e pela sintaxe (pp.19-26).

textual, pois resultam da aplicação de meios tipográficos: *a vírgula dobrada, o travessão, a chave e o asterisco* (p.230). Do ponto de vista da extensão, é de realçar o inventário do brasileiro Júlio Ribeiro (1881/1885), no qual, para além do elenco principal, constituído pela *vírgula* ou *comma*, o *ponto e vírgula* ou *semicolon*, os *dois pontos* ou *colon*, o *ponto final*, o *ponto de interrogação*, o *ponto de admiração*), figuram igualmente *os pontos de reticencia, a parenthesis, as aspas, o hyphen, o travessão, o paragrapho*, inscreve unidades relacionadas com a composição tipográfica, como o *asterisco* (*), o *obelisco* ou *adaga* (†), a *dupla adaga* (‡), a *secção* (§), as *parallelas* (||), o *párrafo* (¶), os *colchetes* ([]), a *chave* (}), o *carete* (√), a *mãozinha* (☛). Este inventário é reproduzido por Boscoli (1885).

Este caso diz bem da extensão adquirida pelo inventário pontuacional ao longo do século, e bem assim da intervenção dos meios tipográficos neste domínio.

Do mesmo modo, na qualidade de gramático, merece menção o inventário de Barbosa Leão (1886), ao incluir entre os sinais de pontuação a *vírgula*, o *ponto e vírgula*, os *dois pontos*, o *ponto*, o *ponto de interrogação*, o *ponto de admiração*, os *pontos de reticência*, o *parêntese*; como sinais ortográficos, junta aos anteriores o *tirete*, *travesão*, *comas*, *asterisco*, *párrafo*, *letra maiúscula*. Não menos interessante, ainda que por motivos de índole diferente, é o inventário avançado pelo brasileiro José de Noronha Nápoles Massa (1888), visto estabelecer uma gradação funcional entre as várias unidades consideradas: assim, os *pontos de interrogação* e de *admiração* têm carácter accidental ou eventual, ao invés dos restantes quatro – a *vírgula*, o *ponto e vírgula*, os *dois pontos*, o *ponto final*. A este inventário mínimo, junta outros sinais com funções diferentes das dos precedentes; são eles: *parenthesis*, *reticencia*, *diastase* ou *risca de união*, *apostropho* ou *viraccento*, *cómas* (,), *asterisco* e *paragrapho* (§).

Posto isto, não restam dúvidas de que o “inventário” sofreu ampliação ao longo do século, chegando a contemplar unidades que antes, no século anterior (cf. supra, I, 4.) e na primeira metade de oitocentos, não eram sequer mencionadas, facto que ficará a dever-se, provavelmente, à repercussão do desenvolvimento dos meios tipográficos neste domínio do sistema.

6.1.1. Tratados sobre a Pontuação

Um facto deve ser sublinhado a respeito do tratamento da pontuação: apenas dois dos autores acima arrolados produziram trabalhos autónomos sobre a matéria, independentes, portanto, dos manuais ortográficos ou gramaticais, em cujos títulos a pontuação se configura como escopo principal. Trata-se das **Regras sobre a Pontuação, Segunda Parte da Orthographia** (1831), de António Gil Gomes, natural da Madeira e refugiado no Brasil por motivos políticos (cf. supra, 1.1.), e do **Tratado Elementar da Pontuação da Lingua Portugueza** (1870), de José Feliciano de Castilho. Na verdade, separadas por trinta e nove anos e publicadas ambas no Brasil, estas obras constituem um raro exemplo de uma reflexão autónoma sobre os chamados sinais de pontuação. Assim, precedidas de uma epígrafe de Terêncio Mauro, as **Regras Elementares** apresentam um **Discurso Preliminar sobre a Grammatica em que se pondera a sua natureza precisa, a absoluta necessidade delle provenientes a todo o homem em qualquer estado da vida civil**, no qual Gil Gomes expõe alguns rudimentos gramaticais, assentes na teoria da gramática ideológica, designadamente de Destutt de Tracy, referido pelo autor: os conceitos de gramática universal e particular, a concepção de linguagem e de língua. Do mesmo modo, depois de relacionar a pontuação com a sintaxe e as partes da oração, na **Introduccão**, enumera as operações intelectuais, e no **Proemio** aponta as partes da ortografia – *Orthographia* e *Prosodia* – e seus âmbitos, cabendo à pontuação, integrada na primeira, *assignar a differente natureza das orações em ordem á sua perfeição de sentido comparativamente ao pensamento total* (p.1). A apresentação das regras propriamente ditas é marcada por claros objectivos pedagógicos e de simplificação, traduzidos na aplicação da estratégia expositiva da pergunta-resposta. Os três primeiros capítulos (pp. 3-20) são uma propedêutica gramatical para as referidas regras: no primeiro, trata da oração, sua definição e partes; no segundo, das *regras geraes para reduzir hum periodo simples qualquer á ordem directa das idéas* (...); e no terceiro, das *regras geraes para reduzir hum periodo composti qualquer á ordem directa das ideás*. Nos restantes três capítulos, entra então em matéria pontuacional: no quarto, apresenta a definição e função da pontuação, o inventário pontuacional, a definição de cada pontema e seu emprego; no quinto, fornece uma

exemplificação analítica e prática das regras do capítulo precedente, acrescidas de *regras secundarias* para o emprego de alguns pontemas; no sexto, atenta em aspectos pertencentes à chamada pontuação de texto.

Da doutrina expendida nas **Regras Elementares** de A. Gil Gomes, destaca-se a articulação dos critérios sintáctico e pausal, já que o autor faz depender o tratamento e a prática pontuacional do conhecimento da sintaxe, por um lado, e, por outro, descreve a natureza da pontuação e a funcionalidade de cada pontema em correspondência com as pausas da oralidade. A aplicação deste último critério definicional fica desde logo patente na definição de pontuação, concebida como a parte da ortografia que *por meio de certos signaes, de certas notas nos ensina a proporção das pausas, que devem ter as orações nos seus finaes em ordem á maior, ou menor perfeição de sentido, que cada huma dellas tiver comparativamente ao pensamento total* (pp.20-21), com a função de distinguir as *differentes orações de hum discurso, de hum periodo composto extremado-as por meio de certos signaes de convenção* (p.21), uma vez que a cada oração deve corresponder uma pausa.

De acordo com a sua duração, as pausas traduzem o grau de realização semântica das orações, donde decorrem, portanto, três graus de pontuação: a *pausa inferior* corresponde à vírgula; as pausas intermédias são assinaladas pelo ponto e vírgula e os dois pontos; a pontuação maior cabe ao ponto, que marca a conclusão do sentido. Posto isto, destes três graus o mais problemático é o intermédio, ou seja, o correspondente ao ponto e vírgula e aos dois pontos, porque nele está em causa a *suspensão* ou *imperfeição do sentido*, resultantes ambas de diversas formas de construção sintáctica. Quanto à duração pausal, o ponto e vírgula representa o dobro (1 segundo) da pausa assinalada pela vírgula ($\frac{1}{2}$ segundo); os dois pontos, o triplo (1 segundo e $\frac{1}{2}$); o ponto final, o quadruplo (2 segundos). Os pontos interrogativo e admirativo definem-se igualmente com base no critério pausal, visto serem equivalentes à do ponto final, completado pelo critério entoacional (*...ligando-lhes o tom interrogativo, ou, admirativo*, p.24). O critério pausal assiste ainda à indicação da funcionalidade dos *pontos de reticencia* (ou *pontos de continuação*) e do *parenthese*: aqueles equivalem à pausa do ponto final, acompanhada de emoção, e este, à de duas vírgulas, uma inicial e outra final, com uma descida e maior rapidez da voz.

Relativamente aos pontos de interrogação e de admiração, refira-se que o madeirense A. Gil Gomes prevê, por um lado, o seu emprego combinado quando se regista uma entoação simultaneamente interrogativa e exclamativa (?! ou !?!); por outro lado, admite o recurso a pontemas duplos, no sentido de delimitar sem equívocos a extensão da entoação do enunciado em causa, ou seja, ao tradicional sinal de encerramento da interrogação ou da exclamação, acrescenta-se um sinal inicial invertido, a introduzir ou anunciar aquelas entoações separadas ou simutâneas (...?, ¡...!, ¿ ¡...?!).

Quanto ao parêntese, cuja função é descrita à maneira grega como uma interposição por permitir a inserção de um inciso, o autor estipula inclusivamente a sua extensão: deve ser pequeno para não interromper o fio do discusso em que é inserido, conquanto possa conter ponto e vírgula, dois pontos e ponto admirativo.

Mais do que aos pontemas anteriores, o critério sintáctico assiste sobretudo ao emprego das unidades da pontuação de frase de nível fraco e intermédio, aquelas que separam ou relacionam partes da oração ou orações entre si, a saber, a vírgula, o ponto e vírgula. Assim, se a primeira deve anteceder *que*, relativo ou conjunção, e bem assim as conjunções em geral, dado que relacionam uma oração antecedente com uma subsequente, já o ponto e vírgula serve para separar orações com verbos de sentido oposto, antes de conjunções alternativas, adversativas (ora...ora, mas, todavia) e locuções concessivas (ainda que, supposto que). Ao introduzir o discurso ou citação alheios, os *dous pontos* constituem a marca, por excelência, da mudança de voz no discurso, mas também anunciam enumeração.

Por último, A. Gil Gomes trata de aspectos que, de acordo com a sua função, incluímos na chamada pontuação de texto, a saber, a divisão do texto em *partes* ou *secções* (i.e. as divisões de qualquer matéria), *artigos* (as divisões imediatas às anteriores), *capítulos* (as divisões imediatas aos artigos), *paragraphos* (i.e. 2 *SS* *entrelaçados*, ¶, ou *signal de separação* das matérias tratadas nos capítulos, p.35), *notas*, *escolios* ou *commentos* (i.e. esclarecimentos apresentados no pé de página, para os quais se remete o leitor por meio de asterisco ou numeração).

Em relação à obra anterior, o **Tratado Elementar da Pontuação Portuguesa** (1870), de J. F. de Castilho, tem a particularidade de ilustrar com pormenor o uso da pontuação; os exemplos foram *extrahidos dos melhores classicos*, embora não

cheguem a ser identificados. Quanto à doutrina propriamente dita, nota-se uma evidente precedência do critério sintático-semântico sobre o critério pausal, se bem que este seja invocado como critério complementar daquele. Na verdade, o **Tratado** sublinha sobretudo a correspondência entre os pontemas e o nível supra-segmental, ou seja, as pausas e a entoação da oralidade, perspectiva também manifestada na enunciação das funções genéricas da pontuação, a saber, a necessidade de respirar (critério respiratório invocado desde os Antigos), a distinção dos sentidos parciais (critério semântico), e os graus de subordinação requeridos por esses sentidos parciais (critério sintático). Porém, ao descrever a função e emprego de cada unidade, dá prioridade a aspectos de natureza sintática ou semântica, como por exemplo a construção sintática, os tipos de proposição (simples e compostas), os sentidos parciais, as partes subalternas, etc. (p.8). É claro que a preponderância dos critérios respiratório e pausal era determinada pelo paradigma definicional veiculado pela tradição, que percorre a maioria dos textos metagramaticais e maetaortográficos, estando vigente até aos nossos dias, não obstante saber-se que muitos dos textos são hoje pontuados mais para uma leitura silenciosa ou intelectual do que para uma leitura em voz alta, o que se repercute, naturalmente, na carga pontuacional dos mesmos²⁹³.

Atente-se, então, na doutrina pontuacional de J. F. de Castilho (1870). À semelhança de A. Gil Gomes, o autor do **Tratado Elementar** admite também os tradicionais graus de pontuação, correspondentes à vírgula (fraca), aos ponto e vírgula e aos dois pontos (média), e ao ponto (forte), mas a sua descrição do emprego dos pontemas é muito mais circunstanciada. Assim, a função da vírgula é requerida nos seguintes casos: separação de partes similares de uma proposição composta; distinção de dois segmentos similares unidos sem conjunção, mas se houver conjunção o emprego da vírgula depende da extensão dos segmentos; divisão de uma proposição composta, desde que não existam outras divisões ou pausas

²⁹³ Vide, por ex. a classificação proposta por Celso Cunha e Lindley Cintra, na **Nova Gramática do Português Contemporâneo** (3ª ed., p. 639), onde os sinais de pontuação são repartidos em dois grupos: um compreende os sinais fundamentalmente destinados a marcar as *pausas*; o outro, os que marcam sobretudo a *melodia* e a *entoação*. Diferente é a perspectiva de Sá Nogueira, na **Guia Alfabética da Pontuação** (2ª ed. 1989/ 1ª 1973): atende sobretudo a critérios sintáticos-semânticos (a divisão lógica do período em orações ou proposições e nas diversas alterações da ordem dos elementos), conquanto o filólogo aduza uma definição segundo a qual a pontuação é “a entoação gráfica”.

subalternas; separação de muitas proposições seguidas; ausência de vírgula na proposição simples e sem inversões; circunscrição de proposições incidentes explicativas; separação dos elementos acrescentados (apóstrofe, por ex.) a uma frase (pp.10-17).

Ao serviço da clareza da enunciação, está outra marca menos frequente que a vírgula – o ponto e vírgula. Os usos particulares são: separar as partes similares ou membros de uma proposição composta cujas subalternas são marcadas por vírgula; distinguir as proposições incidentes referidas ao mesmo antecedente; dividir as proposições parciais homólogas; separar os elementos opostos de uma enumeração. Tal com o pontema anterior, os dois pontos prendem-se com a divisão ou subdivisão dos sentidos parciais, em cinco situações: para assinalar a separação dos membros principais de um período cujos incisos são marcados por ponto e vírgula; a anteceder as orações explicativas; antes das enumerações; na narração pormenorizada de um assunto; antes do discurso directo ou de citação de um autor, sendo então seguidos de aspas (*virgulas dobradas*), repetidas em todas as linhas do discurso directo.

Castilho trata quer do ponto simples, quer dos pontos interrogativo e exclamativo: àquele cabe marcar o final do período, de proposição composta e de toda a proposição semanticamente completa, ao passo que estes servem para assinalar a interrogação (seja ela completa ou elíptica, seja directa ou inserida em outro enunciado não interrogativo, caso em que o ponto não é seguido de maiúscula), ou a admiração depois das frases que exprimem surpresa, terror, compaixão, ternura e outros sentimentos. Relacionado com o ponto, o parágrafo corresponde a uma mudança de linha e uma reentrância (avanço) na linha seguinte, junto com uma maiúscula de frase: por este meio, indica-se a separação de conteúdo. No entanto, ao invés de Gil Gomes, Castilho não alude a um sinal específico com essa função. Por fim, do inventário do autor consta ainda o *parenthesis*, definido como *especie de signal analogo á pontuação* e descrito como *grandes virgulas*: a sua função de inserção permite incorporar ideias acessórias ou esclarecimentos às frases. A descrição das funções dos restantes pontemas – *reticencias* ou *pontos suspensivos* e aspas –, é menos pormenorizada, porquanto refere apenas a interrupção marcada por um e a distintividade conferida pelo outro ao discurso citado. Posto isto, poderá

concluir-se que, devido às suas múltiplas implicações lógicas nos planos sintáctico e semântico, o escopo do autor incide sobretudo na chamada pontuação de frase.

6.2. Pontuação de palavra

Com base numa definição híbrida de palavra, visto atender não só a critérios fonéticos e gráficos como também a outros, de ordem sintáctica e semântica, a pontuação de palavra é o primeiro dos três níveis de grandeza da pontuação, composto em geral por unidades substancial e funcionalmente distintas das do plano grafemático.

6.2.1. Maiúscula

Na pontuação de palavra, compreendemos a maiúscula de palavra, a capitalização, o hífen lexical, o hífen de divisão silábica, e o processo ao qual ele está vinculado, isto é, a translineação, e bem assim o apóstrofo e o til, este último dotado de função de abreviatura de palavra.

Ao contrário do que sucede com muitas das unidades da pontuação de frase, que podem estabelecer relação com a oralidade, embora a um nível supra-segmental, em particular com as pausas e a entoação, as maiúsculas apenas têm substância gráfica, carecendo por isso de correspondência com o plano fónico ou da enunciação. Colocados em posição inicial de palavra, estes caracteres têm carácter distintivo, visto oporem-se aos de tamanho menor (minúsculos), função que se reveste de valor nos níveis sintáctico e semântico, mais ou menos enfatizados pelos ortografistas e gramáticos em conformidade com uma escala de valores morais, espirituais, intelectuais, sociais e políticos, cuja preponderância em dado momento parece manifestar a relação da escrita com os padrões vigentes na sociedade. Para além das funções antes mencionadas, a maiúscula tem valor de variante posicional visto figurar apenas em início de palavra.

Se atentarmos na definição de maiúscula, por um lado, e na lista dos usos previstos por cada autor, por outro lado, não obstante as repetições já salientadas a propósito de outros aspectos da doutrina metaortográfica oitocentista, detectamos a

flutuação dos valores acima apontados, paralelamente a curiosas observações dos próprios autores acerca das práticas dos seus contemporâneos. Porém, antes de analisarmos este aspecto da doutrina relativa ao assunto, na sua dupla vertente linguística e extra-linguística, referir-nos-emos à questão da terminologia adoptada. De facto, também aqui se atesta uma relativa variedade terminológica, embora neste caso a dispersão não seja comparável sequer à registada em outros campos.

Assim, entre os ortografistas registam-se as designações seguintes: (letra) *maiuscula* (Caetano Pereira e Sousa, 1807; Coruja, 1843; Coruja, 1848; Roque da Fonseca, 1860; Santos Valente e F. de Almeida, 1886), *maiusculas ou cabíдолas* (J. F. de Castilho, 1860), *letras maiusculas, capitães ou cabíдолas, romanas, unciaes ou versaes* (Pedro José da Fonseca, 1809); *majuscula e cabidolas*²⁹⁴ (Nunes de Andrade, 1843), *letras grandes* (Comp. Orth., 1812; Gonçalves Coutinho, 1812; R. Ferreira da Costa, 1818; Apolinário, 1831; Cunha Portugal, 1837; Vaz Velho, 1856; Bordalo, 1857); *letras grandes ou maiusculas* (Tavares de Macedo, 1834/1861; Cabral de Mendonça, 1860; Mascarenhas Valdez, 1875); *maiusculas, capitaes ou iniciaes* (Nunes Godinho, 1866), *letras capitaes, ou maiusculas, ou letras grandes* (J. F. de Castilho, 1870). Às anteriores, somam-se ainda as designações aduzidas por Borges Carneiro (1820, p.208), a saber, *versaes, capitaes, unciaes, cabidulas e Romanas*, distintas das minúsculas impressas, denominadas *longobardicas* (p.214). Mas o termo recorrente entre os gramáticos da primeira metade de oitocentos é, no entanto, *letra grande*: Dias de Sousa (1804), Baptista (1816), Couto e Melo (1818), Lopes Arneiro (1827), Midosi (1842) e Pessoa de Amorim (1849) são exemplos desse uso.

Poucas são as definições explícitas de maiúscula, como a de Pereira e Sousa (1807), para quem “as letras cuja figura hé determinada, por maiores rasgos, e diferentes da figura ordinaria se chamão *Onciaés*” (p.61), por contraste com as minúsculas, caracterizadas pela pequenez e simplicidade da figura, ou, mais tarde, a de J. F. de Castilho (1870), que descreve as maiúsculas como “certas letras maiores do que as outras, e que tem uma figura particular”, diferindo por isso das *minusculas* ou *letras pequenas* (p.35).

²⁹⁴ Cabídola provém do lat. CAPITULUM, -I, dim. de CAPUT “cabeça”; *cabídolo* é forma divergente de *capítulo* que se localiza logo em 1576, no ortógrafo Duarte Nunes de Leão (cf. 2º vol., anexo 1). Vide: A. G. Cunha, *Dicion. Etim.*, p.131, e J. P. Machado, *Dicion. Etim.*, vol. II, pp. 62-63

Quanto ao uso da maiúscula, quer na qualidade de pontuação de palavra, quer de pontuação de frase, por ordem cronológica, e restringindo-nos por agora ao testemunho dos ortógrafos, notamos um aumento dos casos e contextos em que a maiúscula está prevista, para depois se verificar o processo inverso, ou seja, uma diminuição do uso das maiúsculas, e, por consequência, um uso moderado dessa marca distintiva de palavra, cuja elevada frequência determina o abaixamento do seu rendimento funcional.

Caetano Pereira e Sousa (1807) distingue a maiúscula demarcadora do início da frase de palavra (*as letras iniciaes da palavra por que começa qualquer propozição nova que se segue depois de hum ponto. O mesmo se deve dizer de hum discurso directo que se narra, ou de huma passagem que se cita, ainda que seja precedida de huma pontuação mais fraca que o ponto, p.61*) – da maiúscula de palavra, que ocorre nos nomes próprios de anjos, falsas divindades, animaes, reinos, provincias, rios, montes, cidades, e outras povoações, constelações, dias, mezes, os nomes as sciencias, exceto se são objetos de huma qualificação determinativa, os nomes appellativos dos tribunaes, companhias, corporações, e dignidades, exceto se não tem applicação individual, ou se a applicação hé designada por hum complemento determinativo para indicar individualmente o seu objeto (pp.62-63). A estes, acrescentam-se outros usos, designadamente quando se dirige a fala a huma pessoa, ou a hum ente, ainda que o nome que o designa seja appellativo; porque hé determinado individualmente pela ideia da pessoa”, no uso abstracto, específico ou elevado de certos termos comuns (estado-Estado, governo-Governo), e bem assim no princípio de cada verso. O ortografista menciona, por outro lado, o emprego específico das minúsculas, tipograficamente denominadas *Longobardicas* – nos nomes “appellativos” e adjectivos, advérbios, preposições, participios e interjeições.

Dois anos depois, Pedro José da Fonseca menciona apenas a maiúscula de palavra, que deve destacar os *nomes proprios, de Deos, dos anjos, dos homens, dos reinos, das provincias, cidades, villas, aldeias ou lugares, castellos, montes, mares, rios, ribeiras, tribunaes e jurisdicções; nomes de sciencias, artes e profissões; virtudes, vicios, paixões, ou quaesquer outros appellativos, quando fazem as vezes dos proprios, ou são principal sujeito do discurso* (pp. 29-31).

L. Gonçalves Coutinho (1812) alude tanto à maiúscula de palavra como à de frase, visto prescrevê-la, por um lado, em todos os *Nomes Proprios, Sobrenomes, Officios, Dignidades, Parentescos, Artes, Sciencias, Exemplos, e partes mais notaveis pertencentes á materia de que se trata (...), nos Adjectivos Gentilicos, e*

Patrios, e de Tratamentos (...); por outro lado, no *principio de qualquer Periodo, diante de dois Pontos (sendo principio de dito, ou sentença) sempre depois de Ponto (p...), de ponto de admiração, ponto de interrogação*. Por último, tal como em Pereira e Sousa (1807), à maiúscula cabe, inclusive, uma função estética, razão por que se recomenda no princípio de cada verso, sem que aí ela decorra dos usos e contextos acima expostos. Se o autor do **Comp. Orthographico** (1812) repete os anteriores, já J. Crisóstomo do Couto e Melo (1818) reduz a questão aos substantivos próprios e adjectivos que deles derivam, ao início de cada verso e, à prosa, no princípio de cada parágrafo, ao início de frase depois de ponto final. Distingue, porém, dois tipos de maiúsculas, sempre denominadas *capitais*: as habituais e as de dois corpos, de tamanho menor.

Rodrigo Ferreira da Costa (1818) salienta duas ordens de razões para o uso das maiúsculas, a saber, a *razão da situação* e a *razão do objecto significado*: a primeira prende-se com a distribuição posicional da maiúscula – na primeira palavra de cada parágrafo, depois de ponto final, de interrogação, de admiração e, por vezes, de dois pontos, assim como no início de cada verso –, por oposição à capitalização de um vocábulo inteiro, processo de elevação ou de dignificação de certas palavras que não deve ser generalizado, porquanto se aplica em especial nos títulos de obras ou em palavras que mereçam enaltecimento; a segunda daquelas ordens é de natureza semântica ou significativa, já que justifica o uso das maiúsculas nas *nomes proprios (que designão um so individuo na natureza) ou seião de pessoa, patronimicos, ou gentilicos (...); astro e constellação, partes do mundo, nações, imperios, reinos, provincias, ilhas, peninsulas, cidades, e povoações; sciencias; nomes appellativos, os de pessoas, corpos, ou objectos respeitaveis (dignidades, cargos, ou empregos ecclesiasticos); diplomaticos e civis, ou militares; collectivos de corporações ecclesiasticos; nomes de escritos respeitaveis; pronomes e titulos de tractamento*".

Daqui se conclui que os antropónimos, os antropónimos e os axiónimos estão à cabeça dos usos da maiúscula.

À vista de enumerações tão pormenorizadas, e de outras que adiante se reproduzirão, o depoimento de Manuel Borges Carneiro (1820) denuncia bem o excesso que caracterizava a prática corrente no seu tempo, à semelhança do que fará, trinta e seis anos mais tarde, A. Vaz Velho, que condena com igual veemência o uso supérfluo de maiúsculas, quando comenta:

“nos Idiomas cultos da Europa vemos, que uzam mui parcamente no principio das palavras de letras maiusculas, chamadas tambem (versaes, capitaes, nunciaes, cabidulas, Romanas). Nós pelo contrario as temos desperdiçado sem conta, e sem pezo, e sem medida; escrevendo-as em todas as palavras, que significam pessoas, ou couzas por pouco notaveis, que sejam as suas qualidades, e atribuições, e mesmo nos verbos, que dezinam as acções dessas pessoas. Até nisto quizemos mostrar a nossa frivolidade; temos decahido do que pela natureza he recto, e simples para correremos após vaidades, e adulações, &c.”

J. J. Apolinário (1831) ainda explicita mais as posições e os contextos referidos pelos anteriores ortógrafos:

a primeira letra de qualquer Escripturação, discurso, Paragrafo, e Capitulo; nomes de Deos, Santos, Anjos etc; Nomes proprios de homens, e mulheres; Sobrenomes. e appellidos; Substantivos proprios de imperios, reinos, provincias, cidades, paraças, villas, aldeias, sitios, castellos, comarcas, termos, districtos, bairros, montes, serras, mares, rios, costas, ilhas, peninsulas, bahias, nações, astros, mezes, ventos, regiões; nomes de Sciencias, artes e officios; Appellativos de pessoas, ou objectos respeitaveis; Pronomes relativos a Deos, e verbos que affirmão o seu Poder Omnipotente; os Pronomes relativos ao Soberano, e verbos que affirmão a sua Authoridade; os exemplos que se referirem; no principio de cada verso, e de cada regra de elogio; depois de ponto final, de admiração, e de interrogação; e de dois pontos quando se refere dito, ou sentença (pp. 18-19).

Com poucos acrescentos, Ventura da Silva (1834) repete quase os mesmos, mas acrescenta os prosónimos (alcunhas): *a primeira palavra de qualquer discurso por escrito; Nomes proprios substantivos (de homens e mulheres); montes, e rios, reinos, provincias, ilhas, cidades, villas e lugares (...); nomes de mares, lagos, cabos, ou promontórios, de constellações, de virtudes de ventos, e de mezes; nomes de Adjectivos derivados de nomes proprios; sobrenomes, appellidos, e alcunhas; nomes de dignidades, cargos, e titulos, ainda que sejam appellativos; nomes de sceincias, e artes tomados em sentido individual; nomes que designam os tratamentos; grãos de parentesco; nomes de tribunaes, das companhias, das corporações; depois de ponto final, depois de dois pontos, seguindo-se alguma sentença, ou dito d'alguem; em cada verso (p. 16-20).*

Bem mais económico do que os precedentes, Tristão da Cunha Portugal (1837) prevê unicamente o uso da letra grande no caso dos *frontispicios dos livros, no principio dos capitulos; da primeira palavra de qualquer oração depois de ponto final; nos nomes proprios de pessoas ou de animaes; nomes communs quando são titulos de honra, dignidade e de familias e quando esses nomes fazem o objecto principal do discurso, nos tratamentos (p.56)*. Ao contrário deste, Bordalo (1842/1857) aponta, minuciosamente, todos os casos em que pode ocorrer a letra

grande ou maiúscula, com particular destaque para a relação desta com a pontuação de frase. De facto, este ortografista refere um variado leque de usos até aqui não mencionados. Assim, com respeito aos campos de referência, refere os seguintes:

nomes Proprios, e os Appellativos de Dignidades, Titulos, Empregos; os de Sciencias, e artes; os de artes e officios mecanicos; os de exemplos que se referem a qualquer tratado; os da parte essencial do discurso, e principaes objectos da materia exposta; os de mezes, ventos, montes, e rios, mares, regiões, imperios, provincias, reinos, ilhas, cidades, villas, aldeias, logares, sitios, tribunaes, casas de arrecadação, ou de distribuição publicas, que tomam propriedade, por unicas de algum effeito; nomes proprios de homem, e mulher, sobrenomes, parentescos, appellidos, titulos de nobreza, de dignidades; as partes de um todo, que tenham diferentes nomes, como as do Mundo, as da Grammatica; Nomes collectivos que representam um corpo de qualquer classe; os titulos de formalidade legal, e authentica;: no principio de cada verso, e de cada uma regra de elogio; nos Adjectivos Patrios, e Gentilicos; Adjectivos e substantivos particularizados em concordancia; Pronomes, quando se referem a Deos e Verbos que affirmam o seu Poder Omnipotente, (...) tambem os Verbos, quando affirmam o Poder absoluto do Monarca; igualmente mando ou decretando por qualquer tribunal; os Tratamentos, nos Patronymicos; certos breves de reconhecido uso (pp.5-17).

Dependente da pontuação, o uso posicional da maiúscula de frase acontece depois de Ponto Final, do de Admiração, de Interrogação, e de Dois Pontos, quando tem começo a sentença ou dito, que posto se refira ao mesmo periodo, podia comtudo fazer por si só completo sentido (p. 6). A capitalização completa de um vocábulo restringe-se aos títulos de livros e seu frontispício, às inscrições, ao nome de Jesus, de grandes personagens, ou de elogios e oferecimentos.

Tavares de Macedo (1834/1861) secunda os precedentes (*nomes proprios de qualquer especie; nomes communs, quando se applicam a alguém como titulo de honra e dignidade; os nomes, que significão coiza, a que queiramos mostrar respeito e consideração; nomes de Artes e Sciencias, festividades; nomes Patrios; a primeira palavra de qualquer periodo; depois de ponto final, de ponto de admiração ou de interrogação; a primeira palavra de qualquer verso*), mas refere explicitamente o uso da minúscula a abrir o discurso directo, depois de dois pontos (1834, p.38).

Nunes de Andrade (1843) avança duas designações – *majusculas* ou *cabidolas* –, para referir os caracteres de maior dimensão, dotados de valor posicional e sintáctico, quando aplicados à primeira palavra de cada periodo, e bem assim depois de ponto de interrogação e de “admiração”. Com função distintiva ou semântica, a

maiúscula destaca sobretudo os axiônimos, mas não só: *nomes de Divindades, os nomes Proprios e seus Dirivados, Imperios, Reinos, Ilhas, Provincias, Cidades, Villas, Aldeas, Logares, Montes, Mares, Rios, Meses, Sciencias, Artes, Profissões, Titulos, Dignidades, Ecclesiasticos, Civis, e Militares, Tribunaes, corporações, e todos os nomes, que se estabelecem, como regras, e todos aquelles, que se escrevem por Antonomasia, e se estabelecem como Proprios* (p.15). Muito sucintamente, Barker (1843) distingue a capitalização, apenas aplicável nos títulos, frontispícios e epitáfios, nas inscrições, da maiúscula inicial, que recomenda nos seguintes casos: *nomes propios de homens e mulheres, imperios, reinos, provincias, cidades, villas, mares, rios, etc., ou tomados como propios; nomes de titulos de nobreza, de póstos militares; de artes liberaes, e sciencias; de officios; de parentescos; de sobrenomes, appellidos; no principio de qualquer dicto ou sentença; depois de de pontos final, interrogativo, e admirativo; naquellas palavras que dizem respeito ás pessoas com quem fallamos* (pp.16-17).

Sem grandes inovações, A. A. Pereira Coruja (1848) repete os usos anteriores, quer de tipo posicional ou sintáctico – *depois de ponto final, interrogação, ou admiração, depois de dous pontos; quando accusamos o dito ou sentença de alguém; –*, quer de tipo distintivo ou semântico, no caso do *nome de Deos verdadeiro; nomes propios de homens, mulheres, anjos, deoses e deosas falsas; nomes de imperios, reinos, regiões, provincias, cidades, villas, aldeias, montes, mares, rios, e mezes; titulos de honra, dignidades civis ecclesiasticas; postos militares, tribunaes e corporações; prenomes, sobrenomes, appellidos e parentescos; sciencias, artes e profissões, quando fazem objecto principal do discurso; por civilidade as palavras que dizem respeito ás pessoas a quem nos dirigimos; palavras que se referem ao Monarca* (p.35), mas confere-lhe também uma função estética quando serve para adornar a primeira linha do verso. Tal como nos anteriores ortografistas, a capitalização fica reservada para os títulos de livros e inscrições.

Figueiredo Vieira (1844/1859) nada acrescenta aos anteriores, mas insiste nas funções posicional, estética e distintivo-semântica:

“no principio da primeira palavra de qualquer periodo, ou que estiver de poncto d’admiração, ou interrogação, tendo estas terminado; no principio de primeira palavra de cada verso de qualquer poema, ou algum dicto ou sentença que citemos; no principio de nomes propios, gentilicos, de sciencias ou artes, dignidades ou profissões, corporações, ou tribunaes, de parentescos, e outros similhantes, quando se tomam em sentido individual e determinado; muitos nomes d’astros e ventos, apesar de serem propios, se escrevem, d’ordinario, com letra pequena: e que, nos documentos officiaes, é costume começar com letra grande todas as palavras, que se referem ao imperante (p.52).

O autor não menciona o processo de capitalização, ao invés de Lopes da Cruz (1856), que admite as capitais nos títulos, epítafios e inscrições, ao passo que a letra inicial maiúscula, de uso mais alargado, deverá figurar *no principio de cada verso, nos nomes nomes próprios substantivos; nomes de montes, fontes e rios; reinos, provincias, regiões, ilhas, cidades, villas, e aldêas; Nomes propios adjectivos que se derivam de nomes propios; Sobrenomes, appellidos, e alcunhas; Nomes de dignidades, e Sciencias, cargos e titulos, ainda que são appellativos; Tratamentos, quando se escreve, fallando com as pessoas; grãos de parentescos; todas as vezes que cabamos alguma regra, ou oração com ponto final; e também se faz o mesmo depois de dous pontos, quando depois d'elles se segue alguma sentença, ou resposta ou dicto* (pp. 6-7).

Fernes Alvernaz (1856) não se afasta dos anteriores:

“a primeira palavra de qualquer periodo, cada um dos quaes costuma ser distinguido por hum ponto final; a primeira palavra depois de dois pontos, quando declaramos as palavras de algum author, ou cousa, que com especialidade pretendemos notar; nomes propios, nomes de homens, e mulheres; regiões, reinos, provincias, ilhas, cidades, villas, e aldeas; artes, e sciencias; adjectivos, appellidos; noms de dignidades, cargos, e titulos, quando nelles se respeita as pessoas; tratamentos, quando se escreve fallando com as pessoas; grãos de parentescos”.

Ao recensear a doutrina respeitante às maiúsculas, António José Vaz Velho (1856) coloca-se mais na posição do comentador crítico do que na de verdadeiro ortógrafo. Na verdade, o autor consagra o Serão 5º a este aspecto do sistema gráfico: ali indica as diversas designações atribuídas pelos ortografistas a estas figuras e refere os usos por eles prescritos. Ao invés dos abusos cometidos pelos “Liberais exaltados”, Vaz Velho perfilha a parcimónia nesta matéria. A posição do autor parece ser ditada por um fundo ideológico, que não se repercute só na crítica à frequência exagerada das maiúsculas.

À tendência para a supertação de maiúsculas soma-se ainda Roque da Fonseca (1860), que as prescreve na *primeira letra de qualquer escripto, discurso, paragrapho, e capitulo; nomes de Deos, Santos, e Anjos; nomes propios de homens, mulheres, sobrenomes, appellidos e imperios, meios, provincias, cidades, praças, villas, aldeas; appellativos tomados como propios; nomes de sciencias, e artes; appellativos de pessoas, ou objectos respeitaveis, eclesisticos, civis, e militares; collectivos; titulos de escriptos respeitaveis; pronomes, e titulos de tratamento; pronomes relativos a Deos, e Verbos; pronomes relativos ao Soberano; exemplos que se referirem; depois de ponto final, interrogativo, admirativo, depois de dous pontos, quando se refere algum dito ou sentença; no principio de cada verso* (p. 27).

Ao contrário do anterior, J. Feliciano de Castilho (1860) alinha entre os que condenam a proliferação de maiúsculas em sinal de veneração:

“Considero ridicula a idea de que o grau de veneração se-meça pelo tamanho das letras. Sendo assim, deveríamos ter dous estalões: um para ir successivamente agigantando as iniciaes até a palavra Deus, outro para as-ir microspizando, até a palavra Satanaz (...) (p.137). “Repugna-me, portanto, o uso das cabidolas de respeito! Sá as-desejo impregar quando tiverem uma utilidade, a saber: no principio da escripta, paragrapho, citação ou verso, nomes de pessoas, terras ou titulos de obras litterarias ou artisticas” (p.138)

Já em Moreira de Sá (1862) voltamos a encontrar uma prescrição alargada das maiúsculas, e até mesmo das minúsculas. Estas ocorrem nos nomes próprios, sobrenomes e apelidos das pessoas; nomes de objectos, gentílicos e pátrios, nomes de reinos, tribunais, ciências, artes, titulos, virtudes, vícios, paixões, Jesus Cristo e tudo o que a ele se refira, depois de ponto final, depois dos pontos de admiração e de interrogação. As minúsculas ocorrem, por sua vez, nos apelativos, adjectivos, verbos, advérbios, preposições, interjeições, e nos nomes relativos a uma espécie de indivíduos.

Nunes Godinho (1866) postula o uso das maiúsculas, capitais ou iniciais no *frontispicio de qualquer obra impressa; nome de Deus verdadeiro; nos distiscos de qualquer estabelecimento; nos epitafios; nas inscrições de qualquer obra; no principio do texto de qualquer manuscripto, ou impresso; nos sobrenomes, appellidos, e alcunhas; nomes de dignidades, cargos, e titulos; tratamentos de nobreza; grãos de parentesco; sciencias, e artes; divindades alegoricas; nomes proprios quer sejam de homem ou de mulher; de anjos; cidades, villas, aldeias, montes, fontes, rios, imperios, reinos, provincias, regiões, ilhas, lagos, promontorios; nomes de adjectivos, patrios ou gentilicos; depois de ponto final, e de ponto de interrogação e ponto de admiração. A estes usos, o ortografista acrescenta também a maiúscula inicial de qualquer dicto ou sentença extrahido de outro escriptor, podendo ser substituída, neste caso, por outros recursos tipográficos, sugeridos por Nunes Godinho, como é o caso do sublinhado, expediente mencionado por Santos Valente e F. de Almeida (1886), da letra aldina e do sinal », ao qual não atribui, porém, qualquer designação específica (pp.17-20). Na mesma linha dos precedentes, Mascarenhas Valdez (1875) recomenda a letra grande no *frontispicio dos livros; no principio dos capitulos, e da primeira palavra de qualquer oração; nos nomes de anjos, homens, falsas divindades, animaes, reinos, provincias, rios, montes, cidades, constelações; nomes de sciencias; nomes de trumunae; tratamentos; em vocabulos de sentido mais consideravel; no principio de verso, ou de qualquer discurso que se relata de outros ainda que precedam só dois pontos; depois de ponto final, simples ou de interrogação e exclamação* (p. 97).*

De forma bastante concisa e directa, os já revidos Santos Valente e F. de Almeida (1886) apontam os casos em que deve ocorrer a maiúscula, a saber:

“primeira palavra do periodo; nos titulos de capitulos ou de outras divisões de livros; os titulos e denominações scientificas, litterarias e artisticas; a primeira palavra de cada verso; os nomes e attributos de divindades ou seres deificados; os nomes propios e appellidos de pessoas reais ou ficticias; os cognomes e attributos de pessoas; os nomes de cousas personificadas; os nomes propios geographicos; os nomes de ruas e outras designações topographicas; os nomes propios de corpos celestes; as abbreviaturas de termos scinetificos, especialmente de nomenclatura chimica; titulos, tractamentos e formulas honorificas, cargos e dignidades; denominações das faculdades e disciplinas cademicas e escolares, dos ministerios e outras instituições; titulos e denominações de corporações e sociedades; titulos de estabelecimentos publicos e particulares; cartas regias, decretos e mais diplomas officiaes, os nomes d’estes diplomas, as qualificações do soberano, os pronomes com que este fôr designado, os verbos que directamente se lhe referirem, e os nomes de pessoas ou cousas que lhe pertençam; em certas abbreviaturas (pp. 29-34).

De fora desta enumeração, ficam os nomes dos meses, assim como os nomes dos dias e das estações do ano (p. 34).

Atingido o auge da tendência para a elevação da frequência das maiúsculas, nas últimas décadas de oitocentos, parece levar a melhor a tendência oposta, muito antes manifestada pelo gramático Soares Barbosa, como vê, por exemplo, no sistema da **Ortografia Simplificada** (1889), onde o uso das maiúsculas restringe o leque de usos previstos em outros sistemas. De facto, neste sistema simplificado, a maiúscula aplica-se aos antropónimos, aos nomes de animais, aos de lugares (partes do mundo, reinos, províncias, cidades, vilas e aldeias); montes, mares, rios e fontes; nomes dos meses; sobrenomes e apelidos e aptronímicos; os títulos ou sobrenomes; os nomes de dignidades; empregos ou cargos honoríficos; tratamentos de cortesia; nomes colectivos usados em sentido particular ou notável; no princípio de todos os versos; os títulos das diversas contas, nos livros comerciais (pp. 57-58).

Apesar da variação numérica, confirmada pela ilustração acima, o sistema gráfico português não confere à maiúscula uma função morfológica, ao contrário do que sucede no alemão por exemplo, facto para o qual chamou a atenção Eugénio Pacheco (1899), ao aduzir explicações de distinta índole – históricas, gramaticais e lógicas –, para o uso das maiúsculas em diferentes épocas da história da escrita, e

atribuir a sua pluriferação à influência do gongorismo, por um lado, e, por outro, à imitação dos “sensorialistas” (sensualistas) franceses, em especial de Condillac, já na época pombalina (p. 24). Do ponto de vista linguístico, a “majusculação” tem uma função distintiva que consiste em identificar e individualizar pessoas e conceitos (nomes de pessoa, de entidades, lugares e noções abstractas), estando por isso associada à questão da definição dos chamados “nomes próprios”.

Se aos testemunhos dos ortografistas juntarmos também os dos gramáticos, teremos o quadro geral das ideias sobre este importante recurso do sistema gráfico. Ainda assim, atentaremos apenas nas regras expendidas pelos gramáticos que, de alguma forma, se tenham afastado dos sistemas antes apontados. Desde logo, importa realçar a doutrina de Soares Barbosa, expoente da contenção em matéria de prescrição do uso das maiúsculas, facto a que não será estranha a orientação racionalista da sua doutrina gramatical, avessa, portanto, a qualquer persistência de espírito barroco ou gongórico. A prová-lo, fica a redução a três do número de casos em que se aplica a maiúscula: 1. nos frontispícios dos livros e dos capítulos, depois de ponto final, de interrogação e de exclamação, no princípio de verso, ou de uma citação, mesmo quando precedida de dois pontos; 2. nos nomes de pessoas, animais e coisas; 3. nos títulos de honra e de dignidade, aplicados a pessoas particulares, nos nomes *patrios e gentílicos*, assim como em todo o objecto principal do discurso (p.60).

Por ordem cronológica, percorramos então a doutrina de outros gramáticos.

Embora a gramática de Sousa Dias (1804), que inclui a doutrina sobre as maiúsculas (*letras grandes e capitaes*) no capítulo da “ortografia das palavras”, se inscreva no movimento da chamada “gramática geral”, o autor propõe, ao contrário de Soares Barbosa, uma ampla aplicação das mesmas, quer como maiúscula de palavra ou de frase, quer como maiúscula de texto, pertencendo portanto ao nível da organização estética do texto; assim, deve figurar nos títulos de livros, inscrições de alguma obra, nas sepulturas, bem como no nome de Jesus todas as letras devem ser capitais; pela inicial maiúscula distinguir-se-ão capítulos ou parágrafos, períodos ou versos, os nomes próprios, sobrenomes, apelidos ou alcunhas de pessoas ou famílias, o nome de Deus, dos anjos, de reinos, regiões, ilhas, províncias, cidades, vilas, lugares; nomes de mares, rios, fontes, montes, ventos, planetas, estações do ano e

meses, nomes de apelativos de honra e dignidades, empregos, ou ofícios nobres, de tratamentos politicos e respeitosos, graus de parentesco, nomes de ciências; nomes relativos a mistério, excelência ou a pessoas importantes, nomes de virtudes e vícios, todo o objecto principal do discurso (p. 261), depois de ponto interrogativo, de ponto final, de admirativo, de dois pontos, quando estes anunciam sentença, resposta ou dito de alguém (p.262).

Se o leque de usos proposto por Baptista (1816)²⁹⁵ é mais restrito que o do anterior, mais económico ainda é o de Sebastião José Guedes Albuquerque (1820), que reserva as maiúsculas (*letras capitaes*) para a primeira palavra de qualquer livro, capítulo, carta ou bilhete, parágrafo, nome de Deus, nomes próprios de pessoas, lugares, ruas, montes, rios navios, adjectivos derivados de próprios, palavras de notável importância e as interjeições (pp.127-128). Na **Grammatica Portugueza** (1826), ainda se restringe mais a aplicação das maiúsculas (*letra maiuscula*), que apenas marcam distintivamente o princípio de qualquer discurso, capítulo e verso, os nomes próprios, os apelidos, os nomes de dignidades, tribunais, ciências, meses, ocorrendo também depois de ponto final, interrogativo e admirativo (p.108). Lopes Arneiro (1827) propõe a *letra grande* nos antropónimos, nos nomes de dignidades, títulos ou empregos, meses, ventos, rios, mares, regiões, impérios, provincias, ilhas, cidades, villas, aldeas lugares; tribunais, secretarias, ofícios públicos; nomes de parentesco; artes, ciências; nomes colectivos; títulos de formalidade legal, nomes pátrios e gentílicos, pronomes e verbos referidos a Deus, tratamentos, por reverência, o nome de Jesus deverá aparecer apenas com capitais (pp.183-184). Outro tanto recomenda J. J. Casimiro (1ªed. 1789; 2ª, 1792; 3ª 1811, com ed. até pelo menos 1838, Lisboa, Typ. Rollandiana), que aplica as maiúsculas aos títulos de livros e de qualquer papel ou carta, ao princípio dos versos, aos nomes próprios e sobrenomes, adjectivos gentílicos e pátrios, às formas de tratamentos, depois de ponto ou de dois pontos (p.85), depois de interrogação e de admiração (p.105).

²⁹⁵ Cf. **Comp. de Gramm. e Orth. Port.**, pp. 68-70: “(...) nomes proprios de homem , ou mulher, montes, fontes, rios, reinos, provincias, regiões, ilhas, cidades, villas, aldeias, sobrenomes, appellidos, e alcunhas”; nomes de dignidades, cargos, titulos”; “nomes de tratamentos, grãos de parentesco”; “nomes de sciencias, e artes”; “depois de ponto final, e ponto, e interrogação”; e de admiração”; “depois de dois pontos, no cazo de se seguir alguma sentança, resposta, ou dicto de alguem”.

Na escala axiológica que subjaz ao uso de maiúsculas, Midosi (1842), ao contrário de muitos dos anteriores, não dá a prioridade aos valores da religião: assim, à cabeça da lista fica a primeira palavra de qualquer período, ponto ou verso, e só depois vêm o nome de Deus, dos anjos, falsas divindades, antropónimos, regiões, reinos, cidades, vilas, aldeias, montes, mares, cabos, rios, os títulos de honra e dignidades; por último, aparecem os nomes de tribunais, corporações, ciências, artes e profissões (p.26). A mesma ordem de usos atesta-se em J. da Mota Pessoa Amorim (1842), que recomenda a maiúscula no princípio de qualquer texto, parágrafo ou capítulo, inculcando, portanto, uma função estética à estrutura externa dos escritos, mas também no campo dos hierónimos (Deus e os pronomes a ele referidos, santos, anjos, deuses falsos), antropónimos (apelidos e sobrenomes), dos nomes de reinos, impérios, cidades; nomes de astros, meses, dos apelativos em sentido próprio, e bem assim os títulos de tratamento, tratamentos devidos ao rei, o objecto do discurso, o início de cada verso, depois de ponto, de interrogação e de admiração (p. 71). Andrade Júnior (1844) prescreve, por sua vez, os seguintes usos: nomes de divindades, antropónimos, cidades, reinos, montes, rios, regiões, vilas, mares, meses, navios, nomes de ideias abstractas personificadas, nome de títulos, empregos, dignidades ou profissões, quando empregados como nome próprio de indivíduos a quem dirigimos o discurso, todo o nome próprio convertido em comum, a primeira palavra de um discurso, depois de ponto final, de ponto de interrogação ou exclamação, títulos de obras e suas divisões, a primeira palavra de cada verso, nas citações e na exemplificação (pp. 287-288).

Também Coruja (1847) insiste no uso da maiúscula posicional (princípio de cada período) e de frase (depois de ponto final, de interrogação e de admiração), seguida pela maiúscula de palavra (antropónimos, impérios, reinos, ilhas, províncias, cidades, rios e meses; títulos, dignidades civis e eclesiásticas, postos militares, nomes de ciências, artes e profissões, sobrenomes, apelidos e parentescos, as palavras dirigidas às pessoas a quem falamos, a primeira palavra de cada verso, p.72). Segundo Ferreira Pestana (1849), a maiúscula distingue os nomes de pessoa ou de divindades, cidades, montes, rios; figura também depois de um ponto final, de interrogativo ou de exclamação, nos nomes de magistratura e dignidade, títulos de obras, em maiúsculas de maior tamanho, nomes de corporações, o princípio de cada

verso (pp.166-167). Nesta linha, situa-se Domingos Lourenço (1860), que prescreve as letras maiúsculas com função de pontuação de texto (*principio de qualquer Escripto, discurso, Paragrafo e capitulo*); como pontuação de palavra ocorre nos antropónimos, nomes de impérios, reinos, províncias, cidades, praças, vilas, aldeias, sítios, comarcas, distritos, bairros, montes, serras, mares, rios, costas, ilhas, nações, astros, meses e ventos, nomes de ciências artes e ofícios, nomes de pessoas e de escritos respeitáveis (eclesiásticos, civis e militares), nomes colectivos, nomes e verbos relativos a Deus e ao soberano, princípio de cada verso; como pontuação de frase, aparece depois de ponto final, de admiração e de interrogação. A capitalização só se aplica ao nome de Jesus, e, por razões estéticas, os títulos de livros, os epitáfios e outras inscrições (pp.109-111). Ao contrário deste, em Valejo Espada (1861) a maiúscula de frase precede maiúscula de palavra, visto mencionar primeiro o uso no início de discurso, depois de ponto final, ponto de admiração ou interrogação, na fala de um interlocutor ou nas citações, para só depois referir os nomes de anjos, os antropónimos, as divindades, os gentílicos, as ciências, as artes, liberais, dignidades, tribunais, tratamentos, lugares, rios, montes, animais, epítetos e pronomes relativos a Deus e ao rei (pp.150). José M. Correia de Lacerda (1862) coincide com este leque de usos. A sua lista é encabeçada pela maiúscula de texto (princípio do discurso, período), logo seguida da maiúscula de verso, e da maiúscula de frase (depois de ponto, de interrogação e de admiração); por último, aparece a maiúscula de palavra, aplicada aos hierónimos (nome de Deus, anjos e divindades), gentílicos, antropónimos, de ciências e artes, de dignidades e profissões, de lugares, reinos, províncias, cidades, vilas, aldeias, montes, rios, de parentescos, de tratamento, de tribunais, de sobrenomes, apelidos e alcunhas, epítetos, artigos e pronomes relativos a Deus e ao soberano, e ao início de citação, onde tem função de pontuação de frase.

Além de especificar que a maiúscula ocorre depois de dois pontos nas citações (p. 50), Lourenço Geraldês de Vasconcelos (1864) acrescenta os títulos de casas. No **Comp. de Grammatica Portugueza** (1865) e na **Grammatica da Eschola Primaria** (1866) repetem-se enumerações anteriores.

Mais ampla ainda é a lista de Mendes Pinheiro (1869), quando prevê a aplicação das maiúsculas nos seguintes casos:

“títulos dos livros e a primeira palavra d’estes; a primeira letra de qualquer capitulo ou paragrapho; a primeira palavra de qualquer periodo; depois dos pontos de interrogação e de admiração (...); depois de dous pontos, quando depois d’elles se segue alguma sentença, resposta ou dicto d’alguem; o nome de Deos verdaeiro, dos Anjos e de divindades falsas; nomes proprios d’homens e mulheres; sobrenomes; reinos, regiões, ilhas e seus patronimicos, os de cidades, villas e logares; de mares e rios; de montes; de ventos; de plantas; de planetas; de mezes; os das estações do anno; os appellativos d’honras e dignidades; os de tribunaes e corporações; os de sciencias e artes; cousas que pertencem a grandes pessoas; os de vicios e virtudes; quando huma só lettra significa uma palavra inteira; os de tratamentos politicos” (p. 163).

Na hierarquia de valores que preside à prescrição do uso das maiúsculas, Luís de Sousa (1878) dá a prioridade à maiúscula de texto (primeira palavra de um discurso ou de verso), seguida da referência hieronímica (nome de Deus (...) anjos, divindades falsas), da maiúscula de frase (depois de ponto, depois de ponto de interrogação e de admiração), da toponímia e da antroponímia (incluindo os prosónimos), meses, títulos de honra e dignidade, nomes de tribunais e corporações, ciências, artes e profissões, parentesco e tratamento, epítetos, artigos e pronomes relativos à majestade (divina ou humana), e o início das citações (p.193). Mais sucinto, o brasileiro A. Luzes (1896) prevê o uso da maiúscula no início do período, das *inscrições e nomes proprios de pessoas, cidades, rios, montes, ruas, paizes*, assim como nas abreviaturas (*Illm.e Exm. Snr.; V. S.; V. Ex. V. A.; V. M.*, p.41).

Por último, Cabanita (1897) enumera pormenorizadamente os empregos das *letras maiusculas*, que se aplicam aos nomes geográficos (partes do mundo, países, regiões, povoações, mares, montes, ilhas, rios, cabos, corpos celestes, ruas), antropónimos e prosónimos, em início de período, depois de dois pontos no início de citação, nos títulos de capítulos e outras secções, nas denominações científicas, literárias e artísticas, nas abreviaturas, nos títulos, cargos e dignidades, corporações, sociedades e estabelecimentos, documentos oficiais, qualificativos e verbos referentes ao rei e sua família, todas as pessoas ou coisas merecedoras de respeito ou veneração; a primeira palavras de cada verso; abreviaturas científicas (pp. 58-60).

Embora com variações, são no entanto mais restritivas as enumerações propostas por outros gramáticos oitocentistas: Figueiredo Vieira (1844)²⁹⁶, P. Wake (1851)²⁹⁷, Forjaz de Sampaio (1851)²⁹⁸, Pinto Abreu (1852)²⁹⁹, Herculano M. dos Reis Tavares (1853)³⁰⁰, João António Dias (1854)³⁰¹, Teixeira de Vasconcelos (1857)³⁰², Moniz Barreto Corte-Real (1859)³⁰³, Vergueiro e Pertence (1861)³⁰⁴, Sotero dos Reis (1866)³⁰⁵, Caldas Aulete (1864)³⁰⁶, Freire de Macedo (1867)³⁰⁷,

²⁹⁶ Cf. **Comp. Elem. de Gramm. Port.**, 2ªed., p. 80: “No principio dos periodos, e depois de ponto de admiração ou interrogação”, “no principio de cada verso de qualquer poema”, “tambem no principio d’algum dicto ou sentença que citamos”, “no principio dos nome sproprios, gentilicos, de sciencias ou artes, dignidades ou profissões, de parentescos, e outros semelhantes, quando se tomão em sentido pessoal e determinado”.

²⁹⁷ Cf. **Comp. de Gramm. Port.**, p. 65: “(...) no principio dos periodos, depois de ponto d’admiração, ou d’interrogação”, “no principio de cada verso”, “no principio d’algum dito ou sentença d’algum author”, “nomes propios, gentilicos, sciencias, ou artes, dignidades, ou profissões, parentesco, e outros semelhantes”.

²⁹⁸ Cf. **Gramm. da Infancia**, pp. 52-53: “Escrevem-se com letra grande: a primeira palavra da palavra de uma phrase separada da precedente por um ponto final (...) ou por, ponto de admiração ou de interrogação”, “(...) a primeira palavra de algum dicto que referimos, e a primeira de cada verso (...)”, “(...) os titulos de honra e dignidades, que se applicão a um sugeito em particular (...)”, “os nomes de tribunaes (...) e o de corporações, sciencias, artes e profissões (...)”.

²⁹⁹ Cf. **Novo Methodo para aprender a Gramm. Port.**, pp. 87-88: “(...) no principio do discurso, ou verso”, “nomes propios”, “no meio do discurso, ou verso, se expressa algum dito, sentença, ou fala, que outrem disse (...), para “rgrandecer alguma cousa, ou pessoa”, “nomes relativos a Deos”, “sobrenomes, cognomes, patronimicos, e familiares de homens e mulheres”, “tractamentos, dignidades, ou empregos”.

³⁰⁰ Cf. **Gramm. da Ling. Port.**, p. 44: “(...) no principio dos periodos, e depois de ponto de admiração, ou interrogação (...)”, “no principio de cada verso de qualquer poema, e tambem no principio d’algum dito, ou sentença que citemos”, “nos nomes propios, gentilicos, de sciencias, ou artes, dignidades, ou profissões, de parentesco e outros similhnates quando se tomam em sentido pessoal”.

³⁰¹ Cf. **Novissima Gramm. da Ling. Port.**, pp. 99-100: “nomes propios, Deos, Anjos, reinos, provincias, mares, rios, villas”, “a primeira letra da palavra que começa qualquer escripto, discurso, paragrapho, capitulo, verso, elogio”, “qualificativos”, “nomes de titulos, dignidades e empregos”, “tribunaes”, “sciencias e artes”, “depois de ponto final”, “depois dos pontos admirativo e interrogativo”, “nomes de astros, estações, mezes, dias, sobrenomes e os pronomes que se referem a Deos ou Reis”.

³⁰² Cf. **Curso de Gramm. Port. e Lat.**, pp. 439-440: “A Letra inicial d’o primeiro vocabulo de qualquer Ponto, Sentença, Verso, ou Fala”, “os nomes propios e ... derivados”, “os appellativos de dignidades, Festas, Artes,... toda a palavra que exprime alguma idea mais importante e transcendente”.

³⁰³ Cf. **Epitome da Gramm. Port.**, p. 165: “letra grande: a inicial da primeira palavra de qualquer periodo, sentença, verso ou falla; dos appellativos de dignidades, festas; artes, e sciencias; e de qualquer palavra, que exprime idéa mais importante e transcendente (...)”.

³⁰⁴ Cf. **Comp. de Gramm. Port.**, p. 134: “A primeira letra da palavra porque principia o discurso; a primeira letra de um nome proprio, ou de tractamento; a primeira letra da palavra porque principia uma citação; (...) nomes communs applicados a pessoas particulares; a primeira letra da palavra que se segue a ponto; a primeira letra da palavra que faz o objecto principal da discussão”.

³⁰⁵ Cf. **Gramm. Portuguesa**, p. 255: “(...) inicial de todos os periodos, (...) de nomes propios, (...) do tratamento que se dá aos rês e principaes autoridades, aos titulares, (...) nos versos, (...) inicial de alguma palavra que se queira distinguir no discurso (...)”.

³⁰⁶ Cf. **Grammatica Nacional**, pp. 69-71: “escreve-se com letra maiuscula a primeira de um discurso, a de paragrapho e a primeira depois de um ponto final (...)”; “(...) depois de dois pontos, quando as palavras que se seguem são de outrm (...)”; “(...) depois de uma interrogação ou admiração (...)”;

Cont. pág. seguinte.

Fernandes Pinheiro (1870)³⁰⁸, A. Epifânio da Silva Dias (1870/1880)³⁰⁹, em cuja doutrina sobre as maiúsculas pontifica a economia, Bento J. de Oliveira (1880)³¹⁰, Jacob Bensabath (1882)³¹¹, Gonçalves Lage (1883)³¹², o brasileiro A. Estevão da Costa e Cunha (1883)³¹³, Almeida Neto (1884)³¹⁴, Júlio Ribeiro (1881/1885)³¹⁵, Monteiro Leite (1887)³¹⁶, Medeiros Botelho (1887)³¹⁷, Figueiredo e Castro (1887)³¹⁸,

“nomes de homem, os geographicos, os titulos, as dignidades, os empregos e tamabem as palavras com que representamos as idéas para nós de respeito (...)”.

³⁰⁷ Cf. **Comp. de Gramm. Port.**, p.208: “(...) principio de palavra (...) nos frontispicios de livros, e principio de periodo, de verso, e de palavras d’outrem”, “nos nomes proprios de pessoas ou de coisas”, “nomes communs quando se empregam como titulo honorifico ou de cargo, officio”, “nos patronimicos e nos gentilicos”, “nomes de objecto principal do discurso”.

³⁰⁸ Cf. **Gramm. Portugueza**, p.125: “No principio dos periodos, e sempre que a plavra antecedente fôr seguida de ponto final”, “a primeira palavra de cada linha nos versos”, “palavra que se seguir aos dous pontos, quando estes formam sentido quasi que independente, e sempre que referirmos quasi que independente, e sempre que referirmos palavras ditas por outrem (...)”, “depois de ponto de interrogação e de admiração”, “nomes de homens, mulheres, cidades, villas, reinos, imperios (...)”.

³⁰⁹ Cf. **Gramm. Port.**, 3ªed., 1880, p.151: “Com letra inicial maiuscula escrevem-se, entre outras palavras, os substantivos proprios (na maioria dos casos), a primeira palavra de um periodo grammatical, a primeira palavra de um dito ou sentença ou falla que se apresentem em discurso directo”.

³¹⁰ Cf. **Nova Gramm. Port.**, 13ª ed. (1ª 1862), p. 135: “A primeira palavra do periodo ou verso”, “a palavra que se segue ao poncto final, ao de interrogação e admiração (...)”, “se a pergunta for dividida em partes, bastará escrever com letra maiuscula a palavra que seguir a poncto de interrogação (...)”, “a primeira palavra de dicto ou sentença, que se segue a dois pontos (...)”, “o nome de Deus e todos os nomes proprios”, “os nomes (...) de titulos de honras e dignidades, quando se assplicam particularmente a uma pessoa (...)”, “tribunaes e corporações”, “sciencias, artes e profissões, quando se tomam individualmente”, “epithetos”, “(...) todas aspalavras que nos representem idéas de veneração, superioridade (...)”.

³¹¹ Cf. **Gramm. das Escholas Primarias**, p. 245: “Os substantivos proprios, e nomes de titulos, dignidades, tratamento”, “nomes que representam idéas de veneração, superioridade, epithetos”, “nomes de sciencias, artes e profissões”, “a primeira palavra do periodo ou verso”, depois de ponto de interrogação ou de admiração se o sentido está completo”, “depois de dois pontos quando se seguir citação d’algum auctor”.

³¹² O autor comenta em nota que o uso moderno prefere a minúscula nos titulos honorificos, no principio dos versos, os nomes gentilicos, os de ciências, artes e outros semelhantes”, embora na lista inclua ainda os dois primeiros casos: “(...) no frontispicio dos livros, no principio de versos, de periodos e de palavras d’outrem”, “no principio de nomes communs, quando se empregam como titulo honorifico”, nomes patronimicos ou gentilicos”, “nomes do objecto principal do discurso”, cf. **Novissima Gramm. Port.**, 2ªed., p. 175.

³¹³ Cf. **Manual do Examinando de Português**, p. 232: “(...) nomes proprios”, “substantivos nacionaes ou patrios”, “nomes que representem entes moraes personificados”, “cargos, dignidades”, “as expressões de tractamento”, “objecto principal do discurso”, “principio de sentenças e citações...mesmo depois de dous ponctos”, “principio do discurso e depois de cada poncto final”. O autor alude ao uso da minúscula no principio de cada verso.

³¹⁴ Cf. **Escholiaste Portuguez**, p.370: “ (...) começo de hum periodo”, “de cada verso”, “depois de ponto final, e de ponto de interrogação ou de admiração”, “citação, dito ou sentença”, “nome de Deus”, “nome proprio”, nomes de titulos, honras, dignidades, de tribunaes e repartições ou corporações, de sciencias, artes, profissões, de epithetos”.

³¹⁵ Cf. **Gramm. Port.**, p.323: “(...) no começo de sentenças, ...de citações, na palavra que segue aos pontos de interrogação e admiração...., nomes proprios ou nos communs tomados como taes, nomes de tractamento, no principio de cada verso, nos titulos de livros, jornaes”.

³¹⁶ Cf. **Gramm. Port. dos Lyceus**, p.238: “primeiras palavras do periodo e tambem do verso”, “as primeiras palavras depois dos pontos finaes, admirativos, interrogativos”, “a primeira palavra d’uma

Cont. pág. seguinte.

M. O. Rodrigues da Costa (1887)³¹⁹, Claudino Dias (4ª ed.1889)³²⁰, L. Bernardino Pacheco (1894)³²¹, e Pessoa de Barros (1894)³²².

Para além da enunciação dos usos, realizada pelos ortografistas e gramáticos acima compulsados, no quadro das ideias ortográficas respeitantes à maiúscula merece destaque o pequeno **Ensaio sobre o Uso das Letras Capitaes** (1870), de J. Feliciano de Castilho, publicado juntamente com o **Tratado Elementar da Pontuação** (cf. supra, 6.1.1.). De facto, ali deparamos com uma das mais completas exposições oitocentistas sobre este aspecto da pontuação de palavra, porquanto o autor não se limita a expender regras, procurando reflectir sobre as diversas vertentes da funcionalidade da maiúscula, como o próprio título de anuncia. Vale, pois, a pena atentar neste **Ensaio**.

Em primeiro lugar, Castilho refere as designações *letras capitaes*, ou *maisculas*, ou *letras grandes*, definidas como umas *letras maiores do que as outras, e que tem uma figura particular*, por contraste com as minúsculas (p.35), para depois indicar a função genérica da maiúscula – servir para conferir relevo a certas palavras relativamente a outras, tanto nos manuscritos como nos impressos. Ora, na diferente interpretação desta função radicam precisamente, segundo o autor, as contradições

citação que se segue a dois pontos”, “divindades”, “títulos e dignidades”, “tratctamentos das pessoas”, “as pessoas por suas qualidades”, “jurisdicção superior”, “repartições, tribunaes e corporações respeitaveis”.

³¹⁷ Cf. **Gramm. Port. Elementar**, p.134: “Nos frontispicio dos livros, nos titulos dos jornaes, nas taboletas e n’outras inscrições”, “nos nomes proprios de pessoas... nomes proprios de cousas”, depois de ponto final, de interrogativo e de admirativo”, “sentenças e citações quando se seguem dois pontos”, “principio de cada periodo e de cada verso”, “nomes de tratamento”.

³¹⁸ Cf. **Elementos de Gramm. Port.**, p. 97: “(...) principio de nomes proprios e appellidos de pessoas” “principio de periodo e depois de ponto final e de ponto de interrogação (...)”, “principio de algum dito ou sentença que citemos”, “principio de nomes de honras, dignidades, sciencias, artes, profissões, parentesco”.

³¹⁹ Cf. **Gramm. Port.**, p. 17: “inicial dos nomes proprios, quer de homem, quer geographicos”, “nomes de titulos, dignidades e empregos”, “depois de ponto final, ou no principio de periodo”, “depois de dois pontos, quando se seguem palavras citadas”, “quasi sempre depois de uma admiração ou interrogação”.

³²⁰ Cf. **Rudimentos de Gramm. Port.**, p.93: “substantivos proprios”, “a primeira palavra de um periodo grammatical”, “a primeira palavra de um dito ou sentença ou falla”.

³²¹ Cf. **Gramm. Elem. e Practica da L. Port.**, p. 83: “Nas primeiras palavras do periodo e tambem do verso; nas primeiras palavras depois dos pontos finaes; a primeira palavra d’uma citação, que se segue a dois pontos; as palavras que designam tratamento de pessoas e os nomes proprios”.

³²² Cf. **Ensaio Gramm. da Ling. Port.**, p. 22: “Deus e Deuses dos pagãos”, “a primeira letra de qualquer pensamento, ecripto, carta ou poesis”, “depois de ponto final, de interrogação, admiração”, “todos os nomes de logar, ventos, rios, astros”, “nomes de titulos, sciencias, artes, officios”, “nomes de tratamento inherentes aos soberanos, clerigos, magistrados”, “todos os nomes proprios de pessoas, cousas, logares, ou mesmo qualquer nome empregado como proprio”.

entre as práticas do seu tempo. Por outro lado, sublinha ainda Castilho a estreita relação entre o uso das maiúsculas e a prática da pontuação, aspecto que nem sempre vimos explicitado pelos ortografistas, apesar de tratarem do uso da maiúscula junto de certos pontemas. Por isso, o autor julga conveniente uma regulamentação mínima em matéria tão sujeita a variações individuais, uma vez que a elevada frequência da maiúscula lhe reduz a distintividade. Feitas estas considerações, o uso da maiúscula é expandido em doze regras que recobrem, assim, toda a gama de ocorrências desta pontuação de palavra, mesmo aquelas que se prendem com a pontuação de frase. Contudo, a necessidade de um uso parcimonioso da maiúscula, de molde a assegurar as suas funções, é a regra da qual dimanam as restantes. Assim, a maiúscula confere relevo e individualiza os nomes próprios, os *entes abstractos personificados*, os *nomes das nações emoregados substantivamente*, ao mesmo tempo que distingue os diversos sentidos de uma palavra, lembra o principal objecto do discurso e assinala as pausas do discurso. O uso da maiúscula nos nomes próprios é universal, mesmo quando são lexicalizados como substantivos comuns (*Camões é o Homero dos Portuguezes*). Qualquer que seja a extensão do seu significado (individual ou colectiva), os *nomes appellativos* dispensam a letra maiúscula, e o mesmo relativamente aos seus epítetos ou complementos. Na situação anterior, integram-se os nomes dos meses e dos dias da semana, por serem entendidos em geral como substantivos comuns (*appellativos*), mas usa-se a maiúscula naqueles que determinam um nome próprio ou o substituem (*Torre por Torre de Londres, o Rei em vez do monarca*), nos numerais com valor de nome próprio (*o autor da versão dos Setenta não é conhecido*), e bem assim nos substantivos comuns nos títulos dos livros, quadros ou navios. Do mesmo modo, a maiúscula ocorre nos *nomes das nações* e nos gentilícios (*Gregos, Italia, Carthaginezes*), salvo quando tomados adjectivamente (*monarchia franceza, flegma hollandeza*), mas não se aplica às respectivas línguas (*lingua franceza, hebreo, árabe, portuguez*). A maiúscula dá relevo a substantivos do âmbito religioso: nomes de religião, ordens monásticas e seus membros (*Pagão, Dominicano, Jesuita*), com excepção dos nomes abstractos que se grafam com minúscula (*paganismo, christianismo*). Mas os nomes abstractos de dignidades, de artes, ciências e de todos os entes abstractos são grafados com minúscula (*realeza, grammatica, theologia*), ainda que os nomes de artes possam ser

tendências contraditórias: por um lado, a da economia, apostando no elevado rendimento funcional e na distintividade das palavras em que a maiúscula ocorre; por outro lado, a da redundância, que conduz ao fraco rendimento da oposição maiúscula-minúscula. Nestas condições, associada a valores de natureza extra-linguística – religiosos, sociais e culturais *lato sensu* –, que marcam de forma explícita ou tácita as listas de usos acima transcritas, durante o período oitocentista a tendência para a superfetação do sistema em maiúsculas leva a melhor sobre a tendência para a economia, proporcionalmente menos representada. Para além do seu papel como estruturador semântico do léxico, importa também referir a relação da maiúscula com a pontuação, uma vez que ela identifica os limites da frase, unidade de sentido compreendida entre uma maiúscula e um ponto (final, interrogativo ou exclamativo), e marca a autonomia sintáctica e semântica de certos segmentos, como é o caso da maiúscula inicial das citações depois de dois pontos, assinalando assim uma mudança do sujeito da enunciação.

Tal como a maiúscula, à pontuação de palavra pertencem também as abreviaturas, aspecto que nem sempre é tratado de forma explícita pelos ortografistas. Não é esse o caso de Ferreira da Costa (1818), que a elas e à taquigrafia consagra o capítulo VI (pp.113-117) da Primeira da Parte (*Escripturação*) do seu **Tratado de orthographia portugueza**: ali o ortógrafo expõe uma série de regras para sistematizar o uso arbitrário dos *breves* que constituem aquilo a que ele chama a *taquygrafia alfabetica*. A inclusão de uma matéria mais especializada do que a simples indicação das abreviaturas, como era habitual nos manuais ortográficos, demonstra não só o conhecimento deste método de escrita rápida, como pressupõe que famosos métodos franceses, ingleses e espanhóis já vinham sendo divulgados e ensinados entre nós, tanto mais que até residiam em Portugal professores estrangeiros, como Ângelo Ramón Martí, taquígrafo-mor em Lisboa e autor da versão portuguesa (**Tachygrafia Portugueza**, 2ª ed., Lisboa, Impressão Regia, 1828; 1ª ed. 1822) da obra de seu pai Francisco de Paula Martí, o introdutor da taquigrafia em Espanha.

Quanto às abreviaturas propriamente ditas, o seu uso restringe-se, nos impressos, a apenas alguns títulos (D., Fr.) e formas de tratamento (V. Exª., V. Sª).

6.2.2. Hífen

Antes de o hífen se fixar como designação habitual, a unidade [-] recebera várias designações mais ou menos especializadas, como é o caso de *diastase*, e a sua variante *diastasi*, *conjuncção*, *traço de união*, *risca de união*, *risco* ou *linha de união* (e de divisão), *risquinha*, *divisoria* e *tirete*. Esta última, cuja primeira ocorrência nos conspectos lexicográficos data de 1881³²⁴, resulta da adaptação do francês *tiret*, e, nos textos metaortográficos, aparece em Cabral de Mendonça (1860), Barbosa Leão (1886) e na **Ortografia Simplificada** (1889), por exemplo. Do mesmo modo, o termo diástase chegou à terminologia e à doutrina metaortográficas por intermédio do francês *diastase*³²⁵, oriundo do grego *diástasis* “separação”, e aparece primeiro em Caetano de Sousa (1807). O termo *diastase* regista-se igualmente em Coruja (1848), ao lado da designação mais tradicional de *risca de união*, unidade que figura entre os “outros sinais orthograficos”, isto é, aqueles cuja função tem mais incidência nos níveis da palavra e do texto do que no nível da frase. Curiosamente, devido ao sentido etimológico – separação –, o termo surgirá ainda em Mascarenhas Valdez (1875), como equivalente dos termos relativos à separação assinalada pela *diérese* ou pelo *trema*.

Nos restantes ortógrafos, registam-se as opções terminológicas seguintes: Pedro José da Fonseca (1809), Sousa Monteiro (1830; 1ª 1807), M. Justino Pires (1843), Fernes Alvernaz (1856) e Mascarenhas Valdez (1875) referem o *risco* (o primeiro e o último), a *linha de união* ou *signal de união* (Alvernaz); no **Comp. Orth.** (1812) só figura o termo comum *risquinha*; R. Ferreira da Costa (1823) usa os termos *hyphen* ou *divisão*; Apolinário (1831/1843/1846) recorre ao termo *divisão*, para referir a translineação, mas sem indicação explícita de qualquer marca gráfica, ao passo que no caso da função morfo-sintáctica a unidade recebe a designação de

³²⁴ Cf. A. G. Cunha, **Dic. Etim.**, p. 772, reportando-se ao **Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa**, de Caldas Aulete; já Machado (**Dic. Etim.**, V, p. 308) situa o termo em 1890, na 3ª ed. de Moraes; igualmente recolhido por Cândido de Figueiredo, no **Nôvo Dicc. de Lingua Portuguesa**, 2º vol., 1899, p. 617.

³²⁵ Cf. A. G. Cunha, **Dicion. Etim.**, 1994, p. 262.

*signal de união*³²⁶. Às anteriores, soma-se a designação *divisoria*, avançada por Nunes de Andrade (1843).

São três as funções desta unidade: marca de translineação, marca de composição lexical e marca de relações morfo-sintáticas, sendo que no primeiro caso indica a divisão da palavra gráfica e fónica em final de linha, no segundo está associada à formação de palavras, e, no terceiro, liga pronomes átonos a formas verbais, quer na ênclise quer na tmese, embora alguns autores oitocentistas a tenham usado também na próclise. No tratamento desta unidade, nota-se, desde logo, que as três funções antes apontadas não assumem a mesma importância, visto que a parte de leão da doutrina sobre o hífen, qualquer que seja a designação adoptada, cabe à translineação ou divisão silábica, seguida da função morfo-sintáctica. Também é de sublinhar que a chamada função lexical só adquire relevância numa época mais adiantada do século, situação que aqui procuraremos determinar a partir de uma revisão cronológica das fontes oitocentistas.

O anónimo autor do *Compendio Orthographico* (1812) alude à “risquinha” no âmbito da divisão de palavras, ou seja, da translineação, à qual acrescenta a ligação de formas pronominais ao verbo antecedente³²⁷ (função morfo-sintáctica), no que é seguido por M. Justino Pires (1843), entre outros.

Rodrigo Ferreira da Costa (1818) fornece-nos dois testemunhos acerca desta unidade plurifuncional. Assim, em 1818, trata do *hyfen* ou *divisão* no âmbito *escripturação*, a primeira parte da ortografia, onde é descrito como *uma risca horizontal* (p.112) que desempenha as funções de hífen silábico e de hífen sintáctico ou de ligação, isto é, indicar a translineação e ligar duas ou mais formas pronominais enclíticas ao verbo (*faz-se, tome-o, deu-lhe, torna-se-nos*). Um caso particular merece a sua atenção: a colocação do hífen quando o infinitivo verbal é seguido de pronome o, a. Depois de hesitar entre a ligação directa do pronome e a colocação do hífen seguido da lateral da forma pronominal (*fazelo-fazel-o*), opta pela primeira

³²⁶ Cf. 1831, p. 28: “Os verbos, e participios a que se seguir terminação conjuncta dividem-se com tirete - (signal de união) v.g.: *Defende-me, Amo-te, Castiga-mo, Castigai-vos, tire-se, Tira-lhe, Fallai-nos, Admitte-o, Aborrecem-to, Amar-te-has, Defender-vos-hemos, Contemprar-se-vos-hia, etc.*”

³²⁷ Cf. pp. 12-13: “(...) por este signal vemos que a palavra se continúa na regra seguinte; como em *Ser-ra, fas-sa, In-no-cen-cio, etc.*”; “(...) depois dos verbos se seguirem as palavras *me, te, se, nos, vos, mo, ma, mos, to tos, tas, lho, lha, lhos, lhas, lhe, lhes, o, a, os, as:* (as quais syllabas são breves); como dá-me, faz-se, ensinou-lhes, etc.”

solução (*partila*, p.103), conquanto reconheça ser corrente a separação (*traze-lo*). Não alude ao chamado hífen lexical, ou seja, a unidade que une as partes de um substantivo composto, aspecto que já havia sido mencionado por ortografistas precedentes. Em 1823, Ferreira da Costa volta a identificar quer o hífen silábico (*hyfen* ou *hyphen*), quer o hífen de ligação de enclíticas ao verbo, continuando a rejeitá-lo nas proclíticas³²⁸.

Quanto à translineação, o ortografista estabelece várias regras, resultantes todas elas princípio da inseparabilidade dos componentes históricos, pelo que mais parece estar em causa o conceito de “sílabo gráfica” do que uma verdadeira “sílabo fónica”: assim, não se separa a letra inicial ou final de uma palavra; dividem-se as consoantes dobradas; reparte-se também a sequência <ns> (*pen-são*, *con-stituir*), salvo em *trans* (*trans-acção*); não é divisível a sequência <mn> (*inde-mnizar*); indistintamente do seu valor, o <s> intervocálico é sempre inicial de sílabo (*re-saibo*, *des-aguar*); não se separa o suporte vocálico de <qu, gu>; ao contrário dos outros encontros vocálicos, as vogais dos ditongos não são separáveis (*descui-do*, *reca-ndo*); as palavras formadas com o concurso de prefixos latinos dividem-se pelos prefixos (*des-ob-struir*, *in-sub-ordinado*, *ab-omina*, *in-ex-acto*)³²⁹, excepto estes forem seguidos de *s* (*abs-ter-se*, *abs-tracto*); as palavras compostas separam-se pelos seus componentes (*hemi-sferio*, *manu-scripto*). Derivada do princípio etimológico por atender à formação histórica das palavras, a “divisão morfológica” é o critério que rege o conceito de sílabo, e, por conseguinte, a divisão silábica das palavras no processo de translineação, ao arripio da “sílabo fonética”, que só virá a prevalecer bem mais tarde.

Ventura da Silva (1834) não menciona qualquer designação específica (*risquinha*) para esta unidade gráfica e apenas se ocupa dela ao descrever a divisão das palavras, em cujo âmbito também trata da ligação das enclíticas aos verbos.

³²⁸ Cf. p. 147: “O hyphen (ou divisão) he empregado na escripta latina para indicar no fim de regra palavra partida, que continua na linha inferior. Na nossa escripta usa-se para o mesmo fim: e tãoobem para separar as partes dos vocabulos compostos accidentalmente de duas dicções, e ás vezes de tres, sendo commumente a primeira verbo, e a segunda artigo ou pronome; como em *ama-o*, *dixe-lhe*, *faz-se-me preciso*, &c. Quando o artigo, ou pronome se antepõe ao verbo, separão-se sem hyfen. Por exemplo: *elle o ama*; *ja lhe dixee*; *por isso se me faz preciso*; &c.”

³²⁹ Diferente solução está prevista, no entanto, para as palavras formadas na língua portuguesa por prefixação: *res-caldar*, *res-paldo*, *res-pingar*, etc.

Cunha Portugal (1837) diverge dos precedentes ao reconhecer a função lexical do hífen, embora o faça por influência de Madureira Feijó (1734/1739), cuja doutrina sobre as “regras particulares da pontuação” segue; pelo mesmo motivo, apresenta os termos *conjunção* e *hyphen*, adstritos exclusivamente à composição de palavras, como se vê no parágrafo 200 da sua **Orthographia** – *A conjunção, a que os Gregos chamão hyphen, é um signal, que se figura como um v consoante, com uma risquinha antes, e outra depois, direitas, deste modo -v-; e serve este signal para unirmos duas palavras, que per si são separadas, como se forão uma só na pronunciação; v.g. passa-v-tempo. guarda-v-portão, etc. Hoje, para se evitar o trabalho de estarmos figurando este accento, usamos em seu lugar de uma só risquinha no meio das palavras, que se devem unir : v.g. passa-tempo, guarda-portão, etc.*” (p. 92)³³⁰. De facto, esses termos não ocorrem a propósito da translineação ou da ligação ao verbo das formas pronominais átonas, que nem sequer são mencionadas na mesma secção.

Mais ampla é a doutrina de Nunes de Andrade (1843) que aplica o hífen (*divisoria*) em quatro situações, a saber: nas “palavras compostas” (*explicar-te-hei*), em “phrases desligadas” (*Sabeis o que deveis fazer ? Não – ; O meu caminho é o da honra –*), como marca de elisão de uma consoante (*quando supre huma consoantepe-na vs penna*) e na translineação (*pei-to, du-ro*).

À diástase ou risca de união, atribui Coruja (1848) três funções que se prendem com a translineação, a ênclise e a tmese pronominais (*Amal-o, Dizer-lhe, Dar-selhes, Louvão-nas*), e a formação de palavras compostas (*Vice-Rei, Ex-Presidente*), a respeito da qual retoma as designações usadas por Madureira Feijó – *Conjunção* ou *Hyphen* –, já antes apontadas pelo seiscentista Bento Pereira (cf. 2º vol., Anexo 1).

Fernes Alvernaz (1856) e L. A. Lopes da Cruz (1856) repetem o esquema da dupla funcionalidade do hífen (*signal de união*): função morfo-sintáctica ou morfogramática, quer dizer, ligação de formas pronominais aos verbos de que

³³⁰ Apesar de umas poucas diferenças gráficas, veja-se como o parágrafo de Portugal reproduz *ipsis verbis* o de Feijó (1839, p.118): “A *Conjunção*, a que os Gregos chamaõ *Hyphen* he hum sinal. que se figura como hum v consoante com uma risquinha antes, e outra depois direitas, deste modo -v-. E serve este sinal para unirmos duas palavras, que por si saõ separadas como se foraõ huma so na pronunciação; v.g. *Passa-v-tempo, Guarda-v-porta, &c.* Hoje para se evitar o trabalho de estarmos figurando este accento, usamos em seu lugar de huma so risquinha no meyo das palavras, que se devem unir: v.g. *Passa-tempo, Guarda-porta, &c*”.

dependem acentualmente (*elle disse-o, concluir-se-ha*), e função de divisão silábica na translineação, embora o primeiro ortógrafo faça alusão a outros usos, possivelmente à formação de palavras, mas sem exemplificar. A estes dois ortografistas, juntam-se Figueiredo Vieira (1859/1ª ed.1844), que também só prescreve o hífen (*hyphen* ou *traço de união*) na translineação e na ligação de enclíticas aos verbos, e Cabral de Mendonça (1860), propondo estas três designações – *tirete*, *hyphen* ou *divisão*. No mesmo ano do anterior, Roque da Fonseca (1860) conferia uma tripla função (lexical, morfo-sintáctica, translineação) ao *signal de divisão*, fornecendo no caso do hífen lexical os exemplos seguintes *Villa-Real*, *Torres-Novas*, *Vice-Rei* (p.26). Por seu lado, o calígrafo e ortografista Godinho (1866) nada esclarece quanto à funcionalidade do *hyphen* ou *signal d'união* (p. 12).

Mais esclarecedora é, no entanto, a doutrina de J. F. de Castilho (1860, pp.138-139), que não só explica a origem do termo como identifica os três tipos de *hyphen* atrás mencionados – o silábico, o morfogramático e o lexical. No que respeita à função de ligação entre formas pronominais átonas e verbos, Castilho vai, contudo, mais longe do que os antecedentes, na medida em que estende o seu uso também às proclíticas:

“O nome dado a este signal indica seu uso e sua utilidade: *υφεν*, ou o imperativo *υφην*, do verbo *υφηνμι*, *subordina*. Liga-se a verbos pronominaes, tanto reflexivos como reciprocos. Todas as vezes que em, qualidade de paciente pronominal, ao lado do verbo se-incontrar *o, os, a, as, lhe, lhes, nos, vos, se te, me*, prender-se-ha, por uma risca de união, esse paciente ao verbo, com quem temporariamente constitue um só corpo (...); *Hyphen*, tirado dos gregos, chamaram tambem os latinos á reunião occasional de duas palavras em uma. Esse signal singelo imita o cordão umbilical que prende um pronome ao verbo, isto é, á acção a que se-refere. (...)” – e quanto ao hífen com função lexical também aqui o ortógrafo alarga o âmbito reducionista da exemplificação fornecida pelos autores acima citados, visto apresentar exemplos mais abundantes, apesar de continuar a reproduzir quatro dos apontados tradicionalmente, como se verá a seguir – “Não ha inconveniente em que o *hyphen* ligue palavras compostas, mas ainda não totalmente fundidas, como: (*lingua-mãe, sem-sabor, gentil-homem, sem-rasão, sobre-posse, arco-iris, bem-aventurado, passa-tempo, guarda-portão, el-rei* etc” (p. 140).

Quanto à função morfo-sintáctica, importa frisar que Castilho defende e emprega esta unidade, sistematicamente, mesmo com as formas proclíticas (*Também*

fica óbvio, que, si ha fundamento para ligar com hyphen o verbo ao paciente pronominal posposto, egual consideração milita para a união com anteposto, p.139; *se-incontrar, me-limite, o-nutre*, *ibid.*), solução que já havia sido largamente aplicada por Verney (cf. I), cuja autoridade invoca em resposta às críticas que, a este respeito, lhe haviam sido dirigidas pelos Censores do Íris Clássico³³¹. Além do Barbadinho (1746), cita Monte Carmelo (1767), o *Jornal de Coimbra* (Lisboa, 1812 a 1820, 27 vols.), e autores brasileiros menos conhecidas em matéria ortográfica. Antes destes, já Couto e Melo (1818) perfilhara e praticara essa solução (*se-devia, se-compõe, se-ouvem*), à luz da coerência e da extensão do mesmo princípio quer às proclíticas, quer às enclíticas.

Semelhante à de Castilho, a doutrina de Mascarenhas Valdez (1875) abrange a divisão das palavras ou das sílabas, ou seja, a translineação, embora neste caso as funções lexical e morfo-sintáctica sejam tratadas sob a mesma designação – risca de união. Por outro lado, a função lexical surge à cabeça da descrição do uso desta unidade gráfica, como se vê pela exemplificação *lingua-mãe, sem-sabor, gentil-homem, sem-razão, sobre-pósse, arco-iris, bem-aventurado, passa-tempo, guarda-portão*. Destes exemplos, os dois últimos já antes tinham sido apontados por Madureira Feijó (1734/1739) e Cunha Portugal (1837).

Na linha de expansão da intervenção do hífen como marca gráfica de um processo de formação de palavras, incluída por isso entre os chamados “signaes intraverbaes”, com funções morfo-sintácticas, na ênclise e na tmese, e função de divisão, na partição de uma palavra em final de linha, a doutrina de Santos Valente e A. de Almeida (1886) acrescenta sobretudo dados relativos à função do hífen na estrutura gráfica das palavras compostas, sendo referido o processo de justaposição, assim como os casos em que o hífen é dispensável:

³³¹ Cf. **Memoria Complementar** (Apreciação das especiaes censuras orthographicas dos Pareceres de Maceió), Ar^o III, p.163: “(...) mas o que permanece inquestionável é que, em muitos casos, tanto se-unificam ao ouvido as duas palavras com o pronome posposto como anteposto. Pronuncie-se: *dize-lhe: amo-o!* e *dize-lhe que o-amo!* e achar-se-ha indubitavelmente que (por causa da natureza das vogaes) muito mais intimamente se-vinculam ’numa só palavra figurada as palavras *o-amo doq ue as amo-o*. Portanto, si o hyphen tem esse intuito, e como tal é aprovado pelo censor, deve este para ser consequente, adoptá-lo indistinctamente na anteposição e na posposição”. Acrescenta ainda, p.164: “E pois se-recommenda conjungir o verbo anterior ao pronome, por podêr em algum caso evitar quivocos, cumpre adoptar o signal posterior, dês que se-prova darem-se ahi exactamente identicas circumstâncias”.

“Liga duas palavras, substantivo, adjectivo ou verbo, quando, pela estreita relação das idéas que exprimem ou pela unidade do pensamento que representam, formam ambas como uma só palavra: guarda-roupa, para-quedas, ferro-velho, etc. As palavras assim juxtapostas podem unir-se n’uma só sem precisão do hyphen, quando a primeira é invariavel, como em *guardaroupa*, *guardalouça*, *paraquedas*, em que a primeira é uma fôrma verbal; *bemvindo* em que é adverbio, etc. Mas precisam do hyphen: *guarda-marinha*, *ferro-velho*, *gentil-homem*, etc., em que as primeiras são variaveis, pois no plural se diz ferros-velhos, guardas-marinhas, gentis-homens, por serem substantivos ou adjectivos” (p. 64).

Apesar de os autores não desenvolverem mais a questão, parece evidente que nos encontramos numa fase de maior extensão do uso no plano lexical. De facto, este testemunho evidencia um salto qualificativo em matéria de descrição do papel do hífen, devido ao aprofundamento da análise lexicológica mais do que à avaliação das implicações gráficas do assunto.

Da doutrinação destes dois ortografistas, sobressai a referência às consequências da aglutinação do advérbio *bem* com vocábulo seguinte, começado em vogal (*bemafortunado*, *bemafortunar*, *bemamado*, *bemaventurado*, *bemaventurança*, *bemaventurança*, *bemestar*, *bemintencionado*, p.104): assim, ambos sublinham que <m> não forma sílaba com a vogal seguinte, isto é, não tem ali valor consonântico. Já nos nossos dias, a supressão do hífen em certas palavras compostas desencadeou uma intensa polémica no âmbito da discussão do projecto de Acordo Ortográfico afro-luso-brasileiro (1986), mais precisamente da sua **Base XV (Do hífen em compostos e locuções)**, onde recebiam sanção formas semelhantes àquelas, susceptíveis de produzir efeitos mais ou menos cacofónicos, ao mesmo tempo que dificultavam o acesso lexical, razão por que viriam a ser retiradas da mesma base no subsequente Acordo Ortográfico de 1990, vigorando as disposições de 1945.

Não tratam do hífen, nos seus diversos usos, Coutinho (1812), Bordalo (1842/1857), Barker (1843) e Tavares de Macedo (1834/1861).

Com respeito à divisão de palavras “compostas”, ou seja, formadas por prefixação, J. Feliciano de Castilho (1860) rejeita a divisão morfológica, veiculada pela matriz quintiliana (Inst. Orat. I, VII) e praticada por muitos dos seus contemporâneos, visto ela privilegiar a identificação dos componentes das palavras

em vez de atender à estrutura silábica das mesmas. Do confronto entre os critérios etimológico e fônico, sai preterido o primeiro em favor do segundo, de acordo com duas ordens de factores: por um lado, a unidade global que é palavra, ou, se se preferir, o signo linguístico, que tem existência independentemente dos processos históricos que estão na sua génese; por outro lado, a divisão de base etimológica (morfológica) dificulta o “acesso lexical”, ao requerer o domínio da etimologia, com as óbvias consequências em termos de imediatez do reconhecimento e distinção dos referidos elementos. A este respeito observa o ortógrafo:

“Na separação apenas material, que fazemos da palavra, não practicâmos operação intellectual; não tractâmos de decompor tēmos, mas só de os-accommodar materialmente onde cabem. Parecem, pois, extravagantes todos os raciocícios, quanto aos elementos intellectualmente componentes, quando sé temos que procurar as articulações phisicas da palavra”.

“A partição não tem por fim o insino dos radicaes, mas uma pura operação mechanica”
(p. 145)

Na **Ortografia Simplificada** (1889), onde apenas aparece o termo *tirete*, atribui-se uma tripla vertente funcional ao hífen, dado que é apontada uma função lexical, como elemento gráfico da formação de palavras (*contra-regra, porta-bandeira*), uma função morfo-sintáctica, na ligação de formas pronominais aos verbos, seja na ênclise, seja na tmese, e uma função na translineação.

Passemos agora à doutrina dos gramáticos oitocentistas sobre este assunto, destacando em especial as descrições relativas ao chamado “hífen lexical”.

- Sousa Dias (p.259): “risca de união” - tem por função assinalar a translineação e fazer a ligação de formas pronominais átonas aos verbos dos quais dependem, na ênclise e na próclise, e “quando a pronuncia deve ajuntar duas palavras como se fossem huma só, deve-se na escrita indicar esta união com a mesma risca” (p.259), sem aludir sequer à sua intervenção na apresentação gráfica dos compostos por justaposição, no que secundado por Soares Barbosa (1822/1830), que também não menciona o hífen lexical.

Soares Ferreira (1819) restringe, por sua vez, o uso do hífen (*divisão*) à translineação (...*na escripta para separar as syllabas de que consta qualquer palavra, principalmente quando essa palavra não cabe na linha em que se*

principiou, e se continúa principiando-se huma nova linha...), sem quaisquer referências aos outros usos (p. 139).

Segundo Borges Carneiro (1822), o risco ou linha de união “serve para unir duas palavras que se pronunciação como se fossem uma só; como honra-mo-nos, fazer-se (...)” (p. 231), e também quando a palavra “não cabe inteira no fim de uma regra, para mostrar que continúa na seguinte” (p.232). Midosi (1842) reconhece estas mesmas funções: - risca de união- “serve para dividir as palavras que não cabem na linha, quando escrevemos, e também para as vozes enclíticas” (p.22). Para Guedes Albuquerque (1820), “este (-) risco... indica reticencia, ou mudança de sentido na phrase”. Do mesmo modo, Jaulino Lopes Arneiro (1827) não avança também qualquer designação para esta unidade gráfica, não obstante identificar a sua tripla função de marca da divisão silábica, na translineação, morfo-sintáctica e lexical: “nesta divisão poremos huma risca deste modo (-), e por este signal se vê, que a palavra continua na linha seguinte” (p.187), “Os vocabulos, que se compoem de dous nomes, muitas vezes se achão divididos com huma rica:v.g. Villa-Flor, Vice-Rei” (pp.189-190), “Se as vozes de algum verbo se seguirem os monosyllabos me, te, se, nos, vos, mo, mos (...)” (p.190).

Para Pessoa de Amorim (1842), o “Hyphen” usa-se “quando no fim da regra, ou linha não couber alguma palavra divide-se, com tanto que se não separe a consoante da vogal a que pertence e põe-se no fim (...)”, no que é secundado por Figueiredo Vieira (*O hyphen, ou linha de união usa-se para dividir não cabe em seus elementos, principalmente quando alguma não cabe na sua linha, e passa parte d’ella para a seguinte ...*, 1844, p.81). Já o brasileiro Coruja (1847) salienta que “Diástase ou signal de divisão” se usa quer nos vocábulos compostos (*Rio-Grandense, Vice-Presidente*), quer na translineação (p. 78).

Com a designação de “linha de união”, D. Ferreira Pestana (1849) trata do hífen, cuja figura ou significante descreve como uma pequena aspa horizontal, de menor extensão que a do travessão ou *grande aspa horisontal*, reconhecendo-lhe uma função morfo-sintáctica – ligar os pronomes átonos enclíticos às formas verbais.

Solano Constâncio (1855) identifica a função lexical do hífen (*risca ou linha de união*), ao unir os componentes de *palavras compostas ainda não confundidas pelo uso em huma só*, de que são exemplo *agua-mãe, sem-sabor*, (p.243). Do mesmo

modo, Teixeira de Vasconcelos (1857) destaca essa função da *diastase ou hyphen* por meio do exemplo *salva-guarda* (p.441); a este exemplo, poder-se-á acrescentar *uso-fructo*, apontado por A. M. Barreto Corte-Real (1859), ou *monte-pio*, aduzido por Vergueiro e Pertence (1861) como ilustração do uso da *diastase ou hyphen*. Aos anteriores, juntam-se Sotero dos Reis (1866, *linha ou risco de união*, ex. *Boqui-aberto, equi-distante*, p.262), Caldas Aulete (1864, ex. *agua-ardente*, p.75), Fernandes Pinheiro (1870, *traço de união*, ex. *guarda-roupa*), Bento José de Oliveira (1880, *risca de união ou hyphen*, 1ªed. 1862, ex. *metrico-decimal, agua-ardente*, p.141); ao contrário, Gonçalves Lage (1883, *hyphen ou linha de união*) não avança qualquer exemplo.

Por seu lado, o gramático brasileiro A. E. da Costa e Cunha (1883, *hyphen ou linha de união*) descreve explicitamente o processo de formação lexical, ilustrado com os vocábulos *guarda-livros* e *ante-hontem* (p.249). A. M. de Almeida Neto também exemplifica o uso da “risca de união ou hyphen” com função lexical (1884, *risca de união ou hyphen*, ex. *metrico-decimal, agua-ardente, Monte-mór-o-velho*). A estes exemplos, juntam-se os dos seguintes autores: o brasileiro Júlio Ribeiro (1885, *hyphen*, ex. *Mestre-Escola*), Monteiro Leite (1887, *risca de união ou hyphen*, ex. *salvo-conducto*), M. O. Rodrigues da Costa (1887, *linha de união*, ex. *medico-cirurgica*), Silva Cabanita (1897, *hyphen* nas palavras como *ex-ministro, ex-governador*, e bem assim nas compostas *agua-ardente, mestre-sala*).

Quanto aos termos usados pelos gramáticos que não descrevem de forma explícita a função lexical do hífen, verifica-se que a expressão “risca, traço ou linha de união” prevalece sobre o termo de origem grega, como se vê pela seguinte amostra, respeitante à segunda metade do século: C. D. M. (1851), Forjaz de Sampaio (1851), Freire de Macedo (1867), Mendes Pinheiro (1869), Luís de Sousa (1878), Epifânio da Silva Dias (1880), Claudino Dias (1887), Pessoa de Barros (1894). Aquela designação alterna, no entanto, com *hyphen* em Pinto Abreu (1852, também *junção*), H. M. Reis Tavares (1853), J. A. Dias (1854, *Hiphen*), Geraldês de Vasconcelos (1864), o autor do **Compendio de Grammatica Portugueza** (1865), Jacob Bensabath (1882), Medeiros Botelho (1887), Figueiredo e Castro (1887), e A. Pereira de Moura (1892).

À vista da escassez teórica manifestada pelos textos dos autores acima, vale a pena examinar o conceito de “composto” ou de “palavra composta”, vigente nas últimas décadas de oitocentos. Segundo o **Escholiaste Portuguez** (1884), dicionário de termos gramaticais e linguísticos representativo da doutrina e da metalinguagem da época, o conceito de composição compreendia quer a aglutinação, quer a derivação por sufixação, motivo por que palavras como *aguardente* e *sul-americano*, ou *luso-brazileiro* e *fidalgo*, são indistintamente apontadas como exemplos do processo de composição. Resta-nos, portanto, determinar em que condições se prescrevia a ligação dos elementos mediante hífen: sempre que se trate de dois adjectivos (*luso-brazileiro*, *verde-negro*, *greco-romanos*) ou duas formas verbais (*bule-bule*, *ganha-perde*), por um lado, e, por outro, quando o primeiro elemento é meio, recém, semi, todo (*meio-tostado*, *recem-nascida*, *semi-barbaros*, *todo-podoroso*). Para além da categoria gramatical dos elementos, a independência acentual dos mesmos não parece constituir critério para a sua hifenação, ou pelo menos não é enunciada como tal.

À vista da cronologia dos autores que consideram a função lexical do hífen, parece evidente que a frequência da descrição dos compostos, no que eles têm de específico, isto é, a manutenção da identidade acentual e significativa dos elementos assim ligados, só ganha relevo no decorrer da segunda metade do século, embora se registem referências bem anteriores, como se vê pelas abonações acima. De resto, apesar de lento, o desenvolvimento da doutrina sobre a função e uso do hífen, prende-se com a própria reflexão sobre a estrutura das palavras, facto a não deve ser estranha a reformulação da gramática tradicional, a partir sobretudo da década de 70, com o tratamento da formação de palavras numa parte ou secção própria, que podia denominar-se *Etimologia*, conceito divergente do actual, ou pelo menos ser tratada no seu âmbito (por ex. Epifânio da Silva Dias, 1870/1880³³²; Júlio Ribeiro, 1885; Monteiro Leite, 1887; B. J. de Oliveira, 20^a ed. 1890).

Por último, note-se que a análise da função lexical do hífen assenta sobretudo em critérios gramaticais, e não no recorte silábico e acentual das palavras formadas

³³² Cf. **Gramm. Portugueza**, pp. 70-80 (Da etymologia ou formação das palavras): *meio-dia*, *agoa-ardente*, *Mont-alegre*, *Bel-monte*; *passa-tempo*, *busca-pé*, *chupa-mel*, *bota-fôra*, *vai-vem*, *mal-me-quer*; *couve-flor*, *beira-mar*, *Foz-coa*, *mil-furada*, *Alem-tejo*, e os adj. compostos *verde-negro*, *agri-doce*, *boqui-aberto*, *recem-nascido*, *sem-sabor*”.

por composição, aspecto que será considerado ulteriormente. Em vez da referência à classe gramatical, Gonçalves Viana (1904) observa o critério da autonomia acentual e da unidade semântica dos elementos da composição, determinantes do uso do hífen em palavras como *louva-a-Deus*, *pau-ferro*, *porta-voz*, *livro-mestre*, *pára-raios*, *peixe-galo*, *mãe-d'água*, *clara-bóia*, *flor-d' enxofre* (p.213), nas quais os elementos mantêm a sua tonicidade, ao mesmo tempo que unidos cobram um significado distinto do que têm individualmente, ao contrário de *aguardente*, e bem assim de outras combinações que dispensam o hífen (*praça de armas*, *casa de campo*, *palácio de inverno*, *trem de praça*, *ibid.*).

6.2.2.1. Hífen silábico

O chamado “hífen silábico” é a unidade gráfica que assinala a translineação, ou seja, a divisão das sílabas em final de linha, tanto nos manuscritos como nos impressos. O processo de divisão silábica passou, no entanto, por uma transformação que se prende directamente com a própria concepção do sistema gráfico na sua globalidade e com os princípios que o enformavam, registando-se duas tendências, nem sempre coincidentes, como adiante veremos. Além disso, este problema relaciona-se com o conceito de sílaba (cf. supra, 5.3), visto que durante muito tempo, mais do que uma entidade fónica, a sílaba foi interpretada como uma sequência gráfica, por isso sujeita divisões arbitrárias. De facto, na primeira tendência, que procuraremos delimitar no tempo, a divisão das sílabas assentava num critério etimológico ou morfológico, a saber, a formação histórica dos vocábulos, cuja composição deveria ser respeitada na divisão; na segunda tendência, o critério fonográfico levará a melhor sobre a aplicação da tradição latina, isto é, na divisão contemplar-se-á apenas a estrutura silábica das palavras, sem se atender aos elementos componentes (prefixos, por ex.). Entre uma e outra tendências, ocorrem, porém, situações de alternância e até sistema mistos de translineação. Assim, ao percorrermos a doutrina dos ortografistas nesta matéria, na segmentação de base etimológica ou histórica, vinculada à construção lexical, militam os seguintes

autores: Coutinho (1812)³³³, o autor anónimo do **Comp. Orthographico** (1812)³³⁴, Ferreira da Costa (1823)³³⁵, Apolinário (1831/1843/1846)³³⁶, Cunha Portugal (1837)³³⁷, Bordalo (1842/1857)³³⁸, Barker (1843)³³⁹, Coruja (1848)³⁴⁰, Figueiredo Vieira (1844/1859)³⁴¹, Mascarenhas Valdez (1875)³⁴², Lopes da Cruz (1856)³⁴³, Barbosa Leão (1878)³⁴⁴, e Monteiro Leite (1887)³⁴⁵.

Ao invés destes, propugnam uma divisão de base fonética, menos artificial por não ser subsidiária do conhecimento do latim, os seguintes ortógrafos: Pereira e Sousa (1807)³⁴⁶, Fernes Alvernaz (1856)³⁴⁷ e J. F. de Castilho (1860)³⁴⁸. De todos,

³³³ Cf. pp. 92-93: “Quando no meio da palavra vier á letra s juntamente com qualquer outra Consoante, que ambas passrão com a Vogal seguinte para o principio da outra regra, como: *Nascer, Casto*, etc que se dividirão assim *Na-scer, Ca-sto*, etc excepto nos compostos, como: *Transgressor, Transportar*, que se dividirão assim *Trans-gressor, Trans-portar*, pois são as partes, de que se compõe: já dissemos que as palavras se dividirão nas partes *Componentes*, de que se compuzerem”.

³³⁴ Cf. p. 12: “Dividem-se nas partes de que se compõem”.

³³⁵ Cf. p. 149: “Em palavra composta de qualquer das preposições latinas *ab, con, circum, de, in, inter, ob, per, pre, pro, sub, e re* com outras dicções principaidas por s seguido de qualquer das sobredictas consoantes, o s principia syllaba: como em *ab-cisa, con-spicio, circum-stancia, de-stituido, in-structor* (...). Exceptuão-se as palavras seguintes principiadas pela preposição latina *abs* (...) *abs-ter-se, abs-tinencia* (...). E tãobem as dicções seguintes, todas de origem moderna, e principiadas pela syllaba *res*, onde *re* não he preposição componente, *res-caldar* (...). O *s* ainda principia syllaba em outras dicções compostas vindas do grego ou latim (...) *cata-strofe, fronti-spicio, hemi-sferio* (...)”.

³³⁶ Cf. 1831, p. 28: “Ocorrendo palavras compostas, dividão-se nas partes de se compõe: v.g. *Ad-jecti-vo, Sup-pôr, Ab-la-ti-vo, Sub-stan-ti-vo, com-nos-co*, etc”.

³³⁷ Cf. p.60: “Esta regra de divisão pelas consoantes tem excepção nas palavras compostas, as quaes se partem pela junctura das componentes: v.g. *de-struir, re-stituir, pre-screver, sobre-star, a-spergir*, etc”. E também: *ob-rigar, ab-soluto, ad-mittido, al-tar, ar-ma, om-nipotente*.

³³⁸ Cf. 1857, p. 39: “(...) exceptuando as palavras compostas, que dividem pelas partes de sua composição v.g. *Ab-lativo, Desprêzo, Ob-star* (...) *Tran-screver, De-scendencia, Con-sciencia, Na-scimento*”. Este tipo de divisão designa-se “Divisão Orthógrafa” (p. 40).

³³⁹ Cf. p.18: “(...) se a palavra for composta de alguma preposição, como: *Sub-levar, Sub-rogar, Ob-repção* (...) *Na-scimento, Bapti-smo, Ca-stidade, Des-amparo, Des-sengano, Des-igual* (...)”.

³⁴⁰ Cf. exs. pp.41-42: *Ex-acto, Ex-igir; Des-encargo, Des-umião; Sub-screver, Circum-stancia, Ob-staculo* (...)”.

³⁴¹ Cf. exs. p.63: *ex-ercito, in-util, con-stancia, in-stabilidade, des-unido*.

³⁴² Cf. exs. pp.70-71: *au-gmêntar, con-struir, con-strângimento, di-gno; trans-porte, ab-soluto, constante; le-ál, joi-a, joi-ra; de-struir, con-spirar, re-sponder, re-splandecer*.

³⁴³ Cf. exs. p.12: *Na-scer, Ca-sto; Au-gmento, Ab-lução*.

³⁴⁴ Sem aludir a este aspecto, pratica, no entanto, este sistema de translineação, cf. exs. *pre-scrutar, per-spicaz* (p.170) e *pre-sciencia, pre-scindir* (p. 177).

³⁴⁵ Cf. p. 14: *san-scrito*.

³⁴⁶ Cf. p.41: “II. Não se dividem letras de huma mesma silaba como *ca-uza, ...atmos-fera*”.

³⁴⁷ Cf. pp. 64-65: “A maior difficuldade (...) procede da attenção, que he preciso ter com as preposições, que entrão na composição de algumas palavras, querendo seguir o costume de as separar (...); pois nem sempre he facil reconhecer e distinguir a preposição que se deve separar, nem, a respeito d’isto, se pode dar alguma regra, que sirva para todos: por cujo motivo, aindaque a preposição, de si mesma, seja hum elemento distincto achamos melhor algumas vezes, consideral-o como confundido na composição da palavra, dividindo esta como se fosse outra qualquer, em que não houvesse preposição”. Exs. pp.66-67: *res-tabelecer, trans-crever; ab-solver, ad-vertencia, sub-missão; au-bordinação, su-blevação; dire-ccão, perce-pção, obje-cto, au-gmento*”.

este é o que concede maior desenvolvimento teórico ao problema da translineação: defende que ela se faça mecanicamente, isto é, pelas “articulações físicas da palavra”, em vez de se procurarem os “elementos intellectualmente componentes”, tanto mais que este processo é difícil e inútil, enquanto que aquele é fácil e popular. Assim sendo, o ortografista rejeita a maioria dos exemplos apontados pelos praticantes de uma divisão que atenda à morfologia das palavras (*des-amparo, descendente, ex-igir, ob-staculo, cata-strophe, hemi-spherio*, entre outros), e observa a respeito da *Divisão no principio e fim das regras* (p.141):

Recommenda a perfeição evitar, quanto possivel, que as palavras se-scindam, por isso que, formando um todo unico, apresentam uma anomalia, partindo-se (). Note-se bem que não são éstas convenções secundarias aquellas em que tenhamos de respeitar tradições, aliás sempre arbitrarias e contradictorias. Observa-se, por exemplo, nunca se-haver descoberto similhante divisão de palavras nos antigos manuscriptos hebreos, pois os copistas ao expediente de alargarem as as lettras, ou as-espacejarem, ao finalizar a linha, para evitar taes partições, que tanto repugnavam a elles, como a nós a partição de syllabas. Ainda hoje, em várias nações, é uso, nos documentos legaes, quando a palavra não cabe no manuscripto convenientemente, passar um traço até o fim da linha, para começar o seguinte vocabulo na sotoposta. (...) Sendo o signal de divisão que se-adoptou para taes casos, o mesmo que para a ligação pronominal, acontecerá frequentemente que o hyphen se-possa tomar – ora por fim de palavra unido a paciente, sendo palavra cortada – ora por palavra cortada, sendo simples hyphen. Ha, porém, meio singelissimo de obviar ésta confusão, segundo practicamente o-provou ja a Lysia Poetica, adoptando-se a seguinte regra: Impregue-se, como usualmente, o risquinho divisorio, para ambos os intuitos, mas intenda-se que, no final da regra, significará palavra partida, e quando quizer dizer união de verbo a paciente ou paciente a verbo, colloque-se o risco em principio da regra immediata” (p.142). Concordâmos geralmente (bem ou mal) em que tal divisão se-deva effectuar, por syllaba; em que, havendo duas consoantes eguaes, se-admitta, por convencional ficção, que uma d'ellas fique pertencendo á syllaba anterior, outra á posterior; que duas diversas consoantes, não formando corpo obrigado com a vogal precedente, syllabem com a vogal seguinte – que a concorrencia de vogaes forme syllabas diversas, excepto nos diphthongos. Assim, escreve a maioria: an-nunciar, re-flectir, pa-cto, me-lhor, ve-ado, ami-nar, etc.*

³⁴⁸ Cf. p.145: “Na operação apenas material, que fazemos da palavra, não praticâmos operação intellectual; não tractâmos de decompor termos, mas só de os-accommodar materialmente onde cabem”.

Na corrente de fonetização do processo de translineação, inscrevem-se igualmente as **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), publicadas por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu: como critério para a divisão silábica, os princípios prevaletentes são a rejeição da derivação, quer histórica, quer interna (*ma-nus-cri-to, cons-pí-cuo*, p.12), por um lado, e, por outro, a ligação de consoantes às vogais cujo timbre determinam (*ac-ção, fac-tor, cor-rec-to*).

Explicitados na **Ortografia Nacional** (1904)³⁴⁹, de Gonçalves Viana, estes princípios fecundarão, numa versão ampliada, as **Bases para a Unificação da Ortografia** (1911) (cf. infra, III, 5.):

“A divisão de um vocábulo qualquer simples em sílabas far-se há foneticamente pela soletração e não pela separação dos seus elementos de derivação, composição ou formação, contanto que a dição composta mantenha os seus elementos apartados por hífen (-). Desta maneira dividir-se há, por exemplo, subscrever, como subs cre ver, do mesmo modo que a palavra escrever se não divide como *e scre ver*, e *vezes, pastora*, como *vez es, pastor a*, mas sim como *ve zes, pas to ra*. Assim, também, *di rec ção, a dop tar, su búr bios, de sas tra do, de sar mar, i ná bil, bi sa vô, pres tan te, cir cuns taân cia*, etc., etc.” (Base XXXIX, divisão silábica, p. 46).

Outros autores, ainda, procuram um compromisso entre ambas as tendências, ora cedendo ao princípio da estrutura silábica, ora ao princípio da composição ou da derivação, como fazem Ventura da Silva (1834)³⁵⁰, Santos Valente e F. de Almeida (1886). Estes últimos são os que mais discorrem acerca dos sistemas habitualmente aplicados na translineação:

“A divisão deve fazer-se por syllabas. N’este ponto parece estarem todos concordes. Mas é exactamente onde está a fonte de toda a discordia. Porque a questão toda é saber como se hão de contar as syllabas. (...) Temos por exemplo a palavra

³⁴⁹ Cf. p. 214: “Com respeito á divisão dos vocábulos em sílabas, quer em fim de linha, quer em outras condições, entendo que ela deve ser feita por sílabas fonéticas, pela soletração, e não pela separação dos seus elementos de derivação, da maioria dos quais não há consciência por parte de quem fala. Deste modo dividiremos, por exemplo, *subs-cre-ver, de-sig-nar, trán-si-to, ... pre-cep-tor, ...di-rec-ção, ... su-búr-bios, ...i-ná-bil, ...ac-ção*. A divisão etimológica, á latina, ou á inglesa (ainda mais artificial e exajerada), é pouco natural, porque parte sílabas fonéticas, cujos elementos são inseparáveis, sem vantagem para a clareza, e em contrário da tradição, que tanto respeitava o principio de a língua escrita ser a imagem da falada, que prendia umas a outras as palavras, quando o acento tónico as ligava (...)”.

³⁵⁰ Cf. p. 105: “(...) e toda a dificuldade existe no modo de soletrar, o qual sendo viciozo, faz cortar a palavra de sorte que separa hum, ou mais dos seus elementos indeviziveis (...)”. Exs. *Fra-gmento, Conc-pção, Ado-ptar, Ob-scuridade, Ob-star; Es-pirito; Ras-ca, Pas-mo; Des-pregar, Abs-ter; In-habil, Ex-ame, In-util; Sub-lunar*.

construia. Ensinaram-nos a ler por syllabas: *cons-tru-i-a*. Parece que, admittindo a necessidade de dividir por syllabas a palavra, nada mais facil do que pôr a regra em pratica. Mas vem um sabio e diz: construia é composto do prefixo *com*; o *s* pertence para o simples *struir*, divida-se a palavra com *e* passe o *s* para deante. Resignemo'-nos, na esperança de que ao menos ao escrever costa nos deixem seguir o syllabario e dividir a palavra em duas syllabas *cos-ta*. Não póde ser- dizem os mestres. Divida assim *co-sta*, porque devem passar para alinha seguinte todas as consoantes por onde possa começar uma palavra de qualquer das linguas da mesma familia, e o latim tem *stare*, e o italiano tem *stizza* e o francez tem *stérile*. Por consequencia...*co-sta*. Para evitar o escolho, apertemos a letra e mettamos na linha mais uma syllaba” (p. 69).

E acrescentam ainda:

“Nós, tendo de tratar de tão debatido assumpto, procurámos o methodo menos irracional, regulando a divisão da palavra sem mutilar as syllabas, não dando grande importancia para este fim á composição de prefixos e suffixos, porque entendemos que elles desde que se encorporaram á palavra deixaram de ser uma palavra independente” (p. 72).

As regras avançadas por Santos Valente e F. Almeida permitem concluir que o critério prevalecente deve ser o da estrutura silábica, motivo por que prescrevem as divisões *aug-mento*, *ac-ção*, *escrip-to*; *pres-ciente*, *des-cer*, *prog-nostico*; *i-nutil*, *tran-seunte*, *de-samor*, *a-brupto*, *su-blunar*. Mas as consoantes dobradas separa-se-ão (*sab-bado*, *ac-ceitar*, *ad-dição*, *af-fligir*, p. 68).

Em dois pontos concordam, contudo, os diversos sistemas – a indivisibilidade das sequências de oclusiva e líquida, desde que não resultem de processos de “prefixação” (*A-bril* vs *sub-levar*), e a inseparabilidade dos ditongos.

A doutrina expendida sobre esta matéria nas gramáticas oitocentistas confirma não só a existência das duas tendências antes identificadas, como também a longa vigência da divisão silábica de base etimológica. Assim, enquanto Sousa Dias (1804), logo no início do século e dentro de um sistema gráfico simplificado, tentara uma racionalização dos processos de divisão silábica, segundo a qual os grupos consonânticos eram inseparáveis (*Ma-gno*, *A-cto*, *Prom-pto*, *Da-mno*, p.260), já na doutrina de Soares Barbosa (1822), cujos exemplos são inclusivamente repetidos por Mascarenhas Valdez (1875), veremos que o princípio etimológico continua a ser aplicado (*Le-al*, *Joi-a*, *Lu-ar*, *Jo-eira*, *Qua-lidade*; *A-mi-go*, *A-mi-za-de*; *Ob-rigar*,

Ab-soluto, Ad-mittido, Con-stante; De-struir, Pre-screver, De-scender, In-sculpir, Ob-scurecer, Con-spirar, pp. 66-67). Desta divisão tradicional, afasta-se Solano Constâncio (1855), ao estabelecer como critério único a divisão fonética das sílabas e prescrever divisões silábicas como as de *res-ponder, pres-crever, des-truir, ins-culpir* (p. 229): “(...) a regra racional he cortá-la por maneira que fique a syllaba inteira no fim da regra, e toda a difficuladade existe no modo de soletrar, o qual sendo muitas vezes vicioso nas palavras compostas, faz cortar a palavra de maneira a separar hum dos seus elementos indevisivel (...). Nos mais vocabulos não existe duvida, separando-se sempre a palavra pela syllaba terminada (...). As letras dobradas separão-se, e os diphthongos nunca (...)” (p. 229).

Relativamente às chamadas “palavras compostas”, fulcro do problema, a tendência para a generalização do princípio fonético colhia pouca unanimidade, visto que, até ao final do século, a divisão tradicional – à maneira latina – foi seguido com maior ou menor sistematicidade por outros gramáticos, portugueses e brasileiros, dos quais apenas mencionamos Casimiro (1ªed. 1796/1838), Midosi (1842), Andrade Júnior (1844), Coruja (1847), D. Ferreira Pestana (1849), C. D. M. (1849), Wake (1851), Reis Tavares (1853), J. A. Dias (1854), Teixeira de Vasconcelos (1857), Moniz Barreto Corte-Real (1859), Domingos Lourenço (1860), Correia de Lacerda (1862), Geraldês de Vasconcelos (1864), Freire de Macedo (1867), Mendes Pinheiro (1869), Luís de Sousa (1878), Bento de Oliveira (1862/1880), J. Bensabath (1882), Gonçalves Lage (2ª ed. 1883), A. E. da Costa e Cunha (1883), Almeida Neto (1884), Monteiro Leite (1887), Figueiredo e Castro (1887), Rodrigues da Costa (1887), Medeiros Botelho (1887), Claudino Dias (1889), Pessoa de Barros (1894), Carneiro Ribeiro (1881/1890), e Said Ali (s.d).

Como dissemos antes, a função morfo-sintáctica do hífen, prende-se com a ligação de formas pronominais átonas aos verbos. A esse propósito, vejam-se as soluções referentes à grafia das formas pronominais junto de formas verbais, venham elas de reformadores sonicistas ou de etimológicos mais ou menos convictos. Para tanto, basta atentar, por um lado, nos exemplos *demonstral-o, impôl-as, mantêl-as*, colhidos em Barbosa Leão (1878, p.14), *escrevel-os*, de Godinho (1866, p.46), *amál-o, louval-o-hei*, de Santos Valente e F. de Almeida (1886, p.64-65), e, por outro lado, *faze-lo, salva-las*, de Cabral de Mendonça (1862, p.43).

O reformador português, Barbosa Leão (1886) defende a primeira solução, uma vez que “Para a pronúncia esta enclítica (como todas as outras) é considerada parte integrante da flexão a que se junta; tal pois será considerada também para a indicação d’ela. (...). Escrever-se-á conseguintemente p.e.: *amal-o batel-o pol-o*, equivalentes de *amar o bater o; dal-o lel-o quél-o*, equivalente de *dar o ler o quér o*. E escrever-se-á p.e.: *ámal-o bátil-o, amámol-o, batêmol-o pômol-o, amával-o batíal-o, amávamol-o* (...) equivalentes de *amas o, bates o, amamos o; batemos o, pomos o, amavas o* (...) (p.7). Aplica-o, do mesmo modo, nos casos de *tmese*, designadamente na flexão dos futuros e dos condicionais: “(...) na intercalação da enclítica *o a os as*, as formas *al el ol* que a precedem, as quais são transformação de *ar er or*, tem surda a vogal a vogal como a têm estas; pronúncia-se p.e.: *amal-o-ei, batel-o-ei* etc., *amal-o-ia* etc., e não *amâl-o-ei, batêl-o-ei, amâl-o-ia*; da mesma forma que se pronuncia *amarei baterei amaria*” (p.7). A mesma prática regista-se em ortografistas mais tardios, como Carlos Afonso e A. de Almeida (1889, *indical-a*, p.XVII), e, antes destes, em publicações da Academia Real das Ciências (1879, *realizal-a*, p.4; *dizêmol-o, dizêl-o*, p.5). Contudo, a solução proposta por Gonçalves Viana (1904) já vinha sendo praticada por outras personalidades e instituições, como se vê na publicação de “O Instituto” sobre a **Questão Orthographica** (1896, *illuminá-los; exercê-las* p.XXXVIII).

6.2.3. Apóstrofo

Apesar de ser uma unidade extra-alfabética, este pontema de palavra guarda relação com o plano fónico, visto servir para assinalar a elisão, crase ou esmagamento de uma vogal, resultante da ininterrupta sucessão de sons no discurso. Introduzido na doutrina metaortográfica vernácula a partir do século XVI, ao consagrar-lhe Nunes de Leão (1576) uma secção própria na sua **Orthographia** (cf. 2º vol., Anexo I), ao apóstrofo será reconhecida uma função de marca da supressão, a qual virá a ser definitivamente posta em causa em 1911, ficando a partir de então relegado à condição de licença poética. Por outro lado, a doutrina sobre o apóstrofo está também associada quer ao conceito de palavra (fónica), quer aos espaços interverbais. Oriunda do grego (cf. I, 4.1.), a designação desta unidade gráfica

pertence ao campo conceptual e terminológico da Retórica, à semelhança do que já observámos acerca de outros pontemas. Resta-nos determinar qual o lugar do apóstrofo na doutrina e nas práticas ortográficas oitocentistas.

Para os ortografistas compulsados neste período, o apóstrofo ou apóstrofe, também denominado “viracento” (*viraccento*) e “sinalefa” (*sinalepha*), é uma unidade de pleno direito no sistema gráfico, ainda que o seu uso se restrinja a meia dúzia de situações.

Vejamos, pois, qual o estatuto do apóstrofo enquanto pontuação de palavra.

Na doutrina de Pereira e Sousa (1807), decalcada do artigo *punctuation* da **Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers**, o apóstrofo assume um papel relevante, em conformidade com a função que esta unidade tem no sistema gráfico francês; confrontando os excertos referentes ao apóstrofo, verificar-se-á, mais uma vez, o grau de adesão do ortografista português ao pensamento enciclopédico, vazado por Beauzée, autor do referido artigo.

Para Pereira e Sousa (1807) o “Apostrofo hé o sinal do corte de huma vogal no fim de alguma palavra para a facilidade da pronuncia. Este sinal consiste em huma pequena virgula, que se põem no cimo da consoante em lugar da vogal, que estaria depois della (Ex. *minh'alma, d'elle, d'ambos*)” (p.30), ou seja, funciona como um indicador da supressão ou elisão vocálica, ao serviço da fonografia.

Com o termo referente à figura de Retórica – *apostrofe* (ou *apostrophe*) –, P. José da Fonseca (1809) menciona o fenómeno de elisão vocálica (*Apostrofe* (‘) *a qual denota huma elisão, isto he a upressão de huma vogal final (...). Esta elisão se faz ordinariamente quando a palavra seguinte começa por huma vogal, ou por hum h não aspirado*, p.13), se bem que acabe por aceitar tacitamente a contracção das formas mais frequentes, ao amparo da autoridade do Pe. Bento Pereira (1666).

Embora repita o termo e a explicação do anterior (*delicias d'alma*), Ferreira da Costa (1823) acrescenta, no entanto, um dado relativo às consoantes que combinam com a vogal antecedente: “todas (menos o j, o q, e o v)” (p.147). Tal como os precedentes, Apolinário (1831/1843/1846) destaca a função de supressão do *apostrophe* (*supressão de vogal final de palavra, principiando a seguinte palavra por vogal*, p.26). Da figura gramatical *sinalefa* ou *apostrophe*, trata mais pormenorizadamente Ventura da Silva (1834), que alude à função anti-hiática do

apóstrofo, embora preveja a contracção de algumas das sequências em que ele pode ser dispensado:

“*Synalepha*, ou *Apostrophe*, he huma figura Grammatical, que se faz como huma virgula, desta sorte (d’), e denota elisão, ou supressão de huma vogal, por se lhe seguir outra no principio da palavra immediata. Uza-se frequentemente desta figura depois das Prepozições, que acabão em vogal, e a plavra seguinte começa tambem por vogal, v.g.: d’Alma, d’Almeida (...); porque duas vogaes assim juntas fazem mão hiato. Pela mesma figura a Prepozição de perde a vogal, quando se junta com os artigos o, os, a, as, porque dizemos: *do, dos, da, das*, em lugar de *de-o, de-os, d-a, de-as*. Nos Pronomes *me, te, lhe*, uzamos da *synalepha*, quando se lhes seguem alguns dos Artigos o, a, porque então perdem a vogal e, e a substituímos com a do Artigo, porque dizemos *mo, ma, to, ta, lho, lha* (...)” (pp. 7-8).

A estes casos de sinalefa, junta ainda as contracções por aglutinação do tipo de *Montagraço, Montalegre* (p.8), e admite a elisão tanto na prosa como no verso. Cunha Portugal (1837) adopta a contracção nos casos mais frequentes (*desta, della, nella; atéqui, atégora, daqui, dalli*), mas trata o *signal de contracção* ou *synalepha* no âmbito do capítulo da acentuação, como marca da elisão de *m* da preposição *com* seguida de vogal (*co elle, cõmigo ~ co ’elle, co ’migo*, p. 84).

Menos pormenorizada é a descrição avançada por J. Nunes de Andrade (1843), que prevê o uso do “apostrophe” para marcar supressão, seja de vogal, seja de consoante (*m* ou *n*, p. 4). Na linha reducionista do anterior, M. Justino Pires (1843) fica-se pela elisão vocálica (*d’Almeida, minh’alma*, p.14), e outro tanto acontece com Barker (1843), que aceita o apóstrofo em interior de palavra, devido às necessidades métricas (*Sp’rito~espírito*, p.22). Os exemplos repetidos por alguns ortografistas precedentes, são também apontados por Coruja (*d’Almeida, minh’alma*, 1848), em cuja doutrina, à semelhança do que também havia proposto Tavares de Macedo (1834/1861, *viraccento* ou *apostrophe*, p. 51), se prescreve a contracção directa das formas mais frequentes (*do, dos, da, das, no, nos, na, nas, delle, naquelle, pelo; apostropho* ou *viraccento*, p.47), sem intervenção, portanto, do apóstrofo. Para Tavares de Macedo, este não só constitui um obstáculo à escrita cursiva, como é esteticamente desagradável. Admite-o, ainda assim, no verso, para marcar a elisão de *m* (*Co ’este, Co ’elle*, p. 47).

Sem qualquer descrição do emprego e com variantes terminológicas (*apostrophi* em 1842 e *apostrofe* na 4ª ed., 1857), Bordalo sublinha a função de supressão vocálica. Ao “signal de separação” (’), Fernes Alvernaz (1856) atribui apenas uma função distintiva de formas resultantes de contracções relativamente a formas verbais homógrafas (*de isto / d’isto* ~ v. *disto*; *desse / d’esse* ~ v. *desse*, pp.63-64). Já Figueiredo Vieira (1859) fica-se pela função de elisão do apóstrofo, dispensável ainda assim nas contracções de preposição com pronome (*neste, naquelle*, p.62); e o mesmo acontece com Cabral de Moncada (*apostrophi*, 1860, *d’el-Rei, outr’ora, d’antes, d’além*, p.42), Roque da Fonseca (*apostrophi* ou *viraccento*, 1862, p.38), Moreira de Sá (*apostrophi* ou *viraccento*, 1862, p.17), Mattos de Noronha (*apostrophe*, 1865, p.74). Por sua vez, Godinho (*viraccento* ou *apostrophi*, 1866), além da função referida pelos anteriores (*d’hoje*, p.12), atribui-lhe também a função de sinal da contracção, razão por que deve precedê-la (*’na, ’no, ’nos*, *passim*).

Mascarenhas Valdez (1875) insiste na função de elisão do *viraccento* ou *apóstrophe*, cujo significante gráfico corresponde a uma “virgula virada para cima”: marca a supressão da vogal final de uma preposição seguida de vogal, ou seja, define os limites da palavra fónica; contudo, admite que a sinalefa realizada oralmente não se reproduza na escrita (*d’Almada, d’Estremoz~de Almada, d’Estremoz*, p.66-67).

No projecto de reforma de Castanheira Nunes (1879), o apóstrofo tem função específica e emprego fantasioso: assinala as contracções, já referidas pelos ortografistas precedentes, mas antecede-as (*’na, ’nas, ’nu* “no”, *’nacele* “naquele”, mas *d’acele*, p.23, *d’onde*, p.17), como já sugerira o calígrafo Godinho. Embora com pouca circulação, esta solução já havia sido adoptada por outros autores, como J. F. de Castilho (1860), que grafava *’num, ’naquellas*, do mesmo modo que introduz o apóstrofo (*apóstrophe*) para assinalar a contracção de dois pronomes (*lho, mo*, por ex.)³⁵¹. Até ao final do século, haverá quem subscreva esta solução, como faz

³⁵¹ Cf. pp.136-137: “Imprégo o apóstrophe posterior, quando depois de uma consoante se-ellidui vogal, como: *d’ahi, amâmo’-nos, retribuir-lh’a, dar-m’os*, etc. Alguns (e eu assim practiquei ’nesta memoria) usam a apóstrophe antes da letra em *’nelle* e *’nella*, para representar a apherese do *i*. Concorde, em virtude do motivo porque escrevo: *d’elle*; mas considero supprimivel a apóstrophe em ambos os casos, por considerar que essa combinação da preposição in ou de com aquella terceira pessoa forma uma só palavra composta, como succede na mesma e em outras preposições com o artigo, em: *no, na, do, da, ao*, etc., o que tudo se-toma por uma só palavra, e tanto que até uma temos (*â*) que dentro de uma só letra fundiu a preposição e o artigo ou pronome”.

Cabanita (1897), ao apresentar o *apostropho* antes da contracção da preposição *em* com pronomes (*'noutro*, *'neste*, p.66).

De facto, nas últimas décadas da centúria, o apóstrofo continua a estar presente no sistema gráfico e na doutrina metaortográfica. Santos Valente e F. de Almeida (1886) prevêem o uso do *apostropho ou virgula* na qualidade de “signal da apherese, da syncope, da apocope, da synalepha e da ecthlipse” (p.72), sobretudo na poesia, embora na prosa o seu uso se restrinja à elisão da vogal muda das enclíticas *me*, *te*, *lhe*, seguida de outra enclítica (ex. *dá-m'o*, *dou-t'o*, *dou-lh'o*), ou à supressão da vogal da preposição *de*, junto de vogal ou de *h* (*d'aquelle*, *d'hoje*). Afora estes casos, prescrevem o apóstrofo nas primeiras pessoas do plural da conjugação pronominal, para indicar a supressão de <s> final (*arrepndemo'-nos*, *queixavamo'-nos*), para separar a nasal eufónica do pronome (*amaram-n'o*) ou, ainda, como propusera J. F. de Castilho, em substituição do hífen (*amál'o*, *digo-vol'o*), prática que Santos Valente e Almeida acabam por enjeitar, à semelhança de Gonçalves Viana (1904)³⁵², que a interpreta como galicismo. Santos Valente e F. de Almeida (1886) optam, porém, pela contracção directa da preposição com os pronomes (*desse*, *deste*, *daquelle*, *delle*).

Na verdade, o problema das variantes (com hífen ou apóstrofo) da ligação das formas pronominais enclíticas aos verbos só será resolvido definitivamente em 1911, pelas **Bases para a Unificação da Ortografia** (Diário do Govêrno nº 213, de 12 de Setembro de 1911- Bases XXXVI, XXXVII e XXXVIII; cf. infra, III, 5.), onde se declara que o emprego do apóstrofo deve ser “o mais parcimonioso possível, pois o abuso que dêste sinal se tem feito, onde é erróneo ou desnecessário, nenhuma vantagem traz à fácil leitura, antes a embaraça, e é uma desastrada imitação da ortografia francesa, que muito desfeia a escrita, complicando-a, bem como à composição tipográfica. a maioria das elisões de vogais átonas, e a bem dizer todas as crases de vogais consecutivas são evidentes, e portanto desnecessário é indicá-las

³⁵² Cf. pp. 202-203: “A meu ver, o uso do apóstrofo só é convenientemente limitando-se a formas pouco triviais, e sobretudo se se aplicar unicamente a indicar a supressão de letras, e não a outros fins, como erroneamente e por imitação da ortografia francesa se faz na actualidade, por exemplo, quando se emprega nos vocábulos *n'este*, *n'um* e nas formas *douvo'los*, *davam-n'o*, *d'armada*, por *da armada*, etc. (...) O preceito, portanto, deve ser: unir sem apóstrofo vocábulos que nunca se usam separados um do outro, ainda mesmo que para tal união se elida a vogal do primeiro (...). Assim, devemos escrever sem apóstrofo neste, dêste, dahi (ou daí), como já escrevemos no, do, donde; semelhantemente no-lo, vo-lo, lho (...), mo, to, isto quer haja, quer não, hífen”.

na escrita usual”, acrescentando-se na **Base XXXVI**, relativa ao apóstrofo: “É quasi abolido êste sinal ortográfico, absolutamente inútil para a leitura, e de introdução moderna. O seu emprêgo limitar-se-á a indicar, principalmente na poesia, a supressão de uma letra, que usualmente se escreve na prosa, como em *esp'rança*, *mer'cer*, *par'cer*, *co'roa*, *p'ra*, *'star*, etc. Pode, também, usar-se no interior das dições compostas, quando nelas se faça elisão do *e* da preposição *de*, como em *mãe-d'água*”.

Quanto à doutrina dos gramáticos, deter-nos-emos na de Soares Barbosa (1822/1830), uma vez que os restantes repetem, invariavelmente, as descrições antes recenseadas. Assim, o autor da **Grammatica Philosophica** trata do apóstrofo (*viraccento* ou *apostrophe*) no âmbito dos sinais complementares do núcleo duro da pontuação, mas sem lhe dar o relevo de outros autores, porque distingue a substância gráfica da substância fónica, na qual ocorrem os fenómenos de elisão e contracção (*synalepha*):

“Estes viraccentos são pouco usados na escriptura da nossa prosa, não obstante serem frequentes estas elisões, ou synalephas , principalmente nas preposições *De*, *E*, *Per*, *Por*, *Com* antes do artigo, e dos demonstrativos, como *do*, *da*, *dos*, *das*, *delle*, *elle*, *d'aquelle*; e do mesmo modo *no*, *na*, *nos*, *nas*. *neste*, *nesse*, *naquelle*, *pelo*, *polo*, *pola*, em lugar de *n'o*, *n'a*, *n'os*, *n'as*, *n'este*, *n'esse*, *n'aquelle*, *pel'o*, *pel'a*, *pol'o*, *pol'a*. Como estas preposições com o artigo, e demonstrativos occorrem a cada passo na escriptura; o uso do viraccento em todas, além de impedir a facilidade da escriptura cursiva, retalha muito a sua continuação, e desfigura a sua belleza; e por isso a Orthographia presente o tem desterrado da prosa, e largado ao verso (...)” (p. 94).

O gramático desvaloriza, portanto, o recurso sistemático ao apóstrofo por questões de ordem estética.

Com variações terminológicas, referências mais ou menos repetitivas ao apóstrofo são-nos fornecidas também pelos seguintes gramáticos: J. L. de Sousa Monteiro (1796/2^a ed.1806/1830, *apostrofo*, p.31); Sousa Dias (*Co'esta*, *Sant'Antonio*...1804, p.25) reconhece no *apostrofo* uma função fonográfica, no âmbito da Ortologia; Soares Ferreira (1819, *apostrofê* p.139); Borges Carneiro (1820, *apostrofê ou viraccento*, p. 231 *neste*, *delle*, *nessa*); Guedes Albuquerque (1820, *apostrophe ou synalepha*, p.129); Pe. M. Inácio (1840, p.45); Midosi (1842, *apostrofê*, p.22); J. da Mota Pessoa Amorim (1842, *viraccento ou apostrofê*, p.79);

Andrade Junior (1844, *viraccento ou apostropho*, p.288); Coruja (1847, *synalefa e ecthlipse*, pp.70-71); C. D. M. (1851, *apostropho*, p.156); Forjaz de Sampaio (1851, *apostropho*, p.33); Wake (1851, *apostropho*, p.70); Pinto Abreu (1852, *apostrofe*, p.90); Reis Tavares (1853, *apostropho*, p.46); J. A. Dias (1854, *apostropho*, p. 109); Solano Constâncio (1855, *apostrophe*, p.242); Teixeira de Vasconcelos (1857, *apostrophe ou viraccento*, p.443); Barreto Corte-Real (1859, *apostrophe ou viraccento*, p.170); Domingos Lourenço (1860, *apostropho*, p.117); Vallejo Espada (1861, *apostropho*, p.157); Correia de Lacerda (1862, *apostropho*, p.70); Geraldês de Vasconcelos (1864, *apostrophe, viraccento ou synalefa*, p.59); **Comp. de Gramm. Port.** (1865, *viraccento ou apostropho*, p.91); **Gramm. da Eschola Primaria** (1866, *apostropho*, p.53); Sotero dos Reis (1866, *apostropho*, p.271); Caldas Aulete (1864/1866, *apostropho*, p.85); Freire de Macedo (1867, *viraccento ou apostropho*, p.221); Mendes Pinheiro (1869, *apostrophe*, p.165); Fernandes Pinheiro (1870, *apostropho*, p.126); Teófilo Braga (1876, *apostropho*, p.18); César Borges (1877, *apostropho*, p.130); Luís de Sousa (1878, *apostropho*, p.195); Silva Dias (1876/1880, *apostropho*, p.151); B. J. de Oliveira (1862/1880, *apostropho*, p.141); Bensabath (1882, *apostropho*); Gonçalves Lage (1883, *apostropho*); E. da Costa e Cunha (1883, *accento echthliptico ou apostropho, ex. outr'ora, pr'a, d'ele, d'aquellas*, figurando entre os “signaes de notação”, p. 241); Almeida Neto (1884, *apostropho*, p.469); Nóbrega Soares (1884, *apostropho*, p.62); Monteiro Leite (1887, *apostropho*, p.240); Figueiredo e Castro (1887, *apostropho*, p.100); M. O. Rodrigues da Costa (1887, *apostropho*, p.18); Pacheco (1894, *viraccento ou apostropho*, p.82); Pessoa de Barros (1894, *apostrophe*, p.28); Cabanita (1897, *apostropho*, p.66).

A estes testemunhos, poder-se-iam juntar, ainda, os dos lexicógrafos: uns aceitam duas entradas distintas, sendo que a primeira remete para segunda na qualidade de sinónima ou equivalente (F. Mendes, 1904)³⁵³; outros especializam semanticamente as formas *apostrophe* e *apostropho* (E. de Faria, 1850³⁵⁴; J. Deus,

³⁵³ Cf. **Dicc. da L. Port. (Pros. e Orth.)**, vol. I, p. 250: “Apostrophe, s.f. Rhet. Figura, que resulta de interrupção subita, feita ao discurso pelo orador, quando se quer dirigir ás pessoas ou ás coisas, reais ou virtuaes. (...). Signal orthographico (') representativo de suppressão ou elisão de letra ou letras”; “Apostrophe, s.m. O mesmo que apostrophe, como signal orthographico”.

³⁵⁴ Cf. **Novo Dicc.**, vol. I, p. 472: “Apóstrofe ou apóstrophe, s.f. (Gr. *apó* e *strephô*, voltar, volver, virar) (rhet.) figura de que se usa, quando se dirige o discurso a outra pessoa, diferente d'aquella com quem se está fallando. –, (didact.) censura, reprehensão”; “apóstrofo ou apóstropho, s.m. (precedente) (orthog.) indice de elisão, signal da figura de uma virgula ('), que suppre a vogal que elide quando se
Cont. pág. seguinte.

1877³⁵⁵; Roquete, 1881³⁵⁶; G. A. Marques, 1881³⁵⁷), para designarem a figura de retórica e o sinal ortográfico, respectivamente.

Do excuro cronológico acima, conclui-se que a designação “apóstrofo” prepondera na referência a este sinal ortográfico, sobretudo durante a segunda metade do século; por outro lado, a frequência do seu uso atinge por vezes, em especial na segunda metade, as raias da extravagância, talvez por imitação da ortografia francesa, como comentava Gonçalves Viana (1904). Mas só a reforma de 1911 porá termo aos empregos fantasiosos do apóstrofo (cf. III, 5.).

6.2.4. Til

O til é uma unidade característica do sistema gráfico português, cuja origem e funções fez verter alguma tinta aos ortografistas e gramáticos, não só aos mais antigos (cf. supra, I, e 2º vol., Anexo I), mas também aos oitocentistas, conquanto estes lhe dessem um emprego menos alargado, sobretudo como marca de abreviatura. Segundo os etimologistas, o termo provém do lat. TITULUS, tendo chegado ao português por via do catalão ou do provençal³⁵⁸ *tilde*, e teve as suas primeiras ocorrências no século XVI. Com respeito à origem do termo, merecem comentário as abonações dos ortografistas da época aqui em apreço, que ora apontam para o castelhano, ora para o latim.

Desde o seu aparecimento nos manuscritos, o til ficou vinculado à representação da nasalidade, visto que a sua figura ou significante gráfico equivale a um <m> ou <n>, aplicado sobre um grafema vocálico, embora essa função derivasse

lhe segue outra imediatamente (...); Faria aceita as duas variantes gráficas, parecendo preferir a primeira.

³⁵⁵ Cf. **Dicc. Pros.**, p. 77: “Apóstrophe, sf. interrupção do fio do discurso para dirigir a palavra a alguém ou invocar alguma cousa; interrupção do discurso alheio dirigindo a palavra ao orador”; “Apóstropho, sm. supressão de vogal (quando se segue outra na dicção seguinte); signal de supressão”.

³⁵⁶ Cf. **Dicc. da L. Port.**, p.133: “Apostrophe, sf. (rhet.) figura de que se usa quando se dirige o discurso a alguma pessoa ou cousa diversa sa com que se fallava; elisão (d’uma vogal)”; “Apostropho, s.m. (orthog.) supressão de vogal (quando se lhe segue outra na dicção seguinte)”.

³⁵⁷ Cf. **Novissimo Dicc. Orth. e Pros.**, p. 60: “Apóstrophe, s.f. (rhet.) interrupção do discurso dirigindo o orador a palavra a alguma pessoa ou invocando pessoa ou coisa”; “Apóstropho, s.m. signal orthographico que indica supressão de vogal final de uma palavra quando se lhe segue outra principiando por vogal”.

³⁵⁸ Cf. A. G. Cunha, **Dic. Etim.**, p. 773; J. P. Machado, **Dic. Etim.**, vol. V, p. 303.

de uma medida de economia, devida à escassez do suporte material que tinha de ser rendibilizado; daí também a rápida assimilação desta unidade à função de abreviatura, ao ponto de nem sequer suprir, por vezes, um grafema nasal existente no vocábulo abreviado.

Façamos, pois, uma revisão das principais definições desta unidade que, integrada no plano extra-alfabético, concorre para a actualização de correspondências entre os planos fónico e gráfico, desenvolvidas por certos grafemas vocálicos, que sem o til teriam um valor distinto, facto que os gramáticos e ortografistas tinham em consideração quando não o definiam como uma “letra”, precisamente por carecer de valor próprio. Assim o descreve J. P. da Fonseca (1809), para quem o til “não he letra, he sim um risco (~)” sobre a letra. Esta definição será repetida depois por Mascarenhas Valdez (*pela figura com que se forma não é letra, mas um signal collocado sobre as desinencias compostas para distincção das mesmas....*, p. 59, 1875), que lhe aponta uma função supletiva das letras “*m, n e ue*, quando se põe sobre o *q*; como *cãbio, tãpo, tãto, e q*” e atribui o termo ao lat. *titulo* (p.44). Coutinho (1812)³⁵⁹, por seu lado, considera que a função de representação da nasalidade é uma modalidade específica de abreviatura.

No **Comp. Orthographico** (1812), é descrito quer como um substituto de *m* e *n*, quer como marca da nasalidade vocálica e abreviatura: “Til (serve) de supprir o *m*, e *n*, quando o não figuramos, como em exêmplo; mas se o *m*. ou *n* ferir a vogal seguinte; como em amar não se poderá supprir com o til; exceptuando as palavras huma, alguma (...) em que se costuma tambem supprir com o til (...): serve tambem de abbreviatura” (p. 8).

Em conformidade com a função de marca da nasalidade, Apolinário (1831/1843/1846, p.31) considera o til um “acento nasal”, embora restrinja o seu papel nas abreviaturas, dado que estas devem ser evitadas. Essas duas funções são igualmente reconhecidas por Ventura da Silva (1834), que distingue o til de abreviatura (*q*, ou *que*, *Sñr*, ou *Senhor*) do til marca da nasalidade vocálica (*ãa, ãe, ão, ãe; bã, vintã, convã*, p.115). Nunes de Andrade (1843) descreve o significante ou

³⁵⁹ Cf. p. 63: “Til ...vale por huma abbreviatura conforme a belleza do Idioma: humas vezes suppre huma letra, como Hũa, huma; outras vezes duas (...) e finalmente vale por todas aquellas letras, que não costumamos escrever”.

figura (*é um s collocado horisontalmente*, p. 8) e alude especificamente ao til como marca da nasalidade de certos ditongos. Coruja (1848), ao invés de J. P. Fonseca, define o til enquanto “letra”, cuja particularidade consiste em não ocupar espaço na linha; representa a nasalidade da vogal [ã], em posição final, e dos ditongos (*ãe, ão, õe, ãii*) e serve, ainda, de abreviatura (*Q’ “que”, Frz’ “Fernandes”, p.31*)³⁶⁰, no que é secundado por Moreira de Sá (1862). Fernes Alvernaz (1856), que enjeita o papel do til como sinal de abreviatura (*...não offerece vantagem alguma consideravel, o consideramos antes como hum abuso, e como tal o não admittimos*, p.48), define-o como um diacrítico exclusivo da nasalidade, mas admite a existência de casos em que, tradicionalmente, ela não é representada (*mũitos*, p. 47). Já Figueiredo Vieira (1844/2ªed.1859) apenas menciona a função de marca da nasalidade, quer de vogais, quer de ditongos, apesar de interpretar a ressonância nasal como uma mera substituição de *m* ou *n* por abreviação (*am-o, an-o “ão”, p.24*); o mesmo se nota em Roque da Fonseca (1860), que sublinha também a função supletiva do til, sem aludir à sua intervenção nas abreviaturas.

Descrevendo-o como um “*n* sobreposto” à vogal, Santos Valente e F. de Almeida (1886) não divergem dos anteriores quer no que respeita à representação da nasalidade, quer à função de marca de abreviatura: quanto à primeira, admitem, à semelhança de Fernes Alvernaz, um caso de ausência de marca da nasalidade (*mũito*, p.63); a segunda aplica-se a poucas palavras, em particular alguns patronímicos (*Ferñz, Gl~x, Mĩz, Roĩz*, *ibid.*), os mesmos que antes haviam sido apontados por Mascarenhas Valdez (1875). No projecto de reforma de Castanheira Nunes (1879), o til denota a nasalidade dos ditongos (*ãi, ãu, õi, ãii*), mas funciona também como modificador de <*n*>, para representar a palatal nasal. Almeida Neto (1884) insiste ainda nas referidas duas funções do til – marca da nasalidade vocálica interior e, sobretudo, final, por um lado, e, por outro, sinal de abreviatura (*Roĩz ~ Rodrigues, Gli ~ Gonçalves*).

Apesar de os autores oitocentistas já não tratarem recorrentemente do problema da colocação do til sobre o primeiro (vogal prepositiva) ou segundo (v.

³⁶⁰ Nestes exemplos, o til sobre as maiúsculas das abreviaturas foi substituído por um apóstrofo devido a constrangimentos tipográficos.

pospositiva) elemento dos ditongos (cf. supra, 5.1.1.), registam-se, contudo, algumas menções a essa questão.

No que aos gramáticos se refere, são dignas de menção as observações realizadas pelos indicados a seguir. Para Dias de Sousa (1804), a função principal do til é assinalar a nasalidade dos ditongos, colocado sobre o primeiro elemento (ãi, ão, õe, ù a, ùi), e não sobre o segundo (*...deve considerar-se como constituindo huma vós com a vogal que lhe precede, e de nenhuma sorte como consoante...D'aqui se segue que o til deve sempre pôr-se sobre a primeira a vogal de cada diptongo, e que he erro pô-lo sobre a segunda como vulgarmente se costuma*, p.250), mas também representa a nasalidade vocálica em posição final (*lã, maçã*); como sinal de abreviatura, o autor apenas aceita *q* em vez de *que*, por ser a mais frequente. Acrescente-se uma nota ortotipográfica sobre o til: sempre que é apresentado independentemente da vogal sobre que deve figurar, em maiores dimensões portanto, tem a configuração de um jota deitado, com a haste superior voltada para a direita. Assim no-lo mostram, entre muitos outros, A. J. Baptista (1816), que o define na qualidade de abreviatura (*Ha o til ...que val por huma abreviatura, isto he, suppre huma ou mais letras, como Hũa*, p.63), Guedes Albuquerque (1820, *O til, que suppre a letra m e n, e se marca assim*, p.129), Soares Barbosa (1822/1830); pelo contrário, em outros, aparece com o formato normal (~), como se vê em Borges Carneiro (1820), cuja descrição do uso do til coincide com o do anterior, embora contemple mais abreviaturas. Às anteriores referências ao til, juntam-se as do Pe. Manuel Inácio (1840), que adopta a designação “accento nasal”, repetida mais tarde por Sotero dos Reis (1866, *accento nasal ou til recahe sobre a vogal nasal, só representa a nasalidade da syllaba*, p.271), Ferreira Pestana (1849), Pinto Abreu (1852, *... serve de pôr sobre alguma vogal em lugar de m, ou n, quando este não deve pronunciar com a syllaba seguinte*, p.83), Reis Tavares (1853), J. A. Dias (1854), Solano Constâncio (1855), Barreto Corte-Real (1859), Vergueiro e Pertence (1861), Correia de Lacerda (1862, *serve para indicar a nasalidade d'alguns diphthongos, como, função; para supprir o m e o n quando não ferem vogal, como commũ...e para significar a breviatura, como Rõiz...*, p.70), Geraldês de Vasconcellos (1864), Caldas Aulete (1864, *Til colloca-se sobre as palavras para indicar que se supprmiu uma ou mais lettras; exemplo: sñr, irmã. Hoje só se emprega para representar as vogaes*

nasaes ã, õ; exemplo: irmã, irmãs, coração, corações, p.76), Freire de Macedo (1867), Teófilo Braga (1870, til ~ ou n abreviado, é um signal puramente portugues, empregado para dar ás vogaes que antecedem m ou n um som nasal, substituindo essas consoantes, p.16), Luís de Sousa (1878), Bensabath (1882), e Costa da Cunha (1883, nazal ou til).

À vista destas descrições, fica demonstrada a plurifuncionalidade de uma unidade, que se inscreve ao mesmo tempo no campo dos diacríticos do vocalismo (cf. 5.1., 5.1.1. e 5.4.2.) e na pontuação de palavra, estando por isso presente em ambos os planos do sistema gráfico, a saber, o alfabético e o extra-alfabético.

6.3. Pontuação de frase

A referência aos vários graus de força dos pontemas, de mais forte para menos forte procede da herança greco-latina em matéria de pontuação: assim, da vírgula até ao ponto, passando pelo ponto e vírgula e pelos dois pontos, o sistema ao qual recorrem os gramáticos e ortografistas subordina-se, na sua génese, ao critério definicional de base respiratória ou entoacional.

Apesar de o conceito de frase ser dos mais controversos, existindo por isso diversas definições, decorrentes dos diferentes modelos de análise linguística, adoptámos aqui, explicitamente, um conceito tão neutro quanto possível, e, ao mesmo tempo, afastado de compromissos que afectem a orientação escolhida para este trabalho (cf. I, 4.) – a frase é um enunciado mínimo significativo, cuja delimitação se faz, à esquerda, pela marca de abertura de frase (a maiúscula), e, à direita, por um pontema de encerramento ou de suspensão (ponto final, de interrogação, de exclamação, etc.). Além disso, a concepção de pontuação aqui propugnada assenta numa perspectiva “integracional” (cf. I) do sistema gráfico – a da pontuação como parte integrante do sistema gráfico, e, por conseguinte, da ortografia –, emanada da análise das obras dos autores compulsados neste capítulo, à luz das actuais linhas de reflexão sobre a escrita, os sistemas gráficos e as ortografias, nas diversas abordagens (históricas, semióticas, linguísticas, psicolinguísticas, etc.) suscitadas pela natureza desses fenómenos.

Da unidade sintáctico-semântica que é a frase, passa-se, depois, a unidades de arquitectura superior, como o período e o texto, nas quais os pontemas cumprem uma função hierarquizadora tanto mais importante quanto maior complexidade tiver a estrutura sintáctica do enunciado em questão. A isso se atende precisamente nas gramáticas em que a pontuação figura no capítulo da sintaxe, e não no da ortografia, como acontece, por exemplo, em Moraes e Silva (1806), F. Soares Ferreira (1819) e, mais tarde, em A. Epifânio da Silva Dias (1876/1880) ou Jacob Bensabath (1882). Este último confere à pontuação, enquanto subsistema gráfico, funções de ordem sobretudo sintáctica e semântica, razão por que a subtrai ao capítulo da ortografia, ao invés da prática usual dos gramáticos precedentes, e de boa parte dos seus contemporâneos, cuja doutrina condena nos termos seguintes:

“Tem o seu tanto ou quanto de irrisoria a maneira por que B. José d’Oliveira, Macedo, e com elles quasi todos os grammaticos modernos que os acompanham, definem a orthographia comprehendendo n’essa parte da grammatica a *pontuação* ! Se ha coisa que nem directa nem indirectamente nada tem que fazer com a orthographia é sem duvida a pontuação, que ensina simplesmente a indicar, por signaes convencionaes, a divisão ou o fim das phrases. Ora uma pontuação viciosa póde alterar o sentido da phrase e deturpa-lo mesmo, a ponto de produzir um contrasenso; o que não póde é accusar as palavras de mal escritas se estão bem escritas segundo o uso estabelecido” (p. 242).

Do mesmo modo, a vinculação da pontuação à sintaxe é defendida por Avelino Augusto de Paiva, no seu texto inédito (B.N. COD.8463-65) *Grammatica Portugêza Offerecida á Academia Real das Sciencias*, visto ela estar ao serviço da divisão e ordenação das orações (cf. fl. 47).

Baseado na perspectiva dominante, Nóbrega Soares (1884) observa que “Os diversos talhos em que o discurso se divide, bem como os diversos membros da oração, distinguem-se por certas pausas e modulações da voz, notadas na escriptura por signaes convencionaes, que muito concorrem para a expressão, embora indirecta, das relações que ligam as palavras ou as proposições, sendo esta a principal razão porque se estuda a pontuação na syntaxe” (p.62), definição em que é secundado por Júlio Ribeiro (1825), o qual também inscreve a pontuação no campo da sintaxe, em cujo âmbito os pontemas (*comma, semicolon, colon, ponto final, ponto de interrogação, ponto de admiração, pontos de reticencia, parenthesis, aspas, hyphen,*

travessão, *paragrafo*) têm o estatuto de *signaes syntacticos*, já que a “pontuação é para a syntaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso” (p.316).

A doutrina sobre a pontuação de frase apresenta três vertentes, a saber, a conceptualização da pontuação enquanto subsistema do sistema gráfico português, a existência de inventários de unidades pontuacionais com funções de diferentes tipos e, por último, a prescrição ou descrição do uso desses pontemas. No tocante à primeira daquelas vertentes, da doutrina de ortografistas e gramáticos emergem três modelos de conceptualização do nível frástico, que ora aparece sob a designação lata de “sinais da ortografia”, ora de “pontuação”, estando em causa, portanto, uma concepção mais ou menos ampla ou, inversamente, mais restritiva. De facto, se as definições de ortografia punham de manifesto diferentes entendimentos da funcionalidade do sistema gráfico, associadas a certas orientações ideológicas, também as definições de pontuação, pautadas por certos critérios ou princípios, atestam variações decorrentes das mesmas influências. Os critérios definitórios das funções das unidades deste nível são três: o respiratório, o prosódico-entoacional, o sintáctico-semântico, sendo que ao último podemos associar outros dois – o pragmático e o psicológico. Embora já tenhamos esclarecido o sentido desses critérios e da sua sobreposição em boa parte dos enunciados escritos (cf. I), importa frisar que, cronologicamente, o respiratório ou pausal, reportando-se à necessidade fisiológica de retomar o fôlego para prosseguir a leitura em voz alta, precede os restantes, logo seguido do prosódico-entoacional; só depois a pontuação passará a estar ao serviço da clareza da relação das unidades do discurso. Se é verdade que os autores recorrem, por vezes, a mais de um critério definitório, devido à plurifuncionalidade das unidades em causa, não é menos verdade que se regista uma progressiva secundarização do critério respiratório e pausal em proveito do critério sintáctico-semântico, que chega a ter primazia, e mesmo exclusividade, na definição do uso de cada pontema.

Por outro lado, note-se que as unidades deste nível pontuacional estão associadas aos conceitos de frase e de período, enquanto unidades sintáctico-semânticas, relevantes no campo da Retórica, em cujos objectivos e estratégias a

pontuação também participava, em particular ao delimitar as partes do discurso ou as suas secções, em conformidade com unidades de raciocínio e, portanto, de conteúdo. Assim, devido à influência da Retórica em matéria de pontuação, tanto mais que boa parte das designações dos chamados sinais de pontuação provém justamente das figuras de Retórica (cf. I), não são surpreendentes as referências ao conceito de frase e, sobretudo, ao de período retórico. Para os Antigos, este (*periodus*) era a unidade que encerrava o período, considerado como unidade de sentido global ou completo. A dependência com respeito aos esquemas retóricos fica patente, por exemplo, na doutrina metaortográfica de Pedro José da Fonseca (1809), na qual a frase é definida como “hum ajuntamento de palavras, em que entrão hum ou muitos nomes, que exprimem hum ou muitos sugeitos, de que se falla; e hum ou muitos verbos, que exprimem aquillo, que se affirma” (p.25), e o período como “hum ajuntamento de muitas frases dependentes humas das outras, e ligadas por conjunções para se formar hum sentido completo” (p.26). Com igual procedência retórica³⁶¹, a definição de período aduzida por Daniel Ferreira Pestana (1849) apresenta o período como um “congregado de varias proposições, que não sendo parte das outras, estão comtudo ligadas, e tal modo dependentes da principal a que se referem, que a esta suppoem necessariamente aquellas, para o complemento do sentido” (p.117), cujas partes constitutivas são a proposição principal e suas anexas – *apódose* – e a proposição ou proposições subordinadas e suas anexas – *prótase* –, embora possa constar de dois, três ou mais membros, ou seja, de uma proposição principal ou subordinada com as suas proposições anexas, que geralmente constituem incisos. Para delimitar as referidas partes e membros, junto com a indicação da entoação ou das pausas adequadas, a pontuação distribuir-se-á no período da seguinte maneira: o inciso, equivalente a um tempo de pausa, é marcado pela vírgula; o membro, correspondente a dois tempos, é marcado pelo ponto e vírgula; os dois pontos delimitam uma parte do período equivalente a três tempos de pausa, ao passo que a pausa ou cadência final é representada pelo ponto. Na verdade, esta divisão do período é concebida como um sistema de pontuação aplicável unicamente aos chamados períodos “quadrados”, já que nos outros basta separar a prótase da

³⁶¹ Vide, H. Lausberg, **Elementos de Retórica Literária**, 3ª ed. port., 1982, pp. 261-264.

apódo-se mediante uma vírgula ou ponto e vírgula, isto é, pontuações menos fortes. Por fim, acrescenta-se que Ferreira Pestana estabelece a distinção entre pausas de natureza diversa: umas, representadas por vírgula, ponto e vírgula e dois pontos, servem para separar diferentes grupos de ideias integradas numa unidade superior; as outras denotam a “qualidade privativa do sentido de uma frase, e até de uma palavra” (p.121), sendo representadas por ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, *grande aspa horizontal* (–), *reticencia*, *parenthesis* (curvos ou rectos), *sublinha* (muito), e vírgulas dobradas (“... ”). Afora as partes ou membros periódicos acima descritos, o gramático considera também unidades de sentido superior, do âmbito da chamada ortotipografia, visto repercutirem-se na distribuição da mancha gráfica e na organização textual, aspectos que constituem a chamada estrutura externa da obra: o parágrafo, que é um congregado de vários períodos, o capítulo ou conjunto de vários parágrafos, o livro ou conjunto de capítulos, a parte, como conjunto de vários livros, e o tratado, que reúne as várias partes do livro.

À semelhança de Ferreira Pestana, mas quase no final do século, Nóbrega Soares (1884) expõe as divisões retóricas do período – *prótase* e *apódose* – como fundamentos teóricos necessários ao entendimento do funcionamento do sistema de pontuação nas estruturas sintáticas e das relações destas com aquelas. Outro tanto fará C. D. M. (1851)³⁶², ao descrever as correspondências entre a pontuação e a estrutura periódica, em particular no que respeita ao uso do ponto e vírgula, sem deixar de apontar a relação hierárquica entre os pontemas. De acordo com a referida fundamentação retórica, C. D. M. prescreve a pontuação forte para marcar partes do discurso que tenham uma relação mais remota, ao passo que a pontuação fraca traduz a proximidade entre os segmentos de um enunciado gráfico (**Epítome da Gramm.**, p.160). Mas esta relação entre a pontuação e a construção do período já havia sido amplamente sublinhada, logo no início do século, por Caetano Pereira e Sousa (1807), ortografista que acusa a influência da “*grammaire générale*” francesa, como adiante voltaremos a comprovar.

³⁶² Na pontuação inclui apenas os pontemas de frase: “A pontuação mais forte é o ponto, abaixo deste os dous pontos, depois o ponto e vírgula e enfim a vírgula, que é a mais fraca. (...) É impropria a pontuação mais forte, quando basta a menos forte”, cf. **Epítome da Gramm. Port.**, pp. 156-57.

Passemos, então, à análise da doutrina dos ortografistas em matéria de pontuação de frase, na tripla vertente que referíamos acima – os critérios que presidem à determinação da funcionalidade e à hierarquização dos pontemas, os inventários e os usos.

O já citado Caetano Pereira de Sousa parte do critério pausal ou respiratório, de natureza fisiológica, em conformidade com a doutrina de Beauzée na *Encyclopédie*, onde a definição genérica de pontuação alia a gradação das pausas ao critério sintáctico-semântico, patente na sistemática referência à construção sintáctica e ao tipo de proposições. Na verdade, apesar de este critério prevalecer sobre aquele na determinação dos usos de cada pontema, razão por que são recorrentes as expressões proposição (simples ou composta), frase, partes subalternas, membros do período, etc., não deixam de registrar-se, ainda assim, referências complementares à respiração e às pausas, como critério complementar. Saliente-se que o texto do ortógrafo português, não obstante as adaptações decorrentes da exemplificação textual, extraída da literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII, continua a reproduzir *ipsis verbis* a doutrina vertida por Beauzée. Pereira e Sousa inscreve-se, assim, no paradigma definicional em que a função sintáctica e as relações lógicas entre os segmentos do enunciado têm primazia sobre as restantes funções; ao invés deste, outros autores manter-se-ão presos ao critério tradicional, sem referência à estrutura sintáctica do enunciado gráfico, mesmo nas últimas décadas do século. Deles, mencionaremos apenas aqueles cujos testemunhos se nos afiguraram mais relevantes do ponto de vista doutrinal.

As tendências predominantes não invalidam, porém, a constatação da natureza polifónica dos pontemas, presente, por exemplo, na distinção entre “signaes objectivos”, por um lado, e “signaes subjectivos” (J. Bensabath, 1882), ou, entre pontemas que indicam mudanças de tom e outros que representam uma pausa (Caldas Aulete, 1864/1866; A. E. Costa e Cunha, 1883). De facto, se atentarmos nos paradigmas da funcionalidade dos pontemas de frase, acima referidos, comprovaremos que, de um paradigma baseado na correspondência entre pontemas e pausas respiratórias mais ou menos longas, passamos a um paradigma em que à marcação das pausas se associa a melodia ou tom, critérios que podem convergir para a definição da função de um dado pontema.

Quanto à designação dos pontemas de frase, mesmo em plena época oitocentista ainda persistem termos oriundos da antiga tradição latina, a saber, *comma*, *semicolon*, *colon*, correspondentes respectivamente a vírgula, ponto e vírgula e dois pontos. Eles estão presentes nas últimas décadas do século, por exemplo na doutrina do gramático brasileiro Júlio Ribeiro (1885).

Passemos, então, à descrição da funcionalidade de cada unidade da pontuação de frase.

6.3.1. Vírgula

Tradicionalmente descrita como uma pontuação fraca, a vírgula [,] aparece associada ora à menor de todas as pausas, ora a uma fraca separação de certos segmentos do enunciado gráfico, sem corresponder por isso a qualquer mudança particular de entoação ou tom. Pereira e Sousa (1807), ao referir as partes da proposição, apoia-se sobretudo no critério sintático, ou seja, na referência às relações entre segmentos da frase, e, por vezes, pelo critério pausal, como se conclui dos excertos seguintes, que atestam, mais uma vez, a origem da doutrina do nosso ortografista.

Encyclopédie, vol. 13, <i>article ponctuation</i> (1765)	Noções sobre a Ortografia (1807)
Les parties similaires d'une même proposition composée doivent être séparées, par les virgules, pourvû qu'il y en ait plus de deux, & qu'aucune de ces parties ne soit soudivée en d'autres parties subalternes (p. 17).	As partes proporçionaes ou similares de huma mesma propozição devem separar-se por meio de virgulas, com tanto que haja mais de duas, e que nenhuma destas partes seja subdividida em outras partes subalternas (p. 67).
Mais si les parties similaires réunies par la conjonction, ont une certaine étendue qui empêche qu'on puisse aisément les prononcer tout de suite sans respirer; alors, nonobstant la conjonction qui marque la diversité, il faut faire usage de la virgule pour indiquer la pause: c'est le besoin seul de l'organe qui fait ici la loi (p.17).	Se porém essas partes proporçionaes forem duas, e se ligarem por huma conjunção, basta esta para mostrar a sua diversidade, sem necessidade de virgula, não assim I. Se são unidas sem conjunção alguma, II. Se excedem o alcance comum da respiração (p.68).

<p>Ce qui vient d'être dit de deux parties similaires d'une proposition composée, doit encore se dire des membres d'une période qui n'en a que deux, lorsque ni l'un ni l'autre n'est subdivisé en parties subalternes, dont la distinction exige la virgule: il faut alors en séparer les deux membres par une simple virgule (pp. 17-18).</p>	<p>O que se diz das partes proporcionaes de huma propozição composta, deve entender-se quando nenhum dos dois membros de hum periodo hé subdividido em partes subalternas, cuja distincção requeira virgula; porque então basta a simples virgula para separalos (p. 69).</p>
<p>Dans le style coupé, où un sens total est énoncé par plusieurs propositions qui se succèdent & dont chacune a un sens fini, & qui semble complet; la simple virgule suffit encore pour séparer ces propositions, si aucune d'elles n'est divisée en d'autres parties subalternes qui exigent la virgule (p.18).</p>	<p>No estilo cortado em que hum sentido geral hé enunciado por muitas propozições que se succedem rapidamente, e cada huma das quais tem hum sentido findo, e que parece completo, basta a simples virgula para separar essas propozições, se nenhuma dellas hé dividida em outras partes subalternas (pp. 69-71).</p>
<p>Si une proposition est simple & sans hyperbate, & que l'étendue n'excede pas la portée commune de la respiration; elle doit s'écrire de suite sans aucun signe de punctuation. (p.19)</p>	<p>Se huma propozição hé simple e sem hiperbato, e a sua extenção não excede o alcance comum da respiração, deve escrever se seguidamente sem algum sinal de pontuação; mas se excede, deve-se designar as pausas com virgulas. (pp.70-71)</p>
<p>Lorsque l'ordre naturel d'une proposition simple est troublé par quelque hyperbate, la partie transposée doit être terminée par une virgule, si elle commence la proposition; elle doit être entre deux virgules si elle est enclavée dans d'autres parties de la proposition. (p. 19)</p>	<p>Sendo a ordem natural de huma propozição simple perturbada por algum hyperbato, a parte a parte transposta deve ser terminada por huma virgula, se por ella começa a propozição e deve estar entre duas virgulas se está encravada em outras partes da propozição. (p.72)</p>
<p>Il faut mettre entre deux virgules toute proposition incidente purement explicative, & écrire de suite sans virgule toute proposition incidente déterminative. (p. 19)</p>	<p>Deve-se pôr entre duas virgulas a propozição incidente meramente explicativa, e deve-se escrever seguidamente sem virgula toda a propozição incidente terminativa. (pp. 72-73)</p>
<p>Toute addition mise à la tête ou dans le corps d'une phrase, & qui ne peut être regardée comme faisant partie de la constitution grammaticale, doit être distinguée du reste par une virgule mise après, si l'addition est à la tête; & si elle est enclavée dans le corps de la phrase, elle doit être entre deux virgules. (p.20)</p>	<p>Toda a addição posta no começo, ou no corpo de huma fraze, que parece não fazer parte da sua construcção gramatical, deve distinguir-se do resto por huma virgula, se a addição está no começo; e estando encravada no corpo da fraze, deve ser posta entre duas virgulas. (pp.84-85)</p>

Daqui infere-se que a vírgula está ao serviço da complexidade da frase, quer destacando certos segmentos, quando é pontema simples, quer isolando ou encaixando outros, se é pontema duplo (duas vírgulas); em ambos os casos, no entanto, ela evita a ambiguidade, sobretudo em situações de inversão e de grande extensão da frase. A mesma função separadora, distintiva ou isoladora é-lhe atribuída por J. P. da Fonseca (1809): “Virgula (,) põe-se para distinguir os substantivos, os adjectivos, os verbos e adverbios, que se não modificão huns a outros” (p.25); “As diferentes partes de huma frase, ou de hum periodo, que necessariamente se não ajuntão, e onde naturalmente se dividem, ainda que o sentido não esteja completo, se distinguem da mesma sorte”; “Tambem se põe antes e depois das expressões, que denotão alguma circumstancia”, (p. 26). Contudo, prescinde-se dela sempre que a frase seja curta.

Encontramos maior concretização quanto ao emprego da vírgula no **Compendio Orth.** (1812), em Coutinho (1812), F. P. C. (1814), Apolinário (1831), Tavares de Macedo (1834/1862), Ventura da Silva (1834), Cunha Portugal (1837), Bordalo (1842/1857), Barker (1843), Nunes de Andrade (1843), Coruja (1848), Figueiredo Vieira (1859), J. F. de Castilho (1860), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Moreira de Sá (1862), Mascarenhas Valdez (1875) e Santos Valente e F. de Almeida (1886).

Quanto aos critérios invocados pelos ortografistas, o semântico (i. e. imperfeição do sentido) é apontado por Coutinho (1812), F. P. C. (1814), Barker (1843), Coruja (1848); ao critério pausal, referem-se Apolinário (1831), F. P. C. (1814), Lopes da Cruz (1856), Alvernaz (1856), Figueiredo Vieira (1859), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Moreira de Sá (1862) e Nunes Godinho (1866).

Na vaerdade, todos sublinham a função separadora e distintiva da vírgula, embora não coincidam por completo quanto ao emprego. Se em regra concordam quanto à separação de sujeitos, verbos e complementos seguidos, de substantivos e adjectivos, de orações intercaladas, do vocativo e de elementos transpostas dentro da frase, menos consensual parece ser, no entanto, a colocação sistemática da vírgula antes das conjunções e locuções conjuncionais, e bem assim dos relativos *que* ou

qual. Com respeito ao emprego da vírgula, este é o aspecto que produz maiores discrepâncias doutrinárias. Assim, são mais numerosos os apologistas do uso da vírgula antes de *que*, explicitando ou não a sua função, e bem assim junto das conjunções coordenativas *e*, *nem*, *ou* (Coutinho 1812, F. P. C. 1814, Ventura da Silva 1834, Cunha Portugal 1837, Bordalo 1842/1857, Barker 1843, Figueiredo Vieira 1859, Cabral de Mendonça 1860, Roque da Fonseca 1860, Moreira de Sá 1862), do que os ortografistas que o condenam (Nunes de Andrade 1843, Coruja 1848, Santos Valente e F. de Almeida 1886).

Para além de Pereira e Sousa (1807), a descrição de Figueiredo Vieira (1859) também se filia na doutrina do gramático francês Nicolas Beauzée, pelo menos nos princípios gerais, cuja influência reivindica nos termos seguintes:

“(…) um principio d’ordem e regularidade parece querer surgir, e dar a esta parte de nossa orthographia a coherencia e uniformidade de que tanto carece: é a prudente e racional applicação que das regras francezas nossos litteratos teem feito á nossa escripta. É esta applicação, uma vez que devidamente se attenda ao diversissimo genio dos dous idiomas, não só util, senão razoavel; porque, como já disse Beauzée, «um systema de punctuação cujos principios sejam solidos, é commum a todas as linguas,» e o systema francez é, talvez, de todos o mais philosophico e conforme aos principios da grammatica geral” (p. 55).

O conhecimento directo do texto enciclopédico assinado por Beauzée fica demonstrado se recorrermos de novo à confrontação dos textos do gramático francês e do ortografista português, embora Figueiredo Vieira nem sempre tenha decalcado a fonte *ipsis verbis*.

Encyclopédie, vol. 13 (1765) N. Beauzée, art. Punctuation	Figueiredo Vieira (1859)
Punctuation c’est l’art d’indiquer dans l’écriture par les signes reçus, la proportion des pauses que l’on doit faire en parlant (p. 15).	Ponctuação é arte de indicar na escripta, por meio de certos signaes, as pausas que na leitura se devem fazer, para melhor intelligencia do discurso (p. 52).
Un système de punctuation construit sur de solides fondemens, n’est pas plus propre à la langue françoise qu’à toute autre langue. C’est une partie de l’objet de la <u>grammaire générale</u> (pp. 16-17).	Um systema de punctuação cujos principios sejam solidos, é commum a todas as linguas e conforme aos principios da grammatica geral (p. 55).
L’art de ponctuer se réduit à bien connoître les principes de cette proposition. Or il évident qu’elle doit se régler sur les besoins de la respiration, combinés néanmoins avec les sens partiels qui constituent les propositions totales (p. 16).	Deve a arte da punctuação assentar sobre duas bases d’egual importancia: a necessidade de respirar (...); e a subordinação das orações incidentes á principal, combinada com a do sentido dos membros parciaes ao sentido total do periodo (p. 55).

Dentre os gramáticos, destaca-se a doutrina de Soares Barbosa (1822), por privilegiar o critério sintáctico-semântico, quer nas regras gerais, quer nas especiais referentes ao emprego da vírgula: assim, este pontema não se emprega antes de *que*, a não ser quando a extensão da principal e da integrante o determina; pelo contrário, emprega-se para separar os sujeitos, atributos e verbos das proposições complexas, as orações intercaladas, as adições ou expansões da oração principal, todas as palavras e frases transpostas da sua ordem natural; mas antes das conjunções *e*, *nem*, *ou*, *como*, só se usa quando a frase excede uma pausa normal.

Muito circunstanciada é a descrição de Barbosa Leão (1886): para o sónico, a vírgula representa uma pequena pausa; serve para separar os elementos coordenados de uma oração ou as orações coordenadas entre si, marcar o fim ou o princípio de uma oração subordinada, quando se fizer pausa, separar o sujeito ou complemento das orações extensas que requeiram pausa, distinguir os apostos e as transposições, e substituir palavras omitidas.

6.3.2. Ponto e vírgula

Mais forte que a pontuação marcada pela vírgula, o ponto e vírgula [;] representa um maior grau de autonomia, quer sintáctica, quer semântica, dos segmentos por ele separados, ao mesmo tempo que corresponde, em conformidade com o critério pausal, a uma pausa maior que a do pontema anterior. Na Retórica, o ponto e vírgula dividia a prótase da apódose, ou seja, separava as partes do período e era, por isso, a marca de uma unidade lógica e semântica. A doutrina expandida por Pereira e Sousa, bebida, mais uma vez, na fonte enciclopédica e reflexo tardio do logicismo linguístico entre nós, assenta precisamente nessa tradição retórica. Note-se, por outro lado, que o termo prótase denominava, no teatro grego antigo, a primeira parte da acção dramática, na qual o argumento é anunciado e tem início o seu desenvolvimento.

Encyclopédie, vol. 13 (1765) N. Beauzée, art. <i>Ponctuation</i>	Pereira e Sousa (1807)
---	-------------------------------

Lorsque les parties principales dans lesquelles une proposition est d'abord partagée, sont subdivisées en parties subalternes, les parties doivent être séparées entre elles par une simple virgule, & les parties principales par un point & une virgule (p. 20).	Quando as partes principais em que cada huma proposição esta dividida, são subdivididas em partes subalternas, devem estas separar-se entre si por huma simples virgula, e as partes principais por hum ponto e virgula (p. 75).
Dans l'énumération de plusieurs choses opposées ou seulement différentes, que l'on compare deux à deux, il faut séparer les uns des autres par un point & une virgule, les membres de l'énumération qui renferment une comparaison; & par une simple virgule, les parties subalternes de ces membres comparatifs (p. 21).	Na enumeração de muitas coizas oppostas, ou somente diferentes que se comparão duas a duas, devem-se separar por hum ponto e virgula os membros da enumeração que encerrão huma comparação, e por huma simples virgula as partes subalternas desses membros comparativos (p. 76).
Si ce que les Rhéteurs appellent la protase ou l'apodose d'une période, enferme plusieurs propositions sousdivisées en parties subalternes; il faudra distinguer ces parties subalternes entr'elles par une virgule, les propositions intégrantes de la protase ou de l'apodose par un point & une virgule, & les deux parties principales par les deux points (p.21).	Quando o que os Retoricos chamão a Protase ou Apodose de hum periodo encerra em si muitas proposições subdivididas em partes subalternas, devem estas distinguir-se entre si por huma virgula; as proposições integrantes da Protase ou Apodose por hum ponto e virgula; e as duas partes principais por dois pontos (pp. 78-79).
Si après une proposition qui a par elle-même un sens complet, & dont le tour ne donne pas lieu d'attendre autre chose, on ajoute une autre proposition qui serve d'explication ou d'extension à la première; il faut séparer l'une de l'autre par une ponctuation plus forte d'un degré que celle qui auroit distingué les parties de l'une ou de l'autre. (...) Enfin si les divisions subalternes de l'une des deux propositions ou de toutes deux exigent un point & une virgule; il faut deux points entre deux (p. 22).	Se a huma proposição que tem por si mesma hum sentido completo, se ajunta outra que lhe serve de explicação, ou de extensão, deve-se separar huma da outra por huma pontuação hum gráo mais forte, que aquella que distinguiria as partes de qualquer dellas. Por tanto, se as duas proposições são simples, basta pôr huma virgula; se as divisões subalternas de huma dellas, ou de ambas exigem virgula, devem distibguir-se huma da outra por ponto e virgula; se exigem ponto e virgula deve-se uzar de dois pontos (pp. 79-80).

Para distinguir o uso do ponto e vírgula do da vírgula, J. P. da Fonseca (1809) invoca o critério semântico, pois aquele assinala um sentido mais completo que esta, ao mesmo tempo que denota a dependência do segmento por ele introduzido, noção que também é referida no **Comp. Orth.** (1812), onde se prescreve o ponto e vírgula antes das conjunções e locuções (posto que, porque, ainda que, mas, porém),

emprego que se tornará uma constante em muitos dos autores seguintes, ainda que se verifiquem variantes quanto às conjunções apontadas pelos ortografistas, e bem assim quanto ao uso entre palavras, sobretudo verbos, de sentido contrário.

Tal como no caso da vírgula, Coutinho (1812) acentua a função separadora do ponto e vírgula, associada a uma pausa maior, junto de certas conjunções adversativas ou de locuções (*mas, porém, aindaque, postoque*), ou entre verbos de sentido oposto, tal como vimos antes. Esta tripla vertente da descrição da funcionalidade, a saber, a correspondência a uma pausa maior do que a da vírgula, a dependência com respeito ao segmento precedente, e o seu uso antes de algumas conjunções ou entre palavras de sentido contrário, é mencionada no todo ou em parte por muitos dos ortografistas oitocentistas, entre eles Apolinário (1831)³⁶³, Cunha Portugal (1837), Bordalo (1842/1857), Barker (1843), Nunes de Andrade (1843), Coruja (1848), Figueiredo Vieira (1859), Lopes da Cruz (1856), Alvernaz (1856), J. F. Castilho (1860), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Moreira de Sá (1862), Nunes Godinho³⁶⁴ (1866), Mascarenhas Valdez (1875), e Santos Valente e F. de Almeida³⁶⁵ (1886).

Outros ortógrafos colocam a tónica na estrutura do período, concepção que manifesta a vigência da tradição retórica: entre os autores que fazem depender o emprego do ponto e vírgula do número de partes do período e da pontuação nelas existente, contam-se Figueiredo Vieira (1859), Cabral de Mendonça (1860), Tavares de Macedo (1834/1861), e Santos Valente e F. de Almeida (1886).

Na verdade, devido à sua posição intermédia no sistema pontuacional, esta unidade revela-se uma das mais problemáticas quanto à prescrição do uso, situação que é corroborada pelos textos gramaticais. A dificuldade na enunciação de regras precisas para a distribuição do ponto e vírgula, determina a brevidade das descrições, que se limitam à referência à pontuação média. Por isso, a doutrina de Soares Barbosa (1822) compreende uma única regra segundo a qual este pontema separa dois membros, isto é, marca uma divisão principal, a saber, as *proposições totaes*,

³⁶³ Às anteriores, junta as seguintes conjunções e locuções: *em tanto, com tudo, todavia*; cf. p. 23.

³⁶⁴ Cf. p. 72: “Divide orações adversativas e exceptivas; as condicionaes e causaes; e as que no periodo tem alguma dependencia com a antecedente, dando d’ella razão de algum modo”.

³⁶⁵ Cf. p. 80: “Os ortografistas referem as locuções e conjunções seguintes: sem embargo, não obstante, apesar d’isso, todavia, comtudo.

dependentes huma da outra, e compostas várias orações parciais (p.90), de acordo com a regra geral que consiste em atender sempre à gradação da pontuação. Na linha do autor da **Grammatica Philosophica**, encontram-se Forjaz Sampaio (1851), Teixeira de Vasconcelos (1857), Barreto Corte-Real (1859), Domingos Lourenço (1860), Vergueiro e Pertence (1861), Lacerda (1862), Aulete (1864/1866), Freire de Macedo (1867), Mendes Pinheiro (1869), Figueiredo e Castro (1887), Bento J. de Oliveira (1880), Gonçalves Lage (1883), Almeida Neto (1884), Nóbrega Soares (1884), Rodrigues da Costa (1887), visto todos sublinharem em especial o seu papel na divisão das partes principais do enunciado. Já Coruja (1848) prescreve-o entre verbos de significação contrária, depois das conjunções coordenativas (*mas, porém*) e de certas locuções conjuncionais (*indaque, postoque, seabemque*). Com ele coincidem, ainda que não refiram as mesmas conjunções e locuções, P. Wake³⁶⁶ (1851), Reis Tavares³⁶⁷ (1853), J. A. Dias³⁶⁸ (1854), e Geraldês de Vasconcelos³⁶⁹ (1864).

Algumas vezes, porém, os próprios gramáticos – Bensabath (1882) ou Cabanita (1897), por exemplo–, não deixam de manifestar as dificuldades inerentes à distinção entre o ponto e vírgula dos dois pontos, pelo facto de ambos os pontemas exprimirem divisões intermédias e se situarem, portanto, na pontuação média.

Mais pormenorizada é, no entanto, a descrição de Ferreira Pestana (1849), baseada na relação entre a prótase e a apódose: assim, para além da alusão ao tipo de pausa, equivalente a duas vírgulas, o gramático recomenda-o na separação da prótase e apódose, sempre que esta anteceda aquela; quando a prótase constar de várias orações subordinadas, separadas por vírgulas; se um antecedente for seguido de muitas orações integrantes ou *incidentes*; para separar as orações que completam uma oração principal (pp.124-126). Pelo contrário, A. E. da Silva Dias (1880) e Claudino Dias (1889) enfatizam sobretudo a separação das noções expressas pelos

³⁶⁶ Refere *mas*; cf. **Comp. de Gramm.**, p. 67.

³⁶⁷ Refere as seguintes conjunções e locuções: *mas, porém, porque, com tanto, com tudo, todavia*; cf. **Gramm. da L. Port.**, p. 46.

³⁶⁸ Indica conjunções e locuções conjuncionais, ordenadas como segue: *porque, mas, porem, todavia, posto que, comtudo, ainda que*; cf. **Novissima Gramm. da L. Port.**, p. 110.

³⁶⁹ Repete algumas das anteriores: *mas, porém, pois, porque, ainda que, com tanto*; cf. **Comp. de Gramm. Logica**, p. 60.

segmentos isolados pelo ponto e vírgula (coordenação, causalidade, ilação ou consequência).

6.3.3. Dois Pontos

Os dois pontos [:] são uma marca sequencial ou de segundo regime, quer dizer, isolam ou introduzem segmentos dotados de uma autonomia sintáctica e semântica relativa, visto indicarem um prolongamento do enunciado, esclarecendo-o ou explicitando-o; ao mesmo tempo, correspondem a uma mudança entoacional. Tal como o ponto e vírgula, situa-se também na zona intermédia do sistema, pelo que a prescrição do seu uso coloca algumas dificuldades e está sujeita a arbitrariedades. Vejamos, pois, algumas das reflexões suscitadas pelos dois pontos.

Ao descrever a funcionalidade deste pontema, Pereira e Sousa menciona precisamente o carácter sequencial da unidade e a independência sintáctica, mas deixa de fora a questão da entoação associada aos dois pontos, como veremos de seguida.

Encyclopédie, vol. 13, art. <i>Ponctuation</i> (1765)	Noções sobre a Ortografia (1807)
Si après une proposition qui a par elle-même un sens complet, & dont le tour donne pas lieu d'attendre, autre chose, on ajoute une autre proposition qui serve d'explication, ou d'extension à la première; il faut séparer l'une de l'autre par une ponctuation plus forte d'un degré que celle qui auroit distingué les parties de l'une ou de l'autre. (...) Enfin si les divisions subalternes de l'une des deux propositions ou de toutes deux exigent un point & une virgule; il faut deux points entre les deux (p. 22).	Se huma propozição que tem por si mesmo hum sentido completo, se ajunta outra que lhe serve de explicação, ou de extenção, deve-se separar huma da outra que distinguiria as partes de qualquer dellas. Por tanto, se as duas propozições são simples, basta pôr huma virgula; se as divizões subalternas de huma dellas, ou de ambas exigem virgula, devem distinguir-se huma da outra por ponto e virgula; se exigem ponto e virgula deve-se uzar de dous pontos (p. 79).
Si une énumération est précédée d'une proposition détachée qui l'annonce, ou qui en montre l'objet sous un aspect général; cette proposition doit être distinguée au détail par deuz points, & le détail doit être ponctué comme ila été dit (ibid).	Se huma enumeração he precedida de huma propozição despegada que a enuncia, ou que mostra o seu objecto debaixo de hum aspecto geral, deve esta propozição distinguir-se por dous pontos da dita enumeração (p. 80).

<p>Il me semble qu'un detail de maximes relatives à un point capital, de sentences adaptées à une même fin si elles sont toutes construites à-peu-près de la même maniere peuvent & doivent être distinguées par les deux points (ibid.).</p>	<p>Accumulando-se maximas relativas a hum ponto capital de sentenças adaptadas ao mesmo fim, se todas são construídas quasi da mesma maneira, podem-se distinguir por dous pontos (p. 81).</p>
<p>C'est un usage universel & fondé en raison, de mettre les deux points après qu'on a annoncé un discours direct, que l'on va rapporter (ibid.).</p>	<p>Hé uzo universal, fundado em boa razão, pôr dois pontos depois de se anunciar hum discurso directo que se vai narrar (p. 81).</p>

De acordo com esta descrição, os dois pontos introduzem explicações ou argumentos, anunciam enumerações e o discurso directo. Na verdade, esta unidade pertence ao reduzido grupo das que permitem a identificação das distintas vozes presentes num enunciado, à semelhança das aspas ou do travessão, cujas funções podem ser deste tipo, pelo menos quando identificam e isolam a voz do enunciador, da pessoa, personagem ou fonte citada.

Menos circunstanciada que a precedente, a descrição de J. P. da Fonseca (1809) sublinha, por contraste com os segmentos separados com ponto e vírgula, o sentido completo, e a sequencialidade, como funções deste pontema, mas alude também à função de marca das partes do período (*Servem para denotar o meio do periodo, ou hum sentido mais completo que o ponto e virgula*, p.27). Na dupla vertente da funcionalidade deste pontema, a saber, a indicação de sentido completo, associado a uma pausa, e a introdução de citações ou de enunciados de uma voz distinta da do enunciador, atentam igualmente Coutinho (1812), Apolinário (1831), Tavares de Macedo (1834/1861), Cunha Portugal (1837), Bordalo (1842/1857), que o faz corresponder a uma pausa semelhante à do ponto final, quando os ortografistas o fazem equivaler, no geral, a uma pausa maior que a de ponto e vírgula, Barker (1843), Nunes de Andrade (1843), Coruja (1848), Figueiredo Vieira (1859), Lopes da Cruz (1856), Alvernaz (1856), J. F. de Castilho (1860), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Moreira de Sá (1862), Nunes Godinho (1866), Mascarenhas Valdez (1875), e Santos Valente e F. de Almeida (1886).

Posto isto, a natureza e o uso dos dois pontos parecem ser bastante consensuais na doutrina ortográfica oitocentista. Ainda assim, atente-se em particular na descrição realizada por Mascarenhas Valdez, uma vez que ela se funda ainda na

construção do período retórico, isto é, nas relações entre a prótase e a apódose (cf. supra, 6.3.2.):

“A mesma proporção que regula o uso respectivo da vírgula e do ponto e vírgula, quando na divisão, e subdivisão de sentidos parciaes, deve tambem decidir o uso do dois pontos para o caso em que ha tres divisões subordinadas umas ás outras. Quando o que os rhetoricos chamam protase ou apodose de um periodo encerra em si muitas orações subdivididas em partes subalternas, devem estas distinguir-se entre si por uma vírgula; as orações integrantes da protase ou apodose por um; e as partes principaes por dois pontos. (...) se as orações são simples basta pôr uma vírgula. Se as divisões subalternas de uma d’ellas, ou de ambas, exigem vírgula, devem distinguir-se uma da outra por ponto e vírgula (...); deve-se usar de dois pontos (...) se uma oração é precedida de uma oração desligada de um aspecto geral, deve esta oração distinguir-se por dois pontos. Accumulando-se maximas relativas a um ponto capital de sentenças adaptadas ao mesmo fim, se todas são construidas quasi da mesma maneira, podem-se distinguir por dois pontos “ (pp. 105-106).

Da doutrinação relativa a este pontema, vale a pena realçar os aspectos relativos à sua função mais distintiva: anunciar ou introduzir o discurso directo e a citação do discurso alheio, caso em que é seguido de maiúscula de frase, ao contrário dos restantes usos, em particular da introdução de enumerações, aspecto que mereceu a atenção de Coutinho (1812), Tavares de Macedo (1834/1861), Bordalo (1857), Coruja (1848), Alvernaz (1856), e Cabral de Mendonça (1860).

Todavia, são os textos gramaticais oitocentistas que fornecem as mais interessantes abonações acerca da funcionalidade e uso dos dois pontos. A explicação para esse facto parecer estar na orientação logicista dos autores que no-las apresentam, todos pertencentes à corrente da chamada gramática filosófica ou geral, na qual as relações entre proposições reflectia a construção lógica do discurso.

De facto, a doutrina do gramático Soares Barbosa (1822) é mais elucidativa do que a de alguns dos ortógrafos acima arrolados, porque ele integra o emprego deste pontema num sistema gradativo que contempla a vírgula e o ponto e vírgula: assim, os dois pontos representam uma pontuação mais forte que os anteriores por corresponderem a uma *divisão mestra, ou principal das duas partes de qualquer periodo, antecedente e conseqente* (p.92). Por isso, enquanto este pontema marca uma divisão, os outros dois indicam apenas subdivisões, sendo que o ponto e vírgula

se associa a certas conjunções (*quando, mas*), e os dois pontos a locuções comparativas (*assim como, assim também*). Neste caso, a pontuação evidencia a estrutura do enunciado em partes menores ou maiores de um pensamento total, mas também a sua ordem.

Segundo Ferreira Pestana (1849), na estrutura periódica, cabe aos dois pontos a função de encerrar a prótase, desde que ela conste de várias proposições subordinadas, divididas entre si pelo ponto e vírgula; servem, ainda, para anunciar uma enumeração ou o discurso directo ou indirecto de outrem (p.126). A isto, soma-se uma das raras menções à descida da curva melódica correspondente a este pontema – *consiste em um repouso maior que o significado pelo ponto e virgula: para o formar, a voz cahe um pouco do tom geral da frase* (p. 126).

Do mesmo modo, C. D. M. (1851) enfatiza a função dos dois pontos na arquitectura do período, em articulação com a função do ponto e vírgula, unidades que podem mesmo substituir-se mutuamente em determinadas situações:

“A doutrina sobre o uso do ponto e virgula e de dous pontos tem lugar na pontuação dos periodos; mas no discurso solto usam os bons Escriptores ora de ponto e virgula, ora de dous pontos; e então a regra geral será dividir com pontuação mais forte as partes do discurso, que tiverem relação mais remota; e dividir com pontuação mais fraca as que tiverem relação mais proxima” (p. 160).

A perspectiva de Bensabath (1782) é distinta das anteriores, no sentido em que inclui os dois pontos entre os chamados “sinais objectivos”, ou seja, aqueles que assinalam divisões nas “frases” ou o final das frases. Para além da função de abertura de enumerações, explicações ou de citações, Neto (1884) e Cabanita (1897) referem expressões que devem ser seguidas de dois pontos – *o seguinte, a saber, taes são, por exemplo*.

Em síntese, poder-se-á dizer que os dois pontos são a marca, por excelência, da expansão, já se trate de uma enumeração, já de uma explicitação, ou, ainda, de uma relação³⁷⁰, estando, portanto, ao serviço da explicitação do acrescentamento.

³⁷⁰ A propósito da correspondência entre os sinais de pontuação e a entoação, vide: Mário Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, Almedina, 1995, p. 228.

6.3.4. Ponto

O ponto constitui uma marca de encerramento do enunciado gráfico, ao mesmo tempo que é a fronteira gráfica da frase: caracteriza-se por um tom descendente e corresponde a uma pausa maior do que as anteriores. As funções deste pontema, que só pode separar unidades de sentido completo, ainda que de extensão variável, são hierarquizadas de maneira diferente pelos ortografistas e gramáticos oitocentistas. De facto, logo no início do século, Pereira e Sousa, escorado na doutrina enciclopédica, como já dissemos por diversas vezes (cf. infra), sublinha o carácter completo do sentido e a autonomia semântica do enunciado por ele encerrado, mas relaciona-o com os outros dois pontos – o de interrogação e do exclamação –, marcas de modalidades discursivas distintas da assertiva ou declarativa, explicitada pelo ponto.

Encyclopédie, vol. 13, art. punctuation, 1765	Noções sobre a ortografia portuguesa, 1807
1° Le point simple est sujet à l'influence de la proportion qui jusqu'ici a paru regler l'usage des autres signes de ponctuation: ainsi il doit être mis après une période ou une proposition composée, dans laquelle on a fait usage des deux points en vertu de quelqu'une des regles précédentes; mais on l'emploie encore après toutes les propositions qui ont un sens absolument terminé, telle, par exemple, que la conclusion d'un raisonnement, quand elle est précédée de ses prémisses. (p.22)	Do ponto simples se uza no fim de todas as propozições que tem hum sentido absolutamente terminado, e inteiramente independente do que se segue, ou ao menos que não tem ligação com o resto senão pela conveniencia da materia, e pela analogia geral dos pensamentos que se dirigem ao mesmo fim. (p.82)

Do excerto acima se depreende que o sistema pontuacional possuía uma organização em crescendo, da unidade mais fraca (pontuação fraca) para a mais forte (pontuação forte), em consonância com a organização interna do enunciado em segmentos, frases simples, complexas e períodos, e de acordo com o grau de independência de uns segmentos em relação aos outros. No entanto, às seis unidades apontadas na **Enciclopédia**, acrescenta Caetano Pereira e Sousa outras duas, a saber, as reticências e os parênteses, que se distinguem daquelas por serem unidades de

inserção e de suspensão, respectivamente, embora tenham em comum o facto de constituírem formas diferentes de interrupção do enunciado: “Da-se o nome de parentesi a dois semicírculos opostos pela cavidade, entre os quais se necerra o sentido accessorio que interrompe a continuação do sentido principal” (p. 86). Neste inventário, é de salientar a inclusão das “reticências”, ainda que o ortografista não avance qualquer denominação própria para o pontema cujo significante (figura) descreve (cf. *infra*, 6.3.9.).

Insira-se aqui um parêntese a propósito da pertinência da noção de “sistema de pontuação”: de facto, como demonstrou Nunberg³⁷¹, à luz da origem das unidades que o compõem, é legítima a referência a “um” sistema, na medida em que, para além das actualizações em cada língua, resultantes das distintas relações entre os pontemas e os níveis entoacional-pausal e sintáctico-semântico, esse sistema pontuacional faz parte do património genético partilhado por todo o Ocidente, à semelhança, *mutatis mutandis*, da herança representada pelo alfabeto greco-latino. Assim sendo, apesar dos acrescentos de novas unidades, graças sobretudo ao desenvolvimento dos meios tipográficos, o núcleo básico da pontuação remonta a práticas bem antigas, como sublinhámos.

Voltando às descrições dos ortógrafos, note-se que J. P. da Fonseca (1809) coloca a tónica no critério semântico (...*no fim de huma frase, ou de hum periodo, cujo sentido está absolutamente concluido*) e, por conseguinte, na autonomia do enunciado (p.27). Outro tanto se observa em Coutinho (1812), **Comp. Orth.** (1812), Apolinário (1831), Tavares de Macedo (134/1861), Cunha Portugal (1837), Bordalo (1842/1857), Barker (1843), Nunes de Andrade (1843), Figueiredo Vieira (1859), Lopes da Cruz (1856), Alvernaz (1856), J. F. de Castilho (1860), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Moreira de Sá (1862), Nunes Godinho (1866), Mascarenhas Valdez (1875), Santos Valente e F. Almeida (1886). Contudo, apenas Apolinário, Figueiredo Vieira e Roque da Fonseca realçam a extensão da

³⁷¹ G. Nunberg, **The Linguistics of Punctuation**, Stanford University, 1990, p. 10n: “The rules of punctuation seem to be in large measure independent of language-specific features. Thus language planners do not have to devise a new system of punctuation as they do a new orthography: they can simply borrow the system already in place in other writing systems. It is fair to say, in fact, that there is only one systems of punctuation (in the sense, at least, in which is used in all developed Western, alphabetic languages, subject to the fixing of a few parameters and the stablishment of various local conventions and constraints”.

pausa. A isto acrescenta-se o facto de que nem todos referem o uso de maiúscula depois de ponto final, como fazem Coutinho ou Cunha Portugal, por exemplo.

6.3.5. Interrogação e exclamação

O ponto de interrogação e o de exclamação representam modalidades específicas, que são marcadas num só ponto do enunciado gráfico (final), na impossibilidade de serem transcritas em toda a sua extensão, ao contrário da entoação da oralidade, que acompanha indivisivelmente a cadeia fónica, sendo portanto um fenómeno discreto.

Deste modo, ao invés de outros pontemas, o ponto de interrogação exprime a modalidade interrogativa que afecta todo um segmento, razão pela qual alguns ortografistas recomendaram o uso de um sinal duplo, idêntico ao espanhol, de modo a assinalar o início do enunciado, com o sinal invertido [¿], e o final da curva melódica característica da interrogação. Deste caso, assim como do ponto de exclamação, se conclui que as correspondências biunívocas entre as substâncias gráfica e fónica não podem ser generalizadas a todos os aspectos do sistema gráfico, uma vez que elas guardam, em certo grau pelo menos, uma autonomia de meios. Embora o pontema duplo e descontínuo seja distintivo da pontuação e da ortografia espanhola³⁷², razão pela qual são poucos os partidários da introdução desta prática no sistema português, Ventura da Silva (1834), Cunha Portugal (1837), Tavares de Macedo (1834/1861) e Mascarenhas Valdez (1875) propõem a sua adopção, em particular nas frases interrogativas mais extensas: de forma pouco taxativa, o primeiro explica as vantagens desse sistema; o segundo considera-o um “uso dos modernos”, enquanto que o terceiro, visando um maior grau de isomorfismo entre a escrita e a oralidade, chega a recomendá-lo nas frases curtas, por uma questão de uniformidade³⁷³, o mesmo estando previsto para o *ponto de admiração*; o último

³⁷² Cf. Ventura da Silva, 1834, p.112: “Os Hespanhões uzão pôr o *ponto interrogativo* no principio da pergunta virado para baixo deste modo (¿), e o mesmo costumão fazer ao *ponto admirativo*, que o voltão assim (¡), e isto para advertencia do leitor, o qual ha de lêr, o que depois delles se seguir: este uzo he util, e seria bom, que o adoptassemos”.

³⁷³ Cf. p. 50: “Quando a frase ou interrogativa é algum tanto longa, de maneira, que com o desembaraço ordinario na leitura, não é possível alcançar com a vista o ponto de admiração ou interrogação, que se acha no fim; como isto poderia prejudicar a devida entoação na leitura, tem-se

Cont. pág. seguinte.

admite o pontema duplo, ainda que considere que o verdadeiro lugar das marcas da exclamação e da admiração é no final de todas as frases que exprimem surpresa, terror, etc.

Antes destes, porém, já R. Ferreira da Costa (1818) havia discorrido sobre as vantagens do emprego do pontema duplo para demarcar a *toada e canto* inerentes à interrogação e à admiração³⁷⁴, pelo menos no meio de frases que não devem ser proferidas ou interpretadas com a mesma entoação. O uso sinal duplo [¿.....?] encontra-se na prática de J. F. de Castilho (1860), mas de forma inconstante.

A estes ortografistas, juntar-se-ão mais tarde Santos Valente e F. de Almeida (1886): afora o pontema duplo, para indicar a simultaneidade de ambas as modalidades [?!], amparados na solução espanhola, prevêm inclusive a marca da entoação exclamativa no início da frase com [¡] e da interrogativa no final [?], sempre que a entoação variar ao longo do enunciado (p.87). Contudo, a sugestão do emprego simultâneo dos dois pontemas [! ?] já havia aparecido pelo menos em 1814 (F.P.C., **Novo Resumo**, p. 8), mas só se tornará mais frequente na doutrina metaortográfica da segunda metade do século XIX.

Na verdade, ao longo de oitocentos, à semelhança do que acontecera em épocas anteriores a respeito de outros aspectos do sistema gráfico³⁷⁵, uma das vertentes da procura da aproximação entre a escrita e a oralidade traduzir-se-á, em alguns ortógrafos e gramáticos, na proposta de introdução de pontemas duplos, isto é, duas marcas com a mesma função, a primeira das quais está invertida e orientada para a direita (¿), para identificar o segmento ou frase marcado por uma determinada entoação. Em todo o caso, essa tendência não teve grande aceitação na época em apreço, decerto por se considerar apanágio da ortografia castelhana. De facto, esta solução é até hoje distintiva do sistema gráfico castelhano, estando ausente dos restantes sistemas geneticamente aparentados, como o francês ou o italiano. Diga-se,

admittido pôr no principio da fraze o mesmo, que se hade pôr no fim; mas voltado para baixo. Para não occasionar confusão pôde este uso guardar-se sempre, ainda que a fraze seja curta”.

³⁷⁴ Cf. pp. 121-122: “Enunciada uma pergunta, pendem dellas ás vezes proposições, que não podem recitar-se em separado: e então he preciso pôr o ponto de interrogação no fim da clausula do periodo. (...) Assim pomos o signal da interrogação nas palavras, onde se faz a clausula perfeita. Por estes e outros motivos, quando no meio de um discurso narrativo entrão perguntas figuradas, usão hoje alguns annuncialas, antepondo ao principio de cada uma o mesmo signal de interrogação invertido. (...) O que dissemos do ponto de interrogação se applica igualmente ao de admiração”.

³⁷⁵ Vide, por ex. António de Melo da Fonseca, **Antidoto da Lingua Portugueza**, 1710, p. 149.

ainda, que esta solução será defendida desde finais de oitocentos por Gonçalves Viana, principal mentor da reforma ortográfica de 1911, que refere a “conveniência” do seu uso no prontuário ortográfico que acompanhava o texto oficial da reforma (cf. infra, III), embora saibamos que essa prática acabaria por não vingar depois. No discurso metaortográfico oitocentista, predomina, pois, a marca final, não obstante algumas alusões às vantagens do pontema duplo, como já notámos. A isto acrescenta-se, por outro lado, a mudança terminológica registada por estas unidades: o *ponto interrogativo* passa a *ponto de interrogação*, e o *ponto exclamativo* a *ponto de exclamação*.

Os aspectos mais vezes frisados a respeito da funcionalidade destes pontemas são, por um lado, a sua correspondência às modalidades interrogativa e exclamativa, embora se prescindia da descrição da curva melódica característica, e, por outro lado, a referência à maiúscula seguinte, como fazem, entre outros, Pereira e Sousa (1807), J. P. da Fonseca (*ponto interrogativo (?) põe-se no fim das frases, que exprimem alguma pergunta*, 1809, p.28), Coutinho (...*para pôr todas as vezes que perguntarmos...se faz pausa de pergunta, e depois se principia por letra grande*, 1812, p.101), e Apolinário (1831).

Decalcada da *Encyclopédie*, a doutrina do “afrancesado” Pereira e Sousa oferece a particularidade de distinguir as interrogativas indirectas, que carecem de pontema, das interrogativas directas, nas quais ele é obrigatório.

Encyclopédie, vol. 13, art. <i>Ponctuation</i> 1765	Pereira e Sousa (1807)
Le point interrogatif se met à la fin de toute proposition qui interroge, soit qu'elle fasse partie du discours ou elle se trouve, soit qu'elle y soit seulement rapportée comme prononcé directement par un autre. Si la phrase interrogative n'est pas directe & que la forme en soit rendue dépendante de la constitution grammaticale de la proposition expositive où elle est rapportée; on ne doit pas mettre le point interrogatif: la ponctuation appartient à la proposition principale, dans laquelle celle-ci n'est qu'incidente (p. 23).	O ponto de interrogação se põe no fim de toda a proposição que interroga, ou ella faça parte do discurso aonde se acha, ou seja nelle referida como pronunciada directamente por outro. Se a frase interrogativa não hé directa, e a sua fórma se faz dependente da construção gramatical da proposição expositiva com que hé referido, não hé preciso uzar de interrogação, e a pontuação pertence á proposição principal de que ella hé incidente (pp. 83).

Quanto à discussão da utilidade do pontema duplo atrás descrito, vários são os autores que a ela aludem ou a defendem de forma explícita: na segunda metade da centúria, Correia de Lacerda (1862)³⁷⁶, por exemplo, faz referência a essa prática entre alguns escritores portugueses seus contemporâneos; mas, antes dele, outros autores haviam mencionado ou praticado esta modalidade, como J. C. do Couto e Melo (1818), que usa sistematicamente um pontema duplo, quer neste caso, quer no da modalidade exclamativa ([i.....?] e [i.....!])³⁷⁷; Soares Barbosa (1822/1830) recomenda até esta modalidade de pontema, para melhor ser explicitada a entoação do segmento assim introduzido, mas essa prática não se verifica na sua **Grammatica**.

Tal como no caso precedente, o ponto de exclamação corresponde uma modalidade específica – a de exclamação ou admiração –, que não afecta um único ponto do enunciado, mas antes a sua totalidade. Em conformidade com essa modalidade, o pontema recebia a designação de ponto exclamativo ou admirativo, para depois passar simplesmente a ponto de exclamação. Para além destas variações terminológicas, o pontema em causa é marcado por uma forte componente subjectiva, já que depende da manifestação de emoções particulares do locutor ou do enunciador, correspondendo por isso a toda uma panóplia de sentimentos e estados de espírito, que podem ir da surpresa, ao terror, à piedade ou ternura, como salienta Pereira e Sousa.

Encyclopédie, vol. 13, art. <i>Ponctuation</i> 1765	Pereira e Sousa (1807)
La véritable place du point exclamatif est après toutes les phrases qui expriment la surprise, la terreur, ou quelque autre sentiment affectueux, comme de tendresse, de pitié, &c. (p. 23).	O verdadeiro lugar do ponto de exclamação ou de admiração hé depois de todas as frases que exprimem a surpresa, o terror, ou qualquer outro affecto, como o da ternura, da piedade &c. (pp. 83-84).

³⁷⁶ Cf. p. 72: “Os Hespanhoes usam geralmente para indicar que a oração é interrogativa, antepondo-lhe o signal da interrogação voltado (...). Este uso tem sido adoptado já por alguns escriptores portuguezes, e muito conviria que se generalisasse porque facilitava o ler com a devida intelligencia. O mesmo com o ponto de admiração de que vamos fallar”.

³⁷⁷ Cf. p. 59: “(...) ¿ como poderá existir oração gramatical sem tôdas as seis, sete, oito, nove e mesmo dez partes, que diversos Gramáticos lhe atribuem?”. Cf. p. 125: “(...) | quanto é rigorôso este Juiz”.

Frequentemente, estes e outros sentimentos ou estados são abrangidos pela designação genérica de admiração ou de exclamação, como sucede com J. P. Fonseca (*Ponto admirativo ou de exclamação usa-se no fim das clausulas, que exprimem alguma admiração ou exclamação*, 1809, p.28), Bordalo (1842), Coruja (1848), Alvernaz (1856), Figueiredo Vieira (1859), Roque da Fonseca (1860), Moreira de Sá (1862), e Nunes Godinho (1866), entre outros.

6.3.6. Parênteses

No âmbito da pontuação de frase, os parênteses (ou parêntesis) têm a particularidade de ser um pontema duplo com função de inserção, assim como as duas vírgulas ou o duplo travessão, pois graças à sua própria configuração permitem a inclusão de elementos complementares da frase em que se inscrevem sem interferirem na sua estrutura sintáctica ou alterar o sentido. À semelhança de outras unidades pontuacionais, os parênteses baseiam-se numa figura retórica (parêntese, cf. I, 4.2.), que consiste em encaixar segmentos sintáctica e semanticamente autónomos, sendo que com frequência estes correspondem à voz do enunciador. De facto, este é o emprego mais vezes descrito pelos ortógrafos e gramáticos oitocentistas, como veremos de seguida. De acordo com a origem grega da figura retórica, e por conseguinte do termo que a designa, não é de estranhar que os parênteses integrem o núcleo duro da pontuação de frase, desde os primeiros textos metaortográficos quinhentistas, constando por isso de todos os inventários apresentados pelos ortografistas e gramáticos oitocentistas, motivo por que fazemos a indicação sistemática dos seus nomes e remetemos para a observação dos quadros relativos aos inventários de pontemas (cf. supra, 6.1.).

Socorremo-nos apenas daqueles testemunhos cuja descrição oferece maior grau de pormenor, como se sucede, por um lado, com Ferreira da Costa (1818), que sublinha sobretudo as consequências sintácticas da interrupção de uma frase por

meio do *parenthesis*³⁷⁸, ou, por outro lado, com Ventura da Silva (1834), cuja descrição assenta nos critérios sintáctico-semântico e entoacional (...*encerrar palavras, que interrompem o sentido da Oração, mas que concorrem para a sua intelligencia, e suprimidas fica o sentido perfeito...devem-se pronunciar com voz mais baixa, para se distinguirem da Oração principal*, p.113), para além de apontar a origem grega do termo *Parenthesis* e as variantes da figura do pontema duplo (recta e curva). Idêntica descrição é fornecida por Figueiredo Vieira (1859): salienta o tom particular do segmento interposto, por contraste com o do restante enunciado (*As palavras em parentheses, devem ler-se em tom mais baixo*, p.62), aspecto entoacional que já havia sido enfatizado por F. P. C. (1814)³⁷⁹. Quanto à função dos parênteses como sinal de interposição, coincide Mascarenhas Valdez (1875) com os três ortografistas anteriores, mas sem indicar a entoação a ele associada. Outro tanto se verifica em Pereira e Sousa (1807), Coutinho (1812), Ferreira da Costa (1818), Cunha Portugal (1837), Bordalo (1842/1857), Barker (1843), Nunes de Andrade (1843), Alvernaz (1856), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Tavares de Macedo (1861), Boscoli (1885), entre outros ortografistas, todos coincidentes quanto ao critério sintáctico-semântico, subjacente à função de interrupção ou de inserção, e sem aludirem ao critério entoacional, menos representado na descrição deste pontema.

Barbosa Leão (1886) refere os dois critérios funcionais que presidem ao emprego deste pontema: o sintáctico-semântico, inerente à função de inserção, quer de orações *incidentes*, quer de quaisquer outras expressões explicativas interpostas numa frase, e o entoacional, ao mencionar que os segmentos assim intercalados se pronunciam *em tom mais baixo*. Por outro lado, enquanto pontema demarcador de segmentos acrescentados ao enunciado principal, os parênteses podem ser substituídos pelas vírgulas ou pelos travessões. Os critérios sintáctico-semântico e entoacional e a função de intercalação são descritas por Santos Valente e F. de Almeida (1886), que à doutrina do anterior apenas acrescentam a possibilidade de o

³⁷⁸ Cf. p. 129: “As locuções incidentes mettidas entre parenthesis não devem ser muito extensas; pois cortão partes da proposição que devem estar atadas entre si, e cujo vinculo se perde da memoria e pensamento em o parenthesis endo muito longo”.

³⁷⁹ Cf. p. 9: “Faz-se desta sorte () serve na leitura para abaixar alguma cousa a voz, nas palavras, que estão dentro d'elle, e logo que se acaba, continuar no mesmo tom, em que vunha antes d'elle”.

pontema em questão ter formato recto ou de colchete, com função de inserção similar à do curvo.

Afora os critérios definicionais deste pontema, sublinhe-se, ainda, a variação em género e em número da designação deste pontema: na verdade, regista-se alternância entre *a parenthese* ou *parenthesis* (Soares Barbosa, 1822; Grivet, 1865; Carneiro Ribeiro, 1881; Maximino Maciel, 1887) e *o parenthese* (Nunes de Andrade, 1843; Cabral de Mendonça, 1860; Figueiredo Vieira, 1859), e entre *o parêntese* e *os parênteses*, sendo que a designação no plural reflecte mais a natureza dupla do sinal do que a figura de interposição e a função parentética ou de intercalação. Essa flutuação mantém-se até aos nossos dias: uns autores optam por *o parêntese*, outros por *os parêntesis* (Mário Vilela, **Gramática**, 1995, p. 225), e outros, ainda, por *os parênteses*, (Sá Nogueira, **Guia Alfabética**, 1989, p.62).

Quanto à doutrina dos gramáticos sobre este pontema, atente-se no caso de Soares Barbosa (1822/1830), que apresenta a denominação dos parênteses no género feminino, indica a etimologia do termo, descreve a figura do pontema duplo (*dois semicirculos oppostos*, p.93) e refere a função de inserção ou de interrupção de uma frase para incluir outra.

6.3.7. Travessão

Com a sua dupla função de marca da interrupção, intercalação ou inserção de novos segmentos de estrutura e sentido, por vezes distintos do discurso em que se inscrevem, e de identificador dos interlocutores do diálogo, o travessão aparece na doutrina metaortográfica portuguesa no início da centúria de oitocentos, embora nem todos os autores aludam às referidas funções.

O duplo travessão só começa a ser mencionado como alternativa aos parênteses e às vírgulas com função parentética, já em pleno século XIX, tornando-se mais frequentes nas duas últimas décadas, ainda que a primeira descrição do uso deste pontema com aquela função seja bem anterior.

Curiosamente, já no nosso século, Rodrigo de Sá Nogueira (1ª ed. 1973/ 2ª ed 1989, p.63) atribui a introdução do duplo travessão à imitação do francês, uso que julga inconveniente por não permitir uma rápida delimitação do segmento encaixado

ou intercalado no discurso, devido à seu formato, contrariamente ao dos parênteses, mais adequado a esta função³⁸⁰. No entanto, até mesmo a referência ao travessão simples, qualquer que seja a sua designação, só se torna mais frequente na segunda metade de oitocentos, como se vê pelas datas das ocorrências que a seguir mencionaremos.

Sem um termo específico, J. P. da Fonseca (1809) refere uma “risquinha (–) ao comprido”, cuja função é indicar o estado incompleto dos versos citados, semelhantes, portanto, às aspas como pontema do discurso relatado (p. 18). Na verdade, a aceitação desta unidade distava de ser unânime ou sequer maioritária. Sem lhe dar qualquer designação própria e sem o incluir entre os pontemas, Tavares de Macedo (1834/1861) alude de passagem ao uso recente do travessão³⁸¹, e Barreto Corte-Real (1859) rejeita o *signal* ou *risco* [–] de introdução recente, para “exprimir nova expressão, ou desenvolvimento do mesmo pensamento”, por ser desnecessário e pouco estético, quer nos manuscritos, quer nos impressos. Figueiredo Vieira (1844) não integra propriamente o travessão entre os pontemas dos três tipos aqui considerados, mas a ele se refere enquanto unidade afim da pontuação, frequente no sistema gráfico inglês, cujo uso tendia então a introduzir-se entre nós:

“Ha um signal orthographico, muito usado dos escriptores inglezes, e intimamente connexo com a pontuação, o que começa a ter entre nós auctorizada voga: é a linha horisontal (–). Usa-se deste signal para isolar as palavras sobre que queremos attrahir a attenção dos leitores, ou que devem ser lidas com emphase particular; e usa-se tambem para indicar uma pausa mais extensa e significativa que a denotada pela pontuação que em qualquer logar, segundo as regras grammaticaes, devemos empregar” (p. 82).

Na década de sessenta, com a denominação de “Aspa horizontal”, Roque da Fonseca (1860) trata do travessão cujas funções são, por um lado, permitir que se subentendam os diferentes membros de um período ou complementos, e, por outro lado, subentender uma palavra principal que se omite por meio da figura do zeugma

³⁸⁰ Cf. **Guia Alfabético de Pontuação**, p.68: “(...) o travessão (–) que propriamente não é um sinal de pontuação, mas que muitos empregam em vez dos parênteses, creio que por imitação dos Franceses, com maifesta desvantagem, visto que as curvas dos parênteses nos indicam à primeira vista onde começa e onde acaba a intercalação. O papel do travessão deve limitar-se a ser um sinal de *realce*, para a vista, de certas partes de um escrito.”

³⁸¹ Cf. 1861, p.51: “N.B. – Modernamente usa-se tambem de uma – em logar do semicirculo, tanto no principio como no fim do parenthese”.

(p.39). Cabral de Moncada (1860) atribui ao chamado *travessão e linha* as funções de identificação dos interlocutores no diálogo e de separação daquilo que se pretende sublinhar, ao mesmo tempo que denota uma pausa maior do que a de outros pontemas. Das três funções apontadas, merece menção o papel do travessão como marca das diversas vozes do discurso, tardiamente mencionada e usada entre nós, quando em França o seu uso remonta ao século XVII. J. F. de Castilho (1860) prevê dois usos: simples, para introduzir o discurso directo, e duplo, para dar mais relevo a uma frase que poderia aparecer também entre vírgulas ou parênteses (p.137). Se Moreira de Sá (1862), com a designação de “risca horisontal”, se fica pela função de conferir relevo a certas palavras do discurso (p.17), já o calígrafo e ortógrafo Godinho (1866), apondo-lhe a simples designação de “linha”, concretiza mais os valores do travessão, que se deve usar sempre que “se repete o mesmo dicto por outras palavras, para o reforçar ou ampliar; e quando muda rapidamente o sentido, e poderia com tudo confundir-se com o antecedente” (p.75). À *Linha* [-] refere-se também Mattos de Noronha (1865), reservando-lhe a função de marca de reforço ou de ampliação (*quando se repete o mesmo dicto por outras palavras, para o reforçar ou ampliar; e quando muda rapidamente o sentido, e poderia com tudo confundir-se com o antecedente*, p. 75).

Barbosa Leão (1886) destaca também as funções de distintivo dos interlocutores no diálogo, de separação de parágrafos e de intercalação de frases³⁸².

Referências deste tipo ocorrem também na doutrinação de alguns gramáticos, cujos testemunhos passaremos em revista. Jacob Bensath (1882) alude à generalização do uso do travessão duplo, em especial entre os escritores modernos, como marca de inserção de um segmento que interrompe o discurso, em substituição do parênteses, desde que este é curto. Mais tardia na doutrina metaortográfica portuguesa é a descrição do travessão como marca dialógica que identifica os interlocutores. Assim aparece em Jacob Bensabath (*para indicar mudança de interlocutor*, p.231).

³⁸² Cf. p. 71: “(...) para separar as falas dos interlocutores, assim como numa corespondência, ou outro escrito que trate de vários de vários assuntos, para separar os párafos que tratão de cada um d’estes; e no final d’ele, para se parar a parte para que se queira xamar a atenção. E meio de periodo, sérve para encerar algum pensamento de bastante estensão, a fim de tornar o d’ele de comprehensão mais fácil e mais pronta”.

D. Ferreira Pestana (1849), recorrendo por sua vez, à expressão “grande aspa horisontal”, atribui-lhe as funções de substituição, de uma palavra que de outra forma repetir-se-ia, e assim se omite por zeugma, de marca dialógica, introduzindo as falas dos interlocutores, e, por último, de introdução um segmento acessório, de alguma maneira semanticamente ligado ao resto do discurso. (p.130).

Como já salientámos, a referência ao travessão inicia-se no período oitocentista, uma vez que até então apenas fazia parte dos sinais ortográficos o traço de união ou de divisão, de menor dimensão que aquele. Resultante do aumento da extensão do traço de união, esta nova unidade carecia de uma designação própria, tendo sido denominada *Aspa horizontal* (Roque da Fonseca, 1860), *risca horizontal* (Moreira de Sá, 1862;), *linha* (J. T. Cabral de Mendonça, 1860; M. Nunes Godinho, 1866), *separação* (Andrade Júnior, 1844), *linha de seguimento* (Comp. de Gramm. Port., 1865, p. 91).

Ao travessão simples, acrescentar-se-á, por outro lado, o uso do travessão duplo, ao qual encontramos referências a partir de 1859 (1ª ed. 1844), por exemplo na doutrina de Figueiredo Vieira (p.69), A. F. de Castilho (1860), J. T. Cabral de Mendonça (1860), como marca de inserção que, em função do grau de independência e de extensão em relação ao restante enunciado, pode equivaler às vírgulas duplas, nos incisos, ou até aos parênteses. Com a designação de *dois hyphens* [=], decorrentes da prática e da tradição manuscrita, Santos Valente e F. de Almeida (1886) salientam a função separadora do travessão e a marca da interlocução, caso em que a unidade pode ser substituída pelo hífen ou pelas comas, embora na escrita tipográfica se reduza a um traço maior que o hífen (p. 70).

Também na **Ortografia Simplificada** (1889) se insiste na referida função de inserção (*Se o parêntese é curto, vai estando muito em uso encerral-o por vírgulas, e ainda por travessões...*, p.63), mas, às anteriores – marca dialógica, marca de acrescentamento e de inserção – acrescenta-se uma nova função do travessão, pertencente ao âmbito da chamada “pontuação de texto” – a estruturação da mancha gráfica, separando e identificando os diversos assuntos tratados num mesmo texto. Com a única designação de *travessão* e definido por contraste com o hífen (*...porção de linha mais longa do que o hyphen*, p.47), o brasileiro A. Luzes (1896, p.46) atribui-lhes duas funções: realçar os segmentos por ele intercalados no discurso e

assinalar a mudança de sujeito do discurso directo ou do diálogo, sem necessidade de reproduzir a voz do narrador (*disse este, replicou aquelle*).

Realçar-se-ão, de seguida, algumas das descrições dos gramáticos oitocentistas.

Sem lhe aplicar uma designação própria, Teixeira de Vasconcelos (1857) faz corresponder o travessão ao uso das comas, ou seja, das aspas que isolam, no diálogo, as falas dos interlocutores (p.450). Ao carácter recente e inovador da introdução deste pontema (*novo signal ou risca*), alude Barreto Corte-Real (1859), cujo uso considera desnecessário (p.176). Mais extensa e curiosa é a descrição realizada por Correia de Lacerda (1862), que sublinha o carácter inovador deste pontema: “linha horisontal (–) é um signal usado pelos allemães e inglezes, que serve para separar no contexto da escriptura a palavra ou phrase para a qual se quer chamar a attenção do leitor. serve tambem ás vezes para denotar maior pausa do que se costuma indicar com os dous pontos, e até mesmo com o ponto final” (p.72). No **Compendio de Grammatica Portugueza** (1865), publicado em Macau, o travessão denomina-se *linha de seguimento*, sendo-lhe reconhecidas diversas funções: suprir uma ideia anterior, substituir os dois pontos, para além de identificar, no diálogo, os interlocutores (p. 91). Ao *travessão* o brasileiro Júlio Ribeiro (1885) atribui apenas duas funções mencionadas pelo anterior: destacar certas palavras por meio de uma pausa maior que a do ponto e vírgula, por um lado, e, por outro, indicar a mudança de interlocutores. Para além destes, aludem ao travessão os seguintes gramáticos oitocentistas: Policarpo Wake (1851, p.68 - *linha horisontal*), Domingos Lourenço (1860, p.118 - *pequena linha horisontal*), Vergueiro e Pertence (1861, p.149 - linha de separação), **Grammatica da Eschola Primaria** (1866, p.53 - travessão); Cabanita (1897, p.66 - *travessão*).

Quanto à origem desta origem desta unidade, há pouco mais de duas décadas Rodrigo de Sá Nogueira (1973, 2ª ed. 1989)³⁸³ atribuía a introdução do travessão à influência dos autores Franceses, ao mesmo tempo que lhe recusava o estatuto de

³⁸³ Cf. p. 68: “(...) o travessão (–) que propriamente não é um sinal de pontuação, mas que muitos empregam em vez dos *parênteses*, creio que por imitação dos Franceses, com manifesta desvantagem, visto que as *curvas* dos *parênteses* nos indicam à primeira vista onde começa e onde acaba a intercalação. O papel do *travessão* deve limitar-se a ser um sinal de realce, para a vista, de certas partes de um escrito”.

verdadeiro “sinal de pontuação”, por ter a função de realçar as palavras assim isoladas.

Atendendo às ocorrências acima registadas, poder-se-á concluir que o termo travessão, e bem assim a descrição das suas funções, se integraram no discurso metaortográfico português, a partir da década de sessenta em diante, à medida que perdia o carácter de mera prática tipográfica, para se inscrever no sistema de pontemas disponíveis tanto na escrita manual como na impressa, ao mesmo tempo que passava, pelo menos em parte, a entrar em concorrência com os dois pontos, o ponto e até o parêntese. Trata-se, por isso, de uma unidade gráfica mais recente do que as pertencentes ao núcleo central da pontuação: sem ser veiculada pela tradição, a partir do latim, a sua incorporação dever-se-á à influência da imprensa ou tipografia, chegando até nós graças à imitação da prática de outras línguas, como observavam alguns dos autores acima referidos. À semelhança das *aspas* ou das reticências, por ter sido acrescentado ao núcleo duro da pontuação tradicional, o travessão não faz parte à terminologia linguística comum às línguas ocidentais – por ex. *tiret* e *guillemets*, em francês, *guión* e *comillas*, em espanhol, *dash* e *quotation marks*, em inglês.

6.3.8. Aspas

Sem fazerem parte do inventário veiculado pela tradição, apesar de formalmente remontarem à chamada *diplè* da Antiguidade³⁸⁴, também usada na época medieval, as aspas só se tornarão frequentes a partir do século XVII, para demarcarem sobretudo o discurso relatado, como sucede com as citações, ao mesmo tempo que estabelecem a fronteira entre o discurso de dois enunciadores distintos. O formato das vírgulas duplas [,] acabou por determinar a designação desta unidade durante bastante tempo – duas vírgulas, no século XVIII (cf. supra I, 4.2) e, já no XIX, vírgulas dobradas, duplas ou *dobres*. Esta unidade começou por aparecer à esquerda, antes de cada linha da citação, cujo final era assinalado por idêntica marca, embora com orientação oposta à primeira, podendo ser dispensada. No

³⁸⁴ Cf. Nina Catach, *La ponctuation*, p. 20. A *diplè* tinha o formato de um ângulo, orientado para a esquerda ou para a direita (< ou >).

entanto, em vez das aspas, alguns impressores e tipógrafos, os agentes responsáveis em última instância por escolhas desta natureza em conformidade com os meios tipográficos disponíveis, recorriam aos caracteres em itálico para destacar as citações, ainda que nem sempre o itálico excluísse as aspas. A este expediente tipográfico aludem, de resto, os próprios ortografistas, como adiante observaremos. Tal como notámos a respeito de outras unidades, a actual designação das aspas é recente na terminologia específica da chamada pontuação ou dos sinais ortográficos, pois a primeira atestação lexicográfica situa-se em 1871³⁸⁵, conquanto no discurso metaortográfico e metagramatical ela seja anterior, visto surgir já no texto de Cabral de Mendonça (1860).

Quanto às outras designações desta marca de segundo regime, quer dizer, do discurso encaixado em outro, compulsámos as seguintes: *duas virgulas* (com o formato [,,] , Sousa Monteiro, 1830; J. Nunes de Andrade, 1843; J. Pessoa da Mota Amorim, 1842; *virgula(s) dobrada(s)* com o formato [,,], J.J. Apolinário, 1831; Barker, 1843; J. T. Cabral de Mendonça, 1860; Roque da Fonseca, 1860; Moreira de Sá, 1862; *dupla virgula* ou *virgula dupla* (M. Nunes Godinho, 1866; Mascarenhas Valdez, 1859); *guillemete*, *guillemette* (Nunes de Andrade, também *virgula dobrada*, 1841, Justino Pires, 1843; Midosi, 1842), termo decalcado do francês *guillemet*, derivado do nome de Guillemet ou Guimet, inventor do sinal; *Virgulas-dobradas* ou *Gripho* (Barker, 1843); *signal de palavras alhêas* (J. J. Ventura da Silva, 1834); *memorização* (com este formato [»], J. J. Bordalo, 1857); *commas* ou *comas* (F. de Andrade Junior, 1844; A. A. Pereira Coruja, 1847; Ort. Simplificada, 1889, com o formato [« »]; Mascarenhas Valdez, 1875; Barbosa Leão, 1886; Santos Valente e F. de Almeida, 1886).

Ao termo *commas*, Santos Valente e F. de Almeida (1886) acrescentam aspas ou vírgula dobrada, para designar uma unidade cuja função consiste em destacar ou delimitar uma citação ou exemplo, sendo que estes podem também figurar em itálico.

³⁸⁵ Aparece no *Grande Dicionario ou Thesouro da Lingua Portugueza* (1º vol.), de Frei Domingos Vieira. Segundo A. G. Cunha (*Dicion. Etim.*, p.75), o termo deve provir do gótico antigo * *haspa* “dobradura”.

Usam o termo *aspas*, entre outros ortografistas, o brasileiro A. Luzes (1896), que também lhes chama *vírgulas duplas* (com o formato [«»]), e Vergueiro e Pertence (1861), que as descrevem como “duas pequenas vírgulas que se põem ao lado de cada verso ou linha para designar uma citação” (p.149).

Quanto às funções conferidas a esta unidade, situada na periferia do sistema nuclear da pontuação, os ortografistas e gramáticos salientam sobretudo a função de realce, de inserção, ou de intercalação de segmentos de estrutura ou sentido distintos do enunciado em que que figura; não menos relevante é a sua função de marca do discurso directo, associada à identificação dos interlocutores na transcrição do diálogo, facto ao qual não será estranha a crescente importância e popularidade do género romanesco, no qual que o discurso directo tem um papel destacado. Às aspas são atribuídas diversas funções, servindo não apenas de marca da enunciação, ao identificar o discurso encaixado no discurso, quer se trate do discurso directo, quer de citações textuais, como também para destacar palavras ou expressões relevantes ou às quais se quer dar relevo. Do ponto de vista estritamente gráfico as aspas são, à semelhança do travessão duplo ou dos parênteses, marcas de abertura e de fechamento, tendo por isso dois tipos de orientação – à esquerda e à direita. Originalmente vinculadas às práticas e meios ortotipográficos, as aspas conheceram uma grande transformação no que ao seu formato ou figura respeita, o que explicará o facto de primeiro se terem denominado *vírgulas duplas*, *vírgula dupla* ou *dobrada*, pois elas eram representadas por duas vírgulas orientadas para a esquerda, repetidas em cada linha ao longo das citações. Raras até finais do século século XVII, importa explicar as razões da intensificação do uso das aspas, como marca do discurso directo, durante o período oitocentista. Na verdade, a história das aspas prende-se com factores histórico-culturais: a revolução industrial, as agitações e movimentos sociais até aqui desconhecidos terão favorecido uma renovação da concepção do género romanesco, no qual o diálogo, como representação do quotidiano, ao serviço da caracterização de tipos e grupos sociais, passa a desempenhar um papel de relevo, primeiro com o Romantismo, depois com o Realismo. Como marca do relevo conferido a um segmento ou palavra do enunciado, as aspas servem para enfatizar semanticamente esses segmentos, apontando para a possibilidade de diferentes graus de interpretação. Entre os séculos XVI e XVIII constituíam um meio de economia

dos caracteres itálicos. A partir do momento em que surge uma figura própria [« »], distinta das vírgulas veiculada pela tradição tipográfica francesa, torna-se necessária outra designação, que acabará por ser “aspas” – termo também relacionado com a figura da unidade.

Das diversas descrições avançadas pelos ortografistas e gramáticos oitocentistas, vale e pena mencionar algumas.

A doutrina de Bordalo merece alguma atenção, porquanto a comparação das várias edições demonstra que o ortógrafo não previra, em 1842 (na *Gramm.* de Lobato, Lisboa, Typ. de S.J.R. da Silva & Comp^a.), a inclusão das aspas, acrescentadas ao inventário da pontuação em 1857 (4^a ed., Lisboa, Typ. de Luiz da Cunha), com a curiosa designação de *memorisação*. Este pontema aparece ali descrito como uma verdadeira marca de segundo regime, quer dizer, como sinal da inserção do discurso, directo ou citado, de um novo sujeito da enunciação: “serve de notar não só em principio de todas as regras durante o referimento do discurso alheio; mas também no começo, e fim do mesmo discurso” (p. 47).

Diferente das anteriores, “fallas” [,] é a designação que lhe dá o Pe. Manuel Inácio (1840), equivalente à vírgula dobrada, referida por outros ortografistas e gramáticos: “*Fallas* são virgulas dobradas, quem as indica, ou letra grifa, e mostram coisa alheia do autor; ou se é do mesmo, que isso é digno d’atenção” (p. 45). O autor refere-se, explicitamente, ao problema das marcas de segundo regime, como é o caso das citações (“sentenças”), exemplo de discurso encaixado em outro discurso, que devem ser destacadas por meio de itálico (letra grifa) ou por riscas de união, cuja função é isolar esse segmento do restante enunciado, visto pertencerem a diferentes sujeitos da enunciação.

Ventura da Silva (1834) não usa qualquer designação específica para esta unidade, recorrendo por isso à expressão *signal de palavras alhêas*, descrito como “duas virgulas, que se fazem assim (,,), e servem para mostrar, que referimos palavras formaes, que outrem disse. Poem-se este signal no principio de cada regra, que as taes palavras occuparem, e no fim da ultima” (p.113).

A estas, juntam-se as descrições a seguir apresentadas.

1843 - M. Justino Pires menciona unicamente a função de marca da enunciação: “O Guillemete, ou virgula dobrada, serve para mostrar, que o discurso é de outra pessoa” (p.15).

1843 - Barker, seguindo a sua estratégia expositiva de pergunta-resposta, faz equivaler, funcionalmente, as vírgulas dobradas [,,] e o itálico, nas versões manuscrita e impressa da escrita: assim, as *Virgulas-dobradas* servem para “com ellas denotar o Gripho, que serve, por sua vez, para “denotar discursos alheios, exemplos, e palavras, que fazem a principal figura do periodo”. Distingue, contudo, a especificidade do manuscrito, no qual o grifo é substituído ou representado por uma “linha paralela ás palavras, ou regras por baixo das mesmas” (p. 22).

1860 - Para Roque da Fonseca, na letra impressa as aspas são representadas pelas “Virgulas dobradas (,,)” que servem para com ellas denotar o gripho; Que he gripho - He o character da letra cursiva, a que chamamos italico, que he diverso da redonda, e que serve para denotar discursos alheios, exemplos e palavras, que fazem a principal figura do discurso”, ao passo que na letra manuscrita o “signal de gripho” fica representado por “uma linha paralela ás palavras ou regras por baixo das mesmas” (p.37)

1886 - Segundo Santos Valente e F. de Almeida, as aspas incluem-se entre os “signaes extraverbaes”. A antiga designação de “Commas” figura ainda na doutrina destes ortógrafos ao estipularem o seu uso da seguinte maneira: ”n’este signal, tambem chamado aspas ou virgula dobrada, inclue-se um dicto, sentença ou palavra citada ou que se offerece para exemplo do que se disse, ou um trecho ou discurso citado, e em geral tudo o que se pode escrever em italico. Costuma repetir-se a primeira parte («) no principio de cada paragrapho ou verso do trecho citado, reservando a outra parte para o fim do ultimo paragrapho ou verso” (p. 85).

Às *comas* atribui Barbosa Leão (1886), precisamente, a função de delimitar o princípio e o final das transcrições, depois de ter caído em desuso a antiga repetição do sinal em cada linha. Por razões de economia, sobretudo na imprensa periódica, esta unidade é funcionalmente equivalente ao itálico, que se aplica aos nomes de gazetas e navios, aos estrangeirismos, às palavras usadas ironicamente ou àquelas que se pretende destacar. Afora esta função, as aspas singelas [»] são também sinal de repetição. Na **Ortografia Simplificada** (1889), o emprego das aspas restringe-se

à delimitação das citações (*comas servem para encerrar as transcrições*). No **Escholiaste Portuguez** (1894), a entrada *aspas* remete para *virgulas dobradas*, onde são definidas como um sinal ortográfico cuja função consiste em inserir discursos de um sujeito distinto do da enunciação, citações textuais ou exemplos (p.590). Esta remissão confirma, portanto, o carácter mais recente da denominação *aspas*.

É curioso verificar que, no nosso século, ainda existem restrições ao pleno estatuto pontuacional das *aspas* (ou *comas*), como se vê em Sá Nogueira³⁸⁶, que não as integra na pontuação propriamente dita, visto atribuir-lhes funções de *sinais de realce* ou de *sinais de abreviação*. Nestas condições, de novo importa frisar que certas práticas decorrentes dos meios ou recursos tipográficos acabam por adquirir o estatuto de unidades no sistema gráfico, entendido este no seu sentido mais lato.

Assim sucedeu, de resto, com as *aspas* e as *reticências*, por exemplo.

6.3.9. Reticências

Oriundo do lat. *Reticencia*, “silêncio ou omissão”, e pertencente ao campo conceptual e terminológico da Retórica, onde designa a “ênfase”, ou “aposiopese do pensamento”, traduzida na súbita interrupção ou suspensão do discurso³⁸⁷, o termo *reticência(s)* torna-se mais frequente no período oitocentista, se bem que a descrição do pontema e o seu uso fossem anteriores, situando-se no século XVII.

Assim, logo na doutrina metaortográfica de J. C. Pereira e Sousa (1807) regista-se uma referência a esta sequência de pontos, mas sem qualquer designação específica (*Põem-se ás vezes quatro pontos horizontalmente no corpo da regra para in dicar a suppressão do resto de hum discurso começado, que se não acaba por pejo, ou por moderação, ou por outro motivo, ou de huma parte de hum texto que se cita, ou de hum discurso que se refere*, p. 85), ao contrário de Nicolas Beauzée, sua fonte doutrinal, cujo artigo enciclopédico sobre a *punctuation*, não trata especificamente deste pontema, embora a ele aluda no final (*les trois points suspensifs*). O mesmo se verifica em P. J. Fonseca, que apenas refere *alguns pontos ao comprido* (1809, p.17).

³⁸⁶ Vide: R. de Sá Nogueira, **Guia Alfabética da Pontuação**, 2ª ed., 1989, pp. 68-69.

³⁸⁷ Cf. H. Lausberg, **Elementos de Retórica Literária**, p. 197, e pp. 244-245.

De resto, a alusão ao conceito retórico da *aposiopese*, a propósito do emprego da reticência, persiste nos textos metaortográficos e gramaticais até às últimas décadas de oitocentos. Aquela figura retórica “consiste em suspender o sentido de uma phrase, e em deixar ao leitor ou ao ouvinte o cuidado de a completar” (Almeida Neto, 1884). Na doutrina metaortográfica, o termo reticência, decerto por influência do significante ou figura do pontema, só posteriormente sofre uma pluralização, facto que se comprova pelas entradas ou enunciados lexicográficos dos dicionários da época, de que são exemplo as de Eduardo de Faria (1853) ou Cândido de Figueiredo (1899), nas quais o termo aparece sempre no singular.

Nos textos metaortográficos da época considerada no presente capítulo, afora o termo *reticencia*, veiculado pela tradição latina e patente nas obras de F. P.C. (Novo Resumo, 1812), Apolinário (1831/1843/1846), J. Nunes de Andrade (1843), Coruja (1848), Figueiredo Vieira (1859), Cabral de Mendonça (1860), Moreira de Sá (1862), Godinho (1866), ocorrem também outras designações, algumas delas bem curiosas. Das apresentadas pelos ortografistas, registam-se as seguintes: *pontos de continuação* ou, simplesmente, *continuação* (J. J. Ventura da Silva, 1834; J. J. Bordalo, 1857); *pontos de reticencia* (Barker, 1843; Roque da Fonseca, 1860; Mascarenhas Valdez, 1875; *pontinhos* ou *pontos de reticencia* (Santos Valente e F. de Almeida, 1886; estas designações acrescentam-se à de reticência).

De entre as avançadas pelos gramáticos destacam-se, por sua vez, as seguintes: *reticencia ou aposiopese* (Pessoa Amorim, 1842, p.79); *reticencia* (Figueiredo Vieira, 1844; Pe. M. Ignácio, 1840; Forjaz de Sampaio, 1851; D. Lourenço, 1860; Vallejo Espada, 1861; Gramm. Eschola Prim., 1865; gramáticos: Soares Ferreira, 1819; Guedes Albuquerque, 1820).

Apesar de a definição do uso deste pontema ser menos problemática que a de outros, ainda assim merece a pena observar algumas das descrições patenteadas pelos autores oitocentistas, não obstante serem redundantes: depois de formalmente descrita como uma sucessão de pontos (...*trez ou quatro pontos seguidos*), F. P. C. (1812) atribui à reticência a função de assinalar a supressão de alguma coisa que se não diz, ficando a voz em suspensão. Do mesmo modo, Apolinário refere essa função de representação da pausa suspensiva do discurso (...*no fim de palavras que, ou por suppressão, ou balbuciencia não se acabáraõ de proferir...*, 1831, p.25). Já

Ventura da Silva, (1834) enfatiza o valor de marca da supressão, mas realça também a supressão intencional de algumas palavras (*servem para indicar supressão de palavras, que por decencia, ou por outro motivo deixamos de dizer, o que he permittido pela figura reticencia, que he o mesmo que calar, o que se queria dizer* (...) p.113). Bordalo (1831/1842/1857) sublinha, em particular, a suspensão involuntária ou imprevista do discurso (*serve para indicar, que se intentavam proferir algumas palavras, e pela suffocação, ou balbuciez occasionada, deixaram de ser expostas, continuando outras* (...) *parece discordarem, por falta das antecedentes* p. 47). Às funções anteriores, Coruja (1848) acrescenta a interrupção do discurso realizada por outrem (*...na pontuação de discursos que são atalhados por outrem em algum dialogo, p.46*); Figueiredo Vieira (1859) confere à reticência a representação de um tipo de pausa não especificado (*...exprime-se na leitura por certa pausa particular que de viva voz melhor se póde ensinar, p.62*); Mascarenhas Valdez (1875) junta a noção de censura à de omissão (*...para indicar a supressão do resto de um discurso começado, que se não acaba por pejo, por moderação, ou por outro motivo, ou de uma parte de um texto que se cita, ou de um discurso que se refere, p.108*), e Santos Valente e F. de Almeida (1886) ainda aludem ao conceito retórico de *aposeopese* ou suspensão do discurso, e bem assim à figura do *anacoluto*, na qual este pontema pode fazer as vezes da vírgula (pp. 84-85).

Alguns autores descrevem a figura ou significante do pontema, sem todavia coincidirem quanto número de pontos a considerar na sequência: uns prescrevem quatro pontos no âmbito da própria descrição (Pereira de Sousa, 1807; Ventura da Silva, 1834; Mascarenhas Valdez, 1875), outros, pelo contrário, não estipulam um número preciso (J. Nunes de Andrade, 1843) ou, dispensando a indicação numérica, apresentam pela sua prática – ou a dos seus impressores ou tipógrafos – um dado número de pontos sucessivos (Apolinário, 1831/1843/1846); Bordalo, 1842 - quatro pontos [...], 1857 - três pontos [...]; Barker, 1843 - seis pontos [.....]; Coruja, 1848, p. 46 - quatro pontos [...]; Roque da Fonseca, 1860 - quatro pontos [...]; Moreira de Sá, 1862 - quatro pontos [...]; Godinho, 1866, p.12 - quatro pontos [...]; Santos Valente e F. de Almeida, 1886, três [...] a quatro pontos [...]).

Quanto à doutrina dos gramáticos, mencionaremos tão só os casos mais interessantes. Entre eles, conta-se Sousa Dias (1804) que inclui a reticência entre os

sinais que visam emprestar clareza, representar as pausas e facilitar a leitura, constituída por uma sequência de quatro pontos, sob a designação de “Pontos de continuação”, cuja função é descrita com base no critério semântico (*denotão a imperfeição do sentido*), no pausal ou entoacional (*fazer huma pausa como suspensa*), e, ainda, no sintagmático (*dependente do resto das palavras que faltão para a sua intelligencia*).

De seguida, apresentamos algumas das descrições avançadas pelos gramáticos.

A. J. Baptista (1816): pontos continuados (...) os quais servem para “mostrar, que faltão palavras, que de propozito se calão, por quem falla” (p.76).

F. Soares Ferreira (1819): a reticência ”serve para suspender a voz, mas conservando por hum pouco hum certo som ou zunido que dá a entender que não se disse tudo o que se queria” (p.139).

Midosi (1842): “reticencia” ou “pontos de reticencia” servem “para mostrar que se omittiram voluntariamente algumas palavras no texto, e que na leitura deve haver pausa” (p. 28)

Domingos Lourenço (1860): “Reticencia...da-se este nome a muitos pontos seguidos, que se empregam para uma subita suspensaõ do que ia dizer-se, isto he, quando se deixam escapar algumas palavras sem seguimento, mas que bem dão a entender o que se suprime” (p.116).

J. da Mota Pessoa Amorim (1842): *Reticencia* ou *aposiopese* é a figura de retórica à qual está associada esta sequência de pontos indicadora da suspensão da frase: “...no fim das palavras que por suspensão, ou balbucencia se não acabaram de proferir” (p. 79).

F. de Andrade Junior (1844) refere apenas a suspensão ou reticência.

Carneiro Ribeiro (1881/1890) e Júlio Ribeiro (1885) tratam dos pontos de reticência.

O gramático brasileiro Araújo Maciel (1887) adopta a denominação *ponctos reticentes ou suspensivos* (p.306) e A. Pereira de Moura (1892) apresentam a designação no plural – reticências.

De acordo com a **Ortografia Simplificada** (1889), os pontos de reticência [.....]“sêrvem para fazer pronunciar a palavra antecedente, denotando suspensão do

que se queria dizer ou vai dizer; não se exprimindo todo o pensamento, ou havendo em exprimir o final alguma demora; e pretendemos surpreender com o insperado da ideia que vem a ser exprimida” (p. 63).

Se a figura retórica da suspensão voluntária ou involuntária do discurso é bem antiga, remontando aos gregos, já a criação de um pontema representativo dessa interrupção é muito mais recente, como se conclui da cronologia dos autores – ortografistas e gramáticos – que descrevem esta unidade pontuacional, mesmo os que não apontam uma designação. Mais uma vez, ao favorecerem a introdução e a divulgação de novas unidades, os meios tipográficos parecem concorrer, em certa medida, para um maior grau de isomorfismo entre a oralidade e o sistema gráfico, ficando este mais habilitado para reflectir particularidades da comunicação oral, como parece ser o caso das interrupções ou suspensões dos enunciados.

6.4. Pontuação de texto

A pontuação de texto diz respeito ao conjunto de unidades e meios gráficos que emprestam coesão ao texto, visto complementarem a sua estrutura interna, garantirem a sua legibilidade e incutirem-lhe uma função estética e icónica, ainda que não dependam, pelo menos de forma exclusiva do autor do texto, mas sim do tipógrafo. Deste nível fazem parte unidades gráficas cujo número e estatuto varia de ortógrafo para ortógrafo, como é o caso dos espaços em branco, os sublinhados, a capitalização dos grafemas (títulos), os caracteres itálicos ou grifo, o asterisco, o parágrafo, os colchetes ou parênteses rectos, as chavetas, etc., que não pertencem nem à pontuação de palavra nem à de frase (cf. supra 6.2.).

Estas unidades pertencem ao plano da macro-organização textual, quer dizer, cooperam na estrutura material do texto impresso, ao permitirem a articulação dos diversos níveis e planos do produto final – o livro.

Um dos aspectos mais relevantes da montagem do livro e da sua apresentação é precisamente o espaço em branco, que permite determinado tipo de mancha gráfico. No entanto, poucos são os autores que se referem aos espaços como forma particular de pontuação (de palavra e texto), caracterizada pela ausência de marcas gráficas, quando eles têm, na verdade, funções e virtualidades que desde sempre,

mesmo nos manuscritos, foram aproveitadas: nessa qualidade, a eles se referem Soares Barbosa (1822/1830), Pessoa de Amorim (1842), por exemplo.

Neste nível pontuacional, vejamos, pois, quais as unidades apontadas pelos ortografista e gramáticos oitocentistas.

6.4.1. Parágrafo

Veiculada pelo núcleo tradicional dos chamados sinais ortográficos ou da pontuação, o parágrafo, unidade relacionada com a divisão estrutural do livro como unidade significativa, é referido pela maioria dos ortógrafos, ainda que o seu uso se tivesse tornado obsoleto, como sublinha Tavares de Macedo (1834/1861), ao esclarecer que “antigamente costumavão distinguir os paragraphos pondo no principio de cada um o seguinte signal §” (p.51).

Ao parágrafo, quer o termo se refira à simples divisão das matérias, quer ao sinal específico dessa divisão, além do anterior, referem-se os ortografistas seguintes: Sousa Monteiro (1830), Apolinário (1831), Ventura da Silva (1834 *signal de separação* ou *paragrafo*), Cunha Portugal (1837, *paragrapho* ou *parrafo*), Bordalo (1842/1857, *paragrapho-parágrafo* [§]), Nunes de Andrade (1843, *parrapho*), Coruja (1848, [§]), M. B. da F. Claro da Silva e Souza (1849, [§]), Cabral de Mendonça (1860, [§]), Roque da Fonseca (1860 [§]), Cabral de Mendonça (1860), J. F. de Castilho (1860), Moreira de Sá (1862), Macarenhas Valdez (1875 *paragrapho, articulo* ou *aphorismo*).

Vale a pena tentar na descrição realizada por M. B. da F. Claro da Silva e Souza (1849), que descreve tanto a figura do pontema como a sua função: “*paragrapho* (§) he hum signal formado de *f e f*, inventado pelos Latinos, e quer dizer = *fac sectionem* =: serve para separar os periodos completos, ou as estancias do discurso. Os Hebreus o substituem com as letras do seu Alephario por ordem: assim quando nas Lamentações se ouve, Aleph, Beth, Guimel, &c, quer dizer § 1º, 2º, 3º, &c. “ (p.13).

Já na segunda metade do século, Barbosa Leão (1886) refere-se também ao *párafo* (parágrafo). Colocado no centro da linha em branco, tem função distintiva das várias matérias de um texto, ao mesmo tempo que remete para o texto marginal

ou complementar apresentado em notas, caso em que pode ser substituído por algarismos ou letras, constituindo sempre marca de chamada de atenção; com a mesma colocação e função do anterior, o sinal de parágrafo emprega-se contudo no princípio da linha, muitas vezes seguido de indicação numérica relativa à estrutura interna do texto, para indicar divisão ou mudança de conteúdo.

A verdade é que, na prática, este pontema tinha vindo a ser substituído pelo recurso a outros meios ortotipográficos, como o espaço em branco e a reentrância, acompanhada, por vezes, da numeração do parágrafo, mas sem qualquer marca especial.

6.4.2. Asterisco

Como já referimos (cf. I, 4.3.), o asterisco [*] procede da tradição greco-latina da qual nos dão testemunho as **Etimologias** isidorianas na secção **De notis sententiarum**, onde a este sinal gráfico já era atribuída a função de marca de omissão de uma palavra³⁸⁸.

No âmbito da pontuação de texto, ao asterisco cabem sobretudo três funções, apontadas pelos ortografistas e gramáticos oitocentistas: remeter para as notas de pé de página, chamar a atenção para a ausência de certas palavras no texto ou para o significado de outras, e assinalar a omissão voluntária do nome de um autor. Na primeira dessas funções, o asterisco é substituído pelos algarismo, facto ao qual aludem diversos autores. Quanto às designações desta unidade pontuacional, para além de asterisco, a mais frequente, e da sua variante *asteristico* (por ex. em Araújo Maciel, 1887), registam outras duas, resultantes da tradução ou adaptação daquela, a saber, *estrelinha* e *pequena estrela*.

Com todas ou pelo menos uma das funções acima indicadas, referem-se a esta unidade os seguintes ortógrafos: Ferreira da Costa (1818), Apolinário (1831), Ventura da Silva (1834), Cunha Portugal (1837), Nunes de Andrade (1843), Barker (1843), Bordalo (1842/1857), Coruja (1848), Roque da Fonseca (1860), Cabral de

³⁸⁸ Cf. Santo Isidoro de Sevilha, **Etimologías**, Ed. bilingüe, Madrid, BAC, 1993, pp. 308-309.

Mendonça (1860), Moreira e Sá (1862), Nunes Godinho (1866), Mascarenhas Valdez (1875) e Barbosa Leão (1886).

No entanto, há quem se descreva o asterisco como *sinal orthographico* próprio da prática dos impressores, mais do que da prática dos autores dos manuscritos, como se nota em Neto (1894).

6.4.3. Outras unidades

Afora estas, outras unidades com funções ao nível textual são igualmente referidas pelos autores oitocentistas, embora estejam menos representadas na doutrina metaortográfica oitocentista do que o parágrafo ou o asterisco, por exemplo: o obelisco e o ângulo.

Figurando entre os sinais complementares da pontuação, as referências ao obelisco remontam aos autores quinhentistas e seiscentistas (cf. 2º vol., I), a saber, Nunes de Leão (1576) e Barreto (1671), que descrevem esta unidade como *ponta de espeto* ou *seta*, sendo que o segundo deve ter-se baseado no primeiro, porque não encontramos alusões a tal unidade em outros autores da mesma época. Apesar de a figura atribuída ao obelisco por aqueles antigos ortógrafos portugueses – uma linha horizontal – coincidir com a do inventário isidoriano³⁸⁹, a verdade é que já assim não sucede com os ortografistas posteriores, porquanto estes associam o termo obelisco a uma risca vertical, cuja função é indicar as palavras de um autor diferente ou advertir da existência de palavras obscenas num dado passo do texto. O obelisco é mencionado por Cunha Portugal (1837), Claro de Silva e Souza (1849, > |), Boscoli (1885) e Júlio Ribeiro (1885). Ao termo obelisco, os dois últimos acrescentam *adaga*, que pode ser simples (†) ou dupla (‡).

Por outro lado, tudo leva a crer que a inclusão desta unidade nos inventários dos ortografistas e gramáticos oitocentistas se deva ainda à influência da *Orthographia* de Madureira Feijó (1734) em obras metaortográficas posteriores,

³⁸⁹ Cf. *Etimologías*, p. 308: “Obolus, id est, virgula isacens, adoponitur in verbis vel sententiis superflue iteratis, sive in his locis, ubi lectio aliqua falsitate notata est, ut quasi sagitta iugulet supervacua atque falsa confodiat. Sagitta enim Grace οβελος dicitur”.

tanto mais que a referência ao obelisco se regista sobretudo nas obras dos autores que mais insistentemente citam Madureira Feijó (1734).

Pertencente à tradição manuscrita, mais do que à escrita de forma ou tipográfica, o *angulo* (^), *entrelinhas*, *meta*, *caret* ou *carete*, tem cabimento na chamada pontuação textual, visto assinalar entre linhas as palavras que foram omitidas por lapso. Mais representado na doutrina pontuacional oitocentista do que o obelisco, a ele se referem os seguintes ortografistas: Ferreira da Costa³⁹⁰ (1818), Apolinário (1831, ^), Cunha Portugal (1837, V), Bordalo (1857), Coruja (1848, ^, *angulo* ou *meta*), Figueiredo Vieira (1859), Cabral de Mendonça (1860), Roque da Fonseca (1860), Nunes Godinho (1866, *angulo* ou *entrelinhas*), Mascarenhas Valdez (1875), Júlio Ribeiro (1881/1885, *carete*) e Boscoli (1885, *caret*).

Afora o obelisco e o ângulo, na pontuação de texto inclui-se também o grifo ou itálico.

Segundo Barker (1843), o *gripho* (cf. supra, I, 4.3.), meio tipográfico dotado de valor extra-alfabético, é definido como o “caracter de letra cursiva, a que chamão Itálico, que he diverso da redonda”, representado na escrita manual por um sublinhado (*huma linha paralela ás palavras, ou regras por baixo das mesmas*, p.22), cuja função é, em ambos os casos, “denotar discursos alheios, exemplos, e palavras, que fazem a principal figura do periodo” (p.22). A este recurso ortotipográfico, juntam-se igualmente os sublinhados, por vezes substituídos pelas aspas ou comas, que concorrem para emprestar ao produto final – o impresso – uma coesão estética, para além de participarem no sentido do discurso didáctico³⁹¹, presente na maioria das obras metaortográficas aqui em apreço.

Todavia, estes meios gráficos não são um assunto particularmente versado pelos ortografistas, que se limitam a referir a função da *letra grifa* ou itálico.

³⁹⁰ Cf. p. 130: “O *angulo* (^) serve nos manuscriptos para indicar o lugar onde entra algum pedaço de texto, que se tinha omitido na escripta, e depois se insere entre linhas”.

³⁹¹ Cf. Alain Choppin, *Les manueles. Histoire et actualité*, Paris, Hachette, 1992, p. 156: “Dans un manuel en effet, la typographie participe au sens du discours didactique. [...] à l’intérieur d’un bloc de texte donné, divers procédés typographiques [...] sont employés pour mettre en évidence certains mots ou certaines notions jugées essentielles, soit pour en faciliter la compréhension ou la mémorisation, soit pour inciter le lecteur à se reporter à une autre partie de la leçon ou de l’ouvrage”. Apud, Rui Vieira de Castro, *Para a análise do discurso pedagógico: constituição e transmissão da gramática escolar*, Universidade do Minho, 1995, p.149.

Contudo, na letra manuscrita, Santos Valente e F. de Almeida (1886) consagram aos sublinhados a importância de uma secção própria dentro do capítulo das *Lettras*, uma vez que servem para dar relevo às citações, às palavras relevantes ou irónicas, às citações de títulos de obras literárias e científicas, às letras, partes da oração substantivada, exemplos citados, e bem assim aos estrangeirismos (pp.35-36). Nos casos acima indicados, a função do sublinhado pode ser assegurada pelas *aspas* ou *commas*, ou, ainda, por um tipo de letra com inclinação contrária à das restantes palavras. Na escrita tipográfica, o sublinhado corresponde ao *grypho* ou *italico*, que os autores consideram ser uma imitação da prática manuscrita. (p.6).

Ao *grifo*, referem-se com pormenor alguns gramáticos e ortógrafos. O gramático Dias de Sousa (1804) comenta, por exemplo, a distinção entre a escrita impressa e a manuscrita, ao comentar que a inserção de uma citação “na imprensa escreve-se com letra a que chamão grifa, ou bastarda, que he diversa do resto do discurso (...), acrescentando que “na escrita manuense fas-se esta distinção pondo huma risca po baixo das palavras que se pertendem distinguir, ou se lhe poem grifos nas margens e no principio e fim dos discurso alheio” (p.282). Ferreira Pestana (1849) refere-se ao *grifo*, *italico* e à *sublinha*. Claro da Silva e Souza (1849), para quem a questão dos diferentes tipos de letra tem honras de destaque, por ser essencial à prática da escrita e da leitura, dá indicações precisas sobre a técnica inerente à execução dos tipos *Mausculo*, *Minusculo ou Bastardo*, *Bastardinho*, *Cursivo grande*, *Cursivo pequeno*, ou *menor*, e *Grifo* (p.35)³⁹². Roque da Fonseca (1860), o ortógrafo de Margão, também descreve o *grypho* dos textos impressos como o “character da letra cursiva, a que chamamos *italico*, que he diverso da redonda, e que serve para denotar discursos alheios, exemplos, e palavras, que fazem

³⁹² Cf. pp. 35-37: “Apare-se um lapis finissimo de Dezenho (não he o crayon) com tanta delicadeza, que a sua ponta fique da grossura de hum cabello fino; o que se consegue roçando-a orbicularmente sobre hum papel sem gomma; com o lapis assim preparado, tirem-se tres linhas horizontaes primitivas (traços de regrado) unidas humas a outras de tal forma, que os claros, que ficarem entre os riscos descriptos pela ponta do lapis, a custo possão conter hum novo risco da mesma grossura dos outros: a altura (tomada nas pontas de hum bom compasso de metal), que houver das arestas exteriores da primeira, e terceira linhas, he a altura, que tem a letra „Grifo „. Cursivo menor. Tem duas alturas do Grifo, ou seis das predictas linhas. Cursivo maior. Tem de altura tres alturas do Grifo, ou altura e meia do Cursivo menor; ou nove das linhas predictas. Bastardinho. Tem duas alturas e huma linha do Cursivo menor; ou simplesmente treze das linhas predictas. Bastardo. Tem cinco alturas do Cursivo menor; ou trinta das linhas predictas. Minusculo. He palavra synonyma do Basrado; e por isso a mesma couza. Mausculo. Tem duas alturas do Bastardo exactissimas”.

a principal figura do discurso, correspondente à linha paralela”, quer dizer, ao sublinhado da prática manuscrita (*signal do gripho no manuscrito – He uma linha paralela às palavras ou regras por baixo das mesmas*, p. 37).

Nas últimas décadas do século, Rodrigues da Costa (1887) aludirá, ainda, à sublinha ou itálico, e bem assim o brasileiro Ferreira da Rosa (1895), com as designações de *grypho* ou *itálico*.

Por último, refiram-se outros meios aplicados na composição tipográfica que também desempenham funções ao nível do texto, embora a sua presença na doutrina metaortográfica oitocentista seja pouco expressiva. Trata-se dos *colchetes* ou parênteses rectos, a *chave*, a *mãozinha* e a *cetera*, sendo de notar que enquanto os *colchetes* e a *chave* ou *chaveta* são de introdução recente, já a *mãozinha* aparecia nos antigos impressos quinhentistas e seiscentistas mesmo que não constasse dos inventários de sinais complementares da pontuação, por ser prática de impressor. A sua frequência viria depois a diminuir. Entre outros, à *mãozinha* referem-se Júlio Ribeiro (1881/1885) e Boscoli (1885).

Mais do que à pontuação de texto, a unidade denominada *cetera*, correspondente à abreviatura da expressão latina *et cætera*, com a figura [&c], pertence à pontuação de palavra, conquanto figure nos inventários de *signaes usados na pontuação, ou na escripta*. No entanto, está fracamente representada na doutrina de ortógrafos e gramáticos oitocentistas. A esta unidade se refere, de forma explícita, o académico Ferreira da Costa (1818), por exemplo.

Independentemente da mediação de certos agentes entre o original (manuscrito) e o produto final (impresso), a verdade é alguns destes recursos gráficos, cujo contributo para a funcionalidade dos plano alfabético e extra-alfabético é indiscutível, não têm até hoje um estatuto unânime entre doutrinadores mais ortodoxos – gramáticos e ortografistas –, por mais que a “semiologia da escrita”³⁹³ (cf. I, *passim*) enalteça o seu papel na comunicação actual, seja na literária e científica, seja na dos *mass-media*. Já no nosso século, dessas divergências doutrinárias dão testemunho Sá Nogueira e Celso Cunha e Lindley Cintra: o primeiro Nogueira (**Guia Alfabética da Pontuação**, 1ª 1973/ 2ªed.1989, p.68) exclui a

³⁹³ Vide: Roy Harris, *La sémiologie de l'écriture*, Paris, CNRS, 1993.

sublinha (sublinhado), o *itálico*, ou *grifo*, e as *aspas* ou *comas* do âmbito estrito da pontuação, por serem meros *sinais de realce*; pelo contrário, os segundos (Nova Gramática, 3ª ed. 1986, p.639) incluem as *aspas* e o *itálico* entre os sinais de pontuação.

Dos dados expostos, se conclui que o sistema pontuacional se enriqueceu graças ao concurso dos meios ortotipográficos, como demonstra a doutrina metaortográfica de oitocentos.

7. Ortografia e variação linguística

Apesar da natureza essencialmente prescritiva, correctiva e pedagógica da maioria das obras constitutivas do nosso corpus, a verdade é algumas delas dão testemunho da visão dos autores oitocentistas a respeito da variação linguística nas diversas vertentes, a saber, diafásica, diastrática, diatópica ou dialectal, ao mesmo tempo que possibilitam o conhecimento da extensão de certos fenómenos. De facto, relativamente à variação geográfica, detectam-se diversas descrições nas ortografias e gramáticas oitocentistas, das quais destacaremos apenas as mais sistemáticas ou relevantes pelo tipo e quantidade de dados aduzidos pelos autores.

Assim, não podemos deixar de sublinhar o depoimento de Soares Barbosa (1822/1830) acerca do estatuto de Lisboa como centro difusor de um modelo linguístico, devido à concorrência de vários políticos, sociais e culturais. Note-se, porém, que as observações feitas pelo gramático correspondem ao início do século XIX ou aos últimos anos do anterior, visto a sua **Grammatica** ter sido publicada apenas seis anos após a morte de Soares Barbosa em 1816. Num interessante capítulo sobre os *vícios da pronúncia* (pp.50-55), o gramático faz a apologia da modalidade linguística lisboeta. Vale por isso a pena atentar nas elucidativas palavras do autor:

“Entre as diferentes pronúncias, de que usa qualquer Nação nas suas diferentes provincias, não se póde negar que a da Corte, e territorio, em que a mesma se acha, seja preferivel ás mais, e a que lhes deva servir de Regra. Os Gregos, e Romanos assim o julgavão; aquelles a respeito de Athenas, e estes a respeito de Lisboa, ha muitos annos Corte de nossos Reis, e centro politico de toda a Nação. O maior numero de gente, que habita nas Cortes; a variedade de talentos, estudos, e profissões; a

multiplicidade das necessidades, que o luxo nellas introduz necessariamente; as negociações de toda a especie, que a dependencia do Throno a ellas traz; o seu maior commercio, policia, e civilidade: tudo isto requer hum circulo maior de ideas, de combinações, de raciocinios do que nas provincias, e por consequencia tambem hum maior numero de palavras e expressões, e de discursos, cujo uso frequente e repetido emenda insensivelmente os defeitos, que são custosos ao orgão, e desagradaveis ao ouvido, e fixa os sons da Lingua, que a falta de uso e de tracto deixa incertos e inconstantes nas provincias, e lugares menos frequentados. P uso porém da Corte não he o uso do Povo; mas sim o da gente civilizada e instruida. Entre aquelle grassão pronunciações não menos viciosas, que nas provincias; mas que os homens polidos estranhão. O que não succede nas das provincias, com que são criados aquelles mesmos que bem o são; e por isso não as emendão senão com com o tracto da Corte, ou as pessoas, que falão tão bem como nella” (pp. 50-51).

Ao âmbito da variação sócio-cultural pertencem as realizações atribuídas aos *rusticos*, de que são exemplo a substituição de umas consoantes por outras (*visitar~vigitar, fazer~fager, leixou~deixou*), a metátese (*contrario~contrairo, perguntar~perguntar*), a redução da palatal lateral a lateral (*lhes disse~les disse*) ou a prótese de *a* (*adeão, alanterna, avoar*). Soares Barbosa identifica vários fenómenos caracterizadores de certos dialectos ou variedades, como o algarvio, o minhoto, o alentejano e o beirão, para além da variedade brasileira, abundantemente ilustrada. Ao primeiro atribui, por um lado, a realização [i] ou [ə] da vogal pretónica (*pidação, çigueira, pidir, dezêr, fezêra*), e, por outro, a troca de [ew] por [ej] (*mêi pai, mêis amigos*) e a paragoge de -i (*seis i horas, hé i bom*), traços partilhados alentejanos. A fala dos minhotos é caracterizada pela neutralização da oposição fonológica /b/=/v/ (*Binho, Lovo, Vraço, S. Vento*), pela nasalização de certas vogais (*bõa, hũa*) e pela realização de -om final em vez de [ãw] (*sujeiçom, razom, amarom*). Ao beirão atribui a troca de [o] por [oj] (*côive, ôivir*) e o acrescentamento de uma semivogal anti-hiática (*ai agua, hay alma*).

A pronúncia brasileira era caracterizada, por sua vez, pela realização fechada de certas vogais (*vadio, sadio, ativo*), e aberta de outras (*aqui*), pela realização da pretónica <e> como *i* (*minino, filiz, binigno, mi dêo, ti dêo, si firio, lhi dêo*), pela não palatalização da sibilante implosiva (*mizterio, fazto, livroz novoz*, em vez de

misterio, fasto, livros novos) e, por último, a redução do ditongo [aj] a [i] (*paixão~pixão*).

Em 1849, é Daniel Ferreira Pestana quem nos apresenta uma lista de *vícios da pronuncia*, decorrentes da troca de vozes ou articulações contra a etimologia das palavras (pp.175-176): assim, os *Minhotos* trocam *b por v*, e *v por b*, dizendo *binho* por *vinho*, *bento* por *vento*; os *Algarvios* trocam o ditongo *eu* por *ei* (*mei pai* por *meu pai*), e a líquida molhada *lh* por *l* (*le dice* por *lhe dice*); os *Brazileiros* realizam o *e mudo* como *i* (*mi* por *me*, *minino* por *menino*); os *Madeirenses* trocam *ê* junto de palatal chiante e lateral por *â grave* (*pâjo* por *pêjo*, *mâcha* por *mêcha*, *lânho* por *lênho*). Afora estas variações regionais, ao opor a fala dos rústico à da gente culta, aponta ainda para o domínio das diferenças sócio-culturais.

Pelo seu carácter sistemático, atente-se igualmente na descrição de Solano Constâncio (1855), que procede a um levantamento bastante completo dos rasgos característicos não só dos dialectos portugueses como também da fala brasileira. Assim, o gramático e lexicógrafo refere os dialectos minhoto, trasmontano, algarvio e alentejano, beirão: o primeiro distingue-se pela *troca de b por v*, a realização peculiar do ditongo nasal [ãw] como “om”, ao mesmo tempo que <ou> se realiza como [ãw] (Ex. *amárom, razom, fizerom; são por sou, estão por estou*, p. 205); no segundo, é reconhecida a existência de consoantes africadas (*tch* e *tç*); nos terceiros, realiza-se *ei por eu* (*mei pai, meis amigos*); nos quartos, faz-se a substituição de *ou por oi*. Quanto à caracterização da fala brasileira, Solano Constâncio alude especificamente aos falares *bahianos*, nos quais se *accentuão* as sílabas átonas (*ménino, pápel, Brasília*), quase se não profere a vibrante em posição final (*acabá, senhô, fazê*), se verifica a próclise das formas pronominais relativamente ao verbo (*mi deixe em vez de deixe-me*), há uma fraca realização da sibilante final dos plurais (*minhá por minhas*), ou sua articulação como sonora (*z*), e *mudo* realizado como *i* (*mi por me, minino por menino*) (pp. 203-205).

8. Apostila

Dos dados compulsados e examinados ao longo deste capítulo, poder-se-á realçar a riqueza dos testemunhos de toda a ordem, e não apenas referentes à questão

ortográfica. De facto, se parece ficar demonstrado que as ideias ortográficas constituem um *leit-motiv* da reflexão e das preocupações linguísticas dos autores oitocentistas, não é menos verdade que elas assumem neste período feições bem diferentes das de épocas anteriores, devido à dimensão sócio-política que o assunto adquiriu à medida que o século avançava, em particular na segunda metade. Basta ver o número crescente de publicações total ou parcialmente metaortográficas, assim como a díspar formação dos seus autores, para se concluir que a questão percorria todas os âmbitos profissionais, sem ser privativa de uma certa *intelligentsia* nacional, encabeçada pelos académicos e literatos da época. Assim, desde o bibliotecário, o professor de primeiras letras, ao jornalista, ao médico e agrónomo, ao matemático e calígrafo, ao escritor e político, todos os níveis sócio-culturais se trataram, com maior ou menor acerto ou profundidade, de fixar o sistema gráfico português. Do mesmo modo, parece ter ficado bem evidente que a doutrina ortográfica oitocentista evoluiu a par da doutrina gramatical e da reflexão linguística, razão mais do que suficiente para considerarmos que as ideias ortográficas são parte integrante das ideias linguísticas em Portugal.

CAPÍTULO III

DAS PROPOSTAS À REFORMA

“Somos o paiz das duas orthographias. Da gente que entre nós sabe escrever, parte escreve em orthographia latina, a outra parte na orthographia do governo Provisorio. A maioria porém não sabe ler nem escrever”.

Fernando Pessoa, **Ensaio Político**.

CAPÍTULO III - DAS PROPOSTAS À REFORMA

1. Contexto histórico-cultural

No despontar do século XX, se a situação política e social se caracterizava pela instabilidade, como já observámos antes (cf. II, 1.), na instrução imperava a calamidade dos números do analfabetismo, apesar das melhorias introduzidas por algumas das reformas do ensino durante a ditadura de 1893-97. Marcada pela ascensão dos republicanos, pelo crescendo do descontentamento social que conduziu ao regicídio, no Terreiro do Paço em 1 de Fevereiro de 1908, depois de o rei D. Carlos ter assinado em Vila Viçosa um decreto que autorizava a supressão de todos os discordantes da política governamental, e pelo final da ditadura de João Franco (1855-1929), a primeira década do século fica assinalada sobretudo pela implantação República, em 5 de Outubro de 1910.

Do programa do Partido Republicano de Portugal constavam a elevação moral e espiritual do povo, a consciencialização dos direitos e deveres dos cidadãos livres, a extinção do analfabetismo, objectivos que o Governo Provisório da Primeira República, presidido por Teófilo Braga, mas encabeçado por António José de Almeida, ministro do Interior, e Afonso Costa, ministro da Justiça, se propunha conseguir por via de uma série de medidas sociais, políticas e educativas que iam do combate ao clericalismo e encerramento das casas religiosas, da lei da separação do

Estado das Igrejas e da lei do divórcio, ao direito à greve e às reformas de todos os níveis de ensino. Ainda assim, continuaria ser enorme o fosso entre a *intelligentsia* portuguesa das primeiras décadas do nosso século e a massa analfabeta da população. Por isso, a tal ponto se valorizava a reforma do ensino primário e revalorizava o papel do professor de primeiras letras que no preâmbulo do Decreto de 29 de Março de 1911 se afirmava: “O homem vale, sobretudo, pela educação que possui. (...) O abc, segundo a velha designação, é por isso hoje o fundamento lógico do carácter e, quem o ensina e evangeliza, o guia supremo da consciência dos povos. (...) O laboratório da educação infantil está, para as camadas populares, sobretudo, na escola primária, e é lá que verdadeiramente se há-de formar a alma da Pátria republicana”¹.

Neste contexto, para além dos argumentos linguísticos e filológicos que determinam a normalização do código gráfico, a lógica da simplificação ortográfica parecia residir na ideia de que a acessibilidade da escrita era directamente proporcional ao grau de simplicidade do sistema e, por conseguinte, à popularização da prática da escrita. À luz das condições sociais, políticas e culturais da transição do século XIX para o século XX, entender-se-á a conjuntura negativa que propiciou a tardia uniformização do código escrito, apenas levada a cabo com sucesso pela República, como medida catalisadora da eficácia das reformas da instrução. Aos reformistas do sistema político, administrativo e educativo, acrescentar-se-ão também os reformadores ortográficos. De entre todos eles, no domínio filológico e linguístico, destaca-se A. R. Gonçalves Viana, a figura mais emblemática do reformismo ortográfico em Portugal. A ela dedicamos a seguinte secção.

2. Gonçalves Viana, foneticista e reformador

Em matéria ortográfica, a viragem do século XIX para século XX está associada, incontornavelmente, a Gonçalves Viana, o maior expoente das ideias ortográficas e dos estudos da fonética portuguesa, numa época em que a discussão da reforma ortográfica atingira até o nível da partidarização, já que o grupo

¹ Apud, José Salvado Sampaio, *O Ensino Primário, 1911-1969. Contribuição Monográfica*, vol. I, 1º Período – 1911-1926, Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1975, pp.10-12.

“etimológicos” se enfrentava aos despectivamente denominados “sónicos”, e vice-versa. Na verdade, apesar das suas propostas reformistas concederem expansão ao princípio fonético em detrimento do etimológico, o sábio foneticista e filólogo não é um “sónico”, na medida em que procurava um sistema que reflectisse sobretudo a componente fonológica, ou seja, que atendesse ao que é relevante ou pertinente no sistema fonológico português, mais do que às realizações concretas ou físicas, tão variadas quantas as regiões e os indivíduos. Nesse sentido, eram relevantes, por exemplo, a indicação da tonicidade e da oposição fonológica entre vogais abertas e fechadas, aspectos que Gonçalves Viana privilegia nas suas propostas, cujo carácter sistemático, rigoroso e fundamentado o colocam como autêntico de mentor da Reforma de 1911. Desta insigne personalidade da história das ideias ortográficas ocupar-nos-emos de seguida.

2.1. Traços bio-bibliográficos

Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, repetidas vezes referido ao longo dos capítulos precedentes (cf. supra, I, passim, II, 2.1.7., 2.3.), é figura do reformador ortográfico por excelência. Não iremos aqui reproduzir na íntegra os seus dados biográficos, porque já foram amplamente compilados em trabalhos de homenagem² ao ilustre fundador da fonética portuguesa e principal ideólogo da reforma ortográfica. Ainda assim, refiram-se alguns dos traços biográficos mais salientes. Gonçalves Viana era natural de Lisboa, onde nasceu a 6 de Janeiro de 1840. Falecido o pai, o actor Epifânio Aniceto Gonçalves (Viana), e o seu irmão mais velho, para assegurar o sustento da família, entrou para o serviço público (1858), na Alfândega do Consumo, interrompendo os estudos liceais aos dezassete anos; em 1885 passa para Alfândega de Lisboa, onde ficará até à sua morte, em 1914. Romanista e

² Vide, de José Leite de Vasconcelos, *Gonçalves Viana. Apontamentos para a sua biografia* e de Álvaro Neves, *Aniceto dos Reis Gonçalves Viana. Bio-bibliografia*, ambos no **Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa**, X, 1917, respectivamente, às pp. 607-630 e 39-66; republicados em 1973, juntamente com alguns trabalhos de Viana, sob o título de **Estudos de fonética portuguesa** (Lisboa, Imp. Nacional-Casa da Moeda). Vid. ainda: Cláudio Basto, *A. R. Gonçalves Viana*, **Revista Lusitana**, XVII, 1914, pp.209-221; J. Leite de Vasconcelos e J. J. Nunes, *Vida e obras de Gonçalves Viana*, **Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa**, X, 1915-16, pp.607-648; Oscar de Pratt, *Aniceto dos Reis Gonçalves Viana*, **Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal**, 1ª série, t. II, 2ª parte, pp.93-98; Álvaro das Neves, *Aniceto dos Reis Gonçalves Viana*, **Boletim da Segunda Classe**, X, 1915-16, pp. 972-1010.

foneticista autodidacta, era poliglota; correspondia-se com alguns dos filólogos de renome do seu tempo, tendo grangeado o respeito de nacionais e estrangeiros, não obstante carecer de formação superior. Por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911, foi nomeado membro da Comissão de Reforma Ortográfica, ao lado de personalidades de vulto, como D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, aos quais se juntariam Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Moreira, J. J. Nunes e Borges Grainha. Epifânio Dias também fora indicado para a dita comissão, mas pediu escusa. O relator dos trabalhos da Comissão foi precisamente Gonçalves Viana.

Presidente da Comissão Asiática da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 15 de Maio de 1900 foi nomeado para integrar a comissão de revisão da nomenclatura geográfica portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa. Era sócio sócio correpondente desta agremiação, desde 16 de Março de 1893, tendo passado a sócio efectivo, a partir de Novembro de 1910 (*Parecer acêrca da candidatura do sr. Gonçalves Viana a sócio efectivo*, **Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa**, V, 1911, 401-402).

Além disso, era membro das seguintes sociedades científicas: vogal da Comissão do Dicionário da Língua Portuguesa; membro da Sociedade Hispânica da América, da Associação dos Professores de Línguas Vivas, desde 1888, da Sociedade de Folclore Chileno, da Academia Brasileira de Letras, e bem assim da Gesellschaft für Romanische Literatur, desde a sua criação (1903).

Posto isto, vale a pena o intento de traçar a evolução da doutrinação de uma das figuras mais salientes da história das ideias ortográficas em Portugal, no sentido de apreendermos as fundações dos princípios e soluções expendidas na **Ortografia Nacional**, obra de inquestionável monumentalidade em matéria de reflexão e de discurso metaortográficos.

A bibliografia de Gonçalves Viana reparte-se por duas vertentes predominantes, ligadas entre si – a fonética e a ortografia portuguesas. Porque existe bibliografia para o efeito³, não é este lugar para analisarmos o contributo do autor

³ Vide: Francis Meillet Rogers, Gonçalves Viana and the Portuguese Phonetics, *Boletim de Filologia*, VII, 1940, pp.17-29; Vid. J. Morais Barbosa, *Études de phonologie portugaise*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, sobretudo 1.2-16; id., *Notas sobre a pronúncia portuguesa nos* **Cont. pág. seguinte.**

para os estudos de fonética, e não apenas da portuguesa, como demonstram por exemplo os seus vários artigos na revista **Le Maître phonétique**, publicada pela “Association phonétique des professeurs de langues vivantes”; contudo, refira-se que, dotado de uma notável sensibilidade para identificar e descrever os rasgos e os fenómenos fonéticos, e apoiado numa extraordinária erudição e conhecimento da filologia românica, Gonçalves Viana estava apetrechado, melhor do que ninguém, para uma reflexão científica sobre as relações entre o sistema gráfico e a realização oral da língua, nas suas diversas implicações.

Assim, em 1883, depois de alguns artigos em **O Positivismo** (Vol. III, vol. IV), órgão do pensamento positivista em Portugal publicado entre 1878 e 1882, na revista **Romania** (t. XII, Paris), sai o **Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d’après de dialecte actuel de Lisbonne**, no qual apresenta a primeira descrição rigorosa do português-padrão que, *mutatis mutandis*, se assemelha em parte à realizada, actualmente, em fonologia, na medida em que adopta uma visão sistemática, ou seja, trata do vocalismo acentuado e do vocalismo inacentuado, por um lado, e, por outro, no campo consonântico, estabelece distinções baseadas em traços. A este estudo, seguir-se-ão outros artigos em matéria de fonética descritiva e também histórica, de que são exemplo os seguintes: **Nota sobre a fonética alemtejana** (Revista Lusitana, vol. I, 1887), **Notre alphabet** (Le Maître Phonétique, 1889), **Fonoljia historica portuguesa** (Revista Lusitana, II), **Deux faits de phonologie historique portugaise. Mémoire présenté à la 10ème session du Congrès International des Orientalistes** (Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1892). Estes estudos culminarão na **Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros. Memória destinada á X Sessão do Congresso Internacional de Orientalistas** (Lisboa, Imprensa Nacional, 1892).

Ao atender sobretudo aos traços relevantes, mostrará, em matéria gráfica, uma concepção mais fonológica do que propriamente fonética, ainda que os conceitos de fonema e de fonologia expendidos quer no **Essai**, quer na **Exposição** não correspondam, obviamente, à moderna acepção dos mesmos.

últimos cem anos, **Biblos**, vol. LXIV, 1988, pp. 329-382; id. **Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português**, Almedina, 1994, passim.

Do interesse pela questão ortográfica temos uma primeira evidência nos seus artigos em **O Positivismo** (vols. III, 1880-81 e IV, 1882) sobre o **Livro da escripta pelo professor Faulmann (Das buch der schrift, Wien, 1880)**, afirmada depois pelas **Bases da ortografia portuguesa** (Lisboa, Imprensa Nacional, 1885), que constituem a primeira proposta efectiva de reforma do sistema gráfico, publicada de parceria com Guilherme de Vasconcelos Abreu (cf. III, 3.2.1.5., 3.2.1.6.). Esse interesse pelo assunto fica igualmente atestado numa série de outros artigos e de recensões críticas sobre temas ortográficos, a saber: **A orthographia portugueza** (Revista de Educação e Ensino, vol. I, vol. II)⁴, **Nomenclatura geografica portuguesa em Africa** (Revista de Educação e Ensino), **Livros. Miguel Lemos. Ortografia positiva, nota avulso, distribuissão gratuita.** Rio de Janeiro, 1888 (Revista Lusitana, I, 1887-1889), **Transcripção usual portuguesa d'alphabetos estranhos. Esclavonicos** (Revista de Educação e Ensino, t. III), **A reforma orthographica em França** (Revista de Educação e Ensino, 1889), **Transcripção portuguesa de nomes proprios e comuns pertencentes a idiomas falados nas colonias portuguesas** (Revista Lusitana, II).

Amadurecida a reflexão teórica sobre o assunto, passa à acção ao submeter à apreciação da Academia, na sessão ordinária de 10 de Maio de 1900, uma **Proposta de um Questionario para se formularem as regras de orthographia portuguesa uniforme tendo-se em attenção as principaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos differentes escritores antigos e modernos por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana** (cf. II, 2.3.). Esta proposta havia sido elaborada vários anos antes, segundo o próprio autor⁵, e

⁴ A revista, na qual G.V. publicaria diversos artigos, era dedicada a um público heterogéneo: *Professores, Lavradores e Criadores de Gado de Portugal e Brasil*.

⁵ Cf. *As orthographias portuguesas*, 1902, p.VI: "Em sessão de 5 de maio de 1900 deliberou a 2ª classe, sobre proposta do socio correspondente o snr. Guilherme de Vasconcellos Abreu, que, na minha qualidade de socio, tambem correspondente, eu fizesse leitura de um questionario orthographico, conservado em manuscrito, por mim elaborado há muito tempo, e que o mesmo academico já conhecia. Fêz-se leitura delle em sessão de 10 de maio, e a mesma classe resolveu que fosse impresso, com margens sufficientes para nellas se exararem as soluções ás questões diversas alli apresentadas, nas quaes se compendiam todas, ou quasi todas, as dúvidas e divergencias, já sobre preceitos orthographicos portugueses, já sobre a sua applicação, e meios de uniformizar os varios systemas, até agora propostos ou seguidos por escritores nossos. Deliberou mais que êsse questionario impresso fosse, como propunha o seu autor distribuido a todos os socios, quer effectivos, quer correspondentes nacionaes, para que, reunidas as differentes respostas a cada um dos quesitos nelle formulados, se pudesse organizar um systema orthographico uniforme, prevalecendo sobre cada uma

viria a ser republicada em 1902 e em 1903 (Boletim de Segunda Classe, I, 1903). Na falta de respostas escritas, a discussão da **Resposta aos quesitos do Questionário orthographico** teve início, no entanto, na sessão da Segunda Classe de 24 de Janeiro de 1901⁶. Tal apreciação chegou até 18º quesito, pois nas poucas sessões do ano académico de 1900-1901 surgiram dúvidas e protestos quanto aos artigos 20 e 21, os quais, no entender dos académicos, não colheriam sanção geral, tendo-se resolvido mandar imprimir as respostas do autor e do secretário da Classe, para que servissem de base para a fixação da ortografia. Na sequência disto, por proposta de Cândido de Figueiredo (sessão de 9 de maio de 1901), essa fixação seria realizada por uma comissão composta por vários sócios eleitos pela Classe: os efectivos Inácio Francisco da Silveira e José Maria de Sousa Monteiro, e os correspondentes Cândido de Figueiredo, Guilherme de Vasconcelos Abreu, Pedro Venceslau de Brito Aranha e Gonçalves Viana.

Deste último, até à publicação da sua **Ortografia Nacional**, viriam a lume os seguintes trabalhos: as **Orthographias Portuguesas. Estudo das suas anomalias e meios de as remediar instituindo-se orthographia nacional**, por (...). Mandado imprimir pela Segunda Classe da mesma Academia (Lisboa, Typographia da Academia, 1902), que inclui o referido Questionário e as resposta ao mesmo; as respostas a diversos quesitos do Questionário (sessões de 24 de Janeiro de 1901, 21 de Fevereiro de 1901, 9 de Maio de 1901, **Boletim de Segunda Classe**, I, 1901).

Nas publicações acima, o autor adopta, em diversas ocasiões, uma ortografia simplificada, numa tentativa de, pela prática, difundir esse sistema: sem pretensão de exaustividade, note-se que em 1887-1889 (**Revista Lusitana**, I) Gonçalves Viana apresenta um sistema fortemente simplificado, correspondente ao das **Bases** (1885), assente num compromisso entre o princípio histórico e o fonético. O sistema em questão tem as características seguintes: supressão dos grafemas e dígrafos cultos

das questões alli apontadas a solução que obtivesse maior número de opiniões a seu favor, e portanto se resumisse em regras, que fossem sancionadas pela Academia”.

⁶ Cf. idem, p.VII: “Desinteressou-se esta, póde dizer-se absolutamente, do assunto, visto que, passado um anno, apenas o autor do questionario, de acôrdo (resultante de discussão) com o snr. Vasconcellos Abreu, havia formulado as respostas na sua totalidade: o que não significa muito maior actividade da parte delle, pois tinha já detidamente estudado a materia e sôbre ella assentara definidamente a sua opinião motivada. Deliberou a mesma classe, em sessão de 24 de janeiro de 1901, que, em vista da falta de respostas escritas, pelo referido questionario se começasse a discussão, independentemente daquellas, tratando-se em sessões consecutivas cada um dos articulados, e tomando-se a respeito delles resoluções em harmonia com o maior número de votos uniformes”.

(*científico*); a conservação de *h* etimológico e de consoantes dobradas, quando articuladas (*inovações*); adoção da grafia da fricativa palatal sonora como <j> (*pájina, exajeradamente, jerais*); fixação da grafia das sibilantes surda e sonora, e da fricativa palatal surda em conformidade com o princípio etimológico ou histórico (*citar, condição, retrocesso, sentido-representar, contradizem, produzir, exemplificada; excelência, expressão*), embora nos sufixos verbais adopte *-isar* (*regularisar, porfirisar*); representação da oclusiva velar surda na sequência [kw] como <cu> (*cualidade, encuanto, cuási-inquestionável*); dupla grafia <-ão> e <-am>, para distinguir [ãw] tónico de átono, no futuro e no pretérito, respectivamente, ao contrário dos nomes nos quais se emprega a primeira por causa da flexão de número (*órfão-órfãos*); acentuação sistemática da tónica (*opúsculo, fonética, grémio, história, circunstância, está, êste*); acentuação distintiva nos monossílabos (*às, é*) e das contracções (*àquele*); emprego do hífen para separar as formas pronominais enclíticas dos verbos (*tê-los*). Em 1894 (**Proposta para a fixação da acentuação gráfica**), Gonçalves Viana volta a aplicar, mas nem sempre em total correspondência com as **Bases** (por ex. *atenção*), o sistema simplificado, o qual, afora os aspectos antes mencionados, se caracteriza ainda pelas soluções seguintes: a distinção *-em* e *-êe* (*têe-tem, vêe-vem*); acento circunflexo para marcar os oxítonos em vogal *e* ou *o* fechada (*mercê-mercês, avô-avôs*), assim como os monossílabos (*côr-cór*); sistemática marcação da tónica não só das vogais abertas dos esdrúxulos, como também de *i* e *u* tónicos, e da vogal nasal (*ética, módulo, âmbito, ámago*); acentuação da tónica fechada com o circunflexo (*pêssego, lôbrego*), tal como nas formas verbais *vêem, dêem, lêem*; valor distintivo do acento para distinguir homógrafos (*pára-para, louvâmos-louvamos*); acento grave para asinalar as átonas abertas (*prègar-pregar*) ou para marcar *u* átono depois de <q> e <g> (*freqüente, arguir-argúi, argúe*).

Entre 1887 e 1894, volta a aparecer o chamado sistema etimológico (**Revista de Educação e Ensino**, t. 3º), com todas as suas marcas, a saber, grafemas e dígrafos cultos, consoantes dobradas, letras mudas, grafias históricas e emprego do apóstrofo (*alfabeto, orthographia, scientifica, cyrillico, lettras, monogrammas, traductor, orientaes, egualmente, d'ela*), apesar de incluir soluções como a distinção gráfica entre [ãw] tónico e átono (*ignoram, entraram-pronunicação, transcripção*). O

mesmo se verifica na **Exposição da pronúncia normal portuguesa** (1892), na qual apresenta a ortografia etimológica ou erudita rigorosa (*usuaes, glotte, symbolo, aproximação, accidentes, signal*), embora sistematizada no campo da acentuação gráfica e do emprego do hífen na ligação das formas enclíticas pronominais ao verbo, por exemplo. O próprio foneticista explica o sistema empregado neste trabalho:

“Como o leitor terá visto, pertence ella ás que se denominam etymológicas; com a differença; porém, de outras muitas assim denominadas, pretende sê-lo rigorosamente. Adoptámo-la, para não trazermos mais uma novidade em opposição ás usanças patrias, quando já no systema de transcrição havia tantas, e de modo nenhum porque respeitemos as etymologías, fora do portuguez, como norma de escritas portuguesa.

Para nós a melhor orthographía será aquella que, attendendo á evolução do nosso idioma, mais conforme estiver com o padrão medio da pronuncia, como o estão a italiana e a hispanhola” (p. 96).

Em consonância com as **Bases** (1885), e visando reduzir o número de erros ortográficos, na **Exposição**, o reformador recomendava quatro simplificações imediatas: a proscricção absoluta e incondicional de todas as marcas da etimologia grega, a redução das consoantes dobradas a simples, com excepção de <rr> e <ss> intervocálicos, a eliminação das consoantes mudas, quando não affectam as vogais antecedentes, e a regularização da acentuação gráfica (p. 96), embora neste aspecto se verifiquem algumas diferenças com respeito às regras acentuais expostas em 1885, em particular a não acentuação dos esdrúxulos da 1ª espécie (*gloria, tabua*) e a acentuação tónica dos graves (ou *inteiros*) terminados em vogal (*falta, faltava*).

Ainda assim, subsistiam problemas tanto de ordem geral como de ordem específica: o emprego do *h* inicial, de *i* ou de *e* inicial com valor de (*evitar, elogio, equal-igual*), a escolha entre *o* e *u* átonos (*moral-mural*), por um lado, e, por outro, devido à pronúncia portuguesa geral ou dialectal, o emprego de *e* ou *i* átonos, antes de palatal nasal, lateral ou fricativa palatal (*lenha-linho, semelhante-semilhante*), de *a* e *e* tónicos antes de palatal nasal (*lanho-lenho*), de *ô* ou *ou* (*osso-ouço*), de *e* ou *ei* (*cera-seira*), de *e* ou *i* antes de sibilante seguida de consoante (*destinto-distinto*), de *x* ou *ch* (*buxo-bucho, feixe-feche*), de *ç* ou *s* inicial (*çaga-saga*), de *ç* ou *ss* medial (*paço-passo*), de *ce, ci* ou *s(s)e, s(s)si* (*incerto-inserto, celle-sella*), o de *z* ou *s* intervocálico (*cozer-coser*) ou final (*noz-nós*).

Sem pretender impor arbitrariamente tais providências simplificadoras, Gonçalves Viana refere os *expedientes* propagandísticos necessários à sua difusão, citados nos quesitos 102 a 106 do **Questionário** apresentado à Academia: emprego desse sistema em todas as publicações oficiais, nas repartições do Estado e livros de ensino (102), nas câmaras municipais e nos letrados públicos, promulgação de lei e fixação de um prazo, a partir de cujo limite seriam aplicadas multas.

Porque o andamento da discussão dos quesitos do Questionário não seguiu o rumo esperado pelo seu signatário, sobretudo do 18º quesito em diante, dela tendo resultado apenas a publicação das respostas de Gonçalves Viana e as de José de Sousa Monteiro, secretário da Segunda Classe da Academia, a desilusão do foneticista e filólogo é bem evidente quando comenta:

“A contar desse número, nas poucas e pouco concorridas sessões que se effectuaram no anno academico de 1900 a 1901, logo as duas questões especiaes tratadas nos artigos 20 e 21 suscitaram dúvidas, e depois protestos, sôbre o modo por que, assim de leve, rapidamente e sem a discussão e preparo necessarios, se iam tomar resoluções, que não lograriam o assentimento público, e pareceriam pouco meditadas e temerarias (p. VIII).

Quisera o autor do questionario abster-se de dicutor na academia o assunto, por saber, quanto elle é irritante; dado que todos os que escrevem para o público crêm ter voto autorizado sôbre orthographia, e com muitas difficuldade attendem os argumentos que se opponham, por mais scientificos, documentados e cordatos que elles sejam. (...) Pretendia elle, porém, que a discussão caminhasse assombrada, e acceitaria sem protesto todas as resoluções a que a sciencia se não oppusesse, e de emanasse vantagem para o público.

Não pôde, todavia, conservar essa exenção, porque o andamento da discussão dos quesitos 20 e 21 o levou, por condescencia e no intuito de melhor explicar a substância delles, a tomar parte abertamente na controversia, e a justificar não só a redacção desses quesitos, mas tambem o seu voto (p. IX)”.

Analisadas as divergências de ordem doutrinal ou ideológica entre as respostas fornecidas por Gonçalves Viana e Sousa Monteiro (cf. II, 2.3.), com respeito às discrepâncias de ordem estritamente gráfica entre este e aquele destacam-se sobretudo: a preservação das consoantes mudas, em nome da origem “fidalga” dos vocábulos e do esclarecimento da homofonia; rejeição da grafia <cu> (*cual*, *frecuente*), considerada castelhanizante; conservação dos grafemas cultos k, y, w; a

manutenção da distinção entre <g-j> com base no uso, à semelhança da distinção entre <-s-z-; -ss-ç-; s-ç>; rejeição da grafia dos patronímicos em *-es*, em vez de *-ez*; refutação de usos contrários à etimologia; hesitação quanto à vantagens da acentuação; restrição da substituição das grafias erróneas *matal-o*, *tem-n'ó*, por exemplo, aos casos em que o uso não as tiver consagrado; aceitação de três graus de nacionalização de vocábulos estrangeiros, e respectiva grafia; por último, a impossibilidade de descrever a ortografia simplificada por meio de regras simples.

Ao invés da proposta de Sousa Monteiro, que admitia diferenças entre o nível popular e o nível culto, Gonçalves Viana rejeita dois ou mais padrões de ortografia, porquanto o sistema gráfico, independentemente da procedência popular ou culta dos vocábulos, deve fundar-se em princípios de uniformidade gráfica, de acordo com padrões fonológicos, sujeitos à evolução inerente a qualquer língua natural (**Boletim**, I, p.147).

A extensa resposta de Sousa Monteiro a todos os quesitos do Questionário apoiava-se, portanto, na tradicional inércia do uso, o qual, convocado para dirimir o conflito entre o princípio da etimologia e o da fonética, era variável por natureza, admitindo por isso incoerências de todo o género, devido à ausência de regulamentação. O secretário académico, ao arrepio dos dados linguísticos, amparava-se ainda em argumentos sócio-culturais, que colhiam o aplauso de algumas pessoas da *élite* – a distinção entre níveis sócio-culturais a partir de marcas de erudição, apanágio de uma aristocracia ciosa da sua preponderância social.

Na verdade, da argumentação de Sousa Monteiro poder-se-á concluir que ele não crê, de facto, na autoridade da Academia para decidir e impor uma reforma ortográfica à sociedade portuguesa, papel que a Real Academia Espanhola pôde chamar a si, levando a melhor sobre as restantes propostas particulares, situação que não encontrou, como se vê, paralelo na actuação da sua congénere portuguesa.

De novo, em 1902 (**As orthographias portuguesas**) retoma Gonçalves Viana o sistema etimológico, para lhe introduzir soluções que a regulem e uniformizem em conformidade com a história da língua e a observação da pronúncia, quer antiga, quer moderna, ou ainda dialectal, embora ali declarasse veementemente que a

“ORTHOGRAPHIA ETYMOLOGICA é uma superstição herdada, um êrro científico, filho do pedantismo que na epocha do Renascimento assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade classica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque

aleitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos dictames se aceitavam quasi sem protesto” (1902, pp. X-XI).

Os princípios fundadores de uma ortografia verdadeiramente nacional serão, por isso, a evolução real do idioma pátrio e as variações dialectais, em detrimento das origens dos vocábulos, ou seja, da etimologia. À semelhança de Barbosa Leão, Gonçalves Viana procurava difundir as simplificações sobretudo entre os mais novos, de molde a garantir o enraizamento da reforma ortográfica. No entanto, neste opúsculo adoptou duas ortografias: uma, *etymologica*, clássica ou erudita, com diversas variantes, em especial quanto à acentuação, baseava-se na história da língua, e era habitual na imprensa diária, nos escritos de muitos escritores e filólogos, como A. A. Cortesão, Garcia de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Epifânio da Silva Dias, Cândido de Figueiredo, D. Carolina Michaëlis, Adolfo Coelho, Sousa Gomes, Vasconcelos Abreu, Leite de Vasconcelos, Júlio Moreira, e o próprio Gonçalves Viana, assim como na **Revista Lusitana**, no **Archeologo Portugues**, e, mais recentemente, no **Diário do Governo**; a outra, a ortografia tradicional, requeria uma uniformização resultante do estudo histórico da língua. Das duas, Gonçalves Viana defende a primeira por ser a mais racional e conforme com a fonologia portuguesa. Nela aparecem escritas as respostas e soluções ao Questionário apresentado à Academia.

Depois das **Bases**, o seu primeiro *tentamen de propaganda e execução* (1902, XX) para se formular a ortografia nacional, o corolário das tentativas reformistas será a “**Orthografia Nacional**”, na qual expõe ampla e sistematicamente todos os princípios e soluções que deverão consubstanciar uma reforma enraizada na tradição românica da qual a língua portuguesa faz parte, em vez de atentar apenas no primado do princípio fonético.

Na evolução das ideias ortográficas de Gonçalves Viana, nota-se que a convicção reformadora não deixa de se repercutir mesmo sobre o seu próprio apelido, que aparecia com grafia dupla (*Vianna*) nas obras e publicações anteriores a 1904, por exemplo nas **Bases** (1885), onde ainda não ousava, juntamente com Vasconcellos Abreu, despojar os nomes próprios e de família das consoantes inúteis, apesar de ambos proporem a simplificação de numerosos aspectos, porque essa medida, devido ao seu impacto social, requeria a sanção de um futuro congresso de

especialistas (cf. **Bases**, p.14). O nome de Gonçalves Viana aparecia com grafia em outros trabalhos: **Revista Lusitana**, I (Porto, Livraria Portuense, 1887-1889), na **Proposta para a fixação da acentuação gráfica portuguesa** (Lisboa, Typographia do «Commercio de Portugal», 1894), artigo na **Revista de Educação e Ensino**, t. III, **As orthographias portuguezas** (Lisboa, Typographia da Academia, 1902). Como não se realizou o projectado congresso, a solução simplificadora veio a ser adoptada declaradamente (*Viana*), na **Ortografia Nacional** (1904) e em trabalhos ulteriores, como o **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portugueza** (1909), ao mesmo tempo que acrescentava um acento a *Gonçálvez*, antes *Gonçalves*.

2.2. Primeiros estudos ortográficos

O interesse pelas questões ortográficas está presente logo nas primeiras publicações de Gonçalves Viana, designadamente em recensões críticas a obras sobre o assunto, por exemplo em breves notas sobre os **Estudos Glotológicos. Gráfica e fonética. O livro da escrita do professor Paulman** (1881) ou sobre **Miguel Lemos. Ortografia positiva | Nota avulsa | Distribuissão gratuita | Rio de Janeiro, 1888**, (Revista Lusitana, I, 1887-1889, pp.389-390), às quais se somam os artigos intitulados **A ortografia portuguesa** (Revista de Educação e Ensino, vol. I, 1886 183-184, pp. e vol. II, pp. 81-84.), **Transcrição usual portuguesa d'alfabetos estranhos. Esclavonicos**, (Revista de Educação e Ensino, t. III, pp. 66-71), **A reforma orthographica em França** (Revista de Educação e Ensino, pp. 235-244), de 1889, **Transcrição portuguesa de nomes proprios e comuns pertencentes a idiomas falados nas colonias portuguezas** (Revista Lusitana, t. II, pp.56-67, 143-155), **Proposta para a fixação da acentuação gráfica portuguesa** (Apresentada à comissão Asiática Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Typ. do "Commercio de Portugal"), de 1894.

Porque esses trabalhos são o crisol da doutrina metaortográfica do principal mentor da reforma ortográfica do nosso século, torna-se imprescindível uma revisão das ideias neles expendidas pelo sábio autor.

No artigo sobre **A Orthographia Portugueza**, publicado no mesmo ano em que saíam os **Elementos de Gramática Portugueza** (1886), de Barbosa Leão,

encontram-se desde logo as pedras angulares da doutrina e do discurso metaortográficos do foneticista, a saber: a urgência de uma ortografia uniforme que sirva uma língua literária; a fundamentação histórica e positiva das soluções a adoptar; a necessidade de que a Academia tenha autoridade e prestígio suficientes para que impor uma reforma; e a obrigatoriedade da uniformização da ortografia de todas as publicações, em particular nas escolares. Da reverência à etimologia resultam, segundo Gonçalves Viana, modalidades incoerentes de escrita etimológica que, por isso, não podem servir de modelo à Academia, devendo esta visar um compromisso entre etimologia e pronúncia, princípios enformadores do sistema gráfico, embora a empresa se afigure espinhosa, porquanto a pronúncia portuguesa levanta diversas dificuldades, em special no campo da representação vocálica, devido às variações tímbricas e contextuais. Enquanto não se procede a uma reforma nestes moldes, Gonçalves Viana propõe um sistema provisório: nas *palavras artificiaes* manter-se-ia a ortografia etimológica, ao passo que nas palavras populares, isto é, aqueles que do latim evoluíram para português, se adoptaria uma grafia simplificada, e bem assim nas de origem não latina, introduzidas pelo ouvido e boca do povo.

Porém, para além dos princípios que deverão nortear os académicos na fixação de um sistema gráfico a aplicar no seu Dicionário, o que mais ressalta deste artigo é a crítica explícita à posição da Academia, mais exactamente dos seus ilustres membros, em toda a questão ortográfica. De facto, depois de verberar a displicência da Academia em matéria ortográfica, o filólogo parece aludir, inclusivamente, à proposta reformadora de Barbosa Leão e imputa a responsabilidade do estado da ortografia à inoperância daquela instituição, em termos que não deixam dúvidas quanto à sua posição:

“Até agora o assumpto tem andado á sôlta, fóra das portas da Academia que obstinadamente se tem recusado a tomal-o em consideração, e que a um ou outro tentamen mais ou menos radical de reforma systematica oppoz sempre o desdem ou reprovação, deixando á vontade manifestarem-se os alvitres mais extravagantes e as escriptas mais erroneas, que só provam a completa ignorancia em tal assumpto por parte de quem as adoptou” (p. 183).

Na última década do século, Gonçalves Viana amplia as reflexões expendidas nas **Bases** (1885) em matéria de acentos, um dos aspectos fulcrais da reforma ortográfica, no seu artigo **Proposta para a Fixação da Acentuação Gráfica Portuguesa** (1894). Apresentada à Comissão Asática da Sociedade de Geografia de Lisboa, o foneticista, presidente da referida Comissão, expõe ali, em ortografia reformada, os fundamentos fonológicos para as soluções preconizadas. Assim, antes de mais, o ilustre autor explicita os principais dados da estrutura sílaba e acentual da língua portuguesa, nos quais deve assentar a acentuação. Com respeito ao número de sílabas, os vocábulos portugueses podem ser, então, monossílabos, dissílabos ou polissílabos; com respeito ao acento, átonos ou tónicos; quanto à colocação, enclíticos ou proclíticos; agudos ou oxítonos, inteiros, paroxítonos ou graves, esdrúxulos ou proparoxítonos, de acordo com a posição do acento na palavra.

Daqui se retira que a acentuação gráfica atenta sobretudo na sílaba tónica e seu valor fonológico, em particular no que toca à distinção entre homógrafas, aspecto que já havia sido referido, pelo menos em teoria, por outros ortografistas de distinta filiação, tanto mais que a distinção entre palavras homógrafas era um dos preceitos tradicionais, nem sempre praticado com regularidade e, muito menos, com uniformidade.

Em síntese, vejam-se as várias condições do emprego dos acentos: nos vocábulos oxítonos, o acento agudo marca a abertura das vogais <a, e, o>, seguidas ou não de <-s> (*maré-marés, pó-pós*); nas palavras esdrúxulas indica a abertura ou a posição da tónica (*prática, ético, módulo, rústico, ámago, síncope, góndola*, pp. 7-8); marca, ainda, *i* e *u* tónicos, em sequências vocálicas heterossilábicas (*país, saída, meúdo, viúva, Luís, rainha*), salvo nas nasais (*ainda, ruim, painço*); o circunflexo assinala as vogais fechadas [e] e [o] dos oxítonos (*mercê, avô-avós*) e dos esdrúxulos (*pêssego, lóbrego, cômodo*); nos monossílabos e nos vocábulos inteiros ou graves distingue também as vogais fechadas das abertas em caso de homografia (*côr-cór, torre-torre, adôrno-adôrno*); assinala igualmente [e] e [o] fechados antes de ditongo em formas verbais (*vêem, dêem, sôem, perdôem*); o acento grave indica, por sua vez, não só a átona aberta ou tónica secundária, resultante em regra de uma antiga crase de vogais heterossilábicas, após uma síncope de consoante intervocálica (*pàulada,*

prègar), como também a realização do <u> átono das sequências <qu> e <gu> (*freqüente, argüir- argúi, argúe*).

Ao agudo estão adstritas ainda outras funções: com valor distintivo, usa-se em palavras graves para opor o timbre da vogal tónica da forma verbal *pára* e o da preposição *para*; com o mesmo valor, distingue a primeira pessoa do plural do pretérito dos verbos da 1ª conjugação da forma do presente (*louvámos-louvamos*), ao mesmo tempo que assinala a diferença de timbre entre certas palavras (substantivos e formas verbais) e contracções de preposições com artigos (*péla-pela, pelo-pélo*). Do mesmo modo, o agudo distingue a tónica aberta dos ditongos [ej], [oj], e [ew], opondo-os, assim, a [ej], [oj] e [ew], em cuja grafia se prescinde de acento (*réis-reis, sóis-sois, léu-leu*). A estes casos, somam-se ainda outros em que o agudo e o circunflexo assinalam, respectivamente, a tónica aberta e a fechada: um aplica-se às palavras não oxítonas terminadas em *i, u*, seguido ou não de consoante (*Adónis, Vénus, éden, carácter*); o outro, aos vocábulos não oxítonos terminados em ditongo oral ou nasal, seguido ou não consoante (*órgão-órgãos, Estêvão*, p. 7).

Incluído por Gonçalves Viana entre os diacríticos do plano dos grafemas vocálicos, o til é a notação da nasalidade da vogal [ã] e dos ditongos [ãj], [ãw], [õj], [õj], grafados como se vê em *maçã, pães, pão, barões, tãem*, ao mesmo tempo que indica também a sílaba tónica, na falta de outro acento (*carvão, armazãe*). A nasalidade final é marcada por <m>, que também indica a nasalidade interior antes <p, b, m>, e por <n>, nos restantes casos de nasalidade interior. Dois casos merecem destaque: por um lado, a grafia <-am>, correspondente ao ditongo [ãw] átono, oposta à terminação tónica <ão>, distinção morfogramática que vinha ganhando terreno no uso, decerto por ser mais distintiva do que a marcação de acentos (*louvaram-louvarão*); por outro lado, a sugestão ou recomendação de, em vez da grafia , considerada habitual, ser retomada a grafia <ëe> para grafar o ditongo nasal [ãj] ou [õj], em *bëe, porëe, tãe, viágëe, márgëe*⁷ (p. 9).

⁷ Sublinhe-se, no entanto, que o foneticista já tinha descrito a realização moderna deste ditongo como [ãj], por exemplo em *tãjãj* ou *tãi*, no *Etude de Phonétique et Phonologie de la Langue Portugaise d'près le dialecte de Lisbonne* (1883) e na *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa para uso de estrangeiros e nacionais* (1892); cf. *Etude*, p. 32, 49, e passim; e em especial, *Exposição*, p.58: "O ditongo em, (ëe como dantes se escrevia e bem) é, de Lisbôa a Coimbra, igual em valor a *ãe*, isto é, profere-se *ãi*; no norte, em geral, e em parte do sul do reino, do mesmo modo que no Brasil, vale *ãi*, e em alguns pontos do Alemtejo simplesmente *ë*, que era talvez o seu valor primitivo".

Por último, Gonçalves Viana propõe a conservação da acentuação gráfica dos componentes das palavras compostas e das derivadas com sufixo *mente* ou infixos *z* (*guarda-pó, sobre-céu, facilmente, homãezinho, cômorozito*, p.8), e bem assim a das formas verbais seguidas de enclíticos (*louvávamos-te, dá-tos, fugíamos-te, defendê-lo, pô-lo*, p.9).

Conjuntamente com Vasconcelos Abreu, nas **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), Gonçalves Viana já estipulara, à luz da descrição sistemática da estrutura fonológica da língua portuguesa, os princípios em que deveria assentar a acentuação gráfica. Ficava consagrada a acentuação tónica e o uso dos três acentos coincidia, no essencial, com as da **Proposta** aqui examinada: acento agudo e circunflexo nas palavras esdrúxulas, graves (em caso de homografia, *modélo-modêlo*) e agudas, para marcar a tónica aberta ou fechada (*pêssego, fôlego, mercê*); acento agudo distintivo nos pares de homógrafas (*pais-pais, réis-reis*); acento grave na vogal átona aberta (*prègar*) e no suporte vocálico átono das sequências *què, qùi, gùe, gùi*⁸.

Ainda assim, as **Bases** diferem da **Proposta** nos seguintes aspectos: aplicação do acento grave para distinguir a contracção da preposição com o artigo do próprio artigo (*à-a*), sendo referidas apenas as contracções *pela, pelo*, passíveis de confusão com *pêla, péla*; conservação da grafia , analógica da terminação átona <am>, para representar o ditongo nasal [ej], visto ser postergada a substituição daquela grafia por <êe>, solução que só um Congresso de especialistas poderia sancionar.

A este respeito, compare-se o texto das **Bases** com o das **Proposta**:

Bases (1885)	Proposta (1894)
<p>“Por êste motivo o ditongo ão, final átono de verbos, escrever-se ha idénticamnte com am; e, por analogia, se escreverá a sílaba final dos vocábulos terminados pelo ditongo átono êe com a grafia em. (...) deveríamos, todavia, usar da ortografia: porêe, ninguêe, tambêe, etc. Deixámos êste ponto para o Congresso” (p. 8).</p>	<p>“Por analogia, conviria, de certo, restabelecer a antiga grafia – êe – que actualmente se escreve – em – em contrário dos outros ditongos nasais, escritos –ão, ãe, õe –. A adoptar-se esta escrita, ortografise-iam com ou sem acento, conforme fôsse ou não tónico o ditongo: bêe, tambêe, porêe, vintêe, vêe, têe, viagêe, margêe, – facilitando-se assim tambêe a formação dos respectivos plurais, e reservando-se – em – para as formas átonas dos verbos: louvem, contêe, vêe. em qualquer caso cumpre que se diference o ditongo tónico do átono, mórmente</p>

Nos exemplos substituíram-se alguns sinais do particular alfabeto fonético do autor.

⁸ Nas **Bases**, propõe-se a substituição das duas primeiras grafias por *cue, cui*, mas esta substituição não foi aplicada à ortografia da **Proposta de Fixação** (1894)

	porque há vocábulos que só por essa circunstância se distinguem: além, além, pôrem, porém, contém, contém (p. 9).
--	---

Como bom romanista, Gonçalves Viana não limitava a sua reflexão metaortográfica à definição dos princípios e soluções que emprestassem sistematicidade e rigor a uma reforma ortográfica, apoiada no conhecimento científico (filológico e fonético) da época, uma vez que o problema ortográfico da língua portuguesa devia ser elucidado pelas experiências reformadoras de outros espaços linguísticos. Por isso, injectando uma forte componente de erudição nos seus trabalhos – em particular na **Ortografia Nacional** –, o filólogo privilegia o estudo da questão ortográfica em outras línguas românicas, e não só, no sentido de demonstrar a aplicabilidade de uma reforma simplificadora às ortografia(s) portuguesa(s). É o que se observa em dois artigos, respectivamente de 1889 (**Revista de Educação e Ensino**, nº6, Junho, pp.235-244) e de 1890 (id., nº1, Janeiro, pp.14-20) sobre **A Reforma Orthographica em França**: em ambos, o autor expõe as diligências realizadas, em França, por Paul Passy, figura grada da fonética francesa, que promovera a fundação, em 1886, de uma Sociedade de reforma ortográfica, com o objectivo de viabilizar uma reforma da *caprichosa orthographia francesa*. As duas bases dessa reforma haviam sido anunciadas no periódico mensal **La nouvèle Orthografe** (1884): por um lado, a proscricção das consoantes dobradas e das grafias vinculadas à etimologia grega, e, por outro, a fixação do valor dos grafemas e a supressão de marcas dispensáveis. Ora, os princípios acima emparceiram com as sugestões de Gonçalves Viana, de Vasconcelos Abreu e de Consiglieri Pedroso, redactores da **Enciclopédia de Ciência, Artes e Literatura** (Biblioteca de Portugal e do Brasil), de tal forma aplaudidas pelo primeiro, que viriam a consubstanciar as **Bases da Ortografia Portuguesa**, por ele subscritas juntamente com o segundo filólogo.

Nos referidos artigos, Gonçalves Viana expõe as soluções previstas pela **Société de Réforme Orthographique** (Paris), transcreve a petição que tinha sido dirigida por essa Sociedade à Academia Francesa e assinada por todas as pessoas com competência no assunto, a saber, professores, homens de letras e eruditos, proprietários de tipografias e editoras, jornalistas, etc., reproduz um artigo de Havet,

no Journal des Débats, onde este autor verbera a ortografia etimológica e seus defensores, e apresenta uma exemplificação da nova ortografia francesa, que privilegiava o princípio fonético em muitas soluções⁹.

Introduza-se aqui um parêntese para referir que a criação de sociedades ortográficas vinha alastrando pela Europa, pelo menos desde a década de quarenta, constituindo, portanto, um verdadeiro movimento transnacional: de facto, antes da “Société de réforme orthographique”, fundada em Dezembro de 1886 por Passy, já haviam sido fundadas a “Phonetic Society” (1843), que promovia a estenografia de Pitman e o alfabeto fonotípico, sendo presidida por Max Müller; e a “Société néographique Suisse et étrangère” (1869), a “American spelling Reform Association” (1876), criada pelo Dr. March, com vista à difusão do alfabeto fónico e à adopção de uma ortografia moderadamente simplificada, a “Algemeiner ferein für Rechtschreibung” (1876), dirigida pelo Dr. Fricke, a “English Spelling Reform Association” (1879), presidida pelo Dr. Gladstone, a “Rættstavningsssælskap” (1885), sociedade de reforma ortográfica sueca, encabeçada por Noreen. Daqui poder-se-á concluir que a polémica em torno da reforma, independentemente dos contornos específicos da questão ortográfica em Portugal, se enquadra numa problemática internacional e translinguística, situação que era bem conhecida de Gonçalves Viana.

Retomando, porém, o comentário de Gonçalves Viana às propostas da Sociedade de Reforma Francesa, sublinhe-se que o autor discorda de algumas das soluções concretas, em especial as relativas à supressão de acentos e do hífen, aspectos em que se *poderia ir mais longe*, ao passo que em outros aspectos, por ex. na substituição de *ti* por *si*¹⁰ (1890, p.19) se *andou de mais*. Também aponta certas contradições incompreensíveis, como a conservação do *h* interior em algumas palavras, e de consoantes dobradas, não obstante terem sido eliminadas outras nas mesmas condições.

⁹ Afora os princípios antes enunciados, a proposta francesa coincide ainda com G.V. quanto à grafia sistemática da fricativa palatal sonora por meio <j> (etranjer, intellijance, surmenaje); cf. 1889, pp. 242-243.

¹⁰ Segundo Gonçalves Viana, *ci* é a solução mais conforme à realidade fonética e à relação com a ortografia das línguas da mesma família.

Tal como estes, o artigo sobre a **Transcrição usual portuguesa d'alfabetos estranhos. Esclavonicos** (Revista de Educação e Ensino, 3º vol., 1889, pp. 66-71) apresenta-se em ortografia usual, quer dizer, etimológica conformada com o uso: por isso, pontificam grafemas e dígrafos cultos (*cyrillico, orthographia, methodica*), grafias duplas, grupos consonânticos e grafemas mudos (*appresentam, translitteração, scientificos, deducção, contradictorios*), primam pela ausência os acentos, salvo em caso de homografia (*dêste, apontámos*), e comparecem grafias ditadas quer pelo uso (*quaesquer, orientaes*), quer pela composição histórica das palavras (*circumspecto*).

Gonçalves Viana ocupa-se aqui de um problema gráfico cuja vigência nos nossos dias ainda é maior – a adaptação dos empréstimos não românicos à ortografia portuguesa, em especial os de línguas que se escrevem em alfabeto cirílico. Na verdade, este assunto presta-se, como ainda hoje, a numerosas variações gráficas entre os autores que habitualmente traduzem línguas como o russo, tanto mais que muitas vezes as palavras dessa origem chegam ao português por intermédio do francês, do inglês ou do alemão. Assim, o filólogo português propõe uma uniformização gráfica dessas palavras, com base num alfabeto que as represente, alfabeto esse que não coincide com os anteriormente usados nas traduções realizadas por Consiglieri Pedroso e João Félix Pereira (cf. *supra*, 2.1.6.), que tiveram de optar por uma transcrição estrangeira ou criar uma própria. Das transcrições existentes, Gonçalves Viana preferiria a romena, porque ela já constitui uma transcrição do alfabeto cirílico em alfabeto latino, com a desvantagem, contudo, de ter diacríticos.

Da comparação entre as transcrições praticadas por aqueles dois autores portugueses, retira Gonçalves Viana a necessidade de aplicar o critério da uniformidade da representação do mesmo som no mesmo contexto, como sucede por exemplo com -v, -f ou -ff final das palavras russas, devendo a transcrição *romanizada* assentar numa *translitteração científica* (p. 70), ou seja: sem informação prévia sobre as características fonológicas do russo, de molde a definir os traços pertinentes do seu sistema, dificilmente se realizará uma transcrição adequada à sua realidade, e sem variantes. A proposta de Gonçalves Viana consiste, então, na adaptação de uma transcrição fonética que diferencie as letras com o mesmo valor por meio de diacríticos convencionados, use *h* como diacrítico (*kh, ch*)

e acrescente os grafemas requeridos pela grafia portuguesa, no sentido de dar *feição portuguesa* sobretudo aos vocábulos já introduzidos ou a introduzir na língua portuguesa (*step~estepe, kremlin~crémline*, por ex.).

Ao contrário dos três anteriores, os dois artigos referentes à **Transcrição portuguesa de nomes próprios e comuns pertencentes a idiomas falados nas colônias portuguesas** (Revista Lusitana, II, pp. 56-67 e pp.143-155) são publicados na ortografia reformada do autor. Neles, o filólogo trata da adaptação à ortografia portuguesa de nomes oriundos de línguas africanas e asiáticas, à semelhança do que sucede nas ortografias inglesa, francesa e alemã, que grafam as palavras com essas origens em função da pronúncia nas respectivas línguas, integração ortográfica que, no entender de Gonçalves Viana, evidenciaria e até reforçaria a *autoridade moral ou material nesses pontos* (Transcr., p.56). Em tais casos, a ortografia a aplicar é *tradicional*, a dos *cronistas e escritores* anteriores ao século XIX, configurada pelos grafemas do alfabeto latino adoptados à *fisionomia étnica* portuguesa, em substituição de grafias “desnacionalizadas”, ou seja, transmitidas por outras línguas. A respeito das vantagens dessa grafias interrogava-se o autor nos termos seguintes:

“¿ Que vantagem haveria, pois, em desnaturalizarmos a nossa nomenclatura geográfica e etnográfica com adopção de símbolos exóticos, como k, y, w, impedindo assim a fusão no tesouro comum das dições patrias, a muitos vocábulos interessantíssimos, que se tornam em breve elementos indispensáveis da linguagem de tantos conterrâneos nossos, que residem além-mar ? (p. 57).

Ora, se a ortografia portuguesa tem soluções para a representação de todos os sons das línguas locais, tanto africanas como asiáticas, a resposta à pergunta acima só pode ser negativa, porque os três grafemas referidos podem ser substituídos respectivamente por <qu> ou <c>, consoante os contextos vocálicos, e por <i> e <o>, como se vê em *Kongo-Congo, Kilwa-Quiloa, Nyassa-Niaça* (p. 57). O mesmo poder-se-á aplicar aos grupos <ch>, <sh> e <sch>, substituídos por <x>, grafia da fricativa palatal surda (*xeque*). Para Gonçalves Viana, tratava-se apenas de restituir estes e outros nomes à ortografia anterior à interferência dos escritores românticos, os quais haviam recorrido às grafias para criarem ambientes exóticos.

Afora os argumentos de ordem estritamente gráfica, outros são aduzidos, de natureza extra-linguística e até subjectiva, a saber, o orgulho nacional, a afirmação da presença portuguesa em África, em especial perante a concorrência inglesa naquele continente, assim como o prestígio da língua portuguesa como língua internacional, argumentação tanto mais interessante quanto sabemos que em 1890 deu o Ultimatum, com a consequente ressaca de nacionalismo. Não deixam, por isso, de ser de alguma maneira premonitórias as palavras de Gonçalves Viana, quando refuta a adopção de um ortografia inglesa, ao mesmo tempo que confirmam quão íntima era a relação da ortografia com as questões acima enunciadas:

“(…) sejamos nós portugueses em Portugal e seus dominios, portugueses em tudo, que assim afirmamos a nossa valia com respeito ao que é da nação e a ela principalmente interessa. O cosmopolitismo em proveito da civilização jeral europeia é louvável e conveniente que se promova, sem quebra porém dos interêsses nacionais; e em serviço dêsse cosmopolitismo fomos nós dos primeiros a doptar a unificação métrica dos pesos e medidas, à cual o preconceito inglês se não sujeitou ainda, com prejuízo manifesto das suas relações comerciais e científicas com os outros povos. inglesarmo-nos ortográficamente em África nada traria a favor dêsse cosmopolitismo tão preconizado pelos que, abem dizer, são enjeitados de pátria; seria, repito, uma desnacionalização injustificável, leviana e tonta, de que os estrangeiros, que por toda a parte comnosco topam em África, tomariam prudente nota, como sendo mais um falso testemunho a invocarem de cuão pequena confiança temos nos nossos meios de acção e no nosso prestígio, para implantarmos e cultivarmos ali, por nossa conta, o arvoredado frondoso da civilização europeia, dando-lhe o tipo nacional que deve caracterizar toda a obra de Portugueses nesse importante empreendimento, para o cual, brade a cobiça e inveja inglesa quanto a injénita perfidia lhe aconselhar, somos ainda reconhecidamente a nação mais e melhor habilitada” (p. 59).

A adaptação ao português dos nomes africanos obedece, portanto, a uma prévia notação dos sons dos mesmos, completada por alguns diacríticos (por ex. o macron para indicar a vogal longa), por forma a permitir a representação de sons inexistentes em português, para depois serem grafados na escrita usual segundo a ortografia das **Bases** (1885). O mesmo princípio se estende aos crioulos de base portuguesa, como se conclui da **Notação rigorosa e comum para a representação dos sons e escrita dos vocábulos, pertencentes às linguas cafriais faladas em diversos pontos dos dominios portugueses e a outras da mesma familia** (p.62). Nas tabelas de

correspondências, apresentadas por Gonçalves Viana, nota-se que a acentuação gráfica aplicada às palavras africanas se faz nas mesmas condições que em português; do mesmo modo, a representação consonântica segue as propostas das **Bases**, isto é, prevê a substituição de <qu> por <cu>, de <g> por <j>, e a conservação da distinção entre <ch> e <x>, correspondente, nas línguas transcritas, a realizações diferentes, africada num caso e fricativa em outro. Porém, exclui-se da tabela o grafema <s>, grafando-se <ç^{a, o, u} - c^{e, i}> em seu lugar, visto aquele ter diversos valores em português e poder criar ambiguidade quanto ao seu valor; do mesmo modo, o dígrafo <lh> não figura na notação porque não representa qualquer fonema das línguas em causa. Por outro lado, Gonçalves Viana introduz a grafia <fi> para grafar o *h* aspirado sonoro, distinto do *h* aspirado surdo grafado por <h>. Por último, refere-se o autor à transcrição dos *sons simples*, grafados por <ch, gu, nh, ng, qu>, e, sobretudo, às dificuldades de composição tipográfica, pois numa transcrição rigorosa os dois elementos deveriam aparecer ligados, à semelhança das antigas ligações de *ct* e *st*, num mesmo tipo, descritas pelo ortógrafo setecentista Monte Carmelo (cf. supra, I), constrangimento que o sónico Barbosa Leão tentara resolver, mandando fundir tipos adequados à representação do valor dos dígrafos <nh> e <lh>.

Maiores dificuldades se colocam, porém, à **Transcrição portuguesa de nomes próprios e comuns pertencentes a idiomas falados nas colônias portuguesas (Ásia)**, devido à natureza da escritas das línguas em questão, apesar de o próprio Gonçalves Viana já ter ensaiado uma pronúncia figurada no **Nomenclator. Índice de todos os nomes próprios de pessoas, nações, localidades, etc. e bem assim de alguns apelativos, mencionados no texto do Compêndio de História Universal de Consiglieri Pedroso** (2ª ed., Lisboa, 1884).

A transcrição deve partir de uma classificação das consoantes portuguesas, no sentido de se verificar quais têm paralelo nas línguas orientais, ao invés do procedimento usado por Vasconcelos Abreu, que adoptara uma *transliteração científica monogramática*. Confrontados os sistemas de transcrição de Bopp e de Vasconcelos Abreu, seguindo de perto a deste orientalista, Viana opta por uma transcrição usual, que constitui uma versão intermédia entre a transliteração científica e a *romanceação*, ou seja, a total latinização. Assim, por um lado, o filólogo suprime a vírgula voltada, assim como os sinais diacríticos superiores e

inferiores, indicativos das ordens palatal e cacuminal, a geminação dos símbolos das dentais (tt, dd, nn, ll) para representar as cacuminais, o fi sonoro e o traço que corta v; por outro lado, usa o acento grave em substituição do sinal de vogal longa. Embora os dois artigos sobre **A transcrição** sigam os preceitos ortográficos das **Bases** (1885), o segundo apelido do autor não foi simplificado (*Gonçalves Vianna*).

Afora os estudos e artigos acima mencionados, nos primeiros anos do nosso século o incansável labor de Gonçalves Viana frutificou em várias publicações a seguir arroladas, sendo que algumas delas deram corpo à **Ortografia Nacional** (1904), depois de adaptadas à ortografia simplificada do autor: **Bases de transcrição portuguesa de nomes estrangeiros** (1900), **Proposta de um Questionário para se formularem as regras de orthographia portuguesa uniforme tendo-se em atenção as principais divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana** (Proposta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa na sessão ordinaria de 10 de maio de 1900, Lisboa, Typographia da Academia, 1900; republicada no **Boletim da Segunda Classe**, I, Lisboa, 1903, pp.304-318.), **As Orthographias Portuguesas. Estudo das suas anomalias e meio de as remediar, instituindo-se ortografia nacional** (Lisboa, Typ. da Academia, 1902, com um prefácio de 20 de Dezembro de 1902; Questionário das pp. XXVII-XL e Respostas pp.1-118), *Respostas aos quesitos do Questionário orthographico* (em 1901), **Boletim de 2ª Classe** (Academia das Ciências, I, 1903, p.131-134), *Portugais. Phonétique et Phonologie. Morphologie. Textes* (Leipzig, Treubner, 1903, IV+148pp).

Note-se que as **Bases de Transcrição Portuguesa de Nomes Estrangeiros** são o produto da incumbência que havia sido dada a Viana pela Comissão para a Revisão da Nomenclatura Geographica Portuguesa (Portaria Régia de 10 de Maio de 1900), nomeada pela Direcção Geral de Instrução Pública do Ministério do Reino; essas **Bases** foram apresentadas e publicadas com a ortografia etimológica do autor. Delas consta uma série de tabelas com as equivalências entre os valores dos grafemas de várias línguas e os valores dos grafemas portugueses.

Para além do Questionário e das Respostas aos Quesitos (cf. supra), dos trabalhos acima, vale a pena destacar **As Orthographias Portuguesas** (1902), onde

Viana volta a expender, de forma clara e inequívoca, os princípios basilares de uma ortografia “nacional”, adjectivo que traduz a verdadeira dimensão do problema ortográfico, pelo que constitui a pedra de toque da doutrina ortográfica do autor. Quer dizer: qualquer que seja o rumo da reforma, ela deve produzir uma ortografia que reúna as variedades individuais, sociais e regionais, unificação que os etimológicos reivindicavam por meio da etimologia, como se viu em F. Monteiro Leite (cf. II, 3.2.1.1.)

A génese deste opúsculo, ao qual já nos referimos antes, está na sessão de 21 de Dezembro de 1899 da assembleia geral da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde Alberto Alexandre Girard, sócio efectivo da 1ª classe e administrador da tipografia da instituição, expusera a situação ortográfica de uma memória do também sócio efectivo Virgílio Machado, escrita em *orthographia peculiar* e afastada da habitualmente usada nas publicações académicas. Meses mais tarde, em sessão de 5 de Maio de 1900, por proposta de Guilherme de Vasconcelos Abreu, a Segunda Classe decidiu que o próprio Gonçalves Viana fizesse a leitura de um Questionário ortográfico que, nas palavras do próprio, se conservava manuscrito desde havia muito, sendo conhecido, no entanto, do referido orientalista. Como é sabido, para frustração do autor, o resultado dessa leitura e da consulta aos sócios redundou no arrastamento do assunto até 1901, e, até, na sua paragem, não só por falta de motivação dos académicos como também pelas dúvidas suscitadas pelos artigos 20 e 21, isto é, as perguntas em que se iniciava a discussão de propostas concretas (generalização da *simplicidade logica* a todas as palavras e a fixação do uso de ç, lh, nh, j, dos acentos agudo e circunflexo, e do til), ao invés das anteriores que diziam respeito aos pressupostos teóricos da ortografia, quer dizer, às generalidades.

Enquanto isto, paralelamente ao *caos orthographico* denunciado por Gonçalves Viana, traduzido na proliferação de variantes mais ou menos excêntricas, em especial as da imprensa diária (pp. XVIII-XIX), uma plêiade de filólogos e escritores adoptara a chamada ortografia *rigorosamente etymologica*, ainda assim com variantes ao nível da acentuação gráfica. Seguem esta tendência A. A. Cortesão, A. Garcia de Vasconcelos, A. J. Gonçalves Guimarães (cf. infra, 3.2.), A. Epifânio da Silva Dias, Cândido de Figueiredo, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, F. Adolfo

Coelho, F. J. de Sousa Gomes, G. Vasconcelos Abreu, J. Leite de Vasconcelos, Júlio Moreira e, obviamente, o próprio Gonçalves Viana, que o apresenta no opúsculo sobre **As orthographias** e nos estudos em que não segue as **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), como já se disse, não obstante repudiar essa ortografia etimológica, devido à sua feição erudita. A outra ortografia referida pelo autor é a *tradicional, cientificamente regularizada em todas as suas minudencias* (p.XIX), baseada no estudo histórico da língua, na qual foram provisoriamente preservados *h* inicial e *ex* (=eis), apesar de julgar conveniente proscriver um e dissolver o outro, mas foram suprimidas as unidades gráficas supérfluas. Os preceitos indispensáveis a uma ortografia nacional são os mesmos que já enunciara na **Exposição da Pronúncia Norma Portuguesa** (1892), a saber: proscrição de todas as grafias relativas à etimologia grega, redução das consoantes dobradas, salvo <-rr-> e <-ss->, supressão das consoantes mudas, quando não afectam o timbre da vogal antecedente e regularização da acentuação gráfica (**As orth.**, p.XXI e **Exp.**, p.)¹¹.

Subsistem, todavia, aspectos de carácter geral ou particular cuja resolução é mais delicada porque se prendem com a pronúncia e a sua variação. Têm carácter geral os seguintes: persistência de <h> inicial que, numa primeira fase, pode ser eliminado das palavras em que é pseudo-etimológico (*ontem*), o emprego de <i> ou <e> inicial, com valor de [i] (*evitar-egual* ou *igual*), a escolha entre <o> ou <u> átonos (*moral-mural*), problema relativo ao vocalismo não acentuado (*formosura-formusura, porteiro-purteiro*), que não se manifesta no Brasil, a escolha entre <o>-<u> e <e>-<i> átonos, antes ou depois de vogal (*desfear-desfiar, soar-suar*)¹², cuja resolução passa pela analogia ou etimologia. Têm carácter especial aqueles aspectos que decorrem da variação dialectal, como sucede com o emprego de <e> ou <i> átono antes de <nh, lh, x, ch, j> (*lenheiro* < lenha, *linheiro* < linho), a escolha entre <a> ou <e> tónicos antes de <nh> (*lanho-lenho*), o emprego de *ô* ou *ou* (*osso-ouço*), o uso de <e> ou <ei>, visto o ditongo decrescente monotongar nos

¹¹ Entre a **Exposição** (1892, p. 96) e as **As orthographias** (1902, p.XXI) existem diferenças na apresentação destes princípios, em particular nos acentos: naquela, o acento agudo marca as tónicas grafadas com <y>, <i>, <u> e <a> (*symbolos, etymologia, influam, gráfica*), mas não sucede assim na segunda.

¹² As formas rizotónicas dos verbos em *-iar* (*odiar, negociar*) mudam o <i> em <e>, por ex. *odeio, negoceio*, de acordo com a sua pronúncia.

dialectos meridionais (*cera-seira*), uso de <e> ou de <i>, antes de *s* seguido de consoante (*pescar-piscar*), a distinção entre <x> e <ch>, <ç> e <s> inicial, <ç> e <ss>, o emprego de <ce-, ci-> e <se-, si->, a distinção entre <z> e <s> intervocálicos ou finais.

Com grandes cortes e alterações gráficas fruto da adaptação ao sistema reformado de Gonçalves Viana, dado que fica reduzido a três das vinte seis páginas publicadas pela Tipographia da Academia, o autor repetirá alguns parágrafos deste opúsculo no **Prefácio da Ortografia Nacional** (1904), aquela que é, de facto, a obra-mestra dos seus estudos metaortográficos. Nela vamos deter-nos de seguida.

2.3. A “Ortografia Nacional”

A publicação da **Ortografia Nacional** é uma manifestação do inconformismo de Gonçalves Viana perante o rumo que levava a discussão Académica sobre as respostas ao seu Questionário ortográfico, como dissemos mais acima (cf. supra, II, 2.3.). Depois da tentativa infrutífera de fazer passar a Academia das intenções às soluções concretas, porquanto para efeitos práticos e conclusivos, quer dizer, em termos de votação-aprovação de um sistema gráfico uniforme, dali nada saiu, resolve Gonçalves Viana reunir, aprofundar e ampliar o que haviam sido as suas respostas aos quesitos e alguns dos seus estudos anteriores, numa obra de longo fôlego (454p.) – a **Ortografia Nacional** (1904).

Esta é, sem dúvida, uma das obras angulares para a compreensão da problemática ortográfica na transição do século XIX para o nosso século, tanto mais que ela está apoiada no que de mais recente existia sobre os sistemas de escrita e a ortografia de várias línguas, bem como em profundo conhecimento das fontes portuguesas, aspectos que, por si sós, dizem da importância desta obra, no quadro das ideias ortográficas nos alvares do século XX, e da singularidade da estatura intelectual deste ilustre filólogo.

Como já avançámos, a obra adapta alguns dos trabalhos precedentes do autor e constitui a sua resposta aos quesitos do Questionário que apresentara à Academia. O título denota o objectivo nuclear da obra – congregar as variantes diafásicas, diastráticas e diatópicas num mesmo sistema gráfico. Se esta ideia já tinha sido

proclamada em estudos anteriores, aqui ela consolida-se pela circunstanciada justificação de todas as soluções à luz da dinâmica linguística sincrónica e da história que lhes está na génese. O subtítulo **Simplificação e Uniformização Sistemática das Ortografias Portuguesas** aponta as duas vertentes da questão ortográfica: uma implica o despojamento da carga erudita da chamada “ortografia usual”; a outra refere as noções de unicidade e sistematicidade inerentes a qualquer “ortografia”, no singular, como requer a própria etimologia do termo.

Ao objectivo enunciado acima, vários problemas se colocam, alguns dos quais conduziram ortógrafos oitocentistas e novecentistas a abdicar de uma reforma, a saber, a ausência de unidade na pronúncia e a perda da filiação gráfica. Ora, indistamente da naturalidade dos falantes e escreventes, o primeiro desse obstáculos é anulado pela selecção de um modelo que não pode basear-se nos dialectos cujos traços são diferenciados pelo seu conservadorismo, embora também não deva excluí-los, pois deverá reter sobretudo aquilo a que o filólogo chama de *pronúncias legítimas* (p.3), quer dizer, a estrutura fonológica, fazendo abstracção do que não tem valor fonológico ou distintivo. De qualquer maneira, a ortografia não deve incorporar grafias que reflitam uma realização não generalizada, porque nela devem rever-se todas as variantes regionais, princípio que Gonçalves Viana comenta ao dizer que a “A língua portuguesa não é sómente para o centro do reino, mas do mesmo modo para todo êle, e de necessidade se torna que a sua escrita não dissimule nem contradiga fenómenos legítimos e incontrastáveis, ou racionais e valiosos da pronúncia” (p.142), esclarecendo depois: “se fôssemos a pautar a escrita pela pronúncia sómente de Lisboa, teríamos de escrever *sâi*, *fâitor*, e também *osso* de *ouço*, *impar* de *empar*, *enformar* de *informar*, etc. É pois o respeito pelas pronúncias dialectais e históricas que mantém essas distinções” (p.148).

Definida pela neutralização dos rasgos dialectais mais salientes, pelo seu carácter mais urbano do que rural, a língua padrão é apanágio das pessoas cultas ou instruídas e localiza-se entre Coimbra e Lisboa: “há (...) entre Coimbra e Lisboa, um padrão medio, do qual procuram apossimar-se as pessoas cultas e que tende a absorver as particularidades dialectais, não só nesse centro, mas também nas cidades e povoações mais relacionadas com êle, em rejiões mais distantes” (p.23).

A teoria geral que preside à **Ortografia Nacional** é expandida, de resto, em três preceitos ou corolários, consubstanciados nas soluções que adiante comentaremos: a distintividade fônica como reflexo da distintividade gráfica, estabelecimento de uma ortografia comum sem fazer prescrição ortoépica e subsistência das grafias etimológicas justificadas pela história da língua. Por outro lado, regista-se na **Ortografia Nacional**, ou não fosse Gonçalves Viana um romanista, a comparência sistemática da relação com as línguas da família românica, cujas ortografias constituem, quer pelo parentesco, quer pela proximidade fonológica e morfológica, o modelo de uma reforma da portuguesa pautada pela simplicidade, racionalidade, coerência e adequação das soluções à tradição linguística que traduzem. De facto, as referências às ortografias espanhola e italiana não apenas são frequentes como são um argumento recorrente do autor. Das muitas existentes ao longo da obra, veja-se uma em que a aproximação a essas ortografias reformadas é declarada simultaneamente com o afastamento da ortografia francesa, cujo estado não tem, pelo contrário, nada a invejar:

“Não há vantagem neste francesismo anacrónico, de conservar os exajerados vestíjios da ortografia alatinada de nomes gregos, já abandonado em Espanha e nas nações escandinavas, e nunca seguido em Itália e nos países esclavónicos. Os dois idiomas cultos que mais se apossimam do português, pela sua fonolojia e morfolojia, são o italiano e o espanhol, e nestas denominações genéricas compreende grande parte dos diferentes dialectos románicos falados em Itália e em Espanha. Pelas ortografias destas duas nações é sensato que pautemos a nossa, simplificando-a, em vez de a complicarmos com os arrebiques inúteis, risíveis alguns dêles, que vemos nos modos de escrever usados em França e Inglaterra; herança incômoda do pedantismo dos séculos XVI e XVII, que se pôde estabelecer, se bem que não sem protestos cordatos e enérgicos, porque nesses tempos a cultura literária era privilégio de poucos, uma prenda aristocrática, ou hierática” (p. 42).

Dado que já foram enunciadas as dificuldades gráficas a resolver (cf. *supra*, *passim*) para se chegar a um sistema com as vertentes referidas, atentemos, pois, nas definições essenciais da doutrina de Gonçalves Viana, na **Ortografia Nacional**.

Vejam-se, em particular, os conceitos de alfabeto e de letra, visto estarem subjacentes a qualquer sistema gráfico: o primeiro é o *sistema de escrita* ou o *abecedário romano herdado, modificado lentamente por caracteres subsidiários e*

por vários sinais diacríticos (p.24); o segundo corresponde a cada um dos símbolos desse inventário, denominado alfabeto para a escrita latina e *abecedário* para a portuguesa (capítulo VI - Ampliação do abecedário português, pp. 217-286). Do critério da distintividade, isto é, da correspondência entre grafemas e unidades fónicas, resulta um sistema gráfico português que compreende unidades como <á, â, ã, é, ê, e, í, ó, ô, õ, u, b, c, ç, ch, d, f, g, gu, h, j, (k), l, lh, m, n, nh, p, qu, r, rr, s, ss, t, v, (w), x, (y), z> (p. 28).

No tratamento do abecedário, um aspecto constante entre os ortógrafos (cf. supra, I e II) é a questão da designação das letras, e o filólogo não é excepção, adoptando, porém, o sistema do dinamarquês Erasmo Rask e um procedimento inabitual, ao apresentar as denominações das *à, è, ò, i, u*, em primeiro lugar, seguidas das denominações consonânticas ordenadas em função da sua inscrição no grupo dos explosivos, dos contínuos, especiais, a saber, *bê, dê, guê, pê, tê; éfe, éje, éle, éme, éne, érre, ésse, éve, éxe, éze; cê, cê cedilhado, gá, hagá, kapa, éu (w), éi (y), cê hagá, éle hagá, éne hagá* (p.219).

Outro conceito relevante na doutrina metaotográfica do autor é a noção de *sistema*, implícita na própria enumeração das unidades compreendidas no abecedário da escrita portuguesa: ao identificar os traços pertinentes e ao criar uma rede de relações opositivas entre os grafemas de molde a representarem o essencial do sistema fonológico, mais do que um mero inventário ordenado à maneira latina, independentemente de integrar ou não os grafemas excedentários <k> e <y>, o conjunto das unidades gráficas acima assume uma natureza sistemática. Consoante a importância da componente etimológica no sistema, assim ele será mais ou menos *racional ou sinjelo*, como os sistemas castelhano e italiano, repetidas vezes citados como exemplos de sistemas simplificados.

Atender à vertente sincrónica (sistema fonético-fonológico) do sistema gráfico significa proceder à descrição dos sons do português nas suas relações sistemáticas e realizações concretas, aspecto que Gonçalves viana já havia desenvolvido com todo o pormenor na **Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa (1892)**, estudo que lhe servirá no momento de questionar as várias hipóteses de representação das unidades identificadas. Porém, em atenção ao princípio da *escrita comum* e da *ortografia nacional*, as variantes de uma mesma unidade não devem ser reproduzidas no plano

gráfico, embora devem figurar numa transcrição científica, na qual é legítimo usar tantos diacríticos quantos sejam necessários, de molde a denotarem variações mais subtis.

Assim, nas unidades arroladas acima, detectam-se numerosos casos de homofonia, fruto da evolução fonética que nivelou antigas oposições e, por consequência, a desfuncionalização das distinções gráficas. À homofonia e sua repercussão no sistema gráfico, soma-se outro problema – a homografia. De facto, em obediência ao princípio da distintividade gráfica, e também semântica, a intervenção reformadora de Gonçalves Viana visa minimizar os efeitos da ambiguidade, por meio da fixação do uso das unidades homofonemáticas, por um lado, e por meio de diacríticos a homografia, por outro lado.

Da componente etimológica do sistema concebido por Gonçalves Viana, resultam, contudo, alguns casos de homofonia, mas ela subsistiu devido ao princípio geral da *escrita comum*, que determina que o sistema gráfico sirva todas as variantes, sem privilegiar uma delas, objectivo que não se atingiria num sistema mais fonético do que fonológico, desprovido de uma série de oposições grafemáticas baseadas na história da língua. Do compromisso entre a sincronia, perspectiva de racionalização e economia que fundamenta a simplificação do sistema em geral, e em particular as soluções que adiante examinaremos, e a diacronia, perspectiva que injecta no sistema uma componente abstracta, não vinculada a uma única realização concreta em especial, resulta, então, um sistema misto.

Atentemos, pois, no sistema gráfico proposto pelo reformador.

2.3.1. Plano alfabético

No âmbito do plano alfabético do sistema exposto na **Ortografia Nacional** tratar-se-á da representação do vocalismo, dos diacríticos, e do consonantismo, apoiada nos dois princípios estruturadores do sistema – o fonético-fonológico e o etimológico ou histórico. Dada a estrutura da obra, que retoma os mesmos assuntos em diversos capítulos, optámos por uma análise abrangente, de molde a simplificar o comentário das soluções e da doutrina que lhes está subjacente. Note-se, ainda, que prescindimos de uma apreciação sistemática e exaustiva da pronúncia portuguesa, tal

qual ela foi descrita por Gonçalves Viana, nos seus estudos sobre fonética e fonologia portuguesas, porquanto existe um estudo sobre esse aspecto específico da investigação vianense¹³; atemo-nos, por isso, aos dados referidos na **Ortografia Nacional**.

2.3.1.1. Representação do vocalismo

Gonçalves Viana define o vocalismo como o sistema das vogais e ditongos de uma língua, cuja representação gráfica deve atender sobretudo à natureza dos vocábulos quanto à posição da sílaba tónica. Assim, a grafia das vogais faz-se em atenção à sua posição e timbre, em vocábulos que podem ser oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos, sendo que a maior parte das palavras portuguesas apresenta do segundo tipo acentual.

Com base na modalidade falada na região centro do país, o filólogo procede, então, à identificação das vogais portuguesas, orais e nasais, transcritas no seu particular alfabeto fonético. São elas: *à, a, a, ã, è, ê, e, ě, í, î, ï, ò, ô, õ, u, ũ*. Porque o traço mais relevante é a oposição entre vogais abertas e fechadas, e não se prevê a inclusão de novos grafemas para traduzirem tais distinções, tira-se rendimento dos cinco grafemas tradicionais <a, e, i, o, o> graças à acentuação, único expediente que possibilita a identificação do valor desses grafemas, pelo menos nos casos em que o contexto não é suficiente para evitar ambiguidades ou confusões na leitura. Para além disso, a grafia das átonas constitui outra das áreas problemáticas do sistema gráfico, em particular em sílaba pretónica.

Em sílaba tónica, o grafema <a>, representa sempre uma vogal aberta, seja nas palavras esdrúxulas, seja nas graves ou nas oxítonas (*asiático, aspiradas, alvará*), embora acompanhado de um acento, conforme os princípios da acentuação gráfica. Existe, contudo, um caso de oposição entre [a] e [α] em sílaba tónica, nas primeiras pessoas do plural do pretérito e presente dos verbos da primeira conjugação,

¹³ Cf. Jorge Morais Barbosa, *Notas sobre a pronúncia portuguesa nos últimos cem anos*, **Biblos**, vol. LXIV, 1988, pp. 329-382; do mesmo autor, acrescentem-se: **Études de phonologie portugaise**, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, sobretudo 1.2-16, e **Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português**, Almedina, 1994, *passim*.

atribuída ao dialecto da região central, em particular a Lisboa¹⁴, cuja distinção significativa é relevante; marcada por meio de um acento agudo, tal distinção cai no âmbito da homografia. Às palavras nesta situação, ou seja, às que se escrevem com os mesmos grafemas, mas se pronunciam diferentemente, estando por isso sujeitas a confusão, chama Gonçalves *parónimas*. Essa confusão diz respeito ao timbre vocálico ou ao lugar do acento (*louvâmos-louvâmos*, *contínua-continua*, *público-publico*). Em sílaba pretónica, o grafema <a> corresponde a uma vogal fechada (*arroz*, *armazém*, *barão*, *lavara*, *passim*), com excepção de palavras que têm uma tónica secundária, vestígio de uma antiga crase após síncope de consoante intervocálica (*pãdeiro*, p.157), situação que, por gerar ambiguidade na leitura, é objecto de acentuação, como adiante observaremos.

Em sílaba tónica, o grafema <e> corresponde a [ɛ] ou [e], distinção marcada nas palavras esdrúxulas com o acento agudo ou circunflexo (*pêssego*); nas graves, marca-se apenas a vogal fechada em caso de homografia (*sêde-sede*). A realização de <e> átono inicial reveste-se também de interesse, já que se realiza [e] ou [i], e até [ɛ] (*irguer-èrguer*, *irói-èrói* p.151), flutuação que justifica a adopção de uma solução que recubra todas as variações de realização, ao invés do que havia proposto pelo menos um dos sónicos oitocentistas, ao adoptar <i> correspondente a [i] (cf. supra, II, 2.1.6.). À semelhança de <a>, também <e> átono pode ser aberto quando provém de uma antiga crase (*crèdor*, *bèsteiro*, *prègar*, p.157), motivo por que requer o acento grave para denotar esse valor.

Os problemas que afectam o grafema <i> em sílaba tónica prendem-se apenas com a marcação da sua tonicidade nos proparoxítonos e nas sequências vocálicas que não formam ditongo (*ídolo*, *saía*). Colocada a hipótese de substituir nesses casos o acento agudo pelo circunflexo, ventilada com anterioridade pelo setecentista D.

¹⁴ Cf. p.141: “Há uma distinção ortográfica, a qual se foi estabelecendo em homenagem á pronúncia do eentro do reino, principalmente a de Lisboa. Refiro-me á diferença que se faz na escrita entre a 1ª pessoa do plural do presente do do indicativo dos verbos da conjugação em -ar, e análoga linguagem do pretérito perfeito: **louvamos** (= *louvâmos*), e **louvâmos**. Sómente em uma parte do reino se pronuncia fechada a vogal *a*, tónica, antes de m, n, nh, como em *mama*, *mana*, *manha*. As ditas linguajens são lá [no Porto] pronunciadas ambas com *á* aberto, *louvâmos*, e no Alentejo e outras rejões ambas com a fechado, *louvâmos*. Como, porém, na pronunicação mais geral se faz a distinção, parece que se deve de preferência acentuar gráficamente o pretérito *louvâmos* por constituir a excepção á regra do a fechado antes de nasal, com quanto a diferença em muitas rejões de Portugal fique sendo meramente gráfica, e se não observe entre o presente e o perfeito dos verbos regulares das conjugações em -er, -ir, e em vários irregulares”.

Jerónimo Contador de Argote (1725; cf. 2º vol., Anexo I) e pelo lexicógrafo e gramático oitocentista Solano Constâncio (1836), essa alteração não se afigura despropositada a Gonçalves Viana, porquanto ela permitiria distingui-lo do <i>, mais aberto, realizado junto de lateral homossilábica (*pildora*) ou no ditongo grafado <iu> (*riu, saíu*), que se verifica *na pronúncia do sul, a começar do Mondego* (pp.165-166). Ainda assim, as possíveis vantagens desse uso não vingaram no sistema da **Ortografia Nacional**. Em sílaba átona, a realização dissimilada de <i> está na gênese de grafias como *devidir, ministro, melitar*, e semelhantes, nas quais o foneticista mantém o <i> latino, em obediência a razões de ordem diacrónica e sincrónica: por um lado, a introdução por via erudita e a não evolução fonética denunciada na escrita, por outro lado, o facto de a pronúncia brasileira corrente ser [i], e não [ə], e bem assim a dos *puristas exajerados* (p.101), conquanto <e> seja muito antigo naquele contexto. Todavia, à luz do princípio da pronúncia geral e desafectada da maior parte das pessoas, Gonçalves Viana ponderara a pertinência da grafia <e>, nos exemplos acima e em outros, como *vezinho* ou *semelhante*, sendo que destes prevaleceu o segundo até aos nossos dias¹⁵.

O grafema <o> coloca os mesmos problemas que apontámos a propósito de <e>, em sílaba tónica. Assim, na tónica, ele pode corresponder a uma vogal aberta ou fechada; nos proparoxítonos, a aberta é marcada com acento agudo (*cónego, cómodo*); nos paroxítonos, a distinção entre a tónica [ɔ] e [o] fica assegurada pelo acento circunflexo na fechada, ao invés da aberta, que dispensa o agudo por ter o som alfabético (*corte-côrte*, p.176). Idêntica função cumpre o acento grave ao neutralizar a ambiguidade gráfica relativa ao timbre de vogais átonas (*mòlhinho-molhinho, dòninha-doninha*, p.194). De facto, à semelhança de <e>, também este grafema pode corresponder a uma vogal aberta em sílaba átona (*còrar*), realização que, por ser excepcional, deve ser registada, motivo por que outrora até era grafadas

¹⁵ Cf. p. 99: “Não é recomendável a grafia com i nesta classe de palavras, pois está em oposição com a pronúncia geral, quer a popular, quer a de gente culta, na sua grande maioria, quando fala desafectadamente. além destas razões, o i é muitos desses vocábulos contra a verdadeira etimologia. (...) O e da primeira sílaba é uma dissimilação antiga, que ainda subsiste na pronúncia, tanto do português, como do castelhano, do provençal e do catalão, *vecino, vezins, vehí*, e o vocábulo foi sempre escrito com e. É certo que Bluteau traz a ortografia com i, conjuntamente com a anterior. A razão é que já no seu tempo, e mesmo antes, se começara a reformar artificialmente, por padrões latinos, a boa escrita do português, desdenhando-se as formas intermédias”. Cf. também p. 151.

com vogal dobrada com valor diacrítico (cf. 2º vol., Anexo I). Nas restantes ocorrências de <o>, em sílaba átona, ele equivale a [u], criando dúvidas que são dirimidas pela analogia e pela derivação, dificuldade que, pelo contrário, não se coloca aos brasileiros, que *diferenciam o de u, antes da sílaba tónica do vocábulo* (p.18). Por último, sem variações de timbre tanto em sílaba tónica como em átona, <u> é marcado com o acento agudo nos esdrúxulos, ainda que Gonçalves Viana entenda ser mais distintivo o circunflexo, solução que não chega a aplicar; quando átono, depois de <q> e <g>, leva, porém, acento grave para indicar que é articulado, por oposição aos casos em que não é proferido, e o mesmo se verifica nas sequências vocálicas (*saùdar*).

2.3.1.2. Vogais nasais

A grafia das vogais nasais também carecia de regulação, sobretudo em posição final, pois existiam flutuações no uso de <-n>, <-m> e de til sobre a vogal nasal. Embora desse a preferência ao til em posição final, visto já ter sido introduzido nas transcrições científicas, o filólogo acaba por adoptar soluções diferentes para [ĩ], [õ] e [ü] e [ã] finais, a saber, <-m, -n+s> para os três primeiros (*fim-fins, som-sons, um-uns*), e <-ã> para o último (*lã, maçã*), em nome do uso geral. Em posição interior, excepto junto de <p, b>, a nasalidade vocálica é grafada com <n>. A propósito das grafias <en-> e <in-> iniciais, Viana descreve a confusão fónica e até gráfica entre palavras distintas como *entender e intender, empar e impar, enformar e informar*, motivo por que reprova a uniformização dessas formas por meio de <in->, ao arpejo da pronúncia mais geral [ẽ]¹⁶. Recorde-se que António Feliciano de Castilho foi um dos autores a adoptar essa solução gráfica (cf. supra, II). Por último, uma palavra sobre o grafema <y>, marca da etimologia grega: o reformador estipula a sua proscricção nos vocábulos portugueses e aportuguesados, nos quais é substituído por <i> (*yacht~iate, asylo~asilo, Polycarpo~Policarpo*, p.288). Suprimem-se, de igual

¹⁶ Cf. p. 98: “Creio que actualmente haverá poucos homens de letras que sigam esta escrita, a qual carece de fundamento lójico, e não representa a pronúncia geral, pois no sul no reino (Alentejo e Algarve) essa sílaba inicial átona é proferida ẽ e não ã, como acontece no centro e norte. entendo, pois, que tal alteração não merece ser imitada nem aprovada”.

modo, os seus usos pseudo-etimológicos, nomeadamente a representação distintiva da semivogal palatal das sequências vocálicas portuguesas (*Arroyos~Arroios, Foya-Foia, Fayal~Faial, sayote~saiote*, p.86), e bem assim na grafia das palavras de origem indígena brasileira, tanto de topónimos como de nomes comuns (*Guarany~guarani, Piauí~Pauhy, Paraty~Parati, jaboty~jaboti*, p.87), porque os falantes portugueses e brasileiros ali o realizam como [i]¹⁷. Posto isto, apesar de <y> pertencer ao grupo dos caracteres supérfluos, tal como <k, w>, poderá constar do alfabeto por necessário à representação de nomes estrangeiros (p. 219).

2.3.1.3. Ditongos

A representação dos ditongos orais e nasais registava acusada variação gráfica. Definidos como a reunião de *uma vogal junta com uma semivogal* (p. 29), os ditongos podem ser decrescentes ou crescentes, se bem que, para o filólogo, em português só os primeiros – *ài, ai, au, èi, ei, èu, êu, ìu, òi, ôi, ou, ui* – deveriam, em rigor, denominar-se assim. Nos ditongos, a variação gráfica devia-se ao facto de a chamada vogal subjuntiva, isto é a átona, ora ser grafada com <i, u>, ora com <e, o>, situação agravada pelo acrescentamento de acentos em alguns sistemas. Dessas duas tendências, Gonçalves Viana opta pela primeira, em consonância com a *escrita antiga predominante* e o uso moderno mais geral (p. 130), conquanto a regulamentação do emprego, por exemplo de <ai-ae> ou <au-ao>, seja difícil. De facto, apesar de o critério histórico fundamentar o emprego de <ae> nos plurais dos nomes (*canaes, faroes, azues*, p. 289), e em várias segundas e terceiras pessoas verbais (*roes, vae, vaes, sae*), essa solução afastar-se-ia das segundas pessoas do plural desses verbos (*amais, deveis*); a isto soma-se um aspecto de ordem prática – a adopção de <e, o> prejudicaria a aplicação de uma acentuação distintiva. Assim, para além da representação da semivogal por meio de <i, u>, a simplificação do sistema passa pela distinção dos pares gráficos <éi-ei>, <éu-eu>, <ói-oi>

¹⁷ As antigas grafias resultavam da tentativa de representar realizações das línguas indígenas; cf. p.87: “(...) empregaram esta letra de dois modos: primeiro para o *i* assilábico; segundo, com ou sem acento diacrítico, para a designação de uma vogal especial do tupi-guarani, que denominaram *i* grosso, análoga ao *y* polaco, e ao *i* dos Açores antes de vogal, como em *navio*, e em outras circunstâncias ainda. Deu-se-lhe a duplicidade de funções, que se lhe dava em parte em português e castelhano”.

correspondentes aos ditongos [ɛj]-[ej], [ɛw]-[ew] e [ɔj]-[oj], nas palavras *réis-reis*, *léu-leu* e *faróis-bois* (p.131).

Já no que toca às sequências vocálicas em que <e, o> átonos não formam ditongo (*cear*, *voar*, *leão*), apoiado na analogia e na etimologia, critérios que emprestam coerência gráfica às palavras de um mesmo paradigma, o filólogo mantém aquelas grafias, não obstante realizarem-se, respectivamente, como [i] e [u].

Alguns ditongos decrescentes atestam variações regionais, como [ej], realizado[ɔj] em Lisboa; contudo, essa realização é levada em consideração na grafia <ei>. Com respeito à alternância entre [ow] ou [o] e [oj], Gonçalves Viana admite preferências individuais, e ele próprio opta pela primeira realização: assim, quem pronunciar [ow] ou [o] escreverá <ou>, e quem realizar [oj] grafará <oi>, não estando prevista, portanto, uma grafia para a realização monotongada, uma vez que esta não reflectiria a realização do ditongo, nas regiões onde ele se mantém. Na verdade, <ou> é descrito pelo filólogo como um *digramma* representativo da *pronúncia meridional moderna ô* (p. 406).

Ao contrário dos anteriores, para grafar os ditongos nasais *ãi*, *ã*, *õi*, *ũ*, *ãu* não se lhe afigura ser vantajosa a substituição de <e, o> por <i, u>, adoptando-se <ãi>, <õi> e <ãu>, o segundo dos quais foi proposto por Gonçalves Guimarães (1903) e, antes deste, pelo sónico portuense Barbosa Leão (1878/1886) e o açoriano Corte-Real (1877; cf. *supra*, II, 2.5.1.).

Nas ideias ortográficas, pelo menos no capítulo das soluções relativas aos ditongos nasais, cabe uma parte de leão ao ditongo [ãw]. Com efeito, o debate à volta das soluções para grafar este ditongo tónico ou átono é tão constante quanto é inconstante o uso por parte dos autores. Como é sabido, a questão decorre do facto de esse ditongo aparecer quer em nomes, quer em verbos, podendo ser tónico ou átono em uns e outros, pelo que, inevitavelmente, o problema gráfico adquire implicações morfogramáticas. Nestas condições, Gonçalves Viana adopta o princípio da dupla grafia dotada de valor morfogramático, isto é, possuidora de pertinência gramatical, por garantir a identificação semântica das formas verbais, que colocavam a principal dificuldade: por um lado, os nomes são grafados com <-ão>, seja átono, seja tónico, embora no primeiro caso leve acento para marcar a tónica (*Cristóvão*, *Estêvão*, *órfão*, *sótão* - *oração*, pp.136-137); por outro lado, as formas com ditongo

átono, da terceira pessoa do plural do presente e pretérito perfeito do indicativo, distinguir-se-ão das formas do futuro do indicativo, nas quais o ditongo é tónico (*amam, amaram-amarão*, p.135). Estas grafias são justificadas em nome da distintividade e da economia acentual. Para grafar o ditongo [ɛj], a solução passa por <-em>, grafia analógica de <-am>, ainda que reprovada por alguns autores, como comenta o filólogo ao dizer que “(...) um mau representante de um ditongo nasal é a grafia **em**, e não tem sofrido impugnação de ninguém, nem os doutos citados [Leite de Vasconcelos, Júlio Moreira e Epifânio Dias] a rejeitem” (p.135), para depois acrescentar uma proposta de distinção baseada na acentuação:

“Por analogia com **-am** átono de verbos, e **-ão** tónico e átono de nomes, poderia restabelecer-se a antiga grafia **-ɛi = ɛi**, para êste ditongo nasal, nas mesmas circunstâncias. Conquanto ela nos cause estranheza hoje, está em harmonia com estourtras, **ãe, õe**, e foi muito usada pelos antigos escritores, para quem foram a bem dizer facultativos **ão e am, -ɛe e em**. A ser admitida, reservar-se-ia, como digo, a escrita **em** para as terminações átonas dos verbos e para os monossílabos **em, nem, sem**, que sempre são átonos, e **quem**, que o é muitas vezes, escrevendo-se **ɛe** nas terminações tónicas dos verbos, e em todos os nomes; naquelles em que **ɛe** fosse átono, marcar-se-ia a sílaba tónica com acento: *pôrem, porɛe, contem, contɛe, contɛem* (...); *armazɛe, almárjɛe*, etc. Ficaria, pois, a escrita do ditongo **ɛi**, conforme as condições apontadas, fixada em **ee** e **em**, em harmonia com a do ditongo **ãu**, figurado ora por **ão**, ora por **am**, como disse. Se a repugnância em restabelecer o digrama **ɛe** for invencível e no intuito de alterar o menos possível modos de escrever que são já de uso geral, poderemos fazer a distinção entre *em* tónico e *em* átono, simplesmente, marcando o primeiro com o acento agudo, por ser menos frequente: *contem, contém, almarjem, armazenem*. É que pratiquei neste opúsculo” (pp. 137-138).

Como é sabido, a primeira proposta não encontrou acolhimento na Comissão de Reforma, mas vingou a distinção entre o ditongo tónico e o átono por meio do acento agudo.

Já referimos que também os ditongos nasais registam variações, como a de [ɛj], realizado como [ãj], em Lisboa, enquanto que nos dialectos setentrionais *ou se profere como em Lisboa, ou conserva a vogal tónica nasal o seu antigo valor ɛ*, no Alentejo e Algarve (dialectos meridionais) o ditongo monotonga, reduzindo-se a [ɛ]. À semelhança da diferenciação de [ej] em [αj], por não ser geral a confusão entre o

ditongo [ɛj] e [ãj], Gonçalves Viana mantém as duas grafias <ãe> e <em-en> (*pães*, *bem-bens*), oposição que abrange, assim, as realizações de todas as regiões, sem privilegiar em especial o falar da capital, posição que esclarece dizendo que “(...) os poetas do reino rimam sem escrúpulo *mãe* com *bem*, *pães* com *vinténs*. Não creio porém que haja quem defenda a unificação em uma só grafia, *ãe*, destes dois ditongos, que em muitos pontos do reino se distinguem perfeitamente ainda, como se distinguiam em toda a parte há sessenta anos ou oitenta anos, e como continuam a diferenciar-se no Brasil, no Alentejo e no Algarve” (p. 148).

Acrescente-se, ainda, uma nota acerca da representação da nasalidade na flexão verbal: as formas verbais de *ter*, *ver*, *crer*, *vir*, *dar*, em cuja flexão, de acordo com a fala culta de Lisboa, ocorrem *ãi* e *êãi*, isto é, sequências vocálicas realizadas como [ɛj] e [ejɛj], são grafadas como *tem*, *vem* (pron. *tãi*, *vãi*) e *teem*, *veem* (pron. *tãi*, *vãi* ou *tãii*, *vãii*), por um lado, e, por outro, como *lêem*, *vêem*, *crêem*, *dêem* (pron. *vêi*, *vêi*, *lêi*, *crêi*, *dêi*).

Como a transcrição da pronúncia indica, a distinção entre a primeira categoria e a segunda explica-se pela realização de um ou dois ditongos nasais consecutivos naquela – note-se a oscilação da pronúncia descrita por Gonçalves Viana – e a articulação de [e] antes do ditongo nasal nesta. Sem ser em posição final, <n> substituíra <m> (*vens*, *tens*), como estava previsto para a representação da nasalidade em interior de palavra. Mas o filólogo apontava sobretudo a necessidade de evitar a ambiguidade entre *veem* (*ver*) de *vêem* (*ver*), formas tantas vezes confundidas nos vários sistemas gráficos então em circulação.

2.3.1.4. Diacríticos

Apesar de já referidos acima, vale a pena atentar com mais pormenor no uso dos diacríticos, porque é uma das pedras angulares da reforma proposta por Gonçalves Viana. Antes de mais, importa definir o âmbito do conceito de acentuação gráfica, que não se confunde com a *acentuação melódica* ou *entoação*, na medida em que diz respeito às palavras sem atender à sua integração em frases, onde elas adquirem uma acentuação própria, dependente das precedentes e seguintes. Assim sendo, de acordo com o número de sílabas das palavras portuguesas (monossílabos,

dissílabos e polissílabos) e a distribuição do acento prosódico pelas três últimas sílabas, à semelhança do latim, a acentuação tem sobretudo carácter distintivo das excepções com respeito aos paradigmas acentuais, ou dos casos ambíguos: “acentuar-se hão, pois, sómente as excepções ás regras gerais, e distinguir-se hão vocábulos escritos com as mesmas letras, porém com pronúncia diversa. Teremos dêste modo acentuação gráfica metódica, e fundada nas propriedades fonolójicas da língua portuguesa” (p.160). O sistema ideal é, contudo, o castelhano, porque atende à *acentuação pronunciada*, tanto mais que nessa língua não ocorrem oposições entre tónicas abertas e fechadas, situação bem diferente da ortografia portuguesa devido precisamente às características do seu sistema fonológico.

Em português, são geralmente acentuados os vocábulos *ocsítonos* com tónica aberta ou fechada, seguida ou não de *s*, como em *alvará(s)*, *pá(s)*, *mercê(s)*, *avó(s)*, *avô(s)*, assim como as palavras paroxítonas não terminadas em vogal <a, e, o>, seguida ou não de *s*, como *açúcar*, *carácter*, *órfão*, *quási*, *tribu*, *alférez*, *abdómen* (p.173), e todas as propatoxítonas com tónica aberta ou fechada; mas dispensam acentuação as restantes situações.

Diacrítico da tonicidade por excelência, o acento agudo emprega-se nos casos em que ele é relevante de acordo com as condições silábicas acima expostas. Assim, sendo, este acento ocorre nos casos seguintes: na tónica aberta dos paroxítonos em geral, na vogal antecedente de nasal e para diferenciar os parónimos. O circunflexo assinala, ao invés do anterior, a tónica fechada, para além de distinguir parónimos. Ao acento grave cabem, por sua vez, as funções de marca da abertura de vogais átonas, incluindo as das contracções (*á*), solução divergente das **Bases** (*à*; cf. supra, II, 2.1.7.), e de indicador da realização do suporte vocálico de <q> e <g>, nas sequências vocálicas que não constituem ditongo. O agudo indica a tónica aberta [a], [ɛ], [ɔ], evita ambiguidade nas sequências vocálicas e distingue parónimos (*dá*, *sé*, *saía*, *ataúde*, *para-Pará*, *vencerá-vencera*, *público-publico*), ao passo que o circunflexo indica a tónica fechada (*louvâmos-louvâmos*, *sé-sê*, p.165) e também distingue parónimos. Por contrariar o princípio da economia e de racionalidade que preside à acentuação gráfica, não se aplicam, de forma generalizada, o acento agudo e o grave nas palavras graves, em especial nos parónimos (*sêde-sede*, *côrte-corte*, *escôva-escova*, *lêmos-Lemos*, p.176), apenas sendo marcados os vocábulos cuja

tónica é fechada. A este propósito, importa frisar que a alternância vocálica [ɔ]-[o] entre formas masculinas e femininas ou entre formas do plural e do singular não é assinalada (*ovo-ovos*), salvo se houver paronímia (*espóso-esposo, espôsa-esposa, almôço-almóço*). Dispensa-se, portanto, o acento nas palavras graves com tónica aberta (*corte=córte*) e nos monossílabos (*dor, ler*).

De acordo com a pronúncia do *dialecto comum*, Gonçalves Viana defende que a tonicidade das vogais junto de uma nasal seja realçada pelo acento agudo, já que elas se realizam como nasais ou nasalizadas nesse contexto, pelo que o acento agudo é mera marca da posição da tónica (*concéntrico, brónzeo, cándido, ánsia*); porém, também em conformidade com a realização de Lisboa, sempre que nos paroxítonos ocorrerem [ɛ] e [ɔ] tónicos antes de nasal, acentuar-se-ão com o agudo (*génio, gémeo, género, nónio, génese*, p.179), não obstante existir uma realização fechada em outros dialectos¹⁸. De facto, o filólogo examina pormenorizadamente a questão do valor de <e, o>, com base na pronúncia da capital: nas palavras esdrúxulas, conserva-se [ɛ] e [ɔ] tónicos junto de nasal, excepto por ex. em *sêmea* e *fêmea*, às quais se poderia, contudo, aplicar o agudo; nas palavras graves (*leme, fome, Vénis, bónus*) também a tónica é aberta, mesmo nas palavras e nomes oriundos de outras línguas (*tromb[ɔ]ne, Manzóni*); nas graves, em *-a, -o*, é mais frequente a realização [e] e [o] junto de nasal (*remo*¹⁹, *gema, pena, mono*); do mesmo modo, <o> junto de nasal palatal (*vergonha, bisonho*) realiza-se fechado e, por outro lado, nesse contexto [e] realiza-se como [ɛ] (*lânha, lânho*, p.181), ambos sem levarem acento. Relativamente a estas e outras oscilações de pronúncia, segundo Gonçalves Viana, o princípio a aplicar consiste em captar as realizações gerais, pois ao invés do que postulavam alguns ortógrafos e gramáticos oitocentistas a “ortografia não prescreve preceitos de pronúncia, a não ser nos casos em que êles sejam de aplicação geral, comum a todas as regiões onde se fala português, como o são as regras relativas à sílaba predominante de qualquer vocábulo que, com poucas excepções, é comum a todos os dialectos portugueses do reino e do Brasil” (p.181).

¹⁸ Segundo o filólogo, na Beira alta predomina a realização fechada (*acadêmico, gênero, gêmeo, gênio, cômodo, Vênus*, p.180), aquela que até hoje prevalece no Brasil e está na base do princípio da dupla acentuação dos acordos ortográficos, de molde a respeitar a realização dominante em cada país.

¹⁹ Hoje tem, geralmente, tónica aberta (r[e]mo).

A acentuação tem a função de opor duas ou mais palavras homógrafas (*parónimos*), em casos distintos dos padrões gerais, como por ex. *pára-para-Pará*, *pélo-péla*, e outros, nos quais, dependendo do timbre da tónica, o agudo ou o circunflexo servem para diferenciar os nomes próprios dos comuns concomitantemente com a maiúscula de palavra (*Pôrto-porto*, *Estrêla-estrela*, *Rebêlo*, *Rêgo*); aos anteriores, juntam-se todos os pares de homógrafas (*Fêz-fez*). O acento agudo serve, ainda, para marcar a vogal que numa sequência que não forma ditongo com a seguinte ou a anterior (*país*, *saía*, *caírem*), mas desta regra retiram-se todos os paroxítonos ou oxítonos cuja vogal prepositiva é tónica (*praia*, *poeira*, *avaliai*, *arruou*), e bem assim os encontros vocálicos, que não são acentuados (*moeda*, *poeta*, *piorno*, *lioz*, *fiel*).

Diferente da função do acento agudo e do circunflexo, é a função do grave, que por um lado denota a abertura (valor alfabético) das vogais átonas, sobretudo quando existe uma homógrafa com vogal fechada (*àquele-aquele*, *paúlada*, *àparte*, *Sàbor-sabor*, p.194), e, por outro lado, assinala a realização do suporte vocálico de <q, g> em palavras como *freqüente*, *ungüento*, *eqüideo*, *argüente*, *argüir* (p.200), solução que parece todavia estar condicionada pela hipótese de substituição de <qu> por <cu> e de <gu> por um símbolo específico a determinar²⁰. Em qualquer dos exemplos precedentes, em vez do trema (*ápices*) Gonçalves Viana opta pelo acento grave (p.197), ficando aquele sinal reservado sobretudo para as transcrições ou adaptação ortográfica de palavras estrangeiras, se bem que no campo das propostas, ele pudesse destinar-se também para grafar o valor de <e> junto de palatal chiante, lateral ou nasal:

“Varia tanto a pronúncia do *e*, não aberto, antes da consoante palatal, *x*, *ch*, *j*, *lh*, *nh*, e no ditongo *ei*, que seria muito conveniente a adopção de um sinal diferente do acento circunflexo, para indicar que êsse *e* não é aberto, e que o seu valor varia de província para província, mantendo-se, porém, sempre distinto daquêle. Os dois pontos sobrepostos (...) poderiam designar êsse *e* de valôr incerto, quando se torne necessário indicá-lo, quer marcando o acento tónico como em *ameijoa*, vocábulo esdrúxulo, quer

²⁰ Cf. p.200: “A adoptar-se a escrita *cu* em vez de *qu* para *equestre*, *eqüideo* (*ecuestre*, *ecuideo*), por exemplo, conviria introduzir um símbolo especial para o *gu* de *argüir*, com *u* proferido, diferente do *gu*, com *u* nulo, de seguir, a fim de se não resolver po modos diversos a mesma dificuldade homográfica. Poderíamos, pois, reservar o *g*, diferente de *g*, para tais vocábulos, escrevendo *arguir* e *seguir*. Não seria isto mais que continuarmos a tradição aumentando o número de letras do abecedário”.

nos livros de ensino, em outros quaisquer vocábulos, como *reis*, diferente de *réis*; o de *sêlha*, diferente do *e* de *vêlha*; *fêcha*, cujo e também se diferencia do de *frêcha*; *rêjo*, a par de *rêje*, *envêja*, *Têjo*, etc. Serviria aqui, pois, êste sinal diacrítico para denotar um valor do *e* análogo ao do *ö* em alemão e sueco, conquanto não seja com êle idéntico, e que em Lisboa tem o valor de *ã*" (p.201). Este diacrítico aplica-se igualmente na transcrição do *i* açoriano (p. 218).

Afora os diacríticos acima – acentos e trema –, o filólogo propõe outros que aparecem na transcrições dos livros de ensino (*figuração da pronúncia*, p.238), como sucede com o sinal (°), para assinalar sem equívocos o *e surdo*, ou o *a fechado* átono, em vez da *bráquia* ou *semi-círculo* (∪), cuja função nas obras de fonética é indicar a quantidade breve, por oposição ao mácron (-), sinal de longa (p. 201)

Curiosamente, a formulação no condicional das propostas que envolvem a adopção de novos símbolos (*seria muito conveniente...*, *seria este um emprêgo...*, pp.200-201), parece indiciar que elas não eram o principal objectivo das modificações a introduzir na ortografia, contrastando com o tom assertivo com que apresenta outras aspectos da reforma.

2.3.1.5. Representação do consonantismo

À semelhança do vocalismo, a representação gráfica do consonantismo atende quer ao princípio fonético, quer ao etimológico, conciliados no mesmo sistema de molde a englobar as variantes decorrentes da sua historicidade. Neste campo da ortografia, a aplicação do primeiro desses princípios determina, desde logo, a simplificação das grafias duplas, a proscrição de boa parte dos grafemas não articulados e dos dígrafos cultos, provenientes da imitação da etimologia latina e grega.

Encontramo-nos, pois, perante um dos aspectos em que a ortografia vai ver restringida a sua componente etimológica, que havia sido sustentada pela *falsa teoria* de que ela apontava a verdadeira origem das palavras, tanto mais que muitas vezes a suposta etimologia não era mais do que pseudo-etimologia, porque a verdadeira se perdera na noite dos tempos. Amparada na conservação fiel da etimologia e no uso geral, segundo Viana, a ortografia etimológica caracteriza-se pelas *feições*

anacrónicas de ortografias estranhas, ouriçando os vocábulos de letras inúteis, que a maioria das vezes só são etimológicas para quem está ao facto do que seja verdadeira etimologia (p.37). Por isso, a simplificação ortográfica, favorecedora da expansão da leitura e da escrita, e, por conseguinte, da instrução em geral, assenta numa redução significativa do material inútil para a pronúncia, do qual os aspectos acima enumerados eram parte importante.

No que às grafias duplas diz respeito, com base no critério da redução da homofonia do sistema gráfico, Gonçalves Viana estipula a simplificação de todas essas geminadas gráficas, com excepção de <mm, nn, rr, ss>, sempre que os respectivos valores se distingam dos das correspondentes simples (*abade, socôrro, acender, adição, afecto...prorrogar, assentimento, emmalar, ennastrar*, pp. 288-289); <mm, nn> são justificadas pelo facto de o primeiro elemento marcar a nasalidade da vogal antecedente.

À supressão das chamadas consoantes mudas ou *nulas*, como as denomina o reformador, preside igualmente o princípio fonético (*escripto~escrito, dicto~dito, solemne~solene, psalmo~salmo*, p.289), excepto quando <a, e, o> átonos são abertos, situação em que esses grafemas inarticulados, vestígio da etimologia, têm função diacrítica (*acção, predilecção, exceptuar*), ou quando são pronunciadas facultativamente, ou, ainda, sempre que sejam proferidas em palavras pertencentes ao mesmo paradigma (*Egipto~Egito-egípcio, excepto~exceto-excepção*).

Quanto aos dígrafos cultos <ch, ph, rh, th>, isto é, às chamadas consoantes *aspiradas*, postula Gonçalves Viana a sua substituição pelos grafemas simples <c-qu, f, r, t>, por exemplo em *coro (choro), Aquiles (Achilles), filosofia (Philosophia), retórica (rhetorica), trono (throno)*, à semelhança do que já haviam proposto António José Viale (1807-1889) e António de Serpa Pimentel²¹ (1825-1900), em pareceres sobre a reforma ortográfica (1856). De todos, o grupo que colocava maiores dificuldades era <ch>, por corresponder a duas soluções diferentes, consoante as vogais: antes de <e, i>, é substituído por <qu>, e por <c> com as restantes vogais (*chimica-química, cherubim-querubim, parocho-pároco*, p. 288). Às

²¹ Estadista, escritor e jornalista, era formado em Matemática e lente na Escola Politécnica, foi uma figura saliente do Partido Regenerador, tendo sucedido a Fontes Pereira de Melo na chefia do partido (1887).

supressões e substituições precedentes, junta o reformador a de <h> interior, posição onde essa simplificação *causará menor estranheza* que a de <h> inicial etimológico, conservado a título provisório (*compreender, inibir, inábil*, p.61, *harmonia*, p.288); do mesmo modo, é suprimido o <h> diacrítico (*ai, sair*).

A persistência de uma série de grafemas homofónicos é determinada pelo princípio etimológico ou pela história da língua, ou seja, a historicidade do sistema linguístico fundamenta soluções gráficas que teriam de privilegiar uma variante (Lisboa, por ex.), caso se lhes aplicasse o princípio fonético (pronúncia).

De facto, uma vez excluídas as grafias duplas e os dígrafos cultos, e exceptuados os contextos de ocorrência de <c, qu> e <g, gu> antes mencionados, a grafia das oclusivas (*divíduas* ou *explosivas*) dentais não se reveste de dificuldades, mas já o mesmo não sucede com a grafia das fricativas sibilantes e palatais. No referente à heterografia do par de oclusivas velares (*guturais* ou *póstero-palatais*), há que estabelecer a distribuição das grafias <c, qu> e <g, gu>, atentando no facto de o suporte vocálico de <qu, gu> ora ser articulado, ora inarticulado: assim, a oclusiva velar surda, seguida de vogal central ou posterior, é grafada simplesmente por <c>, mas quando é proferido (*quatro, quartel*, p.201) o elemento vocálico [kw] antes dessas vogais, grafa-se com <qu>; junto de vogais anteriores, esta oclusiva é representada por <qu>, seja ou não articulado o referido suporte (*quente, freqüente*); para a grafia da oclusiva velar sonora, admitem-se duas grafias, isto é, <g^{a, o, u}>, sem suporte, e <gu^a> com suporte, em função da pronúncia (*guarda*), por um lado, e <gu^{e, i}> quer seja ou não preferido o suporte (*guerra, arguir*, p.200), por outro lado.

Ora, a grafia da oclusiva velar surda seguida de vogal anterior constituía precisamente uma das propostas mais arrojadas das **Bases** (1885). Gonçalves Viana retoma-a na **Ortografia Nacional**: propõe a substituição de <qu^{e, i}> por <cu^{e, i}>, sempre que se profira a sequência [kw] (*qual, quociente-ecuestre, ecuidade*, p.91), sem se recorrer, portanto, à acentuação da vogal átona com o acento grave (*freqüente, unguento*). Em relação a esta solução, na doutrina e na prática, regista-se uma diferença entre as **Bases** e a **Ortografia Nacional**, visto que naquelas o Viana e Vasconcelos Abreu parecem ser mais peremptórios, enquanto que nesta o filólogo parece ter inflectido a orientação prevista em 1885, ao adoptar outro expediente na sua prática (*freqüente, consequência*) – conservação de <qu> com um diacrítico. Na

verdade, o emprego de <cu> por <qu> parece implicar, segundo Gonçalves Viana, (p.90, 200) a consequente introdução de um símbolo para os casos em que o elemento vocálico de <gu> não se articula.

Nestas condições e em coerência com a pronúncia, o reformador propõe as grafias *catorze*, forma antiga, *cota e licor*, e *quantia, quantidade* (p.201).

Mais complexa é a heterografia das fricativas sibilantes e palatais, visto estarem envolvidos vários grafemas, por razões de ordem histórica, como já se disse. De facto, os pares de grafemas <s-, -ss->-<c^e, ç>, <-s->-<z> e <ch>-<x> são ditados por *distinções históricas e dialectais* não observadas no dialecto centro-meridional de Portugal, ou, se se preferir, na variedade padrão, reforçadas pelo conjunto de hábitos de escrita que dá pelo nome de tradição ortográfica, patente na língua literária de épocas passadas. A opção teórica, que já fora expendida nas **Bases**, é aqui de novo explicada nos termos seguintes:

“Na pronúncia do centro do reino, e na actual culta de tódo êle, são iguais entre si os seguintes símbolos: **ch** e **x**, **s** inicial, **ss** medial e **ç** ou **c** antes de **e**, **i**; **s** entre vogais e **z**. Não o são, porém, no falar do povo das províncias do norte, nas aldeias e campos sobretudo, nem o eram antigamente. É necessário (...) manter a distinção entre êstes símbolos, porque pertence á história da língua, e quási sempre se tem feito, e porque a abolição da diferença a deformaria e interromperia a sua continuidade literária, ao mesmo passo que a escrita deixaria de corresponder á pronúncia dialectal, que ainda distingue palavras em que essas letras figuram, e que se tornaram homónimas no idioma literário. São letras etimológicas dentro do português, repersentam factos fonéticos que lhe pertencem, ou pertenceram, e não devem ser menosprezados numa ortografia nacional, que represente o idioma nacional total até o presente, e haja de ser perdurável no futuro” (pp. 31-32).

Sublinhe-se o facto de Viana já então observar uma recessão dos traços fonéticos mais arcaizantes, cuja vitalidade era maior nos meios rurais do que nas cidades das regiões por eles caracterizadas. A preservação dessas distinções gráficas traduz a existência, em certas regiões do norte e nordeste²², de sibilantes apicais

²² Cf. p.147: “Os antigos, como ainda actualmente os trasmontanos e parte dos beirões e minhotos fazem distinção entre *ç* e *ss* ou *s* inicial, e entre *z* e *s* medial: assim, *paço* e *passo*, *cela* e *sela*, *cozer* e *coser* não eram antes nem são hoje ali confundidos, como o são no sul do reino actualmente, e desde o século XVII, pelo menos: o *s* e *ss* valiam *s*, e o *s* medial por *z*, subcuminais, convém saber, proferidos com o ápice da língua no ponto em que pronunciarmos com o ápice da língua no ponto em

opostas às sibilantes pré-dorsais, embora nas regiões centro e sul tal oposição tenha sido anulada em proveito das últimas, com a conseqüente homofonia dos pares gráficos. Invocando o testemunho de antigos ortografistas (cf. **Anexos, I**) como Duarte Nunes de Leão (1576) e Bento Pereira (1666), o próprio filólogo procura localizar e datar a confusão entre o par de pré-dorsodentais, grafadas <ç>, <c^e, i> e <z>, e o par de ápico-alveolares, grafadas com <s->, <-ss-> e <ss->:

“A confusão entre ç e s (ss), e z, -s- parece haver começado no sul, por meados do século XVII: Bento Pereira (...) já os não distingue, diferenciando ainda *ch* de *x*. Duarte Núñez do Leão parece já confundir em alguns vocábulos *z* e *s* medial; e na verdade vemos, mesmo nos *Lusíadas*, as seguintes rimas, que duvido possam ser levadas á conta das licenças poéticas (...): *Leoneses, portuguezes, vezes (...)*” (pp. 113-114).

Para Gonçalves Viana, se a simplificação do sistema se repercutisse também ao nível gráfico e se proscrevessem <ç> e <-s->, por exemplo, em benefício de <s> e <z>, os efeitos dessa reforma repercutir-se-iam num número muito significativo de palavras, para além de que essa modificação não teria fundamento histórico, nem representaria a pronúncia antiga, nem tão pouco as realizações dialectais do sistema de sibilantes. Por isso, neste ponto, leva a palma o princípio etimológico, apoiado na imitação dos escritores anteriores ao século XVII e de outros posteriores, como Alexandre Herculano, que já restabelecera muitas grafias abusivamente deformadas.

Posto isto, Viana avança três soluções alternativas, com vista à estabilização da distribuição dos grafemas. A primeira prevê a substituição de <ce, ci, ç>, com valor pré-dorsodental no centro e sul, por <s> inicial e <-ss-> interior, e bem assim o <-s-> com valor de *z* por <z>, mantendo-se <z> final, nas palavras oxítonas e seus plurais (*mez-mezes, cortez-cortezes, portuguez-portuguezes*, p. 112). Já a segunda estabelece a proscrição de <ç> inicial e <-s-> com valor de <-z->, mas manutenção de <ce, ci, ç> mediais, oriundos da assibilação de [ke], [ki] e [ti] latinos, para não *desfigurar* o grande número de palavras com <ce, ci>, à semelhança da solução adoptada pela Academia Espanhola. A terceira solução assenta no rigor etimológico em harmonia com a escrita antiga e a realização dos dialectos setentrionais, admitindo, por isso,

que pronunciamos o *r* de *querer*. A confusão deve ter-se manifestado no século XVII, começando talvez já no século XVI entre *z* e *s* medial”.

<s> representante de <s> latino, tanto surdo como sonoro, e duplicado em posição intervocálica, quando tem valor de inicial; <z> representante de <z>, de <ci ou ti> latinos, ou de <z> e <s> final, nos vocábulos de origem árabe; <ce, ci> e <ç>, resultantes de <ce, ci> e <ti> latinos, e de <ss>, de origem árabe, retomando o uso de <ç> inicial, correspondente a <z> castelhano e <ç> antigo. Destas soluções, o filólogo prefere a última por conjugar o rigor histórico e verdadeiramente etimológico (p.113), o respeito pelas variações dialectais e o uso dos sistemas ortográficos em circulação.

Ainda um aspecto merece a atenção do filólogo: a escolha entre <es> e de <ez> finais. Nos nomes comuns, após atentar nas grafias antigas, o autor opta pela primeira delas, por exemplo em *alferes*, *ourives*, *simples*²³, *cális*, *lápis* (contrastando com as formas modernas *cálice* e *lapizeira*), sem variação no plural, ao invés do que sucedia na língua antiga (*alfêrezes*, *ourivezes*, *simplezes*). Já para os patronímicos, recupera Gonçalves Viana a grafia <-ez>, em sílaba átona (*Henríquez*, *Díaz*, *Fernández*, p.118). Segundo o filólogo, ao indicar a tonicidade da sílaba final desde seiscentos, aquela grafia adquirira valor de posição, facto que decorria de em muitas palavras <z> ser etimológico (*feliz*, *arroz*, *feroz*, *capaz*, *surdez*). Nestas condições, era relevante corrigir e fixar o uso de <-z> e <-s> finais, de que são exemplo as grafias de *baptizar-analisar*, *ousar-gozar*, *noz-nós*, *çarça*, *suíço* (pp.119-120), fundadas na etimologia dos vocábulos. À semelhança destas, e com base no mesmo rigor etimológico ou histórico, o autor corrige outras grafias usuais, a saber, *sosegar*, *consertar*, *Sintra*, *Buçaco*, *açúcar*, em vez de *socegar*, *concertar*, *Cintra*, *Bussaco*, *assucar* (pp.120-121). Paralelamente, mas de forma pouco peremptória, propõe a supressão de <s> da sequência inicial *sce(e, i)* (*sciencia~ciência*).

Tal como para as fricativas sibilantes, a distribuição de <x> e <ch> estriba no princípio etimológico ou histórico, já que estas grafias correspondiam a realizações distintas, a saber, uma fricativa palatal e uma africada palatal, ambas surdas, vigentes até hoje, em certas regiões setentrionais, onde não se verifica, por conseguinte, o nivelamento patente nos falares centro-meridionais, nos quais o

²³ Nas *Bases* (1885) aceitava, porém, *simplez* e *ourivez-ourivezaria*; cf. p.10.

desafricamento levou à homofonia dessas grafias. É em nome dessa variação que se mantêm duas soluções gráficas (*xá-chá, seixo-fecho, buxo-bucho*).

Diferente é a situação da representação gráfica dos outros valores de <x>, em palavras como *fixo, expor, auxílio* e *mixto* (p.68), para os quais Gonçalves Viana apresenta quatro hipóteses de representação, em consonância com as diferentes realizações. Assim, poderá manter-se quer no prefixo *ex-*, onde tem valor de *(e)is*, devido às variações dialectais e individuais que regista, e por ser pouco frequente (*exercer, exército, extemporâneo*), quer em posição interior (*sexto~seisto, texto~teisto*), conquanto admita a sua substituição por *eis*, pronunciado como *is* ou *eis*; acaba, contudo, por conservá-lo em ambas as posições²⁴; ao mesmo tempo, rejeita o uso abusivo de <x> por <s> (*extranho~estranho, estrangeiro~estrangeiro, exfôrço~esforço, exgotar~esgotar*, p. 69). Nas palavras eruditas ou cultas em que <x> corresponde a [ks], Viana propõe, e assim pratica na **Ortografia Nacional**, a grafia <cs>, amparada na pronúncia latina desse grafema (*ficso, convecso, ocsijénio, ocsítano*, p. 69) e nas vantagens que essa grafia traz à translineação²⁵, solução que também adoptara Gonçalves Guimarães (1903), mas não aparecia nas **Bases**²⁶ (1885). Antes de consoante, <x> equivale a uma sibilante palatalizada (*misto*); em posição final, Gonçalves Viana mantém a grafia <-z> (*feroz, atroz*). Realizado como sibilante, em posição intervocálica, propõe então o filólogo a grafia <ss> (*aussílio, próssimo*), análogica de *disse* (ant. *dixe*), na qual o <x> foi substituído por <-ss->. Afora estas realizações e respectivas grafias, o foneticista e filólogo refere, ainda, a redução da semivogal dos ditongos junto de <x> (*baxo* por *baixo, roxo* por *roixo*, p.71).

À vista das soluções acima, <x> fica então reservado para os valores *(e)is* e fricativo palatal, aplicando-se-lhe neste caso um ponto superior, por imitação de *j*,

²⁴ Cf. p.68: "(...) conservei-o em atenção a se me afirmar que mesmo o povo assim o pronuncia em Coimbra, afirmativa de que é lícito duvidar, visto que a antiga escrita é *sesto, texto* nunca foi palavra popular, e *pretexto* é geralmente pronunciado *pretêsto*".

²⁵ Cf. p. 70: "Ocorre ainda indicar outro embaraço causado pelo emprêgo de *x* com o valor de *cs*, e é não poder repartir-se qualquer vocábulo em sílabas: *sexo*, por exemplo, como há de ser dividido, *se-xo* ou *sex-o*? Qualquer d'estas divisões é errónea, pois metade do *x*, o *c* pertence á primeira sílaba, e a outra, o *s*, á segunda, porque não temos palavras que comecem pelo ditongo consonántico *cs*, visto que o *x* inicial vale sempre por fricativa palatina".

²⁶ Cf. **Bases**, pp. 11-12: "Conservamos a grafia *x* para representar os diferentes fonemas que de facto representa na língua portuguesa, porque não teos direito, nem Congresso nenhum, de impor pronúncia pela ortografia".

solução que seria desnecessária se vingasse a adopção da grafia <eis->. Como sabemos, nem uma nem a outra proposta foram recolhidas pelo Relatório da Comissão de Reforma de 1911.

Por último, uma pedra de toque da reforma proclamada na **Ortografia Nacional** é a representação sistemática da fricativa palatal sonora por meio de <j>, independentemente da sua distribuição: nesta alteração, que o próprio Gonçalves Viana considera um *passo agigantado no caminho da simplificação e regularidade da ortografia portuguesa*, o princípio fonético leva a melhor sobre a etimologia, em nome da qual os espanhóis tinham mantido a distinção entre <g^e.i> e <j^e.i>. Todavia, tal como para <h> inicial, admite uma espécie de “meia reforma” ao manter provisoriamente <g^e.i> etimológico, mas usa <j> em posição interior (*arranjar, arranjei, rejer, reja, loja-lojista*, p.110, *elejer, reajir, rejeitar, jeito* - Gil, p. 289).

A representação das laterais, das nasais e das vibrantes é menos problemática. Com respeito às primeiras, após a supressão das dobradas, nem a grafia única da lateral, nem a da lateral palatal, têm unidades concorrentes dentro do sistema; além disso, o dígrafo <lh> constitui uma das *feições peculiares* da ortografia portuguesa, distinguindo-a do castelhano. Quanto à grafia das nasais bilabial e alveolar, sublinhe-se que em poucas palavras <n> ocorre em posição final (*abdómen, monásticon*, p.133), com valor consonântico; que as grafias <mm> e <nn> se conservam porque os seus componentes são heterossilábicos, ou seja, um marca a nasalidade da vogal antecedente e o outro tem valor consonântico (*emmalar, ennastrar, immigrar, ennodar*). A palatal nasal é representada pelo dígrafo <nh>, antigo emblema gráfico da ortografia portuguesa, tal como <lh>.

Por fim, refira-se a doutrina relativa à distinção entre o grafema simples <r> e a grafia dobrada <-rr->. De facto, a segunda só ocorre em posição intervocálica para grafar a vibrante forte ou múltipla, mesmo nas palavras que apresentam os prefixos *pre-*, *pro-*, casos em que alguns ortografistas usavam o grafema simples com esse valor (*prorrogar*), no sentido a demonstrar a formação da palavra. Sem dobrar, em posição inicial e depois de sibilante, o grafema simples tem valor de vibrante forte, ao invés daquele que apresenta em posição intervocálica e nos grupos consonânticos (*reduzir, Israel - seguir, presente, imortal*).

Entre os vestígios da ortografia culta, contam-se também os grupos consonânticos, em particular os formados por uma oclusiva ou fricativa seguida de lateral, pois os grupos verdadeiramente vernáculos são os decorrem da dissimilação da lateral latina em vibrante, a saber, *br, cr, dr, fr, gr, pr, tr, vr* (p.72). A respeito de <cc>, <ct> e <pt> observam-se três situações: ambos os elementos são proferidos; o primeiro elemento é mudo, mas a vogal átona antecedente permanece aberta como se a consoante ainda se articulasse; *c* e *p* são inarticulados em certos vocábulos, mas articulam-se em outros. Nestas condições, grafa-se sempre a consoante proferida facultativamente (*secção, facto*); também se representa a consoante que influi na pronúncia da vogal precedente (*director, acção, preceptor*) e a consoante muda de palavras do mesmo paradigma (*Ejipto-ejípcio*) (p.73), mas são banidas em qualquer outro caso.

Em matéria de soluções gráficas, é de destacar, ainda, a estabilização da grafia do verbo “perguntar” e a fixação de outras em *per-* ou *pre-*. Com base nas formas populares *prèguntar* e *pròguntar* e na tradição gráfica patente nas fontes examinadas (pp.125-127), o filólogo opta por grafar *preguntar*, visto *perguntar* ser latinismo, *reversão de uma forma primitiva hipotética* (p.127), solução que acompanha a realização moderna *prejuízo* (ant. *perjuicio*).

Acrescente-se que a simplificação ortográfica se estende aos nomes próprios, que recebem o tratamento gráfico das restantes palavras; grafar-se-á, então, *Madalena, Inácio, Inês*, em vez de *Magdalena, Ignacio, Ignês* ou *Ignez*, embora o nome *Agnelo* mantenha <g>, devido à pronúncia (p.75).

2.3.2. Plano extra-alfabético

Afora a simplificação e unificação do uso dos grafemas alfabéticos, Gonçalves Viana atenta também no plano do sistema gráfico ao qual convenionámos chamar plano extra-alfabético (cf. supra, I, 4. e II, 6.), se bem que o filólogo não trate especificamente de todos os pontemas. Ainda assim, estipula o uso alguns pontemas quer da pontuação de palavra, quer da de frase: com respeito à primeira, define o emprego do apóstrofo, fixa o uso do hífen, quer lexical, quer de silábico ou de

translineação; quanto à segunda, ocupa-se dos pontos de interrogação e de exclamação, do travessão e dos parênteses redondos e rectos.

Quanto à pontuação de frase, apenas mereceram a atenção do reformador os pontemas que afectam um enunciado gráfico em toda a sua extensão, e não apenas segmentos mais ou menos extensos, visto representarem a entoação ou curva melódica da frase, fenómeno supra-segmental que, devido à sua natureza discreta, não é traduzido pelo carácter pontual dos pontemas, ou seja, os estes ocorrem num ponto preciso da sequência gráfica, enquanto que a entoação se verifica em extensão. Para obter um maior isomorfismo entre o plano gráfico e o fónico, Gonçalves Viana prevê, como já haviam sugerido sem grande impacto ortógrafos precedentes, a adopção de pontemas duplos, com uma unidade inicial, invertida [¿], ou não, e outra final, no sentido de se fazer uma inequívoca delimitação da entoação requerida pela interrogação ou pela exclamação, à semelhança do sistema gráfico espanhol. Esta assimilação da solução espanhola não significaria qualquer perda de autonomia do sistema gráfico português relativamente ao do país vizinho:

“Parece-me claro que usem os pontos denominados de interrogação e exclamação, invertidos ou sem inversão, no começo de qualquer frase, oração ou período, cujo valôr interrogativo ou exclamativo, e conseguintemente a sua entoação própria, não estejam determinados por construção sintáctica especial, isto independentemente da repetição desses sinais no fim. É êste o uso espanhol, muito sensato, e que merece a pena imitar-se. (...) O ponto de interrogação ou de exclamação inicial é tanto mais necessário em português, quanto é certo que na sua maioria as frases, que não começam por pronome ou advérbio, interrogativos, ou exclamativos, se não diferenciam das enunciativas, a não ser pela entoação especial; o que não acontece em outras línguas, como a francesa e as germánicas, em que há construção especial, ou as esclavónicas, que possuem partículas interrogativas, como a latina as possuía” (Ort., p. 203).

De resto, no **Questionário** (quesito nº 89) apresentado à Classe de Letras da Academia (1900), o autor havia aludido a esta solução, aplicável sobretudo às frases cuja extensão requeria uma marca desse tipo: “Convirá usar os pontos de admiração e interrogação invertidos [¿ ?] no começo de phrases interrogativas e exclamativas, como se faz em castelhano, ou usá-las no princípio e fim, sem se inverterem, todas as vezes que taes phrases forem longas em demasia ?” (**Boletim**, I, 1903, p.315; **Ort.**

p.XIV). Mais polémica que muitas das restantes perguntas, uma vez que visava sobretudo confirmar pela afirmativa a doutrina do inquiridor, a resposta afirmativa será sancionada pela Comissão reformadora de 1911, em cujo relatório se dita a “conveniência” do pontema duplo (*À imitação da ortografia espanhola, é conveniente assinalar com estes pontos o princípio de uma oração interrogativa ou exclamativa, invertendo-os, todas as vezes que ela excede quatro ou cinco palavras, para que essa oração seja logo devidamente entoada; ex. ¿Quando soubeste que a tua família chegava de fora hoje ?*). A solução não veio, no entanto, a implantar-se, devido seguramente a um sentimento de nacionalismo ortográfico. Mesmo depois da publicação do Relatório da Comissão reformadora de que fora relator, Gonçalves Viana continuará a preparar uma segunda edição da **Ortografia Nacional**, como se vê pelas notas manuscritas que, até 1913 (cf. infra, 2.3.3.), acrescentou a vários exemplares da referida obra (p.129, 200), na qual emprega esse pontema duplo.

Afora estes pontemas, dotados de valor modalizador, Gonçalves Viana ocupa-se igualmente de outras unidades pontuacionais, cujo valor pausal lhe mereceu alguma atenção. De facto, no âmbito do tratamento dos aspectos supra-segmentais, o foneticista já definira a pausa em 1892 (*...é a duração de silencio entre vocábulo e vocábulo, o intervallo de silencio entre elles*, p.25) e os meios gráficos que servem para representá-la, a saber, a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, os pontos suspensivos, correspondentes, respectivamente, a uma, uma e meia, duas, duas e meia e cinco, ou mais unidades de silêncio, às quais acrescenta o ponto (meia pausa, i.e. metade da duração da pausa representada pela vírgula), os três pontos (três unidades, para uma nova alínea) e os quatro pontos (quatro unidades, para um novo título ou secção).

Pertencente à pontuação de palavra, junto com o hífen, sob a designação de *sinais ortográficos*, o apóstrofo vê o seu emprego restringido aos casos, em que haja *supressão casual de uma letra* (p. 292). Porque correspondem a contracções antigas na língua, grafias como *n'este*, *n'um*, *dou-vo'los*, *davam-n'o*, *d'ármada* são inadmissíveis na ortografia portuguesa, tanto mais que se devem à imitação da ortografia francesa e carecem de sentido em português. Para além do carácter pouco distintivo deste sinal, o recurso ao apóstrofo não poderia ser generalizado devido à oscilação da realização em outros casos, como observa Gonçalves Viana ao

comentar que “(...) é sempre melhor que a ligação facultativa das partículas com os nomes se não indique, pois é lícito proferir, por exemplo, a locução *anel de ouro* quer como *anel d'ouro* quer como *anel di ouro*. A contínua repetição dêste sinal, como ausam os franceses, e ainda mais os catalães, é impertinente e inútil para a leitura” (p. 204).

No sistema, é mais pertinente o papel do hífen, porque tem uma função relevante na forma gráfica das palavras compostas, na ligação de partículas pronominais aos verbos e na translineação, processo em que assinala a divisão em final de linha.

Como marca gráfica da composição por justaposição, em palavras cujo sentido é distinto do sentido dos componentes individualmente considerados, os quais conservam o respectivo acento, apesar da junção, o hífen tem um importante papel no léxico (hífen lexical): assim, *pêra-formiga*, *louva-a-Deus*, *pau-ferro*, *porta-voz*, *livro-mestre*, *pára-raios*, *peixe-galo*, *mãe-d'agua*, *clara-bóia*, *flor-d' enxofre* (p.213), *maré-cheia*, *guarda-pó*, *guarda-jóias*, *água-raz*, *mólho-de-vilão*, *Trás-os-Montes*, *ai-Jesus* (p.193) diferem de *matacão*, *aguardente* ou *praça de armas*, *casa de campo*, *palácio de inverno*, uma vez que estes ou perderam a sua acentuação ou, conservando-a, mantêm também os seus significados naturais, ao passo que os componentes daqueles perdem o seu significado. Aos anteriores, acrescenta Gonçalves Viana exemplos do tipo daqueles que foram discutidos (e discutíveis) no projecto de 1986, por neles a supressão do hífen criar ambiguidade, a saber, *bem-aventurado*, *mal-aventurado*. Na verdade, estes opõem-se, por exemplo, a *malogrado*, cuja pronúncia geral determina a grafia (p.193).

Serve ainda o hífen para unir os componentes de topónimos como *Fonte-Sêca*, *Fonte-Alta*, *Fonte-Carriça*, *Fonte-da-Mó* (p.188), baseados na denominação de acidentes ou características dos lugares em que se situam.

O uso do hífen como marca da ligação de formas pronominais enclíticas ao verbo, associado em certas práticas ao apóstrofo, leva o filólogo a discorrer acerca de grafias injustificadas como *matal-o*, *tem-n'o*, *tem-l'o*, fruto de uma interpretação errónea do valor da lateral do pronome que se manteve depois de r, z, s; de resto, o autor explica a introdução de tais grafias, tão frequentes nos textos oitocentistas:

“Desde 1850, por influência de doutrinas fantasistas de alguns gramáticos, começou-se a dividir do verbo o seu complemento objectivo da terceira pessoa

considerando como tendo as formas **o, os, a, as**, unicamente, e essa divisão defeituosa é geralmente adoptada hoje. Assim também usa-se o apóstrofo, onde êle nada significa, em **n'um**, etc.(...) Nenhuma dúvida resta a quem estudou historicamente a língua que esta divisão é a única lejitima, e assim também **esperávamo-la, dá-vo-los**, etc., a que se reunirem em um só vocábulos aqueles elementos, o que eu não aconselharia. Examinemos estas expressões: *lo* é a antiga forma do artigo-pronome, que se mantém depois de formas verbais e pronominais em *r, z, s*, suprimindo-se êstes; no o mesmo pronome artigo, que se modificou, transformando-se o *l* em *n* por assimilação parcial do *l* á vogal ou ditongo nasal, quer termina certas formas verbais: assim *mata-lo* (dantes **matallo**), *mata-lo, tem-lo, di-lo*, estão por *matar-lo, mastas-lo, tens-lo, faz-lo, diz-lo* (...)" (pp. 206-207).

E insiste mais adiante: "É claro, pois, que na verdadeira divisão das palavras citadas o hífen deve anteceder o *l* ou *n* do acusativo do ponome pessoal da 3ª pessoa, e que se pode suprimir o apóstrofo por inútil; **matá-lo, tem-no, tem-lo, no, num**. Nem êste modo de dividir essas formas é uma inovação, mas sim uma renovação. Assim dividiu o verbo do seu complemento o Parnaso Lusitano, assim dividiram Herculano e Rebêlo da Silva, assim Ferreira Borjes, e assim dividia o próprio Diário do Govêrno até 1850" (p.212). Este uso do hífen integra-se naquilo a que Gonçalves Viana chama de *formas gramaticais (união dos pronomes átonos aos verbos e pronomes*, p.193), conceito equiparável ao do nosso hífen morfo-sintáctico ou hífen com função morfo-sintáctica.

Por último, como marca da translineação, o uso hífen pressupõe uma prévia definição dos princípios que fundamentam a divisão das palavras em sílabas, com vista à realização deste processo gráfico, mas não só. Ora, na doutrina metaotográfica encontrámos dois critérios de divisão, a saber, o fonético (sílabas fonéticas), e o etimológico (sílabas morfológicas). ambos são examinados por Gonçalves Viana, sendo que aos princípios doutriniais e fundamentos teóricos do filólogo só o primeiro deles se adequava, embora com algumas excepções. De facto, o reformador propugna o critério sincrónico da *soletração* em detrimento da *separação dos (...) elementos de derivação*, pois esta significa apelar à consciência diacrónica que a maior parte dos falantes e escreventes não possui. A ela se refere o autor de forma bastante crítica:

“A divisão etimológica, á latina, ou á inglesa (ainda mais artificial e exajerada), é pouco natural, porque parte sílabas fonéticas, cujos elementos são inseparáveis, sem vantagem para a clareza, e em contrário da tradição, que tanto respeitava o princípio de a língua ser a imagem da falada, que prendia umas a outras as palavras, quando o acento tónico as ligava (...)” (p. 214).

Assim se explicam divisões como *subs-cre-ver*, *de-sig-nar*, *trán-si-to*, *pre-cep-tor*, *vi-a-duc-to*, *flo-res*, *fu-ni-lei-ro*, *as-sis-tiu* (p.214). O prefixo <ex-> e as palavras compostas unidas por hífen constituem as excepções a este critério, sendo que a vogal do primeiro acompanha <x> (*ex-ér-ci-to*) e nas segundas não se separa o segundo elemento para evitar a confusão entre o hífen lexical e a marca de translineação (*vi-ce-almirante*). De acordo com o critério fonético, a divisão silábica deve satisfazer as seguintes condições: inseparabilidade dos grupos que incluem uma líquida (*a-brir*, *a-cre*, *so-frer*, *me-lí-fluo*, *a-glo-me-rar*, *a-tra-ves-sar* (p.215), e bem assim os ditongos decrescentes (*pai-nel*, *cau-sa*, *oi-to*, *Ceu-ta*), os ditongos crescentes (*dia-bo*, *ciú-me*, *á-gua*, *qua-tro*), e as sequências vocálicas assilábicas (*as-sea-do*, *tro-voa-da*, *fiel*, *Luís*).

2.3.3. Fontes

Para além dos princípios teóricos e das soluções expendidas na **Ortografia Nacional**, vale a pena atentar nas fontes invocadas por Gonçalves Viana. Como já salientámos, na **Ortografia Nacional** o filólogo põe de manifesto um vasto conhecimento não só das fontes documentais portuguesas e da fonética como ainda da produção metaortográfica. Mesmo sem fazermos um recenseamento de todas essas fontes, em particular das documentais, são dignas de registo algumas das referências recorrentes no valioso índice remissivo da obra, sobretudo se tivermos em consideração que pouco se sabe, em geral, sobre a historiografia linguística portuguesa da transição para o nosso século, em particular da recepção das ideias e dos estudos “linguísticos” estrangeiros em Portugal e do seu impacto na reflexão sobre a ortografia, numa época que reivindicava a cientificidade desses deses contrastando com o positivismo das últimas décadas de oitocentos.

A título de exemplo, refiram-se, entre outros, os seguintes autores e obras na área da filologia e fonética: **Eguílaz Yanguas** (*Estudio sobre el Valor de las Letras*

Árabicas en el Alfabeto Castellano, Madrid, 1874), **Pe. António Ruiz de Montoya** (*Arte de la Lengua Guarani ó mas bien Tupi*, Viena-Paris, 1876), **Volney** (*Alphabet Européen Appliqué aux Langues Asiatiques*, 1826), **C. R. Lepsius** (*Standart Alphabet*, Londres-Berlim, 1863), **Walter Ripman** (*Elements of Phonetics*, Londres, 1889), **Henry Sweet** (*History of Language*, Londres, 1900), **Fr. Müller** (*Grundgriss der Sprachwissenschaft*, Viena, 1887), **Darmesteter** (*La vie des mots*, Paris, 1887), **Nobiling** (*Die Nasalvocale in Portugiesischen*), **A. Fabra** (*Étude de Phonologie Catalane*), **Jules Cornu** (*Grundgriss der Romanistischen Philologie: Gramática Portuguesa Histórica*, Estrasburgo, 1888), **Hugo Schuchardt** (*Kreolischen Studien*), **Nyrop-Vogt** (*Das Leben der Wörter*, Leipzig, 1903) (**Ort. passim**).

De reflexão metaortográfica, apontem-se os seguintes: **Carlos Faulmann** (*Das Buch der Schrift*, Viena, 1882), **Luís Gelmetti** (*Riforma Ortografica*, Milão, 1886), o colombiano **Rufino José Cuervo** (1844-1911, *Disquisiones sobre la antigua ortografia y pronunciacion castellana*, *Revue Hispanique*, 1895 e 1898; *Apuntaciones criticas sobre el Lenguaje Bogotano*, Bogotá, 1884), **Miguel de Lemos** (*Ortografia Pozitiva*, Rio de Janeiro, 1888 e *Normas ortográficas*).

Dos ortografistas, gramáticos e lexicógrafos portugueses, são de mencionar Duarte Nunes de Leão, que é de longe o mais citado, Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira, Bluteau, D. Jerónimo Contador de Argote, Madureira Feijó, Santa Rosa Viterbo, Barbosa Leão²⁷, J. I. Roquete, J. da Fonseca, Cândido de Figueiredo, Vasconcelos Abreu e Gonçalves Guimarães.

Para além dos intuitos informativos, desta forma Gonçalves Viana pretendia demonstrar, sobretudo aos partidários do *status quo*, que a questão ortográfica não se circunscrevia ao espaço português, porquanto ela se estendia a países tão variados como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Suécia e a Dinamarca, confirmando-se, portanto, que a problemática vivida em Portugal na viragem do século XIX para o século XX se integrava num movimento inter e transnacional na Europa, e não só, visto a questão também ter assumido contornos reformadores na América Latina,

²⁷ Na *Ortografia Nacional*, a este faz Gonçalves Viana uma única referência directa: “Com efeito, se cada pessoa que pretender simplificar as ortografias correntes se guiar pela sua pronúncia individual ou dialectal, nos perderemos num dedalo de sistemas, todos tam bons, ou tam ruins, como o de Barbosa Leão” (p. 32).

com especial ênfase para o Chile²⁸, país onde tiveram grande impacto as ideias reformistas de Andrés Bello, reputado gramático e ortografista venezuelano-chileno, assim como as do alemão Rudolf Lenz (1863-1940) e do grupo dos “neógrafos”. Com efeito, a finais de oitocentos, desencadeou-se no Chile um dilatado debate do qual dão fé as muitas publicações sobre a reforma em sentido fonético, mais ou menos lato; o mesmo sucedeu em outros países do continente sul-americano e, inclusive, em Espanha, cuja Academia, apesar de um certo espírito renovador, presente nas publicações académicas de 1815 e 1820, não cedia perante o fervor fonético do lado de lá do Atlântico.

A actualização permanente de Gonçalves Viana demonstra-se muito claramente nas notas manuscritas acrescentadas à **Ortografia Nacional**. Desta obra, existem em várias Bibliotecas exemplares corrigidos e anotados pela mão do autor, como é o caso de um exemplar, oferecido por Rodrigo de Sá Nogueira ao antigo Centro de Estudos Filológicos da Universidade de Lisboa, hoje disponível na Biblioteca do Centro de Linguística dessa Universidade. Pelas anotações manuscritas nesse exemplar (*exemplar corrigido, aumentado e anotado pelo autor*) – outros existem –, sabe-se que o filólogo e foneticista preparava uma segunda edição da obra²⁹, anunciada já nas **Palestras Filológicas** (*Ortografia Nacional. Simplificação e unificação sistemática das ortografias portuguesas, 1 vol. 2ª edição no prelo, p.II*), cuja 2ª edição, feita sobre um exemplar da 1ª (1910), foi publicada, postumamente, em 1931, com base nos acrescentos feitos pelo próprio filólogo³⁰.

²⁸ Vide, Lidia Contreras, **Ortografía y Grafémica**, Madrid, Visor Libros, 1994, pp. 15-85.

²⁹ A este propósito, observa José Leite de Vasconcelos: “As anotações de Viana aos seus próprios livros, e especialmente a refundição quasi total da Ortografia, mostram que o nosso filólogo era espirito progressivo, sempre desejoso de se aperfeiçoar”; cf. **Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências**, vol. X, 1916, p. 644.

³⁰ A história das notas acrescentadas a esta 2ª ed. é idêntica à das notas acrescidas ao exemplar da **Ortografia Nacional**; cf. **Palestras Filológicas**, 2ª ed., p. VII (Prefácio de Manuel Múrias): “Gonçalves Viana costumava encadernar de tôdas as suas obras, e às vezes das alheias, alguns exemplares em que intercalava páginas brancas sôbre as quais ia lançando notas, abonações novas, ou restrições a pareceres anteriormente expostos e sôbre cujo fundamento principiava a ter dúvidas. Desta forma preparava as futuras edições. Todavia, quando faleceu, não tinha o ilustre foneticista, que nós saibamos, preparadas para dar à estampa de novo, senão a *Ortografia Nacional* (...) e as *Palestras Filológicas*”. Para além do exemplar do CLUL, existem pelo menos outros dois: um está na Universidade de Coimbra, o outro pertence ao Prof. Evanildo Bechara, que o terá adquirido no Brasil. Consta que o referido Professor tem pronta uma edição crítica da *Ortografia Nacional*, para a qual levou em conta os três exemplares conhecidos.

Com base na datação das referências bibliográficas acrescentadas, poder-se-á concluir que o autor foi actualizando a informação até 1913, isto é, um ano antes da sua morte e dois anos após ter subscrito o Relatório de 1911, apesar de algumas soluções propostas na **Ortografia Nacional** não terem sido sancionadas no texto final. Dos acrescentos bibliográficos constam referências com data de 1912 e de 1913, o que deixa supor que ele as terá lançado depois de ter participado activamente nos trabalhos da Comissão reformadora; mais abundantes são, porém, as referências a publicações com datas entre 1904 e 1911.

Vejam-se, pois, algumas dessas referências, quer anteriores, quer posteriores à oficialização da reforma: *Revue Historique*, 1905; *Gastão Paris, Mélanges linguistiques*, Paris, 1906; *C. H. Grandgent, Vulgar Latin*, Berlin, 1908; *Suplemento de O Seculo*, 16 de junho de 1908; *Frazes feitas*, Rio de Janeiro, 1908; *Gazeta das aldeias*, 23 de maio de 1909; *Suplemento de O Seculo*, 3 de junho de 1909; *Le maître phonétique*, 1910; *Histoire critique de la grande entreprise (le Christophe Colomb)*, Paris, 1911; *A Republica*, 9 de Outubro de 1912; *Suplemento de O Seculo*, 27 de junho de 1912; *Diario de Noticias*, 9 de abril de 1913; *O Dia*, 25 de maio de 1913.

Outras referências, porém, introduzem informação especificamente metaortográfica: assim, Gonçalves Viana referir-se-á, de novo, a Lenz, o reformador chileno, em particular aos trabalhos intitulados **Die Chilenische Lautlehre, verglichen mit der Araukanischen, Estudios Araucanos**, incluindo novas referências e até citações de trechos de opúsculos ortográficos do famoso neógrafo, a saber: **Observaciones sobre la ortografía castellana** (1981), **De la ortografía castellana** (Anales de La Universidad de Santiago de Chile, **AUCh**,1894) e **Apuntaciones para un testo de ortolójia i ortografía de la lengua castellana** (ibid.,1894). Na verdade, as passagens transcritas pelo filólogo português (**Ort. Nac.**, p.37) servem de reforço aos princípios por ele preconizados para uma reforma da ortografia portuguesa:

“O dr. Rudolf Lenz, no seu opusculo *Ortolójia e Ortografía de la Lengua castellana*, p.21, nota, diz: Hai que hacer da ortografía tan fácil como sea posible. Quien quiere saber como tenemos que reformar la ortografía, debe estudiar las cartas de los medio instruidos. Se verá que casi siempre se inclinan al fonetismo puro i que cometen faltas sobre todo cuando la ortografía es caprichosa, etimolójica. Simplifíquese la ortografía i se tendrá el agrado de ver que el pueblo escribe correctamente. (...) Em

outro opúsculo, geralmente valioso, publicado nos Anais da Universidade do Chile, insistindo nas mesmas ideias escreveu (p. 5 e 6): La escritura no debe ser mas que la expresion gráfica, visible de la palabra hablada; para este fin se ha inventado, i no para lucir conocimientos científicos, etimológicos”.

À vista das referências acima, não deixa de ser surpreendente que Gonçalves Viana não aluda sequer ao texto da reforma em que colaborara, deixando entrever a hipótese de o autor ter feito, relativamente a certas soluções, concessões que não o satisfizeram por compêlto, apesar de ter concordado com todas as modificações e votado com a maioria da Comissão em todas elas, como se sublinhava no **Relatório** (p.23). Ainda assim, o exemplar anotado regista correcções em conformidade com os preceitos da Reforma de 1911: por exemplo, a reposição de <g> e <x> onde antes grafara <j> e <ss> e <cs> (*etimolojia~etimologia, aproximar-se~aproximar-se, lexicográfico~lexicográfico*), e alterações da acentuação (*substância~substância, á~à*).

Às diferenças entre as propostas da **Ortografia Nacional** e o sistema sancionado pelo Relatório da Comissão de Reforma, se refere de resto o próprio filólogo, ao apresentar o **Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa** (1ªed. 1912; 3ª ed. melh. e aum. 1914):

“Algumas alterações introduziu a Comissão em certas particularidades do plano sôbre que es esboçou a primeira obra citada [V. Ort. e Ort., 1909], e que na minha **Ortografia Nacional** havia sido cabalmente exposto e fundamentado. Avultam entre elas a conservação de todos os valores actuais do *x*, abolição de *ç* inicial e de *z* final de sílaba átona, o restabelecimento de *h* inicial etimológico e de *ge, gi* mediais, bem como a marcação com o acento circunflexo (^) em vez do agudo (´) nas vogais nasais *ã, ã, õ* (*am, an, em, en, om, on*). A todas essas alterações se atendeu com o maior escrúpulo neste **Vocabulário**” (3ª ed., p.6).

De qualquer forma, mesmo sem sanção oficial, o sistema da **Ortografia Nacional** repercutiu-se logo nas publicações escolares dos anos imediatos, como se vê, por exemplo, na **Nova Gramática Portuguesa** (7ª ed. Coimbra, Amado França, 1907), de A. A. Cortesão (1854-1927), que segue o sistema vianense nos seus traços essenciais, quando nas suas **Noções Elementares de Grammatica Portugueza** (1896) adoptara a ortografia usual, à semelhança do **Manual de Orthographia da lingua nacional** (Rio de Janeiro, 1852; 2ª edição, Ibid. Tip. de Maximiano Gomes

Ribeiro, 1861). Na **Nova Gramática**, Cortesão faz a distinção entre a ortografia *sónica*, que consiste em escrever as palavras como se pronunciam (*currer, filosofia*), e a ortografia *científica ou racional*, visto nesta umas palavras se escreverem *sonicamente* e outras *etimologicamente* (p.144), remetendo frequentes vezes para a obra de Gonçalves Viana.

Passemos, então, à análise de alguns aspectos da aplicação prática do sistema vianense, consubstanciada na **Ortografia Nacional** e no **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa** (1909).

2.4. “Vocabulário Ortográfico e Ortoépico” (1909)

Em 1909, Gonçalves Viana publica o **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa**, projecto que o filólogo tinha desde a época da redacção da **Ortografia Nacional**, na qual fixava as bases e os preceitos dela deduzidos, visto considerar imprescindível uma exemplificação da norma escrita de todas as palavras portuguesas. Na execução dessa tarefa, teve Gonçalves Viana a colaboração de Vasconcelos Abreu, conhecedor que era do método e do sistema gráfico vianenses: o orientalista faria o esboço e coligiria as palavras, segundo a ortografia reformada, e Viana, ampliaria cada inscrição com os elementos necessários e úteis ao público. A Livraria Clássica Editora dispôs-se a custear a publicação. À data da morte de Vasconcelos Abreu, em 1907, o trabalho encontrava-se esboçado até quase ao fim da letra C, tendo Gonçalves Viana completado o trabalho até essa letra e feito o resto, sem qualquer colaboração. Na advertência preliminar ao **Vocabulário**, o autor aproveita para comentar as principais divergências entre o seu sistema e aquele que a Academia Brasileira de Letras propusera em 1907, a saber, a substituição de <ç> por <s> inicial, de <-s-> por <-z-> intervocálico, e a ausência de acentuação sistemática, preceitos que contrariam o sentido dos preceito II e I, proclamados na **Ortografia Nacional** do filólogo português: “Todas as pronúncias legítimas devem ser representadas na escrita commum, para que a língua escrita seja uma só” (II, p.287) e “tudo o que se diferencia na fala tem de ser diferenciado na escrita” (ibid.). Em nome da pronúncia geral portuguesa, é rejeitada igualmente a grafia *si* do pronome reflexo

se, solução que se assemelha à grafia *i* da copulativa na ortografia chilena, na qual a reforma conservou, porém, distinções estabelecidas em Espanha (<c> e <s> por ex.).

Em consequência disto e do respeito pelas realizações decorrentes da história da língua, o ilustre autor refuta a adopção daquelas soluções, classificadas de *cisma ortográfico*, posição que enuncia com veemência e em tom nacionalista:

“Não convém pois generalizar-se a Portugal a reforma brasileira, quando contradiga, como dêste modo contradirá, factos glóticos próprios do reino, e que pertencem à história da língua portuguesa, nele desenvolvida: e nenhuma das considerações que na imprensa da grande e próspera República teem aparecido, com o intuito de colocar o português de Portugal na dependência do português do Brasil, é plausível ou aceitável, mesmo no ponto de vista filológico, único que deve ser tido em consideração para o caso sujeito” (p. VIII).

Mais adiante, Gonçalves reitera a sua posição nos termos seguintes:

“A **alma Mater** continuará a ser para o português Portugal, como para o inglês a Inglaterra, como para o castelhano a Espanha, enquanto estas nações subsistirem; e muitas, muitíssimas alterações e importantíssima evolução hão de sofrer os três idiomas nos países onde êles se orijinaram, ntes que êsses países desapareçam politicamente da face da terra e do desenho dos mapas. (...) Sôbre tais factos não há discussão possível, tam evidentes êles são. Se à Academia Brasileira apraz estabelecer um cisma ortográfico, o qual poderia evitar com uma razoável condescendência, que em nada influi nos princípios gerais e essenciais da reforma, Portugal, por si, tem de manter-se no lugar que por herança lhe compete, como defensor do idioma pátrio, que criou, ilustrou e continua a ilustrar e a cultivar” (p. IX).

Entre Gonçalves Viana e a Reforma da Academia Brasileira (cf. infra. 3.4.) existem menos dissensões quanto ao terceiro preceito da **Ort. Nacional**, porquanto aquela agremiação proscreeve os grupos cultos, substituídos por *c* ou *qu*, *f*, *r*, *t*, suprime as letras dobradas não articuladas e substitui *y* por *i*, embora persista, contraditoriamente, nos nomes próprios de origem indígena (p.XI). Uma vez esclarecida a posição do filólogo acerca da reforma brasileira, passa a enunciar as soluções decorrentes da aplicação de cada um dos três princípios basilares. Em conformidade com o primeiro (*distinção escrita onde houver diferenciação pronunciada*), a acentuação serve para distinguir as palavras homógrafas (*sêde-sede, pôde-pode, côrte-corte, réis-reis, louvâmos-louvamos, prègar-pregar, còração-coração*, p.XII), do mesmo modo que os grafemas distinguem outras (*poço-possô,*

prezo-presos). O segundo preceito (*distinção dialectal ou histórica, para que a língua seja uma só e não sofra descontinuação com respeito aos seus estados anteriores*) leva-o a conservar ou restabelecer distinções entre certos grafemas quer vocálicos, quer consonânticos (*passo-paço, sela-cela, coser-cozer, destinto-distinto, paz-pás, feixe-feche, atoar, atuar-actuar, ibid.*). Da combinação destes dois princípios, resulta a teoria da acentuação gráfica praticada no **Vocabulário**, que visa evitar a homografia ou dúvidas a respeito da posição da sílaba tónica (*principio-princípio, continua-contínua, fabrica-fábrica, louvará-louvara, à-a, àquele-aquele, ibid.*). Mais extensas são as consequências do terceiro preceito (*Todos os artificios etimológicos inúteis, ou que se expliquem pela evolução da língua falada, serão desterrados da escrita portuguesa*), de cuja aplicação decorre a eliminação do *h* dos grupos <rh, th, nh=h> e de outros (*retórica, teatro, inibir, aderir, desonesto, p. XIII*), a substituição de <ch> por <c^{a, o, u}> ou <qu^{e, i}>, e bem assim de <ph> por <f>, e de <y> por <i>, a supressão das consoantes dobradas que não tenham valor distinto do das respectivas consoantes singelas (*agravar, inocente, atender - carro-carro, casa-cassa, emmaranhar, ennovelar, p.XIV*), a proscricção dos grafemas não articulados, excepto se influírem no valor da vogal precedente ou se fôr articulada em palavras do mesmo paradigma (*acção-acto, Egipto-egípcio*), a conservação provisória de <h> inicial etimológico e também de <g^{e, i}> inicial etimológico, sendo substituído por <j> em posição interior (*gêlo, giro - Jesus, rejer, ajitar*), a atribuição ao grafema <x> de apenas dois valores, a saber, fricativo palatal (*xadrez, caixa, mexer*) e *eis* (*eisame, eispor*), e, por último, a adopção das grafias <cs, s, -ss->, em função da pronúncia (*ficso, misto, próximo*).

Por se tratar de um **Vocabulário** simultaneamente ortográfico e ortoépico, não é de estranhar que o aspecto teórico mais desenvolvido seja a acentuação (pp. XV-XVIII). A inclusão de palavras estrangeiras é feita de acordo com o critério previsto na **Ortografia Nacional**, ou seja, recebem os preceitos ortográficos portugueses (*wagon~vagon, grog~grogue, etc.*).

Quanto à metodologia adoptada na obra, são de sublinhar os seguintes expedientes, que têm em vista conciliar a informação relativa àquelas duas vertentes, por um lado, e facilitar a consulta, por outro. As entradas são grafadas na ortografia reformada, sendo as supressões e acrescentos por ela introduzidos (ou previstos)

assinalados entre parênteses, de maneira a ficarem em evidência as alterações gráficas. Ora este sistema repercute-se na ordem alfabética do **Vocabulário**: a título exemplificativo, vejamos-se palavras habitualmente grafadas com <h> inicial etimológico, as quais aparecem, não na letra <h>, mas inseridas ao longo do **Vocabulário** em função da letra seguinte ao grafema cuja supressão se previa, ao ponto de a lista referente a esse grafema inicial constar de apenas cinco palavras, a saber, *habitat*, *hanema(n)niano*, *hanema(n)nismo*, *hermá(n)nia* e *hinterland* (p. 406). De facto, o reformador faz anteceder essa curta lista de uma nota esclarecedora: “Os vocábulos que usualmente se escrevem com *h* inicial etimológico procurem-se pela vogal seguinte a êsse *h*; cumprindo advertir-se que os principiaidos por *hy* se encontrarão em *i*. Subordinados à letra *h* inicial sómente vão incluídos neste vocabulário os derivados de nomes próprios pessoais, ou os peregrinos de uso geral, mas como tais ainda assim considerados” (ibid.). Por isso, formas como *(h)ibridez*, *(h)ibridização*, *(h)ibridismo*, e outras do mesmo paradigma, figuram na lista da letra <i>.

Esta concepção do **Vocabulário** traduz, na verdade, uma tentativa de divulgação gradual, pela prática, de uma reforma em certos aspectos mais profunda do que as **Bases** (1885) e a **Ortografia Nacional** poderiam deixar entender, pois nestas Gonçalves Viana admitia a conservação provisória de <h> inicial etimológico, enquanto que naquele efectivou a proscrição de <h> inicial, com a consequente alteração da ordem alfabética tradicional, mau grado o expediente de entre parênteses figurar o *h* banido.

Atentemos igualmente em outras soluções, sobretudo pelo que elas revelam acerca da pronúncia, tal qual a descrevia o foneticista. Referimo-nos às grafias dobradas <mm> e <nn>, justificadas pelo facto de a primeira vogal das palavras em que aparecem ser nasal. De uma e de outra, temos os exemplos seguintes, recolhidos da lista referente à letra <e>: *emmaçar*, *emmadeirar*, *emmagotar*, *emmalar*, *emmalhar*, *emmalhetamento*, *emmalhetar*, *emmanjericado*, *emmanquecer*, *emmaranhamento*, *emmaranhar*, *emmarar*, *emmareado*, *emmarelecer*, *emmarjar*, *emmarouviado*, *emmascar*, *emmasar*, *emmastear*, *emmastrar*, *emmechar*, *emmedar*, *emmelar*, *emmenagogo*, *emmentes*, *emmoldar*, *emmoldurar*, *emmoucar~emmoicar*, *emmonado*, *emmonar-se*, *emmordaçar*, *emmorear*, *emmorouçar*, *emmortecer*,

emmosqueirar-se, emmostar, emmouquecer, emmudecer, emmudecimento, emmurchecer (pp.251-252); *ennaipar, ennegrecer, ennegrecimento, ennervar, ennesgar, ennevoado, ennevoar, ennobrecedor, ennobrecer, ennobrecimento, ennodar, ennodoar, ennoutar~ennoitar, ennoutecer~ennoitecer, ennoveladeira, ennovelar, ennublar, ennuviar* (p.268). Note-se que, em conformidade com o disposto na **Base VII do Formulário Ortográfico conforme o Plano de Regularização e Simplificação da Escrita Portuguesa** (3ª ed., p.11), que antecede o **Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa** (1ª ed. 1912; 3ª ed. 1914), as mesmas palavras serão recolhidas no **Vocabulário** exemplificativo da Reforma de 1911, acrescidas das seguintes: *emmagrecer, emmagrecimento, emmagrentar, emmantar, emmerujar, emmoleirar* (p.219); *ennateirar, ennoselhar* (p.229). Sublinhe-se também que as consoantes dobradas nos compostos das preposições *in* e *em-*, seguidas de consoante nasal inicial de sílaba (*immigrar, ennobrecer*), mantêm-se mesmo depois de 1911, só vindo a ser suprimidas pelo **vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa** (1940) da Academia das Ciências de Lisboa, onde se conserva *connosco*, em nome da pronúncia geral (XXXVII)

Dois anos após a publicação do **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico**, graças ao Governo da Primeira República, os partidários da simplificação da ortografia levaram a melhor sobre os conservadores etimológicos.

Para além do **Vocabulário Ortográfico**, depois da **Ortografia Nacional** (1904), e mesmo depois da reforma de 1911, continuaram a vir a lume estudos do sábio filólogo e foneticista, a saber: *Informação acêrca do s entre vogais, etimológico, ser substituído por z, dada na sessão da Academia da Academia das Sc. de Lisboa em 8 de junho de 1911* (Boletim da Segunda Classe, vol. IV, p. 455), **Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa** (Paris, Aillaud, Alves & Cª, 1912-650 p.; 2ª ed. Lisboa, 1912; 3ª ed. 1914), **Formulário ortográfico conforme o plano de regularização e simplificação da escrita portuguesa. Extraído do vocabulário ortográfico e remissivo de [...]** (Lisboa, Rio de Janeiro / S. Paulo, Tip. "A Editora", 1916), **Palestras Filológicas**, I Vocabulário, II Gramatica, III Varias (Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & Comp., 1910; 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1931).

3. Outras propostas

Se a proposta de Gonçalves Viana era a mais fundamentada, informada e coerente de todas quantas encontramos até aqui, outras houve, ainda que nem sempre marcadas pela solidez dos princípios do sábio foneticista e filólogo: umas, com o despontar da fonética, muitas vezes acientífica e impressionística, partem da descrição daquilo a que chamam *phonologia portugueza*; outras, pelo contrário, reforçam as teses em favor da etimologia, e, outras, ainda, no esteio de Gonçalves Viana, ensaiam modelos de compromisso entre o sistema fonológico e a história da língua. São essas as tendências abraçadas pelos autores a seguir referidos.

3.1. António Augusto Louro

Na **Phonologia Portugueza (com todas as régras geráes da pronunção e orthographia para se aprender a ler e escrever confôrme se fála corrétamente a língua portugueza)**, de António Augusto Louro (Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1901), deparamos com uma tentativa de estudo sistemático da pronúncia portuguesa (ortoépia), condição prévia à fixação de uma **Ortografia Portugueza Sónica. Novas rrégras ortográficas para aprender a ler e escrever como se fála corrétamente a ligua portugeza** (Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1901). Tal como a *phonologia* é entendida por este autor, ela compreende a ortoépia ou prosódia, que é a parte que ensina a *reúnir e combinár os sons fundamentáes para formár palávras e a pronunciál-as com o devido som e accento* (p.4), e a *orthographía*, que ensina, por sua vez, a *representár os mesmos sons e palávras por meio de letras*. Note-se que a descrição da fonética portuguesa assenta toda ela em critérios articulatórios intuitivos, desprovidos, por conseguinte, de qualquer base científica, embora exponha algumas observações pertinentes no campo da chamada fonética sintáctica, como a crase da vogal final e inicial de palavras distintas (pórta abérta-pórtáberta, contra a regra-contrárégra, pp.5-6). Vale a pena mencionar, igualmente, a terminologia respeitante à classificação dos sons portugueses: assim, o “fonólogo” distingue as *vozes* das *articulações*, sendo que umas se subdividem em *vogais simples* e *compostas*, e as outras em *invogais simples* e em *invogais*

compostas (i.e. dígrafos cultos ou vernáculos), classificações nada inovadoras, pois pertencem a um quadro conceptual e taxinómico aplicado por ortógrafos e gramáticos das duas últimas décadas de oitocentos (cf. supra, II, 5.4., 5.5.), como Almeida Neto (1884), Nóbrega Soares (1884) e Carlos Afonso e A. de Almeida (1889). De acordo com esses quadros classificativos, as consoantes são descritas, articulatoriamente, como *soantes* ou *toantes*, por um lado, e, por outro, como *fortes* (i.e. surdas) e *brandas* (i.e. sonoras)³¹, como a seguir se indica: *bê*-invogal labial branda, *cê*-invogal soante forte e invogal gutural forte, *cê*-cedilhado, *dê*-invogal linguo-dental branda, *fê*-invogal soante branda, *g'e*-invogal gutural branda, *agá*-invogal áfona, *jê*-invogal toante branda, *qui*-invogal gutural forte, *lê*-invogal linguo-palatal forte, *mê*-invogal labial forte, *nê*-invogal linguo-palatal forte, *pê*-invogal labial forte, *kê*-invogal gutural forte, *êre*-invogal linguo-palatal branda e toante forte *rr* (*rê*), *éce*-invogal soante forte e vozeio toante, *tê*-invogal linguo-dental forte, *vê*-invogal toante branda, *xix*-invogal soante branda, *zê*-invogal toante forte. Nas chamadas invogais compostas, cuja descrição é, na verdade, de natureza gráfica, e não fonética, compreende os dígrafos <ch, lh, nh, ph>, e bem assim <dh, rh, th, xh>, sendo que só os primeiros possuem valor distinto do de outras unidades: <ch> é descrito como bafejo chiante seco e forte (*txxê*, i.e. uma africada palatal), e também como bafejo soante (*x*, i.e. uma palatal chiante), realização própria do sul do país, mas considerada imprópria; <lh> corresponde a um som brando e molhado (*lhê*); na falta de uma terminologia específica, o valor de <nh> é descrito como o valor da língua encostada ao céu da boca. Quanto aos dígrafos cultos, é óbvio que eles são postos em correspondência directa com as respectivas consoantes simples, pelo que não têm interesse em termos de descrição articulatória. Por último, no capítulo da ortoépia, Louro trata ainda, apoiado no princípio histórico (derivação, a composição e a assimilação), das letras dobradas, o que comprova a sujeição das suas descrições “fonéticas” ao sistema gráfico, ao mesmo tempo que manifesta uma contradição doutrinal do autor – descrever o valor e o uso de grafemas excluídos da sua ortografia sónica.

³¹ Gonçalves Viana (1892) ainda emprega estes termos, embora apresente uma nomenclatura nova, baseada em estudos de fonética em diversas línguas.

De facto, como o próprio título **Ortografia Sónica** indica, Louro pertence, e o mesmo poderá dizer-se de Acácio Armando de Sousa (cf. *infra*, 3.6.), a uma geração sónica tardia, visto a sua proposta ser apresentada duas décadas após o grande movimento sónico dos anos setenta do século anterior, numa fase em que, devido à emergência de estudos fonéticos mais rigorosos, sobretudo os de Gonçalves Viana (1883, 1892), a questão da língua-padrão era já menos problemática, mitigando a força dos principais argumentos etimológicos, e mesmo a dos sonicistas mais radicais. Apesar disto, Louro defende um sistema que subverte, em muitos aspectos, a secular tradição gráfica portuguesa, veiculadora de uma dada distribuição grafemática, que este projecto vem invalidar: assim, a distinção posicional entre o grafema simples <r> e o grafema duplo <-rr->, correspondentes à vibrante múltipla inicial e à intervocálica, é neutralizada, em nome da correspondência biunívoca entre grafemas e fonemas, razão por que neste sistema a vibrante forte passa ser transcrita apenas pela grafia dupla cima, indistintamente da posição e do contexto (*rrégras, rrua, bárro, férro*).

Porém, tanto em certos aspectos doutrinários como nas soluções propostas, o autor revela-se bem mais conservador. Nessa linha conservadora, inscreve-se a definição de letra como “compreensão de um som que na pronúncia se não pôde dividir” (p.2). Assim sendo, mais do que a uma unidade de natureza gráfica, a letra parece corresponder, na verdade, ao conceito de fonema, unidade para qual não apresenta qualquer definição.

Para Louro, a ortografia sónica “consiste em rrepresentar graficamente as palavras segundo as rréguas da pronúncia”. Por isso, no sistema gráfico admite um inventário composto por trinta e três unidades gráficas, incluídos os diacríticos, em conformidade com os *sons elementares* seus correlatos, a saber, <a, á, ã, b, s, d, e, é, ê, f, g, i, ï, j, l, lh, m, n, nh, o, ó, õ, p, q, r, rr, t, u, ü, v, x, ch, z>. No inventário, verifica-se também a exclusão de <c>, <ç>, <-ss-> e <h>, grafemas herdados da tradição alfabética, e a inclusão de outros, vernáculos, como <lh>, <nh> e <ch>, ao mesmo tempo que outros, ainda, passam a deter um único valor, como sucede com <g>. Porém, incongruentemente, o sónico aceita a dupla função de outros grafemas, como <m> e <n>, dotados de valor consonântico e de valor diacrítico (marcação da nasalidade), e bem assim a heterografia de alguns fonemas, como adiante

observaremos. Deste modo, Louro procura anular a heterografia e obter o isomorfismo, dado que as unidades gráficas são em menor número do que as fónicas: no campo da representação consonântica, estes objectivos são alcançados graças à fixação de uma única grafia para os campos em que, historicamente, se verificava uma maior dispersão gráfica, a saber, o das fricativas sibilantes e o das fricativas palatais. O reformador sónico procura estabelecer correspondências biunívocas entre grafemas e fonemas: assim, se esse escopo foi atingido no caso de <s> e <z>, correspondentes às sibilantes surda e sonora, respectivamente (*sáco, sidade, máximo, bósques, páso, asude, auxílio-azár, azeite, zaranza, arroz*, pp.7-8), já no caso da representação das palatais surda e sonora, ao arrepio do ideal fonético, prevê para a primeira os grafemas <ch> e <x> (*cháve, chumbo vs xadrez, xarópe, luxo, peixe, cálix*; p.7) e, para a segunda, o grafema <j> (*jejum, jeito, fujida, vegetal*, p.5). Não obstante os princípios sónicos do autor, a preservação da distinção entre aquelas duas grafias fundamenta-se no critério histórico, uma vez que A. Louro atenta ainda nos distintos valores de uma (africada palatal surda) e de outra (fricativa palatal igualmente surda), reconhecendo embora que tal oposição já se neutralizara nas regiões do sul:

“X (*xix*) asim denominádo por ter pronunsiasão mixta; rrepresenta sempre a articulação branda *xix* no prinsípio, no meio e no fim do vocábulo; como em: *xadrez, xarópe, luxo, extensão, enxó, enxádia, peixe, sexta, cálix, duplex*. Em ortografia sónica perde os valores de *cs*, de *s*, e de *z*, rrepresentando-se estes valores sómente pelas rrespétivas letras. **Ch** vále a articulação fôrte *txxê* qe no sul do paiz se uza com a pronunsiasão de *x*; só se uza presedendo vogâes; como em: *cháve, chéfe, chumbo, pechincha*, etc.” (p.7).

A mesma situação, ainda que a título provisório³², repete-se na representação das oclusivas velares surda e sonora: uma grafa-se mediante <c> e <q-qu>, grafias decorrentes não só do critério fonético como também do histórico (*culpa, cáza, crime, convicsão, vs qeixa, quinta, quálqer*, p. 6); a outra, a oclusiva velar sonora, ao contrário da sua correlata surda, grafa-se apenas com <g> (*gágo, gérra, gita, gume, énigma*, p. 4).

³² A esse propósito esclarece A. Louro (p. 6): “Em ortografia sónica déve ésta articulação ser rrepresentáda por um único caractér, mas enquanto a sua adópsão não for fácto consumádo, uzaremos de ambos os caractéres nos cázos exprésos para asim não ofendermos a vista de qem nos lê”.

Apesar destas simplificações, no campo da representação vocálica observam-se algumas dificuldades em garantir uma correspondência biunívoca entre grafemas e fonemas, pois os diacríticos (acento e til) não parecem assegurar, de forma satisfatória e sem constrangimentos, todas as realizações vocálicas (vogais e ditongos). Assim, os grafemas <e> e <o> em sílaba átona – o primeiro com um ponto sobreposto –, embora realizados como [e] ou [i] e [u], respectivamente, conservam a grafia tradicional, para facilitar o acesso lexical na fase preparatória de uma reforma mais radical, na qual aquelas vogais viessem a ser representadas em conformidade com o princípio fonético: “(...) nós, rrespeitando ésta sã doutrina e para não ofender a vista de quem nos lê, e aseitando a fôrma proposta por álgus áutôres modérnos continuamos provizóriamente a uzár o e brando pontuádo (e) para indicár para qe déve ler-se com o valor de *i*, assim como provizóriamente e tambêe pelas mesmas rrazões continuamos a uzár o *o* brando em logár de *u*, áo menos enquanto não forem creádos nóvos caractéres para suprir as defisiãcias qe nos rréstam” (p.4). Por outro lado, também na grafia dos ditongos orais se verifica a conservação de distinções gráficas contrárias ao princípio sónico acima explicitado, pois as grafias <áe> e <ái>, representativas de um único ditongo [aj], asseguram a oposição morfogramática entre formas nominais e formas verbais (*páe*, *pardáes* vs *vái*, *andái*). A estas, acrescentam-se também as oposições <óe>-<oi> e <ue>-<ui>, sendo que uma visa distinguir, na perspectiva de Louro, o ditongo [oj] de [oj], e a outra, o ditongo [uj] da sequência vocálica [ui].

Menos problemática parece ser a representação dos ditongos nasais, visto que A. Louro prevê as soluções <-am> e <-ão>, para as terminações verbais em [ãw] átono ou tónico, as mesmas que haviam sido avançadas, nas **Bases** (1885), por Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, e conserva também as grafias tradicionais <ãe> e <õe>, mas prescreve, em conformidade com os princípios sónicos, a marcação da nasalidade do ditongo [ũj], em *mũito*. Acrescente-se, ainda, que a respeito do valor das grafias *em* e *en*, iniciais e finais, apenas menciona o valor ã (em), apontado em ambos os casos: “ã só se usa nas terceiras pessoas do plural dos verbos *ter*, *vir* e seus compóstos, como em: *tãem*, *vãem*, *entretãem*, *mantãem* (...). **Em**, escreve-se a substituir ã nas palavras em que preceder *b*, *m*, *n* ou *p* e álgumas vezes excépcionálmente *b*, *c*, *f*, *q*, *t* e *v*, e no fim do vocábulo, como em: *embóra*,

Novembro, emmalár, bemdizente, bemfazejo, emfim (...) dizem, fazem, também (...) en escreve-se a representár o som e valor de *ã* nos demais cásos não limitádos para em, como em: *encárgo, endosso, enfádo, enjôo, enleio, ensáio (...)*” (p.35).

No capítulo dos diacríticos, ao inventário tradicional, constituído pelos acentos (*agudo, grave e sircunflécso*) e pelo til, Louro junta um ponto sobre <e> átono (*ëzemplo, ë, ëlíticas*), realizado como [i], mas rejeita o trema (ou *diézeze*) por estar em desuso; sublinhe-se que, de acordo com a definição (*asentos prozódicos*) e a prática do próprio autor, a acentuação tem carácter prosódico, ao invés do carácter tónico propugnado pelos autores das **Bases** (1885), facto que se comprova pela ocorrência de mais de um acento no mesmo vocábulo (*áusiliáres, álèm, abáixár, órasionáes*). Quanto ao uso do til, as soluções são pouco económicas e contrárias ao princípio regulador deste sistema, porquanto as vogais nasais tónicas (*abundãsia, sãge “sangue”, tãe “tem”, conveniãsia, siþles, ãgreme, põta, bõ, tãba, müito* passim) são marcadas pelo til, ao passo que as átonas conservam a grafia tradicional (*cantiga, tambor, encárgo, emprego, oriþem, imbesíl,*), sendo então marcadas por <n> ou <m>, este antes de <p, b, m>. Ao admitir mais de um acento em cada palavra, de molde a registar todas as variações de timbre vocálico, tanto em sílaba tónica como em sílaba átona (*Áugústo*), o sistema de António Augusto Louro peca pela superfetação de diacríticos, que deixam de ter, por isso, a distintividade que lhes havia sido conferida nas **Bases** (1885), de Gonçalves Viana e Vasconcellos Abreu.

Curiosamente, evidenciando uma concepção nada redutora do sistema gráfico ao plano alfabético, A. Louro faz uma descrição do uso de unidades do plano extra-alfabético, em particular da pontuação, ainda que não refira nem o termo nem o conceito. Essas unidades figuram entre os chamados *sináes áusiliáres*, definidos com base num critério pausal e entoacional, os quais compreendem, afora os diacríticos, unidades da pontuação de palavra, de frase e de texto: a *vírgula, o ponto ã vírgula, os dois pontos, o ponto final, o ponto de interrogação, o ponto de admirasão ou exclamasão, o parãeze, a rretisãsia, o apóstrofo, as vírgulas dobrádas, a rrisca de união ou ifen, o asterisco, o parágrafo, as letras maiúsculas* (pp.9-15). De facto, o critério aplicado às unidades do nível pontuacional permite a hierarquização, de acordo com a gradação das pausas por elas representadas. Pelo menos no campo doutrinal, o autor prescinde da concorrência de critérios sintácticos ou semânticos, já

que estes servem sobretudo para delimitar os usos de cada unidade. Assim, a vírgula [,] correspondente à menor de todas as pausas (*uma pequena páuza*), marca o levantamento da voz no fim da palavra precedente, embora o uso fique dependente de noções de carácter sintáctico, como a separação do vocativo, de adjectivos ou verbos continuados, de orações seguidas, de orações intercaladas, das locuções explicativas. Relativamente à vírgula, o ponto e vírgula é uma pausa maior, sem implicar, todavia, abaixamento ou levantamento da voz, cujo emprego é determinado pela existência de conjunções adversativas ou explicativas, pelo sentido da frase (critério semântico); serve em especial para marcar sentidos contrários, sentidos semelhantes ligados mediante copulativa, separar e reforçar incisos, dividir termos ou complementos sob a mesma regência, e separar de uma alínea correspondente a item distinto do anterior. Os dois pontos indicam, por sua vez, uma pausa maior do que a anterior, associada a uma inflexão da voz, para assinalar o início de uma fala, dito ou sentença, uma enumeração, depois de um considerando introdutório de leis, decretos, portarias, etc.. Ao contrário dos precedentes, porque fecha a cláusula ou pensamento, o ponto final representa uma pausa maior, associada a um abaixamento da voz, mas pode ter valor de unidade de pontuação de palavra quando é sinal de abreviatura. Já ao ponto de interrogação, que marca a modalidade interrogativa, Louro não atribui qualquer valor pausal, e bem assim a respeito do ponto de admiração ou exclamação, que assinala a modalidade exclamativa. Todavia, o critério entoacional serve para descrever o parêntese, cuja função sintagmática e semântica é isolar, inserir frases ou segmentos explicativos ou exemplificativos do discurso, proferidos com abaixamento da voz. A reticência é funcionalmente definida como uma suspensão do discurso, ao passo que a definição do travessão assenta numa função de demarcação visual, isto é, no facto de que atrai o olhar do leitor, em especial no caso da separação de parágrafos e nos diálogos.

Para além do título dos seus trabalhos, a militância sónicas de A. Louro fica sobejamente demonstrada na superfetação em acentos gráficos, os quais só representam, nessas condições, as variações irrelevantes (fonéticas) ou não distintivas, em vez de reflectirem traços fonologicamente pertinentes, como preconizava e praticava Gonçalves Viana.

3.2. Gonçalves Guimarães

Das concepções teóricas de Gonçalves Viana não distam muito as de António José Gonçalves Guimarães, que em 1911 (cf. infra, 4.) integraria também a Comissão oficial para a reforma da ortografia. Em **Algumas Reflexões Sobre a Ortografia Portuguesa** (Coimbra, 13 de Maio de 1903), este filólogo³³, naturalista e mineralogista por formação, defenderá no essencial a validade dos princípios – conhecimento do estado sincrónico da língua, sua evolução histórica, etimologia e parentesco com outras línguas – magistralmente esgrimidos pelo autor de **As Orthographias Portuguesas** (1902), desde os seus primeiros estudos metaortográficos, como bases coerentes para a uniformização e simplificação da ortografia (cf. supra, 2.2.). Com trinta e sete páginas, o opúsculo de Gonçalves Guimarães trata quer dos princípios, quer das soluções sistemáticas a aplicar à ortografia portuguesa, ao mesmo tempo que constitui uma réplica, em versão moderada, ao Questionário e ao opúsculo vianenses (1902).

Segundo Gonçalves Guimarães, qualquer reforma ortográfica não arbitrária deverá escorar-se nos princípios acima indicados, de cuja ordenação parece inferir-se, de resto, a primazia da componente sincrónica sobre a diacrónica, de molde a obter-se um sistema caracterizado pela harmonia e simplicidade. Todavia, os inconvenientes de uma substancial divergência entre um sistema assim delineado e o habitual impõem limites de racionalidade a esses dois objectivos: na verdade, a barreira da inércia, resultante de antigos hábitos e da ignorância, oferece resistência a mudanças gráficas abruptas.

Posto isto, o autor sugere que primeiro se faça a reforma em obediência aos princípios expostos, para depois dela se extraírem os aspectos mais pertinentes, ficando os restantes em regime de facultatividade, situação que permitiria a eliminação de <h>, inicial e interior, e das consoantes mudas, implicadas nos quesitos 31 e 35 do Questionário de Gonçalves Viana. Quanto ao critério do uso facultativo de certas consoantes, embora por definição etimológica ele seja contrário à “ortografia”, porquanto esta implica a uniformização, a verdade é que, em certos

³³ Neste domínio, produziu também uma **Gramátina latina pelo método histórico-comparativo** (Braga, Cruz & C^a, 1900).

casos, a comparação com palavras do mesmo paradigma serve para dirimir as dúvidas (*adaptar-optar, Ejito-ejipcio*, p.2). Nem mesmo quando denotam o timbre aberto da vogal átona antecedente, Gonçalves Guimarães reconhece vantagem às grafias não articuladas (consoantes mudas), com função de auxiliar da leitura, por exemplo em *acção, actor, activos, actual*, na medida em que a validade dessa função diacrítica colide com as excepções ao fenómeno geral de elevação das vogais átonas, ou seja, os casos em que a vogal átona permanece aberta, sem grafema indicador desse timbre³⁴. As excepções são então resolvidas pelo recurso a um diacrítico com a mesma função dos grafemas inarticulados, opção que explicita quando observa:

“E *ç* que vantagem haverá na conservação de semelhantes letras na realidades mortas ? *ç* É para regular o valor da vogal que as precede ? E *ç* nas palavras como *sadio, padeiro, aguada, caqueiro, trapezoedro, vadio, retórica, molhada, aproximar, ...?* Parece-me que o sacrificio não vale a pena, porque, embora se deixe a ortografia pejada com aqueles trambôlhos de letras mortas, ha um grande número de casos em que o som aberto ou fechado das vogais não poderá representar-se senão por meio de sinais convencionais, que tãem de adaptar-se ao alfabeto. Estes diacríticos facilitam muito a escrita e aleitura, vale a pena adoptá-los, contanto que não se caia no excesso da especificação, porque isso então teria também seus inconvenientes “ (p. 2).

Se é certo que a validade desta solução (acentuação alargada) é tão discutível quanto o uso de grafemas consonânticos com função diacrítica, não é menos verdade que Gonçalves Guimarães estava muito atento ao funcionamento da língua.

Aos exemplos citados, acrescentam-se outros em que se nota a flutuação de realização da átona ([a]rmada~[α]rmada, p.3), aos quais não se aplica diacrítico, pois a parcimónia é o critério prevalecente em matéria de acentuação gráfica. Do mesmo modo, no plano gráfico, as variantes fonéticas regionais devem reduzir-se a uma espécie de *koinè* ou *média razoável e armoniosa* (p.3), mas prevalece o princípio etimológico, quando o princípio fonético já não sustenta por si só a oposição entre certos grafemas (ç-ss, por ex.). Com respeito ao quesito nº 40 de Gonçalves Viana, Gonçalves Guimarães opta por grafar com <i> a copulativa, solução mais ousada que não lhe provoca nem pruridos nacionalistas, devido à

³⁴ Os efeitos da supressão das chamadas consoantes mudas no timbre da vogal antecedente constituíram assunto para debate e discussões linguísticas e não linguísticas, em 1986, a propósito do projecto de Acordo Ortográfico votado no Brasil pelos países da lusofonia. Cf. Ivo Castro (coord.), *A demanda da ortografia portuguesa*, pp. 33-37.

semelhança com a ortografia castelhana, nem receios pela ruptura com tradição gráfica relativa a esta forma.

Nas questões particulares, o autor trata do alfabeto, da acentuação, das consoantes, das vogais e ditongos, e da translineação. Relativamente à composição do *alfabeto jeral*, é de notar que Gonçalves Guimarães admite vinte e sete grafemas, necessários à expressão dos *tipos fonéticos*, a saber, <a, b, c, ç, ch, d, e, f, g, h, i, j, l, lh, m, n, nh, o, p, q, r, s, t, u, v, x, z>, acrescidos de mais quatro (k, w, y, i.e. *kapa*, *doble-u* e *y-pylon*), que figuram em apêndice por terem utilidade circunscrita à representação de nomes estrangeiros, embora não pertençam ao sistema gráfico português. Porém, o aspecto mais relevante deste inventário é a inclusão dos dígrafos <ch, lh, nh>, reflexo da primazia do princípio fonético que os espanhóis já haviam aplicado, e em particular o facto de esses grafemas figurarem junto dos grafemas simples correlatos, tanto no plano fónico como no gráfico: <lh> junto de <l> e <nh> junto de <n>.

Passemos à acentuação. Em termos teóricos, o filólogo corrobora os dois princípios fundamentais expendidos nas **Bases** (1885) de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu – a acentuação é tónica e não prosódica e o sinal gráfico da acentuação tónica é, por excelência, o acento agudo –, embora com certas precisões, designadamente no que se refere ao uso subsidiário dos acentos para marcar o valor *sónico ou prosódico da vogal acentuada*. Quanto à distribuição dos acentos, se o agudo é indicado para a vogal tónica, já o grave marca nas átonas, quando elas são abertas ou tónicas secundárias (*Tràs-os-Montes*, *marè-cheia*, *mulhèrzinha*, *pègada*, *pàlidamente*, p.9), ou quando não formam ditongo com a vogal seguinte.

Note-se que os exemplos da átona aberta acentuada em palavras compostas (*marè-cheia*) se afastam da doutrina acentual das **Bases**; nos restantes preceitos, apesar das discordâncias pontuais, Gonçalves Guimarães secunda-as. Com respeito ao acento agudo, estipula o seu uso na tónica nasal (*romántico*, *plúmbico*), nas palavras esdrúxulas, nas graves e nas agudos terminadas em consoante (*açúcar*, *Alcácer*, *colhér*)³⁵; mas, com função distintiva, serve também para opor formas verbais de pretérito e de presente (*amámos-amamos*, *partímos-partimos*). Já o acento

³⁵ Neste caso diverge de Viana, porque este apenas prevê o uso do circunflexo na forma homógrafa com tónica fechada (*colhêr*), ficando a forma *colher* sem acento.

grave assinala quer a vogal aberta das preposições contraídas com artigo ou pronome (*à, àquele*, p.10), quer a subtónica aberta (*pègada*). O acento circunflexo serve para distinguir a tónica fechada (*avô, môcho, pêssego*, ibid.) e diferenciar homógrafos (*sêco-seco, fôrma-forma*, p.11). Contudo, para Gonçalves Guimarães a função distintiva da acentuação tem um papel relevante sobretudo na flexão verbal (*fômos, fôssemos, lê, lêdes*, p.13). Posto isto, conclui-se que o grau de sistematicidade desta proposta, em matéria de acentuação, não é comparável ao das **Bases**.

Passemos agora às consoantes. Como já dissemos, suprime-se <h> inicial ou interior, solução que emparceira a ortografia portuguesa com a italiana na qual poucas se conservaram, e eliminam-se as chamadas consoantes mudas, que poderiam ser todas proscritas se não houvesse palavras em que a vogal antecedente é aberta. Este aspecto é objecto da atenção do filólogo, sendo até à actualidade um dos mais controversos da reforma ortográfica. Afora a solução adoptada por Gonçalves Guimarães, neste assunto, a apreciação do problema da supressão das consoantes mudas, precedidas de vogal aberta, é deveras interessante, dado apresentar uma explicação da evolução das vogais latinas, junto de consoante, e do fenómeno de fechamento ou elevação geral do vocalismo átono português, por um lado, e, por outro, a função diacrítica dos grafemas consonânticos inarticulados como indicadores de um timbre aberto dessas vogais numa posição em que a regra não é essa. Vale a pena atentar na descrição do próprio filólogo:

“É fora de toda dúvida que a linguagem erudita ou semierudita conserva um avultado número de palavras em que subsistem consoantes etimológicas, que ou nunca se pronunciaram, ou fôram ha muito banidas da pronúncia; e que todavia parecem exercer influencia sobre a vogal que as precede. Sucede isto especialmente com as consoantes c e p, como em *adoptar, optimismo, acção, inacção, respectivo*, etc. As vogais que precedem estas consoantes proferem-se jeralmente com um som aberto (p.15). Na passagem do latim para o português a quantidade das vogais tornou-se mais obscura e irregular, e foi-se confundindo pouco a pouco com a qualidade do som, especialmente com a sua maior ou menor abertura; e quando a primeira consoantes era susceptível de vocalizar-se, para vir a formar ditongo com a vogal anterior, a vocalização realizava-se com efeito, e a vogal simplez passava nesse caso a ditongo. O fenómeno é de tal maneira comum e conhecido, que não merece a pena de o demonstrarmos com exemplos. Nas palavras introduzidas e adoptadas artificialmente esta ditongação não se produz, mas o que é certo é que a primeira consoante do grupo tende a obliterar-se, não restando dela outro vestígio senão o proferir-se a vogal com um som mais aberto ou mais enfático.

Em todo o caso este facto está lonje de ter a jeneralidade que se lhe atribue, porque outras influencias concorrem a cada passo para o prejudicar. O que verdadeiramente regula hoje o valor fonético das vogais não é tanto a circunstancia de se encontrarem antes de duas consoantes, como sam os confrontos a que continuamente sujeitamos as palavras estabelecendo entre elas relações de analogia ou antilogia, que aliás podem ser reais ou aparentes. (...) Devemos por outro lado observar que não é raro encontrarem-se vogais pré-tónicas abertas, que todavia não estão nem estiveram nunca antes de duas consoantes, nem lhes pertence pròpriamente o acento tónico, como *sadio*, *padeiro*, *pregar* (...), *sedição*, *mezinha*, *retorica*, e outras varias.

Se conservarmos na escrita letras de que na pronúncia prescindimos, ¿ qual ficará sendo o critério que nos advirta disso na leitura ? ¿ E quando quisermos escrever palavras que apenas conhecemos de ouvido ?” (p. 16).

Feitas estas considerações, a solução para o problema passa pela acentuação gráfica das vogais quando tónicas e pela introdução de diacríticos específicos quando átonas (ponto ou cedilha inversa sob as vogais fechadas ou abertas), sendo proscritas todas as grafias não articuladas, à semelhança dos grafemas e dígrafos cultos que também são banidos das palavras portuguesas (*k, y, w, th-t, rh-t, ch, ph-f*, p.16).

Quanto às sequências <que, qui, gue, gui>, cujo suporte vocálico ora é articulado, ora inarticulado, Gonçalves Guimarães não aprova nenhuma das soluções propostas por outros autores, a saber, a marcação do trema quando átono (*frequência, obliquidade, linguística*), e de acento agudo quando tónico (*argúe*), solução adoptada em parte pela Academia Espanhola, ou, ainda, a aplicação do grave para assinalar a vogal átona e articulada (*què, quì, gùe, gùi*). Em vez disto, avança uma proposta *sui generis*, baseada num diacrítico que consiste num traço sob o elemento vocálico daquelas sequências, sempre que seja proferido (*frequencia, obliquidade, exanguè, linguística*, p.19).

A substituição de <q> por <c>, alteração perfilhada por Gonçalves Viana e aqui examinada por Gonçalves Guimarães à luz da história da língua, parece ser mais delicada, razão por que prescreve a conservação da grafia latina visto ela corresponder à pronúncia. A partir deste critério, a haver reforma, ela só afectaria as palavras em que o elemento vocálica não é articulado, cuja grafia seria então <ce, ci>. Ora isto desenvolveria uma série de efeitos em cadeia, porque o valor destas sequências geraria ambiguidades, que levariam à introdução de diacríticos: assim,

<c>, com valor oclusivo, é grafado com <ç>, ou seja, um *c* cortado por um traço vertical, para obviar à confusão com <c> representativo da sibilante. Quanto à supressão da oposição gráfica entre <j> e <g>, aqui a solução prevalecente coincide com a de Gonçalves Viana. Com ele volta a coincidir a respeito da substituição da grafia <x> por <cs> ou <-ss-, s>, quando se realiza [ks] ou [s] (*fixo, auxilio, misto*) reservando-se aquela grafia para a representação da palatal surda em *xarope, caixa*, etc. Para os casos em que há flutuação das realizações de formas tradicionalmente escritas com <x>, o filólogo norteia-se pelo uso mais geral, em função do qual grafar-se-á *praxe, trousse, roxinol* (com o fechado devido à monotongação do ditongo), *sintasse*. Com base num critério morfológico ou histórico, prescreve uma grafia simples <-r-> em palavras como *deriscar, derocar, proromper* (p.36). Apesar das muitas variações da vogal átona inicial <e>, seguida de <x>³⁶, de acordo com o critério fonético, esse grupo inicial ou interior é substituído por <es> em palavras como *estemporâneo, esemplo, esército, sêsto* (p.20), com excepção da preposição latina *ex* (*ex-ministro, ex-presidente*).

Pelo contrário, o princípio histórico é aplicado ao uso de <z> final nas palavras graves (*alférez, ourívez, cáliz, lápiz*), mas nada especifica relativamente aos patronímicos, para os quais Gonçalves Viana (*Gonçalves Viana, na Ort. Nac.~Gonçalves Viana, As orth. port.*) propunha <-ez>, ao invés das restantes formas (*alferes, ourives, simples, cális, lápis~Méndez, Henriquez*, pp.117-118). Note-se que os dois reformadores aduzem exactamente os mesmos exemplos, pelo que é de supor que Gonçalves Guimarães se orientasse pela exposição de Gonçalves Viana.

Quanto à representação do vocalismo, que Gonçalves Guimarães considera problemática, devido às numerosas variações locais, são fixadas as grafias para os seguintes casos: adopção de <e, o> finais para palavras do tipo *quase, tribo*, à semelhança do paradigma geral, salvo umas poucas terminadas em <y>, que devem aparecer em itálico; substituição de <i> pre-tónico por <e>, realizado como [ə] (*deminuir, vezinho, semelhante, previlégio, arteficio, adivinhar*, p.22), solução que

³⁶ Cf. p. 20: “É certo que de umas localidades para outras e de umas pessoas para outras varia muito a pronúncia da vogal e, que precede este x; mas todos esses sons podem ser designados pela mesma letra, e efectivamente o sam em muitas palavras portuguesas. Creio ser esta em fim a maneira mais simplez de acabar com a hesitação que na prática se encontra no emprêgo do x ou s em palavras que principiam por ex (ou es)”.

não é partilhada por Viana (**Ort. Nac.**, p.151), embora descreva perfeitamente esse valor; fixação da grafia da vogal átona inicial de *igreja*, *igual*, cuja realização é invariavelmente [i], ao invés de *equação*, *equipolencia*, casos em que existe oscilação entre [e]~[i], coincidindo desta feita com Viana; distinção gráfica entre os verbos em -ear e -iar (*negociar-negócio*, *ansiar-ânsia*); substituição de <e> átono por <i> seguido de ditongo, em nome da pronúncia (*areeiro~arieiro*, *candeeiro-candieiro*, p.23), solução de que também não comunga o autor da **Ortografia Nacional**; marcação da nasalidade vocálica final por <m> e interior por <n> (*armazém-armazéns*, *atum-atuns*), com exceção de *gran*, *san* (*gran-duque*, *san-Paulo*), solução divergente da de Viana (*gram-grande*, *sam-santo*, **Ort. Nac.**, p.136), mas voltam a coincidir quanto à grafia das palavras compostas de prefixo em nasal (*circunferencia*, *circunvolução*, p.24) e das justapostas (*bem-nascido*, *recêm-chegado*). Às anteriores, Gonçalves Guimarães junta as seguintes soluções: em nome da etimologia, adota <-am> para grafar as formas *tam* e *quam*, e bem assim a terminação átona ou tónica (*amam-amarám*) das terceiras pessoas do plural dos verbos, ficando a grafia <ão> reservada para os substantivos (*pagão*, *órfão*); na sequência da solução anterior, adopção de <-m> em *põem*; de acordo com a pronúncia popular, acentua as formas dos verbos derivados de *água* na primeira vogal (*deságuo*, *deságuas*, *enxáguas*), solução rejeitada por Gonçalves Viana; faz a distinção gráfica entre os verbos em -uar e -oar (*suar-soar*, *averigúo-magôo*), solução inversa à que aplica a -iar e -ear, pois suprime o <i> em *recêo*, *florêo*, em nome do paralelismo com *escôo*, *escôe*; identifica os ditongos orais e nasais *ái*, *âi*, *éi*, *êi*, *ói*, *ôi*, *ui*, *áu*, *âu*, *éu*, *êu*, *iu*, *ou*, *ãi*, *ëi*, *õi*, *üi*, *ãu* (pp.29-30) em cuja grafia, devido a um critério distintivo, se notam diversas situações de heterografia, como se vê nos exemplos *mais-amae*, *gaiato-baêta*, *réis-assembléa*, *seio-ameis*, *jóia-destroe*, *pois-arroio*, *ruivo-argúes-possúes*, *nau*, *ao-aos*, *veo-chapeo*, *aconteceu-neuraljia*, *viu-sentiu* (opostos a *rio*, *tio*, *pavio*), *mouro-vou*, *mãi-capitãis*, *bem-vintém-tem*, *leõis-pões*, *müito*, *pagão-tam-vam-sam-terám*; marca o trema na segunda vogal das sequências vocálicas que não formam ditongo (*arruinar*, *saüdação*, p.30).

À vista das soluções enumeradas acima, vale a pena atentar nos argumentos sustentatórios da proscricção de <ão>, distintivo de [ãw] tónico, já que este é um dos principais pontos de divergência entre Gonçalves Guimarães e Gonçalves Viana:

“Fica (...) fôra de dúvida que a razão etimológica está pela grafia com am, não só (...) pela comparação directa com o latim, mas também por ser essa amais antiga que se usou em português. Indirectamente chega-se ao mesmo resultado comparando as outras linguas nòvilatinas. O que por forma alguma se justifica cientificamente é a distinção que pretendeu fazer entre as grafias *ão* e *am*, conforme o ditongo tem ou não tem o acento tónico. (...) Pesando esta questão desapassionadamente e sem preconceitos pessoais ou de rotina, chegamo-nos naturalmente a convencer de que a jeneralização da grafia *am* a todas as desinenecias verbais em que sôa o ditongo *ão*, quer sejam tónicas quer graves, não tem contra si nenhuma razão de importancia, que possa sèriamente contrapôr-se às suas vantajens reais” (p. 25).

Amplamente exposta (pp.24-27), a defesa desta solução funda-se na analogia gráfica com , presente em outras formas verbais, nas quais estabelece uma distinção acentual (*tem-têm, vem-vêm*).

Por último, trata também da translineação (*divisão das palavras na passagem de uma linha para outra*, pp.31-36) e da pontuação. Ao primeiro desses aspectos, Gonçalves Guimarães aplica o princípio da *soletração*, com certas restrições derivadas do conceito de sílaba. Dos vários preceitos nesta matéria, ressaltam os seguintes, marcados por contradições entre o princípio geral da soletração e critérios etimológicos ou morfológicos: inseparabilidade dos grupos correspondentes a um fonema (ch, lh, nh), mesmo as grafias duplas <rr> e <ss> (*fe-rra-dor, ma-ssa*), excepto numas poucas palavras compostas (*des-saboroso*); indivisibilidade das vogais heterossilábicas ou de hiatos (*Tia-go, pa-la-cia-no, Nor-ue-ga, i-dea-li-zar*), em nome do critério da pronúncia; a não separação das sílabas dos sufixos (*limão-zinho-limõi-zinhos, pomar-zito, mas limo-nada, raba-nete*); indivisibilidade dos grupos consonânticos com uma líquida (*a-bril, a-fri-ca-no, co-pla*), mas divisão das restantes sequências consonânticas (*pos-tura, cap-cio-so*), salvo os grupos de oclusiva e nasal que ora se dividem, ora não, em nome da pronúncia (*mag-nífico, hip-nótico-dia-gnóstico, i-ignorante*); separação do grupo <cs> (*fic-sar, inflec-si-vel*, diferentes de *a-ssioma, ma-ssimo*); aplicação de um critério histórico segundo o qual as palavras compostas são divididas pelos seus elementos, e bem assim as formadas com prefixos latinos (*atmo-sfera, anti-spasmódico, re-solver, de-screver, pros-ódia*).

Por fim, em resposta ao Questionário de Gonçalves Viana (quesito nº 89), a proposta ortográfica de Gonçalves Guimarães contém também um aspecto de ordem extra-alfabética, relativo à pontuação de frase, conquanto este domínio seja acessório

com respeito ao essencial da reforma –o campo alfabético. Assim, à semelhança do castelhano, o filólogo defende o uso de pontemas duplos (...*sinais de admiração e interrogação invertidos...*p.36) para melhor identificação e delimitação da entoação inerente às modalidades e exclamativa, alteração cujas vantagens explica ao dizer que “estes sinais oferecem uma prevenção muito cómoda para quem lê, e muitas vezes até indispensáveis, especialmente nas frases de exclamativas e interrogativas extensas” (p.37).

De facto, a prática do pontema duplo para a interrogação está amplamente exemplificada no texto das **Reflecsõis** ortográficas de Gonçalves Guimarães, como se vê em trecho citado anteriormente, ao qual juntamos outros exemplos:

“¿ Deverá a acentuação gráfica das palavras portuguêsas ser obrigatória para todas aquelas em que realmente subsiste o acento tónico, principal ou secundário, como nas lingua grega está estabelecido desde o tempo de Alexandre ?” (pp. 10-11)

“¿ Qual a conclusão a tirar destes factos ? (p.13)

Pelo contrário, nada adianta acerca das unidades pontuacionais que constavam do quesito nº 88 de Viana, a saber, o hífen, o travessão, o parêntese e o parêntese quadrado.

Às **Reflecsõis sobre a Ortografia Portuguêsa**, referir-se-á D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, no próprio ano da reforma, em carta dirigida ao Dr. Joaquim Costa, em 12 de Março de 1911, com o título **A Ortografia Nacional** (O Primeiro de Janeiro, de 14 a 18 de Março de 1911; republ. in *Revista Lusitana*, XIV, 1911, pp. 200-226). Apesar das contradições detectadas, a ilustre filóloga sublinha a sensatez das ideias ortográficas de Gonçalves Guimarães, *quási sempre em harmonia* (p.208) com as Gonçalves Viana, conquanto existam divergências de monta entre ambos, mais ao nível das soluções concretas do que no dos princípios reguladores da ortografia.

3.3. João Bonança

Bem diferente das anteriores, a reforma ortográfica de João Bonança é exposta e justificada na sua **Grammatica Portugueza, segundo a indole e os principios da lingua primitiva. com a reforma orthographica e a verdadeira origem das letras**

e das palavras (1905-1909), dedicada aos moços e aos velhos. Esta é a mais extravagante de todas as propostas anteriores à reforma oficial de 1911, porquanto pretende substituir o alfabeto por um sistema supostamente fonético que obriga à criação de muitos e estranhos caracteres, cuja economia é de difícil sustentação.

João Bonança (1836-1924), natural de Lagos, dedicou-se ao jornalismo após abandonar a vida eclesiástica e radicar-se em Lisboa. Autodidacta e idealista utópico, aspectos que parecem explicar a sua proposta ortográfica, pugnou pela liberdade de imprensa e pela federação ibérica, tendo, inclusive, aspirado à Presidência da República. Em matéria ortográfica, discrepa quer dos sónicos, quer dos etimológicos, cujos sistemas considera igualmente incoerentes, pois se uns pretendem escrever à espanhola ou à italiana, os outros insistem em escrever à latina. Para pôr cobro à interminável e, sobretudo, infrutífera disputa entre as duas tendências – a *sónica* e a *polygrammica* –, armado de argumentação pretensamente filológica segundo a qual a língua portuguesa não se filia na latina, retoma a chamada “tese da origem peninsular”, antes expandida pelo Cardeal Saraiva, Fr. Francisco de S. Luís (cf. I, 1.2.), que militara na “celtomania”. Esta posição terá decerto levado Rodrigo de Sá Nogueira à apreciação negativa da obra de Bonança, apostrofada como uma *das coisas mais lastimáveis que se tem publicado em Portugal nos domínios da filologia*. A ruptura com a tradição gráfica greco-latina far-se-á, neste caso, ao amparo das concepções filológicas do autor, que muito distam de ser acertadas à luz do saber linguístico da época:

“A illusão de que o portuguez, o castelhano e os outros idiomas congéneres se derivam do latim provém da identidade das bases vocabulares. A originalidade peninsular da língua mãe fica anteriormente demonstrada” (p.41).

Outros critérios, totalmente subjectivos e infundados, somam-se à questão das origens linguísticas do português, como a independência linguística, assente na distintividade gráfica em relação às outras línguas, ou a origem peninsular do alfabeto:

“Embora todas as nações e raças da Europa tenham adoptado para seu proveito e uso as letras do extenso abecedario luzitanico e iberico, os objectos que serviram de modelo ás letras, teem nas linguas grega, germanica e russa nomes diferentes. Esta circumstancia revela e denota concludentemente, e fora de toda a contestação séria, a origem peninsular (hispanica) dos caracteres escriptivos, usados por todas as nações da europa e as de ella derivadas. O facto de os gregos declararem que receberam o seu

alfabeto de um phenicio chamado cadmo, tem levado a philologia a pregoar inconscientemente aos quatro ventos do mundo que o nosso abecedario foi inventado pelos phenicios: e os hebreos, de quem descendem os phenicos, teem sido por honra e exaltação da sua raça os mais ardentes propangandistas de similhante ficção” (pp.47-48).

Em conformidade com isto, a definição de letra diverge da habitual, sendo “a figura abreviada de um objecto, cujo nome começa pelo som, que ella representa” (p.47). Refira-se, no entanto, que o sistema a seguir descrito aproveita os caracteres e os meios tipográficos então disponíveis, como se verá com o itálico.

Antes, porém, importa examinar os diversos valores dos grafemas tradicionais, no sentido de melhor se compreenderem as soluções previstas por João Bonança. Assim, o nível mais problemático da representação gráfica é o vocálico: o grafema <a> tem valor aberto (*dado*), fechado (*vinda*), nasal tónico (*romã*) e nasal átono (*Antonio*, *ambar*), sendo que o primeiro passa ser representado por um grafema <Λ>, o segundo por <a>, o terceiro, por <ɒ>, o quarto, por <ã>, conforme os exemplos volΛtil “volátil”, linda, romɒ “romã” e facção; os seis valores do grafema <e> – breve, semelhante a *i* (e, de, me), aditongado, parecido com o de *ei* (*crê*, *vê*), aberto (*fê*, *balancé*), semi-aberto (*vez*, *francez*), aspirado (*ceo*, *chapeo*) e nasal (*membro*, *amendoa*) – passam a ser grafados respectivamente como <E, e>, <Ξ, θ>, <Æ-æ>, <e>, <Œ-œ>, <em-en>, nas palavras E-soledΛde, Ξduardo-θdificΛr, Æ-balancæ, mez-portuguez, Œlla-cœu “céu”, membro-amendoa (pp.61-62); os quatro valores de <i> – átono (breve), tónico (aberto), fechado e nasal – são representados por <I-i>, <Y-y> e <im-in>, em *Ignacio-illegal-proprio*, *Ylhavo-lympido*, *Impœrio* “império”-*importAr-innocente*; já dos quatro valores de <o>, a saber, breve (átono), aberto (tónico), “aditongado”, e nasal, o primeiro é transcrito por <u>³⁷, o segundo, por meio de <o>, o terceiro como <Λ>, e o último, por <6>, em *murrer*, *morte*, avΛ, enjΛo “avô, enjoo”, but6es “botões”, certid6es “certidões” (p.66); por fim, os

³⁷ Cf. p. 65: “O som mais frequente do *o* na lingua portugueza æ o de *u*. Representar *u* e *o* pelo mæsmo caracter æ cœrtamente um contrasenso, que funde is sois factos distinctos”.

valores átono, tónico e nasal de <U-u> são representados por <U-u>, <w> e <um-un>, em *usual*, *twmulu-dwvida*, *nenhum-ungydu* (pp.66-67).

Quanto aos ditongos, definidos como a “juncção de duas vogues diferentes, pronunciadas de uma só emissão de voz”, os orais são *ae-ai*, *au*, *ea*, *ei*, *eu*, *ia*, *ie*, *iu*, *oe-wi* (*Pla-vai*, *Plulu*, *rusydea*, *leitwra*, *Luzitania*, *fie*, *impiu*, *doe-fai* “foi”, *ougu*, *inyqua*, *diminwe*, *fiu*, *quota*), e os nasais, *pe* e *be* (*escrives*, *butbes*).

Para justificar as soluções respeitantes à representação consonântica, Bonança examina a origem de cada unidade fonológica. Neste campo, ora se verifica a manutenção de certos grafemas tradicionais, ora a substituição de alguns, embora o balanço seja favorável à tendência conservadora, já que as alterações grafemáticas ocorrem sobretudo na representação vocálica: assim, no que respeita às oclusivas bilabiais, às dentais e à velar sonora, conservam-se os grafemas habituais, e bem assim <m>, <n>; para a oclusiva velar surda admite, no entanto, as grafias <c> e <k>, e aceita grafias duplas (aflicção); <g> continua a representar a oclusiva velar sonora, mas prescindindo do suporte vocálico quando não proferido (*gœrra* “guerra”); embora considere vantajoso que <g^e_i> deixe de grafar a fricativa palatal sonora, opta por <j>, indistintamente do contexto e da origem (*Januario*, *Pelaju*, *cerejeira*), mas registam-se algumas incoerências (*fragil-estranjeiru*); o grafema <l> representa a lateral em todas as posições, mesmo em grupos consonânticos (*lei*, *magnolia*, *alma*, *pruclama*, *golpe*); <m> serve para grafar quer a nasal bilabial, quer a nasalidade vocálica (*mau* “mau”-*compra*, *sempre*, *nenhum*), à semelhança de <n>, que representa a nasal alveolar e marca a nasalidade (*desnatar-enlace*, *concorrençia*), proscrevendo-se as geminadas respectivas, salvo quando são realizadas em sílabas distintas (*ennovelar*, *ennegrecer*, *ennastrar-anular*, *annunciar*), grafia dupla que virá a ser suprimida em 1945, com a consequente tendência para a desnasalização da vogal inicial; o grafema <p> mantém-se quer isolado, quer em grupos consonânticos (*padre*, *exemplar*, *prantu*); <q> é substituído por <k>, considerado *letra de origem nacional* (letra de origem nacional) em todos os contextos (*catuarze* “catorze”, *cuartel*, *cuatro* vs *kerær* “querer”, *kiætu* “quieto”,

cotidianu, cutizar, propincuu); <r> representa quer a vibrante simples, quer a múltipla inicial, mas em posição intervocálica a múltipla é grafada pela grafia dupla <-rr-> (*mulhær, Cuimbra, ræu* “réu”, *rampa-tærra* “terra”, *prorrugar*), não sendo admitidos grafia simples com valor de vibrante forte de acordo com a composição da palavra, embora esteja previsto um grafema distinto para este caso (*Encuantu a imprensa næo tivær duas formas de r, æ racimnal, para evitar confusões, escrevær com r dubrado us tærmus, em ke, singælu, tem u som dwru*, p.104), à semelhança do que propusera Barbosa Leão, em 1879, e só pudera concretizar em 1886, uma vez ultrapassada a indisponibilidade tipográfica; o grafema <s> representa a sibilante surda em todos os contextos, excepto naqueles em que é grafada com <ç> (*sem, saia, sol, abstratu, mares-disæse* “dissesse”- *cocçæu* “cocção”, *facçæu* “facção”), mas admite <s> inicial seguido de consoante (*scimar, spuradicu*); de salientar também a adopção de soluções do tipo *vul-o* “vo-lo”, *dærmul-u* “darmo-lo”, com a lateral na forma verbal; <t> representa a oclusiva dental surda, sem estarem previstas duplicações (*tæça, tontu*); o grafema <v> corresponde, por seu lado, a fricativa lábio-dental sonora (*vaca, veia, escrevær* “vaca, veia, escrever”); <x> deixa de ser heterofónico, porque fica reservado para a representação exclusiva do valor oclusivo em palavras de origem grega (*xerubim* “querubim”, *xymica* “química”), visto excluir quer o grupo <ch>, quer o grafema <q>; por isso, a sequência [ks] é grafada com <cs> (*ficsas*), solução coincidente com a de Gonçalves Viana (1904); quando precedido de vogal átona <x> é substituído por <s> (*æcluzæo* “exclusão”, *æstinctu* “extinto”), mas quando corresponde à fricativa sibilante surda ou à sonora grafa-se, respectivamente, com <c> e <z> (*macimu, procimu, æemplu, æzitu*); <z> fica assim reservado quer para a representação de fricativa sonora, em contextos distintos do anterior (*zambumba*), quer daquilo a que o autor chama a “tonalidade das vogais”, nos oxítonos fechados (*sagaz, felyx, Estremmoz*) e nos gentílicos (*francez, japunez*). Quanto à função de <h>, este grafema mantém-se apenas nos dígrafos <ch>, <nh> e na grafia das interjeições, assim como nos dígrafos das palavras de origem grega (*omem vs hidraulica, horoscupu, philusuphya, rhinuceronte, tæse* “tese”).

Em face destas correspondências, é legítimo concluir-se que este sistema nem reduz a heterografia, nem repõe o ideal alfabético, nem, ainda, economiza meios gráficos, para além de dificultar o acesso lexical ao introduzir grafemas distintos dos da tradição recebida pela língua vernácula. Nestas condições, a proposta de reforma ortográfica de João Bonança compreende as unidades gráficas <Λ, a, e, æ, œ, ə, e, y, i, o, M, u; b, c, ç, d, f, g, h, i, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z>, sendo que as alterações mais profundas afectam sobretudo a representação do vocalismo.

No capítulo da acentuação (*signales tonicus* ou *signales orthographicus*), note-se que João Bonança só trata do uso de acentos no âmbito da descrição da pronúncia, porquanto o seu sistema, ao dispor de grafemas vocálicos específicos para os vários timbres, dispensa-os. Como quer que seja, aos acentos (agudo, grave circunflexo) é prestado um tratamento de ordem meramente supra-segmental, sem correspondência entre este nível e o gráfico, pois expõe as regras para a identificação de palavras agudas (longas), graves ou esdrúxulas (ou antegraves). Neste aspecto o sistema revela-se económico.

Afora o plano alfabético, o autor ocupa-se igualmente do plano extra-alfabético, em particular do nível da pontuação de palavra, quando estabelece o uso da maiúscula: assim, a maiúscula distintiva ou hierarquizadora aplica-se aos antropónimos, aos topónimos, aos nomes geográficos (continentes e ilhas, mares, rios, serras e montes), localidades, nações, países, províncias, divindades, planetas e constelações; a maiúscula demarcativa ocorre, por sua vez, no princípio de cada período, no início de cada citação ou do discurso directo; em geral, a maiúscula está investida de valor individualizador.

3.4. A “Reforma Ortográfica da Academia Brasileira” (1907)

Depois de se ter ventilado, na sessão da Academia Real das Ciências 29 de Abril de 1898, a possibilidade de as Academias portuguesa e brasileira elaborarem em conjunto um projecto de simplificação e uniformização da ortografia portuguesa, sem se terem verificado resultados práticos, em 25 de Abril de 1907, a Academia Brasileira de Letras, fundada em 20 de junho de 1897, vai debruçar-se e discutir,

intensamente, um projecto de reforma apresentado por José Medeiros e Albuquerque.

Os seus principais objectivos dessa proposta eram os seguintes: contribuir para a simplificação imediata da *orthographia portugueza*, mas sem exageros sónicos, e dotar o Brasil de uma ortografia em conformidade quer com o ideal ortográfico de atribuir a cada letra um som e vice-versa, quer com a pronúncia brasileira, visto ser difícil conciliá-la com a portuguesa numa única ortografia. Com efeito, alguns dos argumentos subjectivos aduzidos por Medeiros e Albuquerque são marcados por um forte pendor nacionalista e ressaibos de anti-colonialismo, como se comprova dos pressupostos argumentativos a seguir reproduzidos:

“(…) não é possível achar uma orthographia conciliadora, capaz de representar simultaneamente a pronuncia portugueza e brasileira, cujas diffeenças já são tão grandes e tendem a crescer de dia para dia; que, nesse caso, nem é possível, nem ha razão para que vinte milhões de brasileiros se dobrem aos habitos de prosodia de cinco milhões de portuguezes cuja pronuncia aliás diverge profundamente de provincia para provincia; que nem mesmo a allegação de que devemos respeitar as tradições é justa, porque, em primeiro logar, esse é um argumento para eruditos e a lingua é feita pelo povo e para o povo; em segundo logar, a prosodia portugueza actual evolue de um modo distincto da nossa e já não é a mesma que no tempo em que o Brasil deixou de ser colonia (…)” (pp.9-10).

Nesse projecto eram contempladas as seguintes alterações: proscrever <k>; manter <h> inicial (*haver, hoje, hontem, homem, humanidade*) e eliminar <h> interior, salvo nos grupos <ch, nh, lh>; substituir <g> por <j> em interior de palavra; substituir <s> por <-z->; conservar grafias dobradas como <ll> (*elle, ella, aquella, aquella*); eliminar os grafemas inarticulados (*ativo, otimo*); reduzir o grupo <sc> inicial e interior a <c> (*crecer, ciencia*), de acordo com a pronúncia; grafar <-az, -ez, -iz, -oz, -uz> tónicos.

Posto isto, Medeiros e Albuquerque propõe que a Academia Brasileira adopte nas suas publicações oficiais a ortografia usual, tal como ela é apresentada no **Diccionario** de Cândido de Figueiredo, introduzindo-lhe algumas modificações: em caso de dúvida, optar pela grafia que mais se aproxime da pronúncia; suprimir <y, w> e <h> interior e substituir <k> por <c^{a, o, u}, qu^{e, i}>; substituir <ph> por <f>, <ch> por <c^{a, o, u}, qu^{e, i}>, <x> por <cs>, <s>, <ss> ou <z>, conservando apenas o valor

palatal; simplificar todas as grafias dobradas, excepto <rr> e <ss>; suprimir todas as grafias nulas; substituir <s> por <z>, <g> por <j> e <ç> inicial por <s>, preferível mesmo em posição interior; grafar as terminações tónicas com <ez, iz, oz, uz> reservando-se <s> para o final das palavras.

Submetida a discussão a proposta de Medeiros e Albuquerque, Salvador Mendonça apresentou um projecto alternativo, assinado por ele próprio, Ruy Barbosa e Sílvio Romero, pelo qual a Academia Brasileira resolveria compor um dicionário etimológico para uso nas publicações e recomendar as regras seguintes: grafar com <ão> as terminações tónicas e as átonas com <-am> (*João, louvarão-Christovam, orgam, estavam*); representar com <an> a nasal final átona e com <ã> a tónica (*iman, firman - irmã, manhã*); grafar com <u> a semivogal dos ditongos (*Macau, sarau, chapéu, judeu e Deus, ceu, meu, teu, seu*); distinguir com <z> as terminações tónicas do singular (*rapaz, pedrez, Luiz, lioz, arcabuz*) e com <s> as palavras terminadas em vogal; suprimir o apóstrofo nas contracções (*naquella, neste, nisto, daquillo*); manter a grafia original dos nomes próprios estrangeiros.

Debatida esta contra-proposta ortográfica, em especial pelo filólogo João Ribeiro (1861-1934), a Academia acabaria por aprovar a de Medeiros e Albuquerque, com algumas especificações, a saber, optar pela grafia mais adequada à pronúncia em caso de dúvida, razão por que deve representar com <u> (*máu, chapéu, véu, partiu - frio, rio, tio*) ou <i> as semivogais dos ditongos (*pái, cái, sái, mãi*), e a vogal átona inicial com <i> (*idade, igreja, igual*); proscrever <k, y, w> substituídos por <c^a, o, u, qu^e, i, i, v-u> (*kaleidoscopio~caleidoscopio, kepi~quépi, mysterio~misterio, wormio~vormio*); suprimir <h> interior (*supreender, apreender, distrair*), excepto nos casos nas palavras derivadas (*honra-dezhonra, haver-rehaver*), e bem assim nos grupos cultos <ch> e <ph>, com valor de consoante velar surda e de fricativa lábio-dental surda, respectivamente (*chaldeu~caldeu, chimica~quimica; orthographia~ortografia*); substituir <g> interior por <j> (*ajir, lejislativo*), mas conservá-lo, a título provisório, em posição inicial; eliminar <-s-> como valor de sibilante sonora (*roza, caza, tranzijir*); suprimir todas as consoantes dobradas não articuladas, salvo <rr, ss> e <ll> nos pronomes pessoais e derivados (*aquella, aquillo*) ou quando são ambas proferidas (*sucção=suqsão*); eliminar as chamadas consoantes mudas (*ativo, anedota, aumentar - abdicar, intelectual, gnomo,*

recepção, optar); suprimir <ç> em posição inicial (*çapato~sapato, çamarra~samarra*); grafar com <z> os substantivos e adjetivos oxítonos em <-az, -ez, -iz, -oz, -uz>, ficando <s> para as formas oxítonas do plural (*pás, pés, ardis*); grafar a vogal átona e o ditongo nasal átono com <ã> e <am>, respectivamente (*manhã, pagã, orfam, amam*), e reservar <ão> para a terminação tónica; por último, eliminar o apóstrofo das contracções (*deste, neste, daquela*).

Segundo José Veríssimo (1857-1916), veemente defensor dos propósitos e das soluções acima, a Academia Brasileira não visava uma *reforma geral, systematica, até radical, profunda e longamente estudada, apoiada nos mais acurados estudos da philologia portugueza e romanica e ao mesmo tempo nos da phonetica da lingua*, como fizera Gonçalves Viana, primeiro no **Questionário** e depois na **Ortografia Nacional**, mas antes a simplificação do sistema misto então vigente, ou seja, *uma reforma parcial, modesta, que sem desprezar as aquisições philologicas e especialmente phoneticas, se limitasse a acompanhar, servir e favorecer as tendencias manifestas da (...) lingua para uma modificação da sua orthographia*³⁸. Além disso, o referido académico brasileiro vai ao ponto de avaliar a presteza da Academia Brasileira em termos nada favoráveis para a sua congénere portuguesa, quando comenta que “se a Academia Brasileira fez mais depressa a reforma do que o não faria jámais a portugueza, é que lhe aproveitou o privilégio, a graça de Estado, digamos, dos povos novos, sem tradições arraigadas nem fortes preconceitos, que lhes faculta mudanças e progressos mais rapidos e promptos que os dos velhos povos”³⁹. Ao amparo das propostas de Gonçalves Viana, passa depois a justificar as soluções em que existia alguma concordância entre as soluções brasileiras e as do filólogo português, nomeadamente a proscricção das grafias dobradas e dos grupos cultos, a supressão de <h> interior e a substituição de <g^e.i> interior por <j>⁴⁰.

Entre os impugnadores da reforma, contavam-se, no entanto, o jornalista e académico Carlos Laet (1847-1927) e o filólogo e poeta Sílvio de Almeida (1867-1924), o primeiro dos quais apodou a *reforma de contraproducente, selvagem ou bocotuda, anti-patriótica, inoportuna, descriteriosa e anti-filosófica, mal*

³⁸ Apud Cândido de Figueiredo, **A Ortografia no Brasil**, 1929, pp. 25-26.

³⁹ Id., p.27.

⁴⁰ Pelo contrário, a propósito da substituição de <-s-> etimológico por <z> tenta demonstra o *illogismo* de Gonçalves Viana; cf. *obra cit.*, p.41.

*fundamentada e ridícula*⁴¹, e apostrofou de *leviano academico* Medeiros de Albuquerque, autor da proposta inicial.

Ainda assim, a 17 de Agosto de 1907, no Rio de Janeiro, a reforma é votada e assinada pelo presidente da agremiação, o escritor Machado de Assis. No Brasil, logo se soaram louvores à iniciativa progressista da Academia, como os do escritor e académico Almáquio Dinis (1880-1937), estribado na natural evolução estrutural da língua⁴².

Em Portugal, a defesa da reforma brasileira e a resposta aos seus detractores caberá a Cândido de Figueiredo, no estudo intitulado **A Ortografia no Brasil** (1907), posição à qual possivelmente não será alheia a presunção do filólogo português, engrandecida pelo facto de o seu **Diccionario** servir de referência lexicográfica à Academia Brasileira, ao ponto de declarar a sua adesão em termos que não deixam lugar a dúvidas, nem quanto a esse apoio, nem quanto à personalidade do académico:

“Os senões e os defeitos que se deparam, e, pontos, talvez secundários ou adiáforos, da reforma ortográfica da Academia Brasileira, não invalidam o merecido aplauso que a reforma, nos seus pontos capitaes, me sugere. Êsse aplauso, não o exteriorizei meramente na imprensa brasileira, como cumprimento natural de forasteiro bem educado. Tão espontâneo e sincero é êsse aplauso, que se me não engano, fui, em Portugal, o único homem de letras, que trancreveu e saudou a reforma ortográfica da Academia Brasileira. Quando dela tive notícia, interrompi até uma série de estudos num diário lisbonense, para comemorar solenemente a notícia e considerar aquele dia como dia de gala...internacional. Sou, pois, um amigo da reforma, amigo porém que a deseja mais perfeita, e menos complexa, visto que a simplificação mais exequível não tem urgência de abranger todos os pontos a que a reforma se estendeu” (**Ort. Bras.**, 3ª ed., 1929, pp. 139-140).

À reforma brasileira se referirá também Gonçalves Viana, na *Advertência Preliminar* ao seu **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa** (cf. supra 2.1.), dado à estampa dois anos depois daquela, na qual realça os pontos em que dissente das soluções brasileiras, em particular a substituição de <ç> por <s>

⁴¹ Apud José Pereira Tavares, **Ortografia Portuguesa**, Coimbra, 1828, p.80, e Cândido de Figueiredo, **Obra cit.**, pp. 32-37.

⁴² Cf. **A Reforma Ortografica**, Bahia, Off. do Diario da Bahia, 1907.

inicial e a de <-s-> por <-z-> intervocálico, a falta de acentuação sistemática, e a adopção da grafia *si* em vez de *se*.

Ali critica a linha reformadora adoptada pela Academia brasileira, cujas soluções dificilmente julga compatíveis com a variedade portuguesa:

“Não convém pois generalizar-se a Portugal a reforma brasileira, quando contradiga, como dêste modo contradirá, factos glóticos próprios do reino, e que pertencem à história portuguesa, nele desenvolvida: e nenhuma das considerações que na imprensa da grande e próspera República teem aparecido, com o intuito de colocar o português de Portugal na dependência do Brasil, é plausível ou aceitável, mesmo do ponto de vista filológico, único que deve ser tido em consideração para o caso sujeito” (p.VIII).

Se à Academia Brasileira apraz estabelecer um cisma ortográfico, o qual poderia evitar com uma razoável condescendência, que em nada influi nos princípios gerais e essenciais da reforma, Portugal, por si, tem de manter-se no lugar que por herança lhe compete, como defensor do idioma pátrio, que criou, ilustrou e continua a ilustrar e a cultivar” (p.IX).

A propósito do *diferendum* inter-académico, opina D. Carolina Michaëlis, sabiamente e em ortografia vianense, pouco antes da reforma portuguesa: “Urje portanto que em discussão serena, conquanto enérgica, se dirima esta contenda entre os Reformadores de Portugal e os do Brasil, podendo ser por mútua condescendência. – Se cá cedessem quanto aos dois primeiros pontos [acentuação moderada e regularização dos vocábulos eruditos com çç, ct, pç, pt], deviam conseguir que lá, criteriosamente, se conformassem em relação ao *s*, aplaudidos de mundo científico” (1911, p.209).

Ainda uma palavra a respeito da sorte desta reforma brasileira: depois de um convite da Academia das Ciências de Lisboa à sua congénere do Rio para colaborar na reforma ortográfica, em 1912, João Ribeiro revê a ortografia brasileira; em 11 de Novembro de 1915, depois das correcções feitas pelo académico Silva Ramos, a reforma da Academia Brasileira de 1907 fundiu-se com reforma portuguesa de 1911. Mas, a desunião ortográfica não tardaria, pois em 4 de Novembro de 1919, por proposta de Osório Duque Estrada, a agremiação revoga essa decisão.

Era o princípio da história de (des)acordos da nossa ortografia e estavam dados todos os motes – históricos, políticos, ideológicos, culturais e linguísticos⁴³ –, reacendidos há pouco na pira de um intento de a sete se concertar o que a dois foi difícil...

3.5. A “Escripta Nacional”

Uma réplica etimológica à **Ortografia Nacional** (1904) e à sua aplicação prática, ou seja, ao **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico** (1909), de Gonçalves Viana, vem pela pena nacionalista de Alexandre (Magno de) Fontes, na **Escripta Nacional ou a orthographia portugueza, etymologica e tradicional. Licção theorico-pratica** (1910), seguida de **A questão orthographica** (1910), do vocabulário **A orthographia portugueza** (1910), dos **Mandamentos da boa orthographia** (2ª ed. 1911). Mesmo depois da Reforma de 1911, insistirá na defesa da ortografia etimológica ou usual com **Gralhos depenados** (1912) e **Orthoepia e orthographia da lingua portuguesa** (1913).

Contrastando com os precedentes por ser “etimológico”, vale a pena examinarmos o sistema defendido por este autor, pois ele reúne as características basilares dos sistemas não simplificados, a saber, a duplicação das consoantes, decorrentes da etimologia (*belleza, approvar, immediato*); manutenção dos dígrafos greco-latinos <ph, th, rh, ch> (*philosophia, theatro, rheumatismo, chimico*); conservação do grafema grego <y> (*lyra, matyr, systema*); <h> inicial e interior (*hoje, hontem, hombro; inherente, coherencia, apprehender*); conservação das consoantes não articuladas ou mudas (*escriptor, esculptura, lucta, recto, redactor, contradicção vs ratificar, retaguarda, dita*); emprego de <s> e <z> em função da etimologia e da história da língua (*portuguez, inglez, freguez, vez, natureza, belleza vs defesa, empresa; uniformizar, contemporizar vs improvisar, analysar; paezinho-paesinhos, pãozinho-pãesinhos*); pronomes enclíticos (lo, la, los, las) com a lateral e ligados ao verbo com hífen (*amá-lo, dizê-lo, pô-las*), solução coincidente com a das **Bases** (1885) e a reforma; conservação das grafias tradicionais <ae, éo, oe> para os

⁴³ Vide, Rui Vieira de Castro, *A Questão Ortográfica e a Linguística como Argumento, A Demanda da Ortografia Portuguesa* (org. Ivo Castro et alii), Sá da Costa, 1987, pp.117-128.

os ditongos orais [aj], [ɛw] e [ɔj], em *jornaes*, *chapéo*, *véo*, *heroe*, *anzoes*; [ew] grafado com <eu>, em *meu*, *teu*, e [aw] grafado com <au>; a despeito da evolução fonética e da pronúncia, a átona inicial grafada com <e> (*egreja*, *igual*, *idade*, à semelhança de *enumerar*, *elucidar*); acentuação pouco frequente, excepto em vocábulos novos ou menos conhecidos, ou, ainda, num reduzido número de monossílabos; proscricção do acento grave e do trema.

Apoiados na consulta dos dicionários, estes dez *mandamentos da boa orthographia* são a garantia do nacionalismo ortográfico reivindicado pelo autor anti-reformista. A defesa deste sistema etimológico havia sido abundantemente expendida, sob a forma de “estopadas”, na **Escrepta Nacional ou Orthographia Portugueza Etymologica** (1910), título que põe em evidência como a tendência etimológica pretendia revestir-se de uma aura nacionalista, por ser depositária, segundo o mesmo Alexandre Fontes (1866-1928), da vernaculidade e da tradição, ao contrário da tendência *sónica*, que despia a ortografia das suas melhores galas. A cada uma das referidas estopadas corresponde um tema sobre a matéria ortográfica: assim, na primeira, por exemplo, Fontes reproduz o texto da Reforma da Academia Brasileira (cf. supra, 3.4.), cujo teor condena, ao mesmo tempo que demonstra a anarquia ortográfica a partir de extractos de diversos periódicos portugueses (por ex. *Lucta*, *Diario de Noticias*, *Epoca*); na segunda, trata em especial da adopção de estrangeirismos, assunto que continua na terceira.

Ainda após a reforma de 1911, a oposição violenta de Fontes ao chamado *sonicismo*, *invenção só comparável ao volapuk* (**Escrepta**, 1908, p.48), merecerá uma resposta de Henrique Brunswick, no texto **Sistema Ortográfico da Língua Portuguesa** (1912), um dos muitos que saem a terreiro em desagravo da nova ortografia.

Porém, afóra as propostas conservadoras de Alexandre Fontes, possivelmente as mais conhecidas, na medida em que tiveram grande divulgação, a julgar pelas várias edições, antes de ser tornado público (23 de Agosto) e oficializado, em versão integral no **Diário do Governo** nº 213, de 12 de Setembro de 1911, o **Relatório da Comissão** nomeada em 15 de Fevereiro desse mesmo ano (**Diário do Governo** nº29), outros projectos houve, se bem que de menor impacto no âmbito da questão ortográfica do dealbar do nosso século.

3.6. Ainda a “ortografia sónica”

Publicada quando já decorriam os trabalhos da Comissão reformadora oficial, **A Orthographia Sonica** (Resumo d’um projecto, Coimbra, 9 de Abril de 1911), de Acácio Armando de Sousa, diverge tanto dos projectos de reforma simplificados, como as **Bases da Ortografia Portuguesa** (1885), a **Ortografia Nacional** (1904), e o **Vocabulário Ortoépico e Ortográfico** (1909), como dos etimológicos, de que é exemplo **A Escripta Nacional** (1910).

Perante mais esta proposta, parece pois indiscutível que as ideias ortográficas constituíram um verdadeiro *leit-motiv* linguístico, atingindo as proporções de uma polémica social e política desde a década de setenta do século passado, com as **Considerações** (1875) do cirurgião de brigada da Comissão Portuense. Importa, no entanto, fazer uma distinção entre o movimento reformador sónico, de que são figuras de proa o próprio Barbosa Leão, Castanheira Nunes, o açoriano Corte-Real e o polígrafo João Félix Pereira, e o movimento reformador de compromisso entre os princípios histórico e fonético, representado pelas **Bases** (1885), de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu, e pela **Ortografia Simplificada** (1889), cujo sistema é epígono do precedente: o escopo do primeiro – sónico – é a vinculação da grafia à realização fónica, ao ponto de admitir a subversão da tradição alfabética, e bem assim dos princípios etimológico e histórico, em proveito do primado do princípio fonético, enquanto que o segundo – misto ou de compromisso –, mais eclético e rigoroso, procura conciliar aquelas duas vertentes de molde a abranger todas as variantes regionais e a conservar o vínculo gráfico com as línguas da mesma família linguística. O epíteto “reformador” não era, portanto, nem equivalente, nem muito menos sinónimo de sónico, visto este ter uma carga de radicalismo fonetizante, como já observámos antes (cf. supra II).

De facto, a reivindicação de uma ortografia sónica traduzia-se na assunção do primado do princípio fonético, mesmo quando essa proclamação é feita numa modalidade da chamada ortografia usual, como sucede com o projecto de reforma de Acácio Armando de Sousa (Porto, Typ. da Emprêsa Litteraria e Typographica, 1911), que engrossa as hostes sónicas, já no nosso século. Com o propósito de defender, perante a “commissão encarregada de remodelar a nossa orthographia”, a

orthographia”, a “orthographia sónica”, que “consiste em acompanhar graphicamente a evolução phonetica da linguagem, *o mais aproximadamente possivel*, por meio dos caracteres escriptos, sem nunca alterar o valor d’estes” (p. 5), o autor expõe alguns princípios basilares a ponderar pela referida Comissão: a relação biunívoca entre grafemas e fonemas e a distintividade gráfica daqueles, ao mesmo tempo que sugere a criação de um alfabeto novo, cujas unidades terão uma forma aproximada se corresponderem a sons semelhantes, ou forma distinta, caso representem sons muito diferentes; supressão dos acentos; aceitação de qualquer reforma por acordo internacional. Segundo o autor, as condições para a aceitação universal destas alterações ainda não estariam reunidas, razão pela qual, transitoriamente, prevê a fixação de um único valor para cada grafema, de acordo com a etimologia, por um lado, e , por outro, a manutenção dos acentos para modificarem determinados grafemas.

Da aplicação destas medidas provisórias, resultaria resulta um elenco grafemático composto por <a, á, ã, b, c, d, e, é, ê, y, f, g, j, i, ï, m, n, o, õ, p, r, s, z, t, u, ü, v, x, lh, nh ou ñ>. Estes grafemas aplicar-se-iam, por exemplo, às palavras seguintes: *gato, ánimo, anjo; beijo; cadeira; dar; era; têta; era; mento; informes; familia, gato, gente; vi; vinte; lavar; marido; nadar; obra, trôco, tronco; pacato; tara, rosa; saber; casa, ricos; tu; presunto; vai; xarope; falha; hespanhol.*

Vale a pena atentar no valor dos grafemas <y> e <z>: neste sistema transitório, o primeiro corresponderia à vogal átona [ə], o segundo, à fricativa sibilante sonora, quer intervocálica (*casa*), quer final (*ricos*), não obstante aí ser palatalizada. Por outro lado, é suprimido o dígrafo <ch> representativo, na ortografia tradicional, da palatal surda, produto da palatalização de grupos consonânticos latinos; elimina-se <h>, excepto enquanto componente de dígrafos; suprimem-se <k> e <q>, ambos com valor de oclusiva velar surda, do mesmo modo que são banidos <m> e <n> como marcas da nasalidade vocálica, ficando reservadas para representação consonântica. No campo dos diacríticos, Acácio Armando de Sousa prevê a substituição do acento circunflexo, fácil de confundir com o til, pelo acento agudo, que marcará então a tónica fechada (*ánimo~gato*), e defende a inutilidade do grave. À vista destas soluções, o escopo do reformador sónico é a simplificação do sistema, ainda que isso implique usos pseudo-etimológicos, como se viu a propósito de <y>.

Numa linha reformadora em sentido silábico que visa *substituir o alphabeto pelo syllabario systematisado da linguagem*, situa-se a proposta de Joaquim José Coelho de Carvalho (1852-1934), académico que participou em algumas das sessões (p.ex. nas de 11 de Janeiro de 1900, 20 de Junho de 1901, 15 de Janeiro de 1903) em que foi tratada a questão ortográfica, em particular a resposta aos quesitos do **Questionário** de Gonçalves Viana. No artigo **Prosodia e Ortografia** (1911), o escritor algarvio e reitor da Universidade de Coimbra, defende a aplicação do sistema sónico ao método silábico da **Cartilha Maternal** de João de Deus, visto considerar a sílaba como a unidade fónica mínima à qual se deve atender na representação gráfica. Escrito em ortografia usual, isto é, assente sobretudo na etimologia, embora assistemática, ao contrário do sistema etimológico sistemático e rigoroso recomendado por Gonçalves Viana como base de qualquer reforma, o autor coloca esta escrita ou ortografia silábica no plano da pura idealização, enquanto se apoiar nos grafemas alfabéticos tradicionais, cujos valores tradicionais nunca tiveram carácter silábico, sendo por isso necessário criar um silabário composto por unidades específicas:

“Todos os esforços, que se teem empenhado, em todos os paizes, para encaminhar a orthographia para a simplicidade sónica; já fazendo cair a letra repetida, – que, depois, o pedantismo da mania erudita das origens etimológicas repõe de novo na palavra –; já, (e isso ainda assim com resultado de maior constancia) fazendo desaparecer da escriptura letras que na falla já tinham deixado de soar por se ter perdido completamente a remeniscencia do que symbolisavam como ideia, e, portanto, já sem poder algum, na celebração e na subconsciencia das gentes, a irradiação sónica e ideal d’esses caracteres (p. 12). (...)”

Todas as reformas da orthographia, que se tentem, desde que nos sirvamos dos caracteres actuaes, serão sempre improficuas tentativas, sem base natural, e, portanto, sem que se possa adoptar um systema scientifico de leis invariaveis.

Continuando a usar os caracteres actuaes, só resta um processo a seguir: – ir com a *moda*. Eu, quando tenho um livro meu a imprimir, e que o chefe da officina me pergunta que orthographia quero, repondo-lhe invariavelmente: – *a do revisor da casa*. (...) Seria necessario, para não falsear a orthographia, ter um signal unico para cada syllaba, e cujo nome fosse o proprio som da syllaba que esse signal representasse.

Mas será possível, sem cairmos no arbitrio da fantasia e em grosseiro empirismo, engendrar esses signaes ? Ate ha poucos annos não era possível; e os signaes syllabicos

que se inventassem não passariam de garatujas, que jamais seriam caracteres, por que não resultariam necessarios da especial função da vida na produção do som syllabico.

Hoje, porem, parece-me scientificamente possivel lograr-se o intento; e até julgo indispensavel a organização de um syllabario, formado pelos signaes proprios e invariantes, representativos das unidades sonicas da palavra. (...)

Basta, para se alcançar esse signal verdadeiro da syllaba, fazer com que um aparelho phonographico de perfeita precisão risque, numa placa sensivel, alinha sónica da vibração de cada syllaba.

D'esta maneira, teremos o syllabario; e para não multiplicar as figuras de quasi identidade, façamos desenhar só os sons das syllabas longas; e quando ellas tenham no discurso de ser breves conforme a *quantidade*, ou *graves* ou *agudas* conforme o *accento*, carreguemol-as dos signaes actualmente usados para dar-lhes a qualidade em *quantidade* e *accentuação* que lhes for necessaria” (p. 13).

Embora não chegue a explicar ou a descrever concretamente o referido silábario e o seu funcionamento, Coelho de Carvalho aponta, todavia, os princípios que deverão pautar o estabelecimento de tais unidades: elas corresponderiam aos vários graus das sílabas cicloidais e suas transformações, a saber, as vozes do 1º grau (consonantização na aspiração, isto é, ditongos ou geminadas – *ai, au, iu, ui, ao, ei, eu, oi, ou* – e singulares – *i, a, u, e, o*), vozes do 2º grau (consonantização a retro – *l, r, z, m, n ~*, e preconsonantização – *b, d, f, g, j, k, m, n, p, r, s, t, v, x, z*), e vozes do 3º grau (*br, dr, fr, gr, kr, pr, rr, tr, bl, kl, pl, lh, nh*). Rompendo com uma tradição secular, criar-se-ia uma *ortographia phonographica, systematisada scientificamente*, cuja rapidez de aquisição julga equiparável à da **Cartilha Maternal**, sem que tenhamos indicações precisas sobre os caracteres silábicos a adoptar nesse sistema.

3.7. “A Questão Orthographica”

Enquanto os trabalhos da Comissão decorriam e os partidários da etimologia à *outrance* se debatiam nos últimos estertores etimológicos também havia quem considerasse a questão da unificação ortográfica um problema menor, como é o caso do escritor e académico Albino Forjaz de Sampaio (1884-1949). Em capítulo de a **Prosa Vil** (1911) sobre **A Questão Orthographica** (pp. 65-70), manifestava ironicamente a sua indiferença acerca de tão controvertido assunto.

Vale a pena atentar no seu testemunho sobre a polémica social à volta da ortografia portuguesa no seu tempo:

“Uma das questões latentes que existem em Portugal é a questão orthographica. Sem ter a importancia da economica nem o perigo terrivel da religiosa, a questão orthographica não deixa de ter feito correr rios de tinta e esmurrar mutuamente uma boaduzia de grammaticos. Orthographia nacional não ha e cada um segue a que bem lhe dá na gana sem que por isso deva satisfações a cada qual. O sr. Gonçalvez Viana chama a isto «anarquia ortográfica» e abaixo explica os porquês: «a ortografia da imprensa Nacional difere das que usa a Academia Real das Sciencias, e ambas das que a Universidade de coimbra tem seguido, sem contarmos que estas são já em si mesmas diversas, conforme os tempos e os escritores.» (p.65). (...) Porque, explica o sr. Candido de Figueiredo e com razão, porque «todos os escriptores estão convencidos de que orthographam bem e, entretanto, cada qual orthographa de sua maneira. como de descargo de consciencia, suppõem praticar a orthographia usual. a orthographia usual reduz-se á orthographia de cada um, o que dá em resultado cem ou duzentas orthographias diferentes e quasi todas autorizadas.» (pp.66-67). Ora eu ligo nenhuma importancia á questão orthographica. Prezo muito os que a debatem e assim é que amorosamente leio os srs. Gonçalves Vianna, Julio Ribeiro, Julio Moreira, Candido de Figueiredo e outros, que nas minhas estantes teem um logar de honra. Mas a questão em si vale um caracol e não creio que deva mediocrementemente preoccupar alguém. Que cada um escreva como queira, mas que cada um escreva que se entenda. (...) (p.68). Mas existe realmente questão orthographica ? Cumpre ao instituto de surdos-mudos que dá pelo nome de Academia Real das Sciencias resolver a. Emquanto o não fizer, á semilhança da Hespanha, a questão orthographica é mais uma questão de letra a mais ou letra a menos” (p. 69).

Na polémica intervieram não só os filólogos e professores, mas até figuras proeminentes da Primeira República como o próprio Afonso Costa (1871-1937), membro do Governo Provisório. Num artigo cheio de incoerências⁴⁴, o estadista tomou posição pública sobre o assunto, dizendo: “o systema phonetico, tão ardentemente defendido por João de Deus, Barbosa Leão, Vasconcellos Abreu, Gonçalves Vianna e outros, consiste na representação das palavras e vocábulos conforme são pronunciados; exclue a tradição histórica e não attende á etymologia, ainda mesmo a mais conecida e popular; requer para a sua pplicação uma reforma nos valores alphabeticos e a eliminação absoluta dos symbolos da etymologia grega

⁴⁴ Apud, Cândido de Figueiredo, *A Ortografia no Brasil*, 3ª ed., 1929, pp. 82 e 88-89.

– th, ph, ch, k, rh, y e das letras dobradas – mm, cc, ll, pp, tt, etc...; bem como exige a accentuação de cada palavra, assignalada essa accentuação convenientemente pelos caracteres, para esse fim instituidos”. E conclui depois: “O que é lastimavel, neste terreno da questão orthographica, é que não se entendam os contendores e, ás vezes, os proprios partidarios do mesmo systema, de modo que, a cada excellencia que se attribue a qualquer desses systemas, os adversarios delle outros tantos defeitos apresentam, não sendo possivel, dessa balburdia em que a ninguem é dado tomar pé, andar com segurança”.

4. A Comissão de Reforma Ortográfica

Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, os partidários da simplificação ortográfica encontraram apoio institucional à sua pretensão de uma reforma urgente, como via para uma alfabetização generalizada e uma educação mais democrática e menos elitista. De facto, a nomeação de uma Comissão de Reforma Ortográfica (Portaria de 15 de Fevereiro de 1911) antecede em poucos dias a reforma da instrução (Decreto de 29 de Março) que privilegiava sobretudo o ensino primário, dando assim cumprimento ao programa republicano para o combate ao analfabetismo, visto que, de acordo com o Censo populacional de 1900, na população maior de sete anos a percentagem de analfabetos era de 74%, conquanto a sua distribuição não fosse homogénea, nem quanto aos sexos, nem quanto aos distritos⁴⁵.

Se excluirmos as Portarias de 1898 e 1901, referentes à questão ortográfica, entra-se, pela primeira vez, numa fase verdadeiramente oficial do tratamento do assunto, tanto mais que as malogradas iniciativas da Academia não haviam produzido frutos. Tracemos, pois, a história dos acontecimentos que levaram à Comissão de Reforma Ortográfica.

Na sequência das discussões académicas sobre a questão da uniformização da ortografia portuguesa e das bases em que esta deveria assentar, José António Dias

⁴⁵ Para a quantificação do analfabetismo no dealbar do século e dos progressos registados nas duas décadas seguintes, vide: *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão e Oliveira Marques), vol. XI, Presença, p. 1991, pp. 519-576.

Coelho, chefe do serviço de revisão da **Imprensa Nacional** e amigo pessoal de Gonçalves Viana (1973, p. 35) dirige uma carta (17 de Dezembro de 1910) a Luís Carlos Guedes Derouet, administrador geral daquela casa, na qual denunciava o estado de incoerência ortográfica dos trabalhos saídos daquela Imprensa e sobretudo no Diário do Governo. Com vista à uniformizar a ortografia dos textos a publicar, sugere então a adopção do sistema que Gonçalves Viana expusera, em 1904, na **Ortografia Nacional**, por ter o “aplausos de todos os que modernamente se tem dedicado ao estudo profundo da ciência da linguagem”, e ser “seguida por grande número de professores e escritores de valor, e adoptada em muitos livros escolares, revistas, etc.” (**Carta**, in **Bases para Unificação**). É assim que Derouet, em carta de 14 de Janeiro de 1911, remete o assunto para o Director da Instrução Secundária, Superior e Especial; este fá-lo-á seguir, por sua vez, até ao Ministro do Interior do Governo Provisório da República⁴⁶, António José de Almeida (1866-1929). Este nomeia oficialmente, por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911, publicada no Diário do Governo nº 29, de 17 de Fevereiro de 1911, uma Comissão constituída pelos mais capacitados e reconhecidos filólogos daquela época – Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), presidente honorária, Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), presidente, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914), relator, António Cândido de Figueiredo (1846-1925), vogal, e José Leite de Vasconcelos (1858-1941), também vogal. Durante a primeira sessão, em 15 de Março de 1911, a Comissão propôs o seu alargamento a mais seis membros, cujos nomes, não menos salientes do que os primeiros, viriam depois a engrossá-la, conforme Portaria ministerial de 16 de Março de 1911: António José Gonçalves Guimarães (1850-1919), António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941), Augusto Epifânio Dias (1841-1916), que “declinaria o encargo”, Júlio Moreira (1854-1911), Joaquim José Nunes (1859-1932), o secretário da Comissão, e Manuel Borges Grainha (1862-1925).

Os trabalhos decorreram em sessões semanais a partir da data da primeira sessão, ainda que nem sempre com a presença de todos os membros, visto que quatro

⁴⁶ Para a política republicana em matéria ortográfica, vide: Albert-Alain Bourdon, *Orthographe et Politique sous la Première République Portugaise*, **Arquivos do Centro cultural Português**, vol. X, 1976, pp.261-300.

deles – Carolina Michaëlis, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos e Júlio Moreira – residiam fora de Lisboa, pelo que não participavam nas reuniões com regularidade, o que não obstava, todavia, a que fossem consultados a respeito de aspectos menos consensuais. A reflexão e a discussão da Comissão incidiu sobre os textos do **Questionário** de 1900 e da **Ortografia Nacional** (1904), de Gonçalves Viana, a quem se deve, portanto, o fundo ideológico-doutrinal da reforma saída dessas sessões de trabalho. Cada membro dispunha de um voto e o presidente podia exercer o voto de qualidade em caso de empate. Segundo informação de D. Carolina Michaëlis⁴⁷, o *modus operandi* consistiu na discussão parágrafo a parágrafo de cada um dos 115 pontos do **Questionário**, tendo sido assinado um Relatório em 23 de Agosto desse ano. Aceite pelo ministro em 1 de Setembro, foi publicado na sua versão integral no **Diário do Governo** nº 213, de 12 de Setembro de 1911, e por Gonçalves Viana (Lisboa, Imprensa Nacional, 1911), com o título de **Bases para a Unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Oficiais. Relatório da Comissão Nomeada por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911**⁴⁸. O relatório foi aceite pela Academia, sem contestação.

Tal como se previa no texto das bases, a ilustração da reforma cabia a um Vocabulário – **Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa** (1912) –, mais uma vez confeccionado pelo operoso Gonçalves Viana. A obra foi uma referência ortográfica imprescindível até 1940, data em que será substituído pelo **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**, elaborado por Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, com o aplauso.

No entanto, a Comissão reformadora não se dissolveu após a publicação dos seus trabalhos, pois a portaria de 1 de Setembro de 1911 mantinha-a em exercício para poder esclarecer as dúvidas relativas à execução da reforma. Reunindo por iniciativa própria (**Bases**, 1920, p.5), acabaria por se desactivar naturalmente, devido ao desaparecimento de cinco dos seus membros – Gonçalves Viana, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Júlio Moreira e Gonçalves Guimarães. Por isso, Cândido de

⁴⁷ Cf. *A Ortografia Nacional* (Carta ao Dr. Joaquim Costa), **Revista de Filologia**, vol. XIV, 1911, p.221; incluído em: **Lições de Filologia Portuguesa**, Lisboa, Dinalivro, 1976, p. 119.

⁴⁸ Estas bases viriam a ser sucessivamente reeditadas e actualizadas, em conformidade com as diversas portarias que lhes acrescentaram alterações; assim, por exemplo na 6ª edição, de 1925, o texto de 1911 integra as modificações previstas na portaria nº 2:553, de 29 de Novembro de 1920.

Figueiredo tomou a iniciativa de convocar os membros sobreviventes, mas a reunião não chegou a ter lugar, tendo então o académico decidido proceder à consulta de cada um deles, e bem assim de mais alguns filólogos portugueses e brasileiros, no sentido de que se fizesse um relatório que encerrasse a actividade da Comissão. É assim que a 1 de Setembro de 1920, Cândido de Figueiredo, na qualidade de vogal da Comissão nomeada nove anos antes, propõe alterações ao texto da reforma ortográfica, para as quais solicita aprovação ministerial.

Manuel Borges Grainha reagirá a esta situação no texto **Duas portarias diferentes sobre a Ortografia Nacional (1911-1920) ou a Comissão nomeada pelo Governo em 1911 que teve muitas sessões e a Comissão nomeada pelo Sr. Candido Figueiredo em 1920 que não teve sessão nenhuma** (Lisboa, Papelaria Fernandes, 1922).

Outro aspecto importa sublinhar em todo este processo: o facto de o Brasil, o *outro condómino da língua*, como diria Ribeiro Couto⁴⁹, não ter sido ouvido. Na verdade, mesmo às vésperas da publicação oficial dos trabalhos da Comissão ouviam-se vozes apreensivas acerca o rumo da questão ortográfica nos dois países, como se nota na intervenção de Lúcio de Azevedo, na sessão de 8 Junho de 1911 da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa (**Boletim**, vol. V, 1912, p.454), ao manifestar a preocupação quanto às consequências “linguísticas” das *divergencias profundas* entre a *reforma orthographica* portuguesa e a ortografia aprovada pela Academia Brasileira de Letras, invocando dados de ordem geopolítica e social, cultural e linguística, como a superioridade numérica dos falantes brasileiros face aos portugueses e o grande crescimento populacional do Brasil, a diferenciação fonética das duas variantes, a perda de predomínio da variante europeia e as vantagens da unificação da língua escrita. A estas preocupações respondeu Gonçalves Viana, na mesma sessão, na sua dupla condição de académico e relator da Comissão de Reforma, comentando o estado da questão, em especial a relação com a Academia Brasileira e as soluções ortográficas nas quais nem a Academia nem Portugal deveriam ceder perante a Academia do Rio, em particular a substituição de <s> etimológico por <z>, em posição intervocálica, assunto que

⁴⁹ Cf. Prefácio (p.IX) ao **Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa** (1947), de Rebelo Gonçalves.

fizera correr muita tinta quer em Portugal, quer no Brasil. Vale por isso atentar no relato da intervenção de Gonçalves Viana e da sua avaliação de cada um dos pontos visados por Lúcio de Azevedo:

“O Sr. Gonçalves Viana diz que a questão orthographica por parte da commissão nomeada pelo Governo está proximo da sua solução; com mais duas ou tres sessões ficará ultimada, e só haverá que relatar as suas concçusões motivadas. Quanto á commissão nomeada por esta Academia, os seus trabalhos teem sido até agora de accordo com os da outra commissão citada, e apenas em levissimas minucias haverá discordancia. Parece-lhe opportuna uma approximação entre a nossa Academia e a do Rio de Janeiro, visto esta ultima haver já formulado o seu plano de reforma, que em parte está executado; e pautado como foi pelas bases por elle expostas nas Orthographias portuguezas, a discordancia entre elle e os principios a que obedeceu o refrido plano são de pequena importancia.

A principal, e na qual nem a esta Academia, nem a Portugal convém de modo algum ceder, é a questão do s entre vogaes, etimologico, ser substituido por z. E diz que não pode ceder, porque seria falsear a historia da lingua portuguesa e pôr a nossa orthographia em contraste desvantajoso neste ponto com as mais nações romanicas como disse muito bem a Sr^a D. Carolina Michaëlis. Acresce que mesmo no Brasil, mormente no centro paulista, essa innovação provocou reclamações autorizadas. (...) Toelrancia mutua será sem duvida indispensavel, para que se estabeleça orthographia da lingua portuguesa literaria, que possa ser commum ás duas nações, não obstante as differenças já consideraveis que existem na pronunciação de innumeraveis vocabulos, especialmente no que respeita ás vogaes átonas a, e, o, cujo obscurecimento, sujeito a interessantissimas leis dos idiomas de Portugal, não é observado no Brasil. Todavia, podemos asseverar que as variantes de pronuncia das diversas regiões do Brasil não foram ainda estudadas, com o rigor com queo tem sido (...) quasi todas as de Portugal (...). Quanto á decadencia do nosso idioma, por ser falado por um numero incomparavelmente menor em Portugal do que no Brasil, desproporção que o tempo fará que avulte cada vez mais, ponderará que não acalenta esse receio e para fundamento do seu desassombro basta citar que o inglês da Europa continúa a ser o padrão do inglês dos Estados Unidos da America do Norte, como o castelhano literario, só verdadeiramente vernaculo no centro da Espanha, é o modelo que nenhum escritor das Republicas da America so Sul, de origem espanhola, desdenha ou menoscaba” (**Boletim**, Vol. V, pp. 455-456).

A verdade, porém, é que a reforma ortográfica suscitou, antes e depois da sua oficialização, reacções de toda a ordem quer em Portugal, quer no Brasil.

5. A Reforma: “Formulário Ortográfico” (1911)

A 1 de Setembro de 1911, António José de Almeida, o Ministro do Interior, dá despacho ao Relatório da Comissão nomeada por Portaria de 15 de Fevereiro de 1911, publicado três dias depois no **Diário do Governo n° 206**. A contar da data da portaria ministerial, estipulava-se um prazo de três anos de tolerância para a conservação das ortografias existentes nos livros escolares em uso. Destinada a ser adoptada *nas escolas e nos documentos oficiais e outras publicações feitas por conta do Estado*, a ortografia proposta nesse Relatório era exposta ao longo de 46 bases, antecedidas por uma série de fundamentos e de preceitos. Os trabalhos da Comissão assentavam no texto do **Questionário** apresentado por Gonçalves Viana à Academia das Ciências e por esta mandado imprimir em 1902, na **Ortografia Nacional**, assim como no **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua**, do mesmo autor, houve por isso necessidade de justificar as diferenças entre a ortografia aprovada pela Comissão e a fundamentada e exemplificada nas referidas obras de Gonçalves Viana:

“Poucas e de pequena importância relativa forma as modificações que a Comissão entendeu conveniente que se fizessem no sistema ortográfico ali proposto e seguido, e essas foram adoptadas para que elle ficasse mais em harmonia com os modos de escrever que, conquanto menos consequentes, se tornaram já, a bem dizer, habituais; e tais modificações em preceitos, que o autor daquelas obras defendera com razões históricas cuja valia a Comissão reconheceu, tiveram por causa o considerar a Comissão que alguns d’elles eram em demasia prematuros, e um ou outro já extemporâneos, em virtude de usos ortográficos radicados e que se devem considerar absolutamente como erros científicos” (p. 23).

Foram desatendidas as propostas referentes à proscricção de <h> inicial, à substituição de <g^e, i> medial por <j> e à redução dos valores atribuídos a <x>, soluções consideradas prematuras, do mesmo modo que foram atendidas as propostas relativas à reposição de <ç> inicial e de <z> final átono. Por considerar inoportuna sua supressão, a Comissão manteve o *s* do grupo <sc>, quer inicial, quer interior, em conformidade com a pronúncia desses dois elementos no sul de Portugal. Descartada a ortografia francesa, imitada por alguns autores portugueses, foram tomados como modelo os sistemas espanhol e italiano, devido à conformidade da

evolução natural e mesmo literária (p.24) da língua portuguesa com esses idiomas. Com o objectivo de facilitar o ensino da leitura e da escrita, a Comissão eliminou <ph, th, rh, y, ch>, substituindo-os por <f, t, r, i, qu^{e, i} ou c^{a, o, u}>, aboliu as consoantes dobradas, com excepção de <rr, ss, mm, nn> mediais, quando a sua pronúncia é diferente das simples correspondentes, fez desaparecer <g> antes de <m, n>, e também as *letras escusadas* dos grupos <ct>, <pt>, <pç> e <cç>, excepto quando têm valor articulatorio ou diacrítico (*facção, recepção, espectador-espectáculo, direcção-directo, acção-activo-acto, tracção-tracto, excepção-exceptuar-excepto, adopção-adoptar-adopto*, p.25) ou estão de acordo com vocábulos do mesmo paradigma.

Em nome da história da língua, apesar de já corresponderem a realizações diferentes *na pronúncia do Mondego para o sul (...)* e *se vá obliterando cada vez mais nos centros urbanos das províncias do norte* (p.30), a Comissão conservou, pelo contrário, a distinção entre <se, si> e <ce, ci> iniciais, <ç> e <-ss-> mediais e <s> e <z> intervocálicos; pelo mesmo motivo, manteve a distinção entre <x> e <ch>. Estes preceitos apoiam-se em explicações de ordem histórica, designadamente o facto de <ce, ci, ç ou -z> serem oriundos de <ci, ti> latinos ou *ss* arábicos; <s, ss> derivarem de <s, ss> latinos; <z> corresponder a <z, ce, ci> latinos ou *zz* arábicos (p.31). Também a distinção entre <x> e <ch> se funda na respectiva origem: um corresponde ao <x> latino ou arábico, o outro decorre da palatalização dos grupos latinos <cl, fl, pl>. Além disso, mantém-se também a distinção entre <g^{e, i}> e <j^{e, i}>.

Nas soluções referentes ao vocalismo, afora a regularização do emprego de <e, o> em sílaba átona, a Comissão fixou também a grafia da semivogal dos ditongos em <i, u>, donde resultam as grafias <ai, éi, ei, éu, eu, ói, oi, ui, au, ou, iu>, em que as tónicas abertas são marcadas com o agudo, excepto <ai>, cuja realização fechada [aj] apenas acontece antes de vogal (*caiar*). Correspondente a *OU* ou *AL* latinos, a grafia <ou> é preferida a <ô>, visto que a nível dialectal, no Norte e nas Beiras, os falantes realizam [ow], ao contrário dos do sul do país, que realizam apenas [o], (p.31).

A Comissão fixou a grafia do ditongo nasal [ãw] tónico e átono nas formas verbais (*louvarão-louvam, louvaram*) e nomes (*órfão, Estêvão*), e bem assim de [ãj] /

[ɛj], átono e tónico (*margem-armazém-armazêns, porem-porêem*), sem alterar a situação gráfica de ditongo [ũj] (*muíto-mui*). Os outros dois ditongos nasais são grafados com <ãe> e <õe> (*mãe, botões*). Em posição final, a nasalidade vocálica é marcada com <ã, im, om, um>; em posição inicial, marcar-se-á com <am, an, em, en, im, in, om, on, um, un>.

Outra pedra angular desta reforma foi a regularização da acentuação gráfica, que é *prosódica*, quando distingue a tónica, ou *distintiva*, quando assinala o timbre fechado da tónica, por oposição ao de outras palavras em que é aberto. Em qualquer dos casos, a principal função da acentuação é evitar a homografia. Contudo, o texto prévio às Bases manifesta uma certa tolerância com respeito à aplicação imediata das regras em toda a sua extensão e pormenor, esclarecendo que “não foi condescendência com a inércia que imperou no ânimo da Comissão, ao deixar em certo modo facultativo, por enquanto, o uso pontual da acentuação gráfica em todas as suas minúcias, como o é o da castelhana, e com a mais estrita coerência; mas sim o reconhecimento de que as condições naturais do idioma português exigem que essa acentuação gráfica seja muito mais copiosa e diferencial do que o é a castelhana, em si modelar na sua simplicidade” (pp.26-27)

Por isso, são acentuadas com o acento circunflexo as palavras homógrafas cuja tónica é fechada (*entêrro-enterro, almôço-almoço, sêde-sede, dêmos-demos*, p.27) e e bem assim outras em que ela é aberta (*pára-para, louvâmos-louvamos*); o acento grave assinala a vogal átona distintiva de certos homógrafos (*aquela-àquela, pregar-prègar*), marca a subtónica aberta (*chapèuzinho, avòzinha, màzona*), indica a ausência de ditongo em certas sequências vocálicas átonas (*saimento, paisagem, saúdar*), por oposição às tónicas (*saída, país, saúde*), marca o *u* átono proferido das sequências <qu, gu> (*freqüente-quente*), oposto ao mesmo *u* tónico (*argúi*).

A função das *cimalhas* ou *ápices* (¨) – ainda não aparece a designação *trema* (cf. supra, II, 5.4.2.1.) – cabe ao acento grave, ficando aquele sinal reservado para obras científicas ou escolares, por não ser de uso corrente.

Por outro lado, a Comissão também regulou o uso do hífen e fixou a supressão do apóstrofo. Assim, o primeiro (*hífen* ou *linha divisória*) assinala a translineação, repetindo-se o sinal na linha seguinte quando a palavra é composta; une os elementos das palavras compostas; liga a preposição de (enclítica) às formas *hei, hás, há, hão*,

do verbo haver (*hei-de, há-de, hão-de*); separa *bem* e *mal* da vogal do elemento seguinte nos compostos para evitar cacofonias (*bem-aventurado, mal-aventurado*, p.34). À semelhança das contracções de preposição com artigo sem apóstrofo, já introduzidas no uso corrente, far-se-ão as de preposição com os pronomes e advérbios (*dêle, nele, dela, nela, dêste, neste, dessa, daquela, aonde, donde*, etc.), evitando-se assim *erros crassíssimos* (p.33).

A Comissão *aconselha*, por outro lado, o emprego dos pontos de interrogação e exclamação invertidos (*¿* *!*) no começo das orações interrogativas ou exclamativas, se estas forem muito longas.

Os preceitos acima referidos denotam, inequivocamente, o carácter híbrido de uma reforma que casa a evolução histórica da língua com a sua realização sincrónica.

Tanto o **Formulário** como o **Prontuário Ortográfico** acampanharão depois o **Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa** (1912), de Gonçalves Viana.

Passemos à análise das 46 bases (*cláusulas*) constantes do **Formulário Ortográfico conforme o plano de Regularização e Simplificação da Escrita Portuguesa**, que seguia os preceitos acima enunciados.

Assim, as **Bases I e II** dizem respeito ao inventário alfabético: na primeira, proscrevem-se <k, w, y>, substituídos por <qu^{e, i}, c^{a, o}, u ou v>, com excepção dos derivados de nomes próprios estrangeiros (*caleidoscópio, Vescenlau, tipo, byroniano, kantismo*), embora se admitam grafias em consonância com a pronúncia (*daruvianismo, baironiano*), e do símbolos W (oeste) e K (unidade métrica e em *kilo*); na segunda base, apontam-se as unidades do inventário português, a saber, <a, b, c, ç, ch, d, e, f, g, h, i, j, l, lh, m, n, nh, o, p, q, r (rr), s (ss) t, u, v, x, z>.

As **Bases III a XII** referem-se à resolução das áreas problemáticas da representação consonântica. As **Bases III, IV e V** dizem respeito, respectivamente, à supressão de <h> interior (*inibir, exortar, sair, coerente*), excepto nos dígrafos <ch, nh, lh>, à sua conservação em posição inicial quando etimológico (*homem, humano, hoje - ontem, ir, ombro*), salvo quando se acrescenta um prefixo (*desumano, desonra*), e à sua admissão nas interjeições (ah !, oh !), ao invés dos restantes nomes (*Sara, Judá, rajá*). Relacionada com a **Base III**, a **Base VI** trata dos grupos cultos

<rh, th, ch, ph>, que foram substituídos por <r, t, c ou qu, f> (*retórica, teatro, monarquia, querubim, filosofia, profeta*). Das consoantes dobradas, trata a **Base VII**, onde se estabelece a simplificação de todas elas, salvo <rr, ss, mm, nn>, requeridas pela pronúncia (*carro, cassa, emmalar, ennegrecer*), mesmo nos casos em que se antepõe um prefixo (*pressentir, prorrogar, ressuscitar*).

As chamadas consoantes mudas são tratadas nas **Bases VIII e IX**: uma determina a supressão desses grafemas inarticulados, sempre que não influam no valor das vogais antecedentes (*autor, pronto, sinal, Inácio, sono*); a outra estipula que se grafem aquelas que são articuladas facultativamente ou influem no valor da vogal precedente (*contração, direcção, excepção, adoptar, adopção*), grafia que seguem as palavras derivadas destas, se as vogais pertencerem à sílaba tónica (*activo, acção*→*contracto*).

Com base na origem das palavras, a **Base X** fixa a distinção entre <ce, ci> e <se, si>, e entre <ç> e <ss>, no interior de palavra, sendo que <ce, ci, ç> correspondem a *ce, ci, ti latinos*, e <ç> inicial é substituído por <s> (*çapato*~*sapato, çarça*~*sarça*). A **Base XI** conserva, porém, o *s* inicial do grupo <sc> (*sciência, scetro, scéptico, scisma, scisão*), devido à grafia desse grupo em interior de palavra (*consciência*, por ex.). Em nome na história e na realização dialectal, a distinção entre <ch> e <x> é regulada pela **Base XII**, sendo que um decorre da evolução dos grupos latinos <CL-, FL-, PL->, ao passo que o outro provém de <x> ou <s> latinos.

Para dirimir dúvidas decorrentes das **Bases X e XII**, remete-se para o **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa (1909)**, que serviria de referência até à sua adaptação ao sistema oficial.

As **Bases XIII a XXI** tratam da representação do vocalismo (tónico e átono, oral e nasal). Assim, a **Base XIII** fixa a grafia dos ditongos em <ai, éi, ei, ói, oi, ui, au, éu, eu, iu, ou>, com a semivogal grafada com *i* ou *u*, tanto nos nomes como nas formas verbais, e **Base XIV** estabelece a grafia dos ditongos nasais em <ãe, em-ens, ãe, ão>: assim, as terminações verbais átonas grafar-se-ão com <-am> por oposição às tónicas (*louvam, louvaram-louvarão*), do mesmo modo que <-êm> tónico se distingue de <-em> átono por meio de um acento (*viagem, porem-porêm, vintêm-vintêns*), salvo nos monossílabos (*bem-bens, tem-tens*); segundo a grafia usual, nesta **Base** também se dispõe que a grafia de [üj] não leve til. A **Base XV** trata da grafia

das vogais nasais finais, fixada em *ã(s)*, *im-ins*, *om-ons*, *um-uns*; em interior de palavra, é indicada por <n> ou <m>, antes de <b, p, m> (*circunstância*, *circunscrever*, *conquanto*). A **Base XVI** fixa a grafia de <e> átono pronunciado [i] em muitos vocábulos (*erguer*, *herdeiro*, *evitar*, *elogio*), apesar de substituído por <i> em outros e seus derivados (*igual*, *idade*, *igreja*); do mesmo modo, conserva-se <e> átono seguido de vogal, em conformidade com a analogia ou a etimologia (*feio* → *fealdade*, *desfear*, *ideia* → *ideal*) e restabelecem-se as grafias *pior*, *lial*, *rial*, resultantes das antigas *peior*, *leial*, *reial*; também aqui se assenta a grafia de formas dos verbos *criar*, *crer* e *recrear* (*crio*, *creio*, *recreio*, *passear-passeio*, etc.). Esta base apresenta, precisamente, uma extensa explicação acerca dos verbos em *-iar*, cuja flexão foi influenciada pela dos verbos em *-ear* (*alumiar*- *alumio*, *passear-passeio*, e *ansiar-anseio*, *negociar-negoceio*).

A partir da descrição do fenómeno de palatalização da sibilante seguida consoante (surda ou sonora), na pronúncia dos dialectos meridionais, a **Base XVII** estipula o emprego de <e> e <i> nesse contexto (*pescar-piscar*), dado que o referido fenómeno leva à confusão de ambas as formas, sobretudo nos prefixos *des-* e *dis-* (*descrição-discrição*). Ao <e> átono se referem igualmente as **Bases XVIII e XIX**, uma para fixar seu emprego junto de consoante palatal chiante surda ou sonora, lateral e nasal grafadas <ch-x, j, lh, nh> (*lenha-linha*, *lenheiro-linheiro*), a outra para o distinguir de <a>, visto ele realizar-se como [α] junto dessas consoantes palatais no centro de Portugal (*fecho* = *fâxo*, *cereja* = *cerâja*, *selha* = *sâlha*, *senha* = *sânha*) e se confundir então com a vogal fechada junto de nasal (*senha-sanha*).

A **Base XX** conserva <o> átono interior ou final, com valor de [u], seja analógico ou etimológico (*porta* → *porteiro*, *monumento*, *governar*); porém, antes de vogal a grafia harmoniza-se com a dos verbos e sua flexão (*mágoa* - *magoar-magôa*, *nódoa-ennodoar*), sendo preferível <u> nos verbos como *aguar*.

A **Base XXI** estabelece a conservação de <ou> por oposição a <o> tónico, em nome da variação de realização do ditongo, monotongado a sul do Mondego, tanto mais que <ou> átono se realiza [ɔ] e <o> átono como [u], salvo as excepções *apoquentar* (de *pouco*) e *aposentar* (de *pouso*); além disso, <ou> pode alternar com

<oi>, excepto em *outro*, *roubo* e outros exemplos, estando a grafia em consonância com a realização⁵⁰.

Bem demonstrativo da orientação da reforma é o número de Bases referentes à acentuação, que é tratada da **Base XXII** à **XXXII**. Assim, a **Base XXII** estipula a marcação do acento agudo ou circunflexo sobre *a*, *e*, *o* tónicos, seguidos ou não de *s*, e bem assim nas palavras terminadas em *em* ou *ens* (*alvará(s)*, *mercê(s)*, *avô(s)*, *vintêm-vintêns*). Já a **Base XXIII** dispõe que o til marque o acento se não houver outro (*cidadão*, *nação* - *rábão*, *Estêvão*). Na **Base XXIV** têm cabimento as excepções à regra segundo a qual são oxítonas as palavras em *i* ou *u*, vogal nasal ou ditongo, seguidos ou não de *s* (*javali(s)*, *peru(s)*, *arraís*, *judeu*, mas *quási*, *Vénus*, *álbum*, *amáveis*, *fáceis*, *sável*, *carácter*). Segundo a **Base XXV**, os nomes em *em*, *ens* e as formas verbais em *am*, *em* são paroxítonos não acentuados (*louvam-louvaram*, *porem*, *contem* - *porê(m)*, *contê(m)*). Se a acentuação da tónica aberta ou fechada dos proparoxítonos é consagrada pela **Base XXVI** (*sábado*, *câmara*, *cédula*, *pêssego*, *concêntrico*, *título*, *Libânio*, *ingênuo*, *argênteo*), a **XXVII** determina a acentuação dos esdrúxulos homógrafos de graves (*fábrica-fabrica*, *réplica-replica*) e a **XXVIII** estipula a marcação de acento circunflexo nas palavras graves com vogais [e] ou [o] tónicos, homógrafas de outras com vogal aberta (*rêgo-rego*, *rôgo-rogo*, *dêmos-demos*). Na **Base XXIX**, estabelece-se pela acentuação a oposição entre as formas *pára* de *para*, *pélo* de *pelo* ou *pêlo*, *pólo* de *polo* (forma ant.), *pêra* de *pera* (forma ant.), e, igualmente, entre as formas do pretérito e as do presente (*louvámos-louvamos*). A **Base XXX** diz respeito a um caso específico do emprego do acento circunflexo: distinguir formas dos verbos *dar*, *ler*, *ver*, *crer* (*dêem*, *lêem*, *vêem*, *crêem*) de outras dos verbos *ter* e *vir* (*te(e)m*, *ve(e)m*). A **Base XXXI** trata, por sua vez, do emprego do acento agudo para indicar que <i, u> não constituem ditongo em certas sequências gráficas (*saída*, *faisca*, *saúde*, *raízes*, *baú*); se estas forem átonas, poder-se-á marcar com o acento grave (*saimento*, *faisca*, *saùdar*, *abaùlado*, mas *Coimbra*, *raiz*, *sair*). A **Base XXXII** estabelece que se grafem com acento agudo os ditongos finais tónicos [ej], [oj] e [ew] (*painéis*, *heróis*, *chapéus*). Por último, em matéria de acentuação, a **Base XXXV** fixa, por analogia com os compostos, o uso do

⁵⁰ Esta **Base** adverte ainda contra formas erróneas como *poude* por *pude*, por ex.

acento grave na subtónica aberta (*sòzinho, cafêzinho, màzona*), salvo nos advérbios em *-mente*, que conservam os acentos respectivos (*fácilmente, cortêsmente, sómente*).

Do emprego do hífen tratam as **Bases XXXIII e XXXIV**: a primeira fixa a função lexical do hífen ao ligar os elementos dos vocábulos compostos, sempre que conservem a sua acentuação (*água-pé, pára-raios, guarda-pó*), repetindo-se o hífen na linha seguinte, em caso de translineação; porém, dispensam o hífen aqueles em que um dos elementos não é autónomo ou quando se perdeu a noção de composição (*clarabóia, fidalgo, dezoito*); a segunda daquelas bases refere as restantes funções do hífen, a saber, unir pronomes pessoais enclíticos aos verbos (*louvá-lo, puni-lo, dá-nos*), separar os advérbios *mal* e *bem* do elemento seguinte, começado em vogal (*bem-aventurado, mal-logrado*)⁵¹.

Da abolição quase total do apóstrofo, por ser inútil na leitura e recente no sistema português, trata a **Base XXXVI**; restringe-se à notação da elisão vocálica, na poesia ou no interior de compostos (*esp' rança, mãe-d'água*). De acordo com a referida Base, o apóstrofo não assinala nem a ligação de formas pronominais ao verbo (*tenho-o, tem-lo, tem-no, une-lo, vê-no-lo*), nem as contracções de preposições com artigos, pronomes e advérbios (*ao-à, do, dêle, daquela, desta, naquele, neste; dali, dacolá, dalêm*), nem, ainda, outras elisões (*d'idade, d'entrada*), conenadas na **Base XXXVIII**.

Da translineação, tratam as Bases **XXXIX a XLVI**. A primeira estabelece a sílaba fonética como regra geral da divisão silábica, pelo que a translineação não deverá atender à morfologia dos vocábulos, isto é, à identificação dos elementos de *derivação, composição* ou *formação*, salvo quando esses componentes estão ligados por hífen. Assim sendo, a divisão far-se-á como *subs-cre-ver, pas-tora, di-rec-ção, a-dop-tar, de-sas-tro-sa, de-sar-mar, i-ná-bil, pres-tan-te, co-bra, am-pla*. As restantes Bases dizem respeito a aspectos específicos da divisão silábica, a saber: a separação dos prefixos *des-* e *dis-*, em função da existência de consoante ou de vogal depois de *s*, sendo que no primeiro caso pode separar-se e no segundo não (**Base XL**, *des-fa-zer, dis-tri-buir, de-sen-ga-nar, de-sen-vol-ver*); a separação das grafias

⁵¹ A mesma Base admite, por um lado, a aglutinação de *malogrado* e, por outro, a hifenação de *água-ardente* e *águas-ardentes*.

dobradas (**Bases XLI**, *ar-ras-tar*, *as-sistir*, *em-malar*, *en-nastrar*); a divisão das palavras compostas pelos seus componentes, com repetição do hífen na linha seguinte (**Base XLII**, *porta-voz*, *vice-almirante*); a separação do prefixo *ex-* (**Base XLIII**, *ex-ér-ci-to*, *ex-ce-der*); a inseparabilidade dos grupos com uma líquida e bem assim de <ch, lh, nh> e <sc, ps>, conquanto estes dois possam dividir-se dependendo da pronúncia (**Base XLIV**, *des-cer*, *côns-ci-o*, *pros-cé-nio*, mas *en-sce-na-ção*); indivisibilidade das vogais consecutivas formem ou não ditongo (**Base XLV**, *ai-po*, *rai-nha*, *pré-mio*, *poe-la*, *pro-nún-cia*, *rea-li-dade*), assim como as sequências <qu, gu> (**Base XLVI**, *quin-ta*, *fre-qùen-te*, *a-gùen-tar*).

Ao exposto nestas Bases, junta-se, por outro lado, uma sùmula das principais regras, contida no **Prontuário Ortográfico**. Sem repetirmos os dados já mencionados nas Bases, limitamo-nos a apontar aqueles que de alguma forma os completam. Assim, às vinte e duas letras do inventário português são acrescidas, na ordem alfabética, k, w, y, usadas em casos específicos, nomeadamente na grafia de nomes estrangeiros. Também são destacados os grafemas não heterofónicos (b, d, f, j, l, p, qu, r, v). Para além da distinção histórica e dialectal dos grafemas acima indicados, aqui atenta-se, de novo, no emprego de <z> inicial e interior, distinguindo-o neste caso de <s>, oriundo de *s* latino (*zurzir*, *azeite*, *transir*, *trânsito*, *transacção*). A evolução fonética explica igualmente que os sufixos *-izar*, *-izante*, *-eza* sejam grafados com <z>, onde este grafema corresponde ao resultado de *ti* e *ce*, *ci* latinos, por oposição às terminações latinas *-ansa* e *-ensa* (*anarquizar-analisar*, *beleza-presa*). É fixada a grafia dos patronímicos em *-s*, mesmo quando são oriundos de *-ici* latino latino palatalizado, por serem átonos (*Rodrigues*, *Nunes*, *Gonçalves*, *Martins*), ao mesmo tempo que se estabelece a substituição de <z> por <s> em final de sílaba interior (*mesquinho*, *visconde*).

Com respeito ao plano extra-alfabético, neste **Formulário** trata-se ainda da maiúscula de palavra (*iniciais maiúsculas*), que se aplica aos nomes próprios, de lugares e ruas, nomes colectivos de cargos (*Estado*, *Govêrno*, *Companhia das Águas*, *Centro Comercial*, *Patriarcado*, *Cúria*), individualidades importantes (*Ministro da Marinha*, *Direcção Geral das Colónias*), nomes de astros, divindades (*Vénus*, *terra*, *sol*), nomes de meses, datas e títulos de livros, com excepção das partículas monossilábicas. À pontuação de frase pertence a recomendação do emprego dos

pontos de interrogação e exclamação invertidos para delimitarem o início entoação característica da interrogação ou da exclamação [¿ ¡].

Para além das soluções divergentes da **Ortografia Nacional**, nota-se também que a terminologia usada por Gonçalves Viana foi modificada, como sucedeu com o termo *parónimo(s)*, tão frequente na metalinguagem do filólogo, substituído por “homógrafo(s)” no texto oficial da Reforma. De facto, em diversos aspectos, esta acabaria por ficar aquém das propostas do seu principal mentor, que se terá submetido às soluções mais consensuais.

5.1. As reacções à reforma: a nova era ortográfica

Contra a reforma e a favor da manutenção da ortografia etimológica ou usual, debate-se o “reaccionário rombo”⁵² Alexandre Fontes, que já antes viera a terreiro, com **A Escripta Nacional ou a orthographia portugueza, etymologica e tradicional. Lição theorica-pratica** (Lisboa, Tip. do Anuario Comercial, 2ª ed. 1909/1910), **A Orthographia Portugueza-Vocabulário** (2ª ed., Lisboa, 1910), para condenar o **Vocabulário Ortográfico** (1909), de Gonçalves Viana, e, ainda, **A questão orthographica** (Lisboa, Tip. da Coop. Militar, 1910), obras em que esgrime argumentos contra os “escalpelladores da linguagem escripta” (p.22), sobretudo Gonçalves Viana. Persistirá no intento com novas lanças conservadoras depois da reforma: **Mandamentos da boa Orthographia em meia duzia de palavras** (Lisboa, Tip. Pires & Cª, 2ª ed.1911; 3ª ed. 1911) e, dois anos depois da reforma, com a **Orthoepia e Orthographia da Lingua Portugueza** (Lisboa, Tip. da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1913).

Com os **Dez mandamentos**, Alexandre Fontes dá a réplica etimológica a Cândido de Figueiredo, cujos **Dez mandamentos. A Reforma Ortográfica em meia dúzia de palavras** (Lisboa, Guimarães & Cª, 1911) eram uma síntese dos preceitos do Formulário numa folha em jeito de mapa para facilitar a consulta de professores, estudantes, jornalistas, tipógrafos, revisores, etc.

⁵² A expressão é de D. Carolina Michaëlis; cf. *A Ortografia Nacional*, **Revista Lusitana**, vol. XIV, 1911, p.224.

Para Fontes, os pilares da ortografia ainda consistiam em duplicar as consoantes, conservar os dígrafos cultos, usar *y* (*lyra, lyrico, martyr*) e *k, w*, nas palavras estrangeiras, manter *h* interior (*inherente, coherente*), grafar a semivogal dos ditongos com *e* (*ae, éo, oe*), grafar as consoantes inúteis (*escriptor, districto, psalmo, dicta-dita*), ligar os pronomes pessoais enclíticos aos verbos por um hífen, regular o emprego de *s* e *z* pela etimologia, grafar *egreja, igual, idade* em nome da etimologia e de grafias como *Emilia, emulação*, não acentuar a sílaba tónica das palavras, excepto para evitar a ambiguidade.

O **Sistema ortográfico da língua portuguesa** (1912), de Henrique Brunswick, constitui mais uma réplica a A. Fontes e aos etimologistas inconformados. Certamente A. Fontes militava no grupo dos descontentes que pretendiam “angariar assinaturas afim de reclamar a revogação da portaria de 1 de Setembro”, como comenta a D. Carolina Michaëlis⁵³.

Mas o texto reformador não era isento de contradições ou incongruências, como faz notar a ilustre filóloga ao apontar as suas “pequeninas inconseqüências”, a saber, a contradição entre *emtanto, emquanto* e *conquanto, contanto*, ou entre *mãe* e *pai*; a acentuação de <e> e <o> fechados e de <éi, éu, ói> abertos; *ã* distinto de *em, im, om, um*, e a conservação de <x> com cinco valores.

O mesmo sublinhará Custódio José Vieira, republicano e socialista ferrenho, em Carta a Cândido de Figueiredo intitulada **A propósito da reforma da ortografia portuguesa** (Lisboa, Imprensa Lucas, 1912), no âmbito de uma polémica entre ambos em alguns jornais da capital. De facto, a 14 de Setembro de 1911, apenas dois dias após a oficialização do Reforma no Diário do Govêrno nº 213 de 12 do mesmo mês, aquele autor dirige-se ao vogal da Comissão de Reforma para reclamar uma versão forte de simplificação ortográfica. Baseado nos trabalhos não oficiais dos próprios reformadores (Cândido de Figueiredo, Gonçalves Viana, Gonçalves Guimarães, Borges Grainha, Garcia de Vasconcelos, Adolfo Coelho), dissente Custódio José Viera da manutenção de <h> inicial, para não desfigurar as palavras, visto ser eliminado o interior e existirem outras das quais foi suprimido <h> inicial como *Espanha, erva, inverno, ermitão*, etc.

⁵³ Ibidem.

Do mesmo modo, argumenta ainda contra as excepções à eliminação das consoantes mudas, que se mantêm no grupo <sc> (**Base XI**) e quando influem na vogal antecedente (**Base IX**), sendo que a segunda excepção é tida como desnecessária, porque sempre as vogais de *direcção, adopção, acção*, por exemplo, foram pronunciadas como abertas, independentemente da grafia, justificação que poderia levar a realizações como *àcquisição, àctualmente, àctividade, contràctual, retràctação, càptação*. Para Vieira, a esta contradição junta-se o facto de se prever o acento grave na subtónica aberta (**Base XXXV**) em palavras como *vàdiajem, jèração*, sem se aplicar idêntica solução a *directamente*. Ainda em matéria de acentuação, discorda também o autor do uso do acento para indicar a vogal aberta de palavras homógrafas, pois segundo a reforma só as excepções (*pâra, pêlo, louvâmos*) devem ser assinaladas (**Base XXIX**); do mesmo modo, entende que a manutenção do acento agudo nos advérbios de modo (*saudósamente, rigorósamente*) contradiz a marcação do acento grave na subtónica aberta (*pàdeiro, còrado, càveira*). A solução para estes casos seria eliminar as consoantes inarticuladas e marcar a abertura da vogal antecedente com acento, à semelhança dos casos em que a subtónica é aberta.

Reservas merecem-lhe igualmente a **Base X**, relativa à distinção entre <ce, ci, ç>, oriundos *ce, ci, ti* latinos, e <se, si, -ss->, por assentarem numa explicação etimológica para especialistas, e a **Base XII**, referente à distinção entre <ch> e <x>, aspectos da uniformização em que a pronúncia da maior parte do país não preveleceu. A este respeito, comenta Vieira que “com esta regra pretende a comissão restabelecer grafias que, em consequência da confusão que se começou de manifestar em certos sons se adulteraram. Em quanto êstes conservaram, distintos uns dos outros, o seu valor, especial foi a sua representação gráfica; não era indiferente escrever ç ou s; ci, ce ou si, se, ou zi, ze. (...) Oje, indiferentes, na maior parte do país, êsses sons, confusa se tornou a sua representação. Por isso não é restabelecer aquêles mas sim esta o que deseja a Comissão, o que é sensato” (p.13), para concluir depois observando: “(...) uma vez mais a comissão foi incoerente, pois nesta altura do seu trabalho esqueceu-se da condescendencia com os *usos muito radicados* e da *impraticabilidade de correção*, pàra impor, ao contrário (...), a observancia da sua regra, não esitando, pàra o conseguir, em nos remeter pàra o Vocabulario como tira-dúvida” (pp.13-14).

A acentuação das excepções é defendida por Vieira também no caso de *maior*, *menor*, *melhor*, *pior*, e bem assim *mulher*, *colher* (**Base XXIV**), visto a regra ser o fechamento das terminações -or e -er. Por outro lado, quanto à flexão dos verbos em -iar e -ear e respectivas grafias julga o autor preferível a sua correcção.

Por tudo isto, Vieira ora interpela ora exclama interpelando os membros da Comissão:

“¿ Isto é uniformizar, é simplificar ?” (p.10).

“¿ Quanto podem os preconceitos e o eruditismo !” (p.7).

Para o comentador, o texto da Reforma é o fruto da liberdade sem restrições concedida à Comissão pelas Portarias de 15 de Fevereiro e de 16 de Março de 1911. Na verdade, marcadas pelo tom irónico da polémica⁵⁴, as críticas de ordem filológica e ortográfica parecem estribar ou na animosidade ou ressentimento Custódio José Vieira contra os reformadores, em especial contra Figueiredo:

“Muitas vezes foram os Governos censurados não só pelo desleixo e indiferença a que votavam esta importante questão, não tendo a iniciativa de a resolver, mas também por não atender as reclamações que, em artigos de jornais, revistas e em livros, faziam em tal sentido estes ilustres omens de ciência. Perdidas as esperanças no tempo da monarquia, renovados foram os seus esforços perante o Governo Provisório da República Portuguesa (...). satisfeitos estavam, pois, os desejos dos que, durante tantos anos e por vários meios, procuraram, com a utoridade que tôdos lhes reconhecem, divulgar o resultado dos seus estudos, merecedor da consideração particular e oficial; satisfeitos estavam os desejos dos que, simples e umildes discípulos, queriam que o Governo se ocupasse dêste assunto manifestando assim a consideração oficial àquêles incansáveis batalhadores; e, pãra que inteiramente ficassem satisfeitos uns e outros, chamando-se para a comissão tôdos aquêles que pela sua especial e excècional erudição nêste ramo ciéntiífico tinham jus a colaborar nessa obra, não foram esquécidos os que passaram longos anos em trabalhosa propaganda. a recompensa foi completa. Se, portanto, a obra dos vogais dessa Comissão ao é, como se esperava, simples, clara e coêrente, a culpa não na ten o Governo que, como prova da mais alta consideração, os

⁵⁴ Cf. p.4: “Dêsde já previno V. Ex^a que pode pegar no fôlhetto sem nôjo porque o escrevi com *camisa lavada*, com as mãos muito bem ensaboadas, as *unhas* cuidadôsamente *limpas* e com linguagem que, não sendo vernácula, em nada se assemelha ao *fraseado da Praça da Figueira*. As farpas lançadas por Cândido de Figueiredo em **Falar e Escrever** eram-lhe assim devolvidas por Vieira, dado que aquele não respondera à carta que este lhe dirigira.

encarregou, sem condições, de resolver o assunto; a culpa tem-na êles, pelo que merecem reparos, pois lhes não falta segura ciência e lúcida inteligência pãra o tratar” (pp. 15-16).

À **Carta** junta Vieira artigos jornalísticos (Novidades, Diário de Notícias, Século) que ilustram a polémica entre ele e Cândido de Figueiredo. Registou-se igual disputa pública entre este académico e o escritor Abel Botelho (1854-1917), à qual se refere Vieira, sendo que Botelho era conservador em matéria ortográfica⁵⁵.

Afora os reparos de Vieira ao texto do Relatório da Comissão, importa atentar, por outro lado, no próprio sistema ortográfico do autor, já que ele traduz os aspectos em que discrepa das soluções definidas pela reforma. Apesar de concordar com a proscrição dos dígrafos e grafemas cultos, por um lado, por outro, mantém a distinção entre <c^e, i, ç> e <s^e, i, -ss-> (*esclarecimento, transcrição, consentir Comissão*), <-s-> e <z> (*Brasil, formosa-razão, autorizam*); conserva a grafia de vogais heterossilábicas (*teor, consoantes*), usa o acento agudo como sinal da tonicidade por excelência (*lójicas, idénticas, proíbe, inúteis*). Vai mais longe ao adoptar a grafia <õi>, solução coincidente com a proposta do sónico Barbosa Leão (1875/1878), e de Gonçalves Guimarães (1903), e também <ãi> (*afirmaçõis, modificaçõis, Guimarães*). Além disso, elimina totalmente o <h> inicial etimológico, preservado pela reforma (*á, aver, oje, omens*), suprime todas as letras mudas, cuja função diacrítica da abertura da vogal antecedente é substituída pelo acento grave (*corrêção, adòtou*); grafa <j> em todas as posições (*jentileza, orijinais, pedagójicos*); reduz a heterofonia de <x>, designadamente quando valia ou [ks] (*esigir, esemplo, circunflecso, ficsar, mas ex*); suprime o s de <sc-> inicial (*ciência-consciência*) e substitui <-z> final por <s> (*assás*).

A isto, somam-se aspectos relativos à acentuação, como o emprego do acento circunflexo nas palavras homógrafas (*pâra-para*), o acento grave na átona aberta, resultado de antigas crases (*esquêcendo, vâdiajem*) e nos advérbios de modo em mente (*precisamente, útilmente*), o agudo nas terminações abertas -or e -er (*maior, qualquér, dissér*), o emprego de dois acentos na mesma palavra (*âcêrca, consequências, àlém*), e do trema para indicar vogais heterossilábicas (*coêrencia*).

⁵⁵ Vide: C. J. Vieira, **A propósito da reforma ortográfica** (...), 1912, pp. 23-30.

Independentemente do acerto ou não das soluções referentes à acentuação, fica claro que Custódio José Vieira, militando numa corrente reformista ainda mais forte do que a exposta por Gonçalves Viana na **Ortografia Nacional**, se vê defraudado pela fraca extensão das simplificações contidas no Relatório da Comissão, tanto mais que algumas delas não reflectiam a própria doutrina ortográfica de alguns dos membros da Comissão. Quanto à divulgação da reforma, salienta Vieira na “nota final” da **Carta a Figueiredo** que, em 1912, a maioria das repartições públicas continuava a emitir documentos grafados em ortografia usual, ou seja, não reformada, situação que o comentador atribui à falta de fixação de um prazo a partir do qual a sua adopção fosse imperativa.

Para além da **Carta ao presidente da Comissão do Dicionário da Academia (A questão orthographica. Carta ao presidente da Comissão Nomeada na Academia Real das Sciencias acerca da Orthographia que deverá ser adoptada no Diccionario da mesma Academia, Lisboa)**, de 1887, e das opiniões emitidas mais tarde em **Falar e Escrever**, a posição de Cândido de Figueiredo na questão ortográfica fora expandida em resposta (*Palestra ortográfica*) a Alfredo da Costa e Silva, incluída nas **Novas Lições Práticas de Lingua Portuguesa** (1894):

“Ponderarei ao sr. Costa que o que menos tenho combatido é a ortografia etimológica. Esta, não é necessário combatê-la, porque nunca existiu de facto, nem existirá entre nós, não obstante os extraordinários esforços, que nêsse sentido empregou o erudito José Feliciano de Castilho. O que eu combato há vinte annos é a impropriedade chamada ortografia usual, que não é ortografia alguma, visto que não há dois escritores que observem precisamente as mesmas fórmulas; ortografia, que rigorosamente só merece o nôme de anarquia ortográfica. Mal por mal, antes o sistema de Castilho José, se elle se pudesse impôr: tinha a vantagem de sêr quasi lógico e podia atingir a uniformidade. A ortografia chamada usual não é etimológica, nem fonética, nem coisa alguma que se parêça a um sistema: é o arbitrio de cada qual” (pp. 221-221).

Não nos restam dúvidas quanto às contradições do filólogo, pois ora se arvora em simplificador, ora reivindica sistemas crivados de arbitrariedades, como o de J. F. de Castilho, falta de rigor que está na origem, por certo, da polémica entre Figueiredo e José Leite de Vasconcelos⁵⁶.

⁵⁶ Vide os textos dessa polémica: C. de Figueiredo, **Tosquia de um grammático, dedicada aos filólogos mirandezes, aos críticos extremenhos e aos boticarios de Palmella**, por..., 2ª ed. (aliás 1ª Cont. pág. seguinte.

Também do lado de lá do Atlântico se registaram, reacções, e não poucas, já de aplauso, já de contestação, à reforma portuguesa, as quais se prolongarão até 1931, data em que pela primeira vez as Academias dos dois países tentarão um acordo em matéria ortográfica.

Uns debatem publicamente algumas das soluções propostas por Gonçalves Viana na **Ortografia Nacional**, como é o caso de A. de A. Melo de Carvalho, em opúsculo pouco anterior à Reforma sobre **O s e o z no português** (Fevereiro de 1911). Nele, o brasileiro refuta a oposição gráfica entre <-s-> e <-z-> intervocálicos e <-es> e <-ez> finais, mostrando as virtudes de <z>, etimológico ou não, em todos os contextos.

A réplica a esta proposta vem do filólogo brasileiro Mário Barreto (Agosto de 1911), que proclama a justeza etimológica de Gonçalves Viana ao distinguir graficamente <-s-> de <z>, e bem assim <ç> de <s> iniciais, oposições sacrificadas pela reforma brasileira de Medeiros e Albuquerque (1907), ao mesmo tempo que critica contundentemente tanto a pretensão de Melo de Carvalho como a Academia Brasileira:

“O sr. Melo de Carvalho limitou-se a um só ponto da quetão ortográfica, – o uso indevido, sem espécie alguma de norma, á ventura, sem bússola, do *s* em vez de *z*, e viceversa. Ponto é esse, porém, em que reina uma barbaria absoluta, e a nossa Academia de letras ainda agravou o mal., fazendo a substituição geral da sibilante fraca *s*, que efectivamente se pronuncia como *z* entre duas vogais, por esta letra: *caza*, *fraze*, *roza*, *pauza*, *espozo*, *confuzo*, *pavorozo*, *penozo*, e todos os adjectivos em cuja derivação entra o sufixo abundancial *oso*, cuja escrita exacta é com *s*: *amoroso*, *cuidadoso*, *baboso*. A Academia anulou assim em parte o trabalho dos filólogos portugueses que teem forcejado por que a distinção se mantenha entre palavras que se escrevem com *s*, outras com *ç* e respectivamente com *s* intervocálico e com *z*: *paço* (palácio) e *passo* (dos pés), *coser* (de agulha) e *cozer*, na panela, ou forno” (Novos Estudos, pp. 40-41).

E conclui depois, sublinhando que “Ortografia etimológica não é retrotrair as palavras ao latim literal, desfazendo-se o trabalho dos séculos; antes pelo contrário é

ed.); Lisboa, Tipographia de O Dia, 1891; id., **O golpe de misericórdia. Execução literaria de Zé filólogo Leite de Vasconcelos acusado de varios delitos contra grammatica, o bom senso e a salubridade publica**, por J. Caturra Junior, 3ª (aliás 2ª), Lisboa, Livraria Ferreira, 1892; J. L. de Vasconcelos, **O gralho depennado. Réplica às «caturrices» philologicas do sr. Candido de Figueiredo**, 3ª ed., Porto, Magalhães & Moniz, Editores, 1894.

obedecer às leis da evolução histórica, desterrando da escrita as anomalias e erros filhos das fantasias injustificáveis ou da ignorância etimológica, no sentido histórico e científico” (id., p.46).

De facto, Mário Barreto⁵⁷ (1879-1931), paladino da simplificação gráfica que adoptara até a nova ortografia portuguesa nos seus escritos, defende primeiro o sistema da **Ortografia Nacional** e depois a Reforma de 1911, sem quaisquer reservas linguísticas ou nacionalistas:

“Sou antigo, fervoroso e convicto partidário da ortografia oficial portuguesa. (...) Reputo-a excelente, exatamente porque se coloca no meio termo razoável entre os simplificacionistas radicais e os etimologistas ferrenhos. Nem creio que haja alguém, versado em gramática histórica da língua portuguesa, que se afoite à tentativa de demolir a trncheira de granito formada pelas obras de D. Carolina Michaëlis, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, José Joaquim Nunes e tantos outros, que constituem a glória filológica da nossa língua e que serão sempre consultadas e aplaudidas. (...) O sistema, que os esclarecidos humanistas portugueses organizaram, – código de escrita simples, racional e prático, conforme, ao mesmo tempo, às tradições da língua a aos princípios dum ensino bem entendido – é hoje lei no seu país e ainda o não é no Brasil tão somente pela ojeriza que a vaidade e a paixão de meia dúzia semeiam no público contra tudo quanto é português. Muito de indústria querem estabelecer o divórcio ortográfico, no que procedem com detrimento da unidade nos dois países onde ela se fala. Nisso trabalham, quando no que deviam empenhar-se era na nomeação de uma comissão luso-brasileira encarregada de estudar o problema da unificação da ortografia, e assim seriam altamente úteis à cultura nacional. Como quer que o português do Rio de Janeiro não é sílaba por sílaba o mesmo de Lisboa, caem alguns na ilusão de que no Brasil se fala ou se está para falar outra língua, e a ortografia dá-lhes pábulo para discussões, motejos e maledicências separatistas. A reforma adotada oficialmente em Portugal tem recebido, no Brasil, a adesão dos mais competentes e autorizados, daqueles que mais têm que ver na ortografia da sua língua, – os nossos filólogos e os nossos professores de português. Seguindo e ensinado uma ortografia coerente, racional, científica e respeitadora da evolução histórica da língua, e repudiando reformas simplistas e radicais, demasiado sónicas e pouco etimológicas, dão os meus colegas do magistério prova do seu assisado modo de apreciar a questão (...). A Academia Brasileira conta no seu grêmio um verdadeiro erudito, porventura o maior helenista de quantos estudam a língua portuguesa; mas este permanece na escrita chamada usual coberta de ouropéis gregos. Envolto nas malhas sa sua helenística rêde, votou o sr.

⁵⁷ Cf. *A questão ortográfica, Últimos Estudos*, Rio de Janeiro, Presença, 1944 (ed. póstuma); 2ª ed. fac-similar, 1986, pp.89-95.

Ramiz Galvão contra a sónica do sr. Medeiros e Albuquerque e para o Dicionário de Caldas Aulete e Santos Valente, os quais, na verdade, não tinham sistema algum, a não ser o do acaso” (*Últimos Estudos*, 1931, pp. 89-92; *Correio da Manhã*, 31 de Agosto de 1930).

E acrescenta Mário Barreto: “As modificações arbitrárias, não fundadas em factos históricos, evoluções reais e origens verdadeiras, as subversões em demasia introduzidas por tais reformas é que fizeram abortar, em Portugal, o fonetismo de Barbosa Leão e gorar, entre nós, o plano académico de 1907, que há pouco renasceu para se malograr segunda vez. Semelhantes desastres evidenciam que a reforma da ortografia só pode competir aos profissionais que estudaram a língua historicamente e se restringem ao método científico (...). Se porventura alguma coisa há que retocar no código ortográfico português de 1911, é caso para que trabalhem as chancelarias, chamando os dois países a um convênio amigável por meio de uma comissão especial de filólogos e professores de lá e de cá, gente que possua longa experiência de estudos filológicos e lexicográficos. Daí é que poderá provir a almejada unidade ortográfica, como a exigem os altos interesses da língua portuguesa. (...)” (id., pp. 93-94).

Às críticas mais ou menos subjectivas respondera já D. Carolina Michaélis de Vasconcelos em carta anterior à reforma (12 de Março), dirigida ao Dr. Joaquim Costa (*Revista Lusitana*, XIV, 1911). Em ortografia reformada de acordo com o sistema de Viana e em tom não menos sentido que o dos detractores de qualquer reforma, argumentava a ilustre filóloga:

“Eu estou, pelo contrário, persuadida da necessidade de uma reforma, por amor aos humildes e pequeninos, que vi e vejo lutar árdamente (e quantas vezes sem resultado!) com as dificuldades, incongruências, e contradições da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desconexa. Reforma regularizadora e simplificadora, bem se vê, como a de Gonçalvez Viana, a qual adoptei, com leves alterações, há já bastante tempo. E não me neguei a expôr as minhas ideias e a fazer propaganda, no “Primeiro de Janeiro” (que sempre se mostrou partidário de reformas e simplificações) para preparar o terreno, ajudando assim, de lonje, a comissão nomeada, porque acho vantajoso que a a convicção da necessidade da reforma arraigue no espírito de muitos, antes que ela se promulgue por lei” (p. 201).

De outra ordem são as observações de I. Xavier Fernandes (1923), também fervoroso defensor da reforma portuguesa, que refutava a classificação de “reforma fonética”, por ser imprópria e desajustada relativamente aos princípios e fundamentos da reforma ortográfica de 1911, visto ela assentar mais no sistema

fonológico do que nas diversas realizações fonéticas da língua nos espaços onde é falada, porque “se o novo sistema ortográfico português não viesse ao Brasil por haver cá outro modo de falar, também não serviria a Portugal, onde, como é sabido, há falares diferentes, conforme as regiões” (p. 23)

Assestar depois um golpe mortal nos últimos reaccionários: “Em Portugal a questão ortográfica está inteiramente liquidada. Os adversários da reforma de 1911, pelo seu reduzidíssimo número e ainda mais pela pobreza dos seus argumentos, caíram já no completo esquecimento e hoje pode dizer-se que ninguém pensa em combater um sistema com que todos se familiarizaram após dōze anos de uso constante e regular. (...) No Brasil, ao contrário, a questão ortográfica parece estar cada vez menos liquidada. Cada vez se discute mais, sem que se chegue a uma conclusão definitiva e harmónica” (p.19).

Na década seguinte, outros defensores da reforma enveredaram pela produção de materiais destinados a fazer a sua ilustração prática, como foi o caso de José Pereira Tavares, na **Ortografia Portuguesa** (1928), obra que visava dirimir as confusões existentes uma vez que *poucos foram os que leram e seguiram com rigor o que os reformadores haviam preceituado* (p.VII)

Na verdade, às reacções de índole teórica ou técnica contra a reforma somaram-se reacções estéticas ou artísticas, sendo que estas, relacionadas com questões ideológicas e políticas, se prolongaram muito para além das primeiras. A posição de Agostinho de Campos⁵⁸ (1870-1944), que conservadoramente reivindicava o império do hábito em matéria ortográfica, enquadra-se neste segundo tipo de reacção. Nessa linha, à ortografia praticada por certos periódicos monárquicos, como **O Dia** ou **A Nação**, não é estranha, obviamente, a sua posição ideológica, o que reforça a ideia de que a questão ortográfica tinha cobrado uma dimensão política e ideológica, que não era de resto exclusiva de Portugal, já que em França também houve, na época anterior à Primeira Guerra Mundial, tentativas frustradas de simplificação ortográfica, como a de Paul Meyer e H. Brunot, ambos derrotados pela força da Academia Francesa.

⁵⁸ Vide: *O Caos Gráfico, Os Paladinos da Linguagem*, 2ª ed., vol. III, Lisboa, Bertrand, 1922, pp. XI-XXXVI.

6. Dicionários

Pelo seu carácter prático ou pragmático, decorrente da função de auxiliar pedagógico, o dicionário de língua requer, como condição prévia, uma normalização gráfica, sem a qual o acesso ao dicionário é difícil, visto que a ordenação lexical é feita alfabeticamente: daqui se infere, portanto, que se a anarquia ortográfica reinante até 1911 constituía precisamente um obstáculo à consulta, ela incentivou, por outro lado, a publicação de produtos especializados, concebidos como instrumentos estabilizadores do uso. Por isso, mais do que os chamados dicionários de língua, interessam-nos os vocabulários ortográficos, e bem assim os prosódicos, adiante indicados, nos quais o sistema gráfico é um objectivo em si mesmo, e não apenas o meio de acesso ao léxico graças à alfabetação.

Produzidos por iniciativas particulares que visavam preencher o vazio oficial, este tipo específico de produto lexicográfico foi muito frequente neste período, facto que demonstra bem as carências sentidas por todas as instâncias educativas em matéria ortográfica. Tanto assim era que, à data do **Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da língua portugueza** (1909), de Gonçalves Viana, vários tinham sido os dicionários ou vocabulários, cujo título ou subtítulo anunciava como escopo o estabelecimento de uma ortoépia ou a fixação de um sistema gráfico. Entre essas obras, contam-se as seguintes: **Vocabulario Orthographico da Lingua Portugueza ou Methodo Seguro de escrever correctamente todas as palavras do nosso idioma**, de Gaspar Álvares Marques, (Lisboa, Tomás Quintino Antunes, 1866; 2ª ed. 1867; 3ª 1873; 4ª 1878; 5ª 1896), também autor do **Novissimo Diccionário orthographico e prosodico da lingua portugueza** (Lisboa, Emp. Ed. da Biblioteca das Maravilhas, 1881), o **Diccionario Prosodico de Portugal e Brazil**, de António José de Carvalho e João de Deus (Lisboa/ Rio de Janeiro: Pacheco & Barbosa / A. A. Lopes do Couto, 1877; 2ª ed. 1878), o **Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Orthographico** (Lisboa, Corazzi, 1884), o **Diccionario Manual Etymologico da Lingua Portugueza contendo a significação e prosodia** (Lisboa, P. Plantier, 1890), de Francisco Adolfo Coelho, o **Diccionario Homophonologico da Lingua Portuguêsa (unico no genero em Portugal). Colligido, coordenado, anotado e exemplificado, em harmonia com os mais**

recentes trabalhos orthoepicos, glottologicos, orthographicos, etymologicos, linguisticos, onomatologicos e logotechnicos, de Augusto Pinto Duarte de Vasconcelos (Porto, António Figueirinhas, 1901), o **Diccionario da Lingua Portugueza (Prosodico e Orthographico)** (2 vols., Lisboa, João Romano Torres, 1904/1905), de Fernando Mendes. A estes, outros se poderiam acrescentar, como o **Diccionario da Maior Parte dos Termos Homonymos e Equivocos da Lingua Portuguesa** (1842), de António Maria do Couto, ou a **Chave dos Dicionários**, de António Peixoto do Amaral (1892), não obstante os títulos acima não apontarem a normalização ortográfica como um objectivo.

No **Vocabulario Orthographico da Lingua Portugueza ou Methodo Seguro de escrever correctamente todas as palavras do nosso idioma** (1866), de Gaspar Álvares Marques, o editor da obra, Tomás Quintino Antunes esclarece, em nota prévia ao leitor, que o objectivo do lexicógrafo não era inovar, mas antes harmonizar as ortografias, o que, se atentarmos nas características do sistema gráfico aplicado – consoantes duplas, grafemas cultos, ordenação alfabética decorrente destes constrangimentos etc. –, deve ser entendido como uniformização de base etimológica; conclui-se, pois, que este **Vocabulario**, significativamente dedicado ao escritor e diplomata José da Silva Mendes Leal (1818-1886), na sua qualidade de sócio efectivo da Academia, conselheiro real e bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional, não pretendia alterar o *status quo* ortográfico, mas apenas reduzir as variantes mais ou menos individuais do princípio etimológico, temperado pela a pronúncia, como recomendava o escritor Almeida Garrett⁵⁹, citado por Quintino Antunes.

Na mesma linha, apresenta-se o curioso **Diccionario Homophonologico da Lingua Portugueza**, de Augusto Pinto Duarte de Vasconcelos (1866), pertencente à família dos conspectos de homófonos e homónimos, e assente em oposições gráficas baseadas na aplicação dos princípios etimológico e histórico, como se vê nos *exemplos accento-assento, acérto-assérto, accessorio-assessorio, aço-asso, acto-ato-atto* (passim). Com efeito, o problema da homofonia e da homografia havia sido

⁵⁹ Cf. *Advertencia* à 3ª ed. de Camões: “(...) algumas pequenas incoherencias orthographicas são devidas á incerteza da medida legitima entre nós, que o autor tanto tem forcejado por fixar, aferindo-a pelo seu unico typo verdadeiro e possivel, a etymologia modificada pela pronuncia”.

CONCLUSÃO

No momento de colocarmos o derradeiro ponto final a este trabalho, vamos pôr em evidência o contributo deste estudo para o campo de investigação filológica em que se inscreve – a historiografia linguística. Antes de mais, importa frisar que se a historiografia consiste na “escrita sobre a história”, ela é, portanto, a “história da história”. De facto, procurámos fazer aqui história das “ideias ortográficas”, mais que não seja pelo facto de termos escolhido um recorte cronológico tão amplo e de termos desenterrado obras escassamente referidas na bibliografia da língua portuguesa. O nosso objectivo era contribuir para a história de uma parte da memória textual da língua portuguesa, em particular a relativa à constituição e evolução do código escrito, de molde a fazer-se luz sobre aspectos menos bem conhecidos ou mesmo ignorados nos trabalhos até agora produzidos sobre a ortografia portuguesa. Mas não podemos deixar de realçar que a história da doutrina metaortográfica é um alfobre inesgotável, que se presta a muitas e variadas interpretações. Julgamos que a nossa concepção “integracional” da (orto)grafia (cf. I), subjacente à estrutura interna dos capítulos, se revelou frutífera, permitindo que, pela primeira vez, se procedesse a um levantamento de dados relativos a um tão grande conjunto de textos.

Devido ao volume das fontes, respeitantes ao período de 1734 a 1911, o tratamento de todos os autores e respectivas obras foi necessariamente desigual, em conformidade com a sua importância na história das ideias ortográficas; pela mesma razão, não foi possível contemplar a doutrina de todos eles nos aspectos privilegiados na estrutura dos capítulos. Posto isto, apontamos de seguida algumas linhas de força do trabalho que ora encerramos.

Com base nos dados expostos nos três capítulos, ficou demonstrado que desde a época setecentista as correntes tradicionais – a fonética e a etimológica – adquiriram contornos que foram evoluindo em função de condições de diversa ordem. No período tratado no capítulo I, a tensão entre essas tendências ortográficas e os arautos de uma e de outra atingiu o auge com a publicação do **Verdadeiro Método de Estudar** (1746), de Verney, e a polémica instalada à sua volta. Na verdade, o constante confronto entre as referidas correntes parece ter produzido periodicamente um surto mais intenso da tendência fonetizante, ao amparo de

movimentos sociais, políticos ou de tendências educativas, como terá acontecido com a concorrência entre a pedagogia dos Nérís e a dos Jesuítas, sendo que a primeira, procurando renovar o ensino, era mais aberta a inovações, inclusive no aspecto ortográfico, a julgar pelo sistema do filósofo oratoriano Teodoro de Almeida (cf. I, 2.1.4.), não menos simplificado do que o de Verney, mas menos sistemático. O facto de a codificação gráfica não ter escapado à contenda ideológico-pedagógica entre Oratorianos e Jesuítas serve de exemplo da intrínseca vinculação das ideias ortográficas às *formae mentis* de uma determinada época, apesar de dificilmente ela poder ser demonstrada como relação de causa-efeito, salvo quando se traduz em legislação ou documentação específica.

Relativamente ao período considerado no capítulo II, o clímax da disputa entre as posições antagónicas atinge-se na década de setenta, momento a partir do qual a questão ortográfica cai no domínio público, obrigando às primeiras manifestações académicas e ministeriais sobre o assunto. Desenvolve-se, assim, uma fase que conduziria, já no nosso século, à reforma promovida e decretada pela Primeira República. Ainda com respeito à época oitocentista, se na sua primeira metade deparamos com uma produção metaortográfica abundante, que milita na sua maior parte no sistema usual ou no etimológico, com poucas excepções – os mais relevantes exemplos de sistemas simplificados, conquanto muito diferentes entre si, são fornecidos por Couto e Melo (1818) e Castilho (1853) –, já a segunda metade do século caracteriza-se por uma superfecção de sistemas quer de base fonética, quer de base etimológica, usual ou mista, ao mesmo tempo que surgem os projectos reformistas de inspiração fonológica e filológica, como se vê nos primeiros trabalhos de Gonçalves Viana (cf. III, 2.2.), por exemplo. Ora, a pluriferação de textos destinados à codificação da escrita em língua portuguesa ilustra bem a coexistência de diferentes critérios e perspectivas sobre a natureza e as funções da ortografia, que é social por definição, sendo que uns se filiam naquilo a que chamamos “tradição (orto)gráfica” (etimologia), e outros propugnam uma espécie de retorno ao ideal alfabético, ou seja, à restituição da escrita a um estado de biunivocidade entre grafemas e fonemas, de molde a atingir-se uma maior eficácia da ortografia, como subscrevem os “sónicos” (cf. II, 2.1.2., 2.1.5., 2.1.6.). A discussão à volta destas

tendências assume, inclusive, uma clara partidarização, como se vê pelas tomadas de posição e pelas defesas públicas em favor de uma e de outra.

Paralelamente, demonstrou-se que a articulação interna do sistema gráfico não depende da corrente adoptada ou perfilhada pelos autores, facto que confirma a tese de que o arqui-sistema, o sistema “ideal” ou “koiné” gráfica, resultante da confrontação dos vários sistemas compulsados, se desdobra em dois planos, cuja natureza e funções são distintas, embora complementares. Com efeito, para além da nossa concepção teórica e metodológica dos sistemas gráficos, a existência de uma articulação entre um plano alfabético e outro extra-alfabético, assimilada pelas línguas vernáculas a partir da tradição metalinguística greco-latina, fica bem provada na estrutura tanto das obras ortográficas como das gramáticas, obras normativas por antonomásia, ao distinguirem duas partes – a ortografia propriamente dita e a pontuação: uma relaciona-se em geral com a parte ou capítulo da prosódia, ortoépia ou fonologia; a outra, separada daquela, é por vezes excluída da ortografia e integrada no capítulo da sintaxe. A vinculação do plano alfabético quer à componente fonético-fonológica da língua, quer a aspectos do nível supra-segmental (o acento, por exemplo), e a progressiva associação do plano extra-alfabético ao nível sintáctico-semântico, mais do que à chamada terceira articulação (entoação, pausas, ritmo, etc.), têm subjacente a natureza substancialmente diversa das unidades gráficas de cada um dos planos referidos, sendo que em relação a ambos se comprova a evolução dos hábitos e, por conseguinte, das ideias referentes à escrita e suas correspondências com a língua oral. De facto, se é certo que a preocupação central da doutrina e do discurso metaortográficos incide no chamado plano alfabético, não é menos verdade que o plano extra-alfabético tem uma presença significativa nesse corpo doutrinal, apesar de em regra lhe ser conferida uma função suplementar ou excrescente com respeito àquele. Porém, casos existem – Gil (1831) e Castilho (1870), por exemplo –, em que a pontuação é o escopo principal, sem depender da exposição prévia do emprego dos grafemas, mas esse não é, com efeito, um *topos* caracterizador das ideias ortográficas em Portugal. Se outras não houvesse, estas razões seriam mais do que suficientes para se considerar, como assumimos à partida (cf. **Introdução**), que a doutrina referente à pontuação se integra, por direito próprio, na história das ideias ortográficas, já que o nosso conceito de “ortografia”,

para além do sentido etimológico, que supõe a sanção de um determinado uso gráfico – a norma – em detrimento de outros (individuais), atende à noção de sistema estruturado, composto de unidades gráficas de natureza diversa (grafemática e singrafemática) e fundado em princípios (etimologia, fonética, uso e analogia) cuja vigência dista de ser aleatória, antes devendo prender-se ao estado das mentalidades, consubstanciado na situação educativa, política e cultural do país.

Quanto ao plano gráfico extra-alfabético, ficou bem evidente o seu carácter estável, não em matéria de uso das unidades ou pontemas, mas enquanto inventário, sem se verificarem tentativas de “recriação” do sistema tradicional, ao contrário do que se verificou com o inventário alfabético, que foi objecto de experiências reformuladoras por parte de alguns reformadores, entre eles Barbosa Leão e Castanheira Nunes, que propuseram novos grafemas. De facto, com excepção dos pontos de interrogação e de exclamação, os autores de projectos de reforma ortográfica não previam alterações que afectassem o inventário pontuacional, mesmo quando criticavam excessos ou a impropriedade de certas práticas, como faz Castilho (1870). Daqui parece concluir-se que, não obstante o carácter individual, estilístico ou facultativo adquirido pelo uso de certos pontemas, a modificação da pontuação, cuja funcionalidade recai nos níveis entoacional-pausal e sintáctico-semântico, parece escapar aos desígnios quer dos ortografistas conservadores quer dos arautos da reforma. A reforçar esta ideia de “exterioridade” ou de “complementaridade” do nível pontuacional com respeito ao nível estritamente grafemático, o centro das preocupações ortográficas em Portugal, em especial das propostas reformistas, está a quase inexistência de trabalhos autónomos sobre a pontuação, ao invés do que se observa em outras línguas – o francês ou o italiano, por ex. –, nas quais desde cedo a pontuação mereceu um tratamento separado dos tratados de ortografia propriamente dita.

Assim se entende a importância dos dados compulsados ao longo dos capítulos acima para a história das ideias ortográficas em Portugal, em especial a determinação de diversos paradigmas definicionais (ortografia, alfabeto, letra, vogal, consoante e pontuação, entre outros) e a sua evolução: uns, adoptados desde cedo pela metalinguagem em língua vernácula, constituem aquilo a que chamámos de paradigmas tradicionais, por assentarem sobretudo na herança latina e serem

transmitidos pelos primeiros textos normativos da língua portuguesa; outros denunciam, pelo contrário, uma autonomização ou evolução da reflexão metalinguística portuguesa relativamente ao legado clássico.

Afora os paradigmas definicionais e a sua transformação, atentámos também na terminologia usada pelos ortógrafos e ortografistas, domínio pouco estudado entre nós, pelo menos de maneira sistemática (cf. 2º vol., Anexo 4). De facto, o valor epistemológico da terminologia, no caso a metaortográfica, é fundamental no campo da historiografia, pois é graças a ela que uma parte do saber linguístico se consubstancia e se disponibiliza em todas as épocas, donde se infere não serem, em caso algum, despiciendas as mudanças terminológicas detectadas, visto elas servirem as mudanças conceptuais e ideológicas. Embora este aspecto se preste a uma investigação mais circunscrita, e por isso mesmo mais específica do que a nossa, julgamos, contudo, ter aberto pistas para futuros trabalhos no campo da história da terminologia linguística portuguesa, ao mesmo tempo que salientávamos as principais vertentes da articulação entre as ideias ortográficas e as ideias linguísticas, sobretudo as gramaticais. De resto, uma dificuldade metodológica deste estudo – a amplitude do *corpus* – acabaria por tornar-se num desafio permanente à compreensão e interpretação dos *leit-motiv* das ideias ortográficas em Portugal, e, porventura, uma das suas originalidades, ao contribuir para um melhor conhecimento das fontes historiográficas da nossa língua (ortografias ou gramáticas), muitas das quais ou raramente são mencionadas, ou eram desconhecidas até agora. Algumas tiveram aqui, pela primeira vez, uma referência, pois nem sequer figuram nos mais recentes recenseamentos (Cardoso, 1994, e Prista / Albino, 1996).

Por outro lado, apesar de não ter sido possível procedermos a um levantamento exaustivo, ou mais completo, dos dados biográficos dos ortógrafos, gramáticos e lexicógrafos citados, reunimos, ainda assim, muitos elementos bio-bibliográficos, suficientes para um enquadramento mínimo das figuras mais salientes da ortografia e da gramaticografia portuguesas, com os quais se entreteceu uma rede bibliográfica que complementa as fontes primárias (cf. 2º vol., Anexo 2).

Ao longo dos três capítulos deste trabalho, demonstrou-se também que o problema ortográfico extravasa os limites estritos da “normalização” do emprego dos grafemas veiculados pela tradição portuguesa, em certos contextos e de acordo com

a conjugação de determinados princípios ortográficos, pois cobra uma inegável dimensão social, política e cultural, mais que não seja pelo facto de a sociedade ter reagido – como ainda hoje, de resto – à questão ortográfica, que, afinal, parece ser muito mais do que a mera face visível da língua. O impacto social da “demanda ortográfica” traduz-se até no facto de o discurso metaortográfico ter sido produzido por indivíduos das mais díspares formações e estatutos sócio-profissionais, aspecto que confirma a latitude social do problema da fixação e unificação ortográficas: dos professores primários, confrontados quotidianamente com a questão, aos médicos, estadistas, engenheiros, advogados, padres, jornalistas e filólogos, a produção discursivo-doutrinal de tipo metaortográfico atravessa uma sociedade cada vez mais consciente dos malefícios do analfabetismo. Nestas condições, ao debate ortográfico não é estranho, de forma alguma, o confronto ideológico, embora muitas vezes não seja explicitamente assumido pelas partes envolvidas, que chegam a ocultar-se no anonimato ou no pseudónimo, como aconteceu com a polémica verneiana, no século XVIII (cf. I, 2.1.4.), ou, já no seguinte, com muitos textos pedagógicos, cujos autores omitiam os seus nomes.

Com efeito, parafraseando o Prof. Vitorino Nemésio¹, se a palavra “polémica” emigrou da arte da guerra, ou, melhor, da estratégia e fortificação, onde significa os dispositivos sólidos e artificiais de combate – os estratagemas –, poder-se-á dizer então que os momentos críticos da polémica ortográfica corresponderam, na verdade, à discussão mais ou menos fundamentada das estratégias para a construção de um edifício inexpugnável, a saber, a norma gráfica da língua portuguesa. Como se viu, nem a fortaleza era inviolável, nem as estratégias eram sempre consensuais. Todavia, raramente as propostas reformadoras põem em causa a secular tradição alfabética da escrita portuguesa, salvo contadas excepções, de que são exemplo o próprio Barbosa Leão (1879/1886), que criara alguns sinais distintos dos veiculados pela tradição, e, mais tarde, Bonança (1905), que interferia na continuidade gráfica ao introduzir um novo inventário de unidades e romper com práticas ancestrais. Independentemente do princípio dominante – etimologia ou fonética –, a verdade é que os sistemas descritos nos capítulos I, II e III não se colocam, na sua maior parte,

¹ Cf. *Prefácio de As grandes polémicas portuguesas, I. Séculos XII-XIX*, Lisboa, Editorial Verbo, 1964, p. 1.

em posição de ruptura com uma matriz mínima, por assim dizer, que é o “alfabeto” (I, 3., II, 5., III, 2.3.1.), conquanto eles possam estar mais ou menos despojados de unidades excedentárias ou tentarem reduzir tanto quanto possível a heterografia. A este respeito, importa notar que à prevalência da tradição alfabética se acrescenta a preservação de oposições gráficas de valor histórico (s/z, ç/ss, ch/x, g/j, por exemplo), cujo uso será depois fixado e uniformizado pela Reforma impulsionada pela República (III, 5.).

De difícil comprovação, a relação entre os aspectos ideológico-culturais vigentes na sociedade e a evolução da questão ortográfica, vê-se pontualmente confirmada: no período setecentista, pela acção dos estrangeirados, em particular Verney, que encara a simplificação ortográfica como manifestação de renovação mental e educativa, ou, de maneira mais ampla, pela disputa entre Jesuítas e Oratorianos; no século XIX, parece legítimo falar-se em confluência das problemáticas sociais, políticas, literárias e artísticas, por um lado, e os momentos mais inflamados do debate em torno da “ideia” da reforma, em geral, ou dos méritos de determinado projecto de simplificação, em particular. O empolamento do debate sobre a “questão ortográfica” na década de setenta, ao tempo da intervenção social dos autores pertencentes à chamada “geração de setenta”, parece ser ilustração cabal de que, sob a aparência de “coincidência”, o que existiu foi a convergência de tendências e tensões latentes na sociedade. Por isso, não foram despiciendas as referências à discussão ortográfica do lado de lá do Atlântico: mais do que simples prolongamento ou reflexo da polémica aberta em Portugal, as propostas de Siqueira (1877), Paranhos da Silva (1879/1880), Lemos (1888), e da Academia Brasileira (1907) representam uma relevante vertente do problema, sugerindo observações sobre a identidade linguística e a função da ortografia perante a emergência das jovens nações sul-americanas (cf. II, 2.1.6., 2.1.8., 2.1.9.), por um lado, e, por outro, sobre as relações entre a ortografia e a variação da língua, ao mesmo tempo que conduz a uma nova compreensão do “diferendo ortográfico” no decurso do século XX.

Depois da efervescência de setenta, marcada pela proliferação de propostas reformistas (Barbosa Leão, Corte-Real, Castanheira Nunes, Félix Pereira), da esterilidade das discussões académicas e da ausência de liderança da douta

agremiação no processo, compreender-se-á a preocupação do primeiro governo republicano em promover com urgência uma reforma ortográfica, destinada a servir a democratização e a popularização dos graus de ensino, em especial do primário, de molde a serem conseguidas as modificações conjunturais que visavam recuperar o atraso secular de Portugal em matéria educativa. Com efeito, sem a polémica das décadas precedentes, que dera visibilidade à anarquia ortográfica existente, trouxera a lume todos os argumentos favoráveis (linguístico-filológicos e extra-linguísticos) a uma simplificação ortográfica e mobilizara a opinião pública, dificilmente a República teria tido condições para impor uma ortografia por decreto. Não nos esqueçamos, porém, de que a intervenção republicana neste assunto foi inquestionavelmente favorecida pelos baixos índices de alfabetização da população (II, 1., III, 1.), por um lado, e, por outro, pelo vazio legislativo e académico, tanto mais que a discussão das respostas ao famoso **Questionário** (II, 2.3.) de Gonçalves Viana fora inconclusiva e a primeira intervenção oficial (II, 2.1.2., 2.3.) em matéria ortográfica (Portaria de 20 de Setº de 1897), se não sancionava a anarquia, mantinha pelo menos o *status quo*, isto é, a inexistência de uniformidade gráfica e, por conseguinte, de “uma” verdadeira ortografia.

Por isso mesmo, foi amplamente examinado o papel daquele filólogo e foneticista, autêntico mentor da Reforma de 1911 (cf. II, 2.1.7., III, 2., 4., 5.), para além se ter delineado a evolução do pensamento ortográfico do autor, com particular relevo para as suas fontes (cf. III, 2.3.3.). De facto, este é um aspecto fundamental da apreensão das ideias ortográficas, não apenas no caso de Viana, mas também de outros ortógrafos e gramáticos, mais desconhecidos e menos influentes, como Pereira e Sousa (1807), cuja doutrina foi bebida na Enciclopédia francesa. Assim, a questão das fontes dos ortógrafos e dos gramáticos portugueses, sem estar obviamente esgotada, põe de manifesto toda a problemática da recepção das correntes de pensamento linguístico, em torno à qual muitas ideias feitas existem, porque não se baseiam no único caminho certo em historiografia, que é a leitura não apriorística dos textos e a sua comparação, no sentido de se apreender a arquitectura e a evolução do discurso (meta)linguístico português.

Foi essa a perspectiva que neste estudo nos propusemos aplicar aos textos metaortográficos portugueses, produzidos entre 1734 e 1911, num percurso que, da era etimológica, nos conduziu à reforma ou nova era ortográfica.